



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1672

Quarta-feira - 28 de Janeiro de 2015

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Abdon Batista	2	Itapoá	496	Urussanga	848
Água Doce	3	Joaçaba	515	Vargem Bonita	849
Alto Bela Vista	9	Lages	528	Vidal Ramos	886
Anchieta	10	Lauro Muller	539	Videira	887
Antônio Carlos	11	Lebon Regis	539	Xavantina	956
Ascurra	13	Leoberto Leal	540	Xaxim	960
Balneário Rincão	15	Lindóia do Sul	541		
Barra Velha	16	Luzerna	543	Consórcios	
Bela Vista do Toldo	17	Macieira	544	CIGA	962
Biguaçu	19	Mafra	545	CIS Nordeste	963
Blumenau	21	Marema	545	CIS/AMURES	963
Bom Jesus do Oeste	22	Meleiro	546		
Bom Retiro	37	Modelo	570	Editais de Notificação	
Braço do Trombudo	42	Navegantes	571	Braço do Trombudo	965
Brusque	47	Nova Trento	572	Caçador	1048
Caçador	49	Orleans	593	Camboriú	1079
Camboriú	51	Ouro Verde	594	Campos Novos	1178
Campo Alegre	53	Paial	597		
Campos Novos	80	Palhoça	633		
Canoinhas	81	Papanduva	641		
Capinzal	107	Passo de Torres	642		
Catanduvas	110	Paulo Lopes	647		
Chapadão do Lageado	112	Penha	648		
Cocal do Sul	120	Peritiba	651		
Concórdia	122	Petrolândia	652		
Cordilheira Alta	133	Pomerode	653		
Coronel Martins	134	Ponte Serrada	660		
Corupá	134	Porto Belo	661		
Curitibanos	135	Porto União	662		
Ermo	138	Rio do Sul	663		
Faxinal dos Guedes	138	Salto Veloso	669		
Forquilha	140	Santa Rosa do Sul	722		
Fraiburgo	141	São Bento do Sul	722		
Frei Rogério	153	São Carlos	723		
Garopaba	154	São Domingos	723		
Garuva	155	São João do Sul	725		
Gaspar	156	São Joaquim	725		
Governador Celso Ramos	159	São José	729		
Grão Pará	159	São Lourenço do Oeste	785		
Guaramirim	162	São Miguel do Oeste	786		
Herval d'Oeste	163	São Pedro de Alcântara	787		
Imarui	165	Schroeder	812		
Imbituba	483	Serra Alta	818		
Ipumirim	488	Siderópolis	832		
Irineópolis	488	Timbó	833		
Itá	494	Treze Tílias	844		
Itaiópolis	494	Tunápolis	846		
Itapiranga	495	Turvo	847		

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Daniilo Murilo Chagas da Silva, Leandro Rateke, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Abdon Batista

PREFEITURA

CONTRATO 09/2015

EXTRATO CONTRATO Nº 09/2015 MUNICIPIO DE ABDON BATISTA - SC MODALIDADE:CONCORRENCIA PUBLICA 4/2014

HOMOLOGAÇÃO: 19/01/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ABDON BATISTA

Objeto: A presente licitação destina-se à contratação de empresa para execução, pelo sistema de menor preço por lote (observar o preço máximo estabelecido por itens do lote) materiais, serviços e equipamentos, DE REDE COLETORA DE ESGOTOS, (rede coletora, ligações domiciliares e linhas de recalque) e ESTAÇÕES (estação de tratamento de esgotos e estação elevatória) no PERÍMETRO URBANO DA CIDADE DE ABDON BATISTA - SC, tudo conforme projetos, memorial descritivo e orçamento, os quais passam a fazer parte integrante do presente processo licitatório. Conforme TC/PAC 0232/2014 FUNASA

CONTRATADO: MARCIA DA CUNHA VENTURA

VALOR: 2.174.549,77 (Dois Milhões cento e setenta e quatro mil, quinhentos e quarenta e nove reais e setenta e sete centavos)

Abdon Batista, SC, 19 de janeiro de 2015.

Lucimar Antônio Salmoria

Prefeito Municipal

CONTRATO 10/2015

EXTRATO CONTRATO Nº 10/2015 MUNICIPIO DE ABDON BATISTA - SC MODALIDADE:CONCORRENCIA PUBLICA 4/2014

HOMOLOGAÇÃO: 19/01/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ABDON BATISTA

Objeto: A presente licitação destina-se à contratação de empresa para execução, pelo sistema de menor preço por lote (observar o preço máximo estabelecido por itens do lote) materiais, serviços e equipamentos, DE REDE COLETORA DE ESGOTOS, (rede coletora, ligações domiciliares e linhas de recalque) e ESTAÇÕES (estação de tratamento de esgotos e estação elevatória) no PERÍMETRO URBANO DA CIDADE DE ABDON BATISTA - SC, tudo conforme projetos, memorial descritivo e orçamento, os quais passam a fazer parte integrante do presente processo licitatório. Conforme TC/PAC 0232/2014 FUNASA

CONTRATADO: MARCIA DA CUNHA VENTURA

VALOR: 1.185.363,19 (Um Milhão cento e oitenta e cinco mil trezentos e sessenta e três reais e dezenove centavos).

Abdon Batista, SC, 19 de janeiro de 2015.

Lucimar Antônio Salmoria

Prefeito Municipal

Água Doce

PREFEITURA

BALANCETE FINANCEIRO FMAS DEZEMBRO 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE AGUA DOCE

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Dezembro/2014

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	3.158,23	Despesa Orçamentária	27.187,36
RECEITA PATRIMONIAL	1.998,90	Despesas exceto Intra-orçamentárias	27.187,36
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.159,33	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13.670,11
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	13.517,25
Receita Extra - Orçamentária	43.645,64	Despesa Extra - Orçamentária	36.265,53
DEPÓSITOS	2.929,25	DEPÓSITOS	2.929,25
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	2.929,25	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	2.929,25
DEPÓSITOS PARA QUEM DE DIREITO	2.929,25	DEPÓSITOS PARA QUEM DE DIREITO	2.929,25
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	32.557,18	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	33.336,28
OBRIGAÇÕES A PAGAR	32.557,18	OBRIGAÇÕES A PAGAR	33.336,28
FORNECEDORES	18.731,25	FORNECEDORES	19.510,35
PESSOAL A PAGAR	10.551,80	PESSOAL A PAGAR	10.551,80
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	3.118,31	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	3.118,31
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	155,82	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	155,82
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	13.000,00		
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	13.000,00		
REPASSE RECEBIDO	13.000,00		
Despesas Empenhadas a Liquidar*	-4.840,79		
Saldos anteriores	146.653,81	Saldos atuais	130.004,79
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	121.448,77	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	0,00
BANCO C/ MOVIMENTO	25.205,04	BANCO C/ MOVIMENTO	130.004,79
BANCOS C/ VINCULADAS	0,00	BANCOS C/ VINCULADAS	0,00
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	193.457,68	Total	193.457,68

*Nota: Os valores da conta 'Despesas Empenhadas a Liquidar' referem-se à contrapartida das Despesas Orçamentárias empenhadas mas não liquidadas que foram inscritas em Restos a Pagar não processados.

AGUA DOCE , 20/01/2015

ORLANDO FÁVERO

Titular da Unidade

NEUSA M. C. S. BISSANI

CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

BALANCETE FINANCEIRO FMS DEZEMBRO 2014**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Dezembro/2014

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	210.536,37	Despesa Orçamentária	398.795,90
RECEITA TRIBUTÁRIA	2.693,08	Despesas exceto Intra-orçamentárias	397.300,40
RECEITA PATRIMONIAL	16.494,70	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	278.308,17
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	181.248,59	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	95.493,48
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	100,00	INVESTIMENTOS	23.498,75
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	10.000,00		
		Despesas Intra-orçamentárias	1.495,50
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.495,50
Receita Extra - Orçamentária	720.989,22	Despesa Extra - Orçamentária	672.410,58
DEPÓSITOS	58.232,46	DEPÓSITOS	58.232,46
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	58.232,46	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	58.232,46
DEPÓSITOS PARA QUEM DE DIREITO	58.232,46	DEPÓSITOS PARA QUEM DE DIREITO	58.232,46
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	584.412,39	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	614.178,12
OBRIGAÇÕES A PAGAR	584.412,39	OBRIGAÇÕES A PAGAR	614.178,12
FORNECEDORES	304.698,48	FORNECEDORES	333.436,69
PESSOAL A PAGAR	212.336,69	PESSOAL A PAGAR	212.336,69
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	65.971,48	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	66.999,00
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	1.405,74	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	1.405,74
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	241.954,49		
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	241.954,49		
REPASSE RECEBIDO	241.954,49		
Despesas Empenhadas a Liquidar*	-163.610,12		
Saldos anteriores	1.272.234,88	Saldos atuais	1.132.553,99
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	782.933,36	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	0,00
BANCO C/ MOVIMENTO	489.301,52	BANCO C/ MOVIMENTO	1.132.553,99
BANCOS C/ VINCULADAS	0,00	BANCOS C/ VINCULADAS	0,00
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	2.203.760,47	Total	2.203.760,47

*Nota: Os valores da conta 'Despesas Empenhadas a Liquidar' referem-se à contrapartida das Despesas Orçamentárias empenhadas mas não liquidadas que foram inscritas em Restos a Pagar não processados.

AGUA DOCE , 27/01/2015

ORLANDO FÁVERO
Titular da Unidade

NEUSA M. C. S. BISSANI
CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

BALANCETE FINANCEIRO SIMA DEZEMBRO 2014**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNIC. DE ASSISTENCIA DE AGUA DOCE**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Dezembro/2014

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	73.205,72	Despesa Orçamentária	45.157,15
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	17.154,44	Despesas exceto Intra-orçamentárias	45.157,15
RECEITA PATRIMONIAL	37.335,18	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	45.157,15
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.744,19		
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	13.971,91		
Receita Extra - Orçamentária	46.461,85	Despesa Extra - Orçamentária	62.773,73
DEPÓSITOS	318,81	DEPÓSITOS	318,81
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	318,81	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	318,81
DEPÓSITOS PARA QUEM DE DIREITO	318,81	DEPÓSITOS PARA QUEM DE DIREITO	318,81
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	58.498,67	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	62.454,92
OBRIGAÇÕES A PAGAR	58.498,67	OBRIGAÇÕES A PAGAR	62.454,92
FORNECEDORES	56.224,44	FORNECEDORES	58.948,70
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	2.274,23	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	3.506,22
Despesas Empenhadas a Liquidar*	-12.355,63		
Saldos anteriores	1.738.287,49	Saldos atuais	1.750.024,18
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	1.670.000,00	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	1.730.000,00
BANCO C/ MOVIMENTO	68.287,49	BANCO C/ MOVIMENTO	20.024,18
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	1.857.955,06	Total	1.857.955,06

*Nota: Os valores da conta 'Despesas Empenhadas a Liquidar' referem-se à contrapartida das Despesas Orçamentárias empenhadas mas não liquidadas que foram inscritas em Restos a Pagar não processados.

AGUA DOCE , 19/01/2015

ELIAS VIECELI
Presidente do SIMA

NEUSA M. C. S. BISSANI
CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA FMAS DEZEMBRO 2014**ESTADO DE SANTA CATARINA**
FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE AGUA DOCE

Betha Sistemas

Exercício de 2014

6º bimestre

Resumo da Execução Orçamentária (Artigo 165 da Constituição Federal)

Administração Direta

Especificação	Previsto/Fixado	Acumulado até 10/2014	Bimestre Nov/Dez/2014	Total até Dez/2014
RECEITAS				
RECEITA PATRIMONIAL	3.368,00	6.782,50	2.484,53	9.267,03
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	108.873,00	108.223,54	22.412,79	130.636,33
TOTAL DA RECEITA :	112.241,00	115.006,04	24.897,32	139.903,36
DESPESAS				
Entidade: FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE AGUA DOCE				
FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL DE ÁGUA DOCE	212.241,00	170.054,94	44.530,60	214.585,54
Total da Entidade:	212.241,00	170.054,94	44.530,60	214.585,54
TOTAL DA DESPESA :	212.241,00	170.054,94	44.530,60	214.585,54

AGUA DOCE , 20/01/2015

ORLANDO FÁVERO

Titular da Unidade

NEUSA M. C. S. BISSANI

CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA FMS DEZEMBRO 2014**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE**

Resumo da Execução Orçamentária (Artigo 165 da Constituição Federal)

Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2014

6º bimestre

Especificação	Previsto/Fixado	Acumulado até 10/2014	Bimestre Nov/Dez/2014	Total até Dez/2014
RECEITAS				
RECEITA TRIBUTÁRIA	34.690,00	34.929,61	3.322,04	38.251,65
RECEITA PATRIMONIAL	3.136,00	60.783,26	17.473,40	78.256,66
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.653.928,00	1.236.442,85	309.072,82	1.545.515,67
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.869,00	135,20	100,00	235,20
ALIENAÇÃO DE BENS	21.200,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	556.400,00	294.800,00	15.000,00	309.800,00
TOTAL DA RECEITA :	2.272.223,00	1.627.090,92	344.968,26	1.972.059,18
DESPESAS				
Entidade: FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE				
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE AGUA DOCE	4.797.002,43	4.153.200,39	647.801,62	4.801.002,01
Total da Entidade:	4.797.002,43	4.153.200,39	647.801,62	4.801.002,01
TOTAL DA DESPESA :	4.797.002,43	4.153.200,39	647.801,62	4.801.002,01

AGUA DOCE , 27/01/2015

ORLANDO FÁVERO
Titular da Unidade_____
NEUSA M. C. S. BISSANI
CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA SIMA DEZEMBRO 2014**ESTADO DE SANTA CATARINA**
FUNDO MUNIC. DE ASSISTENCIA DE AGUA DOCE

Resumo da Execução Orçamentária (Artigo 165 da Constituição Federal)

Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2014

6º bimestre

Especificação	Previsto/Fixado	Acumulado até 10/2014	Bimestre Nov/Dez/2014	Total até Dez/2014
RECEITAS				
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	113.252,39	102.213,19	32.159,84	134.373,03
RECEITA PATRIMONIAL	80.336,90	101.743,30	37.335,18	139.078,48
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	59.556,71	41.883,90	9.986,70	51.870,60
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	108.480,00	96.113,85	26.330,81	122.444,66
TOTAL DA RECEITA :	361.626,00	341.954,24	105.812,53	447.766,77
DESPESAS				
Entidade: FUNDO MUNIC. DE ASSISTENCIA DE AGUA DOCE				
FUNDO MUN.DE ASSITÊNCIA DE ÁGUA DOCE - SIMA	361.626,00	152.906,03	81.051,99	233.958,02
Total da Entidade:	361.626,00	152.906,03	81.051,99	233.958,02
TOTAL DA DESPESA :	361.626,00	152.906,03	81.051,99	233.958,02

AGUA DOCE , 19/01/2015

ELIAS VIECELI
Presidente do SIMA_____
NEUSA M. C. S. BISSANI
CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

Alto Bela Vista

PREFEITURA

CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2015

MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA - SC
EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2015

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE e Programa Nacional de Alimentação de Creches - PNAC. Recebimento das Propostas: até as 10h do dia 18/02/2015. Abertura: às 10h do dia 18/02/2015. Informações complementares: o Edital em inteiro teor e informações complementares poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras, situado na Rua Comércio, 1015, Centro, Alto Bela Vista, de segunda a sexta, em horário de expediente normal, pelo fone (49) 3455-9022 e na internet, no site <http://www.altobelavista.sc.gov.br>, link "licitações".

Alto Bela Vista (SC), em 27 de janeiro de 2015.
Catia Tessmann Reichert
Prefeita Municipal.

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015

EXTRATO DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015

A Prefeita Municipal de ALTO BELA VISTA, Estado de Santa Catarina, torna público que serão abertas as inscrições ao CONCURSO PÚBLICO para ingresso no quadro permanente do MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA, aos cargos e respectivas vagas, constantes deste Edital, em cumprimento ao que determina a Constituição Federal de 1988, Art. 37, II, combinado com a Lei Orgânica Municipal e de acordo com as seguintes disposições deste Edital.

Os cargos e valor da taxa de inscrição, estão especificados abaixo:
Nível Superior: Médico Veterinário, Farmacêutico, Psicólogo, Nutricionista, Assistente Social, Contador, Engenheiro Civil, Fonoaudiólogo e Professor II (Educação Infantil ou Series Iniciais) - Valor da Inscrição R\$ 100,00 (cem reais);

Nível Médio ou Técnico: Auxiliar de Creche e Tesoureiro - Valor da Inscrição R\$ 60,00 (sessenta reais);

Nível Fundamental ou Alfabetizado: Auxiliar de Serviços Gerais, Agente de Limpeza e Copa, Operador de Motoniveladora, Operador de Retroescavadeira, Motorista, Operador de Trator de Esteiras, Operador de Escavadeira Hidráulica, Agente Comunitário de Saúde e Operador de Balsa- Valor da Inscrição R\$ 40,00 (quarenta reais);

Inscrições de: 02/02/2015 a 04/03/2015.

Data prevista para PROVA OBJETIVA: 22/03/2015 (matutino)

Data prevista para PROVA PRÁTICA: 22/03/2015 (vespertino)

Inscrições e informações através dos sites: www.altobelavista.sc.gov.br e www.nubesconcursos.com.br.

Este Edital, em sua versão integral será publicado nos sites: www.altobelavista.sc.gov.br e www.nubesconcursos.com.br para que todos os interessados tomem conhecimento.

Alto Bela Vista/SC, 27 de Janeiro de 2015.
CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 007/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 007/2015

Modalidade: Tomada de Preços nº 001/2015

O Município de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade Tomada de Preços para obras e serviços de engenharia, com julgamento do Tipo Menor Preço Por Lote, objetivando a contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou arquitetura para prestação de serviços de fiscalização de obras em andamento, elaboração de projetos e outros serviços e fiscalização de obra de Escola nova a ser edificada, de acordo com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e de conformidade com as normas elencadas neste Edital. E que estará recebendo os envelopes contendo as propostas de preços, até às 08h50, do dia 19 de fevereiro de 2014, com abertura prevista na mesma data as 9h. A íntegra do Edital e informações complementares, poderão ser obtidas pelo fone (49) 3455-9022 e na internet, no site <http://www.altobelavista.sc.gov.br>, link "licitações".

Alto Bela Vista (SC), em 27 de janeiro de 2015.
Catia Tessmann Reichert
Prefeita Municipal.

Anchieta

PREFEITURA

EXTRATO AVISO PREGÃO FMAS N. 001_2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASS SOCIAL DE ANCHIETA
AVISO LICITAÇÃO - Pregão Presencial 001/2015

A Gestora do FMAS do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, para Aquisição de Gênero Alimentícios e material de limpeza para a manutenção das atividades dos encontros dos idosos do município de Anchieta, Pago com recursos próprios. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 08:30 horas do dia 11/02/2015. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de Compras, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta - feira.

Anchieta, 27 de janeiro de 2015.
Ivone Recalcati
Gestora FMAS

EXTRATO AVISO PREGÃO FMAS N. 002_2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASS SOCIAL DE ANCHIETA
AVISO LICITAÇÃO - Pregão Presencial 002/2015

A Gestora do FMAS do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, para Aquisição de gênero alimentício, material de limpeza e lanches para ser utilizado nas atividades Socioeducativas de grupos desenvolvidas pelo CRAS, pago com recursos próprios e do CRAS. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 14:00 horas do dia 11/02/2015. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de Compras, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta - feira.

Anchieta, 27 de janeiro de 2015.
Ivone Recalcati
Gestora FMAS

EXTRATO AVISO PREGÃO FMAS N. 003_2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASS SOCIAL DE ANCHIETA
AVISO LICITAÇÃO - Pregão Presencial 003/2015

A Gestora do FMAS do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, para Aquisição de Gênero Alimentício e material de limpeza para a manutenção das atividades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, pago com recursos do FMAS/SCFV. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala

de Licitações até às 16:00 horas do dia 11/02/2015. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de Compras, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta - feira.

Anchieta, 27 de janeiro de 2015.
Ivone Recalcati
Gestora FMAS

EXTRATO AVISO PREGÃO FMS- 002_2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANCHIETA
AVISO LICITAÇÃO - Pregão Presencial 002/2015

A Gestora do FMS do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, Objetivando o Registro de Preço pra a aquisição de Materiais Odontológicos para uso nos atendimento gratuitos do SUS nos gabinetes Odontológicos das UBS do Município, pelo período de até 12 (doze) meses após a data da homologação. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 08:30 horas do dia 10/02/2015. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta - feira.

Anchieta, 27 de janeiro de 2015.
ROSELI CANCI SAGAZ
Gestora FMS

EXTRATO AVISO PREGÃO FMS- 003_2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANCHIETA
AVISO LICITAÇÃO - Pregão Presencial 003/2015

A Gestora do FMS do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, Objetivando o Registro de Preço visando à aquisição de Materiais Médico Cirúrgico para uso na manutenção das atividades dos profissionais das equipes de estratégia de saúde da Família que atuam no ambulatório da UBS-Centro, pelo período de até 12 (doze) meses após a data da homologação. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 14:00 horas do dia 10/02/2015. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta - feira.

Anchieta, 27 de janeiro de 2015.
ROSELI CANCI SAGAZ
Gestora FMS

PORTARIA Nº 78/2015

PORTARIA nº. 78/2015

De, 27 de Janeiro de 2015.

Nomeia em caráter efetivo, servidor público municipal aprovado em Concurso Público e contém outras providências.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar nº. 031/2011 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

Considerando o resultado do Concurso Público nº. 001/2014;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeado em caráter efetivo, Elvis Jony de Lima, portador do CPF nº. 056.391.009-74 e CI nº. 38.725.550 - SSP/SC, aprovado no Concurso Público nº. 001/2014 para o cargo de Técnico em Administração, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação junto ao Gabinete do Prefeito Municipal, com os direitos, os deveres, as obrigações e as responsabilidades conforme disciplinado no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Anchieta e demais normas legais aplicáveis.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 27 de Janeiro de 2015.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão.

Antônio Carlos**PREFEITURA****21º EDITAL DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PUBLICO 001/2014**

21º Edital de Convocação dos aprovados no concurso público 001/2014 - prefeitura municipal de Antônio Carlos

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao prescrito no Art. 37, inciso I e II da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, bem como na Lei municipal nº. 558, de 30 de novembro de 1992 e outras correlatas, CONVOCA os candidatos aprovados no Concurso Público para provimento nos cargos constantes no anexo I do presente, para apresentação no período de 27/01/2015 a 28/02/2015 (de segunda a sexta-feira), das 07:30 às 11:30 horas, e das 13:00 às 17:00 horas na sede da Secretaria Municipal de Administração, localizada na Praça Anchieta, nº 10, bairro Centro, Antônio Carlos/SC, munido dos documentos necessários constantes no Decreto Municipal nº. 099/2014, para fins de tomar posse no cargo em que foi aprovado. O Candidato que não comparecer no prazo estipulado ou deixar de apresentar a documentação exigida, será considerado desistente e ensejará na convocação do próximo aprovado, obedecendo a ordem de classificação.

Antônio Carlos, 27 de janeiro de 2015.
Antônio Paulo Remor
Prefeito Municipal

Anexo I**Cargo: MOTORISTA**

CLASSIF.	NOME	INSCRIÇÃO
02º	GABRIEL MULLER	1041

CARGO: OPERADOR DE MAQUINA

CLASSIF.	NOME	INSCRIÇÃO
06º	GILMAR DO AMARAL GARCÍAS	1411

DECRETO N 006/2015

DECRETO Nº 000006/15 de 27 de Janeiro de 2015

Abre crédito adicional -especial -abertos no Orçamento programa de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001469/14 de 14 de Dezembro de 2014.

D E C R E T A:

Art. 1º -Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 291,21 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

09 -ENCARGOS GERAIS
09.01 -ENCARGOS GERAIS
09.01.28.845.0010.0.004-3.3.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 291,21

Art 2º -Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):
Superávit financeiro 291,21

Art 3º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 27 de Janeiro de 2015.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

PORTARIA N 16/2015

PORTARIA Nº 016/2015
Concede Licença Premio a servidor.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, LICENÇA PREMIO, por 120 dias, a servidora efetiva, LENI LUZIA LEITE PAULI, ocupante do cargo de AGENTE SERVIÇOS GERAIS - 20H, a partir de 02 de fevereiro de 2015 a 01 de junho de 2015, referente aos períodos aquisitivos de março/2002 a março/2007 e março/2007 a março/2012.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 27 de janeiro de 2015.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 28 de janeiro de 2015.

PORTARIA N 017/2015

PORTARIA Nº 017/2015
Concede Licença Premio a servidor.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, LICENÇA PREMIO, por 30 dias, a servidora efetiva, ANTONINA KUHN BESEN, ocupante do cargo de AGENTE SERVIÇOS GERAIS - 40H, a partir de 02 de fevereiro de 2015 a 03 de março de 2015, referente aos períodos aquisitivos de maio/2008 a maio/2013.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 27 de janeiro de 2015.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 28 de janeiro de 2015.

PORTARIA N 18/2015

PORTARIA Nº 018/2015
Dispensa ACT.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Dispensar, RAFAEL DE SOUZA SCHLISCHTING, do cargo de ENFERMEIRO, a partir de 30 de janeiro de 2015, pelo término de seu contrato temporário.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 27 de janeiro de 2015.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 28 de janeiro de 2015.

RESULTADO PROCESSO SELETIVO N 005/2014

Antônio Carlos, 27 de janeiro de 2015.

Estado de Santa Catarina
Município de Antônio Carlos
Processo Seletivo Nº 005/2014

LISTA DOS CANDIDATOS APROVADOS

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, homologa e torna pública a Lista de Candidatos aprovados, classificados, conforme estabelecido no Edital de Processo Seletivo Simplificado Nº 005/2014.

Professor educação física

NOME	Nota Prova Conhec. Geral	Nota Prova Específica	Nota Final
Carlos Alberto de Jesus Nogueira	6,00	10,00	8,66
Nattaryanna M. Bens Baungarten	8,00	9,00	8,66
André Lopes	5,00	5,00	5,00

Monitor transporte escolar

NOME	Nota Prova Conhecimentos Gerais	Nota Final
Lurdete Back Schmitt	9,00	9,00
Claudia Schmitt Hack	9,00	9,00
Priscilla Dall'igna	8,00	8,00
Patrícia Schmitt	7,50	7,50
Alessandra Silva dos Santos	7,50	7,50

Luiz Henrique de Moraes	7,00	7,00
Simoni Rebeque Astoff	7,00	7,00
Fernanda Aparecida Pepler Simones	7,00	7,00
Ernesto Pereira da Silva	6,50	6,50
Daiana Cristina Veber	6,50	6,50
Fabiana Prim	6,50	6,50
Giseli Gelsleichter	6,00	6,00
Mileine Luiza Coelho	6,00	6,00
Valéria Aparecida Rosa	5,50	5,50
Jaqueline Souza de Castro	5,50	5,50
Loreci da Fonseca	5,00	5,00
Maurina Leite Schmitt	4,50	4,50
Veridiana Bresciani Correa	4,50	4,50
Luzete Norma Coelho	4,00	4,00
Maristela de Oliveira de Souza	3,50	3,50
Rozelene Hoffmann de Melo	2,50	2,50
Rosangela Neves Garcia	2,50	2,50
Izete Richartz Pauli	Não compareceu	Não compareceu

ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

*NF = NPCG + (NPCEx2) / 3

NF= Nota Final Prova Escrita

NPCG= Nota da Prova Conhecimentos Gerais

NPCE= Nota da Prova Conhecimentos Específicos

Ascurra

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO 08/2015 PMA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA

EDITAL DE PREGÃO Nº08/2015

O Prefeito Municipal de Ascurra comunica aos interessados que fará no dia 11/02/2015 às 14h00min horas, PREGÃO PRESENCIAL, para AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR, conforme Edital. Maiores Informações e cópia do Edital poderão ser solicitadas na Prefeitura Municipal de Ascurra, no horário de expediente, e pelo site www.ascurra.sc.gov.br

Ascurra, 28 de janeiro de 2015.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

EXTRATO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CIAPS, torna público a abertura de CONCURSO PÚBLICO destinado a prover vagas dos empregos públicos abaixo relacionados, como segue:

DAS VAGAS, DENOMINAÇÃO DOS EMPREGOS, CONDIÇÕES E REQUISITOS:

Nº de vagas	Denominação	Carga horária semanal	Salário/mês R\$	Requisitos
1	Médico	10 horas	4.249,20	Curso de Nível Superior na área; inscrição e registro junto ao Conselho Regional de Medicina.
1	Enfermeiro	40 horas	3.205,71	Curso de Nível Superior na área; inscrição e registro junto ao Conselho Regional de Enfermagem.
1	Assistente Social	30 horas	2.925,37	Curso de Nível Superior na área; inscrição e registro junto ao Conselho Regional de Serviço Social.
1	Psicólogo	40 horas	2.925,37	Curso de Nível Superior na área; inscrição e registro junto ao Conselho Regional de Psicologia.
1	Técnico em Enfermagem	40 horas	1.493,81	Curso Técnico na área; inscrição e registro junto ao Conselho Regional Enfermagem.
1	Auxiliar Administrativo	40 horas	1.618,29	Escolaridade de Nível Médio (completo)
1	Motorista	40 horas	1.182,34	Escolaridade de Nível Médio (completo) e Carteira Nacional de Habilitação (mínimo categoria "C").

1	Auxiliar de Serviços Gerais	40 horas	871,39	Escolaridade de Ensino Fundamental (completo).
---	-----------------------------	----------	--------	--

DA INSCRIÇÃO:

No período de 02 a 16 de Fevereiro de 2015, exclusivamente via internet, através do site www.infovr.com.br, na forma e condições estabelecidas no Edital.

DISPOSIÇÕES GERAIS:

Informações relativas ao Concurso serão prestadas no horário das 08:30 as 11:00 horas e das 14:00 as 16:30 horas, na sede administrativa do CIAPS, na Rua Quintino Bocaiúva, nº 204, Prefeitura de Apiúna, centro, na cidade de Apiúna - SC, Fone (47) 3353-2000, e na sede da AMMVI, na Rua Alberto Stein, 466, Velha, Blumenau - SC, Fone (47) 3331-5800. A integral do Edital encontra-se a disposição na sede do CIAPS, na home page da AMMVI (www.ammvi.org.br) e no site www.infovr.com.br.

Apiúna, em 27 de Janeiro de 2015.

Nicanor Morro

Presidente do CIAPS

RESOLUÇÃO Nº 06, DE 12 DE JANEIRO DE 2015 - CIAPS

Resolução nº 06, de 12 de Janeiro de 2015.

Revoga a Resolução nº 04, de 18/12/2014, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CIAPS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo Estatuto do CIAPS, e considerando-se a não assunção do emprego público pela pessoa indicada na 1ª Assembleia Geral do Consórcio Público, Resolve:

Art. 1º - Fica revogada a Resolução nº 04, de 18 de Dezembro de 2014, que contratou a Sra. MARLI KUCHLER, CPF nº 579.539.029-15, para exercer o emprego público de confiança de Coordenadora Executiva deste Consórcio Público, diante do desinteresse da mesma em tomar posse e assumir o exercício do emprego.

Parágrafo Único - Fica anulado o Termo de Posse e Compromisso nº 01/2015, diante da não efetivação do ato de contratação.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Apiúna - SC, em 12 de Janeiro de 2015.

Nicanor Morro

Presidente do CIAPS

RESOLUÇÃO Nº 07, DE 20/01/2015 - CIAPS

RESOLUÇÃO nº 07, de 20/01/2015.

Dispõe sobre a revisão geral anual dos salários dos empregados do CIAPS, na forma do inciso X do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências.

NICANOR MORRO, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Atenção Psicossocial - CIAPS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo § 4º do art. 42, § 1º do art. 48 e art. 102 do Estatuto do CIAPS e pelo Regulamento do Quadro de Pessoal - Resolução nº 02, de 21/10/2014; e Considerando-se que a revisão geral anual ocorre pela aplicação do INPC (IBGE) acumulado no ano anterior, gerando efeitos

financeiros a contar de 1º de janeiro do ano de referência.

Considerando-se a garantia estabelecida pelo Inciso X do Artigo 37 da Constituição Federal;

Considerando-se que o CIAPS tem adotado, para administração de seu quadro de pessoal, os mesmos parâmetros gerais utilizados na política salarial dos Municípios consorciados;

Considerando-se a aprovação da proposta de revisão geral anual aos empregados e colaboradores neste exercício pela Diretoria do CIAPS e a aplicação das demais normativas internas;

Considerando-se a exigência de rigoroso controle no gasto para cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, e à efetiva gestão das despesas do Consórcio Público;

RESOLVE:

Art. 1º - O salário dos empregados do CIAPS será revisto, no mês de Janeiro de 2015, na forma do inciso X, in fine, do art. 37 da Constituição Federal, sem distinção de índices, conforme estabelecem o § 4º do art. 42 e § 1º do art. 48 do Estatuto do Consórcio Público.

§ 1º - Para o exercício de 2015 a revisão geral das remunerações de que trata o "caput" deste artigo, será correspondente a 6,23% (seis vírgula vinte e três por cento), correspondente ao INPC (IBGE) acumulado no período de janeiro a dezembro de 2014, gerando efeitos financeiros a contar de 1º de janeiro do corrente.

§ 2º - A revisão geral se estende ao salário de todos os empregados, do quadro permanente ou contratados temporariamente, bem como ao valor da bolsa-estágio, sem distinção de índices.

Art. 2º - O salário/mês dos empregos e o valor da bolsa-estágio e do auxílio-alimentação, de que tratam os artigos 42, § 11, 46, 47 e 51 do Estatuto do Consórcio Público e Regulamento do Quadro de Pessoal - Resolução nº 02, de 21/10/2014, ficam atualizados pelo mesmo índice da Revisão Geral Anual definido nesta Resolução, conforme Anexo Único integrante desta.

Art. 3º - A despesa decorrente da aplicação desta Lei correrá a conta de dotações próprias do Orçamento-Programa anual.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir do dia 1º de janeiro de 2015.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Apiúna, SC, em 20 de Janeiro de 2015.

NICANOR MORRO

Presidente do CIAPS

ANEXO ÚNICO

Empregos Públicos de Confiança (art. 46 do Estatuto)			
Nº de Empregos	Denominação do Emprego	Carga Horária Semanal	Salário/mês R\$
1	Coordenador Executivo	40 hs	4.249,20

Empregos Públicos Permanentes (art. 47 do Estatuto)			
Nº de Empregos	Denominação do Emprego	Carga Horária Semanal	Salário/mês R\$
1	Médico	10 horas	4.249,20
1	Enfermeiro	40 horas	3.205,71
1	Assistente Social	30 horas	2.925,37
1	Psicólogo	40 horas	2.925,37
1	Técnico em Enfermagem	40 horas	1.493,81

1	Auxiliar Administrativo	40 horas	1.618,29
1	Motorista	40 horas	1.182,34
1	Auxiliar de Serviços Gerais	40 horas	871,39

Estagiário / Bolsa-estágio (§ 11 do art. 42 do Estatuto)	R\$
3º grau (4hs/d=20hs/s)	460,83
3º grau (6hs/d=30hs/s)	688,47

Auxílio-Alimentação (Art. 51 do Estatuto)	R\$
Valor máximo diário	14,66

RESOLUÇÃO Nº 08, DE 20 DE JANEIRO DE 2015 - CIAPS

Resolução nº 08, de 20 de Janeiro de 2015.

Contrata Fredy Richard Eichstaedt no emprego público de confiança de Coordenador Executivo do Consórcio Intermunicipal de Atenção Psicossocial - CIAPS.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CIAPS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo Estatuto do CIAPS, considerando-se a aprovação na 4ª Assembleia Geral Extraordinária do Consórcio Público e fundamentado no art. 37, V da Constituição Federal e no art. 450 c/c com os artigos 468, Parágrafo Único, e 499 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, Resolve:

Art. 1º - Contratar o Sr. FREDY RICHARD EICHSTAEDT, CPF nº 020.366.099-45, para exercer o emprego público de confiança de Coordenador Executivo deste Consórcio Público, a contar de 02 de Fevereiro de 2015.

Art. 2º - O contratado ficará submetido ao Regime Jurídico Trabalhista decorrente da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS estabelecido pelo art. 201 da Constituição Federal e regulamentado pelas Leis nº 8.212/91 e 8.213/91.

Art. 3º - O contratado estará submetido à carga horária semanal, sem prejuízo da dedicação integral ao Consórcio Público, com salário mensal correspondente à R\$ 4.249,20 (quatro mil, duzentos e quarenta e nove reais e vinte centavos), conforme o Anexo I do Contrato de Consórcio Público.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Apiúna - SC, em 20 de Janeiro de 2015.

Nicanor Morro

Presidente do CIAPS

Balneário Rincão

PREFEITURA

AVISO DE PREGÃO Nº. 003/FMS/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 003/FMS/2015

Tipo: MENOR PREÇO.

Data e horário da sessão de abertura: 11/02/2015 às 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, SN, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC.

Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente, para aquisição de veículo novo do Tipo Wagon de passeio, para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Balneário Rincão/SC.

Fone/Fax: (48) 3468-7218/ e-mail: licitacao.rincao@hotmail.com

Balneário Rincão - SC, 27 de Janeiro de 2015.

Pregoeira

Gisele P. Ferreira.

DECRETO Nº. 227/2015

DECRETO Nº. 227/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO RINCÃO DO EXERCÍCIO DE 2014, POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE CONVÊNIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Balneário Rincão, DÉCIO GOMES GÓES, no uso de suas atribuições legais e especialmente das que lhe são conferidas pelo inciso IV do Artigo 72 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei 176/2014:

DECRETA

Artigo 1º - Abre Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento da Prefeitura Municipal de Balneário Rincão do Exercício de 2015 na importância de R\$ 60.326,51 (sessenta mil e trezentos e vinte e seis reais e cinquenta e um centavo), nas Dotações Orçamentárias abaixo discriminadas por conta do provável excesso de recursos de convênio:

06 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
01 – DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL			
2.019 – Manutenção do Departamento de Desenvolvimento Humano e Social			
3.3.90.00.00.00.00.00.1.94 (120) - Aplicações Diretas	R\$	54.251,62	
4.4.90.00.00.00.00.00.1.94 (124) - Aplicações Diretas	R\$	6.074,89	
TOTAL	R\$	60.326,51	

Artigo 2º - O crédito a que se refere o art. 1º. ocorrerá por conta do excesso de arrecadação conforme o Termo de Convênio para Execução do Projeto de Trabalho Social com a Caixa Econômica Federal do Programa Minha Casa Minha Vida a ser creditado na conta corrente nº. 177-6, agência 1785 da CEF.

Parágrafo Único: As despesas por conta da suplementação de que

trata o artigo primeiro, ficam condicionada e limitadas ao efetivo ingresso dos recursos na conta bancária vinculada ao convênio.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se às disposições em contrário.

Balneário Rincão, 2 de janeiro de 2015.

DÉCIO GOMES GÓES

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 2 de janeiro de 2015.

Barra Velha

PREFEITURA

PP 001/2015 FMS

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 001/2015 - FMS - Pregão Presencial nº 001/2015-FMS

A PREFEITURA DE BARRA VELHA, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar Licitação na Modalidade Pregão Presencial, Tipo Menor Preço por Item, Aquisição de medicamentos, conforme especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 10/02/2015 às 08:30 horas. Data da Sessão Pública: 10/02/2015 às 08:45 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC.

O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados na Secretaria de Administração da Prefeitura de Barra Velha, no endereço acima citado, horário: das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 27 de janeiro de 2015

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO

Prefeito

PP 002/2015 FMS

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 002/2015 - FMS - Pregão Presencial nº 002/2015-FMS

A PREFEITURA DE BARRA VELHA, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar Licitação na Modalidade Pregão Presencial, Tipo Menor Preço por Item, Aquisição de cadeiras odontológicas, conforme especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 11/02/2015 às 08:30 horas. Data da Sessão Pública: 11/02/2015 às 08:45 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC.

O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados na Secretaria de Administração da Prefeitura de Barra Velha, no endereço acima citado, horário: das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 27 de janeiro de 2015

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO

Prefeito

PP 003/2015 FMS

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 003/2015 - FMS - Pregão Presencial nº 003/2015-FMS

A PREFEITURA DE BARRA VELHA, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar Licitação na Modalidade Pregão Presencial, Tipo Menor Preço por Item, Aquisição de materiais para raio x, conforme especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 11/02/2015 às 10:00 horas. Data da Sessão Pública: 11/02/2015 às 10:15 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC.

O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados na Secretaria de Administração da Prefeitura de Barra Velha, no endereço acima citado, horário: das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 27 de janeiro de 2015

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO

Prefeito

Bela Vista do Toldo**PREFEITURA****LEI 1.071**

LEI Nº 1.071/2014, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2014. "AUTORIZA O MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO A FIRMAR CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica autorizado o Município de Bela Vista do Toldo a firmar convênio com o Município de Três Barras, na condição de mantenedor do ABRIGO SÃO FRANCISCO, destinado a proporcionar a assistência aos menores encaminhados, na faixa etária de 0 (zero) a 18 (dezoito) anos.

Art. 2º. O convênio estabelece a forma de pagamento pelos serviços prestados pelo Município de Três Barras/ABRIGO SÃO FRANCISCO, ficando autorizado o Município de Bela Vista do Toldo a efetuar o pagamento do valor mensal de R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais) por criança/adolescente acolhido.

Art. 3º. O prazo de duração deste convênio será de 12 (doze) meses, podendo ser renovado por até 60 (sessenta) meses, mediante Termo Aditivo e de acordo com o interesse das partes.

Art. 4º. Servirá de cobertura para as despesas decorrentes desta Lei a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 10.01 - FUNDO MUNICIPAL DE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Projeto Atividade: 2033 Manutenção do FIA

Código Reduzido: 1

Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00.0700 - Aplicações Diretas

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 994, 23 de outubro de 2013.

Bela Vista do Toldo - SC, 24 de dezembro de 2014.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, na data supra.

LEI 1.072

LEI Nº 1.072/2014, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2014. "DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO ESCOLAR NOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica criado o Conselho Escolar em todos os estabelecimentos de Educação Infantil e Ensino Fundamental, no âmbito do município de Bela Vista do Toldo.

Art. 2º. As Unidades Escolares de Ensino Fundamental, Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino implantarão o Conselho Escolar, órgão colegiado de caráter consultivo e deliberativo, que atuará em assuntos referentes à gestão pedagógica, administrativa e financeira da Unidade Escolar.

Art. 3º. O Conselho Escolar será formado por representantes de todos os segmentos da comunidade escolar, constituindo-se em agente de participação na construção da gestão democrática da escola.

Parágrafo Único: Nas suas ações de natureza deliberativa, o Conselho Escolar se norteará pelos princípios constitucionais, normas legais vigentes, políticas educacionais e diretrizes emanadas do Sistema Municipal de Ensino do Município de Bela Vista do Toldo.

Art. 4º. O Conselho Escolar terá como objetivo assegurar aos grupos representativos do município de Bela Vista do Toldo, o direito de participar, visto que é instrumento de gestão democrática colegiada, especialmente no acompanhamento responsável da prática educativa que se desenvolve na escola.

Art. 5º. Compete ao Conselho Escolar:

I - Deliberar sobre as diretrizes e metas do Projeto Político Pedagógico da Escola, seus mecanismos de elaboração, aprovação, supervisão e avaliação, que envolvem ações pedagógicas, administrativas e financeiras da Unidade Escolar.

II - Propor alternativas de solução, prioridades e procedimentos para melhoria da qualidade do trabalho escolar, respeitando as normas legais vigentes.

III - Coordenar e supervisionar com a Direção da Unidade Escolar, a elaboração do Regimento Interno, calendário letivo, o cumprimento dos dias de efetivo trabalho escolar e horas-aula estabelecidos na respectiva grade curricular.

IV - Apreçar e emitir parecer sobre os relatórios anuais da escola, analisando o seu desempenho em face das diretrizes e metas estabelecidas no projeto político pedagógico.

V - Articular-se com outras associações escolares, criando mecanismos de acompanhamento e execução das políticas educacionais e planos de desenvolvimento da escola.

VI - Recorrer a instâncias superiores sobre questões que não se julgar apto a decidir e não previstas na legislação e no Regimento Escolar.

VII - Acompanhar a evolução dos indicadores educacionais

(evasão, retenção, aprovação, aprendizagem, entre outros) propondo, quando se fizerem necessárias, intervenções pedagógicas e/ou medidas socioeducativas visando à melhoria da qualidade social do educando.

VIII - Elaborar o seu Regimento Interno de acordo com a legislação e normas vigentes.

IX - Articular-se com outros Conselhos Escolares, promovendo relações de cooperação, participando de capacitações, visando ampliar a qualificação de sua atuação.

X - propor atividades culturais e/ou pedagógicas que favoreçam o enriquecimento curricular, o respeito ao saber do/a aluno/a e a valorização da cultura da comunidade local.

XI - Participar da elaboração do calendário escolar, consideradas as orientações da SME e zelar pelo cumprimento dos dias de efetivo trabalho escolar e horas-aula, estabelecidos na respectiva matriz curricular.

XII - deliberar sobre providências destinadas a prevenir ou corrigir atos de indisciplina coletiva ou quaisquer outras anomalias.

Art. 6º. O Conselho Escolar será formado por representantes de todos os segmentos da comunidade escolar, constituindo-se em agente de participação na construção da gestão democrática da escola.

§ 1º. Entende-se por comunidade escolar para efeito deste artigo, o conjunto de alunos, pais ou responsáveis por alunos, membros do Magistério e demais servidores públicos em efetivo exercício na unidade escolar.

§ 2º. Os componentes do Conselho serão escolhidos entre seus segmentos mediante eleição direta e secreta.

§ 3º. A Direção da Escola integrará o Conselho, representada por seu Diretor na qualidade de membro nato.

§ 4º. O Conselho Escolar elegerá o seu presidente dentre os membros que o compõe.

Art. 7º. O Conselho Escolar, eleito a cada 02 (dois) anos, será constituído por um número de no mínimo 05 (cinco) e no máximo 08 (oito) Conselheiros, de acordo com a realidade de cada escola, assegurando-se a proporcionalidade de 50% (cinquenta por cento) ao segmento pais/alunos e 50% (cinquenta por cento) ao segmento do magistério/servidores.

Art. 8º. A constituição do Conselho a que se refere o caput do artigo 6º obedecerá à seguinte proporcionalidade:

I - 25 % de docentes.

II - 25% das equipes técnicas e de apoio, incluindo o representante nato (diretor).

III - 25% de representantes dos pais, mães ou responsáveis.

IV - 25% de alunos a partir de 10 anos.

§ 1º. No impedimento legal de membros do segmento alunos/as para compor a representação estabelecida neste parágrafo, o percentual de 25% (vinte e cinco por cento) será completado, respectivamente, por representantes dos/as pais/mães ou responsáveis legais.

§ 2º. Na insuficiência de representantes do segmento trabalhadores

em educação não docentes, o percentual de 25% (vinte e cinco por cento) será completado pelos/as trabalhadores/as em educação docentes.

Art. 9º. A eleição do Conselho será no mês de abril e o mandato de cada Membro Conselheiro será de 02 (dois) anos, sendo permitida apenas uma recondução.

Art. 10. As deliberações do Conselho constarão em ata e serão tornadas públicas no âmbito da comunidade escolar.

Art. 11. A função do membro conselheiro não será remunerada.

Art. 12. Cabe a Secretaria Municipal de Educação baixar orientações e normas complementares ao funcionamento do Conselho Escolar.

Art. 13. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14. Revogam-se as disposições em contrário..

Bela Vista do Toldo - SC, 24 de dezembro de 2014.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, na data supra.

Biguaçu

PREFEITURA

PP 289/2014 PMB E OUTROS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 289/2014 PMB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE FRALDAS GERIÁTRICAS, PARA A DISTRIBUIÇÃO AO MUNICÍPIOS CARENTES DO MUNICÍPIO, CADASTRADOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 9 fevereiro, 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 9 fevereiro, 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019

Biguaçu, 28 de janeiro de 2015.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 294/2014 PMB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA USO DAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, OBRAS E SECETUL.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 10 fevereiro, 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 10 fevereiro, 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019

Biguaçu, 28 de janeiro de 2015.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 308/2014 PMB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS PARA A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PARA A SUPERINTENDÊNCIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 15:45 horas, do dia 9 fevereiro, 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 16:00 horas, do dia 9 fevereiro, 2015, no Setor de Licitações desta

Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br
Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019

Biguaçu, 28 de janeiro de 2015.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

PP 306/2014 PMB E OUTROS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 306/2014 PMB

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FRETAMENTO DE ÔNIBUS PARA ATENDER OS GRUPOS DA TERCEIRA IDADE, RECREIA, CASA LAR E PARA O USO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- FMAS
RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 15:15 horas, do dia 13 fevereiro, 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 15:30 horas, do dia 13 fevereiro, 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019

Biguaçu, 28 de janeiro de 2015.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 317/2014 PMB

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECCÃO DE CARTEIRA ESTUDANTIL PARA APROXIMADAMENTE 2000 (DOIS MIL) ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 13 fevereiro, 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 13 fevereiro, 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019

Biguaçu, 28 de janeiro de 2015.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 10/2015 PMB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CONCRETO USINADO PARA USO NA

MANUTENÇÃO DAS VIAS COM PAVIMENTAÇÃO EM CONCRETO DO INTERIOR, OBRAS DE ARTE E PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS COM ACLIVE E DECLIVE ELEVADO E DE DIFÍCIL MANUTENÇÃO.
RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 16:45 horas, do dia 13 fevereiro, 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 17:00 horas, do dia 13 fevereiro, 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019

Biguaçu, 28 de janeiro de 2015.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 71/2014 - FMS

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 71/2014 - FMS

OBJETO: Aquisição de produtos destinados ao Setor de Vigilância Sanitária para análise da coleta de água.

CONTRATADA: ALFAKIT LTDA EPP

VALOR: R\$ 442,74 (quatrocentos e quarenta e dois reais e setenta e quatro centavos).

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, I, da Lei nº 8.666/93. In verbis:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;

JUSTIFICATIVA: Considerando que os produtos requeridos pela Vigilância Sanitária são indispensáveis para a análise de água do município e que a empresa contratada é a única fabricante e possui exclusividade na comercialização de aparelhos e equipamentos para análise de água e fluentes industriais, conforme Certificado de Registro de Marca sob o nº 826077048, emitido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial, optou-se por adquirir o material através da modalidade em apreço, qual seja inexigibilidade de licitação.

Biguaçu, 10 de dezembro de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Por delegação - Leandro Adriano de Barros
Secretário de Saúde

CÂMARA MUNICIPAL**CONVITE 001/2015**

Convite 001/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA DE VEREADORES DE BIGUAÇU

CNPJ: 73.564.064/0001-99

RUA: HERMÓGENES PRAZERES, Nº 79, CENTRO, BIGUAÇU/SC

CEP 88.160-000

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 01/2015

PUBLICAÇÃO em mural Oficial

A Comissão Permanente de Licitação da Câmara de Vereadores de Biguaçu, no exercício de suas atribuições que lhe confere na portaria nº 020/2015 de 13 de janeiro de 2015, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar em 05 de fevereiro de 2015, com a entrega dos envelopes às 13h30min, e abertura às 14h30min horas, também no dia 05 de fevereiro de 2015, no endereço Rua: Hermógenes Prazeres, n. 79, Comercial Nagib Garcia, Centro - Biguaçu - SC, a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação nº 01/2015 na MODALIDADE CONVITE, para aquisição de produtos de Expediente e Consumo, para a manutenção dos serviços da CÂMARA DE VEREADORES DE BIGUAÇU. Informamos ainda que o edital com todos os detalhes encontra-se disponível no endereço acima citado. Informações pelo telefone (48) 3243:4233 - Ramal 217.

Biguaçu/SC, 28 de janeiro de 2015.

Louise Brown

Presidente da Comissão

Blumenau**PREFEITURA****DECRETO Nº 10.555/2015**

DECRETO Nº 10.555, DE 23 DE JANEIRO DE 2015.

DECLARA LUTO OFICIAL NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 75, inciso I, alínea "o", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e

CONSIDERANDO o falecimento do Ex-Diretor de Cultura da Fundação Cultural de Blumenau, Ricardo Duarte Pimenta, ocorrido no dia 23 de janeiro de 2015 aos 33 anos de idade, o qual entristece e enluta a nossa comunidade; CONSIDERANDO os relevantes serviços prestados pelo finado para o avanço de políticas públicas de cultura em nosso Município;

DECRETA:

Artigo único - Em homenagem à memória do Ricardo Duarte Pimenta, fica declarado luto oficial de três (3) dias no Município de Blumenau.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,

em 23 de janeiro de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

CONTRATO 017/2015

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 17/2015

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: M. T. ASSESSORIA & CONSULTORIA LTDA.
Licitação: PROCESSO LICITATORIO Nº 076/2015
Objeto: Assessoria na área de saúde exercício 2015.
Valor: R\$ 31.900,00 (Trinta e um mil e novecentos reais).
Vigência: 01 de Fevereiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.
Assinatura: 26 de Janeiro de 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

CONTRATO 018/2015

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 18/2015

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: FAIMA ANALISES CLINICAS LTDA.
Licitação: PROCESSO LICITATORIO Nº 85/2015
Objeto: Prestação de serviços com exames laboratoriais.
Valor: R\$ 48.147,70 (Quarenta e oito mil, cento e quarenta e sete reais e setenta centavos).
Vigência: 26 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.
Assinatura: 26 de Janeiro de 2015.

Airton Antônio Reinehr
Prefeito Municipal

CONTRATO ADM Nº 001/2015

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 001/2015

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: CONSORCIO DE INFORMATICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA
Objeto: Prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de Bom Jesus do Oeste no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC).
Valor: R\$ 3.540,00
Vigência: 02.01.2015 a 31.12.2015.
Assinatura: 02 de janeiro de 2015.

Airton Antonio Reinehr
Prefeito Municipal

CONTRATO ADM Nº 002/2015

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 002/2015

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: CONSORCIO DE INFORMATICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA
Objeto: Serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA.
Valor: R\$ 3.420,00
Vigência: 02.01.2015 a 31.12.2015.
Assinatura: 02 de janeiro de 2015.

Airton Antonio Reinehr
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 4652/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE
DECRETO Nº 4652/15 de 26 de Janeiro de 2015.

Homologa e Adjudica Julgamento proferido pela Comissão de Licitação, do Processo Licitatório nº 076/2015, dando outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, SC, no uso de suas atribuições que lhe confere a lei nº: 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação, nomeada pelo Decreto nº 4477/14 de 02 de Janeiro de 2.014, sob o Processo de Licitação nº 076/2015, que tem por objeto Prestação de serviços de assessoria e consultoria em Saúde Pública para o exercício de 2015.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionadas, tudo conforme o constante no Mapa Comparativo de Preços (na Deliberação), na sua exata ordem de classificação.

Item	Nome do Fornecedor	Descrição do Produto	Quant.	Valor (R\$)
1	M.T.ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA	Gestão central, planejamento, execução orçamentária, treinamento pessoal e auxílio na elaboração de relatórios devendo contemplar minimamente: análise, acompanhamento e elaboração da PPI ambulatorial e hospitalar, auxílio e elaboração do RAG no sistema SARGSUS, elaboração e apresentação do relatório consolidado da execução orçamentária e financeira ao CMS. Orientação e elaboração de manual para a correta aplicação dos recursos financeiros vinculados na saúde e por bloco de financiamento, treinamento, capacitação e orientação de atuação da equipe do ESF, SB, NASF e outros. Ainda discutir, planejar e sugerir para a gestão municipal estratégias de ação visando a melhoria dos indicadores saúde	11,00	31.900,00

Trinta e um mil e novecentos reais	31.900,00
------------------------------------	-----------

Art. 3º. Pelo presente, fica intimado os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC,
aos 26/01/15.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 4653/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

DECRETO Nº 4653/2015 de 26 de Janeiro de 2015.

Homologa e Adjudica Julgamento proferido pela Comissão de Licitação, do Processo Licitatório nº 085/2015, dando outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, SC, no uso de suas atribuições que lhe confere a lei nº: 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação, nomeada pelo Decreto nº 4477/14 de 02 de Janeiro de 2.014, sob o Processo de Licitação nº 085/2015, que tem por objeto Prestação de Serviço de Exames Laboratoriais para o Exercício 2015.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionadas, tudo conforme o constante no Mapa Comparativo de Preços (na Deliberação), na sua exata ordem de classificação.

Item	Nome do Fornecedor	Descrição do Produto	Quant.	Valor (R\$)
1	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Lactose	1,00	90,00
2	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Anti Transglutaminase IGA	4,00	390,80
3	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Vitamina D25	24,00	1.656,00
4	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	IGE específico (K82)	1,00	20,20
5	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Exame Citopatológico	1,00	85,00
6	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Acido Folico	3,00	99,00
7	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Acido Urico	50,00	300,00
8	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Aldolase	1,00	15,00
9	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Alfa Fetoproteína	1,00	31,00
10	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Amilase	14,00	84,00
11	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Bilirubina Total e Fração	24,00	100,80
12	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Calcio Ionico	1,00	9,00
13	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Capacidade de Transporte de Ferro	1,00	25,00
14	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Carbamazepina	2,00	70,00
15	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Clearence de Creatinina	2,00	30,00

16	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	HDL Colesterol	129,00	541,80
17	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Colesterol	289,00	1.213,80
18	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Creatinina	232,00	974,40
19	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Creatinofosfoquinase CPK	6,00	96,00
20	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Curva glicêmica	1,00	25,00
21	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Desidrogenase Lactica	7,00	105,00
22	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Eletroforese de Proteínas	1,00	30,00
23	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Fenobarbital	1,00	45,00
24	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Ferritina	20,00	400,00
25	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Ferro	12,00	144,00
26	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Fosfatase acida total	1,00	18,00
27	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Fosfatase Acida Prostatica	1,00	25,00
28	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Fosfatase Alcalina	23,00	230,00
29	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Fosfolipídios	1,00	16,00
30	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Fosforo	1,00	10,00
31	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Gama Glutamil transferase	22,00	176,00
32	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Glicose (2 horas apos)	1,00	4,20
33	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Glicose	396,00	1.663,20
34	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Glicose pos prandial	2,00	8,40
35	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Hemoglobina Glicosilada	15,00	270,00
36	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Lipase	8,00	160,00
37	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Hbsag - Antígeno "S" (Superfície) da Hepatite B	17,00	340,00
38	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Magnésio	1,00	8,00
39	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Mucoproteínas Fração Tirosina	1,00	10,00
40	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Potássio	41,00	410,00
41	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Albumina	6,00	36,00
42	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Proteínas Totais	1,00	7,60
43	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Sódio	25,00	150,00
44	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Transaminase Oxalacética (AST)	90,00	378,00
45	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Transaminase Pirúvica (Alanina, Amino Transferase)	93,00	390,60
46	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Triglicerídeos	277,00	1.662,00
47	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Ureia	150,00	630,00
48	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Vitamina B12	16,00	400,00
49	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	LDL Colesterol	101,00	424,20
50	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Frutossamina	1,00	25,00
51	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Teste Tolerância a Lactose	7,00	210,00
52	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Espemograma	2,00	56,00
53	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Coprologia Funcional	1,00	40,00
54	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Leucócitos	4,00	16,00
55	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Parasitológico de Fezes	27,00	270,00
56	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Parasitológico - segunda amostra	12,00	120,00
57	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Parasitológico Terceira Amostra	12,00	120,00
58	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Sangue Oculto	20,00	280,00
59	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Coagulograma	36,00	720,00
60	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Coombs Indireto	1,00	8,00
61	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Grupo Sanguíneo - Fator Rh	14,00	112,00
62	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Hemograma	517,00	5.170,00
63	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Velocidade de Hemossedimentação	93,00	558,00
64	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Leucograma	1,00	6,00
65	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Contagem de Plaquetas	28,00	140,00
66	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Contagem de Reticulócitos	3,00	30,00
67	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Tempo de Coagulação	2,00	8,40

68	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Tempo de Protrombina	29,00	188,50
69	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Tempo de Sangramento	3,00	12,60
70	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Tempo de Tromboplastina Parcial	23,00	149,50
71	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Hormonio Adenocorticotrófico	1,00	30,00
72	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Calcitonina	1,00	15,00
73	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Sulfato de Dehidroepiandrosterona	1,00	40,00
74	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Estradiol (E2)	6,00	90,00
75	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Hormonio Foliculo estimulante	6,00	90,00
76	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Beta Hcg	28,00	420,00
77	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Beta HCG Quantitativo	1,00	45,00
78	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Hormonio Luteinizante - LH	5,00	75,00
79	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Prolactina	15,00	210,00
80	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Testosterona	5,00	100,00
81	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Hormonio Tireoestimulante	424,00	6.360,00
82	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Tiroxina (T4)	36,00	540,00
83	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Tiroxina Livre (T4 livre)	197,00	2.955,00
84	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Triiodotironina (T3)	6,00	90,00
85	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Paratormonio - PTH	1,00	35,00
86	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Testosterona Livre	1,00	25,00
87	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	IGF1 Somatomedina	2,00	70,00
88	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	TIREOGLOBULINA	3,00	81,00
89	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Triiodotironina Livre T3L	1,00	15,00
90	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	ANTI HBC IGG	3,00	60,00
91	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Anti HBE	1,00	20,00
92	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Anti Hbs	11,00	220,00
93	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Hepatite A IjG	1,00	25,00
94	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Hepatite A IjM	1,00	25,00
95	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Fator Antinuclear (Fan)	17,00	425,00
96	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Anti tireoglobulina	10,00	250,00
97	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Anticorpo Anti Peroxidase	12,00	360,00
98	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Anticorpo Antimicrosomal	1,00	35,00
99	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Antistreptolisina "O"	2,00	16,00
100	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Antigeno Carcinoembrionário	5,00	175,00
101	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	HBEAG	1,00	20,00
102	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Citomegalovirus IGG	2,00	42,00
103	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Complemento C3	3,00	51,00
104	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Complemento (CH-50)	3,00	113,40
105	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Fator Reumatoide	12,00	96,00
106	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	FTA - ABS (IGG)	4,00	80,00
107	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	FTA - ABS (IGM)	4,00	100,00
108	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Imunoglobina "A"	7,00	147,00
109	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	IgE total	10,00	260,00
110	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	IGE Leite de Vaca	5,00	125,00
111	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Leptospirose IgM	1,00	40,00
112	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Proteina C reativa	88,00	704,00
113	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Sarampo Sorologia IGG	1,00	50,00
114	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	ANTI HBC IGM	14,00	280,00
115	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Beta 2 Microglobina	2,00	60,00
116	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Toxoplasmose IGM	22,00	396,00
117	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Toxoplasmose IGG	23,00	345,00
118	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	CA 19 9	1,00	50,00
119	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	CA 125	13,00	455,00
120	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	PSA Total - Antigeno protático específico (PSA)	88,00	1.320,00

121	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Antígeno Prostático Esp. Livre	64,00	1.152,00
122	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Citomegalovirus IGM	1,00	21,00
123	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Hepatite C	6,00	210,00
124	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Pesquisa de Anticorpos - HIV	17,00	306,00
125	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Anticorpo Anti DNA	1,00	23,80
126	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Anti SSA	1,00	42,00
127	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Anti SSB	1,00	50,00
128	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Exame a Fresco	2,00	16,00
129	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Antibiograma	93,00	744,00
130	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Pesquisa de BAAR	1,00	15,00
131	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Exame Bacterioscópico	4,00	30,00
132	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Exame Micológico direto	1,00	15,00
133	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Coprocultura	4,00	140,00
134	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Cultura Microbiológica	3,00	37,50
135	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Urucultura	98,00	1.470,00
136	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Saturação de Transferrina	11,00	330,00
137	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Proteinúria de 24 horas	5,00	60,00
138	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Parcial de Urina	312,00	3.120,00
139	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Microalbuminúria	2,00	50,00
140	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Ácido Hipúrico	1,00	15,00
141	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Ácido Metilhipúrico	1,00	15,00
142	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Zinco	1,00	40,00
143	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Anti fosfolípidios IGA	3,00	96,00
144	FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	Anti Endomísio Anticorpo IGA	5,00	270,00

quarenta e oito mil cento e quarenta e sete reais e setenta centavos

48.147,70

Art. 3º. Pelo presente, fica intimado os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC,
aos 26/01/15.

Airton Antonio Reinehr
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 4654/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

DECRETO Nº 4654/2015 de 26 de Janeiro de 2015

Homologa e Adjudica Julgamento proferido pela Comissão de Licitação, do Processo Licitatório nº 082/2015, dando outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, SC, no uso de suas atribuições que lhe confere a lei nº: 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação, nomeada pelo Decreto nº 4477/14 de 02 de Janeiro de 2.014, sob o Processo de Licitação nº 082/2015, que tem por objeto Contratação de empresa para realização do transporte escolar de alunos do ensino fundamental para o exercício de 2015.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionadas, tudo conforme o constante no Mapa Comparativo de Preços (na Deliberação), na sua exata ordem de classificação.

Item	Nome do Fornecedor	Descrição do Produto	Quant.	Valor (R\$)
2	Genoir Bampi e Cia Ltda	Trajetos 02: saindo de Bom Jesus do Oeste, seguindo pela linha 1º de maio, passando pela propriedade de Walter Ceccon, seguindo até a linha Lajeado das Flores Alto, seguindo até a linha Rainha da Serra indo até a divisa com Tigrinhos, seguindo até a linha São Marcos, passando pela propriedade de Maria Koroc até a divisa com Saltinho, retornando até a propriedade de Fridolino Fiorentin, passando pela propriedade de Otmar Fritchen, retornando pela linha Rainha da Serra, passando pela propriedade de Clair Serpa, seguindo até a Linha Lageado das Flores Alto, na propriedade de Valério Dentee e retornando pela estrada geral da linha 1º de Maio até as escolas pela parte da manhã e a tarde	200,00	63.800,00
1	VILSON GARMATZ ME	Trajetos 01: saindo de Bom Jesus do Oeste, até a divisa com o município de Tigrinhos no campo do lutador, seguindo até a propriedade de Bruno Hofmeister, seguindo até a propriedade de Natalício Vinieski, retornando até a linha Lageado das Flores Alto, até propriedade de Jairo Bohelke, entrando na linha krebs, passando pela propriedade de Valdir Muller, até a propriedade de Ibraim Murussi, seguindo até a propriedade de Waldemar Schaffer, retornando pela estrada geral da linha 1º de Maio, retornando até as escolas, pela parte da manhã e à tarde	200,00	62.800,00
3	TRANSPORTES COLETIVOS BOMJE LTDA ME	Trajetos 03: Saindo de Bom Jesus do Oeste, passando pela SC 469, passando pela linha XV de Novembro até o trevo, seguindo até a propriedade de Baldino Schittler, até a propriedade de Renan Almeida, retornando pela SC 469, entrando na comunidade de Linha Lamb, passando pela igreja, até a propriedade de Fredolino Fiorentin, retornando até a igreja, prosseguindo até a propriedade de Elemar Kuhn, retornando até a SC 469, seguindo até o trevo de acesso a Bom Jesus do Oeste até as escolas municipais pela parte da manhã e a tarde	200,00	69.600,00

sessenta e três mil e oitocentos reais	63.800,00
sessenta e dois mil e oitocentos reais	62.800,00
sessenta e nove mil e seiscentos reais	69.600,00

Art. 3º. Pelo presente, fica intimado os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC,
 aos 26/01/15.
 AIRTON ANTONIO REINEHR
 Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 4655/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

DECRETO Nº 4655/2015 de 26 de Janeiro de 2015

Homologa e Adjudica Julgamento proferido pela Comissão de Licitação, do Processo Licitatório nº 070/2015, dando outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, SC, no uso de suas atribuições que lhe confere a lei nº: 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação, nomeada pelo Decreto nº 4477/14 de 02 de Janeiro de 2014, sob o Processo de Licitação nº 070/2015, que tem por objeto Contratação de empresa para prestação de serviço de plantão médico -hospitalar, com corpo clínico especializado para o exercício de 2015.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionadas, tudo conforme o constante no Mapa Comparativo de Preços (na Deliberação), na sua exata ordem de classificação.

Item	Nome do Fornecedor	Descrição do Produto	Quant.	Valor (R\$)
1	SOC. HOSP. BENEF. DE MODELO.	Contratação de serviços de plantão medico hospitalar de media e baixa complexidade, com atendimento de urgencia e emergencia 24 horas; internamentos; aplicação medicamentosa basica ambulatorial; atendimento humanizado; transferencia de paciente em casos graves, com acompanhamento de medico e enfermagem; raio X na urgencia e emergencia (finais de semana e feriados o paciente sera liberado do plantão com a prescrição do tratamento necessario e com referencia ao profissional medico da unidade	11,00	60.500,00
2	SOCIEDADE BENEFICIENTE HOSPITALAR MH	Contratação de serviço de plantão medico hospitalar sendo utilização das dependencias fisicas ; equipamentos ambulatoriais , plantonistas, funcionarios ,exames de Raio X, exames basicos de laboratório, medicação basica para realização de plantões de urgencia e emergencia durante todos os dias da semana incluindo sabados, domingos e feriados	11,00	95.565,69
3	SOCIEDADE BENEFICIENTE HOSPITALAR MH	Contratação de consultas medicas nas seguintes especialidades basicas a saber: clinica medica, cirurgicas, obstetricia,pediatria, anestesista,neurocirurgião,nefrologia,cirurgião toraxico,bucomaxilofacial e bioquimico no periodo integral de segunda a segunda feira, 24 (vinte e quatro) horas por dia todos os dias do mês	100,00	20.000,00

sessenta mil e quinhentos reais	60.500,00
cento e quinze mil quinhentos e sessenta e cinco reais e sessenta e nove centavos	115.565,69

Art. 3º. Pelo presente, fica intimado os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC,
aos 26/01/15.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 4656/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

DECRETO Nº 4656/2015 de 26 de janeiro de 2015

Homologa e Adjudica Julgamento proferido pela Comissão de Licitação, do Processo Licitatório nº 064/2015, dando outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, SC, no uso de suas atribuições que lhe confere a lei nº: 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação, nomeada pelo Decreto nº 4477/14 de 02 de Janeiro de 2.014, sob o Processo de Licitação nº 064/2015, que tem por objeto Aquisição de doses de sêmen bovino para inseminação do rebanho bovino no Município, no exercício de 2015..

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionadas, tudo conforme o constante no Mapa Comparativo de Preços (na Deliberação), na sua exata ordem de classificação.

Item	Nome do Fornecedor	Descrição do Produto	Quant.	Valor (R\$)
1	SEMEX DO BRASIL COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA	Sêmen bovino provado , com prova não inferior a dezembro de 2014, que atenda às seguintes características mínimas conforme prova oficial na base americana ou com conversão pela interbull. raça holandesa, com uma confiabilidade produtiva igual ou maior a 90 %, com PTA leite maior que 400 libras,PTA gordura maior ou igual a 0% TPI superior a 2000; PTA tipo igual ou maior que 0,50, composto de úbere igual ou maior que 0,50, composto de pernas e pés igual ou maior 0,50,ângulo de casco maior ou igual a 0,50 apresentando uma facilidade de parto igual ou menor que 8%,com taxa de prenhes das filhas maior ou igual a 1,5 com vida produtiva maior ou igual a 2,50	1.000,00	15.100,00
2	SEMEX DO BRASIL COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA	Sêmen bovino de touro da raça holandesa preto e branco com prova oficial na base americana ou com conversão pela interbull,não inferior a dezembro de 2014 que atenda os seguintes critérios: PTA leite igual ou superior a +1.000 lbs,PTA gordura % igual ou superior a +0,10%, PTA% proteína igual ou superior a + 0,02% confiabilidade na prova de produção igual ou superior a 77% PTA tipo igual ou superior a + 2,40 composto de úbere igual ou superior a +1.70 composto de pernas e pés igual ou superior a +1.60 vida produtiva igual ou superior a +3.5 score de células somáticas igual ou inferior a 3.00 facilidade de parto igual ou inferior a 7.5% TPI igual ou superior a 2.400	250,00	7.350,00
3	SEMEX DO BRASIL COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA	Sêmen bovino provado , com prova não inferior a agosto de 2014, que atenda às seguintes características mínimas conforme prova oficial na base americana ou com conversão pela interbull. raça Jersey confiabilidade produtiva igual ou maior a 85 %, PTA proteína maior ou igual a 0,10% em percentil,PTA gordura maior ou igual a 0,03% em percentil, forma leiteira maior ou igual a 0,50, composto de úbere superior a 10, PTA tipo maior ou igual a 0,50	900,00	13.230,00
4	SEMEX DO BRASIL COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA	Sêmen bovino de touro da raça Jersey com prova oficial na base americana ou com conversão pela interbull,não inferior a dezembro de 2014 que atenda os seguintes critérios: JPI igual ou superior a 110 PTA% gordura igual ou superior a +0,20%, PTA% proteína igual ou superior a + 0,05% confiabilidade para produção igual ou superior a 70% PTA tipo igual ou superior a + 1,3 composto de úbere (JUI) igual ou superior a + 23.0 vida produtiva igual ou superior a +2.5 score de células somáticas igual ou inferior a 2.90	250,00	7.325,00
5	SEMEX DO BRASIL COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA	Sêmen da raça gir leiteira, que atenda às seguintes características mínimas, sendo o pai do touro provado pelo sumário EMBRAPA/ABC-GIL com PTA leite maior ou igual a 400 KG de leite e sua mãe com produção oficial encerrada acima de 6.500 kg de leite em até 305 dias de ordenha	250,00	3.575,00

6	SEMEX DO BRASIL COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA	Touro da raça red angus, com avaliação genética pela canadian angus association (CAA), rodada não inferior a primavera de 2014(S14) com DEPs mínimas atendendo aos percentis: peso de desmama(WW), 10% ou melhor, peso ao ano (YW), 15% ou melhor, peso de carcaça (CW),15% ou melhor, musculosidades (RE ou REA), 3% ou melhor, gordura subcutânea(FAT), mínimo de 95% de percentil	250,00	3.437,50
7	SEMEX DO BRASIL COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA	Touro da raça nelore padrão, inscrito no livro CEIP avaliação genética pelo programa nelore qualitas, rodada não inferior a 2013 com DEPs mínimas atendendo aos percentis: índice qualitas (IQualitas) top 2% ou melhor, peso desmama direto, top 15% ou melhor,materno total (Mat Total), top 30 % ou melhor, ganho de peso pós desmama(GPD) top 4% ou melhor, peso ao sobreano (GPSOB), top 5% ou melhor, perímetro escrotal aos 15 meses (PE), top 3% ou melhor,muscolosidade (MUSC) top 6% ou melhor	150,00	2.092,50

cinquenta e dois mil cento e dez reais

52.110,00

Art. 3º. Pelo presente, fica intimado os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC,
aos 26/01/15.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

RELATÓRIOS DE GESTÃO FISCAL 2º SEMESTRE 2014

Página: 1 de 1
27/01/2015 13:12

Camara Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC - Poder Legislativo

Relatório de Gestão Fiscal

Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

3º Quadrimestre de 2014

LRF, Art. 48 - Anexo VII

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal DTP	338.380,24	3,42
Limite Máximo (incisos I,II e III, art. 20 da LRF) - 6,00	593.077,26	6,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF) - 5,70	563.423,40	5,70

<u>RESTOS A PAGAR</u>	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA(ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO
<u>Valor Total</u>	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 27/Jan/2015, 13h e 12m.

IVALDO DEFENDI RIBEIRO
CIC 582.795.809-30

ADRIANA ESTEFANI
CRC 021.143/0-2

(1/1)

Página: 1 de 1
27/01/2015 13:33

Camara Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC - Poder Legislativo
Relatório de Gestão Fiscal
Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
3º Quadrimestre de 2014

LRF, Art. 48 - Anexo VII		R\$ 1,00
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal DTP	338.380,24	3,42
Limite Máximo (incisos I,II e III, art. 20 da LRF) - 6,00	593.077,26	6,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF) - 5,70	563.423,40	5,70
<u>RESTOS A PAGAR</u>	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDAD E DE CAIXA LÍQUIDA(ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO
<u>Valor Total</u>	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 27/Jan/2015, 13h e 33m.

IVALDO DEFENDI RIBEIRO
CIC 582.795.809-30

ADRIANA ESTEFANI
CRC 021.143/0-2

(1/1)

RELATÓRIOS DE GESTÃO FISCAL 2º SEMESTRE 2014

Página: 1 de 1
27/01/2015 12:51

Camara Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC - Poder Legislativo
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Janeiro a Dezembro de 2014

RGF - ANEXO VI (LRF, Art. 55, Inciso III, alínea 'b')

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA(ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não processados)			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	-	-	-	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I+II)	-	-	-	-	-	-
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	-	-	-	-	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 27/Jan/2015, 12h e 51m.

Nota:¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial

Camara Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC - Poder Legislativo
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Janeiro a Dezembro de 2014

RGF - ANEXO VI (LRF, Art. 55, Inciso III, alínea 'b')

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA(ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não processados)			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	-	-	-	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I+II)	-	-	-	-	-	-

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 27/Jan/2015, 13h e 10m.

Nota:¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial

RELATÓRIOS DE GESTÃO FISCAL 2º SEMESTRE 2014

Página: 1 de 1
27/01/2015 13:12

Camara Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC - Poder Legislativo

Relatório de Gestão Fiscal

Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

3º Quadrimestre de 2014

LRF, Art. 48 - Anexo VII

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal DTP	338.380,24	3,42
Limite Máximo (incisos I,II e III, art. 20 da LRF) - 6,00	593.077,26	6,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF) - 5,70	563.423,40	5,70

<u>RESTOS A PAGAR</u>	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDAD E DE CAIXA LÍQUIDA(ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO
<u>Valor Total</u>	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 27/Jan/2015, 13h e 12m.

IVALDO DEFENDI RIBEIRO
CIC 582.795.809-30

ADRIANA ESTEFANI
CRC 021.143/0-2

(1/1)

RELATÓRIOS DE GESTÃO FISCAL 2º SEMESTRE 2014

Página: 1 de 1
27/01/2015 12:39

Camara Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC
Poder Legislativo
Relatório de Gestão Fiscal
Demonstrativo da Despesa com Pessoal
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro/2014 a Dezembro/2014

RGF - ANEXO I (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

Unidade Gestora: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	338.380,24	-
Pessoal Ativo	337.399,24	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	-	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	981,00	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art.19 da LRF)(II)	-	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	-	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL(III) = (I-II)	338.380,24	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP(IV) = (IIIa + IIb)		338.380,24

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	Valor
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL(V)	9.884.620,99
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL(VI)=(IV/V) * 100	3,42
LIMITE MÁXIMO (incisos I,II e III, art. 20 da LRF) - 6%	593.077,26
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 5,7%	563.423,40
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art.59 da LRF) - 5,4%	533.769,53

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 27/Jan/2015, 12h e 39m.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

IVALDO DEFENDI RIBEIRO
CIC 582.795.809-30

ADRIANA ESTEFANI
CRC 021.143/0-2

(1/1)

Bom Retiro

PREFEITURA

003.14 - DECRETO DESDOBRAMENTO RECEITA METAS BIMESTRAIS ARREC.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Decreto nº 03/15 de 13 de janeiro de 2015.

DISPÕE SOBRE O DESDOBRAMENTO DAS RECEITAS EM METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 13 da Lei de Responsabilidade Fiscal

DECRETA:

Art. 1º - Fica a receita prevista no orçamento de 2015 desdobrada em metas bimestrais de arrecadação, demonstrada em anexo, conforme determina o art. 13 da L.R.F. e art. 47 da Lei 4.320/64, objetivando à administração, a disponibilidade financeira para cada bimestre, de forma a auxiliar a programação financeira e preservar o equilíbrio das contas públicas.

Art. 2º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 13 de janeiro de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

DEMONSTRATIVO DO DESDOBRAMENTO DA RECEITA EM METAS BIMESTRAIS DE ARRECAÇÃO - ORÇAMENTO 2014
L.R.F. artº 13

Descrição da Receita	1º BIMESTRE		2º BIMESTRE		3º BIMESTRE		4º BIMESTRE		5º BIMESTRE		6º BIMESTRE		TOTAL
	JANEIRO	FEVER.	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBR	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	
REC. CORRENTES	1.515.500,00	1.718.050,00	1.804.190,00	1.638.500,00	1.776.500,00	1.731.500,00							
Rec. Tributária	125.000,00	283.000,00	463.000,00	103.000,00	130.000,00	246.000,00							
Rec. Contribuição	14.000,00	14.000,00	19.000,00	14.000,00	14.000,00	13.000,00							
Rec. Patrimonial	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	
Rec. Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rec. Serviços	0,00	550,00	690,00	4.000,00	5.000,00	2.000,00							
Transf. Correntes	1.360.000,00	1.400.000,00	1.300.000,00	1.500.000,00	1.600.000,00	1.450.000,00							
Outras Receitas Corr.	14.000,00	18.000,00	19.000,00	15.000,00	26.000,00	18.000,00							
REC. CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00							
Operações Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00							
Alienação Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00							
Transf. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00							
TOTAL	1.515.500,00	1.718.050,00	1.804.190,00	1.638.500,00	1.776.500,00	1.731.500,00							

Descrição da Receita	1º BIMESTRE		2º BIMESTRE		3º BIMESTRE		4º BIMESTRE		5º BIMESTRE		6º BIMESTRE		TOTAL
	REC. CORRENTES												
REC. CORRENTES	3.233.550,00			3.442.690,00		3.508.000,00		2.786.760,00		3.083.805,35		7.711.703,65	23.766.509,00
REC. CAPITAL	0,00			0,00		0,00		0,00		540.000,00		0,00	540.000,00
TOTAL	3.233.550,00			3.442.690,00		3.508.000,00		2.786.760,00		3.623.805,35		7.711.703,65	24.306.509,00

OBS.: O cálculo das metas de receitas bimestrais de arrecadação foram baseados na receita arrecadada no exercício de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DÁRIO CESAR DE LINS
Secretária de Administração e Fazenda

NEIVA REGINA DEINANI MORETTI
Contadora CRC/SC 021795

Bom Retiro (SC), 13 de janeiro de 2015.

004.15 - DECRETO CRONOGRAMA EXEC.MENSAL DESEMBOLSO**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA**

Decreto nº 04/15 de 13 de janeiro de 2015.

*DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO
MENSAL DE DESEMBOLSO.*

O Prefeito Municipal de Bom Retiro, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica estabelecido o cronograma de execução mensal de desembolso às diversas unidades Administrativas referente as despesas prevista no orçamento de 2015, demonstrada em anexo, conforme determina o art. 13 da L.R.F. e art. 47 da Lei 4.320/64, objetivando à administração, manter o equilíbrio entre a receita e despesa para reduzir a insuficiência de caixa (Art. 48º da Lei 4.320/64).

Art. 2º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 13 de janeiro de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

DEMONSTRATIVO DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO - ORÇAMENTO

2014

L.R.F. artº 8º

UNIDADES GESTORAS	R\$												TOTAL
	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	
Câmara Municipal	75.966,66	75.966,66	75.966,66	75.966,66	75.966,66	75.966,66	75.966,66	75.966,66	75.966,66	75.966,66	75.966,66	75.966,66	911.600,00
Fundo Mun. de Saúde	420.000,00	420.000,00	420.000,00	420.000,00	420.000,00	420.000,00	420.000,00	420.000,00	420.000,00	420.000,00	420.000,00	564.123,32	5.184.123,32
Fundo Mun. Assist. Social	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	143.425,00	1.243.425,00
Fundo Inf. E Adolescência	1.700,00	1.700,00	1.700,00	1.700,00	1.700,00	1.700,00	1.700,00	1.700,00	1.700,00	1.700,00	1.700,00	2.500,00	21.200,00
Prefeitura M. Bom Retiro	1.200.000,00	1.500.000,00	1.350.000,00	1.330.000,00	1.600.000,00	1.250.000,00	1.150.000,00	1.250.000,00	1.350.000,00	1.050.000,00	1.000.000,00	2.166.160,68	16.196.160,68
TOTAL	1.797.666,66	2.097.666,66	1.947.666,66	1.927.666,66	2.197.666,66	1.847.666,66	1.747.666,66	1.847.666,66	1.947.666,66	1.647.666,66	1.597.666,66	2.952.175,74	23.556.509,00

OBS.: O cronograma mensal de desembolso para o exercício de 2015 foi programado para economia de R\$ 750.000,00 frente a cobertura da insuficiência de caixa ocorrida no exercício de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Secretário de Administração e Fazenda

NEIVA REGINA DEINANI MORETTI
Contadora CRC/SC 021795

Bom Retiro (SC), 13 de janeiro de 2015.

02.15 DEC. SUPLEMENTAÇÃO SUPERÁVIT PMBR EDUCAÇÃO

Decreto N.º 02/15 de 13 de janeiro de 2015.

SUPLEMENTA RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO, EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015, PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, devidamente autorizado no art. 5º, II da Lei n.º 2262/14 de 09 de dezembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias:

04.01- SECR. MUN. EDUCAÇÃO,CULTURA E ESPORTE

12.361.0018.1001 - CONSTR.REFORME E AMPLIAÇÃO UNID.ESC.ENS.FUND.

4.0.00.00 - DESPESAS CAPITAL

4.4.90.00 - Aplicações Diretas

Recurso 03.32.0000 (Transf.Conv.União-Educação - Exercício Anterior) R\$ 53.816,60

Sub Total R\$ 53.816,60

12.365.0018.1002 - CONSTR. AMPL. E EQUIP. UNID. ESC. ENSINO INFANTIL

4.0.00.00 - DESPESAS CAPITAL

4.4.90.00 - Aplicações Diretas

Recurso 03.32.0000 (Transf.Conv.União-Educação - Exercício Anterior) R\$ 27.000,00

Sub Total R\$ 27.000,00

Total Geral da Suplementação R\$ 80.816,60

Art. 2º - Para fazer face a presente suplementação, apresenta-se como fonte de recurso o superávit financeiro do exercício anterior das respectivas fontes de recursos apurado no demonstrativo da apuração dos saldos das disponibilidades de recursos, excluído daqueles saldos os restos a pagar empenhados naquelas fontes, sendo o valor de R\$ 53.816,60 referente a conta corrente bancária 13.925-4 - Construção da Escola do Bairro São José e o valor de R\$ 27.000,00 referente a conta corrente bancária 13.726-X - Apoio à Creche.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 13 de janeiro de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Administração e Fazenda

109.01.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE MARIA N. B. SCHLEMPER

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 109/15 de 26.01.15

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

Resolve:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 21 de janeiro de 2015, a funcionária Maria Neusa Branco Schlemper, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 - Nível 22, 30 horas, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Antonia Maria da Silva Vieira.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,

26 de janeiro de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

IRES KAPITULA BOSQUETTI

Resp. Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

110.01.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE OLAVIO ROVARIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 110/15 de 26.01.15

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

Resolve:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 23 de janeiro de 2015, ao funcionário Olávio Rovaris, ocupante do cargo de Assistente Administrativo - Padrão 1 - Nível 6, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
26 de janeiro de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

IRES KAPITULA BOSQUETTI

Resp. Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

MINUTA EDITAL PP 05/2015 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BOM RETIRO

MINUTA EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2015 (FMS)

O Município de Bom Retiro através do Fundo Municipal de Saúde torna público Edital Pregão Presencial 05/2015 para contratação de laboratório clínico para prestação de serviços especializados na realização de exames médicos, de pacientes encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde. Os interessados deverão apresentar documentos e propostas em envelopes fechados na Prefeitura Municipal de Bom Retiro à Av. Major Generoso, 19, Centro, até dia 10/02/15 às 10h00min. Maiores informações podem ser obtidas na Prefeitura de Bom Retiro Fone/Fax: (049) 32770183, das 09:00/12:00 das 13:30/17:00. Edital disponível no website oficial: www.bomretiro.sc.gov.br. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 28 de janeiro de 2015.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito

Braço do Trombudo**PREFEITURA****EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 03/2015 - SRP**

PROCESSO ADMINISTRATIVO 04/2015

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 03/2015 - SRP

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que às 08h30min do dia 10.02.2015, estará selecionando a melhor proposta para Registro de Preços para Aquisição de tubos de concreto para construção e manutenção de Redes Pluviais, Ruas municipais e localidades rurais do município de Braço do Trombudo. Informações pelo fone 47 3547-0179 ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 27 de Janeiro de 2015.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 19/2015

EXTRATO DE CONTRATO 19/2015

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67,

Sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - Epagri

CNPJ nº 83.052.191/0027-00, sito a Rua Jaraguá 145, Cidade de Rio do Sul - SC

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, DE CONFORMIDADE COM A LEI 8.666/93.

Valor: R\$ 22.461,80 (vinte dois mil quatrocentos e sessenta e um reais e oitenta centavos), Anual.

Vigência até 31.12.2015.

Data da assinatura: 26.01.2015

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO INSCRIÇÕES CONCURSO PÚBLICO 1/2014

EDITAL DE CONCURSO Nº 04/2015

REALIZAÇÃO: CONCURSOS SS1

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, por meio da Secretaria de Administração e Finanças, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 37 da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO o presente Edital para divulgar o que segue:

1. HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES: o relatório nominal de candidatos com inscrições homologadas, assim como o relatório das inscrições não processadas, Anexos I e II deste Edital, estão divulgados no Mural da Prefeitura Municipal, bem como, em caráter meramente informativo, na internet, pelos sites www.concursos-ss1.com.br e www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

1.1. A inscrição de nº 8200132, embora o candidato tenha assinado na ficha de inscrição a opção "Pessoas com Deficiência", fica indeferida na condição especial, por não ter sido apresentada a documentação prevista no item 3.2 - "b", Capítulo III, do Edital de Concurso nº 01/2014 para concorrer à vaga especial como Pessoas com Deficiência. O candidato concorrerá somente às vagas gerais e não terá tratamento especial e/ou prova diferenciada.

1.2. Os candidatos interessados em interpor recursos relativos às inscrições poderão fazê-lo nos dias 29 e 30 de janeiro de 2015, em conformidade com o disposto no Capítulo VII, do Edital de Concurso nº 01/2014. Os recursos deverão ser protocolados on-line, através do site www.concursos1.com.br, clicando no link Recurso On-Line e para acesso ao formulário de recursos on-line será exigido o número de inscrição e o CPF do candidato.

2. A PROVA OBJETIVA, para todos os cargos será aplicada no dia 22/02/2015 (domingo), às 09h, na ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA ADOLFO BÖVING, Rua Leopoldo Joenck, nº 82 - Centro - Braço do Trombudo/SC.

2.1. Desde já, ficam os candidatos convocados a comparecerem com antecedência de 1 (uma) hora ao local das provas, portando documento de identidade original, bem como o comprovante de inscrição no Concurso Público (boleto bancário pago) e caneta esferográfica azul ou preta de ponta grossa.

Município de Braço do Trombudo, 27 de janeiro de 2015.

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ANEXO I - RELATÓRIO DE INSCRIÇÕES PROCESSADAS

INS	NOME	CARGO
8200165	ALINE GABRIELE DA SILVA	Agente de Defesa Civil
8200166	CARLOS ALBERTO MATHIAS	Agente de Defesa Civil
8200181	CRISLAINE CARLA VALENTE FUCK	Agente de Defesa Civil
8200148	CRISTIANE VALENTE FUCK	Agente de Defesa Civil
8200082	DANIEL DE MORAES	Agente de Defesa Civil
8200176	EDUARA BRENES OLIVEIRA	Agente de Defesa Civil
8200093	ELISANGELA THAISE ANDRADE	Agente de Defesa Civil
8200139	FELIPE DE OLIVEIRA PRADO	Agente de Defesa Civil
8200131	HIPOLITO SARDA DE SOUZA	Agente de Defesa Civil
8200083	JESSE VALENTE DE LIZ	Agente de Defesa Civil
8200069	JOELMA ANTUNES DOS SANTOS	Agente de Defesa Civil
8200162	JONATHA PATRICK VIEIRA	Agente de Defesa Civil
8200179	KAULI JOAODOS SANTOS	Agente de Defesa Civil
8200202	LUAN WAGNER MELMESTET	Agente de Defesa Civil
8200169	LUCAS ZOBOLI	Agente de Defesa Civil
8200100	LUCIANA SOARES	Agente de Defesa Civil
8200095	MARCELO VILIAM ZEMKE	Agente de Defesa Civil
8200105	RAFAEL MIRANDA	Agente de Defesa Civil
8200201	REGINALDO BECKER	Agente de Defesa Civil
8200036	TAIS MAIARA STETTER	Agente de Defesa Civil
8200057	VALDIRENI HEIDEN	Agente de Defesa Civil
8200108	ANA PAULA NUNES	Assistente Social
8200212	ANTONIELA CRISTINA FERREIRA	Assistente Social

8200091	ARIANE GABRIELA FELIX LEITE	Assistente Social
8200002	ARIANE VIEIRA MUNIZ CHUPEL	Assistente Social
8200097	BRUNA DA FONSECA	Assistente Social
8200080	CAMILA OLIVEIRA ROSSI	Assistente Social
8200075	CLEUSA SCHMUELLER	Assistente Social
8200147	ELISABETH SPREDEMANN	Assistente Social
8200123	FABIANA RIBEIRO DE SOUZA	Assistente Social
8200004	FABIO LORENZON	Assistente Social
8200121	GISELI SIMPLICIO CAETANO	Assistente Social
8200106	JONES ANDERSON STAHNKE	Assistente Social
8200186	KARISE ROSETTI	Assistente Social
8200215	PAMELA DA ROSA OURIQUES DEMARCHI	Assistente Social
8200173	PATRICIA BENNETT HORN-SCHU	Assistente Social
8200072	PRISCILA FURLAN	Assistente Social
8200013	SANDRO LUIZ GONCALVES	Assistente Social
8200034	SONIA APARECIDA BATISTA RIBEIRO MARCONI	Assistente Social
8200195	ANA CLAUDIA DE OLIVEIRA	Auxiliar de Serviços Gerais - Merendeira/Servente
8200046	ARMELINDA APARECIDA KLETENBERG	Auxiliar de Serviços Gerais - Merendeira/Servente
8200011	CARINA CORREA DE MEIRA	Auxiliar de Serviços Gerais - Merendeira/Servente
8200158	DAIANE SCHARF	Auxiliar de Serviços Gerais - Merendeira/Servente
8200113	DERCI ALVES DE SOUZA	Auxiliar de Serviços Gerais - Merendeira/Servente
8200015	ELIANE LEMOS DOS SANTOS TEIXEIRA	Auxiliar de Serviços Gerais - Merendeira/Servente
8200022	EVA LEMOS	Auxiliar de Serviços Gerais - Merendeira/Servente
8200143	JANAINA ELVIRA SEIDLER	Auxiliar de Serviços Gerais - Merendeira/Servente
8200028	KARINA WOELCKER	Auxiliar de Serviços Gerais - Merendeira/Servente
8200194	LETICIA JACIARA DOS SANTOS	Auxiliar de Serviços Gerais - Merendeira/Servente
8200198	LUMARA GONCALVES DOS SANTOS	Auxiliar de Serviços Gerais - Merendeira/Servente
8200090	MARA ELIANE DE BRITTO DA ROSA	Auxiliar de Serviços Gerais - Merendeira/Servente
8200010	MARIZETE BECHTOLD DO NASCIMENTO	Auxiliar de Serviços Gerais - Merendeira/Servente
8200206	NILO VANDERLEI MAUERBERG	Auxiliar de Serviços Gerais - Merendeira/Servente
8200137	PATRICIA DE LIZ	Auxiliar de Serviços Gerais - Merendeira/Servente
8200140	PATRICIA FORMIGARI	Auxiliar de Serviços Gerais - Merendeira/Servente
8200021	ROSENILDA LEMOS	Auxiliar de Serviços Gerais - Merendeira/Servente
8200128	SILVANA GONCALVES DOS SANTOS COELHO	Auxiliar de Serviços Gerais - Merendeira/Servente
8200146	SONIA DA SILVA	Auxiliar de Serviços Gerais - Merendeira/Servente
8200012	SUSANA APARECIDA DE LIZ MELLO BECHTOLD	Auxiliar de Serviços Gerais - Merendeira/Servente
8200020	TATIANA LUIZA HOELT-GBAUM	Auxiliar de Serviços Gerais - Merendeira/Servente

8200063	TATIANE APARECIDA PETERS FELIPE DOS SANTOS	Auxiliar de Serviços Gerais - Merendeira/Servente
8200191	CASSIANA DA SILVA SAM- PAIO	Farmacêutico
8200207	CHISLIAN CAMARGO DE ANDRADE	Farmacêutico
8200089	GABRIELE SCHMITZ TROM- BETA	Farmacêutico
8200067	IDILAINE CUSTODIO DOS SANTOS	Farmacêutico
8200209	IONARA SANTIN	Farmacêutico
8200060	KARIN ELIZA KRUGER	Farmacêutico
8200118	KAROLINE NAIARA DOERING	Farmacêutico
8200023	LEANDRO DUARTE	Farmacêutico
8200096	LOUISE RUBIA PROBST PURNHAGEN	Farmacêutico
8200182	SAIONARA FIGUEIREDO DOS SANTOS	Farmacêutico
8200076	SANDRA HELENA THIVES	Farmacêutico
8200183	THAMARA THAIS NAZARIO	Farmacêutico
8200144	VANDERLEIA PARECIDA SEBOLD FERMINO	Farmacêutico
8200149	ADRIANO DE SOUZA	Fiscal de Obras e Posturas
8200132	ALDORI SCHLUPP	Fiscal de Obras e Posturas
8200054	BRUNO EDUARDO MANES	Fiscal de Obras e Posturas
8200071	EMERSON SANDRI	Fiscal de Obras e Posturas
8200084	JOAO CARLOS DA ROCHA APOLINARIO	Fiscal de Obras e Posturas
8200042	NATANAEL VINICIUS VI- NOTTI	Fiscal de Obras e Posturas
8200204	ADAELCIO CAMUZZATO	Médico Veterinário
8200167	ALESSANDER GOULART CARPES	Médico Veterinário
8200018	AMARILDO DUBIELLA	Médico Veterinário
8200122	ANDREIA RODRIGUES LEMES	Médico Veterinário
8200134	ARLEI APARECIDA CHAVES	Médico Veterinário
8200129	CAMILA ZARDO DE NARDI	Médico Veterinário
8200124	CARLA SOUZA DE OLIVEIRA	Médico Veterinário
8200205	CARLOS ALBERTO CECCATO JUNIOR	Médico Veterinário
8200032	CLAUDIO FRANCISCO BROGNI	Médico Veterinário
8200126	CRISTINA MAIARA KLUG	Médico Veterinário
8200211	EMERSON JOSE ELI	Médico Veterinário
8200171	GUILHERME EGER	Médico Veterinário
8200111	ISADORA RIBEIRO KANDER	Médico Veterinário
8200153	JANAINA TONET	Médico Veterinário
8200107	JOAO VASCO BANDEIRA DUTRA JUNIOR	Médico Veterinário
8200127	LUCAS VALDIR FLORIANI DO NASCIMENTO	Médico Veterinário
8200119	LUIZ GUSTAVO ESTOELE DEBOITE	Médico Veterinário
8200184	MORGANA ALVES	Médico Veterinário
8200210	PAMELA DE LIMA THOME DA CRUZ	Médico Veterinário
8200104	PAULO EDUARDO FLORIANI MOREIRA	Médico Veterinário
8200142	RAFAEL COELHO MAESTRI	Médico Veterinário
8200138	SAMIR MACHADO DA SILVA	Médico Veterinário

8200199	SIMONE CONTERNO	Médico Veterinário
8200145	TAILISE KAROLINE HERBST	Médico Veterinário
8200175	WENDELL ROQUE DA SILVA	Médico Veterinário
8200085	WILIAN DEMARCHI	Médico Veterinário
8200114	ALDO FLORIANI DE SOUZA	Motorista
8200178	ALEF DA SILVA	Motorista
8200160	CLEITON FRANCISCO PEDRO	Motorista
8200177	DANIEL DE OLIVEIRA	Motorista
8200196	EUCLIDES DE MELO JUNIOR	Motorista
8200190	FABRICIO HELENO KNAUL	Motorista
8200187	GILSON JUNIOR DA SILVA	Motorista
8200056	JOSE MARIA RODRIGUES	Motorista
8200200	RICARDO WOLNIEWICZ	Motorista
8200062	RONALDO JULIO FELIPE DOS SANTOS	Motorista
8200044	SAMUEL DIEGO GASTAO	Motorista
8200174	SEBASTIAO VANDERLEI ROSCAMP	Motorista
8200163	VALDEMIR RUZKOVSKI	Motorista
8200006	CARLOS ALBERTO FERREIRA	Operador de Máquinas
8200157	EDUARDO VERDI	Operador de Máquinas
8200151	VALDECI ROSA MEYER	Operador de Máquinas
8200120	VILSON POMAROLLI	Operador de Máquinas
8200164	CRISTIANO SAMP	Operador de Trator Agrícola
8200045	JOAO PAULO GASTAO	Operador de Trator Agrícola
8200014	MAICON LIPINSKI	Operador de Trator Agrícola
8200003	MARIO RADUNTZ	Operador de Trator Agrícola
8200050	DEIZI LIZIANI WILL	Técnico em Enfermagem
8200025	ELISANGELA BORBA	Técnico em Enfermagem
8200052	VERA LUCIA MATTEUSSI DOERING	Técnico em Enfermagem
8200037	VERONICA DE FATIMA ALVES DOS SANTOS	Técnico em Enfermagem
8200053	ZENAIDE CRISTINA MARCO	Técnico em Enfermagem
8200170	LAUDENIR HARBS	Topógrafo
8200155	ELAINE FILIPPI	Topógrafo
8200081	EMILIO NOLLI	Topógrafo
8200009	FABIO DALMARCO	Topógrafo
8200058	FERNANDO FELIPE KNO- BLAUCH	Topógrafo
8200103	JOSE ADOLFO CADAVEIRA GARCIA	Topógrafo
8200039	JOSEMERI DE FATIMA COR- DEIRO	Topógrafo
8200098	LUAN KRISTHIAN HASKEL	Topógrafo
8200125	LUIZ SAGAS JUNIOR	Topógrafo
8200115	MOACIR LOLE	Topógrafo
8200059	VILMAR JAQUES GRIMM	Topógrafo
8200040	ALEXANDRE SARTORTT	Vigia Noturno
8200152	IDELSON MUNIZ DO PRADO	Vigia Noturno
8200051	PAULO ROBERTO SCHMAUCH	Vigia Noturno
8200180	VALDECIR DOS SANTOS	Vigia Noturno

ANEXO II - RELATÓRIO DE INSCRIÇÕES NÃO PROCESSADAS

INSCRIÇÃO
8200001
8200005
8200007
8200008
8200016
8200017
8200019
8200024
8200026
8200027
8200029
8200030
8200031
8200033
8200035
8200038
8200041
8200043
8200047
8200048
8200049
8200055
8200061
8200064
8200065
8200066
8200068
8200070
8200073
8200074
8200077
8200078
8200079
8200086
8200087
8200088
8200092
8200094
8200099
8200101
8200102
8200109
8200110
8200112
8200116
8200117
8200130
8200133
8200135
8200136
8200141

8200150

8200154

8200156

8200159

8200161

8200168

8200172

8200185

8200188

8200189

8200192

8200193

8200197

8200203

8200208

8200213

8200214

HOMOLOGAÇÃO INSCRIÇÕES CONCURSO PÚBLICO 1/2014 ENFERMAGEM

EDITAL DE CONCURSO Nº 05/2015

REALIZAÇÃO: CONCURSOS SS1

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, por meio da Secretaria de Administração e Finanças, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 37 da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO TORNA PÚBLICO o presente Edital para divulgar o que segue:

1. HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES: o relatório nominal de candidatos com inscrições homologadas, assim como o relatório das inscrições não processadas, Anexos I e II deste Edital, estão divulgados no Mural da Prefeitura Municipal, bem como, em caráter meramente informativo, na internet, pelos sites www.concursosss1.com.br e www.bracodotrombudo.sc.gov.

1.1. Os candidatos interessados em interpor recursos relativos às inscrições poderão fazê-lo nos dias 29 e 30 de janeiro de 2015, em conformidade com o disposto no Capítulo VI, do Edital de Concurso nº 02/2014. Os recursos deverão ser protocolados on-line, através do site www.concursosss1.com.br, clicando no link Recurso On-Line e para acesso ao formulário de recursos on-line será exigido o número de inscrição e o CPF do candidato.

2. A PROVA OBJETIVA será aplicada no dia 22/02/2015 (domingo), às 09h, na ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA ADOLFO BÖVING, Rua Leopoldo Joenck, nº 82 - Centro - Braço do Trombudo/SC.

2.1. Desde já, ficam os candidatos convocados a comparecerem com antecedência de 1 (uma) hora ao local das provas, portando documento de identidade original, bem como o comprovante de inscrição no Concurso Público (boleto bancário pago) e caneta esferográfica azul ou preta de ponta grossa.

Município de Braço do Trombudo, 27 de janeiro de 2015.

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ANEXO I - RELATÓRIO DE INSCRIÇÕES PROCESSADAS

INS	NOME	EMPREGO
8300013	ALEXANDRA PROCHNOW	Enfermeiro - ESF (Estratégia da Saúde da Família)
8300003	ANA CLAUDIA SEVEGNANI	Enfermeiro - ESF (Estratégia da Saúde da Família)
8300018	BRUNA BERTELLI	Enfermeiro - ESF (Estratégia da Saúde da Família)
8300034	BRUNA VALLE	Enfermeiro - ESF (Estratégia da Saúde da Família)
8300008	CAMILA VENDRAMIN	Enfermeiro - ESF (Estratégia da Saúde da Família)
8300017	CYNTHIA HELENA GORGES	Enfermeiro - ESF (Estratégia da Saúde da Família)
8300022	DAIANA CAIDE LOPES	Enfermeiro - ESF (Estratégia da Saúde da Família)
8300035	DAIANA PAULA SANGALETTI	Enfermeiro - ESF (Estratégia da Saúde da Família)
8300004	DANIELA FERNANDES GOEDE	Enfermeiro - ESF (Estratégia da Saúde da Família)
8300033	FABIANA BINI TINTI	Enfermeiro - ESF (Estratégia da Saúde da Família)
8300036	FABIOLA ANTUNES VELASCO	Enfermeiro - ESF (Estratégia da Saúde da Família)
8300026	FERNANDA KOLCAVA	Enfermeiro - ESF (Estratégia da Saúde da Família)
8300032	JEFFERSON DIRCEU BOMBILIO	Enfermeiro - ESF (Estratégia da Saúde da Família)
8300023	JOSIANE VERDI SCHAADE	Enfermeiro - ESF (Estratégia da Saúde da Família)
8300020	JULIA GRAZIELI SOARES	Enfermeiro - ESF (Estratégia da Saúde da Família)
8300030	LUANA CRISTINI MICHELS	Enfermeiro - ESF (Estratégia da Saúde da Família)
8300029	MARA RUBYA OLIVEIRA SOUZA	Enfermeiro - ESF (Estratégia da Saúde da Família)
8300010	MARIANE PANDINI	Enfermeiro - ESF (Estratégia da Saúde da Família)
8300021	MARISE CRISTINA WELTER ADAMS	Enfermeiro - ESF (Estratégia da Saúde da Família)
8300028	RENATA CARLON	Enfermeiro - ESF (Estratégia da Saúde da Família)
8300016	RENATA CRISTINA SANTOS DE OLIVEIRA	Enfermeiro - ESF (Estratégia da Saúde da Família)
8300037	SILVANA FRANCELINA SANTOS AUGENSTEIN	Enfermeiro - ESF (Estratégia da Saúde da Família)
8300025	SIRLENE DE LIMA PORTO	Enfermeiro - ESF (Estratégia da Saúde da Família)
8300027	SOLANGE MARQUES DE SOUZA	Enfermeiro - ESF (Estratégia da Saúde da Família)
8300014	VIVIAN FRANCESCHET	Enfermeiro - ESF (Estratégia da Saúde da Família)
8300005	VIVIAN INES LOPES	Enfermeiro - ESF (Estratégia da Saúde da Família)
8300009	WALQUIRIA KARSTEN	Enfermeiro - ESF (Estratégia da Saúde da Família)

ANEXO II - RELATÓRIO DE INSCRIÇÕES NÃO PROCESSADAS

INSCRIÇÃO
8300001
8300002
8300006
8300007
8300011
8300012
8300015
8300019
8300024
8300031

Portaria 005/2015
PORTARIA Nº 005/2015

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 009/99 de 17.11.99, artigo 30, inciso I, etc...

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido, a servidora Marinelze Silva, ocupante do cargo de Pedagoga, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, que foi nomeado pela Portaria nº 032/2013 de 01.02.2013, a partir de 20.01.2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos a 20.01.2015.

Braço do Trombudo, em 27 de janeiro de 2015.

Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

Brusque**PREFEITURA****CONTRATO Nº 130/2014**

Espécie: Contrato nº 130/2014, entre o Município de Brusque e a MULTIPLOS SERVIÇOS E OBRAS LTDA EPP, em 10/12/2014. Objeto: Contrato de empresa para execução de obras de pavimentação das avenidas das avenidas Arno Carlos Gracher e Bepe Rosa (Beira Rio), Município de Brusque. Valor: 2.428.301,50. Fundamento legal: artigo 54 da Lei 8.666/93. Origem: Concorrência nº 014/2014. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 12 meses. Signatários: GILMAR VILAMOSKI.

DECRETO Nº 7.564, DE 23 DE JANEIRO DE 2015

DECRETO nº 7.564, DE 23 DE JANEIRO DE 2015.

Denomina Ginásio de Esportes Marcelino Pedro Pereira.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE no uso de suas atribuições, de acordo com o inciso IV do art. 82 da Lei Orgânica do Município, e

Considerando que Marcelino Pedro Pereira foi um dos sócios fundadores do Clube América Futebol Clube, situado no bairro Steffen, e um grande incentivador do esporte amador,

DECRETA:

Art. 1º Fica denominado "Marcelino Pedro Pereira" o Ginásio de Esportes da Escola de Ensino Fundamental Lions Clube Companheiro Oscar Maluche, situada na Rua Rodolfo Steffen, nº 182, bairro Steffen, em Brusque-SC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 23 de janeiro de 2015.

PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON
Chefe de Gabinete

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2015

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 001/2015, em 19/01/2014. Objeto: Prestação de serviços de Sonorização. Valor: R\$ 127.300,00. Origem: Pregão nº 111/2014. Fundamento legal: artigo 15 da Lei 8.666/93. Signatário: Diego Fagundes.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 079/2014

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 079/2014, em 15/12/2014. Objeto: Aquisição de estojos e mochila. Valor: R\$ 577.625,00. Origem: Pregão nº 106/2014. Fundamento legal: artigo 15 da Lei 8.666/93. Signatário: Gleusa Luci Fischer.

EXTRATO DO CONTRATO DE CONVÊNIO Nº 2014TR003750

EXTRATO DO CONTRATO DE CONVÊNIO Nº 2014TR003750
Contrato de Financiamento que entre si fazem o Governo do Estado de Santa Catarina, através do FUNDAM, e o Município de Brusque/SC, destinado à execução do projeto de Obras de pavimentação asfáltica, implantação de rede de drenagem pluvial, pavimentação em concreto dos passeios e implantação de sinalização horizontal e vertical na Rua Nova Trento e Implantação de passeios na Rua Azambuja no município de Brusque/SC. Valor do Convênio: R\$ 2.871.908,12 (dois milhões, oitocentos e setenta e um mil, novecentos e oito reais e doze centavos), sendo R\$ 2.249.852,82 (dois milhões, duzentos e quarenta e nove mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e oitenta e dois centavos) de repasse do Governo do Estado, R\$ 569.507,80 (quinhentos e sessenta e nove mil, quinhentos e sete reais e oitenta centavos) de contrapartida financeira e R\$ 52.547,50 (cinquenta e dois mil, quinhentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos) de contrapartida em bens e serviços.

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO, ATA Nº 070/2014

Espécie: 1º Termo Aditivo, Ata nº 070/2014, entre o Município de Brusque e a empresa PEDRO JULIO SCHMITT, em 25/11/2014. Objeto: acréscimo de 25% de quantitativo. Valor: R\$ 5.700,00. Fundamento legal: artigo 11, § 1º do Decreto Municipal 4.336/99 c/c artigo 65, §1º, da Lei 8.666/93. Origem: Pregão nº 098/2014. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatário: ARNALDO FRANCISCO DA SILVA.

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO, CONTRATO Nº 111/2014

Espécie: 1º Termo Aditivo, Contrato nº 111/2014, entre o Município de Brusque e EDU-CAR OFICINA MECANICA LTDA-ME, em 18/12/2014. Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO 111/2014. Fundamento legal: artigo 57, §1º, inciso II da Lei 8.666/93. Origem: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 029/2014. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: ARNALDO FRANCISCO DA SILVA

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO, CONTRATO Nº 116/2013

Espécie: 1º Termo Aditivo, Contrato nº 116/2013, entre o Município de Brusque e NOSSO SISTEMA DE ÔNIBUS BRUSQUE, em 12/12/2014. Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO 116/2013. Valor: 838.750,00. Fundamento legal: artigo 57, inciso II da Lei 8.666/93. Origem: INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 015/2013. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: ARNALDO FRANCISCO DA SILVA

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 215/2014

PREGÃO nº 128/2014

Processo Licitatório nº 215/2014

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a prestação de serviços vigilância e segurança patrimonial no Terminal Urbano. Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 09/02/2015, às 08h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.sc.gov.br. 23/01/2015

DIEGO FAGUNDES

Secretário de Orçamento e Gestão

EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO, CONTRATO Nº 040/2013

Espécie: 3º Termo Aditivo, Contrato nº 040/2013, entre o Município de Brusque e CASVIG - CATARINENSE DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, em 06/11/2014. Objeto: Prorrogação de prazo vigência (contrato 040/2013), cujo objeto consiste nos serviços de vigilância eletrônica 24 horas. Valor: R\$ 69.893,28. Fundamento legal: artigo 57, inciso II, c/c art. 55, III, ambos da Lei 8.666/93. Origem: Pregão Presencial nº 016/2013. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: ANA BEATRIZ BARON LUDVIG.

PORTARIA Nº 9534, DE 26 DE JANEIRO DE 2015

PORTARIA Nº 9534, DE 26 DE JANEIRO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 111, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município - LOM,

RESOLVE:

Art.1º Nomear no Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, nos termos da Lei Complementar n.147/09, os candidatos habilitados em concurso público promovido por este município e realizado pela Fepese/UFSC, mediante o Edital nº 008/2013, de 10 de dezembro de 2013, homologado em 23 de abril de 2014, para provimento dos cargos efetivos de ENFERMEIRO, TÉCNICO EM ENFERMAGEM, MÉDICO E EDUCADOR FÍSICO, conforme abaixo nominados:

ENFERMEIRO

JACIARA VILSELIA PACIFICO
CLAUDIA ANITA GOMES CARRARO
JULIANA ALICE DE OLIVEIRA VENTORINI

TÉCNICO EM ENFERMAGEM

MARIA DA GLORIA BERTOLINI
BEZALEEL ANTONIO DOS SANTOS
ELIS RAMONA PEREIRA CARDOSO
LUCILENE SANTANA DA CONCEICAO SANTOS
VERONICA BASGAL SALCEDO

MÉDICO
RAUL KIESELBACH

EDUCADOR FÍSICO

ANDRE PAULI CORREA

Art.2º Fixar nos termos do art.16 e seguintes da Lei Complementar n.147/09, o prazo máximo de 30 (trinta) dias para posse.

Parágrafo único. A presente nomeação será tornada sem efeito se o candidato não tomar posse no prazo fixado no caput deste artigo.

Art.3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 26 de janeiro de 2015.
PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

CEDENIR ALBERTO SIMON
Chefe de Gabinete do Prefeito

Caçador

PREFEITURA

2º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

2º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Que entre si celebram, de um lado, o MUNICÍPIO DE CAÇADOR, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 83.074.302/0001-31, estabelecida na Avenida Santa Catarina, 195, nesta cidade de Caçador, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. GILBERTO AMARO COMAZZETTO, brasileiro, separado judicialmente, empresário, residente e domiciliado nesta cidade de Caçador-SC, através da Secretaria Municipal de Saúde, neste ato representada por sua Secretária, Sra. ROSELAINE DE ALMEIDA PÉRICO, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Caçador, SC, doravante denominado MUNICÍPIO, e de outro lado, a SOCIEDADE FRANCO BRASILEIRA - HOSPITAL MAICÉ, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, filantrópica, inscrita no CNPJ sob nº 33.543.356/0020-39, com sede na Rua Bolívia, n. 54, Bairro Reunidas, no Município de Caçador/SC, representada neste ato por sua Diretora, Sra. ELIZABETH DE FÁTIMA LIMA, brasileira, religiosa, portadora do RG n. M7106736, SSP-SC e inscrita no CPF/MF sob o n. 542.143.009-04, residente e domiciliada na Rua Bolívia nº 54, Bairro Reunidas, Caçador/SC, doravante denominada CONVENENTE, os quais, por estarem de comum acordo, firmam o presente CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, formulado nos seguintes termos:

I - DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - A Cláusula Terceira do CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, passa a vigorar com a seguinte redação

"CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA (...)"

Parágrafo único. A vigência deste termo é para o exercício de 2015, iniciando a contar da data de assinatura do presente instrumento, e findando em 31 de dezembro de 2015, podendo prorrogar-se por iguais e sucessivos períodos, nos termos da Lei 8.666/93, até o prazo máximo de 60 (sessenta) meses".

CLÁUSULA SEGUNDA - As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Caçador, SC, 31 de dezembro de 2014.

MUNICÍPIO DE CAÇADOR GILBERTO AMARO COMAZ- ZETTO Prefeito Municipal	SOCIEDADE FRANCO BRASILEIRA HOSPITAL MAICÉ ELIZABETH DE FÁTIMA LIMA Presidente
--	---

ROSELAINE DE ALMEIDA PÉRICO
Secretária Municipal de Saúde

Testemunhas:

1. _____	2. _____
CPF: _____	CPF: _____

AVISO DE LICITAÇÃO - IL 01-2015- FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO - IL 01-2015- FMS

EDITAL: IL Nº 01/2015

TIPO: CREDENCIAMENTO

OBJETO: Contratação de Clínicas de Fisioterapia para Prestação de Serviço e Sessões de Fisioterapia para o Fundo Municipal de Saúde de Caçador - SC

PRAZO DE ENTREGA DO CREDENCIAMENTO: 18h30min do dia 18/02/2015. Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações ou ainda por e-mail: licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 26 de janeiro de 2015.

Roselaine de Almeida Perico

Secretária de Saúde

CÂMARA MUNICIPAL

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2015

CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR/SC

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 01/2015

O setor de compras da entidade CAMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR, no exercício das atribuições que lhe confere a Resolução nº. 81, de 05/09/2011, torna público, para conhecimento dos interessados a contratação por dispensa de licitação realizada em 27/01/2015 e ratificada pela autoridade competente em 28/01/2015. Maiores informações por e-mail licitacao@camaracador.sc.gov.br.

Objeto da Dispensa de Licitação:

Contratação da empresa ELEAR RIBEIRO DOS SANTOS ME - CNPJ 17.664.606/0001-24 - para a prestação do serviço de fabricação de móveis para o Plenário Oswaldo José Gomes, consistindo em: 01 mesa diretora, 02 mesas para vereadores e 02 tribunas, confeccionadas em material MDF, na cor castanho ou similar.

Fundamento legal: Art. 24, II da Lei 8666/1993.

Valor da dispensa: R\$ 7.950,00.

Prazo: Em até 20 dias da emissão da Autorização de Fornecimento.

Caçador, 28 de janeiro de 2015.

Flavio Henrique dos Santos

Presidente da Câmara Municipal de Caçador/SC

PORTARIA 08/2015

PORTARIA nº 008, de 27 de janeiro de 2015.

Nomeia Assessor Parlamentar de Gabinete da Câmara Municipal de Caçador.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR - SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 45, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador e art. 16, VIII do Regimento Interno da Câmara Municipal

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ALESSANDRA GIOPO, para o cargo de provimento comissionado de Assessor Parlamentar de Gabinete da Câmara Municipal de Caçador, Nível CPCA 3020, com carga horária de 35 horas semanais, conforme Anexo II da Lei Complementar nº 113, de 20 de agosto de 2007, que dispõe sobre o Novo Plano de Carreira e de Cargos e Vencimentos dos Servidores da Câmara Municipal de Caçador, e dá outras providências.

Art. 2º Designar a servidora acima mencionada para prestar assessoramento ao vereador Carlos Evandro Luz.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 02/02/2015, condicionada sua eficácia à publicação no DOM.

Gabinete da Presidência, 27 de janeiro de 2015.

Flavio Henrique dos Santos,

PRESIDENTE

Fernando Scolari,

VICE-PRESIDENTE

Glaci Aparecida dos Santos Pereira

1º SECRETÁRIA

Adilberto Santos de Oliveira

2º SECRETÁRIO.

IPASC

PORTARIA 787 DE 22 DE JANEIRO DE 2015

PORTARIA nº 787 de 22 de janeiro de 2015.

Cessa o pagamento de quota individual e redistribui quotas de pensão por morte, dando nova redação às Portarias de nº 400, de 10/03/2011 e nº 607, de 02/07/2013.

A DIRETORA PRESIDENTE e a DIRETORA ADMINISTRATIVA do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 93, de 29/12/2006, mais o previsto em seus Artigos nº 10, III, "a" e nº 40, §§ 3º e 4º, II,

RESOLVEM:

Art. 1º Cessar o pagamento de quota individual de pensão por morte concedida a JEFFERSON DOS SANTOS LOPES, matrícula nº 5920, na condição de dependente do servidor falecido GENIR FERREIRA LOPES, por completar a maioria em 04 de janeiro de 2015.

Art. 2º Reverter e redistribuir as quotas à dependente CATARINA POLAWSKI, matrícula nº 5919, na condição de companheira do Servidor Público Municipal GENIR FERREIRA LOPES, falecido em 19/02/2011, com proventos integrais atualizados pela Portaria nº 782, de 13/01/2015, correspondentes à quantia de R\$ 2.207,86 (dois mil e duzentos e sete reais e oitenta e seis centavos), redistribuídos à proporção de 100% (cem por cento), a serem pagos pelo IPASC a contar de 05 de janeiro de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 22 de janeiro de 2015.

Diala Marchi Gonçalves Bridi

DIRETORA PRESIDENTE INTERINA.

Eliete Catarina D'Agostini
DIRETORA ADMINISTRATIVA.

PORTARIA 789 DE 26 DE JANEIRO DE 2015

PORTARIA n.º 789, de 26 de janeiro de 2015.
Contrata NELI DAS GRASSAS PEREIRA.

A Diretora Presidente e a Diretora Administrativa do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar n.º 93, de 29/12/06, mais o previsto na Lei Complementar n.º 163, de 24 de fevereiro de 2010,

RESOLVEM:

Art. 1.º Contratar por prazo determinado, NELI DAS GRASSAS PEREIRA, CPF nº553.213.139-20 e CI nº 2.973.006-SSP/SC, Matrícula 3350, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais do IPASC, Referência 1, com a carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, pelo período temporário de 26 de janeiro de 2015 a 14 de fevereiro de 2015, com as atribuições inerentes ao cargo do Grupo Ocupacional Serviços Gerais, Anexo I da Lei Complementar nº 093, de 29/12/06, suas alterações e regimento interno do IPASC, em substituição à titular, Ivete Pereira de Agostinho, que se encontra em gozo de férias.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 26 de janeiro de 2015.

Diala Marchi Gonçalves Bridi
DIRETORA PRESIDENTE INTERINA.

Eliete Catarina D'Agostini
DIRETORA ADMINISTRATIVA.

Camboriú

PREFEITURA**ANULAÇÃO PR 01/15 - FME**

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU

ANULAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2015-FME

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que resolve anular o Processo Licitatório Nº. 001/2015 cujo objeto é: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (IOGURTE, CARNE, FRANGO E SALSICHA, MENOS PERCÍVEIS, LEITE, PÃES, FORMULADOS, HORTI-FRUTI) PARA O PREPARO DA MERENDA, A SEREM DISTRIBUÍDOS PONTO A PONTO QUINZENALMENTE CONFORME SOLICITAÇÃO/PLANILHA DESTA SECRETARIA, AOS 15 (QUINZE) CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, 13 (TREZE) ESCOLAS URBANAS E 3 (TRÊS) DE CAMPO, TOTALIZANDO 30 UNIDADES ESCOLARES, como segue: "RESOLVE ANULAR CONFORME ART. 49 CAPUT DA LEI 8.666/1993 E ALTERAÇÕES".

Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 27 de Janeiro de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

CHAMAMENTO PÚBLICO 01/15 - FME

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 001/2015 - FME

OBJETO: CHAMADA PÚBLICA PARA PROCESSO DE SELEÇÃO DE GRUPOS FORMAIS DE AGRICULTORES FAMILIARES E EMPREENDEDORES FAMILIARES RURAIS OU SUAS ORGANIZAÇÕES PARA MERENDA ESCOLAR, EMBASADA NO ART. 14 DA LEI 11.947/09, QUE DETERMINA SEJA UTILIZADO O MÍNIMO DE 30% DA VERBA DO FNDE DESTINADA AO PNAE, PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (HORTI - FRUTI) PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DOS ALUNOS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei nº. 8.666/1993, Lei 11.947/2009, Resolução 38/2009 do FNDE e as respectivas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:00 horas do dia 18 (Dezoito) de Fevereiro de 2015, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 27 de Janeiro de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

PR 003/15 - FME

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 003/2015-FME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAL REFERENTE A CONFECÇÃO, INSTALAÇÃO E MÃO DE OBRA DE CONserto EM ESQUADRIAS DE FERRO E ALUMINIO PARA PROTEÇÃO DOS PATRIMONIOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:00 horas do dia 10 (Dez) de Fevereiro de 2015, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 27 de Janeiro de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

PR 02/15 - FME

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/2015-FME

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (IORGUTE, CARNE , FRANGO E SALSICHA, MENOS PERCÍVEIS, LEITE,PÃES, FORMULADOS) PARA O PREPARO DA MERENDA, A SEREM DISTRIBUÍDOS PONTO A PONTO CONFORME SOLICITAÇÃO/PLANILHA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, AOS 15 (QUINZE) CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, 13 (TREZE) ESCOLAS URBANAS E 3 (TRÊS) DE CAMPO, TOTALIZANDO 30 UNIDADES ESCOLARES.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:00 horas do dia 12 (Doze) de Fevereiro de 2015, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 27 de Janeiro de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Na qualidade de Prefeito em exercício do Município de Camboriú, Estado de Santa Catarina, e no uso das minhas atribuições conferidas no artigo 79, inciso II da Lei Orgânica do Município, HOMOLOGO o Relatório Final do Processo de Sindicância Investigatória n.º 001/2015, apresentado pela Comissão de Processo Sindicância Investigatória instaurada pela portaria n.º 011/2015, a qual conclui o processo com as seguintes considerações:

Ante o exposto, com base no conjunto probatório existente no processo, a presente comissão conclui que o Sr. Ângelo César Gervásio foi responsável pelo dano causado ao patrimônio público municipal, em especial o vidro da porta de entrada da sala de imprensa da Prefeitura Municipal de Camboriú, avaliado em R\$ 85,00 (oitenta e cinco reais), conforme se verifica no orçamento de fl. 30, razão pela qual deverá ressarcir o Município de Camboriú desta quantia

Dessa forma, determino o envio de cópia do presente processo para a Câmara Municipal de Vereadores de Camboriú e para o Ministério Público da Comarca de Camboriú, com a finalidade de que sejam adotadas as medidas de direito.

Determino, ainda, a imediata cobrança no valor acima apontado.

Cumpra-se. Publique-se. Arquive-se

Camboriú/SC, 13 de janeiro de 2015.

JOSÉ RODRIGUES PEREIRA

Prefeito Municipal em Exercício

Campo Alegre

PREFEITURA

PORTARIA Nº 11.700 DE 26 DE JANEIRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.700 DE 26 DE JANEIRO DE 2015

AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, a servidora pública municipal, ocupante do cargo Público e exercendo a função de Nutricionista, ALESSANDRA GODINHO VALENTIM, Matrícula Funcional nº 000630, Registro no Sistema sob nº 955057, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 à 31 de Dezembro de 2014, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
26 de Janeiro de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 28/01/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.701 DE 26 DE JANEIRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.701 DE 26 DE JANEIRO DE 2015

AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, a servidora pública municipal, ocupante do cargo Público e exercendo a função de Assistente Social, ELIZETE TERESINHA FOLETTO FLORENCIO, Matrícula Funcional nº 000738, Registro no Sistema sob nº 955265, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 à 31 de Dezembro de 2014, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
26 de Janeiro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 28/01/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.702 DE 26 DE JANEIRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.702 DE 26 DE JANEIRO DE 2015

AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, a servidora pública municipal, ocupante do cargo Público e exercendo a função de Assistente Social, ROSENEIDE APARECIDA DA MAIA CUNHA, Matrícula Funcional nº 000607, Registro no Sistema sob nº 94871, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, referente ao período aquisitivo 11 de Novembro de 2013 à 10 de Novembro de 2014, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
26 de Janeiro de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 28/01/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PROCESSO SELETIVO CLASSIFICATÓRIO Nº 007/2014 EDITAL DE RESULTADO PRELIMINAR

PROCESSO SELETIVO CLASSIFICATÓRIO Nº 007/2014

EDITAL DE RESULTADO PRELIMINAR

O Prefeito do Município de Campo Alegre/SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso II, da Constituição Federal, resolve tornar público o presente Edital de Resultado Preliminar.

Art.1º Consta no Anexo I deste Edital a lista e notas dos candidatos

em ordem de classificação.

Art.2º Consta no Anexo II deste Edital o Gabarito Homologado após julgamento dos recursos contra o Gabarito Preliminar.

Art.3º Consta no Anexo III deste Edital as respostas aos recursos interpostos contra o Gabarito Preliminar.

Art.4º Não houveram candidatos inscritos na condição de PNEs (Pessoas com necessidades Especiais).

Art.5º Fica aberto o prazo recursal contra o deferimento das inscrições no prazo das 08:00hs as 18hs do dia 27/01/2015.

Para que não se alegue ignorância, o presente Edital será afixado no mural da Prefeitura Municipal, publicado, na integra, nos endereços eletrônicos: www.mgaconcursospublicos.com.br e www.campoalegre.sc.gov.br

Campo Alegre/SC, 26 de Janeiro de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

ANEXO I

PROCESSO SELETIVO CLASSIFICATÓRIO Nº 007/2014
PREFEITURA MUNICIPAL CAMPO ALEGRE/SC.
CLASSIFICAÇÃO GERAL NO CONCURSO ORDENADO POR NOTA

Inscrição	Nome	Cargo	Nota Objetiva	Classificação
000000007244	RAFAEL HENRIQUE DE PAULA	Especialista em Assuntos Educacionais	73,0	1
000000007886	SONIA BERNADO CORDEIRO	Especialista em Assuntos Educacionais	72,0	2
000000008063	IRENE ROHLING TORRES	Especialista em Assuntos Educacionais	58,0	3
000000007429	EVELIN CRISTIAN WEIGLE DA SILVA RIBEIRO	Especialista em Assuntos Educacionais	57,0	4
000000007930	SILVANE RAMOS	Especialista em Assuntos Educacionais	56,0	5
000000007303	ALCIOLI RODRIGUES	Especialista em Assuntos Educacionais	50,0	6
000000005197	LISETE MATIOSKI LABAS	Especialista em Assuntos Educacionais	50,0	7
000000005172	TATIANE BUENO DE OLIVEIRA	Especialista em Assuntos Educacionais	47,0	8
000000007934	SIDIA JANTSCH PERES	Especialista em Assuntos Educacionais	47,0	9
000000007724	CHARLINE DE ANDRADE	Especialista em Assuntos Educacionais	46,0	10
000000008162	ROSANE JOHANSON	Especialista em Assuntos Educacionais	37,0	11
000000210555	EVELYN LOUISIANA DUVOISIN EHLKE	Especialista em Assuntos Educacionais	0,0	AUSENTE
000000007450	DIRCINEIA RODRIGUES NUNES	Especialista em Assuntos Educacionais	0,0	AUSENTE
000000007664	DIRLEI MARIA MOSER	Especialista em Assuntos Educacionais	0,0	AUSENTE
000000005238	MAURICIO DE CARVALHO SILVA	Especialista em Assuntos Educacionais	0,0	AUSENTE
000000007887	SONIA BERNADO CORDEIRO	Especialista em Assuntos Educacionais	0,0	AUSENTE
000000005199	LISETE MATIOSKI LABAS	Especialista em Assuntos Educacionais	0,0	AUSENTE
000000007157	SCHEILA REGINA LINO KRUEGER	Especialista em Assuntos Educacionais	0,0	AUSENTE
000000007233	RUBIAN MINAS ROSA	Especialista em Assuntos Educacionais	0,0	AUSENTE
000000007607	SUZIelly DOS SANTOS MARTINS	Especialista em Assuntos Educacionais	0,0	AUSENTE
000000007542	DIRLEI MARIA MOSER	Especialista em Assuntos Educacionais	0,0	AUSENTE

PROCESSO SELETIVO CLASSIFICATÓRIO Nº 007/2014
PREFEITURA MUNICIPAL CAMPO ALEGRE/SC.
CLASSIFICAÇÃO GERAL NO CONCURSO ORDENADO POR NOTA

Inscrição	Nome	Cargo	Nota Objetiva	Classificação
000000007624	KARIN ELAINE WAGNER DE LIMA	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - NÃO HABILITADO	76,0	1
000000007177	ENI DE FATIMA MACHOVSKI	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - NÃO HABILITADO	73,0	2
000000230001	JOSIANE PEREIRA GULIK	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - NÃO HABILITADO	71,0	3

000000210624	ERNY KIOKO HIDAKA	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - NÃO HABILITADO	70,0	4
000000008045	DAIANA ROSA GOULARTE	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - NÃO HABILITADO	69,0	5
000000008124	ROSILANE HIRT	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - NÃO HABILITADO	68,0	6
000000007205	JUSSARA PAIVA PAULA	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - NÃO HABILITADO	65,0	7
000000007738	EDIVANE PATRICIA MELIM DA SILVA	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - NÃO HABILITADO	65,0	8
000000007230	TAIS BUBA KOTOVICZ	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - NÃO HABILITADO	65,0	9
000000005170	ANDRESSA KOVALSKI	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - NÃO HABILITADO	63,0	10
000000007524	MICHELLI VENSKE POSSAMAI PE-REIRA	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - NÃO HABILITADO	62,0	11
000000007631	CRISTIANE DE OLIVEIRA BAYERL	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - NÃO HABILITADO	58,0	12
000000007743	LEIA DA SILVA FELICIANO	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - NÃO HABILITADO	58,0	13
000000007413	MIRIAN CARVALHO DA SILVA	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - NÃO HABILITADO	56,0	14
000000007905	SONIA QUEIROZ DE OLIVEIRA	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - NÃO HABILITADO	55,0	15
000000007330	EVILIN FERRAZ DOS SANTOS	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - NÃO HABILITADO	55,0	16
000000008068	LEOCADIA RODRIGUES	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - NÃO HABILITADO	53,0	17
000000008194	MARLI JANE RIBEIRO	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - NÃO HABILITADO	52,0	18
000000007325	KAMILA EBERSBAH CARVALHO	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - NÃO HABILITADO	45,0	19
000000210627	SILVANE BERTI GALKOWSKI	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - NÃO HABILITADO	44,0	20
000000007369	SUELI ANGELA MICHALSKI	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - NÃO HABILITADO	44,0	21
000000007941	FRANCIELI LISBOA	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - NÃO HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007742	KARLA CRISTINA HANTSCHERL	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - NÃO HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007206	JUSSARA PAIVA PAULA	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - NÃO HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007924	JOAO FERNANDES DOSÂ SANTOS	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - NÃO HABILITADO	0,0	AUSENTE

000000007647	GLAUCI PADILHA	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - NÃO HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000008065	LEOCADIA RODRIGUES	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - NÃO HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007145	EDIVANIO APOLINARIO CONSTANTE	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - NÃO HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007216	QUERIMATE ARIN RODRIGUES PEREIRA	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - NÃO HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000008036	DAIANE SAMARA RICS	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - NÃO HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007740	EDIVANE PATRICIA MELIM DA SILVA	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - NÃO HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000008010	ALINE KATIA DA CRUZ	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - NÃO HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007585	GISELE ZILDA DOLLA SATREIT	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - NÃO HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007676	EULALIA GORNIACK CUSTODIO	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - NÃO HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007675	VITORIA TELMA	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - NÃO HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007674	MARIA SALETE LOPEZ GOT-TARDO	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - NÃO HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007109	REGIANE DA SILVA.	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - NÃO HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000008165	DAYANE CUNHA	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - NÃO HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007525	MICHELLI VENSKE POSSAMAI PEREIRA	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - NÃO HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007273	SOLANGE MILDE DOS SANTOS	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - NÃO HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007360	RENATA SCHAADT	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - NÃO HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000008067	LEOCADIA RODRIGUES	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - NÃO HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007229	FERNANDA CUBAS HUBNER	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - NÃO HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000005205	FERNANDA CUBAS HUBNER	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - NÃO HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000008183	LUCIANA SANTANA DURAES CUSTODIO	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	88,0	1
000000007404	KELY CRISTIANE FRIEDRICH DREFAHL	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	88,0	2

000000007415	RAFAEL HENRIQUE DE PAULA	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	86,0	3
000000007517	ROSEMERY DO AMARAL DREVECK	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	81,0	4
000000007107	NATALIA WOJCIECHOSKY	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	80,0	5
000000007832	SANDRA REGINA KOTOVICZ PRUCHNESKI	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	78,0	6
000000005239	SUZANI SEIDEL PINHEIRO	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	78,0	7
000000007892	MARLI TERESINHA SCHUMACHER DA SILVA SOARES	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	77,0	8
000000008070	ELAINE TEIXEIRA KNOPIK	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	77,0	9
000000007398	JANE MARA PSCHIEDT	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	77,0	10
000000007430	EVELIN CRISTIAN WEIGLE DA SILVA RIBEIRO	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	76,0	11
000000007494	JAQUELINE DRANKA	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	76,0	12
000000007425	VANDERLEIA BUTHEVITZ	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	75,0	13
000000007683	EROTIDES URBANEK PETROCEFSKI	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	74,0	14
000000005212	TATIANE BUENO DE OLIVEIRA	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	74,0	15
000000007853	JOSI SIMONE MUEHLBAUER MARTINEZ	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	72,0	16
000000007172	JANIVIA GLACI SCHOLZE WOHL	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	72,0	17
000000005211	SIRLEI DA CRUZ MARTINS	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	70,0	18
000000007133	ROSALINA CCHALOUPEK ALEXI	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	70,0	19
000000008060	LUZIA HORNIG	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	69,0	20

000000005200	LISETE MATIOSKI LABAS	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	69,0	21
000000007848	VANESSA LIMA AGAPITO	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	69,0	22
000000007976	ANGELA MARIA DE SOUZA	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	69,0	23
000000007689	MANUELA ELISABETH B JANSEN	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	68,0	24
000000008170	LETICIA LILIAN RUZA-NOWSKY	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	68,0	25
000000007096	LUCIA DRYGLA MENDES	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	68,0	26
000000005227	FABIANA OLIVEIRA CAMARGO SCHADECK	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	67,0	27
000000007927	ARLETE SCHADECK	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	67,0	28
000000008083	VIVIANE EMANUELE FERREIRA	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	67,0	29
000000007673	GISLENE MARIA UHLIG FUECKNER	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	66,0	30
000000007199	MARIA APARECIDA HUMMELGEN	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	66,0	31
000000005189	CLAUDICEIA FRANCO DE OLIVEIRA TERRES	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	66,0	32
000000007114	VANEZA RIBEIRO DE SIQUEIRA	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	65,0	33
000000007235	MONICA AUGUSTIN DRANKA	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	65,0	34
000000007496	ROSANE JOHANSON	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	65,0	35
000000007110	VANILZE GROSSL	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	64,0	36
000000007131	SIRLEI LIBMANN DE JESUS	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	64,0	37

000000007678	INEZ SILVANE NEPPL LISCZKOVSKI	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	64,0	38
000000007304	ALCIOLI RODRIGUES	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	64,0	39
000000007537	MARIA NOGUEIRA DE LIMA SILVA	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	64,0	40
000000007844	SCHANA KASCHMARSKY	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	63,0	41
000000007086	EMEANI GOEBEL	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	63,0	42
000000007104	CLATIANE OSINSKI	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	63,0	43
000000007228	ISOLETE TCHOKE ZOELLNER	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	62,0	44
000000007768	BRUNA HELENA SCHRAMM DE LIMA	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	62,0	45
000000008111	LUANA ANTUNES DE LIMA AZEVEDO	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	61,0	46
000000007744	SUELEN APARECIDA HUM- MELGEN	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	61,0	47
000000007671	EVA SANDRA UHLIG FU- CKNER	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	61,0	48
000000007387	VANIA SEMKOWICZ BORGES	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	60,0	49
000000007851	JACINTA ZEZOTKO WOYAKEVICZ	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	59,0	50
000000007721	ANIELI DE SOUZA LUZ	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	59,0	51
000000007247	EVA APARECIDA DA VEIGA ZENFE	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	58,0	52
000000007169	LINA HEIDEN DE BARROS ESMERO	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	58,0	53
000000008018	TEREZINHA APARECIDA FRANCO AUGUSTIN	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	57,0	54

000000007156	EDILENE DE FATIMA NENE-MANN	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	57,0	55
000000005180	CLEIDIANE MUNHOZ FUCNER	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	56,0	56
000000007988	IVETE TELMA	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	56,0	57
000000007632	ROCKSANDRA ALVES MARIN LINS	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	55,0	58
000000007907	SCHEILA DE ANDRADE	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	55,0	59
000000008021	MARILENE PEREIRA NOGUEIRA	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	54,0	60
000000008137	MELISSA ETHIENE ZORZAN SILVA ANTUNES	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	53,0	61
000000007179	EVILIANE OSNILDA CUBAS MUNHOZ	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	53,0	62
000000007334	FLAVIA RAQUEL STAHELIN	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	51,0	63
000000007095	MARILENE BERTOTI	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	50,0	64
000000007849	HELIA DE FATIMA ELIAS PORTELA WALTER	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	50,0	65
000000008187	SOLANGE ERDMANN GROSSL	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	47,0	66
000000007725	CHARLINE DE ANDRADE	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	47,0	67
000000007459	JUSSARA ANTUNES TIBES	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	44,0	68
000000007883	CELIA MARIA ALVES	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	41,0	69
000000005226	JOSEANE KIESKI	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	40,0	70
000000007986	JOSILIANE OSSOVSKY DOS SANTOS	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	38,0	71

000000007400	MARISTELA DE LIMA PISKE	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007223	SUSAN MABEL WEBER	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007313	LUCIMARA DOS SANTOS	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007465	ANGELA MARIA FRANCA DA SILVA	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007463	ANGELA MARIA FRANCA DA SILVA	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007249	EVA APARECIDA DA VEIGA ZENFE	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007418	CAROLINE NEUMANN	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007266	MARIA DE FATIMA DA CRUZ	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007449	DIRCINEIA RODRIGUES NUNES	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007248	EVA APARECIDA DA VEIGA ZENFE	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007267	MARIA DE FATIMA DA CRUZ	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007316	RENATA SCHAADT	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000008093	ROBERTA SOFIA CORDEIRO DA CRUZ	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007089	EMEANI GOEBEL	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007466	ANGELA MARIA FRANCA DA SILVA	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007801	CATIA IRENE KERSCHER WEISS	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007097	CAROLINE NEUMANN	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	0,0	AUSENTE

000000007782	LUCIANA MARA LINZMEYER	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007709	MICHELE ARIANE RAMOS SOARES NARDO	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007094	LUISE CRISTINA BORSATO	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000008190	ADRIANA RIBEIRO	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000008192	ADRIANA RIBEIRO	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007098	CAROLINE NEUMANN	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007088	EMEANI GOEBEL	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007875	SILVANE RAMOS	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007943	SILVANA PEREIRA DO ROSARIO DE CAMARGO	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000005203	LUCIA DRYGLA MENDES	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000008022	MARILENE PEREIRA NOGUEIRA	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000005176	JACINTA ZEZOTKO WOYAKEVICZ	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000008019	TEREZINHA APARECIDA FRANCO AUGUSTIN	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007833	SANDRA REGINA KOTOVICZ PRUCHNESKI	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007937	NEUSA TEREZINHA CHUPEL	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007492	BRUNA DE ALMEIDA MANSFREDINI	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000008143	GILCIANE FERRARI	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	0,0	AUSENTE

000000008153	ROSEMARIE LINZMEYER HEIL	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007170	ROSANGELA AP.FOSSILE DOS SANTOS	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007158	SCHEILA REGINA LINO KRUEGER	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007938	ROSEMERI IEIRA DE SOUZA	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000008161	MARINA SORNAS BUENO	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000008189	JUCELIA CRISTINA BUENO DA CONCEICAO	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007543	DIRLEI MARIA MOSER	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007144	RUBIAN MINAS ROSA	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007602	SUZIELLY DOS SANTOS MARTINS	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007606	ROSA PEREIRA DOS SANTOS	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007635	SCHANA KASCHMARSKY	Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais Docencia Educação Infantil ou Anos iniciais - HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007281	PATRICK KASZUBOWSKI	Professor II - Professor de Educação Física Docencia na Educação Infantil ou Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	77,0	1
000000007128	ALAN CLEVERSON DE LIMA	Professor II - Professor de Educação Física Docencia na Educação Infantil ou Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	72,0	2
000000007153	BRUNA JUSTINE KOTOVICZ	Professor II - Professor de Educação Física Docencia na Educação Infantil ou Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	64,0	3
000000007399	JEFFERSON EDUARDO BONA	Professor II - Professor de Educação Física Docencia na Educação Infantil ou Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	63,0	4
000000007708	RICIELY MARIA GOTTARDO	Professor II - Professor de Educação Física Docencia na Educação Infantil ou Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	62,0	5
000000007213	ANDERSON DOS SANTOS SILVERIO	Professor II - Professor de Educação Física Docencia na Educação Infantil ou Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	61,0	6
000000007705	CARLOS FRANCISCO ONOFRE	Professor II - Professor de Educação Física Docencia na Educação Infantil ou Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	60,0	7
000000007911	ANGELICA PATRICIA PEREIRA	Professor II - Professor de Educação Física Docencia na Educação Infantil ou Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	59,0	8

000000007406	JOSE ANIBAL MASSANEIRO	Professor II - Professor de Educação Física Docencia na Educação Infantil ou Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	57,0	9
000000007507	CHEILA TATIANE WOLLNER	Professor II - Professor de Educação Física Docencia na Educação Infantil ou Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	57,0	10
000000005194	EULALIA GORNIACK CUSTODIO	Professor II - Professor de Educação Física Docencia na Educação Infantil ou Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	57,0	11
000000007397	JOAO LINDOMAR BATISTA	Professor II - Professor de Educação Física Docencia na Educação Infantil ou Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	55,0	12
000000007214	ANDREZA DA ROCHA	Professor II - Professor de Educação Física Docencia na Educação Infantil ou Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	53,0	13
000000005209	LUIS EDIMAR SCHROEDER DALSENTER	Professor II - Professor de Educação Física Docencia na Educação Infantil ou Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	52,0	14
000000007661	ERNESTINO RIBEIRO DO AMARAL DE SOUZA	Professor II - Professor de Educação Física Docencia na Educação Infantil ou Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	52,0	15
000000008008	RODRIGO MUHLBAUER	Professor II - Professor de Educação Física Docencia na Educação Infantil ou Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	52,0	16
000000007453	FRANCIELE ANDRESSA MAAHS	Professor II - Professor de Educação Física Docencia na Educação Infantil ou Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	51,0	17
000000008155	ADRIANE MARIA HUTTL	Professor II - Professor de Educação Física Docencia na Educação Infantil ou Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	48,0	18
000000005193	RODRIGO HENNINGS	Professor II - Professor de Educação Física Docencia na Educação Infantil ou Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	47,0	19
000000230002	ANDREIK MICHEL WOLLNER	Professor II - Professor de Educação Física Docencia na Educação Infantil ou Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	47,0	20
000000007716	LEOSIR FERREIRA DE SOUZA	Professor II - Professor de Educação Física Docencia na Educação Infantil ou Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	45,0	21
000000005224	RAFAEL DOS SANTOS DA SILVEIRA	Professor II - Professor de Educação Física Docencia na Educação Infantil ou Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	45,0	22
000000007733	MARCIEL SIQUEIRA	Professor II - Professor de Educação Física Docencia na Educação Infantil ou Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	44,0	23
000000005217	KELLY SACTH	Professor II - Professor de Educação Física Docencia na Educação Infantil ou Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	36,0	24
000000008085	ALINE KATIA DA CRUZ	Professor II - Professor de Educação Física Docencia na Educação Infantil ou Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	35,0	25
000000008049	RODRIGO HRUSCHKA CUBAS	Professor II - Professor de Educação Física Docencia na Educação Infantil ou Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007601	RAFAEL EDUARDO DA ROCHA	Professor II - Professor de Educação Física Docencia na Educação Infantil ou Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007604	EGON HEINZ STUBER	Professor II - Professor de Educação Física Docencia na Educação Infantil ou Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000008037	LUCIANA YARENHUK DA SILVA	Professor II - Professor de Educação Física Docencia na Educação Infantil ou Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007521	CARLA DA SILVA	Professor II - Professor de Educação Física Docencia na Educação Infantil ou Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	0,0	AUSENTE

000000007605	EGON HEINZ STUBER	Professor II - Professor de Educação Física Docencia na Educação Infantil ou Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007839	LEOSIR FERREIRA DE SOUZA	Professor II - Professor de Educação Física Docencia na Educação Infantil ou Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007655	ROMULO ELIAS	Professor II - Professor de Educação Física Docencia na Educação Infantil ou Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007660	ERNESTINO RIBEIRO DO AMARAL DE SOUZA	Professor II - Professor de Educação Física Docencia na Educação Infantil ou Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007100	ADRIANA NECZYPOR	Professor II - Professor de Educação Física Docencia na Educação Infantil ou Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000008193	TIAGO NIERING	Professor II - Professor de Educação Física Docencia na Educação Infantil ou Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007598	MAX DANILO BORGES CAVILHA	Professor II - Professor de Educação Física Docencia na Educação Infantil ou Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007732	DENISE MUELLER	Professor II - Professor de Educação Física Docencia na Educação Infantil ou Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007741	KARLA CRISTINA HANTSCH	Professor II - Professor de Educação Física Docencia na Educação Infantil ou Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007817	ANELISE NEUMANN	Professor II - Professor de Educação Física Docencia na Educação Infantil ou Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007939	JANINE SANDRINE BRANDEMBURG	Professor II - Professor de Educação Física Docencia na Educação Infantil ou Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007923	JOAO FERNANDES DOS SANTOS	Professor II - Professor de Educação Física Docencia na Educação Infantil ou Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007995	ANDREZA DA ROCHA	Professor II - Professor de Educação Física Docencia na Educação Infantil ou Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007193	ALCIONE MONTEIRO	Professor II - Professor de Educação Física Docencia na Educação Infantil ou Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007215	ANDREZA DA ROCHA	Professor II - Professor de Educação Física Docencia na Educação Infantil ou Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000008003	EVANDRO LUIZ CHRISTOFOLINI	Professor II - Professor de Educação Física Docencia na Educação Infantil ou Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007464	ERIVELTON FIRMO DE CAMARGO	Professor II - Professor de Educação Física Docencia na Educação Infantil ou Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007392	RODRIGO DUTRA FERNANDES	Professor II - Professor de Educação Física Docencia na Educação Infantil ou Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007318	CELITA MOREIRA	Professor II - Professor de Educação Física Docencia na Educação Infantil ou Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007311	TAISE CUBAS MUNHOZ	Professor II - Professor de Educação Física Docencia na Educação Infantil ou Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007282	PATRICK KASZUBOWSKI	Professor II - Professor de Educação Física Docencia na Educação Infantil ou Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007306	ANDREA PILATTI	Professor III - Professor de Arte Docencia na Educação Infantil ou Ensino Fundamental - HABILITADO	63,0	1

000000007665	ROSMARI DE OLIVEIRA	Professor III - Professor de Arte Docencia na Educação Infantil ou Ensino Fundamental - HABILITADO	63,0	2
000000005207	REGIANE MALINOVSKI HORTZ	Professor III - Professor de Arte Docencia na Educação Infantil ou Ensino Fundamental - HABILITADO	61,0	3
000000007825	LUANA BRUNA RODRIGUES	Professor III - Professor de Arte Docencia na Educação Infantil ou Ensino Fundamental - HABILITADO	61,0	4
000000007906	MARCIA FABIANA DOS SANTOS	Professor III - Professor de Arte Docencia na Educação Infantil ou Ensino Fundamental - HABILITADO	49,0	5
000000007312	TAISE CUBAS MUNHOZ	Professor III - Professor de Arte Docencia na Educação Infantil ou Ensino Fundamental - HABILITADO	48,0	6
000000005188	FRANCILINE DERENIEVICZ	Professor III - Professor de Arte Docencia na Educação Infantil ou Ensino Fundamental - HABILITADO	46,0	7
000000008006	MARISTELA DA ROSA DE CARVALHO	Professor III - Professor de Arte Docencia na Educação Infantil ou Ensino Fundamental - HABILITADO	39,0	8
000000008102	PEDRO HENRIQUE VILLI CAVALLARI	Professor III - Professor de Arte Docencia na Educação Infantil ou Ensino Fundamental - HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007815	LUCAS ADOLFO BAUMER	Professor III - Professor de Arte Docencia na Educação Infantil ou Ensino Fundamental - HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000008149	RAFAEL FARBER SUCHARSKI	Professor III - Professor de Arte Docencia na Educação Infantil ou Ensino Fundamental - HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000008188	SIDNEI MUEHLBAUER	Professor III - Professor de Arte Docencia na Educação Infantil ou Ensino Fundamental - HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000008147	ALEXANDRE FARBER SUCHARSKI	Professor III - Professor de Arte Docencia na Educação Infantil ou Ensino Fundamental - HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007520	MELINE PETRI	Professor III - Professor de Arte Docencia na Educação Infantil ou Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	63,0	1
000000007783	MARCELE WEITNER	Professor III - Professor de Arte Docencia na Educação Infantil ou Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	59,0	2
000000007357	ANA PAULA MILCZEWSKY	Professor III - Professor de Arte Docencia na Educação Infantil ou Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	57,0	3
000000007136	GABRIELI HANTSCHER ALVES	Professor III - Professor de Arte Docencia na Educação Infantil ou Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	56,0	4
000000230000	SUELI CARDOZO	Professor III - Professor de Arte Docencia na Educação Infantil ou Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	53,0	5
000000007130	ADRIANA APARECIDA RIBEIRO LEVANDOSKI	Professor III - Professor de Arte Docencia na Educação Infantil ou Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	52,0	6
000000230003	ELAINE FERREIRA DOS SANTOS	Professor III - Professor de Arte Docencia na Educação Infantil ou Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	51,0	7
000000210623	BIANCA ROSA	Professor III - Professor de Arte Docencia na Educação Infantil ou Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	50,0	8
000000210553	BIANCA KESTERING GREIPPEL	Professor III - Professor de Arte Docencia na Educação Infantil ou Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	47,0	9
000000007328	JEANINE DE CARVALHO CARDOSO	Professor III - Professor de Arte Docencia na Educação Infantil ou Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	36,0	10

000000210554	EVELYN LOUISIANA DUVOISIN EHLKE	Professor III - Professor de Arte Docencia na Educação Infantil ou Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	36,0	11
000000007499	CINTIA GRAZIELA DENCK GROBE	Professor III - Professor de Arte Docencia na Educação Infantil ou Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007498	CINTIA GRAZIELA DENCK GROBE	Professor III - Professor de Arte Docencia na Educação Infantil ou Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007500	CINTIA GRAZIELA DENCK GROBE	Professor III - Professor de Arte Docencia na Educação Infantil ou Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007491	KAUAN DOS SANTOS PUGA	Professor III - Professor de Arte Docencia na Educação Infantil ou Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007456	JANAINA RAQUEL ALVES DE CAMPOS COUTINHO	Professor III - Professor de Arte Docencia na Educação Infantil ou Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007953	EDITE BEIRA FRANCO	Professor III - Professor de Arte Docencia na Educação Infantil ou Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007503	CINTIA GRAZIELA DENCK GROBE	Professor III - Professor de Arte Docencia na Educação Infantil ou Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007502	CINTIA GRAZIELA DENCK GROBE	Professor III - Professor de Arte Docencia na Educação Infantil ou Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007545	KENNDRA RAFAELA RANDIG	Professor III - Professor de Arte Docencia na Educação Infantil ou Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007120	ASAPH ELEUTERIO CARDOSO	Professor III - Professor de Arte Docencia na Educação Infantil ou Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007501	CINTIA GRAZIELA DENCK GROBE	Professor III - Professor de Arte Docencia na Educação Infantil ou Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007497	CINTIA GRAZIELA DENCK GROBE	Professor III - Professor de Arte Docencia na Educação Infantil ou Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000005236	PETER HENRY GRIMM	Professor IV - Professor de Inglês Docencia no Ensino Fundamental - HABILITADO	75,0	1
000000007885	SONIA BERNADO CORDEIRO	Professor IV - Professor de Inglês Docencia no Ensino Fundamental - HABILITADO	73,0	2
000000007121	RITA DE CASSIA OLIANI	Professor IV - Professor de Inglês Docencia no Ensino Fundamental - HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007506	THIAGO SARAIVA PEREIRA	Professor IV - Professor de Inglês Docencia no Ensino Fundamental - HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007843	ALEXSANDRA ZAP TAROZZO	Professor IV - Professor de Inglês Docencia no Ensino Fundamental - HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007629	DAIANE JANAINA STIEGLER FAGUNDES	Professor IV - Professor de Inglês Docencia no Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	76,0	1
000000005184	MARIANE LOPES	Professor IV - Professor de Inglês Docencia no Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	75,0	2
000000007570	ANA CAROLINE KROL	Professor IV - Professor de Inglês Docencia no Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	71,0	3
000000007163	SUELEN ELIZA VIER DREVECK	Professor IV - Professor de Inglês Docencia no Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	44,0	4
000000007186	TATIANE LABAS	Professor IV - Professor de Inglês Docencia no Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	38,0	5
000000008120	GISLAINE AMARAL DE MEDEIROS MASSANEIRO	Professor IV - Professor de Inglês Docencia no Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	0,0	AUSENTE

000000007164	SUELEN ELIZA VIER DRE-VECK	Professor IV - Professor de Inglês Docencia no Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007504	THIAGO SARAIVA PEREIRA	Professor IV - Professor de Inglês Docencia no Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007681	FELIPE DE OLIVEIRA VELLOSO	Professor IX Professor de História Não Habilitado	79,0	1
000000007880	JOAO AUGUSTO BARBOSA ALVETTI	Professor IX Professor de História Não Habilitado	78,0	2
000000007914	JOSE CARLOS ALVES DO NASCIMENTO	Professor IX Professor de História Não Habilitado	77,0	3
000000007696	LAIS GRAZIELE PASDA	Professor IX Professor de História Não Habilitado	64,0	4
000000008135	LETICIA LIEBL	Professor IX Professor de História Não Habilitado	63,0	5
000000008140	CLEITON JESIEL DA MAIA	Professor IX Professor de História Não Habilitado	62,0	6
000000007804	TAYLA DE OLIVEIRA SCHRO- EDER	Professor IX Professor de História Não Habilitado	56,0	7
000000007105	RUTE NAIR BARBOZA DE LIMA HOTS	Professor IX Professor de História Não Habilitado	52,0	8
000000007342	FRANCIELE TELMA	Professor IX Professor de História Não Habilitado	49,0	9
000000007176	MARCIA MACHOVSKI	Professor IX Professor de História Não Habilitado	44,0	10
000000210628	SILVANE BERTI GALKOWSKI	Professor IX Professor de História Não Habilitado	0,0	AUSENTE
000000007343	FRANCIELE TELMA	Professor IX Professor de História Não Habilitado	0,0	AUSENTE
000000008141	CLEITON JESIEL DA MAIA	Professor IX Professor de História Não Habilitado	0,0	AUSENTE
000000007670	DIEGO JOSE ANDRADE DE OLIVEIRA	Professor IX Professor de História Não Habilitado	0,0	AUSENTE
000000008016	ALINE SOUZA LIMA	Professor IX Professor de História Não Habilitado	0,0	AUSENTE
000000007879	JOAO AUGUSTO BARBOSA ALVETTI	Professor IX Professor de História Não Habilitado	0,0	AUSENTE
000000008181	CATARINA KORTMANN OSIK	Professor IX Professor de História Não Habilitado	0,0	AUSENTE
000000008069	GILMAR NILSEN	Professor IX - Professor de História Docencia nos Anos Finais do Ensino Fundamental - HABILITADO	80,0	1
000000007677	DALVANA GUILIANE LISCZKOWSKI	Professor IX - Professor de História Docencia nos Anos Finais do Ensino Fundamental - HABILITADO	73,0	2
000000007138	JULIANA PIAZ KOCAN	Professor IX - Professor de História Docencia nos Anos Finais do Ensino Fundamental - HABILITADO	71,0	3
000000007872	TALITA JULIANA ORACZ	Professor IX - Professor de História Docencia nos Anos Finais do Ensino Fundamental - HABILITADO	68,0	4
000000007208	EDINEIA GIOMARA WENDT	Professor IX - Professor de História Docencia nos Anos Finais do Ensino Fundamental - HABILITADO	60,0	5
000000007935	MARCIA RODRIGUES DE CARVALHO	Professor IX - Professor de História Docencia nos Anos Finais do Ensino Fundamental - HABILITADO	58,0	6
000000007454	EDICLER ORENICE CUBAS MUNHOZ	Professor IX - Professor de História Docencia nos Anos Finais do Ensino Fundamental - HABILITADO	42,0	7
000000007117	MARCOS ALBERTO DA SILVA	Professor IX - Professor de História Docencia nos Anos Finais do Ensino Fundamental - HABILITADO	0,0	0
000000007115	MARCOS ALBERTO DA SILVA	Professor IX - Professor de História Docencia nos Anos Finais do Ensino Fundamental - HABILITADO	0,0	0
000000007827	FABIO SANCHES ZULIANI	Professor IX - Professor de História Docencia nos Anos Finais do Ensino Fundamental - HABILITADO	0,0	0
000000007405	ANDRESSA PILATTI	Professor IX - Professor de História Docencia nos Anos Finais do Ensino Fundamental - HABILITADO	0,0	0

000000007975	RAFAELA PAMELA FERREIRA	Professor IX - Professor de História Docencia nos Anos Finais do Ensino Fundamental - HABILITADO	0,0	0
000000008160	EDICLER ORENICE CUBAS MUNHOZ	Professor IX - Professor de História Docencia nos Anos Finais do Ensino Fundamental - HABILITADO	0,0	0
000000008101	WESLEI CARLOS CARVALHO MENDONCA	Professor IX - Professor de História Docencia nos Anos Finais do Ensino Fundamental - HABILITADO	0,0	0
000000007859	DECIO VICTOR MAZUR	Professor IX - Professor de História Docencia nos Anos Finais do Ensino Fundamental - HABILITADO	0,0	0
000000007858	DECIO VICTOR MAZUR	Professor IX - Professor de História Docencia nos Anos Finais do Ensino Fundamental - HABILITADO	0,0	0
000000007936	MARCIA RODRIGUES DE CARVALHO	Professor IX - Professor de História Docencia nos Anos Finais do Ensino Fundamental - HABILITADO	0,0	0
000000008179	LUCIANA SANTANA DURAES CUSTODIO	Professor V Professor de Lingua Portuguesa Docencia nos Anos Finais do Ensino Fundamental - HABILITADO	80,0	1
000000005237	PETER HENRY GRIMM	Professor V Professor de Lingua Portuguesa Docencia nos Anos Finais do Ensino Fundamental - HABILITADO	70,0	2
000000007569	ANA CAROLINE KROL	Professor V Professor de Lingua Portuguesa Docencia nos Anos Finais do Ensino Fundamental - HABILITADO	70,0	3
000000008092	ALBERTO LUDGERO	Professor V Professor de Lingua Portuguesa Docencia nos Anos Finais do Ensino Fundamental - HABILITADO	60,0	4
000000007983	SILVIA RAFAELE KERSCHER	Professor V Professor de Lingua Portuguesa Docencia nos Anos Finais do Ensino Fundamental - HABILITADO	55,0	5
000000210625	ERNY KIOKO HIDAKA	Professor V Professor de Lingua Portuguesa Docencia nos Anos Finais do Ensino Fundamental - HABILITADO	45,0	6
000000007122	RITA DE CASSIA OLIANI	Professor V Professor de Lingua Portuguesa Docencia nos Anos Finais do Ensino Fundamental - HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007842	ALEXSANDRA ZAP TAROZZO	Professor V Professor de Lingua Portuguesa Docencia nos Anos Finais do Ensino Fundamental - HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007505	THIAGO SARAIVA PEREIRA	Professor V Professor de Lingua Portuguesa Docencia nos Anos Finais do Ensino Fundamental - HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007695	GISELE DE FATIMA BATISTA	Professor V Professor de Lingua Portuguesa Docencia nos Anos Finais do Ensino Fundamental - HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000005185	MARIANE LOPES	Professor V Professor de Lingua Portuguesa Docencia nos Anos Finais do Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	70,0	1
000000007187	TATIANE LABAS	Professor V Professor de Lingua Portuguesa Docencia nos Anos Finais do Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	57,0	2
000000008186	KELLY CRISTINA GREIPEL	Professor V Professor de Lingua Portuguesa Docencia nos Anos Finais do Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	55,0	3
000000008110	GISLAINE AMARAL DE ME-DEIROS MASSANEIRO	Professor V Professor de Lingua Portuguesa Docencia nos Anos Finais do Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	55,0	4
000000008066	E VERTON CESAR DA SILVA	Professor V Professor de Lingua Portuguesa Docencia nos Anos Finais do Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	52,0	5
000000007165	SUELEN ELIZA VIER DRE-VECK	Professor V Professor de Lingua Portuguesa Docencia nos Anos Finais do Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	45,0	6

000000007090	EMEANI GOEBEL	Professor V Professor de Língua Portuguesa Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	38,0	7
000000007926	IVONETE DOS SANTOS	Professor VI - Professor de Matemática Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental - HABILITADO	65,0	1
000000005214	ZELIA APARECIDA VELOZO DO AMARAL	Professor VI - Professor de Matemática Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental - HABILITADO	62,0	2
000000007195	SUELEN MILCZEWSKI	Professor VI - Professor de Matemática Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental - HABILITADO	49,0	3
000000008125	SANDRA GORETI VI- LICZINSKI	Professor VI - Professor de Matemática Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental - HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007920	PAULO SERGIO TAGATA	Professor VI - Professor de Matemática Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental - HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007257	BRUNA ZIGOVSKI BIAO- BOCK	Professor VI - Professor de Matemática Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	73,0	1
000000007749	PAULO ALEXANDRE MOSER	Professor VI - Professor de Matemática Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	69,0	2
000000008009	GABRIELA TIBES BUENO	Professor VI - Professor de Matemática Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	64,0	3
000000007931	TIAGO LOPES RODRIGUES	Professor VI - Professor de Matemática Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	62,0	4
000000007746	REGINALDO DE JESUS OLIVEIRA DE LIMA	Professor VI - Professor de Matemática Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	55,0	5
000000007108	TAIARA SOARES PLONKOSKI	Professor VI - Professor de Matemática Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	51,0	6
000000008116	JUSSARA MENEGAZZO	Professor VI - Professor de Matemática Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	47,0	7
000000008191	NATANAEL BARBOSA COR- REIA	Professor VI - Professor de Matemática Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	46,0	8
000000007568	CLEBER OSSOVISKI	Professor VI - Professor de Matemática Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	46,0	9
000000210636	JOCINEIA DE FREITAS BIS- PO MAZZETTO	Professor VI - Professor de Matemática Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	39,0	10
000000007739	EDIVANE PATRICIA MELIM DA SILVA	Professor VI - Professor de Matemática Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007710	RAFAELA PESCHISKI	Professor VI - Professor de Matemática Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007845	SABRINA DE LIMA RAMOS	Professor VI - Professor de Matemática Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007546	FRANCIELE DJULI DOS SANTOS	Professor VI - Professor de Matemática Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000210637	JOCINEIA DE FREITAS BIS- PO MAZZETTO	Professor VI - Professor de Matemática Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007518	LUZIA DA CONCEICAO GROSSKOPF	Professor VI - Professor de Matemática Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007260	LUCIANE WOJCIECHOSKY	Professor VII - Professor de Ciências Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental - HABILITADO	62,0	1

000000007160	DRIANA SEIDEL MALINO-VSKI	Professor VII - Professor de Ciências Docencia nos Anos Finais do Ensino Fundamental - HABILITADO	60,0	2
000000007143	JESSICA JACQUELINE BRUSKE SEIFFERT	Professor VII - Professor de Ciências Docencia nos Anos Finais do Ensino Fundamental - HABILITADO	57,0	3
000000007812	KEILA ALVES DO PRADO BONETTI	Professor VII - Professor de Ciências Docencia nos Anos Finais do Ensino Fundamental - HABILITADO	54,0	4
000000007894	MARIA SOFIA CUBAS MA- CHADO	Professor VII - Professor de Ciências Docencia nos Anos Finais do Ensino Fundamental - HABILITADO	54,0	5
000000005240	DAIANE DERENIEVICZ	Professor VII - Professor de Ciências Docencia nos Anos Finais do Ensino Fundamental - HABILITADO	42,0	6
000000007547	DANIELY APARECIDA SCH- VITAICKY	Professor VII - Professor de Ciências Docencia nos Anos Finais do Ensino Fundamental - HABILITADO	37,0	7
000000007895	DEBORA SILVA RODRIGUES	Professor VII - Professor de Ciências Docencia nos Anos Finais do Ensino Fundamental - HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007912	SALETE TERESINHA CHIODI SCHMIDT DE LIMA	Professor VII - Professor de Ciências Docencia nos Anos Finais do Ensino Fundamental - HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007881	JOICE MAIARA RICS	Professor VII - Professor de Ciências Docencia nos Anos Finais do Ensino Fundamental - HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000008079	ANA PAULA MATEI	Professor VII - Professor de Ciências Docencia nos Anos Finais do Ensino Fundamental - HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007641	NATALINO DOS SANTOS	Professor VII - Professor de Ciências Docencia nos Anos Finais do Ensino Fundamental - HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007942	KARINA MARIA MEDEIROS	Professor VII - Professor de Ciências Docencia nos Anos Finais do Ensino Fundamental - HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007519	MELINE PETRI	Professor VII - Professor de Ciências Docencia nos Anos Finais do Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	53,0	1
000000008176	ISABEL SUCZECK	Professor VII - Professor de Ciências Docencia nos Anos Finais do Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	52,0	2
000000007672	MARIA SALETE LOPEZ GOTTARDO	Professor VII - Professor de Ciências Docencia nos Anos Finais do Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	51,0	3
000000007567	CLEBER OSSOVISKI	Professor VII - Professor de Ciências Docencia nos Anos Finais do Ensino Fundamental - NÃO HABILITADO	49,0	4
000000007134	ANDRIELI CHAVES DA SILVA	Professor VIII - Professor de Geografia Docencia nos Anos Finais do Ensino Fundamental - HABILITADO	58,0	1
000000007767	CLODOALDO FAUSTO	Professor VIII - Professor de Geografia Docencia nos Anos Finais do Ensino Fundamental - HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007753	ORLANDO CESAR BARBEIRO JUNIOR	Professor VIII - Professor de Geografia Docencia nos Anos Finais do Ensino Fundamental - HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007679	NAIARA DE ALMEIDA RIOS	Professor VIII - Professor de Geografia Docencia nos Anos Finais do Ensino Fundamental - HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007790	GENESIO ROBERTO CA- MARGO	Professor VIII - Professor de Geografia Docencia nos Anos Finais do Ensino Fundamental - HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007864	ANDRE LUIS PIMENTEL	Professor VIII - Professor de Geografia Docencia nos Anos Finais do Ensino Fundamental - HABILITADO	0,0	AUSENTE

000000007693	OTAVIO GOMES ROCHA	Professor VIII - Professor de Geografia Docencia nos Anos Finais do Ensino Fundamental - HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000008182	CLAUDIO FERNANDO ZES-ZOTKO	Professor VIII - Professor de Geografia Docencia nos Anos Finais do Ensino Fundamental - Não HABILITADO	65,0	1
000000007332	JACKELINE BAIER	Professor VIII - Professor de Geografia Docencia nos Anos Finais do Ensino Fundamental - Não HABILITADO	63,0	2
000000007123	ANDRIELI CHAPIESKI	Professor VIII - Professor de Geografia Docencia nos Anos Finais do Ensino Fundamental - Não HABILITADO	56,0	3
000000007913	SALETE TERESINHA CHIODI SCHMIDT DE LIMA	Professor VIII - Professor de Geografia Docencia nos Anos Finais do Ensino Fundamental - Não HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007101	RICARDO EDUARDO NENE-MANN	Professor VIII - Professor de Geografia Docencia nos Anos Finais do Ensino Fundamental - Não HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007630	CLAUDINEIA ALVES	Professor VIII - Professor de Geografia Docencia nos Anos Finais do Ensino Fundamental - Não HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007873	TALITA JULIANA ORACZ	Professor VIII - Professor de Geografia Docencia nos Anos Finais do Ensino Fundamental - Não HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000007203	EDINARA KOVALSKI	Professor X - Professor de Ensino Religioso Docencia nos Anos Finais do Ensino Fundamental - Não HABILITADO	0,0	AUSENTE
000000008061	LUZIA HORNIG	Professor X - Professor de Ensino Religioso Docencia nos Anos Finais do Ensino Fundamental - Não HABILITADO	0,0	AUSENTE

ANEXO II

SUPERIOR			
ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS			
1	D	16	D
2	C	17	A
3	A	18	X
4	B	19	X
5	E	20	E
6	E	21	B
7	C	22	C
8	C	23	E
9	B	24	A
10	A	25	D
11	A	26	B
12	B	27	D
13	E	28	C
14	A	29	C
15	E	30	X

PROFESSOR VII - PROFESSOR DE CIÊNCIAS-HABILITADO			
1	D	16	D
2	C	17	A
3	A	18	X
4	B	19	X
5	E	20	E

6	E	21	B
7	C	22	C
8	C	23	E
9	B	24	E
10	A	25	C
11	A	26	D
12	B	27	A
13	E	28	C
14	A	29	D
15	E	30	C

PROFESSOR VII - PROFESSOR DE CIÊNCIAS- NÃO HABILITADO

1	D	16	D
2	C	17	A
3	A	18	X
4	B	19	X
5	E	20	E
6	E	21	B
7	C	22	C
8	C	23	E
9	B	24	E
10	A	25	C
11	A	26	D
12	B	27	A
13	E	28	C
14	A	29	D
15	E	30	C

PROFESSOR X - PROFESSOR DE
ENSINO RELIGIOSO - NÃO HABILITADO

1	D	16	D
2	C	17	A
3	A	18	X
4	B	19	X
5	E	20	E
6	E	21	B
7	C	22	C
8	C	23	E
9	B	24	B
10	A	25	A
11	A	26	E
12	B	27	C
13	E	28	E
14	A	29	C
15	E	30	C

PROFESSOR VIII - PROFESSOR DE GEOGRAFIA - HABILITADO

1	D	16	D
2	C	17	A
3	A	18	X
4	B	19	X
5	E	20	E
6	E	21	B
7	C	22	C

8	C	23	E
9	B	24	X
10	A	25	A
11	A	26	D
12	B	27	E
13	E	28	A
14	A	29	A
15	E	30	C

PROFESSOR VIII - PROFESSOR DE GEOGRAFIA - NÃO HABILITADO

1	D	16	D
2	C	17	A
3	A	18	X
4	B	19	X
5	E	20	E
6	E	21	B
7	C	22	C
8	C	23	E
9	B	24	X
10	A	25	A
11	A	26	D
12	B	27	E
13	E	28	A
14	A	29	A
15	E	30	C

PROFESSOR V - PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA - HABILITADO

1	D	16	D
2	C	17	A
3	A	18	X
4	B	19	X
5	E	20	E
6	E	21	B
7	C	22	C
8	C	23	E
9	B	24	A
10	A	25	B
11	A	26	C
12	B	27	E
13	E	28	D
14	A	29	A
15	E	30	A

PROFESSOR V - PROFESSOR DE
LÍNGUA PORTUGUESA - NÃO HABILITADO

1	D	16	D
2	C	17	A
3	A	18	X
4	B	19	X
5	E	20	E

6	E	21	B
7	C	22	C
8	C	23	E
9	B	24	A
10	A	25	B
11	A	26	C
12	B	27	E
13	E	28	D
14	A	29	A
15	E	30	A

SUPERIOR

PROFESSOR III - PROFESSOR DE ARTE - HABILITADO

1	C	16	A
2	A	17	C
3	B	18	A
4	E	19	A
5	A	20	B
6	D	21	A
7	B	22	D
8	E	23	C
9	B	24	D
10	E	25	D
11	C	26	A
12	A	27	C
13	B	28	E
14	x	29	E
15	D	30	A

SUPERIOR

PROFESSOR III - PROFESSOR DE ARTE - NÃO HABILITADO

1	C	16	A
2	A	17	C
3	B	18	A
4	E	19	A
5	A	20	B
6	D	21	A
7	B	22	D
8	E	23	C
9	B	24	D
10	E	25	D
11	C	26	A
12	A	27	C
13	B	28	E
14	x	29	E
15	D	30	A

SUPERIOR

PROFESSOR II - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - HABILITADO

1	C	16	A
2	A	17	C
3	B	18	A
4	E	19	A
5	A	20	B
6	D	21	A
7	B	22	D
8	E	23	C
9	B	24	E
10	E	25	D
11	C	26	A
12	A	27	D
13	B	28	C
14	X	29	B
15	D	30	C

SUPERIOR

PROFESSOR II - PROFESSOR DE
EDUCAÇÃO FÍSICA NÃO HABILITADO

1	C	16	A
2	A	17	C
3	B	18	A
4	E	19	A
5	A	20	B
6	D	21	A
7	B	22	D
8	E	23	C
9	B	24	E
10	E	25	D
11	C	26	A
12	A	27	D
13	B	28	C
14	X	29	B
15	D	30	C

SUPERIOR

PROFESSOR I - PROFESSOR DA
EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS HABILITADO

1	C	16	A
2	A	17	C
3	B	18	A
4	E	19	A
5	A	20	B
6	D	21	A
7	B	22	D
8	E	23	C
9	B	24	B
10	E	25	D

11	C	26	A
12	A	27	C
13	B	28	D
14	X	29	A
15	D	30	E

SUPERIOR

Professor I - Professor da
Educação Infantil e Anos
Iniciais NÃO HABILITADO

1	C	16	A
2	A	17	C
3	B	18	A
4	E	19	A
5	A	20	B
6	D	21	A
7	B	22	D
8	E	23	C
9	B	24	B
10	E	25	D
11	C	26	A
12	A	27	C
13	B	28	D
14	X	29	A
15	D	30	E

SUPERIOR

PROFESSOR IX - PROFESSOR DE HISTÓRIA HABILITADO

1	C	16	A
2	A	17	C
3	B	18	A
4	E	19	A
5	A	20	B
6	D	21	A
7	B	22	D
8	E	23	C
9	B	24	A
10	E	25	B
11	C	26	B
12	A	27	D
13	B	28	E
14	X	29	C
15	D	30	E

SUPERIOR

PROFESSOR IX - PROFESSOR DE HISTÓRIA NÃO HABILITADO

1	C	16	A
2	A	17	C
3	B	18	A
4	E	19	A
5	A	20	B
6	D	21	A
7	B	22	D
8	E	23	C
9	B	24	A

10	E	25	B
11	C	26	B
12	A	27	D
13	B	28	E
14	X	29	C
15	D	30	E

SUPERIOR

PROFESSOR IV - PROFESSOR DE INGLÊS-HABILITADO

1	C	16	A
2	A	17	C
3	B	18	A
4	E	19	A
5	A	20	B
6	D	21	A
7	B	22	D
8	E	23	C
9	B	24	E
10	E	25	C
11	C	26	D
12	A	27	B
13	B	28	E
14	X	29	C
15	D	30	D

SUPERIOR

PROFESSOR IV - PROFESSOR DE INGLÊS NÃO HABILITADO

1	C	16	A
2	A	17	C
3	B	18	A
4	E	19	A
5	A	20	B
6	D	21	A
7	B	22	D
8	E	23	C
9	B	24	E
10	E	25	C
11	C	26	D
12	A	27	B
13	B	28	E
14	X	29	C
15	D	30	D

SUPERIOR

PROFESSOR VI - PROFESSOR DE MATEMÁTICA HABILITADO

1	C	16	A
2	A	17	C
3	B	18	A
4	E	19	A

5	A	20	B
6	D	21	A
7	B	22	D
8	E	23	C
9	B	24	A
10	E	25	D
11	C	26	C
12	A	27	B
13	B	28	D
14	X	29	C
15	D	30	C

SUPERIOR

PROFESSOR VI - PROFESSOR DE
MATEMÁTICA NÃO HABILITADO

1	C	16	A
2	A	17	C
3	B	18	A
4	E	19	A
5	A	20	B
6	D	21	A
7	B	22	D
8	E	23	C
9	B	24	A
10	E	25	D
11	C	26	C
12	A	27	B
13	B	28	D
14	X	29	C
15	D	30	C

ANEXO III

Nº Protocolo: 20150120.5188.14.284.1561

Resposta: Em resposta ao recurso interposto a MGA CONCURSOS, esclarece que o item 9.3 - "Quanto aos recursos contra questões da prova e gabarito preliminar, deverá ser elaborado um recurso para cada questão, sob pena de sua desconsideração, e os mesmos deverão conter indicação do número da questão, da prova e se for o caso anexar cópia da bibliografia mencionada também sob pena de sua desconsideração" (do Edital), estabelece que deverá ser elaborado um recurso para cada questão. Sendo assim, recurso indeferido.

Nº Protocolo: 20150120.5212.14.284.967

Resposta: Em resposta ao recurso interposto a MGA CONCURSOS, através da banca examinadora, analisando a questão de nº 14 entendeu que todas as alternativas apresentadas estão incorretas. Razão pela qual decidiu anular a questão de nº 14. Sendo assim, recurso deferido.

Nº Protocolo: 20150120.7244.14.284.313

Resposta: Em resposta ao recurso interposto a MGA CONCURSOS, através da banca examinadora, analisando a questão de nº 18 entendeu que por erro diagramação a falta da imagem comprometeu o entendimento do enunciado. Razão pela qual decidiu anular a questão de nº 18. Sendo assim, recurso deferido.

Nº Protocolo: 20150120.7332.14.284.494

Resposta: Em resposta ao recurso interposto a MGA CONCURSOS através da banca examinadora analisou o presente recurso e entende que a questão de nº 24 por falha de diagramação destoou do padrão das demais questões. Razão pela qual julgou procedente o recurso para anular a questão de nº 24. Deferido o recurso.

Nº Protocolo: 20150120.7332.14.284.494

Resposta: Em resposta ao recurso interposto a MGA CONCURSOS, através da banca examinadora, analisando a questão de nº 18 entendeu que por erro diagramação a falta da imagem comprometeu o entendimento do enunciado. Razão pela qual decidiu anular a questão de nº 18. Sendo assim, recurso deferido.

Nº Protocolo: 20150120.7934.14.284.1481

Resposta: Em resposta ao recurso interposto a MGA CONCURSOS, através da banca examinadora, analisando a questão de nº 18 entendeu que por erro diagramação a falta da imagem comprometeu o entendimento do enunciado. Razão pela qual decidiu anular a questão de nº 18. Sendo assim, recurso deferido.

Nº Protocolo: 20150120.7934.14.284.1481

Resposta: Em resposta ao recurso interposto a MGA CONCURSOS, através da banca examinadora, analisando a questão de nº 19 entendeu que o enunciado da questão deveria ter citado as duas nações envolvidas. Razão pela qual decidiu anular a questão de nº 19. Sendo assim, recurso deferido.

Nº Protocolo: 20150120.7934.14.284.1481

Resposta: Em resposta ao recurso interposto a MGA CONCURSOS, através da banca examinadora, analisando a questão de nº 30 entendeu que o enunciado da questão não condiz com as alternativas apresentadas. Razão pela qual decidiu anular a questão de nº 30. Sendo assim, recurso deferido.

Nº Protocolo: 20150120.7983.14.284.1544

Resposta: Em resposta ao recurso interposto a MGA CONCURSOS, através da banca examinadora, analisando a questão de nº 18 entendeu que por erro diagramação a falta da imagem comprometeu o entendimento do enunciado. Razão pela qual decidiu anular a questão de nº 18. Sendo assim, recurso deferido.

Nº Protocolo: 20150120.8018.14.284.1592

Resposta: Em resposta ao recurso interposto a MGA CONCURSOS, através da banca examinadora, analisando a questão de nº 14 entendeu que todas as alternativas apresentadas estão incorretas. Razão pela qual decidiu anular a questão de nº 14. Sendo assim, recurso deferido.

Campos Novos

PREFEITURA

REPUBLICA DECRETO Nº.7.221/15 DE 15/01/2015 ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL.

REPUBLICA

DECRETO Nº 7.221/15 de 15/01/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.054/14 de 18/07/2014 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.102 de 17/12/2014 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento do Fundo Rotativo Habitacional, no valor de R\$ 376.000,00 (Trezentos e setenta e seis mil reais) no projeto/atividade abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 37 - FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL

UNIDADE: 01 -MANUTENÇÃO DO FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL

PROJETO/ATIVIDADE: 1.031 - Implantação de projetos habitacionais- - Fdo Habitacional

7 .4.4..90.00.00.00.00.00.03.0000- Aplicações Diretas R\$ 376.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos do Superávit financeiro do Exercício anterior - Recursos próprios.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 15 de janeiro de 2015
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

REPUBLICADO DECRETO Nº. 7.222/15 DE 19/01/2015 ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

REPUBLICA

DECRETO Nº 7.222/15 DE 19/01/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.054/14 de 18/07/2014 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.102 de 17/12/2014 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais) nos projeto/atividade abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 UNIDADE: 02 -MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 PROJETO/ATIVIDADE: 2.068 - Manutenção do Programa SAMÚ
 Elementos de despesa:
 13-3.3.90.00.00.00.00.00.01.0057.000070-Aplicações Diretas
 R\$50.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos subtraídos do projeto/atividade abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 UNIDADE: 02 -MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 PROJETO/ATIVIDADE: 2.068 - Manutenção do Programa SAMÚ
 Elementos de despesa:
 12-3.1.90.00.00.00.00.00.01.0057.000070-Aplicações Diretas
 R\$50.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 19 de janeiro de 2015.
 Jairo Luft
 Prefeito Municipal e.e.

SAMAE - CAMPOS NOVOS

PORTARIA 006/2015

PORTARIA SAMAE CNO 006/2015, DE 27 DE JANEIRO DE 2015

O Diretor do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos - SC, no uso de suas atribuições,

RESOLVE

NOMEAR a partir desta data, Comissão Permanente de Licitação na modalidade Pregão, composta pelos seguintes servidores:

Pregoeira Neusa Aparecida de Lima dos Santos
 Membro Altamir Boff
 Membro Rodrigo Carpes de Oliveira
 Membro Alexandre Kunen

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Joel Francisco Fagundes
 Diretor do SAMAE

Canoinhas

PREFEITURA

DECRETO Nº 002/2015

DECRETO Nº. 002/2015

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVES DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS"

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, prefeito de Canoinhas, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e de acordo com o Artigo 15 da Lei 5.475 de 16/12/2014 - LOA:

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, para o exercício de 2015, no valor de R\$ 77.200,00 (setenta e sete mil e duzentos reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde

Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde

Função10: Saúde

Subfunção 302: Assistência hospitalar e ambulatorial

Programa 8: Saúde de qualidade aos canoinhenses

Atividade 2.060 - Ações de média e alta complexidade

3.3.50.00.00.00.00 - Transf. a Instituições Privadas s/fins lucrativos 77.200,00

Recursos 10200 - Rec. Imp. e de Transf. Imp. - Saúde

Art. 2º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º deste decreto, fica anulado no Orçamento Geral da Prefeitura, o valor R\$ 77.200,00 (setenta e sete mil e duzentos reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde

Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde

Função10: Saúde

Subfunção 302: Assistência hospitalar e ambulatorial

Programa 8: Saúde de qualidade aos canoinhenses

Atividade 2.060 - Ações de média e alta complexidade

3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 77.200,00

Recursos 10200 - Rec. Imp. e de Transf. Imp. - Saúde

Art. 3º - As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 05 de janeiro 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 05/01/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 003/2015

DECRETO Nº. 003/2015

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVES DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO"

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, prefeito de Canoinhas, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e de acordo com o Artigo 15 da Lei 5.475 de 16/12/2014 - LOA:

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, para o exercício de 2015, no valor de R\$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
 Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação
 Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação
 Função12: Educação
 Subfunção 361: Ensino Fundamental
 Programa 5: Gestão inovadora e qualitativa em educação
 Atividade 2.007 - Manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental
 4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
 270.000,00
 Recurso 23700 - Outras Transf. FNDE - não repassadas p/convênio

Art. 2º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º deste decreto, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor R\$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais), por conta do excesso de arrecadação apurado na fonte de recurso, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 - Demonstrativo do provável excesso de arrecadação

Re- curso	Valor orçado em 2015 (A) + Exces- sos abertos em 2015	Estimativa de Arrecadação para 2015, conforme a tendência do exercício (B)	Provável Excesso de Arrecadação (C=B-A)
23700	0,00	270.000,00	270.000,00

Fonte: SMAFO-2015.

Art. 3º - As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 05 de janeiro 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 05/01/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 013/2015

DECRETO Nº 013/2015

HOMOLOGA INSCRIÇÕES DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, Resolve:

HOMOLOGAR INSCRIÇÕES DO CONCURSO PÚBLICO

Art. 1º. Ficam homologadas as inscrições do Concurso Público objeto do Edital nº001/2014, de 17 de dezembro de 2014, conforme Anexo Único, parte integrante deste Decreto.

Art. 2º. Fica deferida e homologada a inscrição nº 41028 Claudete Aparecida Francisco.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 23 de janeiro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 23/01/2015.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

ANEXO I**INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS****Agente Comunitário Saúde (Cohab II) - Ensino Médio Completo**

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	39862	Adelinda Soares	10/06/1969	Deferido
2	41683	Aline Aparecida Gurzinski	01/07/1997	Deferido
3	47229	Ana Rita Dolla	09/12/1992	Deferido
4	47023	Camila Aparecida Ribeiro	19/11/1997	Deferido
5	43209	Caroline Justino De Souza	29/09/1996	Deferido
6	44387	Célia Litz Guimarães	12/05/1973	Deferido
7	46926	Claudete Martins De Araujo Vieira	20/09/1965	Deferido
8	42553	Doriane Vieira Dos Santos	18/07/1990	Deferido
9	45241	Emilene De Brito	23/06/1990	Deferido
10	46706	Geni Schelbauer	03/05/1966	Deferido
11	39039	Gerson De Medeiros	01/01/1993	Deferido
12	45174	Jacira Schiessl	12/07/1954	Deferido
13	46690	Jaqueline Vieira Dos Santos	13/01/1994	Deferido
14	45147	Magdiele Soares Dos Santos	18/01/1982	Deferido
15	47281	Mariele Santana	13/11/1995	Deferido
16	44536	Michele Calixto	12/09/1978	Deferido
17	45385	Regiane Vieira De Lima Gurzinski	25/07/1993	Deferido
18	45097	Sirlei Aparecida Ostroski	25/05/1974	Deferido
19	38480	Táís Regina ávila Dos Santos	22/03/1992	Deferido

Agente Comunitário Saúde (Cristo Rei) - Ensino Médio Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	44913	Antonio Altair Nunes	05/07/1970	Deferido
2	45312	Carla Aparecida Gomes	10/10/1990	Deferido
3	43123	Cristiane Aparecida Colaço	20/07/1983	Deferido
4	46803	Cristiane Vanessa Schpak	09/09/1986	Deferido
5	45196	Edeneia Marcia Chudzinski Kaschuk	08/08/1986	Deferido
6	46123	Ernon Reginaldo Ferreira Dos Santos	27/05/1978	Deferido
7	47232	Leila Adriana Rodrigues Ferreira	30/11/1990	Deferido
8	43392	Matilde Terezinha De Melo	24/09/1962	Deferido
9	45711	Mirian Elisa Lima Da Silva	21/04/1988	Deferido
10	46387	Patrícia Piotrowski Pereira	19/05/1989	Deferido
11	45326	Sabrina Paulo	02/02/1997	Deferido
12	45989	Sandra Maria Soares Ferreira	20/09/1984	Deferido
13	44187	Silvia Carla De Lara Dubena	03/11/1976	Deferido

Agente Comunitário Saúde (Piedade) - Ensino Médio Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	46460	Ana Carolina Gevieski	05/08/1991	Deferido
2	46642	Andrieli Nunes	01/06/1990	Deferido
3	40045	Camila Picazevicz Dubstop	30/06/1993	Deferido
4	46112	Camila Puttkamer Carvalho	24/05/1989	Deferido
5	46582	Edinara Soares De Souza	14/04/1987	Deferido
6	46567	Eliana Soares De Souza	03/03/1993	Deferido
7	45089	Jaqueline Pereira	09/09/1995	Deferido
8	46402	Lisiane De Moraes Witt	15/10/1986	Deferido
9	42608	Magno Lopes De Medeiros	21/02/1994	Deferido
10	45719	Paloma Franz	02/08/1997	Deferido
11	46988	Simone Aparecida Batista Przybyszewski	27/10/1976	Deferido

Arquivista - Ensino Superior Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	45592	Camila Schwinden Lehmkuhl	06/03/1992	Deferido
2	41319	Paulo Valdemar Zilli Junior	23/10/1982	Deferido

Assistente T. Adm (educação) - Ensino Médio Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	39239	Adelcio Tadeu Maia	03/11/1981	Deferido
2	45388	Adriele Carlos	18/07/1997	Deferido
3	43732	Alexandre Cavaglier Soares	18/02/1990	Deferido
4	46245	Aline Aparecida Polak Alves	02/09/1990	Deferido
5	41291	Aline Dranka Olescovicz	25/08/1994	Deferido
6	46904	Aline Iachitzki	10/05/1995	Deferido
7	39366	Aline Maria Kohler Kuyavski	06/06/1990	Deferido

8	40042	Ana Marta Feger	05/10/1966	Deferido
9	38396	Ana Paula Schreiber	14/05/1987	Deferido
10	40192	André Tiago Augusto Albano	23/12/1995	Deferido
11	45494	Andre Granemann Damas	28/07/1995	Deferido
12	47199	Andressa Trinoski	07/04/1995	Deferido
13	44488	Andriele Kornitz Henke	29/12/1995	Deferido
14	46087	Angela Cristina Brocardo	03/10/1987	Deferido
15	46012	Angelica Cristina Villalobos	12/05/1992	Deferido
16	43167	Antonio Marcos Nunes Cordeiro	02/05/1997	Deferido
17	45914	Évelin Taíse Castilho	28/08/1993	Deferido
18	38474	Bruna Correa De Souza E Silva	14/09/1993	Deferido
19	44162	Celia Gogola	01/09/1969	Deferido
20	46823	Cleberson Ferreira	04/10/1987	Deferido
21	45553	Cristian Vieira Dos Santos	01/07/1997	Deferido
22	45109	Daniele Porta	15/12/1982	Deferido
23	46384	Darlan Roberto Ferreira	22/08/1987	Deferido
24	45269	Debora Corrêa Pinto	08/11/1990	Deferido
25	46289	Denis Mendes	03/02/1983	Deferido
26	46445	Denise Burgardt Pereira	05/03/1961	Deferido
27	46781	Eliete Carvalho	10/01/1965	Deferido
28	46998	Elizabeth Cordeiro Bernardes	27/03/1990	Deferido
29	46152	Emanuel Ferreira da Cruz	13/12/1996	Deferido
30	39854	Ezeni Kozowski Dolinski	09/02/1982	Deferido
31	46657	Fabio Waldmann	28/09/1994	Deferido
32	45342	Flavia Cararo Kowal	29/10/1972	Deferido
33	46557	Franciane De Fátima Kurchevski	20/10/1997	Deferido
34	44586	Franciele Jaciara Mendes	06/11/1988	Deferido
35	45401	Gabrielle Gonçalves	01/03/1997	Deferido
36	46957	Gustavo Krul	01/06/1993	Deferido
37	46240	Jaciele Soares de Lima Fedor-gchyn	16/02/1987	Deferido
38	40278	Jalciane Dagostin	21/07/1987	Deferido
39	47231	Janaína Nijelski	03/06/1994	Deferido
40	38817	Janaina Bornatte De Meira Colaço	09/01/1990	Deferido
41	40769	Jenifer Rodrigues De Souza	21/12/1995	Deferido
42	44998	Joelma De Barros	09/05/1995	Deferido
43	44983	Joice De Moraes	08/07/1990	Deferido
44	40019	Juliana Portella Felix	13/10/1994	Deferido
45	46646	Kariane Becker	11/09/1993	Deferido
46	43551	Karin Caroline Prestes	04/10/1996	Deferido
47	46746	Katia Regiane Ferreira Ennes	02/02/1982	Deferido
48	39300	Kélvyn Alexandre Dos Santos	16/02/1995	Deferido
49	41851	Leila Cardoso	17/12/1990	Deferido
50	46048	Leila Do Rocio Busko	22/09/1980	Deferido
51	42875	Leniza Maria Trindade	03/08/1990	Deferido
52	45378	Leticia Amora	28/07/1997	Deferido
53	39819	Liliane Maria Dias Machado	19/02/1990	Deferido
54	39847	Lucas Corrêa Witt	06/05/1993	Deferido
55	45146	Luis Bueno De Oliveira Filho	05/12/1993	Deferido
56	42165	Luis Fernando Da Cruz Vieira Magalhaes	14/07/1996	Deferido
57	46948	Lyamara Batista Moreira	21/10/1985	Deferido

58	41184	Macaully Todt	23/12/1994	Deferido
59	39645	Maria Helena Fernandes	05/03/1972	Deferido
60	38451	Marielle Cristina De Souza	26/11/1996	Deferido
61	46729	Mauri Gustavo Salomon	09/05/1995	Deferido
62	44964	Márcia Sueli Prussak	10/03/1978	Deferido
63	39841	Nadiny De Agostinho Paes De Farias	07/05/1986	Deferido
64	41120	Natalia Francieli Socodolski	12/11/1991	Deferido
65	45081	Priscila Lacowicz Veiga	12/03/1989	Deferido
66	38653	Quênia Lottermann Brun	29/03/1990	Deferido
67	42793	Rafael Josue Da Cruz	28/05/1994	Deferido
68	45625	Regiane Renata Jankovsky Padilha	04/06/1985	Deferido
69	44191	Reinaldo Pazda	06/01/1995	Deferido
70	41032	Rhuan Carlos Bueno De Oliveira	28/05/1994	Deferido
71	46485	Rubia Kelly Hauffe	20/08/1988	Deferido
72	45458	Samara Cardoso Vouk	29/10/1996	Deferido
73	47237	Samara Ferreira Da Silva	16/03/1997	Deferido
74	44031	Sergio Luis Dos Santos Veiga	21/05/1977	Deferido
75	45037	Tais Dos Santos	03/07/1993	Deferido
76	46004	Tamara Ramthum	29/01/1983	Deferido
77	41836	Tania Mara Malacoski	10/07/1991	Deferido
78	45211	Thalita Jascuf	02/11/1995	Deferido
79	42708	Vacila Ana Zucco	13/11/1995	Deferido
80	40364	Zenilda De Lima	27/04/1969	Deferido

Assistente T. P. Computação - Ensino Médio Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	44608	Alexandre Zenildo Placido	09/02/1976	Deferido
2	46765	Bruno Germano Schwartz	08/04/1997	Deferido
3	44126	Carlo Henrique Rocha	27/03/1989	Deferido
4	46056	Diogo Beckert	06/10/1988	Deferido
5	39727	Douglas Michel Martins (VD)	08/12/1988	Deferido
6	47029	Fabício Josnei Pereira	08/10/1987	Deferido
7	44650	Fabricio Samarone Dos Santos Fontana	06/05/1989	Deferido
8	45757	Felipe Karpen Sukmanoski	05/01/1995	Deferido
9	37971	Jacson Luciano Maia	11/10/1993	Deferido
10	38969	Jaison Carvalho Dos Santos Valter	17/12/1996	Deferido
11	40093	Josias Rossetti	09/12/1982	Deferido
12	45535	Lucas Rafael Zorek	30/01/1996	Deferido
13	44627	Luis Fernando Gonçalves Padilha	24/07/1990	Deferido
14	42280	Luiz Felipe Engel	03/11/1994	Deferido
15	46784	Marcelo Leandro Goncalves	24/09/1982	Deferido
16	42269	Marcelo Rafael De Lima	07/06/1989	Deferido
17	45695	Mary Ellen Queiroz	26/09/1988	Deferido
18	46108	Matheus Renan Araújo	18/08/1995	Deferido
19	45143	Nestor Sergio Sartori	11/03/1967	Deferido
20	45182	Patricia Julkoski	10/06/1994	Deferido
21	44680	Rafael Cesar Damaso Da Silveira	19/12/1989	Deferido

22	39243	Rafael Soares	09/01/1997	Deferido
23	40398	Regiane Panfil	10/04/1991	Deferido
24	44720	Ronie Christopher Pereira	10/06/1991	Deferido
25	46224	Silvana Fronchak	20/01/1992	Deferido
26	39306	Suelen Furhmann	02/08/1993	Deferido
27	46748	Thiago Sandro Vieira	15/08/1992	Deferido
28	45357	Walker Bonfim	23/02/1996	Deferido
29	45015	Wellington Groskopf	26/02/1993	Deferido
30	45693	Willian Douglas Mendes	17/04/1996	Deferido
31	44460	Zenilton Francisco Dos Santos	05/05/1980	Deferido

Auxiliar de Odontólogo - Ensino Médio Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	39281	Camila Francine Todt	01/09/1989	Deferido
2	45341	Eliane Regina Becker	19/04/1979	Deferido
3	42041	Jocélia Dos Santos Lima	07/09/1977	Deferido
4	45630	Naihara Gonçalves	21/10/1990	Deferido

Calceteiro - Ensino Fundamental Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	46911	Jeferson Luiz De Paula	12/06/1983	Deferido
2	40223	Paulo Alexandre Do Livramento	10/10/1983	Deferido
3	42298	Pedro Schupel Sobrinho Segundo	08/04/1975	Deferido

Carpinteiro - Ensino Fundamental Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	40466	Joel Niejelski	13/02/1975	Deferido
2	46636	Luiz Rogerio Crestani	21/08/1958	Deferido
3	45476	Luiz Wanderlei Daniel Vieira	19/06/1971	Deferido
4	45998	Miguel Ferreira Dos Santos	27/09/1968	Deferido

Educador Social (feminino) - Ensino Médio Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	43347	Almuth Schroeder	25/02/1954	Deferido
2	46970	Annie Caroline Morantt Ferreira De Lima	11/10/1988	Deferido
3	46088	Beatriz De Fátima Pontes	26/01/1995	Deferido
4	46093	Dulcinéia Niepsuy Bollauf	19/08/1993	Deferido
5	45877	Edleuda De Almeida Barbosa Da Silva	28/08/1979	Deferido
6	44745	Ester Mariane Da Cruz	21/05/1995	Deferido
7	46563	Fernanda Thais Fernandes Pavarin	29/08/1996	Deferido
8	44984	Gislaine Leite Siems	23/04/1986	Deferido
9	46029	Grassielly Souza Chekalski	27/09/1981	Deferido
10	45316	Helena Mathias Piernann	16/10/1978	Deferido
11	46837	Josiele Aparecida Klutchkowski	09/08/1994	Deferido

12	46744	Lili Nizer	09/04/1972	Deferido
13	44607	Maria de J. R. Cordeiro	22/07/1967	Deferido
14	45112	Marília Dranka	13/02/1994	Deferido
15	46665	Mirella Gallotti Silveira Scholze	21/11/1978	Deferido
16	42546	Paloma Da Silva Naizer	20/12/1980	Deferido
17	44863	Patrícia Barbosa Da Silva	28/02/1996	Deferido
18	46212	Priscila De Fatima Hack Rogalski	09/12/1987	Deferido
19	39032	Rafaela Aparecida Marques Dos Santos	03/04/1991	Deferido
20	46918	Rosalina De Fatima Pitrowski	17/02/1962	Deferido
21	44637	Rosemari Da Silva De Paula E Silva	29/09/1971	Deferido
22	43189	Rozaria Brandenburg Maia	09/11/1973	Deferido
23	45319	Sabrina Aparecida Nogueira	29/04/1994	Deferido
24	44843	Sônia Maria Grein	14/02/1968	Deferido
25	38150	Silmara Schumovski konkol	05/01/1976	Deferido
26	47165	Sueli De Fatima Durau	03/05/1964	Deferido
27	40944	Tamires Grosskopf	14/09/1995	Deferido
28	43422	Tatiane Aparecida Alves	26/07/1988	Deferido
29	46668	Vanessa Waldmann	15/08/1993	Deferido

Educador Social (masculino) - Ensino Médio Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	47194	Altamir Moreira Bueno	07/10/1994	Deferido
2	45041	Amilton Ferreira Ramos	05/07/1967	Deferido
3	45323	Danlei Cordeiro	11/06/1996	Deferido
4	45700	Glauco Jose Rodrigues Da Silva	21/01/1985	Deferido
5	45505	Gustavo Leandro De Araujo	12/04/1991	Deferido
6	45612	Leonardo Giovane Martins Cioletti	25/10/1979	Deferido
7	44881	Luiz Fernando Padilha	20/11/1995	Deferido
8	47233	realdo romão de lima	10/01/1973	Deferido
9	44300	Ricardo Luis Nunes de Lima	12/11/1978	Deferido
10	46020	Roberto Carlos Ferreira De Moraes	13/05/1972	Deferido

Eletricista - Ensino Fundamental Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	40884	Bruno	13/03/1997	Deferido
2	40003	Douglas De Lara Lopes Santiago	25/08/1990	Deferido

Encanador - Ensino Fundamental Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	42167	Jair Alves Pereira	16/08/1971	Deferido
2	45968	José Carlos Da Silva	07/02/1972	Deferido

Engenheiro Civil - Ensino Superior Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	46958	Alexandre Fernando Picoloto	16/11/1989	Deferido
2	46207	Camille Stefel	24/11/1990	Deferido
3	43572	Fernanda Ruske De Siqueira	16/04/1983	Deferido
4	43857	Gabriela Hack De Souza	14/06/1991	Deferido
5	44772	Jaqueline Moreira Silva	03/11/1987	Deferido
6	45593	Manassés Carlos Taques	29/04/1990	Deferido
7	46054	Marina Markiv	05/10/1992	Deferido
8	45684	Pedro Felipe Linzmeier	02/04/1988	Deferido
9	46801	Roberto Moraes Rutkoski	18/07/1970	Deferido
10	45747	Thiago Guimarães Sakata	14/01/1986	Deferido
11	47284	Tiago Pereira Armao	25/04/1992	Deferido

Engenheiro Eletricista - Ensino Superior Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	44306	Alex Severiano De Lima	31/10/1985	Deferido
2	44045	Daniel Mayer Faria	10/04/1989	Deferido
3	45643	Diogo Rodrigo Muller Da Silva	16/09/1990	Deferido
4	41829	Fernando Petters	10/05/1988	Deferido
5	44116	Gerson De Andrade	12/11/1972	Deferido
6	45403	Guilherme Thiemann	08/09/1984	Deferido
7	46219	Jairo Schroeder	22/05/1986	Deferido
8	39131	Jehniifer Wolter	14/04/1993	Deferido
9	43704	Juliana Rodrigues Loddi	15/02/1984	Deferido
10	43996	Marcelo Fernando Nascimento Da Cunha	11/01/1989	Deferido
11	46428	Marcus Paulo Chaucoski	30/07/1973	Deferido
12	46498	Paulo Ricardo Vriesman Da Silva	01/01/1992	Deferido
13	47108	Rudimar Helder Hoffmann	11/12/1982	Deferido
14	44445	Tiago Gabriel De Souza	09/06/1982	Deferido

Farmacêutico - Ensino Superior Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	44995	Aline Kiem Stelzner	13/05/1989	Deferido
2	43420	Amanda Catarina Da Conceição Borba	15/05/1992	Deferido
3	46682	Andréa De Oliveira Parada	13/09/1974	Deferido
4	41517	Andréia Aparecida Ludka	10/12/1986	Deferido
5	46293	Ariane Krachieski	11/12/1991	Deferido
6	44896	Bruna Mantovani	25/10/1991	Deferido
7	43061	Carolina Mariah Guebert	29/06/1990	Deferido
8	40726	Claudia Paloma Gadotti	08/02/1993	Deferido
9	44870	Cleiton Arendartchuk	20/04/1975	Deferido
10	39214	Cristiana Alves Da Silva	22/08/1981	Deferido
11	46098	Cristiane Kiem	20/05/1984	Deferido
12	45987	Daiane Cristina Sumacoski	10/08/1992	Deferido
13	45071	Daiane Ferreira Dos Santos	17/08/1989	Deferido
14	38178	Daiane Vogt	14/03/1980	Deferido

15	46614	Débora Bruna Leite	28/02/1992	Deferido
16	46258	Eva Paula Nogueira	02/07/1983	Deferido
17	44569	Flávia Rafaela Ludka	02/05/1988	Deferido
18	43471	Jaciara Gonçalves De Lima	26/04/1990	Deferido
19	45768	Janaina Stoterau Picheth	15/03/1988	Deferido
20	46015	Jaqueline Wrublevski	30/07/1971	Deferido
21	46026	Juliano José Belotto	16/05/1977	Deferido
22	42263	Liana Weber	04/05/1992	Deferido
23	42008	Marcela Bueno	02/02/1981	Deferido
24	39961	Maria Assíria Martins	21/02/1986	Deferido
25	46238	Mariane Cristina Gutierrez Leite	10/08/1986	Deferido
26	45985	Mônica De Lima Lacowicz	01/11/1990	Deferido
27	38774	Nadia Brolin	26/12/1988	Deferido
28	45874	Priscila De Paula	21/01/1992	Deferido
29	43554	Renata Dos Santos	15/12/1991	Deferido
30	39415	Simone Maria Wendt	04/04/1970	Deferido
31	38493	Thaline Dirschnabel	13/05/1991	Deferido
32	46130	Thayse Tischner	30/09/1986	Deferido

Fisioterapeuta - Ensino Superior Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	46840	Aline Birolli Gonçalves	10/04/1989	Deferido
2	46677	Alisson Konkol	08/02/1988	Deferido
3	40367	Amanda Elisa Burmester	18/03/1982	Deferido
4	38416	Ana Caroline Nogueira Sidorak	17/03/1989	Deferido
5	38144	Ana Claudia Kaminski	12/02/1993	Deferido
6	38466	Andreisa Marin	07/01/1981	Deferido
7	38490	Angela Maria De Andrade Mar	17/03/1968	Deferido
8	43664	Angela Zeczowski	25/03/1986	Deferido
9	44037	Camila Louise Gralov	03/12/1986	Deferido
10	38142	Caroline Ferens	03/08/1992	Deferido
11	44341	Charlene Cristina Dias Machado	08/04/1989	Deferido
12	45010	Cristian Eduardo Ferreira Wille	30/11/1989	Deferido
13	44867	Débora Janice Barbosa Vieira De Lima	08/03/1983	Deferido
14	43205	Débora Jarschel	02/06/1986	Deferido
15	45160	Deborah Castelo Branco Furtado	22/03/1987	Deferido
16	45311	Douglas Godescki Grein	03/06/1992	Deferido
17	42969	Fernanda Regina Siqueira	06/05/1989	Deferido
18	42881	Francine Beluk	18/02/1985	Deferido
19	38944	Gislaine Dos Santos Holler	27/12/1987	Deferido
20	43470	Keli Daiani Rosa	09/05/1986	Deferido
21	43129	Lucia Jose De Oliveira	30/03/1985	Deferido
22	44690	Luciana Pereira Da Silveira	05/09/1986	Deferido
23	44762	Luciano Cezar Sarnoski	01/12/1973	Deferido
24	38099	Maria Claudia Carvalho Freitas	07/08/1991	Deferido
25	43159	Marina Ribas Corrêa	07/08/1992	Deferido
26	43526	Milena Colman	11/06/1992	Deferido
27	45996	Pamela Ferens	28/08/1989	Deferido
28	46872	Raquel Gracietti	29/12/1991	Deferido
29	47283	Regiane Zielinski	11/11/1994	Deferido

30	38356	Solange Maria Fuck	01/06/1972	Deferido
31	46856	Willian Amauri Amarantes	02/02/1991	Deferido

Fonoaudiólogo - Ensino Superior Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	46223	Carla Scholtz	11/08/1976	Deferido
2	43539	Cintia Muller De Aguiar	16/05/1970	Deferido
3	43070	Patrice De Carvalho Massaneiro	31/07/1975	Deferido

Instrutor Agrícola (educação) - Ensino Médio Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	38497	Ademar Hilario Dos Santos	25/07/1989	Deferido
2	40556	Ademir José De Carvalho	18/03/1984	Deferido
3	46479	Airton Pedro Dos Santos	29/01/1990	Deferido
4	45800	Alan Francisco Castro	12/08/1995	Deferido
5	44272	Altair Jose Dominiak Junior	28/06/1987	Deferido
6	45437	Alvir Marcelo Fuck	30/10/1982	Deferido
7	43395	Amilton Froehner	07/02/1952	Deferido
8	39638	Ana Paula Paiva Bitencourt De Lima Carvalho	16/02/1982	Deferido
9	40147	André Luis Antonowiski Neves	16/10/1990	Deferido
10	47209	Andrea Aparecida Dolla Ferreira De Souza	17/09/1986	Deferido
11	42054	Argeu Camilo Franciscan	14/07/1964	Deferido
12	45563	Ari Henrique Marko	09/11/1963	Deferido
13	47187	Aristeu Ferreira De Souza	24/10/1980	Deferido
14	45816	Assis Ferreira De Souza	03/10/1981	Deferido
15	42328	Cassio Wesley Gabriel Herzinger	16/10/1994	Deferido
16	38510	Cássio Fernando Melechenco	10/02/1989	Deferido
17	43139	Cleiton Alisson Dos Santos	13/07/1990	Deferido
18	46806	Cleunice Leite	21/11/1972	Deferido
19	40476	Dijalma Saiboth	12/11/1990	Deferido
20	45110	Dirceu Romani	27/08/1973	Deferido
21	38567	Edilene Maria Streit De Almeida	27/09/1996	Deferido
22	39882	Edison Martins De Souza	16/10/1989	Deferido
23	46519	Eliei Savitski	13/09/1985	Deferido
24	43700	Elisabete Aparecida alegri	01/09/1974	Deferido
25	38314	Evandro Nogath Dobrychtop	09/06/1995	Deferido
26	46052	Fernando Wilian Ziemann	04/09/1993	Deferido
27	44782	Gilmar Pamfil	30/08/1986	Deferido
28	39116	Glaucio De Meira Colaço	05/05/1978	Deferido
29	42534	Guido Ziemann	13/01/1969	Deferido
30	43568	Jackson Eduardo Iendras Iarrocheski	12/08/1995	Deferido
31	38307	Jessica Galeski	30/07/1995	Deferido
32	46516	Joacir Pujak	28/05/1991	Deferido
33	46192	Jonas Carvalho Do Prado	14/10/1991	Deferido
34	44513	Jorge Mario Wille	18/06/1969	Deferido
35	38540	José Rogério Kaschuk	16/10/1964	Deferido
36	44472	Jose Roberto De Oliveira	24/11/1995	Deferido

37	41868	Juliane Alves	08/07/1996	Deferido
38	38585	Leonardo Castor Bezerra	07/01/1991	Deferido
39	44698	Lucio Erivelton Dos Santos	31/12/1996	Deferido
40	43924	Luiz Carlos Castro	02/11/1996	Deferido
41	46363	Luiz Matheus Artner	08/03/1996	Deferido
42	42979	Maiara Ribeiro Frogel	25/11/1994	Deferido
43	40741	Marcelo Guedes	20/01/1989	Deferido
44	43961	Marco Rafael Reva	06/09/1995	Deferido
45	42750	Marcos Cesar Choupinski	28/08/1997	Deferido
46	44747	Mauro Moreschi Chaves	03/04/1997	Deferido
47	38339	Michelli Woitexem	05/01/1993	Deferido
48	46457	Neivaldo Wardenski	01/08/1988	Deferido
49	46242	Paulo Roberto De Oliveira Duda	13/12/1976	Deferido
50	46104	Pedro Atila Gonçalves	24/01/1995	Deferido
51	43685	Rafael Artur Engel	14/08/1996	Deferido
52	40947	Renato Leandro	01/11/1967	Deferido
53	45503	Renato Luckow Junior	22/12/1995	Deferido
54	44934	Renato Piechontcoski	19/03/1967	Deferido
55	46433	Rogério Perciak Junior	14/10/1993	Deferido
56	46863	Ronaldo Bay	15/03/1992	Deferido
57	38349	Ronaldo Senn	06/10/1995	Deferido
58	42179	Sandro Ricardo Koch	03/02/1976	Deferido
59	44275	Scheila Michele Muhlbauer	10/06/1992	Deferido
60	40030	Silvia Correa De Oliveira	11/08/1981	Deferido
61	39943	Valdeci Cordeiro Dos Santos	29/03/1979	Deferido
62	46129	Valdir Morsch	22/04/1996	Deferido
63	41713	Viviane Dos Santos	18/07/1989	Deferido

Instrutor de Canto - Ensino Médio Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	45389	Aline Marcela Lourenço	05/04/1992	Deferido
2	42240	Patricia Martins Padilha	23/06/1979	Deferido

Instrutor de Informática (educação) - Ensino Médio Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	46334	Élcio Mário Ningeleski Júnior	22/10/1991	Deferido
2	46558	Charles Sphair	22/08/1996	Deferido
3	40967	Diego Ricardo Wille	07/02/1994	Deferido
4	41582	Elenita Zaluski Kelczeski	15/06/1996	Deferido
5	46812	Ewerton Alan Arnold	06/10/1992	Deferido
6	45442	Guedson Felipe Hesse	23/10/1991	Deferido
7	44829	Guilherme Krachinski	03/05/1996	Deferido
8	46347	Guilherme Simoes De Oliveira	09/12/1995	Deferido
9	44751	Jefferson Orlovski	12/05/1989	Deferido
10	41660	Jhonn Artur Massaneiro Pereira	02/03/1990	Deferido
11	46564	Jose Augusto Piotrowski	28/05/1993	Deferido
12	44308	Mairon Felipe Porta	23/06/1996	Deferido
13	45894	Maura Rosa	13/07/1983	Deferido
14	46443	Osmair Colaço	08/06/1994	Deferido

15	44931	Pedro Tomczyk Junior	21/01/1997	Deferido
16	46272	Robson Matheus Schultz	14/10/1996	Deferido
17	38260	Wellinton Vieira Dos Santos	03/06/1994	Deferido
18	40024	Willian Roberto Adriano	28/07/1989	Deferido

Instrutor de Pintura em Tela, Tecido e Desenho - Ensino Médio Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	47139	Anna Alice Morantt	11/10/1988	Deferido
2	43025	Debora Cristiana Rodrigues Da Silva Kruger De Matos	08/05/1983	Deferido
3	46082	Elizete Alves Corrêa	29/05/1969	Deferido
4	46909	Giovana Da Rosa Gevieski	15/02/1974	Deferido
5	47261	Kelin De Paula Farias	06/01/1991	Deferido
6	44987	Suzana Yarenhuk Cardoso	23/04/1972	Deferido

Instrutor de Teatro - Ensino Médio Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	45547	Jaqueline Bonetes Carvalho Do Prado	03/01/1985	Deferido
2	43792	Mariane Morechi Marcinichen	09/10/1986	Deferido
3	44988	Marina Aparecida Schpanski	13/12/1991	Deferido

Instrutor de Teclado - Ensino Médio Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	44098	Joseli Alves Pereira	02/01/1986	Deferido

Instrutor de Violão - Ensino Médio Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	45162	Jacson Dreher	08/05/1997	Deferido
2	46484	João Gilberto Fernandes	10/04/1962	Deferido
3	43565	Martinho Pires	06/10/1966	Deferido
4	38658	Maurício De França	24/09/1996	Deferido
5	44137	Tiago Schermak	21/12/1987	Deferido
6	38039	Willian Rodrigues De Carvalho	16/10/1988	Deferido

Instrutor de Violino e Violoncelo - Ensino Médio Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	44437	Leandro De Oliveira Izidio	12/03/1984	Deferido
2	46890	Loraine Dubena	08/01/1987	Deferido

Médico Auditor - Ensino Superior Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	43679	Erasto De Maio Netto	21/07/1987	Deferido
2	40281	João Ramão	12/02/1956	Deferido

Médico Autorizador - Ensino Superior Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	45137	Odair José Camargo	24/08/1978	Deferido

Médico Clínico Geral - Ensino Superior Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	46817	Ana Júlia Dela Bruna Brand	22/06/1988	Deferido
2	47116	Mahara Shimona Shimoguri	10/10/1988	Deferido
3	46309	Marcelo Caetano Garcia Lufiego	22/01/1982	Deferido
4	46531	Rubens Maurício Dallagassa Stelmachuk	05/10/1975	Deferido

Médico Generalista - Ensino Superior Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	38833	Giselle Kluppel Lima	08/01/1967	Deferido

Médico Generalista ESF - Ensino Superior Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	39909	Alain Felipe Schwartz	10/05/1985	Deferido
2	39671	Alan Bueno	13/09/1985	Deferido
3	45542	Thalita Cristina Pokryviecki	17/01/1986	Deferido

Médico Ginecologista Obstetra - Ensino Superior Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	44851	Celize Maria Weinert	14/02/1983	Deferido

Médico Pediatra - Ensino Superior Completo

Nenhum candidato inscrito neste cargo.

Médico Plantonista 24h - Ensino Superior Completo

Nenhum candidato inscrito neste cargo.

Médico Plantonista 30h - Ensino Superior Completo

Nenhum candidato inscrito neste cargo.

Médico Plantonista 36h - Ensino Superior Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	46868	Orlando Carlos Fleith Sobrinho	13/11/1962	Deferido

Médico Psiquiatra - Ensino Superior Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	45237	Marcos Buch Da Rocha	26/11/1966	Deferido

Médico Veterinário-Rural - Ensino Superior Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	43747	Adriana Chavarski	02/08/1991	Deferido
2	45780	Ana Paula Krzesinsky Da Silva Flenik	18/05/1987	Deferido
3	46343	Andrieli Buzelato	27/05/1986	Deferido
4	44750	Barbara Neumann Zimmer	05/09/1992	Deferido
5	39960	Bruna Dos Santos Rueckl	09/07/1992	Deferido
6	41246	Carlos Eduardo Brehmer	23/04/1981	Deferido
7	46038	Danúbia Ferreira	01/03/1991	Deferido
8	46745	Daniela Maruchin Barski	29/09/1987	Deferido
9	43062	Fabiane Maria Durau Rodrigues	22/06/1990	Deferido
10	47204	Fernanda Do Prado	30/03/1990	Deferido
11	39062	Gabrielly Sanara Bonka	24/05/1993	Deferido
12	44283	Karina Furhmann	16/10/1987	Deferido
13	46951	Luiz Matheus Trevisani	30/01/1991	Deferido
14	45285	Maria Isabel Basilio	26/05/1990	Deferido
15	46259	Michele Cristina Arnold	18/02/1978	Deferido
16	43018	Priscilla Louise Paul	14/07/1991	Deferido
17	44235	Ricardo Schivinski	10/08/1978	Deferido
18	44340	Silvana Aparecida Fritz	03/04/1985	Deferido
19	41642	Silvestre José Nadrovski	21/04/1985	Deferido
20	40904	Simao Seleme Neto	18/02/1963	Deferido

Monitor (social) - Ensino Médio Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	42940	Andriele Kuchler	08/05/1996	Deferido
2	45042	Barbara Cristine Moraes	26/03/1989	Deferido
3	46876	debora maria dranko	03/04/1994	Deferido
4	46372	Diego Sorg Jurgensen	17/05/1996	Deferido
5	44768	Emmanuelle Froehner Pamfil	23/05/1984	Deferido
6	40949	Eunice Grosskopf	11/12/1991	Deferido
7	43017	Fabiane Ruchinski	28/05/1991	Deferido
8	45915	Francisco José Majéski	28/02/1997	Deferido
9	46073	Gisele Quirino D'almeida	04/02/1989	Deferido
10	46814	José Cedival Ribeiro	21/08/1955	Deferido
11	46523	Juliana Carvalho	31/12/1977	Deferido
12	45674	Lucineia Fernandes Dos Santos	02/11/1960	Deferido
13	40338	Maria Alice Machado	10/02/1977	Deferido

14	45970	Monique De Campos Muller Ribeiro	23/05/1997	Deferido
15	47200	Patrick Wolff Wille	14/09/1994	Deferido
16	46395	Rafaela Simões De Oliveira Ferreira	15/09/1995	Deferido
17	47128	Romulo Andre Ferreira Dos Santos	20/02/1996	Deferido
18	43764	Rosilene Nogath	18/01/1983	Deferido
19	45710	Siomara Do Rocio Marcondes Safanelli	27/08/1969	Deferido
20	46561	Tania Franciele Pereira Da Silva	17/03/1989	Deferido
21	45277	Tatiane Caroline Da Silva	12/05/1989	Deferido
22	44875	Tânia Elisete Gonchorowski	21/04/1960	Deferido

Monitor de Educação Especial - Ensino Médio Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	45485	Adenilson Brey	02/02/1996	Deferido
2	45650	Adriana Antonia Aziliero	13/06/1975	Deferido
3	38213	Adriana Baze	17/11/1993	Deferido
4	45891	Adriana Moskwiaka Herbst	09/01/1986	Deferido
5	46230	Adriane Cláudia Marcia Bartnick De Carvalho	03/03/1973	Deferido
6	40823	Adriane Jack	08/10/1976	Deferido
7	46828	Alan De Barros Pereira	12/12/1992	Deferido
8	46011	Alessandra Aparecida Bigas	27/07/1995	Deferido
9	46524	Alessandra De Fátima Rodrigues Zucco	23/10/1986	Deferido
10	45829	Alexandra Aparecida De Castro	28/05/1984	Deferido
11	45098	Alice Thietdke	06/10/1978	Deferido
12	47163	Aline Carla Ferreira Drobneski	04/11/1994	Deferido
13	39851	Aline Cristina Heiden Firakoski	27/11/1986	Deferido
14	43100	Aline Franciele Fuck	22/07/1995	Deferido
15	42038	Aline Gomes	12/06/1993	Deferido
16	46778	Aline Maria Niedzielski	07/12/1988	Deferido
17	42776	Aline Marisa Bazzanella	11/05/1990	Deferido
18	44918	Aline Patricia Massaneiro Carlim	14/06/1988	Deferido
19	39821	Amabile Caroline Krull Calado	13/06/1994	Deferido
20	45409	Amanda Flavia Antonovicz 1	02/01/1997	Deferido
21	42520	Ana Carla Ferreira De Souza	06/04/1992	Deferido
22	46335	Ana Carla Soares De Lima	26/06/1989	Deferido
23	47123	Ana Carolina Ferreira Dos Santos	28/11/1994	Deferido

24	46590	Ana Carolina Machado Massaneiro	14/10/1994	Deferido
25	43141	Ana Claudia Greim Alves	28/02/1991	Deferido
26	46660	Ana Cláudia Bastos	14/03/1988	Deferido
27	39913	Ana Karina Alves Vieira	22/07/1993	Deferido
28	46308	Ana Licia Alves Avancini	30/12/1976	Deferido
29	44059	Ana Maria Colaço Silveira Nizer	03/03/1979	Deferido
30	44113	Ana Paula Artner	20/06/1994	Deferido
31	44171	Ana Paula Baptista	02/03/1988	Deferido
32	45524	Ana Paula Cordeiro	22/04/1994	Deferido
33	45527	Ana Paula Ferreira Da Silva	23/07/1995	Deferido
34	41900	Ana Paula Rosa Kryczyk (VD)	24/07/1981	Deferido
35	47207	Ana Rita Vieira De Lima	17/07/1974	Deferido
36	44264	Andréa Rubel	24/09/1982	Deferido
37	38494	Andréia Kautz	15/11/1994	Deferido
38	45850	Andrea Barbosa De Moraes	06/06/1986	Deferido
39	45570	Andrea Guimarães	09/01/1986	Deferido
40	40793	Andrea Lesnioski Porta	14/08/1984	Deferido
41	42286	Andreia Aparecida Mangue (lactante)	20/10/1978	Deferido
42	47009	Andreia Kubrack Gruber	05/02/1975	Deferido
43	46539	Andresa Ferreira	23/01/1995	Deferido
44	45248	Andressa Aparecida Padilha	11/10/1995	Deferido
45	38755	Andressa Gunchovski	11/12/1995	Deferido
46	45489	Andressa Mazur	25/12/1983	Deferido
47	42700	Andressa Ribeiro Burzi	11/02/1992	Deferido
48	46128	Andriele Bail (VD)	29/08/1995	Deferido
49	44490	Andriele Da Rocha	23/05/1994	Deferido
50	39922	Andriele Padilha Demikovski	23/01/1997	Deferido
51	38407	Andriele Yasmin Da Silveira	09/09/1993	Deferido
52	46697	Andrieli Dos Santos Fagundes Fernandes	23/03/1994	Deferido
53	46796	Andrieli Holler	23/06/1994	Deferido
54	45910	Andrieli Soares	22/09/1994	Deferido
55	46307	Andrielli Ferreira Do Rosário	15/09/1993	Deferido
56	45648	Angélica Carvalho Dos Santos	17/04/1996	Deferido

57	42989	Angélica Ribeiro Mazur	01/08/1978	Deferido
58	43712	Angela Cristina Dolla	27/05/1978	Deferido
59	39236	angela de oliveira	23/08/1995	Deferido
60	38563	Angelica Niezelski	03/03/1992	Deferido
61	45950	Anna Priscilla Plautz	14/07/1989	Deferido
62	45919	Anna Rosa Zavaski	15/12/1976	Deferido
63	44466	Antonio Ovande Maciel	08/06/1991	Deferido
64	39220	Arani Leal Padilha	15/09/1977	Deferido
65	45158	Auria Tamara Chuk	01/12/1969	Deferido
66	47195	élison Cristian De Góes	24/10/1992	Deferido
67	43112	Bárbara Dumke	14/09/1990	Deferido
68	40370	Beatriz De Fatima Correa	26/11/1982	Deferido
69	46424	Bernadete Cristina Ferreira Chagas Taborda	07/01/1976	Deferido
70	43158	Bruna Banaczek	13/05/1995	Deferido
71	44336	Bruna Kachimareck	06/12/1996	Deferido
72	40081	Bruna Kriczinski	15/12/1996	Deferido
73	38648	Bruna Neumann	29/03/1995	Deferido
74	46799	Bruna Tamires Ferreira De Lima	02/04/1997	Deferido
75	38959	Bruna Valomin Bechel	23/03/1995	Deferido
76	42208	Camila Aparecida Da Silva Figura	25/04/1992	Deferido
77	46468	Camila Aparecida Linkowski	21/11/1991	Deferido
78	38005	Camila Carvalho	03/09/1992	Deferido
79	45828	Camila Cristina De Castro	09/04/1990	Deferido
80	45635	Camila Dos Santos	20/09/1990	Deferido
81	43082	Camila Fernandes Padilha De Lima	11/07/1983	Deferido
82	44287	Camila Gonçalves	12/06/1988	Deferido
83	44855	Camila Loik	07/06/1995	Deferido
84	46813	Carolina Aparecida Dumke	04/10/1993	Deferido
85	46574	Carolina Bitencourt	13/11/1993	Deferido
86	45795	Carolina Dos Santos Machado	10/11/1993	Deferido
87	46195	Caroline De Miranda Stiebler Alves Dos Santos	30/08/1984	Deferido
88	44629	Caroline Geraldo	12/11/1996	Deferido
89	45644	Caroline Maria Dubiela	12/05/1990	Deferido

90	46177	Caroline Miilher Stocker	08/01/1991	Deferido
91	46099	Caroline Neves	10/04/1982	Deferido
92	45705	Cassiane Alves Ribeiro De Lima	16/01/1995	Deferido
93	39691	Cassiane Consulo	09/04/1998	Deferido
94	39804	Cíntia Sokacheski Dreher	28/03/1991	Deferido
95	39123	Celiane De Fatima Ribeiro	25/06/1981	Deferido
96	42112	Celita Aparecida Kochan	29/09/1984	Deferido
97	45251	Cerli Bonetes Jungles Maieski	10/01/1969	Deferido
98	45321	Cintia Danielle Baukat	02/03/1997	Deferido
99	42773	Clarice Ferreira Alves Weso-lavski	07/12/1977	Deferido
100	43727	Clarice Kachimareck	07/11/1989	Deferido
101	44601	Clarisse Figura	20/10/1975	Deferido
102	42137	Claudete Kondras Ferreira	16/12/1976	Deferido
103	38200	Claudete Rodrigues Gravi Gonçalves	17/09/1991	Deferido
104	40729	Claudia Aparecida Da Silva	09/06/1987	Deferido
105	41028	Claudete Aparecida Francisco	27/05/1965	Deferido
106	45286	Claudia Franco De Oliveira	23/01/1977	Deferido
107	45195	Claudia Soares Vieira Chapula	30/04/1969	Deferido
108	38916	Cléia Rodrigues Ferreira Noernberg	13/04/1992	Deferido
109	45738	Clediane Wolochen Jakymiu	19/11/1994	Deferido
110	38534	Cleomara Aparecida Da Silva	06/03/1996	Deferido
111	47251	Cleucio Kreutsfelt Da Silva	06/03/1993	Deferido
112	38600	Cleunice Kosak	04/08/1982	Deferido
113	46454	Cleusi Aparecida Montani	28/10/1977	Deferido
114	46761	Clovis Amaral De Souza Junior	30/04/1990	Deferido
115	47025	Cristiane Domingues De Oliveira	30/08/1988	Deferido
116	44999	Cristiane Munhoz Maros	24/04/1982	Deferido
117	42555	Cristiane Riske Rodrigues	03/11/1983	Deferido
118	45945	Cristiane Suelen Szczygiel	30/04/1990	Deferido
119	45594	Cristina Daiane De Paula Cordeiro	04/03/1994	Deferido
120	39368	Cristina De Fatima Chaves	26/05/1986	Deferido
121	41444	Cristina Rodrigues Pires Pereira	30/01/1986	Deferido
122	41849	Dahra Boreck	18/04/1996	Deferido

123	46982	Daiana Adanski	08/08/1994	Deferido
124	39839	Daiana Kegler De Paula Pinto	09/11/1984	Deferido
125	43425	Daiane Cristina Massaneiro Riske	24/02/1994	Deferido
126	45564	Daiane Jaqueline Bittencourt Pereira	09/08/1993	Deferido
127	46095	Daiane Kautz	01/08/1989	Deferido
128	45554	Daine Michele Bittencourt Pereira	30/12/1989	Deferido
129	41815	Daniela Leandro	11/05/1987	Deferido
130	42889	Daniele Aline Grossklaus	22/08/1994	Deferido
131	42035	Daniele D Oliveira	24/09/1990	Deferido
132	38298	Daniele Soraia Lucas	09/08/1991	Deferido
133	46477	Daniele Vorel	27/01/1988	Deferido
134	46179	Danieli Artner	25/08/1982	Deferido
135	44099	Danieli Bilitzki	15/10/1996	Deferido
136	45652	Danieli Chagas	09/09/1983	Deferido
137	44319	Danieli Hanemann Todt	04/07/1986	Deferido
138	43507	Danieli Schmidberger De Lima	13/02/1987	Deferido
139	40250	Daniely Amaral	12/01/1978	Deferido
140	46138	Debora Antonia Freitas Kluska	12/06/1986	Deferido
141	44728	Deise ferreira Chaves Rinaldi	21/02/1986	Deferido
142	45224	Deisi Bayerl	22/05/1995	Deferido
143	45607	Denise Aparecida Kondras	12/10/1992	Deferido
144	45983	Denise De Fatima Dos Santos	04/03/1983	Deferido
145	46627	Denise De Fatima Goncalves Padilha	02/02/1982	Deferido
146	44331	Dinacir De Jesus Fernandes	21/03/1983	Deferido
147	42975	Dione De Almeida	01/01/1900	Deferido
148	39344	Dionea Aparecida Schicolski	05/02/1985	Deferido
149	45713	Dioneia Sant ´ana	27/12/1988	Deferido
150	44079	Dirce Maria Chupel Regod-zinski	09/08/1977	Deferido
151	38734	Diuliane Taine Dolla	31/08/1993	Deferido
152	46741	Djenifer Onnil David	04/08/1988	Deferido
153	39268	Doralicia Leite	07/05/1975	Deferido
154	45973	Edenilda Teresinha Firakoski Beil	02/05/1976	Deferido
155	40437	Eduarda Rafaely Vicente De Souza	18/03/1997	Deferido

156	46908	Elaine Aparecida Da Silva Frogel	13/09/1989	Deferido
157	46562	Elaine Cristina Da Silveira Padilha	02/06/1994	Deferido
158	38484	Elaine Regina Gonçalves De Oliveira	19/08/1995	Deferido
159	40096	Elaine Ruchinski Bobrovicz	28/02/1988	Deferido
160	38308	Elaine Schiessl De Lima	05/12/1988	Deferido
161	43760	Elen Jaine Cordeiro	25/04/1990	Deferido
162	43482	Elenice Ferreira De Souza	05/09/1983	Deferido
163	45304	Elenice Kucarz	24/08/1988	Deferido
164	47127	Elenice Schpanski	25/10/1985	Deferido
165	45546	Elenir Catarina Nogueira	07/02/1964	Deferido
166	40919	Eli Alves Nunes	11/10/1975	Deferido
167	43390	Eliane Carla Engel	20/11/1984	Deferido
168	45370	Eliane Colaço	02/04/1974	Deferido
169	40441	Eliane Cristina Barbosa Da Silva	14/09/1972	Deferido
170	39287	Eliane De Fatima Burdziack Carvalho Do Prado	16/02/1978	Deferido
171	45539	Eliane De Fátima Padilha Todt	03/08/1974	Deferido
172	41839	Eliane Do Prado De Almeida	14/10/1984	Deferido
173	44755	Eliara Vargas Da Silva	11/07/1984	Deferido
174	46270	Elines Kuchler Mendes	24/06/1983	Deferido
175	47057	Elis Marina Borges	12/11/1990	Deferido
176	40115	Elis Marina Nunes	27/08/1987	Deferido
177	45092	Elisa Aparecida Cordeiro Haubricht	26/09/1989	Deferido
178	47030	Elisa Moranti Muller	12/06/1995	Deferido
179	38584	Elisabeth Maria Gomes	05/06/1957	Deferido
180	46577	Elisana Soares De Souza	11/06/1990	Deferido
181	46018	Elisandra Alves Do Prado De Lima	17/05/1996	Deferido
182	44587	Elisangela Antunes E Silva Ferreira	21/09/1979	Deferido
183	45391	Elisângela Erzinger	22/01/1979	Deferido
184	41655	Elisiane Cilene Voos Stolarski	02/10/1980	Deferido
185	38018	Elizandra Claudinéia Teleginski	21/04/1983	Deferido
186	44130	Elizangela Durau	01/04/1983	Deferido
187	46273	Elize Apº Honório De Farias Burgardt	25/10/1973	Deferido
188	39726	Ellen Tibes Alves	22/08/1989	Deferido

189	40306	Elli Leonilda Beije Burzi	22/11/1983	Deferido
190	47052	Emanoele Antocheski	21/11/1986	Deferido
191	38822	Emanuele Carvalho Do Prado	11/08/1989	Deferido
192	44254	Emanuelle Barsela werka Frogel	22/03/1984	Deferido
193	45393	Emanuelle Andressa Ferlin	04/09/1978	Deferido
194	44712	Eni Terezinha Corrêa Rocha De Almeida	15/10/1979	Deferido
195	45781	Erica Da Silva Idalencio	17/08/1994	Deferido
196	38903	Erica Daiana Maximo	04/08/1986	Deferido
197	45336	Eva Aparecida Picurski	16/10/1983	Deferido
198	45939	Eveline Gisele Steilein	30/11/1981	Deferido
199	46917	Fabiana Moranti Suchara	06/11/1981	Deferido
200	43015	Fabiane Barbosa	15/02/1990	Deferido
201	39896	Fabiane Groscopp	29/05/1982	Deferido
202	45470	Fabiani Aparecida Hitner Ponijaleki	18/05/1977	Deferido
203	44921	Fabio Renan Vieira	02/05/1997	Deferido
204	44865	Fabiola Plachek De Souza	01/05/1981	Deferido
205	46528	Fabiola Schiessl De Oliveira	30/03/1987	Deferido
206	39487	Fernanda Baptista Moreira Voigt	24/01/1989	Deferido
207	46757	Fernanda Cordeiro Silva Dos Santos	09/07/1991	Deferido
208	47248	Fernanda Gomes Do Valle	14/07/1990	Deferido
209	40981	Flavia De Fatima Hauth	30/07/1992	Deferido
210	39701	Flavia Stuski Schicolski	24/07/1996	Deferido
211	43076	Franciane De Fatima Ostroski	04/06/1993	Deferido
212	45475	Franciele Grosskopf	28/03/1987	Deferido
213	41596	Francieli Nepomuceno Pinto	03/10/1992	Deferido
214	38406	Francielle Schmitk Gasperin	03/01/1989	Deferido
215	46220	Geraldo Griten	07/08/1967	Deferido
216	46345	Gessica Fernanda Pereira	11/01/1992	Deferido
217	42822	Gilmar Dos Anjos	14/06/1994	Deferido
218	43105	Gilvano Porta Junior	26/08/1996	Deferido
219	44164	Giovani Bellotto De Carvalho	16/06/1985	Deferido
220	44810	Gisele Borek	04/12/1984	Deferido
221	38362	Giseli Latichuky	17/04/1994	Deferido

222	45202	Giseli Winter Padilha	15/07/1992	Deferido
223	40508	Gislaine Antunes De Lima	01/05/1985	Deferido
224	38964	Gislaine Janiszewski	07/11/1996	Deferido
225	42272	Gislene Aparecida Lorena	18/12/1992	Deferido
226	38123	Gizeli Catia Lopes Polak	01/12/1988	Deferido
227	47157	Glaciely Sabrine Wittlich	06/03/1997	Deferido
228	45568	Heleneide Aparecida Barbosa	26/12/1976	Deferido
229	45603	Iara Aparecida Vieira De Lima Veiga (VD e ampliação)	30/08/1971	Deferido
230	46464	Idalina Lorena	25/05/1971	Deferido
231	46449	Indiamara Radol	13/07/1995	Deferido
232	45130	Inez Filomena Bordinoski	02/03/1965	Deferido
233	38720	Iracilda Kaminski Alves Mas-saneiro	19/01/1974	Deferido
234	44259	Iracy De Lourdes Carneiro Dominiak	14/01/1958	Deferido
235	43820	Iriely Da Cruz	21/07/1984	Deferido
236	39333	Ivete Terezinha Da Siva	29/05/1968	Deferido
237	43552	Ivonete Astrisi Pires	09/07/1978	Deferido
238	44788	Jaíne Aparecida Corrêa De Paula	19/02/1993	Deferido
239	45613	Jaciel Soares De Lima	12/02/1981	Deferido
240	42170	Janaina Tacheviski	08/06/1984	Deferido
241	44647	Janaine Aparecida Juraszck	06/08/1989	Deferido
242	45822	Janair Teixeira Spinelli	01/05/1975	Deferido
243	46006	Jane De Fatima Camargo Figueiredo	14/08/1978	Deferido
244	38826	Janete De Fátima Alves	02/01/1982	Deferido
245	44697	Janice Kachimareck Fuck	14/01/1985	Deferido
246	44516	Jaqueline Andrea Pacheco De Miranda Lima	25/01/1989	Deferido
247	42541	Jaqueline Cordeiro	11/11/1994	Deferido
248	44270	Jaqueline De Oliveira Lima	27/12/1995	Deferido
249	43501	Jaqueline De Paula	29/03/1992	Deferido
250	43261	Jaqueline Farias Cardoso De Jesus	31/01/1986	Deferido
251	40051	Jaqueline Maria Bilinski Dransfeld	03/01/1988	Deferido
252	46526	Jaqueline Reck Prus	27/02/1992	Deferido
253	45771	Jéssica Arantes Massaneiro	24/11/1993	Deferido
254	44596	Jéssica Thaís Santos Lima	17/09/1991	Deferido

255	39473	Jeane Custodio Dos Santos	02/07/1986	Deferido
256	46916	Jenifer Nakonezy	25/08/1990	Deferido
257	43872	Jenifer Silveira Valente	31/08/1993	Deferido
258	41535	Jeniffer Massaneiro Pichebi-chevski	14/01/1994	Deferido
259	47175	Jesica Suzana Marcondes Rodecz Schiessl	19/11/1990	Deferido
260	47044	Jessica Cristina Balabuch	10/08/1996	Deferido
261	38845	Joana Aparecida Bodnar	07/12/1990	Deferido
262	46705	João Jorge Cecílio Junior	07/09/1979	Deferido
263	46851	Jocasta Geci Varela Ditttrich Adur	02/02/1992	Deferido
264	45111	Joceli Schueller	18/09/1977	Deferido
265	38159	Jociane Krzewinski	19/12/1973	Deferido
266	46502	Jociane Malakovski	02/06/1987	Deferido
267	45350	Jociane Werner Karpen	17/08/1987	Deferido
268	38679	Jocilda Clarice Da Silva	10/06/1975	Deferido
269	46475	Jocimara Carneiro Tichevski	20/01/1991	Deferido
270	46253	Jocimara Da Silva	27/06/1987	Deferido
271	46131	Joelma Da Silveira Schikolski	20/04/1977	Deferido
272	44515	Joice Aparecida Cordeiro	02/10/1996	Deferido
273	39912	Joice Fidêncio Da Costa Guzinski	11/11/1996	Deferido
274	45226	Jolsimari Erzinger	25/05/1982	Deferido
275	45125	jonas moacir havrelhuk	27/10/1992	Deferido
276	45351	Joraci Correa De Siqueira	07/05/1955	Deferido
277	46188	Joseanealves Pinto	02/10/1992	Deferido
278	46810	Joseli De Fatima Popovitz	18/03/1980	Deferido
279	46427	Josiane Barbosa Da Silva	18/06/1979	Deferido
280	44240	Josiane Cachorroski	28/03/1984	Deferido
281	44610	Josiane Caetano Da Silva Ma	11/08/1981	Deferido
282	43779	Josiane De Oliveira Lima	22/07/1987	Deferido
283	45217	Josiane Erzinger	27/12/1980	Deferido
284	46480	Josimar Carneiro	03/05/1986	Deferido
285	46105	Joslaine Colaço	04/07/1993	Deferido
286	43286	Josnei Alves Cardoso	25/05/1982	Deferido
287	42085	Jucelia Fuck Hardt	07/11/1989	Deferido

288	41556	Jucimara Muller Novack	06/03/1973	Deferido
289	44481	Jucimara Panstein Todt	20/01/1980	Deferido
290	45880	Jucineia Aparecida Unichi Popadiuk	10/12/1979	Deferido
291	45898	Juliana Kriginski	08/12/1978	Deferido
292	45383	Juliana Amaral Do Prado	10/01/1982	Deferido
293	46798	Juliana Batistoti Przywitowski	23/02/1996	Deferido
294	39286	Juliana Cardoso	27/02/1985	Deferido
295	45085	Juliana De Fátima Da Silva Schulka	24/08/1984	Deferido
296	45027	Juliana De Liz Sampaio	07/06/1988	Deferido
297	45994	Juliana Ribeiro	28/01/1994	Deferido
298	42894	Juliane Corrêa De Almeida Bueno De Oliveira Cordeiro	10/06/1984	Deferido
299	45198	Juliane Cristina Borges	05/11/1990	Deferido
300	42938	Juliani De Fatima Schipitoski	17/04/1994	Deferido
301	43518	Juracy De Fatima Barbosa Da Silva	27/04/1962	Deferido
302	39351	Jusimara Da Silveira	19/08/1979	Deferido
303	38426	Jussara Alves David	20/02/1984	Deferido
304	47090	Kailaine Vieira Porto De Camargo	26/10/1989	Deferido
305	43160	Karina Alves Ribeiro De Lima	31/12/1987	Deferido
306	43275	Karina Banaczek De Lima	06/09/1995	Deferido
307	46292	Karina Michel	31/10/1986	Deferido
308	45645	Karine Aparecida Picazevicz Scheuchuk	03/11/1993	Deferido
309	46633	Karine Rohrbacher	08/11/1994	Deferido
310	45329	Karla Beatriz Dalmagro	02/05/1984	Deferido
311	42999	Katiuscia Tanaka	27/11/1986	Deferido
312	44514	Kelin Lislaine Gluczkowski	14/04/1995	Deferido
313	44703	Kelly Sampaio	09/08/1996	Deferido
314	42521	Kely Cassiane Do Prado	15/08/1981	Deferido
315	45320	Kerolay Karpavicius Torquato	14/01/1992	Deferido
316	46841	Ketlin Rodrigues Da Silva Batista	21/04/1989	Deferido
317	45209	Lady Aparecida Schpanski	12/02/1982	Deferido
318	46996	Larissa Domênico Carvalho	08/08/1992	Deferido
319	45741	Larissa Novitzki	19/02/1993	Deferido
320	43161	Larissa Santos Lima	28/01/1997	Deferido

321	43460	Larissa Ziemann	05/04/1996	Deferido
322	44973	Leandro Dos Santos	30/11/1996	Deferido
323	46735	Lediane Magalhaes	01/09/1987	Deferido
324	41828	Leidiane Artner	22/09/1984	Deferido
325	46671	Leni Basilio Piechontcoski	23/09/1972	Deferido
326	44257	Leoni Maria Marschalk Feskiu	02/02/1965	Deferido
327	46100	Leonilda Rodrigues	10/02/1967	Deferido
328	42763	Leonir Sales Dos Santos Riske	18/03/1962	Deferido
329	46710	Letícia Deller Morvan Mendes	07/02/1989	Deferido
330	44660	Leticia Da Silva	06/07/1988	Deferido
331	39464	Leticia Magalhaes	15/04/1990	Deferido
332	45203	Leticia Tatiane Rodrigues Da Silva	28/02/1988	Deferido
333	43577	Liana Cristina Metzger	31/01/1997	Deferido
334	44251	Lidiane Hellmann Da Cruz Gaudêncio	08/03/1990	Deferido
335	45579	Lidiane Schiessl	03/06/1996	Deferido
336	45034	Lilian Heloisa Miers Da Silva	21/05/1994	Deferido
337	45664	Lilian Kuroli	22/04/1980	Deferido
338	46455	Lilian Samara Rincon	14/02/1992	Deferido
339	45961	Lizete Didek	10/11/1982	Deferido
340	39148	Luana Coelho Vezaro	18/02/1990	Deferido
341	45978	Luana Pires De Lima	18/09/1996	Deferido
342	45992	Luana Wippich Ribeiro	17/12/1991	Deferido
343	42943	Lucas Alves De Almeida	01/06/1994	Deferido
344	39574	Luci Mara Ricardo	05/01/1980	Deferido
345	46359	Lucia Amélia Trindade	15/06/1982	Deferido
346	45283	Luciane Bosse Serini Woelh	28/09/1980	Deferido
347	45586	Luciane Cavalheiro	16/09/1983	Deferido
348	39626	Luciane De Jesus Fernandes Ferreira	26/01/1982	Deferido
349	39265	Luciane Franciele De Oliveira Dos Santos	01/08/1989	Deferido
350	44619	Luciane Schimitberger	24/04/1992	Deferido
351	46743	Luciane Todt Priebe	16/06/1981	Deferido
352	39936	Lucileide De Fatima Ladanevski	20/05/1978	Deferido
353	47036	Lucileide Pillaty	03/01/1990	Deferido

354	45140	Lucilene Aparecida Didek	23/10/1993	Deferido
355	44561	Lucimeri Klodzinski Perosso	31/05/1976	Deferido
356	45272	Lucy Beatriz Suchek	13/12/1961	Deferido
357	45599	Luis Henrique Bordinoski	26/05/1994	Deferido
358	38598	Luzia schiessl de França	30/09/1970	Deferido
359	46389	Maiara Carvalho Do Prado Voigt	09/04/1987	Deferido
360	38850	Maiara Daiane Rosa	05/09/1990	Deferido
361	44687	Maiara Leite	26/12/1994	Deferido
362	46831	Marcela Aparecida Alves	07/09/1987	Deferido
363	46316	Marceladepaulapadilha	06/12/1982	Deferido
364	44178	Marcelo De Lima Carvalho Franco	06/07/1987	Deferido
365	46139	Marcelo Ferens	01/01/1992	Deferido
366	44945	Marcia De Fatima Palhano Carvalho	25/05/1969	Deferido
367	38572	Marcia Kostulski	29/09/1983	Deferido
368	46000	Marcia Maria Mazurkiewicz Schpanski	30/03/1972	Deferido
369	45966	Marcia Regina Polonisky Schiessl	24/10/1981	Deferido
370	40390	Marcia Regina Rodrigues Ferreira Filho	16/07/1979	Deferido
371	44315	Marciana Hinke	23/10/1976	Deferido
372	41935	Marcele Engel	09/08/1994	Deferido
373	46078	Marcos Felipe Carvalho	16/04/1997	Deferido
374	44239	Margarete Ferreira Dos Santos	01/01/1900	Deferido
375	44787	Mari Eli Cordeiro	15/07/1973	Deferido
376	42433	Maria Alice Kuzyk	17/06/1970	Deferido
377	39741	Maria Aparecida Rogalski Waldmann	03/08/1971	Deferido
378	43242	Maria Berenice Dos Santos Piechontkoski	12/03/1979	Deferido
379	43435	Maria Claudete Soares Lourenço Leite	13/09/1967	Deferido
380	44263	Maria Claudineia Randig	27/12/1979	Deferido
381	44630	Maria De Lima Souza Prestes	25/05/1968	Deferido
382	44635	Maria Dionete Caetano Gonçalves	21/07/1970	Deferido
383	39510	Maria Goreti Britto	15/08/1966	Deferido
384	44372	Maria Jalete Da Silva Larsen	16/04/1969	Deferido
385	45392	Maria José Baptista	18/03/1967	Deferido
386	42810	Maria Josiana Champowski Teska	10/01/1982	Deferido

387	42993	Maria Lucia Pereira Bonfim	22/06/1978	Deferido
388	46022	Maria Rosangela Temcheszen Pensin	18/10/1971	Deferido
389	38312	Maria Sueli Adamski Vouk	23/08/1986	Deferido
390	38327	Maria Talita Taborda	27/09/1987	Deferido
391	43396	Marielen Cristina Wypcyk	12/06/1989	Deferido
392	43910	Marieli Aparecida Da Silva Guimaraes Barbosa	28/07/1984	Deferido
393	38824	Marieli Engel	01/07/1991	Deferido
394	40394	Marili Pereira De Matos	09/06/1987	Deferido
395	42813	Marilza Stein Borges	09/07/1967	Deferido
396	44457	Marina Da Silveira	25/03/1995	Deferido
397	45430	Marineusa Soares	12/01/1978	Deferido
398	45775	Marisa De Lima Nunes	29/05/1981	Deferido
399	44878	Marisa Loik Dos Santos Geraldo	16/09/1981	Deferido
400	40090	Marizete Hach De Oliveira	08/12/1978	Deferido
401	43555	Marlene Aparecida Da Silva Auerbach	03/06/1978	Deferido
402	43728	Marlene De Lima Kochan	05/04/1979	Deferido
403	41353	Marlene Kostulski Niezelski	17/09/1964	Deferido
404	46592	Marli De Camargo	25/12/1980	Deferido
405	40773	Marli De Fátima Piscoski	17/08/1979	Deferido
406	43668	Marli De Jesus Chagas Tromm	02/01/1964	Deferido
407	38486	Marli Sempkoviski	14/06/1980	Deferido
408	41002	Mayara Aparecida Da Silva	04/11/1994	Deferido
409	46216	Mayara Padilha Da Silva	06/11/1991	Deferido
410	43446	Michele Aparecida Abilski	11/01/1996	Deferido
411	38384	Michele Daiana Pereira	13/07/1983	Deferido
412	46035	Micheli Hanemann	03/10/1984	Deferido
413	46520	Monica Maria Adami	01/01/1988	Deferido
414	45375	Monica Maria Santos Do Nascimento	23/11/1990	Deferido
415	39053	Natana Mara Bueno Da Rocha	15/07/1995	Deferido
416	38389	Nathaly Aparecida De Souza Bauer	26/04/1994	Deferido
417	46287	Nelci Kochan	08/01/1983	Deferido
418	44837	Nelci Teresinha Schupel Titon	06/02/1974	Deferido
419	40767	Nelci Terezinha Cardoso Liscoski	12/01/1963	Deferido

420	46280	Nelza Kuchler	29/01/1970	Deferido
421	42147	Neucimara Panfil	04/07/1979	Deferido
422	43607	Nicole Karine Liller Da Silva	10/07/1992	Deferido
423	47039	Nilza Soares Ricardo	13/12/1976	Deferido
424	45473	Noeci Cecília Granemann Damas	21/11/1967	Deferido
425	45214	Noeli Aparecida De Oliveira	17/10/1987	Deferido
426	41656	Noeli De Fátima Schupel	07/05/1972	Deferido
427	45330	Olices De Jesus Glevinski	31/12/1983	Deferido
428	46450	Osmair De Paula	02/08/1991	Deferido
429	46985	Otilia Do Prado Ludka	22/09/1956	Deferido
430	42294	Patrícia Gonçalves Padilha Cubas Muller	23/08/1977	Deferido
431	38882	Patricia Aline Da Maia	28/12/1994	Deferido
432	45492	Patricia Aparecida Da Silva	08/06/1994	Deferido
433	45194	Patricia Brandl Porta	13/12/1996	Deferido
434	39514	Patricia Cavaleiro	29/03/1991	Deferido
435	43166	Patricia Giseli Anton	17/12/1991	Deferido
436	41200	Patricia Pfleger	22/12/1981	Deferido
437	42961	Patricia Sales Ribeiro	11/03/1997	Deferido
438	45412	Paulina Emanuele Pazdziora Schipitoski	01/01/1992	Deferido
439	46496	Priscila Aparecida Ferenc	17/06/1993	Deferido
440	46086	Priscila Emanuela Tavares	11/02/1985	Deferido
441	44971	Priscila Gonçalves De Lima Oliveira	14/04/1995	Deferido
442	45414	Priscila Nogecoski	29/09/1990	Deferido
443	47034	Priscila Sausen	03/04/1985	Deferido
444	44198	Raquel Tananuska	22/01/1975	Deferido
445	44448	Regiane Aparecida Gonçalves	30/05/1983	Deferido
446	46264	Regiane Maria Melechenko	22/12/1975	Deferido
447	46572	Reginaldo Adolfo Eckl	29/07/1988	Deferido
448	43761	Renata Cristina Fernandes Kaschuk	25/11/1973	Deferido
449	47179	Rielly Maria Gonçalves Melchert	16/05/1979	Deferido
450	41764	Rimon Seleme Neto	28/07/1985	Deferido
451	45133	Roberta Maria Aparecida Firakoski Gurzinski	03/06/1974	Deferido
452	46221	Roberto Henning	08/11/1964	Deferido

453	46901	Rodineia Brey	07/07/1984	Deferido
454	46486	Rogério Schipitoski	31/12/1970	Deferido
455	46517	Romanica Raimundo dos Santos	03/03/1986	Deferido
456	45107	Ronaldo Jesus de Lima	15/09/1985	Deferido
457	41022	Rosa Maria De Souza	30/11/1977	Deferido
458	39952	Rosalina Neves Cordeiro Dos Santos	26/08/1985	Deferido
459	38286	Rosana Da Silva	27/07/1979	Deferido
460	43689	Rosane Alegri	18/07/1968	Deferido
461	42690	Rosane Aparecida Da Silva	05/10/1973	Deferido
462	45212	Rosane Aparecida Da Silva Chagas	13/07/1974	Deferido
463	44526	Rosane Aparecida Lopes De Medeiros Corrêa	13/02/1983	Deferido
464	45745	Rosane Da Silva	05/02/1966	Deferido
465	45962	Rosane Maria De Souza	25/02/1970	Deferido
466	46538	Rosângela Maria Schiessl	06/02/1962	Deferido
467	46429	Rosângela Rodrigues Pereira	09/03/1975	Deferido
468	39408	Roseclea Wagner Cavalet	19/05/1973	Deferido
469	45379	Roselaine Maria Diefentheler	28/12/1967	Deferido
470	44908	Roselei Aparecida Antunes De Oliveira	25/07/1987	Deferido
471	41635	Roseli Aparecida Ferreira Bechel	01/05/1971	Deferido
472	47211	Roseli Corrêa Silva	01/12/1973	Deferido
473	46540	Roseli De Fatima Bonfim Zucco	15/11/1978	Deferido
474	45061	Roseli Marschner	28/04/1972	Deferido
475	39904	Roseli Schmitberger Dos Santos	24/04/1980	Deferido
476	43717	Roselis Alves De Albuquerque Silva	04/01/1981	Deferido
477	45460	Rosemari Bogoni Da Silva	07/03/1971	Deferido
478	47028	Rosemari Manchalowsky Da Rocha	26/03/1991	Deferido
479	45302	Rosicleia Carmen Soares De Lima	25/03/1979	Deferido
480	44994	Rosilda Wendt Gomes De Camargo	17/09/1976	Deferido
481	46299	Rosilene Paul Schultz	03/05/1984	Deferido
482	42219	Rozinilda Groscopp	25/08/1973	Deferido
483	45867	Rueli Dos Santos Correa	11/09/1990	Deferido
484	44919	Rute Aparecida Alves Fernandes	17/05/1978	Deferido
485	46255	Sabrina Hening	13/03/1990	Deferido

486	45360	Saila Maria Dos Santos	06/06/1986	Deferido
487	46793	Salette Aparecida Figura	14/08/1974	Deferido
488	46947	Samanta Martins Fleith	24/11/1991	Deferido
489	46404	Samira Ferreira	25/04/1990	Deferido
490	42138	Samira Neves De Oliveira	18/07/1996	Deferido
491	41647	Sanara Beatriz Felski	21/07/1997	Deferido
492	43445	Sandi Maiara De Lima	13/02/1993	Deferido
493	42577	Sandra Aparecida De Castro De Andrade	09/10/1969	Deferido
494	44638	Sandra Aparecida Voigt	26/03/1980	Deferido
495	44651	Sandra Goncalves Palhano Dos Santos	08/07/1969	Deferido
496	38586	Saraí Stein	06/12/1993	Deferido
497	40383	Scharlize De Moura Nascimento	20/04/1990	Deferido
498	47162	Scheila Karine Koge	20/02/1994	Deferido
499	39586	Scheila Reva	10/03/1990	Deferido
500	40015	Semia Maria Engel	30/06/1968	Deferido
501	45811	Sergio Borges Ferreira	16/01/1991	Deferido
502	43894	Silvana Demikovski	14/09/1980	Deferido
503	44856	Silvana Aparecida Riske	12/10/1981	Deferido
504	39311	Silvana Pereira Da Silva	20/06/1971	Deferido
505	46991	Silvete Engel Baukat	22/10/1979	Deferido
506	44874	Simone Aparecida May Giraldi	11/08/1977	Deferido
507	45739	Simone Aparecida Miskiewicz	18/11/1984	Deferido
508	45222	Simone De Paula Rosa	25/07/1972	Deferido
509	41766	Simone Neuburger Langer	06/09/1974	Deferido
510	46466	Simone Soares Dos Santos	25/11/1985	Deferido
511	45633	Siomara Aparecida Budek De Oliveira	28/02/1985	Deferido
512	45145	Siomara Popovicz	27/10/1982	Deferido
513	47059	Sirlei De Fatima Schimidt	26/11/1985	Deferido
514	45703	Sirlene Aparecida Janiszewski De Souza	11/07/1974	Deferido
515	44616	Soeli Terezinha Rocha De Almeida	10/09/1979	Deferido
516	46378	Solange Aparecida De Souza Prestes	02/01/1979	Deferido
517	47021	Soraia Soares	17/07/1995	Deferido
518	41277	Suelen Regina Correia	27/12/1986	Deferido

519	46976	Suelin Maria De Augustinho	14/11/1983	Deferido
520	44145	Susy Aparecida Gapski	04/07/1989	Deferido
521	45931	Suzamara Cheuchuk	19/09/1993	Deferido
522	41471	Suzane Aparecida Olescovicz Szydolski	06/10/1987	Deferido
523	38744	Taís Da Cruz	07/01/1994	Deferido
524	38177	Taís Valegurski Azevedo	12/05/1989	Deferido
525	40812	Taciara Alves Da Maia	28/12/1994	Deferido
526	44075	Taila Neuseli Ostroski	15/08/1993	Deferido
527	46949	Tainá Lopes De Matos	02/11/1996	Deferido
528	47007	Taine	12/05/1988	Deferido
529	45468	Tais Jarrocheski Alves Massaneiro	12/11/1993	Deferido
530	40551	Tais Maria Novacoski	25/02/1996	Deferido
531	45624	Talita Helen De Meira Colaço	02/08/1997	Deferido
532	38958	Tamires Querino De Lima	17/02/1994	Deferido
533	43746	Tatiana Kotelak Leão	01/10/1980	Deferido
534	46381	Tatiane Aparecida Vieira	25/11/1989	Deferido
535	40098	Tatiane De Campos	16/01/1981	Deferido
536	45225	Tatiane Do Carmo Dias Machado	23/10/1996	Deferido
537	46008	Tatiane Ferreira Dos Santos	03/01/1995	Deferido
538	42548	Tatiane Lucas Dos Santos De Andrade	15/12/1990	Deferido
539	45685	Tatiane Valli Klutchouski	29/06/1990	Deferido
540	42478	Tatiane Zientara De Lima	07/10/1985	Deferido
541	38865	Tatieli Aparecida Kwitschal	14/10/1990	Deferido
542	47271	Tatieli Portugal Pacheco	27/06/1985	Deferido
543	40271	Tereza Durau Saidel	21/04/1976	Deferido
544	44628	Tereza Lucimara Gabriel Geraldo	07/02/1978	Deferido
545	46871	Thaís Fernanda Do Prado	22/07/1980	Deferido
546	45519	Thais Da Rocha Cordeiro	27/02/1995	Deferido
547	45766	Valdeci De Fátima Rosa Kath	15/10/1963	Deferido
548	42964	Valdinea De Fatima Walegurski Ribeiro	24/03/1992	Deferido
549	43467	Vanderléia Hodzinski	02/09/1992	Deferido
550	44617	Vanessa Demikovski	24/12/1986	Deferido
551	39145	Vanessa Schultz	05/09/1996	Deferido

552	43295	Vanessa Wagner D' Oliveira	12/03/1981	Deferido
553	42545	Vanessakanzlerpadilha	01/07/1988	Deferido
554	45295	Vânia Cristina Weigert	29/04/1977	Deferido
555	43302	Vânia Wagner Tartari	04/10/1987	Deferido
556	44849	Veridiana Schwarz	12/07/1971	Deferido
557	45736	Vilma De Souza Nogueira	19/04/1980	Deferido
558	42004	Viviane Aparecida Pereira Dos Santos Romanovicz	01/12/1982	Deferido
559	46649	Viviane Bauer	23/10/1989	Deferido
560	44223	Viviane Gonçalves Miranda	06/07/1983	Deferido
561	44790	Viviane Tavares Da Luz	29/07/1992	Deferido
562	45148	William Cordeiro De Souza	20/03/1989	Deferido
563	47257	Witoria Luiza Furtado	11/10/1991	Deferido
564	46135	Yanassan Greszeschen	31/10/1995	Deferido
565	41579	Zenilda De Fatima Da Silva Falkievicz	16/02/1969	Deferido
566	42031	Zenilda Iachitzki	29/06/1977	Deferido

Motorista - Ensino Médio Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	42786	Adriano Tiago Mroskowski	07/07/1988	Deferido
2	46025	Altavir de Castro	07/07/1969	Deferido
3	42281	Antonio Carlos Banhara De Souza	29/07/1989	Deferido
4	46336	Celio Pereira	02/09/1981	Deferido
5	46750	Cleverson De Oliveira	17/06/1985	Deferido
6	46262	Dalton Dos Santos Frankoski	15/08/1988	Deferido
7	40693	Edir Adriano Cordeiro	27/04/1989	Deferido
8	43124	Edson Jose De Souza	08/10/1978	Deferido
9	42106	Elder Rodrigo Cordeiro	08/11/1983	Deferido
10	46923	Evandro Antocheski	21/11/1982	Deferido
11	38639	Everton Ferreira Da Rosa	01/04/1983	Deferido
12	46010	everton Ramthum	29/04/1982	Deferido
13	46066	Fabio Ferreira Posser Paltronieri	28/10/1987	Deferido
14	46297	Gerson Luiz Hesse	08/07/1961	Deferido
15	40060	Jair Niedzwieski Junior	13/10/1989	Deferido
16	39223	Jean Carlo Hohmann	24/05/1991	Deferido
17	46950	Jose Altair Carvalho	10/03/1966	Deferido
18	46217	Juliano Artner	21/02/1989	Deferido
19	39953	Julio Savitzki	22/07/1986	Deferido
20	46747	Luis Carlos Ferreira Padilha	20/09/1985	Deferido
21	47048	Luiz Cesar Carvalho	24/08/1975	Deferido
22	45255	Márcio Geovani Dobrychtop	02/03/1980	Deferido
23	45991	Nilton José Ferreira	30/10/1985	Deferido

24	42853	Paulo Rogeio Ferreira	29/06/1971	Deferido
25	45569	Robson Sebastião Pazda	20/01/1987	Deferido
26	44860	Rodrigo Dos Santos	10/01/1986	Deferido
27	45526	Rodrigo Ribeiro Borges	20/03/1980	Deferido
28	44914	Sanderson Roberto De Souza	08/12/1978	Deferido
29	45905	Sandro Porta	21/04/1976	Deferido
30	45618	Silvonei Reginaldo Romanovski	21/12/1972	Deferido
31	38517	Valdir Ribeiro De Oliveira	04/05/1981	Deferido
32	46847	Willian Cristian Alves De Oliveira	21/02/1992	Deferido

Odontólogo - Ensino Superior Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	44604	Brunah De Oliveira Buche	07/07/1990	Deferido
2	44794	Camila Malinoski Erhardt	10/11/1992	Deferido
3	47235	Carla Benedita Dos Santos Dias	27/03/1983	Deferido
4	46532	Caroline Fernanda Moreira Stelmachuk	24/12/1980	Deferido
5	42288	Francine Merlin Ramão	05/01/1988	Deferido
6	46573	Gabriela Siqueira Ribeiro	26/04/1986	Deferido
7	47136	Israel De Souza Landa José	09/04/1986	Deferido
8	45951	Karine Langer Dos Santos	09/04/1986	Deferido
9	44106	Larissa Kobarg Cercal Patrianova	15/01/1994	Deferido
10	44141	Luiz Augusto Ribas	20/02/1986	Deferido
11	38971	Paulo Henrique Bastos	31/03/1992	Deferido
12	46533	Rômulo Fernandes Ferreira	08/01/1990	Deferido

Odontólogo Cirurgião - Ensino Superior Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	43887	Adriano Carvalho De Oliveira	30/09/1970	Deferido
2	43095	Caio Antonio Nunes De Souza	09/04/1987	Deferido
3	45451	Carlos Guilherme Silva Do Amaral	20/10/1981	Deferido
4	46183	Caroline Stocker	31/08/1990	Deferido
5	41247	Marcelo Freitas Bastos	08/10/1967	Deferido
6	44928	Mariana Veiga Bahsa	24/05/1984	Deferido
7	47130	Patrick Richard Fleith	24/11/1971	Deferido
8	40513	Zeno Amaral Neto	21/08/1979	Deferido

Odontólogo Periodontia - Ensino Superior Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	44799	Amanda Cristina Hoffmann Da Silva	20/07/1983	Deferido
2	44836	Luís Artur Burgardt	14/01/1985	Deferido

Orientador Social - Ensino Médio Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	42976	Cristiane Correa	21/07/1983	Deferido
2	47203	Douglas Wolff Wille	08/10/1996	Deferido
3	46107	Gislaine Friedrich Stremlow	24/05/1990	Deferido
4	41153	Itacilma Franciele Sobrinho	30/05/1978	Deferido
5	45290	Katia Luiz Corrêa	02/09/1994	Deferido
6	44599	Mariane Damaso	29/01/1996	Deferido
7	46260	Samuel De Aguiar Simões	21/06/1987	Deferido
8	42407	Samuel Fernandes Vidal	12/04/1990	Deferido
9	46800	Zenilda Dutka	11/06/1982	Deferido

Pedreiro - Ensino Fundamental Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	44214	Nilson Carvalho	08/02/1973	Deferido

Professor de Música - Ensino Superior Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	42366	Bruno Mussolini Fernandes	17/01/1989	Deferido
2	46807	Tiago Scaramella De Azevedo Cunha	15/04/1987	Deferido

Professor Sala AEE - Ensino Superior Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	43417	Adriana Bueno De Oliveira Erhardt	31/12/1975	Deferido
2	46118	Alexandra Maria Torquato	20/05/1984	Deferido
3	39206	Aline De Souza Ruchinski	20/05/1990	Deferido
4	44808	Aline Iolanda Padilha Darmorus	24/05/1971	Deferido
5	38269	Ana Cléia Tokarski	23/12/1975	Deferido
6	41908	Andrea Alves Ferreira De Freitas Padilha	11/08/1978	Deferido
7	38403	Angela Kanzler Bueno Lima	27/11/1977	Deferido
8	42681	Angela Maria Pontarolo Hacker	14/01/1975	Deferido
9	42344	Arcilene Clarice Bigas	14/07/1986	Deferido
10	42202	Carla Cavalheiro	26/12/1984	Deferido
11	42836	Celina Polak Corrêa De Oliveira	03/07/1984	Deferido
12	44868	Cintia Graciliano De Araujo	08/02/1982	Deferido
13	45572	Cirene Aparecida Schiessl	18/06/1984	Deferido
14	40907	Claudia Regina De Lima Ostrovski	13/02/1983	Deferido
15	38472	Cleonice De Fátima Glevinski Alves De Lima	15/12/1976	Deferido
16	43330	Cleusa Adriana Lescovitz Da Silva	14/02/1972	Deferido
17	46072	Cleusa De Castro	20/09/1981	Deferido
18	38661	Cristiana Romão Pereira	18/08/1981	Deferido
19	44612	Dalmir Gabriel Santana	05/11/1987	Deferido
20	39527	Elenice Muhlbauer De Oliveira	07/09/1974	Deferido

21	45726	Eliane Aparecida Soares Zanella	20/01/1980	Deferido
22	46355	Eliane Carvalho De Lima Damaso Da Sliveira	10/11/1976	Deferido
23	44644	Eliane Leandro Gonçalves Jungles	14/12/1988	Deferido
24	44117	Eliane Valomin Durau	22/05/1974	Deferido
25	44396	Elizete Padilha Colaço Pinto	23/04/1982	Deferido
26	39275	Fabiane Emanuele Do Prado	28/05/1985	Deferido
27	41215	Fernanda De Souza	29/01/1983	Deferido
28	44781	Fernanda Isfair Da Cunha Pinto	12/03/1977	Deferido
29	45510	Geni Correa Bueno Pereira	16/10/1980	Deferido
30	46647	Geny Leffel Fontes	20/11/1961	Deferido
31	38237	Idelci Kuiaski Smekatz	27/11/1981	Deferido
32	45313	Janete Krauss	26/12/1974	Deferido
33	42226	Jaqueline Maria Pertile Aumondi	15/03/1980	Deferido
34	38333	Jenifer Cristina Miguel	23/05/1986	Deferido
35	45861	Jocimara De Agostinho Drzewiecki	23/07/1974	Deferido
36	41167	Jorge Nogath	18/12/1980	Deferido
37	45818	Juliana Iarrocheski	02/12/1977	Deferido
38	39129	Karina De Fatima Gomes	06/02/1989	Deferido
39	46824	Karine Aparecida Padilha De Moraes Naisser	13/11/1982	Deferido
40	45400	Luciane Aparecida De Souza Pinto	25/09/1971	Deferido
41	40180	Luciane Mara Correa Machado	13/06/1967	Deferido
42	45875	Luciane Munhoz Marko Maffezoli	27/05/1978	Deferido
43	46551	Luciane Urbanek	01/06/1990	Deferido
44	44725	Lucimar Neneve Dos Santos	27/01/1968	Deferido
45	45322	Marcela Vieira Do Nascimento Tasso	23/07/1981	Deferido
46	45573	Marcelo Martins De Carvalho	24/07/1987	Deferido
47	45053	Marcia Bernadete Sucheke	15/02/1972	Deferido
48	43488	Marciane Alves Ribeiro	03/09/1988	Deferido
49	46288	Mari Silvia De Augustinho	18/04/1974	Deferido
50	45402	Maria Angélica Barbosa	06/11/1986	Deferido
51	39395	Maria Roselis Komochena	23/11/1981	Deferido
52	45122	Maria Salete Hostert	24/08/1965	Deferido
53	38031	Maria Tatiane Koge Nogath	28/10/1990	Deferido
54	46700	Maria Valdirene Krause Francisco	19/10/1982	Deferido
55	38171	Maria Verônica Schumovski	04/08/1969	Deferido
56	46106	Marizete Darmorus Pereira	19/05/1986	Deferido
57	45467	Marli Tereza Dranka	16/12/1971	Deferido
58	42655	Neide Cristina Vieira De Lima Bechel	08/07/1969	Deferido
59	46607	Patricia Raquel Muchinski	17/01/1984	Deferido
60	45156	Pâmela Keroline Mathias Wrublevski	14/08/1989	Deferido
61	38492	Raquel Bueno	13/06/1986	Deferido
62	46644	Regiane Paulo	06/01/1977	Deferido
63	38945	Rosemeri Lemos Lessa	27/04/1975	Deferido
64	45114	Sandra Maria Graf	20/05/1975	Deferido
65	44424	Sandra Voigt Ebling	04/06/1971	Deferido
66	43259	Sirley Aparecida Gontarek	10/03/1977	Deferido

67	42753	Solange Damaris Ferreira	19/08/1984	Deferido
68	41364	Sonia Maria Soares Padilha Crestani	31/12/1956	Deferido
69	46827	Suelen Aparecida Wrublevski	05/10/1988	Deferido
70	42358	Sueli Cubas Muller	05/11/1988	Deferido
71	43024	Teresinha Aparecida Lemos	13/11/1970	Deferido
72	46277	Tereza Dobrochinski Budant	16/09/1964	Deferido
73	46581	Uadia De Fatima Schafaschek	19/03/1979	Deferido
74	40454	Vera Lucia Rodrigues Soares Piotrowski	07/09/1975	Deferido
75	42715	Verediane Franco De Oliveira	05/03/1983	Deferido
76	46462	Veroni Gavasso	11/06/1976	Deferido
77	38354	Vivian Lachman	29/12/1980	Deferido
78	45984	Viviane Glinski	08/07/1975	Deferido
79	44842	Viviane Renata Padilha Soares Frago	15/05/1975	Deferido
80	45975	Viviéli De Castro	16/10/1989	Deferido
81	45387	Zélia Maria Cotarski De Oliveira	11/12/1968	Deferido

Servente Masculino - Ensino Fundamental Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	45294	Abel Castro	16/12/1976	Deferido
2	46089	Adenilson Massaneiro	22/03/1990	Deferido
3	45980	Alexandro Morlo	14/06/1978	Deferido
4	43313	Andre Ricardo Lesnioski	27/07/1985	Deferido
5	39118	Carlos Andre Veiga	13/07/1992	Deferido
6	44234	Carlos Eduardo Tavares	13/11/1982	Deferido
7	45029	Daniel Gonçalves Da Rocha	12/06/1995	Deferido
8	44916	Felipe Pauluk	26/05/1995	Deferido
9	46895	Jeferson Evandro Rincon	14/09/1995	Deferido
10	45355	José Roberto Gonçalves Da Rocha	27/10/1980	Deferido
11	46880	Luiz Ronalte Nunes	03/09/1972	Deferido
12	46075	Marcos Cristiano Carvalho	20/01/1987	Deferido
13	46645	Sidinei Do Nascimento Vieira	10/10/1981	Deferido
14	45715	Sidinei Dos Santos Schroeder	05/12/1994	Deferido
15	47188	Silvio José Tchaika	27/10/1958	Deferido

Técnico desp. Atletismo - Ensino Superior Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	46408	Dimas Antonio Chagas	29/10/1954	Deferido
2	46147	Francieli Vieira	21/04/1992	Deferido

Técnico desp. Basquetebol - Ensino Superior Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	44573	Rafael Agnes Silva	04/12/1983	Deferido

Técnico desp. Dança - Ensino Superior Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	47282	Rafael Gustavo Artner	11/12/1991	Deferido
2	45507	Tatiane Ap. Gumiero	11/01/1984	Deferido
3	45181	Tatiane Soares Lourenço	12/03/1987	Deferido

Técnico desp. Futebol - Ensino Superior Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	45704	Anderson Dos Santos Silvério	14/01/1987	Deferido
2	44156	Jailson Alves Ribeiro	12/07/1989	Deferido
3	46699	Marcos José Agnoletto Maziero	17/02/1976	Deferido

Técnico desp. Futsal - Ensino Superior Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	41377	François Arthur Lopes Pereira De Brito	07/03/1994	Deferido
2	47226	José Luis Carvalho	29/12/1966	Deferido
3	45408	Roseliane Tibes De Souza	12/12/1991	Deferido

Técnico desp. Ginástica - Ensino Superior Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	46205	Ana Carla Sampaio Artner	21/07/1988	Deferido
2	46764	Andrieli Liller	15/10/1987	Deferido
3	45218	Carla Regina Figura	31/07/1983	Deferido
4	39230	Caroline Isfair Sausen	26/07/1989	Deferido
5	46024	Gislaine Garrett Pazda	24/04/1991	Deferido
6	43386	Patricia Hirt Mayer	04/11/1985	Deferido
7	44286	Taís Augusta Damaso Da Silveira	07/05/1992	Deferido
8	46155	Tamires Lapchinski	22/09/1990	Deferido

Técnico desp. Handebol - Ensino Superior Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	44181	Adilson	14/06/1992	Deferido
2	46696	Felipe Eduardo Flenik	28/02/1990	Deferido

Técnico desp. Int. Futebol (interior) - Ensino Superior Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	41034	Gerson Dobroshinskei	30/04/1962	Deferido
2	45960	Jaisson Schiessl	05/01/1980	Deferido
3	45327	Joelcio Wiczorkiewicz	12/10/1986	Deferido

Técnico desp. Judô - Ensino Superior Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	44125	Ruan Phelipe Rodrigues	08/02/1988	Deferido

Técnico desp. Tênis de Campo - Ensino Superior Completo

Nenhum candidato inscrito neste cargo.

Técnico desp. Tênis de Mesa - Ensino Superior Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	46568	Sayonára Senff Miranda	10/06/1993	Deferido

Técnico desp. Voleibol - Ensino Superior Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	45722	Angelo Niedzielski	28/02/1977	Deferido
2	45598	Brenon Nadolny Partala	01/04/1992	Deferido
3	42042	Flaviano Vicente Soares	14/12/1981	Deferido
4	47110	Gerri Adriani Rosa	27/01/1973	Deferido
5	44873	José Roberto Krzesinski Filho	14/03/1987	Deferido
6	47098	Marcos Gonçalves De Souza	18/02/1973	Deferido
7	40325	Monica Gonçalves	08/08/1973	Deferido
8	40906	Pedro Eugênio Wipiewski	27/11/1990	Deferido

Técnico em Radiologia - Ensino Médio Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	45953	Adriano Gil Da Cruz	11/03/1987	Deferido
2	46271	Ana Paula Silva Ribeiro	06/04/1982	Deferido
3	42691	Anderson Celso Lopes Franco	30/07/1990	Deferido
4	44621	Célia Regina De Souza	15/12/1965	Deferido
5	45871	Cesar Wille Marcon	02/08/1992	Deferido
6	43069	Cleide Labor	07/04/1974	Deferido
7	46722	Denis Marcelo Ennes	29/05/1974	Deferido
8	41501	Ednilson Da Silveira	22/07/1981	Deferido
9	43074	Eduardo De Moura De Oliveira Franco	24/02/1996	Deferido
10	46971	Eltoncardoso	30/04/1985	Deferido
11	46193	Franciele Kraschinsky	22/04/1989	Deferido
12	42788	Francielle Henequim Mroskowski	28/01/1988	Deferido
13	45270	Jaquilini Piovezan	03/11/1980	Deferido
14	46821	João Miguel Casagrande	08/08/1971	Deferido
15	46110	Jose Rodrigo Ribeiro	03/11/1981	Deferido
16	46900	Josiane Maciel	07/02/1987	Deferido
17	43640	Jucélia De Castro Parra	29/10/1977	Deferido
18	42900	Juliana Aparecida Pacheco De Miranda Lima	28/03/1985	Deferido
19	47191	Juliana Borges	30/09/1989	Deferido
20	39832	Juliana Kegler De Paula Pinto	20/03/1988	Deferido
21	44506	Katia Marli Cordeiro	11/11/1990	Deferido

22	43703	Kelly Janaina Dos Santos	26/03/1986	Deferido
23	46208	Leandro Bozza	14/05/1977	Deferido
24	45728	Leandro Munhoz Marko	24/10/1985	Deferido
25	42709	Luana Munique Dos Santos Franco	02/09/1993	Deferido
26	40479	Luciana Smekatz	20/07/1984	Deferido
27	40381	Luiz Alberto Dalri	09/01/1960	Deferido
28	45056	Maria Claudinéia Ferreira Da Silva	09/02/1986	Deferido
29	40203	Nataly Pontarolo De Moura	30/10/1985	Deferido
30	46076	Natana Ziemann	12/02/1990	Deferido
31	39820	Patrícia Ribeiro	11/05/1984	Deferido
32	38425	Paulo Eduardo Moreira	27/09/1989	Deferido
33	43563	Ricardo José Lemos Pereira De Sousa	15/09/1976	Deferido
34	45988	Tiago Ribas Pimentel	05/05/1987	Deferido
35	47000	Vanessa Gomes Siqueira	27/01/1976	Deferido
36	47066	Vilmarize Zanlorenzi	10/11/1973	Deferido

PORTARIA Nº 050/2015

PORTARIA Nº. 050/2015

WILSON PEREIRA, Prefeito em Exercício do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município:

RETIFICAR PORTARIA

Art. 1º - Fica retificado o inteiro teor da Portaria nº. 028/2015, passando a vigorar da seguinte forma:

"Art. 1º - Ficam concedidos 20 (vinte) dias de férias a LINDOMAR EMIDIO FERREIRA, efetivo no cargo de Motorista, junto à Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 2011/2012, a desfrutar no período de 12/01/2015 a 31/01/2015, conforme comunicação interna nº 013/DP/2015."

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 20 de janeiro de 2015.

WILSON PEREIRA
Prefeito em Exercício

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 20/01/2015.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PORTARIA Nº 051/2015

PORTARIA Nº. 051/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, Resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 15 (quinze) dias de férias a JACKSON LÚCIO WENDT, efetivo no cargo de Agente Administrativo, junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Industrial, Comércio e Turismo, referente ao período aquisitivo de 2011/2012, a desfrutar no período de 30/01/2015 a 13/02/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Ficam concedidos 15 (quinze) dias de férias a AMILTON FERREIRA RAMOS, efetivo no cargo de Educador Social, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de 2013/2014, a desfrutar no período de 27/01/2015 a 10/02/2015, conforme requerimento.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 21 de janeiro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 21/01/2015.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração,
Finanças e Orçamento Interino

PUBLICAÇÃO DA ANULAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 139/2014

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 206/2014
PREGÃO PRESENCIAL N.º 139/2014
AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Prefeito do Município de Canoinhas, no uso de suas atribuições legais, torna público a anulação do Pregão Presencial n.º 206/2014, que tem por objeto REGISTRO DE PREÇO DE REFEIÇÕES PREPARADAS EM PORÇÕES EMBALADAS EM RECIPIENTES DESCARTÁVEIS DE ALUMÍNIO, TIPO MARMITEX E X-SALADAS, DESTINADAS ÀS DIVERSAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS. Motivo: Edital não publicado no prazo legal. Assim, conforme autoriza o art. 49 da lei 8.666/93, fica a licitação ANULADA.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 25/2014

ATA DA REUNIÃO RELATIVA AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 210/2014, MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 025/2014, QUE TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS PARA O ANO LETIVO DE 2015, NAS UNIDADES EDUCACIONAIS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CANOINHAS, CONFORME DETERMINAÇÕES CONSTANTES NO PROJETO BÁSICO.

Aos 26 (vinte e seis) dias, do mês de janeiro do ano de 2015, às 08h 00 min, no edifício da Prefeitura do Município de Canoinhas, SC, situada na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas, reuniu-se a Comissão de Licitação, formada pelo Sr. Cleison Tarcisio Fuck, Sra. Karoline Aparecida Crestani, nomeados pela Portaria nº 308/2014, sob a Presidência do primeiro, nomeado "ad doc" e Sra. Karina de Cássia Kohler Wendt como membro, a fim de proceder a abertura das propostas das empresas habilitadas no certame, qual seja: empresa INSTITUTO O BARRIGA VERDE. Estava presente enquanto testemunha o Sr. Paulo Cesar Safanelli, Supervisor do Setor de Licitações e Contratos. Primeiramente foi verificada a inviolabilidade das propostas, as quais estavam acondicionadas em um envelope maior o qual estava devidamente lacrado e rubricado. Aberto o envelope maior verificou-se que no interior do mesmo encontrava-se o envelope de proposta da empresa HABILITADA, o qual, da mesma forma estava devidamente lacrado, passou-se então a abertura da proposta da licitante habilitada. Aberta a proposta, ficou VENCEDORA a empresa INSTITUTO O BARRIGA VERDE com o valor global de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais). A comissão de licitação encerrou os trabalhos, nada mais havendo a tratar, a presente ata vai assinada pela Comissão de Licitação e testemunha presente.

Cleison Tarcisio Fuck
Presidente

Karoline Aparecida Crestani
Secretária

Karina de Cássia Kohler Wendt
Membro

Paulo Cesar Safanelli
Supervisor do Setor de Compras e Licitações

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 25/2014

TOMADA DE PREÇO Nº 25/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 210/14
HOMOLOGAÇÃO: 26/01/15

CONTRATADO: INSTITUTO O BARRIGA VERDE CONTRATANTE:
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO PARA O PREENCHIMENTO DE VAGAS EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NO ANO LETIVO DE 2015, EM UNIDADES EDUCACIONAIS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CANOINHAS, CONFORME DETERMINAÇÕES CONSTANTES NO PROJETO BÁSICO.

VALOR DA DESPESA: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)

DATA: 27/01/15 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 03/2015

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 09/2015
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. PMC 03/2015

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 10/02/2015, às 11h05min, licitação REGISTRO DE PREÇO DE REFEIÇÕES PREPARADAS EM PORÇÕES EMBALADAS EM RECEPIENTES DESCARTÁVEIS DE ALUMÍNIO, TIPO MARMITEX E X-SALADAS, DESTINADAS ÀS DIVERSAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL. Recebimento de propostas até as 11h00min do dia 10/02/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº PMC 03/2015

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 11/2015
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. PMC 03/2015

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 13/02/2015, às 08h00min, licitação CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS À CONSTRUÇÃO DA ESCOLA FREI FABIANO LOCALIZADA NA RUA ADÃO TISKA, BAIRRO INDUSTRIAL, COM ÁREA TOTAL DE 853,20M². Recebimento de propostas até as 07h45min do dia 13/02/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº PMC 04/2015

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 12/2015
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. PMC 04/2015

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 12/02/2015, às 10h45min, licitação CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS RELATIVAS A CONSTRUÇÃO DA E.B.M. ALBERTO WARDENSKI, SITUADA NA LOCALIDADE DE SALTO DA ÁGUA VERDE, COM ÁREA DE 853,20 M2. Recebimento de propostas até as 10h30min do dia 12/02/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº PMC 05/2015

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 13/2015
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. PMC 05/2015

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 12/02/2015, às 12h15min, licitação CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS RELATIVAS A CONSTRUÇÃO DA E.B.M. EVALDO DRANKA, SITUADA NA LOCALIDADE DE BARRA MANSA, COM ÁREA DE 853,20 M2. Recebimento de propostas até as 12h00min do dia 12/02/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº PMC 1-108/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 1-108/2014
ALTERAÇÃO DE PRAZO
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 163/2014
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 13/2014

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 1-108/2014 referente ao contrato n.º PMC 108/2014. Data do Aditivo: 23/12/2014. Objeto Contratado: EXECUÇÃO DE OBRAS RELATIVAS À INSTALAÇÃO DE PADRÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, ÁGUA E ESGOTO, EM 10 (DEZ) UNIDADES HABITACIONAIS, LOCALIZADAS NA RUA ANTONIO MILTON TORMENA, LOTEAMENTO CAMPO D'ÁGUA VERDE. Contratada: J. LUMA CONSTRUTORA LTDA - ME, CNPJ: 08.969.679/0001-33. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. O presente contrato que tinha sua vigência até 31/12/2014, passará a ter a vigência até 31/12/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº PMC 1-24/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 1-24/2014
ACRÉSCIMO DE VALOR
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº PMC 51/2014
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº PMC 03/2014

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 1-24/2014 referente ao contrato n.º PMC 24/2014. Data do Aditivo: 24/11/2014. Objeto Contratado: CONTRATO MULTIPLO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E VENDA DE PRODUTOS. Contratada: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, CNPJ: 34.028.316/0028-23. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Fica acrescido ao contrato o seguinte serviço: postagem simples/ peso até 20 gramas: quantidade: 2839; valor unitário: R\$ 1,30; Valor Total R\$ 3.690,70 (Três mil seiscentos e noventa reais e setenta centavos).

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº PMC 1-79/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 1-79/2014
ACRÉSCIMO DE VALOR E ALTERAÇÃO DE PRAZO
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 90/2014
TOMADA DE PREÇOS Nº. 10/2014

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 1-79/2014 referente ao contrato n.º PMC 79/2014. Data do Aditivo: 05/12/2014. Objeto Contratado: EXECUTAR TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NAS LOCALIDADES DE CANTA GALO, BOA VISTA, PAPUÃ E VILA BELOTTO (LINHA 14 - 35KM/DIA), CONFORME ESPECIFICADO NO ANEXO I DESTE EDITAL. Contratada: MARCOS JAIR RINCON, CNPJ: 14.874.314-0001-28. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Fica através do presente termo aditivo, em virtude da prorrogação do prazo abaixo descrita, acrescido ao contrato, o valor de R\$ 6.835,50 (seis mil e oitocentos e trinta e cinco reais e cinquenta centavos). A vigência do presente Contrato que era até 31/12/2014, passará a ser até 31/12/2015. Portanto, o valor do presente contrato, que era de R\$ 6.835,50 (seis mil e oitocentos e trinta e cinco reais e cinquenta centavos) passará a ser de R\$ 13.671,00 (treze mil seiscentos e setenta e um reais).

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº PMC 2-24/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 2-24/2014
ACRÉSCIMO DE VALOR
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº PMC 51/2014
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº PMC 03/2014

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 2-24/2014 referente ao contrato n.º PMC 24/2014. Data do Aditivo: 26/11/2014. Objeto Contratado: CONTRATO MULTIPLO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E VENDA DE PRODUTOS. Contratada: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, CNPJ: 34.028.316/0028-23. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Fica acrescido ao contrato o valor de R\$ 5.609,30 (cinco mil seiscentos e nove reais e trinta centavos), referente a postagem de serviços.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº PMC 3-24/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 3-24/2014
SUPRESSÃO DE VALOR
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº PMC 51/2014
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº PMC 03/2014**

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 3-24/2014 referente ao contrato n.º PMC 24/2014. Data do Aditivo: 03/12/2014. Objeto Contratado: CONTRATO MULTIPLO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E VENDA DE PRODUTOS. Contratada: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, CNPJ: 34.028.316/0028-23. Contratante: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Fica SUPRIMIDO do contrato o serviço abaixo descrito: Postage, simples/Peso ate 20 gramas, Quantidade: 2839; Valor Unitário: R\$ 1,30; Valor Total R\$ 3.690,70..

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº
PMC 4-24/2014**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 4-24/2014
ALTERAÇÃO DE VALOR E ALTERAÇÃO DE PRAZO
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº PMC 51/2014
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº PMC 03/2014

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 4-24/2014 referente ao contrato n.º PMC 24/2014. Data do Aditivo: 30/12/2014. Objeto Contratado: CONTRATO MULTIPLO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E VENDA DE PRODUTOS. Contratada: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, CNPJ: 34.028.316/0028-23. Contratante: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Em conformidade com o art. 57, II da Lei nº. 8.666/93 e com a cláusula sétima do contrato ora aditado, as partes acordam em prorrogar o contrato por 12 (doze) meses, de 01/01/2015 até 01/01/2016. O presente Termo Aditivo terá vigência a partir da data de sua assinatura. Os recursos orçamentários previsto na Cláusula Décima - Da Dotação Orçamentária do contrato ora aditado para a cobertura das despesas decorrentes deste Contrato têm seu valor estimado em R\$ 37.200,00 (trinta e sete mil e duzentos reais).

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº
PMC 7-15/2013**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 7-15/2013
ACRÉSCIMO DE VALOR E ALTERAÇÃO DE PRAZO
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 137/2012
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 12/2012

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 7-15/2013 referente ao contrato n.º PMC 15/2013. Data do Aditivo: 29/12/2014. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO EM VIAS DE DIFÍCIL ACESSO E DE CARÁTER EXCEPCIONAL. Contratada: IDE-JAIME FERREIRA DOS SANTOS, CNPJ: 17.221.970/0001-10. Contratante: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS, CNPJ:

83.102.384/0001-80 Fica acrescido ao presente contrato, devido a prorrogação de prazo, o valor de R\$ 45.616,68 (quarenta e cinco mil seiscientos e dezesseis reais e sessenta e oito centavos), ou seja, R\$ 2,15 (dois reais e quinze centavos) por quilômetro. Portanto, o valor do presente contrato que era de R\$ 91.227,71 (noventa e um mil duzentos e vinte e sete reais e setenta e um centavos), passará a ser R\$ 136.844,39 (cento e trinta e seis mil oitocentos e quarenta e quatro reais e trinta e nove centavos).

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº
PMC 7-16/2013**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 7-16/2013
ACRÉSCIMO DE VALOR E ALTERAÇÃO DE PRAZO
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº PMC 137/2012
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 12/2012

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 7-16/2013 referente ao contrato n.º PMC 16/2013. Data do Aditivo: 29/12/2014. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO EM VIAS DE DIFÍCIL ACESSO E DE CARÁTER EXCEPCIONAL. Contratada: J.A. DE OLIVEIRA E CIA LTDA, CNPJ: 80.676.091/0001-19. Contratante: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Fica acrescido ao presente contrato, devido a prorrogação de prazo, o valor de R\$ R\$ 91.783,51 (noventa e um mil setecentos e oitenta e três reais e cinquenta e um centavos), ou seja, R\$ 2,21 (dois reais e vinte e um centavos) por quilômetro. Portanto o valor de presente contrato que era de R\$ 166.635,01 (cento e sessenta e seis mil seiscientos e trinta e cinco reais e um centavo), passará a ser R\$ 258.418,52 (duzentos e cinquenta e oito mil quatrocentos e dezenove reais e cinquenta e dois centavos).

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº
PMC 7-21/2013**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 7-21/2013
ACRÉSCIMO DE VALOR E ALTERAÇÃO DE PRAZO
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 137/2012
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 12/2012

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 7-21/2013 referente ao contrato n.º PMC 21/2013. Data do Aditivo: 29/12/2014. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO EM VIAS DE DIFÍCIL ACESSO E DE CARÁTER EXCEPCIONAL. Contratada: MARCOS JAIR RINCON, CNPJ: 14.874.314-0001-28. Contratante: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Fica acrescido ao presente contrato, devido a prorrogação de prazo, o valor de R\$ 38.675,00 (trinta e oito mil seiscientos e setenta e cinco reais), ou seja, R\$ 2,21 (dois reais e vinte e um centavos) por quilômetro). Portanto o valor de presente contrato que era de R\$ 74.396,00 (setenta e quatro mil trezentos e noventa e seis

reais), passará a ser R\$ 113.071,00 (cento e treze mil setenta e um reais).

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº PMC 8-14/2013

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 8-14/2013
ACRÉSCIMO DE VALOR E ALTERAÇÃO DE PRAZO
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO E LICITAÇÃO Nº. 137/2012
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 12/2012

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 8-14/2013 referente ao contrato n.º PMC 14/2013. Data do Aditivo: 29/12/2014. Objeto Contratado CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO EM VIAS DE DIFÍCIL ACESSO E DE CARÁTER EXCEPCIONAL. Contratada: GERALDO GALESKI, CNPJ: 17.228.253/0001-10. Contratante: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Fica acrescido ao presente contrato, devido a prorrogação de prazo, o valor de R\$ R\$ 26.490,24 (vinte e seis mil quatrocentos e noventa reais e vinte quatro centavos), ou seja, R\$ 2,19 (dois reais e dezoito centavos) por quilômetro. Portanto, o valor do presente contrato que era de R\$ 52.903,92 (cinquenta e dois mil novecentos e trêz reais e noventa e dois centavos), passará a ser R\$ 79.394,16 (setenta e nove mil trezentos e noventa e quatro reais e dezesseis centavos).

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº PMC 8-161/2011

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 8-161/2011
ACRÉSCIMO DE VALOR E ALTERAÇÃO DE PRAZO
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 207/2011
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 05/2011

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 8-161/2011 referente ao contrato n.º PMC 161/2011. Data do Aditivo: 11/12/2014. Objeto LOCAÇÃO DE IMÓVEL. Contratada: SABBAGH BATSCHAUER IMÓVEIS LTDA, CNPJ: 06.024.570/0001-06. Contratante: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. O prazo de vigência contratual que era até a data de 31/12/2014, passará a ser até a data de 31/12/2015. Fica através do presente termo aditivo suprimido o valor mensal de R\$ 676,00 (seiscentos e setenta e seis reais) do presente contrato. Assim, o valor que era R\$ 1.996,00 (um mil novecentos e noventa e seis reais) passará a ser R\$ 1.320,00 (um mil trezentos e vinte reais) mensais. Fica assim, através do presente termo aditivo, em virtude da prorrogação do prazo acima descrita, acrescido ao contrato, o valor de R\$ 15.840,00 (quinze mil oitocentos e quarenta reais). Sendo o valor mensal de R\$ 1.320,00 (hum mil trezentos e vinte reais). Portanto, o valor global do presente contrato, que era de R\$ 72.621,75 (setenta e dois mil seiscentos e vinte um reais e setenta e cinco centavos), passará a ser de R\$ 88.461,75 (oitenta e oito mil quatrocentos e sessenta e um reais e

setenta e cinco centavos).

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº PMC 8-17/2013

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 8-17/2013
ACRÉSCIMO DE VALOR E ALTERAÇÃO DE PRAZO
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 137/2012
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 12/2012

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 8-17/2013 referente ao contrato n.º PMC 17/2013. Data do Aditivo: 19/12/2014. Objeto Contratado CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO EM VIAS DE DIFÍCIL ACESSO E DE CARÁTER EXCEPCIONAL. Contratada: JOÃO LUIZ SCHOUPINSKI, CNPJ: 17.226.020/0001-88. Contratante: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Fica ACRESCIDO ao presente contrato, o valor de R\$ 722,80 (setecentos e vinte e dois reais e oitenta centavos), conforme Solicitação n. 132/2014 da Secretaria Municipal de Educação. Portanto o valor de presente contrato que era de R\$ 116.045,43 (cento e dezesseis mil quarenta e cinco reais e quarenta e três centavos), passará a ser R\$ 116.768,23 (cento e dezesseis mil setecentos e sessenta e oito reais e vinte e três centavos).

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº PMC 8-18/2013

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 8-18/2013
ACRÉSCIMO DE VALOR E ALTERAÇÃO DE PRAZO
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 137/2012
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 12/2012

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 8-18/2013 referente ao contrato n.º PMC 18/2013. Data do Aditivo: 29/12/2014. Objeto Contratado CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO EM VIAS DE DIFÍCIL ACESSO E DE CARÁTER EXCEPCIONAL. Contratada: JOÃO SCHULTZ, CNPJ: 17.268.380-0001-42. Contratante: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Fica acrescido ao presente contrato, devido a prorrogação de prazo, o valor de R\$ 48.204,45 (quarenta e oito mil duzentos e quatro reais e quarenta e cinco centavos), ou seja, R\$ 1,89 (um real e oitenta e nove centavos) por quilômetro. Portanto, o valor do presente contrato que era de R\$ 95.903,01 (noventa e cinco mil novecentos e três reais e um centavo), passará a ser R\$ 144.107,46 (cento e quarenta e quatro mil cento e sete reais e quarenta e seis centavos).

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº PMC 8-19/2013

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 8-19/2013
ACRÉSCIMO DE VALOR E ALTERAÇÃO DE PRAZO
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 137/2012
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 12/2012

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 8-19/2013 referente ao contrato n.º PMC 19/2013. Data do Aditivo: 29/12/2014. Objeto Contratado CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO EM VIAS DE DIFÍCIL ACESSO E DE CARÁTER EXCEPCIONAL. Contratada: JOSÉ MARILDO FUCK, CNPJ: 17.380.397-0001-78. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Fica acrescido ao presente contrato, devido a prorrogação de prazo, o valor de R\$ 67.986,23 (sessenta e sete mil novecentos e oitenta e seis reais e vinte e três centavos), ou seja, R\$ 2,21 (dois reais e vinte e um centavos) por quilômetro. Portanto o valor do presente contrato que era de R\$ 121.246,91 (cento e vinte e um mil duzentos e quarenta e seis reais e noventa e um centavos), passará a ser de R\$ 189.233,14 (cento e oitenta e nove mil duzentos e trinta e três reais e quatorze centavos).

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº PMC 8-20/2013

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 8-20/2013
SUPRESSÃO DE VALOR
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 137/2012
CONCORRÊNCIA PÚBLICA 12/2012

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 8-20/2013 referente ao contrato n.º PMC 20/2013. Data do Aditivo: 19/12/2014. Objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO EM VIAS DE DIFÍCIL ACESSO E DE CARÁTER EXCEPCIONAL. Contratada: LEDIR GREIM, CNPJ: 17.330.972-0001-47. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Fica SUPRIMIDO do presente contrato, o valor de R\$ 1.640,55 (um mil seiscentos e quarenta reais e cinquenta e cinco centavos), conforme Solicitação n. 132/2014 da Secretaria Municipal de Educação. Portanto, o valor do presente contrato que era de R\$ 67.502,67 (sessenta e sete mil quinhentos e dois reais e sessenta e sete centavos), passará a ser R\$ 65.862,12 (sessenta e cinco mil oitocentos e sessenta e dois reais e doze centavos).

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº PMC 8-71/2012

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 8-71/2012
ACRESCIMO DE VALOR E ALTERAÇÃO DE PRAZO
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 93/2012
TOMADA DE PREÇOS 26/2012

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 8-71/2012 referente ao contrato n.º PMC 71/2012. Data do Aditivo: 23/12/2014. Objeto EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA URBANA E RURAL NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS. Contratada: QUANTUM ENGENHARIA ELETRICA LTDA, CNPJ: 82.094.640/0001-72. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. A vigência do presente Contrato que era até 31/12/2014, passará a ser até 30/06/2015. Fica através do presente termo aditivo, em virtude de prorrogação de prazo, acrescido ao presente contrato o valor de R\$ 103.356,00 (Cento e três mil trezentos e cinquenta e seis reais) dividido da seguinte forma: Manutenção: R\$ 80.388,00 (oitenta mil trezentos e oitenta e oito reais), sendo R\$ 13.398,00 (treze mil, trezentos e noventa e oito reais) por mês; Ampliação: R\$ 22.968,00 (vinte e dois mil novecentos e sessenta e oito reais), sendo R\$ 3.828,00 (três mil, oitocentos e vinte e oito reais) por mês. Portanto, o valor total contratado, que era de R\$ 493.380,00 (Quatrocentos e noventa e três mil trezentos e oitenta reais) passará a ser de R\$ 596.736,00 (Quinhentos e noventa e seis mil setecentos e trinta e seis reais).

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

Capinzal

PREFEITURA

PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0023/2015 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 0001/2015

Processo Licitatório Nº 0023/2015

Inexigibilidade de Licitação Nº 0001/2015

WILSON LUIZ FARIAS, Prefeito do Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com a Lei No 8.666/93, com suas alterações posteriores, torna público o Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 0001/2015, conforme segue:

OBJETO

Contratação da empresa Rádio Capinzal Limitada - EPP, via inexigibilidade de licitação, nos termos do Artigo 25 da Lei 8.666/93, com alterações posteriores, em consonância com o Edital de Credenciamento nº 0001/2015 - item 1 e 2, conforme documentação anexa.

Item	Qdade	UN	Marca	Descrição	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	1,00	cm/co	Rádio Capinzal	Contratação de empresas jornalísticas, categoria JORNAL LOCAL - empresas credenciadas à Associação dos Jornais do Interior de Santa Catarina (ADJORI), com comprovação de efetiva circulação no Município de Capinzal para publicação de mídia institucional, com periodicidade semanal - Capa.	20,00	20,00
2	1,00	cm/co	Rádio Capinzal	Contratação de empresas jornalísticas, categoria JORNAL LOCAL - empresas credenciadas à Associação dos Jornais do Interior de Santa Catarina (ADJORI), com comprovação de efetiva circulação no Município de Capinzal para publicação de mídia institucional, com periodicidade semanal - Contracapa.	16,30	16,30
3	1,00	cm/co	Rádio Capinzal	Contratação de empresas jornalísticas, categoria JORNAL LOCAL - empresas credenciadas à Associação dos Jornais do Interior de Santa Catarina (ADJORI), com comprovação de efetiva circulação no Município de Capinzal para publicação de mídia institucional, com periodicidade semanal - Página Indeterminada em preto e branco.	9,50	9,50
4	1,00	cm/co	Rádio Capinzal	Contratação de empresas jornalísticas, categoria JORNAL LOCAL - empresas credenciadas à Associação dos Jornais do Interior de Santa Catarina (ADJORI), com comprovação de efetiva circulação no Município de Capinzal para publicação de mídia institucional, com periodicidade semanal - Página Indeterminada colorida.	13,50	13,50
5	1,00	Inser	Rádio Capinzal	Contratação de empresas de radiodifusão em amplitude modulada, categoria RÁDIO AM LOCAL E REGIONAL - credenciadas à Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e Televisão (ACAERT), para veiculação de inserções institucionais diárias de 15", na faixa horária compreendida das 07:00h às 19:00h.	14,85	14,85
6	1,00	Inser	Rádio Capinzal	Contratação de empresas de radiodifusão em amplitude modulada, categoria RÁDIO AM LOCAL E REGIONAL - credenciadas à Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e Televisão (ACAERT), para veiculação de inserções institucionais diárias de 30", na faixa horária compreendida das 07:00h às 19:00h.	18,43	18,43
7	1,00	Inser	Rádio Capinzal	Contratação de empresas de radiodifusão em amplitude modulada, categoria RÁDIO AM LOCAL E REGIONAL - credenciadas à Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e Televisão (ACAERT), para veiculação de inserções institucionais diárias de 45", na faixa horária compreendida das 07:00h às 19:00h.	26,68	26,68

8	1,00	Inser	Rádio Capinzal	Contratação de empresas de radiodifusão em amplitude modulada, categoria RÁDIO AM LOCAL E REGIONAL - credenciadas à Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e Televisão (ACAERT), para veiculação de inserções institucionais diárias de 60", na faixa horária compreendida das 07:00h às 19:00h.	35,80	35,80
Total						155,06

VALORES TOTAIS POR FORNECEDOR(ES)

Vencedores	
Fornecedor	Itens
RADIO CAPINZAL LTDA.	001,002,003,004,005,006,007 e 008
155,06 (cento e cinquenta e cinco reais e seis centavos)	

PREVISÃO LEGAL

Lei 8666/93, com alterações:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição.

RAZÃO DA ESCOLHA DOS FORNECEDORES

A empresa apresentou regularmente documentos e proposta, nos termos do Edital de Credenciamento nº 0001/2015.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Os preços relacionados foram fixados no edital de Credenciamento nº 0001/2015.

DO CRÉDITO PELO QUAL OCORRERÁ A DESPESA

As despesas decorrentes deste contrato enquadram-se, na seguinte dotação orçamentária:

DOTAÇÃO UTILIZADA

Despesa: 7 - Manutenção dos serviços gerais da administração
 Órgão: 3 - SECRETARIA DA ADMINISTRACAO E FINANÇAS
 Unidade: 1 - SECRETARIA DA ADMINISTRACAO E FINANÇAS
 Função: 4 - Administração
 Subfunção: 122 - Administração Geral
 Programa: 15 - ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANCEIRA
 Projeto/Atividade: 2.006 - Manutenção dos serviços gerais da administração
 Elemento: 33903990000000 - Aplicações Diretas
 Recurso: 0 - Recursos Ordinários

Publique-se e Registre-se na forma da Lei.

Capinzal, 27 de janeiro de 2015
 WILSON LUIZ FARIAS
 PREFEITO DE CAPINZAL

TERMO DE ALTERAÇÃO 001/2015

TERMO ADITIVO DE ALTERAÇÃO Nº 001/2015

Processo Licitatório Nº 0005/2015

Pregão Presencial Nº 0005/2015

1. PREÂMBULO

1.1. O Município de Capinzal, SC, pessoa jurídica de direito público interno, situada à CARMELLO ZOCOLLI, 155, inscrita no CNPJ sob o nº 82.939.406/0001-07, representado neste ato pelo PREFEITO Sr. WILSON LUIZ FARIAS, no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação futura em conformidade com a necessidade do Município do OBJETO abaixo indicado. Os envelopes de "PROPOSTA DE PREÇO" e "DOCUMENTAÇÃO", deverão ser entregues no Setor de licitações mediante protocolo localizado no Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA

CARMELLO ZOCOLLI, 155 neste município. Os envelopes deverão ser entregues nos prazos e horários já descritos supra no Aviso de Licitações e no item 2 deste edital. A presente licitação será do tipo Menor Preço Item, consoantes e em conformidade com as disposições da Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93 e Lei nº 8.883/94, e ainda a Lei nº 123/2006, Decretos Municipais nº 012/2014 e 013/2014, de 29/01/2014, bem como as condições a seguir estabelecidas.

2. LOCAL, DATA E HORA

2.1. A sessão pública será realizada no dia 28/01/2015, com início às 09:00 horas, horário de Brasília - DF.

2.2. Somente poderão participar da sessão pública, as empresas que apresentarem e efetuarem protocolo dos envelopes de PROPOSTAS e DOCUMENTAÇÃO nos prazos e horários fixados por este instrumento.

2.3. Ocorrendo decretação de feriado, ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

3. OBJETO

3.1. REGISTRO DE PREÇO para aquisição de Massa Asfáltica usinada à quente (CBUQ) para aplicação à frio, utilizada na manutenção de pavimentos (aplicação em tapa buracos) em vias urbanas do município de Capinzal/SC, para o exercício de 2015.

ONDE SE LER:

7. DA HABILITAÇÃO

7.1 Toda a documentação de habilitação deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

MUNICÍPIO DE CAPINZAL/SC
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0005/2015
REGISTRO DE PREÇOS (RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE)
ENVELOPE Nº 02 - "DOCUMENTAÇÃO"

7.2. Para habilitação na presente licitação será exigida a entrega dos seguintes documentos:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
- b) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- c) Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual;
- d) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante;
- e) Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS - CRF);
- f) Prova de Regularidade com a Previdência Social (Certidão Negativa de Débito - CND emitida pelo INSS);
- g) Declaração de que a empresa licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7 da Constituição Federal ("proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;"), em observância à Lei Federal n. 9.854, de 27.10.99, que altera a Lei n. 8.666/93;

h) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

7.3. Os documentos devem apresentar prazo de validade, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pelo Pregoeiro/Equipe de Apoio. Não serão aceitas cópias de documentos obtidas por meio de aparelho fac-símile (FAX). Não serão aceitas cópias de documentos ilegíveis.

LEIA-SE:

7.0 DA HABILITAÇÃO

7.1 Toda a documentação de habilitação deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

MUNICÍPIO DE CAPINZAL/SC
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0005/2015
REGISTRO DE PREÇOS (RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE)
ENVELOPE Nº 02 - "DOCUMENTAÇÃO"

7.2. Para habilitação na presente licitação será exigida a entrega dos seguintes documentos:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
- b) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- c) Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual;
- d) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante;
- e) Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS - CRF);
- f) Prova de Regularidade com a Previdência Social (Certidão Negativa de Débito - CND emitida pelo INSS);
- g) Declaração de que a empresa licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7 da Constituição Federal ("proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;"), em observância à Lei Federal n. 9.854, de 27.10.99, que altera a Lei n. 8.666/93;
- h) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

7.3. Os documentos devem apresentar prazo de validade, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pelo Pregoeiro/Equipe de Apoio. Não serão aceitas cópias de documentos obtidas por meio de aparelho fac-símile (FAX). Não serão aceitas cópias de documentos ilegíveis.

7.4 HABILITAÇÃO TÉCNICA

a) Licença ambiental de operação

7.5 . As outras cláusulas, regras, anexos e condições se mantêm inalteradas na sua forma original, bem como o prazo e a data de abertura do presente procedimento.

Capinzal(SC), 27 de Janeiro de 2015.
ELISÂNGELA BAGNOLIN
Diretora de Compras e Licitações

Catanduvas

PREFEITURA

ADENDO AO EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0005/2015- PREGÃO Nº 0003/2015

ADENDO AO EDITAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0005/2015
EDITAL DE PREGÃO Nº 0003/2015

O Prefeito Municipal em Exercício de Catanduvas, Estado de Santa Catarina, Exmo. Sr. Alberto Broll, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e

Considerando a necessidade de alteração do descritivo do item 05, dos lotes 26 e 37, das ESTIMATIVAS DE CONTRATAÇÃO, do ANEXO I do Edital;

TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados, as seguintes alterações no edital de Pregão nº 0003/2015, conforme segue:

a) No item 5 - ESTIMATIVAS DE CONTRATAÇÃO, do ANEXO I do Edital, onde se lê:

Lote	Item	Especificações	UNI.	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
26	5	Cal Virgem	UN	80	7,20	576,00

Leia-se:

Lote	Item	Especificações	UNI.	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
26	5	Fita para Autoclave 19mmx30m	Rolo	80	7,20	576,00

b) No item 5 - ESTIMATIVAS DE CONTRATAÇÃO, do ANEXO I do Edital, onde se lê:

Lote	Item	Especificações	UNI.	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
37	5	Placa de regulamentação Ø60cm A-33b"Área Escolar" (Totalmente refletiva com chapa e suporte em aço galvanizado)	UN	50	1,89	94,50

Leia-se:

Lote	Item	Especificações	UNI.	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
37	5	Luva cirúrgica nº 8,5	Par	50	1,89	94,50

As demais disposições do Edital permanecem inalteradas e em pleno vigor.

Catanduvas - SC, 27 de janeiro de 2015.
Alberto Broll
Prefeito Municipal em Exercício

ADENDO AO EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0006/2015- PREGÃO Nº 0004/2015

ADENDO AO EDITAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0006/2015
PREGÃO Nº 0004/2015

O Prefeito em exercício do Município de Catanduvas, Estado de Santa Catarina, Exmo. Sr. Alberto Broll, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e,

Considerando a necessidade de transferir o início da Sessão Pública, do Processo Licitatório nº 0006/2015, por interesse da Administração Municipal.

TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados, a retificação das disposições do edital de Pregão nº 0004/2015, sobre a data de abertura, que passa a ter a seguinte redação:

"Recebimento do envelope de proposta/habilitação e credenciamento: até às 13h30min do dia 12 de fevereiro de 2015; Limite para impugnação ao edital: até às 19h00min do dia 10 de fevereiro de 2015; Início da Sessão Pública do Pregão: às 13h45min do dia 12 de fevereiro de 2015."

As demais disposições do Edital permanecem inalteradas e em pleno vigor.

Catanduvas - SC, 27 de janeiro de 2015.

Alberto Broll

Prefeito Municipal e. e.

AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0007/2015 - PREGÃO Nº 0005/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0007/2015

PREGÃO Nº 0005/2015

Objeto: Aquisição de materiais de limpeza e higiene para a manutenção e o desenvolvimento das ações da Secretaria Municipal de Saúde.

Abertura das Propostas: 13h45min, do dia 10 de fevereiro de 2015.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 27 de janeiro de 2015, no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: www.catanduvas.sc.gov.br e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC, das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144, Ramal 229.

Catanduvas - SC, 27 de janeiro de 2015.

Alberto Broll

Prefeito Municipal e. e.

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORAMENTO Nº 0001/2015

EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORAMENTO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORAMENTO Nº 0001/2015

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Vereadores de Catanduvas - SC, CNPJ sob nº 73.240.236/0001-79.

CONTRATADO: M & M Monitoramento Ltda, CNPJ sob nº 11.733.511/0001-39.

OBJETO: Prestação de serviços monitoramento de sistemas eletrônicos de segurança.

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 960,00 (novecentos e sessenta reais).

PRAZO: 12 (doze) meses.

DATA: 05.01.2015.

SALETE RIBEIRO CHIARELLO

Presidente da Câmara Municipal de Catanduvas

TERMO ADITIVO Nº 0001/2015 AO CONTRATO DE LOCAÇÃO FIRMADO EM 04/03/2013.

CÂMARA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO N. 0001/2015 A CONTRATO DE LOCAÇÃO

Termo Aditivo nº 0001/2015 ao Contrato de Locação firmado em 04/03/2013.

Contratante: Câmara Municipal de Vereadores de Catanduvas - SC, CNPJ sob nº 73.240.236/0001-79.

Contratado: Vilmar Schmidke, CPF nº 294.782.279-04 .

Termo Aditivado: Objeto: Prorrogação da vigência do Contrato firmado entre as partes em 04/03/2013 de 01/02/2015 a 31/01/2016 e reajuste do aluguel através do INPC acumulado do ano para R\$ 1.435,36 (um mil quatrocentos e trinta e cinco reais e trinta e seis centavos), nos termos previstos na Cláusula Nona do contrato de locação.

Valor total do Contrato: R\$ 17.224,32 (dezesete mil duzentos e vinte e quatro reais e trinta e dois centavos).

Prazo: 12 (doze) meses.

Data do Aditivo: 26-01-2015.

SALETE RIBEIRO CHIARELLO

Presidente da Câmara Municipal de Catanduvas

TERMO ADITIVO Nº 0002/2014 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO CM N. 0002/2013. PREGÃO Nº 0001/2013 PROCESSO LICITATORIO Nº 0001/2013

CÂMARA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO n. 0002/2014 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO CM n. 0002/2013

Termo Aditivo nº 0002/2014 ao Contrato Administrativo CM n. 0002/2013.

Pregão nº 0001/2013

Processo Licitatório nº 0001/2013

Contratante: Câmara Municipal de Vereadores de Catanduvas - SC, CNPJ sob nº 73.240.236/0001-79.

Contratado: GovernançaBrasil S/A Tecnologia e Gestão em Serviços, CNPJ sob nº 00.165.960/0001-01.

Objeto: Prorrogação da vigência do Contrato firmado entre as partes em 08/08/2013, nos termos previstos na Cláusula XII do Contrato Administrativo n. 0002/2013.

Prazo de vigência: 01/01/2015 a 31/12/2015.

Data do Aditivo: 17 de dezembro de 2014.

ODAIR JOSE GABRIELLI

Presidente da Câmara Municipal de Catanduvas

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

EDITAL 01/2014 NOTAS E CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA

NOTAS E CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL / HABILITADO NÍVEL SUPERIOR / 1ª LISTAGEM

Class.	Insc	Nome do Candidato	RG	ESP	LP	CG	MAT	PE	PT	TS	NF
1	45	BEATRIZ KARNOSKI JASPER	3674166	5,20	0,90	0,90	0,40	7,40	8,00	9,00	7,74
2	41	MONIQUE RAFAELA EDUARDO	5670794	6,00	0,90	0,90	0,60	8,40	8,00	2,00	7,64
3	93	RAFAELA GUIMARAES	5279913	5,60	0,30	1,20	0,80	7,90	8,00	2,00	7,34
4	13	ROBERTA PATRICIA NEUHAUS	4236432	4,80	0,90	1,20	0,40	7,30	8,00	4,00	7,18
5	21	ELOIZA DA SILVA BETTOLY	5142831	4,40	0,90	0,60	1,00	7,20	8,00	4,00	7,12
6	68	NEUZA SEBOLD DE ALMEIDA	2253770	4,80	1,20	0,60	0,40	7,00	8,00	4,00	7,00
7	11	CLAUDIA LOPES SYPRIANI	3833271	4,00	0,60	0,90	0,60	6,10	8,00	8,00	6,86
8	46	LUANA FRANZ DE OLIVEIRA	4725876	4,40	0,60	0,90	0,40	6,30	8,00	6,00	6,78
9	49	VALDIRENE MOHR MARQUEZ	3.162.082-5	4,40	0,30	1,50	0,20	6,40	8,00	4,00	6,64
10	69	ANDRESSA OTILIA MANRICH	5670143	4,80	0,90	0,90	0,80	7,40	6,00	3,00	6,54
11	30	DEISEANE DOS SANTOS	5670608	4,80	0,30	0,60	0,80	6,50	8,00	2,00	6,50
12	92	TAINE RODE SCHRODER	5670442	4,40	0,90	0,90	0,60	6,80	8,00	0,00	6,48
13	61	FABIANA THOLL	4011909	4,40	0,60	0,90	0,60	6,50	8,00	1,00	6,40
14	58	DENISE MACHADO KLETTENBERG	4011444	3,60	0,30	0,60	0,40	4,90	8,00	10,00	6,34
15	72	NARA LIGIA VIEIRA DA SILVA	5354296	4,00	0,60	0,90	0,20	5,70	8,00	5,00	6,32
16	38	LUCIANA ESPINDOLA BITTENCOURT	4390432	4,80	0,30	0,60	0,40	6,10	8,00	2,00	6,26
17	28	RITA DE CASSIA PEREIRA	3890917	3,20	0,60	0,90	0,20	4,90	8,00	9,00	6,24
18	56	DANIELA KRAUS	5.071.016-8	3,60	0,90	0,60	0,40	5,50	8,00	5,00	6,20
19	67	MARY SILVIA KERSBAUM MEDEIROS	35339535	4,00	0,60	0,30	0,40	5,30	8,00	6,00	6,18
20	50	MARINELMA RAYMUNDO	36742872	3,20	0,60	0,60	0,20	4,60	8,00	9,00	6,06
21	62	EVILANEA DE OLIVEIRA	4390872	3,20	0,60	0,60	0,60	5,00	8,00	6,00	6,00
22	48	REGIANE MARQUEZ	3833059	4,00	0,30	0,30	0,60	5,20	6,00	8,00	5,72
23	1	MARIA LUIZA GOEDERT JEREMIAS	22554297	2,40	0,00	0,60	0,60	3,60	8,00	10,00	5,56

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL / HABILITADO NÍVEL MÉDIO MAGISTÉRIO / 2ª LISTAGEM

Class.	Insc	Nome do Candidato	RG	ESP	LP	CG	MAT	PE	PT	TS	NF
1	53	ROSENILDA HOBUS	3693417	4,80	0,60	0,90	0,80	7,10	4,00	2,00	5,66
2	51	DJESSICA MANRICH	5670145	4,80	0,90	0,60	1,00	7,30	4,00	0,00	5,58
3	24	SCHEILA LONGEN	3890832	4,00	0,60	1,20	0,60	6,40	4,00	2,00	5,24
4	55	JAQUELINE MARIA STEINBACH	4573854	3,60	0,60	0,90	0,40	5,50	4,00	0,00	4,50
5	5	MARISTELA FARIAS DE LIZ	3951600	3,60	0,00	0,30	0,40	4,30	2,00	8,00	3,98

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL / SEM COMPROVAÇÃO DE HABILITAÇÃO MÍNIMA NA FORMA EXIGIDA NO EDITAL

Class.	Insc	Nome do Candidato	RG	ESP	LP	CG	MAT	PE	PT	TS	NF
-	73	ANA ZILDA DE OLIVEIRA SEMANN	5670744	5,20	0,90	0,90	0,00	7,00	0,00	0,00	4,20
-	12	ANA KAROLINE JOCHEM	5456702	4,40	0,60	0,90	0,00	5,90	0,00	0,00	3,54

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL / AUSENTES

Insc	Nome do Candidato	RG
16	MICHELE KNAUL JOHSE	4573752
19	VIVIANE EGER BITTENCOURT	35474165
26	KATIA LENA PETRY	6050279
31	MARIA MADALENA SOUZA MACARI	2255924
44	DENISE RAYMUNDO DA SILVA	3833273
66	PAMELA BAUMANN	4834203
87	TERESA CRISTINA DA SILVA	5297953-9

PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS / HABILITADO NÍVEL SUPERIOR / 1ª LISTAGEM

Class.	Insc	Nome do Candidato	RG	ESP	LP	CG	MAT	PE	PT	TS	NF
1	41	MONIQUE RAFAELA EDUARDO	5670794	5,20	0,90	0,90	0,60	7,60	8,00	2,00	7,16
2	21	ELOIZA DA SILVA BETTOLY	5142831	4,40	0,90	0,90	1,00	7,20	8,00	4,00	7,12
3	45	BEATRIZ KARNOSKI JASPER	3674166	4,00	0,90	0,90	0,40	6,20	8,00	9,00	7,02
4	63	PATRICIA MACHADO HINCKEL	4932155	4,00	1,20	0,90	0,80	6,90	6,00	8,00	6,74
5	10	CLAUDINEI DA SILVEIRA	2252908	4,80	0,60	0,30	0,80	6,50	6,00	10,00	6,70
6	13	ROBERTA PATRICIA NEUHAUS	4236432	4,00	0,90	1,20	0,40	6,50	8,00	4,00	6,70
7	56	DANIELA KRAUS	5.071.016-8	4,40	0,30	0,90	0,40	6,00	8,00	5,00	6,50
8	92	TAINE RODE SCHRODER	5670442	4,40	0,90	0,90	0,60	6,80	8,00	0,00	6,48
9	64	PATRICIA PEREIRA	50096710	4,00	1,20	0,60	0,40	6,20	8,00	3,00	6,42
10	72	NARA LIGIA VIEIRA DA SILVA	5354296	4,40	0,60	0,60	0,20	5,80	8,00	5,00	6,38
11	67	MARY SILVIA KERSBAUM MEDEIROS	35339535	4,00	0,90	0,30	0,40	5,60	8,00	6,00	6,36
12	61	FABIANA THOLL	4011909	4,00	0,60	0,90	0,60	6,10	8,00	1,00	6,16
13	49	VALDIRENE MOHR MARQUEZ	3.162.082-5	3,60	0,30	1,50	0,20	5,60	8,00	4,00	6,16
14	93	RAFAELA GUIMARAES	5279913	3,60	0,30	1,20	0,80	5,90	8,00	2,00	6,14
15	11	CLAUDIA LOPES SYPRIANI	3833271	2,80	0,60	0,90	0,60	4,90	8,00	8,00	6,14
16	69	ANDRESSA OTILIA MANRICH	5670143	4,00	0,90	0,90	0,80	6,60	6,00	3,00	6,06
17	80	JAQUELINE LEHMKUHL HASSE	5009786	3,60	0,30	0,90	0,40	5,20	8,00	4,00	5,92
18	30	DEISEANE DOS SANTOS	5670608	3,20	0,90	0,60	0,80	5,50	8,00	2,00	5,90
19	62	EVILANEA DE OLIVEIRA	4390872	2,80	0,60	0,60	0,60	4,60	8,00	6,00	5,76
20	2	ALDO JEREMIAS	2121809	2,40	0,90	0,90	0,40	4,60	8,00	6,00	5,76
21	50	MARINELMA RAYMUNDO	36742872	2,80	0,30	0,30	0,40	3,80	8,00	9,00	5,58
22	38	LUCIANA ESPINDOLA BITTENCOURT	4390432	3,60	0,30	0,60	0,40	4,90	8,00	2,00	5,54
23	28	RITA DE CASSIA PEREIRA	3890917	1,60	0,60	0,90	0,20	3,30	8,00	9,00	5,28
24	1	MARIA LUIZA GOEDERT JEREMIAS	22554297	2,00	0,00	0,60	0,40	3,00	8,00	10,00	5,20
25	48	REGIANE MARQUEZ	3833059	2,40	0,60	0,30	0,60	3,90	6,00	8,00	4,94

PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS / HABILITADO NÍVEL MAGISTÉRIO / 2ª LISTAGEM

Class.	Insc	Nome do Candidato	RG	ESP	LP	CG	MAT	PE	PT	TS	NF
1	24	SCHEILA LONGEN	3890832	4,40	0,60	1,20	0,60	6,80	4,00	2,00	5,48
2	53	ROSENILDA HOBUS	3693417	3,60	0,60	1,20	0,80	6,20	4,00	2,00	5,12
3	51	DJESSICA MANRICH	5670145	2,80	0,90	0,60	1,00	5,30	4,00	0,00	4,38
4	55	JAQUELINE MARIA STEINBACH	4573854	2,80	0,60	0,90	0,40	4,70	4,00	0,00	4,02

PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS / NÃO HABILITADO / 3ª LISTAGEM

Class.	Insc	Nome do Candidato	RG	ESP	LP	CG	MAT	PE	PT	TS	NF
1	59	ANDREIA DOERNER SENS	4724957	3,60	1,20	1,20	0,60	6,60	3,20	0,00	4,92

PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS / SEM COMPROVAÇÃO DE HABILITAÇÃO MÍNIMA NA FORMA EXIGIDA NO EDITAL

Class.	Insc	Nome do Candidato	RG	ESP	LP	CG	MAT	PE	PT	TS	NF
-	95	ANGELICA SILVEIRA SYPRIANY PEREIRA	5748985	3,20	1,20	0,30	0,20	4,90	0,00	0,00	2,94
-	14	MAIRA WEISS	4932829	2,40	0,60	0,90	0,60	4,50	0,00	0,00	2,70
-	47	KARINA KERSCHBAUMM	6257890	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS / AUSENTES

Insc	Nome do Candidato	RG
16	MICHELE KNAUL JOHSE	4573752
19	VIVIANE EGER BITTENCOURT	35474165
26	KATIA LENA PETRY	6050279
31	MARIA MADALENA SOUZA MACARI	2255924
32	TATIANE DE PAULA CORREA	5324370
52	IANA PATRINE ESSER	5872095
87	TERESA CRISTINA DA SILVA	5297953-9

PROFESSOR GEOGRAFIA / HABILITADO / 1ª LISTAGEM

Class.	Insc	Nome do Candidato	RG	ESP	LP	CG	MAT	PE	PT	TS	NF
1	63	PATRICIA MACHADO HINCKEL	4932155	5,20	1,20	0,90	0,60	7,90	6,00	8,00	7,34

PROFESSOR GEOGRAFIA / AUSENTE

Insc	Nome do Candidato	RG
77	CLAUDIA FINCK	47258411

PROFESSOR MATEMÁTICA / NÃO HABILITADO / 2ª LISTAGEM

Class.	Insc	Nome do Candidato	RG	ESP	LP	CG	MAT	PE	PT	TS	NF
1	27	ATOS ALAN BORGES DOS SANTOS	4554034	2,40	1,20	0,90	0,40	4,90	0,20	0,00	3,00

PROFESSOR MATEMÁTICA / AUSENTES

Insc	Nome do Candidato	RG
36	JOANES MONTIBELLER	4.317.649
82	CARLOS EDUARDO DE SOUZA	4860175

PROFESSOR INGLÊS / HABILITADO / 1ª LISTAGEM

Class.	Insc	Nome do Candidato	RG	ESP	LP	CG	MAT	PE	PT	TS	NF
1	25	JULIANA MARIA LONGEN	37416073	3,20	1,20	1,20	0,40	6,00	8,00	10,00	7,00

PROFESSOR INGLÊS / NÃO HABILITADO / 2ª LISTAGEM

Class.	Insc	Nome do Candidato	RG	ESP	LP	CG	MAT	PE	PT	TS	NF
1	54	DJENIFER LIANA XAVIER	6050718	2,80	1,20	0,90	0,80	5,70	0,20	0,00	3,48

PROFESSOR INGLÊS / NÃO HABILITADO / 3ª LISTAGEM

Class.	Insc	Nome do Candidato	RG	ESP	LP	CG	MAT	PE	PT	TS	NF
1	80	JAQUELINE LEHMKUHL HASSE	5009786	3,20	0,90	0,30	0,40	4,80	2,00	4,00	3,88
2	46	LUANA FRANZ DE OLIVEIRA	4725876	2,40	0,90	0,60	0,40	4,30	2,00	6,00	3,78

PROFESSOR INGLÊS / SEM COMPROVAÇÃO DE HABILITAÇÃO MÍNIMA NA FORMA EXIGIDA NO EDITAL

Class.	Insc	Nome do Candidato	RG	ESP	LP	CG	MAT	PE	PT	TS	NF
-	6	RENATA PORTES DOS SANTOS	51424282	3,20	1,20	0,60	0,20	5,20	0,00	0,00	3,12

PROFESSOR INGLÊS / AUSENTES

Insc	Nome do Candidato	RG
42	CARLOS LEONARDO SCHULLER	5821803
52	IANA PATRINE ESSER	5872095

PROFESSOR CIÊNCIAS / HABILITADO / 1ª LISTAGEM

Class.	Insc	Nome do Candidato	RG	ESP	LP	CG	MAT	PE	PT	TS	NF
1	58	DENISE MACHADO KLETTENBERG	4011444	2,40	0,30	0,60	0,40	3,70	8,00	10,00	5,62

PROFESSOR CIÊNCIAS / NÃO HABILITADO / 2ª LISTAGEM

Class.	Insc	Nome do Candidato	RG	ESP	LP	CG	MAT	PE	PT	TS	NF
1	79	DOUGLAS RAFAEL STIIPP	5987062	2,00	0,90	0,90	0,20	4,00	0,40	0,00	2,52

PROFESSOR CIÊNCIAS / SEM COMPROVAÇÃO DE HABILITAÇÃO MÍNIMA NA FORMA EXIGIDA NO EDITAL

Class.	Insc	Nome do Candidato	RG	ESP	LP	CG	MAT	PE	PT	TS	NF
-	6	RENATA PORTES DOS SANTOS	51424282	0,80	0,60	1,20	0,20	2,80	0,00	0,00	1,68

PROFESSOR ARTES / HABILITADO / 1ª LISTAGEM

Class.	Insc	Nome do Candidato	RG	ESP	LP	CG	MAT	PE	PT	TS	NF
1	9	SIMONE CORDEIRO DOS SANTOS	4011946	2,40	0,00	1,20	0,60	4,20	7,60	10,00	5,80
2	57	MARIA DERCI BATISTA RODRIGUES	21170976	2,40	1,20	1,50	0,60	5,70	4,00	0,00	4,62

PROFESSOR ARTES / NÃO HABILITADO / 2ª LISTAGEM

Class.	Insc	Nome do Candidato	RG	ESP	LP	CG	MAT	PE	PT	TS	NF
1	14	MAIRA WEISS	4932829	3,60	0,30	0,60	0,80	5,30	1,00	0,00	3,48

PROFESSOR ARTES / NÃO HABILITADO / 3ª LISTAGEM

Class.	Insc	Nome do Candidato	RG	ESP	LP	CG	MAT	PE	PT	TS	NF
1	86	JEAN FABRICIO PAUL	4932532	1,20	0,60	0,60	0,40	2,80	3,20	2,00	2,84

PROFESSOR ARTES / SEM COMPROVAÇÃO DE HABILITAÇÃO MÍNIMA NA FORMA EXIGIDA NO EDITAL

Class.	Insc	Nome do Candidato	RG	ESP	LP	CG	MAT	PE	PT	TS	NF
-	95	ANGELICA SILVEIRA SYPRIANY PEREIRA	5748985	3,60	0,90	0,30	0,20	5,00	0,00	0,00	3,00
-	75	SAMARA CABRAL	51425610	1,60	0,60	0,30	0,40	2,90	0,00	0,00	1,74

PROFESSOR ARTES / AUSENTE

Insc	Nome do Candidato	RG
29	WALCIONE DIAS GOES	6961712

PROFESSOR INFORMÁTICA / NÃO HABILITADO / 2ª LISTAGEM

Class.	Insc	Nome do Candidato	RG	ESP	LP	CG	MAT	PE	PT	TS	NF
1	86	JEAN FABRICIO PAUL	4932532	4,00	0,60	0,60	0,40	5,60	3,20	2,00	4,52
2	83	JANDERSON MACHADO	5471963	4,40	0,60	0,90	0,80	6,70	1,20	0,00	4,38

PROFESSOR INFORMÁTICA / AUSENTES

Insc	Nome do Candidato	RG
36	JOANES MONTIBELLER	4.317.649
37	EDNEIA BILK PASSIG	50098870
74	LEANDRO ABBADE ROCHA	1823810
77	CLAUDIA FINCK	47258411
91	ALISSON LEANDRO	6022164

PROFESSOR LIBRAS / NÃO HABILITADO / 3ª LISTAGEM

Class.	Insc	Nome do Candidato	RG	ESP	LP	CG	MAT	PE	PT	TS	NF
1	59	ANDREIA DOERNER SENS	4724957	4,40	0,90	0,30	0,80	6,40	3,20	0,00	4,80

PROFESSOR ENSINO RELIGIOSO / NÃO HABILITADO / 3ª LISTAGEM

Class.	Insc	Nome do Candidato	RG	ESP	LP	CG	MAT	PE	PT	TS	NF
1	10	CLAUDINEI DA SILVEIRA	2252908	3,20	0,60	0,30	0,80	4,90	2,00	10,00	4,54
2	79	DOUGLAS RAFAEL STIIPP	5987062	1,60	0,60	0,90	0,20	3,30	0,40	0,00	2,10

PROFESSOR ENSINO RELIGIOSO / SEM COMPROVAÇÃO DE HABILITAÇÃO MÍNIMA NA FORMA EXIGIDA NO EDITAL

Class.	Insc	Nome do Candidato	RG	ESP	LP	CG	MAT	PE	PT	TS	NF
-	75	SAMARA CABRAL	51425610	1,60	0,60	0,60	0,40	3,20	0,00	0,00	1,92
-	12	ANA KAROLINE JOCHEM	5456702	1,60	0,60	0,60	0,20	3,00	0,00	0,00	1,80

PROFESSOR ENSINO RELIGIOSO / AUSENTES

Insc	Nome do Candidato	RG
29	WALCIONE DIAS GOES	6961712
42	CARLOS LEONARDO SCHULLER	5821803

2º PROFESSOR / NÃO HABILITADO / 2ª LISTAGEM

Class.	Insc	Nome do Candidato	RG	ESP	LP	CG	MAT	PE	PT	TS	NF
1	68	NEUZA SEBOLD DE ALMEIDA	2253770	3,20	0,90	0,60	0,40	5,10	2,00	4,00	4,06
2	64	PATRICIA PEREIRA	50096710	2,80	0,90	0,60	0,40	4,70	2,00	3,00	3,72

2º PROFESSOR / NÃO HABILITADO / 3ª LISTAGEM

Class.	Insc	Nome do Candidato	RG	ESP	LP	CG	MAT	PE	PT	TS	NF
1	2	ALDO JEREMIAS	2121809	1,20	0,90	0,60	0,40	3,10	2,00	6,00	3,06

2º PROFESSOR / SEM COMPROVAÇÃO DE HABILITAÇÃO MÍNIMA NA FORMA EXIGIDA NO EDITAL

Class.	Insc	Nome do Candidato	RG	ESP	LP	CG	MAT	PE	PT	TS	NF
-	73	ANA ZILDA DE OLIVEIRA SEMANN	5670744	4,40	0,90	0,90	0,00	6,20	0,00	0,00	3,72
-	27	ATOS ALAN BORGES DOS SANTOS	4554034	3,60	1,20	0,90	0,40	6,10	0,00	0,00	3,66

2º PROFESSOR / AUSENTES

Insc	Nome do Candidato	RG
32	TATIANE DE PAULA CORREA	5324370
65	AUDREY CAROLINE DE MELLO OLIVEIRA	3075960959

MONITOR DE INSTRUMENTO MUSICAL / VIOLÃO

Class.	Insc	Nome do Candidato	RG	ESP	LP	CG	MAT	PE
1	83	JANDERSON MACHADO	5471963	1,20	0,60	0,90	0,80	3,50

MONITOR DE INSTRUMENTO MUSICAL / TECLADO

Class.	Insc	Nome do Candidato	RG	ESP	LP	CG	MAT	PE
1	94	ELISANDRA SEBOLD	5670778	3,60	0,30	1,50	0,40	5,80

MONITOR DE INSTRUMENTO MUSICAL / GAITA / AUSENTE

Insc	Nome do Candidato	RG
84	RAIMUNDO BITTENCOURT	2252359

ORIENTADOR SOCIAL

Class.	Insc	Nome do Candidato	RG	ESP	LP	CG	MAT	PE
1	22	JOSEANE REGINA FOSTER ALVEZ	3486927	5,20	0,90	0,90	1,00	8,00
2	39	FERNANDA FRANZ	5279854	5,20	0,90	1,20	0,40	7,70
3	23	TAINA LETICIA LOPES KLETTENBERG	5009717	4,80	0,90	0,60	0,60	6,90
4	60	LUCIMARA DA SILVA DE OLIVEIRA	2475935-0	4,40	0,60	0,90	0,40	6,30
5	47	KARINA KERSCHBAUMM	6257890	3,20	1,20	1,20	0,00	5,60

ORIENTADOR SOCIAL / AUSENTES

Insc	Nome do Candidato	RG
37	EDNEIA BILK PASSIG	50098870
65	AUDREY CAROLINE DE MELLO OLIVEIRA	3075960959
91	ALISSON LEANDRO	6022164

NUTRICIONISTA

Class.	Insc	Nome do Candidato	RG	ESP	LP	CG	MAT	PE
1	8	GLEISIENE DE GODOI BITTENCOURT	4220643	3,20	0,30	0,60	0,20	4,30

NUTRICIONISTA / AUSENTES

Insc	Nome do Candidato	RG
15	BRUNA JANAINA DA SILVA	5982640
20	KETLYN CHRISTYN RAMOS HENNICH	4203030
71	ELISA DA SILVA	82745432

ENGENHEIRO AGRÔNOMO

Class.	Insc	Nome do Candidato	RG	ESP	LP	CG	MAT	PE
1	70	WALMIR V WOLFF JUNIOR	3783824	5,60	1,50	1,20	1,00	9,30
2	34	JOABE WEBER PITZ	4431007	5,60	0,90	0,90	0,80	8,20
3	43	JOSE JUNIOR SOUZA	5279098	4,80	0,90	1,20	0,80	7,70
4	78	SAMARA ALVES TESTONI	45479119	4,40	0,90	1,20	1,00	7,50
5	17	DUANE HELOISA LEHMANN	4347484	3,60	1,20	0,90	1,00	6,70
6	33	DEISE CRISTINA DA SILVA	49320114	3,60	0,60	0,60	0,60	5,40

ENGENHEIRO AGRÔNOMO / AUSENTES

Insc	Nome do Candidato	RG
3	CRYSTIANE BROPP CARDOSO	5001746
89	MARCELO EDUARDO TORMEM	4150090

PSICÓLOGO

Class.	Insc	Nome do Candidato	RG	ESP	LP	CG	MAT	PE
1	96	RAFAELA SIMIANO	5071463	4,80	1,20	0,90	0,80	7,70
2	81	LUANA PEIXE	4724809	4,00	1,20	0,60	0,80	6,60
3	18	MARIA ALICE DA ROSA BRUGGEMANN	4724152	2,00	1,20	0,90	0,60	4,70
4	7	BIANCA CAROLINE STEIN	52799565	2,80	0,90	0,90	0,00	4,60
5	76	SUELI DA SILVA DE PINHO	5.279.167	3,60	0,60	0,30	0,00	4,50

PSICÓLOGO / AUSENTES

Insc	Nome do Candidato	RG
35	PRISCILA PAULA BERTOL	4659717
40	SILVIA WISNIEWSKI	95411959
85	MARIANA SOARES	333221552
88	GIANNE TEIXEIRA DE MELLO	3086884
90	TATIANNE SANTOS DANTAS	30220084

*Class= Classificação Provisória;

*Insc = Número de Inscrição;

*ESP = Nota correspondente às questões Específicas para o Cargo;

*LP = Nota corresponde às questões de Língua Portuguesa;

*CG = Nota corresponde às questões de Conhecimentos Gerais/Atualidades;

*MAT = Nota correspondente às questões de Raciocínio Lógico/Matemática;

*PE = Nota correspondente à soma de todas as questões da Prova Escrita;

*PT = Nota da Prova de Títulos;

*TS = Nota do Tempo de Serviço;

*NF = Nota Final.

Chapadão do Lageado, 27 de janeiro de 2015.

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 28/2014 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO nº 28/2014 - PM

Nº. do Contrato: 28/2014.

Processo Licitatório nº 22/2014 - PM

Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: WILSON EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.

Fundamento Legal: art. 37, inciso XXI da Constituição Federal/88 c/c o art. 57, inciso I, da Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações.

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência contratual estabelecido na Cláusula Quinta do Contrato nº 28/2014, celebrado entre as partes em 13/03/2014.

Prazo: O prazo do Contrato n. 28/2014, em decorrência da dilação, se estenderá até 31/12/2015.

DATA DA ASSINATURA: 17 de dezembro de 2014.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 032 DE 28.01.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 032/2015

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c art. 78, §4º da Lei Complementar nº 008/99,

RESOLVE:

Art. 1º Convocar, por necessidade de serviço público, o Operador de Equipamentos MARCELO DE SOUZA, para permanecer em pleno exercício de suas atividades, no dia 28 de janeiro de 2015, 01 (um) dia, das férias referentes ao período aquisitivo 2013/2014, assegurando-lhe o direito do usufruto após a cessação do período de convocação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado,

28 de janeiro de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Cocal do Sul**PREFEITURA****AVISO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/PMCS/2015 (CHAMADA PÚBLICA)**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO (CHAMADA PÚBLICA)

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/PMCS/2015

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/PMCS/2015

Objeto: Chamada Pública para recebimento de propostas e habilitação para fornecimento de gêneros alimentícios da agricultura familiar, destinados à alimentação escolar para o exercício de 2015 no Município de Cocal do Sul/SC.

Recebimento dos envelopes: Até as 09h00min do dia 20/02/2015.

Abertura: Dia 20/02/2015, às 09h00min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.cocaldosul.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 13h00min, ou pelo telefone (48) 3444-6006.

Cocal do Sul, 27 de janeiro de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

AVISO TOMADA DE PREÇOS Nº 01/PMCS/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/PMCS/2015

TOMADA DE PREÇOS Nº 01/PMCS/2015

Objeto: Contratação de empresa para reperfilagem sobre paralelepípedo e pavimentação asfáltica, na Rua Guy Marcos Nunes, Linha Ferreira Pontes (centro), no Município de Cocal do Sul, por meio de recursos próprios.

Tipo: Menor Preço Global.

Recebimento dos envelopes: Até as 09h00min do dia 19/02/2015.

Abertura: Dia 19/02/2015, às 09h15min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.cocaldosul.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 13h00min, ou pelo telefone (48) 3444-6006.

Cocal do Sul, 27 de janeiro de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

AVISO TOMADA DE PREÇOS Nº 02/PMCS/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/PMCS/2015

TOMADA DE PREÇOS Nº 02/PMCS/2015

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de material e

serviço para construção de vestiários e sanitários para a quadra de esportes da Escola de Ensino Fundamental Demétrio Bettiol, no Município de Cocal do Sul, por meio do Termo de Compromisso - PAC nº 204799/2013, firmado entre o Município de Cocal do Sul e a União Federal, por intermédio do Ministério da Educação - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Tipo: Menor Preço Global.

Recebimento dos envelopes: Até as 09h00min do dia 23/02/2015.

Abertura: Dia 23/02/2015, às 09h15min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.cocaldosul.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 13h00min, ou pelo telefone (48) 3444-6006.

Cocal do Sul, 27 de janeiro de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 147/FMS/2014

CONTRATO Nº: 147/FMS/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

CONTRATADA: FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CRICIÚMA (FUCRI)

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/FMS/2014

TOMADA DE PREÇOS Nº 01/FMS/2014

Objeto: a realização de CURSO INTRODUTÓRIO DE SAÚDE DA FAMÍLIA para profissionais das Estratégias de Saúde da Família do Município de Cocal do Sul

Assinatura: 17/11/2014

Vigência: Início: 17/11/2014 Término: 14/09/2015

Valor: R\$ 17.890,00 (Dezessete Mil Oitocentos e Noventa reais)

Dotação Orçamentária: 1101.2027.3390 (64).

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 52/FMAS/2014

CONTRATO Nº: 74/FMAS/2014

ADITIVO Nº: 52/FMAS/2014

TIPO DE ADITIVO: PRIMEIRO TA - ACRÉSCIMO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

CONTRATADA: LOCATIVA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.

Objeto do Contrato: A locação do imóvel de propriedade do locador, Localizado na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 710, APTº 101, centro, neste município, para nele serem instalada família em situação de vulnerabilidade social sujeita a riscos de segurança com a moradia por danos causados pela ação da natureza.

Objeto do Aditivo: O presente termo aditivo tem como objeto a prorrogação da vigência do contrato.

Assinatura: 17/12/2014

Vigência: Início: 17/12/2014 Término: 31/12/2015

Valor: R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais)

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 70/FMS/2014

CONTRATO Nº: 61/FMS/2014

ADITIVO Nº: 70/FMS/2014

TIPO DE ADITIVO: PRIMEIRO TA - PRORROGAÇÃO E ACRÉSCIMO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

CONTRATADA: MARCELO GONÇALVES

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/FMS/2014

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/FMS/2014

Objeto do Contrato: A locação de Imóvel, localizado na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 197, Sala 02, centro, Cocal do Sul/SC, de propriedade do locador, para nele serem instalados serviços públicos de interesse do município/FMS Vigilância sanitária.

Objeto do Aditivo: O presente termo aditivo tem como objeto a prorrogação da vigência do contrato.

Assinatura: 17/12/2014.

Vigência: Início: 17/12/2014 Término: 31/12/2015

Valor: R\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais)

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 92/FMS/2014

CONTRATO Nº: 05/FMS/2014

ADITIVO Nº: 92/FMS/2014

TIPO DE ADITIVO: PRIMEIRO TA - ACRÉSCIMO e PRORROGAÇÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

CONTRATADA: ELEVADORES CASTELO LTDA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 02/FMS/2014

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº: 01/FMS/2014

Objeto do Contrato: serviços de manutenção preventiva, uma vez por mês, procedendo na mesma ocasião, se necessário, a inspeção regulagem, ajustagem e pequenos reparos no local, de acordo com a necessidade técnicas de todas as partes dos equipamentos e fim de proporcionar ao elevador, devidamente instalado na sede da secretaria de saúde pública do município.

Objeto do Aditivo: O presente termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO da vigência do Contrato

Assinatura: 18/12/2014

Vigência: Início: 18/12/2014 Término: 31/12/2015

Valor: R\$ 3.459,10 (três mil quatrocentos e cinquenta e nove reais e dez centavos).

NOVA PUBLICAÇÃO DO DECRETO SAF/ N.01.2015

DECRETO SAF/Nº. 01/2015, de 07 de janeiro de 2015.

NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições legais, Resolve:

Art. 1º Ficam nomeados: JOÃO GERALDO ECHELI, fiscal de tributos; AMANDA CAROLINE COLOGNI, adjunto administrativo; FABIANO BOLSONI FRANCISCO, instrutor de informática; DANIEL FREITAS BRATTI, assistente administrativo; LUIZ CARLOS GONÇALVES, técnico em contabilidade; MARIA DE LURDES SOUZA DENONI, assistente administrativo; SIMONI MARTINS DA SILVA, adjunto administrativo; GUILHERME DE COSTA, escrivão; para sob a presidência do primeiro, constituírem a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO criada pelo Decreto SA/Nº. 10/93, de 16 de fevereiro de 1993.

Parágrafo único. O presidente será substituído por um dos membros da comissão, na ordem em que figura o Art. 1º, em seus afastamentos, impedimentos legais ou regulamentares.

Art. 2º A ata da sessão pública indicará os membros da Comissão Permanente de Licitação que efetivamente atuaram no certame, sempre com um mínimo de três integrantes, incluindo o Presidente.

Art. 3º A investidura dos membros da Comissão de Licitação será de 1 (um) ano, vedada a sua recondução total para o período

subsequente.

Art. 4º Revoga-se o Decreto SAF/Nº. 21/14, de 09 de janeiro de 2014.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 07 de janeiro de 2015.
CIRLENE GONÇALVES SCARPATO
Prefeita Municipal em exercício

CLEDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

NOVA PUBLICAÇÃO DO DECRETO SAF/N. 02/2015

DECRETO SAF/Nº. 02/15, de 07 de janeiro de 2015.
DESIGNA PREGOEIROS E COMPÕE EQUIPE DE APOIO PARA ATUAREM EM LICITAÇÕES NA MODALIDADE DE PREGÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições legais, Resolve:

Art. 1º Ficam designados: DANIEL FREITAS BRATTI e FABIANO BOLSONI FRANCISCO, para atuarem como PREGOEIROS em licitações na modalidade de pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul.

Art. 2º Para atuarem como membros da Equipe de Apoio em licitações na modalidade de pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, ficam designados: AMANDA CAROLINE COLOGNI, SIMONI MARTINS DA SILVA, JOÃO GERALDO ECHELI, LUIZ CARLOS GONÇALVES, MARIA DE LURDES SOUZA DENONI, GUILHERME DE COSTA, DANIEL FREITAS BRATTI e FABIANO BOLSONI FRANCISCO.

Art. 3º A ata da sessão pública indicará o Pregoeiro e os membros da Equipe de Apoio que efetivamente atuaram no certame, sempre com um mínimo de três integrantes, incluindo o Pregoeiro.

Art. 4º A investidura dos Pregoeiros será de 1 (um) ano, podendo ter a sua recondução para o período subsequente.

Art. 5º A investidura dos membros da Equipe de Apoio será de 1 (um) ano, vedada a sua recondução total para o período subsequente.

Art. 6º Revoga-se o Decreto 25/14, de 14 de janeiro de 2014.

Art. 7º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 07 de janeiro de 2015.
CIRLENE GONÇALVES SCARPATO
Prefeita Municipal, em exercício

CLEDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

Concórdia

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 12/2015 – PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 12/2015 - PMC

Objeto: REGISTRO DE PREÇO objetivando a contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção e assistência técnica para relógios ponto digital, durante o exercício de 2015, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço Por item

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 11/02/2015.

Abertura: dia 12/02/2015 às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 27 de janeiro de 2015.

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

EXTRATO 2º TA CONTRATO Nº 306/2014 -PMC

Contrato Nº : 306/2014

Aditivo Nº : 2 TA/2015

Tipo Aditivo : Prazo/Acréscimo/Supressão

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : CONSTRUTORA FOSCARINI LTDA EPP

Licitação : Pregão Presencial 24/2014

Objeto : Contratação de serviços de empresa do ramo da construção civil, em regime de empreitada por preço unitário, para ampliação da Escola Básica Municipal Ângelo Ary Biesuz, situada em Linha São Paulo, no Município de Concórdia - SC., conforme especificações constantes nos anexos A e B do edital.

Vigência : Início: 12/01/2015 Término: 21/02/2015

Assinatura : 12/01/2015

Valor Acrescido R\$: 38.739,09 (Trinta e Oito Mil, Setecentos e Trinta e Nove Reais e Nove Centavos)

Valor Suprimido R\$: 11.101,93 (Onze Mil Cento e um Reais e Três centavos)

Dotação : 59 - 06.002.1004.344905198000000.01360000

EXTRATO 2º TA CONTRATO Nº 375/2014 -PMC

Contrato Nº : 375/2014

Aditivo Nº : 2 TA/2015

Tipo Aditivo : Acréscimo/Supressão

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : KAPPA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA

Licitação : Tomada Preços para Obras e Serviços de Engenharia 10/2014

Objeto : Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de obra em regime de empreitada por preço global (material e mão de obra) para reforma do Centro Municipal de Educação Infantil José Garghetti e Posto de Saúde, localizados no bairro Santa Cruz, neste Município, com recursos oriundos do Governo Federal e contrapartida do Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo D deste Edital.

Vigência : Início: 16/01/2015 Término: 27/03/2015

Assinatura : 16/01/2015

Valor Acrescido R\$: 40.378,12 (Quarenta Mil, Trezentos e Setenta e Oito Reais e Doze Centavos)

Valor Suprimido R\$: 3.424,75 (Três Mil Quatrocentos e Vinte e Quatro Reais e Setenta e Cinco Centavos)

Dotação : 69 - 06.004.2018.344905107000000.01360000

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Nº 10/2015

A Secretária Municipal de Educação, torna público que ratificou o ato do Senhor Orides Storchio, Diretor Administrativo, que dispensou a licitação nos termos do inciso IV, do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 27 de janeiro de 2015, para contratação de empresa para execução de consertos do telhado com colocação mão de obra e materiais em virtude do destelhamento por conta do vendaval ocorrido no dia 01 de janeiro de 2015 o qual atingiu CMEI Maria Fracasso, em favor da seguinte empresa: VANDERLEI DEITOS ME, no valor total estimado de R\$ 1.868,23 (um mil, oitocentos e sessenta e oito reais e vinte três centavos).

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

EXTRATO DO CONTRATO Nº 46/2015 -PMC

Contrato Nº : 46/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : SEGURMED SEGUR. MEDICINA DO TRAB.SOCIEDADE SIMPLES

Licitação : Pregão Presencial 139/2014

Objeto : Contratação de empresa visando o fornecimento de consultas médicas aos idosos participantes dos Grupos de Convivência sob a coordenação da Secretaria de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação, praticantes de atividades físicas nos locais de encontro, durante o Exercício de 2015, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 12/01/2015 Término: 11/07/2015

Assinatura : 12/01/2015

Valor R\$: 24.000,00 (Vinte e Quatro Mil Reais)

Dotação : 140 - 09.001.2033.333903950000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 47/2015 -PMC

Contrato Nº : 47/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : METALMAKE ESQUADRIAS METÁLICAS LTDA ME

Licitação : Tomada Preços para Obras e Serviços de Engenharia 20/2014

Objeto : Contratação de empresa do ramo da construção civil em regime de empreitada global (material e mão de obra) para construção da cobertura do pátio da Escola Básica Municipal Giuseppe Sette, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo D do Edital.

Vigência : Início: 12/01/2015 Término: 13/03/2015

Assinatura : 12/01/2015

Valor R\$: 36.880,00 (Trinta e Seis Mil e Oitocentos e Oitenta Reais)

Dotação : 59 - 06.002.1004.344905198000000.01360000

EXTRATO DO CONTRATO Nº 48/2015 -PMC

Contrato Nº : 48/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : EVANDRO MACAGNAN

Licitação : Inexigibilidade 9/2015

Objeto : Prestação de serviços de fornecimento de refeições para servidores da Secretaria Municipal de Transportes e para Secretaria Municipal de Agricultura Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente quando em serviço no interior do Município de Concórdia SC.

Vigência : Início: 15/01/2015 Término: 14/01/2016

Assinatura : 15/01/2015

Valor R\$: 1.522,00 (Um Mil e Quinhentos e Vinte e Dois Reais)

Dotação : 89 - 07.001.2022.333903941000000.01000001

Dotação : 176 - 11.001.2041.333903941000000.01000001

Dotação : 89 - 07.001.2022.333903623000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 49/2015 -PMC

Contrato Nº : 49/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : MARILEI PEREIRA CHURRASCARIA ME

Licitação : Inexigibilidade 9/2015

Objeto : Prestação de serviços de fornecimento de refeições para servidores da Secretaria Municipal de Transportes e para Secretaria Municipal de Agricultura Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente quando em serviço no interior do Município de Concórdia SC.

Vigência : Início: 15/01/2015 Término: 14/01/2016

Assinatura : 15/01/2015

Valor R\$: 3.044,00 (Três Mil e Quarenta e Quatro Reais)

Dotação : 89 - 07.001.2022.333903941000000.01000001

Dotação : 176 - 11.001.2041.333903941000000.01000001

Dotação : 89 - 07.001.2022.333903623000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 50/2015 -PMC

Contrato Nº : 50/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : OTTO HIRT

Licitação : Inexigibilidade 9/2015

Objeto : Prestação de serviços de fornecimento de refeições para servidores da Secretaria Municipal de Transportes e para Secretaria Municipal de Agricultura Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente quando em serviço no interior do Município de Concórdia SC.

Vigência : Início: 15/01/2015 Término: 14/01/2016

Assinatura : 15/01/2015

Valor R\$: 1.522,00 (Um Mil e Quinhentos e Vinte e Dois Reais)

Dotação : 89 - 07.001.2022.333903623000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 51/2015 -PMC

Contrato Nº : 51/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : ROMANITUR TRANSPORTES LTDA - ME

Licitação : Inexigibilidade 9/2015

Objeto : Prestação de serviços de fornecimento de refeições para servidores da Secretaria Municipal de Transportes e para Secretaria Municipal de Agricultura Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente quando em serviço no interior do Município de Concórdia SC.

Vigência : Início: 15/01/2015 Término: 14/01/2016

Assinatura : 15/01/2015

Valor R\$: 6.088,00 (Seis Mil e Oitenta e Oito Reais)

Dotação : 176 - 11.001.2041.333903941000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 52/2015 -PMC

Contrato Nº : 52/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : BAR E LANCHONETE RONCAGLIO LTDA ME

Licitação : Inexigibilidade 9/2015

Objeto : Prestação de serviços de fornecimento de refeições para servidores da Secretaria Municipal de Transportes e para Secretaria Municipal de Agricultura Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente quando em serviço no interior do Município de Concórdia SC.

Vigência : Início: 15/01/2015 Término: 14/01/2016

Assinatura : 15/01/2015

Valor R\$: 7.610,00 (Sete Mil e Seiscentos e Dez Reais)

Dotação : 89 - 07.001.2022.333903941000000.01000001

Dotação : 176 - 11.001.2041.333903941000000.01000001

Dotação : 89 - 07.001.2022.333903623000000.01000001

EXTRATO DO CONVÊNIO FMS Nº 1/2015

MUNICÍPIO DE CONCORDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 1/2015 - FMS

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCORDIA, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob o nº 10.455.823/001-65, representado neste ato pelo seu gestor, senhor ALESSANDRO VERNIZE, Secretário Municipal

de Saúde, e a BENEFCÊNCIA CAMILIANA DO SUL - HOSPITAL SÃO FRANCISCO, inscrita no CNPJ sob nº 83.506.030/0002-82, neste ato representada pelos seus procuradores, ÉDIO SANTO ROSSET e VOLMIR ROBERTO PICOLOTTO.

OBJETO: conjugação de esforços a continuidade e o incentivo a manutenção da prestação de assistência a saúde oferecida a população usuária do Sistema Único de Saúde - SUS do Município de Concórdia, no pronto-socorro do Hospital São Francisco, em atendimentos aos casos de urgência e emergência com escala de sobreaviso, nas especialidades médicas de ortopedia, anestesiologia, clínica médica, clínica pediátrica, ginecologia e obstetrícia, clínica cirúrgica, neurologia, cardiologia, oftalmologia, pneumologia e otorrinolaringologia.

VALOR: de R\$ 1.090.872,31

PRAZO: Até 31.12.2015.

DATA DA ASSINATURA: 9 de janeiro de 2015.

PORTARIA FMEC Nº 2/2015, 26 DE JANEIRO DE 2015- FMEC

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

PORTARIA FMEC Nº 2/2015, 26 DE JANEIRO DE 2015.

O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989, no Estatuto da Fundação Municipal de Esportes - FMEC, aprovado pelo Decreto nº 2.382, de 4 de abril de 1989, c/c o disposto no art. 43, II, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, o servidor LAURI ANTONIO LORENZETT, do cargo de provimento em comissão de Encarregado de Seção, a partir de 31 de janeiro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Esportes.

VILMAR ANTÔNIO BENTZ

Superintendente da Fundação Municipal de Esportes

PORTARIA Nº 01/2015, DE 27 DE JANEIRO DE 2015- FUMDEMA

MUNICÍPIO DE CONCORDIA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE - FUMDEMA

PORTARIA Nº 01/2015, DE 27 DE JANEIRO DE 2015.

O Superintendente da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente - FUMDEMA.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 401, de 27 de abril de 2005, c/c o disposto no art. 1º, II, "1" e VII, da Lei Complementar Federal nº 64, de 18 de maio de 1990 e alterações e no art. 115 da Lei Complementar Municipal nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar o servidor Edno Gonçalves, ocupante do cargo

de Chefe de Departamento Ambiental, no período de 02/02/2015 a 03/03/2015, correspondente à portaria 20/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente
LEVI ELÓI DOS SANTOS
Diretor/Superintendente

PORTARIA Nº 1/2015, 26 JANEIRO DE 2015- FMEC
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
PORTARIA Nº 1/2015, 26 JANEIRO DE 2015.

O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989, no Estatuto da Fundação Municipal de Esportes - FMEC, aprovado pelo Decreto nº 2.382, de 4 de abril de 1989, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar a servidora VANESSA DE OLIVEIRA GASPERINI, ocupante do cargo de Responsável de Setor, em gozo de férias, para exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço, no período de 2 a 4 de janeiro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Esportes.
VILMAR ANTÔNIO BENTZ
Superintendente da Fundação Municipal de Esportes

PORTARIA Nº 3/2015, DE 26 DE JANEIRO DE 2015- FMEC
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
PORTARIA Nº 3/2015, DE 26 DE JANEIRO DE 2015.

O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989, no Estatuto da Fundação Municipal de Esportes - FMEC, aprovado pelo Decreto nº 2.382, de 4 de abril de 1989, c/c o disposto na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a senhora ANDRESSA FUCHINA, para exercer o cargo de Responsável de Setor, do Quadro de Pessoal da Fundação Municipal de Esportes - Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 5, acrescidos da gratificação de 40% (quarenta por cento), a partir de 02 de fevereiro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Esportes.
VILMAR ANTÔNIO BENTZ
Superintendente da Fundação Municipal de Esportes

RETIFICAÇÃO AO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº2/2014 – FIA

RETIFICAÇÃO AO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº2/2014 - FIA

O FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA, pessoa jurídica de direito público interno, situado à Rua Leonel Mosele, nº285, Centro, Concórdia/SC, através do seu Gestor, o Senhor Lauri Garbossa, TORNA PÚBLICA a Primeira Retificação ao Edital de Credenciamento nº2/2014.

Art. 01º: No item 5.11, Anexo "A", Termo de Referência, do Edital de Credenciamento: Onde se lê: A relação dos projetos aprovados será divulgada por e-mail às entidades; publicada no mural do CMDCA, no site da Prefeitura Municipal www.concordia.sc.gov.br e no Diário Oficial, após deliberação da Reunião Plenária do dia 05.02.2015.

Leia-se: A relação dos projetos aprovados será divulgada por e-mail às entidades; publicada no mural do CMDCA, no site da Prefeitura Municipal www.concordia.sc.gov.br e no Diário Oficial, após deliberação da Reunião Plenária do dia 11.02.2015.

LAURI GARBOSSA
Gestor - FIA

BALANCETE FINANCEIRO FUNDACAO MUN DE CULTURA 12.2014

FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA
Balancete Financeiro
 Período de Referência: Dezembro / 2014

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	NO PERÍODO	TÍTULOS	NO PERÍODO
ORÇAMENTÁRIAS	105.432,26	ORÇAMENTÁRIA	435.981,79
Receitas Orçamentárias	105.432,26	Despesas Correntes	37.667,91
Receitas Correntes	5.432,26	Pessoal e Encargos Sociais	73.546,48
Receita Patrimonial	5.397,16	Outras Despesas Correntes	(35.878,57)
Receita de Serviços	25,60	Despesas de Capital	388.239,71
Outras Receitas Correntes	9,50	Investimentos	388.239,71
Receitas de Capital	100.000,00	Despesas IntraOrçamentárias	10.074,17
Transferências de Capital	100.000,00	Despesas Intraorçamentárias Correntes	10.074,17
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	8.235,12		
Transferências Financeiras Recebidas	8.235,12		
EXTRAORÇAMENTÁRIA	335.651,59	EXTRAORÇAMENTÁRIA	202.271,25
Depósitos	25.708,77	Depósitos	25.708,77
Depósitos de Diversas Origens (DDO)	25.708,77	Depósitos de Diversas Origens (DDO)	25.708,77
Obrigações em Circulação	309.942,82	Obrigações em Circulação	176.562,48
Obrigações a Pagar	310.074,85	Obrigações a Pagar	176.562,48
Fornecedores	310.074,85	Fornecedores	176.562,48
Encargos Sociais a Recolher	(132,03)		
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	1.034.442,35	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	845.508,28
Bancos Conta Movimento	904.605,44	Bancos Conta Movimento	614.859,47
Aplicação Financeira de Recursos Vinculados	129.836,91	Aplicação Financeira de Recursos Vinculados	230.648,81
TOTAL	1.483.761,32	TOTAL	1.483.761,32

Notas:

 JOSE ALBERTO MAZOCCO
 Ordenador da Despesa em Exercício

 LEANDRO BOEIRA ZORZAN
 Contador
 CRC/SC 090502/O-4

BALANCETE FINANCEIRO FUNDACAO MUN DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE 12.2014**FUMDEMA FUNDACAO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE****Balancete Financeiro**

Período de Referência: Dezembro / 2014

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	NO PERÍODO	TÍTULOS	NO PERÍODO
ORÇAMENTÁRIAS	2.786,12	ORÇAMENTÁRIA	17.340,23
Receitas Orçamentárias	2.786,12	Despesas Correntes	14.013,65
Receitas Correntes	2.786,12	Pessoal e Encargos Sociais	38.518,75
Receita Patrimonial	2.786,12	Outras Despesas Correntes	(24.505,10)
		Despesas IntraOrçamentárias	3.326,58
		Despesas Intraorçamentárias Correntes	3.326,58
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	42.700,00		
Transferências Financeiras Recebidas	42.700,00		
EXTRAORÇAMENTÁRIA	(83.050,06)	EXTRAORÇAMENTÁRIA	13.796,00
Depósitos	13.796,00	Depósitos	13.796,00
Depósitos de Diversas Origens (DDO)	13.796,00	Depósitos de Diversas Origens (DDO)	13.796,00
Obrigações em Circulação	(96.846,06)		
Obrigações a Pagar	(95.196,06)		
Fornecedores	(95.196,06)		
Consórcios a Pagar	(1.650,00)		
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	490.605,49	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	421.905,32
Bancos Conta Movimento	50,00	Aplicação Financeira de Recursos Próprios	264.199,23
Aplicação Financeira de Recursos Próprios	313.256,44	Aplicação Financeira de Recursos Vinculados	157.706,09
Aplicação Financeira de Recursos Vinculados	177.299,05		
TOTAL	453.041,55	TOTAL	453.041,55

Notas:

ARGEU ALBIERO
Contador
CRC/SC 027453/O-2

LEVI ELOI DOS SANTOS
Diretor / Superintendente
CPF: 046.240.889-21

BALANCETE FINANCEIRO FUNDAÇÃO MUN DE ESPORTES 12.2014**FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES****Balancete Financeiro**

Período de Referência: Dezembro / 2014

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	NO PERÍODO	TÍTULOS	NO PERÍODO
ORÇAMENTÁRIAS	14.335,32	ORÇAMENTÁRIA	255.025,17
Receitas Orçamentárias	14.335,32	Despesas Correntes	237.927,45
Receitas Correntes	14.335,32	Pessoal e Encargos Sociais	134.111,88
Receita Patrimonial	152,29	Outras Despesas Correntes	103.815,57
Receita de Serviços	7.535,00	Despesas IntraOrçamentárias	17.097,72
Outras Receitas Correntes	6.648,03	Despesas Intraorçamentárias Correntes	17.097,72
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	502.932,50		
Transferências Financeiras Recebidas	502.932,50		
EXTRAORÇAMENTÁRIA	(177.376,04)	EXTRAORÇAMENTÁRIA	29.403,67
Depósitos	29.403,55	Depósitos	29.403,55
Consignações	99,38	Consignações	99,38
Depósitos de Diversas Origens (DDO)	29.304,17	Depósitos de Diversas Origens (DDO)	29.304,17
Obrigações em Circulação	(206.779,71)	Obrigações em Circulação	0,12
Obrigações a Pagar	(206.779,71)	Obrigações a Pagar	0,12
Fornecedores	(206.779,71)	Fornecedores	0,12
Acréscimos Patrimoniais	0,12		
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	30.128,66	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	85.591,60
Bancos Conta Movimento	30.128,66	Bancos Conta Movimento	85.591,60
TOTAL	370.020,44	TOTAL	370.020,44

Notas:

VILMAR ANTONIO BENTZ
Ordenador da Despesa

SINEIDA TEREZINHA SCHMIDT
Contadora
CRC/SC 15097/O-2

BALANCETE FINANCEIRO FUNDO MUN DE ASSISTENCIA SOCIAL 12.2014

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Balancete Financeiro
 Período de Referência: Dezembro / 2014

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	NO PERÍODO	TÍTULOS	NO PERÍODO
ORÇAMENTÁRIAS	42.724,27	ORÇAMENTÁRIA	(52.369,42)
Receitas Orçamentárias	42.724,27	Despesas Correntes	(53.688,48)
Receitas Correntes	42.724,27	Pessoal e Encargos Sociais	18.565,60
Receita Patrimonial	3.298,06	Outras Despesas Correntes	(72.254,08)
Transferências Correntes	39.426,21	Despesas IntraOrçamentárias	1.319,06
		Despesas Intraorçamentárias Correntes	1.319,06
EXTRAORÇAMENTÁRIA	(361.090,91)	EXTRAORÇAMENTÁRIA	3.879,31
Depósitos	3.879,31	Depósitos	3.879,31
Consignações	711,26	Consignações	711,26
Depósitos de Diversas Origens (DDO)	3.168,05	Depósitos de Diversas Origens (DDO)	3.168,05
Obrigações em Circulação	(364.970,22)		
Obrigações a Pagar	(365.174,38)		
Fornecedores	(365.174,38)		
Encargos Sociais a Recolher	204,16		
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	777.543,54	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	507.667,01
Bancos Conta Movimento	175.266,79	Bancos Conta Movimento	62.899,26
Bancos Conta Vinculada	602.276,75	Bancos Conta Vinculada	444.767,75
TOTAL	459.176,90	TOTAL	459.176,90

Notas:

 LAURI GARBOSSA
 Ordenador da Despesa

 MARIA GABRIELA VIEIRA DA LUZ
 Contadora
 CRC/SC 036995/O-9

BALANCETE FINANCEIRO FUNDO MUN DE INFANCIA E ADOLESCENCIA 12.2014**FUNDO MUNICIPAL DE INFANCIA E ADOLESCENCIA**

Balancete Financeiro

Período de Referência: Dezembro / 2014

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	NO PERÍODO	TÍTULOS	NO PERÍODO
ORÇAMENTÁRIAS	721,44	ORÇAMENTÁRIA	(41.413,82)
Receitas Orçamentárias	721,44	Despesas Correntes	(10.000,00)
Receitas Correntes	721,44	Outras Despesas Correntes	(10.000,00)
Receita Patrimonial	721,44	Despesas de Capital	(31.413,82)
		Investimentos	(31.413,82)
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	24.186,18		
Transferências Financeiras Recebidas	24.186,18		
EXTRAORÇAMENTÁRIA	(41.413,82)		
Obrigações em Circulação	(41.413,82)		
Obrigações a Pagar	(41.413,82)		
Fornecedores	(41.413,82)		
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	117.648,69	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	142.556,31
Bancos Conta Movimento	117.648,69	Bancos Conta Movimento	142.556,31
TOTAL	101.142,49	TOTAL	101.142,49

Notas:

LAURI GARBOSSA
Ordenador da Despesa

LEANDRO BOEIRA ZORZAN
Contador
CRC/SC 090502/O-4

BALANCETE FINANCEIRO FUNDO MUN DE SAÚDE 12.2014**FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA****Balancete Financeiro**

Período de Referência: Dezembro / 2014

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	NO PERÍODO	TÍTULOS	NO PERÍODO
ORÇAMENTÁRIAS	2.587.599,10	ORÇAMENTÁRIA	(1.191.143,20)
Receitas Orçamentárias	2.587.599,10	Despesas Correntes	(1.451.904,92)
Receitas Correntes	2.587.599,10	Pessoal e Encargos Sociais	2.052.235,18
Receita Tributária	36.956,88	Outras Despesas Correntes	(3.504.140,10)
Receita Patrimonial	28.551,33	Despesas de Capital	(1.288,08)
Transferências Correntes	2.521.354,06	Investimentos	(1.288,08)
Outras Receitas Correntes	736,83	Despesas IntraOrçamentárias	262.049,80
		Despesas Intraorçamentárias Correntes	262.049,80
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	4.223.722,06		
Transferências Financeiras Recebidas	4.223.722,06		
EXTRAORÇAMENTÁRIA	(7.313.506,13)	EXTRAORÇAMENTÁRIA	444.729,83
Realizável	7.210,03	Realizável	7.210,03
Créditos em Circulação	7.210,03	Créditos em Circulação	7.210,03
Depósitos	437.234,80	Depósitos	437.234,80
Consignações	736,83	Consignações	736,83
Depósitos de Diversas Origens (DDO)	436.497,97	Depósitos de Diversas Origens (DDO)	436.497,97
Obrigações em Circulação	(7.758.235,96)	Obrigações em Circulação	285,00
Obrigações a Pagar	(7.703.768,85)	Obrigações a Pagar	285,00
Fornecedores	(7.703.768,85)	Fornecedores	285,00
Encargos Sociais a Recolher	(3.436,38)		
Obrigações Tributárias	(46.253,61)		
Débitos Diversos a Pagar	(3.073,12)		
Consórcios a Pagar	(1.704,00)		
Acréscimos Patrimoniais	285,00		
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	3.563.363,93	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	3.807.592,33
Bancos Conta Movimento	1.031.414,32	Bancos Conta Movimento	1.483.223,07
Bancos Conta Vinculada	1.849.430,12	Bancos Conta Vinculada	2.324.369,26
Aplicação Financeira de Recursos Vinculados	682.519,49		
TOTAL	3.061.178,96	TOTAL	3.061.178,96

Notas:

ALESSANDRO VERNIZE
Ordenador de Despesa

ROSA MARIA SELA SGARABOTTO
Encarregada do Serviço

BALANCETE FINANCEIRO PREFEITURA 12.2014**MUNICÍPIO DE CONCORDIA****Balancete Financeiro**

Período de Referência: Dezembro / 2014

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	NO PERÍODO	TÍTULOS	NO PERÍODO
ORÇAMENTÁRIAS	17.109.352,62	ORÇAMENTÁRIA	8.407.178,99
Receitas Orçamentárias	17.109.352,62	Despesas Correntes	6.197.934,76
Receitas Correntes	14.035.210,59	Pessoal e Encargos Sociais	6.651.654,04
Receita Tributária	2.066.153,19	Juros e Encargos da Dívida	3.000,00
Receita de Contribuições	393.288,41	Outras Despesas Correntes	(456.719,28)
Receita Patrimonial	298.251,88	Despesas de Capital	1.087.252,30
Receita Agropecuária	360,00	Investimentos	1.087.252,30
Receita de Serviços	62.145,37	Despesas IntraOrçamentárias	1.121.991,93
Transferências Correntes	11.943.255,25	Despesas Intraorçamentárias Correntes	1.121.991,93
Outras Receitas Correntes	591.160,53		
(-)Deduções das Receitas Correntes	1.319.404,04		
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	151.041,05		
Receitas de Capital	2.923.100,98		
Operações de Crédito	2.921.999,00		
Alienação de Bens	1.101,98		
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	497.047,62	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	5.068.775,86
Transferências Financeiras Recebidas	497.047,62	Transferências Financeiras Concedidas	5.068.775,86
EXTRAORÇAMENTÁRIA	(9.029.451,60)	EXTRAORÇAMENTÁRIA	1.867.335,10
Realizável	9.647,87	Realizável	9.647,87
Créditos em Circulação	9.647,87	Créditos em Circulação	9.647,87
Depósitos	1.840.926,89	Depósitos	1.839.179,68
Consignações	220.628,60	Consignações	220.628,60
Depósitos de Diversas Origens (DDO)	1.620.298,29	Depósitos de Diversas Origens (DDO)	1.618.551,08
Obrigações em Circulação	(10.884.407,04)	Obrigações em Circulação	18.507,55
Obrigações a Pagar	(10.598.358,94)	Obrigações a Pagar	18.507,55
Fornecedores	(10.598.358,94)	Fornecedores	18.507,55
Encargos Sociais a Recolher	(168,00)		
Obrigações Tributárias	(263.143,44)		
Débitos Diversos a Pagar	1.750,00		
Precatórios de Pessoal a Pagar	(20.736,66)		
Consórcios a Pagar	(3.750,00)		
Acréscimos Patrimoniais	4.380,68		
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	29.409.373,01	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	22.643.031,70
Bancos Conta Movimento	1.049.380,40	Bancos Conta Movimento	1.155.595,83
Bancos Conta Vinculada	35.704,35	Bancos Conta Vinculada	406.141,04
Aplicação Financeira de Recursos Próprios	9.932.963,12	Aplicação Financeira de Recursos Próprios	4.465.445,28
Aplicação Financeira de Recursos Vinculados	18.391.325,14	Aplicação Financeira de Recursos Vinculados	16.615.849,55
TOTAL	37.986.321,65	TOTAL	37.986.321,65

Notas:

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
Secretário de Finanças

NEURI ANTONIO SANTHIER
Prefeito Municipal - Em exercício

LEANDRO BOEIRA ZORZAN
Contador
CRC/SC 090502/O-4

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO N. 037/2015

DECRETO Nº 037/2015, DE 13 DE JANEIRO DE 2015

"DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto no art. 70 - IV da Lei Orgânica Municipal, art. 42 da Lei 4.320/64 e Lei Municipal nº 1134/2014,

DECRETA

Art. 1º. Fica remanejado o valor de R\$ 356.400,00 (trezentos e cinquenta e seis mil e quatrocentos reais) para as seguintes dotações orçamentárias:

DA: Secretaria Municipal de Adm., Fazenda e Planejamento.
03.01 - Secretaria Municipal de Adm., Fazenda e Planejamento
04.122.2503.2.043 - 09 R\$ 16.400,00

PARA: Secretaria Municipal de Adm., Fazenda e Planejamento.
03.01 - Secretaria Municipal de Adm., Fazenda e Planejamento
04.122.2503.2.043 - 14 R\$ 16.400,00

DO: Fundo Municipal de Saúde.
10.01 - Fundo Municipal de Saúde.
10.301.2505.2.019 - 08 R\$ 340.000,00

PARA: Fundo Municipal de Saúde.
10.01 - Fundo Municipal de Saúde.
10.301.2505.2.019 - 11 R\$ 340.000,00

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir de 05/01/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 13 de janeiro de 2015.
CLODOALDO BRIANCINI
Prefeito Municipal em Exercício.

Registrado e publicado em data supra.

DECRETO N. 045/2015

DECRETO Nº 045/2015, DE 27 DE JANEIRO DE 2015

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Concede à Servidora Municipal, Sra. JANETE PAGLIOCCI BERGAMIN, ocupante do cargo de Assistente Técnico de Secretaria, lotada na Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente, 20 (vinte) dias de férias, relativos ao período aquisitivo de 22/04/2013 à 21/04/2014, que serão gozadas a partir de 02 de fevereiro de 2015.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será pago no mês de janeiro do corrente ano.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 27 de janeiro de 2015.
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

JANETE PAGLIOCCI BERGAMIN
Ciente em: ____/____/2015

Coronel Martins**PREFEITURA****ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 002/2015 DE CONTRATO DE 27 DE JANEIRO DE 2015.**

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 002/2015 DE CONTRATO DE 27 DE JANEIRO DE 2015.

MÊS/ANO: MAIO/2014. NÚMERO CONTRATO: 029/2014

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 05/05/2014

CLÁUSULA PRIMEIRA- DA AMPLIAÇÃO DO OBJETO E VALORES

I - Fica acrescido ao objeto do Contrato nº 029/2014, firmado em 05 de maio de 2014 que antecedeu a este termo aditivo, o valor de R\$ 36.813,20 (trinta e seis mil, oitocentos e treze reais e vinte centavos), relativamente a materiais e serviços ampliados (itens 1 a 16 da planilha anexa a este Termo Aditivo).

II - Fica reduzido ao objeto do Contrato nº 029/2014, firmado em 05 de maio de 2014 que antecedeu a este termo aditivo, o valor de R\$ 7.199,40 (sete mil, cento e noventa e nove reais e quarenta centavos), relativamente a materiais e serviços não aplicados na obra (itens 20 a 22 da planilha anexa a este Termo Aditivo).

III - em decorrência do previsto nos itens I e II desta cláusula a Contratada fará jus ao valor adicional de R\$ 29.613,80 (vinte e nove mil, seiscentos e treze reais e oitenta centavos) conforme parte final da planilha anexa a este Termo Aditivo.

CLÁUSULA SEGUNDA- DO PRAZO

O prazo de vigência do Contrato nº 029/2014, que antecedeu a este Termo Aditivo, fica prorrogado para 30 de abril de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA-

Ficam ratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato-Mãe, que antecedeu a este Termo Aditivo.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC n. 18.445

TIPO PESSOA(1/2): 2 CNPJ: 02.131.315/0001-01
CONTRATADO: VISOLI CONSTRUTORA LTDA.

Corupá**PREFEITURA****I - ERRATA DE EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2015**

I - ERRATA DE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/15

A Pregoeira no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados e as empresas ALIMENTAR DISTRIBUIDORA LTDA - ME e a empresa NUTRIPORT COMERCIAL LTDA, Errata referente ao Edital de Pregão Presencial nº 001/15, objeto Registro de Preços para eventuais aquisições parceladas de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR - PROGRAMA PNAC e PROGRAMA PNAE, conforme especificações Termo de Referência Anexo I, ficando assim determinado:

Onde se lê:

TERMO DE REFERÊNCIA

10) - PRAZO DE ENTREGA

10.1 Imediato, até 30 minutos, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento - AF.

Leia-se:

TERMO DE REFERÊNCIA

10) - PRAZO DE ENTREGA

10.1 Em até 3 (três) dias úteis, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento - AF.

Onde se lê:

MINUTA DO CONTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DE ENTREGA E DO LOCAL:

2.2 As entregas dos materiais fornecidos deverá ser Imediato, até 30 minutos, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento - AF.

Leia-se

MINUTA DO CONTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DE ENTREGA E DO LOCAL:

2.2 As entregas dos materiais fornecidos deverá ser em até 3 (três) dias úteis, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento - AF.

Justificativa

Sendo o prazo de 3 (três) dias úteis para a entrega do pedido, pois as escolas e creches do Município não tem lugar apropriado para fazer estoque dos produtos em grande quantidade, assim tendo que realizar os pedidos com mais frequência.

Corupá, 27 de Janeiro de 2015.

JÉSSICA TAMARA PEZZATTO

Pregoeira

Curitibanos

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 05/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 05/2015

Aos vinte e sete dias do mês de Janeiro de 2015, no MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Cel. Vidal Ramos, 860, em Curitibanos SC, inscrito na CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. José Antônio Guidi, doravante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, RESOLVE, tendo em vista o resultado da licitação promovida pelo Edital nº 266/2014, registrar os preços do participantes do certame, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório, na minuta de contrato e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas do Regulamento de Licitações e de Contratos da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto da presente Ata é AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS PARA USO NO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

Parágrafo único - Esta Ata não obriga a PREFEITURA a firmar contratação com o fornecedor cujo preço tenha sido registrado, podendo ocorrer licitação específica para aquisição do objeto desta Ata, observada a legislação pertinente, sendo assegurada preferência da aquisição do objeto junto ao detentor do registro, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados dos materiais da pessoa jurídica são os seguintes:

(relação de itens e fornecedores detentores dos preços registrados)

§ 1º Os preços poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, devendo ser promovidas negociações com os fornecedores.

§ 2º Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o fornecedor será convocado, a fim de negociar a redução de seu preço, de forma a adequá-lo à média apurada.

§ 3º Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor apresentar requerimento fundamentado com comprovantes de que não pode cumprir as obrigações assumidas, o MUNICÍPIO poderá atualizar os valores registrados ou se de maior interesse público liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.

§ 4º Em qualquer hipótese, os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA OBRIGAÇÃO DO FORNECEDOR

Sem prejuízo das disposições contidas no Processo licitatório e seus anexos, o FORNECEDOR se obriga a assinar esta Ata e Instrumento de contrato, no prazo máximo fixado pelo Edital do Certame.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE

PREÇO

O prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA QUINTA - DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

O gerenciamento deste instrumento, nos aspectos operacionais e contratuais, caberá ao Departamento responsável pela Gestão do Contrato, que se obriga a:

- I. Efetuar controle do fornecedor, dos preços, dos serviços registrados;
- II. Notificar o fornecedor para assinatura dos contratos;
- III. Rever os preços registrados, a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados;
- IV. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;
- V. Coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no Edital da licitação e na presente Ata.
- VI. Coordenar, com apoio da Comissão Especial de Licitação, as formalidades de adesão a Ata por outros Órgãos ou entidades.
- VII. Providenciar a publicação trimestral dos preços registrados durante o período de vigência da ATA.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇO

Os preços registrados na presente Ata poderão ser cancelados de pleno direito, conforme a seguir:

I. Por iniciativa do MUNICÍPIO:

a) Quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa do contrato de fornecimento decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas no Edital de Licitação e dispositivos Legais que lhe deram causa.

b) Quando o fornecedor não assinar o contrato de fornecimento, no prazo estabelecido pelo Fundo de Saúde, sem justificativa aceitável.

II. Por iniciativa do fornecedor:

a) mediante solicitação escrita, comprovando estar o fornecedor impossibilitado de cumprir os requisitos desta Ata de Registro de Preços.

§ 1º Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

§ 2º A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a este, neste caso, a aplicação das penalidades previstas no Instrumento convocatório, respeitado o direito de defesa prévia.

§ 3º Caso se abstenha de aplicar a prerrogativa de cancelar esta Ata, o MUNICÍPIO poderá, a seu exclusivo critério, suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Curitibanos, para solucionar eventuais litígios decorrentes deste CONTRATO, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes contratantes assinam o presente instrumento.

Curitiba, 27 de Janeiro de 2015.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Representante Empresa detentora dos preços registrados

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 9/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 9/2015

Aos vinte e sete dias do mês de Janeiro de 2015, no MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Cel. Vidal Ramos, 860, em Curitiba SC, inscrito na CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. José Antônio Guidi, doravante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, RESOLVE, tendo em vista o resultado da licitação promovida pelo Edital nº 9/2015, registrar os preços dos participantes do certame, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório, na minuta de contrato e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas do Regulamento de Licitações e de Contratos da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto da presente Ata é a PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FOTOCOPIA TIPO A-4 E ENCAPOTAÇÃO GRANDE ATÉ 100 FOLHAS TIPO A-4, COM MOLA ESPIRAL COMPATÍVEL, CAPA TRANSPARENTE E CONTRA CAPA, PARA USO SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA E 2º BBM DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

Parágrafo único - Esta Ata não obriga a PREFEITURA a firmar contratação com o fornecedor cujo preço tenha sido registrado, podendo ocorrer licitação específica para aquisição do objeto desta Ata, observada a legislação pertinente, sendo assegurada preferência da aquisição do objeto junto ao detentor do registro, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados dos materiais da pessoa jurídica são os seguintes:

(relação de itens e fornecedores detentores dos preços registrados)

§ 1º Os preços poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, devendo ser promovidas negociações com os fornecedores.

§ 2º Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o fornecedor será convocado, a fim de negociar a redução de seu preço, de forma a adequá-lo à média apurada.

§ 3º Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor apresentar requerimento fundamentado com comprovantes de que não pode cumprir as obrigações assumidas, o MUNICÍPIO poderá atualizar os valores registrados ou se de maior interesse público liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.

§ 4º Em qualquer hipótese, os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA OBRIGAÇÃO DO FORNECEDOR

Sem prejuízo das disposições contidas no Processo licitatório e seus anexos, o FORNECEDOR se obriga a assinar esta Ata e Instrumento de contrato, no prazo máximo fixado pelo Edital do

Certame.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

O prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços é de 01 (um) ano.

CLÁUSULA QUINTA - DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

O gerenciamento deste instrumento, nos aspectos operacionais e contratuais, caberá ao Departamento responsável pela Gestão do Contrato, que se obriga a:

I. Efetuar controle do fornecedor, dos preços, dos serviços registrados;

II. Notificar o fornecedor para assinatura dos contratos;

III. Rever os preços registrados, a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados;

IV. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;

V. Coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no Edital da licitação e na presente Ata.

VI. Coordenar, com apoio da Comissão Especial de Licitação, as formalidades de adesão a Ata por outros Órgãos ou entidades.

VII. Providenciar a publicação trimestral dos preços registrados durante o período de vigência da ATA.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇO

Os preços registrados na presente Ata poderão ser cancelados de pleno direito, conforme a seguir:

I. Por iniciativa do MUNICÍPIO:

a) Quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa do contrato de fornecimento decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas no Edital de Licitação e dispositivos Legais que lhe deram causa.

b) Quando o fornecedor não assinar o contrato de fornecimento, no prazo estabelecido pelo Fundo de Saúde, sem justificativa aceitável.

II. Por iniciativa do fornecedor:

a) mediante solicitação escrita, comprovando estar o fornecedor impossibilitado de cumprir os requisitos desta Ata de Registro de Preços.

§ 1º Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

§ 2º A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a este, neste caso, a aplicação das penalidades previstas no Instrumento convocatório, respeitado o direito de defesa prévia.

§ 3º Caso se abstenha de aplicar a prerrogativa de cancelar esta Ata, o MUNICÍPIO poderá, a seu exclusivo critério, suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Curitiba, para solucionar eventuais litígios decorrentes deste CONTRATO, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes contratantes assinam o presente instrumento.

Curitiba, 27 de Janeiro de 2015.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Representante Empresa detentora dos preços registrados

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2015

O Fundo Municipal de Cultura de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço GLOBAL, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO PARA USO NO DESFILE DE RUA, DO CARNAVAL 201, QUE SERÁ REALIZADO DIA 17 DE FEVEREIRO DE 2015, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 09/02/2015, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal, sito na rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro, Curitiba/SC.

A partir das 14:00 horas do dia 09/02/2015, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos, sito na rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro, Curitiba/SC. O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos, encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitibanos, 26 de Janeiro de 2015.

Amaury Silva	Diego Sebem Wordell
Presidente do Fundo e.e.	Pregoeiro

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 2/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº
2/2015

O Fundo Municipal de Educação de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO DE VIDROS PARA REPOSIÇÃO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E NUCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO. CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 10/02/2015, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 10/02/2015, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitibanos, 27 de Janeiro de 2015.

Amaury Silva	Diego Sebem Wordell
Presidente do Fundo e.e.	Pregoeiro

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS
Nº 17/2015

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, Lei complementar 123/2006, Decretos Municipais 3.524/2007 e 3.525/2007 e pela Lei Federal nº 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, para AQUISIÇÃO DE MADEIRAS PARA MANUTENÇÃO DAS PONTES, PARA O ANO DE 2015, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 10/02/2015, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitiba, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizada qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 16:00 horas do dia 10/02/2015, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

Os inteiros teores deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba, no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitibanos, 27 de Janeiro de 2015.

José Antonio Guidi	Diego Sebem Wordell
Prefeito Municipal	Pregoeiro

Ermo**PREFEITURA****DECRETO N.º 007, DE 22 DE JANEIRO DE 2015.**

DECRETO N.º 007, de 22 de janeiro de 2015.

Suplementa Dotações Orçamentárias e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 4, inciso I, da Lei nº 371/14, de 18/11/2014 (Lei Orçamentária Anual);

DECRETA:

Art. 1º. Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal de Ermo no valor de R\$ 152.406,83 (cento e cinquenta e dois mil, quatrocentos e seis reais e oitenta e três centavos), a saber:

06.01 - SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO, TRANSP. E SERV. URBANOS

15.451.0012.1.002 - Pavimentação de vias públicas e passeios públicos

4.4.90.00.00.00.00.00.0024 (46) - Aplicações Diretas R\$ 50.561,15

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (47) - Aplicações Diretas R\$ 101.845,68

Art. 2º. As suplementações de que tratam o Art.1º, correrão por conta do excesso de arrecadação de recursos recebidos do Convênio nº 2014TR001662 - Fundo de Apoio aos Municípios (FUNDAM), Processo nº SEF 9544/2014 e recursos próprios (fonte 80).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 22 de janeiro de 2015.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ELIAS NAGEL

Secretário de Administração e Finanças

Faxinal dos Guedes**PREFEITURA****EDITAL DE CONVOCAÇÃO 003-2015**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 003/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE FAXINAL DOS GUEDES, SC, em exercício, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam convocadas as pessoas relacionadas no anexo I, aprovados no concurso público que trata o Edital de Concurso Público nº 001/2012, 001/2013, 003/2014 e 004/2014

Art. 2º Os convocados por este Edital, deverão comparecer no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de publicação deste, ao Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, situado na Av. Rio Grande do Sul, 50, centro, Faxinal dos Guedes, SC, no seguinte horário:

Das 07h as 13h.

Art. 3º Os aprovados no Concurso ora convocados, após o exame admissional, deverão apresentar a seguinte documentação para efeito de nomeação e posse:

Certidão de nascimento ou de casamento se for o caso;

Título Eleitoral com o comprovante de quitação eleitoral (via internet);

Certificado de reservista ou dispensa de incorporação (no caso de candidatos do sexo masculino);

Comprovante de escolaridade em conformidade com a habilitação exigida;

Registro no órgão competente (depende do cargo);

Cédula de Identidade;

CPF;

Comprovação de inexistência de condenação criminal transitada em julgado.

01 foto 3x4 recente;

Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;

Carteira de Trabalho com número de PIS-PASEP;

Comprovante de conta corrente em Banco;

Comprovante de residência-atualizado;

Carteira de tipagem sanguínea; se caso possuir.

Carteira de motorista; (depende do cargo).

Carteira de vacinação;

Declaração negativa de acumulação de cargo público, na forma do que dispõe o art. 37, inciso XVI, alíneas a, b e c da Constituição Federal, conforme modelo constante do Anexo II.

Para atuar na Secretaria Municipal de Saúde: apresentar comprovante das seguintes vacinas:

- Contra Hepatite B

- Contra Tétano

- Contra Febre Amarela

- VTV (Contra Sarampo, Caxumba e Rubéola).

- Candidatas do sexo feminino, apresentar resultado de exame preventivo de câncer de Colo de Útero.

Para atuar nas demais Secretarias: apresentar comprovante das seguintes vacinas:

- Contra tétano

- VTV (Contra Sarampo, Caxumba e Rubéola).

- Candidatas do sexo feminino, apresentar resultado de exame preventivo de câncer de Colo de Útero.

Art. 4º. Será considerado desistente e, portanto, eliminado, o candidato que não comparecer na data estabelecida para comprovação dos requisitos exigidos para cada cargo ou não apresentar os documentos relacionados no art. 3º deste Edital, sendo convocado o próximo candidato da relação de classificação.

Art. 5º Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Faxinal dos Guedes, SC, 23 de janeiro de 2015.

GENARO COSTA KESKE

Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

ANEXO I

CARGO:PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20H

CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
DAIZI MARIA HABECH	16º

CARGO:ASSISTENTE ADMINISTRATIVO 40H

CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
JANAINA REGINA WUNDERVALD	20º
ALLANNA VALENTINI BARBIERI	21º

CARGO:INSTRUTOR SOCIAL 40H

CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
LUCIMAR LUIZA SILVEIRA	7º
LETICIA CANTON MOSELE	9º

CARGO:EDUCADOR SOCIAL 40H

CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
ARIANA SOMAVILLA GONÇALVES	1º

CARGO:PROFESSOR ENSINO RELIGIOSO 40H

CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
ERNANI FUNINI	1º

CARGO:PROFESSOR LINGUA PORTUGUESA 40H

CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
PATRICIA BOGISCH	1º

CARGO:PROFESSOR DE MATEMATICA 40H

CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
GICELA ROSA MARIN	1º

CARGO:AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE 40H

CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
LUCINEIA CRISTIANE DA SILVA POZZA	1º

ANEXO II

DECLARAÇÃO

NOME:
ESTADO CIVIL:
ENDEREÇO RUA:
BAIRRO:
CIDADE:
TELEFONE:
CPF:
CÉDULA DE IDENTIDADE:
EMPREGO:
HORAS SEMANAIS:
LOCAL DE TRABALHO:
DATA DESTA DECLARAÇÃO:

DECLARO para os devidos fins e efeitos sob as penas da lei, em virtude de minha contratação no emprego acima identificado, neste Município de Faxinal dos Guedes, que não percebo proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 da CF e que não acumulo cargo, emprego ou função pública em quaisquer órgãos ou entidades de Administração Pública, de qualquer dos Poderes, nas esferas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive em autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações mantidas pelo Poder Público, bem como com suas subsidiárias e controladas, na condição de ativo ou inativo, ressalvado o disposto no art. 37, XVI e XVII da Constituição Federal.

Assinatura do Declarante

Forquilha

PREFEITURA

DECRETO Nº 009, DE 22 DE JANEIRO DE 2015.

DECRETO Nº 009, DE 22 DE JANEIRO DE 2015.

NOMEIA, EM CUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL, SUELEN GOULART MULLER PARA O CARGO DE TÉCNICO DE HIGIENE DENTAL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

CONSIDERANDO a decisão exarada nos autos do processo n. 0001379-32.2014.8.24.0166 (166.14.001379-7), que tramita na Vara Única da Comarca de Forquilha, que concedeu antecipação da tutela para determinar ao Município de Forquilha que promova, em 10 (dez) dias, contados da sua intimação, os atos de nomeação de Suelen Goulart Muller para o cargo de Técnica de Higiene Dental, decorrente da aprovação no concurso público do Edital n.º 001/2009 e, por conseguinte, acaso preenchidos os requisitos legais previstos no referido Edital, promova à respectiva posse, sob pena de aplicação de multa diária e pessoal ao responsável pelo ato,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por decisão judicial exarada nos autos do processo n. 0001379-32.2014.8.24.0166 (166.14.001379-7), que tramita na Vara Única da Comarca de Forquilha, SUELEN GOULART MULLER para exercer o cargo de TÉCNICO EM HIGIENE DENTAL, classificada em 11º lugar no Concurso Público, Edital n.º 001/2009, de 28 de outubro de 2009, homologado em 22 de dezembro de 2009.

Art. 2º A nomeada terá o prazo de 30 (trinta) dias para tomar posse.

§ 1º A relação de documentos, exames médicos necessários e instruções para posse do respectivo cargo poderão ser requeridos no Departamento de Pessoal do Município, situado na Av. 25 de Julho, n. 3400, Centro, Forquilha/SC;

§ 2º Se a documentação necessária para posse não for apresentada no prazo estipulado no caput, o ato de nomeação será tornado sem efeito.

Art. 3º As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 22 de janeiro de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 22 de janeiro de 2015.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 117/2014

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 117/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA

OBJETO - O presente instrumento tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição materiais médicos cirúrgicos e materiais odontológicos, para uso nas unidades da rede municipal de saúde do município de FORQUILHINHA/SC, durante o exercício de 2015.

VALOR - R\$ 7.071,52 (sete mil setenta e um reais e cinquenta e dois centavos).

VIGÊNCIA - 02/01/2015 à 30/06/2015

DOTAÇÃO - 1701.2052.3390 (32), 1701.2052.4490 (33), 1701.2057.3390 (48), 1701.2058.3390 (51), 1701.2062.3390 (67), 1701.2062.4490 (69).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 34/FMS/2014.

DATA DA ASSINATURA - 15 de dezembro de 2014

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO FMS Nº 27/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO FMS Nº 27/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº. 12/2014
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - CLINIIMAGEM DIAGNÓSTICO POR IMAGEM LTDA

DO OBJETO - Credenciamento de prestadores de serviços de assistência à saúde, por meio de exames de mamografia, conforme Tabela SUS, para o exercício de 2014.

DO PRAZO - O presente termo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do contrato 12/FMS/2014 de 31/12/2014 para 28/02/2015.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 24 de dezembro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0005_2015-RP 0004 FME

Aviso do Pregão Presencial nº 0005/2015 - FME

Registro de Preços Nº 0004/2015 - FME

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para aquisição em contratações futuras de materiais esportivos destinados às escolinhas e para uso nas competições promovidas pela FME, durante os meses de fevereiro a julho de 2015. Validade da Ata de Registro de Preços: Fevereiro a julho de 2015. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até as 14:15 horas do dia 16.02.2015. Abertura: as 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 27 de janeiro de 2015.

Ivo Biazolo

Prefeito

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0013_2015-PMF RP 0008

Aviso do Pregão Presencial nº 0013/2015 - PMF

Registro de Preços Nº 0008/2015 - PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de fraldas geriátricas para doação às famílias em situação de vulnerabilidade e fraldas infantis para uso das crianças abrigadas nas Casas Lares do município Validade da Ata de Registro de Preços: Abril a Julho de 2015. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até as 14:15 horas do dia 17.02.2015. Abertura: às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 27 de janeiro de 2015.

Ivo Biazolo

Prefeito

DECRETO Nº 019/2015

DECRETO Nº 019, DE 27 DE JANEIRO DE 2015.

ALTERA COMPOSIÇÃO DA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSO DE INFRAÇÕES - JARI, NO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, IVO BIAZZOLO, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei n.º 1524, de 30 de agosto de 2000, alterada e consolidada pela Lei n.º 2053, de 30 de março de 2010;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o seguinte membro titular da Junta Administrativa de Recurso e Infrações - Jari no Município de Fraiburgo:

I - Solange Rigo - Representante do Poder Executivo Municipal;

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 27 DE JANEIRO DE 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0288/2015

PORTARIA Nº 0288, DE 27 DE JANEIRO DE 2015.

Nomeia Servidor Público Municipal

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0111, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0185/2015 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear KATIANE THONHOLLI SAVIAN, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 053.349.629-21, no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE DIREÇÃO ESCOLAR 1, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 02 de fevereiro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de janeiro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0289/2015

PORTARIA Nº 0289, DE 27 DE JANEIRO DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0032, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0172/2015 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ADRIANA APARECIDA DE-NARDI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 060.296.439-32, na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - MATEMÁTICA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de fevereiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de janeiro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0290/2015

PORTARIA Nº 0290, DE 27 DE JANEIRO DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0032, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0173/2015 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ANGELA BALESTRIN, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 656.702.999-49, na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - ARTES, com carga horária de 26 horas semanais, no período de 02 de fevereiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de janeiro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0291/2015

PORTARIA Nº 0291, DE 27 DE JANEIRO DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0032, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0174/2015 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário CLEONICE DE OLIVEIRA GONÇALVES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 022.534.489-07, na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - ARTES, com carga horária de 38 horas semanais, no período de 02 de fevereiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de janeiro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0292/2015

PORTARIA Nº 0292, DE 27 DE JANEIRO DE 2015.

Nomeia Servidor Público Municipal

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna nº 0175/2015, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear EVERALDO HEFFEL, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 032.289.879-06 no cargo de provimento em comissão de CHEFE DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 02 de fevereiro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de janeiro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0293/2015

PORTARIA Nº 0293, DE 27 DE JANEIRO DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0042, de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0147/2015 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário JEAN PAULO DE OLIVEIRA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 990.604.699-68, na função de MOTORISTA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 06 de fevereiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de janeiro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0294/2015

PORTARIA Nº 0294, DE 27 DE JANEIRO DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0046, de 28 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 019/2015 da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário FRANCISCO DE ASSIS PRATES, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 437.085.609-49, na função de AGENTE OPERACIONAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de fevereiro de 2015 até 31 de julho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de janeiro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0295/2015

PORTARIA Nº 0295, DE 27 DE JANEIRO DE 2015.

Concede Função Gratificada.

Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 111, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores, e em conformidade com a comunicação interna n.º 0212/2015, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor FERNANDO ANDRÉ MARQUES, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 813.997.159-68, nomeado no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, área de atuação EDUCAÇÃO FÍSICA, Função Gratificada FGM NÍVEL 6, 20 horas semanais, por estar assumindo a função de Coordenador Escolar na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02 de fevereiro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de janeiro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0296/2015

PORTARIA Nº 0296, DE 27 DE JANEIRO DE 2015.

Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar nº 109, de 03 de março de 2010; Lei

Complementar nº 111, de 03 de março de 2010; e alterações posteriores, e conforme comunicação interna n.º 0236/2015, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que a professora LUCIA BERNADETE DE OLIVEIRA PANISSON, assumiu a função de Coordenadora Escolar na Secretaria Municipal de Educação;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária da servidora LUCIA BERNADETE DE OLIVEIRA PANISSON, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 423.220.309-53, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR II, no período de 02 de fevereiro de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de janeiro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0297/2015

PORTARIA Nº 0297, DE 27 DE JANEIRO DE 2015.

Concede Função Gratificada.

Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 111, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores, e em conformidade com a comunicação interna n.º 0213/2015, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora LUCIA BERNADETE OLIVEIRA PANISSON, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 423.220.309-53, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR II, Função Gratificada FGM NÍVEL 6, 40 horas semanais, por estar assumindo a função de Coordenadora Escolar na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02 de fevereiro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de janeiro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0298/2015

PORTARIA Nº 0298, DE 27 DE JANEIRO DE 2015.

Concede Função Gratificada.

Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 111, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores, e em conformidade com a comunicação interna n.º 0211/2015, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora ROSE MARI GAIO BIANCHI, brasileira,

casada, inscrita no CPF sob o n.º 656.706.399-87, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, área de atuação ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS, Função Gratificada FGM NÍVEL 6, 20 horas semanais, por estar assumindo a função de Coordenadora Escolar na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02 de fevereiro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de janeiro de 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0299/2015

PORTARIA Nº 0299, DE 27 JANEIRO DE 2015.
Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonera a pedido, a servidora SILMARA REGINA CAMARGO PIASSON, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 767.926.179-20, nomeada no cargo de provimento em comissão de DIRETOR ESCOLAR - NÍVEL 2, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 30 de janeiro de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de janeiro de 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0300/2015

PORTARIA Nº 0300, DE 27 DE JANEIRO DE 2015.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0009, de 20 de novembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com o ofício nº 006/2015 da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário DIRCEU DA SILVA PEREIRA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 023.716.089-71, na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, lotado na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de fevereiro de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de janeiro de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0301/2015

PORTARIA N.º 0301, DE 27 DE JANEIRO DE 2015.
Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, o contrato de ELIDIOMARA DE MORAIS DE MELO PRATES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 037.242.849-50, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 30 de janeiro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de janeiro de 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0302/2015

PORTARIA Nº 0302, DE 27 DE JANEIRO DE 2015.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0009, de 20 de novembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com o ofício nº 006/2015 da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário WOLMIR DA SILVA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 646.853.579-49, na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, lotado na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de fevereiro de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de janeiro de 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0303/2015

PORTARIA Nº 0303, DE 27 DE JANEIRO DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0032, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0228/2015 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário GRAZIELI APARECIDA ANTON, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 037.782.439-93, na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - ARTES, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de fevereiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de janeiro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0304/2015

PORTARIA Nº 0304, DE 27 DE JANEIRO DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0034, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0197/2015 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário JANDIRA DIRLEI PEREIRA DA CRUZ FERREIRA, brasileira, viúva, inscrita no CPF sob o n.º 933.503.689-72, na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de fevereiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de janeiro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0305/2015

PORTARIA Nº 0305, DE 27 DE JANEIRO DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0034, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0198/2015 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ELIANE DA SILVA FERREIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 665.140.709-06, na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de fevereiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de janeiro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0306/2015

PORTARIA Nº 0306, DE 27 DE JANEIRO DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0034, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0199/2015 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário DANIELI DA SILVA PAZ MAURICIO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 093.700.479-05, na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de fevereiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de janeiro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0307/2015

PORTARIA Nº 0307, DE 27 DE JANEIRO DE 2015.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0008, de 20 de novembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com o ofício nº 009/2015 da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário HENRIQUE DIAS DE ANDRADE, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 066.670.479-19, na função de OPERADOR DE ETA, lotado na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de fevereiro de 2015 até 12 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de janeiro de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0308/2015

PORTARIA Nº 0308, DE 27 DE JANEIRO DE 2015.
Nomeia Servidor Público Municipal

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores; e com a comunicação interna 20/2015, da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ARNO GONÇALVES CORDEIRO, brasileiro, separado judicialmente, inscrito no CPF sob o nº 296.254.089-91, no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 02 de fevereiro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de janeiro de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0309/2015

PORTARIA Nº 0309, DE 27 DE JANEIRO DE 2015.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0040, de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 022/2015 da Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ALINE SAVIAN CONCI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 064.399.609-54, na função de FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de fevereiro de 2015 até 01 de abril de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de janeiro de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0310/2015

PORTARIA Nº 0310, DE 27 DE JANEIRO DE 2015.
Reduz Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna 022/2015, da Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE:

Art. 1º Reduzir de 40 (quarenta) para 20 (vinte) horas semanais, com conseqüente redução de remuneração, a carga horária da servidora ALINE SAVIAN CONCI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 064.399.609-54, contratada em caráter temporário na função de FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO, no período de 02 de fevereiro de 2015 a 01 de abril de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de janeiro de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0311/2015

PORTARIA Nº 0311, DE 27 DE JANEIRO DE 2015.

Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar nº 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar nº 111, de 03 de março de 2010; e alterações posteriores, e conforme comunicação interna n.º 0232/2015, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária da servidora VIVIANE SILVA PADILHA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 006.082.609-67, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, área de atuação EDUCAÇÃO INFANTIL, no período de 02 de fevereiro de 2015 até 18 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de janeiro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0312/2015

PORTARIA Nº 0312, DE 27 DE JANEIRO DE 2015.

Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar nº 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar nº 111, de 03 de março de 2010; e alterações posteriores, e conforme comunicação interna n.º 0231/2015, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária da servidora VIVIANE DE CORDOVA RONCHI brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 024.239.229-65, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, no período de 02 de fevereiro de 2015 até 18 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de janeiro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0313/2015

PORTARIA Nº 0313, DE 27 DE JANEIRO DE 2015.

Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar nº 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar nº 111, de 03 de março de 2010; e alterações posteriores, e conforme comunicação interna n.º 0230/2015, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária da servidora JOICE APARECIDA DE ANDRADE, brasileira, viúva, inscrita no CPF sob o n.º 296.708.969-91, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, área de atuação EDUCAÇÃO INFANTIL, no período de 02 de fevereiro de 2015 até 18 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de janeiro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0314/2015

PORTARIA Nº 0314, DE 27 DE JANEIRO DE 2015.

Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar nº 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar nº 111, de 03 de março de 2010; e alterações posteriores, e conforme comunicação interna n.º 0233/2015, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária da servidora FERNANDA DE FREITAS SUBTIL, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 999.217.669-53, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, área de atuação EDUCAÇÃO INFANTIL, no período de 05 de janeiro de 2015 até 31 de janeiro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de janeiro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0315/2015

PORTARIA Nº 0315, DE 27 DE JANEIRO DE 2015.

Concede Função Gratificada.

Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores, e em conformidade com a comunicação interna n.º 021/2015, da Secretaria de Ação Social;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora JACQUELINE GISELE FARINA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 037.383.599-07, nomeada no cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, Função Gratificada - Nível 2, por ser responsável pelo cadastramento do PBF (Programa Bolsa Família), a partir de 02 de fevereiro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de janeiro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0316/2015

PORTARIA Nº 0316, DE 27 DE JANEIRO DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0007, de 20 de novembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com o ofício nº 005/2015 da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário CIRLENE TEREZINHA DE JESUS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 715.517.279-00, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, lotada na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de fevereiro de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de janeiro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0317/2015

PORTARIA Nº 0317, DE 27 DE JANEIRO DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0032, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0229/2015 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ARI JAILSOM WALTER, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 753.561.399-34, na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - MATEMÁTICA, com carga horária de 31 horas semanais, no período de 02 de fevereiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de janeiro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0318/2015

PORTARIA Nº 0318, DE 27 DE JANEIRO DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0034, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0186/2015 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário CLAUDETE RODRIGUES DE MATIAS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 048.759.259-05, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de fevereiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de janeiro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0319/2015

PORTARIA Nº 0319, DE 27 DE JANEIRO DE 2015.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0034, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0187/2015 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário FRANCIELI GONÇALVES RODRIGUES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 066.331.999-45, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de fevereiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de janeiro de 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0320/2015

PORTARIA Nº 0320, DE 27 DE JANEIRO DE 2015.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0034, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0188/2015 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ZELINDA DA SILVA RIBEIRO FAGUNDES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 480.048.479-00, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de fevereiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de janeiro de 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0321/2015

PORTARIA Nº 0321, DE 27 DE JANEIRO DE 2015.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0034, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário GISLANE MUSSOLIN PEREIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 041.264.609-93, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de fevereiro de 2015 até 01 de abril de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de janeiro de 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0322/2015

PORTARIA Nº 0322, DE 27 DE JANEIRO DE 2015.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0034, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna 0189/2015, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário KÁTIA PINHEIRO DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 065.263.449-41, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de fevereiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de janeiro de 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0323/2015

PORTARIA Nº 0323, DE 27 DE JANEIRO DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0034, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna 0190/2015, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário NOELI RICHTER DE SOUZA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 693.352.909-63, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de fevereiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de janeiro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0324/2015

PORTARIA Nº 0324, DE 27 DE JANEIRO DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0034, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário BERENICE CONRADI DO SANTOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 656.704.939-15 na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de fevereiro de 2015 até 01 de abril de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de janeiro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0325/2015

PORTARIA Nº 0325, DE 27 DE JANEIRO DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0034, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0165/2015, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário RAQUEL VALER LOPES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 047.102.279-93 na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de fevereiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de janeiro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0326/2015

PORTARIA Nº 0326, DE 27 DE JANEIRO DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0034, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0166/2015, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário JULIANA MARTINS CHAVES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 075.682.389-70 na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de fevereiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de janeiro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0327/2015

PORTARIA Nº 0327, DE 27 DE JANEIRO DE 2015.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0001, de 08 de janeiro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com o ofício nº 002/2015 da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário EVERTON GOMES, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 050.204.889-17, na função de AGENTE OPERACIONAL, lotado na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de fevereiro de 2015 até 01 de abril de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de janeiro de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0328/2015

PORTARIA Nº 0328, DE 27 DE JANEIRO DE 2015.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0001, de 08 de janeiro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com o ofício nº 002/2015 da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ALZEMIRO DA SILVA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 032.720.409-51, na função de AGENTE OPERACIONAL, lotado na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de fevereiro de 2015 até 01 de abril de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de janeiro de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0329/2015

PORTARIA Nº 0329, DE 27 DE JANEIRO DE 2015.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0001, de 08 de janeiro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com o ofício nº 002/2015 da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ADELINO DE ASSIS MOTA RODRIGUES, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 868.906.629-20, na função de AGENTE OPERACIONAL, lotado na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de fevereiro de 2015 até 01 de abril de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de janeiro de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0330/2015

PORTARIA Nº 0330, DE 27 DE JANEIRO DE 2015.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0001, de 08 de janeiro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com o ofício nº 002/2015 da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário NELSON RIBEIRO DA SILVA PIRES, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 938.491.339-15, na função de AGENTE OPERACIONAL, lotado na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de fevereiro de 2015 até 01 de abril de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de janeiro de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0331/2015

PORTARIA Nº 0331, DE 27 DE JANEIRO DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0034, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0167/2015, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário IVONETE RIBEIRO DA SILVA PIRES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 045.307.919-98 na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de fevereiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de janeiro de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito MunicipalANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento**PORTARIA Nº 0332/2015**

PORTARIA Nº 0332, DE 27 DE JANEIRO DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0034, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0168/2015, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário SIZA DE FÁTIMA RIBEIRO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 046.077.529-40 na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de fevereiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de janeiro de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito MunicipalANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento**PORTARIA Nº 0333/2015**

PORTARIA Nº 0333, DE 27 DE JANEIRO DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0034, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0169/2015, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ANDRÉIA FERREIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 028.696.099-06 na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de fevereiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de janeiro de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito MunicipalANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento**PORTARIA Nº 0334/2015**

PORTARIA Nº 0334, DE 27 DE JANEIRO DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0034, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0170/2015, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário TEREZINHA APARECIDA RIBEIRO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 020.677.279-31 na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de fevereiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de janeiro de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito MunicipalANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0335/2015

PORTARIA Nº 0335, DE 27 DE JANEIRO DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0034, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0171/2015, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário CELIA MARIA PIRES DE LIMA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 039.110.969-33 na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de fevereiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de janeiro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0336/2015

PORTARIA Nº 0336, DE 27 DE JANEIRO DE 2015.

Designa Fiscal de Obra decorrente de Contrato Administrativo.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º Designar FLÁVIO ANDRÉ DE OLIVEIRA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 907.133.209-82, nomeado no cargo de provimento efetivo de ENGENHEIRO CIVIL, matrícula nº 2909, para acompanhamento e fiscalização da obra decorrente do contrato administrativo CT15PMF11, Processo Administrativo Licitatório nº 0201/2014, Concorrência Pública nº 0005/2014, cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para execução dos serviços de pavimentação asfáltica CBUQ e pavimentação de passeios públicos da: Av. Edson Luiz Chelli, Av. Irmãos Schenatto, Av. Presidente Afonso Pena, Av. Irmãos De Carli, Rua Alemanha e Rua Suíça, no bairro das Nações; e Av. Sibila Weirich, Av. Carl Fischer, Rua Hilario Marcondes Weber, Rua Trajano Gomes Rocha, Rua Nil-da Dias Gomes e Rua Dioni Sandro Rezzadori, no bairro Fischer, de acordo com os Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL).

Art. 2º. Incumbe ao fiscal acima designado acompanhar e fiscalizar a execução da obra acima referida, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de janeiro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Frei Rogério**PREFEITURA****LICITAÇÃO 04/2015 - PR 02/2015, RP01/2015 - MERENDA ESCOLAR PÚBLICO**

MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 04/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2015

REGISTRO DE PREÇOS 01/2015

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO - SC, torna público aos interessados que fará realizar através do pregoeiro oficial, no dia 10 de fevereiro de 2015 as 08h30min, na sede da Prefeitura Municipal, na Rua Adolfo Soletti, nº 750. Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, PARA REGISTRO DE PREÇOS, sob a égide das Leis 10520 n.º 8.666/93 e alterações posteriores, do tipo menor preço por item, sendo o objeto aquisição de gêneros alimentícios para merenda escolar e Peti, e materiais de limpeza para manutenção da prefeitura municipal, secretarias e fundos, durante o exercício de 2015.

Informações e Edital poderão ser obtidos através site: www.frei-rogerio.sc.gov.br ou no setor de compras da Prefeitura Municipal pelo fone (49) 3257-0000.

E-MAIL compras@frei-rogerio.sc.gov.br

Frei Rogério (SC), 27 de janeiro de 2015

OSNY BATISTA ALBERTON

Prefeito Municipal

Garopaba

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA PE96/2014

AVISO LICITAÇÃO DESERTA
PREGÃO ELETRONICO Nº. 96/2014

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que restou DESERTA o Pregão Eletrônico nº96/2014 que teve por objeto o Registro de preço para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de lavanderia industrial para lavagem de roupa hospitalar, com o fornecimento de todos os insumos necessários para a execução dos serviços.

Garopaba, 27 de janeiro de 2015
Rafael de Souza
Pregoeiro

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 004/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 004/2015
PMG E FMS

Ata nº. 004/2015; Processo nº. 005/2015; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA E FUNDO MUNICIPAL DE GAROPABA. Contratada: FIPI COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA; Objeto: Registro de preço pretendendo a aquisição de papel A4 para uso das secretarias administradas pela Prefeitura e Fundo Municipal de Saúde de Garopaba Valor: R\$ 50.588,00; Data da Assinatura: 27/01/2015.

Garuva

PREFEITURA

RELAÇÃO DE INSCRITOS ED 01/2015



PREFEITURA DE GARUVA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



RELAÇÃO DE INSCRITOS PARA TESTE SELETIVO ACT – EDITAL 001/2015

Nº INSCRIÇÃO	NOME	DISCIPLINA	HABILITADO NÍVEL II	NÃO HABILITADO NÍVEL I
001	ELIANA APARECIDA P. SILVESTRE	ARTES		X
002	REGIANE SARAMENTO DOS SANTOS	ARTES		X
003	SANDRA MARA DA SILVA	ARTES		X
004	MARIA REGINA DA SILVA	ARTES		X
005	RAFAEL BERNARDO SILVEIRA	GEOGRAFIA	X	
006	OLGA DA SILVA FRANCO	ARTES		X
007	CRISLEINE SHOEN PRUCH	ARTES	X	
008	ROSANA NUNES DE ALMEIDA LEITE	ARTES		X
009	ROSANGELA PEREIRA DOS SANTOS	ARTES		X
010	ANDRÉIA PEREIRA	ARTES		X
011	SILVIA CRISTINA DOS SANTOS	ARTES		X
012	MARCIA FERREIRA FRANCO FERMIANO	ARTES		X
013	JULIANE FRANCINE UMLAUF	ARTES		X
014	THAIS REGINA SCHMIDT	ARTES		X
015	ELIANE SPANIOL	ARTES		X
016	REGINA SARAMENTO	ARTES		X
017	SIRLEI DA APARECIDA CARDOSO ALEIXO	ARTES		X
018	GISELY VIEIRA DA CUNHA	ARTES		X
019	JÉSSICA BUENO DA ROSA	ARTES		X
020	VIVIANE GERCKER LEANDRO	ARTES		X
021	IARA HARDT	ARTES		X
022	PATRÍCIA PERPETUA GUEDES	ARTES		X
023	ANGELA ALBRECHT WIESNER	ARTES		X
024	ANDERSON GONÇALVES LEITE	ARTES		X
025	MARLI DE FATIMA PINTO FERREIRA	ARTES		X
026	MARINILDA DA SILVA MARIAN	GEOGRAFIA		X
027	DANIANI SCHONS DA SILVA	ARTES	X	
028	MARILENE GOMES FERREIRA	ARTES		X
029	JOSIANE SARAMENTO	ARTES		X
030	MARIA GABRIELLE DE SOUZA SILVANO	ARTES		X
031	FRANCIELE LEITE CARNEIRO	ARTES		X
032	RODRIGO FERNANDO JACOMINI	GEOGRAFIA	X	
033	SOLANGE ALVES DOS SANTOS	ARTES		X
034	IVANISE MIRANDA DE SOUZA	ARTES		X

ADRIANE BEATRIZ MOECKE GALANDO
PRESIDENTE DA COMISSÃO

Gaspar

PREFEITURA

DECRETO Nº 6.162, DE 02 DE JANEIRO DE 2015

DECRETO Nº 6.162, DE 02 DE JANEIRO DE 2015.

SUPLEMENTA SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO VIGENTE NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pelo artigo 6º, incisos II, V e VI, da Lei Municipal nº 3.620, de 27 de novembro de 2014, DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado, por Superávit Financeiro, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente do SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE AGUA E ESGOTO:

Órgão: 13 SERVIÇO AUTÔNOMO DE AGUA E ESGOTO	
Unidade: 26 SERVIÇO AUTÔNOMO DE AGUA E ESGOTO	
Função: 17 SANEAMENRO	
SubFunção: 512 SANEAMENTO BÁSICO URBANO	
Programa: 0025 Gestão do SAMAE	
Atividade: 1.1157 Aquisição de Bombas, Equipam. E Móvelia em Geral	
Despesa: 7 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 150.000,00

Art. 2º Fica suplementado, por Superávit Financeiro, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente da SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS:

Órgão: 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS	
Unidade: 14 DITRAN – DIRETORIA DE TRÂNSITO	
Função: 26 TRANSPORTE	
SubFunção: 782 TRANSPORTE RODOVIÁRIO	
Programa: 0015 Gestão do DITRAN	
Atividade: 2.2078 Manutenção da Ditrán	
Despesa: 212 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 247.000,00

Órgão: 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS	
Unidade: 14 DITRAN – DIRETORIA DE TRÂNSITO	
Função: 15 URBANISMO	
SubFunção: 451 INFRA-ESTRUTURA	
Programa: 0015 Gestão do DITRAN	
Atividade: 2.2200 Manutenção De Sistema de Monitoramento Urbano	
Despesa: 304 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00

Órgão: 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS	
Unidade: 17 PC – POLÍCIA CIVIL	
Função: 06 SEGURANÇA PÚBLICA	
SubFunção: 181 POLICIAMENTO	
Programa: 0017 Gestão Da Polícia Civil	
Atividade: 2.2082 Manutenção Da Polícia Civil	
Despesa: 225 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 400.000,00

Órgão: 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS	
Unidade: 15 Pm – POLÍCIA MILITAR	

Função: 06 SEGURANÇA PÚBLICA	
SubFunção: 181 POLICIAMENTO	
Programa: 0018 Gestão EM Segurança Pública – Polícia Militar em Gaspar	
Atividade: 2.2084 Manutenção Da Polícia Militar Trânsito PM	
Despesa: 219 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 100.000,00

Art. 3º Fica suplementado, por Superávit Financeiro, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente da SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO:

Órgão: 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO	
Unidade: 19 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO	
Função: 16 HABITAÇÃO	
SubFunção: 482 HABITAÇÃO URBANA	
Programa: 0023 Construção de Unidades Habitacionais	
Atividade: 1.1103 Construção de Unidades Habitacionais e Locação Social	
Despesa: 291 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 21.940,50

Art. 4º Fica suplementado, por Excesso de Arrecadação, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente da SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO:

Órgão: 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO	
Unidade: 19 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO	
Função: 04 ADMINISTRAÇÃO	
SubFunção: 482 HABITAÇÃO URBANA	
Programa: 0019 Constr.Manut.Melh. na Infra do Munic. Pela Sec. Planej. e Desenv.	
Atividade: 1.1261 Execução de Trabalhos Sócio Ambiental	
Despesa: 305 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 118.200,00

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 02 de janeiro de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

DECRETO Nº. 6.185, DE 26 DE JANEIRO DE 2015

DECRETO Nº. 6.185, DE 26 DE JANEIRO DE 2015.

NOMEIA MEMBRO SUPLENTE PARA INTEGRAR A COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada como membro suplente da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar a servidora CIRLENE TERESINHA SCHRAMM KUNEL, ocupante do cargo efetivo de Agente Serviços Especializado II, cuja atuação ocorrerá apenas em eventual impedimento ou suspeição de um dos titulares, a partir de 2 de fevereiro de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 26 de janeiro de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal de Gaspar

RESOLUÇÃO Nº 001/2015 - CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 001, DE 23 DE JANEIRO DE 2015

Instaura e Nomeia a Comissão Processante para averiguar as denúncias da Conselheira Tutelar Erica Jussara Monteiro Marques O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar Municipal nº. 51, de 07 de dezembro de 2012 e com base no seu Regimento Interno, aprovado através de Decreto Municipal nº 212/98, e no uso de suas competências.

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 51, de 07 de dezembro de 2012, no CAPÍTULO XI, artigo 48, que dispõe sobre o regime disciplinar; RESOLVE:

Art. 1º - Instaurar e Nomear a Comissão Processante Disciplinar composta por:

01 representante da Procuradoria-Geral do Município: Eduard Fischer;

01 representante do Conselho Tutelar: Juçara Spengler;

01 representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, representante de Entidade Não Governamental: Euclides Rampelotti.

Art.2º - Fica revogada qualquer Resolução contrária a este dispositivo.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 23 de janeiro de 2015

CAMILA SCHREIBER

Presidente do Conselho Municipal Dos Direitos Da Criança E Do Adolescente CMDCA

CÂMARA MUNICIPAL

ATA DE REUNIÃO: COMISSÃO ESPECIAL – RESOLUÇÃO Nº 65/2014 - PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2014 - EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2014

ATA DE REUNIÃO

COMISSÃO ESPECIAL - RESOLUÇÃO Nº 65/2014

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2014

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2014

No dia 27 de janeiro de 2015, às 14h30, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Gaspar, deu-se início à sessão pública da Comissão Especial, instituída pela Resolução nº 65/2014, destinada à análise e julgamento de requerimento de credenciamento e da documentação apresentada pela empresa Gráfica e Editora Metas Ltda-ME protocolados na Secretaria da Câmara às 16h17 do dia 14/01/2015. Presentes ao ato estiveram todos os membros da Comissão e também a senhora Débora Regina Nascimento Linhares, conforme procuração pública juntada nos autos nesta sessão. De posse dos autos do processo, os membros da Comissão Especial passaram à leitura, análise e julgamento do requerimento e demais documentos apresentados pela empresa. Todos os papéis foram devidamente rubricados. Destaca-se que quanto ao item 11.1.5.5, houve a entrega pela empresa da procuração pública com poderes também para assinatura de contrato. Após, ficou constatado pela Comissão Especial que a empresa atendeu a todos os requisitos previstos no Edital de Credenciamento nº 002/2014 quanto à habilitação e à qualificação, sendo julgada qualificada e, portanto, apta a assinar o respectivo contrato de credenciamento e a prestar os serviços aos quais se candidatou, em âmbito municipal, com vigência igual a do Edital de Credenciamento. Por fim, a Comissão Especial deixou consignado que enviará os autos ao Presidente da Mesa Diretora a quem compete os atos de homologação e adjudicação do objeto do credenciamento. Nada mais a tratar, a Comissão Especial deu por encerrada a sessão pública, tendo sido lavrada esta ata que, lida e achada conforme, segue assinada pelos presentes ao ato.

Pedro Paulo Schramm

Presidente

Elaine Cristina Wandalen

Membro

Morgana Carina Lenzi

Membro

Débora Regina Nascimento Linhares

Governador Celso Ramos

SAMAE - Gov. CELSO RAMOS

PREGÃO PRESENCIAL 001/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL

A Comissão Especial de Pregão, da entidade SAMAE GOVERNADOR CELSO RAMOS, no exercício das atribuições que lhe confere a(o) Portaria nº. 005/2015, de 09/01/2015, torna publico, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 06/02/2015, as 09:00 horas, no endereço, Rod. SC 410 - km 14, Calheiros, Governador Celso Ramos-SC, sede do Samae a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação Nº 001/2015-PR na modalidade PREGAO PRESENCIAL .

Informamos que a íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço supra citado e no site do Samae, samaegcr@samaegcr.com.br

Objeto da licitação

AQUISIÇÃO DE REGISTROS, VENTOSAS, TUBOS E CONEXÕES EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD), PARA A CONSTRUÇÃO DA NOVA ADUTORA QUE ABASTECERA A ETA DA FAZENDA DA ARMAÇÃO EM GOVERNADOR CELSO RAMOS.

Governador Celso Ramos, 27 de Janeiro de 2014.

ALCIDES PEREIRA

DIRETOR GERAL DO SAMAE

Grão Pará

PREFEITURA

DECRETO DF 008/2015 - ORÇAMENTO

DECRETO DF N. 008, DE 27 DE JANEIRO DE 2015.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT FINANCEIRO, NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA DE GRÃO-PARÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ÉLIO MÜLLER BRATTI, Prefeito em Exercício de Grão-Pará, no uso de atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica e a autorização contida na Lei Municipal n. 1981, de 16 de dezembro de 2014,

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura de Grão-Pará nos valores abaixo relacionados:

06.00	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA		
06.01	DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA		
2.013	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL – CRECHE		
3.3.90.00. 00. 00. 00. 00.3109	Aplicações Diretas	R\$	270,05
3.3.90.00. 00. 00. 00. 00.3113	Aplicações Diretas	R\$	800,00
2.014	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL – PRÉ ESCOLA		
3.3.90.00. 00. 00. 00. 00.3110	Aplicações Diretas	R\$	11,51
3.3.90.00. 00. 00. 00. 00.0360	Aplicações Diretas	R\$	447,43
2.015	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL		
3.3.90.00. 00. 00. 00. 00.3111	Aplicações Diretas	R\$	255,00
2.022	MANUTENÇÃO DO ENSINO SUPLETIVO - FUNDAMENTAL		
3.3.90.00. 00. 00. 00. 00.3112	Aplicações Diretas	R\$	1.502,04
2.023	MANUTENÇÃO DO ENSINO SUPLETIVO – MÉDIO		
3.3.90.00. 00. 00. 00. 00.3204	Aplicações Diretas	R\$	797,50

Art. 2º. Para cobertura do crédito adicional suplementar definido no artigo primeiro deste Decreto, fica utilizado o Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores referente ao seguinte recurso:

CODIGO	DESCRIÇÃO	VALOR	
3109	Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) - Creche - Superávit Financeiro	R\$	270,05
3110	Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) - Pré-Escola - Superávit Financeiro	R\$	11,51
3111	Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) - Fundamental - Superávit Financeiro	R\$	255,00
3112	Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) - EJA - Superávit Financeiro	R\$	1.502,04
3113	Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) - AEE - Superávit Financeiro	R\$	800,00
3204	Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) – Médio – Superávit Financeiro	R\$	797,50
0360	Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE – Superávit	R\$	447,43

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará,
27 de Janeiro de 2015.
ELIO MÜLLER BRATTI
Prefeito em Exercício

Registrado e publicado nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 27 de Janeiro de 2015.

ROSILDA PERIN BÖGER
Chefe de Gabinete

ANEXO I DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - DESPESAS COM PESSOAL - CONSOLIDADO EXECUTIVO - JAN A DEZ DE 2014

MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2014 A DEZEMBRO/2014

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	8.457.057,68	0,00
Pessoal Ativo	8.335.863,25	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	121.194,43	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	19.024,90	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	19.024,90	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	8.438.032,78	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	8.438.032,78	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	16.166.241,67	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	52,20	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54%	8.729.770,50	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%	8.293.281,98	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 48,6%	7.856.793,45	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

GRÃO PARÁ, 27/01/2015

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

VILSON PONCIANO
Técnico Contábil CRC-SC 12.498/O-8

DIONE HEINZEN
Secretário da Administração e Fazenda

EDMAR KEMPER NANDI
Controlador Geral

Guaramirim

PREFEITURA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO - SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 030.2013 - PMG

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 030/2013 - PMG

Processo Licitatório: 075/2013 - PMG

Modalidade: Dispensa de Licitação

Objeto da Licitação: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ESCOLINHA DE KARATÊ, LOCALIZADO NA RUA 28 DE AGOSTO, Nº 1.444, FUNDOS, CENTRO, GUARAMIRIM, SC.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: Roberto Adilson Buzzi, devidamente inscrita no CPF nº 588.235.909-06, residente e domiciliado na Rua Bartolomeu Spézia, s/nº, bairro Beira Rio, Guaramirim, SC.

Objeto do Aditivo: O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo da vigência do contrato por mais 30 (trinta) dias.

Vigência: 01/08/2014 a 30/08/2014.

GUARAMIRIM (SC), 10/08/2014.

LAURO FRÖHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 15/2015

PORTARIA Nº. 015/2015

NOMEIA membros para comporem a Comissão Permanente de Licitação.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam nomeados para atuarem como membros da Comissão Permanente de Licitações, no âmbito da Prefeitura Municipal de Guaramirim, os servidores:

Marcelo Vieira Garcia - presidente

Keila Patrícia dos Santos - membro

Adriana Anastácia Nunes - membro

Emily Sasse Jordan - suplente

Paola Vieira Carriço Finatti - suplente

Art. 2º. Fica revogada a Portaria nº. 369/2014.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 26 de janeiro de 2015.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 16/2015

PORTARIA Nº. 016/2015

NOMEIA Pregoeiro e compõe Equipe de Apoio para atuarem em licitações na modalidade de pregão no âmbito da Prefeitura Municipal de Guaramirim.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear Pregoeiro em licitações na modalidade de pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de Guaramirim, o servidor Marcelo Vieira Garcia.

Art. 2º. Ficam nomeados para atuarem como membros da Equipe de Apoio em licitações na modalidade de pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de Guaramirim, os servidores:

Keila Patrícia dos Santos - membro

Adriana Anastácia Nunes - membro

Emily Sasse Jordan - suplente

Paola Vieira Carriço Finatti - suplente

Art. 3º. Fica revogada a Portaria nº. 370/2014.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 26 de janeiro de 2015.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 17/2015

PORTARIA Nº. 017/2015

NOMEIA membros para comporem a Comissão Permanente de Licitação.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam nomeados para atuarem como membros da Comissão Permanente de Licitações, no âmbito da Prefeitura Municipal de Guaramirim, os servidores:

Paola Vieira Carriço Finatti - presidente

Viviane Moller Kohlrausch - membro

Marcelo Vieira Garcia - membro

Adriana Anastácia Nunes - suplente

Erick Willian Bandeira Thibes - suplente

Art. 2º. Fica revogada a Portaria nº. 367/2014.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 26 de janeiro de 2015.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 18/2015

PORTARIA Nº. 018/2015

NOMEIA Pregoeira e compõe Equipe de Apoio para atuarem em licitações na modalidade de pregão no âmbito da Prefeitura Municipal de Guaramirim.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear Pregoeira em licitações na modalidade de pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de Guaramirim, a servidora Paola Vieira Carriço Finatti.

Art. 2º. Ficam nomeados para atuarem como membros da Equipe de Apoio em licitações na modalidade de pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de Guaramirim, os servidores:

Viviane Moller Kohlrausch - membro
Marcelo Vieira Garcia - membro
Keila Patrícia dos Santos - suplente
Erick Willian Bandeira Thibes - suplente

Art. 3º. Fica revogada a Portaria nº. 368/2014.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 26 de janeiro de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

Herval d'Oeste**PREFEITURA****EDITAL Nº 02/2015/SMECE**

EDITAL Nº 002/2015/SMECE

Estabelece normas para Chamada Pública de professor destinada a prover vagas temporárias de excepcional interesse público na rede municipal de ensino e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Herval d'Oeste, no uso de suas atribuições legais e tendo por base a Lei Complementar nº 314/2013 de 09 de dezembro de 2013, baixa este Edital e torna público as normas para contratação de Professores na Rede Municipal de Ensino, em caráter temporário de excepcional interesse público, conforme a necessidade e conveniências do interesse público, e;
Considerando a necessidade temporária de excepcional interesse público na rede municipal de ensino para provimento de vagas no âmbito da Secretaria Municipal de Educação;

Considerando que a educação é um direito constitucional, cabendo ao Município garantir a continuidade da prestação desse serviço essencial à população;

Considerando o esgotamento das listas de aprovados no processo seletivo originado pelo Edital nº 001/2013/SMECE, culminado com a desistência de candidatos aprovados, torna público os procedimentos para a CHAMADA PÚBLICA de professores destinada ao provimento de vagas temporárias na rede municipal de ensino.

I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. A comissão, nomeada por Decreto Municipal, deverá proceder a Chamada Pública das vagas remanescentes do Processo Seletivo Edital nº 001/2013/SMECE/HO, somente após esgotarem-se todas as possibilidades de oferta das aulas aos professores efetivos e aos professores ACTs que já escolheram.

1.2. Os candidatos interessados deverão dirigir-se à Câmara de Vereadores, Rua Nereu Ramos 389, Centro, Herval d'Oeste-SC, munidos de documentos pessoais, comprovação de sua habilitação e tempo de serviço no magistério, para escolha das vagas disponíveis, no dia 30 de janeiro de 2015, às 13 horas.

1.3. O tempo de serviço no magistério deverá ser expresso em anos, meses e dias. Será desconsiderado o tempo de serviço que não estiver de acordo com a formatação exigida neste edital.

1.3.1. O tempo de serviço já computado para fins de aposentadoria não será computado neste certame.

1.3.2. O atestado de tempo de serviço que apresentar datas/períodos concomitantes em redes de ensino distintas será computado apenas uma vez.

II - DOS CARGOS, VAGAS, DISCIPLINAS, CARGA HORÁRIA E UNIDADES ESCOLARES

Vagas	Unidade Escolar	Cargo/ Disciplina	Turno	Carga Horária	Período
01	EBM Estação Luzerna/ CME Pequeno Príncipe	Professor Língua Inglesa	Mat/Vesp	40h	Até término do ano letivo ou retorno do efetivo

III - DA HABILITAÇÃO

3.1. A Comissão da Chamada Pública, a Secretaria de Educação e o Setor de Recursos Humanos, no mesmo ato, procederá a Chamada Pública, convocando os professores que tiverem interesse em assumir as vagas disponíveis.

Cargo/ Disciplina:	HABILITADOS	NÃO-HABILITADOS
Professor de Língua Inglesa	a) Curso de pós-graduação em área específica, com registro no órgão competente condicionado a comprovação da Graduação na mesma área; b) habilitação específica de grau superior, obtida em curso de licenciatura de duração plena na área específica, com registro no órgão competente.	a) ser estudante da área específica, a partir da 5ª fase.

IV - DA CLASSIFICAÇÃO

4.1. Havendo dois ou mais candidatos para a mesma vaga, será dada preferência ao que possuir maior habilitação, obedecendo os critérios: 1º) Professores Habilitados e 2º) Professores Não-Habilitados

4.2. Havendo dois ou mais professores habilitados, será dada preferência aos que tiverem maior tempo de serviço no magistério, e persistindo a igualdade, precederá o candidato com maior idade.

4.3. Havendo dois ou mais professores não habilitados, será dada preferência aos que tiverem maior tempo de serviço no magistério, persistindo a igualdade precederá o candidato com maior idade.

4.4. Em não havendo candidatos não-habilitados de acordo com os critérios descritos no item III, será analisada pela Comissão Responsável pela Chamada Pública a documentação dos demais candidatos presentes ao certame, sendo admitido aquele que possuir a qualificação mais adequada ao cargo/função pretendido.

V - DA REMUNERAÇÃO

CH	Habilitado	Não-Habilitado
40h	Salário Base: R\$ 1.935,26 Adicional de Incentivo ao Magistério: R\$ 387,05 Vale Refeição: R\$ 10,90 (por dia trabalhado) 01 aula excedente: R\$ 58,05	Salário Base: R\$ 1.598,69 Adicional de Incentivo ao Magistério: R\$ 319,74 Vale Refeição: R\$ 10,90 (por dia trabalhado) 01 aula excedente: R\$ 47,96

VI - DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1. O servidor admitido em caráter temporário que não entregar toda a documentação exigida para as suas funções no prazo de 3 (três) dias, a contar da data da chamada pública, será automaticamente excluído da chamada, perdendo o direito à vaga.

6.2. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste-SC, 26 de janeiro de 2015.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 109/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 20 (vinte) dias de Férias não gozadas, conforme Portaria Nº. 857/2014, da Servidora ANDREA PALUDO (Matr. 335), ocupante do Cargo em Provimento Efetivo de Psicólogo, Nível - 11, Referência "H", 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar

Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01 de novembro de 2012 e 31 de outubro de 2013, para serem gozadas a partir de 27 de janeiro de 2015 a 15 de fevereiro de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 27 de Janeiro de 2015.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

IPREVI/HO

EDITAL Nº 01/2015 - CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

IPREVI-HO - EDITAL Nº 001/2015

CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE HERVAL D' OESTE - IPREVI-HO, ATRAVÉS DE SUA DIRETORIA EXECUTIVA E DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, EM OBSERVÂNCIA AO DISPOSTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 179 DE 30.09.2005 E SUAS ALTERAÇÕES, NA RESOLUÇÃO Nº 004/2010 QUE APROVOU O REGULAMENTO DA ASSEMBLEIA GERAL E NA ATA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO Nº 137 DE 30.01.2014; CONVOCA, OS SERVIDORES EFETIVOS ATIVOS, INATIVOS E PENSIONISTAS, A PARTICIPAREM DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA.

DATA: 27.02.2015 - SEXTA-FEIRA

LOCAL: CÂMARA DE VEREADORES

ENDEREÇO: RUA NEREU RAMOS, 389 - ANEXO AO PRÉDIO DA PREFEITURA DE HERVAL D' OESTE

- 1ª CONVOCAÇÃO - COM QUORUM DE 2/3 (DOIS TERÇOS) DOS SEGURADOS;

- 2ª CONVOCAÇÃO: 15 minutos após o cumprimento do horário da 1ª convocação - COM QUORUM DE METADE MAIS UM DOS SEGURADOS; e

- 3ª CONVOCAÇÃO E INÍCIO DA ASSEMBLEIA: 05 minutos decorrido o prazo da 2ª convocação - COM QUORUM MÍNIMO DE 10 (DEZ) SEGURADOS.

*ORDEM DO DIA:

1.PRESTAÇÃO DE CONTAS DA DIRETORIA EXECUTIVA DO INSTITUTO NO EXERCÍCIO DE 2014, PARA ANÁLISE E APROVAÇÃO PELOS SEGURADOS, SENDO:

a. Relatório de Gestão;

b. Balanço Geral;

c. Demonstrativo das sobras apuradas e resultados dos cálculos atuariais;

d. Plano das atividades do Instituto para o exercício de 2015.

2.APRESENTAÇÃO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DOS RECURSOS FINANCEIROS DO IPREVI-HO PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

Herval d' Oeste (SC), em 27 de janeiro de 2015.

SILVANA LAZZARINI BULLA

Presidente do Conselho de Administração

Imarui

PREFEITURA

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2015



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUI**

Rua José Inácio da Rocha, 109 – Centro
88770-000 - Imarui/SC

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2015

Processo Licitatório nº. 002/2015
Processo Administrativo nº 001/2015

Regência: Lei 10.520/2002, lei 8.666/93 e alterações, Decreto nº 3.555/00, Decreto Municipal nº. 058/2009 e Lei Complementar 123/2006.

OBJETO:

CONSTITUI COMO OBJETO A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇO, MENOR PREÇO POR ITEM.

O Edital e seus anexos poderão ser retirados no Setor de Licitações, na Prefeitura Municipal de Imarui. Também estará disponível, através do site oficial do município no endereço www.imarui.sc.gov.br.

Mais informações podem ser obtidas pelo telefone: (48) 3643-0161, através do e-mail licitacao@imarui.sc.gov.br e no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Imarui, na Rua José Inácio da Rocha, nº 109, Centro - Imarui - Santa Catarina no horário de expediente.

Imarui, 26 de janeiro de 2015.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL PMI Nº. 002/2015

PREÂMBULO

TÍTULO: PREGÃO PRESENCIAL - Registro de Preços de gêneros alimentícios.

Tipo de Licitação: Menor preço

Forma de Julgamento: Por item

Regência: Lei 10.520/2002, lei 8.666/93 e alterações, Decreto nº 3.555/00, Decreto Municipal nº. 058/2009 e Lei Complementar 123/2006.

Data e horário de apresentação dos envelopes: Até às 16h20min horas do dia 06/02/2015

Data e horário da abertura dos envelopes: Dia 06/02/2015, às 16h30min.

Local de apresentação e abertura dos envelopes: no Setor de Licitação, na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua José Inácio da Rocha, nº. 109 - Centro, na cidade de Imaruí, Estado de Santa Catarina.

Secretaria Usuária: Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

O **MUNICÍPIO DE IMARUÍ**, em conformidade com a legislação e normas pertinentes, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, sob a modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo Menor preço Por item, dispondo no presente Edital as condições de sua realização.

O Edital se encontrará disponível, no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Imaruí, no horário de expediente, e disponível, na íntegra, no site oficial do município através do endereço www.imarui.sc.gov.br.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Licitação tem por objeto o Registro de Preços de gêneros alimentícios, conforme as características técnicas descritas no **ANEXO V** - Proposta de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações que deles poderão advir facultando-se a realização de licitação específica para o objeto pretendido, sendo assegurado ao beneficiário do registro à preferência na contratação em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

2. DA APRESENTAÇÃO

2.1. No dia, hora e local designados no preâmbulo deste Edital, o (a) Pregoeiro (a) e/ou a sua equipe de apoio receberá (ao) os envelopes contendo as "Propostas" e os "Documentos de Habilitação", em envelopes distintos, fechados e lacrados, contendo na parte externa, a seguinte identificação:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ
PREGÃO PRESENCIAL PMI Nº. 002/2015
ENVELOPE Nº. 01 - PROPOSTA DE PREÇOS
RAZÃO SOCIAL:



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ
PREGÃO PRESENCIAL PMI Nº. 002/2015
ENVELOPE Nº. 02 - HABILITAÇÃO
RAZÃO SOCIAL:

3. CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO

3.1. Os dois envelopes (proposta de preços e habilitação), e os documentos (apresentados fora dos envelopes), que são: **Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação (ANEXO II)** e a certidão simplificada da Junta Comercial do Estado para comprovação do seu enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte (se for o caso) deverão ser entregues no início da sessão de abertura dos envelopes e julgamento, conforme data e horário estabelecido no preâmbulo deste edital.

3.1.1. A entrega também poderá ser efetuada na forma abaixo:

a) no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Imaruí, Rua José Inácio da Rocha, 109, Centro, Imaruí/SC, até a hora e data determinadas no preâmbulo deste edital;

b) através dos Correios, desde que entregues no Setor de Licitações até a data e hora definidas no preâmbulo deste Edital. Neste caso, os envelopes nº 01 (proposta de preços) e nº 02 (habilitação) e, ainda, a declaração prevista no subitem 3.2 e a certidão (se for o caso) previstas no subitem 3.3 deverão estar dentro de um terceiro envelope, postado para o seguinte endereço e identificação: Prefeitura municipal de Imaruí, Rua José Inácio da Rocha, 109, Centro – Imaruí/SC, CEP – 88770-000; A/C Pregoeiro do Pregão Presencial Nº 002/2015

3.1.1.1. Não havendo representante devidamente credenciado na sessão de abertura dos envelopes e julgamento, acarretará no impedimento do licitante participar da fase de lances e de exercer o direito de recurso.

3.2. A declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação deverá ser datilografada ou digitada, preferencialmente em papel timbrado e nela deverá constar o nome do licitante, endereço, CNPJ, a declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no título 5 do edital do pregão nº 002/2015 e o nome e assinatura do responsável.

3.3. As microempresas e empresas de pequeno porte que quiserem postergar a comprovação da regularidade fiscal para o momento da assinatura do contrato e ter preferência no critério de desempate quando do julgamento das propostas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deverão apresentar no credenciamento a certidão simplificada da Junta Comercial do Estado, emitida em até 90 dias da data da entrega dos envelopes, para comprovação do seu enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte.

3.4. Não poderão participar desta licitação e nem serão consideradas licitantes as empresas que entregarem o envelope após o horário estabelecido ou não entregarem a **declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação (Anexo II)**.

3.5. Serão admitidos a participar desta Licitação os que estejam legalmente estabelecidos à forma da Lei, para os fins do objeto pleiteado.

3.6. É vedada a qualquer pessoa física ou jurídica a representação, na presente Licitação, de mais de uma empresa.

3.7. Será admitida, em todas as etapas da Licitação, a presença de somente um representante de cada proponente.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

3.8. A proponente deverá apresentar, inicialmente e separado dos envelopes, documento com a indicação do representante credenciado, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da empresa proponente.

3.8.1 O credenciamento far-se-á por meio de:

a) Instrumento público de procuração e documento de identificação do representante com foto; ou
b) Instrumento particular com firma reconhecida, acompanhado de cópia autenticada do respectivo Estatuto ou Contrato Social (ou cópia simples, acompanhada dos originais para ser autenticada pelo Pregoeiro em sessão) e documento de identificação com foto do representante; ou.

c) Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, deverá apresentar a cópia autenticada do respectivo Estatuto ou Contrato Social (ou cópia simples, acompanhada dos originais para ser autenticada pelo Pregoeiro em sessão), no qual estejam expressos seus poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e documento de identificação com foto.

3.8.2 Os documentos apresentados nos subitens de 3.8.1, alíneas "a", "b" e "c" deverão ser originais, ou, se a proponente preferir apresentá-los em fotocópia, a mesma deverá estar autenticada (ou acompanhada pelo original para possível autenticação em sessão pelo pregoeiro).

3.8.3 Segue modelo (Anexo I).

3.9. Somente poderão se manifestar no transcorrer das reuniões, os representantes das proponentes, desde que devidamente credenciados.

3.10. Não será admitida nesta Licitação a participação de empresas que estejam reunidas em consórcio e seja controladora, coligadas ou subsidiárias, entre si, ou ainda, qualquer que seja sua forma de constituição, e estrangeiras que não funcionem no país.

4. DA PROPOSTA DE PREÇOS

4.1. A Proposta de Preços confida no Envelope nº. 01 deverá ser apresentada na forma e requisitos indicados nos subitens a seguir:

a) preferencialmente emitida por computador ou datilografada, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas devidamente assinados pelo responsável da empresa representada em 01 (uma) via.

b) conter Razão Social completa e CNPJ da licitante. Havendo matriz ou filial sediada no Estado de Santa Catarina o Município dará preferência pela emissão de nota fiscal por aquela aqui sediada.

4.2. A proposta de preços original deverá conter OBRIGATORIAMENTE A MARCA E O VALOR UNITÁRIO DO ITEM, não podendo ultrapassar o valor máximo unitário previsto, sob pena de desclassificação.

4.2.1 Deverá ser proposta apenas 01 (uma) marca para cada item.

4.2.2 Os preços deverão ser apresentados em moeda corrente nacional, com no máximo 02 (duas) casas decimais após a vírgula, computados os tributos de qualquer natureza incidentes sobre o objeto a ser fornecido, bem como, o custo de Transporte, inclusive carga e descarga, correndo tal operação, única e exclusivamente por conta, risco e responsabilidade da empresa vencedora desta Licitação.

4.3. O prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias, contados da data limite para a entrega dos envelopes.

4.4. A apresentação da proposta será considerada como evidência de que a licitante EXAMINOU CRITERIOSAMENTE OS DOCUMENTOS DESTE EDITAL, SEUS ANEXOS e que os produtos que foram cotados apresentam todas as características e especificações mínimas exigidas na folha proposta de preços, conforme ANEXO V do Edital.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

4.5. A apresentação de proposta de preço implica na plena aceitação, por parte da proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

4.6. Na omissão dos prazos de execução, pagamento, garantia e validade da proposta, serão considerados os constantes do edital e na divergência entre o preço unitário e total, prevalecerá o preço unitário.

Parágrafo Único - Preferencialmente, e exclusivamente para facilitar o julgamento por parte do Pregoeiro, solicita-se às licitantes que apresentem suas propostas conforme o ANEXO V.

5. DA HABILITAÇÃO

5.1. A proponente deverá apresentar o envelope nº. 02 "HABILITAÇÃO", em 01 (uma) via contendo os seguintes documentos:

5.1.1 Habilitação Jurídica:

5.1.1.1 Registro Comercial, no caso de empresa individual, ou;

5.1.1.2 Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;

5.1.1.3 Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício, ou;

5.1.1.4 Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e Ato de Registro ou Autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

5.1.1.5 Será obrigatório, sob pena de inabilitação, que a licitante tenham em seus atos constitutivos/objeto social as atividades compatíveis com o objeto deste Edital.

OBS: Nos casos em que a licitante apresentar um dos documentos constantes da cláusula quinta, subitens 5.1.1.1 à 5.1.1.4 na fase de Credenciamento, a mesma fica dispensada de apresentá-lo na fase de Habilitação.

5.1.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista:

5.1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

5.1.2.2. Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais e Certidão Quanto à Dívida Ativa da União - Conjunta;

5.1.2.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

5.1.2.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal;

5.1.2.5. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, demonstrando a situação regular no cumprimento dos encargos instituídos por Lei.

5.1.2.6. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social - INSS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.

5.1.2.7. Declaração em cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

5.1.2.8. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

Observação: As certidões negativas deverão ser do domicílio ou sede da licitante.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

5.1.3 Qualificação Econômica - Financeira:

5.1.3.1. Certidão negativa de falência e concordata, expedida pelo cartório distribuidor da sede da licitante;

5.1.4 Qualificação Técnica:

5.1.4.1. Os licitantes deverão apresentar licença de funcionamento expedido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal, onde detém o seu estabelecimento;

5.1.4.2. Declaração do licitante que não há nenhum fato impeditivo de sua participação no certame;

5.1.4.3. Atestado de Capacidade Técnica, por órgãos públicos que tenham contratos firmados com o licitante com o mesmo objeto deste certame;

5.1.4.4. Além das licitantes que apresentarem no corpo da embalagem do produto, selo de registro no Ministério da Agricultura, com o SIF/DIPOA, poderão também participar as licitantes que possuírem autorização de estabelecimento sob inspeção estadual devidamente autorizado para este fim, pelo serviço veterinário oficial, como o SIE (Serviço de Inspeção Estadual).

5.2. Ao Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar da licitante, em qualquer tempo, no curso da Licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhe prazo para atendimento.

5.3. A falta de quaisquer dos documentos exigidos no Edital, implicará inabilitação da licitante, sendo vedada, sob qualquer pretexto, a concessão de prazo para complementação da documentação exigida para a habilitação. (exceto Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que tenham apresentado a Certidão expedida pela Junta Comercial adquirindo o direito da LC 123/2006).

5.4. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

5.5. A documentação de habilitação deverá ser apresentada em nome da licitante que será responsável pela execução do contrato e faturamento, com o mesmo número do CNPJ e endereço. Serão aceitos documentos com a mesma razão social, porém CNPJ e endereço diverso quando os mesmos tiverem validade para todas as filiais e matriz.

OBSERVAÇÃO

A) Os documentos necessários à Habilitação deverão ser preferencialmente, apresentados conforme a sequência acima mencionada, e poderão ser apresentados em original, ou, se preferir, deverá ser apresentado por qualquer processo de cópia autenticada, ou publicação em órgão da imprensa oficial. Os documentos que forem apresentados em original não serão devolvidos, e passarão a fazer parte integrante deste processo licitatório.

B) Os documentos somente poderão ser autenticados por servidor da Administração.

C) Quando se tratar de cópia de documento obtido através da Internet, este não precisa ser autenticado, uma vez que terá sua validade confirmada pelo Pregoeiro e equipe de apoio.

6. CONDIÇÕES GERAIS

6.1. Os envelopes contendo a "Proposta de Preços" e os "Documentos de Habilitação" deverão ser entregues junto ao Setor de Licitações, na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua José Inácio da Rocha, 109, Centro, CEP 88770-000 na cidade de Imaruí/SC, em dias úteis e no horário de expediente.

6.2. Os recursos decorrentes deste processo licitatório serão recebidos, analisados e julgados de acordo com a legislação vigente.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

- 6.3.** Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF.
- 6.4.** Ao apresentar proposta a proponente se obriga aos termos do presente Edital.
- 6.5.** O Edital encontra-se disponível para retirada no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal situada na Rua José Inácio da Rocha, 109, Centro, CEP 88.770-000, Município de Imaruí/SC, cujas informações poderão ser obtidas em dias úteis, no horário de expediente 13h00min às 19h00min, através do telefone/fax: (48)3643-0161 ou ainda por e-mail: licitacao@imarui.sc.gov.br.

7. DA ABERTURA E JULGAMENTO

- 7.1.** No dia, horário e local indicados no preâmbulo do Edital, o Pregoeiro e a equipe de apoio reunir-se-ão em sala própria, na presença dos representantes de cada proponente participante, procedendo como adiante indicado.
- 7.2.** Realizar-se-á o credenciamento dos interessados ou de seus representantes, que consistirá na comprovação de que possui poderes para formulação de ofertas e lances verbais, para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame, conforme Cláusula Terceira do presente Edital.
- 7.2.1.** A não comprovação de que o interessado ou seu representante legal possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a licitante de ofertar lances verbais, lavrando-se em ata o ocorrido.
- 7.3.** Deverá ser apresentada, ainda, a Declaração para Habilitação e a comprovação de que a licitante é Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (se for o caso) enquadrada na forma da Lei Complementar 123/2006, sob pena de ser desconsiderada tal condição.
- 7.4.** Abrir-se-ão os envelopes nº. 01 "PROPOSTA DE PREÇOS" das empresas que entregaram os envelopes até o dia e horário indicado aprazado no Edital.
- 7.4.1.** O pregoeiro e a equipe de apoio rubricarão e submeterão a rubrica de todas as proponentes os documentos contidos no certame. O Pregoeiro procederá a verificação do conteúdo do envelope nº 01, em conformidade com as exigências contidas neste Edital.
- 7.4.2.** O Pregoeiro classificará a proponente que apresentar a proposta de Menor preço Por item e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) relativamente à proposta de preço de menor valor; ou classificará as 03 (três) propostas de preços de menor valor apresentadas pelas proponentes, quando não ocorrer pelo menos 03 (três) ofertas no intervalo de 10% (dez por cento), excetuadas aquelas propostas que estão superiores ao valor máximo estipulado no edital.
- 7.4.3.** Às proponentes classificadas, conforme subitem anterior será dada oportunidade para disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior preço.
- 7.4.3.1** A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente de preços.
- 7.4.3.2.** Fica a encargo do Pregoeiro a fixação de parâmetros mínimos de valores sobre os lances verbais, podendo, inclusive, alterá-los no curso da sessão (estipulação de valores mínimos entre um lance e outro).
- 7.4.3.3.** O Pregoeiro poderá fixar tempo máximo para que as licitantes calculem e ofereçam novos lances.
- 7.4.3.4.** Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.
- 7.4.3.5.** A ocorrência de oferta de lance com vista ao empate implicará na classificação preferencial da proponente que ofertou o menor valor anteriormente, na sua vez de oferta.
- 7.4.3.6.** Dos lances ofertados não caberá retratação.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

7.4.3.7. A proponente que desistir de apresentar lance verbal quando convocado pelo Pregoeiro, será excluída da etapa de lances verbais, mantendo-se o último preço apresentado pela mesma, para efeito de ordenação das propostas.

7.4.4. Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro fará a classificação provisória pela ordem crescente dos preços apresentados.

7.4.5. Procedida à classificação e verificada que o melhor preço foi apresentado por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte licitante, o Pregoeiro abrirá o seu envelope de habilitação, e caso a habilitação fiscal não estiver regular, o mesmo intimará a licitante para no prazo de 02 (dois) dias úteis, prorrogáveis por igual período, mediante requerimento justificado, proceder à regularização da documentação mediante apresentação das respectivas certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.4.6. Regularizada a habilitação fiscal pela licitante Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, a mesma será declarada vencedora do certame.

7.4.7. Caso não ocorra à regularização da habilitação fiscal da licitante Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, no prazo concedido, a mesma será declarada excluída do certame, aplicando-se-lhe a penalidade de que trata o no item "Das sanções administrativas" deste Edital, e retomando a licitação na forma do item 7.4.5 ou do item 7.4.8..

7.4.8. Procedida à classificação provisória e verificada que o melhor preço/lance não foi apresentado por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte licitante, o Pregoeiro verificará o eventual empate legal das propostas, na forma do parágrafo 2º do art. 44 da LC 123/2006, para aplicação do disposto no art. 45 daquele Diploma Legal.

7.4.9. Ocorrendo empate fictício, na forma da lei, o Pregoeiro procederá da seguinte forma:

I - a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da classificação provisória, situação em que, após a verificação da regularidade fiscal (na forma dos itens anteriores), será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

II - não ocorrendo à contratação da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, na forma do inciso I deste item, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do parágrafo 2º do art. 44 da LC 123/2006, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III - no caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos no parágrafo 2º do art. 44 da LC 123/2006, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.4.10. O prazo para apresentação de nova proposta será de até 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do direito de inovar em seu preço (art. 45, parágrafo 3º da LC 123/2006).

7.4.11. Na hipótese de não-contratação nos termos previstos no caput do artigo 45 da LC 123/2006, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.4.12. Será assegurado, como critério inicial de desempate, preferência de contratação para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

7.4.13. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas às propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da proposta da primeira classificada por item, lote ou global (conforme o caso), quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

7.4.14. Será desclassificada a proponente que:

a) deixar de atender a alguma exigência constante deste Edital;

b) apresentar oferta de vantagem não prevista no Edital ou vantagem baseada nas propostas dos demais proponentes;



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

c) apresentar preços manifestamente inexeqüíveis ou que ultrapassem o valor máximo unitário, estipulado no Edital (artigo 4º, inciso VII da Lei 10.520/2002).

7.4.15. Para fins de aferição de inexeqüibilidade das propostas, o Pregoeiro determinará que a licitante deverá fazer prova de que possui condições de cumprir o objeto do Edital, através da planilha pormenorizada com a devida comprovação (documentos, notas fiscais, recibos, etc...) que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado, na forma do artigo 48, inciso II, da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

7.4.16. Sendo aceitável a proposta de menor preço por item será aberto o envelope contendo a Documentação de Habilitação da licitante vencedora, para confirmação das suas condições habilitatórias, com base nas exigências constantes neste Edital.

7.5. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarada a proponente vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto definido neste Edital e seus Anexos.

7.5.1. Será julgada inabilitada a proponente que:

a) deixar de atender alguma exigência constante do presente Edital,

b) apresentar declaração ou documentação que contenha qualquer vício de ordem formal.

7.5.2. Em face dos artigos 42 e 43 da Lei Complementar 123/2006, o Pregoeiro adotará o seguinte procedimento quando a vencedora for Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte:

a) serão analisados os documentos não integrantes da regularidade fiscal, decidindo-se sobre o atendimento das exigências constantes do Edital, de forma que serão inabilitados os licitantes que apresentarem irregularidades em relação a estas exigências;

b) serão analisados os documentos relativos à regularidade fiscal, declarando-se:

b.1) o atendimento das exigências constantes do Edital com a respectiva habilitação; ou

b.2) o desatendimento das exigências constantes do Edital com a suspensão do julgamento da habilitação fiscal em relação aquela Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte licitante, para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, prorrogáveis por igual período, mediante requerimento justificado, proceder à regularização da documentação mediante apresentação das respectivas certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa.

7.5.2.1. Ocorrendo a Situação estabelecida na alínea "b.2" acima, o licitante Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte poderá se manifestar, na própria reunião, sob pena de decadência, sobre a desistência de sua proposta acaso não vislumbre a possibilidade de regularização da habilitação fiscal na forma da lei, isentando-se de eventual penalização em caso de ser declarada vencedora do certame.

7.6. Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro declarará a vencedora, proporcionando a seguir, a oportunidade às licitantes para que se manifestem acerca da intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta desta manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte das licitantes, registrando na Ata da Sessão, a síntese dos motivos para a futura impetração de recurso, bem como o registro de que todos os demais licitantes ficaram intimadas para, querendo, se manifestar sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias consecutivos, após o término do prazo do recorrente para juntada de memoriais - razões de recursos do recorrente - nos termos do art. 4º XVIII da Lei n. 10.520/02, proporcionando-se a todos, vista imediata do processo no Setor de Licitação.

7.7. A ausência da proponente ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á renúncia ao direito de recorrer.

7.8. Da reunião lavrar-se-á Ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá obrigatoriamente ser assinada pelo Pregoeiro, equipe de apoio e a(s) licitante(s) presente(s).

7.9. Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, os licitantes presentes.

7.10. Não considerar-se-á qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital e seus Anexos.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

7.11. A presente licitação para os efeitos de julgamento será do tipo "MENOR PREÇO" considerando-se o Menor preço Por item para fins da escolha mais vantajosa para a municipalidade.

7.12. Em caso de dúvidas a respeito das características do produto cotado (se atende ao exigido no Edital), o (a) pregoeiro (a) poderá exigir do licitante que apresente amostra do produto - se assim julgar estritamente necessário - nos termos do art. 43, § 3º da Lei 8.666/1993, depois da etapa de lances do item questionado. As amostras ficarão à disposição dos demais licitantes e serão analisadas pelo Município, mediante Laudo Técnico. Caso o produto não atenda as especificações mínimas solicitadas no Edital, o licitante será desclassificado.

8. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS RECURSOS

8.1. Até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar o ato convocatório do presente Pregão Presencial, aplicando-se neles subsidiariamente as disposições contidas na Lei 8.666/93.

8.1.1. Em se tratando de licitante, o prazo para impugnação é de até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas.

8.2. Ao final da sessão, a proponente que desejar recorrer contra decisões do Pregoeiro poderá fazê-lo, manifestando sua intenção com registro da síntese dos motivos, obrigando-se a juntar memoriais no prazo de 03 (três) dias. Os interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente. As razões e as contrarrazões de recurso deverão ser enviados aos cuidados do Pregoeiro.

8.3. A falta de manifestação imediata e motivada na sessão do Pregão Presencial, bem como a não entrega das razões de recurso importará na preclusão do direito de recurso.

8.4. Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pela proponente.

8.5. Não serão reconhecidas as impugnações e recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente.

8.6. Os recursos e contra-razões de recurso, bem como impugnação do Edital, deverão ser dirigidos ao Pregoeiro e protocolados junto ao Setor de Licitações, localizado na sede da Prefeitura Municipal, sita na Rua José Inácio da Rocha, 109, Centro, CEP 88.770-000, Município de Imaruí/SC, em dias úteis, no horário de expediente, a qual deverá receber examinar e submetê-lo à Autoridade competente que decidirá sobre a pertinência.

8.7. É vedada ao licitante a utilização de recurso ou impugnação como expediente protelatório ou que vise a tumultuar o procedimento da Licitação. Identificado tal comportamento poderá o Pregoeiro, ou se for o caso, a Autoridade superior, arquivar sumariamente os expedientes.

9. DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Em não sendo interposto recurso, caberá ao Pregoeiro adjudicar o objeto à(s) licitante(s) vencedora(s) e encaminhar o processo à Autoridade competente para a sua Homologação.

9.2. Caso haja recurso, a adjudicação do objeto à(s) licitante(s) vencedora(s) e a homologação do processo efetuada pela Autoridade competente, somente após apreciação pelo pregoeiro sobre o mesmo.

9.3. Homologado o resultado pelo Município, e comunicado à proponente vencedora e aos demais licitantes que concordaram em assinar a Ata de Registro de Preços nas mesmas condições do



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

primeiro colocado, ter-se-á um prazo máximo de 02 (dois) dias úteis para comparecer no Setor de Licitação desta Prefeitura para assinar a referida Ata.

9.3.1. Poderão ser registradas todas as empresas que manifestarem interesse em assinar a Ata com mesmo preço e mesmas condições do primeiro colocado, observando-se o seguinte:

a) Os fornecedores ficarão disponíveis durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços;
b) Quando das contratações decorrentes do Registro de Preços será respeitada a ordem de classificação das empresas constantes na Ata.

9.3.2. Os demais fornecedores serão classificados neste processo, em ordem decrescente de preço proposto e poderão ser convocados para compor a Ata de Registro de Preços, nos casos previstos neste Edital e na Ata dele decorrente.

9.4. A recusa injustificada do detentor do preço registrado em assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e condições estabelecidas, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades previstas no item 14 deste Edital.

9.4.1 Nas hipóteses de recusa do(s) adjudicatário(s) em firmar a Ata de Registro de Preços, a autoridade competente poderá convocar os demais licitantes para assinar a Ata, observadas a ordem de classificação e os procedimentos de habilitação referidos no presente Edital, atendendo ao disposto no art. 4º, inciso XXIII da Lei 10.520/2002.

9.5. No caso do licitante vencedor não apresentar situação regular no ato das solicitações, sem prejuízo das sanções cabíveis, serão convocados os licitantes remanescentes na seguinte ordem:

a) As empresas que, na sessão do Pregão, assinaram a Ata de Registro de Preços nas mesmas condições do primeiro colocado;

b) Na ausência, impossibilidade ou recusa das empresas nas condições da alínea anterior, as que vierem a assinar a Ata de Registro de Preços, quando convocadas.

9.6. A critério do Município, quando a quantidade do primeiro colocado não for suficiente para atender a demanda estimada, e desde que se trate de objetos de qualidade ou desempenho superior, e, ainda, que esteja devidamente justificada e comprovada a vantagem, e, também, que as ofertas sejam em valor inferior ao máximo admitido, poderão ser registrados outros preços.

10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DA CONTRATAÇÃO

10.1. A Ata de Registro de Preços não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecidas à legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

10.2. Constam da Minuta da Ata de Registro de Preços (ANEXO III) as condições e a forma de pagamento, as sanções para o caso de inadimplemento e as demais obrigações das partes, integrando este Edital.

10.3. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses.

10.4. O Município monitorará, pelo menos trimestralmente, o preço dos produtos, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados.

10.4.1. O Município convocará o fornecedor para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado está acima do preço de mercado. Caso seja frustrada a negociação para redução do preço, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

10.4.2. No caso de desequilíbrio econômico-financeiro (preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado, e mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro - equação



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

econômico-financeira), sendo frustrada a negociação entre as partes, o fornecedor poderá ser liberado do compromisso assumido.

10.4.3. Havendo negociação entre as partes, o aumento para recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro da Ata de Registro de Preço somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da licitação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pelo Fornecedor (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

10.4.4. As alterações de preços oriundos da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio econômico-financeiro, serão publicadas na imprensa oficial, sem prejuízo do cumprimento da obrigação contida no art. 15, parágrafo 2º da lei. 8.666/93 (publicação trimestral dos preços registrados).

10.5. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador do registro de preços, será formalizada por instrumento contratual, autorização de compra ou nota de empenho de despesa, observando-se o disposto no art. 62 da lei 8.666/93.

10.5.1 O prazo para assinatura do instrumento é de 02 (dois) dias úteis, contados da notificação feita aos fornecedores registrados.

10.6. As secretarias usuárias da Ata de Registro de Preços não emitirão qualquer Ordem de serviço/Nota de Empenho, sem a prévia existência do respectivo crédito orçamentário.

11. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

11.1. A entrega deverá ser realizada em até 10 (dez) dias após solicitação do setor responsável.

11.2. A empresa vencedora deverá entregar os produtos de primeira qualidade e de acordo com as especificações, em transporte adequado para o acondicionamento dos mesmos.

11.3. Local de entrega: Sede da Secretaria Municipal da Educação. Praça Getúlio Vargas, S/Nº, Centro, Imaruí/SC.

11.4. As entregas deverão ser realizadas das 8h às 12h e das 13h30min às 17h30min.

12. DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

12.1. A inexecução total ou parcial das obrigações oriundas das obrigações da empresa enseja a aplicação das penalidades previstas na Ata de Registro de Preços ou Contrato, inclusive multa no valor de até 20% do Contrato firmado entre as partes.

12.2. A Contratada será responsável por eventuais danos havidos nos objetos/materiais, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus empregados, obrigando-se a substituí-los, ou a indenizar a Administração do prejuízo causado.

12.3. No caso de acréscimo contratual em até 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo total estimado de cada item, fica o fornecedor obrigado a aceitar o acréscimo.

12.4. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a vinte e cinco por cento dos quantitativos registrados na Ata de registro de Preços.

13. DA FORMA DE PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. O pagamento do valor do objeto contratado será efetuado, mediante apresentação de nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo órgão encarregado pelo gerenciamento e fiscalização das entregas e/ou juntamente anexada com a respectiva autorização de fornecimento assinada pela autoridade competente em até 30 (trinta) dias.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

13.2. Caso o produto seja recusado ou o correspondente documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data de regularização da entrega ou do documento fiscal

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Às proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta, deixarem de entregar, ou apresentarem documentação falsa exigida no Edital, comportarem-se de modo inidôneo ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, as seguintes sanções, sem prejuízo da reparação dos danos causados ao Município pelo infrator:

- a)** advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;
- b)** multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da proposta apresentada pela proponente;
- c)** impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, DF e Municípios pelo prazo de até 05 (cinco) anos consecutivos.

15. PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO

15.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

15.2. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

15.3. As decisões e providências que ultrapassem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

15.4. Efetuar o pagamento no prazo de até 30 (trinta) dias corridos subsequentes ao recebimento dos produtos e do fornecimento das correspondentes Notas Fiscais, desde que verificados e aceitos pela secretaria responsável, por meio do atesto do fornecimento em tais documentos fiscais.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. A presente Licitação não importa necessariamente em contratação, podendo o Município revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato supervenientes comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado para conhecimento dos participantes da licitação.

16.2. As proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.3. A proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da Licitação.

16.4. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

16.5. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, firmando-se que só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente normal na Secretaria de Administração e Finanças.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

16.6. As proponentes intimadas para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.

16.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

16.8. As normas que disciplinam este Pregão Presencial serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

16.9. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas às proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento.

16.10. A participação da proponente nesta licitação implica a aceitação de todos os termos deste Edital.

16.11. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

16.12. Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e Anexos deverá ser dirigido ao Pregoeiro através do e-mail licitacao@imarui.sc.gov.br ou por escrito e protocolados junto ao setor de Licitações da Prefeitura Municipal, situada na Rua José Inácio da Rocha, Centro, CEP 88.770-000 na cidade de Imaruí/SC, em dias úteis, no horário de expediente.

16.13. Os casos omissos serão decididos pelo Pregoeiro em conformidade com as disposições constantes nas Leis citadas no preâmbulo deste Edital.

16.14. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o local da realização do certame, considerado aquele a que está vinculado o Pregoeiro, ou seja, o foro da Comarca de Imaruí/SC.

16.15. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

16.16. Recomendam-se às licitantes que estejam no local marcado com antecedência de 15 (quinze) minutos do horário previsto para a entrega dos envelopes n.º01 e 02 e da documentação de Credenciamento.

16.17 São partes integrantes deste Edital

- a) Anexo I** - Credenciamento;
- b) Anexo II** - Declaração para Habilitação;
- c) Anexo III** - Minuta da Ata de Registro de Preços;
- d) Anexo IV** - Minuta do Contrato;
- e) Anexo V** - Proposta de Preços (modelo).
- f) Anexo VI** - Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação.
- g) Anexo VII** - Declaração que não emprega menores.
- h) Anexo VIII** - Termo de Referência

O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta da licitante vencedora, farão parte integrante da Ata de Registro de Preço Contrato, independentemente de transcrição.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

ANEXO I
AO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/2015

Credenciamento

Através da presente, credenciamos o (a) Senhor (a) _____, portador (a) da Cédula de Identidade nº. _____ e CPF sob nº. _____, a participar da Licitação instaurada pelos órgãos do Município de Imaruí, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa _____, inscrita sob o CNPJ. Nº. _____ bem como formular propostas/lances verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

_____, em ____ de ____ de 2015.

Carimbo e assinatura do credenciaste.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ**

**ANEXO II
AO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/2015**

Modelo de Declaração para Habilitação

DECLARAMOS para fins de participação no procedimento licitatório – PREGÃO PRESENCIAL N.º 002/2015, que a empresa _____, inscrita sob o CNPJ _____, atende plenamente aos requisitos necessários à Habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida no Edital convocatório.

_____, em ____ de _____ de 2015.

Carimbo, assinatura e CPF do representante legal.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

ANEXO III AO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/2015

MINUTA - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de 2015, no Setor de Licitações, localizado no Prédio da Prefeitura Municipal de Imaruí, o Município de Imaruí, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Registro de Preços nº. 002/2015, na Ata de julgamento de preços, homologada em ____/____/____, RESOLVE registrar os preços da(s) empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços de gêneros alimentícios, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital Pregão Presencial nº. 002/2015. As licitantes registradas para os materiais cotados são as seguintes:

Item 01 – _____, Quantidade - _____, Unidade de medida - _____.

1º. Colocado – Empresa _____, no valor de R\$ _____;

2º. Colocado – Empresa _____;

3º. Colocado – Empresa _____.

(...)

1.2 Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para a aquisição de gêneros alimentícios, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro à preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.3 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.3.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.3.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro da Ata de Registro de Preço somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.4 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.3.1.

1.5 As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a vinte e cinco por cento dos quantitativos registrados na Ata de registro de Preços.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº. 002/2015 e seus anexos;
- b) Proposta da (s) Licitante(s).

3. VIGÊNCIA

3.1 A vigência do contrato será da data de assinatura do mesmo até o período de um ano a partir da assinatura do contrato

4. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

- 4.1.** A entrega deverá ser realizada em até 10 (dez) dias após solicitação do setor responsável.
- 4.2.** A empresa vencedora deverá entregar os produtos de primeira qualidade e de acordo com as especificações, em transporte adequado para o acondicionamento dos mesmos.
- 4.3.** Local de entrega: Sede da Secretaria Municipal da Educação, Praça Getúlio Vargas, S/Nº, Centro, Imaruí/SC.
- 4.4.** As entregas deverão ser realizadas das 8h às 12h e das 13h30min às 17h30min.

5. DA FORMA DE PAGAMENTO

- 5.1.** O pagamento do valor do objeto contratado será efetuado, mediante apresentação de nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo órgão encarregado pelo gerenciamento e fiscalização das entregas e/ou juntamente anexada com a respectiva autorização de fornecimento assinada pela autoridade competente em até 30 (trinta) dias.
- 5.2.** Caso o produto seja recusado ou o correspondente documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data de regularização da entrega ou do documento fiscal.

6. RESPONSABILIDADES

- 6.1.** A fornecedora responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o Município ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo Município.
- 6.2.** A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.
- 6.3.** As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da CONTRATADA.
- 6.4.** A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos serviços prestados, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer, tenham comprometido os mesmos, fora dos padrões exigidos.
- 6.5.** A empresa registrada autoriza o Município a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada à prévia defesa.

7. OBRIGAÇÕES DAS EMPRESAS FORNECEDORAS

- 7.1.** Cumprir integralmente sua proposta e prestar o fornecimento na forma ajustada.
- 7.2.** Cumprir as exigências quanto à forma de entrega do produto.
- 7.3.** Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução dos serviços.
- 7.4.** A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

7.5. A contratada deverá garantir a qualidade e quantidade dos respectivos produtos, na forma da legislação específica.

7.6. Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estarem cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

7.7. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

7.8. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

7.9. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Efetuar o pagamento no prazo de até 30 (trinta) dias corridos subsequentes ao recebimento dos produtos e do fornecimento das correspondentes Notas Fiscais, desde que verificados e aceitos pela Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, por meio do atesto do fornecimento em tais documentos fiscais.

8.2. Promover, através de seu representante, o acompanhamento e fiscalização dos produtos entregues pela empresa sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

8.3. Por ocasião do recebimento dos produtos, a Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude reserva-se o direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se a contratada a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

8.4. Aplicar à empresa vencedora, penalidades, quando for o caso.

8.5. Caso o produto seja recusado ou o correspondente documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data de regularização da entrega ou do documento fiscal.

9. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

9.1 O Município poderá cancelar o Registro de Preços da(s) Empresa(s) nos casos a seguir especificados:

a) quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;

b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

c) quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;

f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

g) por razões de interesse públicas devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.2 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará a devida apostila mento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

10. PENALIDADES

10.1 Pela inexecução total ou parcial dos serviços estará à empresa fornecedora sujeita às seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa:

1- De 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor);

2- De até 20% (vinte por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta ata e no edital, ressalvado o disposto no item 1 (um) acima citado;

3- Impedimento de participação em licitação e de contratar com a Administração Pública pelo período de até 05 (cinco) anos consecutivos.

10.2 Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

10.3 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a empresa fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

10.4 Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos a que a CONTRATADA tiver direito, ou cobrados judicialmente.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

11.2. Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada.

Imaruí, 26 de Janeiro de 2015.

Representante

Empresa XXXX



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

ANEXO IV

AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2015

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO PARA FORNECIMENTO Nº. ____/____
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/2015.

Contrato que entre si celebram o Município de Imaruí, Estado de Santa Catarina, com endereço na Rua José Inácio da Rocha 109, Centro, Imaruí/SC, inscrito no CNPJ sob o nº. 82.538.851/0001-57, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Senhor Manoel Viana de Sousa, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE** e a empresa, inscrita no CNPJ sob o nº., neste ato representada por seu(ua) representante legal, Senhor(a), doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, em decorrência do processo licitatório nº. 002/2015 – PREGÃO PRESENCIAL PMI nº. 002/2015, homologado em/...../....., mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei nº. 10.520 e da Lei nº. 8.666 de 21/06/93 com alterações posteriores e as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O presente contrato tem por objetivo o fornecimento pela **CONTRATADA**, de forma parcelada, conforme a necessidade da **CONTRATANTE**, de gêneros alimentícios, conforme relação abaixo discriminada(s).

Item	Descrição	Qtde	Marca	P.Unit(R\$)	P. Total(R\$)

1.2 – A **CONTRATADA** declara possuir condições de fornecer o objeto deste Contrato dentro das normas técnicas com qualidade e segurança.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL

2.1 – Fazem parte deste Contrato independentemente de transcrição os seguintes documentos: Proposta da **CONTRATADA**, Edital de Pregão Presencial PMI nº. 002/2015, além das normas e instruções legais vigentes, que lhe sejam aplicáveis.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 – O valor total deste contrato é de R\$ (.....).

3.2 – Fica expressamente estabelecido que os preços constantes na proposta da **CONTRATADA** incluem todos os custos diretos e indiretos requeridos para a execução do objeto licitado, constituindo-se na única remuneração devida.

3.3 – O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento dos materiais mediante a apresentação da Nota Fiscal/fatura devidamente atestada pelo responsável do setor requerente.

3.4 Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e perante o FGTS.

3.5 Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

3.6 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

CLÁUSULA QUARTA – RECURSOS FINANCEIROS

Página 21 de 67



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

4.1 – As despesas decorrentes do presente Contrato correrão à conta do(s) recurso(s) financeiro(s) conforme dotações classificadas e codificadas descritas abaixo:

As despesas decorrentes do objeto deste Termo de Referência correrão à conta das dotações orçamentárias do ano letivo de 2015 do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE/FNDE). Programa de Apoio as Creches – Brasil Carinhoso e Recursos Próprios.

CLÁUSULA QUINTA – CRITÉRIO DE REAJUSTE

5.1 – Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada.

6 – PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA

6.1. Os produtos deverão ser entregues conforme a necessidade da Secretaria, e que deverá ocorrer até 10 (dez) dias consecutivos após a solicitação feita pela Secretaria, sendo que o armazenamento e demais condições serão realizados de acordo com o ANEXO VIII.

7 – PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO

7.1 – A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

7.2 – O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

7.3 – As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

8. DEVERES DA CONTRATADA

8.1. Cumprir integralmente sua proposta e prestar o fornecimento na forma ajustada.

8.2. Cumprir as exigências quanto à forma de entrega do produto.

8.3. Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução dos serviços.

8.4. A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

8.5. A contratada deverá garantir a qualidade e quantidade dos respectivos produtos, na forma da legislação específica.

8.6. Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estarem cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

8.7. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

8.8. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

8.9. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Efetuar o pagamento no prazo de até 30 (trinta) dias corridos subsequentes ao recebimento dos produtos e do fornecimento das correspondentes Notas Fiscais, desde que verificados e aceitos pela Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, por meio do atesto do fornecimento em tais documentos fiscais.

9.2. Promover, através de seu representante, o acompanhamento e fiscalização dos produtos entregues pela empresa sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

9.3. Por ocasião do recebimento dos produtos, a Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude reserva-se o direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se a contratada a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

9.4 Aplicar à empresa vencedora, penalidades, quando for o caso.

9.5. Caso o produto seja recusado ou o correspondente documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data de regularização da entrega ou do documento fiscal.

10 – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL

10.1 – Às proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta, deixarem de entregar, ou apresentarem documentação falsa exigida no Edital, comportarem-se de modo inidôneo ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, as seguintes sanções, sem prejuízo da reparação dos danos causados ao Município pelo infrator:

- a) advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;
- b) multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da proposta apresentada pela proponente;
- c) impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, DF e Municípios pelo prazo de até 05 (cinco) anos consecutivos.

10.2 – Da intenção de aplicação de quaisquer das penalidades previstas, será concedido prazo para defesa prévia de 05 (cinco) dias úteis a contar da notificação.

11 – DAS PRERROGATIVAS DO MUNICÍPIO

11.1 – Neste contrato, são conferidas ao Município as prerrogativas de:

11.1.1 – Modificá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades do interesse público, respeitados os direitos da **CONTRATADA**;

11.1.2 – Rescindir-lo, unilateralmente, nas hipóteses da Cláusula 12;

11.1.3 – Aplicar as penalidades previstas pela inexecução total ou parcial do ajustado;

12 – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

12.1 – Este contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas:

12.1.1 – Por acordo das partes:

12.1.1.1 – quando necessária à modificação do regime de execução do seu objeto, em face da verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originais;

12.1.1.2 – quando necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada à antecipação do



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de execução do objeto.

12.2 – Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão deste para mais ou menos, conforme o caso.

12.3 – Havendo alteração unilateral deste contrato que aumente os encargos da **CONTRATADA**, o **CONTRATANTE** deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico financeiro inicial.

12.4 – As cláusulas econômico-financeiras e monetárias deste Contrato poderão ser alteradas, mediante prévia concordância da **CONTRATADA**.

12.5 – Na hipótese de modificação unilateral deste Contrato, as suas cláusulas econômico financeiras deverão ser revistas para que se mantenha o equilíbrio contratual.

13 – DA RESCISÃO CONTRATUAL

13.1 – Este contrato poderá ser rescindido nos termos dos artigos 77, 78, 79 e 80 da Lei nº. 8666/93.

13.1.1 – O contrato também poderá ser rescindido nos casos em que se verificar que a **CONTRATADA** não preenchia ou não mais preenche os requisitos de habilitação.

13.2 – Nas hipóteses legais de rescisão administrativa solicitada pela **CONTRATADA**, esta deverá submeter o seu pedido, necessariamente fundamentado, à apreciação da **CONTRATANTE** através de requerimento protocolado e instruído com a documentação comprobatória dos fatos alegados.

13.3 – A rescisão administrativa será precedida de autorização expressa e fundamentada da autoridade competente.

13.4 – A **CONTRATADA** reconhece os direitos da **CONTRATANTE** nos casos de rescisão previstos no artigo 77 da Lei nº. 8666/93.

14 – DA DECLARAÇÃO DE NULIDADE DO CONTRATO

14.1 – A declaração de nulidade deste contrato opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que este, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

14.2 – A nulidade não exonera o **CONTRATANTE** do dever de indenizar a **CONTRATADA** pelo que esta houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos, regularmente comprovados, contanto que não lhe sejam imputáveis, cabendo ao **CONTRATANTE** promover a responsabilidade de quem deu causa à nulidade.

15 – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

15.1 – O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei nº. 10.520/02, e Lei nº. 8.666/93.

16 – TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS

16.1 – A troca eventual de documentos e cartas entre a **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

17– VIGÊNCIA DO CONTRATO

17.1 – A vigência do contrato será da data de assinatura do mesmo até o período de um ano a partir da assinatura do contrato.

18 – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA

18.1 – Este contrato vincula as partes ao Processo Licitatório nº. 002/2015 – PREGÃO PRESENCIAL nº. 002/2015 e a proposta da **CONTRATADA**.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ**

19 – FORO

19 .1 – Fica eleito o foro da Comarca de Imaruí para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito. Imaruí, ____ de _____ de 2015.

ASSINATURAS

MANOEL VIANA DE SOUZA
Prefeito Municipal
Contratante

XXXXXXXXXXXXXXXXXX
Empresa
Contratada

TESTEMUNHAS

Nome _____
CPF _____

Nome _____
CPF _____

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ****ANEXO V
AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2015**

Nome da Empresa:
Endereço:
CNPJ:
Telefone:
Responsável pela empresa:
Pregão 002/2015

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Item	DESCRIÇÃO	Und.	Qntd.	Preço Unidade	Preço Total
1	Mortadela Fatiada - Características técnicas: embutido de carne bovina ou suína sem gordura, fatiado. Embalagem: pacote a vácuo de 500gr lacrado e rotulado de acordo com a legislação. Data de validade: mínimo 3 meses da data de fabricação.	PCT	400		
2	Queijo Prato Fatiado - Características técnicas: derivado do leite com fatias separadas por interfolhador. Embalagem: pacote a vácuo de 500gr, lacrado e rotulado de acordo com a legislação. Data de validade: mínimo de 2 meses da data de fabricação.	PCT	400		
3	Leite Integral Longa Vida - Características técnicas: leite integral processado em usina de beneficiamento através do sistema <i>Ultra High Temperature</i> (UHT) com fiscalização permanente. O produto deve conter no mínimo 3% de gordura, cor branca interior e sabor característico. Deve ter Certificado de inspeção (Federal ou Estadual). Embalagem: acondicionado em embalagem Tetra brik Aseptic de 1 litro, caixa com 12 unidades. Deverá trazer informações gerais, data de fabricação e validade bem visíveis e claras. Data de fabricação: máximo de 15 dias. Data de validade: mínimo de 120 dias.	CX	400		



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

4	Mamão formosa - Características técnicas: devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidos, bem formados, limpos, com coloração e aroma próprio, livres de danos mecânicos e fisiológicos, pragas ou doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação. Embalagem descartável ou retornável sendo de material resistente.	kg	1800		
5	Farinha láctea - Características técnicas: cereal a base de arroz, trigo, aveia, cevado e milho, pré cozido para alimentação infantil. Embalagem: sache de no mínimo 230gr. Data de validade: mínimo de 30 dias.	PCT	400		
6	Mistura para mingau - Características técnicas: cereal a base de arroz, trigo, aveia, cevado e milho, pré cozido para alimentação infantil. Embalagem: sache de no mínimo 230gr. Data de validade: mínimo de 30 dias.	UN	400		
7	Cominho moído - Características técnicas: grão de cominho moído. Ingredientes: fubá, cominho, sal refinado, óleo de soja, cúrcuma e urucum. Embalagem: plástica/polietileno, lacrado com peso mínimo 70gr. Data de validade: mínimo de 6 meses da data de fabricação.	UN	500		
8	Orégano - Características técnicas: orégano desidratado em perfeitas condições de conservação. Embalagem plástica ou de polietileno, lacrada com 50 gr cada.	PCT	500		
9	Amaciante de carne - Características técnicas: amaciante de carne com tempero em pó. Ingredientes: sal, creme de milho, alho, cebola, antiumectante, acidulante. Embalagem: lacrada, com peso mínimo de 1kg rotulada de acordo com a legislação.	PCT	10		



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

10	Açúcar - refinado, embalagem de 5kg, especial de cana de açúcar.	PCT	1000		
11	Arroz - parborizado Tipo 2, embalagem de 5 kg constituídos de grãos inteiros, isento de sujidades e materiais estranhos. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 06 meses a partir da data de entrega.	PCT	1000		
13	Biscoito maisena - Embalagem dupla contendo no mínimo 400g, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido e de acordo com Resolução 12/78 da Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos - CNNPA.	PCT	5000		
14	Café - em pó, torrado, moído, características: puro, contendo selo de pureza ABIC. Embalagem de 500g, embalado a vácuo.	PCT	2000		
15	Farinha de trigo - especial (embalagem de 1 kg) tipo 1 enriquecido com ferro e ácido fólico (vitamina B9).	KG	1000		
16	Farinha de trigo integral - farinha de trigo integral, fina, de 1ª qualidade, com no mínimo 6g de fibra alimentar em 50g do produto seco. Embalagem de 1kg.	KG	600		
17	Farinha de milho - (embalagem de 1 kg) tipo fubá fino, enriquecido com ferro ácido fólico (vitamina B9)	KG	50		



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

18	Leite em pó - (Leite em pó - Embalagem 400g) Integral, instantâneo, com no mínimo 26% de gorduras (lipídios), contendo pirofosfato férrico e emulsificante lecitina de soja, acondicionados em embalagem de folha de flandres ou alumínio limpa, resistente, atóxica, isenta de ferrugem, não amassada, contendo 400g de peso líquido. Embalagem apresentando externamente dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote data de validade, quantidade do produto, e número do registro no Ministério da Agricultura. Data de validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega do produto.	PCT	4000		
19	Farinha de mandioca - (embalagem de 1 kg). Fina, branca, embalada em pacotes plásticos, transparentes, limpos, não violados e resistentes. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 05 meses a partir da data de entrega.	KG	1000		
20	Oleo - comestíveis vegetal de soja, puro, refinado sem colesterol, rico em vitamina E. Embalagem contendo no mínimo 900 ml, com a identificação do produto, marcado do fabricante, prazo de validade e peso líquido, de acordo com Resolução 482/99 - ANVISA. Embalagem de 900 ml.	UN	1800		
21	Ovo - de galinha vermelho. Tamanho médio.	DZ	2000		



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

22	Fermento químico - em pó. Ingredientes: amido de milho ou fécula de mandioca, fosfato monocalcico, bicarbonato de sódio e carbonato de cálcio. Características técnicas: formado de substancias químicas, no rótulo deve constar as denominações "fermento biológico seco e fresco". Embalagem primária; lata de papelão resistente com parte superior e inferior aluminizada (embalagem de 100g.).	UN	700		
23	Fermento biológico - Características técnicas: seco, instantâneo, 100% natural, no rótulo deve constar as denominações: "fermento biológico seco". Embalagem primária; embalado a vácuo, envelopes luminizados, envelope de 11g.	UN	500		
24	Colorau - embalagem de 500 g., fabricado a partir da pasta de urucum e fubá.	PCT	400		
25	Gelatina - embalagem de 1Kg. Sabor: abacaxi. Rendimento mínimo 5 litros.	UN	200		
26	Gelatina - embalagem de 1Kg. Sabor: limão. Rendimento mínimo 5 litros.	UN	200		
27	Gelatina - embalagem de 1Kg. Sabor: morango. Rendimento mínimo 5 litros.	UN	300		
28	Sal refinado - iodado, com granulação uniforme e com cristais brancos, com no mínimo de 98,5% de cloreto de sódio e com dosagem de sais de iodo de no mínimo 10mg e máximo de 15mg de iodo por quilo de acordo com a Legislação Federal Específica - Embalagens de 1 kg.	KG	500		
29	Macarrão - tipo parafuso. a base de farinha, com ovos, embalagem contendo 500g, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido.	PCT	3500		



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

30	Macarrão - de sêmola de trigo tipo espaguete, enriquecido com ferro e ácido fólico, corantes naturais urucum cúrcuma. Embalagem plástica, de 500g, com data de fabricação e vencimento.	PCT	2500		
31	Achocolatado - Características técnicas: alimento achocolatado em pó, instantâneo, enriquecido com 8 vitaminas. Ingredientes: açúcar cristal, cacau em pó alcalino lecitinado, sal refinado, mistura mineiro vitamínica (vitamina C, ninaciamida, vitaminas B6, B2, B1, ácido fólico e vitamina B12) e aromatizante natural reforçado de baunilha. Embalagem primária: sacos de polietileno atóxico, leitoso, resistente, termosoldado. Embalagem de 1kg.	PCT	2000		
33	Doce de fruta - cremoso. Rotulado com as informações mínimas: marca, endereço, data de produção, data de validade, ingrediente e/ou informação nutricional. Sabores que serão aceitos: morango, amora, uva e banana. Embalagem de 1 kg, isenta de mofo ou bolores, bodes estranhos e substâncias nocivas Embalagem de 450gr.	UN	300		
34	Margarina - Descrição do objeto: Margarina cremosa com sal. Produto gorduroso em emulsão estável com leite ou seus constituintes ou derivados, e outros ingredientes, destinados à alimentação humana com cheiro e sabor característico. Deverá conter no mínimo 80% de lipídios. A gordura láctea, quando presente, não deverá exceder a 3% m/m de teor de lipídios totais. O produto deve estar de acordo com toda a legislação vigente. Características gerais: margarina cremosa com sal. Deve conter selo do SIF. Por porção de 10 gramas deverá conter mínimo de 45 mcg de vitamina A, máximo 3,8 gramas de gorduras polinsaturadas, máximo 8 gramas de	UN	1000		



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

	<p>gorduras totais, máximo 70 mg de sódio. O produto não pode estar se liquefazendo, o que é um indicativo de armazenamento e altas temperaturas. Características Macroscópicas e Microscópicas: ausência de matérias prejudiciais à saúde humana (macroscópicas e microscópicas), abrangendo insetos, outros animais, parasitos, excrementos de insetos e/ou de outros animais. Objetos rígidos, pontiagudos ou cortantes, conforme determina a Resolução RDC nº 175, de 08/07/2003. Embalagem primária: embalagem de potes de polietileno resistente ou acetado com tampa e lacre de proteção intacto, contendo 500 gr de peso líquido. A rotulagem deve estar de acordo com a legislação vigente. Embalagem secundária: de papelão reforçada, com as abas superiores e inferiores totalmente lacradas, com capacidade para 6 kg. Data de fabricação: o produto de ter sido fabricado no máximo de 30 dias antes da data de entrega. Prazo de validade: mínimo de 06 meses a partir da data de entrega.</p>				
35	<p>Extrato de tomate - 1kg, concentrado com no mínimo 1% de carboidrato e 5% de sódio por porção, deverá ser preparado com frutos maduros, escolhidos, sem pele e sementes. O produto deverá estar isento de fermentações e não indicar processamento defeituoso, identificação do produto, marca da fabricante, prazo de validade e peso líquido. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.</p>	UN	800		
36	<p>Suco - em pó adoçado. Rendimento 5 litros. Sabor: laranja.</p>	un	200		
37	<p>Suco - em pó adoçado. Rendimento 5 litros. Sabor: morango. Caixa com 15 unidades.</p>	un	200		
38	<p>Feijão - preto tipo , embalagem de 1 kg, livre de sujidades.</p>	KG	1800		



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

39	Maça - grupo 1 tipo especial. Devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças. Devem estar em perfeitas condições.	KG	3000		
40	Laranja Pêra - grupo 1 tipo especial. Devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças. Devem estar em perfeitas condições de maturação e conservação.	KG	3000		
41	Cenoura - classe média, tipo especial. Devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças. Devem estar em perfeitas condições de maturação e conservação.	KG	2500		
42	Chuchu - classe média, tipo especial. Devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças. Devem estar em perfeitas condições de maturação e conservação.	KG	400		
43	Beterraba - classe média, tipo especial. Devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças. Devem estar em perfeitas condições de maturação e conservação.	KG	1500		



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

44	Tomate - classe média, tipo especial. Devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças. Devem estar em perfeitas condições de maturação e conservação.	KG	5000		
45	Abóbora - classe média, tipo especial. Devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças. Devem estar em perfeitas condições de maturação e conservação.	KG	500		
46	Repolho - deve apresentar cabeças firmes, compactas e sem rachaduras. Devem estar livres de manchas escuras de perfuração, parasitas, larvas e danos físicos. Apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente bem desenvolvidas com boa aparência.	UN	1000		
47	Banana branca - Deve apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças. Devem estar em perfeitas condições de maturação e conservação.	KG	3000		
48	Cebola de cabeça - classe média 4, tipo especial. Devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estarem em perfeitas condições de maturação e conservação.	KG	4000		



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

49	Batata inglesa - escovada, grupo 1 ou 2, classe 2, tipo especial, pesando entre 100 e 300 gr a unidade. Deve apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estarem em perfeitas condições de maturação e conservação. Embalagem de 2 kg.	KG	3000		
50	Abacaxi - deve apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação.	und	500		
51	Pimentão - fresco integro, sem manchas, coloração, tamanhos uniformes, isentos de parasitas, larvas e danos físicos ou mecânicos decorrentes de transportes e manuseios.	kg	50		R\$ 279,83
52	Peito de frango - congelado, com osso, de primeira qualidade. Embalagem de 1kg. Embalagem em filme PVC transparente ou saco plástico transparente, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as Portarias do Ministério da Agricultura, DIPOA nº 304 de 22/04/96 e nº 145 de 22/04/98, da Resolução da ANVISA nº 105 de 19/05/99, da Lei Municipal Sanitária nº 5504/99 e Resolução RDC nº 13 de 02/01/2001.	KG	7000		



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

53	Coxa e sobrecoxa - de frango congelada e sobrecoxa de frango, congelado. Embalagem em filme PVC transparente ou saco plástico transparente, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marca e carimbo oficiais, de acordo com as Portarias do Ministério da Agricultura, DIPOA nº304 de 22/04/96 e nº145 de 22/04/98, da Resolução da ANVISA nº 105 de 19/05/99, da Lei Municipal Sanitária nº 5504/99 e Resolução RCD nº 13 de 02/01/2001.	KG	7000		
54	Carne moída - congelada, embalagem e 1 kg, embalada a vácuo, com SIF ou SIM ou SIE, com rótulo de identificação e prazo de validade. Máximo de 3% de água, isenta de ossos, cartilagens, gordura parcial, tendões, coágulos. Sem presença de sangue e de sinais de descongelamento. Embalagem resistente. Validade mínima de 6 meses.	KG	7000		
55	Carne de 2ª congelada - embalagem de 1 kg, embalada a vácuo, com SIF ou SIM ou SIE, com rótulo de identificação e pra de validade, embalada a vácuo. Sem presença de sangue e de sinais de descongelamento. Embalagem resistente. Validade mínima de 6 meses. Sem fracionamento no varejo.	KG	7000		
56	Pó para pudim - industrial, pacote de 1kg. Sabor: morango.	UN	200		
57	Pó para pudim - industrial, pacote de 1kg.. Sabor: chocolate.	UN	200		
58	Alho - classe média, tipo especial. Devem apresentar as características do cultivar bem definidas, bem formados e livres de pragas e doenças. Pacote com 100 gr.	PCT	500		
58	Filé de peixe - sem espinhos (espinhas) congelado, embalado a vácuo. Embalagem de 1 kg com SIF, SIE ou SIM e data de validade.	KG	2000		



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

59	Vinagre de álcool - com acidez mínima de 4,0% - embalagem mínima de 500 ml.	L	200		
60	Biscoito - tipo cream cracker. Embalagem dupla contendo no mínimo 400 gr, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido e de acordo com a Resolução 12/78 da Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos - CNNPA.	PCT	5000		
61	Biscoito rosquinha - sabor coco. Embalagem dupla contendo no mínimo 400 gr, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido e de acordo com a Resolução 12/78 da Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos - CNNPA.	PCT	4000		
62	Amido de Milho - Embalagem com 500 gr, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade, peso líquido e de acordo com a Resolução 12/78 da Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos - CNNPA.	UN	300		
63	Bebida láctea fermentada - Sabor: morango. Embalagem plástica, contendo 1L. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e atender as Portarias 451/97 do Ministério da Saúde e 369/97 do Ministério da Agricultura e Abastecimento, bem como a Resolução 12/78 da Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos - CNNPA. Embalagem contendo prazo de validade, data de fabricação e informações nutricionais.	L	4000		



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

64	Sardinha - em conserva, preparada com pescado fresco, limpo, eviscerado, cozido. Imersa em óleo comestível. Acondicionado em recipiente de folha de flandres íntegro, resistente, vedado hermeticamente e limpo, contendo aproximadamente 125g de peso líquido e 88g de peso drenado. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante.	UND	1000		
65	Água Mineral - (bombanas de 20L). Características técnicas: água mineral natural fluoretada, sem gás, com validade de 12 meses. Necessário o comodo dos cascos de água no início do ano.	UND	3000		
66	Água Mineral - de 500mL. Características técnicas: água mineral fluoretada natural, sem gás, inodoro, transparente. Embalagem pet, descartável. Data de fabricação máximo de 15 dias. Data de validade mínimo de 6 meses.	UND	2000		
67	Salsicha - Características técnicas: produto obtido da emulsão de carnes, cozida. Deve apresentar elementos inteiros e de tamanho uniforme. Ingredientes: carne bovina, carne suína, toucinho, proteína vegetal, amido, glicose, especiarias, conservantes, estabilizantes e antioxidantes e ausência de glúten. Embalagem em: pacote a vácuo de 1kg, lacrada e rotulada de acordo com a legislação. Data de validade: mínimo de 03 meses.	KG	200		



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

69	Pão de cachorro quente - Características técnicas: Pão para cachorro quente com 50g. Deve conter: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, água, sal, fermento biológico, gordura vegetal, lecitina de soja e açúcar, não deve conter reforçador. Embalagem primária: Embalagem plástica, com identificação do fornecedor, tipo de pão, data de fabricação e validade, embalagem com 10 unidades. Data de fabricação: Máximo de 01 dia. Prazo de validade: Mínimo de 04 dias da data de fabricação. Apresentar Laudo de Análise de laboratório Oficial (junto às amostras).	KG	4000		
----	--	----	------	--	--

Valor Por extenso R\$: _____

Validade da Proposta

Assinatura do Representante

Carimbo da empresa



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ**

**ANEXO VI
AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2015**

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO

(NOME DA EMPRESA) _____, CNPJ N.
_____, sediada _____(endereço completo)
_____, declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem
fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de
declarar ocorrências posteriores.

Local e data

Nome e número da identidade do declarante
N. DO CNPJ



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ**

**ANEXO VII
AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2015**

(Deve ser apresentado dentro do envelope de habilitação)

**MODELO DE DECLARAÇÃO EM CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

..... inscrita no CNPJ n., por intermédio de seu representante legal, Sr. (a) portador (a) da Carteira de Identidade n.º CPF n.
..... DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva:

Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz (...).

Data

Representante Legal

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ**

**ANEXO VIII
AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2015**

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Constitui objeto deste Termo de Referência com vista à **aquisição de Gêneros Alimentícios** na modalidade de Pregão presencial de REGISTRO DE PREÇO MENOR PREÇO POR ITEM para a Rede Municipal de Ensino de Imaruí, referente ao ano letivo de 2015.

2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. As despesas decorrentes do objeto deste Termo de Referência correrão à conta das dotações orçamentárias do ano letivo de 2015 do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE/FNDE), Programa de Apoio a Creches – Brasil Carinhoso e Recursos Próprios.

3. ITENS E QUANTITATIVOS

3.1. O presente termo de referência tem como objeto a aquisição de Gêneros Alimentícios para atendimento aos educandos da rede municipal de ensino conforme especificações abaixo de descrição, unidade e quantidade:

Licitação Alimentos Merenda Escolar

DESCRIÇÃO	Und.	Qntd.
Mortadela Fatiada Características técnicas: embutido de carne bovina ou suína sem gordura, fatiado. Embalagem: pacote a vácuo de 500gr lacrado e rotulado de acordo com a legislação. Data de validade: mínimo 3 meses da data de fabricação.	PCT	400
Queijo Prato Fatiado Características técnicas: derivado do leite com fatias separadas por interfolhador. Embalagem: pacote a vácuo de 500gr, lacrado e rotulado de acordo com a legislação. Data de validade: mínimo de 2 meses da data de fabricação.	PCT	400
Leite Integral Longa Vida Características técnicas: leite integral processado em usina de beneficiamento através do sistema <i>Ultra High Temperature</i> (UHT) com fiscalização permanente. O produto deve conter no mínimo 3% de gordura, cor branca interior e sabor característico. Deve ter Certificado de inspeção (Federal ou Estadual). Embalagem: acondicionado em embalagem Tetra brik Aseptic de 1 litro, caixa com 12 unidades. Deverá trazer informações gerais, data de fabricação e validade bem visíveis e claras. Data de fabricação: máximo de 15 dias. Data de validade: mínimo de 120 dias.	CX	400
Mamão formosa - Características técnicas: devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidos, bem formados, limpos, com	kg	1800



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

coloração e aroma próprio, livres de danos mecânicos e fisiológicos, pragas ou doenças e estejam em perfeitas condições de conservação e maturação. Embalagem descartável ou retornável sendo de material resistente.		
Farinha láctea - Características técnicas: cereal a base de arroz, trigo, aveia, cevado e milho, pré cozido para alimentação infantil. Embalagem: sachê de no mínimo 230gr. Data de validade: mínimo de 30 dias.	PCT	400
Mistura para mingau - Características técnicas: cereal a base de arroz, trigo, aveia, cevado e milho, pré cozido para alimentação infantil. Embalagem: sachê de no mínimo 230gr. Data de validade: mínimo de 30 dias.	UN	400
Cominho moído - Características técnicas: grão de cominho moído. Ingredientes: fubá, cominho, sal refinado, óleo de soja, cúrcuma e urucum. Embalagem: plástica/polietileno, lacrado com peso mínimo 70gr. Data de validade: mínimo de 6 meses da data de fabricação.	UN	500
Orégano - Características técnicas: orégano desidratado em perfeitas condições de conservação. Embalagem plástica ou de polietileno, lacrada com 50 gr cada.	PCT	500
Amaciante de carne - Características técnicas: amaciante de carne com tempero em pó. Ingredientes: sal, creme de milho, alho, cebola, antiemético, acidulante. Embalagem: lacrada, com peso mínimo de 1kg rotulada de acordo com a legislação.	PCT	10
Açúcar - refinado, embalagem de 5kg, especial de cana de açúcar.	PCT	1000
Arroz parborizado Tipo 2, embalagem de 5 kg constituídos de grãos inteiros, isento de sujidades e materiais estranhos. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 06 meses a partir da data de entrega.	PCT	1000
Biscoito maisena . Embalagem dupla contendo no mínimo 400g, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido e de acordo com Resolução 12/78 da Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos - CNNPA.	PCT	5000
Café em pó, torrado, moído, características: puro, contendo selo de pureza ABIC. Embalagem de 500g, embalado a vácuo.	PCT	2000
Farinha de trigo especial (embalagem de 1 kg) tipo 1 enriquecido com ferro e ácido fólico (vitamina B9).	KG	1000
Farinha de trigo integral farinha de trigo integral, fina, de 1ª qualidade, com no mínimo 6g de fibra alimentar em 50g do produto seco. Embalagem de 1kg.	KG	600



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

Farinha de milho (embalagem de 1 kg) tipo fubá fino, enriquecido com ferro ácido fólico (vitamina B9)	KG	50
Leite em pó (Leite em pó - Embalagem 400g) Integral, instantâneo, com no mínimo 26% de gorduras (lipídios), contendo pirofosfato férrico e emulsificante lecitina de soja, acondicionados em embalagem de folha de flandres ou alumínio limpa, resistente, atóxica, isenta de ferrugem, não amassada, contendo 400g de peso líquido. Embalagem apresentando externamente dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote data de validade, quantidade do produto, e número do registro no Ministério da Agricultura. Data de validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega do produto.	PCT	4000
Farinha de mandioca (embalagem de 1 kg). Fina, branca, embalada em pacotes plásticos, transparentes, limpos, não violados e resistentes. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 05 meses a partir da data de entrega.	KG	1000
Oleo , comestíveis vegetal de soja, puro, refinado sem colesterol, rico em vitamina E. Embalagem contendo no mínimo 900 ml, com a identificação do produto, marcado do fabricante, prazo de validade e peso líquido, de acordo com Resolução 482/99 - ANVISA. Embalagem de 900 ml.	UN	1800
Ovo de galinha vermelho. Tamanho médio.	DZ	2000
Fermento químico em pó. Ingredientes: amido de milho ou fécula de mandioca, fosfato monocalcico, bicarbonato de sódio e carbonato de cálcio. Características técnicas: formado de substancias químicas, no rótulo deve constar as denominações "fermento biológico seco e fresco". Embalagem primária; lata de papelão resistente com parte superior e inferior aluminizada (embalagem de 100g.).	UN	700
Fermento biológico . Características técnicas: seco, instantâneo, 100% natural, no rótulo deve constar as denominações: "fermento biológico seco". Embalagem primária; embalado a vácuo, envelopes luminizados, envelope de 11g.	UN	500
Colorau , embalagem de 500 g., fabricado a partir da pasta de urucum e fubá.	PCT	400
Gelatina , embalagem de 1Kg. Sabor: abacaxi. Rendimento mínimo 5 litros.	UN	200
Gelatina , embalagem de 1Kg. Sabor: limão Rendimento mínimo 5 litros.	UN	200
Gelatina , embalagem de 1Kg. Sabor: morango. Rendimento mínimo 5 litros.	UN	300



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

Sal refinado , iodado, com granulação uniforme e com cristais brancos, com no mínimo de 98,5% de cloreto de sódio e com dosagem de sais de iodo de no mínimo 10mg e máximo de 15mg de iodo por quilo de acordo com a Legislação Federal Específica - Embalagens de 1 kg.	KG	500
Macarrão tipo parafuso, a base de farinha, com ovos, embalagem contendo 500 g, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido.	PCT	3500
Macarrão de sêmola de trigo tipo espaguete, enriquecido com ferro e ácido fólico, corantes naturais urucum cúrcuma. Embalagem plástica, de 500g, com data de fabricação e vencimento.	PCT	2500
Achocolatado . Características técnicas: alimento achocolatado em pó, instantâneo, enriquecido com 8 vitaminas. Ingredientes: açúcar cristal, cacau em pó alcalino lecitinado, sal refinado, mistura mineiro vitamínica (vitamina C, ninaciamida, vitaminas B6, B2, B1, ácido fólico e vitamina B12) e aromatizante natural reforçado de baunilha. Embalagem primária: sacos de polietileno atóxico, leitoso, resistente, termosoldado. Embalagem de 1kg.	PCT	2000
Doce de fruta cremoso. Rotulado com as informações mínimas: marca, endereço, data de produção, data de validade, ingrediente e/ou informação nutricional. Sabores que serão aceitos: morango, amora, uva e banana. Embalagem de 1 kg, isenta de mofo ou bolores, bolores estranhos e substâncias nocivas. Embalagem de 450gr.	UN	300
Margarina . Descrição do objeto: Margarina cremosa com sal. Produto gorduroso em emulsão estável com leite ou seus constituintes ou derivados, e outros ingredientes, destinados à alimentação humana com cheiro e sabor característico. Deverá conter no mínimo 80% de lipídios. A gordura láctea, quando presente, não deverá exceder a 3% m/m de teor de lipídios totais. O produto deve estar de acordo com toda a legislação vigente. Características gerais: margarina cremosa com sal. Deve conter selo do SIF. Por porção de 10 gramas deverá conter mínimo de 45 mcg de vitamina A, máximo 3,8 gramas de gorduras polinsaturadas, máximo 8 gramas de gorduras totais, máximo 70 mg de sódio. O produto não pode estar se liquefazendo, o que é um indicativo de armazenamento e altas temperaturas. Características Macroscópicas e Microscópicas: ausência de matérias prejudiciais à saúde humana (macroscópicas e microscópicas), abrangendo insetos, outros animais, parasitos, excrementos de insetos e/ou de outros animais. Objetos rígidos, pontiagudos ou cortantes, conforme determina a Resolução RDC nº 175, de 08/07/2003. Embalagem primária:	UN	1000



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

embalagem de potes de polietileno resistente ou acetado com tampa e lacre de proteção intacto, contendo 500 gr de peso líquido. A rotulagem deve estar de acordo com a legislação vigente. Embalagem secundária: de papelão reforçada, com as abas superiores e inferiores totalmente lacradas, com capacidade para 6 kg. Data de fabricação: o produto de ter sido fabricado no máximo de 30 dias antes da data de entrega. Prazo de validade: mínimo de 06 meses a partir da data de entrega.		
Extrato de tomate 1kg, concentrado com no mínimo 1% de carboidrato e 5% de sódio por porção, deverá ser preparado com frutos maduros, escolhidos, sem pele e sementes. O produto deverá estar isento de fermentações e não indicar processamento defeituoso, identificação do produto, marca da fabricante, prazo de validade e peso líquido. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	UN	800
Suco em pó adoçado. Rendimento 5 litros. Sabor: laranja.	UN	200
Suco em pó adoçado. Rendimento 5 litros. Sabor: morango. Caixa com 15 unidades.	UN	200
Feijão preto tipo , embalagem de 1 kg, livre de sujidades.	KG	1800
Maçã , grupo 1 tipo especial. Devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças. Devem estar em perfeitas condições.	KG	3000
Laranja Pêra , grupo 1 tipo especial. Devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças. Devem estar em perfeitas condições de maturação e conservação.	KG	3000
Cenoura , classe média, tipo especial. Devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças. Devem estar em perfeitas condições de maturação e conservação.	KG	2500
Chuchu , classe média, tipo especial. Devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças. Devem estar em perfeitas condições de maturação e conservação.	KG	400



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

Beterraba , classe média, tipo especial. Devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças. Devem estar em perfeitas condições de maturação e conservação.	KG	1500
Tomate , classe média, tipo especial. Devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças. Devem estar em perfeitas condições de maturação e conservação.	KG	5000
Abóbora , classe média, tipo especial. Devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças. Devem estar em perfeitas condições de maturação e conservação.	KG	500
Repolho , deve apresentar cabeças firmes, compactas e sem rachaduras. Devem estar livres de manchas escuras de perfuração, parasitas, larvas e danos físicos. Apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente bem desenvolvidas com boa aparência.	UN	1000
Banana branca. Deve apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças. Devem estar em perfeitas condições de maturação e conservação.	KG	3000
Cebola de cabeça classe média 4, tipo especial. Devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estarem em perfeitas condições de maturação e conservação.	KG	4000
Batata inglesa escovada, grupo 1 ou 2, classe 2, tipo especial, pesando entre 100 e 300 gr a unidade. Deve apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estarem em perfeitas condições de maturação e conservação. Embalagem de 2 kg.	KG	3000
Abacaxi , deve apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação.	und	500
Pimentão , fresco inteiro, sem manchas, coloração, tamanhos	kg	50



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

uniformes, isentos de parasitas, larvas e danos físicos ou mecânicos decorrentes de transportes e manuseios.		
Peito de frango congelado, com osso, de primeira qualidade. Embalagem de 1kg. Embalagem em filme PVC transparente ou saco plástico transparente, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as Portarias do Ministério da Agricultura, DIPOA nº 304 de 22/04/96 e nº 145 de 22/04/98, da Resolução da ANVISA nº 105 de 19/05/99, da Lei Municipal Sanitária nº 5504/99 e Resolução RDC nº 13 de 02/01/2001.	KG	7000
Coxa e sobrecoxa de frango congelada e sobrecoxa de frango, congelado. Embalagem em filme PVC transparente ou saco plástico transparente, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marca e carimbo oficiais, de acordo com as Portarias do Ministério da Agricultura, DIPOA nº 304 de 22/04/96 e nº 145 de 22/04/98, da Resolução da ANVISA nº 105 de 19/05/99, da Lei Municipal Sanitária nº 5504/99 e Resolução RCD nº 13 de 02/01/2001.	KG	7000
Carne moída congelada, embalagem e 1 kg, embalada a vácuo, com SIF ou SIM ou SIE, com rótulo de identificação e prazo de validade. Máximo de 3% de água, isenta de ossos, cartilagens, gordura parcial, tendões, coágulos. Sem presença de sangue e de sinais de descongelamento. Embalagem resistente. Validade mínima de 6 meses.	KG	7000
Carne de 2ª congelada, embalagem de 1 kg, embalada a vácuo, com SIF ou SIM ou SIE, com rótulo de identificação e pra de validade, embalada a vácuo. Sem presença de sangue e de sinais de descongelamento. Embalagem resistente. Validade mínima de 6 meses. Sem fracionamento no varejo.	KG	7000
Pó para pudim , industrial, pacote de 1kg. Sabor: morango.	UN	200
Pó para pudim , industrial, pacote de 1kg.. Sabor: chocolate.	UN	200
Alho , classe média, tipo especial. Devem apresentar as características do cultivar bem definidas, bem formados e livres de pragas e doenças. Pacote com 100 gr.	PCT	500
Filé de peixe , sem espinhos (espinhas) congelado, embalado a vácuo. Embalagem de 1 kg com SIF, SIE ou SIM e data de validade.	KG	2000
Vinagre de álcool com acidez mínima de 4,0% - embalagem mínima de 500 ml.	L	200
Biscoito tipo cream cracker. Embalagem dupla contendo no mínimo 400 gr, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido e de acordo com a Resolução 12/78 da Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos - CNNPA	PCT	5000
Biscoito rosquinha sabor coco. Embalagem dupla contendo no mínimo 400 gr, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido e de	PCT	4000



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

acordo com a Resolução 12/78 da Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos - CNNPA.		
Amido de Milho. Embalagem com 500 gr, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade, peso líquido e de acordo com a Resolução 12/78 da Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos - CNNPA.	UN	300
Bebida láctea fermentada. Sabor: morango. Embalagem plástica, contendo 1L. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e atender as Portarias 451/97 do Ministério da Saúde e 369/97 do Ministério da Agricultura e Abastecimento, bem como a Resolução 12/78 da Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos - CNNPA. Embalagem contendo prazo de validade, data de fabricação e informações nutricionais.	L	4000
Sardinha em conserva, preparada com pescado fresco, limpo, eviscerado, cozido. Imerse em óleo comestível. Acondicionado em recipiente de folha de flandres íntegro, resistente, vedado hermeticamente e limpo, contendo aproximadamente 125g de peso líquido e 88g de peso drenado. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante.	UND	1000
Água Mineral (bombanas de 20L). Características técnicas: água mineral natural fluoretada, sem gás, com validade de 12 meses. Necessário o comodo dos cascos de água no início do ano.	UND	3000
Água Mineral de 500mL. Características técnicas: água mineral fluoretada natural, sem gás, inodoro, transparente. Embalagem pet, descartável. Data de fabricação máximo de 15 dias. Data de validade mínimo de 6 meses.	UND	2000
Salsicha Características técnicas: produto obtido da emulsão de carnes, cozida. Deve apresentar elementos inteiros e de tamanho uniforme. Ingredientes: carne bovina, carne suína, toucinho, proteína vegetal, amido, glicose, especiarias, conservantes, estabilizantes e antioxidantes e ausência de glúten. Embalagem em: pacote a vácuo de 1kg, lacrada e rotulada de acordo com a legislação. Data de validade: mínimo de 03 meses.	KG	200



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

Pão de cachorro quente: Características técnicas: Pão para cachorro quente com 50g. Deve conter: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, água, sal, fermento biológico, gordura vegetal, lecitina de soja e açúcar, não deve conter reforçador. Embalagem primária: Embalagem plástica, com identificação do fornecedor, tipo de pão, data de fabricação e validade, embalagem com 10 unidades. Data de fabricação: Máximo de 01 dia. Prazo de validade: Mínimo de 04 dias da data de fabricação. Apresentar Laudo de Análise de laboratório Oficial (junto às amostras).	KG	4000
---	----	------

4. JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO

4.1. Conforme orientações do Governo Federal, as refeições escolares devem ser uma suplementação alimentar fornecida a meninos e meninas matriculados em escolas oficiais de Educação Infantil e Ensino Fundamental. É prevista pela Constituição Federal e deve suprir, no mínimo, 15% das necessidades calóricas diárias. Para os indígenas e remanescentes de quilombos, o percentual das necessidades nutricionais diárias a serem supridas é de 30%, pelo fato desses povos viverem em situação de risco de insegurança alimentar.

Para atendimento às recomendações e determinações federais, faz-se necessário realizar licitação de gêneros alimentícios. Foi elaborada uma estimativa de consumo até o final do ano letivo para podermos suprir todas as necessidades alimentares, e evitar a falta de merenda escolar.

O período em que o aluno permanece na escola deve ser de bem-estar para facilitar o aprendizado. Uma boa alimentação contribui, portanto, para um melhor desempenho escolar e, consequentemente, diminui a repetência. A merenda pode contribuir, também, para formação de bons hábitos alimentares.

Com a contratação de Nutricionista para atuar como agente direto de responsabilidade técnica pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar, o cardápio das escolas passou por reformulação para atender as exigências do programa. Desde junho de 2013, as escolas foram orientadas a seguir cardápio padrão, onde a refeição principal dos alunos é composta apenas por refeições completas, com carne, feijão, arroz/massa, guarnição, saladas e sobremesa e adaptações para horários com menor aceitação. Ainda para os alunos da Educação integral, maternal e creche, são oferecidos lanches no início dos turnos, compostos por bolos, mingaus, vitaminas, biscoitos, achocolatados etc...

Com esta reformulação, atingimos as necessidades nutricionais dos alunos, melhoramos a estrutura de distribuição e do controle de estoque dos alimentos.

5. VIGÊNCIA

5.1. A vigência do contrato será da data de assinatura do mesmo até o período de um ano a partir da assinatura do contrato.

6. PAGAMENTO

6.1. O pagamento do valor do objeto contratado será efetuado, mediante apresentação de nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo órgão encarregado pelo gerenciamento e fiscalização das entregas e/ou juntamente anexada com a respectiva autorização de fornecimento assinada pela autoridade competente em até 30 (trinta) dias.

6.2. Caso o produto seja recusado ou o correspondente documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data de regularização da entrega ou do documento fiscal.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ**

7. FORMA DE ENTREGA

- 7.1. A entrega deverá ser realizada em até 10 (dez) dias após solicitação do setor responsável.
7.2. A empresa vencedora deverá entregar os produtos de primeira qualidade e de acordo com as especificações, em transporte adequado para o acondicionamento dos mesmos.
7.3. Local de entrega: Sede da Secretaria Municipal da Educação. Praça Getúlio Vargas, S/Nº, Centro, Imaruí/SC.
7.4. As entregas deverão ser realizadas das 8h às 12h e das 13h30min às 17h30min.

8. CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 8.1. Os produtos deverão ser entregues nos termos especificados no Item 3 deste Termo de Referência, obedecendo-se rigorosamente a descrição de cada item.

9. VALOR ESTIPULADO DE ACORDO COM PREÇO DE MERCADO

- 9.1. O valor máximo global foi estipulado de acordo com o preço de mercado local conforme orçamentos em anexo.

10. ESTIMATIVA DE CONSUMO

- 10.1. A sua utilização foi estipulada de acordo com o consumo médio empregado nas escolas da Rede Municipal de Ensino e seus respectivos programas baseado no ano letivo de 2014, descrição, unidade, quantidade, média de preço, total por item e total geral.

Licitação Alimentos Merenda Escolar

Item	DESCRIÇÃO	Und.	Qntd.	Preço Unidade	Preço Total
1	Mortadela Fatiada - Características técnicas: embutido de carne bovina ou suína sem gordura, fatiado. Embalagem: pacote a vácuo de 500gr lacrado e rotulado de acordo com a legislação. Data de validade: mínimo 3 meses da data de fabricação.	PCT	400	R\$ 5,00	R\$ 2.000,00
2	Queijo Prato Fatiado - Características técnicas: derivado do leite com fatias separadas por interfolhador. Embalagem: pacote a vácuo de 500gr, lacrado e rotulado de acordo com a legislação. Data de validade: mínimo de 2 meses da data de fabricação.	PCT	400	R\$ 10,22	R\$ 4.088,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

3	<p>Leite Integral Longa Vida - Características técnicas: leite integral processado em usina de beneficiamento através do sistema <i>Ultra High Temperature</i> (UHT) com fiscalização permanente. O produto deve conter no mínimo 3% de gordura, cor branca interior e sabor característico. Deve ter Certificado de inspeção (Federal ou Estadual). Embalagem: acondicionado em embalagem Tetra brik Aseptic de 1 litro, caixa com 12 unidades. Deverá trazer informações gerais, data de fabricação e validade bem visíveis e claras. Data de fabricação: máximo de 15 dias. Data de validade: mínimo de 120 dias.</p>	CX	400	R\$ 21,50	R\$ 8.600,00
4	<p>Mamão formosa - Características técnicas: devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidos, bem formados, limpos, com coloração e aroma próprio, livres de danos mecânicos e fisiológicos, pragas ou doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação. Embalagem descartável ou retornável sendo de material resistente.</p>	kg	1800	R\$ 3,49	R\$ 6.282,00
5	<p>Farinha láctea - Características técnicas: cereal a base de arroz, trigo, aveia, cevado e milho, pré cozido para alimentação infantil. Embalagem: sachê de no mínimo 230gr. Data de validade: mínimo de 30 dias.</p>	PCT	400	R\$ 5,46	R\$ 2.184,00
6	<p>Mistura para mingau - Características técnicas: cereal a base de arroz, trigo, aveia, cevado e milho, pré cozido para alimentação infantil. Embalagem: sachê de no mínimo 230gr. Data de validade: mínimo de 30 dias.</p>	UN	400	R\$ 4,95	R\$ 1.980,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

7	Cominho moído - Características técnicas: grão de cominho moído. Ingredientes: fubá, cominho, sal refinado, óleo de soja, cúrcuma e urucum. Embalagem: plástica/poliétileno, lacrado com peso mínimo 70gr. Data de validade: mínimo de 6 meses da data de fabricação.	UN	500	R\$ 2,32	R\$ 1.160,00
8	Orégano - Características técnicas: orégano desidratado em perfeitas condições de conservação. Embalagem plástica ou de poliétileno, lacrada com 50 gr cada.	PCT	500	R\$ 3,10	R\$ 1.550,00
9	Amaciante de carne - Características técnicas: amaciante de carne com tempero em pó. Ingredientes: sal, creme de milho, alho, cebola, antiumectante, acidulante. Embalagem: lacrada, com peso mínimo de 1kg rotulada de acordo com a legislação.	PCT	10	R\$ 9,36	R\$ 93,60
10	Açúcar - refinado, embalagem de 5kg, especial de cana de açúcar.	PCT	1000	R\$ 10,30	R\$ 10.300,00
11	Arroz - parborizado Tipo 2, embalagem de 5 kg constituídos de grãos inteiros, isento de sujidades e materiais estranhos. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 06 meses a partir da data de entrega.	PCT	1000	R\$ 10,98	R\$ 10.980,00
12	Biscoito maisena - Embalagem dupla contendo no mínimo 400g, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido e de acordo com Resolução 12/78 da Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos - CNNPA.	PCT	5000	R\$ 3,66	R\$ 18.300,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

13	Café - em pó, torrado, moído, características: puro, contendo selo de pureza ABIC. Embalagem de 500g, embalado a vácuo.	PCT	2000	R\$ 7,46	R\$ 14.920,00
14	Farinha de trigo - especial (embalagem de 1 kg) tipo 1 enriquecido com ferro e ácido fólico (vitamina B9).	KG	1000	R\$ 8,52	R\$ 8.520,00
15	Farinha de trigo integral - farinha de trigo integral, fina, de 1ª qualidade, com no mínimo 6g de fibra alimentar em 50g do produto seco. Embalagem de 1kg.	KG	600	R\$ 5,83	R\$ 3.493,00
16	Farinha de milho - (embalagem de 1 kg) tipo fubá fino, enriquecido com ferro ácido fólico (vitamina B9)	KG	50	R\$ 1,93	R\$ 96,50
17	Leite em pó - (Leite em pó - Embalagem 400g) Integral, instantâneo, com no mínimo 26% de gorduras (lipídios), contendo pirofosfato férrico e emulsificante lecitina de soja, acondicionados em embalagem de folha de flandres ou alumínio limpa, resistente, atóxica, isenta de ferrugem, não amassada, contendo 400g de peso líquido. Embalagem apresentando externamente dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote data de validade, quantidade do produto, e número do registro no Ministério da Agricultura. Data de validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega do produto.	PCT	4000	R\$ 8,63	R\$ 34.520,00
18	Farinha de mandioca - (embalagem de 1 kg). Fina, branca, embalada em pacotes plásticos, transparentes, limpos, não violados e resistentes. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 05 meses a partir da data de entrega.	KG	1000	R\$ 3,42	R\$ 3.420,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

19	Oleo - comestíveis vegetal de soja, puro, refinado sem colesterol, rico em vitamina E. Embalagem contendo no mínimo 900 ml, com a identificação do produto, marcado do fabricante, prazo de validade e peso líquido, de acordo com Resolução 482/99 - ANVISA. Embalagem de 900 ml.	UN	1800	R\$ 2,85	R\$ 5.130,00
20	Ovo - de galinha vermelho. Tamanho médio.	DZ	2000	R\$ 4,03	R\$ 8.060,00
21	Fermento químico - em pó. Ingredientes: amido de milho ou fécula de mandioca, fosfato monocalcico, bicarbonato de sódio e carbonato de cálcio. Características técnicas: formado de substancias químicas, no rótulo deve constar as denominações "fermento biológico seco e fresco". Embalagem primária; lata de papelão resistente com parte superior e inferior aluminizada (embalagem de 100g.).	UN	700	R\$ 2,28	R\$ 1.596,00
22	Fermento biológico - Características técnicas: seco, instantâneo, 100% natural, no rótulo deve constar as denominações: "fermento biológico seco". Embalagem primária; embalado a vácuo, envelopes luminizados, envelope de 11g.	UN	500	R\$ 1,16	R\$ 580,00
23	Colorau - embalagem de 500 g., fabricado a partir da pasta de urucum e fubá.	PCT	400	R\$ 3,09	R\$ 1.236,00
24	Gelatina - embalagem de 1Kg. Sabor: abacaxi. Rendimento mínimo 5 litros.	UN	200	R\$ 7,83	R\$ 1.566,00
25	Gelatina - embalagem de 1Kg. Sabor: limão. Rendimento mínimo 5 litros.	UN	200	R\$ 7,83	R\$ 1.566,00
26	Gelatina - embalagem de 1Kg. Sabor: morango. Rendimento mínimo 5 litros.	UN	300	R\$ 7,83	R\$ 2.349,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

27	Sal refinado - iodado, com granulação uniforme e com cristais brancos, com no mínimo de 98,5% de cloreto de sódio e com dosagem de sais de iodo de no mínimo 10mg e máximo de 15mg de iodo por quilo de acordo com a Legislação Federal Específica - Embalagens de 1 kg.	KG	500	R\$ 1,13	R\$ 565,00
28	Macarrão - tipo parafuso, a base de farinha, com ovos, embalagem contendo 500g, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido.	PCT	3500	R\$ 3,07	R\$ 10.733,00
29	Macarrão - de sêmola de trigo tipo espaguete, enriquecido com ferro e ácido fólico, corantes naturais urucum cúrcuma. Embalagem plástica, de 500g, com data de fabricação e vencimento.	PCT	2500	R\$ 3,07	R\$ 7.675,00
30	Achocolatado - Características técnicas: alimento achocolatado em pó, instantâneo, enriquecido com 8 vitaminas. Ingredientes: açúcar cristal, cacau em pó alcalino lecitinado, sal refinado, mistura mineiro vitamínica (vitamina C, ninaciamida, vitaminas B6, B2, B1, ácido fólico e vitamina B12) e aromatizante natural reforçado de baunilha. Embalagem primária: sacos de polietileno atóxico, leitoso, resistente, termosoldado. Embalagem de 1kg.	PCT	2000	R\$ 7,57	R\$ 15.140,00
31	Doce de fruta - cremoso. Rotulado com as informações mínimas: marca, endereço, data de produção, data de validade, ingrediente e/ou informação nutricional. Sabores que serão aceitos: morango, amora, uva e banana. Embalagem de 1 kg, isenta de mofo ou bolores, bolores estranhos e substâncias nocivas Embalagem de 450gr.	UN	300	R\$ 3,11	R\$ 933,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

32	<p>Margarina - Descrição do objeto: Margarina cremosa com sal. Produto gorduroso em emulsão estável com leite ou seus constituintes ou derivados, e outros ingredientes, destinados à alimentação humana com cheiro e sabor característico. Deverá conter no mínimo 80% de lipídios. A gordura láctea, quando presente, não deverá exceder a 3% m/m de teor de lipídios totais. O produto deve estar de acordo com toda a legislação vigente. Características gerais: margarina cremosa com sal. Deve conter selo do SIF. Por porção de 10 gramas deverá conter mínimo de 45 mcg de vitamina A, máximo 3,8 gramas de gorduras polinsaturadas, máximo 8 gramas de gorduras totais, máximo 70 mg de sódio. O produto não pode estar se liquefazendo, o que é um indicativo de armazenamento e altas temperaturas. Características Macroscópicas e Microscópicas: ausência de matérias prejudiciais à saúde humana (macroscópicas e microscópicas), abrangendo insetos, outros animais, parasitos, excrementos de insetos e/ou de outros animais. Objetos rígidos, pontiagudos ou cortantes, conforme determina a Resolução RDC nº 175, de 08/07/2003. Embalagem primária: embalagem de potes de polietileno resistente ou acetado com tampa e lacre de proteção intacto, contendo 500 gr de peso líquido. A rotulagem deve estar de acordo com a legislação vigente. Embalagem secundária: de papelão reforçada, com as abas superiores e inferiores totalmente lacradas, com capacidade para 6 kg. Data de fabricação: o produto de ter sido fabricado no máximo de 30 dias antes da data de entrega. Prazo de validade: mínimo de 06 meses a partir da data de entrega.</p>	UN	1000	R\$4,30	R\$ 4.300,00
----	--	----	------	---------	--------------

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ**

33	Extrato de tomate - 1kg, concentrado com no mínimo 1% de carboidrato e 5% de sódio por porção, deverá ser preparado com frutos maduros, escolhidos, sem pele e sementes. O produto deverá estar isento de fermentações e não indicar processamento defeituoso, identificação do produto, marca da fabricante, prazo de validade e peso líquido. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	UN	800	R\$ 5,99	R\$ 4.792,00
34	Suco - em pó adoçado. Rendimento 5 litros. Sabor: laranja.	un	200	R\$ 9,20	R\$ 1.840,00
35	Suco - em pó adoçado. Rendimento 5 litros. Sabor: morango. Caixa com 15 unidades.	un	200	R\$ 9,20	R\$ 1.840,00
36	Feijão - preto tipo , embalagem de 1 kg, livre de sujidades.	KG	1800	R\$ 4,06	R\$ 7.308,00
37	Maça - grupo 1 tipo especial. Devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças. Devem estar em perfeitas condições.	KG	3000	R\$ 3,15	R\$ 9.450,00
38	Laranja Pêra - grupo 1 tipo especial. Devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças. Devem estar em perfeitas condições de maturação e conservação.	KG	3000	R\$ 2,22	R\$ 6.660,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

39	Cenoura - classe média, tipo especial. Devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças. Devem estar em perfeitas condições de maturação e conservação.	KG	2500	R\$ 2,93	R\$ 7.325,00
40	Chuchu - classe média, tipo especial. Devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças. Devem estar em perfeitas condições de maturação e conservação.	KG	400	R\$ 2,76	R\$ 1.104,00
41	Beterraba - classe média, tipo especial. Devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças. Devem estar em perfeitas condições de maturação e conservação.	KG	1500	R\$ 2,96	R\$ 4.440,00
42	Tomate - classe média, tipo especial. Devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças. Devem estar em perfeitas condições de maturação e conservação.	KG	5000	R\$ 3,86	R\$ 19.300,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

43	Abóbora - classe média, tipo especial. Devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças. Devem estar em perfeitas condições de maturação e conservação.	KG	500	R\$ 2,00	R\$ 1.000,00
44	Repolho - deve apresentar cabeças firmes, compactas e sem rachaduras. Devem estar livres de manchas escuras de perfuração, parasitas, larvas e danos físicos. Apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente bem desenvolvidas com boa aparência.	UN	1000	R\$ 2,83	R\$ 2.830,00
45	Banana branca - Deve apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças. Devem estar em perfeitas condições de maturação e conservação.	KG	3000	R\$ 2,58	R\$ 7.740,00
46	Cebola de cabeça - classe média 4, tipo especial. Devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estarem em perfeitas condições de maturação e conservação.	KG	4000	R\$ 2,62	R\$ 10.480,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

47	Batata inglesa - escovada, grupo 1 ou 2, classe 2, tipo especial, pesando entre 100 e 300 gr a unidade. Deve apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estarem em perfeitas condições de maturação e conservação. Embalagem de 2 kg.	KG	3000	R\$ 2,63	R\$ 7.890,00
48	Abacaxi - deve apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação.	und	500	R\$ 3,93	R\$ 1.965,00
49	Pimentão - fresco integro, sem manchas, coloração, tamanhos uniformes, isentos de parasitas, larvas e danos físicos ou mecânicos decorrentes de transportes e manuseios.	kg	50	R\$ 5,60	R\$ 280,00
50	Peito de frango - congelado, com osso, de primeira qualidade. Embalagem de 1kg. Embalagem em filme PVC transparente ou saco plástico transparente, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as Portarias do Ministério da Agricultura, DIPOA nº 304 de 22/04/96 e nº 145 de 22/04/98, da Resolução da ANVISA nº 105 de 19/05/99, da Lei Municipal Sanitária nº 5504/99 e Resolução RDC nº 13 de 02/01/2001.	KG	7000	R\$ 7,73	R\$ 54.110,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

51	Coxa e sobrecoxa - de frango congelada e sobrecoxa de frango, congelado. Embalagem em filme PVC transparente ou saco plástico transparente, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marca e carimbo oficiais, de acordo com as Portarias do Ministério da Agricultura, DIPOA nº304 de 22/04/96 e nº145 de 22/04/98, da Resolução da ANVISA nº 105 de 19/05/99, da Lei Municipal Sanitária nº 5504/99 e Resolução RCD nº 13 de 02/01/2001.	KG	7000	R\$ 5,99	R\$ 41.930,00
52	Carne moída - congelada, embalagem e 1 kg, embalada a vácuo, com SIF ou SIM ou SIE, com rótulo de identificação e prazo de validade. Máximo de 3% de água, isenta de ossos, cartilagens, gordura parcial, tendões, coágulos. Sem presença de sangue e de sinais de descongelamento. Embalagem resistente. Validade mínima de 6 meses.	KG	7000	R\$ 14,59	R\$ 102.130,00
53	Carne de 2ª congelada - embalagem de 1 kg, embalada a vácuo, com SIF ou SIM ou SIE, com rótulo de identificação e prazo de validade, embalada a vácuo. Sem presença de sangue e de sinais de descongelamento. Embalagem resistente. Validade mínima de 6 meses. Sem fracionamento no varejo.	KG	7000	R\$ 15,46	R\$ 108.820,00
54	Pó para pudim - industrial, pacote de 1kg. Sabor: morango.	UN	200	R\$ 6,42	R\$ 1.284,00
55	Pó para pudim - industrial, pacote de 1kg.. Sabor: chocolate.	UN	200	R\$ 6,25	R\$ 1.250,00
56	Alho - classe média, tipo especial. Devem apresentar as características do cultivar bem definidas, bem formados e livres de pragas e doenças. Pacote com 100 gr.	PCT	500	R\$ 11,90	R\$ 5.950,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

57	Filé de peixe - sem espinhos (espinhas) congelado, embalado a vácuo. Embalagem de 1 kg com SIF, SIE ou SIM e data de validade.	KG	2000	R\$ 21,76	R\$ 43.520,00
58	Vinagre de álcool - com acidez mínima de 4,0% - embalagem mínima de 500 ml.	L	200	R\$ 1,45	R\$ 290,00
59	Biscoito - tipo cream cracker. Embalagem dupla contendo no mínimo 400 gr, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido e de acordo com a Resolução 12/78 da Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos - CNNPA	PCT	5000	R\$ 3,76	R\$ 18.800,00
60	Biscoito rosquinha - sabor coco. Embalagem dupla contendo no mínimo 400 gr, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido e de acordo com a Resolução 12/78 da Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos - CNNPA.	PCT	4000	R\$ 3,80	R\$ 15.200,00
61	Amido de Milho - Embalagem com 500 gr, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade, peso líquido e de acordo com a Resolução 12/78 da Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos - CNNPA.	UN	300	R\$ 3,51	R\$ 1.053,00
62	Bebida láctea fermentada - Sabor: morango. Embalagem plástica, contendo 1L. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e atender as Portarias 451/97 do Ministério da Saúde e 369/97 do Ministério da Agricultura e Abastecimento, bem como a Resolução 12/78 da Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos - CNNPA. Embalagem contendo prazo de validade, data de fabricação e informações nutricionais.	L	4000	R\$ 2,88	R\$ 11.520,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

63	Sardinha - em conserva, preparada com pescado fresco, limpo, eviscerado, cozido. Imersa em óleo comestível. Acondicionado em recipiente de folha de flandres íntegro, resistente, vedado hermeticamente e limpo, contendo aproximadamente 125g de peso líquido e 88g de peso drenado. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante.	UND	1000	R\$ 2,70	R\$ 2.696,00
64	Água Mineral - (bombanas de 20L). Características técnicas: água mineral natural fluoretada, sem gás, com validade de 12 meses. Necessário o comodo dos cascos de água no início do ano.	UND	3000	R\$ 7,27	R\$ 21.800,00
65	Água Mineral - de 500mL. Características técnicas: água mineral fluoretada natural, sem gás, iodoro, transparente. Embalagem pet, descartável. Data de fabricação máximo de 15 dias. Data de validade mínimo de 6 meses.	UND	2000	R\$ 1,57	R\$ 3.133,33
66	Salsicha - Características técnicas: produto obtido da emulsão de carnes, cozida. Deve apresentar elementos inteiros e de tamanho uniforme. Ingredientes: carne bovina, carne suína, toucinho, proteína vegetal, amido, glicose, especiarias, conservantes, estabilizantes e antioxidantes e ausência de glúten. Embalagem em: pacote a vácuo de 1kg, lacrada e rotulada de acordo com a legislação. Data de validade: mínimo de 03 meses.	KG	200	R\$ 8,03	R\$ 1.606,67



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ**

67	Pão de cachorro quente - Características técnicas: Pão para cachorro quente com 50g. Deve conter: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, água, sal, fermento biológico, gordura vegetal, lecitina de soja e açúcar, não deve conter reforçador. Embalagem primária: Embalagem plástica, com identificação do fornecedor, tipo de pão, data de fabricação e validade, embalagem com 10 unidades. Data de fabricação: Máximo de 01 dia. Prazo de validade: Mínimo de 04 dias da data de fabricação. Apresentar Laudo de Análise de laboratório Oficial (junto às amostras).	KG	4000	R\$ 9,59	R\$ 38.360,00
					R\$ 729.093,10

11. AVALIAÇÃO DO CUSTO PELA ADMINISTRAÇÃO DIANTE DE ORÇAMENTO DETALHADO.

11.1. O valor total estimado para o custeio dos gêneros alimentícios referente ao ano letivo de 2015 é de R\$ 763.086,37 (Setecentos e sessenta e três mil e oitenta e seis reais e trinta e sete centavos).

11.2. Os pagamentos serão mensais, em conformidade com a quantidade de itens pedidos semanalmente, efetuando-se até o 30º dia após a emissão da nota fiscal, e terão por base os itens entregues.

11. DEVERES DA CONTRATADA

11.1. Cumprir integralmente sua proposta e prestar o fornecimento na forma ajustada.

11.2. Cumprir as exigências quanto à forma de entrega do produto.

11.3. Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução dos serviços.

11.4. A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

11.5. A contratada deverá garantir a qualidade e quantidade dos respectivos produtos, na forma da legislação específica.

11.6. Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estarem cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

11.7. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

11.8. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

11.1.7. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. Efetuar o pagamento no prazo de até 30 (trinta) dias corridos subsequentes ao recebimento dos produtos e do fornecimento das correspondentes Notas Fiscais, desde que verificados e aceitos pela Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, por meio do atesto do fornecimento em tais documentos fiscais.

12.2. Promover, através de seu representante, o acompanhamento e fiscalização dos produtos entregues pela empresa sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

12.3. Por ocasião do recebimento dos produtos, a Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude reserva-se o direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se a contratada a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

12.4 Aplicar à empresa vencedora, penalidades, quando for o caso.

12.5. Caso o produto seja recusado ou o correspondente documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data de regularização da entrega ou do documento fiscal.

13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente:

13.1.1. Advertência;

13.1.2. Multa de 10% sobre o valor total do contrato;

13.1.3. Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

13.1.4. A contratada, deixando de entregar quaisquer documentos exigidos no Edital ou apresentar documentação falsa para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta ou lance, não celebrar o contrato ou instrumento equivalente dentro do prazo de validade de sua proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantida a prévia defesa, sem prejuízo da multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação e das demais cominações legais.

13.2. Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido processo administrativo.

13.3. A aplicação da penalidade ocorrerá após defesa prévia do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ**

14. PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO

14.1. A Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, através de Nutricionista Responsável Técnico e do Secretário da Pasta procederá à fiscalização periódica dos produtos entregues pelas empresas.

14.2. A fiscalização de que trata este item não reduz nem exclui a responsabilidade da fornecedora por qualquer irregularidade, inclusive perante terceiros, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

15. DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. A empresa vencedora deverá entregar os produtos dentro das especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência e no Edital.

15.2. O licitante deverá manter e garantir, durante toda a execução do contrato, a qualidade e a quantidade dos produtos.

Imaruí, 26 de Janeiro de 2015.

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ
Rua José Inácio da Rocha, 109 – Centro
88770-000 - Imaruí/SC

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2015

Processo Licitatório nº. 003/2015
Processo Administrativo nº 040/2014

Regência: Lei 10.520/2002, lei 8.666/93 e alterações, Decreto nº 3.555/00, Decreto Municipal nº. 058/2009 e Lei Complementar 123/2006.

OBJETO:

CONSTITUI COMO OBJETO A AQUISIÇÃO DE DENTES LÂMINAS PARA USO DA SEECRETARIA MUNICIPAL DE TRASNPOTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS.

O Edital e seus anexos poderão ser retirados no Setor de Licitações, na Prefeitura Municipal de Imaruí. Também estará disponível, através do site oficial do município no endereço www.imarui.sc.gov.br.

Mais informações podem ser obtidas pelo telefone: (48) 3643-0161, através do e-mail licitacao@imarui.sc.gov.br e no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Imaruí, na Rua José Inácio da Rocha, nº 109, Centro - Imaruí - Santa Catarina no horário de expediente.

Imaruí, 26 de janeiro de 2015.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL PMI Nº. 003/2015

PREÂMBULO

TÍTULO: PREGÃO PRESENCIAL - Registro de Preços para Dentes e Lâminas.

Tipo de Licitação: Menor preço

Forma de Julgamento: Por item

Regência: Lei 10.520/2002, lei 8.666/93 e alterações, Decreto nº 3.555/00, Decreto Municipal nº. 058/2009 e Lei Complementar 123/2006.

Data e horário de apresentação dos envelopes: Até às 13h55min horas do dia 09/02/2015

Data e horário da abertura dos envelopes: Dia 09/02/2015, às 14h00min.

Local de apresentação e abertura dos envelopes: no Setor de Licitação, na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua José Inácio da Rocha, nº. 109 - Centro, na cidade de Imaruí, Estado de Santa Catarina.

Secretaria Usuária: Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

O **MUNICÍPIO DE IMARUÍ**, em conformidade com a legislação e normas pertinentes, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, sob a modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo Menor preço Por item, dispondo no presente Edital as condições de sua realização.

O Edital se encontrará disponível, no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Imaruí, no horário de expediente, e disponível, na íntegra, no site oficial do município através do endereço www.imarui.sc.gov.br.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Licitação tem por objeto o Registro de Preços para Dentes e Lâminas, conforme as características técnicas descritas no **ANEXO V** - Proposta de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações que deles poderão advir facultando-se a realização de licitação específica para o objeto pretendido, sendo assegurado ao beneficiário do registro à preferência na contratação em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

2. DA APRESENTAÇÃO

2.1. No dia, hora e local designados no preâmbulo deste Edital, o (a) Pregoeiro (a) e/ou a sua equipe de apoio receberá (ão) os envelopes contendo as "Propostas" e os "Documentos de Habilitação", em envelopes distintos, fechados e lacrados, contendo na parte externa, a seguinte identificação:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ
PREGÃO PRESENCIAL PMI Nº. 003/2015
ENVELOPE Nº. 01 - PROPOSTA DE PREÇOS
RAZÃO SOCIAL:



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ
PREGÃO PRESENCIAL PMI Nº. 003/2015
ENVELOPE Nº. 02 - HABILITAÇÃO
RAZÃO SOCIAL:

3. CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO

3.1. Os dois envelopes (proposta de preços e habilitação), e os documentos (apresentados fora dos envelopes), que são: **Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação (ANEXO II)** e a certidão simplificada da Junta Comercial do Estado para comprovação do seu enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte (se for o caso) deverão ser entregues no início da sessão de abertura dos envelopes e julgamento, conforme data e horário estabelecido no preâmbulo deste edital.

3.1.1. A entrega também poderá ser efetuada na forma abaixo:

a) no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Imaruí, Rua José Inácio da Rocha, 109, Centro, Imaruí/SC, até a hora e data determinadas no preâmbulo deste edital;

b) através dos Correios, desde que entregues no Setor de Licitações até a data e hora definidas no preâmbulo deste Edital. Neste caso, os envelopes nº 01 (proposta de preços) e nº 02 (habilitação) e, ainda, a declaração prevista no subitem 3.2 e a certidão (se for o caso) previstas no subitem 3.3 deverão estar dentro de um terceiro envelope, postado para o seguinte endereço e identificação: Prefeitura municipal de Imaruí, Rua José Inácio da Rocha, 109, Centro – Imaruí/SC, CEP – 88770-000; A/C Pregoeiro do Pregão Presencial Nº 003/2015

3.1.1.1. Não havendo representante devidamente credenciado na sessão de abertura dos envelopes e julgamento, acarretará no impedimento do licitante participar da fase de lances e de exercer o direito de recurso.

3.2. A declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação deverá ser datilografada ou digitada, preferencialmente em papel timbrado e nela deverá constar o nome do licitante, endereço, CNPJ, a declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no título 5 do edital do pregão nº 003/2015 e o nome e assinatura do responsável.

3.3. As microempresas e empresas de pequeno porte que quiserem postergar a comprovação da regularidade fiscal para o momento da assinatura do contrato e ter preferência no critério de desempate quando do julgamento das propostas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deverão apresentar no credenciamento a certidão simplificada da Junta Comercial do Estado, emitida em até 90 dias da data da entrega dos envelopes, para comprovação do seu enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte.

3.4. Não poderão participar desta licitação e nem serão consideradas licitantes as empresas que entregarem o envelope após o horário estabelecido ou não entregarem a **declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação (Anexo II)**.

3.5. Serão admitidos a participar desta Licitação os que estejam legalmente estabelecidos à forma da Lei, para os fins do objeto pleiteado.

3.6. É vedada a qualquer pessoa física ou jurídica a representação, na presente Licitação, de mais de uma empresa.

3.7. Será admitida, em todas as etapas da Licitação, a presença de somente um representante de cada proponente.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

3.8. A proponente deverá apresentar, inicialmente e separado dos envelopes, documento com a indicação do representante credenciado, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da empresa proponente.

3.8.1 O credenciamento far-se-á por meio de:

a) Instrumento público de procuração e documento de identificação do representante com foto; ou
b) Instrumento particular com firma reconhecida, acompanhado de cópia autenticada do respectivo Estatuto ou Contrato Social (ou cópia simples, acompanhada dos originais para ser autenticada pelo Pregoeiro em sessão) e documento de identificação com foto do representante; ou.

c) Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, deverá apresentar a cópia autenticada do respectivo Estatuto ou Contrato Social (ou cópia simples, acompanhada dos originais para ser autenticada pelo Pregoeiro em sessão), no qual estejam expressos seus poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e documento de identificação com foto.

3.8.2 Os documentos apresentados nos subitens de 3.8.1, alíneas "a", "b" e "c" deverão ser originais, ou, se a proponente preferir apresentá-los em fotocópia, a mesma deverá estar autenticada (ou acompanhada pelo original para possível autenticação em sessão pelo pregoeiro).

3.8.3 Segue modelo (Anexo I).

3.9. Somente poderão se manifestar no transcorrer das reuniões, os representantes das proponentes, desde que devidamente credenciados.

3.10. Não será admitida nesta Licitação a participação de empresas que estejam reunidas em consórcio e seja controladora, coligadas ou subsidiárias, entre si, ou ainda, qualquer que seja sua forma de constituição, e estrangeiras que não funcionem no país.

4. DA PROPOSTA DE PREÇOS

4.1. A Proposta de Preços confida no Envelope nº. 01 deverá ser apresentada na forma e requisitos indicados nos subitens a seguir:

a) preferencialmente emitida por computador ou datilografada, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas devidamente assinados pelo responsável da empresa representada em 01 (uma) via.

b) conter Razão Social completa e CNPJ da licitante. Havendo matriz ou filial sediada no Estado de Santa Catarina o Município dará preferência pela emissão de nota fiscal por aquela aqui sediada.

4.2. A proposta de preços original deverá conter OBRIGATORIAMENTE A MARCA E O VALOR UNITÁRIO DO ITEM, não podendo ultrapassar o valor máximo unitário previsto, sob pena de desclassificação.

4.2.1 Deverá ser proposta apenas 01 (uma) marca para cada item.

4.2.2 Os preços deverão ser apresentados em moeda corrente nacional, com no máximo 02 (duas) casas decimais após a vírgula, computados os tributos de qualquer natureza incidentes sobre o objeto a ser fornecido, bem como, o custo de Transporte, inclusive carga e descarga, correndo tal operação, única e exclusivamente por conta, risco e responsabilidade da empresa vencedora desta Licitação.

4.3. O prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias, contados da data limite para a entrega dos envelopes.

4.4. A apresentação da proposta será considerada como evidência de que a licitante EXAMINOU CRITERIOSAMENTE OS DOCUMENTOS DESTA EDITAL, SEUS ANEXOS e que os produtos que foram cotados apresentam todas as características e especificações mínimas exigidas na folha proposta de preços, conforme ANEXO V do Edital.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

4.5. A apresentação de proposta de preço implica na plena aceitação, por parte da proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

4.6. Na omissão dos prazos de execução, pagamento, garantia e validade da proposta, serão considerados os constantes do edital e na divergência entre o preço unitário e total, prevalecerá o preço unitário.

Parágrafo Único - Preferencialmente, e exclusivamente para facilitar o julgamento por parte do Pregoeiro, solicita-se às licitantes que apresentem suas propostas conforme o ANEXO V.

5. DA HABILITAÇÃO

5.1. A proponente deverá apresentar o envelope nº. 02 "HABILITAÇÃO", em 01 (uma) via contendo os seguintes documentos:

5.1.1 Habilitação Jurídica:

5.1.1.1 Registro Comercial, no caso de empresa individual, ou;

5.1.1.2 Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;

5.1.1.3 Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício, ou;

5.1.1.4 Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e Ato de Registro ou Autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

5.1.1.5 Será obrigatório, sob pena de inabilitação, que a licitante tenham em seus atos constitutivos/objeto social as atividades compatíveis com o objeto deste Edital.

OBS: Nos casos em que a licitante apresentar um dos documentos constantes da cláusula quinta, subitens 5.1.1.1 à 5.1.1.4 na fase de Credenciamento, a mesma fica dispensada de apresentá-lo na fase de Habilitação.

5.1.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista:

5.1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

5.1.2.2. Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais e Certidão Quanto à Dívida Ativa da União - Conjunta;

5.1.2.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

5.1.2.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal;

5.1.2.5. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, demonstrando a situação regular no cumprimento dos encargos instituídos por Lei.

5.1.2.6. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social - INSS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.

5.1.2.7. Declaração em cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

5.1.2.8. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

Observação: As certidões negativas deverão ser do domicílio ou sede da licitante.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

5.1.3 Qualificação Econômica - Financeira:

5.1.3.1. Certidão negativa de falência e concordata, expedida pelo cartório distribuidor da sede da licitante;

5.1.4 Qualificação Técnica:

5.1.4.1. Os licitantes deverão apresentar licença de funcionamento expedido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal, onde detém o seu estabelecimento;

5.1.4.2. Declaração do licitante que não há nenhum fato impeditivo de sua participação no certame;

5.1.4.3. Atestado de Capacidade Técnica, por órgãos públicos que tenham contratos firmados com o licitante com o mesmo objeto deste certame;

5.1.4.4. Além das licitantes que apresentarem no corpo da embalagem do produto, selo de registro no Ministério da Agricultura, com o SIF/DIPOA, poderão também participar as licitantes que possuírem autorização de estabelecimento sob inspeção estadual devidamente autorizado para este fim, pelo serviço veterinário oficial, como o SIE (Serviço de Inspeção Estadual).

5.2. Ao Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar da licitante, em qualquer tempo, no curso da Licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhe prazo para atendimento.

5.3. A falta de quaisquer dos documentos exigidos no Edital, implicará inabilitação da licitante, sendo vedada, sob qualquer pretexto, a concessão de prazo para complementação da documentação exigida para a habilitação. (exceto Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que tenham apresentado a Certidão expedida pela Junta Comercial adquirindo o direito da LC 123/2006).

5.4. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

5.5. A documentação de habilitação deverá ser apresentada em nome da licitante que será responsável pela execução do contrato e faturamento, com o mesmo número do CNPJ e endereço. Serão aceitos documentos com a mesma razão social, porém CNPJ e endereço diverso quando os mesmos tiverem validade para todas as filiais e matriz.

OBSERVAÇÃO

A) Os documentos necessários à Habilitação deverão ser preferencialmente, apresentados conforme a sequência acima mencionada, e poderão ser apresentados em original, ou, se preferir, deverá ser apresentado por qualquer processo de cópia autenticada, ou publicação em órgão da imprensa oficial. Os documentos que forem apresentados em original não serão devolvidos, e passarão a fazer parte integrante deste processo licitatório.

B) Os documentos somente poderão ser autenticados por servidor da Administração.

C) Quando se tratar de cópia de documento obtido através da Internet, este não precisa ser autenticado, uma vez que terá sua validade confirmada pelo Pregoeiro e equipe de apoio.

6. CONDIÇÕES GERAIS

6.1. Os envelopes contendo a "Proposta de Preços" e os "Documentos de Habilitação" deverão ser entregues junto ao Setor de Licitações, na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua José Inácio da Rocha, 109, Centro, CEP 88770-000 na cidade de Imaruí/SC, em dias úteis e no horário de expediente.

6.2. Os recursos decorrentes deste processo licitatório serão recebidos, analisados e julgados de acordo com a legislação vigente.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

- 6.3.** Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF.
- 6.4.** Ao apresentar proposta a proponente se obriga aos termos do presente Edital.
- 6.5.** O Edital encontra-se disponível para retirada no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal situada na Rua José Inácio da Rocha, 109, Centro, CEP 88.770-000, Município de Imaruí/SC, cujas informações poderão ser obtidas em dias úteis, no horário de expediente 13h00min às 19h00min, através do telefone/fax: (48)3643-0161 ou ainda por e-mail: licitacao@imarui.sc.gov.br.

7. DA ABERTURA E JULGAMENTO

- 7.1.** No dia, horário e local indicados no preâmbulo do Edital, o Pregoeiro e a equipe de apoio reunir-se-ão em sala própria, na presença dos representantes de cada proponente participante, procedendo como adiante indicado.
- 7.2.** Realizar-se-á o credenciamento dos interessados ou de seus representantes, que consistirá na comprovação de que possui poderes para formulação de ofertas e lances verbais, para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame, conforme Cláusula Terceira do presente Edital.
- 7.2.1.** A não comprovação de que o interessado ou seu representante legal possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a licitante de ofertar lances verbais, lavrando-se em ata o ocorrido.
- 7.3.** Deverá ser apresentada, ainda, a Declaração para Habilitação e a comprovação de que a licitante é Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (se for o caso) enquadrada na forma da Lei Complementar 123/2006, sob pena de ser desconsiderada tal condição.
- 7.4.** Abrir-se-ão os envelopes nº. 01 "PROPOSTA DE PREÇOS" das empresas que entregaram os envelopes até o dia e horário indicado aprazado no Edital.
- 7.4.1.** O pregoeiro e a equipe de apoio rubricarão e submeterão a rubrica de todas as proponentes os documentos contidos no certame. O Pregoeiro procederá a verificação do conteúdo do envelope nº 01, em conformidade com as exigências contidas neste Edital.
- 7.4.2.** O Pregoeiro classificará a proponente que apresentar a proposta de Menor preço Por item e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) relativamente à proposta de preço de menor valor; ou classificará as 03 (três) propostas de preços de menor valor apresentadas pelas proponentes, quando não ocorrer pelo menos 03 (três) ofertas no intervalo de 10% (dez por cento), excetuadas aquelas propostas que estão superiores ao valor máximo estipulado no edital.
- 7.4.3.** Às proponentes classificadas, conforme subitem anterior será dada oportunidade para disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior preço.
- 7.4.3.1** A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente de preços.
- 7.4.3.2.** Fica a encargo do Pregoeiro a fixação de parâmetros mínimos de valores sobre os lances verbais, podendo, inclusive, alterá-los no curso da sessão (estipulação de valores mínimos entre um lance e outro).
- 7.4.3.3.** O Pregoeiro poderá fixar tempo máximo para que as licitantes calculem e ofereçam novos lances.
- 7.4.3.4.** Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.
- 7.4.3.5.** A ocorrência de oferta de lance com vista ao empate implicará na classificação preferencial da proponente que ofertou o menor valor anteriormente, na sua vez de oferta.
- 7.4.3.6.** Dos lances ofertados não caberá retratação.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

7.4.3.7. A proponente que desistir de apresentar lance verbal quando convocado pelo Pregoeiro, será excluída da etapa de lances verbais, mantendo-se o último preço apresentado pela mesma, para efeito de ordenação das propostas.

7.4.4. Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro fará a classificação provisória pela ordem crescente dos preços apresentados.

7.4.5. Procedida à classificação e verificada que o melhor preço foi apresentado por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte licitante, o Pregoeiro abrirá o seu envelope de habilitação, e caso a habilitação fiscal não estiver regular, o mesmo intimará a licitante para no prazo de 02 (dois) dias úteis, prorrogáveis por igual período, mediante requerimento justificado, proceder à regularização da documentação mediante apresentação das respectivas certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.4.6. Regularizada a habilitação fiscal pela licitante Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, a mesma será declarada vencedora do certame.

7.4.7. Caso não ocorra à regularização da habilitação fiscal da licitante Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, no prazo concedido, a mesma será declarada excluída do certame, aplicando-se-lhe a penalidade de que trata o no item "Das sanções administrativas" deste Edital, e retomando a licitação na forma do item 7.4.5 ou do item 7.4.8..

7.4.8. Procedida à classificação provisória e verificada que o melhor preço/lance não foi apresentado por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte licitante, o Pregoeiro verificará o eventual empate legal das propostas, na forma do parágrafo 2º do art. 44 da LC 123/2006, para aplicação do disposto no art. 45 daquele Diploma Legal.

7.4.9. Ocorrendo empate fictício, na forma da lei, o Pregoeiro procederá da seguinte forma:

I - a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da classificação provisória, situação em que, após a verificação da regularidade fiscal (na forma dos itens anteriores), será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

II - não ocorrendo à contratação da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, na forma do inciso I deste item, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do parágrafo 2º do art. 44 da LC 123/2006, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III - no caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos no parágrafo 2º do art. 44 da LC 123/2006, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.4.10. O prazo para apresentação de nova proposta será de até 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do direito de inovar em seu preço (art. 45, parágrafo 3º da LC 123/2006).

7.4.11. Na hipótese de não-contratação nos termos previstos no caput do artigo 45 da LC 123/2006, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.4.12. Será assegurado, como critério inicial de desempate, preferência de contratação para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

7.4.13. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas às propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da proposta da primeira classificada por item, lote ou global (conforme o caso), quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

7.4.14. Será desclassificada a proponente que:

a) deixar de atender a alguma exigência constante deste Edital;

b) apresentar oferta de vantagem não prevista no Edital ou vantagem baseada nas propostas dos demais proponentes;



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

c) apresentar preços manifestamente inexequíveis ou que ultrapassem o valor máximo unitário, estipulado no Edital (artigo 4º, inciso VII da Lei 10.520/2002).

7.4.15. Para fins de aferição de inexecutabilidade das propostas, o Pregoeiro determinará que a licitante deverá fazer prova de que possui condições de cumprir o objeto do Edital, através da planilha pormenorizada com a devida comprovação (documentos, notas fiscais, recibos, etc...) que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado, na forma do artigo 48, inciso II, da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

7.4.16. Sendo aceitável a proposta de menor preço por item será aberto o envelope contendo a Documentação de Habilitação da licitante vencedora, para confirmação das suas condições habilitatórias, com base nas exigências constantes neste Edital.

7.5. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarada a proponente vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto definido neste Edital e seus Anexos.

7.5.1. Será julgada inabilitada a proponente que:

a) deixar de atender alguma exigência constante do presente Edital,

b) apresentar declaração ou documentação que contenha qualquer vício de ordem formal.

7.5.2. Em face dos artigos 42 e 43 da Lei Complementar 123/2006, o Pregoeiro adotará o seguinte procedimento quando a vencedora for Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte:

a) serão analisados os documentos não integrantes da regularidade fiscal, decidindo-se sobre o atendimento das exigências constantes do Edital, de forma que serão inabilitados os licitantes que apresentarem irregularidades em relação a estas exigências;

b) serão analisados os documentos relativos à regularidade fiscal, declarando-se:

b.1) o atendimento das exigências constantes do Edital com a respectiva habilitação; ou

b.2) o desatendimento das exigências constantes do Edital com a suspensão do julgamento da habilitação fiscal em relação aquela Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte licitante, para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, prorrogáveis por igual período, mediante requerimento justificado, proceder à regularização da documentação mediante apresentação das respectivas certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa.

7.5.2.1. Ocorrendo a Situação estabelecida na alínea "b.2" acima, o licitante Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte poderá se manifestar, na própria reunião, sob pena de decadência, sobre a desistência de sua proposta acaso não vislumbre a possibilidade de regularização da habilitação fiscal na forma da lei, isentando-se de eventual penalização em caso de ser declarada vencedora do certame.

7.6. Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro declarará a vencedora, proporcionando a seguir, a oportunidade às licitantes para que se manifestem acerca da intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta desta manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte das licitantes, registrando na Ata da Sessão, a síntese dos motivos para a futura impetração de recurso, bem como o registro de que todos os demais licitantes ficaram intimadas para, querendo, se manifestar sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias consecutivos, após o término do prazo do recorrente para juntada de memoriais - razões de recursos do recorrente - nos termos do art. 4º XVIII da Lei n. 10.520/02, proporcionando-se a todos, vista imediata do processo no Setor de Licitação.

7.7. A ausência da proponente ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á renúncia ao direito de recorrer.

7.8. Da reunião lavrar-se-á Ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá obrigatoriamente ser assinada pelo Pregoeiro, equipe de apoio e a(s) licitante(s) presente(s).

7.9. Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, os licitantes presentes.

7.10. Não considerar-se-á qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital e seus Anexos.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

7.11. A presente licitação para os efeitos de julgamento será do tipo "MENOR PREÇO" considerando-se o Menor preço Por item para fins da escolha mais vantajosa para a municipalidade.

7.12. Em caso de dúvidas a respeito das características do produto cotado (se atende ao exigido no Edital), o (a) pregoeiro (a) poderá exigir do licitante que apresente amostra do produto - se assim julgar estritamente necessário - nos termos do art. 43, § 3º da Lei 8.666/1993, depois da etapa de lances do item questionado. As amostras ficarão à disposição dos demais licitantes e serão analisadas pelo Município, mediante Laudo Técnico. Caso o produto não atenda as especificações mínimas solicitadas no Edital, o licitante será desclassificado.

8. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS RECURSOS

8.1. Até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar o ato convocatório do presente Pregão Presencial, aplicando-se neles subsidiariamente as disposições contidas na Lei 8.666/93.

8.1.1. Em se tratando de licitante, o prazo para impugnação é de até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas.

8.2. Ao final da sessão, a proponente que desejar recorrer contra decisões do Pregoeiro poderá fazê-lo, manifestando sua intenção com registro da síntese dos motivos, obrigando-se a juntar memoriais no prazo de 03 (três) dias. Os interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente. As razões e as contrarrazões de recurso deverão ser enviados aos cuidados do Pregoeiro.

8.3. A falta de manifestação imediata e motivada na sessão do Pregão Presencial, bem como a não entrega das razões de recurso importará na preclusão do direito de recurso.

8.4. Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pela proponente.

8.5. Não serão reconhecidas as impugnações e recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente.

8.6. Os recursos e contra-razões de recurso, bem como impugnação do Edital, deverão ser dirigidos ao Pregoeiro e protocolados junto ao Setor de Licitações, localizado na sede da Prefeitura Municipal, sita na Rua José Inácio da Rocha, 109, Centro, CEP 88.770-000, Município de Imaruí/SC, em dias úteis, no horário de expediente, a qual deverá receber examinar e submetê-lo à Autoridade competente que decidirá sobre a pertinência.

8.7. É vedada ao licitante a utilização de recurso ou impugnação como expediente protelatório ou que vise a tumultuar o procedimento da Licitação. Identificado tal comportamento poderá o Pregoeiro, ou se for o caso, a Autoridade superior, arquivar sumariamente os expedientes.

9. DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Em não sendo interposto recurso, caberá ao Pregoeiro adjudicar o objeto à(s) licitante(s) vencedora(s) e encaminhar o processo à Autoridade competente para a sua Homologação.

9.2. Caso haja recurso, a adjudicação do objeto à(s) licitante(s) vencedora(s) e a homologação do processo efetuada pela Autoridade competente, somente após apreciação pelo pregoeiro sobre o mesmo.

9.3. Homologado o resultado pelo Município, e comunicado à proponente vencedora e aos demais licitantes que concordaram em assinar a Ata de Registro de Preços nas mesmas condições do



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

primeiro colocado, ter-se-á um prazo máximo de 02 (dois) dias úteis para comparecer no Setor de Licitação desta Prefeitura para assinar a referida Ata.

9.3.1. Poderão ser registradas todas as empresas que manifestarem interesse em assinar a Ata com mesmo preço e mesmas condições do primeiro colocado, observando-se o seguinte:

a) Os fornecedores ficarão disponíveis durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços;
b) Quando das contratações decorrentes do Registro de Preços será respeitada a ordem de classificação das empresas constantes na Ata.

9.3.2. Os demais fornecedores serão classificados neste processo, em ordem decrescente de preço proposto e poderão ser convocados para compor a Ata de Registro de Preços, nos casos previstos neste Edital e na Ata dele decorrente.

9.4. A recusa injustificada do detentor do preço registrado em assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e condições estabelecidas, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades previstas no item 14 deste Edital.

9.4.1 Nas hipóteses de recusa do(s) adjudicatário(s) em firmar a Ata de Registro de Preços, a autoridade competente poderá convocar os demais licitantes para assinar a Ata, observadas a ordem de classificação e os procedimentos de habilitação referidos no presente Edital, atendendo ao disposto no art. 4º, inciso XXIII da Lei 10.520/2002.

9.5. No caso do licitante vencedor não apresentar situação regular no ato das solicitações, sem prejuízo das sanções cabíveis, serão convocados os licitantes remanescentes na seguinte ordem:

a) As empresas que, na sessão do Pregão, assinaram a Ata de Registro de Preços nas mesmas condições do primeiro colocado;

b) Na ausência, impossibilidade ou recusa das empresas nas condições da alínea anterior, as que vierem a assinar a Ata de Registro de Preços, quando convocadas.

9.6. A critério do Município, quando a quantidade do primeiro colocado não for suficiente para atender a demanda estimada, e desde que se trate de objetos de qualidade ou desempenho superior, e, ainda, que esteja devidamente justificada e comprovada a vantagem, e, também, que as ofertas sejam em valor inferior ao máximo admitido, poderão ser registrados outros preços.

10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DA CONTRATAÇÃO

10.1. A Ata de Registro de Preços não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecidas à legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

10.2. Constam da Minuta da Ata de Registro de Preços (ANEXO III) as condições e a forma de pagamento, as sanções para o caso de inadimplemento e as demais obrigações das partes, integrando este Edital.

10.3. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses.

10.4. O Município monitorará, pelo menos trimestralmente, o preço dos produtos, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados.

10.4.1. O Município convocará o fornecedor para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado está acima do preço de mercado. Caso seja frustrada a negociação para redução do preço, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

10.4.2. No caso de desequilíbrio econômico-financeiro (preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado, e mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro - equação



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

econômico-financeira), sendo frustrada a negociação entre as partes, o fornecedor poderá ser liberado do compromisso assumido.

10.4.3. Havendo negociação entre as partes, o aumento para recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro da Ata de Registro de Preço somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da licitação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pelo Fornecedor (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

10.4.4. As alterações de preços oriundos da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio econômico-financeiro, serão publicadas na imprensa oficial, sem prejuízo do cumprimento da obrigação contida no art. 15, parágrafo 2º da lei. 8.666/93 (publicação trimestral dos preços registrados).

10.5. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador do registro de preços, será formalizada por instrumento contratual, autorização de compra ou nota de empenho de despesa, observando-se o disposto no art. 62 da lei 8.666/93.

10.5.1 O prazo para assinatura do instrumento é de 02 (dois) dias úteis, contados da notificação feita aos fornecedores registrados.

10.6. As secretarias usuárias da Ata de Registro de Preços não emitirão qualquer Ordem de serviço/Nota de Empenho, sem a prévia existência do respectivo crédito orçamentário.

11. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

11.1. A entrega deverá ser realizada em até 03 (três) dias úteis após solicitação do setor responsável.

11.2. A empresa vencedora deverá entregar os produtos de primeira qualidade e de acordo com as especificações, em transporte adequado para o acondicionamento dos mesmos.

11.3. Local de entrega: Sede da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos. Avenida Alceu Rochadel da Silva, S/Nº, Centro, Imaruí/SC.

12. DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

12.1. A inexecução total ou parcial das obrigações oriundas das obrigações da empresa enseja a aplicação das penalidades previstas na Ata de Registro de Preços ou Contrato, inclusive multa no valor de até 20% do Contrato firmado entre as partes.

12.2. A Contratada será responsável por eventuais danos havidos nos objetos/materiais, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus empregados, obrigando-se a substituí-los, ou a indenizar a Administração do prejuízo causado.

12.3. No caso de acréscimo contratual em até 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo total estimado de cada item, fica o fornecedor obrigado a aceitar o acréscimo.

12.4. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a vinte e cinco por cento dos quantitativos registrados na Ata de registro de Preços.

13. DA FORMA DE PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. O pagamento do valor do objeto contratado será efetuado, mediante apresentação de nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo órgão encarregado pelo gerenciamento e fiscalização das entregas e/ou juntamente anexada com a respectiva autorização de fornecimento assinada pela autoridade competente em até 30 (trinta) dias.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

13.2. Caso o produto seja recusado ou o correspondente documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data de regularização da entrega ou do documento fiscal

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Às proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta, deixarem de entregar, ou apresentarem documentação falsa exigida no Edital, comportarem-se de modo inidôneo ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, as seguintes sanções, sem prejuízo da reparação dos danos causados ao Município pelo infrator:

- a)** advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;
- b)** multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da proposta apresentada pela proponente;
- c)** impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, DF e Municípios pelo prazo de até 05 (cinco) anos consecutivos.

15. PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO

15.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

15.2. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

15.3. As decisões e providências que ultrapassem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

15.4. Efetuar o pagamento no prazo de até 30 (trinta) dias corridos subsequentes ao recebimento dos produtos e do fornecimento das correspondentes Notas Fiscais, desde que verificados e aceitos pela secretaria responsável, por meio do atesto do fornecimento em tais documentos fiscais.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. A presente Licitação não importa necessariamente em contratação, podendo o Município revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato supervenientes comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado para conhecimento dos participantes da licitação.

16.2. As proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.3. A proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da Licitação.

16.4. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

16.5. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, firmando-se que só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente normal na Secretaria de Administração e Finanças.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

16.6. As proponentes intimadas para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.

16.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

16.8. As normas que disciplinam este Pregão Presencial serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

16.9. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas às proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento.

16.10. A participação da proponente nesta licitação implica a aceitação de todos os termos deste Edital.

16.11. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

16.12. Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e Anexos deverá ser dirigido ao Pregoeiro através do e-mail licitacao@imarui.sc.gov.br ou por escrito e protocolados junto ao setor de Licitações da Prefeitura Municipal, situada na Rua José Inácio da Rocha, Centro, CEP 88.770-000 na cidade de Imaruí/SC, em dias úteis, no horário de expediente.

16.13. Os casos omissos serão decididos pelo Pregoeiro em conformidade com as disposições constantes nas Leis citadas no preâmbulo deste Edital.

16.14. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o local da realização do certame, considerado aquele a que está vinculado o Pregoeiro, ou seja, o foro da Comarca de Imaruí/SC.

16.15. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

16.16. Recomendam-se às licitantes que estejam no local marcado com antecedência de 15 (quinze) minutos do horário previsto para a entrega dos envelopes n.º01 e 02 e da documentação de Credenciamento.

16.17 São partes integrantes deste Edital

- a) Anexo I** - Credenciamento;
- b) Anexo II** - Declaração para Habilitação;
- c) Anexo III** - Minuta da Ata de Registro de Preços;
- d) Anexo IV** - Minuta do Contrato;
- e) Anexo V** - Proposta de Preços (modelo).
- f) Anexo VI** - Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação.
- g) Anexo VII** - Declaração que não emprega menores.
- h) Anexo VIII** - Termo de Referência

O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta da licitante vencedora, farão parte integrante da Ata de Registro de Preço Contrato, independentemente de transcrição.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ**

**ANEXO I
AO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 003/2015**

Credenciamento

Através da presente, credenciamos o (a) Senhor (a) _____, portador (a) da Cédula de Identidade nº. _____ e CPF sob nº. _____, a participar da Licitação instaurada pelos órgãos do Município de Imaruí, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa _____, inscrita sob o CNPJ. Nº. _____ bem como formular propostas/lances verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

_____, em ____ de ____ de 2015.

Carimbo e assinatura do credenciaste.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ**

**ANEXO II
AO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 003/2015**

Modelo de Declaração para Habilitação

DECLARAMOS para fins de participação no procedimento licitatório – PREGÃO PRESENCIAL N.º 003/2015, que a empresa _____, inscrita sob o CNPJ _____, atende plenamente aos requisitos necessários à Habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida no Edital convocatório.

_____, em ____ de _____ de 2015.

Carimbo, assinatura e CPF do representante legal.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

ANEXO III AO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 003/2015

MINUTA - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de 2015, no Setor de Licitações, localizado no Prédio da Prefeitura Municipal de Imaruí, o Município de Imaruí, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Registro de Preços nº. 003/2015, na Ata de julgamento de preços, homologada em ____/____/____, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s), nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços de dentes e lâminas, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital Pregão Presencial nº. 003/2015. As licitantes registradas para os materiais cotados são as seguintes:

Item 01 – _____, Quantidade - _____, Unidade de medida - _____.

1º. Colocado – Empresa _____, no valor de R\$ _____;

2º. Colocado – Empresa _____;

3º. Colocado – Empresa _____.

(...)

1.2 Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para a aquisição de dentes e lâminas, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro à preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.3 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.3.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.3.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro da Ata de Registro de Preço somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.4 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.3.1.

1.5 As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a vinte e cinco por cento dos quantitativos registrados na Ata de registro de Preços.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº. 003/2015 e seus anexos;
- b) Proposta da (s) Licitante(s).

3. VIGÊNCIA

3.1 A vigência do contrato será da data de assinatura do mesmo até o período de um ano a partir da assinatura do contrato

4. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

- 4.1. A entrega deverá ser realizada em até 03 (três) dias úteis após solicitação do setor responsável.
- 4.2. A empresa vencedora deverá entregar os produtos de primeira qualidade e de acordo com as especificações, em transporte adequado para o acondicionamento dos mesmos.
- 4.3. Local de entrega: Sede da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos. Avenida Alceu Rochadel da Silva, S/Nº, Centro, Imaruí/SC.

5. DA FORMA DE PAGAMENTO

- 5.1. O pagamento do valor do objeto contratado será efetuado, mediante apresentação de nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo órgão encarregado pelo gerenciamento e fiscalização das entregas e/ou juntamente anexada com a respectiva autorização de fornecimento assinada pela autoridade competente em até 30 (trinta) dias.
- 5.2. Caso o produto seja recusado ou o correspondente documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data de regularização da entrega ou do documento fiscal.

6. RESPONSABILIDADES

- 6.1. A fornecedora responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o Município ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo Município.
- 6.2. A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.
- 6.3. As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da CONTRATADA.
- 6.4. A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos serviços prestados, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer, tenham comprometido os mesmos, fora dos padrões exigidos.
- 6.5. A empresa registrada autoriza o Município a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada à prévia defesa.

7. OBRIGAÇÕES DAS EMPRESAS FORNECEDORAS

- 7.1. Cumprir integralmente sua proposta e prestar o fornecimento na forma ajustada.
- 7.2. Cumprir as exigências quanto à forma de entrega do produto.
- 7.3. Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução dos serviços.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

7.4. A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

7.5. A contratada deverá garantir a qualidade e quantidade dos respectivos produtos, na forma da legislação específica.

7.6. Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estarem cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

7.7. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

7.8. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

7.9. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Efetuar o pagamento no prazo de até 30 (trinta) dias corridos subsequentes ao recebimento dos produtos e do fornecimento das correspondentes Notas Fiscais, desde que verificados e aceitos pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, por meio do atesto do fornecimento em tais documentos fiscais.

8.2. Promover, através de seu representante, o acompanhamento e fiscalização dos produtos entregues pela empresa sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

8.3. Por ocasião do recebimento dos produtos, a Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos reserva-se o direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se a contratada a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

8.4. Aplicar à empresa vencedora, penalidades, quando for o caso.

8.5. Caso o produto seja recusado ou o correspondente documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data de regularização da entrega ou do documento fiscal.

9. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

9.1 O Município poderá cancelar o Registro de Preços da(s) Empresa(s) nos casos a seguir especificados:

a) quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;

b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

c) quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;

f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

g) por razões de interesse públicas devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

9.2 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará a devida apostila mento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

10. PENALIDADES

10.1 Pela inexecução total ou parcial dos serviços estará à empresa fornecedora sujeita às seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa:

1- De 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor);

2- De até 20% (vinte por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta ata e no edital, ressalvado o disposto no item 1 (um) acima citado;

3- Impedimento de participação em licitação e de contratar com a Administração Pública pelo período de até 05 (cinco) anos consecutivos.

10.2 Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

10.3 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a empresa fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

10.4 Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos a que a CONTRATADA tiver direito, ou cobrados judicialmente.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

11.2. Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada.

Imaruí, 26 de Janeiro de 2015.

Representante

Empresa XXXX



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

ANEXO IV

AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2015

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO PARA FORNECIMENTO Nº. ____/____
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 003/2015.

Contrato que entre si celebram o Município de Imaruí, Estado de Santa Catarina, com endereço na Rua José Inácio da Rocha 109, Centro, Imaruí/SC, inscrito no CNPJ sob o nº. 82.538.851/0001-57, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Senhor Manoel Viana de Sousa, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE** e a empresa, inscrita no CNPJ sob o nº., neste ato representada por seu(ua) representante legal, Senhor(a), doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, em decorrência do processo licitatório nº. 003/2015 – PREGÃO PRESENCIAL PMI nº. 003/2015, homologado em/...../....., mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei nº. 10.520 e da Lei nº. 8.666 de 21/06/93 com alterações posteriores e as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O presente contrato tem por objetivo o fornecimento pela **CONTRATADA**, de forma parcelada, conforme a necessidade da **CONTRATANTE**, de dentes e lâminas, conforme relação abaixo discriminada(s).

Item	Descrição	Qtde	Marca	P.Unit(R\$)	P. Total(R\$)

1.2 – A **CONTRATADA** declara possuir condições de fornecer o objeto deste Contrato dentro das normas técnicas com qualidade e segurança.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL

2.1 – Fazem parte deste Contrato independentemente de transcrição os seguintes documentos: Proposta da **CONTRATADA**, Edital de Pregão Presencial PMI nº. 003/2015, além das normas e instruções legais vigentes, que lhe sejam aplicáveis.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 – O valor total deste contrato é de R\$ (.....).

3.2 – Fica expressamente estabelecido que os preços constantes na proposta da **CONTRATADA** incluem todos os custos diretos e indiretos requeridos para a execução do objeto licitado, constituindo-se na única remuneração devida.

3.3 – O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento dos materiais mediante a apresentação da Nota Fiscal/fatura devidamente atestada pelo responsável do setor requerente.

3.4 Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e perante o FGTS.

3.5 Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

3.6 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

CLÁUSULA QUARTA – RECURSOS FINANCEIROS

Página 21 de 34



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

4.1 – As despesas decorrentes do presente Contrato correrão à conta do(s) recurso(s) financeiro(s) conforme dotações classificadas e codificadas descritas abaixo:

As despesas decorrentes do objeto deste Termo de Referência correrão à conta das dotações orçamentárias do ano letivo de 2015 do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE/FNDE). Programa de Apoio as Creches – Brasil Carinhoso e Recursos Próprios.

CLÁUSULA QUINTA – CRITÉRIO DE REAJUSTE

5.1 – Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada.

6 – PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA

6.1. Os produtos deverão ser entregues conforme a necessidade da Secretaria, e que deverá ocorrer até 10 (dez) dias consecutivos após a solicitação feita pela Secretaria, sendo que o armazenamento e demais condições serão realizados de acordo com o ANEXO VIII.

7 – PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO

7.1 – A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

7.2 – O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

7.3 – As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

8. DEVERES DA CONTRATADA

8.1. Prestar o fornecimento na forma ajustada;

8.1.1. Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução dos serviços;

8.1.2. A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão de contrato por não cumprimento do mesmo;

8.1.3. Apresentar sempre que solicitado, durante a execução do contrato, documentos que comprovem estarem cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

8.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados

8.1.5. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

8.1.6. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1.1 Promover, através de seu representante, o senhor Domingos Costa Torquato, o acompanhamento e fiscalização dos produtos entregues pela empresa sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio, falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da contratada.

9.1.2. Efetuar o pagamento a Contratada, de acordo com as condições estabelecidas no edital.

9.1.3. Aplicar à empresa vencedora, penalidades, quando for o caso.

10 – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL

10.1 – Às proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta, deixarem de entregar, ou apresentarem documentação falsa exigida no Edital, comportarem-se de modo inidôneo ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, as seguintes sanções, sem prejuízo da reparação dos danos causados ao Município pelo infrator:

a) advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;

b) multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da proposta apresentada pela proponente;

c) impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, DF e Municípios pelo prazo de até 05 (cinco) anos consecutivos.

10.2 – Da intenção de aplicação de quaisquer das penalidades previstas, será concedido prazo para defesa prévia de 05 (cinco) dias úteis a contar da notificação.

11 – DAS PRERROGATIVAS DO MUNICÍPIO

11.1 – Neste contrato, são conferidas ao Município as prerrogativas de:

11.1.1 – Modificá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades do interesse público, respeitados os direitos da **CONTRATADA**;

11.1.2 – Rescindir-lo, unilateralmente, nas hipóteses da Cláusula 12;

11.1.3 – Aplicar as penalidades previstas pela inexecução total ou parcial do ajustado;

12 – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

12.1 – Este contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas:

12.1.1 – Por acordo das partes:

12.1.1.1 – quando necessária à modificação do regime de execução do seu objeto, em face da verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originais;

12.1.1.2 – quando necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada à antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de execução do objeto.

12.2 – Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão deste para mais ou menos, conforme o caso.

12.3 – Havendo alteração unilateral deste contrato que aumente os encargos da **CONTRATADA**, o **CONTRATANTE** deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico financeiro inicial.

12.4 – As cláusulas econômico-financeiras e monetárias deste Contrato poderão ser alteradas, mediante prévia concordância da **CONTRATADA**.

12.5 – Na hipótese de modificação unilateral deste Contrato, as suas cláusulas econômico financeiras deverão ser revistas para que se mantenha o equilíbrio contratual.

13 – DA RESCISÃO CONTRATUAL



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

13.1 – Este contrato poderá ser rescindido nos termos dos artigos 77, 78, 79 e 80 da Lei nº. 8666/93.

13.1.1 – O contrato também poderá ser rescindido nos casos em que se verificar que a **CONTRATADA** não preenchia ou não mais preenche os requisitos de habilitação.

13.2 – Nas hipóteses legais de rescisão administrativa solicitada pela **CONTRATADA**, esta deverá submeter o seu pedido, necessariamente fundamentado, à apreciação da **CONTRATANTE** através de requerimento protocolado e instruído com a documentação comprobatória dos fatos alegados.

13.3 – A rescisão administrativa será precedida de autorização expressa e fundamentada da autoridade competente.

13.4 – A **CONTRATADA** reconhece os direitos da **CONTRATANTE** nos casos de rescisão previstos no artigo 77 da Lei nº. 8666/93.

14 – DA DECLARAÇÃO DE NULIDADE DO CONTRATO

14.1 – A declaração de nulidade deste contrato opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que este, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

14.2 – A nulidade não exonera o **CONTRATANTE** do dever de indenizar a **CONTRATADA** pelo que esta houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos, regularmente comprovados, contanto que não lhe sejam imputáveis, cabendo ao **CONTRATANTE** promover a responsabilidade de quem deu causa à nulidade.

15 – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

15.1 – O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei nº. 10.520/02, e Lei nº. 8.666/93.

16 – TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS

16.1 – A troca eventual de documentos e cartas entre a **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

17– VIGÊNCIA DO CONTRATO

17.1 – A vigência do contrato será da data de assinatura do mesmo até o período de um ano a partir da assinatura do contrato.

18 – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA

18.1 – Este contrato vincula as partes ao Processo Licitatório nº. 003/2015 – PREGÃO PRESENCIAL nº. 003/2015 e a proposta da **CONTRATADA**.

19 – FORO

19.1 – Fica eleito o foro da Comarca de Imaruí para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito.

Imaruí, ____ de _____ de 2015.

ASSINATURAS



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

MANOEL VIANA DE SOUZA
Prefeito Municipal
Contratante

XXXXXXXXXXXXXXXXX
Empresa
Contratada

TESTEMUNHAS

Nome _____
CPF _____

Nome _____
CPF _____

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ****ANEXO V
AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2015**

Nome da Empresa:
Endereço:
CNPJ:
Telefone:
Responsável pela empresa:
Pregão 003/2015

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Item	DESCRIÇÃO	Und.	Qntd.	Preço Unidade	Preço Total
1	Dentes para escavadeira hidráulica JCB	UN			
2	Dentes laterais para Retro JCB	UN			
3	Dentes para Retro JCB	UN			
4	Dentes para Retro New Holland	UN			
5	Parafusos para dentes 5/8 x 2.3/4 c/ pc	UN			
6	Lâmina de 15 furos	UN			
7	Lâminas de 13 furos	UN			
8	Lâmina de 13 furos agrícola	UN			
9	Lâmina de 10 furos	UN			
10	Parafusos para lâmina	UN			

Valor Por extenso R\$: _____

Validade da Proposta

Assinatura do Representante

Carimbo da empresa



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ**

**ANEXO VI
AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2015**

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO

(NOME DA EMPRESA) _____, CNPJ N.
_____, sediada _____(endereço completo)
_____, declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem
fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de
declarar ocorrências posteriores.

Local e data

Nome e número da identidade do declarante
N. DO CNPJ



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ**

**ANEXO VII
AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2015**

(Deve ser apresentado dentro do envelope de habilitação)

**MODELO DE DECLARAÇÃO EM CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

..... inscrita no CNPJ n., por intermédio de seu representante legal, Sr. (a) portador (a) da Carteira de Identidade n.º CPF n.
..... DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva:

Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz (...).

Data

Representante Legal

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

ANEXO VIII AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2015

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Constitui objeto deste termo de referência com vista a aquisição de Dentes para Escavadeira hidráulica JCB, Dentes laterais para a Retro JCB, Dentes para Retro JCB, Dentes para Retro New Holland, Lâminas para Patrola Caterpillar, Lâminas para Patrola new Holland e Lâminas para Patrola Case, para uso de 01 (uma) Escavadeira hidráulica JCB, 01 (uma) Retro JCB, 01 (uma) Retro New Holland, 01 (uma) Patrola Caterpillar, 01 (uma) patrola New Holland e 01 (uma) Patrola Case, da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos

2. ITENS E QUANTITATIVOS

2.1. O presente termo de referência tem como objeto o registro de preço, por item do Dentes para Escavadeira hidráulica JCB, Dentes laterais para a retro JCB, Dentes para Retro JCB, Dentes para Retro New Holland, Lâminas para Patrola Caterpillar, Lâminas para Patrola new Holland e Lâminas para Patrola Case, conforme especificações abaixo:

Dentes

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
1	Dentes para escavadeira hidráulica JCB	un	120
2	Dentes laterais para Retro JCB	un	60
3	Dentes para Retro JCB	un	144
4	Dentes para Retro New Holland	un	144
5	Parafusos para dentes 5/8 x 2.3/4 c/ pc	un	800

Lâminas

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
1	Lâmina de 15 furos	un	30
2	Lâmina de 13 furos	un	160
3	Lâmina de 13 furos agrícola	un	30
4	Lâmina de 10 furos	un	30
5	Parafuso para lâmina	un	1.000

2.2. As quantidades a serem licitadas foram estimadas considerando as especificações contidas no Item nº. 9 (Cronograma Físico Financeiro) deste Termo de Referência.

3. JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO

3.1. Os veículos acima citados são utilizados para os serviços de conserto das estradas e vias do município de Imaruí, carregamento das caçambas com barro, Retiradas de Entulhos e limpeza de espaços públicos.

A Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos possui 01 (uma) Escavadeira hidráulica JCB, 01 (uma) Retro JCB, 01 (uma) Retro New Holland, 01 (uma) Patrola Caterpillar, 01 (uma)



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

Patrola New Holland e 01 (uma) Patrola Case, que utilizam os dentes e as lâminas acima citados, e que são utilizadas diariamente para suprir as necessidades da população no que diz respeito à qualidade das estradas e vias públicas.

A Escavadeira hidráulica JCB, a Retro JCB, a Retro New Holland necessitam utilizar estes dentes para o seu bom funcionamento e bom desempenho, caso contrário não irão conseguir remover os materiais desejados e ainda, sem o uso dos respectivos dentes as mesmas irão apresentar graves problemas em suas conchas, causados pelo desgaste.

A Patrola Caterpillar, a Patrola New Holland e a Patrola Case necessitam utilizar estas lâminas para o seu bom funcionamento e bom desempenho, caso contrário não irão conseguir remover os materiais desejados.

Fica exposto a importância da abertura de licitação na modalidade de Registro de preço, para compra de Dentes para a Escavadeira hidráulica JCB, a Retro JCB e as três Retros New Holland, e lâminas para a Patrola Caterpillar, Patrola New holland e Patrola Case.

4. CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

4.1. Os produtos deverão ser entregues nos termos especificados no item nº 2 (Itens e quantitativos) deste termo de referência, obedecendo-se rigorosamente a descrição de cada item.

5. AVALIAÇÃO DO CUSTO PELA ADMINISTRAÇÃO DIANTE DO ORÇAMENTO DETALHADO

5.1. O valor total estimado para o custeio da aquisição dos Dentes para a Escavadeira hidráulica JCB, a Retro JCB e a Retro New Holland é de R\$ 91.422,52 (noventa e um mil quatrocentos e vinte e dois reais e cinquenta e dois centavos) e para aquisição das Lâminas para Patrola Caterpillar, Patrola New Holland e Patrola Case é de R\$ 164.529,60 (cento e sessenta e quatro mil quinhentos e vinte e nove reais e sessenta centavos)

5.2. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados apartir do recebimento dos produtos, mediante a apresentação de Nota Fiscal/ Fatura.

6. DEFINIÇÃO DOS METODOS

6.1. A aquisição dos produtos acima deverão ser licitados e o seu fornecimento será efetuado de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos. A modalidade sugerida é Registro de preço, menor preço por item.

6.2. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do artigo 65 da lei nº. 8666/93.

7. DA ESTRATÉGIA DE SUPRIMENTO

7.1. Os produtos deverão ser entregues em até 03 (três) dias úteis após a autorização de compra, emitido pelo setor de compras do município, conforme as necessidades da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, localizada na Avenida Alceu Rochadel da Silva, S/Nº, Centro, Imaruí – SC

8. VALOR ESTIMADO EM PLANILHA DE ACORDO COM PREÇO DE MERCADO

8.1. O preço máximo estipulado foi definido com base no preço de mercado local, de acordo com as planilhas orçamentárias em anexo.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

Dentes

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Preço Unidade	Preço Total
1	Dentes para escavadeira hidráulica JCB	Um	120	447,66	53.719,20
2	Dentes laterais para Retro JCB	Um	60	119,33	7.159,80
3	Dentes para Retro JCB	Um	144	89,33	12.863,52
4	Dentes para Retro New Holland	Um	144	88,00	12.672,00
5	Parafusos para dentes 5/8 x 2.3/4 c/ pc	Um	800	6,26	5.008,00
				Total	91.422,52

Lâminas

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Preço Unidade	Preço Total
1	Lâmina de 15 furos	un	30	726,66	21.799,80
2	Lâmina de 13 furos	un	160	636,00	101.760,00
3	Lâmina de 13 furos agrícola	un	30	604,66	18.139,80
4	Lâmina de 10 furos	un	30	461,00	13.830,00
5	Parafuso para lâmina	un	1.000	9,00	9.000,00
				Total	164.529,60

9.1. O valor máximo estipulado Global, para o presente objeto é de R\$ 91.422,52 (noventa e um mil quatrocentos e vinte e dois reais e cinquenta e dois centavos) para os Dentes da Escavadeira hidráulica, Retroescavadeira JCB e Retroescavadeira new Holland, e de R\$ 164.529,60 (cento e sessenta e quatro mil quinhentos e vinte e nove reais e sessenta centavos) para as lâminas da Patrola Caterpillar, Patrola New Holland e Patrola Case.

10. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

Dentes

Local	Veículo	Descrição	Média mensal aproximada de Dentes e Parafusos	Total aproximado de Dentes e Parafusos ao ano
Imaruí	Escavadeira hidráulica JCB	Concha	02 jogos de 05 Dentes	120
Imaruí	Retro JCB	Conchas laterais	02 à 03 jogos de 02 Dentes	60
Imaruí	Retro JCB	Concha Traseira e Concha Dianteira	01 à 02 jogos de 11 Dentes	144
Imaruí	Retro New Holland	Concha Traseira e Concha Dianteira	01 à 02 jogos de 11 Dentes	144
Imaruí	Escavadeira Hidráulica JCB, Retroescavadeira JCB e Retroescavadeira New Holland	Parafusos para dentes 5/8 x 2.3/4 c/ pc	66	800



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

Lâminas

Local	Veículo	Descrição	Média mensal de Lâminas e Parafusos	Total Lâminas e Parafusos ao ano
Imaruí	Patrola New Holland	Lâmina de 15 furos	02	30
Imaruí	Patrola New Holçland e Patrola Case	Lâmina de 13 furos	13	160
Imaruí	Patrola Caterpillar	Lâmina de 13 furos agrícola	02	30
Imaruí	Patrola Caterpillar	Lâmina de 10 furos	02	30
Imaruí	Patrola New Holland, Patrola Caterpillar e Patrola Case	Parafuso para lâmina	83	1.000

11. DEVERES DA CONTRATADA E DO CONTRATANTE

11.1. DEVERES DA CONTRATADA

11.1.1. Prestar o fornecimento na forma ajustada;

11.1.2. Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução dos serviços;

11.1.3. A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão de contrato por não cumprimento do mesmo;

11.1.4. Apresentar sempre que solicitado, durante a execução do contrato, documentos que comprovem estarem cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

11.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

11.1.6. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

11.1.7. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

12.2 DEVERES DO CONTRATANTE

12.2.1 Promover, através de seu representante, o senhor Domingos Costa Torquato, o acompanhamento e fiscalização dos produtos entregues pela empresa sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio, falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da contratada.

12.2.2. Efetuar o pagamento a Contratada, de acordo com as condições estabelecidas no edital.

12.2.3. Aplicar à empresa vencedora, penalidades, quando for o caso.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. A contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente:

13.1.1. Advertência;

13.1.2. Multa de 10% sobre o valor total do contrato;

13.1.3. Suspensão do direito de licitar junto ao município por até 02 (dois) anos;

13.1.4 A CONTRATADA, deixando de entregar quaisquer documentos exigidos no Edital ou apresentar documentação falsa para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não manter a proposta ou lance, não celebrar o contrato ou instrumento equivalente dentro do prazo de validade de sua proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantida a prévia defesa, sem prejuízo da multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação e das demais cominações legais.

14. PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO

14.1. A Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, através de seu representante, procederá à fiscalização periódica dos produtos entregues pelas empresas. A fiscalização de que trata este item não reduz nem exclui a responsabilidade da fornecedora por qualquer irregularidade.

15. PRAZO DE EXECUÇÃO

15.1. O prazo para a execução do contrato será da data da assinatura do contrato até o dia 31 de dezembro de 2015.

16. DEFINIÇÃO DAS UNIDADES E QUANTIDADES A SEREM ADQUIRIDAS EM FUNÇÃO DA ESTIMATIVA DO CONSUMO E UTILIZAÇÃO PROVÁVEIS

16.1. As quantidades foram definidas de acordo com a estimativa de consumo contida no item nº. 9 (Cronograma Físico-Financeiro) deste Termo de Referência.

17. PLANILHA QUE EXPRESE A COMPOSIÇÃO DOS QUANTITATIVOS E PREÇOS UNITÁRIOS (art. 40 § 2º, II da 8.666/93).

Dentes

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Com. De Equi. Rod. Tavares	Com.de Peças. para Tratores São Martinho	Retrocrl	Preço Médio Unidade
1	Dentes para escavadeira hidráulica JCB	un	120	443,00	449,00	451,00	447,66
2	Dentes laterais para Retro JCB	un	60	115,00	120,00	123,00	119,33
3	Dentes para Retro JCB	un	144	85,00	90,00	93,00	89,33
4	Dentes para Retro New Holland	un	144	85,00	90,00	89,00	88,00
5	Parafusos para dentes 5/8 x 2,3/4	un	800	6,00	6,50	6,30	6,26



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

	c/ pc						
--	-------	--	--	--	--	--	--

Lâminas

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Com. De Equi. Rod. Tavares	Com.de Peças. para Tratores São Martinho	Retrocil	Preço Médio Unidade
1	Lâmina de 15 furos	un	30	722,00	730,00	728,00	726,66
2	Lâmina de 13 furos	un	160	640,00	625,00	643,00	636,00
3	Lâmina de 13 furos agrícola	un	30	600,00	613,00	601,00	604,66
4	Lâmina de 10 furos	un	30	455,00	460,00	468,00	461,00
5	Parafuso para lâmina	un	1.000	8,00	9,00	10,00	9,00

18. DEFINIÇÃO DOS METODOS, A ESTRATEGIA DE SUPRIMENTO E O PRAZO OU CRONOGRAMA DE ENTREGA DO (S) BEM (NS) (art. 15§ 7º, III E ART. 40, XVI da 8666/93)

18.1. A aquisição dos produtos acima deverá ser licitada e o seu fornecimento será efetuado de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos. A modalidade sugerida é Registro de preço, menor preço por item.

18.2. Local de entrega: Os produtos deverão ser entregues na sede da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, situada na Avenida Alceu Rochadel das Silva S/Nº, Centro, Imaruí – SC.

18.3. Prazo de entrega: Os produtos deverão ser entregues em até 03 (três) dias úteis após a Autorização de fornecimento do setor de compras.

18.4. A vigência deste processo será da data da assinatura do contrato até o dia 31 de dezembro de 2015.

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2015**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ**

Rua José Inácio da Rocha, 109 – Centro
88770-000 - Imaruá/SC

**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2015**

Processo Licitatório nº. 004/2015
Processo Administrativo nº 064/2014

Regência: Lei 10.520/2002, lei 8.666/93 e alterações, Decreto nº 3.555/00, Decreto Municipal nº. 058/2009 e Lei Complementar 123/2006.

OBJETO:

CONSTITUI COMO OBJETO A AQUISIÇÃO MADEIRAS PARA USO DA
SECRETÁRIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

O Edital e seus anexos poderão ser retirados no Setor de Licitações, na Prefeitura Municipal de Imaruá. Também estará disponível, através do site oficial do município no endereço www.imarui.sc.gov.br.

Mais informações podem ser obtidas pelo telefone: (48) 3643-0161, através do e-mail licitacao@imarui.sc.gov.br e no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Imaruá, na Rua José Inácio da Rocha, nº 109, Centro - Imaruá - Santa Catarina no horário de expediente.

Imaruá, 26 de janeiro de 2015.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL PMI Nº. 004/2015

PREÂMBULO

TÍTULO: PREGÃO PRESENCIAL - Registro de Preços para aquisição de madeiras.

Tipo de Licitação: Menor preço

Forma de Julgamento: Por item

Regência: Lei 10.520/2002, lei 8.666/93 e alterações, Decreto nº 3.555/00, Decreto Municipal nº. 058/2009 e Lei Complementar 123/2006.

Data e horário de apresentação dos envelopes: Até às 15h50min horas do dia 09/02/2015

Data e horário da abertura dos envelopes: Dia 09/02/2015, às 16h00min.

Local de apresentação e abertura dos envelopes: no Setor de Licitação, na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua José Inácio da Rocha, nº. 109 - Centro, na cidade de Imaruí, Estado de Santa Catarina.

Secretaria Usuária: Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

O **MUNICÍPIO DE IMARUÍ**, em conformidade com a legislação e normas pertinentes, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, sob a modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo Menor preço Por item, dispondo no presente Edital as condições de sua realização.

O Edital se encontrará disponível, no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Imaruí, no horário de expediente, e disponível, na íntegra, no site oficial do município através do endereço www.imarui.sc.gov.br.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Licitação tem por objeto o Registro de Preços de Madeiras, conforme as características técnicas descritas no **ANEXO V** - Proposta de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações que deles poderão advir facultando-se a realização de licitação específica para o objeto pretendido, sendo assegurado ao beneficiário do registro à preferência na contratação em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

2. DA APRESENTAÇÃO

2.1. No dia, hora e local designados no preâmbulo deste Edital, o (a) Pregoeiro (a) e/ou a sua equipe de apoio receberá (ão) os envelopes contendo as "Propostas" e os "Documentos de Habilitação", em envelopes distintos, fechados e lacrados, contendo na parte externa, a seguinte identificação:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ
PREGÃO PRESENCIAL PMI Nº. 004/2015
ENVELOPE Nº. 01 - PROPOSTA DE PREÇOS
RAZÃO SOCIAL:



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ
PREGÃO PRESENCIAL PMI Nº. 004/2015
ENVELOPE Nº. 02 - HABILITAÇÃO
RAZÃO SOCIAL:

3. CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO

3.1. Os dois envelopes (proposta de preços e habilitação), e os documentos (apresentados fora dos envelopes), que são: **Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação (ANEXO II)** e a certidão simplificada da Junta Comercial do Estado para comprovação do seu enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte (se for o caso) deverão ser entregues no início da sessão de abertura dos envelopes e julgamento, conforme data e horário estabelecido no preâmbulo deste edital.

3.1.1. A entrega também poderá ser efetuada na forma abaixo:

a) no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Imaruí, Rua José Inácio da Rocha, 109, Centro, Imaruí/SC, até a hora e data determinadas no preâmbulo deste edital;

b) através dos Correios, desde que entregues no Setor de Licitações até a data e hora definidas no preâmbulo deste Edital. Neste caso, os envelopes nº 01 (proposta de preços) e nº 02 (habilitação) e, ainda, a declaração prevista no subitem 3.2 e a certidão (se for o caso) previstas no subitem 3.3 deverão estar dentro de um terceiro envelope, postado para o seguinte endereço e identificação: Prefeitura municipal de Imaruí, Rua José Inácio da Rocha, 109, Centro – Imaruí/SC, CEP – 88770-000; A/C Pregoeiro do Pregão Presencial Nº 004/2015

3.1.1.1. Não havendo representante devidamente credenciado na sessão de abertura dos envelopes e julgamento, acarretará no impedimento do licitante participar da fase de lances e de exercer o direito de recurso.

3.2. A declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação deverá ser datilografada ou digitada, preferencialmente em papel timbrado e nela deverá constar o nome do licitante, endereço, CNPJ, a declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no título 5 do edital do pregão nº 004/2015 e o nome e assinatura do responsável.

3.3. As microempresas e empresas de pequeno porte que quiserem postergar a comprovação da regularidade fiscal para o momento da assinatura do contrato e ter preferência no critério de desempate quando do julgamento das propostas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deverão apresentar no credenciamento a certidão simplificada da Junta Comercial do Estado, emitida em até 90 dias da data da entrega dos envelopes, para comprovação do seu enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte.

3.4. Não poderão participar desta licitação e nem serão consideradas licitantes as empresas que entregarem o envelope após o horário estabelecido ou não entregarem a **declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação (Anexo II)**.

3.5. Serão admitidos a participar desta Licitação os que estejam legalmente estabelecidos à forma da Lei, para os fins do objeto pleiteado.

3.6. É vedada a qualquer pessoa física ou jurídica a representação, na presente Licitação, de mais de uma empresa.

3.7. Será admitida, em todas as etapas da Licitação, a presença de somente um representante de cada proponente.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

3.8. A proponente deverá apresentar, inicialmente e separado dos envelopes, documento com a indicação do representante credenciado, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da empresa proponente.

3.8.1 O credenciamento far-se-á por meio de:

a) Instrumento público de procuração e documento de identificação do representante com foto; ou
b) Instrumento particular com firma reconhecida, acompanhado de cópia autenticada do respectivo Estatuto ou Contrato Social (ou cópia simples, acompanhada dos originais para ser autenticada pelo Pregoeiro em sessão) e documento de identificação com foto do representante; ou.

c) Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, deverá apresentar a cópia autenticada do respectivo Estatuto ou Contrato Social (ou cópia simples, acompanhada dos originais para ser autenticada pelo Pregoeiro em sessão), no qual estejam expressos seus poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e documento de identificação com foto.

3.8.2 Os documentos apresentados nos subitens de 3.8.1, alíneas "a", "b" e "c" deverão ser originais, ou, se a proponente preferir apresentá-los em fotocópia, a mesma deverá estar autenticada (ou acompanhada pelo original para possível autenticação em sessão pelo pregoeiro).

3.8.3 Segue modelo (Anexo I).

3.9. Somente poderão se manifestar no transcorrer das reuniões, os representantes das proponentes, desde que devidamente credenciados.

3.10. Não será admitida nesta Licitação a participação de empresas que estejam reunidas em consórcio e seja controladora, coligadas ou subsidiárias, entre si, ou ainda, qualquer que seja sua forma de constituição, e estrangeiras que não funcionem no país.

4. DA PROPOSTA DE PREÇOS

4.1. A Proposta de Preços confida no Envelope nº. 01 deverá ser apresentada na forma e requisitos indicados nos subitens a seguir:

a) preferencialmente emitida por computador ou datilografada, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas devidamente assinados pelo responsável da empresa representada em 01 (uma) via.

b) conter Razão Social completa e CNPJ da licitante. Havendo matriz ou filial sediada no Estado de Santa Catarina o Município dará preferência pela emissão de nota fiscal por aquela aqui sediada.

4.2. A proposta de preços original deverá conter OBRIGATORIAMENTE A MARCA E O VALOR UNITÁRIO DO ITEM, não podendo ultrapassar o valor máximo unitário previsto, sob pena de desclassificação.

4.2.1 Deverá ser proposta apenas 01 (uma) marca para cada item.

4.2.2 Os preços deverão ser apresentados em moeda corrente nacional, com no máximo 02 (duas) casas decimais após a vírgula, computados os tributos de qualquer natureza incidentes sobre o objeto a ser fornecido, bem como, o custo de Transporte, inclusive carga e descarga, correndo tal operação, única e exclusivamente por conta, risco e responsabilidade da empresa vencedora desta Licitação.

4.3. O prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias, contados da data limite para a entrega dos envelopes.

4.4. A apresentação da proposta será considerada como evidência de que a licitante EXAMINOU CRITERIOSAMENTE OS DOCUMENTOS DESTE EDITAL, SEUS ANEXOS e que os produtos que foram cotados apresentam todas as características e especificações mínimas exigidas na folha proposta de preços, conforme ANEXO V do Edital.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

4.5. A apresentação de proposta de preço implica na plena aceitação, por parte da proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

4.6. Na omissão dos prazos de execução, pagamento, garantia e validade da proposta, serão considerados os constantes do edital e na divergência entre o preço unitário e total, prevalecerá o preço unitário.

Parágrafo Único - Preferencialmente, e exclusivamente para facilitar o julgamento por parte do Pregoeiro, solicita-se às licitantes que apresentem suas propostas conforme o ANEXO V.

5. DA HABILITAÇÃO

5.1. A proponente deverá apresentar o envelope nº. 02 "HABILITAÇÃO", em 01 (uma) via contendo os seguintes documentos:

5.1.1 Habilitação Jurídica:

5.1.1.1 Registro Comercial, no caso de empresa individual, ou;

5.1.1.2 Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;

5.1.1.3 Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício, ou;

5.1.1.4 Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e Ato de Registro ou Autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

5.1.1.5 Será obrigatório, sob pena de inabilitação, que a licitante tenham em seus atos constitutivos/objeto social as atividades compatíveis com o objeto deste Edital.

OBS: Nos casos em que a licitante apresentar um dos documentos constantes da cláusula quinta, subitens 5.1.1.1 à 5.1.1.4 na fase de Credenciamento, a mesma fica dispensada de apresentá-lo na fase de Habilitação.

5.1.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista:

5.1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

5.1.2.2. Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais e Certidão Quanto à Dívida Ativa da União - Conjunta;

5.1.2.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

5.1.2.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal;

5.1.2.5. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, demonstrando a situação regular no cumprimento dos encargos instituídos por Lei.

5.1.2.6. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social - INSS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.

5.1.2.7. Declaração em cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

5.1.2.8. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

Observação: As certidões negativas deverão ser do domicílio ou sede da licitante.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

5.1.3 Qualificação Econômica - Financeira:

5.1.3.1. Certidão negativa de falência e concordata, expedida pelo cartório distribuidor da sede da licitante;

5.1.4 Qualificação Técnica:

5.1.4.1. Os licitantes deverão apresentar licença de funcionamento expedido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal, onde detém o seu estabelecimento;

5.1.4.2. Declaração do licitante que não há nenhum fato impeditivo de sua participação no certame;

5.1.4.3. Atestado de Capacidade Técnica, por órgãos públicos que tenham contratos firmados com o licitante com o mesmo objeto deste certame;

5.1.4.4. Além das licitantes que apresentarem no corpo da embalagem do produto, selo de registro no Ministério da Agricultura, com o SIF/DIPOA, poderão também participar as licitantes que possuírem autorização de estabelecimento sob inspeção estadual devidamente autorizado para este fim, pelo serviço veterinário oficial, como o SIE (Serviço de Inspeção Estadual).

5.2. Ao Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar da licitante, em qualquer tempo, no curso da Licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhe prazo para atendimento.

5.3. A falta de quaisquer dos documentos exigidos no Edital, implicará inabilitação da licitante, sendo vedada, sob qualquer pretexto, a concessão de prazo para complementação da documentação exigida para a habilitação. (exceto Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que tenham apresentado a Certidão expedida pela Junta Comercial adquirindo o direito da LC 123/2006).

5.4. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

5.5. A documentação de habilitação deverá ser apresentada em nome da licitante que será responsável pela execução do contrato e faturamento, com o mesmo número do CNPJ e endereço. Serão aceitos documentos com a mesma razão social, porém CNPJ e endereço diverso quando os mesmos tiverem validade para todas as filiais e matriz.

OBSERVAÇÃO

A) Os documentos necessários à Habilitação deverão ser preferencialmente, apresentados conforme a sequência acima mencionada, e poderão ser apresentados em original, ou, se preferir, deverá ser apresentado por qualquer processo de cópia autenticada, ou publicação em órgão da imprensa oficial. Os documentos que forem apresentados em original não serão devolvidos, e passarão a fazer parte integrante deste processo licitatório.

B) Os documentos somente poderão ser autenticados por servidor da Administração.

C) Quando se tratar de cópia de documento obtido através da Internet, este não precisa ser autenticado, uma vez que terá sua validade confirmada pelo Pregoeiro e equipe de apoio.

6. CONDIÇÕES GERAIS

6.1. Os envelopes contendo a "Proposta de Preços" e os "Documentos de Habilitação" deverão ser entregues junto ao Setor de Licitações, na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua José Inácio da Rocha, 109, Centro, CEP 88770-000 na cidade de Imaruí/SC, em dias úteis e no horário de expediente.

6.2. Os recursos decorrentes deste processo licitatório serão recebidos, analisados e julgados de acordo com a legislação vigente.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

- 6.3.** Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF.
- 6.4.** Ao apresentar proposta a proponente se obriga aos termos do presente Edital.
- 6.5.** O Edital encontra-se disponível para retirada no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal situada na Rua José Inácio da Rocha, 109, Centro, CEP 88.770-000, Município de Imaruí/SC, cujas informações poderão ser obtidas em dias úteis, no horário de expediente 13h00min às 19h00min, através do telefone/fax: (48)3643-0161 ou ainda por e-mail: licitacao@imarui.sc.gov.br.

7. DA ABERTURA E JULGAMENTO

- 7.1.** No dia, horário e local indicados no preâmbulo do Edital, o Pregoeiro e a equipe de apoio reunir-se-ão em sala própria, na presença dos representantes de cada proponente participante, procedendo como adiante indicado.
- 7.2.** Realizar-se-á o credenciamento dos interessados ou de seus representantes, que consistirá na comprovação de que possui poderes para formulação de ofertas e lances verbais, para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame, conforme Cláusula Terceira do presente Edital.
- 7.2.1.** A não comprovação de que o interessado ou seu representante legal possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a licitante de ofertar lances verbais, lavrando-se em ata o ocorrido.
- 7.3.** Deverá ser apresentada, ainda, a Declaração para Habilitação e a comprovação de que a licitante é Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (se for o caso) enquadrada na forma da Lei Complementar 123/2006, sob pena de ser desconsiderada tal condição.
- 7.4.** Abrir-se-ão os envelopes nº. 01 "PROPOSTA DE PREÇOS" das empresas que entregaram os envelopes até o dia e horário indicado aprazado no Edital.
- 7.4.1.** O pregoeiro e a equipe de apoio rubricarão e submeterão a rubrica de todas as proponentes os documentos contidos no certame. O Pregoeiro procederá a verificação do conteúdo do envelope nº 01, em conformidade com as exigências contidas neste Edital.
- 7.4.2.** O Pregoeiro classificará a proponente que apresentar a proposta de Menor preço Por item e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) relativamente à proposta de preço de menor valor; ou classificará as 03 (três) propostas de preços de menor valor apresentadas pelas proponentes, quando não ocorrer pelo menos 03 (três) ofertas no intervalo de 10% (dez por cento), excetuadas aquelas propostas que estão superiores ao valor máximo estipulado no edital.
- 7.4.3.** Às proponentes classificadas, conforme subitem anterior será dada oportunidade para disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior preço.
- 7.4.3.1** A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente de preços.
- 7.4.3.2.** Fica a encargo do Pregoeiro a fixação de parâmetros mínimos de valores sobre os lances verbais, podendo, inclusive, alterá-los no curso da sessão (estipulação de valores mínimos entre um lance e outro).
- 7.4.3.3.** O Pregoeiro poderá fixar tempo máximo para que as licitantes calculem e ofereçam novos lances.
- 7.4.3.4.** Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.
- 7.4.3.5.** A ocorrência de oferta de lance com vista ao empate implicará na classificação preferencial da proponente que ofertou o menor valor anteriormente, na sua vez de oferta.
- 7.4.3.6.** Dos lances ofertados não caberá retratação.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

7.4.3.7. A proponente que desistir de apresentar lance verbal quando convocado pelo Pregoeiro, será excluída da etapa de lances verbais, mantendo-se o último preço apresentado pela mesma, para efeito de ordenação das propostas.

7.4.4. Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro fará a classificação provisória pela ordem crescente dos preços apresentados.

7.4.5. Procedida à classificação e verificada que o melhor preço foi apresentado por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte licitante, o Pregoeiro abrirá o seu envelope de habilitação, e caso a habilitação fiscal não estiver regular, o mesmo intimará a licitante para no prazo de 02 (dois) dias úteis, prorrogáveis por igual período, mediante requerimento justificado, proceder à regularização da documentação mediante apresentação das respectivas certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.4.6. Regularizada a habilitação fiscal pela licitante Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, a mesma será declarada vencedora do certame.

7.4.7. Caso não ocorra à regularização da habilitação fiscal da licitante Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, no prazo concedido, a mesma será declarada excluída do certame, aplicando-se lhe a penalidade de que trata o no item "Das sanções administrativas" deste Edital, e retomando a licitação na forma do item 7.4.5 ou do item 7.4.8..

7.4.8. Procedida à classificação provisória e verificada que o melhor preço/lance não foi apresentado por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte licitante, o Pregoeiro verificará o eventual empate legal das propostas, na forma do parágrafo 2º do art. 44 da LC 123/2006, para aplicação do disposto no art. 45 daquele Diploma Legal.

7.4.9. Ocorrendo empate fictício, na forma da lei, o Pregoeiro procederá da seguinte forma:

I - a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da classificação provisória, situação em que, após a verificação da regularidade fiscal (na forma dos itens anteriores), será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

II - não ocorrendo à contratação da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, na forma do inciso I deste item, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do parágrafo 2º do art. 44 da LC 123/2006, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III - no caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos no parágrafo 2º do art. 44 da LC 123/2006, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.4.10. O prazo para apresentação de nova proposta será de até 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do direito de inovar em seu preço (art. 45, parágrafo 3º da LC 123/2006).

7.4.11. Na hipótese de não-contratação nos termos previstos no caput do artigo 45 da LC 123/2006, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.4.12. Será assegurado, como critério inicial de desempate, preferência de contratação para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

7.4.13. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas às propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da proposta da primeira classificada por item, lote ou global (conforme o caso), quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

7.4.14. Será desclassificada a proponente que:

a) deixar de atender a alguma exigência constante deste Edital;

b) apresentar oferta de vantagem não prevista no Edital ou vantagem baseada nas propostas dos demais proponentes;



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

c) apresentar preços manifestamente inexeqüíveis ou que ultrapassem o valor máximo unitário, estipulado no Edital (artigo 4º, inciso VII da Lei 10.520/2002).

7.4.15. Para fins de aferição de inexeqüibilidade das propostas, o Pregoeiro determinará que a licitante deverá fazer prova de que possui condições de cumprir o objeto do Edital, através da planilha pormenorizada com a devida comprovação (documentos, notas fiscais, recibos, etc...) que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado, na forma do artigo 48, inciso II, da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

7.4.16. Sendo aceitável a proposta de menor preço por item será aberto o envelope contendo a Documentação de Habilitação da licitante vencedora, para confirmação das suas condições habilitatórias, com base nas exigências constantes neste Edital.

7.5. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarada a proponente vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto definido neste Edital e seus Anexos.

7.5.1. Será julgada inabilitada a proponente que:

a) deixar de atender alguma exigência constante do presente Edital,

b) apresentar declaração ou documentação que contenha qualquer vício de ordem formal.

7.5.2. Em face dos artigos 42 e 43 da Lei Complementar 123/2006, o Pregoeiro adotará o seguinte procedimento quando a vencedora for Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte:

a) serão analisados os documentos não integrantes da regularidade fiscal, decidindo-se sobre o atendimento das exigências constantes do Edital, de forma que serão inabilitados os licitantes que apresentarem irregularidades em relação a estas exigências;

b) serão analisados os documentos relativos à regularidade fiscal, declarando-se:

b.1) o atendimento das exigências constantes do Edital com a respectiva habilitação; ou

b.2) o desatendimento das exigências constantes do Edital com a suspensão do julgamento da habilitação fiscal em relação aquela Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte licitante, para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, prorrogáveis por igual período, mediante requerimento justificado, proceder à regularização da documentação mediante apresentação das respectivas certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa.

7.5.2.1. Ocorrendo a Situação estabelecida na alínea "b.2" acima, o licitante Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte poderá se manifestar, na própria reunião, sob pena de decadência, sobre a desistência de sua proposta acaso não vislumbre a possibilidade de regularização da habilitação fiscal na forma da lei, isentando-se de eventual penalização em caso de ser declarada vencedora do certame.

7.6. Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro declarará a vencedora, proporcionando a seguir, a oportunidade às licitantes para que se manifestem acerca da intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta desta manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte das licitantes, registrando na Ata da Sessão, a síntese dos motivos para a futura impetração de recurso, bem como o registro de que todos os demais licitantes ficaram intimadas para, querendo, se manifestar sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias consecutivos, após o término do prazo do recorrente para juntada de memoriais - razões de recursos do recorrente - nos termos do art. 4º XVIII da Lei n. 10.520/02, proporcionando-se a todos, vista imediata do processo no Setor de Licitação.

7.7. A ausência da proponente ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á renúncia ao direito de recorrer.

7.8. Da reunião lavrar-se-á Ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá obrigatoriamente ser assinada pelo Pregoeiro, equipe de apoio e a(s) licitante(s) presente(s).

7.9. Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, os licitantes presentes.

7.10. Não considerar-se-á qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital e seus Anexos.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

7.11. A presente licitação para os efeitos de julgamento será do tipo "MENOR PREÇO" considerando-se o Menor preço Por item para fins da escolha mais vantajosa para a municipalidade.

7.12. Em caso de dúvidas a respeito das características do produto cotado (se atende ao exigido no Edital), o (a) pregoeiro (a) poderá exigir do licitante que apresente amostra do produto - se assim julgar estritamente necessário - nos termos do art. 43, § 3º da Lei 8.666/1993, depois da etapa de lances do item questionado. As amostras ficarão à disposição dos demais licitantes e serão analisadas pelo Município, mediante Laudo Técnico. Caso o produto não atenda as especificações mínimas solicitadas no Edital, o licitante será desclassificado.

8. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS RECURSOS

8.1. Até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar o ato convocatório do presente Pregão Presencial, aplicando-se neles subsidiariamente as disposições contidas na Lei 8.666/93.

8.1.1. Em se tratando de licitante, o prazo para impugnação é de até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas.

8.2. Ao final da sessão, a proponente que desejar recorrer contra decisões do Pregoeiro poderá fazê-lo, manifestando sua intenção com registro da síntese dos motivos, obrigando-se a juntar memoriais no prazo de 03 (três) dias. Os interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente. As razões e as contrarrazões de recurso deverão ser enviados aos cuidados do Pregoeiro.

8.3. A falta de manifestação imediata e motivada na sessão do Pregão Presencial, bem como a não entrega das razões de recurso importará na preclusão do direito de recurso.

8.4. Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pela proponente.

8.5. Não serão reconhecidas as impugnações e recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente.

8.6. Os recursos e contra-razões de recurso, bem como impugnação do Edital, deverão ser dirigidos ao Pregoeiro e protocolados junto ao Setor de Licitações, localizado na sede da Prefeitura Municipal, sita na Rua José Inácio da Rocha, 109, Centro, CEP 88.770-000, Município de Imaruí/SC, em dias úteis, no horário de expediente, a qual deverá receber examinar e submetê-lo à Autoridade competente que decidirá sobre a pertinência.

8.7. É vedada ao licitante a utilização de recurso ou impugnação como expediente protelatório ou que vise a tumultuar o procedimento da Licitação. Identificado tal comportamento poderá o Pregoeiro, ou se for o caso, a Autoridade superior, arquivar sumariamente os expedientes.

9. DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Em não sendo interposto recurso, caberá ao Pregoeiro adjudicar o objeto à(s) licitante(s) vencedora(s) e encaminhar o processo à Autoridade competente para a sua Homologação.

9.2. Caso haja recurso, a adjudicação do objeto à(s) licitante(s) vencedora(s) e a homologação do processo efetuada pela Autoridade competente, somente após apreciação pelo pregoeiro sobre o mesmo.

9.3. Homologado o resultado pelo Município, e comunicado à proponente vencedora e aos demais licitantes que concordaram em assinar a Ata de Registro de Preços nas mesmas condições do



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

primeiro colocado, ter-se-á um prazo máximo de 02 (dois) dias úteis para comparecer no Setor de Licitação desta Prefeitura para assinar a referida Ata.

9.3.1. Poderão ser registradas todas as empresas que manifestarem interesse em assinar a Ata com mesmo preço e mesmas condições do primeiro colocado, observando-se o seguinte:

a) Os fornecedores ficarão disponíveis durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços;
b) Quando das contratações decorrentes do Registro de Preços será respeitada a ordem de classificação das empresas constantes na Ata.

9.3.2. Os demais fornecedores serão classificados neste processo, em ordem decrescente de preço proposto e poderão ser convocados para compor a Ata de Registro de Preços, nos casos previstos neste Edital e na Ata dele decorrente.

9.4. A recusa injustificada do detentor do preço registrado em assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e condições estabelecidas, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades previstas no item 14 deste Edital.

9.4.1 Nas hipóteses de recusa do(s) adjudicatário(s) em firmar a Ata de Registro de Preços, a autoridade competente poderá convocar os demais licitantes para assinar a Ata, observadas a ordem de classificação e os procedimentos de habilitação referidos no presente Edital, atendendo ao disposto no art. 4º, inciso XXIII da Lei 10.520/2002.

9.5. No caso do licitante vencedor não apresentar situação regular no ato das solicitações, sem prejuízo das sanções cabíveis, serão convocados os licitantes remanescentes na seguinte ordem:

a) As empresas que, na sessão do Pregão, assinaram a Ata de Registro de Preços nas mesmas condições do primeiro colocado;

b) Na ausência, impossibilidade ou recusa das empresas nas condições da alínea anterior, as que vierem a assinar a Ata de Registro de Preços, quando convocadas.

9.6. A critério do Município, quando a quantidade do primeiro colocado não for suficiente para atender a demanda estimada, e desde que se trate de objetos de qualidade ou desempenho superior, e, ainda, que esteja devidamente justificada e comprovada a vantagem, e, também, que as ofertas sejam em valor inferior ao máximo admitido, poderão ser registrados outros preços.

10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DA CONTRATAÇÃO

10.1. A Ata de Registro de Preços não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecidas à legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

10.2. Constam da Minuta da Ata de Registro de Preços (ANEXO III) as condições e a forma de pagamento, as sanções para o caso de inadimplemento e as demais obrigações das partes, integrando este Edital.

10.3. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses.

10.4. O Município monitorará, pelo menos trimestralmente, o preço dos produtos, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados.

10.4.1. O Município convocará o fornecedor para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado está acima do preço de mercado. Caso seja frustrada a negociação para redução do preço, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

10.4.2. No caso de desequilíbrio econômico-financeiro (preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado, e mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro - equação



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

econômico-financeira), sendo frustrada a negociação entre as partes, o fornecedor poderá ser liberado do compromisso assumido.

10.4.3. Havendo negociação entre as partes, o aumento para recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro da Ata de Registro de Preço somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da licitação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pelo Fornecedor (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

10.4.4. As alterações de preços oriundos da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio econômico-financeiro, serão publicadas na imprensa oficial, sem prejuízo do cumprimento da obrigação contida no art. 15, parágrafo 2º da lei. 8.666/93 (publicação trimestral dos preços registrados).

10.5. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador do registro de preços, será formalizada por instrumento contratual, autorização de compra ou nota de empenho de despesa, observando-se o disposto no art. 62 da lei 8.666/93.

10.5.1 O prazo para assinatura do instrumento é de 02 (dois) dias úteis, contados da notificação feita aos fornecedores registrados.

10.6. As secretarias usuárias da Ata de Registro de Preços não emitirão qualquer Ordem de serviço/Nota de Empenho, sem a prévia existência do respectivo crédito orçamentário.

11. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

11.1. A entrega deverá ser realizada em até 02 (dois) dias úteis após a Autorização de fornecimento do setor de compras.

11.2. A empresa vencedora deverá entregar os produtos de primeira qualidade e de acordo com as especificações, em transporte adequado para o acondicionamento dos mesmos.

11.3. Local de entrega: Sede da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos. Situada na avenida Alceu Rochadel da Silva, S/Nº, Centro, Imaruí/SC.

12. DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

12.1. A inexecução total ou parcial das obrigações oriundas das obrigações da empresa enseja a aplicação das penalidades previstas na Ata de Registro de Preços ou Contrato, inclusive multa no valor de até 20% do Contrato firmado entre as partes.

12.2. A Contratada será responsável por eventuais danos havidos nos objetos/materiais, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus empregados, obrigando-se a substituí-los, ou a indenizar a Administração do prejuízo causado.

12.3. No caso de acréscimo contratual em até 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo total estimado de cada item, fica o fornecedor obrigado a aceitar o acréscimo.

12.4. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a vinte e cinco por cento dos quantitativos registrados na Ata de registro de Preços.

13. DA FORMA DE PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. O pagamento do valor do objeto contratado será efetuado, mediante apresentação de nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo órgão encarregado pelo gerenciamento e fiscalização das entregas e/ou juntamente anexada com a respectiva autorização de fornecimento assinada pela autoridade competente em até 30 (trinta) dias.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

13.2. Caso o produto seja recusado ou o correspondente documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data de regularização da entrega ou do documento fiscal

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Às proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta, deixarem de entregar, ou apresentarem documentação falsa exigida no Edital, comportarem-se de modo inidôneo ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, as seguintes sanções, sem prejuízo da reparação dos danos causados ao Município pelo infrator:

- a)** advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;
- b)** multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da proposta apresentada pela proponente;
- c)** impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, DF e Municípios pelo prazo de até 05 (cinco) anos consecutivos.

15. PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO

15.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

15.2. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

15.3. As decisões e providências que ultrapassem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

15.4. Efetuar o pagamento no prazo de até 30 (trinta) dias corridos subsequentes ao recebimento dos produtos e do fornecimento das correspondentes Notas Fiscais, desde que verificados e aceitos pela secretaria responsável, por meio do atesto do fornecimento em tais documentos fiscais.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. A presente Licitação não importa necessariamente em contratação, podendo o Município revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato supervenientes comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado para conhecimento dos participantes da licitação.

16.2. As proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.3. A proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da Licitação.

16.4. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

16.5. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, firmando-se que só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente normal na Secretaria de Administração e Finanças.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

16.6. As proponentes intimadas para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.

16.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

16.8. As normas que disciplinam este Pregão Presencial serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

16.9. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas às proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento.

16.10. A participação da proponente nesta licitação implica a aceitação de todos os termos deste Edital.

16.11. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

16.12. Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e Anexos deverá ser dirigido ao Pregoeiro através do e-mail licitacao@imarui.sc.gov.br ou por escrito e protocolados junto ao setor de Licitações da Prefeitura Municipal, situada na Rua José Inácio da Rocha, Centro, CEP 88.770-000 na cidade de Imaruí/SC, em dias úteis, no horário de expediente.

16.13. Os casos omissos serão decididos pelo Pregoeiro em conformidade com as disposições constantes nas Leis citadas no preâmbulo deste Edital.

16.14. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o local da realização do certame, considerado aquele a que está vinculado o Pregoeiro, ou seja, o foro da Comarca de Imaruí/SC.

16.15. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

16.16. Recomendam-se às licitantes que estejam no local marcado com antecedência de 15 (quinze) minutos do horário previsto para a entrega dos envelopes n.º01 e 02 e da documentação de Credenciamento.

16.17 São partes integrantes deste Edital

- a) Anexo I** - Credenciamento;
- b) Anexo II** - Declaração para Habilitação;
- c) Anexo III** - Minuta da Ata de Registro de Preços;
- d) Anexo IV** - Minuta do Contrato;
- e) Anexo V** - Proposta de Preços (modelo).
- f) Anexo VI** - Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação.
- g) Anexo VII** - Declaração que não emprega menores.
- h) Anexo VIII** - Termo de Referência

O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta da licitante vencedora, farão parte integrante da Ata de Registro de Preço Contrato, independentemente de transcrição.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ**

**ANEXO I
AO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 004/2015**

Credenciamento

Através da presente, credenciamos o (a) Senhor (a) _____, portador (a) da Cédula de Identidade nº. _____ e CPF sob nº. _____, a participar da Licitação instaurada pelos órgãos do Município de Imaruí, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa _____, inscrita sob o CNPJ. Nº. _____ bem como formular propostas/lances verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

_____, em ____ de ____ de 2015.

Carimbo e assinatura do credenciaste.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ**

**ANEXO II
AO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 004/2015**

Modelo de Declaração para Habilitação

DECLARAMOS para fins de participação no procedimento licitatório – PREGÃO PRESENCIAL N.º 004/2015, que a empresa _____, inscrita sob o CNPJ _____, atende plenamente aos requisitos necessários à Habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida no Edital convocatório.

_____, em ____ de _____ de 2015.

Carimbo, assinatura e CPF do representante legal.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

ANEXO III AO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 004/2015

MINUTA - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de 2015, no Setor de Licitações, localizado no Prédio da Prefeitura Municipal de Imaruí, o Município de Imaruí, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Registro de Preços nº. 004/2015, na Ata de julgamento de preços, homologada em ____/____/____, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s), nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços de gêneros alimentícios, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital Pregão Presencial nº. 004/2015. As licitantes registradas para os materiais cotados são as seguintes:

Item 01 – _____, Quantidade - _____, Unidade de medida - _____.

1º. Colocado – Empresa _____, no valor de R\$ _____;

2º. Colocado – Empresa _____;

3º. Colocado – Empresa _____.

(...)

1.2 Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para a aquisição de gêneros alimentícios, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro à preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.3 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.3.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.3.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro da Ata de Registro de Preço somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.4 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.3.1.

1.5 As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a vinte e cinco por cento dos quantitativos registrados na Ata de registro de Preços.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº. 004/2015 e seus anexos;
- b) Proposta da (s) Licitante(s).

3. VIGÊNCIA

3.1 A vigência do contrato será da data de assinatura do mesmo até o período de um ano a partir da assinatura do contrato

4. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

- 4.1.** A entrega deverá ser realizada em até 02 (dois) dias após solicitação do setor responsável.
- 4.2.** A empresa vencedora deverá entregar os produtos de primeira qualidade e de acordo com as especificações, em transporte adequado para o acondicionamento dos mesmos.
- 4.3.** Local de entrega: Sede da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos. Situada na Avenida Alceu Rochadel da Silva, S/Nº, Centro, Imaruí/SC.

5. DA FORMA DE PAGAMENTO

- 5.1.** O pagamento do valor do objeto contratado será efetuado, mediante apresentação de nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo órgão encarregado pelo gerenciamento e fiscalização das entregas e/ou juntamente anexada com a respectiva autorização de fornecimento assinada pela autoridade competente em até 30 (trinta) dias.
- 5.2.** Caso o produto seja recusado ou o correspondente documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data de regularização da entrega ou do documento fiscal.

6. RESPONSABILIDADES

- 6.1.** A fornecedora responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o Município ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo Município.
- 6.2.** A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.
- 6.3.** As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da CONTRATADA.
- 6.4.** A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos serviços prestados, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer, tenham comprometido os mesmos, fora dos padrões exigidos.
- 6.5.** A empresa registrada autoriza o Município a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada à prévia defesa.

7. OBRIGAÇÕES DAS EMPRESAS FORNECEDORAS

- 7.1.** Cumprir integralmente sua proposta e prestar o fornecimento na forma ajustada.
- 7.2.** Cumprir as exigências quanto à forma de entrega do produto.
- 7.3.** Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução dos serviços.
- 7.4.** A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

7.5. A contratada deverá garantir a qualidade e quantidade dos respectivos produtos, na forma da legislação específica.

7.6. Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estarem cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

7.7. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

7.8. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

7.9. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Efetuar o pagamento no prazo de até 30 (trinta) dias corridos subsequentes ao recebimento dos produtos e do fornecimento das correspondentes Notas Fiscais, desde que verificados e aceitos pela Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, por meio do atesto do fornecimento em tais documentos fiscais.

8.2. Promover, através de seu representante, o acompanhamento e fiscalização dos produtos entregues pela empresa sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

8.3. Por ocasião do recebimento dos produtos, a Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos reserva-se o direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se a contratada a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

8.4. Aplicar à empresa vencedora, penalidades, quando for o caso.

8.5. Caso o produto seja recusado ou o correspondente documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data de regularização da entrega ou do documento fiscal.

9. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

9.1 O Município poderá cancelar o Registro de Preços da(s) Empresa(s) nos casos a seguir especificados:

a) quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;

b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

c) quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;

f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

g) por razões de interesse públicas devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.2 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará a devida apostila mento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

10. PENALIDADES

10.1 Pela inexecução total ou parcial dos serviços estará à empresa fornecedora sujeita às seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa:

1- De 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor);

2- De até 20% (vinte por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta ata e no edital, ressalvado o disposto no item 1 (um) acima citado;

3- Impedimento de participação em licitação e de contratar com a Administração Pública pelo período de até 05 (cinco) anos consecutivos.

10.2 Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

10.3 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a empresa fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

10.4 Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos a que a CONTRATADA tiver direito, ou cobrados judicialmente.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

11.2. Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada.

Imaruí, 26 de Janeiro de 2015.

Representante

Empresa XXXX



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

ANEXO IV

AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2015

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO PARA FORNECIMENTO Nº. ____/____
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 004/2015.

Contrato que entre si celebram o Município de Imaruí, Estado de Santa Catarina, com endereço na Rua José Inácio da Rocha 109, Centro, Imaruí/SC, inscrito no CNPJ sob o nº. 82.538.851/0001-57, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Senhor Manoel Viana de Sousa, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE** e a empresa, inscrita no CNPJ sob o nº., neste ato representada por seu(ua) representante legal, Senhor(a), doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, em decorrência do processo licitatório nº. 004/2015 – PREGÃO PRESENCIAL PMI nº. 004/2015, homologado em/...../....., mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei nº. 10.520 e da Lei nº. 8.666 de 21/06/93 com alterações posteriores e as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O presente contrato tem por objetivo o fornecimento pela **CONTRATADA**, de forma parcelada, conforme a necessidade da **CONTRATANTE**, de gêneros alimentícios, conforme relação abaixo discriminada(s).

Item	Descrição	Qtde	Marca	P.Unit(R\$)	P. Total(R\$)

1.2 – A **CONTRATADA** declara possuir condições de fornecer o objeto deste Contrato dentro das normas técnicas com qualidade e segurança.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL

2.1 – Fazem parte deste Contrato independentemente de transcrição os seguintes documentos: Proposta da **CONTRATADA**, Edital de Pregão Presencial PMI nº. 004/2015, além das normas e instruções legais vigentes, que lhe sejam aplicáveis.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 – O valor total deste contrato é de R\$ (.....).

3.2 – Fica expressamente estabelecido que os preços constantes na proposta da **CONTRATADA** incluem todos os custos diretos e indiretos requeridos para a execução do objeto licitado, constituindo-se na única remuneração devida.

3.3 – O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento dos materiais mediante a apresentação da Nota Fiscal/fatura devidamente atestada pelo responsável do setor requerente.

3.4 Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e perante o FGTS.

3.5 Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

3.6 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

CLÁUSULA QUARTA – RECURSOS FINANCEIROS

Página 21 de 33



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

4.1 – As despesas decorrentes do presente Contrato correrão à conta do(s) recurso(s) financeiro(s) do ano de 2015.

CLÁUSULA QUINTA – CRITÉRIO DE REAJUSTE

5.1 – Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada.

6 – PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA

6.1. Os produtos deverão ser entregues conforme a necessidade da Secretaria, e que deverá ocorrer até 10 (dez) dias consecutivos após a solicitação feita pela Secretaria, sendo que o armazenamento e demais condições serão realizados de acordo com o ANEXO VIII.

7 – PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO

7.1 – A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

7.2 – O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

7.3 – As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

8. DEVERES DA CONTRATADA

8.1. Cumprir integralmente sua proposta e prestar o fornecimento na forma ajustada.

8.2. Cumprir as exigências quanto à forma de entrega do produto.

8.3. Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução dos serviços.

8.4. A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

8.5. A contratada deverá garantir a qualidade e quantidade dos respectivos produtos, na forma da legislação específica.

8.6. Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estarem cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

8.7. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

8.8. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

8.9. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Efetuar o pagamento no prazo de até 30 (trinta) dias corridos subsequentes ao recebimento dos produtos e do fornecimento das correspondentes Notas Fiscais, desde que verificados e aceitos pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, por meio do atesto do fornecimento em tais documentos fiscais.

9.2. Promover, através de seu representante, o acompanhamento e fiscalização dos produtos entregues pela empresa sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

9.3. Por ocasião do recebimento dos produtos, a Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos reserva-se o direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se a contratada a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

9.4 Aplicar à empresa vencedora, penalidades, quando for o caso.

9.5. Caso o produto seja recusado ou o correspondente documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data de regularização da entrega ou do documento fiscal.

10 – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL

10.1 – Às proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta, deixarem de entregar, ou apresentarem documentação falsa exigida no Edital, comportarem-se de modo inidôneo ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, as seguintes sanções, sem prejuízo da reparação dos danos causados ao Município pelo infrator:

a) advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;

b) multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da proposta apresentada pela proponente;

c) impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, DF e Municípios pelo prazo de até 05 (cinco) anos consecutivos.

10.2 – Da intenção de aplicação de quaisquer das penalidades previstas, será concedido prazo para defesa prévia de 05 (cinco) dias úteis a contar da notificação.

11 – DAS PRERROGATIVAS DO MUNICÍPIO

11.1 – Neste contrato, são conferidas ao Município as prerrogativas de:

11.1.1 – Modificá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades do interesse público, respeitados os direitos da **CONTRATADA**;

11.1.2 – Rescindir-lo, unilateralmente, nas hipóteses da Cláusula 12;

11.1.3 – Aplicar as penalidades previstas pela inexecução total ou parcial do ajustado;

12 – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

12.1 – Este contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas:

12.1.1 – Por acordo das partes:

12.1.1.1 – quando necessária à modificação do regime de execução do seu objeto, em face da verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originais;

12.1.1.2 – quando necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada à antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de execução do objeto.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

12.2 – Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão deste para mais ou menos, conforme o caso.

12.3 – Havendo alteração unilateral deste contrato que aumente os encargos da **CONTRATADA**, o **CONTRATANTE** deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico financeiro inicial.

12.4 – As cláusulas econômico-financeiras e monetárias deste Contrato poderão ser alteradas, mediante prévia concordância da **CONTRATADA**.

12.5 – Na hipótese de modificação unilateral deste Contrato, as suas cláusulas econômico financeiras deverão ser revistas para que se mantenha o equilíbrio contratual.

13 – DA RESCISÃO CONTRATUAL

13.1 – Este contrato poderá ser rescindido nos termos dos artigos 77, 78, 79 e 80 da Lei nº. 8666/93.

13.1.1 – O contrato também poderá ser rescindido nos casos em que se verificar que a **CONTRATADA** não preenchia ou não mais preenche os requisitos de habilitação.

13.2 – Nas hipóteses legais de rescisão administrativa solicitada pela **CONTRATADA**, esta deverá submeter o seu pedido, necessariamente fundamentado, à apreciação da **CONTRATANTE** através de requerimento protocolado e instruído com a documentação comprobatória dos fatos alegados.

13.3 – A rescisão administrativa será precedida de autorização expressa e fundamentada da autoridade competente.

13.4 – A **CONTRATADA** reconhece os direitos da **CONTRATANTE** nos casos de rescisão previstos no artigo 77 da Lei nº. 8666/93.

14 – DA DECLARAÇÃO DE NULIDADE DO CONTRATO

14.1 – A declaração de nulidade deste contrato opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que este, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

14.2 – A nulidade não exonera o **CONTRATANTE** do dever de indenizar a **CONTRATADA** pelo que esta houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos, regularmente comprovados, contanto que não lhe sejam imputáveis, cabendo ao **CONTRATANTE** promover a responsabilidade de quem deu causa à nulidade.

15 – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

15.1 – O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei nº. 10.520/02, e Lei nº. 8.666/93.

16 – TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS

16.1 – A troca eventual de documentos e cartas entre a **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

17- VIGÊNCIA DO CONTRATO

17.1 – A vigência do contrato será da data de assinatura do mesmo até o período de um ano a partir da assinatura do contrato.

18 – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA

18.1 – Este contrato vincula as partes ao Processo Licitatório nº. 004/2015 – PREGÃO PRESENCIAL nº. 004/2015 e a proposta da **CONTRATADA**.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

19 – FORO

19 .1 – Fica eleito o foro da Comarca de Imaruí para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito. Imaruí, ____ de _____ de 2015.

ASSINATURAS

MANOEL VIANA DE SOUZA
Prefeito Municipal
Contratante

XXXXXXXXXXXXXXXXXX
Empresa
Contratada

TESTEMUNHAS

Nome _____
CPF _____

Nome _____
CPF _____



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

ANEXO V
AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2015

Nome da Empresa:
Endereço:
CNPJ:
Telefone:
Responsável pela empresa:
Pregão 004/2015

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Item	DESCRIÇÃO	Und.	Qntd.	Preço Unidade	Preço Total
1	Pranchão de 4m x 20L x espessura 1110 (eucalipto)	UN	3.000		
2	Viga roliça de 12m (eucalipto)	UN	50		
3	Tabuas 3m x 20m (pinus cacharia)	UN	300		
4	Corredeira em metro 30cm espessura 3,6 (eucalipto)	UN	2.000		
5	Viga 17m (eucalipto)	UN	100		
6	Viga diâmetro 10m (eucalipto)	UN	100		
7	Cavalete (sinalização) pinus altura 1m	UN	100		

Valor Por extenso R\$: _____
Validade da Proposta
Assinatura do Representante
Carimbo da empresa



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ**

**ANEXO VI
AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2015**

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO

(NOME DA EMPRESA) _____, CNPJ N.
_____, sediada _____(endereço completo)
_____, declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem
fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de
declarar ocorrências posteriores.

Local e data

Nome e número da identidade do declarante
N. DO CNPJ



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ**

**ANEXO VII
AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2015**

(Deve ser apresentado dentro do envelope de habilitação)

**MODELO DE DECLARAÇÃO EM CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

..... inscrita no CNPJ n., por intermédio de seu representante legal, Sr. (a) portador (a) da Carteira de Identidade n.º CPF n.
..... DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva:

Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz (...).

Data

Representante Legal

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

ANEXO VIII AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2015

TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Constitui objeto deste termo de referência com vista à aquisição de Madeiras, para uso da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

2. ITENS E QUANTITATIVOS

2.1. O presente termo de referência tem como objeto o registro de preço, por item das Madeiras, conforme especificações abaixo:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
1	Pranchão de 4m x 20L x espessura 1110 (eucalipto)	Un	3.000
2	Viga roliça de 12m (eucalipto)	Un	50
3	Tabuas 3m x 20 cm (pinus cacharia)	Un	300
4	Corredeira em metro 30 cm espessura 3,6 (eucalipto)	Un	2.000
5	Viga 17 m (eucalipto)	Un	100
6	Viga diâmetro 10m (eucalipto)	Un	100
7	Cavalete (sinalização) pinus altura 1 m	Un	100

3. JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO

3.1. O município de Imaruí possui em toda a sua extensão possui varias pontes, praças e espaços públicos, que são diariamente utilizados por toda a população de um modo geral.

As pontes municipais são em sua imensa maioria de madeira, sendo assim, devido ao seu desgaste, as mesmas precisam de reparos periodicamente, ou até mesmo reformas maiores.

As praças e espaços públicos são utilizados em eventos públicos, sendo que para fechar estes espaços ao transito de veículos, e com isso dar maior seguranças as pessoas, são utilizados os cavaletes de sinalização, sendo que estes cavaletes são de madeira e precisam esporadicamente serem trocados por cavaletes novos.

As madeiras acima citadas serão utilizadas para os diversos serviços realizados por esta secretaria no município de Imaruí.

Fica exposto a importância da abertura de licitação para compra de Madeiras.

4. CRITERIO DA ACEITAÇÃO DO OBJETO



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

4.1. Os produtos deverão ser entregues nos termos especificados no item nº 2 (Itens e quantitativos) deste termo de referência, obedecendo-se rigorosamente a descrição de cada item.

4.2. Os produtos deverão estar em perfeitas condições de uso.

5. AVALIAÇÃO DO CUSTO PELA ADMINISTRAÇÃO DIANTE DO ORÇAMENTO DETALHADO

5.1. O valor total estimado para o custeio da aquisição de madeiras é de R\$ 276.580,50 (duzentos e setenta e seis mil quinhentos e oitenta reais e cinquenta centavos).

5.2. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento dos produtos, mediante a apresentação de Nota Fiscal/ Fatura.

6. DEFINIÇÃO DOS METODOS

6.1. A aquisição dos produtos acima deverão ser licitados e o seu fornecimento será efetuado de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos. A modalidade sugerida é Registro de preço.

6.2. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do artigo 65 da lei nº. 8666/93.

7. DA ESTRATÉGIA DE SUPRIMENTO

7.1. Os produtos deverão ser entregues em até 3 (três) dias úteis após a autorização de compra, emitido pelo setor de compras do município, conforme as necessidades da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, localizada na Avenida Alceu Rochadel da Silva, S/Nº, Centro, Imaruí – SC

8. VALOR ESTIMADO EM PLANILHA DE ACORDO COM PREÇO DE MERCADO

8.1 O preço máximo estipulado foi definido com base no preço de mercado local, de acordo com as planilhas orçamentárias em anexo.

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Preço Unidade	Preço Total
1	Pranchão de 4m x 20L x espessura 1110 (eucalipto)	Un	3.000	51,13	153.390,00
2	Viga roliça de 12m (Eucalipto)	Un	50	337,33	16.866,50
3	Tabuas 3m x 20 cm (pinus cacharia)	Un	300	9,46	2.838,00
4	Corredeira em metro 30 cm espessura 3,6 (Eucalipto)	Un	2.000	13,26	26.520,00
5	Viga 17 m (eucalipto)	Un	100	407,00	40.700,00
6	Viga diâmetro 10m (eucalipto)	Un	100	322,66	32.266,00
7	Cavalete (sinalização) pinus altura 1 m	Un	100	40,00	4.000,00
				Total:	276.580,50



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

8.2. O valor máximo estipulado Global, para o presente objeto é de R\$ 276.580,50 (duzentos e setenta e seis mil quinhentos e oitenta reais e cinquenta centavos).

9. CRONOGRAMA FÍSICO – FINANCEIRO

Local	Materiais de Construção	Média mensal aproximada de Materiais de Construção	Total de Materiais de Construção ao ano
Imaruí	Pranchão de 4m x 20L x espessura 1110 (eucalipto)	250	3.000
Imaruí	Viga roliça de 12m (Eucalipto)	04	50
Imaruí	Tabuas 3m x 20 cm (pinus cacharia)	25	300
Imaruí	Corredeira em metro 30 cm espessura 3,6 (Eucalipto)	166	2.000
Imaruí	Viga 17 m (eucalipto)	08	100
Imaruí	Viga diâmetro 10m (eucalipto)	08	100
Imaruí	Cavelete (sinalização) pinus altura 1 m	08	100

10. DEVERES DA CONTRATADA E DO CONTRATANTE

10.1. Deveres da Contratada

10.1.1. Prestar o fornecimento na forma ajustada;

10.1.2. Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução dos serviços;

10.1.3. A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão de contrato por não cumprimento do mesmo;

10.1.4. Apresentar sempre que solicitado, durante a execução do contrato, documentos que comprovem estarem cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

10.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

10.1.6. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

10.1.7. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

10.2 Deveres da Contratante

10.2.1 Promover, através de seu representante, o senhor Domingos Coata Torquato, o acompanhamento e fiscalização dos produtos entregues pela empresa sob os aspectos



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio, falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da contratada.

10.2.2. Efetuar o pagamento a Contratada, de acordo com as condições estabelecidas no edital.

10.2.3. Aplica à empresa vencedora, penalidades, quando for o caso.

11. SANÇÕES POR INADIMPLENTO

11.1. A contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente:

11.1.1. Advertência;

11.1.2. Multa de 10% sobre o valor total do contrato;

11.1.3. Suspensão do direito de licitar junto ao município por até 02 (dois) anos;

11.1.4. A CONTRATADA, deixando de entregar quaisquer documentos exigidos no Edital ou apresentar documentação falsa para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta ou lance, não celebrar o contrato ou instrumento equivalente dentro do prazo de validade de sua proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantida a prévia defesa, sem prejuízo da multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação e das demais cominações legais.

12. PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO

12.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado, o senhor Domingos Costa Torquato como representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio, falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da contratada.

12.2. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

13. PRAZO DE EXECUÇÃO

13.1. O prazo para a execução do contato será a partir da data de sua assinatura até (...).

14. DEFINIÇÃO DAS UNIDADES E QUANTIDADES A SEREM ADQUIRIDAS EM FUNÇÃO DA ESTIMATIVA DO CONSUMO E UTILIZAÇÃO PROVÁVEIS

14.1. As quantidades foram definidas de acordo com a estimativa de consumo contida no item nº. 9 (Cronograma Físico-Financeiro) deste Termo de Referência.

15. PLANILHA QUE EXPRESE A COMPOSIÇÃO DOS QUANTITATIVOS E PREÇOS UNITÁRIOS (art. 40 § 2º, II da 8.666/93).



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

Item	Descrição	UND	QTD	Mader eira Matias	Jefferson Nunes ME	Madreira Faust	Preço Médio Unidade
01	Pranchão de 4m x 20L x espessura 1110 (eucalipto)	Un	3.00 0	80,00	35,00	38,40	51,13
02	Viga roliça de 12m (Eucalipto)	Un	50	300,00	262,00	450,00	337,33
03	Tabuas 3m x 20 cm (pinus cacharia)	Un	300	10,00	8,50	9,90	9,46
04	Corredeira em metro 30 cm espessura 3,6 (Eucalipto)	Un	2.00 0	10,80	20,00	9,00	13,26
05	Viga 17 m (eucalipto)	Un	100	400,00	371,00	450,00	407,00
06	Viga diâmetro 10m (eucalipto)	Un	100	300,00	218,00	450,00	322,66
07	Cavalete (sinalização) pinus altura 1 m	Un	100	40,00	50,00	30,00	40,00

**16. DEFINIÇÃO DOS METODOS, A ESTRATEGIA DE SUPRIMENTO E O PRAZO OU
CRONOGRAMA DE ENTREGA DO (S) BEM (NS) (art. 15§ 7º, III E ART. 40, XVI da 8666/93)**

16.1. A aquisição dos produtos acima deverá ser licitada e o seu fornecimento será efetuado de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos. A modalidade sugerida é Registro de preço.

16.2. Local de entrega: Os produtos deverão ser entregues na sede da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, situada na Avenida Alceu Rochadel das Silva S/Nº, Centro, Imaruí – SC.

16.3. Prazo de entrega: Os produtos deverão ser entregues em até 02 (dois) dias úteis após a Autorização de fornecimento do setor de compras.

16.4. A vigência deste processo será de 12 meses apartir da ata de registro de preço.

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ
Rua José Inácio da Rocha, 109 – Centro
88770-000 - Imaruá/SC

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2015

Processo Licitatório nº. 005/2015
Processo Administrativo nº 059/2014

Regência: Lei 10.520/2002, lei 8.666/93 e alterações, Decreto nº 3.555/00, Decreto Municipal nº. 058/2009 e Lei Complementar 123/2006.

OBJETO:

CONSTITUI COMO OBJETO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS.

O Edital e seus anexos poderão ser retirados no Setor de Licitações, na Prefeitura Municipal de Imaruá. Também estará disponível, através do site oficial do município no endereço www.imarui.sc.gov.br.

Mais informações podem ser obtidas pelo telefone: (48) 3643-0161, através do e-mail licitacao@imarui.sc.gov.br e no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Imaruá, na Rua José Inácio da Rocha, nº 109, Centro - Imaruá - Santa Catarina no horário de expediente.

Imaruá, 26 de janeiro de 2015.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL PMI Nº. 005/2015

PREÂMBULO

TÍTULO: PREGÃO PRESENCIAL - Registro de Preços para materiais de construção.

Tipo de Licitação: Menor preço

Forma de Julgamento: Por item

Regência: Lei 10.520/2002, lei 8.666/93 e alterações, Decreto nº 3.555/00, Decreto Municipal nº. 058/2009 e Lei Complementar 123/2006.

Data e horário de apresentação dos envelopes: Até às 13h55min horas do dia 11/02/2015

Data e horário da abertura dos envelopes: Dia 11/02/2015, às 14h00min.

Local de apresentação e abertura dos envelopes: no Setor de Licitação, na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua José Inácio da Rocha, nº. 109 - Centro, na cidade de Imaruí, Estado de Santa Catarina.

Secretaria Usuária: Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

O **MUNICÍPIO DE IMARUÍ**, em conformidade com a legislação e normas pertinentes, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, sob a modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo Menor preço Por item, dispondo no presente Edital as condições de sua realização.

O Edital se encontrará disponível, no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Imaruí, no horário de expediente, e disponível, na íntegra, no site oficial do município através do endereço www.imarui.sc.gov.br.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Licitação tem por objeto o Registro de Preços para materiais de construção, conforme as características técnicas descritas no **ANEXO V** - Proposta de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações que deles poderão advir facultando-se a realização de licitação específica para o objeto pretendido, sendo assegurado ao beneficiário do registro à preferência na contratação em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

2. DA APRESENTAÇÃO

2.1. No dia, hora e local designados no preâmbulo deste Edital, o (a) Pregoeiro (a) e/ou a sua equipe de apoio receberá (ão) os envelopes contendo as "Propostas" e os "Documentos de Habilitação", em envelopes distintos, fechados e lacrados, contendo na parte externa, a seguinte identificação:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ
PREGÃO PRESENCIAL PMI Nº. 005/2015
ENVELOPE Nº. 01 - PROPOSTA DE PREÇOS
RAZÃO SOCIAL:



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ
PREGÃO PRESENCIAL PMI Nº. 005/2015
ENVELOPE Nº. 02 - HABILITAÇÃO
RAZÃO SOCIAL:

3. CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO

3.1. Os dois envelopes (proposta de preços e habilitação), e os documentos (apresentados fora dos envelopes), que são: **Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação (ANEXO II)** e a certidão simplificada da Junta Comercial do Estado para comprovação do seu enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte (se for o caso) deverão ser entregues no início da sessão de abertura dos envelopes e julgamento, conforme data e horário estabelecido no preâmbulo deste edital.

3.1.1. A entrega também poderá ser efetuada na forma abaixo:

a) no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Imaruí, Rua José Inácio da Rocha, 109, Centro, Imaruí/SC, até a hora e data determinadas no preâmbulo deste edital;

b) através dos Correios, desde que entregues no Setor de Licitações até a data e hora definidas no preâmbulo deste Edital. Neste caso, os envelopes nº 01 (proposta de preços) e nº 02 (habilitação) e, ainda, a declaração prevista no subitem 3.2 e a certidão (se for o caso) previstas no subitem 3.3 deverão estar dentro de um terceiro envelope, postado para o seguinte endereço e identificação: Prefeitura municipal de Imaruí, Rua José Inácio da Rocha, 109, Centro – Imaruí/SC, CEP – 88770-000; A/C Pregoeiro do Pregão Presencial Nº 005/2015

3.1.1.1. Não havendo representante devidamente credenciado na sessão de abertura dos envelopes e julgamento, acarretará no impedimento do licitante participar da fase de lances e de exercer o direito de recurso.

3.2. A declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação deverá ser datilografada ou digitada, preferencialmente em papel timbrado e nela deverá constar o nome do licitante, endereço, CNPJ, a declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no título 5 do edital do pregão nº 005/2015 e o nome e assinatura do responsável.

3.3. As microempresas e empresas de pequeno porte que quiserem postergar a comprovação da regularidade fiscal para o momento da assinatura do contrato e ter preferência no critério de desempate quando do julgamento das propostas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deverão apresentar no credenciamento a certidão simplificada da Junta Comercial do Estado, emitida em até 90 dias da data da entrega dos envelopes, para comprovação do seu enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte.

3.4. Não poderão participar desta licitação e nem serão consideradas licitantes as empresas que entregarem o envelope após o horário estabelecido ou não entregarem a **declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação (Anexo II)**.

3.5. Serão admitidos a participar desta Licitação os que estejam legalmente estabelecidos à forma da Lei, para os fins do objeto pleiteado.

3.6. É vedada a qualquer pessoa física ou jurídica a representação, na presente Licitação, de mais de uma empresa.

3.7. Será admitida, em todas as etapas da Licitação, a presença de somente um representante de cada proponente.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

3.8. A proponente deverá apresentar, inicialmente e separado dos envelopes, documento com a indicação do representante credenciado, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da empresa proponente.

3.8.1 O credenciamento far-se-á por meio de:

a) Instrumento público de procuração e documento de identificação do representante com foto; ou
b) Instrumento particular com firma reconhecida, acompanhado de cópia autenticada do respectivo Estatuto ou Contrato Social (ou cópia simples, acompanhada dos originais para ser autenticada pelo Pregoeiro em sessão) e documento de identificação com foto do representante; ou.

c) Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemblado da empresa proponente, deverá apresentar a cópia autenticada do respectivo Estatuto ou Contrato Social (ou cópia simples, acompanhada dos originais para ser autenticada pelo Pregoeiro em sessão), no qual estejam expressos seus poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e documento de identificação com foto.

3.8.2 Os documentos apresentados nos subitens de 3.8.1, alíneas "a", "b" e "c" deverão ser originais, ou, se a proponente preferir apresentá-los em fotocópia, a mesma deverá estar autenticada (ou acompanhada pelo original para possível autenticação em sessão pelo pregoeiro).

3.8.3 Segue modelo (Anexo I).

3.9. Somente poderão se manifestar no transcorrer das reuniões, os representantes das proponentes, desde que devidamente credenciados.

3.10. Não será admitida nesta Licitação a participação de empresas que estejam reunidas em consórcio e seja controladora, coligadas ou subsidiárias, entre si, ou ainda, qualquer que seja sua forma de constituição, e estrangeiras que não funcionem no país.

4. DA PROPOSTA DE PREÇOS

4.1. A Proposta de Preços confida no Envelope nº. 01 deverá ser apresentada na forma e requisitos indicados nos subitens a seguir:

a) preferencialmente emitida por computador ou datilografada, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas devidamente assinados pelo responsável da empresa representada em 01 (uma) via.

b) conter Razão Social completa e CNPJ da licitante. Havendo matriz ou filial sediada no Estado de Santa Catarina o Município dará preferência pela emissão de nota fiscal por aquela aqui sediada.

4.2. A proposta de preços original deverá conter OBRIGATORIAMENTE A MARCA E O VALOR UNITÁRIO DO ITEM, não podendo ultrapassar o valor máximo unitário previsto, sob pena de desclassificação.

4.2.1 Deverá ser proposta apenas 01 (uma) marca para cada item.

4.2.2 Os preços deverão ser apresentados em moeda corrente nacional, com no máximo 02 (duas) casas decimais após a vírgula, computados os tributos de qualquer natureza incidentes sobre o objeto a ser fornecido, bem como, o custo de Transporte, inclusive carga e descarga, correndo tal operação, única e exclusivamente por conta, risco e responsabilidade da empresa vencedora desta Licitação.

4.3. O prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias, contados da data limite para a entrega dos envelopes.

4.4. A apresentação da proposta será considerada como evidência de que a licitante EXAMINOU CRITERIOSAMENTE OS DOCUMENTOS DESTA EDITAL, SEUS ANEXOS e que os produtos que foram cotados apresentam todas as características e especificações mínimas exigidas na folha proposta de preços, conforme ANEXO V do Edital.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

4.5. A apresentação de proposta de preço implica na plena aceitação, por parte da proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

4.6. Na omissão dos prazos de execução, pagamento, garantia e validade da proposta, serão considerados os constantes do edital e na divergência entre o preço unitário e total, prevalecerá o preço unitário.

Parágrafo Único - Preferencialmente, e exclusivamente para facilitar o julgamento por parte do Pregoeiro, solicita-se às licitantes que apresentem suas propostas conforme o ANEXO V.

5. DA HABILITAÇÃO

5.1. A proponente deverá apresentar o envelope nº. 02 "HABILITAÇÃO", em 01 (uma) via contendo os seguintes documentos:

5.1.1 Habilitação Jurídica:

5.1.1.1 Registro Comercial, no caso de empresa individual, ou;

5.1.1.2 Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;

5.1.1.3 Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício, ou;

5.1.1.4 Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e Ato de Registro ou Autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

5.1.1.5 Será obrigatório, sob pena de inabilitação, que a licitante tenham em seus atos constitutivos/objeto social as atividades compatíveis com o objeto deste Edital.

OBS: Nos casos em que a licitante apresentar um dos documentos constantes da cláusula quinta, subitens 5.1.1.1 à 5.1.1.4 na fase de Credenciamento, a mesma fica dispensada de apresentá-lo na fase de Habilitação.

5.1.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista:

5.1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

5.1.2.2. Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais e Certidão Quanto à Dívida Ativa da União - Conjunta;

5.1.2.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

5.1.2.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal;

5.1.2.5. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, demonstrando a situação regular no cumprimento dos encargos instituídos por Lei.

5.1.2.6. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social - INSS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.

5.1.2.7. Declaração em cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

5.1.2.8. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

Observação: As certidões negativas deverão ser do domicílio ou sede da licitante.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

5.1.3 Qualificação Econômica - Financeira:

5.1.3.1. Certidão negativa de falência e concordata, expedida pelo cartório distribuidor da sede da licitante;

5.1.4 Qualificação Técnica:

5.1.4.1. Os licitantes deverão apresentar licença de funcionamento expedido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal, onde detém o seu estabelecimento;

5.1.4.2. Declaração do licitante que não há nenhum fato impeditivo de sua participação no certame;

5.1.4.3. Atestado de Capacidade Técnica, por órgãos públicos que tenham contratos firmados com o licitante com o mesmo objeto deste certame;

5.1.4.4. Além das licitantes que apresentarem no corpo da embalagem do produto, selo de registro no Ministério da Agricultura, com o SIF/DIPOA, poderão também participar as licitantes que possuírem autorização de estabelecimento sob inspeção estadual devidamente autorizado para este fim, pelo serviço veterinário oficial, como o SIE (Serviço de Inspeção Estadual).

5.2. Ao Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar da licitante, em qualquer tempo, no curso da Licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhe prazo para atendimento.

5.3. A falta de quaisquer dos documentos exigidos no Edital, implicará inabilitação da licitante, sendo vedada, sob qualquer pretexto, a concessão de prazo para complementação da documentação exigida para a habilitação. (exceto Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que tenham apresentado a Certidão expedida pela Junta Comercial adquirindo o direito da LC 123/2006).

5.4. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

5.5. A documentação de habilitação deverá ser apresentada em nome da licitante que será responsável pela execução do contrato e faturamento, com o mesmo número do CNPJ e endereço. Serão aceitos documentos com a mesma razão social, porém CNPJ e endereço diverso quando os mesmos tiverem validade para todas as filiais e matriz.

OBSERVAÇÃO

A) Os documentos necessários à Habilitação deverão ser preferencialmente, apresentados conforme a sequência acima mencionada, e poderão ser apresentados em original, ou, se preferir, deverá ser apresentado por qualquer processo de cópia autenticada, ou publicação em órgão da imprensa oficial. Os documentos que forem apresentados em original não serão devolvidos, e passarão a fazer parte integrante deste processo licitatório.

B) Os documentos somente poderão ser autenticados por servidor da Administração.

C) Quando se tratar de cópia de documento obtido através da Internet, este não precisa ser autenticado, uma vez que terá sua validade confirmada pelo Pregoeiro e equipe de apoio.

6. CONDIÇÕES GERAIS

6.1. Os envelopes contendo a "Proposta de Preços" e os "Documentos de Habilitação" deverão ser entregues junto ao Setor de Licitações, na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua José Inácio da Rocha, 109, Centro, CEP 88770-000 na cidade de Imaruí/SC, em dias úteis e no horário de expediente.

6.2. Os recursos decorrentes deste processo licitatório serão recebidos, analisados e julgados de acordo com a legislação vigente.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

- 6.3.** Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF.
- 6.4.** Ao apresentar proposta a proponente se obriga aos termos do presente Edital.
- 6.5.** O Edital encontra-se disponível para retirada no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal situada na Rua José Inácio da Rocha, 109, Centro, CEP 88.770-000, Município de Imaruí/SC, cujas informações poderão ser obtidas em dias úteis, no horário de expediente 13h00min às 19h00min, através do telefone/fax: (48)3643-0161 ou ainda por e-mail: licitacao@imarui.sc.gov.br.

7. DA ABERTURA E JULGAMENTO

- 7.1.** No dia, horário e local indicados no preâmbulo do Edital, o Pregoeiro e a equipe de apoio reunir-se-ão em sala própria, na presença dos representantes de cada proponente participante, procedendo como adiante indicado.
- 7.2.** Realizar-se-á o credenciamento dos interessados ou de seus representantes, que consistirá na comprovação de que possui poderes para formulação de ofertas e lances verbais, para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame, conforme Cláusula Terceira do presente Edital.
- 7.2.1.** A não comprovação de que o interessado ou seu representante legal possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a licitante de ofertar lances verbais, lavrando-se em ata o ocorrido.
- 7.3.** Deverá ser apresentada, ainda, a Declaração para Habilitação e a comprovação de que a licitante é Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (se for o caso) enquadrada na forma da Lei Complementar 123/2006, sob pena de ser desconsiderada tal condição.
- 7.4.** Abrir-se-ão os envelopes nº. 01 "PROPOSTA DE PREÇOS" das empresas que entregaram os envelopes até o dia e horário indicado aprazado no Edital.
- 7.4.1.** O pregoeiro e a equipe de apoio rubricarão e submeterão a rubrica de todas as proponentes os documentos contidos no certame. O Pregoeiro procederá a verificação do conteúdo do envelope nº 01, em conformidade com as exigências contidas neste Edital.
- 7.4.2.** O Pregoeiro classificará a proponente que apresentar a proposta de Menor preço Por item e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) relativamente à proposta de preço de menor valor; ou classificará as 03 (três) propostas de preços de menor valor apresentadas pelas proponentes, quando não ocorrer pelo menos 03 (três) ofertas no intervalo de 10% (dez por cento), excetuadas aquelas propostas que estão superiores ao valor máximo estipulado no edital.
- 7.4.3.** Às proponentes classificadas, conforme subitem anterior será dada oportunidade para disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior preço.
- 7.4.3.1** A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente de preços.
- 7.4.3.2.** Fica a encargo do Pregoeiro a fixação de parâmetros mínimos de valores sobre os lances verbais, podendo, inclusive, alterá-los no curso da sessão (estipulação de valores mínimos entre um lance e outro).
- 7.4.3.3.** O Pregoeiro poderá fixar tempo máximo para que as licitantes calculem e ofereçam novos lances.
- 7.4.3.4.** Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.
- 7.4.3.5.** A ocorrência de oferta de lance com vista ao empate implicará na classificação preferencial da proponente que ofertou o menor valor anteriormente, na sua vez de oferta.
- 7.4.3.6.** Dos lances ofertados não caberá retratação.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

7.4.3.7. A proponente que desistir de apresentar lance verbal quando convocado pelo Pregoeiro, será excluída da etapa de lances verbais, mantendo-se o último preço apresentado pela mesma, para efeito de ordenação das propostas.

7.4.4. Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro fará a classificação provisória pela ordem crescente dos preços apresentados.

7.4.5. Procedida à classificação e verificada que o melhor preço foi apresentado por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte licitante, o Pregoeiro abrirá o seu envelope de habilitação, e caso a habilitação fiscal não estiver regular, o mesmo intimará a licitante para no prazo de 02 (dois) dias úteis, prorrogáveis por igual período, mediante requerimento justificado, proceder à regularização da documentação mediante apresentação das respectivas certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.4.6. Regularizada a habilitação fiscal pela licitante Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, a mesma será declarada vencedora do certame.

7.4.7. Caso não ocorra à regularização da habilitação fiscal da licitante Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, no prazo concedido, a mesma será declarada excluída do certame, aplicando-se lhe a penalidade de que trata o no item "Das sanções administrativas" deste Edital, e retomando a licitação na forma do item 7.4.5 ou do item 7.4.8..

7.4.8. Procedida à classificação provisória e verificada que o melhor preço/lance não foi apresentado por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte licitante, o Pregoeiro verificará o eventual empate legal das propostas, na forma do parágrafo 2º do art. 44 da LC 123/2006, para aplicação do disposto no art. 45 daquele Diploma Legal.

7.4.9. Ocorrendo empate fictício, na forma da lei, o Pregoeiro procederá da seguinte forma:

I - a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da classificação provisória, situação em que, após a verificação da regularidade fiscal (na forma dos itens anteriores), será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

II - não ocorrendo à contratação da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, na forma do inciso I deste item, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do parágrafo 2º do art. 44 da LC 123/2006, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III - no caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos no parágrafo 2º do art. 44 da LC 123/2006, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.4.10. O prazo para apresentação de nova proposta será de até 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do direito de inovar em seu preço (art. 45, parágrafo 3º da LC 123/2006).

7.4.11. Na hipótese de não-contratação nos termos previstos no caput do artigo 45 da LC 123/2006, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.4.12. Será assegurado, como critério inicial de desempate, preferência de contratação para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

7.4.13. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas às propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da proposta da primeira classificada por item, lote ou global (conforme o caso), quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

7.4.14. Será desclassificada a proponente que:

a) deixar de atender a alguma exigência constante deste Edital;

b) apresentar oferta de vantagem não prevista no Edital ou vantagem baseada nas propostas dos demais proponentes;



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

c) apresentar preços manifestamente inexeqüíveis ou que ultrapassem o valor máximo unitário, estipulado no Edital (artigo 4º, inciso VII da Lei 10.520/2002).

7.4.15. Para fins de aferição de inexecuibilidade das propostas, o Pregoeiro determinará que a licitante deverá fazer prova de que possui condições de cumprir o objeto do Edital, através da planilha pormenorizada com a devida comprovação (documentos, notas fiscais, recibos, etc...) que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado, na forma do artigo 48, inciso II, da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

7.4.16. Sendo aceitável a proposta de menor preço por item será aberto o envelope contendo a Documentação de Habilitação da licitante vencedora, para confirmação das suas condições habilitatórias, com base nas exigências constantes neste Edital.

7.5. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarada a proponente vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto definido neste Edital e seus Anexos.

7.5.1. Será julgada inabilitada a proponente que:

a) deixar de atender alguma exigência constante do presente Edital,

b) apresentar declaração ou documentação que contenha qualquer vício de ordem formal.

7.5.2. Em face dos artigos 42 e 43 da Lei Complementar 123/2006, o Pregoeiro adotará o seguinte procedimento quando a vencedora for Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte:

a) serão analisados os documentos não integrantes da regularidade fiscal, decidindo-se sobre o atendimento das exigências constantes do Edital, de forma que serão inabilitados os licitantes que apresentarem irregularidades em relação a estas exigências;

b) serão analisados os documentos relativos à regularidade fiscal, declarando-se:

b.1) o atendimento das exigências constantes do Edital com a respectiva habilitação; ou

b.2) o desatendimento das exigências constantes do Edital com a suspensão do julgamento da habilitação fiscal em relação aquela Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte licitante, para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, prorrogáveis por igual período, mediante requerimento justificado, proceder à regularização da documentação mediante apresentação das respectivas certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa.

7.5.2.1. Ocorrendo a Situação estabelecida na alínea "b.2" acima, o licitante Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte poderá se manifestar, na própria reunião, sob pena de decadência, sobre a desistência de sua proposta acaso não vislumbre a possibilidade de regularização da habilitação fiscal na forma da lei, isentando-se de eventual penalização em caso de ser declarada vencedora do certame.

7.6. Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro declarará a vencedora, proporcionando a seguir, a oportunidade às licitantes para que se manifestem acerca da intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta desta manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte das licitantes, registrando na Ata da Sessão, a síntese dos motivos para a futura impetração de recurso, bem como o registro de que todos os demais licitantes ficaram intimadas para, querendo, se manifestar sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias consecutivos, após o término do prazo do recorrente para juntada de memoriais - razões de recursos do recorrente - nos termos do art. 4º XVIII da Lei n. 10.520/02, proporcionando-se a todos, vista imediata do processo no Setor de Licitação.

7.7. A ausência da proponente ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á renúncia ao direito de recorrer.

7.8. Da reunião lavrar-se-á Ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá obrigatoriamente ser assinada pelo Pregoeiro, equipe de apoio e a(s) licitante(s) presente(s).

7.9. Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, os licitantes presentes.

7.10. Não considerar-se-á qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital e seus Anexos.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

7.11. A presente licitação para os efeitos de julgamento será do tipo "MENOR PREÇO" considerando-se o Menor preço Por item para fins da escolha mais vantajosa para a municipalidade.

7.12. Em caso de dúvidas a respeito das características do produto cotado (se atende ao exigido no Edital), o (a) pregoeiro (a) poderá exigir do licitante que apresente amostra do produto - se assim julgar estritamente necessário - nos termos do art. 43, § 3º da Lei 8.666/1993, depois da etapa de lances do item questionado. As amostras ficarão à disposição dos demais licitantes e serão analisadas pelo Município, mediante Laudo Técnico. Caso o produto não atenda as especificações mínimas solicitadas no Edital, o licitante será desclassificado.

8. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS RECURSOS

8.1. Até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar o ato convocatório do presente Pregão Presencial, aplicando-se neles subsidiariamente as disposições contidas na Lei 8.666/93.

8.1.1. Em se tratando de licitante, o prazo para impugnação é de até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas.

8.2. Ao final da sessão, a proponente que desejar recorrer contra decisões do Pregoeiro poderá fazê-lo, manifestando sua intenção com registro da síntese dos motivos, obrigando-se a juntar memoriais no prazo de 03 (três) dias. Os interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente. As razões e as contrarrazões de recurso deverão ser enviados aos cuidados do Pregoeiro.

8.3. A falta de manifestação imediata e motivada na sessão do Pregão Presencial, bem como a não entrega das razões de recurso importará na preclusão do direito de recurso.

8.4. Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pela proponente.

8.5. Não serão reconhecidas as impugnações e recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente.

8.6. Os recursos e contra-razões de recurso, bem como impugnação do Edital, deverão ser dirigidos ao Pregoeiro e protocolados junto ao Setor de Licitações, localizado na sede da Prefeitura Municipal, sita na Rua José Inácio da Rocha, 109, Centro, CEP 88.770-000, Município de Imaruí/SC, em dias úteis, no horário de expediente, a qual deverá receber examinar e submetê-lo à Autoridade competente que decidirá sobre a pertinência.

8.7. É vedada ao licitante a utilização de recurso ou impugnação como expediente protelatório ou que vise a tumultuar o procedimento da Licitação. Identificado tal comportamento poderá o Pregoeiro, ou se for o caso, a Autoridade superior, arquivar sumariamente os expedientes.

9. DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Em não sendo interposto recurso, caberá ao Pregoeiro adjudicar o objeto à(s) licitante(s) vencedora(s) e encaminhar o processo à Autoridade competente para a sua Homologação.

9.2. Caso haja recurso, a adjudicação do objeto à(s) licitante(s) vencedora(s) e a homologação do processo efetuada pela Autoridade competente, somente após apreciação pelo pregoeiro sobre o mesmo.

9.3. Homologado o resultado pelo Município, e comunicado à proponente vencedora e aos demais licitantes que concordaram em assinar a Ata de Registro de Preços nas mesmas condições do



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

primeiro colocado, ter-se-á um prazo máximo de 02 (dois) dias úteis para comparecer no Setor de Licitação desta Prefeitura para assinar a referida Ata.

9.3.1. Poderão ser registradas todas as empresas que manifestarem interesse em assinar a Ata com mesmo preço e mesmas condições do primeiro colocado, observando-se o seguinte:

a) Os fornecedores ficarão disponíveis durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços;
b) Quando das contratações decorrentes do Registro de Preços será respeitada a ordem de classificação das empresas constantes na Ata.

9.3.2. Os demais fornecedores serão classificados neste processo, em ordem decrescente de preço proposto e poderão ser convocados para compor a Ata de Registro de Preços, nos casos previstos neste Edital e na Ata dele decorrente.

9.4. A recusa injustificada do detentor do preço registrado em assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e condições estabelecidas, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades previstas no item 14 deste Edital.

9.4.1 Nas hipóteses de recusa do(s) adjudicatário(s) em firmar a Ata de Registro de Preços, a autoridade competente poderá convocar os demais licitantes para assinar a Ata, observadas a ordem de classificação e os procedimentos de habilitação referidos no presente Edital, atendendo ao disposto no art. 4º, inciso XXIII da Lei 10.520/2002.

9.5. No caso do licitante vencedor não apresentar situação regular no ato das solicitações, sem prejuízo das sanções cabíveis, serão convocados os licitantes remanescentes na seguinte ordem:

a) As empresas que, na sessão do Pregão, assinaram a Ata de Registro de Preços nas mesmas condições do primeiro colocado;

b) Na ausência, impossibilidade ou recusa das empresas nas condições da alínea anterior, as que vierem a assinar a Ata de Registro de Preços, quando convocadas.

9.6. A critério do Município, quando a quantidade do primeiro colocado não for suficiente para atender a demanda estimada, e desde que se trate de objetos de qualidade ou desempenho superior, e, ainda, que esteja devidamente justificada e comprovada a vantagem, e, também, que as ofertas sejam em valor inferior ao máximo admitido, poderão ser registrados outros preços.

10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DA CONTRATAÇÃO

10.1. A Ata de Registro de Preços não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecidas à legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

10.2. Constam da Minuta da Ata de Registro de Preços (ANEXO III) as condições e a forma de pagamento, as sanções para o caso de inadimplemento e as demais obrigações das partes, integrando este Edital.

10.3. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses.

10.4. O Município monitorará, pelo menos trimestralmente, o preço dos produtos, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados.

10.4.1. O Município convocará o fornecedor para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado está acima do preço de mercado. Caso seja frustrada a negociação para redução do preço, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

10.4.2. No caso de desequilíbrio econômico-financeiro (preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado, e mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro - equação



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

econômico-financeira), sendo frustrada a negociação entre as partes, o fornecedor poderá ser liberado do compromisso assumido.

10.4.3. Havendo negociação entre as partes, o aumento para recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro da Ata de Registro de Preço somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da licitação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pelo Fornecedor (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

10.4.4. As alterações de preços oriundos da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio econômico-financeiro, serão publicadas na imprensa oficial, sem prejuízo do cumprimento da obrigação contida no art. 15, parágrafo 2º da lei. 8.666/93 (publicação trimestral dos preços registrados).

10.5. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador do registro de preços, será formalizada por instrumento contratual, autorização de compra ou nota de empenho de despesa, observando-se o disposto no art. 62 da lei 8.666/93.

10.5.1 O prazo para assinatura do instrumento é de 02 (dois) dias úteis, contados da notificação feita aos fornecedores registrados.

10.6. As secretarias usuárias da Ata de Registro de Preços não emitirão qualquer Ordem de serviço/Nota de Empenho, sem a prévia existência do respectivo crédito orçamentário.

11. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

11.1. A entrega deverá ser realizada em até 03 (três) dias úteis após solicitação do setor responsável.

11.2. A empresa vencedora deverá entregar os produtos de primeira qualidade e de acordo com as especificações, em transporte adequado para o acondicionamento dos mesmos.

11.3. Local de entrega: Sede da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos. Avenida Alceu Rochadel da Silva, S/Nº, Centro, Imaruí/SC.

12. DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

12.1. A inexecução total ou parcial das obrigações oriundas das obrigações da empresa enseja a aplicação das penalidades previstas na Ata de Registro de Preços ou Contrato, inclusive multa no valor de até 20% do Contrato firmado entre as partes.

12.2. A Contratada será responsável por eventuais danos havidos nos objetos/materiais, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus empregados, obrigando-se a substituí-los, ou a indenizar a Administração do prejuízo causado.

12.3. No caso de acréscimo contratual em até 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo total estimado de cada item, fica o fornecedor obrigado a aceitar o acréscimo.

12.4. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a vinte e cinco por cento dos quantitativos registrados na Ata de registro de Preços.

13. DA FORMA DE PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. O pagamento do valor do objeto contratado será efetuado, mediante apresentação de nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo órgão encarregado pelo gerenciamento e fiscalização das entregas e/ou juntamente anexada com a respectiva autorização de fornecimento assinada pela autoridade competente em até 30 (trinta) dias.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

13.2. Caso o produto seja recusado ou o correspondente documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data de regularização da entrega ou do documento fiscal

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Às proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta, deixarem de entregar, ou apresentarem documentação falsa exigida no Edital, comportarem-se de modo inidôneo ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, as seguintes sanções, sem prejuízo da reparação dos danos causados ao Município pelo infrator:

- a)** advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;
- b)** multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da proposta apresentada pela proponente;
- c)** impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, DF e Municípios pelo prazo de até 05 (cinco) anos consecutivos.

15. PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO

15.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

15.2. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

15.3. As decisões e providências que ultrapassem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

15.4. Efetuar o pagamento no prazo de até 30 (trinta) dias corridos subsequentes ao recebimento dos produtos e do fornecimento das correspondentes Notas Fiscais, desde que verificados e aceitos pela secretaria responsável, por meio do atesto do fornecimento em tais documentos fiscais.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. A presente Licitação não importa necessariamente em contratação, podendo o Município revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato supervenientes comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado para conhecimento dos participantes da licitação.

16.2. As proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.3. A proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da Licitação.

16.4. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

16.5. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, firmando-se que só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente normal na Secretaria de Administração e Finanças.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

16.6. As proponentes intimadas para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.

16.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

16.8. As normas que disciplinam este Pregão Presencial serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

16.9. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas às proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento.

16.10. A participação da proponente nesta licitação implica a aceitação de todos os termos deste Edital.

16.11. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

16.12. Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e Anexos deverá ser dirigido ao Pregoeiro através do e-mail licitacao@imarui.sc.gov.br ou por escrito e protocolados junto ao setor de Licitações da Prefeitura Municipal, situada na Rua José Inácio da Rocha, Centro, CEP 88.770-000 na cidade de Imaruí/SC, em dias úteis, no horário de expediente.

16.13. Os casos omissos serão decididos pelo Pregoeiro em conformidade com as disposições constantes nas Leis citadas no preâmbulo deste Edital.

16.14. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o local da realização do certame, considerado aquele a que está vinculado o Pregoeiro, ou seja, o foro da Comarca de Imaruí/SC.

16.15. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

16.16. Recomendam-se às licitantes que estejam no local marcado com antecedência de 15 (quinze) minutos do horário previsto para a entrega dos envelopes n.º01 e 02 e da documentação de Credenciamento.

16.17 São partes integrantes deste Edital

- a) Anexo I** - Credenciamento;
- b) Anexo II** - Declaração para Habilitação;
- c) Anexo III** - Minuta da Ata de Registro de Preços;
- d) Anexo IV** - Minuta do Contrato;
- e) Anexo V** - Proposta de Preços (modelo).
- f) Anexo VI** - Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação.
- g) Anexo VII** - Declaração que não emprega menores.
- h) Anexo VIII** - Termo de Referência

O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta da licitante vencedora, farão parte integrante da Ata de Registro de Preço Contrato, independentemente de transcrição.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ**

**ANEXO I
AO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 005/2015**

Credenciamento

Através da presente, credenciamos o (a) Senhor (a) _____, portador (a) da Cédula de Identidade nº. _____ e CPF sob nº. _____, a participar da Licitação instaurada pelos órgãos do Município de Imaruí, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa _____, inscrita sob o CNPJ. Nº. _____ bem como formular propostas/lances verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

_____, em ____ de ____ de 2015.

Carimbo e assinatura do credenciaste.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ**

**ANEXO II
AO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 005/2015**

Modelo de Declaração para Habilitação

DECLARAMOS para fins de participação no procedimento licitatório – PREGÃO PRESENCIAL N.º 005/2015, que a empresa _____, inscrita sob o CNPJ _____, atende plenamente aos requisitos necessários à Habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida no Edital convocatório.

_____, em ____ de _____ de 2015.

Carimbo, assinatura e CPF do representante legal.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

ANEXO III AO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 005/2015

MINUTA - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de 2015, no Setor de Licitações, localizado no Prédio da Prefeitura Municipal de Imaruí, o Município de Imaruí, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Registro de Preços nº. 005/2015, na Ata de julgamento de preços, homologada em ____/____/____, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s), nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços de Materiais de Construção, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital Pregão Presencial nº. 005/2015. As licitantes registradas para os materiais cotados são as seguintes:

Item 01 – _____, Quantidade - _____, Unidade de medida - _____.

1º. Colocado – Empresa _____, no valor de R\$ _____;

2º. Colocado – Empresa _____;

3º. Colocado – Empresa _____.

(...)

1.2 Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para a aquisição de Materiais de Construção, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro à preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.3 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.3.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.3.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro da Ata de Registro de Preço somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.4 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.3.1.

1.5 As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a vinte e cinco por cento dos quantitativos registrados na Ata de registro de Preços.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº. 005/2015 e seus anexos;
- b) Proposta da (s) Licitante(s).

3. VIGÊNCIA

3.1 A vigência do contrato será da data de assinatura do mesmo até o período de um ano a partir da assinatura do contrato

4. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

- 4.1.** A entrega deverá ser realizada em até 03 (três) dias úteis após solicitação do setor responsável.
- 4.2.** A empresa vencedora deverá entregar os produtos de primeira qualidade e de acordo com as especificações, em transporte adequado para o acondicionamento dos mesmos.
- 4.3.** Local de entrega: Sede da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos. Avenida Alceu Rochadel da Silva, S/Nº, Centro, Imaruí/SC.

5. DA FORMA DE PAGAMENTO

- 5.1.** O pagamento do valor do objeto contratado será efetuado, mediante apresentação de nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo órgão encarregado pelo gerenciamento e fiscalização das entregas e/ou juntamente anexada com a respectiva autorização de fornecimento assinada pela autoridade competente em até 30 (trinta) dias.
- 5.2.** Caso o produto seja recusado ou o correspondente documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data de regularização da entrega ou do documento fiscal.

6. RESPONSABILIDADES

- 6.1.** A fornecedora responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o Município ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo Município.
- 6.2.** A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.
- 6.3.** As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da CONTRATADA.
- 6.4.** A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos serviços prestados, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer, tenham comprometido os mesmos, fora dos padrões exigidos.
- 6.5.** A empresa registrada autoriza o Município a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada à prévia defesa.

7. OBRIGAÇÕES DAS EMPRESAS FORNECEDORAS

- 7.1.** Cumprir integralmente sua proposta e prestar o fornecimento na forma ajustada.
- 7.2.** Cumprir as exigências quanto à forma de entrega do produto.
- 7.3.** Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução dos serviços.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

7.4. A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

7.5. A contratada deverá garantir a qualidade e quantidade dos respectivos produtos, na forma da legislação específica.

7.6. Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estarem cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

7.7. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

7.8. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

7.9. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Efetuar o pagamento no prazo de até 30 (trinta) dias corridos subsequentes ao recebimento dos produtos e do fornecimento das correspondentes Notas Fiscais, desde que verificados e aceitos pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, por meio do atesto do fornecimento em tais documentos fiscais.

8.2. Promover, através de seu representante, o acompanhamento e fiscalização dos produtos entregues pela empresa sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

8.3. Por ocasião do recebimento dos produtos, a Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos reserva-se o direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se a contratada a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

8.4. Aplicar à empresa vencedora, penalidades, quando for o caso.

8.5. Caso o produto seja recusado ou o correspondente documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data de regularização da entrega ou do documento fiscal.

9. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

9.1 O Município poderá cancelar o Registro de Preços da(s) Empresa(s) nos casos a seguir especificados:

a) quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;

b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

c) quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;

f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

g) por razões de interesse públicas devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

9.2 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará a devida apostila mento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

10. PENALIDADES

10.1 Pela inexecução total ou parcial dos serviços estará à empresa fornecedora sujeita às seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa:

1- De 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor);

2- De até 20% (vinte por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta ata e no edital, ressalvado o disposto no item 1 (um) acima citado;

3- Impedimento de participação em licitação e de contratar com a Administração Pública pelo período de até 05 (cinco) anos consecutivos.

10.2 Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

10.3 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a empresa fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

10.4 Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos a que a CONTRATADA tiver direito, ou cobrados judicialmente.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

11.2. Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada.

Imaruí, 26 de Janeiro de 2015.

Representante

Empresa XXXX



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

ANEXO IV

AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2015

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO PARA FORNECIMENTO Nº. ____/____
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 005/2015.

Contrato que entre si celebram o Município de Imaruí, Estado de Santa Catarina, com endereço na Rua José Inácio da Rocha 109, Centro, Imaruí/SC, inscrito no CNPJ sob o nº. 82.538.851/0001-57, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Senhor Manoel Viana de Sousa, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE** e a empresa, inscrita no CNPJ sob o nº., neste ato representada por seu(ua) representante legal, Senhor(a), doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, em decorrência do processo licitatório nº. 005/2015 – PREGÃO PRESENCIAL PMI nº. 005/2015, homologado em/...../....., mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei nº. 10.520 e da Lei nº. 8.666 de 21/06/93 com alterações posteriores e as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O presente contrato tem por objetivo o fornecimento pela **CONTRATADA**, de forma parcelada, conforme a necessidade da **CONTRATANTE**, de matérias de construção, conforme relação abaixo discriminada(s).

Item	Descrição	Qtde	Marca	P.Unit(R\$)	P. Total(R\$)

1.2 – A **CONTRATADA** declara possuir condições de fornecer o objeto deste Contrato dentro das normas técnicas com qualidade e segurança.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL

2.1 – Fazem parte deste Contrato independentemente de transcrição os seguintes documentos: Proposta da **CONTRATADA**, Edital de Pregão Presencial PMI nº. 005/2015, além das normas e instruções legais vigentes, que lhe sejam aplicáveis.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 – O valor total deste contrato é de R\$ (.....).

3.2 – Fica expressamente estabelecido que os preços constantes na proposta da **CONTRATADA** incluem todos os custos diretos e indiretos requeridos para a execução do objeto licitado, constituindo-se na única remuneração devida.

3.3 – O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento dos materiais mediante a apresentação da Nota Fiscal/fatura devidamente atestada pelo responsável do setor requerente.

3.4 Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e perante o FGTS.

3.5 Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

3.6 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

CLÁUSULA QUARTA – RECURSOS FINANCEIROS

Página 21 de 37



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

4.1 – As despesas decorrentes do presente Contrato correrão à conta do(s) recurso(s) financeiro(s) conforme dotações classificadas e codificadas descritas abaixo:

As despesas decorrentes do objeto deste Termo de Referência correrão à conta das dotações orçamentárias do ano letivo de 2015 do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE/FNDE). Programa de Apoio as Creches – Brasil Carinhoso e Recursos Próprios.

CLÁUSULA QUINTA – CRITÉRIO DE REAJUSTE

5.1 – Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada.

6 – PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA

6.1. Os produtos deverão ser entregues conforme a necessidade da Secretaria, e que deverá ocorrer até 03 (três) dias consecutivos após a solicitação feita pela Secretaria, sendo que o armazenamento e demais condições serão realizados de acordo com o ANEXO VIII.

7 – PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO

7.1 – A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

7.2 – O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

7.3 – As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

8. DEVERES DA CONTRATADA

8.1. Prestar o fornecimento na forma ajustada;

8.1.1. Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução dos serviços;

8.1.2. A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão de contrato por não cumprimento do mesmo;

8.1.3. Apresentar sempre que solicitado, durante a execução do contrato, documentos que comprovem estarem cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

8.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados

8.1.5. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

8.1.6. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1.1 Promover, através de seu representante, o senhor Domingos Costa Torquato, o acompanhamento e fiscalização dos produtos entregues pela empresa sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio, falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da contratada.

9.1.2. Efetuar o pagamento a Contratada, de acordo com as condições estabelecidas no edital.

9.1.3. Aplicar à empresa vencedora, penalidades, quando for o caso.

10 – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL

10.1 – Às proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta, deixarem de entregar, ou apresentarem documentação falsa exigida no Edital, comportarem-se de modo inidôneo ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, as seguintes sanções, sem prejuízo da reparação dos danos causados ao Município pelo infrator:

a) advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;

b) multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da proposta apresentada pela proponente;

c) impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, DF e Municípios pelo prazo de até 05 (cinco) anos consecutivos.

10.2 – Da intenção de aplicação de quaisquer das penalidades previstas, será concedido prazo para defesa prévia de 05 (cinco) dias úteis a contar da notificação.

11 – DAS PRERROGATIVAS DO MUNICÍPIO

11.1 – Neste contrato, são conferidas ao Município as prerrogativas de:

11.1.1 – Modificá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades do interesse público, respeitados os direitos da **CONTRATADA**;

11.1.2 – Rescindir-lo, unilateralmente, nas hipóteses da Cláusula 12;

11.1.3 – Aplicar as penalidades previstas pela inexecução total ou parcial do ajustado;

12 – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

12.1 – Este contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas:

12.1.1 – Por acordo das partes:

12.1.1.1 – quando necessária à modificação do regime de execução do seu objeto, em face da verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originais;

12.1.1.2 – quando necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada à antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de execução do objeto.

12.2 – Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão deste para mais ou menos, conforme o caso.

12.3 – Havendo alteração unilateral deste contrato que aumente os encargos da **CONTRATADA**, o **CONTRATANTE** deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico financeiro inicial.

12.4 – As cláusulas econômico-financeiras e monetárias deste Contrato poderão ser alteradas, mediante prévia concordância da **CONTRATADA**.

12.5 – Na hipótese de modificação unilateral deste Contrato, as suas cláusulas econômico financeiras deverão ser revistas para que se mantenha o equilíbrio contratual.

13 – DA RESCISÃO CONTRATUAL



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

13.1 – Este contrato poderá ser rescindido nos termos dos artigos 77, 78, 79 e 80 da Lei nº. 8666/93.

13.1.1 – O contrato também poderá ser rescindido nos casos em que se verificar que a **CONTRATADA** não preenchia ou não mais preenche os requisitos de habilitação.

13.2 – Nas hipóteses legais de rescisão administrativa solicitada pela **CONTRATADA**, esta deverá submeter o seu pedido, necessariamente fundamentado, à apreciação da **CONTRATANTE** através de requerimento protocolado e instruído com a documentação comprobatória dos fatos alegados.

13.3 – A rescisão administrativa será precedida de autorização expressa e fundamentada da autoridade competente.

13.4 – A **CONTRATADA** reconhece os direitos da **CONTRATANTE** nos casos de rescisão previstos no artigo 77 da Lei nº. 8666/93.

14 – DA DECLARAÇÃO DE NULIDADE DO CONTRATO

14.1 – A declaração de nulidade deste contrato opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que este, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

14.2 – A nulidade não exonera o **CONTRATANTE** do dever de indenizar a **CONTRATADA** pelo que esta houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos, regularmente comprovados, contanto que não lhe sejam imputáveis, cabendo ao **CONTRATANTE** promover a responsabilidade de quem deu causa à nulidade.

15 – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

15.1 – O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei nº. 10.520/02, e Lei nº. 8.666/93.

16 – TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS

16.1 – A troca eventual de documentos e cartas entre a **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

17– VIGÊNCIA DO CONTRATO

17.1 – A vigência do contrato será da data de assinatura do mesmo até o período de um ano a partir da assinatura do contrato.

18 – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA

18.1 – Este contrato vincula as partes ao Processo Licitatório nº. 005/2015 – PREGÃO PRESENCIAL nº. 005/2015 e a proposta da **CONTRATADA**.

19 – FORO

19.1 – Fica eleito o foro da Comarca de Imaruí para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito.

Imaruí, ____ de _____ de 2015.

ASSINATURAS



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

MANOEL VIANA DE SOUZA
Prefeito Municipal
Contratante

XXXXXXXXXXXXXXXXX
Empresa
Contratada

TESTEMUNHAS

Nome _____
CPF _____

Nome _____
CPF _____

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ****ANEXO V
AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2015**

Nome da Empresa:
Endereço:
CNPJ:
Telefone:
Responsável pela empresa:
Pregão 005/2015

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Item	DESCRIÇÃO	Und.	Qntd.	Preço Unidade	Preço Total
1	Cimento saca de 50kg	UN			
2	Brita m²	M²			
3	Areia grossa m²	M²			
4	Bloco de concreto estrutural 19 x 19 x 39 fundo vazado	UN			
5	Cal para pintura 20kg	UN			
6	Argamassa AC1 saca de 20kg	M²			
7	Argamassa mista para reboco	M²			
8	Tijolo 6 furos metade	UN			
9	Tijolo 6 furos pequeno	UN			
10	Tijolo grande	UN			
11	Ferro 4,2 mm x 12m	UN			
12	Ferro 8.00mm – 5/16 x 12m	UN			
13	Arame recozido Nº 18	UN			
14	Grampo galvanizado 13 x 6	KG			
15	Prego 17 x 27	KG			
16	Colher de pedreiro com haste curvada e cabo de madeira 6"	UN			
17	Carro de mão com braço de metal e caçamba rasa e de metal	UN			
18	Balde de fibra para concreto	UN			
19	Martelo de unha com cabo de madeira	UN			



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

20	Cabo de enxada olho redondo 1,20mt	UN			
21	Enxada olho redondo 7,5 CB	UN			
22	Cabo de pá curvo 1,30mt	UN			
23	Pá de bico de aço	UN			
24	Picareta com cabo de Fortaleza	UN			
25	Marreta com cabo 2Kg Fortaleza	UN			
26	Alicate Universal	UN			
27	Foice dois lados estroenga	UN			
28	Facão para mato	UN			
29	Machado largo com cabo de madeira	UN			
30	Cavadeira articulada com cabo de madeira	UN			
31	Bota de borracha camo longo	UN			
32	Pé de cabra	UN			
33	Serrote profissional 20"	UN			
34	Lona 6 x 4m para caminhão	UN			
35	Vassoura de palha com cabo de madeira	UN			
36	Ancinho de ferro com cabo de madeira	UN			

Valor Por extenso R\$: _____

Validade da Proposta

Assinatura do Representante

Carimbo da empresa



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ**

**ANEXO VI
AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2015**

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO

(NOME DA EMPRESA) _____, CNPJ N.
_____, sediada _____(endereço completo)
_____, declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem
fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de
declarar ocorrências posteriores.

Local e data

Nome e número da identidade do declarante
N. DO CNPJ



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ**

**ANEXO VII
AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2015**

(Deve ser apresentado dentro do envelope de habilitação)

**MODELO DE DECLARAÇÃO EM CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

..... inscrita no CNPJ n., por intermédio de seu representante legal, Sr. (a) portador (a) da Carteira de Identidade n.º CPF n.
..... DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva:

Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz (...).

Data

Representante Legal

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ**

**ANEXO VIII
AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2015**

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Constitui objeto deste termo de referência com vista à aquisição de Materiais de construção, para uso da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

2. ITENS E QUANTITATIVOS

2.1. O presente termo de referência tem como objeto o registro de preço, por item dos Materiais de construção, conforme especificações abaixo:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
1	Cimento saca de 50 Kg	Un	900
2	Brita m²	m²	200
3	Areia Grossa m²	m²	270
4	Bloco de concreto estrutural 19 x 19 x 39 fundo vazado	Un	1.000
5	Cal para pintura 20 Kg	Un	90
6	Argamassa AC1 saca de 20 kg	Un	10
7	Argamassa mista para reboco	m²	10
8	Tijolo 6 furos metade	Un	3.000
9	Tijolo 6 furos pequeno	Un	10.000
10	Tijolo grande	Un	4.500
11	Ferro 4,2 mm x 12 m	Un	100
12	Ferro 8.00 mm – 5/16 x 12m	Un	100
13	Arame recozido Nº 18	Un	25
14	Grampo galvanizado 13 x 6	Kg	20
15	Prego 17 x 27	Kg	35
16	Colher de pedreiro com haste curvada e cabo de madeira 6"	Un	10
17	Carro de mão com braço de metal e caçamba rasa e de metal	Un	05
18	Balde de fibra para concreto	Un	05
19	Martelo de unha com cabo de madeira	Un	20
20	Cabo de enxada olho redondo 1,20mt	Un	30
21	Enxada olho redondo 7,5 CB	Un	30
22	Cabo de pá curvo 1,30mt	Un	30
23	Pá de bico de aço	Un	30
24	Picareta com cabo Fortaleza	Un	20
25	Marreta com cabo 2 Kg Fortaleza	Un	05
26	Alicate Universal	Un	10
27	Foice dois lados estroenga	Un	10
28	Facão para mato	Un	10
29	Machado Largo com cabo de madeira	Un	05



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

30	Cavadeira Articulada com cabo de madeira	Un	10
31	Bota de borracha cano longo	Un	20
32	Pé de cabra	Un	10
33	Serrote profissional 20"	Un	10
34	Lona 6 x 4m para caminhão	Un	20
35	Vassoura de palha com cabo de madeira	Um	100
36	Ancinho de ferro com cabo de madeira	Um	50

3. JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO

3.1. O município de Imaruí possui varias e praças, espaços públicos, ruas e prédios públicos que são utilizados diariamente por toda a população, sendo assim de suma importância a aquisição de Materiais de Construção, que serão utilizados por esta Secretaria para realizar os serviços necessários nesses locais, melhorando com isso, as condições de uso da população de um modo geral.

As ruas, prédios públicos, espaços públicos e praças, precisam de manutenção e reformas periódicas,

Os Materiais de Construção acima citados são utilizados para os diversos serviços realizados por esta secretaria no município de Imaruí.

Fica exposto a importância da abertura de licitação para compra de Materiais de Construção.

4. CRITERIO DA ACEITAÇÃO DO OBJETO

4.1 Os produtos deverão ser entregues nos termos especificados no item nº 2 (Itens e quantitativos) deste termo de referência, obedecendo-se rigorosamente a descrição de cada item.

4.2 Os produtos deverão estar em perfeitas condições de uso.

5. AVALIAÇÃO DO CUSTO PELA ADMINISTRAÇÃO DIANTE DO ORÇAMENTO DETALHADO

5.1 O valor total estimado para o custeio da aquisição dos Materiais de Construção é de R\$ 71.718,95 (setenta e um mil setecentos e dezoito reais e noventa e cinco centavos).

5.2 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados apartir do recebimento dos produtos, mediante a apresentação de Nota Fiscal/ Fatura.

6. DEFINIÇÃO DOS METODOS

6.1 A aquisição dos produtos acima deverão ser licitados e o seu fornecimento será efetuado de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos. A modalidade sugerida é Registro de preço.

6.2 A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do artigo 65 da lei nº. 8666/93.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

7. DA ESTRATÉGIA DE SUPRIMENTO

7.1 Os produtos deverão ser entregues em até 3 (três) dias úteis após a autorização de compra, emitido pelo setor de compras do município, conforme as necessidades da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, localizada na Avenida Alceu Rochadel da Silva, S/Nº, Centro, Imaruí – SC

8. VALOR ESTIMADO EM PLANILHA DE ACORDO COM PREÇO DE MERCADO

8.1 O preço máximo estipulado foi definido com base no preço de mercado local, de acordo com as planilhas orçamentárias em anexo.

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Preço Unidade	Preço Total
1	Cimento saca de 50 Kg	Un	900	24,90	22.410,00
2	Brita m²	m²	200	65,50	13.100,00
3	Areia Grossa m²	m²	270	52,75	14.242,50
4	Bloco de concreto estrutural 19 x 19 x 39 fundo vazado	Un	1.000	2,97	2.970,00
5	Cal para pintura 20 Kg	Un	90	10,25	922,50
6	Argamassa AC1 saca de 20 kg	Un	10	30,53	305,30
7	Argamassa mista para reboco	m²	10	76,25	762,50
8	Tijolo 6 furos metade	Un	3.000	0,32	960,00
9	Tijolo 6 furos pequeno	Un	10.000	0,33	3.300,00
10	Tijolo grande	Un	4.500	0,53	2.385,00
11	Ferro 4,2 mm x 12 m	Un	100	6,22	622,00
12	Ferro 8,00 mm – 5/16 x 12m	Un	100	20,10	2.010,00
13	Arame recozido Nº 18	Un	25	7,35	183,75
14	Grampo galvanizado 13 x 6	Kg	20	11,15	223,00
15	Prego 17 x 27	Kg	35	7,71	269,85
16	Colher de pedreiro com haste curvada e cabo de madeira 6"	Un	10	9,40	94,00
17	Carro de mão com braço de metal e caçamba rasa e de metal	Un	05	85,86	429,30
18	Balde de fibra para concreto	Un	05	10,70	53,50
19	Martelo de unha com cabo de madeira	Un	20	18,98	379,60
20	Cabo de enxada olho redondo 1,20mt	Un	30	6,32	189,60
21	Enxada olho redondo 7,5 CB	Un	30	11,08	332,40
22	Cabo de pá curvo 1,30mt	Un	30	7,36	220,80
23	Pá de bico de aço	Un	30	13,82	414,60
24	Picareta com cabo Fortaleza	Un	20	36,65	733,00
25	Marreta com cabo 2 Kg Fortaleza	Un	05	31,56	157,80
26	Alicate Universal	Un	10	20,50	205,00
27	Foice dois lados estroenga	Un	10	25,93	259,30
28	Facão para mato	Un	10	14,29	142,90
29	Machado Largo com cabo de madeira	Un	05	31,09	155,45
30	Cavadeira Articulada com cabo de madeira	Un	10	22,65	226,50



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

31	Bota de borracha cano longo	Un	20	31,46	629,20
32	Pé de cabra	Un	10	32,45	324,50
33	Serrote profissional 20"	Un	10	26,52	265,20
34	Lona 6 x 4m para caminhão	Un	20	65,37	1.307,40
35	Vassoura de palha com cabo de madeira	Un	100	9,60	960,00
36	Ancinho de ferro com cabo de madeira	Un	50	11,45	572,50
				Total:	72.718,95

8.2. O valor máximo estipulado Global, para o presente objeto é de R\$ 71.718,95 (setenta e um mil setecentos dezoito reais e noventa e cinco centavos).

9. CRONOGRAMA FÍSICO – FINANCEIRO

Local	Materiais de Construção	Média mensal de materiais de construção	Total de materiais de construção ao ano
Imaruí	Cimento saca de 50 Kg	75	900
Imaruí	Brita m²	17	200
Imaruí	Areia Grossa m²	23	270
Imaruí	Bloco de concreto estrutural 19 x 19 x 39 fundo vazado	84	1.000
Imaruí	Cal para pintura 20 Kg	42	500
Imaruí	Argamassa AC1 saca de 20 kg	01	12
Imaruí	Argamassa mista para reboco	01	12
Imaruí	Tijolo 6 furos metade	250	3.000
Imaruí	Tijolo 6 furos pequeno	834	10.000
Imaruí	Tijolo grande	375	4.500
Imaruí	Ferro 4,2 mm x 12 m	09	100
Imaruí	Ferro 8.00 mm – 5/16 x 12m	09	100
Imaruí	Arame recozido Nº 18	02	25
Imaruí	Grampo galvanizado 13 x 6	02	20
Imaruí	Prego 17 x 27	03	35
Imaruí	Colher de pedreiro com haste curvada e cabo de madeira 6"	01	10
Imaruí	Carro de mão com braço de metal e caçamba rasa e de metal	01	05
Imaruí	Balde de fibra para concreto	01	05
Imaruí	Martelo de unha com cabo de madeira	02	20
Imaruí	Cabo de enxada olho redondo 1,20mt	03	30
Imaruí	Enxada olho redondo 7,5 CB	03	30
Imaruí	Cabo de pá curvo 1,30mt	03	30
Imaruí	Pá de bico de aço	03	30
Imaruí	Picareta com cabo Fortaleza	02	20
Imaruí	Marreta com cabo 2 Kg Fortaleza	01	05



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

Imaruí	Alicate Universal	01	10
Imaruí	Foice dois lados estrovena	01	10
Imaruí	Facão para mato	01	10
Imaruí	Machado Largo com cabo de madeira	01	05
Imaruí	Cavadeira Articulada com cabo de madeira	01	10
Imaruí	Bota de borracha cano longo	02	20
Imaruí	Pé de cabra	01	10
Imaruí	Serrote profissional 20"	01	10
Imaruí	Lona 6 x 4m para caminhão	02	20
Imaruí	Vassoura de palha com cabo de madeira	09	100
Imaruí	Ancinho de ferro com cabo de madeira	05	50

10 DEVERES DA CONTRATADA E DO CONTRATANTE

10.1. Deveres da Contratada

10.1.1. Prestar o fornecimento na forma ajustada;

10.1.2. Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução dos serviços;

10.1.3. A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão de contrato por não cumprimento do mesmo;

10.1.4. Apresentar sempre que solicitado, durante a execução do contrato, documentos que comprovem estarem cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

10.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

10.1.6. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

10.1.7. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

10.2 Deveres da Contratante

10.2.1 Promover, através de seu representante, o senhor Domingos Coata Torquato, o acompanhamento e fiscalização dos produtos entregues pela empresa sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio, falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da contratada.

10.2.2. Efetuar o pagamento a Contratada, de acordo com as condições estabelecidas no edital.

10.2.3. Aplica à empresa vencedora, penalidades, quando for o caso.

11. SANÇÕES POR INADIMPLENTO

11.1. A contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente:

11.1.1. Advertência;

11.1.2. Multa de 10% sobre o valor total do contrato;

11.1.3. Suspensão do direito de licitar junto ao município por até 02 (dois) anos;



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

11.1.4. A CONTRATADA, deixando de entregar quaisquer documentos exigidos no Edital ou apresentar documentação falsa para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta ou lance, não celebrar o contrato ou instrumento equivalente dentro do prazo de validade de sua proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantida a prévia defesa, sem prejuízo da multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação e das demais cominações legais.

Item	Descrição	UN	QTD	Armazém m Stó. Expediente	Dé Mat. de Constr	MR Mat. de Constr	AMC Distribuido ra	Aratín gaúb a	Preço Médio Unidade
01	Cimento saca de 50 Kg	Un	900	25,60	25,00	24,00		25,00	24,90
02	Brita m²	m²	200	64,00	65,00	58,00		75,00	65,50
03	Areia Grossa m²	m²	270	56,00	55,00	50,00		50,00	52,75
04	Bloco de concreto estrutural 19 x 19 x 39 fundo vazado	Un	1.000	2,80	2,20	4,00		2,90	2,97
05	Cal para pintura 20 Kg	Un	90	9,50	10,00	15,00		6,50	10,25
06	Argamassa AC1 saca de 20 kg	Un	10	6,00	80,00	5,60			30,53
07	Argamassa mista para reboco	m²	10	75,00	80,00	75,00		75,00	76,25
08	Tijolo 6 furos metade	Un	3.000	0,33	0,33	0,30		0,35	0,32
09	Tijolo 6 furos pequeno	Un	10.000	0,35	0,32	0,30		0,35	0,33
10	Tijolo grande	Un	4.500	0,53	0,55	0,52		0,55	0,53
11	Ferro 4,2 mm x 12 m	Un	100	7,00	6,00	6,50		5,40	6,22
12	Ferro 8,00 mm – 5/16 x 12m	Un	100	20,00	22,00	18,90		19,50	20,10
13	Arame recozido Nº 18	Un	25	7,50	9,00	6,80	5,95	7,50	7,35
14	Grampo galvanizado 13 x 6	Kg	20	13,80	11,00	7,80		12,00	11,15
15	Prego 17 x 27	Kg	35	8,50	8,00	8,80	6,75	6,50	7,71
16	Colher de pedreiro com haste curvada e cabo de madeira 6"	Un	10	13,60	9,00	7,60	7,30	9,50	9,40
17	Carro de mão com braço de metal e caçamba rasa e de metal	Un	05	100,00	85,00	78,00	61,31	105,00	85,86
18	Balde de fibra para concreto	Un	05	9,00	3,00	7,80		23,00	10,70
19	Martelo de unha com cabo de madeira	Un	20	21,45	19,00	15,60		19,90	18,98
20	Cabo de enxada olho redondo 1,20mt	Un	30	6,20	7,00	3,50	4,42	10,50	6,32
21	Enxada olho redondo 7,5 CB	Un	30	5,60	16,00	10,80	7,64	19,00	11,08
22	Cabo de pá curvo 1,30mt	Un	30	6,20	8,00	3,80	4,92	13,90	7,36



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

23	Pá de bico de aço	Un	30	19,00	14,00	13,80	10,56	11,75	13,82
24	Picareta com cabo Fortaleza	Un	20	38,60	43,00	30,00		35,00	36,65
25	Marreta com cabo 2 Kg Fortaleza	Un	05	37,75	34,00	26,00		28,50	31,56
26	Alicate Universal	Un	10	33,90	18,00	14,80	15,93	19,90	20,50
27	Foiçe dois lados estrovenga	Un	10		36,00	18,90		22,90	25,93
28	Facão para mato	Un	10	12,20	22,00	11,80	12,46	13,00	14,29
29	Machado Largo com cabo de madeira	Un	05	38,50	38,00	20,00	26,95	32,00	31,09
30	Cavadeira Articulada com cabo de madeira	Un	10	26,00	26,00	20,80	17,46	23,00	22,65
31	Bota de borracha cano longo	Un	20	47,00	36,00	22,80	22,50	29,00	31,46
32	Pé de cabra	Un	10	67,00	38,00	18,80	16,46	22,00	32,45
33	Serrote profissional 20"	Un	10	19,00	42,00	25,60	13,02	33,00	26,52
34	Lona 6 x 4m para caminhão	Un	20		48,00	65,80	42,71	105,00	65,37
35	Vassoura de palha com cabo de madeira	Un	100	10,00	12,00	6,80			9,60
36	Ancinho de ferro com cabo de madeira	Un	50	12,80	13,00	15,80	4,20		11,45

12. PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO

12.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado, o senhor Domingos Costa Torquato como representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio, falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da contratada.

12.2. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

13. PRAZO DE EXECUÇÃO

13.1. O prazo para a execução do contato será da data da assinatura do contrato até o dia 31 de dezembro de 2015.

14. DEFINIÇÃO DAS UNIDADES E QUANTIDADES A SEREM ADQUIRIDAS EM FUNÇÃO DA ESTIMATIVA DO CONSUMO E UTILIZAÇÃO PROVÁVEIS

14.1. As quantidades foram definidas de acordo com a estimativa de consumo contida no item nº. 9 (Cronograma Físico-Financeiro) deste Termo de Referência.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ**

15. PLANILHA QUE EXPRESE A COMPOSIÇÃO DOS QUANTITATIVOS E PREÇOS UNITÁRIOS (art. 40 § 2º, II da 8.666/93).

16. DEFINIÇÃO DOS METODOS, A ESTRATEGIA DE SUPRIMENTO E O PRAZO OU CRONOGRAMA DE ENTREGA DO (S) BEM (NS) (art. 15§ 7º, III E ART. 40, XVI da 8666/93)

16.1. A aquisição dos produtos acima deverá ser licitada e o seu fornecimento será efetuado de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos. A modalidade sugerida é Registro de preço.

16.2. Local de entrega: Os produtos deverão ser entregues na sede da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, situada na Avenida Alceu Rochadel das Silva S/Nº, Centro, Imaruí – SC.

16.3. Prazo de entrega: Os produtos deverão ser entregues em até 03 (três) dias úteis após a Autorização de fornecimento do setor de compras.

16.4. A vigência deste processo será de 12 meses a partir da ata de registro de preço.

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2015**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ**

Rua José Inácio da Rocha, 109 – Centro
88770-000 - Imaruí/SC

**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2015**

Processo Licitatório nº. 007/2015
Processo Administrativo nº 038/2014

Regência: Lei 10.520/2002, lei 8.666/93 e alterações, Decreto nº 3.555/00, Decreto Municipal nº. 058/2009 e Lei Complementar 123/2006.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS.

O Edital e seus anexos poderão ser retirados no Setor de Licitações, na Prefeitura Municipal de Imaruí. Também estará disponível, através do site oficial do município no endereço www.imarui.sc.gov.br.

Mais informações podem ser obtidas pelo telefone: (48) 3643-0161, através do e-mail licitacao@imarui.sc.gov.br e no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Imaruí, na Rua José Inácio da Rocha, nº 109, Centro - Imaruí - Santa Catarina no horário de expediente.

Imaruí, 26 de janeiro de 2015.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL PMI Nº. 007/2015

PREÂMBULO

TÍTULO: PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO.

Tipo de Licitação: Menor preço

Forma de Julgamento: Por item

Regência: Lei 10.520/2002, lei 8.666/93 e alterações, Decreto nº 3.555/00, Decreto Municipal nº. 058/2009 e Lei Complementar 123/2006.

Data e horário de apresentação dos envelopes: Até às 13h55min horas do dia 13/02/2015

Data e horário da abertura dos envelopes: Dia 13/02/2015, às 14h00min.

Local de apresentação e abertura dos envelopes: no Setor de Licitação, na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua José Inácio da Rocha, nº. 109 - Centro, na cidade de Imaruí, Estado de Santa Catarina.

Secretaria Usuária: Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

O **MUNICÍPIO DE IMARUÍ**, em conformidade com a legislação e normas pertinentes, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, sob a modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo Menor preço Por item, dispondo no presente Edital as condições de sua realização.

O Edital se encontrará disponível, no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Imaruí, no horário de expediente, e disponível, na íntegra, no site oficial do município através do endereço www.imarui.sc.gov.br.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Licitação tem por objeto o Registro de Preços para aquisição de tubos de concreto, conforme quantidades e especificações constantes dos anexos que integram o presente edital.

ANEXO V - Proposta de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações que deles poderão advir facultando-se a realização de licitação específica para o objeto pretendido, sendo assegurado ao beneficiário do registro à preferência na contratação em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.3 As quantidades constantes do anexo TERMO DE REFERÊNCIA DO OBJETO são estimativas, não obrigando a Administração pela contratação total.

2. DA APRESENTAÇÃO

2.1. No dia, hora e local designados no preâmbulo deste Edital, o (a) Pregoeiro (a) e/ou a sua equipe de apoio receberá (ão) os envelopes contendo as "Propostas" e os "Documentos de Habilitação", em envelopes distintos, fechados e lacrados, contendo na parte externa, a seguinte identificação:

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ
PREGÃO PRESENCIAL PMI Nº. 007/2015
ENVELOPE Nº. 01 - PROPOSTA DE PREÇOS
RAZÃO SOCIAL:**



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ
PREGÃO PRESENCIAL PMI Nº. 007/2015
ENVELOPE Nº. 02 - HABILITAÇÃO
RAZÃO SOCIAL:

3. CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO

3.1. Os dois envelopes (proposta de preços e habilitação), e os documentos (apresentados fora dos envelopes), que são: **Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação (ANEXO II)** e a certidão simplificada da Junta Comercial do Estado para comprovação do seu enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte (se for o caso) deverão ser entregues no início da sessão de abertura dos envelopes e julgamento, conforme data e horário estabelecido no preâmbulo deste edital.

3.1.1. A entrega também poderá ser efetuada na forma abaixo:

a) no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Imaruí, Rua José Inácio da Rocha, 109, Centro, Imaruí/SC, até a hora e data determinadas no preâmbulo deste edital;

b) através dos Correios, desde que entregues no Setor de Licitações até a data e hora definidas no preâmbulo deste Edital. Neste caso, os envelopes nº 01 (proposta de preços) e nº 02 (habilitação) e, ainda, a declaração prevista no subitem 3.2 e a certidão (se for o caso) previstas no subitem 3.3 deverão estar dentro de um terceiro envelope, postado para o seguinte endereço e identificação: Prefeitura municipal de Imaruí, Rua José Inácio da Rocha, 109, Centro – Imaruí/SC, CEP – 88770-000; A/C Pregoeiro do Pregão Presencial Nº 007/2015.

3.1.1.1. Não havendo representante devidamente credenciado na sessão de abertura dos envelopes e julgamento, acarretará no impedimento do licitante participar da fase de lances e de exercer o direito de recurso.

3.2. A declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação deverá ser datilografada ou digitada, preferencialmente em papel timbrado e nela deverá constar o nome do licitante, endereço, CNPJ, a declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no título 5 do edital do pregão nº 007/2015 e o nome e assinatura do responsável.

3.3. As microempresas e empresas de pequeno porte que quiserem postergar a comprovação da regularidade fiscal para o momento da assinatura do contrato e ter preferência no critério de desempate quando do julgamento das propostas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deverão apresentar no credenciamento a certidão simplificada da Junta Comercial do Estado, emitida em até 90 dias da data da entrega dos envelopes, para comprovação do seu enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte.

3.4. Não poderão participar desta licitação e nem serão consideradas licitantes as empresas que entregarem o envelope após o horário estabelecido ou não entregarem a **declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação (Anexo II)**.

3.5. Serão admitidos a participar desta Licitação os que estejam legalmente estabelecidos à forma da Lei, para os fins do objeto pleiteado.

3.6. É vedada a qualquer pessoa física ou jurídica a representação, na presente Licitação, de mais de uma empresa.

3.7. Será admitida, em todas as etapas da Licitação, a presença de somente um representante de cada proponente.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

3.8. A proponente deverá apresentar, inicialmente e separado dos envelopes, documento com a indicação do representante credenciado, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da empresa proponente.

3.8.1 O credenciamento far-se-á por meio de:

a) Instrumento público de procuração e documento de identificação do representante com foto; ou
b) Instrumento particular com firma reconhecida, acompanhado de cópia autenticada do respectivo Estatuto ou Contrato Social (ou cópia simples, acompanhada dos originais para ser autenticada pelo Pregoeiro em sessão) e documento de identificação com foto do representante; ou.

c) Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, deverá apresentar a cópia autenticada do respectivo Estatuto ou Contrato Social (ou cópia simples, acompanhada dos originais para ser autenticada pelo Pregoeiro em sessão), no qual estejam expressos seus poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e documento de identificação com foto.

3.8.2 Os documentos apresentados nos subitens de 3.8.1, alíneas "a", "b" e "c" deverão ser originais, ou, se a proponente preferir apresentá-los em fotocópia, a mesma deverá estar autenticada (ou acompanhada pelo original para possível autenticação em sessão pelo pregoeiro).

3.8.3 Segue modelo (Anexo I).

3.9. Somente poderão se manifestar no transcorrer das reuniões, os representantes das proponentes, desde que devidamente credenciados.

3.10. Não será admitida nesta Licitação a participação de empresas que estejam reunidas em consórcio e seja controladora, coligadas ou subsidiárias, entre si, ou ainda, qualquer que seja sua forma de constituição, e estrangeiras que não funcionem no país.

4. DA PROPOSTA DE PREÇOS

4.1. A Proposta de Preços contida no Envelope nº. 01 deverá ser apresentada na forma e requisitos indicados nos subitens a seguir:

a) preferencialmente emitida por computador ou datilografada, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas devidamente assinados pelo responsável da empresa representada em 01 (uma) via.

b) conter Razão Social completa e CNPJ da licitante. Havendo matriz ou filial sediada no Estado de Santa Catarina o Município dará preferência pela emissão de nota fiscal por aquela aqui sediada.

4.2. A proposta de preços original deverá conter OBRIGATORIAMENTE A MARCA E O VALOR UNITÁRIO DO ITEM, não podendo ultrapassar o valor máximo unitário previsto, sob pena de desclassificação.

4.2.1 Deverá ser proposta apenas 01 (uma) marca para cada item.

4.2.2 Os preços deverão ser apresentados em moeda corrente nacional, com no máximo 02 (duas) casas decimais após a vírgula, computados os tributos de qualquer natureza incidentes sobre o objeto a ser fornecido, bem como, o custo de Transporte, inclusive carga e descarga, correndo tal operação, única e exclusivamente por conta, risco e responsabilidade da empresa vencedora desta Licitação.

4.3. O prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias, contados da data limite para a entrega dos envelopes.

4.4. A apresentação da proposta será considerada como evidência de que a licitante EXAMINOU CRITERIOSAMENTE OS DOCUMENTOS DESTA EDITAL, SEUS ANEXOS e que os produtos que foram cotados apresentam todas as características e especificações mínimas exigidas na folha proposta de preços, conforme ANEXO V do Edital.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

4.5. A apresentação de proposta de preço implica na plena aceitação, por parte da proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

4.6. Na omissão dos prazos de execução, pagamento, garantia e validade da proposta, serão considerados os constantes do edital e na divergência entre o preço unitário e total, prevalecerá o preço unitário.

Parágrafo Único - Preferencialmente, e exclusivamente para facilitar o julgamento por parte do Pregoeiro, solicita-se às licitantes que apresentem suas propostas conforme o ANEXO V.

5. DA HABILITAÇÃO

5.1. A proponente deverá apresentar o envelope nº. 02 "HABILITAÇÃO", em 01 (uma) via contendo os seguintes documentos:

5.1.1 Habilitação Jurídica:

5.1.1.1 Registro Comercial, no caso de empresa individual, ou;

5.1.1.2 Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;

5.1.1.3 Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício, ou;

5.1.1.4 Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e Ato de Registro ou Autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

5.1.1.5 Será obrigatório, sob pena de inabilitação, que a licitante tenham em seus atos constitutivos/objeto social as atividades compatíveis com o objeto deste Edital.

OBS: Nos casos em que a licitante apresentar um dos documentos constantes da cláusula quinta, subitens 5.1.1.1 à 5.1.1.4 na fase de Credenciamento, a mesma fica dispensada de apresentá-lo na fase de Habilitação.

5.1.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista:

5.1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

5.1.2.2. Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais e Certidão Quanto à Dívida Ativa da União - Conjunta;

5.1.2.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

5.1.2.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal;

5.1.2.5. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, demonstrando a situação regular no cumprimento dos encargos instituídos por Lei.

5.1.2.6. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social - INSS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.

5.1.2.7. Declaração em cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

5.1.2.8. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

Observação: As certidões negativas deverão ser do domicílio ou sede da licitante.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

5.1.3 Qualificação Econômica - Financeira:

5.1.3.1. Certidão negativa de falência e concordata, expedida pelo cartório distribuidor da sede da licitante;

5.1.4 Qualificação Técnica:

5.1.4.1. Os licitantes deverão apresentar licença de funcionamento expedido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal, onde detém o seu estabelecimento;

5.1.4.2. Declaração do licitante que não há nenhum fato impeditivo de sua participação no certame;

5.1.4.3. Atestado de Capacidade Técnica, por órgãos públicos que tenham contratos firmados com o licitante com o mesmo objeto deste certame;

5.1.4.4. Além das licitantes que apresentarem no corpo da embalagem do produto, selo de registro no Ministério da Agricultura, com o SIF/DIPOA, poderão também participar as licitantes que possuem autorização de estabelecimento sob inspeção estadual devidamente autorizado para este fim, pelo serviço veterinário oficial, como o SIE (Serviço de Inspeção Estadual).

5.2. Ao Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar da licitante, em qualquer tempo, no curso da Licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhe prazo para atendimento.

5.3. A falta de quaisquer dos documentos exigidos no Edital, implicará inabilitação da licitante, sendo vedada, sob qualquer pretexto, a concessão de prazo para complementação da documentação exigida para a habilitação. (exceto Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que tenham apresentado a Certidão expedida pela Junta Comercial adquirindo o direito da LC 123/2006).

5.4. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

5.5. A documentação de habilitação deverá ser apresentada em nome da licitante que será responsável pela execução do contrato e faturamento, com o mesmo número do CNPJ e endereço. Serão aceitos documentos com a mesma razão social, porém CNPJ e endereço diverso quando os mesmos tiverem validade para todas as filiais e matriz.

OBSERVAÇÃO

A) Os documentos necessários à Habilitação deverão ser preferencialmente, apresentados conforme a sequência acima mencionada, e poderão ser apresentados em original, ou, se preferir, deverá ser apresentado por qualquer processo de cópia autenticada, ou publicação em órgão da imprensa oficial. Os documentos que forem apresentados em original não serão devolvidos, e passarão a fazer parte integrante deste processo licitatório.

B) Os documentos somente poderão ser autenticados por servidor da Administração.

C) Quando se tratar de cópia de documento obtido através da Internet, este não precisa ser autenticado, uma vez que terá sua validade confirmada pelo Pregoeiro e equipe de apoio.

6. CONDIÇÕES GERAIS

6.1. Os envelopes contendo a "Proposta de Preços" e os "Documentos de Habilitação" deverão ser entregues junto ao Setor de Licitações, na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua José Inácio da Rocha, 109, Centro, CEP 88770-000 na cidade de Imaruí/SC, em dias úteis e no horário de expediente.

6.2. Os recursos decorrentes deste processo licitatório serão recebidos, analisados e julgados de acordo com a legislação vigente.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

- 6.3.** Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF.
- 6.4.** Ao apresentar proposta a proponente se obriga aos termos do presente Edital.
- 6.5.** O Edital encontra-se disponível para retirada no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal situada na Rua José Inácio da Rocha, 109, Centro, CEP 88.770-000, Município de Imaruí/SC, cujas informações poderão ser obtidas em dias úteis, no horário de expediente 13h00min às 19h00min, através do telefone/fax: (48)3643-0161 ou ainda por e-mail: licitacao@imarui.sc.gov.br.

7. DA ABERTURA E JULGAMENTO

- 7.1.** No dia, horário e local indicados no preâmbulo do Edital, o Pregoeiro e a equipe de apoio reunir-se-ão em sala própria, na presença dos representantes de cada proponente participante, procedendo como adiante indicado.
- 7.2.** Realizar-se-á o credenciamento dos interessados ou de seus representantes, que consistirá na comprovação de que possui poderes para formulação de ofertas e lances verbais, para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame, conforme Cláusula Terceira do presente Edital.
- 7.2.1.** A não comprovação de que o interessado ou seu representante legal possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a licitante de ofertar lances verbais, lavrando-se em ata o ocorrido.
- 7.3.** Deverá ser apresentada, ainda, a Declaração para Habilitação e a comprovação de que a licitante é Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (se for o caso) enquadrada na forma da Lei Complementar 123/2006, sob pena de ser desconsiderada tal condição.
- 7.4.** Abrir-se-ão os envelopes nº. 01 "PROPOSTA DE PREÇOS" das empresas que entregaram os envelopes até o dia e horário indicado aprazado no Edital.
- 7.4.1.** O pregoeiro e a equipe de apoio rubricarão e submeterão a rubrica de todas as proponentes os documentos contidos no certame. O Pregoeiro procederá a verificação do conteúdo do envelope nº 01, em conformidade com as exigências contidas neste Edital.
- 7.4.2.** O Pregoeiro classificará a proponente que apresentar a proposta de Menor preço Por item e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) relativamente à proposta de preço de menor valor; ou classificará as 03 (três) propostas de preços de menor valor apresentadas pelas proponentes, quando não ocorrer pelo menos 03 (três) ofertas no intervalo de 10% (dez por cento), excetuadas aquelas propostas que estão superiores ao valor máximo estipulado no edital.
- 7.4.3.** Às proponentes classificadas, conforme subitem anterior será dada oportunidade para disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior preço.
- 7.4.3.1** A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente de preços.
- 7.4.3.2.** Fica a encargo do Pregoeiro a fixação de parâmetros mínimos de valores sobre os lances verbais, podendo, inclusive, alterá-los no curso da sessão (estipulação de valores mínimos entre um lance e outro).
- 7.4.3.3.** O Pregoeiro poderá fixar tempo máximo para que as licitantes calculem e ofereçam novos lances.
- 7.4.3.4.** Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.
- 7.4.3.5.** A ocorrência de oferta de lance com vista ao empate implicará na classificação preferencial da proponente que ofertou o menor valor anteriormente, na sua vez de oferta.
- 7.4.3.6.** Dos lances ofertados não caberá retratação.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

7.4.3.7. A proponente que desistir de apresentar lance verbal quando convocado pelo Pregoeiro, será excluída da etapa de lances verbais, mantendo-se o último preço apresentado pela mesma, para efeito de ordenação das propostas.

7.4.4. Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro fará a classificação provisória pela ordem crescente dos preços apresentados.

7.4.5. Procedida à classificação e verificada que o melhor preço foi apresentado por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte licitante, o Pregoeiro abrirá o seu envelope de habilitação, e caso a habilitação fiscal não estiver regular, o mesmo intimará a licitante para no prazo de 02 (dois) dias úteis, prorrogáveis por igual período, mediante requerimento justificado, proceder à regularização da documentação mediante apresentação das respectivas certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.4.6. Regularizada a habilitação fiscal pela licitante Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, a mesma será declarada vencedora do certame.

7.4.7. Caso não ocorra à regularização da habilitação fiscal da licitante Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, no prazo concedido, a mesma será declarada excluída do certame, aplicando-se-lhe a penalidade de que trata o no item "Das sanções administrativas" deste Edital, e retomando a licitação na forma do item 7.4.5 ou do item 7.4.8..

7.4.8. Procedida à classificação provisória e verificada que o melhor preço/lance não foi apresentado por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte licitante, o Pregoeiro verificará o eventual empate legal das propostas, na forma do parágrafo 2º do art. 44 da LC 123/2006, para aplicação do disposto no art. 45 daquele Diploma Legal.

7.4.9. Ocorrendo empate fictício, na forma da lei, o Pregoeiro procederá da seguinte forma:

I - a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da classificação provisória, situação em que, após a verificação da regularidade fiscal (na forma dos itens anteriores), será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

II - não ocorrendo à contratação da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, na forma do inciso I deste item, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do parágrafo 2º do art. 44 da LC 123/2006, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III - no caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos no parágrafo 2º do art. 44 da LC 123/2006, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.4.10. O prazo para apresentação de nova proposta será de até 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do direito de inovar em seu preço (art. 45, parágrafo 3º da LC 123/2006).

7.4.11. Na hipótese de não-contratação nos termos previstos no caput do artigo 45 da LC 123/2006, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.4.12. Será assegurado, como critério inicial de desempate, preferência de contratação para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

7.4.13. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas às propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da proposta da primeira classificada por item, lote ou global (conforme o caso), quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

7.4.14. Será desclassificada a proponente que:

a) deixar de atender a alguma exigência constante deste Edital;

b) apresentar oferta de vantagem não prevista no Edital ou vantagem baseada nas propostas dos demais proponentes;



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

c) apresentar preços manifestamente inexequíveis ou que ultrapassem o valor máximo unitário, estipulado no Edital (artigo 4º, inciso VII da Lei 10.520/2002).

7.4.15. Para fins de aferição de inexequibilidade das propostas, o Pregoeiro determinará que a licitante deverá fazer prova de que possui condições de cumprir o objeto do Edital, através da planilha pormenorizada com a devida comprovação (documentos, notas fiscais, recibos, etc...) que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado, na forma do artigo 48, inciso II, da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

7.4.16. Sendo aceitável a proposta de menor preço por item será aberto o envelope contendo a Documentação de Habilitação da licitante vencedora, para confirmação das suas condições habilitatórias, com base nas exigências constantes neste Edital.

7.5. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarada a proponente vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto definido neste Edital e seus Anexos.

7.5.1. Será julgada inabilitada a proponente que:

a) deixar de atender alguma exigência constante do presente Edital,

b) apresentar declaração ou documentação que contenha qualquer vício de ordem formal.

7.5.2. Em face dos artigos 42 e 43 da Lei Complementar 123/2006, o Pregoeiro adotará o seguinte procedimento quando a vencedora for Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte:

a) serão analisados os documentos não integrantes da regularidade fiscal, decidindo-se sobre o atendimento das exigências constantes do Edital, de forma que serão inabilitados os licitantes que apresentarem irregularidades em relação a estas exigências;

b) serão analisados os documentos relativos à regularidade fiscal, declarando-se:

b.1) o atendimento das exigências constantes do Edital com a respectiva habilitação; ou

b.2) o desatendimento das exigências constantes do Edital com a suspensão do julgamento da habilitação fiscal em relação aquela Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte licitante, para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, prorrogáveis por igual período, mediante requerimento justificado, proceder à regularização da documentação mediante apresentação das respectivas certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa.

7.5.2.1. Ocorrendo a Situação estabelecida na alínea "b.2" acima, o licitante Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte poderá se manifestar, na própria reunião, sob pena de decadência, sobre a desistência de sua proposta acaso não vislumbre a possibilidade de regularização da habilitação fiscal na forma da lei, isentando-se de eventual penalização em caso de ser declarada vencedora do certame.

7.6. Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro declarará a vencedora, proporcionando a seguir, a oportunidade às licitantes para que se manifestem acerca da intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta desta manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte das licitantes, registrando na Ata da Sessão, a síntese dos motivos para a futura impetração de recurso, bem como o registro de que todos os demais licitantes ficaram intimadas para, querendo, se manifestar sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias consecutivos, após o término do prazo do recorrente para juntada de memoriais - razões de recursos do recorrente - nos termos do art. 4º XVIII da Lei n. 10.520/02, proporcionando-se a todos, vista imediata do processo no Setor de Licitação.

7.7. A ausência da proponente ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á renúncia ao direito de recorrer.

7.8. Da reunião lavrar-se-á Ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá obrigatoriamente ser assinada pelo Pregoeiro, equipe de apoio e a(s) licitante(s) presente(s).

7.9. Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, os licitantes presentes.

7.10. Não considerar-se-á qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital e seus Anexos.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

7.11. A presente licitação para os efeitos de julgamento será do tipo "MENOR PREÇO" considerando-se o Menor preço Por item para fins da escolha mais vantajosa para a municipalidade.

7.12. Em caso de dúvidas a respeito das características do produto cotado (se atende ao exigido no Edital), o (a) pregoeiro (a) poderá exigir do licitante que apresente amostra do produto - se assim julgar estritamente necessário - nos termos do art. 43, § 3º da Lei 8.666/1993, depois da etapa de lances do item questionado. As amostras ficarão à disposição dos demais licitantes e serão analisadas pelo Município, mediante Laudo Técnico. Caso o produto não atenda as especificações mínimas solicitadas no Edital, o licitante será desclassificado.

8. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS RECURSOS

8.1. Até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar o ato convocatório do presente Pregão Presencial, aplicando-se neles subsidiariamente as disposições contidas na Lei 8.666/93.

8.1.1. Em se tratando de licitante, o prazo para impugnação é de até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas.

8.2. Ao final da sessão, a proponente que desejar recorrer contra decisões do Pregoeiro poderá fazê-lo, manifestando sua intenção com registro da síntese dos motivos, obrigando-se a juntar memoriais no prazo de 03 (três) dias. Os interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente. As razões e as contrarrazões de recurso deverão ser enviados aos cuidados do Pregoeiro.

8.3. A falta de manifestação imediata e motivada na sessão do Pregão Presencial, bem como a não entrega das razões de recurso importará na preclusão do direito de recurso.

8.4. Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pela proponente.

8.5. Não serão reconhecidas as impugnações e recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente.

8.6. Os recursos e contrarrazões de recurso, bem como impugnação do Edital, deverão ser dirigidos ao Pregoeiro e protocolados junto ao Setor de Licitações, localizado na sede da Prefeitura Municipal, sita na Rua José Inácio da Rocha, 109, Centro, CEP 88.770-000, Município de Imaruí/SC, em dias úteis, no horário de expediente, a qual deverá receber examinar e submetê-lo à Autoridade competente que decidirá sobre a pertinência.

8.7. É vedada ao licitante a utilização de recurso ou impugnação como expediente protelatório ou que vise a tumultuar o procedimento da Licitação. Identificado tal comportamento poderá o Pregoeiro, ou se for o caso, a Autoridade superior, arquivar sumariamente os expedientes.

9. DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

9.1. Em não sendo interposto recurso, caberá ao Pregoeiro adjudicar o objeto à(s) licitante(s) vencedora(s) e encaminhar o processo à Autoridade competente para a sua Homologação.

9.2. Caso haja recurso, a adjudicação do objeto à(s) licitante(s) vencedora(s) e a homologação do processo efetuada pela Autoridade competente, somente após apreciação pelo pregoeiro sobre o mesmo.

9.3. Homologado o resultado pelo Município, e comunicado à proponente vencedora e aos demais licitantes que concordaram em assinar a Ata de Registro de Preços nas mesmas condições do



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

primeiro colocado, ter-se-á um prazo máximo de 02 (dois) dias úteis para comparecer no Setor de Licitação desta Prefeitura para assinar a referida Ata.

9.3.1. Poderão ser registradas todas as empresas que manifestarem interesse em assinar a Ata com mesmo preço e mesmas condições do primeiro colocado, observando-se o seguinte:

- a)** Os fornecedores ficarão disponíveis durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços;
- b)** Quando das contratações decorrentes do Registro de Preços será respeitada a ordem de classificação das empresas constantes na Ata.

9.3.2. Os demais fornecedores serão classificados neste processo, em ordem decrescente de preço proposto e poderão ser convocados para compor a Ata de Registro de Preços, nos casos previstos neste Edital e na Ata dele decorrente.

9.4. A recusa injustificada do detentor do preço registrado em assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e condições estabelecidas, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades previstas no item 14 deste Edital.

9.4.1 Nas hipóteses de recusa do(s) adjudicatário(s) em firmar a Ata de Registro de Preços, a autoridade competente poderá convocar os demais licitantes para assinar a Ata, observadas a ordem de classificação e os procedimentos de habilitação referidos no presente Edital, atendendo ao disposto no art. 4º, inciso XXIII da Lei 10.520/2002.

9.5. No caso do licitante vencedor não apresentar situação regular no ato das solicitações, sem prejuízo das sanções cabíveis, serão convocados os licitantes remanescentes na seguinte ordem:

- a)** As empresas que, na sessão do Pregão, assinaram a Ata de Registro de Preços nas mesmas condições do primeiro colocado;
- b)** Na ausência, impossibilidade ou recusa das empresas nas condições da alínea anterior, as que vierem a assinar a Ata de Registro de Preços, quando convocadas.

9.6. A critério do Município, quando a quantidade do primeiro colocado não for suficiente para atender a demanda estimada, e desde que se trate de objetos de qualidade ou desempenho superior, e, ainda, que esteja devidamente justificada e comprovada a vantagem, e, também, que as ofertas sejam em valor inferior ao máximo admitido, poderão ser registrados outros preços.

10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DA CONTRATAÇÃO

10.1. A Ata de Registro de Preços não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecidas à legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro à preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

10.2. Constam da Minuta da Ata de Registro de Preços (ANEXO III) as condições e a forma de pagamento, as sanções para o caso de inadimplemento e as demais obrigações das partes, integrando este Edital.

10.3. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses.

10.4. O Município monitorará, pelo menos trimestralmente, o preço dos produtos, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados.

10.4.1. O Município convocará o fornecedor para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado está acima do preço de mercado. Caso seja frustrada a negociação para redução do preço, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

10.4.2. No caso de desequilíbrio econômico-financeiro (preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado, e mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro - equação



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

econômico-financeira), sendo frustrada a negociação entre as partes, o fornecedor poderá ser liberado do compromisso assumido.

10.4.3. Havendo negociação entre as partes, o aumento para recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro da Ata de Registro de Preço somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da licitação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pelo Fornecedor (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

10.4.4. As alterações de preços oriundos da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio econômico-financeiro, serão publicadas na imprensa oficial, sem prejuízo do cumprimento da obrigação contida no art. 15, parágrafo 2º da lei. 8.666/93 (publicação trimestral dos preços registrados).

10.5. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador do registro de preços, será formalizada por instrumento contratual, autorização de compra ou nota de empenho de despesa, observando-se o disposto no art. 62 da lei 8.666/93.

10.5.1 O prazo para assinatura do instrumento é de 02 (dois) dias úteis, contados da notificação feita aos fornecedores registrados.

10.6. As secretarias usuárias da Ata de Registro de Preços não emitirão qualquer Ordem de serviço/Nota de Empenho, sem a prévia existência do respectivo crédito orçamentário.

11. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

11.1. A entrega deverá ser realizada em até 03 (três) dias após solicitação do setor responsável.

11.2. A empresa vencedora deverá entregar os produtos de primeira qualidade e de acordo com as especificações, em transporte adequado para o acondicionamento dos mesmos.

11.3. Local de entrega: Avenida Alceu Rochadel da Silva, Centro, Imaruí/SC.

11.4. As entregas deverão ser realizadas das 8h às 12h e das 13h30min às 17h30min.

12. DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

12.1. A inexecução total ou parcial das obrigações oriundas das obrigações da empresa enseja a aplicação das penalidades previstas na Ata de Registro de Preços ou Contrato, inclusive multa no valor de até 20% do Contrato firmado entre as partes.

12.2. A Contratada será responsável por eventuais danos havidos nos objetos/materiais, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus empregados, obrigando-se a substituí-los, ou a indenizar a Administração do prejuízo causado.

12.3. No caso de acréscimo contratual em até 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo total estimado de cada item, fica o fornecedor obrigado a aceitar o acréscimo.

12.4. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a vinte e cinco por cento dos quantitativos registrados na Ata de registro de Preços.

13. DA FORMA DE PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. O pagamento do valor do objeto contratado será efetuado, mediante apresentação de nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo órgão encarregado pelo gerenciamento e fiscalização das entregas e/ou juntamente anexada com a respectiva autorização de fornecimento assinada pela autoridade competente em até 30 (trinta) dias.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

13.2. Caso o produto seja recusado ou o correspondente documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data de regularização da entrega ou do documento fiscal

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Às proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta, deixarem de entregar, ou apresentarem documentação falsa exigida no Edital, comportarem-se de modo inidôneo ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, as seguintes sanções, sem prejuízo da reparação dos danos causados ao Município pelo infrator:

- a)** advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;
- b)** multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da proposta apresentada pela proponente;
- c)** impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, DF e Municípios pelo prazo de até 05 (cinco) anos consecutivos.

15. PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO

15.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

15.2. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

15.3. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

15.4. Efetuar o pagamento no prazo de até 30 (trinta) dias corridos subsequentes ao recebimento dos produtos e do fornecimento das correspondentes Notas Fiscais, desde que verificados e aceitos pela secretaria responsável, por meio do atesto do fornecimento em tais documentos fiscais.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. A presente Licitação não importa necessariamente em contratação, podendo o Município revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato supervenientes comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado para conhecimento dos participantes da licitação.

16.2. As proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.3. A proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da Licitação.

16.4. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

16.5. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, firmando-se que só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente normal na Secretaria de Administração e Finanças.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

16.6. As proponentes intimadas para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.

16.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

16.8. As normas que disciplinam este Pregão Presencial serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

16.9. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas às proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento.

16.10. A participação da proponente nesta licitação implica a aceitação de todos os termos deste Edital.

16.11. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

16.12. Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e Anexos deverá ser dirigido ao Pregoeiro através do e-mail licitacao@imarui.sc.gov.br ou por escrito e protocolados junto ao setor de Licitações da Prefeitura Municipal, situada na Rua José Inácio da Rocha, Centro, CEP 88.770-000 na cidade de Imaruí/SC, em dias úteis, no horário de expediente.

16.13. Os casos omissos serão decididos pelo Pregoeiro em conformidade com as disposições constantes nas Leis citadas no preâmbulo deste Edital.

16.14. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o local da realização do certame, considerado aquele a que está vinculado o Pregoeiro, ou seja, o foro da Comarca de Imaruí/SC.

16.15. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

16.16. Recomendam-se às licitantes que estejam no local marcado com antecedência de 15 (quinze) minutos do horário previsto para a entrega dos envelopes n.º01 e 02 e da documentação de Credenciamento.

16.17 São partes integrantes deste Edital

- a) Anexo I** - Credenciamento;
- b) Anexo II** - Declaração para Habilitação;
- c) Anexo III** - Minuta da Ata de Registro de Preços;
- d) Anexo IV** - Minuta do Contrato;
- e) Anexo V** - Proposta de Preços (modelo).
- f) Anexo VI** - Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação.
- g) Anexo VII** - Declaração que não emprega menores.
- h) Anexo VIII** - Termo de Referência

O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta da licitante vencedora, farão parte integrante da Ata de Registro de Preço Contrato, independentemente de transcrição.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ**

**ANEXO I
AO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 007/2015**

Credenciamento

Através da presente, credenciamos o (a) Senhor (a) _____, portador (a) da Cédula de Identidade nº. _____ e CPF sob nº. _____, a participar da Licitação instaurada pelos órgãos do Município de Imaruí, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa _____, inscrita sob o CNPJ. Nº. _____ bem como formular propostas/lances verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

_____, em ____ de ____ de 2015.

Carimbo e assinatura do credenciaste.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ**

**ANEXO II
AO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 007/2015**

Modelo de Declaração para Habilitação

DECLARAMOS para fins de participação no procedimento licitatório – PREGÃO PRESENCIAL N.º 007/2015, que a empresa _____, inscrita sob o CNPJ _____, atende plenamente aos requisitos necessários à Habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida no Edital convocatório.

_____, em ____ de _____ de 2015.

Carimbo, assinatura e CPF do representante legal.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

ANEXO III AO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 007/2015

MINUTA - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de 2015, no Setor de Licitações, localizado no Prédio da Prefeitura Municipal de Imaruí, o Município de Imaruí, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Registro de Preços nº. 007/2015, na Ata de julgamento de preços, homologada em ____/____/____, RESOLVE registrar os preços da(s) empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital Pregão Presencial nº. 007/2015. As licitantes registradas para os materiais cotados são as seguintes:

Item 01 – _____, Quantidade - _____, Unidade de medida - _____.

1º. Colocado – Empresa _____, no valor de R\$ _____;

2º. Colocado – Empresa _____;

3º. Colocado – Empresa _____.

(...)

1.2 Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para a aquisição de tubos de concreto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro à preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.3 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.3.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.3.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro da Ata de Registro de Preço somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.4 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.3.1.

1.5 As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a vinte e cinco por cento dos quantitativos registrados na Ata de registro de Preços.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº. 007/2015 e seus anexos;
- b) Proposta da (s) Licitante(s).

3. VIGÊNCIA

3.1 A vigência do contrato será da data de assinatura do mesmo até o período de um ano a partir da assinatura do contrato

4. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

- 4.1.** A entrega deverá ser realizada em até 03 (três) dias após solicitação do setor responsável.
- 4.2.** A empresa vencedora deverá entregar os produtos de primeira qualidade e de acordo com as especificações, em transporte adequado para o acondicionamento dos mesmos.
- 4.3.** Local de entrega: Sede da Secretaria Municipal da Educação. Praça Getúlio Vargas, S/Nº, Centro, Imaruí/SC.
- 4.4.** As entregas deverão ser realizadas das 8h às 12h e das 13h30min às 17h30min.

5. DA FORMA DE PAGAMENTO

- 5.1.** O pagamento do valor do objeto contratado será efetuado, mediante apresentação de nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo órgão encarregado pelo gerenciamento e fiscalização das entregas e/ou juntamente anexada com a respectiva autorização de fornecimento assinada pela autoridade competente em até 30 (trinta) dias.
- 5.2.** Caso o produto seja recusado ou o correspondente documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data de regularização da entrega ou do documento fiscal.

6. RESPONSABILIDADES

- 6.1.** A fornecedora responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o Município ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo Município.
- 6.2.** A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.
- 6.3.** As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da CONTRATADA.
- 6.4.** A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos serviços prestados, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer, tenham comprometido os mesmos, fora dos padrões exigidos.
- 6.5.** A empresa registrada autoriza o Município a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada à prévia defesa.

7. OBRIGAÇÕES DAS EMPRESAS FORNECEDORAS

- 7.1.** Cumprir integralmente sua proposta e prestar o fornecimento na forma ajustada.
- 7.2.** Cumprir as exigências quanto à forma de entrega do produto.
- 7.3.** Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução dos serviços.
- 7.4.** A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

7.5. A contratada deverá garantir a qualidade e quantidade dos respectivos produtos, na forma da legislação específica.

7.6. Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estarem cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

7.7. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

7.8. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

7.9. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Efetuar o pagamento no prazo de até 30 (trinta) dias corridos subsequentes ao recebimento dos produtos e do fornecimento das correspondentes Notas Fiscais, desde que verificados e aceitos pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

8.2. Promover, através de seu representante, o acompanhamento e fiscalização dos produtos entregues pela empresa sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

8.3. Por ocasião do recebimento dos produtos, a Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos reserva-se o direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se a contratada a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

8.4. Aplicar à empresa vencedora, penalidades, quando for o caso.

8.5. Caso o produto seja recusado ou o correspondente documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data de regularização da entrega ou do documento fiscal.

9. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

9.1 O Município poderá cancelar o Registro de Preços da(s) Empresa(s) nos casos a seguir especificados:

a) quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;

b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

c) quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;

f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

g) por razões de interesse públicas devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.2 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará a devida apostila mento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

10. PENALIDADES



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

10.1 Pela inexecução total ou parcial dos serviços estará à empresa fornecedora sujeita às seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa:

1- De 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor);

2- De até 20% (vinte por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta ata e no edital, ressalvado o disposto no item 1 (um) acima citado;

3- Impedimento de participação em licitação e de contratar com a Administração Pública pelo período de até 05 (cinco) anos consecutivos.

10.2 Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

10.3 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a empresa fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

10.4 Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos a que a CONTRATADA tiver direito, ou cobrados judicialmente.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

11.2. Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada.

Imaruí, 26 de Janeiro de 2015.

Representante

Empresa XXXX



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

ANEXO IV

AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2015

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO PARA FORNECIMENTO Nº. ____/____
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 007/2015.

Contrato que entre si celebram o Município de Imaruí, Estado de Santa Catarina, com endereço na Rua José Inácio da Rocha 109, Centro, Imaruí/SC, inscrito no CNPJ sob o nº. 82.538.851/0001-57, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Senhor Manoel Viana de Sousa, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE** e a empresa, com sede na Rua, nº., inscrita no CNPJ sob o nº., neste ato representada por seu(ua) representante legal, Senhor(a), doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, em decorrência do processo licitatório nº. 007/2015 – PREGÃO PRESENCIAL PMI nº. 007/2015, homologado em, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei nº. 10.520 e da Lei nº. 8.666 de 21/06/93 com alterações posteriores e as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O presente contrato tem por objetivo o fornecimento pela **CONTRATADA**, de forma parcelada, conforme a necessidade da **CONTRATANTE**, de Tubos de Concreto, conforme relação abaixo discriminada(s).

Item	Descrição	Qtde	Marca	P.Unit(R\$)	P. Total(R\$)

1.2 – A **CONTRATADA** declara possuir condições de fornecer o objeto deste Contrato dentro das normas técnicas com qualidade e segurança.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL

2.1 – Fazem parte deste Contrato independentemente de transcrição os seguintes documentos: Proposta da **CONTRATADA**, Edital de Pregão Presencial PMI nº. 007/2015, além das normas e instruções legais vigentes, que lhe sejam aplicáveis.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 – O valor total deste contrato é de R\$ (.....).

3.2 – Fica expressamente estabelecido que os preços constantes na proposta da **CONTRATADA** incluem todos os custos diretos e indiretos requeridos para a execução do objeto licitado, constituindo-se na única remuneração devida.

3.3 – O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento dos materiais mediante a apresentação da Nota Fiscal/fatura devidamente atestada pelo responsável do setor requerente.

3.4 Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e perante o FGTS.

3.5 Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

3.6 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

CLÁUSULA QUARTA – RECURSOS FINANCEIROS

Página 21 de 37



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

4.1 – Conforme formulação do artigo 7, paragrafo 2º, do decreto nº 7.892/13, na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

4.2 – Por tratar-se de licitação para aquisição através de Sistema de Registro de Preço as despesas decorrentes das contratações feitas dos fornecedores detentores de preços registrados com a Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos correrão a conta do orçamento 2014/2015 da Prefeitura Municipal de Imaruí.

A indicação do recurso detalhado para fazer frente à obrigação assumida quando da efetiva contratação serão disponibilizados na Autorização de Fornecimento emitida pelo órgão solicitante.

CLÁUSULA QUINTA – CRITÉRIO DE REAJUSTE

5.1 – Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada.

6 – PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA

6.1. Os produtos deverão ser entregues conforme a necessidade da Secretaria, e que deverá ocorrer até 03 (três) dias consecutivos após a solicitação feita pela Secretaria, sendo que o armazenamento e demais condições serão realizados de acordo com o ANEXO VIII.

7 – PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO

7.1 – A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

7.2 – O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

7.3 – As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

8. DEVERES DA CONTRATADA

8.1. Oferecer materiais conforme especificação da Norma Brasileira ABNT NBR 8890/2007.

8.2. Atender a solicitação da Contratante no prazo Máximo de 03 (três) dias úteis, a contar da data da solicitação a ser efetiva pelo Setor de Compras do Município.

8.3. Fornecimentos de todo o material necessário à execução dos serviços:

8.4. É de Responsabilidade da empresa todo o qualquer prejuízo causado ao patrimônio da Secretaria Usuária ou a terceiros por qualquer de seus funcionários, representante ou preposto.

8.5. São de responsabilidade da empresa as obrigações sociais, trabalhistas, encargos previdência, inclusive seguro de acidentes de trabalho ou outro necessário, como também o ônus de indenizar todo e qualquer prejuízo pessoal ou material que possa advir direta ou indiretamente a Secretária Usuária ou a terceiro, no exercício de sua atividade.

8.6. É responsabilidade da empresa todo o imposto, taxa, licenças e registro em órgãos públicos municipais, estaduais ou federais que se fizerem necessários, devendo apresentar a Secretaria Usuária as guias de recolhimento do INSS, FGTS e outros, e certidões necessárias;

8.7. A empresa devesse afastar, sempre que exigido pela Secretaria Usuária, de forma incontinente, qualquer empregado cuja atuação, permanência ou comportamento seja inconveniente ou insatisfatório ao bom atendimento ou ao interesse do serviço Público;

8.8. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem previa anuência do Poder Executivo Municipal.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. A contratante comprometer-se-á:

9.1.1. Proporcionar todas as facilidades para a contratada executar o fornecimento do objeto do Edital.

9.1.2. Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto do Edital, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas.

9.1.3. Comunicar prontamente à contratada qualquer anormalidade na execução do objeto, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas no Edital.

9.1.4. Fornecer à contratada todo tipo de informação interna essencial à realização dos fornecimentos.

9.1.5. Conferir toda a documentação técnica gerada e apresentada durante a execução do objeto, efetuando o seu atesto quando a mesma estiver em conformidade com os padrões de informação e qualidade exigidos.

9.1.6. Homologar os fornecimentos executados quando os mesmos estiverem de acordo com o especifica no Edital.

9.1.7 Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com o estabelecido no item 14 deste Termo de Referência.

10 – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL

10.1 – Às proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta, deixarem de entregar, ou apresentarem documentação falsa exigida no Edital, comportarem-se de modo inidôneo ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, as seguintes sanções, sem prejuízo da reparação dos danos causados ao Município pelo infrator:

a) advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;

b) multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da proposta apresentada pela proponente;

c) impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, DF e Municípios pelo prazo de até 05 (cinco) anos consecutivos.

10.2 – Da intenção de aplicação de quaisquer das penalidades previstas, será concedido prazo para defesa prévia de 05 (cinco) dias úteis a contar da notificação.

11 – DAS PRERROGATIVAS DO MUNICÍPIO

11.1 – Neste contrato, são conferidas ao Município as prerrogativas de:

11.1.1 – Modificá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades do interesse público, respeitados os direitos da **CONTRATADA**;

11.1.2 – Rescindi-lo, unilateralmente, nas hipóteses da Cláusula 12;

11.1.3 – Aplicar as penalidades previstas pela inexecução total ou parcial do ajustado;

12 – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

12.1 – Este contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas:

12.1.1 – Por acordo das partes:

ASSINATURAS

12.1.1.1 – quando necessária à modificação do regime de execução do seu objeto, em face da verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originais;



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

12.1.1.2 – quando necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada à antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de execução do objeto.

12.2 – Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão deste para mais ou menos, conforme o caso.

12.3 – Havendo alteração unilateral deste contrato que aumente os encargos da **CONTRATADA**, o **CONTRATANTE** deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico financeiro inicial.

12.4 – As cláusulas econômico-financeiras e monetárias deste Contrato poderão ser alteradas, mediante prévia concordância da **CONTRATADA**.

12.5 – Na hipótese de modificação unilateral deste Contrato, as suas cláusulas econômico financeiras deverão ser revistas para que se mantenha o equilíbrio contratual.

13 – DA RESCISÃO CONTRATUAL

13.1 – Este contrato poderá ser rescindido nos termos dos artigos 77, 78, 79 e 80 da Lei nº. 8666/93.

13.1.1 – O contrato também poderá ser rescindido nos casos em que se verificar que a **CONTRATADA** não preenchia ou não mais preenche os requisitos de habilitação.

13.2 – Nas hipóteses legais de rescisão administrativa solicitada pela **CONTRATADA**, esta deverá submeter o seu pedido, necessariamente fundamentado, à apreciação da **CONTRATANTE** através de requerimento protocolado e instruído com a documentação comprobatória dos fatos alegados.

13.3 – A rescisão administrativa será precedida de autorização expressa e fundamentada da autoridade competente.

13.4 – A **CONTRATADA** reconhece os direitos da **CONTRATANTE** nos casos de rescisão previstos no artigo 77 da Lei nº. 8666/93.

14 – DA DECLARAÇÃO DE NULIDADE DO CONTRATO

14.1 – A declaração de nulidade deste contrato opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que este, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

14.2 – A nulidade não exonera o **CONTRATANTE** do dever de indenizar a **CONTRATADA** pelo que esta houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos, regularmente comprovados, contanto que não lhe sejam imputáveis, cabendo ao **CONTRATANTE** promover a responsabilidade de quem deu causa à nulidade.

15 – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

15.1 – O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei nº. 10.520/02, e Lei nº. 8.666/93.

16 – TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS

16.1 – A troca eventual de documentos e cartas entre a **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

17– VIGÊNCIA DO CONTRATO

17.1 – A vigência do contrato será da data de assinatura do mesmo até o período de um ano a partir da assinatura do contrato.

18 – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ**

18.1 – Este contrato vincula as partes ao Processo Licitatório nº. 007/2015 – PREGÃO PRESENCIAL nº. 007/2015 e a proposta da **CONTRATADA**.

19 – FORO

19.1 – Fica eleito o foro da Comarca de Imaruí para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito. Imaruí, ____ de _____ de 2015.

MANOEL VIANA DE SOUZA
Prefeito Municipal
Contratante

XXXXXXXXXXXXXXXXXX
Empresa
Contratada

TESTEMUNHAS

Nome _____
CPF _____

Nome _____
CPF _____



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

ANEXO V
AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2015

Nome da Empresa:
Endereço:
CNPJ:
Telefone:
Responsável pela empresa:
Pregão 007/2015

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Item	DESCRIÇÃO	Und.	Qntd.	Preço Unidade	Preço Total
1	Tubo de concreto de 0,20 x 1,00 simples. Apresentar laudo de resistência a compressão diametral conforme NBR 8890 da ABNT, expedido por laboratório e assinado por profissional habilitado, devendo o laudo estar em nome da proponente. Somente serão aceito laudos emitidos até 180 (cento e oitenta) dias anteriores a data da apresentação da proposta.	UN			
2	Tubo de concreto de 0,30 x 1,00 simples. Apresentar laudo de resistência a compressão diametral conforme NBR 8890 da ABNT, expedido por laboratório e assinado por profissional habilitado, devendo o laudo estar em nome da proponente. Somente serão aceito laudos emitidos até 180 (cento e oitenta) dias anteriores a data da apresentação da proposta.	UN			



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

3	Tubo de concreto de 0,40 x 1,00 simples. Apresentar laudo de resistência a compressão diametral conforme NBR 8890 da ABNT, expedido por laboratório e assinado por profissional habilitado, devendo o laudo estar em nome da proponente. Somente serão aceito laudos emitidos até 180 (cento e oitenta) dias anteriores a data da apresentação da proposta.	UN			
4	Tubo de concreto de 0,50 x 1,00 simples. Apresentar laudo de resistência a compressão diametral conforme NBR 8890 da ABNT, expedido por laboratório e assinado por profissional habilitado, devendo o laudo estar em nome da proponente. Somente serão aceito laudos emitidos até 180 (cento e oitenta) dias anteriores a data da apresentação da proposta.	UN	700		
5	Tubo de concreto de 0,60 x 1,00 simples. Apresentar laudo de resistência a compressão diametral conforme NBR 8890 da ABNT, expedido por laboratório e assinado por profissional habilitado, devendo o laudo estar em nome da proponente. Somente serão aceito laudos emitidos até 180 (cento e oitenta) dias anteriores a data da apresentação da proposta.	UN	800		
6	Tubo de concreto de 0,80 x 1,00 simples. Apresentar laudo de resistência a compressão diametral conforme NBR 8890 da ABNT, expedido por laboratório e assinado por profissional habilitado, devendo o laudo estar em nome da proponente. Somente serão aceito laudos emitidos até 180 (cento e oitenta) dias anteriores a data da apresentação da proposta.	UN	400		



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

7	Tubo de concreto de 0,80 x 1,00 com armação. (PA1) Apresentar laudo de resistência a compressão diametral conforme NBR 8890 da ABNT, expedido por laboratório e assinado por profissional habilitado, devendo o laudo estar em nome da proponente. Somente serão aceito laudos emitidos até 180 (cento e oitenta) dias anteriores a data da apresentação da proposta.	UN			
8	Tubo de concreto de 1,00 x 1,00 simples. Apresentar laudo de resistência a compressão diametral conforme NBR 8890 da ABNT, expedido por laboratório e assinado por profissional habilitado, devendo o laudo estar em nome da proponente. Somente serão aceito laudos emitidos até 180 (cento e oitenta) dias anteriores a data da apresentação da proposta.	UN			
9	Tubo de concreto de 1,00 x 1,00 com armação. (PA1) Apresentar laudo de resistência a compressão diametral conforme NBR 8890 da ABNT, expedido por laboratório e assinado por profissional habilitado, devendo o laudo estar em nome da proponente. Somente serão aceito laudos emitidos até 180 (cento e oitenta) dias anteriores a data da apresentação da proposta.	UN			
				Valor Total	R\$

Valor Por extenso R\$: _____

Validade da Proposta

Assinatura do Representante

Carimbo da empresa



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ**

**ANEXO VI
AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2015**

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO

(NOME DA EMPRESA) _____, CNPJ N.
_____, sediada _____ (endereço completo)
_____, declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem
fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de
declarar ocorrências posteriores.

Local e data

Nome e número da identidade do declarante
N. DO CNPJ



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ**

**ANEXO VII
AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2015**

(Deve ser apresentado dentro do envelope de habilitação)

**MODELO DE DECLARAÇÃO EM CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

..... inscrita no CNPJ n., por intermédio de seu representante legal, Sr. (a) portador (a) da Carteira de Identidade n.º CPF n.
..... DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva:

Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz (...).

Data

Representante Legal

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

ANEXO VIII AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2015

TERMO DE REFERÊNCIA

1. JUSTIFICATIVA

1.1. O município de Imaruí possui aproximadamente 800 km de estradas de chão batido em toda a sua extensão, que são utilizados diariamente por toda a população, sendo assim de suma importância a aquisição de Tubos de concreto, que são utilizados pela Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, para realizar o serviço de drenagem das estradas, melhorando com isso as condições de trafegabilidade das mesmas.

As estradas de chão batido sem a utilização dos Tubos de concreto para realizar o serviço de drenagem, irão ficar sem condições de tráfego após as chuvas, pois a água decorrente das mesmas, não terá por onde escoar, impossibilitando assim a utilização das estradas pela população, e ainda piorando muito o seu estado de conservação.

Fica exposto a importância da abertura de licitação para compra de Tubos de Concreto.

2. DO OBJETO

2.1. Constitui objeto deste Termo de Referência com vista à aquisição de Tubos de Concreto para uso da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

3. CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO

3.1. O Objeto desta licitação se enquadra nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002, por se tratar de bens e serviços comuns, com características e especificações usuais de mercado.

3.2. Embora a Lei do Pregão nos forneça um conceito do tipo aberto sobre o que seja comum, após analisar três aspectos, quais sejam: a possibilidade de padronizar o objeto por meio de critérios objetivos de desempenho e qualidade comuns no mercado correspondente; se havia disponibilidade neste mercado destes equipamentos, e, verificado se as especificações adotadas eram usuais neste mesmo mercado, a presente aquisição foi considerada comum.

4. DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS E PREÇO ESTIMADO

4.1. O presente termo de referência tem como objeto a aquisição de Tubos de concreto, conforme especificações abaixo:

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ**

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QNT	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	Tubo de concreto de 0,20 x 1,00 simples. Apresentar laudo de resistência a compressão diametral conforme NBR 8890 da ABNT, expedido por laboratório e assinado por profissional habilitado, devendo o laudo estar em nome da proponente. Somente serão aceito laudos emitidos até 180 (cento e oitenta) dias anteriores a data da apresentação da proposta.	Un	500	R\$ 20,86	R\$ 10.430,00
2	Tubo de concreto de 0,30 x 1,00 simples. Apresentar laudo de resistência a compressão diametral conforme NBR 8890 da ABNT, expedido por laboratório e assinado por profissional habilitado, devendo o laudo estar em nome da proponente. Somente serão aceito laudos emitidos até 180 (cento e oitenta) dias anteriores a data da apresentação da proposta.	Un	500	R\$ 29,70	R\$ 14.850,00
3	Tubo de concreto de 0,40 x 1,00 simples. Apresentar laudo de resistência a compressão diametral conforme NBR 8890 da ABNT, expedido por laboratório e assinado por profissional habilitado, devendo o laudo estar em nome da proponente. Somente serão aceito laudos emitidos até 180 (cento e oitenta) dias anteriores a data da apresentação da proposta.	Un	600	R\$ 39,46	R\$ 23.676,00
4	Tubo de concreto de 0,50 x 1,00 simples. Apresentar laudo de resistência a compressão diametral conforme NBR 8890 da ABNT, expedido por laboratório e assinado por profissional habilitado, devendo o laudo estar em nome da proponente. Somente serão aceito laudos emitidos até 180 (cento e oitenta) dias anteriores a data da apresentação da proposta.	Un	700	R\$ 53,80	R\$ 37.660,00
5	Tubo de concreto de 0,60 x 1,00 simples. Apresentar laudo de resistência a compressão diametral conforme NBR 8890 da ABNT, expedido por laboratório e assinado por profissional habilitado, devendo o laudo estar em nome da proponente. Somente serão aceito laudos emitidos até 180 (cento e oitenta) dias anteriores a data da apresentação da proposta.	Un	800	R\$ 68,43	R\$ 54.744,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

6	Tubo de concreto de 0,80 x 1,00 simples. Apresentar laudo de resistência a compressão diametral conforme NBR 8890 da ABNT, expedido por laboratório e assinado por profissional habilitado, devendo o laudo estar em nome da proponente. Somente serão aceito laudos emitidos até 180 (cento e oitenta) dias anteriores a data da apresentação da proposta.	Un	200	R\$ 146,30	R\$ 29.260,00
7	Tubo de concreto de 0,80 x 1,00 com armação. (PA1) Apresentar laudo de resistência a compressão diametral conforme NBR 8890 da ABNT, expedido por laboratório e assinado por profissional habilitado, devendo o laudo estar em nome da proponente. Somente serão aceito laudos emitidos até 180 (cento e oitenta) dias anteriores a data da apresentação da proposta.	Un	200	R\$ 189,73	R\$ 37.946,00
8	Tubo de concreto de 1,00 x 1,00 simples. Apresentar laudo de resistência a compressão diametral conforme NBR 8890 da ABNT, expedido por laboratório e assinado por profissional habilitado, devendo o laudo estar em nome da proponente. Somente serão aceito laudos emitidos até 180 (cento e oitenta) dias anteriores a data da apresentação da proposta.	Un	200	R\$ 163,76	R\$ 32.752,00
9	Tubo de concreto de 1,00 x 1,00 com armação. (PA1) Apresentar laudo de resistência a compressão diametral conforme NBR 8890 da ABNT, expedido por laboratório e assinado por profissional habilitado, devendo o laudo estar em nome da proponente. Somente serão aceito laudos emitidos até 180 (cento e oitenta) dias anteriores a data da apresentação da proposta.	Un	200	R\$ 228,13	R\$ 45.626,00
				VALOR TOTAL	R\$ 286.944,00

5. DO PRAZO, LOCAL, FORMA DE ENTREGA E ARMAZENAMENTO

5.1. A empresa vencedora deverá efetuar entrega do objeto da presente licitação, nas quantidades consignadas de acordo com as especificações descritas no Termo de Referência, na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, localizada na Avenida Alceu Rochadel da Silva, S/N, Centro, Imaruí - SC.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

5.2. A empresa vencedora deverá efetuar entrega do objeto da presente licitação no prazo máximo de 03 (três) dias úteis.

5.3. Todos os prazos deverão ser contados, em dias úteis, a partir da efetiva assinatura do contrato ou da solicitação formal da Administração, conforme cada caso, nas quantidades, de acordo com as especificações e no local previsto neste Termo de Referência, acompanhados das respectivas notas fiscais.

5.4. Para fins de entrega dos materiais, deverão ser observados critérios objetivos como quantidades previstas, atendimento ao prazo de entrega estipulado, atendimento às especificações técnicas, demais documentos e garantias do objeto constante do Termo de Referência.

5.5. A entrega dos Objetos será acompanhada e fiscalizada por representante a ser indicado pela CONTRATANTE, com vistas à verificação da conformidade dos objetivos com as especificações constantes neste Termo de Referência.

5.6. O armazenamento dos Objetos serão efetuados pela CONTRATANTE em locais secos e arejados.

6. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1. O recebimento será realizado no prazo máximo de até 03 (três) dias úteis contados a partir da entrega definitiva pela contratada, após verificação de sua compatibilidade com as especificações descritas no item nº 4 (Descrição dos materiais e preço estimado) neste Termo de Referência, e sua consequente aceitação mediante emissão de Termo de Recebimento, assinado pelas partes (Representante Fiscal e Contratada).

6.2. A verificação da conformidade das entregas com as especificações constantes neste Termo de Referência será realizada mediante análise de documentos fornecidos pela contratada e/ou através de conferência do Objeto.

6.3. No caso de Objetos entregues em desconformidade com o especificado neste Termo de Referência, a empresa fornecedora deverá substituí-los no prazo não superior a 10 (dez) dias corridas da comunicação realizada pela CONTRATANTE, correndo tais custos de substituição, se ocorrerem, por conta da própria empresa.

6.4. Todos os materiais entregues deverão ser acompanhados de nota fiscal dos produtos com o nome e caracterização clara e precisa. Deverá conter também o número da Nota de Empenho emitida pela CONTRATANTE.

7. OBRIGAÇÃO DA CONTRATANTE

7.1. A contratante comprometer-se-á:

7.1.1. Proporcionar todas as facilidades para a contratada executar o fornecimento do objeto do Edital.

7.1.2. Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto do Edital, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas.

7.1.3. Comunicar prontamente à contratada qualquer anormalidade na execução do objeto, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas no Edital.

7.1.4. Fornecer à contratada todo tipo de informação interna essencial à realização dos fornecimentos.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

7.1.5. Conferir toda a documentação técnica gerada e apresentada durante a execução do objeto, efetuando o seu atesto quando a mesma estiver em conformidade com os padrões de informação e qualidade exigidos.

7.1.6. Homologar os fornecimentos executados quando os mesmos estiverem de acordo com o especifica no Edital.

7.1.7 Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com o estabelecido no item 14 deste Termo de Referência.

8. RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Oferecer materiais conforme especificação da Norma Brasileira ABNT NBR 8890/2007.

8.2. Atender a solicitação da Contratante no prazo Máximo de 03 (três) dias úteis, a contar da data da solicitação a ser efetiva pelo Setor de Compras do Município.

8.3. Fornecedor de todo o material necessário á execução dos serviços:

8.4. É de Responsabilidade da empresa todo a qualquer prejuízo causado ao patrimônio da Secretaria Usuária ou a terceiros por qualquer de seus funcionários, representante ou preposto.

8.5. São de responsabilidade da empresa as obrigações sociais, trabalhistas, encargos previdência, inclusive seguro de acidentes de trabalho ou outro necessário, como também o ônus de indenizar todo e qualquer prejuízo pessoal ou material que possa advir direta ou indiretamente a Secretária Usuária ou a terceiro, no exercício de sua atividade.

8.6. É responsabilidade da empresa todo o imposto, taxa, licenças e registro em órgãos públicos municipais, estaduais ou federais que se fizerem necessários, devendo apresentar a Secretaria Usuária as guias de recolhimento do INSS, FGTS e outros, e certidões necessárias;

8.7. A empresa devesa afastar, sempre que exigido pela Secretaria Usuária, de forma incontinente, qualquer empregado cuja atuação, permanência ou comportamento seja inconveniente ou insatisfatório ao bom atendimento ou ao interesse do serviço Público;

8.8. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem previa anuência do Poder Executivo Municipal.

9. DO CONTRATO

9.1. Após a homologação da licitação, será firmado Termo de Contrato continuado, cujo prazo de vigência é de 12 meses contados da data de assinaturas, prorrogável na forma do art. 57, I, da Lei nº 8.666/93.

10. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

10.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designada um representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

11. DA GARANTIA

11.1. A empresa contratada deverá fornecer os materiais requisitados conforme especificação da Norma Brasileira ABNT NBR 8890/2007.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento do valor do objeto contratado será efetuado, mediante apresentação de nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo órgão encarregado pelo gerenciamento e fiscalização das entregas e/ou juntamente anexada com a respectiva autorização de fornecimento assinada pela autoridade competente em até 30 (trinta) dias.

12.2. Caso o produto seja recusado ou o correspondente documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data de regularização da entrega ou do documento fiscal.

13. DO VALOR E REAJUSTE

13.1. Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada.

14. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1 Conforme formulação do artigo 7, paragrafo 2º, do Decreto nº 7.892/13, na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil. **14.1.1** Por tratar-se de licitação para aquisição através de Sistema de Registro de Preço as despesas decorrentes das contratações feitas dos fornecedores detentores de preços registrados com a Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos correrão a conta do orçamento 2014/2015 da Prefeitura Municipal de Imaruí. A indicação do recurso detalhado para fazer frente à obrigação assumida quando da efetiva contratação serão disponibilizadas na Autorização de Fornecimento emitida pelo órgão solicitante.

15. MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. O licitante que deixar de entregar quaisquer documentos exigidos no Edital ou apresentar documentação falsa para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta ou lance, não celebrar a Ata de Registro de Preço, o contrato ou instrumento equivalente dentro do prazo de validade de sua proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantida a prévia defesa, sem prejuízo da multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação e das demais cominações legais.

15.2. O licitante sujeitar-se-á, ainda, as sanções de advertência, multa e declaração de inidoneidade, sendo que poderão ser cumuladas com multa, sem prejuízo da rescisão contratual.

15.3. As multas poderão ser cumulativas, reiteradas e aplicadas em dobro, sempre que se repetir o motivo.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

15.4. No descumprimento de quaisquer obrigações licitatórias/contratuais, poderá ser aplicada uma multa indenizatória de 10% (dez por cento) do valor total do objeto licitado/contratado.

15.5. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da(s) fatura(s), cobrada(s) judicialmente ou extrajudicialmente, a critério do Município.

15.6. Da intenção de aplicação de quaisquer das penalidades previstas, será concedido prazo para defesa prévia de 05 (cinco) dias úteis a contar da notificação.

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2015**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ**

Rua José Inácio da Rocha, 109 – Centro
88770-000 - Imaruá/SC

**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2015**

Processo Licitatório nº. 008/2015
Processo Administrativo nº 049/2014

Regência: Lei 10.520/2002, lei 8.666/93 e alterações, Decreto nº 3.555/00, Decreto Municipal nº. 058/2009 e Lei Complementar 123/2006.

OBJETO:

REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA
REFORMA DE BOTE INFLÁVEL DO PROJETO SEGUNDO TEMPO
NAVEGAR

O Edital e seus anexos poderão ser retirados no Setor de Licitações, na Prefeitura Municipal de Imaruá. Também estará disponível, através do site oficial do município no endereço www.imarui.sc.gov.br.

Mais informações podem ser obtidas pelo telefone: (48) 3643-0161, através do e-mail licitacao@imarui.sc.gov.br e no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Imaruá, na Rua José Inácio da Rocha, nº 109, Centro - Imaruá - Santa Catarina no horário de expediente.

Imaruá, 26 de janeiro de 2015.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL PMI Nº. 008/2015

PREÂMBULO

TÍTULO: PREGÃO PRESENCIAL - Registro de preço para contratação de empresa para reforma de bote inflável do Projeto Segundo Tempo Navegar

Tipo de Licitação: Menor preço

Forma de Julgamento: Por item

Regência: Lei 10.520/2002, lei 8.666/93 e alterações, Decreto nº 3.555/00, Decreto Municipal nº. 058/2009 e Lei Complementar 123/2006.

Data e horário de apresentação dos envelopes: Até às 15h50min horas do dia 13/02/2015

Data e horário da abertura dos envelopes: Dia 13/02/2015, às 16h00min.

Local de apresentação e abertura dos envelopes: no Setor de Licitação, na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua José Inácio da Rocha, nº. 109 - Centro, na cidade de Imaruí, Estado de Santa Catarina.

Secretaria Usuária: Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

O **MUNICÍPIO DE IMARUÍ**, em conformidade com a legislação e normas pertinentes, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, sob a modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo Menor preço Por item, dispondo no presente Edital as condições de sua realização.

O Edital se encontrará disponível, no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Imaruí, no horário de expediente, e disponível, na íntegra, no site oficial do município através do endereço www.imarui.sc.gov.br.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Licitação tem por objeto o registro de preço para contratação de empresa para reforma de bote inflável do Projeto Segundo Tempo Navegar **ANEXO V** - Proposta de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações que deles poderão advir facultando-se a realização de licitação específica para o objeto pretendido, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência na contratação em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

2. DA APRESENTAÇÃO

2.1. No dia, hora e local designados no preâmbulo deste Edital, o (a) Pregoeiro (a) e/ou a sua equipe de apoio receberá (ao) os envelopes contendo as "Propostas" e os "Documentos de Habilitação", em envelopes distintos, fechados e lacrados, contendo na parte externa, a seguinte identificação:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ
PREGÃO PRESENCIAL PMI Nº. 008/2015
ENVELOPE Nº. 01 - PROPOSTA DE PREÇOS
RAZÃO SOCIAL:



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ
PREGÃO PRESENCIAL PMI Nº. 008/2015
ENVELOPE Nº. 02 - HABILITAÇÃO
RAZÃO SOCIAL:

3. CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO

3.1. Os dois envelopes (proposta de preços e habilitação), e os documentos (apresentados fora dos envelopes), que são: **Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação (ANEXO II)** e a certidão simplificada da Junta Comercial do Estado para comprovação do seu enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte (se for o caso) deverão ser entregues no início da sessão de abertura dos envelopes e julgamento, conforme data e horário estabelecido no preâmbulo deste edital.

3.1.1. A entrega também poderá ser efetuada na forma abaixo:

a) no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Imaruí, Rua José Inácio da Rocha, 109, Centro, Imaruí/SC, até a hora e data determinadas no preâmbulo deste edital;

b) através dos Correios, desde que entregues no Setor de Licitações até a data e hora definidas no preâmbulo deste Edital. Neste caso, os envelopes nº 01 (proposta de preços) e nº 02 (habilitação) e, ainda, a declaração prevista no subitem 3.2 e a certidão (se for o caso) previstas no subitem 3.3 deverão estar dentro de um terceiro envelope, postado para o seguinte endereço e identificação: Prefeitura municipal de Imaruí, Rua José Inácio da Rocha, 109, Centro – Imaruí/SC, CEP – 88770-000; A/C Pregoeiro do Pregão Presencial Nº 008/2015

3.1.1.1. Não havendo representante devidamente credenciado na sessão de abertura dos envelopes e julgamento, acarretará no impedimento do licitante participar da fase de lances e de exercer o direito de recurso.

3.2. A declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação deverá ser datilografada ou digitada, preferencialmente em papel timbrado e nela deverá constar o nome do licitante, endereço, CNPJ, a declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no título 5 do edital do pregão nº 008/2015 e o nome e assinatura do responsável.

3.3. As microempresas e empresas de pequeno porte que quiserem postergar a comprovação da regularidade fiscal para o momento da assinatura do contrato e ter preferência no critério de desempate quando do julgamento das propostas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deverão apresentar no credenciamento a certidão simplificada da Junta Comercial do Estado, emitida em até 90 dias da data da entrega dos envelopes, para comprovação do seu enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte.

3.4. Não poderão participar desta licitação e nem serão consideradas licitantes as empresas que entregarem o envelope após o horário estabelecido e/ou não entregarem a **declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação (Anexo II)**.

3.5. Serão admitidos a participar desta Licitação os que estejam legalmente estabelecidos à forma da Lei, para os fins do objeto pleiteado.

3.6. É vedada a qualquer pessoa física ou jurídica a representação, na presente Licitação, de mais de uma empresa.

3.7. Será admitida, em todas as etapas da Licitação, a presença de somente um representante de cada proponente.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

3.8. A proponente deverá apresentar, inicialmente e separado dos envelopes, documento com a indicação do representante credenciado, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da empresa proponente.

3.8.1 O credenciamento far-se-á por meio de:

a) Instrumento público de procuração e documento de identificação do representante com foto; ou
b) Instrumento particular com firma reconhecida, acompanhado de cópia autenticada do respectivo Estatuto ou Contrato Social (ou cópia simples, acompanhada dos originais para ser autenticada pelo Pregoeiro em sessão) e documento de identificação com foto do representante; ou.

c) Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, deverá apresentar a cópia autenticada do respectivo Estatuto ou Contrato Social (ou cópia simples, acompanhada dos originais para ser autenticada pelo Pregoeiro em sessão), no qual estejam expressos seus poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e documento de identificação com foto.

3.8.2 Os documentos apresentados nos subitens de 3.8.1, alíneas "a", "b" e "c" deverão ser originais, ou, se a proponente preferir apresentá-los em fotocópia, a mesma deverá estar autenticada (ou acompanhada pelo original para possível autenticação em sessão pelo pregoeiro).

3.8.3 Segue modelo (Anexo I).

3.9. Somente poderão se manifestar no transcorrer das reuniões, os representantes das proponentes, desde que devidamente credenciados.

3.10. Não será admitida nesta Licitação a participação de empresas que estejam reunidas em consórcio e seja controladora, coligadas ou subsidiárias, entre si, ou ainda, qualquer que seja sua forma de constituição, e estrangeiras que não funcionem no país.

4. DA PROPOSTA DE PREÇOS

4.1. A Proposta de Preços confida no Envelope nº. 01 deverá ser apresentada na forma e requisitos indicados nos subitens a seguir:

a) preferencialmente emitida por computador ou datilografada, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas devidamente assinados pelo responsável da empresa representada em 01 (uma) via.

b) conter Razão Social completa e CNPJ da licitante. Havendo matriz ou filial sediada no Estado de Santa Catarina o Município dará preferência pela emissão de nota fiscal por aquela aqui sediada.

4.2. A proposta de preços original deverá conter OBRIGATORIAMENTE A MARCA E O VALOR UNITÁRIO DO ITEM, não podendo ultrapassar o valor máximo unitário previsto, sob pena de desclassificação.

4.2.1 Deverá ser proposta apenas 01 (uma) marca para cada item.

4.2.2 Os preços deverão ser apresentados em moeda corrente nacional, com no máximo 02 (duas) casas decimais após a vírgula, computados os tributos de qualquer natureza incidentes sobre o objeto a ser fornecido, bem como, o custo de Transporte, inclusive carga e descarga, correndo tal operação, única e exclusivamente por conta, risco e responsabilidade da empresa vencedora desta Licitação.

4.3. O prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias, contados da data limite para a entrega dos envelopes.

4.4. A apresentação da proposta será considerada como evidência de que a licitante EXAMINOU CRITERIOSAMENTE OS DOCUMENTOS DESTA EDITAL, SEUS ANEXOS e que os produtos que foram cotados apresentam todas as características e especificações mínimas exigidas na folha proposta de preços, conforme ANEXO V do Edital.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

4.5. A apresentação de proposta de preço implica na plena aceitação, por parte da proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

4.6. Na omissão dos prazos de execução, pagamento, garantia e validade da proposta, serão considerados os constantes do edital e na divergência entre o preço unitário e total, prevalecerá o preço unitário.

Parágrafo Único - Preferencialmente, e exclusivamente para facilitar o julgamento por parte do Pregoeiro, solicita-se às licitantes que apresentem suas propostas conforme o ANEXO V.

5. DA HABILITAÇÃO

5.1. A proponente deverá apresentar o envelope nº. 02 "HABILITAÇÃO", em 01 (uma) via contendo os seguintes documentos:

5.1.1 Habilitação Jurídica:

5.1.1.1 Registro Comercial, no caso de empresa individual, ou;

5.1.1.2 Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;

5.1.1.3 Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício, ou;

5.1.1.4 Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e Ato de Registro ou Autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

5.1.1.5 Será obrigatório, sob pena de inabilitação, que a licitante tenham em seus atos constitutivos/objeto social as atividades compatíveis com o objeto deste Edital.

OBS: Nos casos em que a licitante apresentar um dos documentos constantes da cláusula quinta, subitens 5.1.1.1 à 5.1.1.4 na fase de Credenciamento, a mesma fica dispensada de apresentá-lo na fase de Habilitação.

5.1.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista:

5.1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

5.1.2.2. Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais e Certidão Quanto à Dívida Ativa da União - Conjunta;

5.1.2.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

5.1.2.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal;

5.1.2.5. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, demonstrando a situação regular no cumprimento dos encargos instituídos por Lei.

5.1.2.6. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social - INSS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.

5.1.2.7. Declaração em cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

5.1.2.8. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

Observação: As certidões negativas deverão ser do domicílio ou sede da licitante.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

5.1.3 Qualificação Econômica - Financeira:

5.1.3.1. Certidão negativa de falência e concordata, expedida pelo cartório distribuidor da sede da licitante;

5.1.4 Qualificação Técnica:

5.1.4.1. Declaração do licitante que não há nenhum fato impeditivo de sua participação no certame;

5.2. Ao Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar da licitante, em qualquer tempo, no curso da Licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhe prazo para atendimento.

5.3. A falta de quaisquer dos documentos exigidos no Edital, implicará inabilitação da licitante, sendo vedada, sob qualquer pretexto, a concessão de prazo para complementação da documentação exigida para a habilitação. (exceto Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que tenham apresentado a Certidão expedida pela Junta Comercial adquirindo o direito da LC 123/2006).

5.4. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

5.5. A documentação de habilitação deverá ser apresentada em nome da licitante que será responsável pela execução do contrato e faturamento, com o mesmo número do CNPJ e endereço. Serão aceitos documentos com a mesma razão social, porém CNPJ e endereço diverso quando os mesmos tiverem validade para todas as filiais e matriz.

OBSERVAÇÃO

A) Os documentos necessários à Habilitação deverão ser preferencialmente, apresentados conforme a seqüência acima mencionada, e poderão ser apresentados em original, ou, se preferir, deverá ser apresentado por qualquer processo de cópia autenticada, ou publicação em órgão da imprensa oficial. Os documentos que forem apresentados em original não serão devolvidos, e passarão a fazer parte integrante deste processo licitatório.

B) Os documentos somente poderão ser autenticados por servidor da Administração.

C) Quando se tratar de cópia de documento obtido através da Internet, este não precisa ser autenticado, uma vez que terá sua validade confirmada pelo Pregoeiro e equipe de apoio.

6. CONDIÇÕES GERAIS

6.1. Os envelopes contendo a "Proposta de Preços" e os "Documentos de Habilitação" deverão ser entregues junto ao Setor de Licitações, na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua José Inácio da Rocha, 109, Centro, CEP 88770-000 na cidade de Imaruí/SC, em dias úteis e no horário de expediente.

6.2. Os recursos decorrentes deste processo licitatório serão recebidos, analisados e julgados de acordo com a legislação vigente.

6.3. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF.

6.4. Ao apresentar proposta a proponente se obriga aos termos do presente Edital.

6.5. O Edital encontra-se disponível para retirada no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal situada na Rua José Inácio da Rocha, 109, Centro, CEP 88.770-000, Município de Imaruí/SC, cujas informações poderão ser obtidas em dias úteis, no horário de expediente 13h00min às 19h00min, através do telefone/fax: (48)3643-0161 ou ainda por e-mail: licitacao@imarui.sc.gov.br.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

7. DA ABERTURA E JULGAMENTO

7.1. No dia, horário e local indicado no preâmbulo do Edital, o Pregoeiro e a equipe de apoio reunir-se-ão em sala própria, na presença dos representantes de cada proponente participante, procedendo como adiante indicado.

7.2. Realizar-se-á o credenciamento dos interessados ou de seus representantes, que consistirá na comprovação de que possui poderes para formulação de ofertas e lances verbais, para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame, conforme Cláusula Terceira do presente Edital.

7.2.1. A não comprovação de que o interessado ou seu representante legal possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a licitante de ofertar lances verbais, lavrando-se em ata o ocorrido.

7.3. Deverá ser apresentada, ainda, a Declaração para Habilitação e a comprovação de que a licitante é Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (se for o caso) enquadrada na forma da Lei Complementar 123/2006, sob pena de ser desconsiderada tal condição.

7.4. Abrir-se-ão os envelopes nº. 01 "PROPOSTA DE PREÇOS" das empresas que entregaram os envelopes até o dia e horário indicado aprazado no Edital.

7.4.1. O pregoeiro e a equipe de apoio rubricarão e submeterão a rubrica de todas as proponentes os documentos contidos no certame. O Pregoeiro procederá à verificação do conteúdo do envelope nº 01, em conformidade com as exigências contidas neste Edital.

7.4.2. O Pregoeiro classificará a proponente que apresentar a proposta de Menor preço Por item e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) relativamente à proposta de preço de menor valor; ou classificará as 03 (três) propostas de preços de menor valor apresentadas pelas proponentes, quando não ocorrer pelo menos 03 (três) ofertas no intervalo de 10% (dez por cento), excetuadas aquelas propostas que estão superiores ao valor máximo estipulado no edital.

7.4.3. Às proponentes classificadas, conforme subitem anterior será dada a oportunidade para disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior preço.

7.4.3.1 A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente de preços.

7.4.3.2. Fica a encargo do Pregoeiro a fixação de parâmetros mínimos de valores sobre os lances verbais, podendo, inclusive, alterá-los no curso da sessão (estipulação de valores mínimos entre um lance e outro).

7.4.3.3. O Pregoeiro poderá fixar tempo máximo para que as licitantes calculem e ofereçam novos lances.

7.4.3.4. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

7.4.3.5. A ocorrência de oferta de lance com vista ao empate implicará na classificação preferencial da proponente que ofertou o menor valor anteriormente, na sua vez de oferta.

7.4.3.6. Dos lances ofertados não caberá retratação.

7.4.3.7. A proponente que desistir de apresentar lance verbal quando convocado pelo Pregoeiro, será excluída da etapa de lances verbais, mantendo-se o último preço apresentado pela mesma, para efeito de ordenação das propostas.

7.4.4. Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro fará a classificação provisória pela ordem crescente dos preços apresentados.

7.4.5. Procedida à classificação e verificada que o melhor preço foi apresentado por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte licitante, o Pregoeiro abrirá o seu envelope de habilitação, e caso a habilitação fiscal não estiver regular, o mesmo intimará a licitante para no prazo de 02 (dois) dias



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

úteis, prorrogáveis por igual período, mediante requerimento justificado, proceder à regularização da documentação mediante apresentação das respectivas certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.4.6. Regularizada a habilitação fiscal pela licitante Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, a mesma será declarada vencedora do certame.

7.4.7. Caso não ocorra à regularização da habilitação fiscal da licitante Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, no prazo concedido, a mesma será declarada excluída do certame, aplicando-se-lhe a penalidade de que trata o no item "Das sanções administrativas" deste Edital, e retomando a licitação na forma do item 7.4.5 ou do item 7.4.8..

7.4.8. Procedida à classificação provisória e verificada que o melhor preço/lance não foi apresentado por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte licitante, o Pregoeiro verificará o eventual empate legal das propostas, na forma do parágrafo 2º do art. 44 da LC 123/2006, para aplicação do disposto no art. 45 daquele Diploma Legal.

7.4.9. Ocorrendo empate fictício, na forma da lei, o Pregoeiro procederá da seguinte forma:

I - a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da classificação provisória, situação em que, após a verificação da regularidade fiscal (na forma dos itens anteriores), será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

II - não ocorrendo à contratação da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, na forma do inciso I deste item, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do parágrafo 2º do art. 44 da LC 123/2006, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III - no caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos no parágrafo 2º do art. 44 da LC 123/2006, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.4.10. O prazo para apresentação de nova proposta será de até 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do direito de inovar em seu preço (art. 45, parágrafo 3º da LC 123/2006).

7.4.11. Na hipótese de não-contratação nos termos previstos no caput do artigo 45 da LC 123/2006, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.4.12. Será assegurado, como critério inicial de desempate, preferência de contratação para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

7.4.13. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas às propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da proposta da primeira classificada por item, lote ou global (conforme o caso), quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

7.4.14. Será desclassificada a proponente que:

a) deixar de atender a alguma exigência constante deste Edital;

b) apresentar oferta de vantagem não prevista no Edital ou vantagem baseada nas propostas dos demais proponentes;

c) apresentar preços manifestamente inexeqüíveis ou que ultrapassem o valor máximo unitário, estipulado no Edital (artigo 4º, inciso VII da Lei 10.520/2002).

7.4.15. Para fins de aferição de inexeqüibilidade das propostas, o Pregoeiro determinará que a licitante deverá fazer prova de que possui condições de cumprir o objeto do Edital, através da planilha pormenorizada com a devida comprovação (documentos, notas fiscais, recibos, etc...) que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado, na forma do artigo 48, inciso II, da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

7.4.16. Sendo aceitável a proposta de menor preço por item será aberto o envelope contendo a Documentação de Habilitação da licitante vencedora, para confirmação das suas condições habilitatórias, com base nas exigências constantes neste Edital.

7.5. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarada a proponente vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto definido neste Edital e seus Anexos.

7.5.1. Será julgada inabilitada a proponente que:

- a)** deixar de atender alguma exigência constante do presente Edital,
- b)** apresentar declaração ou documentação que contenha qualquer vício de ordem formal.

7.5.2. Em face dos artigos 42 e 43 da Lei Complementar 123/2006, o Pregoeiro adotará o seguinte procedimento quando a vencedora for Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte:

a) serão analisados os documentos não integrantes da regularidade fiscal, decidindo-se sobre o atendimento das exigências constantes do Edital, de forma que serão inabilitados os licitantes que apresentarem irregularidades em relação a estas exigências;

b) serão analisados os documentos relativos à regularidade fiscal, declarando-se:

- b.1)** o atendimento das exigências constantes do Edital com a respectiva habilitação; ou
- b.2)** o desatendimento das exigências constantes do Edital com a suspensão do julgamento da habilitação fiscal em relação aquela Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte licitante, para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, prorrogáveis por igual período, mediante requerimento justificado, proceder à regularização da documentação mediante apresentação das respectivas certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa.

7.5.2.1. Ocorrendo a Situação estabelecida na alínea "b.2" acima, o licitante Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte poderá se manifestar, na própria reunião, sob pena de decadência, sobre a desistência de sua proposta acaso não vislumbre a possibilidade de regularização da habilitação fiscal na forma da lei, isentando-se de eventual penalização em caso de ser declarada vencedora do certame.

7.6. Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro declarará a vencedora, proporcionando a seguir, a oportunidade às licitantes para que se manifestem acerca da intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta desta manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte das licitantes, registrando na Ata da Sessão, a síntese dos motivos para a futura impetração de recurso, bem como o registro de que todos os demais licitantes ficaram intimadas para, querendo, se manifestar sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias consecutivos, após o término do prazo do recorrente para juntada de memoriais - razões de recursos do recorrente - nos termos do art. 4º XVIII da Lei n. 10.520/02, proporcionando-se a todos, vista imediata do processo no Setor de Licitação.

7.7. A ausência da proponente ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á renúncia ao direito de recorrer.

7.8. Da reunião lavrar-se-á Ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá obrigatoriamente ser assinada pelo Pregoeiro, equipe de apoio e a(s) licitante(s) presente(s).

7.9. Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, os licitantes presentes.

7.10. Não considerar-se-á qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital e seus Anexos.

7.11. A presente licitação para os efeitos de julgamento será do tipo "MENOR PREÇO" considerando-se o Menor preço Por item para fins da escolha mais vantajosa para a municipalidade.

7.12. Em caso de dúvidas a respeito das características do produto cotado (se atende ao exigido no Edital), o (a) pregoeiro (a) poderá exigir do licitante que apresente amostra do produto - se assim julgar estritamente necessário - nos termos do art. 43, § 3º da Lei 8.666/1993, depois da etapa de lances do item questionado. As amostras ficarão à disposição dos demais licitantes e serão



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

analisadas pelo Município, mediante Laudo Técnico. Caso o produto não atenda as especificações mínimas solicitadas no Edital, o licitante será desclassificado.

8. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS RECURSOS

8.1. Até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar o ato convocatório do presente Pregão Presencial, aplicando-se neles subsidiariamente as disposições contidas na Lei 8.666/93.

8.1.1. Em se tratando de licitante, o prazo para impugnação é de até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas.

8.2. Ao final da sessão, a proponente que desejar recorrer contra decisões do Pregoeiro poderá fazê-lo, manifestando sua intenção com registro da síntese dos motivos, obrigando-se a juntar memoriais no prazo de 03 (três) dias. Os interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente. As razões e as contrarrazões de recurso deverão ser enviados aos cuidados do Pregoeiro.

8.3. A falta de manifestação imediata e motivada na sessão do Pregão Presencial, bem como a não entrega das razões de recurso importará na preclusão do direito de recurso.

8.4. Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pela proponente.

8.5. Não serão reconhecidas as impugnações e recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente.

8.6. Os recursos e contra-razões de recurso, bem como impugnação do Edital, deverão ser dirigidos ao Pregoeiro e protocolados junto ao Setor de Licitações, localizado na sede da Prefeitura Municipal, sita na Rua José Inácio da Rocha, 109, Centro, CEP 88.770-000, Município de Imaruí/SC, em dias úteis, no horário de expediente, a qual deverá receber examinar e submetê-lo à Autoridade competente que decidirá sobre a pertinência.

8.7. É vedada ao licitante a utilização de recurso ou impugnação como expediente protelatório ou que vise a tumultuar o procedimento da Licitação. Identificado tal comportamento poderá o Pregoeiro, ou se for o caso, a Autoridade superior, arquivar sumariamente os expedientes.

9. DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Em não sendo interposto recurso, caberá ao Pregoeiro adjudicar o objeto à(s) licitante(s) vencedora(s) e encaminhar o processo à Autoridade competente para a sua Homologação.

9.2. Caso haja recurso, a adjudicação do objeto à(s) licitante(s) vencedora(s) e a homologação do processo efetuada pela Autoridade competente, somente após apreciação pelo pregoeiro sobre o mesmo.

9.3. Homologado o resultado pelo Município, e comunicado à proponente vencedora e aos demais licitantes que concordaram em assinar a Ata de Registro de Preços nas mesmas condições do primeiro colocado, ter-se-á um prazo máximo de 02 (dois) dias úteis para comparecer no Setor de Licitação desta Prefeitura para assinar a referida Ata.

9.3.1. Poderão ser registradas todas as empresas que manifestarem interesse em assinar a Ata com mesmo preço e mesmas condições do primeiro colocado, observando-se o seguinte:

a) Os fornecedores ficarão disponíveis durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços;

b) Quando das contratações decorrentes do Registro de Preços será respeitada a ordem de classificação das empresas constantes na Ata.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

9.3.2. Os demais fornecedores serão classificados neste processo, em ordem decrescente de preço proposto e poderão ser convocados para compor a Ata de Registro de Preços, nos casos previstos neste Edital e na Ata dele decorrente.

9.4. A recusa injustificada do detentor do preço registrado em assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e condições estabelecidas, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades previstas no item 14 deste Edital.

9.4.1 Nas hipóteses de recusa do(s) adjudicatário(s) em firmar a Ata de Registro de Preços, a autoridade competente poderá convocar os demais licitantes para assinar a Ata, observadas a ordem de classificação e os procedimentos de habilitação referidos no presente Edital, atendendo ao disposto no art. 4º, inciso XXIII da Lei 10.520/2002.

9.5. No caso do licitante vencedor não apresentar situação regular no ato das solicitações, sem prejuízo das sanções cabíveis, serão convocados os licitantes remanescentes na seguinte ordem:

a) As empresas que, na sessão do Pregão, assinaram a Ata de Registro de Preços nas mesmas condições do primeiro colocado;

b) Na ausência, impossibilidade ou recusa das empresas nas condições da alínea anterior, as que vierem a assinar a Ata de Registro de Preços, quando convocadas.

9.6. A critério do Município, quando a quantidade do primeiro colocado não for suficiente para atender a demanda estimada, e desde que se trate de objetos de qualidade ou desempenho superior, e, ainda, que esteja devidamente justificada e comprovada a vantagem, e, também, que as ofertas sejam em valor inferior ao máximo admitido, poderão ser registrados outros preços.

10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DA CONTRATAÇÃO

10.1. A Ata de Registro de Preços não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecidas à legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro à preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

10.2. Constam da Minuta da Ata de Registro de Preços (ANEXO III) as condições e a forma de pagamento, as sanções para o caso de inadimplemento e as demais obrigações das partes, integrando este Edital.

10.3. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses.

10.4. O Município monitorará, pelo menos trimestralmente, o preço dos produtos, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados.

10.4.1. O Município convocará o fornecedor para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado está acima do preço de mercado. Caso seja frustrada a negociação para redução do preço, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

10.4.2. No caso de desequilíbrio econômico-financeiro (preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado, e mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro - equação econômico-financeira), sendo frustrada a negociação entre as partes, o fornecedor poderá ser liberado do compromisso assumido.

10.4.3. Havendo negociação entre as partes, o aumento para recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro da Ata de Registro de Preço somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da licitação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pelo Fornecedor (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

10.4.4. As alterações de preços oriundos da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio econômico-financeiro, serão publicadas na imprensa oficial, sem prejuízo do cumprimento da obrigação contida no art. 15, parágrafo 2º da lei. 8.666/93 (publicação trimestral dos preços registrados).

10.5. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador do registro de preços, será formalizada por instrumento contratual, autorização de compra ou nota de empenho de despesa, observando-se o disposto no art. 62 da lei 8.666/93.

10.5.1 O prazo para assinatura do instrumento é de 02 (dois) dias úteis, contados da notificação feita aos fornecedores registrados.

10.6. As secretarias usuárias da Ata de Registro de Preços não emitirão qualquer Ordem de serviço/Nota de Empenho, sem a prévia existência do respectivo crédito orçamentário.

11. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E FORNECIMENTO

11.1 Local de entrega: Prefeitura Municipal de Imaruí, Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Juventude, praça Getúlio Vargas, Imaruí SC, Brasil;

11.2. Prazo de Entrega: o equipamento deverá ser entregue devidamente reformado em até 10 (dez) dias consecutivos contados a partir da notificação ou expressa autorização para fornecimento a ser emitida pelo Secretário de Administração e Finanças.

11.4. A entrega poderá ser realizada pela contratada de segunda a sexta feira, no horário 13:00 à 19:00

12. DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

12.1. A inexecução total ou parcial das obrigações oriundas das obrigações da empresa enseja a aplicação das penalidades previstas na Ata de Registro de Preços ou Contrato, inclusive multa no valor de até 20% do Contrato firmado entre as partes.

12.2. A Contratada será responsável por eventuais danos havidos nos objetos/materiais, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus empregados, obrigando-se a substituí-los, ou a indenizar a Administração do prejuízo causado.

12.3. No caso de acréscimo contratual em até 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo total estimado de cada item, fica o fornecedor obrigado a aceitar o acréscimo.

12.4. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a vinte e cinco por cento dos quantitativos registrados na Ata de registro de Preços.

13. DA FORMA DE PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. O pagamento do valor do objeto contratado será efetuado, mediante apresentação de nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo órgão encarregado pelo gerenciamento e fiscalização das entregas e/ou juntamente anexada com a respectiva autorização de fornecimento assinada pela autoridade competente em até 30 (trinta) dias.

13.2. Caso o produto seja recusado ou o correspondente documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data de regularização da entrega ou do documento fiscal

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

14.1. Às proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta, deixarem de entregar, ou apresentarem documentação falsa exigida no Edital, comportarem-se de modo inidôneo ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, as seguintes sanções, sem prejuízo da reparação dos danos causados ao Município pelo infrator:

- a)** advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;
- b)** multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da proposta apresentada pela proponente;
- c)** impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, DF e Municípios pelo prazo de até 05 (cinco) anos consecutivos.

15. PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO

15.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

15.2. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

15.3. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

15.4. Efetuar o pagamento no prazo de até 30 (trinta) dias corridos subsequentes ao recebimento dos produtos e do fornecimento das correspondentes Notas Fiscais, desde que verificados e aceitos pela secretaria responsável, por meio do atesto do fornecimento em tais documentos fiscais.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. A presente Licitação não importa necessariamente em contratação, podendo o Município revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato supervenientes comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado para conhecimento dos participantes da licitação.

16.2. As proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.3. A proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da Licitação.

16.4. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

16.5. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, firmando-se que só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente normal na Secretaria de Administração e Finanças.

16.6. As proponentes intimadas para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.

16.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

16.8. As normas que disciplinam este Pregão Presencial serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

16.9. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas às proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento.

16.10. A participação da proponente nesta licitação implica a aceitação de todos os termos deste Edital.

16.11. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

16.12. Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e Anexos deverá ser dirigido ao Pregoeiro através do e-mail licitacao@imarui.sc.gov.br ou por escrito e protocolados junto ao setor de Licitações da Prefeitura Municipal, situada na Rua José Inácio da Rocha, Centro, CEP 88.770-000 na cidade de Imaruí/SC, em dias úteis, no horário de expediente.

16.13. Os casos omissos serão decididos pelo Pregoeiro em conformidade com as disposições constantes nas Leis citadas no preâmbulo deste Edital.

16.14. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o local da realização do certame, considerado aquele a que está vinculado o Pregoeiro, ou seja, o foro da Comarca de Imaruí/SC.

16.15. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

16.16. Recomendam-se às licitantes que estejam no local marcado com antecedência de 15 (quinze) minutos do horário previsto para a entrega dos envelopes n.º01 e 02 e da documentação de Credenciamento.

16.17 São partes integrantes deste Edital

- a) Anexo I** - Credenciamento;
- b) Anexo II** - Declaração para Habilitação;
- c) Anexo III** - Minuta da Ata de Registro de Preços;
- d) Anexo IV** - Minuta do Contrato;
- e) Anexo V** - Proposta de Preços (modelo).
- f) Anexo VI** - Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação.
- g) Anexo VII** - Declaração que não emprega menores.
- h) Anexo VIII** - Termo de Referência

O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta da licitante vencedora, farão parte integrante da Ata de Registro de Preço Contrato, independentemente de transcrição.

ANEXO I AO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 008/2015



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

Credenciamento

Através da presente, credenciamos o (a) Senhor (a) _____, portador (a) da Cédula de Identidade nº. _____ e CPF sob nº. _____, a participar da Licitação instaurada pelos órgãos do Município de Imaruí, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa _____, inscrita sob o CNPJ. N°. _____ bem como formular propostas/lances verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

_____, em ____ de ____ de 2015.

Carimbo e assinatura do credenciaste.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ**

**ANEXO II
AO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 008/2015**

Modelo de Declaração para Habilitação

DECLARAMOS para fins de participação no procedimento licitatório – PREGÃO PRESENCIAL N.º 008/2015, que a empresa _____, inscrita sob o CNPJ _____, atende plenamente aos requisitos necessários à Habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida no Edital convocatório.

_____, em ____ de _____ de 2015.

Carimbo, assinatura e CPF do representante legal.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

ANEXO III AO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 008/2015

MINUTA - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de 2015, no Setor de Licitações, localizado no Prédio da Prefeitura Municipal de Imaruí, o Município de Imaruí, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Registro de Preços nº. 008/2015, na Ata de julgamento de preços, homologada em ____/____/____, RESOLVE registrar os preços da(s) empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, para contratação de empresa para reforma de bote inflável do Projeto Segundo Tempo Navegar conforme especificações constantes no Anexo V do Edital Pregão Presencial nº. 008/2015. As licitantes registradas para os materiais cotados são as seguintes:

Item 01 – _____, Quantidade - _____, Unidade de medida - _____.

1º. Colocado – Empresa _____, no valor de R\$ _____;

2º. Colocado – Empresa _____;

3º. Colocado – Empresa _____.

(...)

1.2 Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para o poder público obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro à preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.3 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.3.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.3.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro da Ata de Registro de Preço somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.4 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.3.1.

1.5 As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a vinte e cinco por cento dos quantitativos registrados na Ata de registro de Preços.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

Página 17 de 32



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº. 008/2015 e seus anexos;
- b) Proposta da (s) Licitante(s).

3. VIGÊNCIA

3.1 A vigência do contrato será da data de assinatura do mesmo até o período de um ano a partir da assinatura do contrato

4. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E FORNECIMENTO

- 4.1** Local de entrega: Prefeitura Municipal de Imaruí, Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Juventude, praça Getúlio Vargas, Imaruí SC, Brasil;
- 4.2.** Prazo de Entrega: o equipamento deverá ser entregue devidamente reformado em até 10 (dez) dias consecutivos contados a partir da notificação ou expressa autorização para fornecimento a ser emitida pelo Secretário de Administração e Finanças.
- 4.4.** A entrega poderá ser realizada pela contratada de segunda a sexta feira, no horário 13:00 à 19:00

5. DA FORMA DE PAGAMENTO

- 5.1.** O pagamento do valor do objeto contratado será efetuado, mediante apresentação de nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo órgão encarregado pelo gerenciamento e fiscalização das entregas e/ou juntamente anexada com a respectiva autorização de fornecimento assinada pela autoridade competente em até 30 (trinta) dias.
- 5.2.** Caso o produto seja recusado ou o correspondente documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data de regularização da entrega ou do documento fiscal.

6. RESPONSABILIDADES

- 6.1.** A fornecedora responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o Município ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo Município.
- 6.2.** A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.
- 6.3.** As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da CONTRATADA.
- 6.4.** A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos serviços prestados, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer, tenham comprometido os mesmos, fora dos padrões exigidos.
- 6.5.** A empresa registrada autoriza o Município a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada à prévia defesa.

7. OBRIGAÇÕES DAS EMPRESAS FORNECEDORAS

- 7.1.** Cumprir integralmente sua proposta e prestar o fornecimento na forma ajustada.
- 7.2.** Cumprir as exigências quanto à forma de entrega do produto.
- 7.3.** Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução dos serviços.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

7.4. A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

7.5. A contratada deverá garantir a qualidade e quantidade dos respectivos produtos, na forma da legislação específica.

7.6. Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estarem cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

7.7. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

7.8. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

7.9. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Efetuar o pagamento no prazo de até 30 (trinta) dias corridos subsequentes ao recebimento dos produtos e do fornecimento das correspondentes Notas Fiscais, desde que verificados e aceitos pela Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, por meio do atesto do fornecimento em tais documentos fiscais.

8.2. Promover, através de seu representante, o acompanhamento e fiscalização dos produtos entregues pela empresa sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

8.3. Por ocasião do recebimento dos produtos, a Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude reserva-se o direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se a contratada a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

8.4. Aplicar à empresa vencedora, penalidades, quando for o caso.

8.5. Caso o produto seja recusado ou o correspondente documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data de regularização da entrega ou do documento fiscal.

9. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

9.1 O Município poderá cancelar o Registro de Preços da(s) Empresa(s) nos casos a seguir especificados:

- a)** quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;
- b)** quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- c)** quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d)** quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
- e)** em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- f)** perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- g)** por razões de interesse públicas devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

9.2 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará a devida apostila mento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

10. PENALIDADES

10.1 Pela inexecução total ou parcial dos serviços estará à empresa fornecedora sujeita às seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa:

1- De 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor);

2- De até 20% (vinte por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta ata e no edital, ressalvado o disposto no item 1 (um) acima citado;

3- Impedimento de participação em licitação e de contratar com a Administração Pública pelo período de até 05 (cinco) anos consecutivos.

10.2 Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

10.3 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a empresa fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

10.4 Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos a que a CONTRATADA tiver direito, ou cobrados judicialmente.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

11.2. Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada.

Imaruí, 26 de Janeiro de 2015.

Representante

Empresa XXXX



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

ANEXO IV

AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2015

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO PARA FORNECIMENTO Nº. ____/____ PREGÃO PRESENCIAL Nº. 008/2015.

Contrato que entre si celebram o Município de Imaruí, Estado de Santa Catarina, com endereço na Rua José Inácio da Rocha 109, Centro, Imaruí/SC, inscrito no CNPJ sob o nº. 82.538.851/0001-57, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Senhor Manoel Viana de Sousa, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE** e a empresa, inscrita no CNPJ sob o nº., neste ato representada por seu(ua) representante legal, Senhor(a), doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, em decorrência do processo licitatório nº. 008/2015 – PREGÃO PRESENCIAL PMI nº. 008/2015, homologado em/...../....., mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei nº. 10.520 e da Lei nº. 8.666 de 21/06/93 com alterações posteriores e as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O presente contrato tem por objetivo o fornecimento pela **CONTRATADA**, de forma parcelada, conforme a necessidade da **CONTRATANTE**, conforme relação abaixo discriminada(s).

Item	Descrição	Qtde	Marca	P.Unit(R\$)	P. Total(R\$)
------	-----------	------	-------	-------------	---------------

1.2 – A **CONTRATADA** declara possuir condições de fornecer o objeto deste Contrato dentro das normas técnicas com qualidade e segurança.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL

2.1 – Fazem parte deste Contrato independentemente de transcrição os seguintes documentos: Proposta da **CONTRATADA**, Edital de Pregão Presencial PMI nº. 008/2015, além das normas e instruções legais vigentes, que lhe sejam aplicáveis.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 – O valor total deste contrato é de R\$ (.....).

3.2 – Fica expressamente estabelecido que os preços constantes na proposta da **CONTRATADA** incluem todos os custos diretos e indiretos requeridos para a execução do objeto licitado, constituindo-se na única remuneração devida.

3.3 – O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento dos materiais mediante a apresentação da Nota Fiscal/fatura devidamente atestada pelo responsável do setor requerente.

3.4. Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e perante o FGTS.

3.5. Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

3.6. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

CLÁUSULA QUARTA – RECURSOS FINANCEIROS



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

4.1 – As despesas decorrentes do presente Contrato correrão à conta do(s) recurso(s) financeiro(s) conforme dotações classificadas Orçamentárias relativas ao exercício de 2014

CLÁUSULA QUINTA – CRITÉRIO DE REAJUSTE

5.1 – Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada.

6 – PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA

6.1. Os produtos deverão ser entregues conforme a necessidade da Secretaria, e que deverá ocorrer até 10 (dez) dias consecutivos após a solicitação feita pela Secretaria, sendo que o armazenamento e demais condições serão realizados de acordo com o ANEXO VIII.

7 – PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO

7.1 – A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

7.2 – O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

7.3 – As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

8. DEVERES DA CONTRATADA

8.1. Cumprir integralmente sua proposta e prestar o fornecimento na forma ajustada.

8.2. Cumprir as exigências quanto à forma de entrega do produto.

8.3. Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução dos serviços.

8.4. A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

8.5. A contratada deverá garantir a qualidade e quantidade dos respectivos produtos, na forma da legislação específica.

8.6. Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estarem cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

8.7. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

8.8. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

8.9. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. A Contratante compromete-se a:

9.1.1 Efetuar o pagamento no prazo de até 30 (trinta) dias corridos subsequentes ao recebimento dos produtos e do fornecimento das correspondentes Notas Fiscais, desde que verificados e aceitos pela



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, por meio do atesto do fornecimento em tais documentos fiscais.

9.1.2. Promover, através de seu representante, o acompanhamento e fiscalização dos produtos entregues pela empresa sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

9.1.3. Por ocasião do recebimento dos produtos, a Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude reserva-se o direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se a contratada a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

9.1.4 Aplicar à empresa vencedora, penalidades, quando for o caso.

9.1.5. Caso o produto seja recusado ou o correspondente documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data de regularização da entrega ou do documento fiscal.

10 – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL

10.1 – Às proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta, deixarem de entregar, ou apresentarem documentação falsa exigida no Edital, comportarem-se de modo inidôneo ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, as seguintes sanções, sem prejuízo da reparação dos danos causados ao Município pelo infrator:

- a)** advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;
- b)** multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da proposta apresentada pela proponente;
- c)** impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, DF e Municípios pelo prazo de até 05 (cinco) anos consecutivos.

10.2 – Da intenção de aplicação de quaisquer das penalidades previstas, será concedido prazo para defesa prévia de 05 (cinco) dias úteis a contar da notificação.

11 – DAS PRERROGATIVAS DO MUNICÍPIO

11.1 – Neste contrato, são conferidas ao Município as prerrogativas de:

11.1.1 – Modificá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades do interesse público, respeitados os direitos da **CONTRATADA**;

11.1.2 – Rescindir-lo, unilateralmente, nas hipóteses da Cláusula 12;

11.1.3 – Aplicar as penalidades previstas pela inexecução total ou parcial do ajustado;

12 – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

12.1 – Este contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas:

12.1.1 – Por acordo das partes:

12.1.1.1 – quando necessária à modificação do regime de execução do seu objeto, em face da verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originais;

12.1.1.2 – quando necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada à antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de execução do objeto.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

12.2 – Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão deste para mais ou menos, conforme o caso.

12.3 – Havendo alteração unilateral deste contrato que aumente os encargos da **CONTRATADA**, o **CONTRATANTE** deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico financeiro inicial.

12.4 – As cláusulas econômico-financeiras e monetárias deste Contrato poderão ser alteradas, mediante prévia concordância da **CONTRATADA**.

12.5 – Na hipótese de modificação unilateral deste Contrato, as suas cláusulas econômico financeiras deverão ser revistas para que se mantenha o equilíbrio contratual.

13 – DA RESCISÃO CONTRATUAL

13.1 – Este contrato poderá ser rescindido nos termos dos artigos 77, 78, 79 e 80 da Lei nº. 8666/93.

13.1.1 – O contrato também poderá ser rescindido nos casos em que se verificar que a **CONTRATADA** não preenchia ou não mais preenche os requisitos de habilitação.

13.2 – Nas hipóteses legais de rescisão administrativa solicitada pela **CONTRATADA**, esta deverá submeter o seu pedido, necessariamente fundamentado, à apreciação da **CONTRATANTE** através de requerimento protocolado e instruído com a documentação comprobatória dos fatos alegados.

13.3 – A rescisão administrativa será precedida de autorização expressa e fundamentada da autoridade competente.

13.4 – A **CONTRATADA** reconhece os direitos da **CONTRATANTE** nos casos de rescisão previstos no artigo 77 da Lei nº. 8666/93.

14 – DA DECLARAÇÃO DE NULIDADE DO CONTRATO

14.1 – A declaração de nulidade deste contrato opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que este, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

14.2 – A nulidade não exonera o **CONTRATANTE** do dever de indenizar a **CONTRATADA** pelo que esta houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos, regularmente comprovados, contanto que não lhe sejam imputáveis, cabendo ao **CONTRATANTE** promover a responsabilidade de quem deu causa à nulidade.

15 – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

15.1 – O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei nº. 10.520/02, e Lei nº. 8.666/93.

16 – TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS

16.1 – A troca eventual de documentos e cartas entre a **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

17- VIGÊNCIA DO CONTRATO

17.1 – A vigência do contrato será da data de assinatura do mesmo até o período de um ano a partir da assinatura do contrato.

18 – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA

18.1 – Este contrato vincula as partes ao Processo Licitatório nº. 008/2015 – PREGÃO PRESENCIAL nº. 008/2015 e a proposta da **CONTRATADA**.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

19 – FORO

19 .1 – Fica eleito o foro da Comarca de Imaruí para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito. Imaruí, ____ de _____ de 2015.

ASSINATURAS

MANOEL VIANA DE SOUZA
Prefeito Municipal
Contratante

XXXXXXXXXXXXXXXXX
Empresa
Contratada

TESTEMUNHAS

Nome _____
CPF _____

Nome _____
CPF _____



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ**

**ANEXO V
AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2015**

Nome da Empresa:
Endereço:
CNPJ:
Telefone:
Responsável pela empresa:
Pregão 008/2015

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Item	DESCRIÇÃO	Und.	Qntd.	Preço Unidade	Preço Total
1	Reforma do bote inflável através da troca de flutuador cor amarelo, fabricado pelo processo de termo fusão, para estrutura de fibra de vibro medindo 3,5 metros (Marca Dolphin) - com prestação de serviço incluso.	UNI	01		

Valor Por extenso R\$: _____

Validade da Proposta

Assinatura do Representante

Carimbo da empresa



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ**

**ANEXO VI
AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2015**

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO

(NOME DA EMPRESA) _____, CNPJ N.
_____, sediada _____(endereço completo)
_____, declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem
fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de
declarar ocorrências posteriores.

Local e data

Nome e número da identidade do declarante
N. DO CNPJ



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ**

**ANEXO VII
AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2015**

(Deve ser apresentado dentro do envelope de habilitação)

**MODELO DE DECLARAÇÃO EM CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

..... inscrita no CNPJ n., por intermédio de seu representante legal, Sr. (a) portador (a) da Carteira de Identidade n.º CPF n.
..... DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva:

Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz (...).

Data

Representante Legal

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ**

**ANEXO VIII
AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2015**

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Constitui objeto deste Termo de Referência com vista à **aquisição de Registro de preço para contratação de empresa para reforma de bote inflável do Projeto Segundo Tempo Navegar** na modalidade de Pregão presencial de REGISTRO DE PREÇO MENOR PREÇO POR ITEM

2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. Órgão: 07 – Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Juventude
Unidade : 04 - Diretoria de Desporto e Juventude
Projeto./Ativ : 2.036 – Manutenção do Projeto Navegar
Dotação :3.3.90.39.00.00.00.00.0.1.000.000000
Rubrica :281
Fonte: Recurso Próprio
Valor 4.362

3. ITENS E QUANTITATIVOS

3.1. O presente termo de referência tem como objeto a **Reforma** de bote inflável, através da troca de Flutuador cor amarelo, fabricado pelo processo de termo fusão, para estrutura de fibra medindo 3,5 metros (marca Dolphin) para a implantação de núcleo do Programa Segundo Tempo/Navegar no Município de Imaruí, através do Ministério do Esporte, Convenio nº 761286/2011, conforme especificações abaixo :

Licitação Reforma de bote inflável

DESCRIÇÃO	Und.	Qntd.
Reforma do bote inflável através da troca de flutuador cor amarelo, fabricado pelo processo de termo fusão, para estrutura de fibra de vibro medindo 3,5 metros(Marca Dolphin)- com prestação de serviço incluso.	UNI	01



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

4. JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO

4.1. A contratação da empresa para reforma de bote inflável, através da troca do flutuador cor amarelo, fabricado pelo processo de termo fusão, para a estrutura de fibra de vidro medindo 3,5 metros (marca Dolphin), deve-se à implantação de um núcleo do programa Segundo Tempo/NAVEGAR no Município de Imaruí, parceria firmada entre Prefeitura Municipal e Ministério dos transportes, convenio nº 761286/2011.

O projeto navegar tem sua importância histórica no município de Imaruí. Desde que foi implantado as margens da nossa lagoa, em 2002 contribui significativamente para oferecer aos nossos adolescentes e jovens novas oportunidades de atividade física e interação com a natureza.

Em consonância com as diretrizes do programa, o projeto busca democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte náutico no município e atender 100 (cem) crianças e adolescentes, com idade entre 11 e 16 anos, dos sexos masculino e feminino, moradoras do Município e regularmente matriculadas em escolas públicas.

A reforma deste equipamento será de suma importância para o Projeto, oferecendo segurança aos beneficiários durante as práticas esportivas náuticas através de monitoramento e resgate.

5. VIGÊNCIA

5.1. A vigência do contrato será da data de assinatura do mesmo até o período de um ano a partir da assinatura do contrato.

6. PAGAMENTO

6.1. O pagamento do valor do objeto contratado será efetuado, mediante apresentação de nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo órgão encarregado pelo gerenciamento e fiscalização das entregas e/ou juntamente anexada com a respectiva autorização de fornecimento assinada pela autoridade competente em até 30 (trinta) dias.

6.2. Caso o produto seja recusado ou o correspondente documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data de regularização da entrega ou do documento fiscal.

7. FORMA DE ENTREGA

7.1. A entrega deverá ser realizada em até 30 (trinta) dias após solicitação do setor responsável.

7.2. A empresa vencedora deverá entregar os produtos de primeira qualidade e de acordo com as especificações, em transporte adequado para o acondicionamento dos mesmos.

7.3. Local de entrega: Sede da Secretaria Municipal da Educação. Praça Getúlio Vargas, S/Nº, Centro, Imaruí/SC.

7.4. As entregas deverão ser realizadas das 8h às 12h e das 13h30min às 17h30min.

8. CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

8.1. Os produtos deverão ser entregues nos termos especificados no Item 3 deste Termo de Referência, obedecendo-se rigorosamente a descrição de cada item.

9. VALOR ESTIPULADO DE ACORDO COM PREÇO DE MERCADO

9.1. O valor máximo global foi estipulado de acordo com o preço de mercado local conforme orçamentos em anexo.

10. ESTIMATIVA DE CONSUMO



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

10.1. A sua utilização foi estipulada de acordo com o consumo médio empregado nas escolas da Rede Municipal de Ensino e seus respectivos programas baseado no a no letivo de 2014, descrição, unidade, quantidade, média de preço, total por item e total geral.

Licitação Reforma do bote inflável

Item	DESCRIÇÃO	Und.	Qntd.
1	REFORMA DO BOTE INFLÁVEL ATRAVÉS DA TROCA DE FLUTUADOR COR AMARELO, FABRICADO PELO PROCESSO DE TERMO FUSÃO, PARA ESTRUTURA DE FIBRA DE VIBRO MEDINDO 3,5 METROS(MARCA DOLPHIN)- COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO INCLUSO.	UN	01

11. DEVERES DA CONTRATADA

11.1. Cumprir integralmente sua proposta e prestar o fornecimento na forma ajustada.

11.2. Cumprir as exigências quanto à forma de entrega do produto.

11.3. Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução dos serviços.

11.4. A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

11.5. A contratada deverá garantir a qualidade e quantidade dos respectivos produtos, na forma da legislação específica.

11.6. Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estarem cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

11.7. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

11.8. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

11.1.7. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. Efetuar o pagamento no prazo de até 30 (trinta) dias corridos subsequentes ao recebimento dos produtos e do fornecimento das correspondentes Notas Fiscais, desde que verificados e aceitos pela Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, por meio do atesto do fornecimento em tais documentos fiscais.

12.2. Promover, através de seu representante, o acompanhamento e fiscalização dos produtos entregues pela empresa sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

12.3. Por ocasião do recebimento dos produtos, a Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude reserva-se o direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se a contratada a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

12.4 Aplicar à empresa vencedora, penalidades, quando for o caso.

12.5. Caso o produto seja recusado ou o correspondente documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data de regularização da entrega ou do documento fiscal.

13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente:

13.1.1. Advertência;

13.1.2. Multa de 10% sobre o valor total do contrato;

13.1.3. Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

13.1.4. A contratada, deixando de entregar quaisquer documentos exigidos no Edital ou apresentar documentação falsa para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta ou lance, não celebrar o contrato ou instrumento equivalente dentro do prazo de validade de sua proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantida a prévia defesa, sem prejuízo da multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação e das demais cominações legais.

13.2. Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido processo administrativo.

13.3. A aplicação da penalidade ocorrerá após defesa prévia do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

14. PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO

14.1. A fiscalização de que trata este item não reduz nem exclui a responsabilidade da fornecedora por qualquer irregularidade, inclusive perante terceiros, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

15. DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. A empresa vencedora deverá entregar os produtos dentro das especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência e no Edital.

15.2. O licitante deverá manter e garantir, durante toda a execução do contrato, a qualidade e a quantidade dos produtos.

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ
Rua José Inácio da Rocha, 109 – Centro
88770-000 - Imaruí/SC

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2015

Processo Licitatório nº. 01/2015
Processo Administrativo nº 03/2015

Regência: Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

OBJETO:

CONSTITUI COMO OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O TRANSPORTE ESCOLAR DE MATERIAIS/CORRELATOS PARA PRESTAR SERVIÇOS À SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE REFERENTE AO ANO LETIVO DE 2015 NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL MENOR PREÇO POR ITEM.

O Edital e seus anexos poderão ser retirados no Setor de Licitações, na Prefeitura Municipal de Imaruí. Também estará disponível, através do site oficial do município no endereço www.imarui.sc.gov.br.

Mais informações podem ser obtidas pelo telefone: (48) 3643-0161, através do e-mail licitacao@imarui.sc.gov.br e no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Imaruí, na Rua José Inácio da Rocha, nº 109, Centro - Imaruí - Santa Catarina no horário de expediente.

Imaruí, 26 de Janeiro de 2015.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 01/2015

1. PREÂMBULO

- 1.1. Processo Licitatório nº. 01/2015
- 1.2. Modalidade: Pregão Presencial PMI Nº. 01/2015.
- 1.3. Secretaria usuária: SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE.
- 1.4. O Município de Imaruí-SC, torna público por intermédio de seu Setor de Licitação, e para conhecimento dos interessados que se acha aberta licitação, na modalidade de Pregão Presencial, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, sob regime de execução de empreitada por preço unitário conforme dispõe a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Complementar n. 123/2006 e legislação vigente e pertinente à matéria. Os envelopes de nº. 01 contendo as propostas de preços e de nº. 02, contendo a documentação de habilitação serão recebidos pelo Pregoeiro, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Imaruí, situada na Rua José Inácio da Rocha, 109, Centro, CEP 88.777-000, até às 13:55 horas, do dia 06/02/2015, iniciando-se a Sessão pública às 14:00 horas no mesmo dia e local.
- 1.5. O Edital e seus anexos poderão ser retirados no Setor de Licitações, na Prefeitura Municipal de Imaruí, no horário de expediente. Também estará disponível, através do site oficial do município no endereço www.imarui.sc.gov.br.
- 1.6. Mais informações podem ser obtidas pelo telefone: (48) 3643-0161, através do e-mail licitacao@imarui.sc.gov.br e no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Imaruí, na Rua José Inácio da Rocha, nº 109, Centro - Imaruí - Santa Catarina no horário de expediente.
- 1.7. O Município de Imaruí reserva-se o direito de realizar vistorias nos veículos que serão utilizados pela(s) empresa(s).
- 1.8. A forma de apresentação da proposta comercial deverá ser elaborada respeitando o estabelecido no item 05 deste edital.

02. OBJETO

- 2.1. A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para o transporte escolar e transporte de materiais/correlatos para prestar serviços para a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Juventude, referente ao ano letivo de 2015 na modalidade Pregão Presencial.

03. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR NA LICITAÇÃO

- 3.1. Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que preencherem as condições de credenciamento constantes deste Edital.
- 3.2. Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:
 - a) Concorratórias ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
 - b) Que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspenso, ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;
 - c) Que estejam reunidas em consórcio, ou sejam controladas, coligadas ou subsidiárias entre si qualquer que seja sua forma de constituição.
 - d) Estrangeiras que não funcionem no País.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

3.3. As Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte que desejarem usufruir do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, no presente certame, deverão declarar expressamente que preenchem todos os requisitos legais, conforme Modelo da Declaração constante do Anexo I e apresentar a certidão simplificada da Junta Comercial do Estado, emitida em até 90 dias da data da entrega dos envelopes, para comprovação do seu enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, fora de qualquer envelope, juntamente com a Carta de Credenciamento.

3.3.1. A falsidade da declaração prestada objetivando os benefícios da Lei Complementar n. 123/2006, caracterizará o crime de que trata o artigo 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e da Sanção Administrativa prevista no item 15 deste Edital.

04. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DO CREDENCIAMENTO

4.1. No dia, hora e local indicados no preâmbulo deste Edital, o Pregoeiro receberá os envelopes contendo as propostas comerciais e os documentos exigidos para a habilitação, em envelopes distintos, fechados, contendo, na parte externa, além do nome da empresa, a seguinte identificação:

- A) MUNICÍPIO DE IMARUÍ
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 01/2015
ENVELOPE Nº. 01 – "Proposta Comercial"
PROPONENTE
- B) MUNICÍPIO DE IMARUÍ
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 01/2015
ENVELOPE Nº. 02 – "Documentação"
PROPONENTE

4.2. Em seguida, realizar-se-á o credenciamento dos interessados ou de seus representantes, que consistirá na comprovação de que possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame. Tal comprovação deverá ser feita através de procuração ou carta de credenciamento (modelo sugestivo no Anexo III do Edital), com firma reconhecida em Cartório, e deverá ser entregue ao Pregoeiro juntamente com os envelopes, (porém, fora de qualquer um dos envelopes), ficando arquivada no Processo Licitatório. Em sendo o representante da empresa sócio da mesma, deverá apresentar este, para se credenciar, os documentos pessoais (CPF e Identidade) e cópia do Contrato Social da empresa. A não comprovação de que o interessado ou seu representante legal possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a licitante de ofertar lances verbais, lavrando-se em ata, o ocorrido. Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital. O representante legal ou o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto. Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciada. Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de um interessado.

05. DA PROPOSTA COMERCIAL

05.1. A Proposta Comercial contida no Envelope n. 01 deverá ser apresentada na forma e requisitos indicados nos sub-ítem a seguir:



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

05.1.1. A proposta deverá ser apresentada datilografada ou impressa em papel tipo ofício, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devendo ser datada, assinada por representante legal do proponente, em todas as páginas e anexos, sempre identificada.

05.1.2. A proposta deverá fixar preço unitário e total por item, em moeda corrente nacional, expressos em algarismos, e por extenso sem previsão inflacionária. Em caso de divergência entre os valores unitários e totais, serão considerados os primeiros, e, no caso de divergência entre os valores expressos em algarismos e por extenso, serão considerados estes últimos, a proposta deverá ser entregue no prazo previsto neste Edital.

05.1.3. O prazo de validade da proposta de preços, não deverá ser inferior a sessenta (60) dias, que será contado a partir da data da entrega da proposta, contados da data da apresentação.

05.1.3.1. No caso das propostas omitirem o prazo de validade, o mesmo será fixado conforme estipulado neste Edital.

05.1.4. Descrição geral quanto ao objeto a ser fornecido, de acordo com as especificações do Anexo II. Os proponentes deverão cotar preços unitários e totais com no máximo duas (02) casas após a vírgula, sob pena de desclassificação. No preço cotado já deverão estar incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

05.1.5. Na proposta deverá constar o número do trajeto em que o proponente está cotando preço.

05.1.6. A proposta deverá ser elaborada observando o item 10.2.1 deste edital, sob pena de desclassificação, com fundamento no inciso I do artigo 48 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

05.1.7. A proposta deverá conter a razão social completa, CNPJ, endereço completo, telefone, fax para contato e, se possível, endereço eletrônico (e-mail), sendo que o CNPJ deverá ser, obrigatoriamente o mesmo da Nota Fiscal, caso seja vencedora do certame.

05.1.8. Quaisquer tributos, despesas e custos, diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados que não tenham causado a desclassificação da mesma por caracterizar preço inexecutável no julgamento das propostas, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os serviços serem fornecidos sem ônus adicionais;

05.1.9. Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação das propostas implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada no preâmbulo deste Edital.

05.1.10. O Pregoeiro considerará como formal, erros de somatórios e outros aspectos que beneficiem a Administração Pública e não implique nulidade do procedimento.

05.1.11. Preferencialmente, e exclusivamente para facilitar o julgamento por parte do Pregoeiro, solicita-se às empresas e as pessoas físicas que apresentem suas propostas conforme o modelo constante do Anexo V do Edital.

06. HABILITAÇÃO

No envelope nº. 02 - Documentação deverão constar os seguintes documentos:

06.1.1. Habilitação Jurídica

a) Cópia do Contrato Social e Alterações posteriores, ou Cópia da última Alteração Consolidada e das alterações subsequentes, registrados na Junta Comercial do Estado; em se tratando de Firma



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

Individual o Registro Comercial, e no caso de Sociedade por Ações o Ato Constitutivo acompanhado da Ata da Assembléia que elegeu a diretoria em exercício;

b) Cópia do Alvará/Taxa de Licença, em vigência.

06.1.2. Da Regularidade Fiscal e Trabalhista Pessoa Jurídica

- a) Cópia do CNPJ;
- b) Cópia do Cadastro Estadual de Contribuintes - FAC, se houver;
- c) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal de origem da empresa;
- d) Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual;
- e) Prova de Regularidade com a Fazenda Federal;
- f) Prova de Regularidade com INSS;
- g) Prova de Regularidade com FGTS;
- h) Declaração que não emprega menores.
- i) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

06.2. Para o exercício do direito de preferência de que trata o Capítulo V da Lei Complementar nº. 123/2006, a empresa deverá apresentar Certidão emitida por órgão competente, que comprove a qualidade de micro empresa ou empresa de pequeno porte.

6.2.1. Para a comprovação de que trata este item, será aceito também a prova do Registro no Cadastro do Simples Nacional, ficando a validade do documento condicionada a verificação de sua veracidade, pela Comissão de Licitação, junto à respectiva fonte.

6.2.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal das microempresas ou empresas de pequeno porte, será assegurado prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente (ME ou EPP) for convocado pela Comissão Permanente de Licitação para o saneamento da documentação apresentada com restrições, prorrogáveis por igual período a critério desta Administração.

6.2.3. A não regularização da documentação fiscal, no prazo previsto no item anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

6.2.4. A prerrogativa regulamentada não desobriga as microempresas e/ou empresas de pequeno porte da apresentação dos documentos de regularidade fiscal, os quais deverão ser apresentados mesmo que com restrições, sob pena de inabilitação.

6.2.5. O não cumprimento do item 6.2 não é motivo para inabilitação ou desclassificação, mas sim, o não exercício do direito de preferência assegurado as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos do artigo 44 da Lei Complementar nº 123/06.

6.2.6. A comprovação da Regularidade Fiscal das Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte, será feita nos termos do Artigo 42 e 43 da Lei Complementar 123/06.

06.3.1 Habilitação Pessoa Física

- a) Cópia da Cédula de Identidade;
- b) Cópia do CPF;
- c) Cópia do Título Eleitor;
- e) Cópia do Alvará/Taxa de Licença, em vigência.

06.3.2. Da Regularidade Fiscal Pessoa Física



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

- a) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal de origem;
- b) Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual;
- c) Prova de Regularidade com a Secretaria da Receita Federal;
- e) Prova de Regularidade com INSS, se houver;
- f) Prova de Regularidade com FGTS, se houver;
- g) Cópia do Cadastro Estadual de Contribuintes - FAC, se houver;

06.4. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

06.4.1. Da empresa (pessoa jurídica):

- a) Certidão negativa de Pedido de Concordata e Falência, expedida há menos de 60 (sessenta) dias.

06.4.2. Do profissional autônomo (pessoa física):

- a) Certidão negativa de Pedido de Concordata e Falência, expedida há menos de 60 (sessenta) dias.

06.5. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Os documentos que compõem o Edital foram colocados à disposição e tomou conhecimento de todas as informações, condições locais e grau de dificuldade dos serviços a serem executados, dando concordância a todas as condições desta Licitação de Pregão, sem restrições de qualquer natureza e de que, vencedor desta Licitação, executará os serviços objeto desta licitação, pelo preço proposto e de acordo com as normas deste certame licitatório (anexo X).

b) Relação dos veículos que realizarão o transporte escolar, com sua marca, modelo, quantidade de lugares e ano de fabricação, e declaração devidamente assinada de sua disponibilidade, bem como de que os condutores possuem a habilitação mínima exigida e cursos necessários.

Obs.: - Os documentos de habilitação preliminar poderão ser apresentados em via original ou cópia autenticada por qualquer processo, sendo por tabelião de notas ou por servidor do Município de Imaruí - SC., ou por publicação em Órgão de Imprensa Oficial.

- O Pregoeiro e a Equipe de Apoio farão consulta ao serviço de verificação de autenticidade das certidões emitidas pela INTERNET, ficando a licitante dispensada de autenticá-las.

- Caso a validade não conste nas certidões, estas serão consideradas válidas por um período de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua emissão.

06.6. Os Fornecedores cadastrados e os não cadastrados deverão apresentar declaração, devidamente assinada pelo representante legal da empresa, sob as penalidades cabíveis, de que:

- a) Os documentos que compõem o Edital foram colocados à disposição e tomou conhecimento de todas as informações, condições locais e grau de dificuldade dos serviços a serem executados, dando concordância a todas as condições desta Licitação de Pregão, sem restrições de qualquer natureza e de que, vencedor desta Licitação, executará os serviços objeto desta licitação, pelo preço proposto e de acordo com as normas deste certame licitatório. (anexo X)
- b) Não se encontra declarada inidônea para licitar ou contratar com órgãos da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal. (anexo XI)
- c) Declara que não existe em seu quadro de empregados, servidores públicos exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão. (modelo sugestivo no Anexo IX).



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

- d) Declara inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 32, § 2º, da Lei 8.666/93 (conforme modelo Anexo VIII).
- e) Declara que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal e art. 27, V, da Lei 8666, de 21 de junho de 1993, atualizada (conforme modelo Anexo VI).
- f) Declaração de que colocará à disposição do contrato tantos, quantos veículos foram cotados pela licitante, com o tempo de uso não superior a 20 anos de uso, e com capacidade nominal individual de acordo com a necessidade expressa na descrição de cada trajeto que compõem o objeto deste Edital; (Anexo XII).
- g) Declarar que os veículos possuem todos os equipamentos exigidos pelo Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN. (anexo XIII).
- h) Declaração de conhecimento do trajeto e a respectiva quilometragem correspondente, dos itens cotados pela licitante, e de que assumirá integralmente a responsabilidade. (anexo XIV)

06.7. Os documentos de habilitação poderão ser apresentados em via original ou cópia autenticada por qualquer processo, sendo por tabelião de notas ou por servidor do Município de Imaruí/SC, ou por publicação em Órgão de Imprensa Oficial. O Pregoeiro e a equipe de apoio farão consulta ao serviço de verificação de autenticidade das certidões emitidas pela INTERNET, ficando a licitante dispensada de autenticá-las. Caso a validade não conste dos respectivos documentos, estes serão considerados válidos por um período de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua emissão.

07. DOS PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO

7.1. Aberta a Sessão Pública, os interessados ou seus representantes, devidamente credenciados, apresentarão Declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação (modelo sugestivo no Anexo IV do Edital) e entregarão os envelopes conforme item 04 do Edital, sendo que esta declaração deverá ser apresentada juntamente com a procuração ou carta de credenciamento, porém fora dos envelopes.

7.1.1. A não entrega da Declaração exigida no item 7.1 deste Edital implicará o não-recebimento, por parte do Pregoeiro, dos envelopes contendo a documentação da Proposta de Preço e de Habilitação e, portanto, a não-aceitação da licitante no certame licitatório.

7.2. Para fins de julgamento, o critério adotado para a adjudicação do objeto deste PREGÃO será o MENOR PREÇO POR ITEM. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências deste Edital e, que forem superiores aos valores máximos admitidos por item, conforme Anexo II do Edital.

7.3. Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as Propostas Comerciais, que deverão estar em conformidade com as exigências do presente edital, ocasião em que se classificará a proposta de menor preço e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas. No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

7.4. No curso da Sessão Pública, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidados individualmente, a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

7.5. A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços, sendo vedada à oferta de lance com vista ao empate, bem como o uso de mais de duas casas após a vírgula. Dos lances ofertados não caberá retratação. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas. Caso os licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, podendo, o pregoeiro, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

7.6. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo Pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

7.7. Nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, após o encerramento da etapa competitiva, como critério de desempate, será dada preferência à contratação para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, desde que o menor preço ofertado não seja de uma Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

7.7.1. O empate mencionado no caput deste item será verificado na situação em que a proposta apresentada pela Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte seja igual ou até 5%(cinco por cento) superior à menor proposta apresentada na fase de lances, ocasião no qual proceder-se-á da seguinte forma:

7.7.1.1. A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte melhor classificada, de acordo com o disposto no subitem 7.7.1, será convocada pelo Pregoeiro, para no prazo de 05 (cinco) minutos, sob pena de preclusão, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

7.7.1.2. Não ocorrendo a contratação da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação definida no subitem 7.7.1, na ordem classificatória para o exercício do mesmo direito.

7.7.1.3. Em caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 7.7.1, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.7.1.4. Na hipótese da não contratação nos termos previstos nos subitens anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, na própria sessão pública, após verificação da documentação de habilitação.

7.7.1.5. Se duas ou mais Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte apresentar propostas com valores iguais, o desempate será mediante sorteio.

7.8. Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas válidas selecionadas e as não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado. O Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo comparando-o com os valores máximos consignados no Anexo II a este edital, fazendo dele parte integrante para todos os fins e efeitos, decidindo, motivadamente, a respeito.

7.9. Sendo considerada aceitável a proposta comercial da licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura de seu envelope nº. 02 - DOCUMENTAÇÃO, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no item 6 deste Edital. Constatada a conformidade da documentação com as exigências impostas pelo edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

7.10. Em caso de a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro a inabilitará e examinará as ofertas subseqüentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora. Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante vencedora, com vistas a obter preço melhor.

7.11. Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade às licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta desta manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte da licitante, registrando na ata da Sessão Pública a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todos os demais licitantes ficaram intimados para, querendo, se manifestar sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias, após o término do prazo do recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo, em Secretaria. A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.

7.12. Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima. A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro e por todos as licitantes presentes. Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

08. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

8.1. Tendo a licitante manifestada à intenção de recorrer na Sessão Pública do Pregão, terá ela o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentação das razões de recurso. As demais licitantes, já intimadas na Sessão Pública acima referida, terão o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentarem às contrarrazões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

8.2. A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

8.3. A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará: a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro à licitante vencedora e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

8.4. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.

8.5. O recurso não terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

09. DA ADJUDICAÇÃO

09.1. Após a declaração do vencedor da licitação e, não havendo manifestação dos proponentes quanto à interposição de recurso, o Pregoeiro opinará sobre a adjudicação do objeto licitado. No caso de interposição de recurso, caberá à Autoridade Competente, após decisão do recurso, opinar pela adjudicação do objeto licitado. A Autoridade Competente homologará o resultado da licitação, convocando o fornecedor para assinar o Contrato. Adjudicado o objeto da presente licitação, o Município de Imaruí/SC, emitirá a Autorização de Fornecimento para entrega dos serviços. Caso a licitante vencedora recuse-se, injustificadamente, a entregar os produtos, no prazo e



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

condições estabelecidas neste edital, a licitante subsequente na ordem de classificação, será notificada para fazê-lo nas condições por ela proposta, ocasião em que será realizada nova Sessão Pública, retomando-se a fase de habilitação, sem prejuízo de que o Pregoeiro negocie, diretamente, com o proponente para que seja obtido preço melhor.

10. CONDIÇÕES DE ENTREGA E DOS PRAZOS

10.1. Das Condições de Entrega - Os serviços de transporte escolar objeto do presente certame licitatório ocorrerá por 200 (duzentos) dias letivos, após a assinatura do respectivo contrato.

10.2. A contratada fica obrigada a aceitar nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do artigo 65 da Lei nº. 8666/93 atualizada.

10.3. Vigência - O prazo para execução do contrato será de um ano a partir da assinatura do contrato.

11. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, PREÇO E REAJUSTE

11.1. FORMA DE PAGAMENTO

11.1.1. O pagamento do valor do objeto contratado será efetuado, mediante apresentação de nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo órgão encarregado pelo gerenciamento e fiscalização dos serviços prestados e/ou juntamente anexada com a respectiva autorização de prestação de serviços carimbada e assinada pela autoridade competente em até 30 (trinta) dias.

11.1.2. Caso a prestação de serviços seja recusada ou o correspondente documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data de regularização da prestação do serviço ou do documento fiscal.

11.2. PREÇO

11.2.1. No preço cotado já deverão estar incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

11.3. REAJUSTE

11.3.1. Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada.

11.3.2. Em havendo prorrogação do prazo de vigência do contrato, poderá ser concedido reajuste a partir do segundo ano de vigência do contrato, utilizando-se, para tanto, o IGPM acumulado nos últimos doze meses.

12. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

12.1. As despesas decorrentes do objeto deste Termo de Referência correrão por conta das dotações orçamentárias do ano de 2015 da fonte de Recurso Próprio, do PNATE, do Salário Educação, do EJA e do FUNDEB 40%.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

13. RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

13.1.1. A contratada obriga-se a cumprir todas as exigências da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desporto de maneira a atender as necessidades;

13.1.2. A contratada assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução dos serviços;

13.1.3. A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo;

13.1.4. A contratada cumprirá o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9854, de 27 de outubro de 1999;

13.1.5. A contratada assumirá responsabilidade pela prestação do serviço descrito no objeto, bem como por quaisquer danos causados a esta Municipalidade ou a terceiros;

13.1.6. A contratada deverá cumprir rigorosamente o itinerário estabelecido no Edital, levando em consideração a necessidade de alteração do trajeto, horário e número total de passageiros que cada veículo transportará, quando conveniente aos alunos e determinado pelo Município;

13.1.7. Permitir que os Prepostos do Município inspecionem a qualquer tempo e hora andamento dos serviços e estado dos veículos colocados a disposição do Transporte Escolar;

A contratada é responsável em formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato, bem como eventuais substituições de pessoas que se fizerem necessárias por qualquer motivo;

13.2.1. DO VEÍCULO

O proponente vencedor no ato da assinatura do contrato deverá apresentar os seguintes documentos:

- a)** Comprovante do pagamento do seguro obrigatório do(s) veículo(s) a ser(em) utilizado(s) na prestação de serviço de transporte escolar.
- b)** Prova de disponibilidade de veículo para execução do serviço, comprovada através do Certificado de Propriedade e Licenciamento do Veículo, ou apresentação de contrato de comodato, locação ou de compra e venda registrado publicamente;
- c)** Laudo de Vistoria do veículo emitido pelo DETRAN, certificando o atendimento ao artigo n. 136 da Lei n. 9503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro;
 - I)** Registro como veículo de passageiros;
 - II)** Inspeção semestral para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança;
 - III)** Pintura de faixa horizontal na cor amarela, em toda a extensão das partes laterais e traseira da carroceria, com o dístico ESCOLAR em preto, sendo que, em caso de veículo de carroçaria pintada na cor amarela, as cores aqui indicadas devem ser invertidas, em conformidade com o Art. 136 do Código de Trânsito Brasileiro.
 - IV)** equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo;
 - V)** lanternas de luz branca, fosca ou amarela dispostas nas extremidades da parte superior dianteira e lanternas de luz vermelha dispostas na extremidade superior traseira;
 - VI)** cintos de segurança em número igual à lotação;



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

VII) outros requisitos e equipamentos obrigatórios estabelecidos pelo CONTRAN; e ao artigo 137 da Lei 9503 de 23 de setembro de 1997. A autorização a que se refere deverá ser afixada na parte interna do veículo, em local visível, com inscrição da lotação permitida, sendo vedada a condução de escolares em número superior a capacidade estabelecida pelo fabricante.

- d) Autorização dos veículos para o Transporte Coletivo de Escolas junto ao órgão de trânsito competente e mantê-la afixada em local visível no interior do veículo, conforme Arts. 136 e 137 do Código de Trânsito Brasileiro.
- e) O veículo a ser utilizado para o transporte não poderá ter tempo superior de uso a 20 anos.

13.3.1. DO CONDUTOR:

a) Apresentar documentação que ateste o cumprimento pelo motorista, que efetuará o serviço, das exigências previstas no artigo 138 do Código de Trânsito Brasileiro - Lei 9503, de 23 de setembro de 1997, ou seja:

- a.1) Ter idade superior a vinte e um anos;
- a.2) Carteira de habilitação "D";
- a.3) Não ter cometido infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses;
- a.4) Certificado do curso de Formação de condutores de transporte de escolares.
- a.5) Certidão Negativa de Antecedentes criminais.

13.4.1. DO MONITOR:

- a) O monitor contratado pela empresa deverá apresentar os seguintes documentos:
- b) RG e CPF;
- c) Contrato de trabalho com a empresa contratada;
- d) Comprovante de residência (conta de luz, telefone, etc.);
- e) Certidão de Antecedentes Criminais (Polícia Civil).

13.5.1. DO VEÍCULO PARA TRANSPORTE DE MATERIAIS E CORRELATOS:

- a) Veículo apropriado para transportar materiais e correlatos, com capacidade mínima de 1580 kg.

14. PENALIDADES

14.1. A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- Advertência;
- Multa de 10% sobre o valor total do contrato;
- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.

- Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza ao Contratada(o).

14.1.2. Além das penas acima citadas, a Contratada que não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá as seguintes penalidades:

- a)** 1% (um por cento) sobre o valor do contrato por dia letivo em que não foi efetuado o transporte;
- b)** 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato caso não seja efetuado o transporte escolar, objeto do presente contrato por mais de 05 (cinco) dias, sem prejuízo da alínea anterior.

14.1.3. As multas previstas nas letras "a e b" são independentes e serão aplicadas cumulativamente.

14.1.4. Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

14.2. Ainda nos termos do artigo 7º da Lei n.10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

14.3. O Não cumprimento do horário pré – estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação, acarretará no não pagamento da quilometragem efetuada no dia do ocorrido.

15. ATRIBUIÇÕES DO PREGOEIRO E DA AUTORIDADE COMPETENTE NO PREGÃO

15.1. Caberá ao Pregoeiro, ainda, como parte das atribuições que lhe compete durante a realização deste Pregão:

- a)** Coordenar o processo licitatório e conduzir os trabalhos da equipe de apoio;
- b)** Examinar a aceitabilidade da proposta ou do lance de menor preço, quanto ao objeto e valor, decidindo, motivadamente, a respeito da escolha que vier a ser adotada;
- c)** Adjudicar o objeto deste Pregão à licitante vencedora, detentora da proposta considerada como a mais vantajosa para o Município de Imaruí - SC, após constatado o atendimento das exigências deste edital, desde que não haja recurso;
- d)** Receber, examinar e instruir os recursos contra suas decisões, relativamente a este Pregão;
- e)** Encaminhar a autoridade competente o processo relativo a este pregão, devidamente instruído, após ocorrida a adjudicação, com vistas à homologação.

15.2. À autoridade competente caberá:

- a)** Decidir os recursos contra os atos do Pregoeiro;
- b)** Adjudicar o objeto da licitação em caso de recurso, e;
- c)** Homologar o resultado deste Pregão, após decididos os recursos porventura interpostos contra os atos do Pregoeiro.

16. DA FISCALIZAÇÃO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

16.1. CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

16.1.1. Os serviços deverão ser prestados nos termos especificados no item 03 do Termo de Referência (Anexo II) obedecendo-se rigorosamente ao trajeto/itinerário, horário e condições de conforto e segurança aos alunos e condições de habilitação e qualificação exigidas.

17.2. PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO

17.2.1. A Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, através do Secretário da pasta ou um servidor designado pelo mesmo, procederá à fiscalização periódica dos trabalhos executados pelas empresas.

17.2.2. A fiscalização de que trata este item não reduz nem exclui a responsabilidade das empresas por qualquer irregularidade, inclusive perante terceiros, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

18. DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. A licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulada por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, conforme dispõe o artigo 49 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

18.2. As reclamações referentes à documentação e às propostas deverão ser feitas no momento de sua abertura, respectivamente, no final de cada Sessão Pública, quando serão registradas em ata, sendo vedada a qualquer licitante observações ou reclamações posteriores, a este respeito.

18.3. A apresentação da proposta implica para a licitante a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor, bem como a integral e incondicional aceitação de todos os termos e condições deste Edital, sendo responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

18.4. É de responsabilidade da proponente vencedora a adequação dos veículos, as exigências constantes no artigo 136 da Lei n. 9.503, de 23 de setembro de 1997 do Código de Trânsito Brasileiro.

18.5. Não serão admitidas a esta licitação empresas suspensas ou impedidas de licitar.

18.6. Não haverá pagamentos antecipados.

18.7. As propostas serão aceitas até a data e hora constantes no presente Edital de licitação, sendo que em hipótese alguma serão aceitas após esta data e hora, independente de terem sido despachadas, endereçadas e/ou enviadas por qualquer meio anteriormente à data da abertura desta licitação.

18.8. Após o início do ano letivo, verificando a necessidade, poderão sofrer alteração na quantidade de km mencionados, com fundamento do artigo 65, § 1º da Lei Federal n. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada.

18.9. Os casos omissos serão dirimidos pelo Pregoeiro, com observância da legislação regeadora, em especial a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, Lei n.10.520, de 17 de julho de 2002.

18.10. No interesse da Administração Municipal, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

- a) adiada a abertura da licitação;
- b) alteradas as condições do Edital, obedecido o disposto no § 4º do art. 21 da Lei n.8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

18.11. INTEGRAM ESTE EDITAL, PARA TODOS OS FINS E EFEITOS, OS SEGUINTE ANEXOS:



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

- ANEXO I - Declaração de enquadramento como micro-empresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar Federal n. 123/2006.
- ANEXO II – Relação dos Itens com os respectivos Preços Máximos Admitidos por Item;
- ANEXO III – Modelo de Carta de Credenciamento;
- ANEXO IV – Modelo de Declaração firmando o cumprimento aos requisitos de Habilitação;
- ANEXO V – Modelo de Proposta;
- ANEXO VI - Modelo de Declaração firmando o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;
- ANEXO VII – Minuta de Contrato;
- ANEXO VIII - Modelo de declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação;
- ANEXO IX - Modelo de declaração de que não possui em seu quadro de pessoal servidores públicos exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão;
- ANEXO X – Declaração que os documentos que compõem o edital foram colocados a disposição.
- ANEXO XI – Declaração que não se encontra inidônea.
- ANEXO XII – Declaração de que colocará à disposição do contrato tantos, quantos veículos foram cotados pela licitante, com ano de uso não superior a 20 anos, e com capacidade nominal individual de acordo com a necessidade expressa na descrição de cada trajeto que compõem o objeto deste Edital;
- ANEXO XIII – Declarar que os veículos possuem todos os equipamentos exigidos pelo Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN.
- ANEXO XIV - Declaração de conhecimento do trajeto e a respectiva quilometragem correspondente, dos itens cotados pela licitante, e de que assumirá integralmente a responsabilidade.

18.12. Ao receberem cópia deste Edital, os interessados deverão deixar registrado na Prefeitura o endereço, telefone e fax, para qualquer comunicação.

18.13. Informações fornecidas verbalmente por elementos pertencentes à Administração Municipal não serão consideradas como motivos para impugnações.

18.14. Até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro (24) horas. Acolhida à petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

18.15. Recomenda-se aos licitantes que estejam no local indicado do preâmbulo deste Edital, com antecedência de quinze (15) minutos do horário previsto.

18.16. É fundamental a presença do licitante ou de seu representante, para o exercício dos direitos de ofertar lances e manifestar intenção de recorrer.

18.17. Nenhuma indenização será devida aos licitantes por apresentarem documentação e/ou elaborarem proposta relativa ao presente PREGÃO.

18.18. Quaisquer pedidos de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital deverão ser dirigidas à Administração Municipal no endereço citado no preâmbulo deste Edital, ou pelo telefone (48) 36430161, até 03 (três) dias antes da data de abertura da licitação.

18.19. O resultado da Licitação, bem como homologação e extrato do contrato, estarão disponíveis no Diário Oficial do Município (DOM SC - www.diariomunicipal.sc.gov.br).

Imaruí – SC, em 26 de Janeiro de 2015.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

ANEXO I
AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2015

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

A empresa, inscrita no CNPJ sob n., sediada na (endereço completo)....., por intermédio do seu representante legal, o Sr. (a), portador da Carteira de Identidade n. e do CPF n., DECLARA, par fins do disposto no subitem 3.3 do edital, do Pregão Presencial nº. 01/2015, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da Lei, que esta empresa, na presente data é considerada:

() MICROEMPRESA, conforme inciso I, do artigo 3º, da Lei Complementar n. 123, de 14.12.2006;

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II, do artigo 3º, da Lei Complementar n. 123, de 14.12.2006.

Declara ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do § 4º, do artigo 3º, da Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006.

..... de de 2015.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

ANEXO II AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2015

TERMO DE REFERENCIA

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa para o transporte escolar e transporte de materiais/correlatos para prestar serviço à Secretaria de Educação referente ao ano letivo de 2015 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL menor preço por item.

2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. As despesas decorrentes do objeto deste Termo de Referência correrão por conta das dotações orçamentárias do ano de 2015 da fonte de Recurso Próprio, do PNATE, do Salário Educação, do EJA e do FUNDEB 40%.

3. ITENS E QUANTITATIVOS

3.1. A contratação de empresa para auxiliar no transporte escolar na rede municipal de ensino em sua necessidade está expressa na tabela abaixo constando a descrição, a necessidade de quantidade de dias, quilometragem dia, mês e ano.

Item	DESCRIÇÃO	Dias	KM/ dia	KM/ MÊS	KM/ ANO
1	01 Veículo com capacidade mínima de 09 lugares. Trajeto percorrido: 40 km. Saindo do Rio Prainha às 7:30 e 12:30, descendo o Morro da Caiana, indo até a Ponte do Siqueiro e voltando para a E.E.F.M. Guilhermina Ana Pereira em Sítio Novo. Retornando às 12:00 e 17:00 pela mesma rota em direção ao Rio Prainha.	200	40 km	880 km	8.000 km
2	01 Veículo com capacidade mínima de 12 lugares. Trajeto percorrido: 54km. Saindo da Forquilha do Aratingaúba às 7:00 indo até a E.E.F.M. Profª Larice Caldas Cavalcante em Aratingaúba e retornado para o Sertão do Aratingaúba, entrada ao lado da casa do Odimar e retornar novamente para a escola. Saindo da escola às 12:00 em direção ao Sertão do Aratingaúba retornando a escola e seguindo para a Forquilha. Saindo da Forquilha às 12:45 em direção a escola. Saindo da escola às 17:30 em direção ao Sertão do Aratingaúba, retornando a escola e seguindo para a Forquilha do Aratingaúba	200	54 km	1.188 km	10.800 km



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

3	01 Veículo com capacidade mínima de 09 lugares. Trajeto percorrido: 33km. Saindo da Fazenda Rio das Garças do engenho do Fabiano às 7:30 e 12: 30 entrando no mercado do Nem indo até a casa do Neto, descendo por trás do campo do CRB em direção a escola E.E.F.M. Padre Itamar Luís da Costa Ponta Grossa indo até o final do morro da Volta do Grampo. Retornando às 12:00 e 17:00 pela mesma rota em direção a Fazenda Rio das Garças.	200	33 km	726 km	6.600 km
4	01 Veículo com capacidade mínima de 09 lugares. Trajeto percorrido: 40km. Saindo do Sertão do Canguerí às 7:30 e 12:30 da casa do Didi em direção a E.E.F.M. Herculano Vicente Luís em Ribeirão de Canguerí. Retornando da escola às 12:00 e 17:00 pela mesma rota em direção ao Sertão do Canguerí.	200	40 km	880 km	8.000 km
5	01 Veículo com capacidade mínima de 26 lugares. Trajeto percorrido: 52km. Saindo de Tamborete às 7:30 e 12:30 passando por Itaguaçu e Itapeva rumo a E.E.F.M. Herculano Vicente Luís em Ribeirão de Canguerí. Retornando da escola às 12:00 e 17:00 pela mesma rota em direção a Tamborete.	200	52 km	1.144 km	10.400 km
6	01 Veículo com capacidade mínima de 20 lugares. Trajeto percorrido: 16km. Saindo de Canguerí de Fora às 7:30 e 12:30 da casa do Moacir rumo E.E.F.M. José Tomás Ribeiro em Canguerí de Fora. Retornando da escola às 12:00 e 17:00 pela mesma rota.	200	16 km	352 km	3.200 km
7	01 Veículo com capacidade mínima de 09 lugares. Trajeto percorrido: 46km. Saindo de Barreiros às 7: 30 e 12:30 em direção a E.E.F.M. Vereador Osvaldo Siqueira em Forquilha do Rio D'una. Retornando da escola às 12:00 e 17:00 pela mesma rota.	200	46 km	1.012 km	9.200 km



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

8	01 Veículo com capacidade mínima de 40 lugares. Trajeto percorrido: 60 km. Saindo de Laranjal às 7:30 e 12:30, passando por Águas Mornas retornando em direção a E.E.F.M. Vereador Osvaldo Siqueira em Forquilha do Rio D'una. Retornando da escola às 12:00 e 17:00 pela mesma rota em direção ao Laranjal.	200	60 km	1.320 km	12.000 km
9	01 Veículo com capacidade mínima de 27 lugares. Trajeto percorrido: 38 km /dia. Saindo às 18:30 do Portal de Imaruí próximo a ponte do Rio' Duna com direção à escola E.E.F.M Prefeito Portinho Bittencourt, e retornando às 22:30 pela mesma rota e, direção a Ponte do Rio D'una.	200	38 km	836 km	7.600 km
10	01 Veículo apropriado para transportar materiais e correlatos, com capacidade mínima de 1580 kg. Trajeto percorrido: 140 KM. Saindo da SECDJ, rumo ao sul do município, passando pelas escolas Carlos Gomes, Portinho Bittencourt, Padre Itamar, Larice Caldas, Olímpio Córdova e Guilhermina Ana Pereira, retornando a SECDJ e rumando para o norte do município para as escolas Herculano Vicente Luis, José Tomás Ribeiro, Aldeia Tekoa e Osvaldo Souza Siqueira retornando a SECDJ.	100	140 km	1400 km	14.000 km

3.2. As quantidades a serem licitadas foram estimadas, tendo em vista a avaliação de consumo e suas utilizações prováveis, conforme estabelecido no Item 07 deste Termo de Referência.

3.3. A linha que consta no item 10 desse termo de referencia sofrerá o rompimento do contrato mediante ao interesse dessa municipalidade pelo fato de não haver previsibilidade constante durante o ano letivo de 2015.

4. JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO

4.1. O transporte escolar é uma garantia assegurada ao educando no Artigo 208 da Constituição, cuja finalidade é o efetivo exercício do direito à educação.

Ainda sobre o direito ao transporte escolar, a lei nº 9.394/96 em seu artigo 11 define que o município deve "assumir o transporte escolar dos alunos na rede municipal. (incluído pela Lei nº 10.709, de 31.7.2003)".

No ano de 2013, nosso município passou por um processo de reabertura de 3 unidades escolares (Sítio Novo, Ponta Grossa e Ribeirão de Imaruí), e abriu vagas para as Séries Finais do Ensino Fundamental nas escolas (Aratingaúba e Rio D'una) do interior do município para reorganizar o sistema de ensino alterado com ato de nucleação no ano de 2010. Atualmente, a rede municipal de



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

ensino conta com 09 (nove) escolas e possui um quadro de 89 professores efetivos lecionando para cerca de 1500 (mil e quinhentos) alunos.

Com a nova reorganização da rede municipal de ensino, coube a Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Juventude criar uma logística de transporte escolar para o ensino no município de Imaruí, concluindo assim a necessidade de contratação de empresa terceirizada, a fim de garantir um fluxo ordenado conforme demandas de escolas. Sabendo que o território correspondente ao município de Imaruí acomoda uma grande jurisdição, necessita-se de uma grande demanda de ônibus escolar, não compatível a quantidade de veículos desta secretaria e por isso a necessidade de contratação de outras empresas para que seja possível iniciar o ano letivo de 2015.

Justifica-se aqui também a contratação de empresa por KM rodado para eventual prestação de serviço por veículo tipo furgão, fechado, com capacidade mínima de carga de 1580 kg para transporte de materiais e correlatos da Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Juventude para as Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino.

5. PAGAMENTO

5.1. O pagamento do valor do objeto contratado será efetuado, mediante apresentação de nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo órgão encarregado pelo gerenciamento e fiscalização dos serviços prestados e/ou juntamente anexada com a respectiva autorização de prestação de serviços carimbada e assinada pela autoridade competente em até 30 (trinta) dias.

5.2. Caso a prestação de serviços seja recusada ou o correspondente documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data de regularização da prestação do serviço ou do documento fiscal.

6. CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1. Os serviços deverão ser prestados nos termos especificados no item 03, obedecendo-se rigorosamente ao trajeto/itinerário, horário e condições de conforto e segurança aos alunos e condições de habilitação e qualificação exigidas.

07. ESTIMATIVA DE CONSUMO

07.1. O uso dos serviços de transporte foi estipulado de acordo com o consumo médio de cada veículo (preço por quilometro) preço diário, quantidade de dias, preço anual e total.

Item	DESCRIÇÃO	Preço por KM	Preço por dia	Quantidade de dias	Preço Anual
1	01 Veículo com capacidade mínima de 09 lugares. Trajeto percorrido: 40 km. Saindo do Rio Prainha às 7:30 e 12:30, descendo o Morro da Caiana, indo até a Ponte do Siqueiro e voltando para a E.E.F.M. Guilhermina Ana Pereira em Sítio Novo. Retornando às 12:00 e 17:00 pela mesma rota em direção ao Rio Prainha.	R\$ 3,20	R\$ 128,13	200	R\$ 25.626,67



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

2	01 Veículo com capacidade mínima de 12 lugares. Trajeto percorrido: 54km. Saindo da Forquilha do Aratingaúba às 7:00 indo até a E.E.F.M. Profª Larice Caldas Cavalcante em Aratingaúba e retornado para o Sertão do Aratingaúba, entrada ao lado da casa do Odimar e retornar novamente para a escola. Saindo da escola às 12:00 em direção ao Sertão do Aratingaúba retornando a escola e seguindo para a Forquilha. Saindo da Forquilha às 12:45 em direção a escola. Saindo da escola às 17:30 em direção ao Sertão do Aratingaúba, retornando a escola e seguindo para a Forquilha do Aratingaúba.	R\$ 3,22	R\$ 173,70	200	R\$ 34.740,00
3	01 Veículo com capacidade mínima de 09 lugares. Trajeto percorrido: 33km. Saindo da Fazenda Rio das Garças do engenho do Fabiano às 7:30 e 12: 30 entrando no mercado do Nem indo até a casa do Neo, descendo por trás do campo do CRB em direção a escola E.E.F.M. Padre Itamar Luís da Costa Ponta Grossa indo até o final do morro da Volta do Grampo. Retornando às 12:00 e 17:00 pela mesma rota em direção a Fazenda Rio das Garças.	R\$ 3,33	R\$ 109,89	200	R\$ 21.978,00
4	01 Veículo com capacidade mínima de 09 lugares. Trajeto percorrido: 40km. Saindo do Sertão do Canguerí às 7:30 e 12:30 da casa do Didi em direção a E.E.F.M. Herculano Vicente Luís em Ribeirão de Canguerí. Retornando da escola às 12:00 e 17:00 pela mesma rota em direção ao Sertão do Canguerí.	R\$ 3,20	R\$ 128,00	200	R\$ 25.600,00
5	01 Veículo com capacidade mínima de 26 lugares. Trajeto percorrido: 52km. Saindo de Tamborete às 7:30 e 12:30 passando por Itaguaçu e Itapeva rumo a E.E.F.M. Herculano Vicente Luís em Ribeirão de Canguerí. Retornando da escola às 12:00 e 17:00 pela mesma rota em direção a Tamborete.	R\$ 4,48	R\$ 232,96	200	R\$ 46.592,00



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

6	01 Veículo com capacidade mínima de 20 lugares. Trajeto percorrido: 16km. Saindo de Cangueri de Fora às 7:30 e 12:30 da casa do Moacir rumo E.E.F.M. José Tomás Ribeiro em Cangueri de Fora. Retornando da escola às 12:00 e 17:00 pela mesma rota.	R\$ 4,47	R\$ 71,47	200	R\$ 14.293,33
7	01 Veículo com capacidade mínima de 09 lugares. Trajeto percorrido: 46km. Saindo de Barreiros às 7: 30 e 12:30 em direção a E.E.F.M. Vereador Osvaldo Siqueira em Forquilha do Rio D'una. Retornando da escola às 12:00 e 17:00 pela mesma rota.	R\$ 3,27	R\$ 150,57	200	R\$ 30.114,67
8	01 Veículo com capacidade mínima de 40 lugares. Trajeto percorrido: 60 km. Saindo de Laranjal às 7:30 e 12:30, passando por Águas Mornas retornando em direção a E.E.F.M. Vereador Osvaldo Siqueira em Forquilha do Rio D'una. Retornando da escola às 12:00 e 17:00 pela Mesma rota em direção ao Laranjal.	R\$ 6,17	R\$ 370,00	200	R\$ 74.000,00
9	01 Veiculo com capacidade mínima de 27 lugares. Trajeto percorrido: 38 km /dia. Saindo às 18:30 do Portal de Imaruí próximo a ponte do Rio' Duna com direção à escola E.E.F.M Prefeito Portinho Bittencourt, e retornando às 22:30 pela mesma rota e, direção a Ponte do Rio D'uma.	R\$ 4,50	R\$ 171,00	200	R\$ 34.200,00
10	01 Veiculo apropriado para transportar materiais e correlatos, com capacidade mínima de 1580 kg. Trajeto percorrido: 140 KM. Saindo da SECDJ, rumo ao sul do município, passando pelas escolas Carlos Gomes, Portinho Bittencourt, Padre Itamar, Larice Caldas, Olímpio Córdova e Guilhermina Ana Pereira, retornando a SECDJ e rumando para o norte do município para as escolas Herculano Vicente Luis, José Tomás Ribeiro, Aldeia Tekoa e Osvaldo Souza Siqueira retornando a SECDJ.	R\$5,00	R\$700,00	100	R\$ 70.000,00

8. AVALIAÇÃO DO CUSTO PELA ADMINISTRAÇÃO DIANTE DE ORÇAMENTO DETALHADO

8.1. O valor total estimado para o custeio dos serviços de transporte escolar referente a 09 linhas é de R\$ 377.144,67 (Trezentos e setenta e sete mil, cento e quarenta e quatro e sessenta e sete centavos).



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

8.2. Os pagamentos serão mensais, em conformidade com a quantidade de quilômetros percorridos, em razão aos dias letivos do mês, efetuando-se até o 30º dia após a emissão da nota fiscal, e terão por base o serviço realmente efetuado que constará de planilha específica.

09. DEVERES DA CONTRATADA

A contratada deverá apresentar no ato da assinatura do contrato os documentos:

9.1. Do veículo de transporte escolar:

f) Comprovante do pagamento do seguro obrigatório do(s) veículo(s) a ser(em) utilizado(s) na prestação de serviço de transporte escolar.

g) Prova de disponibilidade de veículo para execução do serviço, comprovada através do Certificado de Propriedade e Licenciamento do Veículo, ou apresentação de contrato de comodato, locação ou de compra e venda registrado publicamente;

C) Laudo de Vistoria do veículo emitido pelo DETRAN, certificando o atendimento ao artigo n. 136 da Lei n. 9503, de 23 de setembro de 1997 (Os veículos especialmente destinados a condução coletiva de escolares somente poderão circular nas vias com autorização emitida pelo órgão ou entidade executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, exigindo-se, para tanto: I – Registro como veículo de passageiros;

II – Inspeção semestral para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança;

III - Pintura de faixa horizontal na cor amarela, com quarenta centímetros de largura, à meia altura, em toda a extensão das partes laterais e traseira da carroçaria, com o dístico ESCOLAR, em preto, sendo que, em caso de veículo de carroçaria pintada na cor amarela, as cores aqui indicadas devem ser invertidas;

IV - Equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo;

V - Lanternas de luz branca, fosca ou amarela dispostas na extremidades da parte superior dianteira e lanternas de luz vermelha dispostas na extremidade superior da parte traseira;

VI - Cintos de segurança em número igual à lotação;

VII - Outros requisitos e equipamentos obrigatórios estabelecidos pelo CONTRAN); e ao artigo 137 da Lei nº 9503, de 23 de setembro de 1997.

d) A autorização a que se refere o artigo anterior deverá ser afixada na parte interna do veículo, em local visível, com inscrição da lotação permitida, sendo vedada a condução de escolares em número superior a capacidade estabelecida pelo fabricante)

e) O veículo a ser utilizado para o transporte não poderá ter tempo de uso superior a 20 anos de uso.

9.1.2. Condutor:

b) Apresentar documentação que ateste o cumprimento pelo motorista, que efetuará o serviço, das exigências previstas no artigo 138 do Código de Trânsito Brasileiro - Lei 9503, de 23 de setembro de 1997, ou seja:

c) Ter idade superior a vinte e um anos;

d) Carteira de habilitação adequada para o veículo;

e) Não ter cometido infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses;

f) Certificado do curso de Formação de condutores de transporte de escolares.

9.1.3. Monitor:



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

- f) O monitor contratado pela empresa deverá apresentar os seguintes documentos:
- g) RG e CPF;
- h) Contrato de trabalho com a empresa contratada;
- i) Comprovante de residência (conta de luz, telefone, etc.);
- j) Certidão de Antecedentes Criminais (Polícia Civil).

9.2. Do veículo para transporte de materiais e correlatos:

- b) Veículo apropriado para transportar materiais e correlatos, com capacidade mínima de 1580 kg.

9.3 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- I. A contratada obriga-se a cumprir todas as exigências da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desporto de maneira a atender as necessidades;
- II. A contratada assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução dos serviços;
- IV. A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo;
- V. A contratada cumprirá o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9854, de 27 de outubro de 1999;
- VI. A contratada assumirá responsabilidade pela prestação do serviço descrito no objeto, bem como por quaisquer danos causados a esta Municipalidade ou a terceiros;
- VII. A contratada deverá cumprir rigorosamente o itinerário estabelecido no Edital, levando em consideração a necessidade de alteração do trajeto, horário e número total de passageiros que cada veículo transportará, quando conveniente aos alunos e determinado pelo Município;
- VIII. Permitir que os Prepostos do Município inspecionem a qualquer tempo e hora andamento dos serviços e estado dos veículos colocados a disposição do Transporte Escolar;
- IX. A contratada é responsável em formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato, bem como eventuais substituições de pessoas que se fizerem necessárias por qualquer motivo;
- X. A contratada sujeitar-se-á às determinações do Município relativas ao número total de passageiros que cada veículo poderá transportar, objetivando a segurança dos passageiros;
- XI. A contratada terá que comunicar da substituição dos veículos que realizam o serviço de transporte escolar e a apresentar das documentações necessárias de acordo com o contrato.
- XII. A contratada é responsável também em arcar com eventuais prejuízos, indenizações e demais responsabilidades causadas ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados, por ineficiência, negligência, imperícia, imprudência ou irregularidades cometidas na execução do Contrato;
- XIII. A CONTRATADA assumirá todas as despesas com o veículo e sua manutenção, com pessoal, encargos trabalhistas, seguros e normas de transportes de passageiros. A contratada deverá assumir com assinatura do contrato, total responsabilidade civil e criminal pelo transporte dos alunos, eximindo a administração municipal de qualquer compromisso presente ou futuro;
- XIV. O objeto do presente contrato e a consequente prestação de serviços da contratada determinam como prioridade os transportes de alunos, vedado o transporte de passageiros;

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

10.1. Efetuar o pagamento no prazo de até 30 (trinta) dias corridos subsequentes a prestação de serviços e do fornecimento das correspondentes Notas Fiscais/Faturas, desde que verificados e aceitos pela Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, por meio do atesto da prestação de serviço em tais documentos fiscais, ou acompanhados pela autorização de prestação de serviços devidamente assinada e carimbada pelo Secretário Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude ou funcionário designado por este.

10.2. Promover, através de seu representante, o acompanhamento e fiscalização do serviço prestado pela empresa sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

10.3. Aplicar à empresa vencedora, penalidades, quando for o caso.

11. DEFINIÇÃO DOS MÉTODOS

11.1. Os serviços de transporte escolar para as linhas acima deverão ser licitados. A modalidade sugerida é Pregão Presencial menor preço por item.

11.2. Os serviços de transporte escolar, objeto deste procedimento deverão ser realizados de acordo com o calendário do ano letivo.

11.3. A linha que consta no item 10 desse termo de referencia sofrerá o rompimento do contrato mediante ao interesse dessa municipalidade pelo fato de não haver previsibilidade de uso constante durante o ano letivo de 2015.

11.4. A contratada fica obrigada a aceitar nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do artigo 65 da Lei nº. 8666/93.

12. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente:

12.2. Advertência;

12.3. Multa de 10% sobre o valor total do contrato;

12.4. Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

12.5. A contratada, deixando de entregar quaisquer documentos exigidos no Edital ou apresentar documentação falsa para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta ou lance, não celebrar o contrato ou instrumento equivalente dentro do prazo de validade de sua proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantida a prévia defesa, sem prejuízo da multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação e das demais cominações legais.

12.6. Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido processo administrativo.

12.7. A aplicação da penalidade ocorrerá após defesa prévia do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

13. PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

13.1. A Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, através do Secretário da pasta ou um servidor designado pelo mesmo, procederá à fiscalização periódica dos serviços prestados pelas empresas.

13.2. A fiscalização de que trata este item não reduz nem exclui a responsabilidade da fornecedora por qualquer irregularidade, inclusive perante terceiros, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

14. DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. A empresa vencedora deverá prestar os serviços dentro das especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência e no Edital.

14.2. O licitante deverá manter e garantir, durante toda a execução do contrato, a qualidade e a quantidade dos serviços prestados.

14.3. O prazo para execução do contrato será de um ano a partir da assinatura do contrato.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ**

**ANEXO III
AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2015**

MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

Através da presente, credenciamos o (a) Sr.(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade n.º _____ e CPF sob n. _____, a participar da licitação instaurada pelo Município de -SC, na modalidade Pregão Presencial nº. 01/2015, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa _____, bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

_____, em ____ de _____ 2015.

Carimbo e Assinatura do Credenciam-te
(Com firma reconhecida)



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ**

**ANEXO IV
AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2015**

MODELO DE DECLARAÇÃO FIRMANDO O CUMPRIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

DECLARAMOS para fins de participação no processo licitatório – PREGÃO PRESENCIAL n. 01/2015, do município de Imaruí-SC, que esta empresa atende plenamente os requisitos necessários à habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida no item 06 do edital convocatório, em cumprimento ao inciso VII, do artigo 4º, da lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002.

_____, em _____ de _____ 2015.

Carimbo e Assinatura do Representante Legal



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

ANEXO V
AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2015

MODELO DE PROPOSTA

Nome da empresa:

Endereço:

CNPJ:

Telefone:

Pregão Presencial PMI Nº 01/2015

Responsável pela empresa:

Item	DESCRIÇÃO	Unidade	Quantidade	Preço Unidade	Preço Total
1	01 Veículo com capacidade mínima de 09 lugares. Trajeto percorrido: 40 km. Saindo do Rio Prainha às 7:30 e 12:30, descendo o Morro da Caiana, indo até a Ponte do Siqueiro e voltando para a E.E.F.M. Guilhermina Ana Pereira em Sitio Novo. Retornando às 12:00 e 17:00 pela mesma rota em direção ao Rio Prainha.	DIA	200		
2	01 Veículo com capacidade mínima de 12 lugares. Trajeto percorrido: 54km. Saindo da Forquilha do Aratingaúba às 7:00 indo até a E.E.F.M. Profª Larice Caldas Cavalcante em Aratingaúba e retornado para o Sertão do Aratingaúba, entrada ao lado da casa do Odimar e retornar novamente para a escola. Saindo da escola às 12:00 em direção ao Sertão do Aratingaúba retornando a escola e seguindo para a Forquilha. Saindo da Forquilha às 12:45 em direção a escola. Saindo da escola às 17:30 em direção ao Sertão do Aratingaúba, retornando a escola e seguindo para a Forquilha do Aratingaúba.	DIA	200		
3	01 Veículo com capacidade mínima de 09 lugares. Trajeto percorrido: 33km. Saindo da Fazenda Rio das Garças do engenho do Fabiano às 7:30 e 12: 30 entrando no mercado do Nem indo até a casa do Neo, descendo por trás do campo do CRB em direção a escola E.E.F.M. Padre Itamar Luís da Costa Ponta Grossa indo até o final do morro da Volta do Grampo. Retornando às 12:00 e 17:00 pela mesma rota em direção a Fazenda Rio	DIA	200		



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

	das Garças.das Garças.				
4	01 Veículo com capacidade mínima de 09 lugares. Trajeto percorrido: 40km. Saindo do Sertão do Canguerí às 7:30 e 12:30 da casa do Didi em direção a E.E.F.M. Herculano Vicente Luís em Ribeirão de Canguerí. Retornando da escola às 12:00 e 17:00 pela mesma rota em direção ao Sertão do Canguerí.	DIA	200		
5	01 Veículo com capacidade mínima de 26 lugares. Trajeto percorrido: 52km. Saindo de Tamborete às 7:30 e 12:30 passando por Itaguaçu e Itapeva rumo a E.E.F.M. Herculano Vicente Luís em Ribeirão de Canguerí. Retornando da escola às 12:00 e 17:00 pela mesma rota em direção a Tamborete.	DIA	200		
6	01 Veículo com capacidade mínima de 20 lugares. Trajeto percorrido: 16km. Saindo de Canguerí de Fora às 7:30 e 12:30 da casa do Moacir rumo E.E.F.M. José Tomás Ribeiro em Canguerí de Fora. Retornando da escola às 12:00 e 17:00 pela mesma rota.	DIA	200		
7	01 Veículo com capacidade mínima de 09 lugares. Trajeto percorrido: 46km. Saindo de Barreiros às 7: 30 e 12:30 em direção a E.E.F.M. Vereador Osvaldo Siqueira em Forquilha do Rio D'una. Retornando da escola às 12:00 e 17:00 pela mesma rota.	DIA	200		
8	01 Veículo com capacidade mínima de 40 lugares. Trajeto percorrido: 60 km. Saindo de Laranjal às 7:30 e 12:30, passando por Águas Mornas retornando em direção a E.E.F.M. Vereador Osvaldo Siqueira em Forquilha do Rio D'una. Retornando da escola às 12:00 e 17:00 pela Mesma rota em direção ao Laranjal.	DIA	200		
9	01 Veículo com capacidade mínima de 27 lugares. Trajeto percorrido: 38 km /dia. Saindo às 18:30 do Portal de Imaruí próximo a ponte do Rio' Duna com direção à escola E.E.F.M Prefeito Portinho Bittencourt, e retornando às 22:30 pela mesma rota e, direção a Ponte do Rio D'uma.	DIA	200		

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ**

10	01 Veiculo apropriado para transportar materiais e correlatos, com capacidade mínima de 1580 kg. Trajeto percorrido: 140 KM. Saindo da SECDJ, rumo ao sul do município, passando pelas escolas Carlos Gomes, Portinho Bittencourt, Padre Itamar, Larice Caldas, Olímpio Córdova e Guilhermina Ana Pereira, retornando a SECDJ e rumando para o norte do município para as escolas Herculano Vicente Luis, José Tomás Ribeiro, Aldeia Tekoa e Osvaldo Souza Siqueira retornado a SECDJ.	DIA	100		
				TOTAL	

Valor total por extenso: (XXXXXXXX)

Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias.

Local e data.

Assinatura e carimbo do Representante



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ**

**ANEXO VI
AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2015**

**MODELO DE DECLARAÇÃO EM CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

..... inscrita no CNPJ n., por intermédio de seu representante legal, Sr. (a) portador (a) da Carteira de Identidade n.º CPF n.
..... DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva:

Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

data

Representante Legal

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

ANEXO VII AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2015

MINUTA DE CONTRATO

Pelo presente instrumento de contrato, o Município de Imaruí, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua..... CNPJ n., neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr., brasileiro,, portador do CPF n....., doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa estabelecida na Rua - CNPJ n., neste ato representado por seu Sócio, Senhor brasileiro,, portador do CPF n..... doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato de fornecimento de destinados para em decorrência do Processo Licitatório n....., Modalidade de Pregão Presencial n...., data de abertura das propostas, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS

1. Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2. A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para o transporte escolar de materiais/correlatos para prestar serviço a Secretaria de Educação referente ao ano letivo de 2015

Item	DESCRIÇÃO	Unidade	Quantidade	Preço Unidade	Preço Total

CLÁUSULA TERCEIRA – O REGIME DE EXECUÇÃO E PRAZO E VIGÊNCIA

3.1. **DA EXECUÇÃO:** Os serviços de transporte escolar objeto do presente certame licitatório deverão ser realizados pelo prazo de 200 (duzentos) dias letivos.

3.2. A contratada fica obrigada a aceitar nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do artigo 65 da Lei nº. 8666/93 atualizada.

3.3. Dos Prazos e Vigência - O prazo para execução do contrato será de um ano a partir da assinatura do contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. O preço ajustado para a execução do objeto constante da cláusula segunda será de R\$...... por km. O valor total do trajeto por dia será de R\$ E valor global do contrato de R\$

4.2. O pagamento do valor do objeto contratado será efetuado, mediante apresentação de nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo órgão encarregado pelo gerenciamento e fiscalização dos serviços prestados e/ou juntamente anexada com a respectiva autorização de prestação de serviços carimbada e assinada pela autoridade competente em até 30 (trinta) dias.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

4.3. Caso a prestação de serviços seja recusada ou o correspondente documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data de regularização da prestação do serviço ou do documento fiscal.

MUNICÍPIO DE IMARUÍ
RUA JOSÉ INACIO DA ROCHA, 109.
CNPJ – 82.538.851/0001-57

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE

5.1. Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada.

5.2. Em havendo prorrogação do prazo de vigência do contrato, poderá ser concedido reajuste a partir do segundo ano de vigência do contrato, utilizando-se, para tanto, o IGPM acumulado nos últimos doze meses.

CLÁUSULA SEXTA – DO EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO

6.1. Na eventualidade do Município não cumprir com os pagamentos contratados, remunerará os atrasos a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

7.1. As despesas decorrentes do objeto deste Termo de Referência correrão por conta das dotações orçamentárias do ano de 2015 da fonte de Recurso Próprio, do PNATE, do Salário Educação, do EJA e do FUNDEB 40%.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

8.1. Obrigações da Contratada

- a)** A contratada obriga-se a cumprir todas as exigências da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desporto de maneira a atender as necessidades;
- b)** A contratada assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução dos serviços;
- c)** A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo;
- d)** A contratada cumprirá o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9854, de 27 de outubro de 1999;
- e)** A contratada assumirá responsabilidade pela prestação do serviço descrito no objeto, bem como por quaisquer danos causados a esta Municipalidade ou a terceiros;
- f)** A contratada deverá cumprir rigorosamente o itinerário estabelecido no Edital, levando em consideração a necessidade de alteração do trajeto, horário e número total de passageiros que cada veículo transportará, quando conveniente aos alunos e determinado pelo Município;
- g)** Permitir que os Prepostos do Município inspecionem a qualquer tempo e hora andamento dos serviços e estado dos veículos colocados a disposição do Transporte Escolar;
- h)** A contratada é responsável em formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato, bem como eventuais substituições de pessoas que se fizerem necessárias por qualquer motivo;



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

- l)** A contratada sujeitar-se-á às determinações do Município relativas ao número total de passageiros que cada veículo poderá transportar, objetivando a segurança dos passageiros;
- j)** A contratada terá que comunicar da substituição dos veículos que realizam o serviço de transporte escolar e a apresentar das documentações necessárias de acordo com o contrato.
- k)** A contratada é responsável também em arcar com eventuais prejuízos, indenizações e demais responsabilidades causadas ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados, por ineficiência, negligência, imperícia, imprudência ou irregularidades cometidas na execução do Contrato;
- l)** A CONTRATADA assumirá todas as despesas com o veículo e sua manutenção, com pessoal, encargos trabalhistas, seguros e normas de transportes de passageiros. A contratada deverá assumir com assinatura do contrato, total responsabilidade civil e criminal pelo transporte dos alunos, eximindo a administração municipal de qualquer compromisso presente ou futuro;
- m)** O objeto do presente contrato e a consequente prestação de serviços da contratada determinam como prioridade os transportes de alunos, vedado o transporte de passageiros;

8.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- a)** Efetuar o pagamento no prazo de até 30 (trinta) dias corridos subsequentes a prestação de serviços e do fornecimento das correspondentes Notas Fiscais/Faturas, desde que verificados e aceitos pela Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, por meio do atesto da prestação de serviço em tais documentos fiscais, ou acompanhados pela autorização de prestação de serviços devidamente assinada e carimbada pelo Secretário Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude ou funcionário designado por este.
- b)** Promover, através de seu representante, o acompanhamento e fiscalização do serviço prestado pela empresa sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.
- c)** Aplicar à empresa vencedora, penalidades, quando for o caso.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

9.1. A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- Advertência;
- Multa de 10% sobre o valor total do contrato;
- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.
- Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza ao Contratada.

9.2. Além das penas acima citadas, a Contratada que não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá as seguintes penalidades:

- a)** 1% (um por cento) sobre o valor do contrato por dia letivo em que não foi efetuado o transporte;
- b)** 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato caso não seja efetuado o transporte escolar, objeto do presente contrato por mais de 05 (cinco) dias, sem prejuízo da alínea anterior.

9.2.1 As multas previstas nas letras "a e b" são independentes e serão aplicadas cumulativamente.

9.3. Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

9.4. Ainda nos termos do artigo 7º da Lei n.10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

9.5. O Não cumprimento do horário pré-estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação, acarretará no não pagamento da quilometragem efetuada no dia do ocorrido.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES

10.1. A contratada se obriga a manter durante a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que lhe deu origem, sob pena de motivo justo para rescisão e aplicação de penalidades.

10.2. Após a homologação do resultado do presente processo licitatório e adjudicação do objeto ao vencedor, será este convocado para assinar contrato com o Município conforme minuta identificada como Anexo VI a este edital, que fica fazendo parte integrante deste para todos os fins e efeitos.

10.3. O proponente vencedor deverá no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação, assinar o contrato. Farão parte integrante do contrato, todos os elementos apresentados pela licitante vencedora que tenham servido de base para o julgamento deste Certame bem como as condições estabelecidas no edital e seus anexos, independentemente de transcrição.

10.4. Se a licitante vencedora deixar de assinar o contrato dentro de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de recebimento da notificação, e sem justificativa por escrito aceito por esta Municipalidade, caducará o seu direito de vencedora, sujeitando-se às penalidades aludidas no presente Edital.

10.5. Ocorrendo à hipótese prevista no item anterior, o objeto da presente licitação poderá ser adjudicado às licitantes remanescentes, na ordem da classificação, nas mesmas condições propostas pela licitante vencedora, inclusive quanto ao prazo e preço.

10.6. Os veículos a serem utilizados na prestação dos serviços, objeto deste edital, não poderão ter mais de 20 anos de uso.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1. Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

a) A execução deste Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante do CONTRATANTE, nos termos do art. 67 da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;

b) O Município a seu critério e através do departamento de educação, exercer ampla e irrestrita e permanente fiscalização de todas as linhas e do comportamento do pessoal da contratada;

c) A contratada declara aceitar integralmente todos os métodos e formas de fiscalização feita pela contratante, bem como inspeção de rotina e fiscalização da forma de execução dos serviços ora contratados;

d) A existência e atuação da fiscalização feita pela contratante, em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da contratada, no que concerne ao objeto contratado e a suas consequências e implicações presentes ou futuras;



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LIBERAÇÃO

13.1. Este Contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no art. 65 da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, sempre através de Termo Aditivo, numerado sempre em ordem crescente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO

14.1. O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto na Cláusula Nona.

14.2. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

a) Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

- I. o atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do material licitado;
- II. entrega de material fora das especificações constantes no Objeto deste edital;
- III. a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;
- IV. o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;
- V. o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;
- VI. a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- VII. a dissolução da empresa;
- VIII. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;
- IX. razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e
- X. a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

14.3 - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

14.4 - Em havendo rescisão administrativa, ficam reconhecidos os direitos do Município, nos termos do artigo 77, da Lei de Licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

15.1. O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e dos princípios gerais de Direito, Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

16.1. Este Contrato está vinculado ao Pregão Presencial n. 01/2015, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei Federal n.8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões, Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E GERAIS

17.1. Este Contrato é intransferível, não podendo a CONTRATADA, de forma alguma, sem anuência do contratante, sub-rogar seus direitos e obrigações a terceiro.

17.2. Após o início do ano letivo, verificando a necessidade, poderão sofrer alteração a quantidade de km mencionados, com fundamento do artigo 65, § 1º da Lei Federal N. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1. Fica eleito o foro da Comarca de Imaruí, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional n. 19/98.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Imaruí - SC, 26 de Janeiro de 2015.

CONTRATANTE
Prefeito Municipal

CONTRATADA
Empresa

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Secretário Municipal da Educação, Cultura,
Desporto e Juventude

TESTEMUNHAS:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CPF:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CPF:



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ**

**ANEXO VIII
AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2015**

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO

(NOME DA EMPRESA) _____, CNPJ N.
_____, sediada _____(endereço completo)
_____, declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem
fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de
declarar ocorrências posteriores.

Local e data

Nome e número da identidade do declarante
N. DO CNPJ



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ**

**ANEXO IX
AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2015**

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO POSSUI EM SEU QUADRO DE PESSOAL SERVIDORES PÚBLICOS EXERCENDO FUNÇÕES TÉCNICAS, COMERCIAIS, DE GERÊNCIA, ADMINISTRAÇÃO OU TOMADA DE DECISÃO.

_____ (Nome da Empresa), CNPJ N _____ sediada na Rua _____, n _____, bairro, _____, Município _____, CEP _____, por seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao solicitado no Edital de Pregão Presencial nº. 01/2015, DECLARA, que não possui em seu quadro de pessoal Servidores Públicos exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão, (inciso III, do art. 9º da Lei 8666/93).

Local e data

Assinatura do representante legal sob carimbo

RG:

CPF:

CNPJ da empresa



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ**

**ANEXO X
AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2015**

DECLARAÇÃO

Eu _____ declaro que os documentos que compõem o Edital foram colocados à disposição e tomou conhecimento de todas as informações, condições locais e grau de dificuldade dos serviços a serem executados, dando concordância a todas as condições desta Licitação de Pregão, sem restrições de qualquer natureza e de que, vencedor desta Licitação, executará os serviços objeto desta licitação, pelo preço proposto e de acordo com as normas deste certame licitatório.

Nome: _____

RG:

CPF



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ**

**ANEXO XI
AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2015**

DECLARAÇÃO

EU _____.

Declaração que não encontra-se inidônea para licitar ou contratar com órgãos da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal;

Nome:

RG:

CPF



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

ANEXO XII
AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2015

DECLARAÇÃO

Declaração de que colocará à disposição do contrato tantos, quantos veículos foram cotados pela licitante, com idade não superior a 20 anos de uso, e com capacidade nominal individual de acordo com a necessidade expressa na descrição de cada trajeto que compõem o objeto deste Edital.

Nome: _____

RG:

CPF



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ**

**ANEXO XIII
AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2015**

DECLARAÇÃO

EU _____ declaro que os veículos possuem todos os equipamentos exigidos pelo Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN.

Nome:
RG:
CPF



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ**

**ANEXO XIV
AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2015**

DECLARAÇÃO

EU _____ Declaro que conheço os trajetos e as respectivas quilometragens correspondentes, dos itens cotados pela licitante, e de que assumirá integralmente a responsabilidade.

Nome: _____

RG:

CPF:

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ
Rua José Inácio da Rocha, 109 – Centro
88770-000 - Imaruí/SC

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2015

Processo Licitatório nº. 06/2015
Processo Administrativo nº 060/2014

Regência: Lei federal nº 10.520/02, pelo Decreto Federal nº 3.555/2000 e Decreto Municipal nº 049/2013, e subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações posteriores.

OBJETO:

CONSTITUI COMO OBJETO A AQUISIÇÃO DE FILTROS, PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS.

O Edital e seus anexos poderão ser retirados no Setor de Licitações, na Prefeitura Municipal de Imaruí. Também estará disponível, através do site oficial do município no endereço www.imarui.sc.gov.br e também no Diário Oficial dos Municípios – D.O.M.

Mais informações podem ser obtidas pelo telefone: (48) 3643-0161, através do e-mail licitacao@imarui.sc.gov.br e no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Imaruí, na Rua José Inácio da Rocha, nº 109, Centro - Imaruí - Santa Catarina no horário de expediente.

Imaruí, 26 de Janeiro de 2015

Página 1 de 33



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL PMI Nº. 06/2015

Preâmbulo

O Município de Imaruí/SC torna público por intermédio do seu Setor de licitação que realizar-se-á licitação sob modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor preço, pelo regime de execução indireta MENOR PREÇO POR ITEM, que será regida pelas Leis nº 8.666/93, 123/06, 10.520/02, pelo Decreto 3.555/2000 com as alterações posteriores, além das cláusulas e condições constantes neste Edital e seus respectivos Anexos, a fim de escolher a melhor proposta do seguinte objeto: A aquisição de Filtros, para uso da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

SECRETARIA INTERESSADA: Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

TIPO: Pregão Presencial – Menor preço por item.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até as 15:55 horas do dia 11 de Fevereiro de 2015.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: 16:00 horas do dia 11 de Fevereiro de 2015.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 16:00 horas do dia 11 de Fevereiro de 2015.

Local de apresentação e abertura dos envelopes: no Setor de Licitação, na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua José Inácio da Rocha, nº. 109 - Centro, na cidade de Imaruí, Estado de Santa Catarina.

O Edital se encontrará disponível, no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Imaruí, no horário de expediente, na íntegra, no site oficial do município através do endereço www.imarui.sc.gov.br e disponível também no Diário Oficial dos municípios (D.O.M.).

A Proposta comercial deverá ser apresentada em conformidade com as cláusulas do presente edital, mais especificamente a cláusula 4, e o estabelecido no Anexo IV – Proposta de preço.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Licitação tem por objeto a aquisição de Filtros, para uso da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações que deles poderão advir facultando-se a realização de licitação específica para o objeto pretendido, sendo assegurado ao beneficiário do registro à preferência na contratação em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

2. DA APRESENTAÇÃO

2.1. No dia, hora e local designados no preâmbulo deste Edital, o (a) Pregoeiro (a) e/ou a sua equipe de apoio receberá (ao) os envelopes contendo as "Propostas" e os "Documentos de Habilitação", em envelopes distintos, fechados e lacrados, contendo na parte externa, a seguinte identificação:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ
PREGÃO PRESENCIAL PMI Nº. 06/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ
PREGÃO PRESENCIAL PMI Nº. 06/2015



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

**ENVELOPE Nº. 01 - PROPOSTA DE PREÇOS
RAZÃO SOCIAL:**

**ENVELOPE Nº. 02 - HABILITAÇÃO
RAZÃO SOCIAL:**

3. CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO

3.1. Os dois envelopes (proposta de preços e habilitação), e os documentos (apresentados fora dos envelopes), que são: Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação (ANEXO II) e a certidão simplificada da Junta Comercial do Estado para comprovação do seu enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte (se for o caso) deverão ser entregues no início da sessão de abertura dos envelopes e julgamento, conforme data e horário estabelecido no preâmbulo deste edital.

3.1.1. A entrega também poderá ser efetuada na forma abaixo:

a) no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Imaruí, Rua José Inácio da Rocha, 109, Centro, Imaruí/SC, até a hora e data determinadas no preâmbulo deste edital;

b) através dos Correios, desde que entregues no Setor de Licitações até a data e hora definidas no preâmbulo deste Edital. Neste caso, os envelopes nº 01 (proposta de preços) e nº 02 (habilitação) e, ainda, a declaração prevista no subitem 3.2 e a certidão (se for o caso) previstas no subitem 3.3 deverão estar dentro de um terceiro envelope, postado para o seguinte endereço e identificação: Prefeitura municipal de Imaruí, Rua José Inácio da Rocha, 109, Centro-Imaruí/SC CEP: 88770-000 A/C Pregoeiro do Pregão Presencial Nº 06/2015.

3.1.1.1. Não havendo representante devidamente credenciado na sessão de abertura dos envelopes e julgamento, acarretará no impedimento do licitante participar da fase de lances e de exercer o direito de recurso.

3.2. A declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação deverá ser datilografada ou digitada, preferencialmente em papel timbrado e nela deverá constar o nome do licitante, endereço, CNPJ, a declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no título do pregão presencial nº 06/2015, e o nome e assinatura do responsável.

3.3. As microempresas e empresas de pequeno porte que quiserem postergar a comprovação da regularidade fiscal para o momento da assinatura do contrato e ter preferência no critério de desempate quando do julgamento das propostas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deverão apresentar no credenciamento a certidão simplificada da Junta Comercial do Estado, emitida em até 90 dias da data da entrega dos envelopes, para comprovação do seu enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte.

3.4. Não poderão participar desta licitação e nem serão consideradas licitantes as empresas que entregam o envelope após o horário estabelecidos ou não entregaram a declaração de cumprimento dos requisitos de Habilidade (anexo II).

3.5. Serão admitidos a participar desta Licitação os que estejam legalmente estabelecidos à forma da Lei, para os fins do objeto pleiteado.

3.6. É vedada a qualquer pessoa física ou jurídica a representação, na presente Licitação, de mais de uma empresa.

3.7. Será admitida, em todas as etapas da Licitação, a presença de somente um representante de cada proponente.

3.8. A proponente deverá apresentar, inicialmente e separado dos envelopes, documento com a indicação do representante credenciado, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da empresa proponente.

3.8.1 O credenciamento far-se-á por meio de:



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

a) Instrumento público de procuração e documento de identificação do representante com foto.

b) Instrumento particular com firma reconhecida, acompanhado de cópia autenticada do respectivo Estatuto ou Contrato Social (ou cópia simples, acompanhada dos originais para ser autenticada pelo Pregoeiro em sessão) e documento de identificação com foto do representante; ou.

c) Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, deverá apresentar a cópia autenticada do respectivo Estatuto ou Contrato Social (ou cópia simples, acompanhada dos originais para ser autenticada pelo Pregoeiro em sessão), no qual estejam expressos seus poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e documento de identificação com foto.

3.8.2 Os documentos apresentados nos subitens de 3.8.1, alíneas "a", "b" e "c" deverão ser originais, ou, se a proponente preferir apresentá-los em fotocópia, a mesma deverá estar autenticada (ou acompanhada pelo original para possível autenticação em sessão pelo pregoeiro). Segue modelo (Anexo I).

3.9. Somente poderão se manifestar no transcorrer das reuniões, os representantes das proponentes, desde que devidamente credenciados.

3.10. Não será admitida nesta Licitação a participação de empresas que estejam reunidas em consórcio e seja controladora, coligadas ou subsidiárias, entre si, ou ainda, qualquer que seja sua forma de constituição, e estrangeiras que não funcionem no país.

4. DA PROPOSTA DE PREÇOS

4.1. A Proposta de Preços contida no Envelope nº. 01 deverá ser apresentada na forma e requisitos indicados nos subitens a seguir:

a) preferencialmente emitida por computador ou datilografada em papel com o timbre da empresa, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas devidamente assinados pelo responsável da empresa representada em 01 (uma) via.

b) conter Razão Social completa e CNPJ da licitante. Havendo matriz ou filial sediada no Estado de Santa Catarina o Município dará preferência pela emissão de nota fiscal por aquela aqui sediada.

4.2. A proposta de preços original deverá conter OBRIGATORIAMENTE A MARCA E O VALOR UNITÁRIO DO ITEM, não podendo ultrapassar o valor máximo unitário previsto, sob pena de desclassificação.

4.2.1 Deverá ser proposta apenas 01 (uma) marca para cada item.

4.2.2 Os preços deverão ser apresentados em moeda corrente nacional, com no máximo 02 (duas) casas decimais após a vírgula, computados os tributos de qualquer natureza incidentes sobre o objeto a ser fornecido, bem como, o custo de Transporte, inclusive carga e descarga, correndo tal operação, única e exclusivamente por conta, risco e responsabilidade da empresa vencedora desta Licitação.

4.3. O prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias, contados da data limite para a entrega dos envelopes.

4.4. A apresentação da proposta será considerada como evidência de que a licitante EXAMINOU CRITERIOSAMENTE OS DOCUMENTOS DESTE EDITAL, SEUS ANEXOS e que os produtos que foram cotados apresentam todas as características e especificações mínimas exigidas na folha proposta de preços, conforme ANEXO IV do Edital.

4.5. A apresentação de proposta de preço implica na plena aceitação, por parte da proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

4.6. Na omissão dos prazos de execução, pagamento, garantia e validade da proposta, serão considerados os constantes do edital e na divergência entre o preço unitário e global, prevalecerá o preço unitário.

4.7. Caso a Proposta de Preço não apresente data para contagem de prazo de sua validade, será considerada a data da abertura dos envelopes.

4.8. A Proposta de Preço não poderá, sob qualquer hipótese, ser apresentada com o Timbre da Prefeitura Municipal de Imaruí.

5. DA HABILITAÇÃO

5.1. A proponente deverá apresentar o envelope nº. 02 "HABILITAÇÃO", em 01 (uma) via contendo os seguintes documentos:

5.1.1 Habilitação Jurídica:

5.1.1.1 Registro Comercial, no caso de empresa individual, ou;

5.1.1.2 Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;

5.1.1.3 Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício, ou;

5.1.1.4 Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e Ato de Registro ou Autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

5.1.1.5 Será obrigatório, sob pena de inabilitação, que a licitante tenham em seus atos constitutivos/objeto social as atividades compatíveis com o objeto deste Edital.

5.1.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista:

5.1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

5.1.2.2. Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais e Certidão Quanto à Dívida Ativa da União - Conjunta;

5.1.2.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

5.1.2.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal;

5.1.2.5. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, demonstrando a situação regular no cumprimento dos encargos instituídos por Lei.

5.1.2.6. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social - INSS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.

5.1.2.7. Declaração em cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

5.1.2.8. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

Observação: As certidões negativas deverão ser do domicílio ou sede da licitante.

5.1.3 Qualificação Econômica - Financeira:

5.1.3.1. Certidão negativa de falência e concordata, expedida pelo cartório distribuidor da sede da licitante;

5.1.4 Qualificação Técnica:

5.1.4.1. Alvará de Funcionamento;

5.1.4.2. Declaração do licitante que não há nenhum fato impeditivo de sua participação no certame;

5.2. Ao Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar da licitante, em qualquer tempo, no curso da Licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhe prazo para atendimento.

5.3. A falta de quaisquer dos documentos exigidos no Edital, implicará inabilitação da licitante, sendo vedada, sob pretexto, a concessão de prazo para complementação da documentação exigida para a habilitação. (Exceto Microempresa ou Empresa de



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

Pequeno Porte que tenham apresentado a certidão expedida pela junta Comercial adquirindo o Direto da Lei nº 123/2006.

5.4. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

5.5. A documentação de habilitação deverá ser apresentada em nome da licitante que será responsável pela execução do contrato e faturamento, com o mesmo número do CNPJ e endereço. Serão aceitos documentos com a mesma razão social, porém CNPJ e endereço diverso quando os mesmos tiverem validade para todas as filiais e matriz.

OBSERVAÇÃO

A) Os documentos necessários à Habilitação deverão ser preferencialmente, apresentados conforme a sequência acima mencionada, e poderão ser apresentados em original, ou, se preferir, deverá ser apresentado por qualquer processo de cópia autenticada, ou publicação em órgão da imprensa oficial. Os documentos que forem apresentados em original não serão devolvidos, e passarão a fazer parte integrante deste processo licitatório.

B) Os documentos somente poderão ser autenticados por servidor da Administração.

C) Quando se tratar de cópia de documento obtido através da Internet, este não precisa ser autenticado, uma vez que terá sua validade confirmada pelo Pregoeiro e equipe de apoio.

6. DA ABERTURA E JULGAMENTO

6.1. No dia, horário e local indicados no preâmbulo do Edital, o Pregoeiro e a equipe de apoio reunir-se-ão em sala própria, na presença dos representantes de cada proponente participante, procedendo como adiante indicado.

6.2. Realizar-se-á o credenciamento dos interessados ou de seus representantes, que consistirá na comprovação de que possui poderes para formulação de ofertas e lances verbais, para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame, conforme Cláusula Terceira do presente Edital.

6.2.1. A não comprovação de que o interessado ou seu representante legal possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a licitante de ofertar lances verbais, lavrando-se em ata o ocorrido.

6.3. Deverá ser apresentada, ainda, a Declaração para Habilitação e a comprovação de que a licitante é Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (se for o caso) enquadrada na forma da Lei Complementar 123/2006, sob pena de ser desconsiderada tal condição.

6.4. Abrir-se-ão os envelopes nº. 01 "PROPOSTA DE PREÇOS" das empresas que entregaram os envelopes até o dia e horário indicado apazado no Edital.

6.4.1. O pregoeiro e a equipe de apoio rubricarão e submeterão a rubrica de todas as proponentes os documentos contidos no certame. O Pregoeiro procederá a verificação do conteúdo do envelope nº 01, em conformidade com as exigências contidas neste Edital.

6.4.2. O Pregoeiro classificará a proponente que apresentar a proposta de Menor preço Global e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) relativamente à proposta de preço de menor valor; ou classificará as 03 (três) propostas de preços de menor valor apresentadas pelas proponentes, quando não ocorrer pelo menos 03 (três) ofertas no intervalo de 10% (dez por cento), excetuadas aquelas propostas que estão superiores ao valor máximo estipulado no edital.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

6.4.3. Às proponentes classificadas, conforme subitem anterior será dada oportunidade para disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior preço.

6.4.3.1 A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente de preços.

6.4.3.2. Fica a encargo do Pregoeiro a fixação de parâmetros mínimos de valores sobre os lances verbais, podendo, inclusive, alterá-los no curso da sessão (estipulação de valores mínimos entre um lance e outro).

6.4.3.3. O Pregoeiro poderá fixar tempo máximo para que as licitantes calculem e ofereçam novos lances.

6.4.3.4. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

6.4.3.5. A ocorrência de oferta de lance com vista ao empate implicará na classificação preferencial da proponente que ofertou o menor valor anteriormente, na sua vez de oferta.

6.4.3.6. Dos lances ofertados não caberá retratação.

6.4.3.7. A proponente que desistir de apresentar lance verbal quando convocado pelo Pregoeiro, será excluída da etapa de lances verbais, mantendo-se o último preço apresentado pela mesma, para efeito de ordenação das propostas.

6.4.4. Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro fará a classificação provisória pela ordem crescente dos preços apresentados.

6.4.5. Procedida à classificação e verificada que o melhor preço foi apresentado por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte licitante, o Pregoeiro abrirá o seu envelope de habilitação, e caso a habilitação fiscal não estiver regular, o mesmo intimará a licitante para no prazo de 02 (dois) dias úteis, prorrogáveis por igual período, mediante requerimento justificado, proceder à regularização da documentação mediante apresentação das respectivas certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

6.4.6. Regularizada a habilitação fiscal pela licitante Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, a mesma será declarada vencedora do certame.

6.4.7. Caso não ocorra à regularização da habilitação fiscal da licitante Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, no prazo concedido, a mesma será declarada excluída do certame, aplicando-se-lhe a penalidade de que trata o no item "Das sanções administrativas" deste Edital, e retomando a licitação na forma do item 7.4.5 ou do item 7.4.8..

6.4.8. Procedida à classificação provisória e verificada que o melhor preço/lance não foi apresentado por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte licitante, o Pregoeiro verificará o eventual empate legal das propostas, na forma do parágrafo 2º do art. 44 da LC 123/2006, para aplicação do disposto no art. 45 daquele Diploma Legal.

6.4.9. Ocorrendo empate fictício, na forma da lei, o Pregoeiro procederá da seguinte forma:

I - a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da classificação provisória, situação em que, após a verificação da regularidade fiscal (na forma dos itens anteriores), será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

II - não ocorrendo à contratação da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, na forma do inciso I deste item, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do parágrafo 2º do art. 44 da LC 123/2006, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III - no caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas ou empresa de Pequeno Porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos no



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

parágrafo 2º do art.44 da LC 123/2006, será realizados sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta

6.4.10. O prazo para apresentação de nova proposta será de até 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do direito de inovar em seu preço (art. 45, parágrafo 3º da LC 123/2006).

6.4.11. Na hipótese de não-contratação nos termos previstos no caput do artigo 45 da LC 123/2006, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

6.4.12. Será assegurado, como critério inicial de desempate, preferência de contratação para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

6.4.13. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas às propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da proposta da primeira classificada por item, lote ou global (conforme o caso), quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

6.4.14. Será desclassificada a proponente que:

- a)** deixar de atender a alguma exigência constante deste Edital;
- b)** apresentar oferta de vantagem não prevista no Edital ou vantagem baseada nas propostas dos demais proponentes;
- c)** apresentar preços manifestamente inexequíveis ou que ultrapassem o valor máximo unitário, estipulado no Edital (artigo 4º, inciso VII da Lei 10.520/2002).

6.4.15. Para fins de aferição de inexequibilidade das propostas, o Pregoeiro determinará que a licitante deverá fazer prova de que possui condições de cumprir o objeto do Edital, através da planilha pormenorizada com a devida comprovação (documentos, notas fiscais, recibos, etc...) que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado, na forma do artigo 48, inciso II, da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

6.4.16. Sendo aceitável a proposta de menor preço Global será aberto o envelope contendo a Documentação de Habilitação da licitante vencedora, para confirmação das suas condições habilitatórias, com base nas exigências constantes neste Edital.

6.5. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarada a proponente vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto definido neste Edital e seus Anexos.

6.5.1. Será julgada inabilitada a proponente que:

- a)** deixar de atender alguma exigência constante do presente Edital,
- b)** apresentar declaração ou documentação que contenha qualquer vício de ordem formal.

6.5.2. Em face dos artigos 42 e 43 da Lei Complementar 123/2006, o Pregoeiro adotará o seguinte procedimento quando a vencedora for Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte:

a) serão analisados os documentos não integrantes da regularidade fiscal, decidindo-se sobre o atendimento das exigências constantes do Edital, de forma que serão inabilitados os licitantes que apresentarem irregularidades em relação a estas exigências;

b) serão analisados os documentos relativos à regularidade fiscal, declarando-se:

b.1) o atendimento das exigências constantes do Edital com a respectiva habilitação; ou

b.2) o desatendimento das exigências constantes do Edital com a suspensão do julgamento da habilitação fiscal em relação aquela Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte licitante, para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, prorrogáveis por igual período, mediante requerimento justificado, proceder à regularização da documentação mediante apresentação das respectivas certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

6.5.2.1. Ocorrendo a Situação estabelecida na alínea "b.2" acima, o licitante Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte poderá se manifestar, na própria reunião, sob pena de decadência, sobre a desistência de sua proposta acaso não vislumbre a possibilidade de regularização da habilitação fiscal na forma da lei, isentando-se de eventual penalização em caso de ser declarada vencedora do certame.

6.6. Encerrado o julgamento da proposta e da habilitação, o Pregoeiro declarará à vencedora, proporcionando a seguir a oportunidade as licitantes para que se manifestem acerca da intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta desta manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte das licitantes, registrando na Ata de Sessão, a síntese dos motivos para a futura impetração de recurso, bem como o registro de que todos os demais licitantes ficaram intimadas para se manifestar sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias consecutivos, após o término do prazo do recorrente para juntada de memoriais – razões de recursos do recorrente – nos termos do art. 4º XVIII da Lei n. 10.520/02, proporcionando – se a todos, vista imediata de processo no Setor de Licitação.

6.7. A ausência da proponente ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á renúncia ao direito de recorrer.

6.8. Da reunião lavrar-se-á Ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá obrigatoriamente ser assinada pelo Pregoeiro, equipe de apoio e a(s) licitante(s) presente(s).

6.9. Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, os licitantes presentes.

6.10. Não considerar-se-á qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital e seus Anexos.

6.11. A presente licitação para os efeitos de julgamento será do tipo "MENOR PREÇO" considerando-se o Menor preço Global para fins da escolha mais vantajosa para a municipalidade.

6.12. Em caso de dúvidas a respeito das características do produto cotado (se atende ao exigido no Edital), o (a) pregoeiro.

(a) poderá exigir do licitante que apresente amostra do produto - se assim julgar estritamente necessário - nos termos do art. 43, § 3º da Lei 8.666/1993, depois da etapa de lances do item questionado. As amostras ficarão à disposição dos demais licitantes e serão analisadas pelo Município, mediante Laudo Técnico. Caso o produto não atenda as especificações mínimas solicitadas no Edital, o licitante será desclassificado.

7. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS RECURSOS

7.1. Até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar o ato convocatório do presente Pregão Presencial, aplicando-se neles subsidiariamente as disposições contidas na Lei 8.666/93.

7.1.1. Em se tratando de licitante, o prazo para impugnação é de até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas.

7.2. Ao final da sessão, a proponente que desejar recorrer contra decisões do Pregoeiro poderá fazê-lo, manifestando sua intenção com registro da síntese dos motivos, obrigando-se a juntar memoriais no prazo de 03 (três) dias. Os interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contra razões em igual número de dias, que



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

começarão a correr do término do prazo do recorrente. As razões e as contrarrazões de recurso deverão ser enviados aos cuidados do Pregoeiro.

7.3. A falta de manifestação imediata e motivada na sessão do Pregão Presencial, bem como a não entrega das razões de recurso importará na preclusão do direito de recurso. Fica facultada ao licitante a apresentação das razões do recurso, desde que conste em ata os argumentos.

7.4. Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pela proponente.

7.5. Não serão reconhecidas as impugnações e recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente.

7.6. Os recursos e contra razões de recurso, bem como impugnação do Edital, deverão ser dirigidos ao Pregoeiro e protocolados junto ao Setor de Licitações, localizado na sede da Prefeitura Municipal, sita na Rua José Inácio da Rocha, 109, Centro, CEP 88.770-000, Município de Imaruí/SC, em dias úteis, no horário de expediente, a qual deverá receber examinar e submetê-lo à Autoridade competente que decidirá sobre a pertinência.

7.7. É vedada ao licitante a utilização de recurso ou impugnação como expediente protelatório ou que vise a tumultuar o procedimento da Licitação. Identificado tal comportamento poderá o Pregoeiro, ou se for o caso, a Autoridade superior, arquivar sumariamente os expedientes.

08. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1.1. Os serviços serão executados de acordo com o evento que o município ira realizar ou apoiar e será especificado na solicitação de contratação da secretaria requisitante.

09. DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

09.1. A inexecução total ou parcial das obrigações oriundas das obrigações da empresa enseja a aplicação das penalidades previstas na Ata de Registro de Preços ou Contrato, inclusive multa no valor de até 20% do Contrato firmado entre as partes.

09.2. A Contratada será responsável por eventuais danos havidos nos objetos/materiais, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus empregados, obrigando-se a substituí-los, ou a indenizar a Administração do prejuízo causado.

09.3. No caso de acréscimo contratual em até 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo total estimado de cada item, fica o fornecedor obrigado a aceitar o acréscimo.

10. DA FORMA DE PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados a partir da execução dos serviços e mediante a apresentação da Nota Fiscal/fatura devidamente atestada pelo responsável do setor requerente.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. O licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documento exigido ou apresentar documentação falsa para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

objeto, não mantiver a proposta ou lance durante o prazo de sua validade, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, poderá sofrer, garantida a sua prévia defesa, as seguintes sanções:

I – Advertência

II – Multa:

a) de 0,5% (meio do cento) ao dia sobre o valor da entrega, em caso de atraso injustificado ou pela entrega parcial dos produtos. Contados a partir da data da primeira entrega;

b) de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato em caso de inexecução total da obrigação assumida;

III – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

11.2. As penalidades previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, eximem a licitante da reparação de eventuais perdas e danos que sua conduta possa causar tanto a Administração Pública quanto a terceiros, nem impedem a rescisão do contrato.

11.3. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vistas ao processo.

12. PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO

12.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

12.2. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

12.3. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

12.4. Efetuar o pagamento no prazo de até 30 (trinta) dias corridos subsequentes ao recebimento dos produtos e do fornecimento das correspondentes Notas Fiscais, desde que verificados e aceitos pela secretaria responsável, por meio do atesto do fornecimento em tais documentos fiscais.

13. DAS CONDIÇÕES GERAIS E DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. A presente Licitação não importa necessariamente em contratação, podendo o Município revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato supervenientes comprovados ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado para conhecimento dos participantes da licitação.

13.2. As proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a administração não será, em nenhum caso, responsável por esses



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.3. A proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da Licitação.

13.4. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

13.5. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, firmando-se que só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente normal na Secretaria de Administração e Finanças.

13.6. As proponentes intimadas para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.

13.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

13.8. As normas que disciplinam este Pregão Presencial serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

13.9. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas às proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento.

13.10. A participação da proponente nesta licitação implica a aceitação de todos os termos deste Edital.

13.11. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

13.12. Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e Anexos deverá ser dirigido ao Pregoeiro através do e-mail licitacao@imarui.sc.gov.br ou por escrito e protocolados junto ao setor de Licitações da Prefeitura Municipal, situada na Rua José Inácio da Rocha, Centro, CEP 88.770-000 na cidade de Imaruí/SC, em dias úteis, no horário de expediente.

13.13. Os casos omissos serão decididos pelo Pregoeiro em conformidade com as disposições constantes nas Leis citadas no preâmbulo deste Edital.

13.14. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o local da realização do certame, considerado aquele a que está vinculado o Pregoeiro, ou seja, o foro da Comarca de Imaruí/SC.

13.15. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

13.16. Recomendam-se às licitantes que estejam no local marcado com antecedência de 15 (quinze) minutos do horário previsto para a entrega dos envelopes n.º 01 e 02 e da documentação de Credenciamento.

13.17. Os envelopes contendo a "Proposta de Preços" e os "Documentos de Habilitação" deverão ser entregues junto ao Setor de Licitações, na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua José Inácio da Rocha, 109, Centro, CEP 88770-000 na cidade de Imaruí/SC, em dias úteis e no horário de expediente.

13.18. Os recursos decorrentes deste processo licitatório serão recebidos, analisados e julgados de acordo com a legislação vigente.

13.19. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

13.20. Ao apresentar proposta a proponente se obriga aos termos do presente Edital.

13.21. O Edital encontra-se disponível para retirada no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Imaruí situada na Rua Jose Inácio da Rocha, nº 109, centro, Cep: 88770-000, Municipal de Imaruí, cujas informações poderão ser obtida em dias uteis, no horário de expediente 13h00min às 19h00min, através do telefone/fax: (48)3643-0161 ou ainda por e-mail:

Licitacao.imarui@gmail.com Ficará disponível, na integra, através do site www.imarui.sc.gov.br e estará disponível também no Diário Oficial dos Municípios (D.O.M.).

13.22. São partes integrantes desta Minuta de Edital

- a) Anexo I** - Credenciamento;
- b) Anexo II** - Declaração para Habilitação;
- c) Anexo III** - Minuta do Contrato;
- d) Anexo IV** - Proposta de Preços (modelo).
- e) Anexo V** - Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação.
- f) Anexo VI** - Declaração que não emprega menores.
- g) Anexo VII** - Termo de Referência

Imaruí, em 26 de Janeiro de 2015.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

ANEXO I
AO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 06/2015

Credenciamento

Através da presente, credenciamos (a) Senhor (a) _____,
portador (a) da
Cédula de Identidade nº. _____ e CPF sob nº. _____,
a participar da
Licitação instaurada pelos órgãos do Município de Imaruí, na modalidade
PREGÃO PRESENCIAL, na qualidade de
REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em
nome da empresa
_____, inscrita sob o CNPJ. Nº. _____
bem como formular propostas/lances verbais, recorrer e praticar todos os demais atos
inerentes ao certame.

_____, em ____ de ____ de 2015.

Carimbo e assinatura do credenciaste.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ**

**ANEXO II
AO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 06/2015**

Modelo de Declaração para Habilitação

DECLARAMOS para fins de participação no procedimento licitatório - PREGÃO PRESENCIAL N.º 06/2015, que a empresa _____, inscrita sob o CNPJ _____, atende plenamente aos requisitos necessários à Habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida no Edital convocatório.

_____, em ____ de _____ de 2015.

Carimbo, assinatura e CPF do representante legal.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

ANEXO III AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2015

MINUTA DE CONTRATO

Contrato que entre si celebram o Município de Imaruí, Estado de Santa Catarina, com endereço na Rua José Inácio da Rocha 109, Centro, Imaruí/SC, inscrito no CNPJ sob o nº. 82.538.851/0001-57, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Senhor Manoel Viana de Sousa, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e a empresa .., com sede na Ruanº., inscrita no CNPJ sob o nº. .., neste ato representada por seu(ua) representante legal, Senhor(a) ..., doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência do processo licitatório nº. 06/2015 - PREGÃO PRESENCIAL PMI nº. 06/2015, homologado em/...../... .., mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei nº. 10.520 e da Lei nº. 8.666 de 21/06/93 com alterações posteriores e as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O presente contrato tem por objetivo a aquisição de Filtros, para uso da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

1.2 - A CONTRATADA declara possuir condições de fornecer o objeto deste Contrato dentro das normas técnicas com qualidade e segurança.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL

2.1 - Fazem parte deste Contrato independentemente de transcrição os seguintes documentos: Proposta da CONTRATADA, Edital de Pregão Presencial PMI nº. 06/2015, além das normas e instruções legais vigentes, que lhe sejam aplicáveis.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR DO CONTRATO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 - O valor total deste contrato é de R\$. (.....).

3.2 - Fica expressamente estabelecido que os preços constantes na proposta da CONTRATADA incluem todos os custos diretos e indiretos requeridos para a execução do objeto licitado, constituindo-se na única remuneração devida.

3.3 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento dos materiais mediante a apresentação da Nota Fiscal/fatura devidamente atestada pelo responsável do setor requerente.

3.4 - Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e perante o FGTS.

3.5 - Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

3.6 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

CLÁUSULA QUARTA - RECURSOS FINANCEIROS

4.1 - As despesas decorrentes do presente Contrato correrão à conta do(s) recurso(s) financeiro(s) conforme dotações classificadas e codificadas no ano de 2015.

CLÁUSULA QUINTA - CRITÉRIO DE REAJUSTE



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

5.1 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada.

6 - PRAZO E CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. Os serviços serão executados de acordo com o evento que o município ira realizar ou apoiar e será especificado na solicitação de contratação da secretaria requisitante.

7 - PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO

7.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado, o senhor Domingos Costa Torquato como representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio, falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da contratada.

7.2. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

8. DEVERES DA CONTRATADA

8.1. Prestar o fornecimento na forma ajustada;

8.2. Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução dos serviços;

8.3. A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão de contrato por não cumprimento do mesmo;

8.4. Apresentar sempre que solicitado, durante a execução do contrato, documentos que comprovem estarem cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

8.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

8.6. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

8.7. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Promover, através de seu representante, o senhor Domingos Costa Torquato, o acompanhamento e fiscalização dos produtos entregues pela empresa sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio, falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da contratada.

9.2. Efetuar o pagamento a Contratada, de acordo com as condições estabelecidas no edital.

9.3. Aplica à empresa vencedora, penalidades, quando for o caso.



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. O licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documento exigido ou apresentar documentação falsa para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta ou lance durante o prazo de sua validade, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, poderá sofrer, garantida a sua prévia defesa, as seguintes sanções:

I – Advertência

II – Multa:

a) de 0,5% (meio do cento) ao dia sobre o valor da entrega, em caso de atraso injustificado ou pela entrega parcial dos produtos. Contados a partir da data da primeira entrega;

b) de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato em caso de inexecução total da obrigação assumida;

III – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

10.2. As penalidades previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, eximem a licitante da reparação de eventuais perdas e danos que sua conduta possa causar tanto a Administração Pública quanto a terceiros, nem impedem a rescisão do contrato.

10.3. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vistas ao processo.

11 - DAS PRERROGATIVAS DO MUNICÍPIO

11.1 - Neste contrato, são conferidas ao Município as prerrogativas de:

11.1.1 - Modificá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades do interesse público, respeitados os direitos da CONTRATADA;

11.1.2 - Rescindi-lo, unilateralmente, nas hipóteses da Cláusula 12;

11.1.3 - Aplicar as penalidades previstas pela inexecução total ou parcial do ajustado;

12 - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

12.1 - Este contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas:

12.1.1 - Por acordo das partes:

12.1.1.1 - quando necessária à modificação do regime de execução do seu objeto, em face da verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originais;

12.1.1.2 - quando necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada à antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de execução do objeto.

12.2 - Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão deste para mais ou menos, conforme o caso.

12.3 - Havendo alteração unilateral deste contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, o CONTRATANTE deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico financeiro inicial.

12.4 - As cláusulas econômico-financeiras e monetárias deste Contrato poderão ser alteradas, mediante prévia concordância da CONTRATADA.

12.5 - Na hipótese de modificação unilateral deste Contrato, as suas cláusulas econômico financeiras deverão ser revistas para que se mantenha o equilíbrio contratual.

13 - DA RESCISÃO CONTRATUAL

13.1 - Este contrato poderá ser rescindido nos termos dos artigos 77, 78, 79 e 80 da Lei nº. 8666/93.

13.1.1 - O contrato também poderá ser rescindido nos casos em que se verificar que a CONTRATADA não preenchia ou não mais preenche os requisitos de habilitação.

13.2 - Nas hipóteses legais de rescisão administrativa solicitada pela CONTRATADA, esta deverá submeter o seu pedido, necessariamente fundamentado, à apreciação da CONTRATANTE através de requerimento protocolado e instruído com a documentação comprobatória dos fatos alegados.

13.3 - A rescisão administrativa será precedida de autorização expressa e fundamentada da autoridade competente.

13.4 - A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE nos casos de rescisão previstos no artigo 77 da Lei nº. 8666/93.

14 - DA DECLARAÇÃO DE NULIDADE DO CONTRATO

14.1 - A declaração de nulidade deste contrato opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que este, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

14.2 - A nulidade não exonera o CONTRATANTE do dever de indenizar a CONTRATADA pelo que esta houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos, regularmente comprovados, contanto que não lhe sejam imputáveis, cabendo ao CONTRATANTE promover a responsabilidade de quem deu causa à nulidade.

15 - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

15.1 - O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei nº. 10.520/02, e Lei nº. 8.666/93.

16 - TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS

16.1 - A troca eventual de documentos e cartas entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

17- VIGÊNCIA DO CONTRATO

17.1 - O prazo para execução do contrato será da data da assinatura do contrato até o dia 31 de janeiro de 2015.

18 - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA

18.1 - Este contrato vincula as partes ao Processo Licitatório nº. 06/2015 - PREGÃO PRESENCIAL nº. 06/2015 e a proposta da CONTRATADA.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

19 - FORO

19 .1 - Fica eleito o foro da Comarca de Imaruí para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato. E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito. Imaruí, ____ de _____ de 2015.

ASSINATURAS

XXXXXXXXXXXXXXXXXX
Prefeito Municipal
Contratante

XXXXXXXXXXXXXXXXXX
Empresa
Contratada

XXXXXXXXXXXXXXXXXX
Secretário Municipal

XXXXXXXXXXXXXXXXXX
Procurador Jurídico

TESTEMUNHAS

XXXXXXXXXXXXXXXXXX
CPF ...

XXXXXXXXXXXXXXXXXX
CPF ...



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

ANEXO IV AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2015

Nome da Empresa:

Endereço:

CNPJ:

Telefone:

Responsável pela empresa:

Pregão XXX/2015

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Item	Equipamento	Especificação do filtro	R\$	Preço Médio
1	Motoniveladora RG 170B	Filtro de combustível		
2	Motoniveladora RG 170B	Filtro de combustível		
3	Motoniveladora RG 170B	Filtro Lubrificante		
4	Motoniveladora RG 170B	Filtro de água		
5	Motoniveladora RG 170B	Filtro de transmissão		
6	Motoniveladora RG 170B	Filtro de ar primário		
7	Motoniveladora RG 170B	Filtro de ar secundário		
8	Retroescavadeira LB 110	Filtro de combustível		
9	Retroescavadeira LB 110	Filtro de combustível		
10	Retroescavadeira LB 110	Filtro Lubrificante		
11	Retroescavadeira LB 110	Filtro de ar primário		
12	Retroescavadeira LB 110	Filtro de ar secundário		
13	Minicarregadeira L 220	Filtro de combustível		
14	Minicarregadeira L 220	Filtro do óleo hidráulico		
15	Minicarregadeira L 220	Filtro de ar primário		
16	Minicarregadeira L 220	Filtro de ar secundário		
17	Trator 5030	Filtro Lubrificante		
18	Trator 5030	Filtro de combustível		
19	Trator TL 65	Filtro de combustível		
20	Trator TL 65	Filtro de combustível		
21	Trator TL 65	Filtro Lubrificante		
22	Trator TL 70	Filtro de combustível		
23	Trator TL 70	Filtro de combustível		
24	Trator TL 70	Filtro Lubrificante		
25	Trator TL 70	Filtro do óleo hidráulico		
26	Motoniveladora 120B	Filtro de combustível		
27	Motoniveladora 120 B	Filtro Lubrificante		
28	Retroescavadeira 3C	Filtro de combustível		
29	Retroescavadeira 3C	Filtro de combustível		
30	Retroescavadeira 3C	Filtro Lubrificante		
31	Caminhão Cargo 2422	Filtro de ar primário		
32	Caminhão Cargo 2422	Filtro de ar secundário		
33	Caminhão Cargo 2422	Filtro de combustível		
34	Caminhão Cargo 2422	Filtro de combustível		
35	Caminhão Cargo 2422	Filtro Lubrificante		
36	Caminhão F 12000	Filtro Separador de água		
37	Caminhão F 12000	Filtro Lubrificante		



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

38	Caminhão F12000	Filtro de ar primário		
39	Caminhão F 12000	Filtro de ar secundário		

Valor GLOBAL Por extenso R\$:_____ Validade da
Proposta:
_____,__ de _____ de 2015.

Assinatura do Representante
Carimbo da empresa

]



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ**

**ANEXO V
AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2015**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DA
HABILITAÇÃO**

(NOME DA EMPRESA) _____, CNPJ N. _____,
_____ , sediada _____ (endereço
completo)

_____, declara, sob as penas da lei, que até a
presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo
licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e data

Nome e número da identidade do declarante
N. DO CNPJ



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ**

**ANEXO VI
AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2015**

(Deve ser apresentado dentro do envelope de habilitação)

**MODELO DE DECLARAÇÃO EM CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO
ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

.. inscrita no CNPJ n. .., por intermédio de seu representante legal, Sr. (a)
... portador (a) da Carteira de Identidade n.º CPF n. DECLARA,
para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993,
acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de
dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de
dezesesseis anos.

Ressalva:

Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

data

Representante Legal

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

ANEXO VII AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2015

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Constitui objeto deste termo de referência com vista à aquisição de Filtros, para uso da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

2. ITENS E QUANTITATIVOS

2.1. O presente termo de referência tem como objeto o registro de preço, por item dos Filtros, conforme especificações abaixo:

Item	Equipamento	Especificação do filtro	Código	Quantidade
1	Motoniveladora RG 170B	Filtro de combustível	71104193	04
2	Motoniveladora RG 170B	Filtro de combustível	FBD410	04
3	Motoniveladora RG 170B	Filtro Lubrificante	LB300	04
4	Motoniveladora RG 170B	Filtro de água	9672301	04
5	Motoniveladora RG 170B	Filtro de transmissão	NR0501323154	04
6	Motoniveladora RG 170B	Filtro de ar primário	71102720	04
7	Motoniveladora RG 170B	Filtro de ar secundário	71102719	04
8	Retroescavadeira LB 110	Filtro de combustível	F1079	04
9	Retroescavadeira LB 110	Filtro de combustível	FBD411	04
10	Retroescavadeira LB 110	Filtro Lubrificante	LB282	04
11	Retroescavadeira LB 110	Filtro de ar primário	71102626	04
12	Retroescavadeira LB 110	Filtro de ar secundário	AS7111	04
13	Minicarregadeira L 220	Filtro de combustível	84299977	04
14	Minicarregadeira L 220	Filtro do óleo hidráulico	84278070	04
15	Minicarregadeira L 220	Filtro de ar primário	86982522	04
16	Minicarregadeira L 220	Filtro de ar secundário	86982523	04
17	Trator 5030	Filtro Lubrificante	81879134	04
18	Trator 5030	Filtro de combustível	BFD411	04
19	Trator TL 65	Filtro de combustível	PSC504	04
20	Trator TL 65	Filtro de combustível	FBO411	04
21	Trator TL 65	Filtro Lubrificante	P553411	04
22	Trator TL 70	Filtro de combustível	ZP80AF	04
23	Trator TL 70	Filtro de combustível	84465121	04
24	Trator TL 70	Filtro Lubrificante	P553411	04



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

25	Trator TL 70	Filtro do óleo hidráulico	PSH517	04
26	Motoniveladora 120B	Filtro de combustível	PER53	04
27	Motoniveladora 120 B	Filtro Lubrificante	FXB4004	04
28	Retroescavadeira 3C	Filtro de combustível	BF9828D	04
29	Retroescavadeira 3C	Filtro de combustível	BF 7965	04
30	Retroescavadeira 3C	Filtro Lubrificante	320/04133	04
31	Caminhão Cargo 2422	Filtro de ar primário	AF259971235493 02140340	16
32	Caminhão Cargo 2422	Filtro de ar secundário	AF26211	16
33	Caminhão Cargo 2422	Filtro de combustível	722VA	16
34	Caminhão Cargo 2422	Filtro de combustível	FBD75	16
35	Caminhão Cargo 2422	Filtro Lubrificante	LB283	16
36	Caminhão F 12000	Filtro Separador de água	PSD53011	16
37	Caminhão F 12000	Filtro Lubrificante	LB280	16
38	Caminhão F12000	Filtro de ar primário	AP 5462	16
39	Caminhão F 12000	Filtro de ar secundário	BF9T – 9R500 – AR	16

3. JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO

3.1. A Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos possui uma frota de 05 (cinco) caminhões, sendo 03 Caminhões Truck Ford placas MJJ 0665, MJY 6214, MJH 9195, e 02 (dois) Caminhões Toco Ford placas MDE 8637; 04 (quatro) Retro Escavadeiras; 02 (duas) Motoniveladoras; 01 (uma) Minicarregadeira.

Os veículos da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, necessitam de Filtros, uma vez que estes veículos são utilizados diariamente nos serviços que suprem as necessidades da população no que diz respeito a melhoria das estradas, vias públicas, abastecimento de água, e manutenção da rede de iluminação pública.

Os veículos da Secretaria Municipal de Transportes Obras e Serviços Urbanos são utilizados nos serviços de manutenção e melhoria das estradas, carregamento de caçambas com areão e barro, retirada de entulho, transporte de barro, aterro e materiais de construção utilizados por esta secretaria, serviços de manutenção da rede de abastecimento de água do município e rede de iluminação pública.

O município de Imaruí possui aproximadamente 800 km de estradas de chão batido em toda a sua extensão, bem como praças públicas, acostamentos e espaços públicos, que são utilizados diariamente por toda a população, sendo assim é de suma importância os serviços realizados com estes veículos.

A troca regular de filtro nos veículos é fundamental para o bom funcionamento dos mesmos, sendo que não se realizando regularmente a troca dos referidos filtros, os veículos apresentaram falhas e problemas mecânicos.

Fica exposto a importância da abertura de licitação para aquisição de Filtros, para os veículos desta secretaria.

4. CRITÉRIO DA ACEITAÇÃO DO OBJETO

4.1 Os produtos deverão ser entregues nos termos especificados no item nº 2 (Itens e quantitativos) deste termo de referência, obedecendo-se rigorosamente a descrição de cada item.

4.2 Os produtos deverão estar em perfeitas condições de uso.

5. AVALIAÇÃO DO CUSTO PELA ADMINISTRAÇÃO DIANTE DO ORÇAMENTO DETALHADO



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

5.1 O valor total estimado para o custeio da aquisição dos Filtros é de R\$ 20.386,00 (vinte mil trezentos e oitenta e seis reais)

5.2 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento dos produtos, mediante a apresentação de Nota Fiscal/ Fatura.

6. DEFINIÇÃO DOS METODOS

6.1 A aquisição dos produtos acima deverão ser licitados e o seu fornecimento será efetuado de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos. A modalidade sugerida é Registro de preço.

6.2 A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do artigo 65 da lei nº. 8666/93.

7. DA ESTRATÉGIA DE SUPRIMENTO

7.1 Os produtos deverão ser entregues em até 3 (três) dias úteis após a autorização de compra, emitido pelo setor de compras do município, conforme as necessidades da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, localizada na Avenida Alceu Rochadel da Silva, S/Nº, Centro, Imaruí – SC

8. VALOR ESTIMADO EM PLANILHA DE ACORDO COM PREÇO DE MERCADO

8.1 O preço máximo estipulado foi definido com base no preço de mercado local, de acordo com as planilhas orçamentárias em anexo.

Item	Equipamentos	Especificação do Filtro	Código	Quantidade	Preço unitário	Preço Total
1	Motoniveladora RG 170B	Filtro de combustível	71104193	04	13,80	55,20
2	Motoniveladora RG 170B	Filtro de combustível	FBD410	04	37,06	148,24
3	Motoniveladora RG 170B	Filtro Lubrificante	LB300	04	162,54	650,16
4	Motoniveladora RG 170B	Filtro de água	9672301	04	169,57	678,28
5	Motoniveladora RG 170B	Filtro de transmissão	NR0501323 154	04	309,98	1.239,92
6	Motoniveladora RG 170B	Filtro de ar primário	71102720	04	147,36	589,44
7	Motoniveladora RG 170B	Filtro de ar secundário	71102719	04	89,88	359,52
8	Retroescavadeira LB 110	Filtro de combustível	F1079	04	27,61	110,44
9	Retroescavadeira LB 110	Filtro de combustível	FBD411	04	47,51	190,04
10	Retroescavadeira LB 110	Filtro Lubrificante	LB282	04	26,63	106,52
11	Retroescavadeira LB 110	Filtro de ar primário	71102626	04	92,30	369,20
12	Retroescavadeira LB 110	Filtro de ar secundário	AS7111	04	55,42	221,68
13	Minicarregadeira L 220	Filtro de combustível	84299977	04	47,47	189,88



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

14	Minicarregadeira L 220	Filtro do óleo hidráulico	84278070	04	314,22	1.256,88
15	Minicarregadeira L 220	Filtro de ar primário	86982522	04	85,31	341,24
16	Minicarregadeira L 220	Filtro de ar secundário	86982523	04	52,58	210,32
17	Trator 5030	Filtro Lubrificante	81879134	04	48,10	192,40
18	Trator 5030	Filtro de combustível	BFD411	04	54,27	217,08
19	Trator TL 65	Filtro de combustível	PSC504	04	80,60	322,40
20	Trator TL 65	Filtro de combustível	FBO411	04	54,27	217,08
21	Trator TL 65	Filtro Lubrificante	P553411	04	28,10	112,40
22	Trator TL 70	Filtro de combustível	ZP80AF	04	82,77	331,08
23	Trator TL 70	Filtro de combustível	84465121	04	33,20	132,80
24	Trator TL 70	Filtro Lubrificante	P553411	04	46,05	184,20
25	Trator TL 70	Filtro do óleo hidráulico	PSH517	04	83,22	332,88
26	Motoniveladora 120B	Filtro de combustível	PER53	04	29,42	117,68
27	Motoniveladora 120 B	Filtro Lubrificante	FXB4004	04	39,95	159,80
28	Retroescavadeira 3C	Filtro de combustível	BF9828D	04	142,08	568,32
29	Retroescavadeira 3C	Filtro de combustível	BF 7965	04	134,26	537,04
30	Retroescavadeira 3C	Filtro Lubrificante	320/04133	04	94,96	379,84
31	Caminhão Cargo 2422	Filtro de ar primário	AF2599712 354930214 0340	16	104,05	1.664,80
32	Caminhão Cargo 2422	Filtro de ar secundário	AF26211	16	53,58	857,28
33	Caminhão Cargo 2422	Filtro de combustível	722VA	16	99,62	1.593,92
34	Caminhão Cargo 2422	Filtro de combustível	FBD75	16	74,37	1.118,92
35	Caminhão Cargo 2422	Filtro Lubrificante	LB283	16	89,12	1.425,92
36	Caminhão F 12000	Filtro Separador de água	PSD53011	16	34,30	548,80
37	Caminhão F 12000	Filtro Lubrificante	LB280	16	37,60	601,60
38	Caminhão F12000	Filtro de ar primário	AP 5462	16	65,85	1.053,60
39	Caminhão F 12000	Filtro de ar secundário	BF9T – 9R500 – AR	16	62,45	999,20
Total:						20.386,00

8.2. O valor máximo estipulado Global, para o presente objeto é de R\$ 20.386,00 (vinte mil trezentos e oitenta e seis reais).

9. CRONOGRAMA FÍSICO – FINANCEIRO

Equipamento	Especificação dos Filtros	Código	Média bimestral de filtros	Média anual de filtros
Motoniveladora RG 170B	Filtro de combustível	71104193	01	04
Motoniveladora RG 170B	Filtro de combustível	FBD410	01	04
Motoniveladora RG 170B	Filtro Lubrificante	LB300	01	04



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

Motoniveladora RG 170B	Filtro de água	9672301	01	04
Motoniveladora RG 170B	Filtro de transmissão	NR0501323154	01	04
Motoniveladora RG 170B	Filtro de ar primário	71102720	01	04
Motoniveladora RG 170B	Filtro de ar secundário	71102719	01	04
Retroescavadeira LB 110	Filtro de combustível	F1079	01	04
Retroescavadeira LB 110	Filtro de combustível	FBD411	01	04
Retroescavadeira LB 110	Filtro Lubrificante	LB282	01	04
Retroescavadeira LB 110	Filtro de ar primário	71102626	01	04
Retroescavadeira LB 110	Filtro de ar secundário	AS7111	01	04
Minicarregadeira L 220	Filtro de combustível	84299977	01	04
Minicarregadeira L 220	Filtro do óleo hidráulico	84278070	01	04
Minicarregadeira L 220	Filtro de ar primário	86982522	01	04
Minicarregadeira L 220	Filtro de ar secundário	86982523	01	04
Trator 5030	Filtro Lubrificante	81879134	01	04
Trator 5030	Filtro de combustível	BFD411	01	04
Trator TL 65	Filtro de combustível	PSC504	01	04
Trator TL 65	Filtro de combustível	FBO411	01	04
Trator TL 65	Filtro Lubrificante	P553411	01	04
Trator TL 70	Filtro de combustível	ZP80AF	01	04
Trator TL 70	Filtro de combustível	84465121	01	04
Trator TL 70	Filtro Lubrificante	P553411	01	04
Trator TL 70	Filtro do óleo hidráulico	PSH517	01	04
Motoniveladora 120B	Filtro de combustível	PER53	01	04
Motoniveladora 120B	Filtro Lubrificante	FXB4004	01	04
Retroescavadeira 3C	Filtro de combustível	BF9828D	01	04
Retroescavadeira 3C	Filtro de combustível	BF 7965	01	04
Retroescavadeira 3C	Filtro Lubrificante	320/04133	01	04
Caminhão Cargo 2422	Filtro de ar primário	AF25997123549302140340	04	16
Caminhão Cargo 2422	Filtro de ar secundário	AF26211	04	16
Caminhão Cargo	Filtro de combustível	722VA	04	16



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

2422				
Caminhão Cargo 2422	Filtro de combustível	FBD75	04	16
Caminhão Cargo 2422	Filtro Lubrificante	LB283	04	16
Caminhão F 12000	Filtro Separador de água	PSD53011	04	16
Caminhão F 12000	Filtro Lubrificante	LB280	04	16
Caminhão F12000	Filtro de ar primário	AP 5462	04	16
Caminhão F 12000	Filtro de ar secundário	BF9T – 9R500 – AR	04	16

10 DEVERES DA CONTRATADA E DO CONTRATANTE

10.1. Deveres da Contratada

10.1.1. Prestar o fornecimento na forma ajustada;

10.1.2. Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução dos serviços;

10.1.3. A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão de contrato por não cumprimento do mesmo;

10.1.4. Apresentar sempre que solicitado, durante a execução do contrato, documentos que comprovem estarem cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

10.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

10.1.6. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

10.1.7. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

10.2 Deveres da Contratante

10.2.1 Promover, através de seu representante, o senhor Domingos Costa Torquato, o acompanhamento e fiscalização dos produtos entregues pela empresa sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio, falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da contratada.

10.2.2. Efetuar o pagamento a Contratada, de acordo com as condições estabelecidas no edital.

10.2.3. Aplica à empresa vencedora, penalidades, quando for o caso.

11. SANÇÕES POR INADIMPLENTO

11.1. A contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente:

11.1.1. Advertência;

11.1.2. Multa de 10% sobre o valor total do contrato;

11.1.3. Suspensão do direito de licitar junto ao município por até 02 (dois) anos;



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

11.1.4 A CONTRATADA, deixando de entregar quaisquer documentos exigidos no Edital ou apresentar documentação falsa para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta ou lance, não celebrar o contrato ou instrumento equivalente dentro do prazo de validade de sua proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantida a prévia defesa, sem prejuízo da multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação e das demais cominações legais.

12. PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO

12.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado, o senhor Domingos Costa Torquato como representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio, falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da contratada.

12.2. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

13. PRAZO DE EXECUÇÃO

13.1. O prazo para a execução do contrato será da data da assinatura do contrato até o dia 31 de dezembro de 2014.

14. DEFINIÇÃO DAS UNIDADES E QUANTIDADES A SEREM ADQUIRIDAS EM FUNÇÃO DA ESTIMATIVA DO CONSUMO E UTILIZAÇÃO PROVÁVEIS

14.1. As quantidades foram definidas de acordo com a estimativa de consumo contida no item nº. 9 (Cronograma Físico-Financeiro) deste Termo de Referência.

15. PLANILHA QUE EXPRESE A COMPOSIÇÃO DOS QUANTITATIVOS E PREÇOS UNITÁRIOS (art. 40 § 2º, II da 8.666/93).

Item	Equipamento	Especificação do filtro	Qtd	Auto Post o C&A	Shark Máquinas	Filtra mais	Macro maq	Som eval	Preço Médio Unidade
01	Motoniveladora RG 170B	Filtro de combustível	04		15,00	12,60			13,80
02	Motoniveladora RG 170B	Filtro de combustível	04	42,00	39,24	29,95			37,06
03	Motoniveladora RG 170B	Filtro Lubrificante	04	110,00	297,84	79,80			162,54
04	Motoniveladora RG 170B	Filtro de água	04		299,24	39,90			169,57
05	Motoniveladora RG 170B	Filtro de transmissão	04	280,00	460,00	189,95			309,98
06	Motoniveladora RG 170B	Filtro de ar primário	04		147,36				147,36
07	Motoniveladora RG 170B	Filtro de ar secundário	04		89,88				89,88



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

08	Retroescavadeira LB 110	Filtro de combustível	04	42,0 0	18,00	22,8 5			27,61
09	Retroescavadeira LB 110	Filtro de combustível	04	63,0 0	35,00	44,5 5			47,51
10	Retroescavadeira LB 110	Filtro Lubrificante	04	25,0 0	28,00	26,9 0			26,63
11	Retroescavadeira LB 110	Filtro de ar primário	04	98,0 0	110,00	68,9 0			92,30
12	Retroescavadeira LB 110	Filtro de ar secundário	04		67,00	43,8 5			55,42
13	Minicarregadeira L 220	Filtro de combustível	04	28,0 0	69,22	45,2 0			47,47
14	Minicarregadeira L 220	Filtro do óleo hidráulico	04	396, 00	364,42	182, 25			314,22
15	Minicarregadeira L 220	Filtro de ar primário	04	120, 00	82,05	53,9 0			85,31
16	Minicarregadeira L 220	Filtro de ar secundário	04	68,0 0	60,89	28,8 5			52,58
17	Trator 5030	Filtro Lubrificante	04	65,0 0		31,2 0			48,10
18	Trator 5030	Filtro de combustível	04	64,0 0		44,5 5			54,27
19	Trator TL 65	Filtro de combustível	04	128, 00		33,2 0			80,60
20	Trator TL 65	Filtro de combustível	04	64,0 0		44,5 5			54,27
21	Trator TL 65	Filtro Lubrificante	04			28,1 0			28,10
22	Trator TL 70	Filtro de combustível	04	138, 00		27,5 5			82,77
23	Trator TL 70	Filtro de combustível	04			33,2 0			33,20
24	Trator TL 70	Filtro Lubrificante	04	64,0 0		28,1 0			46,05
25	Trator TL 70	Filtro do óleo hidráulico	04	78,0 0		88,4 5			83,22
26	Motoniveladora 120B	Filtro de combustível	04	36,0 0		22,8 5			29,42
27	Motoniveladora 120 B	Filtro Lubrificante	04			39,9 5			39,95
28	Retroescavadeira 3C	Filtro de combustível	04	220, 00		88,2 5	118,00		142,08
29	Retroescavadeira 3C	Filtro de combustível	04	148, 00		107, 80	147,00		134,26
30	Retroescavadeira 3C	Filtro Lubrificante	04	163, 00		59,7 0	62,20		94,96
31	Caminhão Cargo 2422	Filtro de ar primário	16	130, 00		81,4 0		100, 77	104,05
32	Caminhão Cargo 2422	Filtro de ar secundário	16	68,0 0		39,9 5		52,7 9	53,58
33	Caminhão Cargo	Filtro de	16			86,9		112,	99,62



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

	2422	combustível				0		35	
34	Caminhão Cargo 2422	Filtro de combustível	16	59,00		49,95		114,17	74,37
35	Caminhão Cargo 2422	Filtro Lubrificante	16	76,00		59,90		131,46	89,12
36	Caminhão F 12000	Filtro Separador de água	16	24,00		44,60			34,30
37	Caminhão F 12000	Filtro Lubrificante	16	44,00		31,20			37,60
38	Caminhão F12000	Filtro de ar primário	16	75,00		56,70			65,85
39	Caminhão F 12000	Filtro de ar secundário	16	62,00		62,90			62,45

16. DEFINIÇÃO DOS METODOS, A ESTRATEGIA DE SUPRIMENTO E O PRAZO OU CRONOGRAMA DE ENTREGA DO (S) BEM (NS) (art. 15§ 7º, III E ART. 40, XVI da 8666/93)

16.1. A aquisição dos produtos acima deverá ser licitada e o seu fornecimento será efetuado de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos. A modalidade sugerida é Registro de preço.

16.2. Local de entrega: Os produtos deverão ser entregues na sede da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, situada na Avenida Alceu Rochadel das Silva S/Nº, Centro, Imaruí – SC.

16.3. Prazo de entrega: Os produtos deverão ser entregues em até 03 (três) dias úteis após a Autorização de fornecimento do setor de compras.

16.4. A vigência deste processo será da data da assinatura do contrato até o dia 31 de dezembro de 2015.

Imbituba

PREFEITURA

DECRETO PMI Nº 003.2015

DECRETO PMI Nº 003, DE 26 DE JANEIRO DE 2015.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e da outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.510, de 26 de janeiro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 31.000,00 (trinta e um mil reais), para reforço da dotação orçamentária, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDUC		
Constr., Reforma, Ampliação Unid. Escolares-Creches		
12.365.0009-1.037		
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0001 (0053)	Aplicações Diretas	31.000,00
Total		31.000,00

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da anulação total e/ou parcial da dotação orçamentária abaixo, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDUC		
Constr., Reforma, Ampliação Unid. Escolares-Fundamental		
12.361.0009-1.005		
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0001 (0029)	Aplicações Diretas	31.000,00
Total		31.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 26 de janeiro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Daniel Vinicio Arantes Neto
Secretário Municipal de Governo - Interino

EXTRATO: SEASH 2014/09 A03 ERRATA

ERRATA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEASH 2014/09 A03

Contratada: J.L CONSTRUTORA LTDA

C.N.P.J: 12.587.530/0001-67

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL PARA ATÉ 30/04/2015.

Fundamento: Processo nº. 05/2014 Carta Convite nº 01/2014

Imbituba, 29 de dezembro de 2014.

Selma Elias Westphal

Secretária Municipal da Seash

Contratante

J L Construtora Ltda

Representante Legal

Contratada

ONDE SE LÊ:

Extrato: SEASH 2014/09 A03 e Contratada: J.L CONSTRUTORA LTDA

DEVE-SE LER:

Extrato: SEASH 2014/08 A01 e Contratada: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ROÇA GRANDE

LEI Nº 4.507.2015

LEI Nº 4.507, DE 26 DE JANEIRO DE 2015.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a Contratar Operação de Crédito, junto à Caixa Econômica Federal, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa Pró-Transporte/Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas - PAC2 - 3ª Etapa, nos Termos da Portaria MCIDADES nº 53, de 1º de fevereiro de 2013, e suas alterações.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito com a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL no valor de até R\$ 1.700.000,00 (um milhão e setecentos mil reais), no âmbito do Programa Pró-Transporte/Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas - PAC2 - 3ª Etapa, que serão destinados à pavimentação de ruas do perímetro urbano do Município.

§ 1º O valor da operação de crédito está condicionada a obtenção pela municipalidade, de autorização para a sua realização, em cumprimento aos dispositivos legais aplicáveis ao endividamento público através de Resoluções emanadas do Senado Federal e pela Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

§ 2º Os recursos resultantes da Operação de Crédito autorizada neste artigo serão obrigatoriamente aplicados na execução de projeto integrante do Programa PRÓ-TRANSPORTE, do MINISTÉRIO DAS CIDADES, destinados à Pavimentação de Vias Urbanas.

Art. 3º Para garantia do principal, encargos e acessórios do financiamento pelo Município de Imbituba/SC, para a execução de obras, observada a finalidade indicada no artigo 2º e seu § 2º, fica o Poder Executivo autorizado a ceder ou vincular em garantia, em caráter irrevogável e irretratável, a modo pro solvendo, as receitas e Quotas do Fundo de Participação dos Municípios-FPM a que se refere o artigo 159, inciso I da Constituição Federal.

Art. 4º Os prazos de amortização e carência, os encargos financeiros e outras condições de vencimento e liquidação da dívida a ser contratada, obedecerão às normas pertinentes estabelecidas pelas autoridades monetárias federais, e notadamente o que dispõe o normativo do Senado Federal, bem como as normas específicas da Caixa Econômica Federal.

Art. 5º O Poder Executivo consignará nos orçamentos anuais e plurianuais do Município, durante os prazos que vierem a serem estabelecidos para empréstimos, financiamentos ou operações de

crédito por ele contraídos, dotações suficientes à amortização do principal, encargos e acessórios resultantes, inclusive os recursos necessários ao atendimento da contrapartida do Município no Projeto financiado pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, conforme autorizado por esta Lei.

Art. 6º Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inc. II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar 101/2000.

Art. 7º Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo segundo.

Art. 8º Fica o Poder Executivo Municipal obrigado a promover o empenho e consignação das despesas nos montantes necessários à amortização da dívida nos prazos contratualmente estipulados, para cada um dos exercícios financeiros em que se efetuarem as amortizações de principal, juros e encargos da dívida, até o seu pagamento final.

Art. 9º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a regulamentar a presente Lei, no que couber.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 26 de janeiro de 2015.
Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Daniel Vinicio Arantes Neto
Secretário Municipal de Governo - Interino

LEI Nº 4.508.2015

LEI Nº 4.508, DE 26 DE JANEIRO DE 2015.

Autoriza o Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro à Rede Feminina de Combate ao Câncer de Imbituba - RFCC e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio financeiro à Rede Feminina de Combate ao Câncer de Imbituba - RFCC, inscrita no CNPJ sob o nº 80.987.332/0001-40, no valor de até R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), no exercício de 2015.

Parágrafo único. A concessão do auxílio financeiro de que trata o "caput" observará a situação financeira da Prefeitura Municipal de Imbituba.

Art. 2º O auxílio financeiro a que se refere o Art. 1º destina-se à cobertura das despesas referentes à manutenção das atividades da respectiva entidade.

Art. 3º A entidade beneficiada fica obrigada a prestar contas, com referência à aplicação do recurso repassado pelo Poder Público Municipal, no prazo de 60(sessenta) dias após o recebimento do mesmo.

Parágrafo único. A falta de prestação de contas referida neste Artigo implica em responsabilidade do representante legal da

instituição, que deverá ressarcir o Município do valor repassado.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 26 de janeiro de 2015.
Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Daniel Vinicio Arantes Neto
Secretário Municipal de Governo - Interino

LEI Nº 4.509.2015

LEI Nº 4.509, DE 26 DE JANEIRO DE 2015.

Autoriza o Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro à Associação Coral de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio financeiro à Associação Coral de Imbituba, inscrita no CNPJ sob o nº 00.431.133/0001-12, no valor de até R\$ 8.000,00 (oito mil reais), no exercício de 2015.

Parágrafo único. A concessão do auxílio financeiro de que trata o "caput" observará a situação financeira da Prefeitura Municipal de Imbituba.

Art. 2º O auxílio financeiro a que se refere o Art. 1º destina-se à cobertura das despesas referentes à manutenção das atividades da respectiva entidade.

Art. 3º A entidade beneficiada fica obrigada a prestar contas, com referência à aplicação do recurso repassado pelo Poder Público Municipal, no prazo de 60(sessenta) dias após o recebimento do mesmo.

Parágrafo único. A falta de prestação de contas referida neste Artigo implica em responsabilidade do representante legal da instituição, que deverá ressarcir o Município do valor repassado.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 26 de janeiro de 2015.
Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Daniel Vinicio Arantes Neto
Secretário Municipal de Governo - Interino

LEI Nº 4.510.2015

LEI Nº 4.510, DE 26 DE JANEIRO DE 2015.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e da outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 31.000,00 (trinta e um mil reais), para reforço da dotação orçamentária, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDUC		
Constr., Reforma, Ampliação Unid. Escolares-Creches		
12.365.0009-1.037		
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0001 (0053)	Aplicações Diretas	31.000,00
Total		31.000,00

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da anulação total e/ou parcial da dotação orçamentária abaixo, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDUC		
Constr., Reforma, Ampliação Unid. Escolares-Fundamental		
12.361.0009-1.005		
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0001 (0029)	Aplicações Diretas	31.000,00
Total		31.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 26 de janeiro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Daniel Vinicio Arantes Neto
Secretário Municipal de Governo - Interino

PORTARIA PMI/GGP Nº 41/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 41, de 26 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio ao servidor EUGÊNIO DA ROSA, Auxiliar de Serviços, inscrito no CPF sob o n.º 343.244.459-15, admitido em 03 de junho de 2008, contrato nº 4454, referente ao quinquênio devido, com conversão de 1/3 em abono pecuniário e fruição conforme quadro abaixo:

Quinquênio	Período de Fruição	Conversão
2008 a 2013	04.01.2016 a 03.03.2016	Conversão de 1/3 em abono pecuniário no mês de janeiro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 26 de janeiro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Daniel Vinício Arantes Neto
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública
(Interino)

PORTARIA PMI/GGP Nº 42/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 42, de 26 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio ao servidor MOZAIR FREITAS DA ROSA, Técnico em Edificações, inscrito no CPF sob o n.º 550.587.799-00, admitido em 02 de abril de 1996, contrato nº 402, referente ao quinquênio devido, com conversão de 1/3 em abono pecuniário e fruição conforme quadro abaixo:

Quinquênio	Período de Fruição	Conversão
2006 a 2011	05.01.2015 a 05.03.2015	Conversão de 1/3 em abono pecuniário no mês de janeiro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 26 de janeiro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Daniel Vinício Arantes Neto
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública
(Interino)

PORTARIA PMI/GGP Nº 43/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 43, de 26 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre o Enquadramento Funcional dos Auxiliares de Enfermagem para Técnicos de Enfermagem, integrantes do quadro de carreira de que trata a Lei nº 1.144/1991 e aqueles de que trata a Lei nº 3.135/2007, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei Complementar n.º 4.500, de 23 de dezembro de 2014, considerando ainda, o disposto no Processo nº 101, de 06 de janeiro de 2015, da Secretaria Municipal de Saúde,

Considerando, que o Enquadramento Funcional se dá através da apresentação do diploma ou certificado devidamente registrado na Instituição de Ensino de Nível Superior e o registro junto ao órgão fiscalizador competente,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder aos servidores abaixo relacionados, ENQUADRAMENTO FUNCIONAL, conforme estabelecido na tabela a seguir:

Nome	CPF	Cargo Anterior	Enquadramento Funcional	Processo Ano	Data Referência
Alexandra Rocha Carvalho	027.840.269-06	Auxiliar de Enfermagem	Técnico de Enfermagem	101/2015	06/01/2015
Claudiomiro Silveira Rosa	784.796.739-15	Auxiliar de Enfermagem	Técnico de Enfermagem	101/2015	06/01/2015
Clebiana de Souza Rosa	036.566.829-09	Auxiliar de Enfermagem	Técnico de Enfermagem	101/2015	06/01/2015
Clélia Kátia Barcelos	377.288.659-00	Auxiliar de Enfermagem	Técnico de Enfermagem	101/2015	06/01/2015
Daniela de Souza	983.249.420-68	Auxiliar de Enfermagem	Técnico de Enfermagem	101/2015	06/01/2015
Eliete Francisco de Paulo de Sousa	770.028.309-53	Auxiliar de Enfermagem	Técnico de Enfermagem	101/2015	06/01/2015
Fabiana de Souza	004.294.679-40	Auxiliar de Enfermagem	Técnico de Enfermagem	101/2015	06/01/2015
Joaquim Floriano	691.534.349-00	Auxiliar de Enfermagem	Técnico de Enfermagem	101/2015	06/01/2015
Juliana Couto de Oliveira	044.999.009-56	Auxiliar de Enfermagem	Técnico de Enfermagem	101/2015	06/01/2015
Lair Goulart de Souza	398.355.539-04	Auxiliar de Enfermagem	Técnico de Enfermagem	101/2015	06/01/2015
Luiana Silveira Santos	039.466.189-36	Auxiliar de Enfermagem	Técnico de Enfermagem	101/2015	06/01/2015
Márcia Regina Fernandes Deobrandin	888.378.829-04	Auxiliar de Enfermagem	Técnico de Enfermagem	101/2015	06/01/2015
Marileide Jeremias Silveira	715.950.829-72	Auxiliar de Enfermagem	Técnico de Enfermagem	101/2015	06/01/2015
Mariza dos Passos Fernandes da Silva	377.277.459-87	Auxiliar de Enfermagem	Técnico de Enfermagem	101/2015	06/01/2015
Marli de Melo Guassu	289.094.889-72	Auxiliar de Enfermagem	Técnico de Enfermagem	101/2015	06/01/2015
Mayara Pacheco Corrêa	055.080.449-81	Auxiliar de Enfermagem	Técnico de Enfermagem	101/2015	06/01/2015
Michiele de Andrade Rosa	059.856.889-17	Auxiliar de Enfermagem	Técnico de Enfermagem	101/2015	06/01/2015
Nivalda Martins de Souza	458.957.249-49	Auxiliar de Enfermagem	Técnico de Enfermagem	101/2015	06/01/2015
Paula Beatrice da Rosa Faust	042.916.139-54	Auxiliar de Enfermagem	Técnico de Enfermagem	101/2015	06/01/2015
Rosiane dos Santos Silva	027.691.819-39	Auxiliar de Enfermagem	Técnico de Enfermagem	101/2015	06/01/2015
Silvia Soares Pinheiro Melo	550.491.920-72	Auxiliar de Enfermagem	Técnico de Enfermagem	101/2015	06/01/2015
Valdenira Vieira de Souza	578.799.239-34	Auxiliar de Enfermagem	Técnico de Enfermagem	101/2015	06/01/2015

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 26 de janeiro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Daniel Vinício Arantes Neto
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública
(Interino)

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE ERRATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2015 (SEMUSA)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

ERRATA

COMUNICAÇÃO: onde se lê "ITEM 190 - Acompanhamento de Diabetes ficha B- dia - 1x1 - 75grs - papel 180gr. A-4", referente ao comunicado de abertura do Pregão nº 05/2015, publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição do dia 20 de janeiro de 2015, "fica excluído, pois o mesmo encontra-se no item 01".

Imbituba, 28 de janeiro de 2015.

Daniel Vinício Arantes Neto

Secretario Interino Municipal de Saúde

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE PREGÃO PRESENCIAL 09/2015(PMI)

PREFEITURA DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 14/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2015

A Prefeitura de Imbituba comunica que realizará às 14:00 horas do dia 09 de fevereiro de 2015, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço por hora, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Contratação de empresa para a locação de pá carregadeira para manutenção das malhas viárias do Município de Imbituba.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br - link Portal da Transparência.

Imbituba, 28 de janeiro de 2015.

Daniel Vinício Arantes Neto

Secretário Interino Municipal de Infraestrutura

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE PREGÃO PRESENCIAL 10/2015(PMI)

PREFEITURA DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 15/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2015

A Prefeitura de Imbituba comunica que realizará às 15:00 horas do dia 09 de fevereiro de 2015, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço por hora, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Contratação de empresa para a locação de motoniveladora e pá carregadeira para conservação das estradas vicinais do Município de Imbituba.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br - link Portal da Transparência.

Imbituba, 28 de janeiro de 2015.

Daniel Vinício Arantes Neto

Secretário Interino Municipal de Infraestrutura

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA CMI Nº 014/2015**

PORTARIA CMI nº 014/2015

"Designa Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Imbituba"

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo Art 35. XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

I - Constituir, com fundamento no art. 51, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Imbituba, com a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações e ao cadastramento de licitantes.

II - Nomear, para integrar a Comissão Permanente de Licitação, nas respectivas funções, os servidores:

- a)Emerson Pacheco Custódio, como Presidente;
- b)João Floriano, como Vice-Presidente;
- c)Vinícios David de Amorim, como 1º Secretário;
- d)Lucas Francisco Gonçalves, como 2º Secretário.

Esta Portaria tem seus efeitos a partir da publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 26 de janeiro de 2015.

Luiz Claudio Carvalho de Souza

Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 26/01/2015.

PORTARIA CMI Nº 015/2015

PORTARIA CMI Nº 015/2015

"Concede Férias ao Servidor Vamilson Matias Daniel"

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo Art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Conceder, ao Sr. Vamilson Matias Daniel, Assessor Parlamentar, férias regulamentares de 30 (trinta) dias, referentes ao período aquisitivo de 13/05/2013 à 12/05/2014, a ser gozada no período de 02/02/2015 a 03/03/2015, com retorno ao trabalho programado para o dia 04/03/2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 26 de janeiro de 2015.

Luiz Claudio Carvalho de Souza

Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 26/01/2015.

Ipumirim**PREFEITURA****PORTARIA Nº. 106/2015 DE 27 DE JANEIRO DE 2015.**

PEDE RETORNO DE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO CONCEDIDO PELA PORTARIA 048/2015 DE 05 DE JANEIRO DE 2015.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

PEDE RETORNO

DE VALCIR CARLOS BONISSONI, matrícula 1715-9, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 01/09/2013 a 31/08/2014 e gozo de 05/01/2015 a 03/02/2015, conforme previsto no artigo 127, parágrafo 1ª da Lei Complementar 001/2002, pede o retorno de 10 dias cujo o gozo das mesmas será tirado em outro período definido pelo Executivo Municipal.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 27/01/2015.

Ipumirim - SC, 27 de janeiro de 2015.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

Irineópolis**PREFEITURA****EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 28/2014 FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 28/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 15/2014

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação das empresas: Aglon Comércio e Representações Ltda; Altermed Material Médico Hospitalar Ltda; Centermedi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda; Comercial Cirurgica Rioclarense Ltda; Mauro Marciano Comércio de Medicamentos Ltda; Promefarma Representações Comerciais Ltda; Prosaude - Distribuidora de Medicamentos Ltda.

Irineópolis, 22 de janeiro de 2015.

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATORIO Nº 06/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 06/2015

PREGÃO PRESENCIAL N.º 04/2015 - REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 10 de fevereiro de 2015, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, com critério de adjudicação MENOR PREÇO POR ITEM de acordo com a Lei n.º 10.520/02, visando a "AQUI-SIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA FROTA MUNICIPAL, PARA O PERÍODO DE 12 MESES, COM ENTREGA PARCELADA". O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 15:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro - Irineópolis - SC, Fone (47) 3625-1111, e no site www.irineopolis.sc.gov.br.

Irineópolis, 27 de janeiro de 2015.

CIRCE NEPPEL SFAIR

Prefeita Municipal em Exercício

ATA RP PROC 28/2014 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRINEOPOLIS CNPJ: 06.089.125/0001-16 AVENIDA 22 DE JULHO, 1070 C.E.P.: 89440-000 - Irineópolis - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 15/2014 - PR Processo Administrativo: 28/2014 Processo de Licitação: 28/2014 Data do Processo: 03/12/2014
	Folha: 1/5

OBJETO DA LICITAÇÃO:

AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, PARA USO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, PARA O EXERCÍCIO DE 2015, COM ENTREGA PARCELADA.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 31/2014 (Sequência: 3)

Ao(s) 19 de Dezembro de 2014, às 09:00 horas, na sede da(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRINEOPOLIS, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 320/2014, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 28/2014, Licitação nº 15/2014 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão:

Participante: 6003 - PROSAUDE - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
9	ÁGUA DESTILADA 5 ML	AMP	1.000,00	ISOFARMA	0,0000	0,168	168,00
49	CLARITROMICINA 500 MG	CPR	20.000,00	PHARLAB	0,0000	0,76	15.200,00
53	CLORIDRATO DE AMIODARONA 200MG	CPR	15.000,00	GEOLAB	0,0000	0,255	3.825,00
60	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA GEL 2% 30 GRAMAS	TB	200,00	PHARLAB	0,0000	1,407	281,40
80	DEXAMETASONA ELIXIR 0,1MG - 100ML	FR	5.000,00	SOBRAL	0,0000	1,11	5.550,00
113	IBUPROFENO 600 MG	CPR	150.000,00	TEUTO	0,0000	0,0795	11.925,00
117	IVERMECTINA 6MG	CPR	1.000,00	VITAPAN	0,0000	0,2678	267,80
129	MALEATO DE DEXCLORFENIRAMINA 2MG	CPR	10.000,00	GEOLAB	0,0000	0,0576	576,00
139	NIMESULIDA 100MG	CPR	60.000,00	VITAPAN	0,0000	0,0396	2.376,00
140	NIMESULIDA SOLUÇÃO 50MG - 15 ML	FR	3.000,00	VITAPAN	0,0000	0,704	2.112,00
161	PREDNISONA 5 MG	CPR	20.000,00	VITAPAN	0,0000	0,05	1.000,00
167	SORO FISIOLÓGICO 100 ML	CX	5.000,00	HALEX ISTAR	0,0000	1,7664	8.832,00
168	SORO FISIOLÓGICO 250 ML	FR	1.000,00	HALEX ISTAR	0,0000	2,001	2.001,00
170	SORO GLICOFISIOLÓGICO - 500ML	FR	500,00	FRESENIUS	0,0000	2,64	1.320,00
171	SORO GLICOSADO 250 ML	UN	500,00	HALEX ISTAR	0,0000	2,139	1.069,50
183	VALPROATO DE SÓDIO SOLUÇÃO ORAL 50MG - 100ML	FR	2.000,00	TEUTO	0,0000	1,98	3.960,00
184	VARFARINA SÓDICA 5MG	CPR	5.000,00	TEUTO	0,0000	0,088	440,00

Total do Participante → 60.903,70

Participante: 6117 - MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - MF MEDICAMENTOS

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
10	ALBENDAZOL 400 MG	CPR	5.000,00	PRATI	0,0000	0,39	1.950,00
11	ALBENDAZOL SUSPENSÃO 40 MG/ML 10 ML	FR	3.000,00	PRATI	0,0000	0,90	2.700,00
17	AMOXICILINA 500 MG	CPR	50.000,00	AUROBINDO	0,0000	0,097	4.850,00
20	ANTIETANOL 50 MG	CPR	10.000,00	SANOFI	0,0000	0,32	3.200,00
26	BENZILPENICILINA BENZATINA PÓ PARA SUSPENSÃO INJETÁVEL 1.200.000UI	AMP	1.000,00	NOVA FARMA	0,0000	5,25	5.250,00
28	BESILATO DE ANLIDIPINO 5 MG	CPR	50.000,00	VITAPAN	0,0000	0,021	1.050,00
30	BROMETO N-BUTILESCOPOLAMINA SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMP	1.000,00	TEUTO	0,0000	1,12	1.120,00
34	CARBAMAZEPINA 200 MG	CPR	100.000,00	HYPERMARC	0,0000	0,0798	7.980,00
40	CARVEDILOL 6,25 MG	CPR	50.000,00	BALDACCI	0,0000	0,059	2.950,00
43	CEFTRIAXONA PÓ PARA SUSPENSÃO INJETÁVEL 1G	AMP	500,00	AUROBINDO	0,0000	5,60	2.800,00
45	CELESTONE SOLUSPAN INJETÁVEL 3MG 1ML	AMP	200,00	MANTECORP	0,0000	0,744	148,80
46	CETOCONAZOL XAMPU 2% 100 ML	FR	3.000,00	NATVITA	0,0000	3,40	10.200,00
50	CLOBAZAM 20MG	CPR	5.000,00	SANOFI	0,0000	0,835	4.175,00
64	CLORIDRATO DE METFORMINA 500 MG	CPR	30.000,00	TEUTO	0,0000	0,054	1.620,00
69	CLORIDRATO DE NORTRIPTILINA 50MG	CPR	5.000,00	RANBAXY	0,0000	0,40	2.000,00
70	CLORIDRATO DE PAROXETINA 20MG	CPR	40.000,00	AUROBINDO	0,0000	0,155	6.200,00
71	CLORIDRATO DE PROMETAZINA SOLUÇÃO INJETÁVEL 25 MG - 2 ML	AMP	2.000,00	OSORIO	0,0000	0,013	26,00
76	CLORIDRATO DE VERAPAMIL 80 MG	CPR	20.000,00	PRATI	0,0000	0,048	960,00
79	DEXAMETASONA CREME 0,1% 10 GR	TB	3.000,00	MULTILAB	0,0000	0,67	2.010,00
86	DIPIRONA SÓDICA + BROMETO DE N-BUTILESCOPOLAMINA SOLUÇÃO INJETÁVEL 5 ML	AMP	2.000,00	HYPERFARM	0,0000	1,66	3.320,00
87	DIPIRONA SÓDICA 500MG	CPR	100.000,00	SOBRAL	0,0000	0,065	6.500,00
90	ENANTATO DE NORETISTERONA 50MG + VALERATO DE ESTRADIOL 5MG	AMP	500,00	CIFARMA	0,0000	5,10	2.550,00
96	ETINILESTRADIOL + LEVONOGESTREL 0,03 MG + 0,15 MG COM 21 DRÁGEAS	CART	4.800,00	CIFARMA	0,0000	0,50	2.400,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRINEOPOLIS

 CNPJ: 06.089.125/0001-16
 AVENIDA 22 DE JULHO, 1070
 C.E.P.: 89440-000 - Irineópolis - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 15/2014 - PR

 Processo Administrativo: 28/2014
 Processo de Licitação: 28/2014
 Data do Processo: 03/12/2014

Folha: 2/5

Participante: 6117 - MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - MF MEDICAMENTOS

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
97	FENITOÍNA SÓDICA 100 MG	CPR	10.000,00	TEUTO	0,0000	0,063	630,00
106	FUROSEMIDA SOLUÇÃO INJETÁVEL 10 MG 2 ML	AMP	100,00	SANTISA	0,0000	0,69	69,00
116	ISOSSORBIDA 5MG	CPR	2.000,00	BALDACCI	0,0000	0,226	452,00
121	LEVOFLOXACINO 500 MG	CPR	5.000,00	ZYDUS	0,0000	0,79	3.950,00
123	LEVOTIROXINA SÓDICA 25MG	CPR	50.000,00	MERCK	0,0000	0,103	5.150,00
124	LEVOTIROXINA SÓDICA 50MG	CPR	50.000,00	MERCK	0,0000	0,11	5.500,00
126	LORATADINA XAROPE 1MG/ML 100 ML	FR	5.000,00	MARIOL	0,0000	1,60	8.000,00
136	METRONIDAZOL 400 MG	CPR	20.000,00	TEUTO	0,0000	0,36	7.200,00
137	METRONIDAZOL GEL VAGINAL 10% 50MG - 40 GRAMAS	BIS	1.000,00	TEUTO	0,0000	2,30	2.300,00
138	NAPROXENO 500 MG	CPR	10.000,00	TEUTO	0,0000	0,32	3.200,00
157	PERMETRINA LOÇÃO 5% - 60ML	FR	3.000,00	NATMITA	0,0000	2,00	6.000,00
167	PROTETOR SOLAR FATOR 30 FRASCO 120ML	FR	30,00	MOPH	0,0000	6,70	201,00
175	SULFADIAZINA DE PRTA PASTA 1% - 50 GRAMAS	BIS	2.000,00	NATMITA	0,0000	3,00	6.000,00
178	SULFATO DE GENTAMICINA COLÍRIO 5MG - 5ML	FR	500,00	ALLERGAN	0,0000	6,78	3.390,00

Total do Participante → 128.001,80

Participante: 6333 - ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
6	ACIDO FOLICO 5 MG	CPR	50.000,00	Natulab	0,0000	0,0208	1.040,00
27	BENZILPENICILINA BENZATINA PÓ PARA SUSPENSÃO INJETÁVEL 600.000UI	AMP	1.000,00	Teuto	0,0000	3,83	3.830,00
35	CARBONATO DE CÁLCIO + COLECALCIFEROL 500 MG CACOS + 400UI	CPR	5.000,00	Imec	0,0000	0,35	1.750,00
36	CARBONATO DE CÁLCIO 1250 MG (EQUIVALENTE 550 MG CA++)	CPR	5.000,00	Tks	0,0000	0,104	520,00
39	CARVEDILOL 25 MG	CPR	12.000,00	Torrent	0,0000	0,109	1.308,00
48	CITALOPRAN 20MG	CPR	30.000,00	Torrent	0,0000	0,12	3.600,00
54	CLORIDRATO DE AMITRIPTILINA 25MG	UN	150.000,00	Neo Química	0,0000	0,043	6.450,00
55	CLORIDRATO DE BIPERIDENO 2MG	CPR	20.000,00	Cristalia	0,0000	0,2489	4.978,00
61	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA SOLUÇÃO INJETÁVEL COM VASOCONSTRITOR 20 ML	AMP	100,00	Hypofarma	0,0000	3,27	327,00
74	CLORIDRATO DE SERTRALINA 50 MG	CPR	150.000,00	Torrent	0,0000	0,1099	16.485,00
81	DEXAMETASONA INJETÁVEL 4MG - 1ML	AMP	3.000,00	Farmace	0,0000	0,75	2.250,00
82	DIAZEPAN 5 MG	CPR	150.000,00	Santisa	0,0000	0,0389	5.835,00
92	ESTEARATO DE ERITROMICINA SUSPENSÃO ORAL 50MG - 60ML	FR	3.000,00	Prati	0,0000	3,30	9.900,00
98	FENOBARBITAL 100 MG	CPR	25.000,00	Uniao Quimica	0,0000	0,1667	4.167,50
99	FENOBARBITAL SOLUÇÃO ORAL 40 MG/ML 20 ML	FR	200,00	Cristalia	0,0000	3,75	750,00
100	FLUCONAZOL 100 MG	CAP	5.000,00	Cristalia	0,0000	0,7639	3.819,50
107	GLIBENCLAMIDA 5MG	CPR	100.000,00	Medquimica	0,0000	0,0229	2.290,00
115	INSULINA GLARGINA LANTUS 100 UI/10ML	AMP	150,00	Sanofi Aventis	0,0000	342,20	51.330,00
118	LACTULOSE 667 MG/ML 120 ML	FR	3.000,00	Uci Farma	0,0000	1,3889	4.166,70
133	MESILATO DE DOXAZOSINA 2MG	CPR	5.000,00	E.M.S	0,0000	0,0972	486,00
145	NITRATO DE MICONAZOL LOÇÃO 2% 30 GR	BIS	1.000,00	Teuto	0,0000	1,18	1.180,00
156	PERMANGANATO DE POTÁSSIO 100MG	CPR	300,00	Farmax	0,0000	0,0486	14,58
165	SECNIDAZOL 1000 MG	CPR	2.000,00	Prati	0,0000	0,39	780,00
173	SORO RINGER COM LACTATO 500ML	FR	100,00	Segmenta-Eurr	0,0000	2,875	287,50

Total do Participante → 127.544,78

Participante: 6708 - CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	ACETATO DE MEDROXIPROGESTERONA SOLUÇÃO INJETÁVEL 150MG 1 ML	AMP	500,00	UNIAO QUIMICA	0,0000	12,80	6.400,00
5	ACIDO ACETIL SALICILICO 100 MG	CPR	120.000,00	IMEC	0,0000	0,0149	1.788,00
13	ALENDRONATO DE SÓDIO 70 MG	CPR	3.000,00	DELTA	0,0000	0,369	1.107,00
19	AMPICILINA 500 MG	CAP	5.000,00	PRATI D.	0,0000	0,125	625,00
22	AZITROMICINA PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL 40MG 22,5ML	FR	3.000,00	PHARLAB	0,0000	2,48	7.440,00
32	CAPTÓPRIL 25 MG	CPR	200.000,00	GEOLAB	0,0000	0,019	3.800,00
33	CARBAMAZEPINA 20MG 100ML - XAROPE	FR	200,00	MEDLEY	0,0000	6,09	1.218,00
42	CEFALEXINA SÓDICA OU CLORIDRATO DE CEFALOXINA SUSPENSÃO ORAL 50 MG/ML 60 ML	FR	5.000,00	TEUTO	0,0000	3,00	15.000,00
56	CLORIDRATO DE CIPROFLOXACINO 500MG	CPR	70.000,00	PRATI D.	0,0000	0,15	10.500,00
62	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA SOLUÇÃO INJETÁVEL SEM VASOCONSTRITOR 20 ML	AMP	100,00	HYPOFARMA	0,0000	1,89	189,00
63	CLORIDRATO DE LOPERAMINA 2 MG	CPR	2.000,00	PHARMASCI	0,0000	0,09	180,00
65	CLORIDRATO DE METFORMINA 850MG	CPR	50.000,00	GEOLAB	0,0000	0,077	3.850,00
66	CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA 10MG	CPR	30.000,00	BELFAR	0,0000	0,0528	1.584,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRINEOPOLIS

 CNPJ: 06.089.125/0001-16
 AVENIDA 22 DE JULHO, 1070
 C.E.P.: 89440-000 - Irineópolis - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 15/2014 - PR

 Processo Administrativo: 28/2014
 Processo de Licitação: 28/2014
 Data do Processo: 03/12/2014

Folha: 3/5

Participante: 6708 - CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
77	DECANOATO DE HALOPERIDOL SOLUÇÃO INJETÁVEL 5MG - 1 ML	AMP	50,00	CRISTALIA	0,0000	7,00	350,00
84	DICLORIDRATO DE BETAISTINA 25 MG	CPR	10.000,00	EUROFARMA	0,0000	0,305	3.050,00
95	ETINILESTRADIOL + LEVONOGESTREL 0,02 MG + 0,10 MG COM 21 DRÁGEAS	CART	100,00	BIOLAB	0,0000	11,40	1.140,00
101	FLUCONAZOL 150MG	CAP	5.000,00	PRATI D.	0,0000	0,19	950,00
102	FOSFATO DE CODEINA 30MG	CPR	30.000,00	CRISTALIA	0,0000	0,86	25.800,00
103	FOSFATO SÓDICO DE PREDNISOLONA SOLUÇÃO ORAL 1,34 MG/ML 100 ML	FR	500,00	PRATI D.	0,0000	4,00	2.000,00
104	FOSFATO SÓDICO DE PREDNISOLONA SOLUÇÃO ORAL 4,02 MG/ML 100 ML	FR	3.000,00	PRATI D.	0,0000	5,30	15.900,00
111	HIDROCLOROTIAZIDA 25 MG	CPR	150.000,00	TEUTO	0,0000	0,022	3.300,00
122	LEVOTIROXINA SÓDICA 100 MG	CPR	30.000,00	MERCK	0,0000	0,094	2.820,00
127	LOSARTANA POTÁSSICA 50MG	CPR	200.000,00	TEUTO	0,0000	0,044	8.800,00
147	NORETISTERONA 0,35MG - 35 CPR	CART	430,00	BIOLAB	0,0000	6,03	2.592,90
150	ONDASETRONA 4 MG	CPR	10.000,00	BIOLAB	0,0000	2,10	21.000,00
155	PASTA D'AGUA - PASTA (F.N.)	UN	300,00	SANTA TEREZINHA	0,0000	2,20	660,00
164	SAIS PARA REIDRATAÇÃO PÓ PARA SOLUÇÃO ORAL 27,9 GR	ENV	3.000,00	IFAL	0,0000	0,357	1.071,00
177	SULFAMETOXAZOL + TRIMETROPINA SUSPENSÃO ORAL 40MG + 8MG - 50ML	FR	1.000,00	SOBRAL	0,0000	1,05	1.050,00

Total do Participante —> 144.164,90
Participante: 6843 - AGLON COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
78	DEXAMETASONA COLIRIO 0,1% - 5ML	FR	1.000,00	MAXIDEX-ALC	0,0000	3,38	3.380,00
119	Levodopa + benserazida 100/25 mg	CPR	5.000,00	PROLOPA BD-ROCHE	0,0000	0,83	4.150,00

Total do Participante —> 7.530,00
Participante: 6851 - PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
2	ACETATO DE RETINOL + COLECALCIFEROL SOLUÇÃO ORAL 50.000 UI/ML + 10.0000 UI/ML 10 ML	FR	2.000,00	NYCOMED	0,0000	11,60	23.200,00
3	ACETONIDO DE TRIANCINOLONA EM ORABASE 1MG 10GR	TB	200,00	PRATI	0,0000	2,97	594,00
4	ACICLOVIR 200MG	CPR	10.000,00	PRATI	0,0000	0,109	1.090,00
16	AMOXICILINA+CLAVULANATO DE POTASSIO ORAL 50/12,5MG 75ML	FR	5.000,00	SANDOZ	0,0000	4,48	22.400,00
23	AZITROMICINA 500 MG	CPR	6.000,00	PRATI	0,0000	0,369	2.214,00
25	BECLOMETASONA SPRAY 250MCG	FR	300,00	CHIESI	0,0000	56,89	17.067,00
67	CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA SOLUÇÃO INJETÁVEL 5MG - 2 ML	AMP	3.000,00	ISO FARMA	0,0000	0,24	720,00
68	CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA SOLUÇÃO ORAL 4MG - 10ML	FR	2.000,00	MARIOL	0,0000	0,459	918,00
83	DICLOFENACO EMULGEL - 60 GR	TB	100,00	PRATI	0,0000	2,599	259,90
85	DIGOXINA 0,25 MG	CPR	15.000,00	PHARLAB	0,0000	0,0349	523,50
88	DIPIRONA SODICA GOTAS 500 MG - 10ML	FR	2.000,00	NATULAB	0,0000	0,45	900,00
89	DIPIRONA SOLUÇÃO INJETAVEL 500MG - 2 ML	AMP	5.000,00	TEUTO	0,0000	0,48	2.400,00
91	ESPIROLACTONA 25 MG	CPR	20.000,00	ASPEN	0,0000	0,088	1.760,00
93	ESTROGÊNIO CONJUGADOS 0,3 MG COM 28 DRÁGEAS	CART	80,00	WYETH	0,0000	17,59	1.407,20
94	ESTROGÊNIO CONJUGADOS CREME VAGINAL 0,625 MG/ML	BIS	100,00	WYETH	0,0000	29,50	2.950,00
109	GUACO (MIKANIA GLOMERATA SPRENG) SOLUÇÃO ORAL 100 ML	FR	3.000,00	NATALAB	0,0000	1,67	5.010,00
112	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO 150 ML	FR	1.000,00	MARIOL	0,0000	1,69	1.690,00
114	IBUPROFENO 50MG 30ML GOTAS	UN	10.000,00	NATULAB	0,0000	0,74	7.400,00
120	LEVODOPA + CARBIDOPA 250/25MG	CPR	5.000,00	HYPERMARC/ - BRAINF	0,0000	0,17	850,00
128	MALEATO DE DEXCLORFENIRAMINA 0,4MG XAROPE - 120 ML	FR	6.000,00	NATULAB	0,0000	0,83	4.980,00
131	MALEATO DE TIMOLOL COLIRIO 0,25% - 5ML	FR	500,00	BIOSINTÉTIC/	0,0000	3,09	1.545,00
132	MEBENDAZOL SUSPENSÃO ORAL 20 MG 30 ML	FR	3.000,00	NATULAB	0,0000	0,649	1.947,00
135	METRONIDAZOL 250 MG	CPR	20.000,00	PRATI	0,0000	0,069	1.380,00
141	NISTATINA SUSPENSÃO ORAL 100.000 UI/ML 50 ML	FR	1.000,00	NATULAB	0,0000	1,54	1.540,00
143	NITRATO DE MICONAZOL CREME VAGINAL 2% - 60 GRAMAS	TB	2.000,00	PRATI	0,0000	4,42	8.840,00
149	OMEPRAZOL 20 MG	CPR	500.000,00	PHARLAB	0,0000	0,044	22.000,00
158	POVIDINE DEGERMANTE - 1000 ML	LT	100,00	MARIOL	0,0000	17,20	1.720,00
159	POVIDINE TÓPICO - 1000 ML	LT	100,00	MARIOL	0,0000	16,30	1.630,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRINEOPOLIS

 CNPJ: 06.089.125/0001-16
 AVENIDA 22 DE JULHO, 1070
 C.E.P.: 89440-000 - Irineópolis - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 15/2014 - PR

 Processo Administrativo: 28/2014
 Processo de Licitação: 28/2014
 Data do Processo: 03/12/2014

Folha: 4/5

Participante: 6851 - PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
166	SINVASTATINA 20 MG	CPR	50.000,00	SANDOZ	0,0000	0,0575	2.875,00
174	SUCCINATO DE HIDROCORTISONE INJETÁVEL 500MG - 4ML	AMP	1.000,00	TEUTO	0,0000	6,29	6.290,00
179	SULFATO FERROSO 40MG Fe++	CPR	50.000,00	NATULAB	0,0000	0,031	1.550,00
181	TRIQUILAR C/ 21 DRAGEAS	CART	1.000,00	BAYER	0,0000	5,42	5.420,00

Total do Participante —> 155.070,60

Participante: 6910 - COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA *

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
14	ALOPURINOL 100 MG	CPR	30.000,00	SANVAL	0,0000	0,038	1.140,00
15	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 500 MG + 125 MG	CPR	50.000,00	GLAXOSMITHI	0,0000	0,668	33.400,00
18	AMOXICILINA PÓ PARA SUSPENSÃO 50 MG 150 ML	FR	5.000,00	PRATI DONADUZZI	0,0000	3,39	16.950,00
21	ATENOLOL 50 MG	CPR	100.000,00	VITAPAN	0,0000	0,0235	2.350,00
29	BROMETO DE IPATRÓPIO 0,25 MG - FRASCO COM 20 ML	FR	5.000,00	HIPOLABOR	0,0000	0,53	2.650,00
31	BROMIDRATO DE FENOTEROL 5 MG/ML - FRASCO COM 20 ML	FR	5.000,00	HIPOLABOR	0,0000	1,37	6.850,00
37	CARBONATO DE LÍTIO 300MG	CPR	30.000,00	HIPOLABOR	0,0000	0,09	2.700,00
41	CEFALEXINA SÓDICA OU CLORIDRATO DE CEFALOXINA 50MG	CAP	50.000,00	CELLOFARM/	0,0000	0,155	7.750,00
47	CETOPROFENO SOLUÇÃO INJETÁVEL 100MG 2 ML	AMP	5.000,00	UNIÃO QUIMICA	0,0000	1,59	7.950,00
51	CLONAZEPAN 2,5 MG 20 ML	FR	5.000,00	HIPOLABOR	0,0000	1,55	7.750,00
57	CLORIDRATO CLOMIPRAMINA 25 MG	CPR	5.000,00	NOVARTIS	0,0000	0,619	3.095,00
58	CLORIDRATO DE CLORPROMAZINA 100 MG	CPR	5.000,00	UNIÃO QUIMICA	0,0000	0,19	950,00
59	CLORIDRATO DE FLUOXETINA 20MG	CPR	150.000,00	TEUTO	0,0000	0,052	7.800,00
72	CLORIDRATO DE PROPRANOLOL 40MG	CPR	30.000,00	OSORIO DE MORAES	0,0000	0,013	390,00
73	CLORIDRATO DE RANITIDINA 150 MG	CPR	30.000,00	MEDQUIMICA	0,0000	0,076	2.280,00
75	CLORIDRATO DE TRAMADOL 50 MG	CPR	5.000,00	HIPOLABOR	0,0000	0,13	650,00
105	FUROSEMIDA 40 MG	CPR	50.000,00	GEOLAB	0,0000	0,032	1.600,00
110	HALOPERIDOL 5 MG	CPR	25.000,00	UNIÃO QUIMICA	0,0000	0,066	1.650,00
125	LORATADINA 10 MG	CPR	10.000,00	GEOLAB	0,0000	0,048	480,00
130	MALEATO DE ENALAPRIL 10 MG	CPR	100.000,00	SANVAL	0,0000	0,0439	4.390,00
134	METILDOPA 250MG	CPR	20.000,00	SANVAL	0,0000	0,112	2.240,00
146	NITROFURANTINA 100 MG	CPR	5.000,00	TEUTO	0,0000	0,11	550,00
148	NORFLOXACINO 400 MG	CPR	10.000,00	MEDQUIMICA	0,0000	0,139	1.390,00
151	OXALATO DE ESCITALOPRAM 10MG	CPR	10.000,00	EMS/GERM/	0,0000	0,40	4.000,00
152	OXCARBAZEPINA 600 MG	CPR	20.000,00	UNIÃO QUIMICA	0,0000	0,71	14.200,00
153	PARACETAMOL 500 MG	CPR	200.000,00	HIPOLABOR	0,0000	0,038	7.600,00
154	PARACETAMOL SOLUÇÃO ORAL 200 MG 15 ML	FR	2.000,00	HIPOLABOR	0,0000	0,45	900,00
160	PREDNISONA 20 MG	CPR	20.000,00	SANVAL	0,0000	0,108	2.160,00
169	SORO FISIOLÓGICO 500 ML	FR	500,00	SEGMENTA/EI	0,0000	2,48	1.240,00
172	SORO GLICOSADO 500 ML	FR	500,00	FRESENIUS KABI	0,0000	2,35	1.175,00
176	SULFAMETOXAZOL + TRIMETROPINA 400 MG + 80MG	CPR	20.000,00	PRATI DONADUZZI	0,0000	0,065	1.300,00
180	SULFATO FERROSO SOLUÇÃO ORAL 25MG/ML 20 ML	FR	2.000,00	HIPOLABOR	0,0000	0,56	1.120,00
182	VALPROATO DE SÓDIO 500 MG	CPR	20.000,00	BIOLAB SANUS	0,0000	0,65	13.000,00

Total do Participante —> 163.650,00

Total Geral —> 786.865,78

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRINEOPOLIS CNPJ: 06.089.125/0001-16 AVENIDA 22 DE JULHO, 1070 C.E.P.: 89440-000 - Irineópolis - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 15/2014 - PR
	Processo Administrativo: 28/2014 Processo de Licitação: 28/2014 Data do Processo: 03/12/2014

Folha: 5/5

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Irineópolis, 19 de Dezembro de 2014

COMISSÃO:

PATRICIA FABIANE FRONCZAK - - Pregoeiro(a)
ANDRESSA BENDLIN - - SECRETARIA
REINALDO STASIAK - - MEMBRO
ROSANI RODRIGUES DA SILVA MISCHKA - - MEMBRO

Itá**PREFEITURA****AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2015, INEXIGIBILIDADE Nº 001/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2015

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2015

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2015

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, torna público a todos os interessados que está aberto o Credenciamento de Pessoas Físicas e Jurídicas para fornecimento de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar para compor a merenda escolar. As propostas serão recebidas até as 08h30min do dia 03 de março de 2015 e abertas as 08h30min nesta mesma data. O edital encontra-se disponível no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9508.

Itá-SC, 27 de Janeiro de 2015.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/2015, TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/2015

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2015

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá - SC, torna público que fará realizar licitação, na modalidade Tomada de Preços, no dia 13 de fevereiro de 2015, visando a contratação de empresa para ampliação e reforma do Centro de Convivência dos Idosos, de acordo com os projetos e memorial descritivo anexo ao Edital. As propostas serão recebidas até às 08h30min do dia 13 de fevereiro de 2015 e abertas as 08h30min nesta mesma data. O edital encontra-se disponível no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9508.

Itá - SC., 28 de Janeiro de 2015.

Leide Mara Bender

Prefeita Municipal

Itaiópolis**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS****LICITAÇÃO Nº 02/2015**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS/SC; Processo Licitatório nº 02/2015, Pregão Presencial nº 02/2015. Objeto: Registro de Preços para aquisição de Materiais de Construção para uso em reformas e manutenção da Secretaria Municipal da Saúde e nas Unidades Sanitárias e ESF's da SMS. Entrega dos Envelopes: Até às 08:45 horas do dia 10 de fevereiro de 2015; Abertura dos Envelopes: as 09:00 horas do dia 10 de fevereiro de 2015 na Secretaria Municipal de Saúde. Av. Tancredo Neves, 234, centro; O Edital encontra-se no site www.itaipolis.sc.gov.br Esclarecimentos poderão ser obtidos no Fundo Municipal de Saúde, Av. Tancredo Neves, 234 de 2ª à 6ª das 08:00 às 12:00 e das 13:30 à 17:00 horas, fone 047 3652-1893.

Itaiópolis, 27 de janeiro de 2015.

Eliseu Alexandre Gabardo

Secretário Municipal da Saúde.

Itapiranga

PREFEITURA

DECRETO Nº 234, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 234, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, por conta da previsão do "Excesso de Arrecadação" e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.887, de 17 de dezembro de 2013:

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, exercício de 2014, por conta da previsão do "Excesso de Arrecadação", na seguinte fonte de recursos: 105 - Recursos de Impostos para Saúde 15%, no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais):

92.01 - Fundo Municipal de Saúde

10.301.0133.2026 - Manut. das Atividades da Secretaria Municipal de Saúde

31.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas R\$ 120.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 27 de novembro de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Sérgio Luís Kessler

Secretário Municipal de Administração.

DECRETO Nº 4, DE 12 DE JANEIRO DE 2015

DECRETO Nº 4, DE 12 DE JANEIRO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Itapiranga - SC e dá outras providências.

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.939, de 25 de novembro de 2014:

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do município de Itapiranga, na seguinte dotação orçamentária:

03.01 - Secretaria Municipal de Administração, Obras e Serviços Urbanos

04.181.0014.2007 - Convênio de Trânsito

33.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas R\$ 9.529,40

44.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas R\$ 2.968,00

Art. 2º Servirá de suporte para a suplementação, objeto do artigo 1º, a anulação da seguinte dotação orçamentária:

03.01 - Secretaria Municipal de Administração, Obras e Serviços

Urbanos

04.181.0014.2007 - Convênio de Trânsito

33.90.00.00.00.00.00.0087 - Aplicações Diretas R\$ 9.529,40

44.90.00.00.00.00.00.0087 - Aplicações Diretas R\$ 2.968,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 12 de janeiro de 2015.

Inácio Oswald

Prefeito em Exercício

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalón

Secretário Municipal Finanças e Planejamento.

Itapoá

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2015
REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2015
PROCESSO Nº 08/2015

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais TORNA PÚBLICO que, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço por Item, que será redigida pela Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal Nº 877/2009, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar Nº 123/06 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 09h00min receberá o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 09h30min, do dia 10/02/2015, na sala do Departamento de Licitações e Contratos, Rua Mariana Michels Borges (960) nº 201, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, fará a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável para a participação no certame para a Aquisição parcelada de Gasolina, Óleo Diesel BS10 e Agente Redutor Líquido Automotivo (ARLA 32), para abastecimento da frota municipal de veículos leves e pesados, incluindo a instalação dos equipamentos necessários para o abastecimento conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos. O Edital poderá ser retirado através do site www.itapoa.sc.gov.br no link "pregão", ou extrato no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, ou até mesmo na Secretaria de Administração e Finanças - Licitações e Contratos das 08h00min às 14h00min.

Itapoá, 27 de janeiro de 2015.
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 03/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO DO CONTRATO Nº 03/2015

Contratante: Município de Itapoá-SC;
Contratado: MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO TABAMAR LTDA ME, com sede na Av. Paraná, 70, Bairro Barra do Saí, na cidade de Itapoá/SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.263.284/0001-09 e Inscrição Estadual Isento, representada neste ato por proprietário, a Sr. OSMAR MAYER RIBEIRO, portador do CNPF/MF nº 384.576.529-15 e do CI. RG nº 8/R 883.158-SSP/SC.
Licitação: TOMADA DE PREÇO Nº 18/2014 - PROCESSO Nº 165/2014;
Objeto: Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada e fornecimento de materiais para execução da ampliação da EMEF Frei Valentim, conforme projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, partes integrantes do Edital.
Valor total: R\$ 780.993,75 (setecentos e oitenta mil novecentos e noventa e três reais e setenta e cinco centavos)
Data da assinatura: 26/01/2015;
Data vigência contratual: O contrato terá início imediato à assinatura, com término condicionado a 08 (oito) meses, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57, da lei 8.666/93.

Itapoá, 27 de janeiro de 2015.
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 04/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO DO CONTRATO Nº 04/2015

Contratante: Município de Itapoá-SC;
Contratado: DUMA EMPREENDIMENTOS LTDA EPP, com sede à Rua Arnaldo Braz Prestes, nº 120, Bairro: Industrial na cidade de Barracão/PR, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 72.040.892/0001-65 e Inscrição Estadual n.º 90619260-86, representada neste ato Pelo sócio administrador DEOCLECIO DUARTE, portador do CNPF/MF nº 021.754.439-81 e do CI.RG nº 10.670.810-0 SSP/PR.
Licitação: CONVITE Nº01/2015 - PROCESSO Nº04/2015;
Objeto: Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada e fornecimento de materiais para execução de pintura externa e interna no Prédio sede da Prefeitura de Itapoá, conforme projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, parte integrante do edital.
Valor total: R\$ 134.308,26 (cento e trinta e quatro mil, trezentos e oito reais e vinte e seis centavos)
Data da assinatura: 26/01/2015;
Data vigência contratual: O contrato terá início imediato à assinatura e a sua vigência esta condicionada a entrega total do objeto e serviço, a execução dos serviços se dará em até 3 (três) meses.

Itapoá, 27 de janeiro de 2015.
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
PREFEITO MUNICIPAL

RH - PORTARIA Nº 0201/2015

PORTARIA Nº 0201/2015
De: 02 de janeiro de 2015.
Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:
Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a curso de capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) GIOVANE TEREZINHA DA SILVA, matrícula 605778, investido(a) no cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0202/2015

PORTARIA Nº 0202/2015

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a curso de capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) GRACIELA DA CONCEIÇÃO MIRANDA, matrícula 606626, investido(a) no cargo de SERVENTE ESCOLAR, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0203/2015

PORTARIA Nº 0203/2015

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a curso de capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) HILDA CRISTINA CARDOSO, matrícula 1490, investido(a) no cargo de FISCAL DE TRIBUTOS II, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0204/2015

PORTARIA Nº 0204/2015

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a curso de capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) IARA CRISTINE DE OLIVEIRA HOEPFNER, matrícula 2593, investido(a) no cargo de TÉCNICO DE CONTABILIDADE II, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0205/2015

PORTARIA Nº 0205/2015

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a curso de capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) IRENE F. S. BARBOSA DOS SANTOS, matrícula 602655, investido(a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0206/2015

PORTARIA Nº 0206/2015

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a curso de capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) ISABEL GOMES DA SILVA, matrícula 607479, investido(a) no cargo de SERVENTE ESCOLAR, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0207/2015

PORTARIA Nº 0207/2015

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a curso de capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) ISABELA RAÍCIK DUTRA POHL, matrícula 5720, investido(a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0208/2015

PORTARIA Nº 0208/2015

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a curso de capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) IVANIR TEREZINHA LOPES, matrícula 606464, investido(a) no cargo de SERVENTE ESCOLAR, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0209/2015

PORTARIA Nº 0209/2015

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a curso de capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) JACKSON ALVES DE ASSUNÇÃO, matrícula 607550, investido(a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0210/2015

PORTARIA Nº 0210/2015

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a curso de capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) JADIR SOUZA DA GRAÇA, matrícula 442, investido(a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0211/2015

PORTARIA Nº 0211/2015

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a curso de capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) JANAYNA GOMES, matrícula 576271, investido(a) no cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM II, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0212/2015

PORTARIA Nº 0212/2015

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a curso de capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) JANICE MARIA GUIMARÃES MORARA, matrícula 605506, investido(a) no cargo de PSICÓLOGO II, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0213/2015

PORTARIA Nº 0213/2015

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a curso de capacitação, e 2% de Ensino Fundamental, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) JOACIR BORBA DA SILVA, matrícula 4022, investido(a) no cargo de AGENTE OPERACIONAL, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0214/2015

PORTARIA Nº 0214/2015

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a curso de capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) JOÃO GARCIA DE SOUZA, matrícula 1341, investido(a) no cargo de TÉCNICO DE CONTABILIDADE II, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0215/2015

PORTARIA Nº 0215/2015

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a curso de capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) JOÃO JOSÉ DA CUNHA, matrícula 604496, investido(a) no cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0216/2015

PORTARIA Nº 0216/2015

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a curso de capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) JOSÉ ERALDO ARAÚJO, matrícula 2569, investido(a) no cargo de FISCAL DE TRIBUTOS II, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0217/2015

PORTARIA Nº 0217/2015

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a curso de capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) JOSEANE MARIA SOARES DE LIMA, matrícula 3212, investido(a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0218/2015

PORTARIA Nº 0218/2015

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a curso de capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) JOSELENE GONÇALVES DO NASCIMENTO CUNHA, matrícula 604810, investido(a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0219/2015

PORTARIA Nº 0219/2015

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a curso de capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) JOSELICE PEREIRA DE ASSUNÇÃO, matrícula 607541, investido(a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0220/2015

PORTARIA Nº 0220/2015

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a curso de capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) JOSENIO VIEIRA BERNARDI, matrícula 567949, investido(a) no cargo de ODONTÓLOGO 40HS, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0221/2015

PORTARIA Nº 0221/2015

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a curso de capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) JOSI CRISTINA S. R. BAIRRO, matrícula 606839, investido(a) no cargo de SERVENTE ESCOLAR, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0222/2015

PORTARIA Nº 0222/2015

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a curso de capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) JUZIANA CONCEIÇÃO DA SILVA, matrícula 605727, investido(a) no cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0223/2015

PORTARIA Nº 0223/2015

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a curso de capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) KARLA CRISTINA ESTEVAM DAROS, matrícula 586714, investido(a) no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0224/2015

PORTARIA Nº 0224/2015

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a curso de capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) LINDAURA NERES DE SOUZA, matrícula 606871, investido(a) no cargo de SERVENTE ESCOLAR, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0225/2015

PORTARIA Nº 0225/2015

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a curso de capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) LIZ MARY HENK, matrícula 605476, investido(a) no cargo de PSICÓLOGO I, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0226/2015

PORTARIA Nº 0226/2015

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a curso de capacitação, e 3% de Ensino Médio, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) LOECI CAMARA, matrícula 616230, investido(a) no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0227/2015

PORTARIA Nº 0227/2015

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a curso de capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) LUZANIRA CORDEIRO ALENCAR MEDEIROS, matrícula 607789, investido(a) no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0228/2015

PORTARIA Nº 0228/2015

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a curso de capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) MARCIANE RECH, matrícula 576993, investido(a) no cargo de ENFERMEIRO III, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0229/2015

PORTARIA Nº 0229/2015

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a curso de capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) MARCIO GIOVANI GUIESELER, matrícula 9920, investido(a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0230/2015

PORTARIA Nº 0230/2015

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a curso de capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) MARGARETE GALANTE, matrícula 2763, investido(a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0231/2015

PORTARIA Nº 0231/2015

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a curso de capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) MARGARIDA APARECIDA GONÇALVES HAAS, matrícula 620327, investido(a) no cargo de ASSISTENTE SOCIAL II, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0232/2015

PORTARIA Nº 0232/2015

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a curso de capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) MARGARIDA APARECIDA DA SILVA ESTEVÃO, matrícula 604089, investido(a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0233/2015

PORTARIA Nº 0233/2015

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a curso de capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) MARIA APARECIDA ROCHA DE JESUS, matrícula 587214, investido(a) no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0234/2015

PORTARIA Nº 0234/2015

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a curso de capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) MARIA CECÍLIA DE FREITAS CRISSANTO, matrícula 593290, investido(a) no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0235/2015

PORTARIA Nº 0235/2015

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a curso de capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) MARIA DA LUZ MACHADO DA SILVA, matrícula 604356, investido(a) no cargo de COZINHEIRA, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0236/2015

PORTARIA Nº 0236/2015

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a curso de capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) MARIA DE LOURDES BASE, matrícula 604160, investido(a) no cargo de COZINHEIRA, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0237/2015

PORTARIA Nº 0237/2015

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a curso de capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) MARIA EDUVIRGEM MIRANDA, matrícula 606715, investido(a) no cargo de SERVENTE ESCOLAR, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0238/2015

PORTARIA Nº 0238/2015

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a curso de capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) MARIA LUCIA ZIMERMANN, matrícula 604135, investido(a) no cargo de SERVENTE ESCOLAR, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0239/2015

PORTARIA Nº 0239/2015

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a curso de capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) MARIA NECY DOS SANTOS SILVA, matrícula 586722, investido(a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0240/2015

PORTARIA Nº 0240/2015

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a curso de capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) MARIA SATOMI YAMASHITA, matrícula 2658, investido(a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0241/2015

PORTARIA Nº 0241/2015

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a curso de capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) MARIANI BURATTI ZIEMBROS, matrícula 603813, investido(a) no cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0242/2015

PORTARIA Nº 0242/2015

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a curso de capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) MARILUCE DO NASCIMENTO DO ROSÁRIO, matrícula 621102, investido(a) no cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0243/2015

PORTARIA Nº 0243/2015

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a curso de capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) MARILUCE CABRAL, matrícula 606707, investido(a) no cargo de SERVENTE ESCOLAR, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0244/2015

PORTARIA Nº 0244/2015

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a curso de capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) MARIZA APARECIDA FILLA, matrícula 605611, investido(a) no cargo de TELEFONISTA, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0245/2015

PORTARIA Nº 0245/2015

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a curso de capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) MARLI TEREZINHA ZAMBONIN, matrícula 2828, investido(a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0247/2015

PORTARIA Nº 0247/2015

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a curso de capacitação, e 5% de Pós-Graduação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) NINON ROSE DA ROSA PERES, matrícula 623741, investido(a) no cargo de PSICÓLOGO I, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0248/2015

PORTARIA Nº 0248/2015

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a curso de capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) NOELI SCHWETLER SAIDEL, matrícula 614670, investido(a) no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0249/2015

PORTARIA Nº 0249/2015

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a curso de capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) ODAIR CRISANTO, matrícula 616974, investido(a) no cargo de AGENTE OPERACIONAL, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0250/2015

PORTARIA Nº 0250/2015

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a curso de capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) PRISCILA DE ARAÚJO CARNEIRO, matrícula 579572, investido(a) no cargo de ENFERMEIRO III, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0251/2015

PORTARIA Nº 0251/2015

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a curso de capacitação, e 3% de curso técnico, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) ROBERTA MARIN GOMES, matrícula 624012, investido(a) no cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0252/2015

PORTARIA Nº 0252/2015

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a curso de capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) ROCHELE ANTONI, matrícula 593184, investido(a) no cargo de FISIOTERAPEUTA II, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0253/2015

PORTARIA Nº 0253/2015

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a curso de capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) ROLAND ITNER, matrícula 2356, investido(a) no cargo de MOTORISTA, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0254/2015

PORTARIA Nº 0254/2015

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a curso de capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) ROSANGELA DA SILVA SILVEIRA, matrícula 1350, investido(a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0255/2015

PORTARIA Nº 0255/2015

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a curso de capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) ROSELI GONÇALVES PINHEIRO, matrícula 575437, investido(a) no cargo de COZINHEIRA, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0256/2015

PORTARIA Nº 0256/2015

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a curso de capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) ROSELI ITNER, matrícula 9372, investido(a) no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0257/2015

PORTARIA Nº 0257/2015

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a curso de capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) ROSETTE ALVES RODRIGUES KORNETOFF, matrícula 4545, investido(a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0258/2015

PORTARIA Nº 0258/2015

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a curso de capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) ROSILDA APARECIDA BOLDORI, matrícula 607762, investido(a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0259/2015

PORTARIA Nº 0259/2015

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a curso de capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) ROSIMERI DO NASCIMENTO, matrícula 605018, investido(a) no cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0260/2015

PORTARIA Nº 0260/2015

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a curso de capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) SANDRA LUCIA AGUIAR DE SOUZA, matrícula 585190, investido(a) no cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0261/2015

PORTARIA Nº 0261/2015

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a curso de capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) SICLENDER WESTPHAL STOKLOSA, matrícula 619310, investido(a) no cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM I, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0262/2015

PORTARIA Nº 0262/2015

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a curso de capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) SIMONI DIAS FERNANDES, matrícula 603031, investido(a) no cargo de FISIOTERAPEUTA II, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0263/2015

PORTARIA Nº 0263/2015

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a curso de capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) SIRLEI APARECIA WESTPHAL, matrícula 698, investido(a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0264/2015

PORTARIA Nº 0264/2015

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a curso de capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) SOELI GERKER FERREIRA, matrícula 604607, investido(a) no cargo de SERVENTE ESCOLAR, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0265/2015

PORTARIA Nº 0265/2015

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a curso de capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) SOLARMIR COELHO, matrícula 1430, investido(a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0266/2015

PORTARIA Nº 0266/2015

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a curso de capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) SOLANGE SILVEIRA DO ROSÁRIO, matrícula 602469, investido(a) no cargo de COZINHEIRA, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0267/2015

PORTARIA Nº 0267/2015

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a curso de capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) SONIA MARIA DE MIRA FARIAS, matrícula 1198, investido(a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0268/2015

PORTARIA Nº 0268/2015

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a curso de capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) SUSINEI RIBEIRO SCHULTZ, matrícula 607908, investido(a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0269/2015

PORTARIA Nº 0269/2015

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a curso de capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) VALDIRIENE PERES CRISANTO, matrícula 606561, investido(a) no cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0270/2015

PORTARIA Nº 0270/2015

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a curso de capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) VALENTIM PACHECO, matrícula 2674, investido(a) no cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0271/2015

PORTARIA Nº 0271/2015

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a curso de capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) VALÉRIO PACHECO, matrícula 1511, investido(a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0272/2015

PORTARIA Nº 0272/2015

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a curso de capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) VANDERLEI DE SOUZA, matrícula 624390, investido(a) no cargo de MOTORISTA, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0273/2015

PORTARIA Nº 0273/2015

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a curso de capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) VERA LUCIA SOARES, matrícula 607487, investido(a) no cargo de SERVENTE ESCOLAR, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 0274/2015

PORTARIA Nº 0274/2015

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a concessão de um adicional sobre o vencimento base equivalente à DAS II; conforme Lei Municipal nº 174/2008, que altera a Lei Municipal 155/2003 incluindo o Art. 49-A.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Artigo 1º - Fica concedido um adicional de 1% referente a curso de capacitação, sobre o vencimento base equivalente à DAS II descrito no Art. 61, Inc. I da Lei Municipal 155/2003, e o resultado somado à remuneração do(a) servidor(a) VOLNICE MARGARETE DA CUNHA STEIL, matrícula 603295, investido(a) no cargo de TÉCNICO DE CONTABILIDADE II, integrante do plano de carreira dos servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: CLASSIFICAÇÃO
EDITAL Nº 004/2015**

CLASSIFICAÇÃO EDITAL Nº 04/2015

Terezinha Fávoro da Silveira, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais e considerando o artigo 36 da Lei Municipal N.º 075/01 de 24 de dezembro de 2001 torna público a CLASSIFICAÇÃO do Edital de processo seletivo de admitidos em caráter temporário nº 04/2015 de vagas remanescentes do Edital 42/2014.

PROFESSOR DE SURF

Classif.	Nome	Habilitação
01	Jaquelyne Thaysa Kufra	Concluinte
02	Jean Fernandes da Silva	3º ano
03	Manassés da Graça Nogueira	3º ano
04	Mateus Alves da Silva	2º ano
05	Jean Paolo Braga da Rocha	1º ano
06	Valdinei Pacheco	1º ano
07	Diego Kalbusch	1º ano
08	Joarí Soares Rosa	1º ano

PROFESSOR DE RELIGIÃO

Classif.	Nome	Habilitação
01	Jacira Maria Oliveira	Habilitada

PROFESSOR DE DANÇA

Classif.	Nome	Justificativa
Indefezido	Marilucy Paula da Silva de Andrade	Não apresentou curso ou formação específica na área de dança.
Indefezido	Adriana Wischral	Não apresentou curso ou formação específica na área de dança.

PROFESSOR DE FANFARRA

Classif.	Nome	HABILITAÇÃO
	Não houve inscritos.	

Itapoá, 26 de janeiro de 2015.
Terezinha Fávoro da Silveira
Secretária de Educação

Joaçaba**PREFEITURA****EXTRATO PL 1/2015/FMS - PP 1/2015/FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1/2015/FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2015/FMS

Objeto: Contratação de serviços especializados para a realização de Concurso Público para contratação de servidores para atuarem junto à Secretaria Municipal de Saúde, nos cargos descritos no Anexo I do presente Edital. Forma de Julgamento: Menor Preço Global. Data da abertura: Dia 19/02/2015, a partir das 14 horas, na sala do Setor de Compras e Licitações, no endereço abaixo citado. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14 horas do dia 19/02/2015, no Setor de Compras e Licitações. Local para aquisição do Edital: Secretaria Municipal de Gestão Administrativa - Setor de Compras e Licitações, na Avenida XV de Novembro, 378, Centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 27 de janeiro de 2015.

MARCOS WEISS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

CÂMARA MUNICIPAL

ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO 2014

Santa Catarina

CAMARA MUNICIPAL DE JOACABA

Anexo 12 - Balanço Orçamentário

Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Período: Janeiro à Dezembro

Página: 1

RECEITA				DESPESA			
TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA	TÍTULOS	FIXAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	3.050.000,00	3.050.000,00	0,00	CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO E SUPLEMENTO	2.830.000,00	2.362.741,68	467.258,32
Transferências Financeiras Recebidas	3.050.000,00	3.050.000,00	0,00	Despesas Corrente	2.230.000,00	1.886.921,16	343.078,84
				Despesas de Capital	450.000,00	337.805,17	112.194,83
				Despesas Intra-Orçamentárias Corrente	150.000,00	138.015,35	11.984,65
				INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	0,00	687.258,32	-687.258,32
				Transferências Financeiras Concedidas	0,00	687.258,32	-687.258,32
SOMA	3.050.000,00	3.050.000,00	0,00	SOMA	2.830.000,00	3.050.000,00	-220.000,00
DÉFICIT	0,00	0,00	0,00	SUPERÁVIT	220.000,00	0,00	220.000,00
TOTAL	3.050.000,00	3.050.000,00	0,00	TOTAL	3.050.000,00	3.050.000,00	0,00

Notas:

O Balanço Orçamentário apresenta o equilíbrio entre receitas e despesas. O Poder Legislativo no ano de 2014 recebeu do Poder Executivo, transferências financeiras no valor de R\$ 3.050.000,00, dos quais foram devolvidos ao Executivo o valor financeiro de R\$ 687.258,32, bem como 220.000,00 de dotação orçamentária, tendo em vista a não utilização desses recursos durante o exercício de 2014. O Legislativo aplicou dentro de seu plano orçamentário o montante de R\$ 2.362.741,68 do total de R\$ 3.050.000,00 de recursos recebidos, representando aproximadamente 77% do seu orçamento. Dos recursos recebidos pelo Executivo, o Legislativo realizou aplicação financeira, retornando aos cofres municipais o montante de R\$ 28.398,44, referente aos rendimentos da referida aplicação.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Joacaba, 31/12/2014

Marcio Roberto Piccoli
Contador CRCSC 025688/O

Francisco Moreira Lopes
Presidente

ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO 2014**Santa Catarina**
CAMARA MUNICIPAL DE JOACABA

Anexo 13 - Balanço Financeiro

Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Período: Janeiro à Dezembro

Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	3.050.000,00	ORÇAMENTÁRIAS	3.050.000,00
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	3.050.000,00	Despesas	2.362.741,68
Transferências Financeiras Recebidas	3.050.000,00	Despesas Correntes	1.886.921,16
		Pessoal e Encargos Sociais	1.475.257,59
		Outras Despesas Correntes	411.663,57
		Despesas de Capital	337.805,17
		Investimentos	337.805,17
		Despesas Intra-Orçamentárias	138.015,35
		Pessoal e Encargos Sociais	137.364,44
		Outras Despesas Correntes	650,91
		INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	687.258,32
		Transferências Financeiras Concedidas	687.258,32
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	318.644,53	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	394.851,17
Depósitos	318.644,53	Depósitos	318.644,53
Consignações	273.614,90	Consignações	273.614,90
Depósitos de Diversas Origens	45.029,63	Depósitos de Diversas Origens	45.029,63
		Restos a Pagar	76.206,64
		Restos a Pagar Não Processados	76.206,64
SOMA	3.368.644,53	SOMA	3.444.851,17
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	76.206,64	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	0,00
Bancos Conta Movimento	76.206,64		
TOTAL	3.444.851,17	TOTAL	3.444.851,17

Notas:

O Balanço Financeiro apresenta o total de receita orçamentaria (transferências financeiras recebidas) no valor de R\$ 3.050.000,00 e o total da despesa orçamentária de 2014, a qual foi de R\$ 2.362.741,68 distribuídos em: R\$ 1.886.921,16 para despesas correntes de pessoal/encargos sociais e demais despesas correntes, as quais envolvem as despesas de manutenção do Poder Legislativo. Houve ainda no ano de 2014, investimentos de R\$ 337.805,17 aplicados à Nova Sede do Legislativo, principalmente mobiliário (cadeiras e móveis), concluindo e inaugurando sua Nova Sede. A Câmara realizou devolução de R\$ 687.258,32, referente recursos não utilizados do orçamento de 2014.

As despesas intra orçamentárias referem-se a despesa patronal do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Impres, bem como parte patronal dos Plano de Saúde dos Servidores - PLASS.

Em relação as receitas e despesas extra orçamentárias, o valor de R\$ 318.644,53 e R\$ 394.851,17, respectivamente, refere-se a descontos previdenciários de folha bem como consignações autorizadas pelos próprios funcionários e retenções de INSS, IRRF e ISS sobre notas fiscais de fornecedores. A Câmara não deixou restos a pagar para o exercício de 2015.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Joaçaba, 31/12/2014

Marcio Roberto Piccoli
Contador CRCSC 025688/O

Francisco Moreira Lopes
Presidente

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL 2014**Santa Catarina****CAMARA MUNICIPAL DE JOACABA**

Anexo 14 - Balanço Patrimonial

Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício 2014

Período: Janeiro à Dezembro

Página: 1

ATIVO	R\$	PASSIVO	R\$
PERMANENTE	3.446.403,14	PERMANENTE	44.403,22
IMOBILIZADO	3.446.403,14	DIVERSOS	44.403,22
Bens Imóveis	3.011.221,78	Obrigações a Pagar (Curto Prazo)	44.403,22
Bens Móveis	480.659,04		
(-) Depreciações, Amortizações e Exaustões	-45.477,68		
ATIVO REAL	3.446.403,14	PASSIVO REAL	44.403,22
SALDO PATRIMONIAL	0,00	SALDO PATRIMONIAL	3.401.999,92
PASSIVO REAL A DESCOBERTO	0,00	ATIVO REAL LÍQUIDO	3.401.999,92
TOTAL	3.446.403,14	TOTAL	3.446.403,14

Notas:

a) Ativo Financeiro

A Câmara não apresenta em seu Balanço o Ativo Financeiro, haja vista, não deixar para o exercício de 2015 restos a pagar, sendo seus recursos todos devolvidos ao Executivo ao final do Exercício financeiro de 2014.

b) Ativo Permanente

O Ativo imobilizado foi registrado pelo custo de aquisição ou construção. Atendendo as NBCASP, Iniciou-se em 2013 a depreciação do Ativo Imobilizado, tendo em vista sua atualização realizada no ano de 2012 pela comissão nomeada através da Resolução 003/2011 de 28/01/2011.

c) Passivo Financeiro

A Câmara não apresenta em seu Balanço o Passivo Financeiro, haja vista, não deixar para o exercício de 2015 restos a pagar.

d) Passivo Permanente

Apresenta-se como Passivo Permanente, atendo ao Novo Plano de Contas, a Provisão de férias dos funcionários efetivos e comissionados referente período aquisitivo de 2014, as quais serão baixadas e pagas em janeiro de 2015.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Joacaba, 31/12/2014

 Marcio Roberto Piccoli
 Contador CRCSC 025688/O

 Francisco Moreira Lopes
 Presidente

ANEXO 15 - DEMONST. DAS VARIAÇÕES PATRIM. 2014**Santa Catarina****CAMARA MUNICIPAL DE JOACABA**

Anexo 15 - Demonstração das Variações Patrimoniais

Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Período: Janeiro à Dezembro

Página: 1

VARIAÇÕES ATIVAS		VARIAÇÕES PASSIVAS	
Títulos	Valor R\$	Títulos	Valor R\$
RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	3.050.000,00	Despesas	2.362.741,68
Transferências Financeiras Recebidas	3.050.000,00	Despesas Correntes	1.886.921,16
		Pessoal e Encargos Sociais	1.475.257,59
		Outras despesas correntes	411.663,57
		Despesas de Capital	337.805,17
		Investimentos	337.805,17
		Despesas Intra-Orçamentárias	138.015,35
		Pessoal e Encargos Sociais	137.364,44
		Outras despesas correntes	650,91
		INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	687.258,32
		Transferências Financeiras Concedidas	687.258,32
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS		MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	
INCORPORAÇÕES DE ATIVOS	337.805,17		
Aquisições de Bens	337.805,17		
Bens Móveis	337.805,17		
INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	3.303.242,66	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	3.303.242,66
Interferências Ativas	3.303.242,66	Interferências Passivas	3.303.242,66
ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS	155.713,73	DECRÉSCIMOS PATRIMONIAIS	318.555,00
Incorporações de Ativos	67.359,99	DESINCORPORAÇÕES DE ATIVOS	162.097,21
Incorporação de Bens Imóveis	18.339,99	Baixa de Bens Imóveis	62.647,89
Incorporação de Bens Móveis	49.020,00	Baixa de Bens Móveis	99.449,32
Bens Móveis de Uso Permanente	49.020,00	Bens Móveis de Uso Permanente	99.449,32
Aquisição	49.020,00	Doações	8.000,00
Ajustes de Bens, Valores e Créditos	758,19	Inservibilidade	91.449,32
Outros Ajustes Patrimoniais	758,19	AJUSTES DE BENS, VALORES E CRÉDITOS	24.459,02
Desincorporação de Passivos	87.595,55	Depreciação, Amortização e Exaustão	24.459,02
		Depreciações	24.459,02
		INCORPORAÇÕES DE PASSIVOS	131.998,77
		Incorporação de Obrigações	131.998,77
		Provisões	131.998,77
Total das Variações Ativas	6.846.761,56	Total das Variações Passivas	6.671.797,66
RESULTADO PATRIMONIAL		RESULTADO PATRIMONIAL	
		Superávit Verificado	174.963,90
TOTAL GERAL	6.846.761,56	TOTAL GERAL	6.846.761,56

Notas:

No que se refere a Demonstração das Variações Patrimoniais, houve um superávit em 2014 no valor de R\$ 174.963,90 considerando a conclusão da obra da Sede da Câmara, baixas de imobilizado por inservível e depreciações e as incorporações e desincorporações de ativos e passivos relativos as provisões da folha de pagamento.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Joacaba, 31/12/2014

Marcio Roberto Piccoli
Contador CRCSC 025688/O

Francisco Moreira Lopes
Presidente

BALANCETE FINANCEIRO DEZ/2014**Santa Catarina
CAMARA MUNICIPAL DE JOACABA**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Dezembro/2014

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
		Despesa Orçamentária	141.293,35
		Despesas exceto Intra-orçamentárias	124.455,57
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	145.934,08
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-20.358,51
		INVESTIMENTOS	-1.120,00
		Despesas Intra-orçamentárias	16.837,78
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	17.686,87
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-849,09
Receita Extra - Orçamentária	424.565,46	Despesa Extra - Orçamentária	749.100,79
DEPÓSITOS	29.098,11	DEPÓSITOS	56.611,85
CONSIGNAÇÕES	27.364,44	CONSIGNAÇÕES	27.364,44
PREVIDÊNCIA SOCIAL	6.469,31	PREVIDÊNCIA SOCIAL	6.469,31
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	9.863,42	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	9.863,42
PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÊ	6.365,33	PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA I	6.365,33
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	3.572,77	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	3.572,77
DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	1.093,61	DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	1.093,61
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	1.733,67	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	29.247,41
DEPÓSITOS PARA QUEM DE DIREITO	1.733,67	DEPÓSITOS PARA QUEM DE DIREITO	29.247,41
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	202.283,25	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	225.230,62
OBRIGAÇÕES A PAGAR	202.283,25	OBRIGAÇÕES A PAGAR	225.230,62
FORNECEDORES	38.662,30	FORNECEDORES	61.609,67
PESSOAL A PAGAR	144.477,01	PESSOAL A PAGAR	144.477,01
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	19.143,94	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	19.143,94
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	254.174,00	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	467.258,32
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	254.174,00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDA:	467.258,32
REPASSE RECEBIDO	254.174,00	REPASSE CONCEDIDO	467.258,32
Despesas Empenhadas a Liquidar*	-60.989,90		
Saldos anteriores	465.828,68	Saldos atuais	0,00
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	351.865,84	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	0,00
BANCO C/ MOVIMENTO	113.962,84	BANCO C/ MOVIMENTO	0,00
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
POUPANÇA	0,00	POUPANÇA	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	890.394,14	Total	890.394,14

*Nota: Os valores da conta 'Despesas Empenhadas a Liquidar' referem-se à contrapartida das Despesas Orçamentárias empenhadas mas não liquidadas que foram inscritas em Restos a Pagar não processados.

Joacaba, 31/12/2014

Marcio Roberto Piccoli
Contador CRCSC 025688/O

Francisco Moreira Lopes
Presidente

SISTN 3º QUADRM. 2014

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: JOACABA/SC - PODER LEGISLATIVO

CNPJ: 78.491.230/0001-98

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014.

CVA: 2015012716294900103032

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, Inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

CAMPO	DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
		(Últimos 12 meses)	
		LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
1	DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) = (2+3+4)	1.608.122,03	0,00
2	Pessoal Ativo	1.608.122,03	0,00
3	Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
4	Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
5	DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º, art. 19 da LRF) (II) = (6+7+8+9)	0,00	0,00
6	Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
7	Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
8	Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
9	Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
10	DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.608.122,03	0,00
11	DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa + IIIb)		1.608.122,03

CAMPO	APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
12	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	99.306.571,73
13	% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	1,62
14	LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - (6,00%)	5.958.394,30
15	LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - (5,70%)	5.660.474,59
16	LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - (5,40%)	5.362.554,87

CAMPO	ATO DECLARATÓRIO	DATA DA PUBLICAÇÃO	MEIO DA PUBLICAÇÃO (Diário Oficial, Edital, etc)
-------	------------------	--------------------	---

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: JOACABA/SC - PODER LEGISLATIVO

CNPJ: 78.491.230/0001-98

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014.

CVA: 2015012716294900103032

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, Inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

17	Os abaixo-assinados declaram que publicaram o relatório cujos dados encontram-se resumidos neste demonstrativo, conforme determina o art. 48 da Lei Compl. nº 101/00, na data e meio indicados a seguir	28/01/2015	Diário Oficial dos Municípios
----	---	------------	-------------------------------

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar Não Processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar Não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art. 35 da Lei nº 4.320/64.

Fonte:

Nota:

JOACABA, 27/01/2015

FRANCISCO MOREIRA LOPES

PRESIDENTE

CPF.: 459.354.329-00

VILMAR ZILIO

VICE PRESIDENTE

CPF.: 065.756.099-53

MARCIO ROBERTO PICCOLI

CONTADOR

CRC.: 025688/O

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
TRAJETÓRIA DE RETORNO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: JOACABA/SC - PODER LEGISLATIVO

CNPJ: 78.491.230/0001-98

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014.

CVA: 2015012716294900103032

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL						
CAMPO	Quadrimestre/Ano em que o ente excedeu o limite	Primeiro quadrimestre seguinte			Segundo quadrimestre seguinte	
1						
CAMPO	Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b - a)	Redutor mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3 * c)	Limite (e) = (b - d)	% DTP (f)
2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - SITUAÇÃO ESPECIAL DE BAIXO CRESCIMENTO						
CAMPO	Quadrimestre/Ano em que o ente excedeu o limite	Primeiro e segundo quadrimestres seguintes			Terceiro e quarto quadrimestres seguintes	
3						
CAMPO	Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b - a)	Redutor mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3 * c)	Limite (e) = (b - d)	% DTP (f)
4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota: DTP corresponde à Despesa Total com Pessoal.

Fonte:

Nota:

JOACABA, 27/01/2015

FRANCISCO MOREIRA LOPES
PRESIDENTE
CPF.: 459.354.329-00

VILMAR ZILIO
VICE PRESIDENTE
CPF.: 065.756.099-53

MARCIO ROBERTO PICCOLI
CONTADOR
CRC: 025688/O

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: JOACABA/SC - PODER LEGISLATIVO

CNPJ: 78.491.230/0001-98

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014.

CVA: 2015012716294900103032

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

CAMPO	DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a-b)
1	RECURSOS VINCULADOS	0,00	0,00	0,00
2	TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	0,00	0,00	0,00
3	RECURSOS NÃO VINCULADOS	0,00	0,00	0,00
4	TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	0,00	0,00	0,00
5	TOTAL (III) = (I+II)	0,00	0,00	0,00

6	REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES ¹	0,00	0,00	0,00
---	--	------	------	------

Nota: ¹A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Fonte:

Nota:

JOACABA, 27/01/2015

FRANCISCO MOREIRA LOPES
PRESIDENTE
CPF.: 459.354.329-00

VILMAR ZILIO
VICE PRESIDENTE
CPF.: 065.756.099-53

MARCIO ROBERTO PICCOLI
CONTADOR
CRC.: 025688/O

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: JOACABA/SC - PODER LEGISLATIVO

CNPJ: 78.491.230/0001-98

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A DEZEMBRO 2014.

CVA: 2015012716294900103032

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

CAMPO		DESTINAÇÃO DE RECURSOS				RESTOS A PAGAR		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados					
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício				
1	RECURSOS VINCULADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
2	TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
3	RECURSOS NÃO VINCULADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
4	TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
5	TOTAL (III) = (I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
6	REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES ¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		

Nota: ¹A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Fonte:

Nota:

JOACABA, 27/01/2015

FRANCISCO MOREIRA LOPES
PRESIDENTE
CPF.: 459.354.329-00

VILMAR ZILIO
VICE PRESIDENTE
CPF.: 065.756.099-53

MARCIO ROBERTO PICCOLI
CONTADOR
CRC.: 025688/O

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: JOACABA/SC - PODER LEGISLATIVO

CNPJ: 78.491.230/0001-98

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014.

CVA: 2015012716294900103032

RGF - ANEXO 7 (LRF, art. 48)

R\$ 1,00

CAMPO	DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
1	Despesa Total com Pessoal - DTP	1.608.122,03	1,62
2	Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - (6,00%)	5.958.394,30	6,00
3	Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - (5,70%)	5.660.474,59	5,70

CAMPO	DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
4	Dívida Consolidada Líquida	-	-
5	Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-

CAMPO	GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
6	Total das Garantias Concedidas	-	-
7	Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-

CAMPO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
8	Operações de Crédito Externas e Internas	-	-
9	Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
10	Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito Internas e Externas	-	-
11	Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito por Antec. da Receita	-	-

CAMPO	RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
12	Valor Total	0,00	0,00

Fonte:

Nota:

JOACABA, 27/01/2015

FRANCISCO MOREIRA LOPES
PRESIDENTE
CPF.: 459.354.329-00

VILMAR ZILIO
VICE PRESIDENTE
CPF.: 065.756.099-53

MARCIO ROBERTO PICCOLI
CONTADOR
CRC.: 025688/O

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**BALANCETE FINANCEIRO DEZEMBRO 2014****SANTA CATARINA****SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Dezembro/2014

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	1.431.934,54	Despesa Orçamentária	1.321.779,57
RECEITA PATRIMONIAL	73.738,85	Despesas exceto Intra-orçamentárias	1.199.514,07
RECEITA DE SERVIÇOS	1.323.674,04	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	479.462,80
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	17.143,08	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-2.940,13
RECEITA DE SERVIÇOS	17.378,57	INVESTIMENTOS	722.991,40
		Despesas Intra-orçamentárias	122.265,50
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	122.265,50
Receita Extra - Orçamentária	1.555.855,92	Despesa Extra - Orçamentária	1.679.590,74
DEPÓSITOS	202.507,82	DEPÓSITOS	243.779,10
CONSIGNAÇÕES	157.488,39	CONSIGNAÇÕES	203.453,48
PREVIDÊNCIA SOCIAL	2.199,06	PREVIDÊNCIA SOCIAL	2.878,22
PENSAO ALIMENTICIA	7.285,30	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	37.542,97
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	36.439,15	PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA M	110.953,31
PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA M	67.586,13	DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	33.527,18
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	10.451,57	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	40.325,62
DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	33.527,18	DEPÓSITOS PARA QUEM DE DIREITO	40.325,62
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	45.019,43	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	1.435.099,65
DEPÓSITOS E CAUÇÕES	829,61	OBRIGAÇÕES A PAGAR	1.422.642,34
DEPÓSITOS PARA QUEM DE DIREITO	44.189,82	FORNECEDORES	633.552,47
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	1.276.700,36	PESSOAL A PAGAR	479.462,80
OBRIGAÇÕES A PAGAR	1.266.830,86	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	226.654,41
FORNECEDORES	625.937,94	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	12.496,66
PESSOAL A PAGAR	479.462,80	RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	70.476,00
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	140.611,40	CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	6.488,84
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	14.426,40	ENTIDADES CREDORAS	6.488,84
RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	6.392,32	ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	3.380,66
CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	6.488,84	ADIANTAMENTOS DIVERSOS RECEBIDOS	3.380,66
ENTIDADES CREDORAS	6.488,84	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	711,99
ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	3.380,66	RECEITAS PENDENTES	711,99
ADIANTAMENTOS DIVERSOS RECEBIDOS	3.380,66	RECEITAS A CLASSIFICAR	711,99
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	711,99	ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS	4.856,00
RECEITAS PENDENTES	711,99	DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	4.856,00
RECEITAS A CLASSIFICAR	711,99	DESINCORPORAÇÃO DE OBRIGAÇÕES	4.856,00
ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS	4.856,00	Despesas Empenhadas a Liquidar*	71.079,75
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	4.856,00		
DESINCORPORAÇÃO DE OBRIGAÇÕES	4.856,00		
Despesas Empenhadas a Liquidar*	71.079,75		
Saldos anteriores	8.057.140,09	Saldos atuais	8.043.560,24
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	7.773.506,69	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	7.852.228,79
BANCO C/ MOVIMENTO	137.047,40	BANCO C/ MOVIMENTO	43.899,09
BANCOS C/ VINCULADAS	0,00	BANCOS C/ VINCULADAS	0,00
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
POUPANÇA	146.586,00	POUPANÇA	147.432,36
TESOURARIA GERAL - Caixa	0,00	TESOURARIA GERAL - Caixa	0,00
Total	11.044.930,55	Total	11.044.930,55

*Nota: Os valores da conta 'Despesas Empenhadas a Liquidar' referem-se à contrapartida das Despesas Orçamentárias empenhadas mas não liquidadas que foram inscritas em Restos a Pagar não processados.

JOACABA , 27/01/2015

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Diretora Presidente

PATRICIA CALLEGARI WARKEN
Contadora CRC SC 029205/O-3

Lages

PREFEITURA

EXTRATO 6º TERMO ADITIVO CONTRATO 284/2012 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 284/2012 - 6º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - cep:88.501.900.

CONTRATADA:TERRA ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.082.450/0001-94, com sede à Rua Rui Barbosa n.º 63 - Lages/SC - cep: 88.501-170 - fone:32262327.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Execução, fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA / VALIDADE CONTRATUAL

Fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias.

As demais cláusulas e condições do contrato primitivo permanecem inalteradas.

E, por assim estarem justificadas, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para ratificar o que ficou expressamente estabelecido entre as partes signatárias.

Lages 23 de Janeiro de 2015.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO CONTRATO 20/2015 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 20/2015 PML

MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC. CONTRATADO: ALBERTO CAIO TAMBORRINO inscrita no CNPJ sob nº 74.434.457/0001-40, estabelecida na Rua. Américo Brasiliense, 1671 - A - Chácara Santo Antonio, São Paulo/SP - CEP. 04715-002.

Processo Licitatório nº 07/2015, correlato ao Pregão Presencial nº 05/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Produtos Lubrificantes para Consumo nos Veículos e Máquinas pertencente a Frota do Município de Lages, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência/Planilha Orçamentária, que passa a fazer parte integrante do Edital Correlato

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 03 (três) dias, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), na Garagem da PML, à Rua Ministro Pedro de Toledo nº 07, Bairro Coral, CEP 88509-220, Fone (49) 3223-3449, nesta cidade;

2.3 De Execução, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente até 31/12/2015.

Obs.: A aquisição dos produtos/materiais/serviço será feita mediante Autorização de Fornecimento fracionada, conforme medições e autorizada pelo Secretário da Fazenda.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 21.237,00 (vinte e um mil duzentos e trinta e sete reais),

Lages 27 de Janeiro de 2015.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO CONTRATO 21/2015 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 21/2015 PML

MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC. CONTRATADO: MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA inscrita no CNPJ sob nº 80.954.555/001-01, estabelecida na Rua. Ezilda Schimdt Coelho, 01 - Barreiros, São São Jose/SC - CEP. 88.113-115.

Processo Licitatório nº 07/2015, correlato ao Pregão Presencial nº 05/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Produtos Lubrificantes para Consumo nos Veículos e Máquinas pertencente a Frota do Município de Lages, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência/Planilha Orçamentária, que passa a fazer parte integrante do Edital Correlato

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 03 (três) dias, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), na Garagem da PML, à Rua Ministro Pedro de Toledo nº 07, Bairro Coral, CEP 88509-220, Fone (49) 3223-3449, nesta cidade;

2.3 De Execução, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente até 31/12/2015.

Obs.: A aquisição dos produtos/materiais/serviço será feita mediante Autorização de Fornecimento fracionada, conforme medições e autorizada pelo Secretário da Fazenda.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 118.350,00 (cento e dezoito mil trezentos e cinquenta reais),

Lages 27 de Janeiro de 2015.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO CONTRATO 22/2015 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 22/2015 PML

MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC. CONTRATADO: BRITAGEM GASPAS LTDA inscrita no CNPJ sob nº 01.924.996/0002-75, estabelecida na Rua. Padre Diogo Feijó, s/n - Bom Jesus, Lages /SC - CEP. 88.503-620.

Processo Licitatório nº 05/2015, correlato ao Pregão Presencial nº 03/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa de Engenharia para o Fornecimento de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ - Faixa C), em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante deste Edital

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2015;

2.3 Da Entrega: em até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões) subscrita(s) pela Secretário de Infraestrutura, em local(is) nela(s) indicado(s);

Obs.: A aquisição dos produtos/materiais/serviço será feita mediante Autorização de Fornecimento fracionada, conforme medições e autorizada pelo Secretário da Fazenda.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 3.020.360,00 (três milhões e vinte mil e trezentos e sessenta reais),

Lages 27 de Janeiro de 2015.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DE CONTRATO Nº 164/2014 FCL

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 164/2014 PML

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita no CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS. CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO LAGEANA DE ASSISTENCIA AOS MENORES - ALAM, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob nº 82.794.546/0001-26, com sede à Rua Av. Marechal Castelo Branco, 1400 - Bairro Caravagio - Lages/SC.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, da apresentação artística do grupo CORAL ALAM no PALCO CULTURAL, na Praça João Ribeiro - Catedral, no dia 05 de dezembro de 2014, às 20h00min, durante a realização do NATAL FELICIDADE 2014.

3.1 Como remuneração pela apresentação a CONTRATANTE pagará a importância de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais) em depósito bancário que será efetuado na conta da Contratada. Banco do Brasil agência 0307-7, conta corrente 39813-6

LAGES/SC, 20 de Novembro de 2014.

Mauricio Neves de Jesus

Fundação Cultural de Lages

EXTRATO DE CONTRATO Nº 165/2014 FCL

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 165/2014 PML

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita no CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS. CONTRATADA: HARMONY SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob nº 07.572.870/0001-84, com sede à Rua Luis Delfino, 153 - Bairro Universitário, CEP 88509-050 na cidade de Lages/SC.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, das apresentações artísticas do grupo CORAL VOZES DA LIBERDADE - PEQUENOS CANTORES DE NATAL no PALCO CULTURAL, na Praça João Ribeiro - Catedral, no dia 11 de dezembro de 2014, às 21h00min e no Teatro Marajoara no dia 21 de dezembro de 2014, às 18h30min, durante a realização do NATAL FELICIDADE 2014.

3.1 Como remuneração pelas apresentações a CONTRATANTE pagará a importância de R\$ 2.400,00 (dois e quatrocentos mil reais) em depósito bancário que será efetuado na conta da Contratada. Banco do UNICRED, agência 1501, conta corrente 225221-0.

LAGES/SC, 20 de Novembro de 2014.

Mauricio Neves de Jesus

Fundação Cultural de Lages

EXTRATO DE CONTRATO Nº 166/2014 FCL

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 166/2014 PML

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita no CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS. CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO DA ORQUESTRA SINFÔNICA DE VACARIA pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob nº 17.825.394.0001/10, com sede à Rua Luiz Fernando da Fonseca Filho, 244, Bairro São Francisco, CEP 95200-000 na cidade de Lages/SC.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, da apresentação artística do grupo CORAL AOSV, no PALCO CULTURAL, na Praça João Ribeiro - Catedral, no dia 04 de dezembro de 2014, às 20h00min, durante a realização do NATAL FELICIDADE 2014.

3.1 Como remuneração pela apresentação a CONTRATANTE pagará a importância de R\$ 1.000,00 (um mil reais) em depósito bancário que será efetuado na conta da Contratada. Banco Caixa Econômica Federal agência 0527, conta corrente 97882-2 Operação 013

LAGES/SC, 20 de Novembro de 2014.

Mauricio Neves de Jesus

Fundação Cultural de Lages

EXTRATO DE CONTRATO Nº 167/2014 FCL

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 167/2014 PML

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita no CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS. CONTRATADA: JOED JEFFER FERREIRA DE MELLO, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob nº 15.041.815/0001-96 com sede à Rua Ceará, 67, Bairro São Cristovão, CEP 88509-160, na cidade de Lages/SC.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, da apresentação artística do grupo CORAL CANTOS DA SERRA, no PALCO CULTURAL, na Praça João Ribeiro - Catedral, no dia 09 de dezembro de 2014 às 20h00min NATAL FELICIDADE 2014.

3.1 Como remuneração pela apresentação a CONTRATANTE pagará a importância de R\$ 800,00 (oitocentos reais), em depósito bancário que será efetuado na conta da Contratada. Banco do Brasil, agência 52159, conta corrente 180880-X

LAGES/SC, 20 de Novembro de 2014.

Mauricio Neves de Jesus

Fundação Cultural de Lages

EXTRATO DE CONTRATO Nº 168/2014 FCL

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 168/2014 PML

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita no CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS. CONTRATADA: MAURO NASCIMENTO DE ALMEIDA, pessoa física, inscrita no CPF sob nº 60699868-904, com sede à Rua Antenor Moreira, 378 - Lages/SC.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, da apresentação artística do grupo CORAL E QUINTETO ASAFE, no PALCO CULTURAL, na Praça João Ribeiro - Catedral, no dia 15 de dezembro de 2014 às 21h00min do NATAL FELICIDADE 2014.

3.1 Como remuneração pela apresentação a CONTRATANTE

pagará a importância de R\$ 720,00 (setecentos e vinte reais), em depósito bancário que será efetuado na conta da Contratada. Banco do Brasil, agência 5215-9, conta corrente 0388560-7.

LAGES/SC, 20 de Novembro de 2014.
Mauricio Neves de Jesus
Fundação Cultural de Lages

EXTRATO DE CONTRATO Nº 169/2014 FCL

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 169/2014 PML

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita no CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS. CONTRATADA: IRMANDADE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob nº 84954437/0001-54, com sede à Rua Silvino Duarte Jr - Bairro Popular - Lages/SC.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, da apresentação artística do grupo CORAL ENCANTOS DA IRMANDADE no PALCO CULTURAL, na Praça João Ribeiro - Catedral, no dia 15 de dezembro de 2014, às 20h00min, durante a realização do NATAL FELICIDADE 2014.

3.1 Como remuneração pela apresentação a CONTRATANTE pagará a importância de R\$ 500,00 (quinhentos reais) em depósito bancário que será efetuado na conta da Contratada. Banco do Brasil, agência 3078-3, conta corrente 613373-8.

LAGES/SC, 20 de Novembro de 2014.
Mauricio Neves de Jesus
Fundação Cultural de Lages

EXTRATO DE CONTRATO Nº 170/2014 FCL

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 170/2014 PML

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita no CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS. CONTRATADA: HÉLIO DINIZ FURLAN, pessoa física, inscrita no CPF sob nº 892.430.059-87, com sede à Rua Josaphat Lenzi, 49, Bairro Vila Nova, CEP 892.430.059-87 na cidade de Lages/SC.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, da apresentação artística do grupo CORAL FREI BERNADINO no PALCO CULTURAL, na Praça João Ribeiro - Catedral, no dia 03 de dezembro de 2014 às 20h45min, durante a realização do NATAL FELICIDADE 2014.

3.1 Como remuneração pela apresentação a CONTRATANTE pagará a importância de R\$ 720,00 (setecentos e vinte reais) em depósito bancário que será efetuado na conta da Contratada. Banco do Brasil, agência 5215-9, conta corrente 453.116-7

LAGES/SC, 20 de Novembro de 2014.
Mauricio Neves de Jesus
Fundação Cultural de Lages

EXTRATO DE CONTRATO Nº 171/2014 FCL

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 171/2014 PML

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita no CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS. CONTRATADA: COMUNIDADE EVANGELICA DE CONFISSAO LUTERANA EM LAGES pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob nº 75323808/0001-09, com sede à Avenida Luis de Camões, 1736, Bairro Conta Dinheiro, CEP 88520-000 na cidade de Lages/SC.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, da apresentação artística do grupo CORAL MARTIN LUTHER, no PALCO CULTURAL, na Praça João Ribeiro - Catedral, no dia 10 de dezembro de 2014 às 20h00min, durante a realização do NATAL FELICIDADE 2014.

3.1 Como remuneração pela apresentação a CONTRATANTE pagará a importância de R\$ 800,00 (oitocentos reais), em depósito bancário que será efetuado na conta da Contratada. Banco do Brasil, agência 3078-3, conta corrente 47676-5.

LAGES/SC, 20 de Novembro de 2014.
Mauricio Neves de Jesus
Fundação Cultural de Lages

EXTRATO DE CONTRATO Nº 172/2014 FCL

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 172/2014 PML

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita no CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS. CONTRATADA: HÉLIO DINIZ FURLAN, pessoa física, inscrita no CPF sob nº 892.430.059-87, com sede à Rua Josaphat Lenzi, 49, Bairro Vila Nova, CEP 892.430.059-87 na cidade de Lages/SC.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, da apresentação artística do grupo CORAL SOL no PALCO CULTURAL, na Praça João Ribeiro - Catedral, no dia 03 de dezembro de 2014 às 20h00min, durante a realização do NATAL FELICIDADE 2014.

3.1 Como remuneração pela apresentação a CONTRATANTE pagará a importância de R\$ 720,00 (setecentos e vinte reais) em depósito bancário que será efetuado na conta da Contratada. Banco do Brasil, agência 5215-9, conta corrente 453.116-7

LAGES/SC, 20 de Novembro de 2014.
Mauricio Neves de Jesus
Fundação Cultural de Lages

EXTRATO DE CONTRATO Nº 173/2014 FCL

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 173/2014 PML

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita no CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS. CONTRATADA: MATHEUS COLOSSI DE SOUZA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob nº 17.832.153/0001-06, com sede à Rua Zeca Neves, 163. Ap. 42 - Bairro Centro - Lages/SC.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, das apresentações artísticas do grupo CAMERATA VENTO SUL no PALCO CULTURAL, na Praça João Ribeiro - Catedral, no dia 11 de dezembro de 2014, às 20h00min e no Teatro Marajoara, no dia 16 de dezembro de 2014, às 18h30min durante a realização do NATAL FELICIDADE 2014.

3.1 Como remuneração pelas apresentações a CONTRATANTE pagará a importância de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) em depósito bancário que será efetuado na conta da Contratada. Banco do Brasil agência 5215-9, conta corrente 5497145-4, Variação 51

LAGES/SC, 20 de Novembro de 2014.

Maurício Neves de Jesus

Fundação Cultural de Lages

EXTRATO DE CONTRATO Nº 174/2014 FCL

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 174/2014 PML

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita no CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS. CONTRATADA: DANIELI SOUZA PORTO, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob nº 17.891.568/0001/42, com sede à Rua Raimundo de Brito, 136, Bairro Vila Nova, CEP 88503-420 na cidade de Lages/SC.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, das apresentações artísticas do grupo DANIELI PORTO, no PALCO CULTURAL, no Teatro Marajoara, nos dias 15, 18 e 22 de dezembro de 2014, às 18h00min, NATAL FELICIDADE 2014.

3.1 Como remuneração pelas apresentações a CONTRATANTE pagará a importância de R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais), em depósito bancário que será efetuado na conta da Contratada. Banco CREDICOMIN, agência 0110, conta corrente 2642-5.

LAGES/SC, 20 de Novembro de 2014.

Maurício Neves de Jesus

Fundação Cultural de Lages

EXTRATO DE CONTRATO Nº 175/2014 FCL

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 175/2014 PML

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita no CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS. CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO LAGEANA DE ASSISTENCIA AOS MENORES - ALAM, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob nº 82.794.546/0001-26, com sede à Rua Av. Marechal Castelo Branco, 1400 - Bairro Caravagio - Lages/SC.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, das apresentações artísticas do grupo ORQUESTRA ALAM no PALCO CULTURAL, na Praça João Ribeiro - Catedral, no dia 09 de dezembro de 2014, às 21h00min, e no Teatro Marajoara, no dia 15 de dezembro de 2014, às 19h30min, durante a realização do NATAL FELICIDADE 2014.

3.1 Como remuneração pelas apresentações a CONTRATANTE pagará a importância de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais) em depósito bancário que será efetuado na conta da Contratada. Banco do Brasil agência 0307-7, conta corrente 39813-6

LAGES/SC, 20 de Novembro de 2014.

Maurício Neves de Jesus

Fundação Cultural de Lages

EXTRATO DE CONTRATO Nº 176/2014 FCL

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 176/2014 PML

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita no CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS. CONTRATADA: JACKSON LEMOS CASTILHO, pessoa física, inscrita no CPF sob nº 702.708.809-68, com sede à Rua Fernando Ataíde, 457 - Bairro Sagrado Coração de Jesus, CEP 88508-120, na cidade de Lages/SC.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, da apresentação artística do grupo QUARTETANDO ENTRE NÓS no PALCO CULTURAL, na Praça João Ribeiro - Catedral, no dia 08 de dezembro de 2014, às 21h00min, durante a realização do NATAL FELICIDADE 2014.

3.1 Como remuneração pela apresentação a CONTRATANTE pagará a importância de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais) em depósito bancário que será efetuado na conta da Contratada. Banco do Brasil, agência 307-7 conta corrente 50314-2.

LAGES/SC, 20 de Novembro de 2014.

Maurício Neves de Jesus

Fundação Cultural de Lages

EXTRATO DE CONTRATO Nº 177/2014 FCL

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 177/2014 PML

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita no CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS. CONTRATADA: ANDREY SCHONARDIE SILVA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob nº 17.775.481/0001-00, com sede à Rua Germínio Cordeiro, 282, Bairro Caravagio, CEP 88509-670, na cidade de Lages/SC.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, da apresentação artística do grupo RITMANDO INSTRUMENTAL, no PALCO CULTURAL, na Praça João Ribeiro - Catedral, no dia 05 de dezembro de 2014 às 21h00min, durante a realização do NATAL FELICIDADE 2014.

3.1 Como remuneração pela apresentação a CONTRATANTE pagará a importância de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais), em depósito bancário que será efetuado na conta da Contratada. Banco Caixa Econômica Federal, agência 1663, operação 022, conta corrente 303-3

LAGES/SC, 20 de Novembro de 2014.

Maurício Neves de Jesus

Fundação Cultural de Lages

EXTRATO DE CONTRATO Nº 180/2014 FCL

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 180/2014 PML

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita no CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS. CONTRATADA: ELI GONÇALVES DA LUZ pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob nº 18.951.602/0001-90, com sede à Rua Itajaí, 227, Bairro Petrópolis, CEP 88503-360 na cidade de Lages/SC.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, das apresentações artísticas do grupo SPHERA LUNAE, no PALCO CULTURAL, na Praça João Ribeiro - Catedral, no dia 16 de dezembro de

2014 às 20h00min, e no Teatro Marajoara, no dia 19 de dezembro de 2014 às 18h30min, durante a realização do NATAL FELICIDADE 2014.

3.1 Como remuneração pelas apresentações a CONTRATANTE pagará a importância de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), em depósito bancário que será efetuado na conta da Contratada. Banco CREDICOMIN, agência 0110, conta corrente 4011-8.

LAGES/SC, 20 de Novembro de 2014.

Mauricio Neves de Jesus

Fundação Cultural de Lages

EXTRATO DE CONTRATO Nº 181/2014 FCL

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 181/2014 PML

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita no CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS. CONTRATADA: MIRIAM LORETA PASSOS BENDLIM, pessoa física, inscrita no CPF sob nº 016.477.569-28, com sede à Avenida Brasil, 725 - Bairro São Cristovão, CEP 88509-310 - Lages/SC.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, das apresentações artísticas do grupo VIVACE CAMERATA no PALCO CULTURAL, na Praça João Ribeiro - Catedral, no dia 19 de dezembro de 2014, às 20h00min, e no Teatro Marajoara, no dia 22 de dezembro de 2014 às 18h30min, durante a realização do NATAL FELICIDADE 2014.

3.1 Como remuneração pelas apresentações a CONTRATANTE pagará a importância de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais) em depósito bancário que será efetuado na conta da Contratada. Banco do Brasil, agência 3078 conta corrente 151.369-9

LAGES/SC, 20 de Novembro de 2014.

Mauricio Neves de Jesus

Fundação Cultural de Lages

EXTRATO DE CONTRATO Nº 182/2014 FCL

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 182/2014 PML

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita no CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS. CONTRATADA: SCHULZE COMUNICAÇÃO E EVENTOS LTDA - ME, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob nº 13.764.878/0001-45, com sede à Rua Antonio de Oliveira Waltrick, 01, Bairro Santa Catarina - Lages / SC.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, das apresentações artísticas do GRUPO CHOUPANA, no PALCO CULTURAL, na Praça João Ribeiro - Catedral, no dia 23 de dezembro de 2014 às 20h00min e no Teatro Marajoara no dia 17 de dezembro de 2014 às 18h30min, durante a realização do NATAL FELICIDADE 2014.

3.1 Como remuneração pelas apresentações a CONTRATANTE pagará a importância de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), em depósito bancário que será efetuado na conta da Contratada. Banco CREDICOMIN, agência 0111- 4 conta corrente 2790-1.

LAGES/SC, 20 de Novembro de 2014.

Mauricio Neves de Jesus

Fundação Cultural de Lages

EXTRATO DE CONTRATO Nº 183/2014 FCL

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 183/2014 PML

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita no CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS. CONTRATADA: CARLOS ERNESTO RAMOS ME, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob nº 16.809.141/0001-90, com sede à Rua Joinville, 660, Bairro Petrópolis, CEP 88505.211 - Lages / SC.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, da apresentação artística do grupo ANDRÉ LISBOA, no PALCO CULTURAL, na Praça João Ribeiro - Catedral, no dia 16 de dezembro de 2014, às 21h00min, durante a realização do NATAL FELICIDADE 2014.

3. CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO

3.1 Como remuneração pela apresentação a CONTRATANTE pagará a importância de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) em depósito bancário que será efetuado na conta da Contratada. Banco Caixa Econômica, agência 0420 conta corrente 00003672-0.

LAGES/SC, 20 de Novembro de 2014.

Mauricio Neves de Jesus

Fundação Cultural de Lages

EXTRATO DE CONTRATO Nº 184/2014 FCL

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 184/2014 PML

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita no CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS. CONTRATADA: LUIZ MEIRA PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E EVENTOS LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob nº 07.418.126/0001-20, com sede à Rua São Pedro, 562 - Bairro Areias - São José/SC.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, da apresentação artística do grupo LUIZ MEIRA E BANDA no PALCO CULTURAL, na Praça João Ribeiro - Catedral, no dia 07 de dezembro de 2014, às 21h00min, durante a realização do NATAL FELICIDADE 2014.

3.1 Como remuneração pela apresentação a CONTRATANTE pagará a importância de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) em depósito bancário que será efetuado na conta da Contratada. Banco CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, agência 3692 conta corrente 0206-9 operação 003

LAGES/SC, 20 de Novembro de 2014.

Mauricio Neves de Jesus

Fundação Cultural de Lages

EXTRATO DE CONTRATO Nº 185/2014 FCL

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 185/2014 PML

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita no CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS. CONTRATADA: DANIEL CASTILHO OLIVEIRA PRODUÇÕES ARTÍSTICAS - ME (nome fantasia ADLF Produções Artísticas), pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob nº 08.600.038/0001-07 com sede na Rua Andrade Neves, 321 - Sala 02, bairro Centro, São Sebastião do Caí - RS, CEP 95760-000.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, da apresentação artística do grupo QUINTETO PERSCH, no PALCO CULTURAL, na Praça João Ribeiro - Catedral, no dia 19 de dezembro

de 2014, às 21h00min, durante a realização do NATAL FELICIDADE 2014.

3.1 Como remuneração pela apresentação a CONTRATANTE pagará a importância de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), em depósito bancário que será efetuado na conta da Contratada. Banco do Brasil - Agência 3870-9 - Conta Corrente 8388-7 (ADLF Produções Artísticas). No valor acima citado, está incluso o valor de cachê e todas as despesas do Contratado.

LAGES/SC, 20 de Novembro de 2014.

Mauricio Neves de Jesus

Fundação Cultural de Lages

EXTRATO DE CONTRATO Nº 186/2014 FCL

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 186/2014 PML

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita no CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS. CONTRATADA: MÁRIO FRANCISCO QUINTAS LEITÃO DIAS MOITA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob nº 18.995.007/0001-56, com sede à Rua Graciliano Manoel Gomes, 1607 - Bairro Ingleses - Florianópolis / SC.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, da apresentação artística do grupo MÁRIO MOITA, no PALCO CULTURAL, na Praça João Ribeiro - Catedral, no dia 14 de dezembro de 2014, às 21h00min, durante a realização do NATAL FELICIDADE 2014.

3.1 Como remuneração pela apresentação a CONTRATANTE pagará a importância de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) em depósito bancário que será efetuado na conta da Contratada. Banco ITAÚ, agência 7732 conta corrente 12005-5. (nome fantasia Vera Cruz Produções). No valor acima citado, está incluso o valor de cachê, transporte e as despesas de alimentação do CONTRATADO, a hospedagem fica por conta do CONTRATANTE.

LAGES/SC, 20 de Novembro de 2014.

Mauricio Neves de Jesus

Fundação Cultural de Lages

EXTRATO DE CONTRATO Nº 187/2014 FCL

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 187/2014 PML

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita no CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS. CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO ORQUESTRA SINFÔNICA DE LAGES, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob nº 10.693.813/0001-68, com sede à Rua Pará, 565 - Bairro São Cristovão - Lages/SC.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, das apresentações artísticas do grupo ORQUESTRA SINFÔNICA DE LAGES no PALCO CULTURAL, na Praça João Ribeiro - Catedral, no dia 08 de dezembro de 2014, às 20h00min, dia 21 de dezembro de 2014, às 21h00 e no Teatro Marajoara, no dia 20 de dezembro de 2014, às 18h30min, durante a realização do NATAL FELICIDADE 2014.

3.1 Como remuneração pelas apresentações a CONTRATANTE pagará a importância de R\$ 6.600,00 (seis mil e seiscentos reais) em depósito bancário que será efetuado na conta da Contratada. Banco do Brasil, agência 0307-7 conta corrente 41.382-8.

LAGES/SC, 20 de Novembro de 2014.

Mauricio Neves de Jesus

Fundação Cultural de Lages

EXTRATO DE CONTRATO Nº 188/2014 FCL

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 188/2014 PML

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita no CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS. CONTRATADA: ÉDER ROSA GOULART, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob nº 12.918.608/0001-89, com sede à Rua Gilcionir Zape- lini Branco, 543 - Bairro Popular - Lages/SC.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, da apresentação artística do grupo ESSES MOÇOS - NATAL E JAZZ no PALCO CULTURAL, na Praça João Ribeiro - Catedral, no dia 07 de dezembro de 2014, às 20h00min, durante a realização do NATAL FELICIDADE 2014.

3.1 Como remuneração pela apresentação a CONTRATANTE pagará a importância de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) em depósito bancário que será efetuado na conta da Contratada. Banco do Brasil agência 0307-7 conta corrente 49048-2.

LAGES/SC, 20 de Novembro de 2014.

Mauricio Neves de Jesus

Fundação Cultural de Lages

EXTRATO DE CONTRATO Nº 189/2014 FCL

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 189/2014 PML

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita no CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS. CONTRATADA: SANDER & MACHADO PRODUÇÕES LTDA - ME (nome fantasia MAXIMA PRODUTORA DE EVENTOS), pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob nº 13.224.111/0001-23, com sede à Rua Canoas, nº 12, Bairro Boa Vista, na cidade de Novo Hamburgo - RS.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, da apresentação artística do grupo GRUPO CIRCO DE PALCO - EM BUSCA DA FABRICA ENCANTADA no PALCO CULTURAL, na Praça João Ribeiro - Catedral, no dia 23 de dezembro de 2014, às 21h00min, durante a realização do NATAL FELICIDADE 2014.

3.1 Como remuneração pela apresentação a CONTRATANTE pagará a importância de R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais) em depósito bancário que será efetuado na conta da Contratada. Banco SICREDI, agência 101 conta corrente 36013-5. No valor acima citado, está incluso o valor de cachê e todas as despesas do CONTRATADO.

LAGES/SC, 20 de Novembro de 2014.

Mauricio Neves de Jesus

Fundação Cultural de Lages

EXTRATO DE CONTRATO Nº 190/2014 FCL

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 190/2014 PML

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita no CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS. CONTRATADA: SANDER & MACHADO PRODUÇÕES LTDA - ME (nome fantasia MAXIMA PRODUTORA DE EVENTOS), pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob nº 13224111/0001-23, com sede à Rua Canoas, nº 12, Bairro Boa Vista, na cidade de Novo Hamburgo - RS.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, da apresentação artística do grupo GRUPO CIRCO DE PALCO - SPIRITS no PALCO CULTURAL, na Praça João Ribeiro - Catedral, no dia 22 de dezembro de 2014, às 21h00min, durante a realização do NATAL FELICIDADE 2014.

3.1 Como remuneração pela apresentação a CONTRATANTE pagará a importância de R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais) em depósito bancário que será efetuado na conta da Contratada. Banco SICREDI, agência 101 conta corrente 36013-5. No valor acima citado, está incluso o valor de cachê e todas as despesas do CONTRATADO.

LAGES/SC, 20 de Novembro de 2014.

Mauricio Neves de Jesus

Fundação Cultural de Lages

EXTRATO DE CONTRATO Nº 191/2014 FCL

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 191/2014 PML

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita no CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS. CONTRATADA: M&LAHAN PROMOÇÕES E COMUNICAÇÃO LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob nº 03.975.849/0001-79, com sede à Rua João de Deus Matos, nº 237, Loja C, Bairro Ipiranga, Belo Horizonte - MG.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, da apresentação artística do grupo NATAL MAGICO RÚBIA no PALCO CULTURAL, na Praça João Ribeiro - Catedral, no dia 13 de dezembro de 2014, às 21h30min, durante a realização do NATAL FELICIDADE 2014.

3.1 Como remuneração pela apresentação a CONTRATANTE pagará a importância de R\$ 9.000,00 (nove mil reais) em depósito bancário que será efetuado na conta da Contratada. Banco Itaú, agência 6985 conta corrente

12 889 - 8. No valor acima citado, está incluso o valor de cachê e todas as despesas do CONTRATADO.

LAGES/SC, 20 de Novembro de 2014.

Mauricio Neves de Jesus

Fundação Cultural de Lages

EXTRATO DE CONTRATO Nº 192/2014 FCL

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 192/2014 PML

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita no CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS. CONTRATADA: TEATRO MOTOTÓTI PRODUÇÕES LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob nº 09.065.378/0001-48, com sede à Rua Av. José Aloísio Filho, 411/138 - Bairro Torre J - Humaitá - Porto Alegre/RS.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, da apresentação artística do grupo MOTOTÓTI - FOLIA DOS REIS no PALCO CULTURAL, na Praça João Ribeiro - Catedral, no dia 20 de novembro de 2014, às 21h00min, durante a realização do NATAL FELICIDADE 2014.

3.1 Como remuneração pela apresentação a CONTRATANTE pagará a importância de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) em depósito bancário que será efetuado na conta da Contratada. Banco do Brasil, agência 2813-4, conta corrente 23545-8. No valor acima citado, está incluso o valor de cachê e transporte do CONTRATADO, a hospedagem e alimentação fica por conta do CONTRATANTE.

LAGES/SC, 20 de Novembro de 2014.

Mauricio Neves de Jesus

Fundação Cultural de Lages

EXTRATO DE CONTRATO Nº 193/2014 FCL

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 193/2014 PML

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita no CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS. CONTRATADA: MARCOS ANDRÉ ANNES - ME, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob nº 94.751.641/0001-21, com sede à Rua Ver. Airton Colosi, nº 670, Bairro Lucas Araujo - Passo fundo/RS.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, da apresentação artística do grupo OS PERALTAS, no PALCO CULTURAL, na Praça João Ribeiro - Catedral, no dia 06 de dezembro de 2014, às 21h00min, durante a realização do NATAL FELICIDADE 2014.

.1 Como remuneração pela apresentação a CONTRATANTE pagará a importância de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) em depósito bancário que será efetuado na conta da Contratada. Banco SANTADER, agência 1141 conta corrente 01020717-7. No valor acima citado, está incluso todas as despesas do CONTRATADO

LAGES/SC, 20 de Novembro de 2014.

Mauricio Neves de Jesus

Fundação Cultural de Lages

EXTRATO DE CONTRATO Nº 194/2014 FCL

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 194/2014 PML

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita no CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS. CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO CULTURAL MATAKITERANI, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob nº 04.844.827/0001-32, com sede à Rua João José Godinho, 400 - Bairro Morro do Posto - Lages/SC.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, das apresentações artísticas do grupo GRILLO E TESTA, na Praça João de Castro, nos dias 06 de dezembro de 2014 às 11h00min, no dia 07 de dezembro de 2014 às 11h00min e 15h00min, no dia 13 de dezembro de 2014 às 11h00min, no dia 14 de dezembro de 2014 às 11h00 e 15h00, e no Parque Jonas Ramos - Tanque nos dias 20 de dezembro de 2014 às 11h00min e no dia 21 de dezembro de 2014 às 11h00min e 15h00min durante a realização do NATAL FELICIDADE 2014.

3.1 Como remuneração pelas apresentações a CONTRATANTE pagará a importância de R\$ 6.300,00 (seis mil e trezentos reais) em depósito bancário que será efetuado na conta da Contratada. Banco Caixa Econômica Federal, agência 0420, conta corrente 3268-7, operação 003.

LAGES/SC, 20 de Novembro de 2014.

Mauricio Neves de Jesus

Fundação Cultural de Lages

EXTRATO DE CONTRATO Nº 195/2014 FCL

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 195/2014 PML

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita no CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS. CONTRATADA: GRUPO MENESTREL FAZE-DÔ, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob nº 01.810.319/0001-45, com sede à Rua Joinville, 312 - Bairro Petrópolis - Lages/SC.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, das apresentações artísticas do grupo MENESTREL FAZE-DÔ no PARQUE DO JONAS RAMOS - TANQUE nos dias 06 de dezembro 2014, às 16h00min e 17h00min, 07 de dezembro 2014, às 16h00min, 13 de dezembro 2014, às 16h00min e 17h00min, 14 de dezembro 2014, às 16h00min, 20 de dezembro 2014, às 16h00min e 17h00min, 21 de dezembro 2014, às 16h00min, durante a realização do NATAL FELICIDADE 2014.

3.1 Como remuneração pelas apresentações a CONTRATANTE pagará a importância de R\$ 6.300,00 (seis mil e trezentos reais) em depósito bancário que será efetuado na conta da Contratada. Banco do Brasil, agência 0307-7 conta corrente 5826-2

LAGES/SC, 20 de Novembro de 2014.

Mauricio Neves de Jesus

Fundação Cultural de Lages

EXTRATO DE CONTRATO Nº 196/2014 FCL

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 196/2014 PML

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita no CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS. CONTRATADA: ANDIARA GABRIELI DE OLIVEIRA DE MEDEIROS, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob nº 16.758.996/0001-39, com sede à Rua 15 de novembro, 877, Bairro Coral, CEP 88523-010 na cidade de Lages/SC.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, de 17 apresentações artísticas do grupo PRESÉPIO HARMÔNICO, em diversos bairros, ruas centrais e comunidades da cidade, durante a realização do NATAL FELICIDADE 2014.

3.1 Como remunerações pelas 17 apresentações a CONTRATANTE pagará a importância de R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais) em depósito bancário que será efetuado na conta da Contratada. Banco Caixa Econômica Federal, agência 1663, conta corrente 2231.

LAGES/SC, 20 de Novembro de 2014.

Mauricio Neves de Jesus

Fundação Cultural de Lages

EXTRATO DE CONTRATO Nº 197/2014 FCL

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 197/2014 PML

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita no CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS. CONTRATADA: MATHEUS COLOSSI DE SOUZA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob nº 17.832.153/0001-06, com sede à Rua Zeca Neves, 163. Ap. 42 - Bairro Centro - Lages/SC.

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, das apresentações artísticas do grupo ORQUESTRA CAIC NSP, no PALCO CULTURAL, na Praça João Ribeiro - Catedral, no dia 03 de

dezembro de 2014, às 21h30min e no Teatro Marajoara, no dia 22 de dezembro de 2014, às 19h30min durante a realização do NATAL FELICIDADE 2014.

4.1 Como remuneração pelas apresentações a CONTRATANTE pagará a importância de R\$ 4.400,00 (quatro mil e quatrocentos reais) em depósito bancário que será efetuado na conta da Contratada. Banco do Brasil agência 5215-9, conta corrente 5497145-4, Variação 51

LAGES/SC, 20 de Novembro de 2014.

Mauricio Neves de Jesus

Fundação Cultural de Lages

EXTRATO DE CONTRATO Nº 312/2014 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 312/2014 PML

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE LAGES, inscrita no CNPJ nº 82.777.301/0001-90 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. ELIZEU MATTOS.

CONTRATADA: LIZANDRA VELHO, pessoa física, inscrita no CPF sob nº 828.893.509-59 com sede à Rua Presidente Vargas, nº 1001, Bairro Coral, na cidade de Lages/SC.

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, da apresentação artística do grupo ACADEMIA LIZ VELHO - A BELA E A FERA, no PALCO CULTURAL, na Praça João Ribeiro - Catedral, no dia 02 de dezembro de 2014, às 20h00min, durante a realização do NATAL FELICIDADE 2014.

4.1 Como remuneração pela apresentação a CONTRATANTE pagará a importância de R\$ 700,00 (setecentos reais) em depósito bancário que será efetuado na conta da Contratada. Banco Banri-sul, agência 0133 conta corrente 35000489-01

LAGES/SC, 28 de novembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeitura do Município de Lages

EXTRATO DE CONTRATO Nº 313/2014 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 313/2014 PML

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE LAGES, inscrita no CNPJ nº 82.777.301/0001-90 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. ELIZEU MATTOS.

CONTRATADA: JOSÉ ROGÉRIO DE CASTRO FILHO, pessoa física, inscrita no CPF sob nº 652.036.239-53, com sede à Rua Aristiliano Ramos, nº 469, apto 14, Bairro Centro, CEP 88502-050, na cidade de Lages/SC.

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, da apresentação artística do grupo BADA CASTRO NO NATAL, no PALCO CULTURAL, na Praça João Ribeiro - Catedral, no dia 20 de dezembro de 2014, às 20h00min, durante a realização do NATAL FELICIDADE 2014.

4.1 Como remuneração pela apresentação a CONTRATANTE pagará a importância de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) em depósito bancário que será efetuado na conta da Contratada. Banco Caixa Econômica Federal, agência 0420, operação 001, conta corrente 26527-8

LAGES/SC, 28 de novembro de 2014

Elizeu Mattos

Prefeitura do Município de Lages

EXTRATO DE CONTRATO Nº 314/2014 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 314/2014 PML

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE LAGES, inscrita no CNPJ nº 82.777.301/0001-90 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. ELIZEU MATTOS.

CONTRATADA: CARLOS ERNESTO RAMOS ME, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob nº 16.809.141/0001-90, com sede à Rua Joinville, 660, Bairro Petrópolis, CEP 88505.211 - Lages / SC.

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, da apresentação artística do grupo CARLOS CASTELLI CANTA NATAL no PALCO CULTURAL, na Praça João Ribeiro - Catedral, no dia 17 de dezembro de 2014, às 20h00min, durante a realização do NATAL FELICIDADE 2014.

4.1 Como remuneração pela apresentação a CONTRATANTE pagará a importância de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) em depósito bancário que será efetuado na conta da Contratada. Banco Caixa Econômica, agência 0420 conta corrente 00003672-0.

LAGES/SC, 28 de novembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeitura do Município de Lages

EXTRATO DE CONTRATO Nº 315/2014 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 315/2014 PML

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE LAGES, inscrita no CNPJ nº 82.777.301/0001-90 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. ELIZEU MATTOS.

CONTRATADA: ÉDER ROSA GOULART, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob nº 12.918.608/0001-89, com sede à Rua Gilcionir Zapeolini Branco, 543 - CEP 88526-410 Bairro Popular - Lages / SC.

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, das apresentações artísticas do grupo ÉDER GOULART - NATAL NA SERRA no PALCO CULTURAL, na Praça João Ribeiro - Catedral, no dia 12 de dezembro de 2014, às 21h00min, e no Teatro Marajoara no dia 18 de dezembro de 2014, às 18h30, durante a realização do NATAL FELICIDADE 2014.

4.1 Como remuneração pelas apresentações a CONTRATANTE pagará a importância de R\$ 4.600,00 (quatro mil e seiscentos reais) em depósito bancário que será efetuado na conta da Contratada. Banco do Brasil, agência 0307-7 conta corrente 49048-2

LAGES/SC, 28 de novembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeitura do Município de Lages

EXTRATO DE CONTRATO Nº 316/2014 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 316/2014 PML

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE LAGES, inscrita no CNPJ nº 82.777.301/0001-90 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. ELIZEU MATTOS.

CONTRATADA: PAULO HENRIQUE GUASSELLI DE SOUZA, pessoa física, inscrita no CPF sob nº 031.260.269/31 com sede à Rua 07 de setembro, nº 195, Bairro Centro, na cidade de Lages/SC.

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, da apresentação artística do grupo ENTREVERO SERRANO, no PALCO CULTURAL, na Praça João Ribeiro - Catedral, no dia 12 de dezembro de 2014, às 20h00min, durante a realização do NATAL FELICIDADE 2014.

4.1 Como remuneração pela apresentação a CONTRATANTE pagará a importância de R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais) em depósito bancário que será efetuado na conta da Contratada. Banco do Brasil, agência 0307-7 conta corrente 49.771-1

LAGES/SC, 28 de novembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeitura do Município de Lages

EXTRATO DE CONTRATO Nº 317/2014 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 317/2014 PML

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE LAGES, inscrita no CNPJ nº 82.777.301/0001-90 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. ELIZEU MATTOS.

CONTRATADA: VOLNEI FIRMINO VARASCHIN, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob nº 14.108.437/0001-58, com sede à Rua Miguel Kuninfas, nº 318, Bairro Dom Bosco, na cidade de Itajaí / SC.

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, da apresentação artística do grupo EXPRESSO RURAL NO NATAL, no PALCO CULTURAL, na Praça João Ribeiro - Catedral, no dia 18 de dezembro de 2014, às 20h00min, durante a realização do NATAL FELICIDADE 2014.

4.1 Como remuneração pela apresentação a CONTRATANTE pagará a importância de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) em depósito bancário que será efetuado na conta da Contratada. Banco do Brasil, agência 5271-X conta corrente 293470-1.

LAGES/SC, 28 de novembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeitura do Município de Lages

EXTRATO DE CONTRATO Nº 318/2014 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 318/2014 PML

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE LAGES, inscrita no CNPJ nº 82.777.301/0001-90 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. ELIZEU MATTOS.

CONTRATADA: JACQUES MENDONÇA ALVES, pessoa física, inscrita no CPF sob nº 646.916.599-00, com sede à Rua Marciano Antunes, nº 475, Bairro Ipiranga, CEP 88504-051, na cidade de Lages/ SC.

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, da apresentação artística do grupo JACQUES ALVES EM FAMÍLIA, no PALCO CULTURAL, na Praça João Ribeiro - Catedral, no dia 04 de dezembro de 2014, às 21h00min, durante a realização do NATAL FELICIDADE 2014.

4.1 Como remuneração pela apresentação a CONTRATANTE pagará a importância de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) em depósito bancário que será efetuado na conta da Contratada. Banco Caixa Econômica Federal, agência 0420, conta corrente 00036806-9.

LAGES/SC, 28 de novembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeitura do Município de Lages

EXTRATO DE CONTRATO Nº 319/2014 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 319/2014 PML

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE LAGES, inscrita no CNPJ nº 82.777.301/0001-90 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. ELIZEU MATTOS.

CONTRATADA: DEISE IARA VIOLA DE CARVALHO, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob nº 14.891.669/0001-25, com sede à Rua Manoel da Silva, 257 - Lages / SC.

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, da apresentação artística do grupo LOUISE LUCENA CANTA NATAL, no PALCO CULTURAL, na Praça João Ribeiro - Catedral, no dia 10 de dezembro de 2014, às 21h00min, durante a realização do NATAL FELICIDADE 2014.

4.1 Como remuneração pela apresentação a CONTRATANTE pagará a importância de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) em depósito bancário que será efetuado na conta da Contratada. Banco do Brasil, agência 0307-7 conta corrente 30165-5.

LAGES/SC, 28 de novembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeitura do Município de Lages

EXTRATO DE CONTRATO Nº 320/2014 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 320/2014 PML

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE LAGES, inscrita no CNPJ nº 82.777.301/0001-90 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. ELIZEU MATTOS.

CONTRATADA: LUIS ANDREI SERENA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob nº 20.931.451/0001-50, com sede à Rua das Corticeiras, 171 Bairro Habitação, Lages / SC.

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, da apresentação artística do grupo MAURO OLIVEIRA, no PALCO CULTURAL, na Praça João Ribeiro - Catedral, no dia 02 de dezembro de 2014, às 21h00min, durante a realização do NATAL FELICIDADE 2014.

4.1 Como remuneração pela apresentação a CONTRATANTE pagará a importância de R\$ 700,00 (setecentos reais) em depósito bancário que será efetuado na conta da Contratada. Banco SICOOB (CREDICARU 756), agência 3081 conta corrente 17.258-8.

LAGES/SC, 28 de novembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeitura do Município de Lages

EXTRATO DE CONTRATO Nº 321/2014 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 321/2014 PML

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE LAGES, inscrita no CNPJ nº 82.777.301/0001-90 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. ELIZEU MATTOS.

CONTRATADA: WANDERLEY IVO BONA, pessoa física, inscrita no CPF sob nº 003.504.389-00, com sede à Rua Bellezi, nº 11, Bairro das Nações, CEP 89120.000, na cidade de Timbó / SC.

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, da apresentação artística do grupo MUSICAL HORIZONTE AZUL, do no PALCO CULTURAL, na Praça João Ribeiro - Catedral, no dia 18 de dezembro de 2014, às 21h00min, durante a realização do NATAL FELICIDADE 2014.

4.1 Como remuneração pela apresentação a CONTRATANTE

pagará a importância de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) em depósito bancário que será efetuado na conta da Contratada. Banco Caixa Econômica Federal, agência 0809, conta corrente 00033915-6.

LAGES/SC, 28 de novembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeitura do Município de Lages

EXTRATO DE CONTRATO Nº 322/2014 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 322/2014 PML

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE LAGES, inscrita no CNPJ nº 82.777.301/0001-90 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. ELIZEU MATTOS.

CONTRATADA: ERNESTO FAGUNDES PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob nº 07965459/0001-79 com sede à Rua Dario Pederneiras, nº 467/503, bairro Petrópolis, na cidade de Porto Alegre, RS, CEP 90630-090.

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, da apresentação artística do OS FAGUNDES no PALCO CULTURAL, na Praça João Ribeiro - Catedral, no dia 01 de dezembro de 2014, às 20h30min, durante a realização do NATAL FELICIDADE 2014.

4.1 Como remuneração pela apresentação a CONTRATANTE pagará a importância de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) em depósito bancário que será efetuado na conta da Contratada. Banco BAN-RISUL, agência 0845, conta corrente 06854708.0-3.

LAGES/SC, 19 de novembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeitura do Município de Lages

EXTRATO DE CONTRATO Nº 323/2014 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 323/2014 PML

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE LAGES, inscrita no CNPJ nº 82.777.301/0001-90 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. ELIZEU MATTOS.

CONTRATADA: JOSÉ DA SILVA JUNIOR PRODUÇÕES - ME, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob nº 02.693.768/0007-13, com sede à Rua Tenente Silveira, nº 403/101, Bairro Centro, CEP 88010-301, na cidade de Florianópolis / SC.

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, das apresentações artísticas do grupo PINTANDO NATAL COM ZÉ DA SILVA, do no PALCO CULTURAL, na Praça João Ribeiro - Catedral, nos dias 20 e 21 de dezembro de 2014, às 18h00min, durante a realização do NATAL FELICIDADE 2014.

4.1 Como remuneração pelas apresentações a CONTRATANTE pagará a importância de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) em depósito bancário que será efetuado na conta da Contratada. Banco do Brasil, agência 3174-7, conta corrente 6173.5.

LAGES/SC, 28 de novembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeitura do Município de Lages

EXTRATO DE CONTRATO Nº 324/2014 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 324/2014 PML .

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE LAGES, inscrita no CNPJ nº 82.777.301/0001-90 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. ELIZEU MATTOS.

CONTRATADA: DANIEL FINARDI M. E. I. STUDIO OLHO DA LUA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob nº 11.734.881/0001-90 com sede à Rua Tiradentes nº 219, Bairro Centro, na cidade de Lages/SC.

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, da apresentação artística do grupo QUARTETO HOLLY NIGTH, do no PALCO CULTURAL, na Praça João Ribeiro - Catedral, no dia 21 de dezembro de 2014, às 20h00min, durante a realização do NATAL FELICIDADE 2014.

4.1 Como remuneração pela apresentação a CONTRATANTE pagará a importância de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) em depósito bancário que será efetuado na conta da Contratada. Banco do Brasil, agência 0307-7, conta corrente 45659-4.

LAGES/SC, 28 de novembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeitura do Município de Lages

4.1 Como remuneração pela apresentação a CONTRATANTE pagará a importância de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) em depósito bancário que será efetuado na conta da Contratada. Banco Itaú, agência 7426, conta corrente 02955.4.

LAGES/SC, 28 de novembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeitura do Município de Lages

EXTRATO DE CONTRATO Nº 325/2014 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 325/2014 PML .

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE LAGES, inscrita no CNPJ nº 82.777.301/0001-90 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. ELIZEU MATTOS.

CONTRATADA: VA PRODUÇÕES E PROMOÇÕES ARTÍSTICAS LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob nº 08.967.030/0001-83 com sede à Rua Eduardo Tim, nº 45, bairro Jardim América, na cidade de São Leopoldo, RS, CEP 93044-660.

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, da apresentação artística do TCHÊ GURI no PALCO CULTURAL, na Praça João Ribeiro - Catedral, no dia 17 de dezembro de 2014, às 21h00min, durante a realização do NATAL FELICIDADE 2014.

4.1 Como remuneração pela apresentação a CONTRATANTE pagará a importância de R\$ 10.00,00 (dois mil e quinhentos reais) em depósito bancário que será efetuado na conta da Contratada. Banco Bradesco, agência 6521-8, conta corrente 588-6.

LAGES/SC, 28 de novembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeitura do Município de Lages

EXTRATO DE CONTRATO Nº 326/2014 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 326/2014 PML .

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE LAGES, inscrita no CNPJ nº 82.777.301/0001-90 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. ELIZEU MATTOS.

CONTRATADA: JOSÉ ANTÔNIO SILVA, pessoa física, inscrita no CPF sob nº 346.484.459-53, com sede à Rua Artur da Costa de Silva, nº 111, Bairro Coral, CEP 88509-600, na cidade de Lages/SC.

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Objetiva este contrato, a realização, pelo CONTRATADO, da apresentação artística do grupo TONI CANTA NATAL, do no PALCO CULTURAL, na Praça João Ribeiro - Catedral, no dia 22 de dezembro de 2014, às 20h00min, durante a realização do NATAL FELICIDADE 2014.

Lauro Muller**PREFEITURA****INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº08/2015 PMLM**

Inexigibilidade de Licitação Nº08/2015 PMLM
PROCESSO Nº08/2015

Objeto: Inexigibilidade de Licitação de gêneros alimentícios, diretamente da Agricultura Familiar para a Merenda Escolar da Secretaria Municipal de Educação de LAURO MULLER/SC., conforme resolução Nº. 26 do FNDE, conforme credenciamento por chamada publica 01/2015 PMLM.

Contratada: COOPERATIVA AGROPECUARIA SERRA DO RIO DO RASTRO

Contratante: Prefeitura Municipal de Lauro Muller.

Valor: R\$ 181.201,87 (cento e oitenta e um mil duzentos e um reais e oitenta e sete centavos) a ser dividido entre os credenciados
Vigencia: 27/01/2015 a 31/12/2015.

Lauro Muller, 26 de janeiro de 2015.

ALAN CROCETTA.

Presidente da Comissão de Licitação

Lebon Regis**PREFEITURA****DECRETO Nº 005/2015**

DECRETO Nº 005/2015 - de 26 de janeiro de 2015.

"ESTABELECE OS DIAS DE PONTO FACULTATIVO PARA O ANO DE 2015."

O PREFEITO MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam estabelecidos os dias de ponto facultativo para os servidores públicos municipais no ano de 2015 sendo: 16 de fevereiro, 20 de abril, 5 de junho, no horário normal de expediente, exceto nas repartições cujos serviços são considerados essenciais por sua natureza e não podem ser paralisados.

Parágrafo Único - O dia do professor 15 de outubro e o dia do funcionário publico 28 de outubro serão comemorados no dia 30 de outubro.

Art. 2º. Em decorrência do disposto no artigo 1º deste Decreto, os servidores deverão compensar as horas não trabalhadas com os dias de férias correspondentes.

Parágrafo único. A compensação da carga horária suspensa será realizada apenas por aquele que usufruiu o ponto facultativo.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 26 de janeiro de 2015.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios - DOM

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária Municipal de Administração e Finanças

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2014 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2014

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS/SC

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2014

O Município de Lebon Régis através do Pregoeiro Oficial, leva ao conhecimento dos interessados que se realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Lote. Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, materiais de limpeza, água mineral e gás de cozinha, conforme descrição e características constantes no edital. Recebimento da documentação e das propostas até 09h00min do dia 09 de Fevereiro de 2015. Reunião pública para abertura das propostas comerciais a partir das 09h10min do dia 09 de Fevereiro de 2015. Obtenção do Edital e maiores informações pelo site www.lebonregis.sc.gov.br ou licitacoes@lebon-regis.sc.gov.br.

Lebon Régis 27 de Janeiro de 2015.

Leoberto Leal

PREFEITURA

DECRETO N.º 008/2015

DECRETO Nº 008, DE 27 DE JANEIRO DE 2015

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE"

O Prefeito Municipal em exercício, de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 8º, Inciso III da Lei nº 1.112 de 16 de novembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento fiscal vigente, nas dotações com a seguinte estrutura e respectivos valores:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO	62.265,67
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO	62.265,67
Função	12	Educação	62.265,67
Sub-função	361	Ensino Fundamental	62.265,67
Programa	04	Educação é Tudo	62.265,67
Atividade	2.008	Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Fundamental	62.265,67
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	62.265,67
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	46.292,28
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	46.292,28
Fonte de Recursos	0.3.0036.0	Salário Educação - Superávit	37.649,50
Fonte de Recursos	0.3.0061.82	Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar – PNATE E. F- Superávit	8.642,78
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	15.973,39
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	15.973,39
Fonte de Recursos	0.3.0019.0	Transferências do FUNDEB - Superávit	15.973,39
TOTAL DO CRÉDITO SUPLEMENTAR			62.265,67

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta do superávit financeiro verificado no exercício anterior nas seguintes fontes:

Fonte	Código Fonte	Valor
Salário Educação	0.1.0058	37.649,50
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar – PNATE	0.1.0061	8.642,78
Transferências do FUNDEB	0.1.0018	15.973,39
TOTAL DO SUPERAVIT		62.265,67

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 27 de janeiro de 2015.

JOSÉ JAIR ALEXANDRE

Prefeito Municipal e. e.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2015 - PMLL

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

Divisão de Licitações e Compras

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 005/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2015

TIPO: Menor Preço Global. OBJETO: Objetiva-se a contratação de empresa ou pessoa física para realização de roçadas e limpeza de bueiros, cabeceiras de pontes e bocas de lobo na Estrada dos Tropeiros e tífis na localidade de Barra Grande, no Município de Leoberto Leal, de acordo com as descrições do Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 004/2015. LEGISLAÇÃO: Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 23/2007, Lei nº 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Leoberto Leal/SC, às 14:00 (quatorze horas), do dia 09 de fevereiro de 2015. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (48) 3268 1212.

Em 27/01/2015.

JOSÉ JAIR ALEXANDRE

Prefeito Municipal e.e.

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 001/2015 - CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES

PORTARIA Nº 001, DE 02 DE JANEIRO DE 2015

Concede Férias à Servidores e dá outras providências

ARLÉCIO LEAL, Presidente da Câmara Municipal de Leoberto Leal, no uso das atribuições que lhe confere à Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no o art. 24, inciso III, letra "a" do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam Concedidas Férias aos servidores da Câmara Municipal de Vereadores de Leoberto Leal - SC, conforme quadro abaixo:

Ordem	Mat.	Nome	Período Aquisitivo	Data de Gozo
01	358	ANDRÉIA APARECIDA EGER	02/01/2014 À 01/01/2015	02/01/2015 À 31/01/2015
02	1175	JOÉLCIO DE OLIVEIRA	27/08/2012 À 26/08/2013	02/01/2015 À 31/01/2015

Art.2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 02 de Janeiro de 2015.

ARLÉCIO LEAL

PRESIDENTE DA CÂMARA

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE.

Lindóia do Sul

PREFEITURA

DECRETO N.º 2.658/2015, DE 12 DE JANEIRO DE 2015

DECRETO N.º 2.658/2015, DE 12 DE JANEIRO DE 2015
REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO BRINGHENTI, Prefeito em Exercício do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, Lei Ordinária Nº 1.252/2014 de 03 de Dezembro de 2014:

DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 43 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Especial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 06: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA E TRANSP

Unidade 02 - Diretoria de Infra-Estrutura e Transportes
Projeto/Atividade 1.004 - Reestruturação da Diretoria de Infra-Estrutura

4.4.90.00.00.00.00.00.0510 - Aplicações Diretas R\$ 97,500,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0511 - Aplicações Diretas R\$ 97,500,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0419 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta das seguinte dotação:

Superávit do Convênio com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento R\$ 195.000,00
Provável excesso de arrecadação do Convênio com o Ministério do Desenv.Agrário.... R\$ 100.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.

PEDRO BRINGHENTI

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado,
Em, 12 de Janeiro de 2015

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo

DECRETO N.º 2.660/2015, DE 22 DE JANEIRO DE 2015

DECRETO N.º 2.660/2015, DE 22 DE JANEIRO DE 2015
REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO BRINGHENTI, Prefeito em Exercício do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, Lei Ordinária Nº 1.252/2014 de 03 de Dezembro de 2014:

DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 43 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 06: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA E TRANSP

Unidade 02 - Diretoria de Infra-Estrutura e Transportes
Projeto/Atividade 1.004 - Reestruturação da Diretoria de Infra-Estrutura

4.4.90.00.00.00.00.00.0420 - Aplicações Diretas R\$ 245.850,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta das seguinte dotação:

Provável excesso de arrecadação do Convênio com o Ministério das cidades 790.260/13 R\$ 245.850,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.

PEDRO BRINGHENTI

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado,
Em, 22 de Janeiro de 2015

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo

DECRETO Nº 2659/2015, DE 22 DE JANEIRO DE 2015

DECRETO Nº 2659/2015, DE 22 DE JANEIRO DE 2015
DESIGNA E NOMEIA SERVIDORES RESPONSÁVEIS PELA REALIZAÇÃO DE DESPESAS SOB O REGIME DE ADIANTAMENTO, SUBVENÇÕES, AUXÍLIOS E CONTRIBUIÇÕES E CONVÊNIOS.

PEDRO BRINGHENTI, Prefeito em Exercício do Município de Lindóia do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do artigo 91 da Lei Orgânica Municipal, c/c a Instrução Normativa nº TC-14/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

DECRETA

Art. 1º Ficam designados e nomeados os servidores municipais como responsáveis pelo recebimento, aplicação e prestação de contas na forma da Instrução Normativa nº TC-14/2012, dos recursos disponibilizados sob o regime de adiantamento instituído pela Lei nº 614 de 14/06/2006.

Art. 2º Compõe a nomina de designados no art. 1º, os seguintes servidores:

- Diego Frare,
- Antônio Carlos Vicente
- Alan Pizzatto
- Fábio Franzon
- Giovana Andresa de Olivera
- Elisangela Balbinotto Vicente
- Adenir Agustini
- Alexandre Cavalier
- Edison Domingos Giron
- Leonardo Júnior Cavallier
- Sandra Pereira
- Orvane Zanatta
- Leonir Zuanazzi
- Gilson Proinelli

- Edson Conte
- Jonas Paulo Buzanello

Art. 3º Para fins de concessão e análise de prestação de contas de subvenções, auxílios, contribuições e convênios, previstos no art. 20 e art. 47 da Instrução Normativa nº TC-14/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina ficam designados os Secretários (as) Municipais e na ausência deles o responsável pela Secretaria.

Art. 4º Fica revogado o Decreto Nº 2.561, de 14 de Abril de 2014 e demais disposições em contrário.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul - SC
PEDRO BRINGHENTI
Prefeito Municipal em Exercício

Registra-se e Publica-se
Em, 22 de Janeiro de 2015

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo

INEXIGIBILIDADE 01/2015 PMLS

MUNICIPIO DE LINDÓIA DO SUL – SC
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Nº 01/2015

O Município de Lindóia do Sul, SC, torna público que ratificou o ato do responsável pelas Licitações e Contratos, que declarou inexigível a licitação, nos termos do artigo 25, caput, da Lei nº 8.666/93, regularização e repactuação dos incentivos econômicos objeto da Lei Municipal n. 527/04 e no Termo de Concessão de Incentivos Econômicos firmado entre o Município de Lindóia do Sul e a Beneficiada.

Beneficiada: MARICOLI ALIMENTOS LTDA ME
Vigência: 03 anos.

Lindóia do Sul, SC, 26 de janeiro de 2015.
Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

Luzerna

PREFEITURA

RECEITAS FEDERAIS DO DIA 22/01/2015 A 26/01/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNANotificação de Recebimento de Recursos
Administração Direta, Indireta e FundacionalPágina: 1/1
Data: 27/01/2015
Hora: 15:37:23
Período: 22/01/2015 - 26/01/2015

COMUNICAÇÃO REFERENTE À LEI 9.452 DE 20/03/1997

Notificação referente ao recebimento de recursos federais:

Para os fins do disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452/97, comunicamos que a prefeitura recebeu do Governo Federal os recursos a seguir especificados:

Recursos recebidos em: 22/01/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	9.384,26
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	6.256,17
Total de recursos recebidos em 22/01/2015:			15.640,43

Recursos recebidos em: 23/01/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	6.701,44
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	4.467,62
Total de recursos recebidos em 23/01/2015:			11.169,06

Recursos recebidos em: 26/01/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Piso de Atenção Básica Fixo (PAB Fixo)	4.1.7.2.1.33.11.10.00.00	11.210,00
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	3.741,59
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	2.494,39
Total de recursos recebidos em 26/01/2015:			17.445,98

TOTAL GERAL: **44.255,47**

Luzerna, SC, 27 de janeiro de 2015.

Recebido em ____/____/____.

Macieira**PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO Nº 0004/2015
PREGÃO Nº 0004/2014**

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0004/2015

TIPO MENOR PREÇO GLOBAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0004/2015

O MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua José Augusto Royer, 133, Centro, na cidade de Macieira - SC, através da Prefeitura Municipal, representado pelo Sr. Emerson Zanella, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, torna público e leva ao conhecimento das empresas interessadas, no ramo pertinente, que encontra-se aberto o Processo Licitatório nº 0004/2015, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 0004/2015, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, que até 09h00min, do dia 10 de fevereiro de 2015, na sede da Prefeitura Municipal localizada no endereço acima citado, a Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 3264, de 05 de janeiro de 2015, estará recebendo propostas contratação de pessoa física ou jurídica para prestação de serviços de horas máquina (com máquina e operador qualificado), a serem realizados com trator agrícola, 4X4, potência mínima de 60 cv, com ensiladeira equipada acoplada, de acordo com a solicitação da Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico, destinados ao atendimento dos produtores rurais do município, a serem prestados conforme Lei Municipal nº 546/2011 e Decreto nº 1461, de 22 de janeiro de 2015, conforme descrições da máquina e demais especificações contidas no anexo I do Edital.

O início da abertura dos Envelopes dar-se-á às 09h00m horas do dia 10/02/2014, no endereço acima indicado.

Maiores esclarecimentos relativos a presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, bem como Edital na íntegra poderão ser obtidas diretamente no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Macieira no endereço citado no preâmbulo deste Pregão Presencial nº 0004/2015, através do e-mail compras2@macieira.sc.gov.br ou através do telefone (49) 3574-2000, ramal 2019, de segunda à sexta-feira, das 07h30m às 12h00m e das 13h30m às 17h00m.

Macieira - SC, 27 de janeiro de 2015.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0004/2014 - EPAGRI

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

PUBLICAÇÃO RESUMIDA

Contrato Administrativo nº 0004/2015. Objeto: Prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural pela CONTRATADA para a CONTRATANTE, ações descritas no Plano Anual de Trabalho que desde já integra este instrumento.

Contratada: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A.-EPAGRI.

Vigência: 31/12/2015.

Valor total: R\$ 20.400,00 (vinte mil e quatrocentos reais).

Macieira, 12 de janeiro de 2015.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Mafra**PREFEITURA****CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS**

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber:

CNPJ: 10.601.745/0001-60

BJCG COM DE COMBUSTÍVEIS LTDA.

Nota Fiscal nº. 6468 R\$ 5.643,30

Nota Fiscal nº. 6490 R\$ 2.628,17

Nota Fiscal nº. 6529 R\$ 670,23

Nota Fiscal nº. 6548 R\$ 1.779,03

Nota Fiscal nº. 6516 R\$ 3.046,50

Nota Fiscal nº. 5861 R\$ 3.406,71

Nota Fiscal nº. 6569 R\$ 2.173,57

Nota Fiscal nº. 6648 R\$ 927,87

Nota Fiscal nº. 5879 R\$ 524,00

Nota Fiscal nº. 5908 R\$ 1.310,00

Nota Fiscal nº. 6132 R\$ 880,32

Nota Fiscal nº. 6171 R\$ 329,49

Nota Fiscal nº. 6226 R\$ 822,76

Nota Fiscal nº. 6395 R\$ 584,44

Valor Total: R\$ 24.726,39

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é uma das responsáveis pelo abastecimento da frota de veículos e máquinas pesadas das Secretarias de obras e Desenvolvimento Urbano e dos veículos de transporte escolar da Secretaria de Educação, não podendo sofrer descontinuidade. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Mafra (SC), 28 de janeiro de 2015

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

BEATRIZ V. GROSSI GONÇALVES

Secretária Municipal da Fazenda e Planejamento

Marema**PREFEITURA****ERRATA DECRETO Nº 165/2014**

DECRETO nº. 165/2014

De 29/12/2014

EXONERA A PEDIDO A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL MARIA DA GLORIA PADOAN DUZ EXERCENDO O CARGO DE ACT DE PROFESSORA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor especialmente o art. 56, II da Lei Municipal n. 307/95 de 10/08/1995 - Estatuto dos Servidores Públicos e CONSIDERANDO o termino do contrato temporário.

DECRETA

Art. 1º - A exoneração a pedido da Servidora Pública Municipal MARIA DA GLORIA PADOAN DUZ, do cargo de ACT na função professora, em consequência do Serviço Público Municipal de Marema.

Art. 2º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, a contar a partir de 20/12/2014.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Marema, 29 de dezembro de 2014.

MARCOS PEDRO BATISTELL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI

Funcionário Designado

Meleiro

PREFEITURA

DECRETO N.º 027/2015

DECRETO n.º 027/2015

ESTABELECE NOVO HORÁRIO DE EXPEDIENTE NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE MELEIRO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 51, inciso VI da lei Orgânica Municipal, resolve:

DECRETAR

Art. 1.º Fica estabelecido o novo horário de expediente nas Repartições Públicas do Município de Meleiro, das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, a partir do dia 02 de Fevereiro de 2015, de Segunda à Sexta-feira.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as demais disposições em contrário, em especial os Decretos n.º 093/2014, n.º 082/2014 e n.º 080/2014.

Meleiro, 21 de Janeiro de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 001/2015

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO n.º 001/2015

CREDOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CIS/AMESC
ENDEREÇO: Av. Sete de Setembro, 653 - Cidade Alta - Araranguá/SC

CNPJ: 01.356.308/0001-37

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS FARMÁCIA BÁSICA PARA MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MELEIRO ATRAVÉS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMESC - CIS/AMESC, COM ENTREGAS FUTURAS E DE FORMA PARCELADA NO EXERCÍCIO DE 2015, CONFORME RELAÇÃO EM ANEXO.

VALOR: O valor total dos medicamentos básicos será de aproximadamente de R\$ 234.057,80 (duzentos e trinta e quatro mil cinqüenta e sete reais e oitenta centavos).

BASE LEGAL: Artigo 24, Inciso VIII, da Lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e parecer da Consultoria Geral do Tribunal de Contas n.º COG/683/00 de 16/11/00, no processo de consulta n.º COM-00/06009549, que resultou no prejulgado n.º 0944.

JUSTIFICATIVA: Por ser o Consórcio Intermunicipal de Saúde, uma entidade constituída sem fins lucrativos, entre os municípios que compõe a região da AMESC, com o fim de fornecer serviços e produtos (medicamentos) da área da saúde aos municípios consorciados, e por estarem os preços praticados pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde, notoriamente, abaixo dos preços praticados no mercado.

Fica homologado o presente processo licitatório.

Meleiro/SC, 26 de janeiro de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 002/2015

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO n.º 002/2015

CREDOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CIS/AMESC
ENDEREÇO: Av. Sete de Setembro, 653 - Cidade Alta - Araranguá/SC

CNPJ: 01.356.308/0001-37

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO BÁSICOS PARA MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MELEIRO ATRAVÉS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMESC - CIS/AMESC, COM ENTREGAS FUTURAS E DE FORMA PARCELADA DURANTE O EXERCÍCIO DE 2015, CONFORME RELAÇÃO EM ANEXO.

VALOR: O valor total dos medicamentos será de aproximadamente de R\$ 179.147,91 (cento e setenta e nove mil cento e quarenta e sete reais e noventa e um centavos).

BASE LEGAL: Artigo 24, Inciso VIII, da Lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e parecer da Consultoria Geral do Tribunal de Contas n.º COG/683/00 de 16/11/00, no processo de consulta n.º COM-00/06009549, que resultou no prejulgado n.º 0944.

JUSTIFICATIVA: Por ser o Consórcio Intermunicipal de Saúde, uma entidade constituída sem fins lucrativos, entre os municípios que compõe a região da AMESC, com o fim de fornecer serviços e produtos (medicamentos) da área da saúde aos municípios consorciados, e por estarem os preços praticados pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde, notoriamente, abaixo dos preços praticados no mercado.

Fica homologado o presente processo licitatório.

Meleiro/SC, 26 de janeiro de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 003/2015

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO n.º 003/2015

CREDOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CIS/AMESC
ENDEREÇO: Av. Sete de Setembro, 653 - Cidade Alta - Araranguá/SC

CNPJ: 01.356.308/0001-37

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS E EXAMES COMPLEMENTARES NÃO PRESTADOS NO MUNICÍPIO PARA ATENDIMENTO DE PESSOAS DO MUNICÍPIO ATRAVÉS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMESC - CIS/AMESC, PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

VALOR: o valor total dos serviços será de aproximadamente de R\$ 440.671,00 (quatrocentos e quarenta mil seiscentos e setenta e um reais).

BASE LEGAL: Artigo 24, Inciso VIII, da Lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e parecer da Consultoria Geral do Tribunal de Contas n.º COG/683/00 de 16/11/00, no processo de consulta n.º COM-00/06009549, que resultou no prejulgado n.º 0944.

JUSTIFICATIVA: Por ser o Consórcio Intermunicipal de Saúde, uma entidade constituída sem fins lucrativos, entre os municípios que compõe a região da AMESC, com o fim de fornecer serviços da área da saúde aos municípios consorciados e por estar os preços praticados pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde, notoriamente, abaixo dos preços praticados no mercado.

Meleiro/SC, 26 de janeiro de 2015.

Fica homologado o presente processo licitatório.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Município de MELEIRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a)" e "b)" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	24.615.000,00	24.615.000,00	4.409.959,63	17,92	22.156.917,54	90,01
RECEITAS CORRENTES	24.290.000,00	24.290.000,00	3.489.886,23	14,37	18.656.017,71	76,81
RECEITA TRIBUTÁRIA	3.140.000,00	3.140.000,00	227.441,46	7,24	1.611.305,03	51,32
IMPOSTOS	1.960.000,00	1.960.000,00	205.081,07	10,46	1.242.379,20	63,39
TAXAS	1.120.000,00	1.120.000,00	21.529,62	1,92	333.103,51	29,74
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	60.000,00	60.000,00	830,77	1,38	35.822,32	59,70
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	170.000,00	170.000,00	66.270,88	38,98	235.046,73	138,26
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	170.000,00	170.000,00	66.270,88	38,98	235.046,73	138,26
RECEITA PATRIMONIAL	186.000,00	186.000,00	62.374,26	33,53	179.460,97	96,48
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	186.000,00	186.000,00	62.374,26	33,53	179.460,97	96,48
RECEITA AGROPECUÁRIA	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	755.500,00	755.500,00	108.986,54	14,43	643.299,86	85,15
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	19.143.000,00	19.143.000,00	2.988.182,50	15,66	15.703.081,74	82,03
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	18.810.000,00	18.810.000,00	2.953.277,15	15,70	15.321.713,94	81,46
Transf. de Instituições Privadas	6.500,00	6.500,00	0,00	0,00	52.225,22	803,46
Transf. de Pessoas	1.500,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. de Conv.	325.000,00	325.000,00	44.905,35	13,82	328.142,58	101,27
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	815.500,00	815.500,00	26.620,59	3,26	283.823,38	34,80
Multas e Juros de Mora	211.000,00	211.000,00	6.596,84	3,13	51.801,30	24,55
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	65.000,00	65.000,00	0,00	0,00	2.905,50	4,47
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	243.500,00	243.500,00	20.023,75	8,22	120.114,71	49,33
RECEITAS DIVERSAS	296.000,00	296.000,00	0,00	0,00	109.001,87	36,82
RECEITAS DE CAPITAL	325.000,00	325.000,00	920.073,40	283,10	3.500.899,83	077,20
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	45.000,00	45.000,00	54.200,00	120,44	120.600,00	268,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	40.000,00	40.000,00	54.200,00	135,50	120.600,00	301,50
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	230.000,00	230.000,00	865.873,40	376,47	3.380.299,83	469,70
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	230.000,00	230.000,00	865.873,40	376,47	3.380.299,83	469,70
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	24.615.000,00	24.615.000,00	4.409.959,63	17,92	22.156.917,54	90,01
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de MELEIRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	24.615.000,00	24.615.000,00	4.409.959,63	17,92	22.156.917,54	90,01
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL VII = (V + VI)	24.615.000,00	24.615.000,00	4.409.959,63	17,92	22.156.917,54	90,01
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	988.447,97	—	—	860.058,89	—
Superávit Financeiro	—	988.447,97	—	—	860.058,89	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS		SALDO A EXECUTAR (f - (g + h))
				No Bimestre (g)	Até o Bimestre (h)	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)	% ((g + h) / f)
						No Bimestre (i)	Até o Bimestre (g)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	24.615.000,00	11.102.270,20	35.717.270,20	-3.191.659,57	22.000.485,71	3.840.916,54	21.993.400,93	61,60
DESPESAS CORRENTES	21.035.000,00	1.082.558,94	22.117.558,94	780.259,37	16.683.894,12	3.008.573,64	16.683.894,12	75,43
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.710.000,00	2.739,01	11.712.739,01	1.986.963,47	9.842.343,84	1.990.236,07	9.842.343,84	84,03
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	225.000,00	0,00	225.000,00	-43.428,88	144.978,53	9.604,95	144.978,53	64,43
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.100.000,00	1.079.819,93	10.179.819,93	-1.163.275,22	6.686.571,75	1.008.672,62	6.686.571,75	65,78
DESPESAS DE CAPITAL	3.570.000,00	10.019.711,26	13.589.711,26	-3.971.918,94	5.316.591,59	832.342,90	5.309.506,81	39,12
INVESTIMENTOS	2.680.000,00	10.058.602,80	12.738.602,80	-3.966.246,17	4.520.078,56	720.994,25	4.512.993,78	35,48
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	890.000,00	-38.891,54	851.108,46	-5.672,77	796.513,03	111.348,65	796.513,03	93,59
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	24.615.000,00	11.102.270,20	35.717.270,20	-3.191.659,57	22.000.485,71	3.840.916,54	21.993.400,93	61,60
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continuação 2/3

Município de MELEIRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d+ e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS				SALDO A EXECUTAR (f- (g + h))
				No Bimestre (g)	Até o Bimestre (h)	LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)	%	
						No Bimestre (i)	Até o Bimestre (j)			
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (xi)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (xii) = (x + xi)	24.615.000,00	11.102.270,20	35.717.270,20	-3.191.659,57	22.000.485,71	3.840.916,54	21.993.400,93	7.084,78	61,60	13.716.784,49
SUPERÁVIT (xiii)	—	—	—	—	—	—	156.431,83	—	—	—
TOTAL (xiv) = (xii + xiii)	24.615.000,00	11.102.270,20	35.717.270,20	-3.191.659,57	22.000.485,71	3.840.916,54	22.156.917,54	62,03	62,03	13.716.784,49

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE:

MELEIRO, 19/01/2015

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

ADAIR PASINI
Contador CRC/SC 022984/0-3

DIOGENES PAZINI MANFREDINI
Agente Controle Interno

JAIRO LUIZ CANELA
Secretário de Administração e Finanças

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

MUNICÍPIO DE MELEIRO - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2014 A DEZEMBRO/2014

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR
	(a)	NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	9.334.887,33	0,00
Pessoal Ativo	9.178.947,44	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	155.939,89	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	9.334.887,33	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	9.334.887,33	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	18.656.017,71	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	50,04	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54%	10.074.249,56	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%	9.570.537,09	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 48,6%	9.066.824,61	
FONTE:		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

MELEIRO, 19/01/2015

JAIRO LUIZ CANELA
Secretário de Administração e Finanças

DIOGENES PAZINI MANFREDINI
Agente Controle Interno

ADAIR PASINI
Contador CRC/SC 022984/0-3

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

MUNICÍPIO DE MELEIRO - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	978.319,16	684.905,43	391.491,70
Dívida Mobiliária	112.617,15	101.106,52	89.595,89
Dívida Contratual	865.702,01	583.798,91	301.895,81
Interna	865.702,01	583.798,91	301.895,81
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	1.052.553,18	1.174.604,01	1.214.001,99
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.057.695,32	3.106.847,32	1.814.514,34
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	5.142,14	1.932.243,31	600.512,35
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-74.234,02	-489.698,58	-822.510,29
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	17.105.165,50	17.766.698,20	18.656.017,71
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	5,72%	3,85%	2,10%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-0,43%	-2,76%	-4,41%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	20.526.198,60	21.320.037,84	22.387.221,25
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	18.473.578,74	19.188.034,06	20.148.499,13

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	865.702,01	583.798,91	301.895,81
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	147.596,05	123.596,05	99.596,05
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	147.596,05	123.596,05	99.596,05
Previdenciárias	147.596,05	123.596,05	99.596,05
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	718.105,96	460.202,86	202.299,76

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	0,00	96.750,84	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.067,80	10.011.401,07	7.084,78
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE MELEIRO - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014

Continuação 2/2

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00

MELEIRO, 19/01/2015

JAIRO LUIZ CANELA
Secretário de Administração e Finanças

DIOGENES PAZINI MANFREDINI
Agente Controle Interno

ADAIR PASINI
Contador CRC/SC 022984/0-3

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

FONTE:

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

Município de MELEIRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS			SALDO (a - (b + c))
			No Bimestre	Até o Bimestre	LIQUIDADAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (c)	
					No Bimestre	Até o Bimestre (b)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Legislativa	24.615.000,00	35.717.270,20	-3.191.659,57	22.000.485,71	3.840.916,54	21.993.400,93	7.084,78	100,00
Ação Legislativa	885.000,00	885.000,00	122.564,48	643.207,67	133.232,45	643.207,67	0,00	2,92
ADMINISTRACAO	885.000,00	885.000,00	122.564,48	643.207,67	133.232,45	643.207,67	0,00	2,92
ADMINISTRACAO GERAL	2.360.000,00	2.360.000,00	101.747,23	1.972.152,72	304.211,53	1.972.152,72	0,00	8,96
ASSISTENCIA SOCIAL	2.360.000,00	2.360.000,00	101.747,23	1.972.152,72	304.211,53	1.972.152,72	0,00	8,96
Assistência ao Idoso	1.030.000,00	1.162.851,31	96.033,56	737.041,62	177.843,44	737.041,62	0,00	3,35
Assistência ao Portador de Deficiência	91.000,00	111.790,00	27.793,45	74.303,45	37.358,57	74.303,45	0,00	0,34
ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE	21.000,00	21.000,00	-608,00	6.688,00	1.824,00	6.688,00	0,00	0,03
Assistência Comunitária	295.000,00	341.020,29	14.874,20	206.232,64	41.956,39	206.232,64	0,00	0,94
SAUDE	623.000,00	689.041,02	53.973,91	449.817,53	96.704,48	449.817,53	0,00	2,04
ATENCAO BASICA	4.830.000,00	5.165.743,36	134.654,34	3.929.357,94	697.464,38	3.929.357,94	0,00	17,86
Vigilância Sanitária	4.705.000,00	5.046.290,49	123.147,75	3.850.490,20	681.102,77	3.850.490,20	0,00	17,50
Vigilância Epidemiológica	105.000,00	81.068,86	5.033,83	43.664,82	9.249,31	43.664,82	0,00	0,20
EDUCACAO	20.000,00	38.384,01	6.472,76	35.202,92	7.112,30	35.202,92	0,00	0,16
ALIMENTACAO E NUTRICAO	7.394.000,00	8.076.816,99	251.130,93	5.713.493,25	1.040.180,42	5.713.493,25	0,00	25,97
ENSINO FUNDAMENTAL	531.000,00	536.848,11	-67.884,52	338.412,57	52.479,85	338.412,57	0,00	1,54
ENSINO SUPERIOR	4.403.000,00	4.971.944,23	33.503,40	3.464.424,91	630.782,17	3.464.424,91	0,00	15,75
EDUCACAO INFANTIL	135.000,00	135.000,00	-22.384,80	76.585,20	3.934,50	76.585,20	0,00	0,35
Educação de Jovens e Adultos	2.225.000,00	2.333.024,65	307.896,85	1.796.070,57	349.183,90	1.796.070,57	0,00	8,16
Educação Especial	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CULTURA	60.000,00	60.000,00	0,00	38.000,00	3.800,00	38.000,00	0,00	0,17
DIFUSAO CULTURAL	410.000,00	954.999,98	16.385,57	545.655,51	45.444,66	545.655,51	0,00	2,48
URBANISMO	410.000,00	954.999,98	16.385,57	545.655,51	45.444,66	545.655,51	0,00	2,48
INFRA-ESTRUTURA URBANA	4.020.000,00	8.813.353,54	-2.311.636,69	4.632.174,49	891.305,86	4.632.174,49	7.084,78	21,05
SERVICOS URBANOS	641.000,00	5.028.548,55	-2.066.656,71	2.268.056,17	490.299,76	2.260.971,39	7.084,78	10,31
HABITACAO	3.379.000,00	3.784.804,99	-244.979,98	2.364.118,32	401.006,10	2.364.118,32	0,00	10,75
Habituação Rural	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2

Município de MELEIRO - SC

Continuação 2/2

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS				SALDO (a - (b + c))
			No Bimestre	Até o Bimestre	LIQUIDADAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (c)	% ((b + c)/ Total (b + c))	
					No Bimestre	Até o Bimestre (b)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)									
HABITACAO	24.615.000,00	35.717.270,20	-3.191.659,57	22.000.485,71	3.840.916,54	21.993.400,93	7.084,78	100,00	61,60
HABITACAO URBANA	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	85.000,00	85.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento	1.100.000,00	3.213.505,02	-113.583,93	915.167,74	112.021,23	915.167,74	0,00	4,16	28,48
Saneamento Básico Rural	37.500,00	37.500,00	0,00	4.230,00	0,00	4.230,00	0,00	0,02	11,28
Saneamento Básico Urbano	1.062.500,00	3.176.005,02	-113.583,93	910.937,74	112.021,23	910.937,74	0,00	4,14	28,68
AGRICULTURA	935.000,00	3.084.000,00	-1.150.388,43	1.641.110,82	198.486,56	1.641.110,82	0,00	7,46	53,21
EXTENSÃO RURAL	935.000,00	3.084.000,00	-1.150.388,43	1.641.110,82	198.486,56	1.641.110,82	0,00	7,46	53,21
INDUSTRIA	65.000,00	65.000,00	-800,00	2.830,00	0,00	2.830,00	0,00	0,01	4,35
PROMOCAO INDUSTRIAL	65.000,00	65.000,00	-800,00	2.830,00	0,00	2.830,00	0,00	0,01	4,35
Desporto e Lazer	376.000,00	726.000,00	-296.273,01	313.301,82	101.696,45	313.301,82	0,00	1,42	43,15
DESPORTO COMUNITARIO	376.000,00	726.000,00	-296.273,01	313.301,82	101.696,45	313.301,82	0,00	1,42	43,15
ENCARGOS ESPECIAIS	1.100.000,00	1.100.000,00	-41.492,62	954.992,13	139.049,56	954.992,13	0,00	4,34	86,82
SERVICO DA DÍVIDA INTERNA	1.100.000,00	1.100.000,00	-41.492,62	954.992,13	139.049,56	954.992,13	0,00	4,34	86,82
RESERVA DE CONTINGENCIA 1	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	24.615.000,00	35.717.270,20	-3.191.659,57	22.000.485,71	3.840.916,54	21.993.400,93	7.084,78	100,00	61,60

FONTE:

MELEIRO, 19/01/2015

ADAIR PASINI
Contador CRC/SC 022984/0-3

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

DIOGENES PAZINI MANFREDINI
Agente Controle Interno

JAIRO LUIZ CANELA
Secretário de Administração e Finanças

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

Município de MELEIRO - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
 2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=(“d” exercício anterior) + (c)
2013	0,00	0,00	0,00	0,00
2014	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de MELEIRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=("d" exercício anterior) + (c)
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 31/12/2014 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

MELEIRO, 19/01/2015

JAIRO LUIZ CANELA
Secretário de Administração e Finanças

DIOGENES PAZINI MANFREDINI
Agente Controle Interno

ADAIR PASINI
Contador CRC/SC 022984/0-3

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Município de MELEIRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2014 A DEZEMBRO/2014

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014
	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Ago/2014	Sep/2014	Out/2014	Nov/2014	Dez/2014	TOTAL (ÚLT. 12 MES)
RECEITAS CORRENTES (I)	1.865.889,53	1.781.460,08	1.572.336,87	1.670.359,98	1.759.577,55	1.718.918,53	1.662.763,76	2.000.236,45	1.886.518,81	1.690.939,87	1.848.910,53	2.090.135,47	21.148.435,63
RECEITA TRIBUTÁRIA	28.116,38	138.464,46	68.707,67	68.257,68	107.390,69	66.150,16	115.830,42	473.014,64	151.515,04	144.794,01	99.946,11	127.593,35	1.611.336,03
IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	289.313,77	28.138,65	14.163,63	11.239,65	8.165,81	340.652,36
IR-RJ	16.882,99	23.345,69	23.693,00	16.554,82	18.058,43	17.265,07	17.113,59	17.197,67	11.144,38	17.141,34	17.076,29	33.124,24	228.472,51
I.S.S.	9.779,12	50.033,41	25.375,04	30.611,01	38.726,57	35.090,62	48.796,68	47.598,81	63.220,35	69.244,46	48.990,49	52.606,26	690.000,00
I.T.E.D.	551,10	8.359,06	1.160,42	8.893,00	2.617,24	5.863,34	21.118,96	13.844,28	12.263,32	13.451,46	21.018,49	21.686,84	700.000,00
Outras Receitas Tributárias	905,17	76.726,32	18.604,41	13.210,95	26.598,35	7.931,13	24.270,24	124.700,31	26.885,34	30.793,22	10.853,19	11.707,20	1.180.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.979,28	12.194,70	11.763,56	13.320,59	14.313,80	22.016,18	24.279,74	23.371,66	21.510,23	24.095,11	23.519,00	42.751,88	170.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	6.009,36	8.090,59	7.263,62	8.339,30	9.094,19	12.044,92	17.593,45	18.980,15	15.137,56	14.953,57	51.378,13	10.966,13	186.000,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	48.778,59	52.822,66	56.295,63	44.872,96	58.355,37	54.320,20	55.525,48	54.075,50	54.200,51	54.956,22	52.717,60	56.278,94	755.500,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.569.454,31	1.531.953,54	1.389.798,83	1.496.349,49	1.555.479,71	1.502.975,06	1.412.870,75	1.419.281,17	1.436.843,38	1.433.153,05	1.610.028,93	1.837.313,34	22.265.000,00
Cota-Parte do FPM	594.631,36	635.192,90	376.793,29	430.046,10	573.069,30	429.779,99	368.126,63	448.426,05	393.062,94	371.503,64	491.732,85	790.996,07	7.350.000,00
Cota-Parte do ICMS	460.318,81	466.154,47	468.576,34	461.118,66	468.723,63	475.531,53	441.930,28	463.635,14	467.099,14	515.599,91	565.630,71	544.690,69	5.875.620,31
Cota-Parte do IPVA	37.865,18	56.890,71	57.314,37	75.517,84	93.176,49	90.897,93	90.530,59	73.128,59	75.836,63	68.952,12	52.071,91	27.470,02	1.000.000,00
Cota-Parte do ITR	87,47	12,33	100,54	93,09	23,00	0,00	85,28	644,70	9.334,52	5.790,59	160,50	152,84	10.000,00
Outras Transferências Correntes	168.659,83	104.039,70	219.635,41	277.723,98	145.331,50	246.235,41	268.089,05	174.901,62	198.294,46	199.294,17	212.885,50	188.037,98	2.745.000,00
Transferências da LC 81/1989	7.833,21	6.631,79	6.480,12	7.054,82	7.673,27	7.308,40	7.598,02	7.739,09	7.282,76	7.799,37	8.856,00	8.836,96	91.103,81
Transferências da LC 87/1996	2.069,96	2.069,96	0,00	2.069,96	2.069,96	2.069,96	2.069,96	2.069,96	2.069,96	2.069,96	2.069,96	4.139,92	50.000,00
TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB	267.788,39	260.971,68	240.985,76	242.720,04	265.392,56	251.149,84	232.556,94	248.765,02	253.883,97	265.243,09	276.915,49	275.128,86	3.800.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	11.349,61	18.024,11	33.467,16	36.193,96	15.343,79	61.415,11	26.703,92	12.433,13	16.223,09	15.033,91	11.415,76	15.201,83	815.500,00
DEDUÇÕES (II)	226.600,92	233.388,21	185.897,43	195.179,85	228.950,92	201.117,38	182.244,72	199.122,70	195.940,98	193.724,94	224.085,38	225.074,39	3.150.000,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	226.600,92	233.388,21	185.897,43	195.179,85	228.950,92	201.117,38	182.244,72	199.122,70	195.940,98	193.724,94	224.085,38	225.074,39	3.150.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.438.088,61	1.548.071,87	1.386.349,44	1.475.179,13	1.531.626,63	1.517.802,25	1.470.519,04	1.801.703,75	1.690.577,83	1.497.217,93	1.624.825,15	1.865.061,08	24.290.000,00
FONTE													
MELEIRO, 19/01/2015													

JOINEI ZANETTE
Prefeito Municipal

ADAIR PASINI
Controlador CRC/SC 022394/03

DIOGENES PAZINI MANFREDINI
Agente Controle Interno

JAIRO LUIZ CANELA
Secretário de Administração e Finanças

DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

MUNICÍPIO DE MELEIRO - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (I)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL IV	17.105.165,50	17.766.698,20	18.656.017,71
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	3.763.136,41	3.908.673,60	4.104.323,90
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	3.386.822,77	3.517.806,24	3.693.891,51

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (V)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

MELEIRO, 19/01/2015

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

ADAIR PASINI
Contador CRC/SC 022984/0-3

DIOGENES PAZINI MANFREDINI
Agente Controle Interno

JAIRO LUIZ CANELA
Secretário de Administração e Finanças

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

MUNICÍPIO DE MELEIRO - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	18.656.017,71	—
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	2.984.962,83	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	2.686.466,55	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.305.921,24	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

FONTE:

MELEIRO, 19/01/2015

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

ADAIR PASINI
Contador CRC/SC 022984/O-3

DIOGENES PAZINI MANFREDINI
Agente Controle Interno

JAIRO LUIZ CANELA
Secretário de Administração e Finanças

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

Município de MELEIRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	40.000,00	0,00		40.000,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	13.589.711,26	5.309.506,81	7.084,78	8.273.119,67
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	13.589.711,26	5.309.506,81	7.084,78	8.273.119,67
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-13.549.711,26	-5.316.591,59		-8.233.119,67

FONTE:

Notas:

¹ Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III.

² Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, os termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

- b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

MELEIRO, 19/01/2015

JAIRO LUIZ CANELA
Secretário de Administração e Finanças

DIOGENES PAZINI MANFREDINI
Agente Controle Interno

ADAIR PASINI
Contador CRC/SC 022984/0-3

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores

Município de MELEIRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro 2014/Bimestre Novembro - Dezembro

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II) R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00</				

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS			
			Em 2014		Em 2013	
			LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014		
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de MELEIRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS EXECUTADAS									
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Em 2014				Em 2013		
			LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS Até o Bimestre/2013	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014					
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - RPPS (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS						
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013				
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS									
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA									
Valor									
0,00									
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS						
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013				
RECETAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
RECETAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
					0,00	0,00			
Continua 2/3									

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de MELEIRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS			
			Em 2014		Em 2013	
			LIQUIDADAS		LIQUIDADAS Até o Bimestre/2013	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014		
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:
Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.
MELEIRO, 19/01/2015

ADAIR PASINI	JONNEI ZANETTE	DIOGENES PAZINI MANFREDINI	JAIRO LUIZ CANELA
Contador CRC/SC 022984/0-3	Prefeito Municipal	Agente Controle Interno	Secretário de Administração e Finanças

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL

Município de MELEIRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Out 2014 (B)	Em 31 Dez 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	978.319,16	481.459,40	391.491,70
DEDUÇÕES (II)	1.052.553,18	729.648,25	1.214.001,99
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.057.695,32	2.242.119,26	1.814.514,34
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exeto Precatórios)	5.142,14	1.512.471,01	600.512,35
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-74.234,02	-248.188,85	-822.510,29
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-74.234,02	-248.188,85	-822.510,29

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Dez 2014 (C - A)
VALOR	-574.321,44	-748.276,27

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-100.585,40

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Out 2014 (B)	Em 31 Dez 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

MELEIRO, 19/01/2015

DIOGENES PAZINI MANFREDINI
Agente Controle Interno

JAIR LUIZ CANELA
Secretário de Administração e Finanças

ADAIR PASINI
Contador CRC/SC 022984/0-3

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO

Município de MELEIRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		R\$ 1,00
		No Bimestre	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	24.104.000,00	3.427.511,97	18.476.556,74	17.032.915,64
Receita Tributária	3.140.000,00	227.441,46	1.611.305,03	1.135.221,79
I.P.T.U.	450.000,00	19.405,46	340.652,36	243.171,68
I.S.S.	700.000,00	101.469,75	522.295,82	387.413,90
I.T.B.I.	120.000,00	34.005,33	150.958,51	87.454,65
I.R.R.F.	690.000,00	50.200,53	228.472,51	185.051,87
Outras Receitas Tributárias	1.180.000,00	22.360,39	368.925,83	232.129,69
Receita de Contribuição	170.000,00	66.270,88	235.046,73	135.731,14
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	170.000,00	66.270,88	235.046,73	135.731,14
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	186.000,00	62.374,26	179.460,97	72.249,86
(-) Aplicações Financeiras	186.000,00	62.374,26	179.460,97	72.249,86
Transferências Correntes	19.143.000,00	2.998.182,50	15.703.081,74	14.948.135,45
F.P.M.	5.880.000,00	1.076.265,90	4.773.764,06	4.453.954,73
I.C.M.S.	5.760.000,00	888.062,09	4.700.362,63	4.360.899,96
Convênios	325.000,00	44.905,35	329.142,58	624.191,07
Outras Transferências Correntes	7.178.000,00	988.949,16	5.899.812,47	5.509.089,69
Demais Receitas Correntes	1.651.000,00	135.617,13	927.123,24	813.827,26
Dívida Ativa	243.500,00	20.023,75	120.114,71	114.583,21
Diversas Receitas Correntes	1.407.500,00	115.593,38	807.008,53	699.244,05
RECEITAS DE CAPITAL (II)	325.000,00	920.073,40	3.500.899,83	1.721.017,43
Operações de Crédito (III)	40.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	10.000,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	45.000,00	54.200,00	120.600,00	281.950,00
Transferências de Capital	230.000,00	865.873,40	3.380.299,83	1.439.067,43
Convênios	230.000,00	865.873,40	3.380.299,83	1.439.067,43
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	230.000,00	865.873,40	3.380.299,83	1.439.067,43
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	24.334.000,00	4.293.385,37	21.856.856,57	18.471.983,07

Município de MELEIRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS				
		EM 2014		EM 2013		
		LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS Até o Bimestre	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
		No Bimestre	Até o Bimestre			
DESPESAS CORRENTES (VIII)	22.117.558,94	3.008.573,64	16.683.894,12	0,00	15.184.077,06	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	11.712.739,01	1.990.296,07	9.842.343,84	0,00	8.642.235,70	0,00
Juros e Encargos da Dívida (IX)	225.000,00	9.604,95	144.978,53	0,00	179.371,20	0,00
Outras Despesas Correntes	10.179.819,93	1.008.672,62	6.696.571,75	0,00	6.362.470,16	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	21.892.558,94	2.998.968,69	16.538.915,59	0,00	15.004.705,86	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	13.589.711,26	832.342,90	5.309.506,81	7.084,78	3.428.558,87	0,00
Investimentos	12.738.602,80	720.994,25	4.512.993,78	7.084,78	2.541.608,55	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	851.108,46	111.348,65	796.513,03	0,00	886.950,32	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	12.738.602,80	720.994,25	4.512.993,78	7.084,78	2.541.608,55	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	10.000,00	-	-	-	-	-

Município de MELEIRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS				
		EM 2014		EM 2013		
		LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS Até o Bimestre	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
		No Bimestre	Até o Bimestre			
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	10.000,00	-	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	34.641.161,74	3.719.962,94	21.051.909,37	7.084,78	17.546.314,41	0,00
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-10.307.161,74	573.422,43		797.862,42		925.668,66
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-		860.058,89		1.848.506,86
Superávit Financeiro	-	-		860.058,89		988.447,97
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-		0,00		860.058,89
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL					VALOR CORRENTE	
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PI O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA					637.000,00	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas líquidas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas líquidas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

MELEIRO, 19/01/2015

DIOGENES PAZINI MANFREDINI	JAIR LUIZ CANELA	ADAIR PASINI
Agente Controle Interno	Secretário de Administração e Finanças	Contador CRC/SC 0229840-3

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

Município de MELEIRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS												RP NÃO PROCESSADOS			R\$ 1,00	
PODER/ÓRGÃO		Inscritos			Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos			Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo		
		Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013					Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013							
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I) EXECUTIVO ADMINISTRAÇÃO DIRETA SECRETARIA DE OBRAS E DESENVOLV. URBANO		-	5.142,14		5.142,14	-		-	2.067,80	-	2.067,80	2.067,80	-	-		
		0,00	5.142,14		5.142,14	0,00		0,00	2.067,80		2.067,80	2.067,80	0,00	0,00		
		0,00	5.142,14		5.142,14	0,00		0,00	2.067,80		2.067,80	2.067,80	0,00	0,00		
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)		-	-		-	-		-	-	-	-	-	-	-		
TOTAL (III) = (I + II):		0,00	5.142,14		5.142,14	0,00		0,00	2.067,80		2.067,80	2.067,80	0,00	0,00		

FONTE:

MELEIRO, 19/01/2015

JAIR LUIZ CANELA Secretário de Administração e Finanças	DIOGENES PAZINI MANFREDINI Agente Controle Interno	ADAIR PASINI Contador CRC/SC 023840-3
--	---	--

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

MUNICÍPIO DE MELEIRO - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2014/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	18.656.017,71	—
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	2.984.962,83	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	2.686.466,55	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.305.921,24	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

FONTE:

MELEIRO, 19/01/2015

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

ADAIR PASINI
Contador CRC/SC 022984/O-3

DIOGENES PAZINI MANFREDINI
Agente Controle Interno

JAIRO LUIZ CANELA
Secretário de Administração e Finanças

Modelo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº39/2015

Extrato de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório n. 249/2014 - Pregão Presencial n. 007/2014

O Senhor Prefeito em Exercício de Modelo, SC, CLOVIS LUCIO SCHLOSSER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que estará realizando, Pregão n. 007/2014, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MEDICINA VETERINÁRIA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE INSPEÇÃO MUNICIPAL E ATENDIMENTO AOS AGRICULTORES, E DEMAIS SERVIÇOS PERTINENTES DA ÁREA QUE SEJAM SOLICITADOS PELO DEPARTAMENTO DA AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE MODELO NO PERÍODO DE MARÇO A DEZEMBRO DE 2014, COM CARGA HORÁRIA DE 20H SEMANAIS. O processo é regido pela Lei n. 8.666/93 e Lei 10.520/2002 e em especial o contido no Edital. Os envelopes contendo a documentação deverão ser entregues até as 14:00 do dia 07/03/2014, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Modelo, SC. Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 07:30 às 11:30, e das 13:30 às 17:30 ou através do site www.modelo.sc.gov.br

Modelo (SC), 24 de Fevereiro de 2014.

CLOVIS LUCIO SCHLOSSER

Prefeito Municipal (Em Exercício)

PORTARIA Nº 010/2015

PORTARIA Nº 010/2015 de 27.01.2015.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLÓVIS LÚCIO SCHLÖSSER, Prefeito Municipal em Exercício de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, Lei Orgânica Municipal em especial de conformidade com a Lei Municipal 1.513/2002 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido aos Servidores Públicos Municipais relacionados abaixo, férias a que fazem jus, conforme recibo de férias anexo na pasta funcional.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE CONCESSÃO
Delina Fátima Scatolin	11.02.2014 a 10.02.2015	04.02.2015 a 05.03.2015 (30 dias)
Marlice Sirlei Muller Gerlach	04.02.2014 a 03.02.2015	02.02.2015 a 21.02.2015 (20 dias)
Milton Simão	01.02.2014 a 31.01.2015	02.02.2015 a 11.02.2015 (10 dias + AP)
Paulo Salvatori	03.01.2014 a 02.01.2015	02.02.2015 a 21.02.2015 (20 dias + AP)
Tarci Luis Gebert	03.07.2013 a 02.07.2014	02.02.2015 a 11.02.2015 (10 dias)

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 27 de janeiro de 2015.

CLÓVIS LÚCIO SCHLÖSSER

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI

Chefe de Setor

Navegantes

PREFEITURA

ATA REGISTRO DE PREÇOS FMAS 021/2014.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2014 FMAS.
O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 021/2014, relativa ao Pregão Presencial nº 021/2014 - contendo os preços registrados pelas empresas abaixo:
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO DE MOVEIS E ELETRODOMESTICOS DEVIDAMENTE MONTADOS E INSTALADOS DESTINADOS A INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO MUNICIPAL ANILDO DE SOUZA, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE NAVEGANTES/SC.
Fornecedor: IRMÃOS PACHECO COMERCIO E SERVIÇOS
Valor: R\$ 17.600,00.
Fornecedor: LINEAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO.
Valor: R\$ 1.750,00.
Vigência: 12/01/2016.
A ata está disponível no Departamento de Licitações.
Informações: tel.: (47) 3342-9500.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 11/2015 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2015 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA A PREFEITURA E CENTROS EDUCACIONAIS DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 10/02/2015 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 10/02/2015 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 27 de janeiro de 2015.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito.

EXTRATO CONTRATUAL Nº393

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 393/2014.
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
Contratada...: LC EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA.
CNPJ: 19.383.101/0001-17.

Vigência : Início: 01/01/2015 Término: 01/04/2015.
Recursos : Dotação: 1.019 - 4.4.90.00.00.00.00.

Objeto : Primeiro Termo visando a Prorrogação do Prazo de Vigência do Contrato nº 250/2014, referente à Contratação de Empresa Especializada em Prestação de Serviços de Engenharia para execução da Obra de Reforma da Escola Municipal Professora Maria Hostim da Costa, localizada no Bairro Machados, Município de Navegantes, conforme Tomada de Preço nº 174/2014.

II ATA VERIFICAÇÃO DE AMOSTRAS PREGÃO PRESENCIAL Nº 235/2014 PMN

II ATA VERIFICAÇÃO DE AMOSTRAS PREGÃO PRESENCIAL Nº 235/2014 PMN

Aos 27 dias do mês de janeiro de 2015 a responsável pela análise das amostras referente o pregão nº 235/2014 PMN Nutricionista Fernanda Souza Tomé da Silva, verificou e deu o parecer - aprovação/reprovação dos produtos apresentados conforme segue:

ITENS	Licitantes 2º colocados	Aprovação/reprovação	LICITANTES 3º COLOCADOS CONVOCADOS P/ APRESENTAR AMOSTRA NO PRAZO CONSTANTE NO EDITAL
04	INTEGRA	REPROVADO- não apresentou	NOVA ESPERANÇA
05	LICISUL	REPROVADO – não apresentou	NEW WAY
06	LICISUL	REPROVADO – não apresentou	JEAN CARLOS
07	COM.STORINNY	REPROVADO- não apresentou	NOVA ESPERANÇA
10	NOVA ESPERANÇA	APROVADO	-----
11	COM.STORINNY	APROVADO	-----
12	NOVA ESPERANÇA	APROVADO	-----
13	NEW WAY	REPROVADO-não apresentou	COM.STORINNY
14	NEW WAY	REPROVADO-não apresentou	SELETIVA
18	COM.STORINNY	APROVADO	-----
20	SELETIVA	REPROVADO-não apresentou	NEW WAY
21	JEAN CARLOS NUNES	REPROVADO – não apresentou	INTEGRA
22	AP OESTE	REPROVADO-não apresentou	INTEGRA
25	JEAN CARLOS NUNES	REPROVADO-não apresentou	LICISUL
29	AP OESTE	REPROVADO-não apresentou	INTEGRA
30	AP OESTE	REPROVADO-não apresentou	INTEGRA
31	COM.STORINNY	REPROVADO – não apresentou	INTEGRA
32	NOVA ESPERANÇA	APROVADO	-----
33	NOVA ESPERANÇA	APROVADO	-----
34	INTEGRA	REPROVADO - não apresentou	NOVA ESPERANÇA

Obs.; OS LICITANTES INTERESSADOS QUE TIVEREM SUAS AMOSTRAS REPROVADAS DEVERÃO RETIRAR AS MESMAS NO PRAZO DE 24 HORAS DESTA PUBLICAÇÃO.

Nova Trento

PREFEITURA

PORTARIA Nº 023/2015

PORTARIA Nº 023/ 2015

Concede Licença Maternidade

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VII e XII, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990 e o art. 94, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER Licença Maternidade, à Servidora Pública Municipal ANA CLAUDIA ALEXANDRE BRASIL, matrícula nº 6476, ocupante do cargo de Enfermeiro (Vigilância Epidemiológica), com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Unidade Sanitária Madre Paulina, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 19 de janeiro de 2015 a 18 de maio de 2015, conforme atestado médico datado de 01/01/2015, bem como, resultado pericial datado de 19/12/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 09 de janeiro de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria em 09 de janeiro de 2015.

Maxiliano de Oliveira

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

PORTARIA Nº 024/2015

PORTARIA Nº 024/ 2015

Exonera Servidor

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 63, I, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

EXONERAR a pedido o Servidor Público Municipal, DAVID BORTOT RASPINI, matrícula nº 6430, ocupante do cargo de Médico Ginecologista NASF, com 20 (vinte) horas semanais, atuante na Unidade Sanitária Madre Paulina, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a partir do dia 01 de janeiro de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 09 de janeiro de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 09 de janeiro de 2015.

Maxiliano de Oliveira

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

PORTARIA Nº 025/2015

PORTARIA Nº 025/ 2015

Exonera Servidor

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 63, I, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

EXONERAR a pedido o Servidor Público Municipal, MARCIO CUSTODIO OSELAME, matrícula nº 6461, ocupante do cargo de Médico Plantonista, com 12 (doze) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a partir do dia 01 de janeiro de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 09 de janeiro de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 09 de janeiro de 2015.

Maxiliano de Oliveira

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

PORTARIA Nº 028/2015

PORTARIA Nº 028/ 2015

Conversão em Dinheiro de 1/3 de Férias

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os itens I, VII e XII, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990 e de acordo com o que determina o artigo 72, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER 1/3 de férias convertidas em dinheiro, no mês de Janeiro/2015, a Servidora Pública Municipal, LETÍCIA CASAGRANDE, matrícula nº 6006, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Ouvidor Geral, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Casa da Cidadania, do Quadro de Pessoal Comissionado desta Prefeitura, Município de Nova Trento, relativo ao período aquisitivo de 09/09/2013 a 08/09/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 12 de janeiro de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 12 de janeiro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 029/2015

PORTARIA Nº 029/ 2015

Designa Servidora

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90,

RESOLVE:

DESIGNAR a servidora pública, SUZANI DE LOURDES RIBEIRO, matrícula nº 6441, para exercer o cargo de Assistente Administrativo, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, para ficar à disposição da Agência de Correios Comunitária (AGC) - Distrito de Claraíba, cumprindo a carga horária a ser determinada pelos Correios.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 14 de janeiro de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em em 14 de janeiro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 030/2015

PORTARIA Nº 030/ 2015

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 622/2014, que Admitiu em caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 06/2014, de 03/06/2014, convocado conforme Decreto nº 126/2014, JOÃO TABONI, matrícula nº 6413, para exercer o cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 14 de janeiro de 2015 a 12 de julho de 2015, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 14 de janeiro de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 14 de janeiro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2015**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor JOÃO TABONI, brasileiro, divorciado, residente e domiciliado na Rua Geral Salto, Bairro Salto, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 591.536.959-68, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observando o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 14 de janeiro de 2015 a 12 de julho de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser rescindido antes desse prazo, em virtude da realização do Concurso Público até 28/02/2015, data esta prevista pela Cláusula Primeira, do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado entre o Ministério Público do Estado de Santa Catarina e o Município de Nova Trento (Inquérito Civil Público nº 06.2011.006699-6), em 27/06/2014.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 14 de janeiro de 2014.

Gian Francesco Voltolini João Taboni
Prefeito Municipal Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 14 de janeiro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 031/2015

PORTARIA Nº 031/ 2015
Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 630/2014, que Admitiu em caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 06/2014, de 03/06/2014, convocada conforme Decreto nº 126/2014, VALDIRENI ALBANAES WILCKE, matrícula nº 6421, para exercer o cargo de Auxiliar de Consultório Odontológico - ESF, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Unidade Sanitária Madre Paulina, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 14 de janeiro de 2015 a 12 de julho de 2015, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 14 de janeiro de 2015.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 14 de janeiro de 2015.

Maxiliano de Oliveira
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

CONTRATO SP//2015**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora VALDIRENI ALBANAES WILCKE, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua RD SC 410, s/n, Bairro Claraíba, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 028.427.099-77, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Auxiliar de Consultório Odontológico - ESF, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Unidade Sanitária Madre Paulina, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 14 de janeiro de 2015 a 12 de julho de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser rescindido antes desse prazo, em virtude da realização do Concurso Público até 28/02/2015, data esta prevista pela Cláusula Primeira, do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado entre o Ministério Público do Estado de Santa Catarina e o Município de Nova Trento (Inquérito Civil Público nº 06.2011.006699-6), em 27/06/2014.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;
II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;
IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;
V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento

Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 14 de janeiro de 2015.

Gian Francesco Voltolini	Valdireni Albanaes Wilcke
Prefeito Municipal	Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 14 de janeiro de 2015.

Maxiliano de Oliveira
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 032/2015

PORTARIA Nº 032/ 2015
Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 632/2014, que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 06/2014, de 03/06/2014, convocado conforme Decreto nº 126/2014, HAMILTON JUNIOR DOS SANTOS, matrícula nº 6423, para exercer o cargo de Fiscal de Obras, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 14 de janeiro de 2015 a 12 de julho de 2015, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 14 de janeiro de 2015.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 14 de janeiro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor HAMILTON JUNIOR DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua Rodovia SC-411 km 52, nº85, Bairro Centro, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 047.097.009-07, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Fiscal de Obras, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 14 de janeiro de 2015 a 12 de julho de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser rescindido antes desse prazo, em virtude da realização do Concurso Público até 28/02/2015, data esta prevista pela Cláusula Primeira, do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado entre o Ministério Público do Estado de Santa Catarina e o Município de Nova Trento (Inquérito Civil Público nº 06.2011.006699-6), em 27/06/2014.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I - por acordo entre as partes;
- II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;
- III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;
- IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;
- V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 14 de janeiro de 2015.

Gian Francesco Voltolini Hamilton Junior dos Santos
Prefeito Municipal Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 14 de janeiro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 033/2015

PORTARIA Nº 033/ 2015
Exonera Servidor

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 63, I, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

EXONERAR a pedido a Servidora Pública Municipal, BRUNA KLANN, matrícula nº 5167, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Chefe de Equipe de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal Comissionado da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a partir do dia 12 de janeiro de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 15 de janeiro de 2015.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 15 de janeiro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 034/2015

PORTARIA Nº 034/ 2015
Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 621/2014, que Admitiu em caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 06/2014, de 03/06/2014, convocado conforme Decreto nº 126/2014, BERNARDETE TOMASI CARNIEL, matrícula nº 6412, para exercer o cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 17 de janeiro de 2015 a 15 de julho de 2015, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 19 de janeiro de 2015.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 19 de janeiro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora BERNARDETE TOMASI CARNIEL, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Geral Molha, Bairro Molha, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 894.468.019-15, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a

remuneração mensal no valor de R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 17 de janeiro de 2015 a 15 de julho de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser rescindido antes desse prazo, em virtude da realização do Concurso Público até 28/02/2015, data esta prevista pela Cláusula Primeira, do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado entre o Ministério Público do Estado de Santa Catarina e o Município de Nova Trento (Inquérito Civil Público nº 06.2011.006699-6), em 27/06/2014.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 17 de janeiro de 2015.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Bernardete Tomasi Carniel
Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 17 de janeiro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 035/2015

PORTARIA Nº 035/ 2015

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 623/2014, que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 06/2014, de 03/06/2014, convocado conforme Decreto nº 126/2014, FABRICIO ANTONIO CORSI, matrícula nº 6414, para exercer o cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 17 de janeiro de 2015 a 15 de julho de 2015, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 19 de janeiro de 2015.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 19 de janeiro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor FABRICIO ANTONIO CORSI, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua Alto Salto, Bairro Salto, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 103.423.399-82, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a

remuneração mensal no valor de R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 17 de janeiro de 2015 a 15 de julho de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser rescindido antes desse prazo, em virtude da realização do Concurso Público até 28/02/2015, data esta prevista pela Cláusula Primeira, do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado entre o Ministério Público do Estado de Santa Catarina e o Município de Nova Trento (Inquérito Civil Público nº 06.2011.006699-6), em 27/06/2014.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 17 de janeiro de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Fabrizio Antonio Corsi

Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 17 de janeiro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 036/2015

PORTARIA Nº 036/ 2015

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

PRORROGA a Portaria nº 625/2014, que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 06/2014, de 03/06/2014, convocado conforme Decreto nº 126/2014, JOSÉ VALDIR PEROTONI, matrícula nº 6416, para exercer o cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 17 de janeiro de 2015 a 15 de julho de 2015, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 19 de janeiro de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 19 de janeiro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor JOSÉ VALDIR PEROTONI, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Geral São Valentim, Bairro São Valentim, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 508.351.149-53, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a

remuneração mensal no valor de R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 17 de janeiro de 2015 a 15 de julho de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser rescindido antes desse prazo, em virtude da realização do Concurso Público até 28/02/2015, data esta prevista pela Cláusula Primeira, do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado entre o Ministério Público do Estado de Santa Catarina e o Município de Nova Trento (Inquérito Civil Público nº 06.2011.006699-6), em 27/06/2014.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 17 de janeiro de 2015.

Gian Francesco Voltolini	José Valdir Perotoni
Prefeito Municipal	Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 17 de janeiro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 037/2015

PORTARIA Nº 037/ 2015

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

PRORROGA a Portaria nº 626/2014, que Admitiu em caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 06/2014, de 03/06/2014, convocado conforme Decreto nº 126/2014, HILÁRIO WOLF, matrícula nº 6417, para exercer o cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 17 de janeiro de 2015 a 15 de julho de 2015, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 19 de janeiro de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 19 de janeiro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor HILÁRIO WOLF, brasileiro, divorciado, residente e domiciliado na Rua Alto Alferes, Bairro Vígolo, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 570.238.249-87, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observando o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores

Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 17 de janeiro de 2015 a 15 de julho de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser rescindido antes desse prazo, em virtude da realização do Concurso Público até 28/02/2015, data esta prevista pela Cláusula Primeira, do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado entre o Ministério Público do Estado de Santa Catarina e o Município de Nova Trento (Inquérito Civil Público nº 06.2011.006699-6), em 27/06/2014.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 17 de janeiro de 2015.

Gian Francesco Voltolini Hilário Wolf
Prefeito Municipal Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 17 de janeiro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 038/2015

PORTARIA Nº 038/ 2015

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 627/2014, que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 06/2014, de 03/06/2014, convocado conforme Decreto nº 126/2014, REGINA APARECIDA BARRETO, matrícula nº 6418, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças (Delegacia), do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 17 de janeiro de 2015 a 15 de julho de 2015, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 19 de janeiro de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 19 de janeiro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora REGINA APARECIDA BARRETO, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Jose Botamedi, nº 76, Bairro Trinta Réis, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 625.867.429-15, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças (Delegacia), do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores

Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 17 de janeiro de 2015 a 15 de julho de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser rescindido antes desse prazo, em virtude da realização do Concurso Público até 28/02/2015, data esta prevista pela Cláusula Primeira, do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado entre o Ministério Público do Estado de Santa Catarina e o Município de Nova Trento (Inquérito Civil Público nº 06.2011.006699-6), em 27/06/2014.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Administração e Finanças.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 17 de janeiro de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Regina Aparecida Barreto

Prefeito Municipal

Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 17 de janeiro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 039/2015

PORTARIA Nº 039/ 2015

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 628/2014, que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 06/2014, de 03/06/2014, convocado conforme Decreto nº 126/2014, LEONARDO JOÃO BONECHER, matrícula nº 6419, para exercer o cargo de Operador de Máquinas, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 17 de janeiro de 2015 a 15 de julho de 2015, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 19 de janeiro de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 19 de janeiro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor LEONARDO JOÃO BONECHER, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua Pedro Piffer, Bairro Frederico, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 072.242.159-10, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Operador de Máquinas, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.033,60 (hum mil e trinta e três

reais e sessenta centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 17 de janeiro de 2015 a 15 de julho de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser rescindido antes desse prazo, em virtude da realização do Concurso Público até 28/02/2015, data esta prevista pela Cláusula Primeira, do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado entre o Ministério Público do Estado de Santa Catarina e o Município de Nova Trento (Inquérito Civil Público nº 06.2011.006699-6), em 27/06/2014.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 17 de janeiro de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Leonardo João Bonecher

Prefeito Municipal

Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 17 de janeiro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 040/2015

PORTARIA Nº 040/ 2015

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 629/2014, que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 06/2014, de 03/06/2014, convocado conforme Decreto nº 126/2014, JAIME DA SILVA, matrícula nº 6420, para exercer o cargo de Operador de Máquinas, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 17 de janeiro de 2015 a 15 de julho de 2015, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 19 de janeiro de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 19 de janeiro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor JAIME DA SILVA, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Jose Soares Neto, Bairro Tajuba, Município de São João Batista, portador do CPF nº 586.756.049-04, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Operador de Máquinas, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.033,60 (hum mil e trinta e três

reais e sessenta centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 17 de janeiro de 2015 a 15 de julho de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser rescindido antes desse prazo, em virtude da realização do Concurso Público até 28/02/2015, data esta prevista pela Cláusula Primeira, do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado entre o Ministério Público do Estado de Santa Catarina e o Município de Nova Trento (Inquérito Civil Público nº 06.2011.006699-6), em 27/06/2014.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 17 de janeiro de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Jaime da Silva

Prefeito Municipal

Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 17 de janeiro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 041/2015

PORTARIA Nº 041/ 2015

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 642/2014, que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo nº 06/2014, de 03/06/2014, convocado conforme Decreto nº 126/2014, VALERIA RAMOS DE OLIVEIRA DE MOURA, matrícula nº 6428, para exercer o cargo de Fonoaudiólogo NASF, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Unidade Sanitária Madre Paulina, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 18 de janeiro de 2015 a 16 de julho de 2015, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 19 de janeiro de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 19 de janeiro de 2015.

Maxiliano de Oliveira

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora VALERIA RAMOS DE OLIVEIRA MOURA, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Antônio José da Silva, nº 19, Bairro Centro, Município de São João Batista, portador do CPF nº 755.374.199-04, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Fonoaudiólogo NASF, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Unidade Sanitária Madre Paulina, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a

remuneração mensal no valor de R\$ 2.036,66 (dois mil e trinta e seis reais e sessenta e seis centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 18 de janeiro de 2015 a 16 de julho de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser rescindido antes desse prazo, em virtude da realização do Concurso Público até 28/02/2015, data esta prevista pela Cláusula Primeira, do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado entre o Ministério Público do Estado de Santa Catarina e o Município de Nova Trento (Inquérito Civil Público nº 06.2011.006699-6), em 27/06/2014.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 18 de janeiro de 2015.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Valeria Ramos de Oliveira de Moura
Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 18 de janeiro de 2015.

Maxiliano de Oliveira
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 042/2015

PORTARIA Nº 042/ 2015

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 644/2014, que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo nº 06/2014, de 03/06/2014, convocado conforme Decreto nº 126/2014, MERARI REINERT DOS SANTOS, matrícula nº 6429, para exercer o cargo de Médico, com 10 (dez) horas semanais, atuante na Unidade Sanitária Madre Paulina, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 18 de janeiro de 2015 a 16 de julho de 2015, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 19 de janeiro de 2015.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 19 de janeiro de 2015.

Maxiliano de Oliveira

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor MERARI REINERT DOS SANTOS, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua 207, nº 26, Bairro Andorinha, Município de Itapema, portador do CPF nº 039.577.992-87, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Médico, com 10 (dez) horas semanais, atuante na Unidade Sanitária Madre Paulina, na Secretaria

Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 2.094,74 (dois mil e noventa e quatro reais e setenta e quatro centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 18 de janeiro de 2015 a 16 de julho de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser rescindido antes desse prazo, em virtude da realização do Concurso Público até 28/02/2015, data esta prevista pela Cláusula Primeira, do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado entre o Ministério Público do Estado de Santa Catarina e o Município de Nova Trento (Inquérito Civil Público nº 06.2011.006699-6), em 27/06/2014.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 02 (dois) horas diárias, totalizando 10 (dez) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 18 de janeiro de 2015.

Gian Francesco Voltolini Merari Reinert dos Santos
Prefeito Municipal Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 18 de janeiro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 043/2015

PORTARIA Nº 043/ 2015

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 640/2014, que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo nº 06/2014, de 03/06/2014, convocado conforme Decreto nº 126/2014, SERGIO PEREIRA LOBO, matrícula nº 6427, para exercer o cargo de Técnico de Enfermagem - HIC, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 18 de janeiro de 2015 a 16 de julho de 2015, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 19 de janeiro de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 19 de janeiro de 2015.

Maxiliano de Oliveira

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor SERGIO PEREIRA LOBO, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Guilherme Ristow, nº 210, Bairro Primeiro de Maio, Município de Brusque, portador do CPF nº 781.453.920-04, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado

das atribuições do cargo de Técnico de Enfermagem - HIC, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 926,68 (novecentos e vinte e seis reais e sessenta e oito centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 18 de janeiro de 2015 a 16 de julho de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser rescindido antes desse prazo, em virtude da realização do Concurso Público até 28/02/2015, data esta prevista pela Cláusula Primeira, do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado entre o Ministério Público do Estado de Santa Catarina e o Município de Nova Trento (Inquérito Civil Público nº 06.2011.006699-6), em 27/06/2014.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e térmios fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 18 de janeiro de 2015.

Gian Francesco Voltolini Sergio Pereira Lobo
Prefeito Municipal Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 18 de janeiro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 044/2015

PORTARIA Nº 044/ 2015

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 624/2014, que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 06/2014, de 03/06/2014, convocado conforme Decreto nº 126/2014, ENES TOMASI, matrícula nº 6415, para exercer o cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 19 de janeiro de 2015 a 17 de julho de 2015, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 19 de janeiro de 2015.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 19 de janeiro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor ENES TOMASI, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Geral Alto Pitanga, Bairro Pitanga, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 380.033.689-87, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 19 de janeiro de 2015 a 17 de julho de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser rescindido antes desse prazo, em virtude da realização do Concurso Público até 28/02/2015, data esta prevista pela Cláusula Primeira, do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado entre o Ministério Público do Estado de Santa Catarina e o Município de Nova Trento (Inquérito Civil Público nº 06.2011.006699-6), em 27/06/2014.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 19 de janeiro de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Enes Tomasi

Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 19 de janeiro de

2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 045/2015

PORTARIA Nº 045/ 2015

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 633/2014, que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 06/2014, de 03/06/2014, convocado conforme Decreto nº 126/2014, VICTOR RAPHAEL CORRÊA VOSS, matrícula nº 6424, para exercer o cargo de Médico Psiquiatra - NASF, com 20 (vinte) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, 19 de janeiro de 2015 a 17 de julho de 2015, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 19 de janeiro de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 19 de janeiro de 2015.

Maxiliano de Oliveira

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor VICTOR RAPHAEL CORRÊA VOSS, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua 275, Ap. 208, nº 135, Bairro Meia Praia, Município de Itapema, portadora do CPF nº 311.067.138-77, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Médico Psiquiatra - NASF, com 20 (vinte) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 4.189,48 (quatro mil cento e oitenta e nove reais e quarenta e oito centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 19 de janeiro de 2015 a 17 de julho de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser rescindido antes desse prazo, em virtude da realização do Concurso Público até 28/02/2015, data esta prevista pela Cláusula Primeira, do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado entre o Ministério Público do Estado de Santa Catarina e o Município de Nova Trento (Inquérito Civil Público nº 06.2011.006699-6), em 27/06/2014.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I - por acordo entre as partes;
- II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;
- III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;
- IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;
- V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 19 de janeiro de 2015.

Gian Francesco Voltolini Victor Raphael Corrêa Voss
Prefeito Municipal Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 19 de janeiro de 2015.

Maxiliano de Oliveira

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 046/2015

PORTARIA Nº 046/ 2015

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 634/2014, que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 06/2014, de 03/06/2014, convocado conforme Decreto nº 128/2014, ROGERIO JULIO DE AGUIAR, matrícula nº 6425, para exercer o cargo de Técnico de Enfermagem - HIC, com 40 (quarenta) horas semanais, no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, 19 de janeiro de 2015 a 17 de julho de 2015, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 19 de janeiro de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 19 de janeiro de 2015.

Maxiliano de Oliveira

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor ROGERIO JULIO DE AGUIAR, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua Verônica Wechrmeiste, s/n, Bairro Cobre, Município de Canelinha, portador do CPF nº 113.738.728-96, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Técnico de Enfermagem - HIC, com 40 (quarenta) horas semanais, no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 926,68 (novecentos e vinte e seis reais e sessenta e oito centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 19 de janeiro de 2015 a 17 de julho de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser rescindido antes desse prazo, em virtude da realização do Concurso Público até 28/02/2015, data esta prevista pela Cláusula Primeira, do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado entre o Ministério Público do Estado de Santa Catarina e o Município de Nova Trento (Inquérito Civil Público nº 06.2011.006699-6), em 27/06/2014.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I - por acordo entre as partes;
- II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;
- III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;
- IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;
- V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 19 de janeiro de 2015.

Gian Francesco Voltolini Rogerio Julio de Aguiar
Prefeito Municipal Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 19 de janeiro de

2015.

Maxiliano de Oliveira

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 049/2015

PORTARIA Nº 049/ 2015

Concede Licença Para Tratamento de Saúde

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992, do Estatuto do Servidor Público Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Licença Tratamento de Saúde ao Servidor Público Municipal, NESTOR BRAS RAMOS, matrícula nº 5408, ocupante do cargo de Motorista (SAMU), com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício no Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, pertencente ao Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 121 (cento e vinte e um) dias, a contar de 17 de setembro de 2014 a 15 de janeiro de 2015, conforme resultado pericial datado de 15/01/2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 19 de janeiro de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 19 de janeiro de 2015.

Maxiliano de Oliveira

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

PORTARIA Nº 050/2015

PORTARIA Nº 050/ 2015

Concede Licença Para Tratamento de Saúde

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VII e XII, do art. 94 da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990 e de acordo com o que determina o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER Licença Para Tratamento de Saúde, ao Servidor Público Municipal HAMILTON JUNIOR DOS SANTOS, matrícula nº 6423, ocupante do cargo de Fiscal de Obras, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 138 (cento e trinta e oito) dias, a contar de 02 de dezembro de 2014 a 18 de abril de 2015, conforme resultado pericial datado de 14/01/2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 19 de janeiro de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 19 de janeiro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 054/2015

PORTARIA Nº 054/ 2015

Conversão em Dinheiro de 1/3 de Licença Prêmio

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com o que determina o art. 102, Parágrafo Único, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal de Nova Trento),

RESOLVE:

CONCEDER 1/3 de Licença Prêmio em dinheiro, de 01 (um) mês, ao Servidor Público Municipal AFONSO INÁCIO DALRI, matrícula nº 219, concursado no cargo de Motorista I, com 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, pertencente ao Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, relativo ao período aquisitivo de 01/03/2001 a 28/02/2005, a ser pago no mês de Janeiro/2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 19 de janeiro de 2015.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria, em 19 de janeiro de 2015.

Maxiliano de Oliveira
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

PORTARIA Nº 056/2015

PORTARIA Nº 056/ 2015

Exonera Servidor

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 63, I, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

EXONERAR a pedido o Servidor Público Municipal, JAIME DA SILVA, matrícula nº 6420, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a partir do dia 20 de janeiro de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 20 de janeiro de 2015.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 20 de janeiro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 057/2015

PORTARIA Nº 057/ 2015

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 647/2014, que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 06/2014, de 03/06/2014, convocado conforme Decreto nº 129/2014, LETÍCIA TESTONI, matrícula nº 6431, para exercer o cargo de Enfermeiro - HIC, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 21 de janeiro de 2015 a 19 de julho de 2015, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 21 de janeiro de 2015.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 21 de janeiro de 2015.

Maxiliano de Oliveira
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

CONTRATO SP//2015**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora LETÍCIA TESTONI, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Tirol, nº 2044, Bairro Claralba, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 029.528.639-38, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Enfermeiro - HIC, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a

remuneração mensal no valor de R\$ 2.067,21 (dois mil e sessenta e sete reais e vinte e um centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 21 de janeiro de 2015 a 19 de julho de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser rescindido antes desse prazo, em virtude da realização do Concurso Público até 28/02/2015, data esta prevista pela Cláusula Primeira, do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado entre o Ministério Público do Estado de Santa Catarina e o Município de Nova Trento (Inquérito Civil Público nº 06.2011.006699-6), em 27/06/2014.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 21 de janeiro de 2015.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Leticia Testoni
Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 21 de janeiro de 2015.

Maxiliano de Oliveira
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 058/2015

PORTARIA Nº 058/ 2015

Exonera Servidor

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 63, I, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

EXONERAR a pedido o Servidor Público Municipal, LEONARDO JOÃO BONECHER, matrícula nº 6419, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a partir do dia 19 de janeiro de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 21 de janeiro de 2015.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 21 de janeiro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 059/2015

PORTARIA Nº 059/ 2015

Conversão em Dinheiro de 1/3 de Férias

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VII e XII, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990 e de acordo com o que determina o artigo 75, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER 1/3 de férias convertidas em dinheiro, no mês de Janeiro/2015, ao Servidor Público Municipal, DÉCIO PEDRO MULLER, matrícula nº 5116, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Departamento de Serviços Descentralizados, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, relativo ao período aquisitivo de 01/03/2013 a 28/02/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 21 de janeiro de 2015.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 21 de janeiro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 062/2015

PORTARIA Nº 062/ 2015

Concede Licença Para Tratamento de Saúde

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VII e XII, do art. 94 da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990 e de acordo com o que determina o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER Licença Para Tratamento de Saúde, ao Servidor Público Municipal SERGIO ROBERTO BADINELLI, matrícula nº 120, concursado no cargo de Médico Veterinário, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 10 (dez) dias, a contar de 19 de janeiro de 2015 a 28 de janeiro de 2015, conforme resultado pericial datado de 20/01/2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 21 de janeiro de 2015.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 21 de janeiro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 1008/2014 "A"

PORTARIA Nº 1.008/ 2014 "A"

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 1000/2014, que Prorrogou a Admissão em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 04/2014, de 28/02/2014, convocado conforme Decreto nº 072/2014, PAULO SERGIO RODRIGUES, matrícula nº 6216, para exercer o cargo de Motorista I, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 05 de dezembro de 2014 a 03 de janeiro de 2015, em substituição ao Titular Salvelino Montibeller, afastado por motivo de férias.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 08 de dezembro de 2014.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 08 de dezembro de 2014.

Maxiliano de Oliveira
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

CONTRATO SP//2014**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, Bairro Centro, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, e o Senhor PAULO SÉRGIO RODRIGUES, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Joaquim Battisti Archer, nº 53, Bairro Centro, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 767.115.369-91, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contato tem por objeto a execução pelo contrato das atribuições do cargo de Motorista I, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, em substituição ao Titular Salvelino Montibeller, afastado por motivo de férias.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 05 de dezembro de 2014 a 03 de janeiro de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado conforme a necessidade.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

este contrato poderá ser rescindido:

- I - por acordo entre as partes;
- II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;
- III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;
- IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas

diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 05 de janeiro de 2015.

Gian Francesco Voltolini	Paulo Sergio Rodrigues
Prefeito Municipal	Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 05 de janeiro de 2015.

Maxiliano de Oliveira
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1023/2014

PORTARIA Nº 1.023/ 2014
Concede Licença Para Tratamento de Saúde

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER Licença Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal, ANA CLAUDIA ALEXANDRE BRASIL, matrícula nº 6476, ocupante do cargo de Enfermeiro (Vigilância Epidemiológica), com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Unidade Sanitária Madre Paulina, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, pelo período de 47 (quarenta e sete) dias, a contar de 03 de dezembro de 2014 a 18 de janeiro de 2015, conforme resultado pericial datado de 19/12/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 22 de dezembro de 2014.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 22 de dezembro de 2014.

Maxiliano de Oliveira
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Orleans

PREFEITURA

ABERTURA DE PROCESSO SELETIVO Nº002/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE ORLEANS
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2015

O Município de Orleans torna público que se acham abertas as inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para o preenchimento de vagas no cargo de professor de Inglês e Português para o Ensino Fundamental e professor de Sociologia para o EJA.

Inscrições: A Ficha de Inscrição e o Edital completo contendo as informações e orientações estará disponível aos interessados a partir de 28/01/2015 no mural das publicações da Secretaria de Educação e no site www.orleans.com.br.

Para efetuar a inscrição o candidato deverá preencher a Ficha de Inscrição e anexar os documentos solicitados no Edital do Processo Seletivo Nº 002/2015 na secretaria de Educação, sito à Praça Celso Ramos, 193 - Centro - Orleans, nos dias 28/01/15 a 04/02/15, no horário das 13 às 17 horas.

Orleans (SC), 27 de janeiro de 2015.
ARLETE DE SOUZA BORBA FURLAN
Presidente da Comissão do Processo Seletivo Simplificado

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito Municipal

EDITAL CHAMAMENTO PROCESSO SELETIVO Nº012/2014

EDITAL DE CHAMAMENTO DOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 012/2014

A Prefeitura Municipal de Orleans, junto à Secretaria Municipal de Educação por meio da Comissão de Processo Seletivo Simplificado, nomeada pelo Decreto nº 3591, de 23 de agosto de 2013, torna público o chamamento dos aprovados no Processo Seletivo Simplificado, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº. 1.929/05 de 20 de dezembro de 2005, Lei Complementar Municipal nº. 2.076/07 de 24 de maio de 2007 e a Lei nº 2479 de 19 de março de 2013 para o preenchimento de vagas em caráter temporário de especial interesse público e em substituição a servidor efetivo afastado por auxílio-doença. As vagas serão para o cargo de Professor com atuação na Educação Básica (nas etapas de Educação Infantil e Ensino Fundamental), nas modalidades de Educação de Jovens e Adultos, Tecnologia Educacional e Informática e para o cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil da rede pública do Município de Orleans - SC, durante o ano de 2015, de acordo com as normas estabelecidas no Edital.

ESCOLHA DE VAGAS

A escolha de vagas da segunda chamada para cada área obedecerá rigorosamente à classificação e será de acordo com data e horário abaixo, tendo como local a Secretaria Municipal da Educação:

a) Área I - Educação Infantil.
Cargo: Professor.
Data: 29/01/15
Horário: 13:00 horas

b) Área V- Professor -Educação de Jovens e Adultos - EJA

Data: 29/01/15

Horário: 13:30horas

Disciplinas: Química e Filosofia

Eliete Bianco ZaniniDamazio

Secretaria de Educação

EDITAL DE CHAMAMENTO CONCURSO PUBLICO Nº002/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA EFETIVAÇÃO DE ACORDO COM CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2014, mediante o qual fica CONVO-CADO, para nomeação, os candidatos aprovados no Concurso Público nº 002/2014, para comparecerem na Prefeitura Municipal de Orleans, sito a rua XV de Novembro, 282, centro, Orleans, SC, no horário das 12h30min às 18h30min, no prazo de 30 dias, munidos de todos os documentos constantes do Edital do Concurso Público nº 002/2014 (disponível no sitio eletrônico: www.orleans.sc.gov.br, cientes de que a não apresentação dos documentos necessários dentro do prazo estipulado resultará na perda da vaga. Informamos ainda, que o exame médico de saúde ocupacional de que trata o Concurso Público nº 002/2014, será realizado pelo Médico do Trabalho da Prefeitura Municipal de Orleans, o qual poderá exigir todos os exames pertinentes a aferir a capacidade admissional para o respectivo cargo; as consultas poderão ser previamente agendadas junto ao Departamento de Gestão de Pessoas, pelo fone (48) 38860128, com o servidor Ariel Alberton.

NOME	CARGO	CH
ANA LAURA PHILLIPI	MÉDICO DA SF	40 h

Orleans, 26 de janeiro de 2015.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans

Ouro Verde

PREFEITURA

0003/2015PR

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO 0003/2015

O Município de Ouro Verde, por intermédio da Prefeito Municipal em Exercício, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial Objeto: Registro de Preço para Aquisição de forma parcelada de filtros, óleos lubrificantes, graxas, fluidos de freio, para os veículos leves, ônibus, caminhões, F1000 e tratores agrícolas do Município de Ouro Verde - SC. Entrega dos Envelopes: Até as 09h00min dia 10 de fevereiro de 2015. Credenciamento, sessão de lances e Habilitação: Às 09h05min dia 10 de fevereiro de 2015. Obt. informações e Edital: Secretaria Geral de Administração - Setor de licit. da Prefeitura Municipal de Ouro Verde-SC, na Rua João Maria Conrado, Centro nº. 425, ou pelo site www.ouroverde.sc.gov.br, fone (49) 3447-0007,

Ouro Verde (SC), 27 de janeiro de 2015.

Nilson Santin

Prefeito Municipal em Exercício.

DECRETO Nº2576

DECRETO N.º 2576/2015

"CONCEDE FUNÇÃO DE CONFIANÇA, E DÁ OUTRAS ROVIDÊNCIAS"

NILSON SANTIN, Prefeito Municipal de Ouro Verde em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar 035/2009.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Concedido Função de Confiança de Direção, Padrão FG, Nível 01, a servidora Pública Municipal Sra. Sandra Mara de Abreu.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrario em especial Decreto N.º 2434/2014, de 03 de fevereiro de 2014.

Ouro Verde - SC, em 26 de janeiro de 2015.

NILSON SANTIN

Prefeito Municipal em Exercício

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

Secretário de Adm. e Gestão

DECRETO Nº2577

DECRETO N.º 2577/2015

"CONCEDE FUNÇÃO DE CONFIANÇA, E DÁ OUTRAS ROVIDÊNCIAS"

NILSON SANTIN, Prefeito Municipal de Ouro Verde em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar 035/2009.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Concedido Função de Confiança de Assessoramento na elaboração de programas e projetos de governo, Padrão FG, Nível 02, ao servidor Público Municipal Sr. Belmiro Bonetta dos Santos.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde - SC, em 26 de janeiro de 2015.

NILSON SANTIN

Prefeito Municipal em Exercício

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

Secretário de Adm. e Gestão

DECRETO Nº2578

DECRETO N.º 2578/2015

"CONCEDE FUNÇÃO DE CONFIANÇA, E DÁ OUTRAS ROVIDÊNCIAS"

NILSON SANTIN, Prefeito Municipal de Ouro Verde em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar 035/2009.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Concedido Função de Confiança de Assessoramento na elaboração de programas e projetos de governo, Padrão FG, Nível 02, ao servidor Público Municipal Sr. Vivaldino de Quadros.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde - SC, em 26 de janeiro de 2015.

NILSON SANTIN

Prefeito Municipal em Exercício

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

Secretário de Adm. e Gestão

DECRETO Nº2579

DECRETO N.º 2579/2015

"CONCEDE FUNÇÃO DE CONFIANÇA, E DÁ OUTRAS ROVIDÊNCIAS"

NILSON SANTIN, Prefeito Municipal de Ouro Verde em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar 035/2009.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Concedido Função de Confiança de Chefia de Equipes de Execução e Avaliação de Programas específicos, Padrão

FG, Nível 03, a servidora Pública Municipal Sra. Eli Cleide Balbinot.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde - SC, em 26 de janeiro de 2015.

NILSON SANTIN

Prefeito Municipal em Exercício

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

Secretário de Adm. e Gestão

DECRETO Nº2581

DECRETO N.º 2581/2015

"CONCEDE FUNÇÃO DE CONFIANÇA, E DÁ OUTRAS ROVIDÊNCIAS"

NILSON SANTIN, Prefeito Municipal de Ouro Verde em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar 035/2009.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Concedido Função de Confiança de Chefia de Equipes de Execução e Avaliação de Programas específicos, Padrão FG, Nível 03, a servidora Pública Municipal Sra. Doralina Alves Chaves.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde - SC, em 26 de janeiro de 2015.

NILSON SANTIN

Prefeito Municipal em Exercício

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

Secretário de Adm. e Gestão

DECRETO Nº2580

DECRETO N.º 2580/2015

"CONCEDE ADICIONAL DE ESTUDOS REGULARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NILSON SANTIN, Prefeito Municipal de Ouro Verde em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Complementar 023/2005

DECRETA:

Art. 1.º - Fica Concedido Adicional de Graduação de 5,0% (cinco por cento), referente a conclusão de Graduação, ao servidor público Municipal Sr. Moacir Mottin.

Art. 2.º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º - São revogam-se as disposições em contrário.

Ouro Verde - SC, em 26 de janeiro de 2015.

NILSON SANTIN

Prefeito Municipal em Exercício

O presente Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
Secretário de Adm. e Gestão

EXTRATO ADITIVO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE ADITIVO I DE PORROGAÇÃO AO CONTRATO Nº.
0013/2014

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE/FUNDO MUNICIPAL
DE SAÚDE

CONTRATADO: SABRINA BONGIOVANNI

Objeto: Contratação de pessoa física formada na área de psicologia para prestação de serviço na unidade de Saúde do Município de Ouro Verde, com 24 (vinte e quatro) horas semanais. Vigência de 02/01/2015 á 31/12/2015. Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93

Ouro Verde, 29 de dezembro de 2014.

Rosane Minetto Selig
Prefeita Municipal.

Paial

PREFEITURA

DEMONS. DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA

MUNICÍPIO DE PAIAL - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
Alienações	13.084,44	0,00	13.084,44
B. BRASIL P.M.PAIAL FUND. MUN. DE ASSIST. SOCIAL ACESSUAS PRONATE	13.210,76	0,00	13.210,76
Conveio FUNDAM BRDE Pavimentacao de Ruas n°2014TR00 1087	250.547,41	0,00	250.547,41
Convênio Caixa Siconv 0028766/2011 Conv. SIAFI 762670	44.873,96	0,00	44.873,96
Convênio Caixa Siconv 020657/2011 Conv. SIAFI 766602	12.666,33	0,00	12.666,33
Convênio Caixa Siconv n088965/2009 SIAFI 725531	76.828,00	0,00	76.828,00
Convenio Da União FMS Paial FNSCONVENENTE	48.016,86	0,00	48.016,86
convênio multas de trânsito	3.858,04	0,00	3.858,04
Convênio SDR / Asfalto Cempa	1.653,03	0,00	1.653,03
CONVENIO SEC. DES. REG. TR N°1758/2014	46.495,37	0,00	46.495,37
Convenio Transito	5.809,97	0,00	5.809,97
COSIP	584,66	0,00	584,66
Cota Parte Salario educação	266,46	0,00	266,46
ESF - Estratégias de Saúde da Família	31.309,50	0,00	31.309,50
Farmacia Básica	1.943,76	0,00	1.943,76
FNAS - CRAS	11.504,26	0,00	11.504,26
IGD	31.856,28	0,00	31.856,28
MAC	61.645,95	0,00	61.645,95
Piso Básico Variável	63.356,89	0,00	63.356,89
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar	188,92	0,00	188,92
PREF. PAIAL FMAS BENEF. PREST. CONTINUADA	217,43	0,00	217,43
Recursos - Saude	42.489,09	1.130,32	41.358,77
Salario Educação	8.614,85	0,00	8.614,85
Superavit Convênio Caixa 031.1535-31/2009	2.998,00	0,00	2.998,00
Transf. do SUS - PMAQ	111.732,83	0,00	111.732,83
Transferencia FNDE/MEC Excesso De Arrecad. PAC208873/2014	127.415,28	0,00	127.415,28
Transferencias do FUNDEB - 60%	1.135,94	0,00	1.135,94
Vigilância em Saúde	24.396,08	0,00	24.396,08
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	1.038.700,35	1.130,32	1.037.570,03
Recursos Ordinários	774.313,98	2.008,24	772.305,74
RECURSOS ORDINARIOS	319.369,90	0,00	319.369,90
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	1.093.683,88	2.008,24	1.091.675,64
TOTAL (III) = (I + II)	2.132.384,23	3.138,56	2.129.245,67
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

PAIAL, 27/01/2015

ALDAIR ANTONIO RIGO
Prefeito MunicipalITAMAR LONGHINI
Contador CRC/SC 021753/0-1

DEMONS. DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL - 2014

Município de PAIAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	3.109.485,17	1.707.945,78	786.431,91	615.107,48
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	3.109.485,17	1.707.945,78	786.431,91	615.107,48
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-3.109.485,17	-2.494.377,69		-615.107,48

FONTE:

Notas:

¹ Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III.² Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, os termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

PAIAL, 27/01/2015

ALDAIR ANTONIO RIGO
Prefeito Municipal

ITAMAR LONGHINI
Contador CRC/SC 021753/0-1

DEMONS. DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

Município de PAIAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
				Até o Bimestre/2013
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetta de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receltas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetta Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receltas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receltas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receltas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetta de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receltas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receltas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receltas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS			
			Em 2014		Em 2013	
			LIQUIDADAS		LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
					Até o Bimestre/2013	
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de PAIAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS				
			Em 2014		Em 2013		
			LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS Até o Bimestre/2013	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014			
Pessoal Militar	0,00	0,00		0,00		0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00		0,00		0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00		0,00		0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00		0,00		0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00		0,00		0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00		0,00		0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00		0,00		0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00		0,00		0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - RPPS (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
				Até o Bimestre/2013
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS

PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	0,00
Valor	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS	NOVEMBRO	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		2014	2013
		0,00	0,00
Bancos Conta Movimento		0,00	0,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
				Até o Bimestre/2013
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de PAIAL - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		Até o Bimestre/2013
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS			
			Em 2014		Em 2013	
			LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS Até o Bimestre/2013
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014		
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

PAIAL, 27/01/2015

ALDAIR ANTONIO RIGO

Prefeito Municipal

ITAMAR LONGHINI

Contador CRC/SC 021753/O-1

BALANÇO ORÇAMENTARIO

Município de PAIAL - SC
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	9.612.000,00	9.612.000,00	2.359.261,56	24,54	11.177.884,45	116,29
RECEITAS CORRENTES	9.612.000,00	9.612.000,00	2.008.798,52	20,90	9.653.856,39	100,44
RECEITA TRIBUTÁRIA	248.000,00	248.000,00	127.227,64	51,30	440.104,82	177,46
IMPOSTOS	180.000,00	180.000,00	120.357,88	66,87	386.373,32	214,65
TAXAS	68.000,00	68.000,00	6.869,76	10,10	53.731,50	79,02
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	14.000,00	14.000,00	5.011,19	35,79	10.077,93	71,99
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	14.000,00	14.000,00	5.011,19	35,79	10.077,93	71,99
RECEITA PATRIMONIAL	10.000,00	10.000,00	20.727,86	207,28	76.553,11	765,53
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	10.000,00	10.000,00	20.727,86	207,28	76.553,11	765,53
RECEITA DE SERVIÇOS	110.000,00	110.000,00	16.403,76	14,91	99.405,84	90,37
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	9.189.900,00	9.189.900,00	1.806.126,21	19,65	8.957.183,52	97,47
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	9.114.900,00	9.114.900,00	1.797.503,21	19,72	8.854.572,52	97,14
Transf. de Conv.	75.000,00	75.000,00	8.623,00	11,50	102.611,00	136,81
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	40.100,00	40.100,00	33.301,86	83,05	70.531,17	175,89
Multas e Juros de Mora	23.600,00	23.600,00	3.134,33	13,28	15.648,45	66,31
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	16.500,00	16.500,00	5.361,03	32,49	23.199,00	140,60
RECEITAS DIVERSAS	0,00	0,00	24.806,50	0,00	31.683,72	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	350.463,04	0,00	1.524.028,06	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	350.463,04	0,00	1.524.028,06	0,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	255.000,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	350.463,04	0,00	1.269.028,06	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	9.612.000,00	9.612.000,00	2.359.261,56	24,54	11.177.884,45	116,29
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	9.612.000,00	9.612.000,00	2.359.261,56	24,54	11.177.884,45	116,29
DEFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL VII = (V + VI)	9.612.000,00	9.612.000,00	2.359.261,56	24,54	11.177.884,45	116,29
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	497.077,59	—	—	292.604,24	—
Superávit Financeiro	—	497.077,59	—	—	292.604,24	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

Continua 1/3

Município de PAIAL - SC
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS			SALDO A EXECUTAR (f - (g + h))
				No Bimestre (g)	Até o Bimestre (h)	LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)	
						No Bimestre (i)	Até o Bimestre (g)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	7.199.500,00	2.889.926,23	10.089.426,23	817.360,39	8.760.160,99	1.605.913,28	7.946.819,91	813.341,08	1.329.265,24
DESPESAS CORRENTES	5.825.000,00	1.129.941,06	6.954.941,06	742.206,28	6.265.783,30	1.205.708,61	6.238.874,13	26.909,17	689.157,76
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.695.400,00	412.809,65	3.108.209,65	626.493,76	2.920.787,32	626.493,76	2.920.787,32	0,00	187.422,33
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	100.000,00	-53.000,00	47.000,00	5.708,23	45.950,34	5.708,23	45.950,34	0,00	1.049,66
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.029.600,00	770.131,41	3.799.731,41	110.004,29	3.299.045,64	573.506,62	3.272.136,47	26.909,17	500.685,77
DESPESAS DE CAPITAL	1.349.500,00	1.759.985,17	3.109.485,17	75.154,11	2.494.377,69	400.204,67	1.707.945,78	786.431,91	615.107,48
INVESTIMENTOS	1.119.500,00	1.716.985,17	2.836.485,17	30.620,79	2.227.177,77	355.671,35	1.440.745,86	786.431,91	609.307,40
INVERSOES FINANCEIRAS	10.000,00	-10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	220.000,00	53.000,00	273.000,00	44.533,32	267.199,92	44.533,32	267.199,92	0,00	5.800,08
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	25.000,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	7.199.500,00	2.889.926,23	10.089.426,23	817.360,39	8.760.160,99	1.605.913,28	7.946.819,91	813.341,08	1.329.265,24
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	7.199.500,00	2.889.926,23	10.089.426,23	817.360,39	8.760.160,99	1.605.913,28	7.946.819,91	813.341,08	1.329.265,24
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	2.417.723,46	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	7.199.500,00	2.889.926,23	10.089.426,23	817.360,39	8.760.160,99	1.605.913,28	11.177.884,45	110,79	1.329.265,24

Continua 2/3

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE:

Município de PAIAL - SC
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/3

PAIAL, 27/01/2015

ALDAIR ANTONIO RIGO
Prefeito Municipal

ITAMAR LONGHINI
Contador CRC/SC 021753/0-1

DEMONS. DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

Município de PAIAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS			SALDO (a - (b + c))	
			No Bimestre	Até o Bimestre	LIQUIDADAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (c)		
					No Bimestre	Até o Bimestre (b)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	7.199.500,00	10.089.426,23	817.360,39	8.760.160,99	1.605.913,28	7.946.819,91	100,00	86,83	1.329.265,24
Administração	1.508.500,00	1.977.490,51	185.914,42	1.810.725,26	449.297,75	1.690.495,08	20,67	91,57	166.765,25
Administração Geral	1.508.500,00	1.977.490,51	185.914,42	1.810.725,26	449.297,75	1.690.495,08	20,67	91,57	166.765,25
Segurança Pública	32.500,00	58.299,60	1.669,35	35.513,11	4.518,45	35.325,41	0,41	60,91	22.786,49
Policimento	22.500,00	23.300,00	1.669,35	10.139,81	4.518,45	9.952,11	0,12	43,52	13.160,19
Defesa Civil	10.000,00	34.999,60	0,00	25.373,30	0,00	25.373,30	0,29	72,50	9.626,30
Assistência Social	527.000,00	816.849,00	144.379,93	674.075,63	165.996,57	671.725,71	7,69	82,52	142.773,37
Assistência ao Idoso	20.000,00	40.000,00	13.921,15	27.334,07	13.717,48	26.762,60	0,31	68,34	12.665,93
Assistência à Criança e ao Adolescente	65.000,00	50.000,00	48,57	9.642,26	851,57	9.642,26	0,11	19,28	40.357,74
Assistência Comunitária	442.000,00	726.849,00	130.410,21	637.099,30	151.427,52	635.320,85	7,27	87,65	89.749,70
Saúde	30.000,00	35.508,90	1.578,73	31.625,31	4.331,68	31.625,31	0,36	89,06	3.883,59
Alimentação e Nutrição	30.000,00	35.508,90	1.578,73	31.625,31	4.331,68	31.625,31	0,36	89,06	3.883,59
Educação	1.711.000,00	2.658.593,73	226.165,27	2.209.540,59	422.072,56	1.847.257,53	25,22	83,11	449.053,14
Ensino Fundamental	1.457.000,00	2.398.311,30	228.621,66	2.041.312,00	390.640,95	1.679.028,94	23,30	85,11	356.999,30
Ensino Superior	75.000,00	75.000,00	-21.519,00	53.481,00	11.269,00	53.481,00	0,61	71,31	21.519,00
Educação Infantil	165.000,00	171.282,43	18.614,91	107.722,99	18.614,91	107.722,99	1,23	62,89	63.559,44
Educação de Jovens e Adultos	7.000,00	7.000,00	447,70	1.524,60	447,70	1.524,60	0,02	21,78	5.475,40
Educação Especial	7.000,00	7.000,00	0,00	5.500,00	1.100,00	5.500,00	0,06	78,57	1.500,00
Cultura	22.500,00	47.500,00	24.145,23	46.654,37	24.445,23	46.654,37	0,53	98,22	845,63
Difusão Cultural	22.500,00	47.500,00	24.145,23	46.654,37	24.445,23	46.654,37	0,53	98,22	845,63
Urbanismo	75.000,00	988.889,12	24.084,59	907.061,57	130.466,48	590.187,52	10,35	91,73	81.827,55
Infra-Estrutura Urbana	75.000,00	988.889,12	24.084,59	907.061,57	130.466,48	590.187,52	10,35	91,73	81.827,55
Habituação	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habituação Urbana	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento	115.000,00	15.000,00	0,00	14.997,10	0,00	14.997,10	0,17	99,98	2,90
Saneamento Básico Rural	15.000,00	15.000,00	0,00	14.997,10	0,00	14.997,10	0,17	99,98	2,90
Saneamento Básico Urbano	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ciência e Tecnologia	40.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Telecomunicações	40.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00

Continua 1/3

Município de PAIAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS			SALDO (a - (b + c))
			No Bimestre	Até o Bimestre	LÍQUIDAS	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (c)	% ((b + c)/ Total (b + c))	
					Até o Bimestre (b)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Agricultura	7.199.500,00	10.089.426,23	817.360,39	8.760.160,99	1.605.913,28	7.946.819,91	100,00	86,83
Extensão Rural	1.089.000,00	1.126.799,00	-14.306,93	950.068,69	139.943,06	946.305,19	10,85	84,32
Indústria	1.089.000,00	1.126.799,00	-14.306,93	950.068,69	139.943,06	946.305,19	10,85	84,32
Produção Industrial	80.000,00	7.270,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comércio e Serviços	80.000,00	7.270,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comercialização	90.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Turismo	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Energia	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Energia Elétrica	34.000,00	87.000,00	4.426,53	17.820,55	4.426,53	17.820,55	0,20	20,48
Transporte	34.000,00	87.000,00	4.426,53	17.820,55	4.426,53	17.820,55	0,20	20,48
Transporte Rodoviário	1.355.000,00	1.758.226,37	147.000,54	1.605.460,70	187.237,24	1.597.808,03	18,33	91,31
Desporto e Lazer	1.355.000,00	1.758.226,37	147.000,54	1.605.460,70	187.237,24	1.597.808,03	18,33	91,31
Desporto Comunitário	115.000,00	147.000,00	22.061,18	143.467,85	22.936,18	143.467,85	1,64	97,60
Encargos Especiais	115.000,00	147.000,00	22.061,18	143.467,85	22.936,18	143.467,85	1,64	97,60
Serviço da Dívida Interna	320.000,00	320.000,00	50.241,55	313.150,26	50.241,55	313.150,26	3,57	97,86
	320.000,00	320.000,00	50.241,55	313.150,26	50.241,55	313.150,26	3,57	97,86

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de PAIAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS			SALDO (a - (b + c))
			No Bimestre	Até o Bimestre	LIQUIDADAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (c)	
					No Bimestre	Até o Bimestre (b)		
DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (I)	7.199.500,00	10.089.426,23	817.360,39	8.760.160,99	1.605.913,28	7.946.819,91	813.341,08	1.329.265,24
Reserva de Contingência ¹	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
Reserva de Contingência	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	7.199.500,00	10.089.426,23	817.360,39	8.760.160,99	1.605.913,28	7.946.819,91	813.341,08	1.329.265,24

FONTE:

PAIAL , 27/01/2015

ALDAIR ANTONIO RIGO
Prefeito Municipal

ITAMAR LONGHINI
Contador CRC/SC 021753/0-1

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. E apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

DEMONS. DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Município de PAIAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2014 A DEZEMBRO/2014
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014
	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Ago/2014	Sep/2014	Out/2014	Nov/2014	Dez/2014	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	976.370,31	1.099.826,98	795.765,76	950.918,97	1.069.837,93	836.263,56	773.791,28	855.900,88	857.523,16	884.620,88	970.423,45	1.365.391,99	11.429.246,15
RECEITA TRIBUTÁRIA	16.242,53	104.013,08	37.726,92	25.610,91	19.631,78	23.404,94	26.959,66	18.865,53	21.669,31	16.746,52	25.672,50	101.565,14	246.000,00
IPTU:	48,62	3.572,69	9.716,48	1.261,60	818,95	407,54	946,12	73,21	66,48	365,32	0,00	388,38	15.000,00
IRRF	6.161,72	3.541,94	4.381,35	4.859,47	6.808,22	4.757,62	4.991,09	4.791,38	5.089,18	6.432,65	5.294,83	77.714,86	13.824,31
I.S.S.	6.270,10	90.534,59	9.777,43	12.215,98	7.304,82	9.134,56	16.508,25	6.892,32	8.794,22	6.126,69	14.359,24	15.544,14	203.142,34
I.T.B.I.	1.429,00	2.400,00	0,00	3.100,00	0,00	5.726,96	2.240,00	4.980,00	2.500,00	3.220,00	3.700,00	3.956,43	31.752,39
Outras Receitas Tributárias	4.333,09	3.963,97	13.867,66	4.373,86	4.699,79	3.376,26	2.280,20	3.186,62	5.230,43	1.611,86	2.916,43	3.951,33	53.731,50
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.685,08	0,00	1.789,31	1.592,35	0,00	3.089,08	1.922,11	10.077,93
RECEITA PATRIMONIAL	615,84	1.392,88	4.374,15	2.716,00	2.904,55	6.152,53	9.553,87	8.949,85	9.443,77	9.721,81	8.441,49	12.286,37	76.553,11
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	6.999,23	8.656,04	9.973,55	9.635,34	7.466,58	7.519,16	7.788,91	7.715,83	9.505,09	7.742,35	7.089,99	9.313,77	99.405,84
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	948.508,50	982.639,93	740.527,71	910.237,16	1.026.809,29	795.797,81	725.976,53	816.897,81	808.408,38	844.033,03	888.756,81	1.234.362,32	10.732.573,28
Cota-Parte do FPM:	594.831,36	635.192,90	376.793,29	541.655,35	573.089,30	429.779,99	369.126,63	448.426,05	393.082,94	371.503,84	491.732,86	790.906,07	6.016.120,98
Cota-Parte do ICMS:	261.632,41	248.969,88	252.575,47	246.469,76	250.534,64	254.173,50	236.199,58	247.799,33	265.701,41	279.938,58	302.228,15	291.112,59	3.131.335,28
Cota-Parte do IPVA:	4.948,79	5.524,20	7.732,52	9.293,18	10.318,24	8.403,90	9.002,00	7.222,63	6.176,97	5.075,44	4.317,50	2.373,05	80.390,42
Cota-Parte do ITR:	0,00	10,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26,38	616,34	541,86	90,37	25,32	1.310,51
Outras Transferências Correntes	36.835,03	43.426,55	58.996,21	66.307,10	142.131,35	55.345,05	66.617,79	65.253,39	94.272,43	142.209,68	47.091,24	95.935,93	913.012,75
Transferências da LC 61/1989	3.346,94	2.833,59	2.768,78	3.016,67	3.281,12	3.125,10	3.210,45	3.309,26	3.114,19	3.335,03	3.829,61	3.778,71	38.949,45
Transferências da LC 87/1996	1.105,55	1.105,55	0,00	1.105,55	1.105,55	1.105,55	1.105,55	1.105,55	1.105,55	1.105,55	1.105,55	2.211,10	13.266,60
Transferências do FUNDEB	46.808,42	46.577,04	42.071,44	42.389,55	46.349,09	43.861,72	40.614,53	43.445,22	44.336,55	46.323,05	48.361,53	48.049,55	538.187,69
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.004,21	3.125,05	3.183,43	2.519,56	4.025,73	1.709,04	3.596,31	1.782,55	6.906,26	6.377,17	27.379,58	5.922,28	70.531,17
DEDUÇÕES (II)	171.929,64	178.160,40	127.420,10	137.362,78	167.009,34	138.692,85	123.086,58	140.915,81	133.336,47	130.432,87	159.894,76	167.128,16	1.775.389,76
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	171.929,64	178.160,40	127.420,10	137.362,78	167.009,34	138.692,85	123.086,58	140.915,81	133.336,47	130.432,87	159.894,76	167.128,16	1.775.389,76
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	806.440,67	921.666,58	668.365,66	813.556,19	893.828,59	697.571,71	650.694,70	714.575,07	724.186,69	754.188,01	810.534,69	1.198.263,83	9.653.856,39
FONTE:													
PAIAL													

ALDAIR ANTONIO RIGO
Prefeito Municipal

ITAMAR LONGHINI
Contador CRCSC 021.753/0-1

DEMONS. DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Município de PAIAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Semestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Semestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	12.201,02	0,00	12.201,02

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

PAIAL, 27/01/2015

ALDAIR ANTONIO RIGO
Prefeito Municipal

ITAMAR LONGHINI
Contador CRC/SC 021753/0-1

DEMONS. DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

MUNICÍPIO DE PAIAL - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (I)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL IV	9.599.314,71	10.331.276,69	10.496.706,43
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	2.111.849,24	2.272.880,87	2.309.275,41
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	1.900.664,31	2.045.592,78	2.078.347,87

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (V)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

PAIAL, 27/01/2015

ALDAIR ANTONIO RIGO
Prefeito Municipal

ITAMAR LONGHINI
Contador CRC/SC 021753/0-1

DEMONS. DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

MUNICÍPIO DE PAIAL - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2014/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	10.496.706,43	—
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	1.679.473,03	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	1.511.525,73	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	734.769,45	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

FONTE:

PAIAL, 27/01/2015

ALDAIR ANTONIO RIGO
Prefeito Municipal

ITAMAR LONGHINI
Contador CRC/SC 021753/0-1

DEMONS. DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO (MDE) - 2014

MUNICÍPIO DE PAIAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1.00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	182.400,00	182.400,00	120.772,70	390.001,23	213,82
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	16.700,00	16.700,00	803,20	21.115,38	126,44
1.1.1- IPTU	15.000,00	15.000,00	388,38	17.654,28	117,70
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	200,00	200,00	62,61	211,27	105,64
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	1.000,00	1.000,00	251,32	2.420,92	242,09
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	500,00	500,00	100,89	828,91	165,78
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	20.000,00	20.000,00	7.056,43	31.752,39	158,76
1.2.1- ITBI	20.000,00	20.000,00	7.056,43	31.752,39	158,76
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	85.700,00	85.700,00	29.903,38	203.309,15	237,23
1.3.1- ISS	85.000,00	85.000,00	29.903,38	203.142,34	238,99
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	500,00	500,00	0,00	142,64	28,53
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	200,00	200,00	0,00	24,17	12,09
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	60.000,00	60.000,00	83.009,69	133.824,31	223,04
1.4.1- IRRF	60.000,00	60.000,00	83.009,69	133.824,31	223,04
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	9.993.800,00	9.993.800,00	1.893.710,88	9.281.372,84	92,87
2.1- Cota-Parte FPM	6.600.000,00	6.600.000,00	1.282.638,93	6.016.120,58	91,15
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.600.000,00	6.600.000,00	1.282.638,93	6.016.120,58	91,15
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	3.261.800,00	3.261.800,00	593.340,74	3.131.335,28	96,00
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	20.000,00	20.000,00	3.316,65	13.266,60	66,33
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	35.000,00	35.000,00	7.606,32	38.949,45	111,28
2.5- Cota-Parte ITR	2.000,00	2.000,00	115,69	1.310,51	65,53
2.6- Cota-Parte IPVA	75.000,00	75.000,00	6.690,55	80.390,42	107,19
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	10.176.200,00	10.176.200,00	2.014.483,58	9.671.374,07	95,04
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	105.000,00	105.000,00	15.180,76	103.002,88	98,10
5.1- Transferências do Salário-Educação	65.000,00	65.000,00	10.244,43	57.349,47	88,23
5.2- Transferências Diretas - PDDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	15.000,00	15.000,00	1.408,00	12.672,00	84,48
5.4- Transferências Diretas - PNATE	25.000,00	25.000,00	3.528,33	32.981,41	131,93
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	75.000,00	75.000,00	8.623,00	77.612,00	103,48
6.1- Transferências de Convênios	75.000,00	75.000,00	8.623,00	77.612,00	103,48
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	—	0,00	0,00	256.092,93	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	180.000,00	180.000,00	23.803,76	436.707,81	242,62
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	1.946.400,00	1.946.400,00	327.022,92	1.775.389,76	91,21
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.320.000,00	1.320.000,00	206.373,04	1.130.747,28	85,66
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	600.000,00	600.000,00	118.667,99	625.692,22	104,28
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	4.000,00	4.000,00	663,33	2.653,32	66,33
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	400,00	400,00	23,12	262,03	65,51
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	15.000,00	15.000,00	1.295,44	16.034,91	106,90
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	600.000,00	600.000,00	96.653,49	539.440,12	89,91
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	600.000,00	600.000,00	96.411,08	538.187,69	89,70
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	—	0,00	242,41	1.252,43	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-1.346.400,00	-1.346.400,00	-230.611,84	-1.237.202,07	91,89
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

Continua 1/3

MUNICÍPIO DE PAIAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS				%
			LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	(g)=[(e+f)/d]x100	
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)			
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	475.000,00	475.000,00	105.825,20	462.132,78	0,00	97,29	
13.1- Com Educação Infantil	100.000,00	100.000,00	17.102,73	93.948,23	0,00	93,95	
13.2- Com Ensino Fundamental	375.000,00	375.000,00	88.722,47	368.184,55	0,00	98,18	
14- OUTRAS DESPESAS	125.000,00	182.961,65	3.591,32	87.324,42	0,00	47,73	
14.1- Com Educação Infantil	65.000,00	65.000,00	1.512,18	7.492,33	0,00	11,53	
14.2- Com Ensino Fundamental	60.000,00	117.961,65	2.079,14	79.832,09	0,00	67,68	
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	600.000,00	657.961,65	109.416,52		549.457,20	83,51	
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB						VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						—	
16.1 - FUNDEB 60%						—	
16.2 - FUNDEB 40%						—	
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00	
17.1 - FUNDEB 60%						0,00	
17.2 - FUNDEB 40%						0,00	
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00	
INDICADORES DO FUNDEB							
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						549.457,20	
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério ¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %						85,67	
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %						16,19	
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						-1,86	
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE						VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 ²						0,00	
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB							
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			%	
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	(c)=(b/a)x100		
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ³	2.544.050,00	2.544.050,00	503.620,90	2.417.843,52		95,04	
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS			%	
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)		(g)=[(e+f)/d]x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	165.000,00	166.826,00	18.614,91	103.266,56	0,00	61,90	
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
24- ENSINO FUNDAMENTAL	1.292.000,00	1.540.961,65	303.311,54	1.385.854,06	5.419,60	90,29	
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	435.000,00	492.961,65	90.801,61	448.016,64	0,00	90,88	
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	857.000,00	1.048.000,00	212.509,93	937.837,42	5.419,60	90,01	
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	1.457.000,00	1.707.787,65	321.926,45		1.494.540,22	87,51	
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL						VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						-1.237.202,07	
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						—	
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 i)						1.252,43	
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						—	
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00	
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴						—	
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 h)						—	
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)						-1.235.949,64	
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))						2.730.489,86	
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %						28,23	
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE							
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS				%
			LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	(g)=[(e+f)/d]x100	
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)			
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	65.000,00	65.000,00	6.957,80	54.096,70	343,20	83,75	
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS P/ FINANCIAMENTO DO ENSINO	100.000,00	796.806,08	80.371,61	243.534,61	356.520,26	75,31	
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	165.000,00	861.806,08	87.329,41		654.494,77	75,94	
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	1.622.000,00	2.569.593,73	409.255,86		2.149.034,99	83,63	
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA			SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2014		

Continua 2/3

MUNICÍPIO DE PAIAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/3

RECEITAS A PAGAR INSCRITAS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA		ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL	
DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO		SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (h)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE		0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino		0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB		0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (i)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		2.409,65	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		538.187,69	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		540.713,83	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		540.713,83	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		1.252,43	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		1.135,94	0,00

PAIAL, 27/01/2015

ALDAIR ANTONIO RIGO
Prefeito MunicipalITAMAR LONGHINI
Contador CRC/SC 021753/0-1

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

DEMONS. DO RESULTADO NOMINAL

Município de PAIAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Out 2014 (B)	Em 31 Dez 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	524.995,66	302.329,06	257.016,78
DEDUÇÕES (II)	915.157,44	1.644.438,57	1.810.850,16
Disponibilidade de Caixa Bruta	950.745,04	1.690.585,60	1.810.850,16
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	35.587,60	46.147,03	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-390.161,78	-1.342.109,51	-1.553.833,38
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-390.161,78	-1.342.109,51	-1.553.833,38

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Dez 2014 (C - A)
VALOR	-211.723,87	-1.163.671,60

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Out 2014 (B)	Em 31 Dez 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

PAIAL, 27/01/2015

ALDAIR ANTONIO RIGO
Prefeito Municipal

ITAMAR LONGHINI
Contador CRC/SC 021753/0-1

DEMONS. DO RESULTADO PRIMÁRIO

Município de PAIAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		R\$ 1,00
		No Bimestre	Até o Bimestre/2014	
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	9.602.000,00	1.988.070,66	9.577.303,28	8.942.807,66
Receita Tributária	248.000,00	127.227,64	440.104,82	300.244,68
I.P.T.U.	15.000,00	388,38	17.654,28	15.806,24
I.S.S.	85.000,00	29.903,38	203.142,34	87.195,30
I.T.B.I.	20.000,00	7.056,43	31.752,39	19.438,70
I.R.R.F.	60.000,00	83.009,69	133.824,31	124.063,10
Outras Receitas Tributárias	68.000,00	6.869,76	53.731,50	53.741,34
Receita de Contribuição	14.000,00	5.011,19	10.077,93	8.645,34
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	14.000,00	5.011,19	10.077,93	8.645,34
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	10.000,00	20.727,86	76.553,11	12.345,02
(-) Aplicações Financeiras	10.000,00	20.727,86	76.553,11	12.345,02
Transferências Correntes	9.189.900,00	1.806.126,21	8.957.183,52	8.457.024,89
F.P.M.	5.280.000,00	1.076.265,89	4.885.373,30	4.453.954,73
I.C.M.S.	2.661.800,00	474.672,75	2.505.643,06	2.290.861,15
Convênios	75.000,00	8.623,00	102.611,00	320.673,59
Outras Transferências Correntes	1.173.100,00	246.564,57	1.463.556,16	1.391.535,42
Demais Receitas Correntes	150.100,00	49.705,62	169.937,01	176.892,75
Dívida Ativa	16.500,00	5.361,03	23.199,00	34.866,40
Diversas Receitas Correntes	133.600,00	44.344,59	146.738,01	142.026,35
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	350.463,04	1.524.028,06	477.221,80
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00	8.000,00
Transferências de Capital	0,00	350.463,04	1.524.028,06	469.221,80
Convênios	0,00	350.463,04	1.269.028,06	469.221,80
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	255.000,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	0,00	350.463,04	1.524.028,06	469.221,80
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	9.602.000,00	2.338.533,70	11.101.331,34	9.412.029,46

Município de PAIAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS				
		EM 2014		EM 2013		
		LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS Até o Bimestre	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
		No Bimestre	Até o Bimestre			
DESPESAS CORRENTES (VIII)	6.954.941,06	1.205.708,61	6.238.874,13	26.909,17	5.437.436,17	7.537,41
Pessoal e Encargos Sociais	3.108.209,65	626.493,76	2.920.787,32	0,00	2.532.317,56	0,00
Juros e Encargos da Dívida (IX)	47.000,00	5.708,23	45.950,34	0,00	81.124,15	0,00
Outras Despesas Correntes	3.799.731,41	573.506,62	3.272.136,47	26.909,17	2.823.994,46	7.537,41
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	6.907.941,06	1.200.000,38	6.192.923,79	26.909,17	5.356.312,02	7.537,41
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	3.109.485,17	400.204,67	1.707.945,78	786.431,91	922.694,90	1.526,89
Investimentos	2.836.485,17	355.671,35	1.440.745,86	786.431,91	746.786,60	1.526,89
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	273.000,00	44.533,32	267.199,92	0,00	175.908,30	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	2.836.485,17	355.671,35	1.440.745,86	786.431,91	746.786,60	1.526,89
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	25.000,00	-	-	-	-	-

Município de PAIAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS				
		EM 2014		EM 2013		
		LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS Até o Bimestre	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
		No Bimestre	Até o Bimestre			
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	25.000,00	-	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	9.769.426,23	1.555.671,73	7.633.669,65	813.341,08	6.103.098,62	9.064,30
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-167.426,23	782.861,97		2.654.320,61		3.299.866,54
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	292.604,24		0,00
Superávit Financeiro	-	-	-	292.604,24		0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00		0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL					VALOR CORRENTE	
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA					0,00	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

PAIAL, 27/01/2015

ALDAIR ANTONIO RIGO	ITAMAR LONGHINI
Prefeito Municipal	Contador CRC/SC 021753/0-1

DEMONS. DOS RESTOS A PAGAR

MUNICÍPIO DE PAIAL - SC - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS(NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados				
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício			
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	13.084,44	0,00	
Atenção Básica	0,00	0,00	0,00	1.950,00	0,00	0,00	
B. BRASIL P.M.PAIAL FUND. MUN. DE ASSIST	0,00	0,00	0,00	0,00	13.210,76	0,00	
Convêio FUNDAM BRDE Pavimentacao de Ruas	0,00	0,00	0,00	235.881,94	250.547,41	0,00	
Convênio Caixa Siconv 0028766/2011 Conv. SIAFI	0,00	0,00	0,00	0,00	44.873,96	0,00	
Convênio Caixa Siconv 020657/2011 Conv. SIAFI	0,00	0,00	0,00	30.125,72	12.666,33	0,00	
Convênio Caixa Siconv n088965/2009 SIAFI 725	0,00	0,00	0,00	50.866,39	76.828,00	0,00	
Convênio Da União FMS Paial FNSCONVENIEN	0,00	0,00	0,00	7.119,54	48.016,86	0,00	
convênio multas de trânsito	0,00	0,00	0,00	0,00	3.858,04	0,00	
Convênio SDR / Asfalto Cempa	0,00	0,00	0,00	0,00	1.653,03	0,00	
CONVENIO SEC. DES. REG. TR N°1758/2014	0,00	0,00	0,00	41.674,86	46.495,37	0,00	
Convênio Transito	0,00	0,00	0,00	0,00	5.809,97	0,00	
COSIP	0,00	0,00	0,00	0,00	584,66	0,00	
Cota Parte Salario educação	0,00	0,00	0,00	0,00	266,46	0,00	
ESF - Estratégias de Saúde da Família	0,00	0,00	0,00	1.290,76	31.309,50	0,00	
Farmacia Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	1.943,76	0,00	
FNAS - CRAS	0,00	0,00	0,00	972,75	11.504,26	0,00	
IGD	0,00	0,00	0,00	0,00	31.856,28	0,00	
IGD -SUAS	0,00	0,00	0,00	805,70	0,00	0,00	
MAC	0,00	0,00	0,00	0,00	61.645,95	0,00	
Piso Básico Variável	0,00	0,00	0,00	571,47	63.356,89	0,00	
IPNAE - Programa Nacional de Alimentação Esco	0,00	0,00	0,00	0,00	188,92	0,00	
PREF. PAIAL FMAS BENEF. PREST. CONTINU	0,00	0,00	0,00	0,00	217,43	0,00	
Recelitas de Impostos e de Transf. de Impostos -	0,00	0,00	0,00	5.260,00	0,00	0,00	
Recursos - Saude	0,00	0,00	0,00	4.129,63	41.358,77	0,00	
SALÁRIO EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	343,20	8.614,85	0,00	
Superavit Convênio Caixa 031.1535-31/2009	0,00	0,00	0,00	0,00	2.998,00	0,00	
Superavit Transf. do SUS - PMAQ	0,00	0,00	0,00	3.269,00	0,00	0,00	
Transf. do SUS - PMAQ	0,00	0,00	0,00	0,00	111.732,83	0,00	
Transferencia FNDE/MEC Excesso De Arrecad. -	0,00	0,00	0,00	356.520,26	127.415,28	0,00	
Transferencias do FUNDEB - 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	1.135,94	0,00	

MUNICÍPIO DE PAIAL - SC - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014

Continuação 2/2

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR						EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS(NÃO INSCRITOS POR INSUFICIENCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LIQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)		
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício			
Vigilância em Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	24.396,08	0,00	
TOTAL DE RECURSOS VINCULADOS(I)	0,00	0,00	0,00	740.781,22	1.037.570,03	0,00	
Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00	80.429,74	1.091.675,64	0,00	
Superavit - MDE	0,00	0,00	0,00	159,60	0,00	0,00	
Superavit Financeiro - Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00	9.729,45	0,00	0,00	
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS(II)	0,00	0,00	0,00	90.318,79	1.091.675,64	0,00	
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	831.100,01	2.129.245,67	0,00	

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
---	------	------	------	------	------	------

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

PAIAL, 27/01/2015

ALDAIR ANTONIO RIGO
Prefeito Municipal

ITAMAR LONGHINI
Contador CRC/SC 021753/O-1

DEMONS. DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO - 2014

Município de PAIAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	35.587,60	35.587,60	-	-	-	9.064,30	8.153,09	8.153,09	911,21	-
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA											
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	0,00	35.587,60	35.587,60	0,00	0,00	0,00	9.064,30	8.153,09	8.153,09	911,21	0,00
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE PAIAL	0,00	12.794,54	12.794,54	0,00	0,00	0,00	633,71	0,00	0,00	633,71	0,00
GABINETE DO PREFEITO	0,00	3.588,75	3.588,75	0,00	0,00	0,00	1.636,89	1.446,89	1.446,89	190,00	0,00
SECRETARIA DE ADM. E FINANÇAS	0,00	2.423,07	2.423,07	0,00	0,00	0,00	3.710,00	3.710,00	3.710,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	0,00	6.442,83	6.442,83	0,00	0,00	0,00	167,28	167,28	167,28	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	10.338,41	10.338,41	0,00	0,00	0,00	2.916,42	2.828,92	2.828,92	87,50	0,00
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	35.587,60	35.587,60	0,00	0,00	0,00	9.064,30	8.153,09	8.153,09	911,21	0,00

FONTE:

PAIAL , 27/01/2015

ALDAIR ANTONIO RIGO
Prefeito Municipal

ITAMAR LONGHINI
Contador CRC/SC 021753/0-1

DEMONS. SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

MUNICÍPIO DE PAIAL - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 2º Semestre de 2014

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 7

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	4.279.442,80	40,77
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	5.668.221,47	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	5.384.810,40	51,30
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-1.875.367,45	-17,87
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	12.596.047,72	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	2.309.275,41	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	1.679.473,03	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	734.769,45	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	831.100,01	2.129.245,67

FONTE:

PAIAL, 27/01/2015

ALDAIR ANTONIO RIGO
Prefeito Municipal

ITAMAR LONGHINI
Contador CRC/SC 021753/0-1

DEMONS. SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2014

Município de PAIAL - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	9.612.000,00	
Previsão Atualizada		—	9.612.000,00	
Receitas Realizadas		2.359.261,56	11.177.884,45	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	292.604,24	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	7.199.500,00	
Créditos Adicionais		—	2.889.926,23	
Dotação Atualizada		—	10.089.426,23	
Despesas Empenhadas		817.360,39	8.760.160,99	
Despesas Executadas		1.605.913,28	8.760.160,99	
Liquidadas		1.605.913,28	7.946.819,91	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		—	813.341,08	
Superavit Orçamentário		—	2.417.723,46	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		817.360,39	8.760.160,99	
Despesas Executadas		1.605.913,28	8.760.160,99	
Liquidadas		1.605.913,28	7.946.819,91	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		—	813.341,08	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			10.496.706,43	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00	
Liquidadas		0,00	0,00	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	- 1.163.671,60	0,00
Resultado Primário		0,00	2.654.320,61	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	9.064,30	911,21	8.153,09	0,00
EXECUTIVO	9.064,30	911,21	8.153,09	0,00
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	35.587,60	0,00	35.587,60	0,00
EXECUTIVO	35.587,60	0,00	35.587,60	0,00
TOTAL:	44.651,90	911,21	43.740,69	0,00
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		2.730.489,86	25%	28,23
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		462.132,78	60%	85,67
Liquidadas		462.132,78		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		

Continua 1/2

Município de PAIAL - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito			0,00	
Despesa de Capital Líquida			2.494.377,69	615.107,48
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		% Aplicado até o Bimestre
		% Mínimo a Aplicar no Exercício		
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	0,00	15,00		0,00
Liquidadas	0,00			
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00			
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

PAIAL, 27/01/2015

ALDAIR ANTONIO RIGO
Prefeito Municipal

ITAMAR LONGHINI
Contador CRC/SC 021753/0-1

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

MUNICÍPIO DE PAIAL - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2014 A DEZEMBRO/2014

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	4.279.442,80	0,00
Pessoal Ativo	4.279.442,80	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	4.279.442,80	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	4.279.442,80	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	10.496.706,43	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	40,77	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54%	5.668.221,47	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%	5.384.810,40	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 48,6%	5.101.399,32	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

PAIAL, 27/01/2015

ALDAIR ANTONIO RIGO
Prefeito Municipal

ITAMAR LONGHINI
Contador CRC/SC 021753/0-1

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

MUNICÍPIO DE PAIAL - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	524.995,66	391.395,70	257.016,78
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	524.995,66	391.395,70	257.016,78
DEDUÇÕES (II)	915.157,44	1.748.074,27	1.810.850,16
Disponibilidade de Caixa Bruta	950.745,04	1.879.461,36	1.810.850,16
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	35.587,60	131.387,09	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-390.161,78	-1.356.678,57	-1.553.833,38
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	9.599.314,71	10.331.276,69	10.496.706,43
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	5,47%	3,79%	2,45%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-4,06%	-13,13%	-14,80%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	11.519.177,65	12.397.532,03	12.596.047,72
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	10.367.259,89	11.157.778,83	11.336.442,94

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	0,00	0,00	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	17.069,45	15.981,83	2.008,24
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	9.064,30	2.816.430,79	813.341,08

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE PAIAL - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014

Continuação 2/2

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00
<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00

PAIAL, 27/01/2015

ALDAIR ANTONIO RIGO
Prefeito Municipal

ITAMAR LONGHINI
Contador CRC/SC 021753/0-1

FONTE:

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM SAÚDE - 2014

Município de PAIAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Semestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	182.600,00	182.600,00	390.363,39	213,78
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	15.000,00	15.000,00	17.654,28	117,70
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	20.000,00	20.000,00	31.752,39	158,76
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	85.000,00	85.000,00	203.142,34	238,99
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	60.000,00	60.000,00	133.824,31	223,04
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	400,00	400,00	573,43	143,36
Dívida Ativa dos Impostos	1.500,00	1.500,00	2.563,56	170,90
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	700,00	700,00	853,08	121,87
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	9.993.800,00	9.993.800,00	9.030.599,28	90,36
Cota-Parte FPM	6.600.000,00	6.600.000,00	5.765.347,02	87,35
Cota-Parte ITR	2.000,00	2.000,00	1.310,51	65,53
Cota-Parte IPVA	75.000,00	75.000,00	80.390,42	107,19
Cota-Parte ICMS	3.261.800,00	3.261.800,00	3.131.335,28	96,00
Cota-Parte IPLExportação	35.000,00	35.000,00	38.949,45	111,28
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	20.000,00	20.000,00	13.266,60	66,33
Desoneração ICMS (LC 87/96)	20.000,00	20.000,00	13.266,60	66,33
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	10.176.400,00	10.176.400,00	9.420.962,67	92,58

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Semestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de PAIAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EXECUTADAS		
			LIQUIDADAS Até Semestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	% ((f+g)/e)
TOTAL (IV)	0,00	0,00	0,00		0,00
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS		
			LIQUIDADAS Até Semestre (h)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)	% ((h+i)/IV(f+g))
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	-	0,00	
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES³	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = [IV(f+g) - V(h+i)]	0,00	0,00		0,00	0,00
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VIh / IIib x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4					0,00
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [V(h+i) - (15 x IIib)/100]					-1.413.144,40

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de PAIAL - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2014/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS	
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (i)
	0,00	0,00
TOTAL (VIII)	0,00	0,00

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO	
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)
	-	-

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS	
			LIQUIDADAS Até o Semestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
				% ((f+g)/e)
TOTAL	0,00	0,00	0,00	100,00

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE:

4 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

2 O valor apresentado na intercessão com a coluna "j" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

3 O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de PAIAL - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2014/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL

.....

nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

PAIAL , 27/01/2015

ALDAIR ANTONIO RIGO
Prefeito Municipal

ITAMAR LONGHINI
Contador CRC/SC 021753/0-1

DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS - 2014

Município de PAIAL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Semestre	Até o Semestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

PAIAL , 27/01/2015

ALDAIR ANTONIO RIGO
Prefeito Municipal

ITAMAR LONGHINI
Contador CRC/SC 021753/0-1

Palhoça

PREFEITURA

DECRETO Nº 1.765, DE 23 DE JANEIRO DE 2015.

DECRETO Nº 1.765, DE 23 DE JANEIRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE O PROCEDIMENTO PARA RECEBIMENTO DE NOTA FISCAL DE PUBLICIDADE E COMUNICAÇÃO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

No uso de suas atribuições legais, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica o titular da Superintendência de Comunicação Social autorizado a receber e assinar, exclusivamente, as notas fiscais provenientes de comunicação e publicidade, no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Palhoça, 23 de janeiro de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

LEI Nº 4.161, DE 06 DE JANEIRO DE 2015.

LEI Nº 4.161, DE 06 DE JANEIRO DE 2015.

CONCESSÃO REAL DE USO. Autoriza o Poder Executivo a ceder direito de uso de área para o Centro Espírita Fraterno Amor - CEFA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder direito real de uso ao CENTRO ESPÍRITA FRATERNO AMOR - CEFA, entidade civil religiosa, dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº 18.764.864/0001-45, situada à Rua Eugênio Cardoso, nº 133, bairro Aririú, Palhoça/SC, uma área de 822,39 m² (oitocentos e vinte e dois metros e trinta e nove centímetros), no entroncamento da Avenida Central com a Rua Existente, lado ímpar, com as seguintes medidas e confrontações: Fazenda frente onde mede em quatro lances: o primeiro lance medindo 12,79, o segundo medindo 2,85, o terceiro lance medindo 13,73 metros e o quarto lance medindo 5,51 metros todos com a Avenida Central, fundos medindo 25,00 metros com terras do DER/SC, de um lado medindo 32,29 metros com terras da Área Institucional e de outro lado medindo 26,63 metros com Rua Existente, parte integrante do terreno designado por "Área Institucional" do Loteamento Parque Residencial Pinhais, bairro Aririú, neste Município de Palhoça, registrado no Cartório de Registro de Imóveis de Palhoça, com a matrícula sob nº 48.534, obrigando-se a utilizá-la com o máximo de cuidado, como se verdadeiro dono fosse, coibindo invasões e apossamento.

Art. 2º O prazo de que trata a presente Lei será de 20 (vinte) anos.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 06 de janeiro de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

LEI Nº 4.163, DE 27 DE JANEIRO DE 2015.

LEI Nº 4.163, DE 27 DE JANEIRO DE 2015.

CONVÊNIO. Conselho Comunitário Aririú.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o Conselho Comunitário Aririú, inscrito no CNPJ/MF nº 78.883.618/0001-34, com sede à Rua São Francisco, n. 468, bairro Aririú, CEP 88.135-160, Palhoça/SC, no valor global de R\$ 470.800,00 (quatrocentos e setenta mil e oitocentos reais) referente a repasse financeiro da contrapartida do Município para atendimento na Educação Infantil, correndo a despesa à conta de dotações orçamentárias referente ao recurso do FUNDEB.

Art. 2º A despesa decorrente do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 13 - SECRET. DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO

Projeto Atividade - 1.047 - Subvenções Sociais a Entidades.

3.3.50.00.00.00.00.00.00.01190207 - Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 27 de janeiro de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

LEI Nº 4.164, DE 27 DE JANEIRO DE 2015.

LEI Nº 4.164, DE 27 DE JANEIRO DE 2015.

CONVÊNIO. Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, inscrito no CNPJ/MF nº 75.398.966/0001-28, com sede na Rua Manoel Cantalício Vidal, s/n, bairro Centro, neste Município, no valor de R\$ 773.129,88 (setecentos e setenta e três mil, cento e vinte e nove reais e oitenta e oito centavos) referente a repasse financeiro da contrapartida do Município para o atendimento adequado de pessoas com deficiência da Rede Municipal de Ensino e da Escola Especial Caminho da Esperança, correndo a despesa à conta de dotações orçamentárias referente ao recurso Próprio.

Art. 2º A despesa decorrente do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 13 - SECRET. DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO

Projeto Atividade - 1.047 - Subvenções Sociais a Entidades

3.3.50.00.00.00.00.00.00.01010143 - Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 27 de janeiro de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

LEI Nº 4.165, DE 27 DE JANEIRO DE 2015.

LEI Nº 4.165, DE 27 DE JANEIRO DE 2015.

CONVÊNIO. Conselho Comunitário Ponte do Imaruim.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o Conselho Comunitário Ponte do Imaruim, inscrito no CNPJ/MF nº 83.720.631/0001-02, com sede Rua Trinta e Um de Março, s/n, bairro Ponte Imaruim, CEP 88.130-350, Palhoça/SC, no valor de global de R\$ 328.679,80 (trezentos e vinte e oito mil, seiscentos e setenta e nove reais e oitenta centavos) referente a repasse financeiro da contrapartida do Município para atendimento na Educação Infantil, correndo a despesa à conta de dotações orçamentárias referente ao recurso do FUNDEB.

Art. 2º A despesa decorrente do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 13 - SECRET. DE EDUCAÇÃO
Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO
Projeto Atividade - 1.047 - Subvenções Sociais a Entidades.
3.3.50.00.00.00.00.00.00.01190207 - Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 27 de janeiro de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

LEI Nº 4.166, DE 27 DE JANEIRO DE 2015.

LEI Nº 4.166, DE 27 DE JANEIRO DE 2015.

CONVÊNIO. Conselho Comunitário São Sebastião.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o Conselho Comunitário São Sebastião, inscrito no CNPJ/MF nº 76.554.989/0001-47, com sede Rua David José dos Santos, nº 90, bairro São Sebastião, CEP 88.136-260, Palhoça/SC, no valor global de R\$ 257.511,20 (duzentos e cinquenta e sete mil, quinhentos e onze reais e vinte centavos) referente a repasse financeiro da contrapartida do Município para atendimento na Educação Infantil, correndo a despesa à conta de dotações orçamentárias referente ao recurso do FUNDEB.

Art. 2º A despesa decorrente do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 13 - SECRET. DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO
Projeto Atividade - 1.047 - Subvenções Sociais a Entidades.
3.3.50.00.00.00.00.00.00.01190207 - Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 27 de janeiro de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

LEI Nº 4.167, DE 27 DE JANEIRO DE 2015.

LEI Nº 4.167, DE 27 DE JANEIRO DE 2015.

CONVÊNIO. Associação Pró-Brejarú.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Associação Pró-Brejarú, inscrita no CNPJ/MF nº 07.104.903/0001-61, com sede Rua Pascoal Mazili, nº 10, bairro Brejarú, CEP 88.133-600, Palhoça/SC, no valor global de R\$ 231.071,86 (duzentos e trinta e um mil, setenta e um reais e oitenta e seis centavos) referente a repasse financeiro da contrapartida do Município para atendimento na Educação Básica, correndo a despesa à conta de dotações orçamentárias referente ao recurso Próprio.

Art. 2º A despesa decorrente do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 13 - SECRET. DE EDUCAÇÃO
Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO
Projeto Atividade - 1.047 - Subvenções Sociais a Entidades
3.3.50.00.00.00.00.00.00.01010143 - Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 27 de janeiro de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

LEI Nº 4.168, DE 27 DE JANEIRO DE 2015.

LEI Nº 4.168, DE 27 DE JANEIRO DE 2015.

CONVÊNIO. Fundação Fé e Alegria do Brasil.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Fundação Fé e Alegria do Brasil, inscrita no CNPJ/MF nº 46.250.411/0008-02, com sede Rua Américo Vespúcio, s/n, bairro Barra do Aririú, CEP 88.134-420, Palhoça/SC, no valor global de R\$ 395.935,58 (trezentos e noventa e cinco mil, novecentos e trinta e cinco reais e cinquenta e oito centavos) referente a repasse financeiro da contrapartida do Município para atendimento na Educação Infantil, correndo a despesa à conta de

dotações orçamentárias referente ao recurso Próprio.

Art. 2º A despesa decorrente do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 13 - SECRET. DE EDUCAÇÃO
Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO
Projeto Atividade - 1.047 - Subvenções Sociais a Entidades
3.3.50.00.00.00.00.00.00.01010143 - Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 27 de janeiro de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

LEI Nº 4.169, DE 27 DE JANEIRO DE 2015.

LEI Nº 4.169, DE 27 DE JANEIRO DE 2015.

CONVÊNIO. Conselho Comunitário Aririú da Formiga.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o Conselho Comunitário Aririú da Formiga, inscrito no CNPJ/MF nº 78.531.985/0001-79, com sede Rua Antonio da Silva, s/nº, bairro Aririú da Formiga, CEP 88.134-770, Palhoça/SC, no valor global de R\$ 171.311,90 (cento e setenta e um mil, trezentos e onze reais e noventa centavos) referente a repasse financeiro da contrapartida do Município para atendimento na Educação Infantil, correndo a despesa à conta de dotações orçamentárias referente ao recurso do FUNDEB.

Art. 2º A despesa decorrente do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 13 - SECRET. DE EDUCAÇÃO
Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO
Projeto Atividade - 1.047 - Subvenções Sociais a Entidades.
3.3.50.00.00.00.00.00.00.01190207 - Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 27 de janeiro de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

LEI Nº 4.170, DE 27 DE JANEIRO DE 2015.

LEI Nº 4.170, DE 27 DE JANEIRO DE 2015.

CONVÊNIO. Associação Esportiva, Recreativa, Cultural, Beneficente Social e Educacional "Doce Mar".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Associação Esportiva, Recreativa, Cultural, Beneficente Social e Educacional "Doce Mar", inscrita no CNPJ/MF nº 08.960.082/0001-28 com sede na Rua Ieda Moreira nº 137, bairro Praia de Fora, CEP 88.138-506, Palhoça/SC, no valor global de R\$ 280.653,08 (duzentos e oitenta mil, seiscentos e cinquenta e três reais e oito centavos) referente a repasse financeiro da contrapartida do Município para atendimento na Educação Infantil, correndo a despesa à conta de dotações orçamentárias referente ao recurso do FUNDEB.

Art. 2º A despesa decorrente do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 13 - SECRET. DE EDUCAÇÃO
Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO
Projeto Atividade - 1.047 - Subvenções Sociais a Entidades.
3.3.50.00.00.00.00.00.00.01190207 - Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 27 de janeiro de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

LEI Nº 4.171, DE 27 DE JANEIRO DE 2015.

LEI Nº 4.171, DE 27 DE JANEIRO DE 2015.

CONVÊNIO. Conselho Comunitário Jardim Eldorado.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o Conselho Comunitário Jardim Eldorado, inscrito no CNPJ/MF nº 76.277.003/0001-39, com sede Rua Victor Meirelles, nº 527, bairro Jardim Eldorado, CEP 88.133-370, Palhoça/SC, no valor global de R\$ 237.047,85 (duzentos e trinta e sete mil e quarenta e sete reais e oitenta e cinco centavos) referente a repasse financeiro da contrapartida do Município para atendimento na Educação Infantil, correndo a despesa à conta de dotações orçamentárias referente ao recurso Próprio.

Art. 2º A despesa decorrente do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 13 - SECRET. DE EDUCAÇÃO
Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO
Projeto Atividade - 1.047 - Subvenções Sociais a Entidades
3.3.50.00.00.00.00.00.00.01010143 - Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 27 de janeiro de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

LEI Nº 4.172, DE 27 DE JANEIRO DE 2015.

LEI Nº 4.172, DE 27 DE JANEIRO DE 2015.

CONVÊNIO. Conselho Comunitário do Alto Ariú.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o Conselho Comunitário do Alto Ariú, inscrito no CNPJ/MF nº 76.276.591/0001-96, com sede Rua Cesar Rene Wagner, s/n, bairro Alto Ariú, no valor global de R\$ 599.265,00 (quinhentos e noventa e nove mil, duzentos e sessenta e cinco reais) referente a repasse financeiro da contrapartida do Município para atendimento na Educação Infantil, correndo a despesa à conta de dotações orçamentárias referente ao recurso FUNDEB.

Art. 2º A despesa decorrente do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 13 - SECRET. DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO

Projeto Atividade - 1.047 - Subvenções Sociais a Entidades.

3.3.50.00.00.00.00.00.00.01190207 - Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 27 de janeiro de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

LEI Nº 4.173, DE 27 DE JANEIRO DE 2015.

LEI Nº 4.173, DE 27 DE JANEIRO DE 2015.

CONVÊNIO. Associação João Paulo II.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Associação João Paulo II, inscrita no CNPJ/MF nº 76.276.500/0001-12, com sede Rua João Gonçalves, nº 128, bairro Ponte do Imaruim, CEP 88.130-330, Palhoça/SC, no valor global de R\$ 316.727,80 (trezentos e dezesseis mil, setecentos e vinte e sete reais e oitenta centavos) referente a repasse financeiro da contrapartida do Município para atendimento na Educação Infantil, correndo a despesa à conta de dotações orçamentárias referente ao recurso do FUNDEB.

Art. 2º A despesa decorrente do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 13 - SECRET. DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO

Projeto Atividade - 1.047 - Subvenções Sociais a Entidades.

3.3.50.00.00.00.00.00.00.01190207 - Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 27 de janeiro de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

LEI Nº 4.174, DE 27 DE JANEIRO DE 2015.

LEI Nº 4.174, DE 27 DE JANEIRO DE 2015.

CONVÊNIO. Conselho Comunitário Padre Réus.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o Conselho Comunitário Padre Réus, inscrito no CNPJ/MF nº 76.875.764/0001-92, com sede Rua Germano Spriggo, s/n, bairro Caminho Novo, CEP 88.130-000, Palhoça/SC, no valor global de R\$ 440.000,00 (quatrocentos e quarenta mil reais) referente a repasse financeiro da contrapartida do Município para atendimento na Educação Infantil, correndo a despesa à conta de dotações orçamentárias referente ao recurso do FUNDEB.

Art. 2º A despesa decorrente do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 13 - SECRET. DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO

Projeto Atividade - 1.047 - Subvenções Sociais a Entidades.

3.3.50.00.00.00.00.00.00.01190207 - Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 27 de janeiro de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

LEI Nº 4.175, DE 27 DE JANEIRO DE 2015.

LEI Nº 4.175, DE 27 DE JANEIRO DE 2015.

CONVÊNIO. Associação Evangélica Beneficente de Assistência Social - AEBAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Associação Evangélica Beneficente de Assistência Social - AEBAS, inscrita no CNPJ/MF nº 83.932.608/0004-24, com sede na Rua Ricardo Schlemper s/n, bairro Brejaru, CEP 88.133-652, Palhoça/SC, no valor global de R\$ 163.343,90 (cento e sessenta e três mil, trezentos e quarenta e três reais e noventa centavos) referente a repasse financeiro da contrapartida do Município para atendimento na Educação Básica, correndo a despesa à conta de dotações orçamentárias referente ao recurso Próprio.

Art. 2º A despesa decorrente do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 13 - SECRET. DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO
Projeto Atividade - 1.047 - Subvenções Sociais a Entidades
3.3.50.00.00.00.00.00.00.01010143 - Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 27 de janeiro de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

LEI Nº 4.176, DE 27 DE JANEIRO DE 2015.

LEI Nº 4.176, DE 27 DE JANEIRO DE 2015.

CONVÊNIO. Conselho Comunitário Santa Clara.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o Conselho Comunitário Santa Clara, inscrito no CNPJ/MF nº 80.152.317/0001-82, com sede Rua Salézio Beltrame, s/n, bairro Caminho Novo, CEP 88.132-598, Palhoça/SC, no valor global de R\$ 275.000,00 (duzentos e setenta e cinco mil reais) referente a repasse financeiro da contrapartida do Município para atendimento na Educação Infantil, correndo a despesa à conta de dotações orçamentárias referente ao recurso do FUNDEB.

Art. 2º A despesa decorrente do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 13 - SECRET. DE EDUCAÇÃO
Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO
Projeto Atividade - 1.047 - Subvenções Sociais a Entidades.
3.3.50.00.00.00.00.00.00.01190207 - Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 27 de janeiro de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

LEI Nº 4.177, DE 27 DE JANEIRO DE 2015.

LEI Nº 4.177, DE 27 DE JANEIRO DE 2015.

CONVÊNIO. Conselho Comunitário do Pachecos.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o Conselho Comunitário do Pachecos, inscrito no CNPJ/MF nº 19.324.812/0001-10 com sede Rua Natalino Campos Schaimann, s/n, bairro Pachecos, CEP 88.131-000, Palhoça/SC, no valor global de R\$ 341.000,00 (trezentos e quarenta e um mil reais) referente a repasse financeiro da contrapartida do Município para atendimento na Educação Infantil, correndo a despesa à conta de dotações orçamentárias referente ao recurso do FUNDEB.

Art. 2º A despesa decorrente do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 13 - SECRET. DE EDUCAÇÃO
Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO
Projeto Atividade - 1.047 - Subvenções Sociais a Entidades.
3.3.50.00.00.00.00.00.00.01190207 - Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 27 de janeiro de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

LEI Nº 4.178, DE 27 DE JANEIRO DE 2015.

LEI Nº 4.178, DE 27 DE JANEIRO DE 2015.

CONVÊNIO. Conselho Comunitário do Furadinho.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o Conselho Comunitário do Furadinho, inscrito no CNPJ/MF nº 79.655.379/0001-28, com sede Rua Domingos de Souza Filho, nº 774, bairro Furadinho, CEP 88.138-100, Palhoça/SC, no valor global de R\$ 247.500,00 (duzentos e quarenta e sete mil e quinhentos reais) referente a repasse financeiro da contrapartida do Município para atendimento na Educação Infantil, correndo a despesa à conta de dotações orçamentárias referente ao recurso do FUNDEB e Próprio.

Art. 2º A despesa decorrente do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Recurso do FUNDEB: R\$ 246.200,00
Órgão: 13 - SECRET. DE EDUCAÇÃO
Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO
Projeto Atividade - 1.047 - Subvenções Sociais a Entidades.
3.3.50.00.00.00.00.00.00.01190207 - Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos.
Recurso Próprio: 1.300,00
Órgão: 13 - SECRET. DE EDUCAÇÃO
Unidade: 01 SECRET. DE EDUCAÇÃO
Projeto Atividade - 1.047 - Subvenções Sociais a Entidades
3.3.50.00.00.00.00.00.00.01010143 - Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 27 de janeiro de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 3871/2014.

PORTARIA Nº. 3871/2014.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 3594 de 14 de novembro de 2013, que Contratou por Tempo Determinado à servidora JANAINA GERUSA DOS SANTOS, titular do cargo de Monitor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta desta Prefeitura, a partir de 26/11/2014 a 11/12/2014.

Palhoça, SC, em 04 de dezembro de 2014.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ADRIANO DA SILVA MATTOS

Secretário de Assistência Social

SINÉIA DOS SANTOS ROSA

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3872/2014.

PORTARIA Nº. 3872/2014.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO KIM MARIANO DE SOUZA, de acordo com a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 012/2014, para ocupar o cargo de Médico Clínico Geral, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade Básica de Saúde Central, da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 05/12/2014 a 05/12/2015.

Palhoça, SC, em 04 de dezembro de 2014.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3873/2014.

PORTARIA Nº. 3873/2014.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER REGÊNCIA DE CLASSE para PERCI DE FREITAS, matrícula nº. 128293-2, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração

Indireta, a contar de 10/11/2014.

Palhoça, SC, em 04 de dezembro de 2014.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3874/2014.

PORTARIA Nº. 3874/2014.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

ALTERAR CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA de conformidade com o Artigo 189, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, dos servidores, abaixo relacionados, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura.

Nome	De	Para	A contar de
Ana Lucia Dornelles Schoeller	40	20	19/12/2014
Aurea Alessandra Gerlach	40	20	19/12/2014
Maria Benta da Silva	40	20	19/12/2014
Renato Valdecir Kuss	40	20	19/12/2014
Rosemeri Ana dos Santos da Silva	40	20	19/12/2014
Rosimar Maria Correa	40	20	19/12/2014
Valmira Rosa Martins	40	20	19/12/2014

Palhoça, SC, em 04 de dezembro de 2014.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3875/2014.

PORTARIA Nº. 3875/2014.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria 3342 de 10 de outubro de 2014, que Concedeu Licença para Capacitação Profissional do servidor JAIR JOAQUIM PEREIRA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao período que deveria ser pelo período de 03 (três) anos, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 04 de dezembro de 2014.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3876/2014.

PORTARIA Nº. 3876/2014.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR o Ato nº 005 de 15 de janeiro de 2014, que Nomeou à servidora ANAPAULA VIDAL, no cargo de Gerente Geral, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 20/12/2014 a 18/03/2015, face a servidora ser gestante.

Palhoça, SC, em 04 de dezembro de 2014.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3877/2014.

PORTARIA Nº. 3877/2014.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR o Ato nº 322 de 20 de janeiro de 2014, que Nomeou à servidora GRAZIELI HASSE TENFEN DE SOUZA, no cargo Assessor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 20/12/2014 a 05/06/2015, face a servidora ser gestante.

Palhoça, SC, em 04 de dezembro de 2014.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3878/2014.

PORTARIA Nº. 3878/2014.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para IVANA SCHEIDT, matrícula nº. 300030-1, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração, da Administração

Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 21/08/2009 a 21/08/2014, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 05/01/2015 à 05/02/2015.

Palhoça, SC, em 04 de dezembro de 2014.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3879/2014.

PORTARIA Nº. 3879/2014.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) LUCIANA LENIR MARTINS, matrícula nº. 801602-2, ocupante da categoria funcional de Agente de Serviços Operacionais, lotado (a) na Secretaria de Educação, de acordo com artigo 180, 181 e 182, da Lei nº. 096/2010, com efeitos a contar de 28/11/2014.

Averbar tempo que contribuiu pelo INSS, totalizando 02 (dois) anos, 01 (um) mês e 12 (doze) dias.

Palhoça, SC, em 10 de dezembro de 2014.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3880/2014.

PORTARIA Nº. 3880/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) JULIA DIVANIR FERREIRA LEÃO, matrícula nº. 124622-1, ocupante da categoria funcional de Professor, lotado (a) na Secretaria de Educação, de acordo com artigo 197, 198 e 199, da Lei nº. 097/2010, com efeitos a contar de 01/12/2014.

Averbar tempo que Trabalhou pelo INSS, totalizando 05 (cinco) anos, 02 (dois) meses e 08 (oito) dias.

Averbar tempo que Trabalhou pelo IPREV, totalizando 05 (cinco) anos, 06 (seis) meses e 09 (nove) dias.

Palhoça, SC, em 14 de novembro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3881/2014.

PORTARIA Nº. 3881/2014.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ELISABETE DA SILVA, matrícula nº. 600002-1, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Planejamento e Infraestrutura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/03/2003 a 01/03/2008, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 05/01/2015 à 05/02/2015.

Palhoça, SC, em 10 de dezembro de 2014.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3882/2014.

PORTARIA Nº. 3882/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO JOZILEIA DE SOUZA, titular do cargo de Técnica em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 12/12/2014.

Palhoça, SC, em 10 de dezembro de 2014.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretária de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3883/2014.

PORTARIA Nº. 3883/2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, JAQUELINE OLIVEIRA MOREIRA, titular do

cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 12/12/2014.

Palhoça, SC, em 10 de dezembro de 2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3884/2014.

PORTARIA Nº. 3884/2014.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para ELLEN CRISTIANE LANGE DE LARA, titular do cargo de Médico, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de outubro de 2014.

Palhoça, SC, em 10 de dezembro de 2014.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3885/2014.

PORTARIA Nº. 3885/2014.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para ADRIANA MORSOLETO, titular do cargo de Médico Veterinário, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Agricultura e Pesca, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de novembro de 2014.

Palhoça, SC, em 10 de dezembro de 2014.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3886/2014.

PORTARIA Nº. 3886/2014.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para DARLENE DAMAZIO DE MELLO, titular do cargo de Orientador Educacional, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de novembro de 2014.

Palhoça, SC, em 10 de dezembro de 2014.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 3887/2014.

PORTARIA Nº. 3887/2014.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para JULIANA BUNN, titular do cargo de Orientador Educacional, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de novembro de 2014.

Palhoça, SC, em 10 de dezembro de 2014.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA

Diretora Geral

Papanduva**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº 010/2015 DE 27 DE JANEIRO DE 2015**

Portaria Nº 010/2015 de 27 de janeiro de 2015

"ESTABELECE PONTO FACULTATIVO NOS DIAS 16 E 17 DE FEVEREIRO DE 2015 E NO DIA 18 DE FEVEREIRO DE 2015 DAS 08h00min ÀS 12h00min"

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas no art. 27 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Papanduva, RESOLVE:

Art. 1º - Fica estabelecido ponto facultativo nos dias 16 e 17 de fevereiro de 2015 e no dia 18 de fevereiro de 2015 das 08h00min às 12h00min, no âmbito da Câmara Municipal de Papanduva

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Papanduva em, 27 de janeiro de 2015.

GIRSELIANO MOREIRA DA SILVA

Presidente da Mesa

Esta Portaria foi registrada na Secretaria da Câmara Municipal de Papanduva e publicada no DOM/SC - Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

VALDECIR VANESKI

Vice-Presidente

ALOIS MIKALOVICZ

1º Secretário

DJANA PAULA MATIOSKI

2ª Secretária

Passo de Torres

PREFEITURA

DEC 009/2015

DECRETO Nº. 009, DE 12 DE JANEIRO DE 2015.

"NOMEIA MARCELO EUCLIDES TRISTÃO, PARA EXERCER O CARGO DE PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei nº 598/2007;

DECRETA:

Art. 1º. - Fica nomeado, Marcelo Euclides Tristão para exercer o cargo de Procurador Geral do Município, com remuneração específica em Lei.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 12 de janeiro de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 12 de janeiro de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças.

DEC010/2015

DECRETO Nº 010, DE 22 DE JANEIRO DE 2015.

"APROVA O LOTEAMENTO BOSQUE DAS FIGUEIRAS PARA FINS RESIDENCIAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Art. 53, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal, Decreto lei Nº 3.365, de 21/06/1945 e as Leis Nº4. 132/62 e Nº4. 504/64; em conformidade com a Lei Federal de nº. 6766/79, Lei Estadual nº. 6063/82 e Lei Complementar 12/2011, que trata do parcelamento do solo no município.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovada a implantação do loteamento denominado "Bosque das Figueiras", localizado no município de Passo de Torres-SC, com área superficial de 108 141,59 m² registrado na matrícula nº 9.960 do CRI de Santa Rosa do Sul-SC, para fins residenciais, na zona urbana da cidade de Passo de Torres, mediante prévia apreciação dos projetos pelos órgãos públicos correspondentes.

Art. 2º - O plano de loteamento possui:

- 171 lotes de uso privativo perfazendo 63 993,45 m²;
- Ruas e avenidas perfazendo 27 920,11 m²;
- Área verde perfazendo 7 574,55 m²;
- Área institucional perfazendo 8 653,48 m²;

Art. 3º- Todas as obras, coletivas ou individuais, que vierem a ser edificadas no loteamento ou nos lotes, deverão ser previamente

submetidas à aprovação pelo Município, aplicando-se a elas as mesmas normas aplicáveis às construções daquela zona, bairro ou vila, segundo as normas municipais.

Art. 4º - O Município, por seus agentes, fiscalizará a execução das obras de infra-estrutura, fornecendo ao final o termo de conclusão da obra.

Art. 5º - O Município por seus agentes fiscalizará a execução das obras individuais nos lotes criados, fornecendo ao final alvará de habite-se.

Art. 6º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, 22 de Janeiro de 2014.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 22 de Janeiro de 2015.

Alexandre Ângelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CÂMARA MUNICIPAL**2014 - DEMONSTRATIVO DE DESPESA COM PESSOAL**

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2014 A DEZEMBRO/2014

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR
	(a)	NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	629.527,50	0,00
Pessoal Ativo	629.527,50	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	629.527,50	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	629.527,50	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	17.191.910,27
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	3,66
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 6%	1.031.514,62
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 5,7%	979.938,89
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 5,4%	928.363,15

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

PASSO DE TORRES, 26/01/2015

SERGIO DELFINO JOAQUIM
Presidente da Câmara

ZENAIDE DE ANDRADE FERREIRA
Técnico Contábil CRC/SC019157

2014 - DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES - SC - PODER LEGISLATIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR					EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS(CANCELADOS(NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS(II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

PASSO DE TORRES, 26/01/2015

SERGIO DELFINO JOAQUIM
Presidente da Câmara

ZENAIDE DE ANDRADE FERREIRA
Técnico Contábil CRC/SC019157

2014 - DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 2º Semestre de 2014

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 7

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	629.527,50	3,66
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	1.031.514,62	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	979.938,89	5,70
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	3.782.220,26	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	2.750.705,64	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.203.433,72	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	0,00	0,00

FONTE:

PASSO DE TORRES, 26/01/2015

SERGIO DELFINO JOAQUIM
Presidente da Câmara

ZENAIDE DE ANDRADE FERREIRA
Técnico Contábil CRC/SC019157

2014 - DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

PASSO DE TORRES, 26/01/2015

SERGIO DELFINO JOAQUIM
Presidente da Camara

ZENAIDE DE ANDRADE FERREIRA
Técnico Contábil CRC/SC019157

Paulo Lopes

PREFEITURA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2015

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2015

O Município de Paulo Lopes, através da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, com sede à Rua José Pereira da Silva, Centro, Paulo Lopes/SC, torna público que, de acordo com o inciso II do artigo 24 da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, contratou por DISPENSA DE LICITAÇÃO:

Processo nº. 009/2015; DL nº. 04/2015; Contratada: CLEUSA DO NASCIMENTO GOULART - ME; CNPJ: 15.186.477/0001-80; Objeto: Aquisição de placas indicativas e quadros confeccionados em aço inox com impressão digital, para uso no prédio na sede da Prefeitura. Valor: R\$7.520,00 (sete mil quinhentos e vinte reais).

Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 01/2015

DECRETO Nº01/2015

Fixa valores de cobrança por serviços prestados.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAULO LOPES, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso IV, do art. 66, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, visando à regulamentação da Lei Municipal n. 714, de 30 de outubro de 1995, em consonância com a Lei Complementar n. 101, de 04 de maio de 2000 (LRF):

CONSIDERANDO a necessidade de amparar o homem do campo desprovido do recurso de mecanização e/ou transporte e outros serviços;

CONSIDERANDO a necessidade de apoiar medidas de incremento à produção de produtividade;

DECRETA:

Art. 1º. Fica estabelecido, conforme tabela abaixo, os preços a serem utilizados para a cobrança dos valores por serviços prestados por equipamentos e veículos a terceiros.

MÁQUINA	TIPO DE SERVIÇO	CONDIÇÕES	PREÇO – R\$
Trator Agrícola	Tração de qualquer implemento (arado, grade, carreta, ensiladeira, plantadeira, colheitadeira, etc.)	Pode ser feito sempre conforme programação.	R\$ 29,46 / hora
Patrula	Serviços próprios para patrula	Depende do serviço do município. Assim, é necessário aguardar sempre a oportunidade / programação.	R\$ 117,84 / hora
Retroescavadeira	Serviços próprios de retroescavadeira	Depende do serviço do município. Assim, é necessário aguardar sempre a oportunidade / programação.	R\$ 82,49 / hora

Caminhão	Transportes diversos	Depende do serviço do município. Assim, é necessário aguardar sempre a oportunidade / programação.	R\$ 70,70 / hora
Caminhão	Carga de aterro	Depende do serviço do município. Assim, é necessário aguardar sempre a oportunidade / programação.	R\$ 70,70 / hora

Art. 2º. Os valores pelo serviço prestado deverão ser pagos antecipadamente;

Art. 3º. Os veículos ou equipamentos serão abastecidos por conta do município, e o usuário remunerará os serviços prestados;

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 28 de janeiro de 2015.

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração

Penha

PREFEITURA

06/2015 2º TERMO ADITIVA AUTO POSTO GIROTTO

2º TERMO ADITIVO Nº 06/2015 FMS

AO CONTRATO Nº78/2014 FMS

Licitação: Processo Licitatório nº. 20/2014 -FMS, modalidade Pregão Presencial nº. 14/2014 -FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA COMUM E ÓLEO DIESEL S10) PARA SER UTILIZADO PELA FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PENHA/SC.

Pelo presente instrumento de 2º termo aditivo nº 06/2015 ao Contrato Administrativo nº 78/2014 para fornecimento de combustível, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredos dos Navegantes, brasileiro, divorciado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa AUTO POSTO GIROTTO LTDA, com sede na cidade de Penha/SC, Avenida Eugenio Krause, nº 631, Centro, telefone 47-3345.6706, inscrita no CNPJ sob o nº 04.523792/0001-30, neste ato representada Sérgio José Giroto, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

Clausula primeira

Fica realizado o aditivo de reequilíbrio econômico no valor de 4.365% sobre o valor unitário do item 02 do contrato administrativo nº 78/2014 FMS passando o valor do litro do óleo diesel para R\$:2,69 (dois reais e sessenta e nove centavos).

Clausula segunda

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha/SC, 26 de janeiro de 2015.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS: _____

Nome: Josiane Bento

CPF: 053.867.439-37

DE ACORDO: _____

RAFAEL CELESTINO

Secretário da Administração

1º TERMO ADITIVO CUGNIER VET SERVIÇOS DE APOIO A PECUARIA

1º Termo aditivo nº 06/2015 PMP

Ao contrato nº 142/2014 PMP

Licitação: Processo Licitatório nº. 06/2015 -PMP, modalidade Pregão Presencial nº.41/2014 -PMP

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ACOMPANHAMENTO, RELATÓRIOS E LAUDOS DE INSPEÇÃO PARA OBTENÇÃO DO SELO SIM (SELO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL) NO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

.Pelo presente instrumento de 1º Termo Aditivo nº 06/2015 PMP ao Contrato Administrativo para prestação de serviços, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, por meio da SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº83.102.327/0001-00, neste ato representada por

seu Prefeito Municipal, Evandro Eredos dos Navegantes, brasileiro, divorciado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa CUGNIER VET SERVIÇOS DE APOIO A PECUÁRIA LTDA, com sede na cidade de Itajaí/SC, na Avenida Sete de Setembro, nº 869, no bairro Fazenda, Cep 88301-203, telefone 47-33483300, inscrita no CNPJ sob o nº 20.060.791/0001-52, neste ato representada Osvaldo de Carvalho Filho, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLAUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na clausula quarta do contrato administrativo nº 141/2014 PMP fica prorrogada até o dia 28/03/2015, a contar do dia 28/01/2015.

CLAUSULA SEGUNDA

O valor previsto na clausula primeira do contrato administrativo nº 142/2014 PMP fica aditivado o valor em 25%, o que corresponde o valor de R\$:19.835.50,00 (dezenove mil oitocentos e trinta e cinco reais com cinquenta centavos)

CLAUSULA TERCEIRA

As despesas são decorrentes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 11 - Secretaria de AGRICULTURA E PESCA

Unidade: 11.01 - Departamento da Agricultura

Funcional: 04.122.0012 -Administração Geral

Projeto/Atividade: 2.036 - Funcionamento e Manutenção do Departamento de Pesca

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas

Código reduzido: 104Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas

Código Reduzido: 000103

CLAUSULA QUARTA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 27 de janeiro de 2015.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS: _____

Nome: Josiane Bento

CPF: 053.867.439 - 37

Nome: _____

CPF _____

DE ACORDO: _____

RAFAEL CELESTINO

Secretário de Administração

1º-REEQUILIBRIO ECONOMICO DE PREÇO DA ATA 48/2014 DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº70/2014 PMP

1º REEQUILIBRIO ECONÔMICO A

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 48/2014 - PMP

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 70/2014 - PMP

PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2014 - PMP

Aos 26 (vinte e seis) dias, do mês de janeiro de 2015, na sede da Prefeitura Municipal de Penha, com sede a Av. Nereu Ramos, nº 190, Bairro Centro, em Penha/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.327/0001-00, neste

ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Evandro Eredes dos Navegantes, Brasileiro, divorciado, que este subscrive, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, nos termos das Leis nº 8.666/93, 10.520/2002, Decreto Municipal nº 056/1999 e Decreto Federal nº 7892/2013, das demais normas legais aplicáveis, conforme classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial de Registro de Preços nº 38/2014 - PMP, Ata de julgamento de Preços, publicada no Mural Oficial da Prefeitura e homologada pelo Prefeito Municipal, RESOLVE registrar os preços, conforme especificações e quantidades constantes do Anexo I, que passa a fazer parte desta, tendo sido o(s) referido(s) preço(s) oferecido(s) pela(s) empresa(s) cuja proposta(s) foi(ram) classificada(s) em 1º(s) lugar(es) no certame acima numerado, como segue:

AUTO POSTO GIROTTTO LTDA

1 - DO OBJETO

Constitui objeto deste REGISTRO DE PREÇO REFERENTE A AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL, ÓLEO E FILTROS PARA SEREM UTILIZADOS PELOS VEÍCULOS DAS SECRETARIAS DE: AGRICULTURA E PESCA, GOVERNO, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO, PLANEJAMENTO, PROCURADORIA JURÍDICA E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC, conforme Pregão Presencial nº 38/2014 - PMP, a que corresponde este pacto, assim especificados:

Clausula primeira

Fica realizado o reequilíbrio econômico de 4,365% do item 2 presente no lote 2 da ata de registro de preço nº 48/2014 PMP, passando o valor unitário do litro do óleo diesel para R\$: 2,69 (Dois reais e sessenta e nove centavos).

Clausula segunda

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITO MUNICIPAL

RAFAEL CELESTINO
Secretário de Administração

Empresas e seus representantes legais:

AUTO POSTO GIROTTTO LTDA

Testemunhas:

Josiane Bento
053.867.439-37

DECRETO Nº 2166/2015

DECRETO Nº 2166 / 2015

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE REDUÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, NO VALOR DE R\$ 87.000,00 (OITENTA E SETE MIL REAIS), E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 2734/2014 DE 10/12/2014.

Art.1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$-87.000,00 (oitenta e sete mil reais), autorizado pela Lei Municipal nº 2734 de 10/12/2014, por conta da redução parcial de dotação orçamentária, destinado a reforçar a seguinte dotação:

Órgão: 10 - Secretaria de Educação e Cultura
Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Ensino

Programa de Trabalho: 12.361.0009

Atividade: 2.027 - Funcionamento e Manutenção do Salário Educação

Fonte de Recursos: 0.0.0036 - Recursos Próprios

Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00.0000/076 - Aplicações diretas
..... R\$ 87.000,00

Art.2º - Os recursos necessários para atendimento da presente Lei de abertura de crédito suplementar correrá por conta da anulação das seguintes dotações:

Órgão: 10 - Secretaria de Educação e Cultura

Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Ensino

Programa de Trabalho: 12.361.0009

Atividade: 2.027 - Funcionamento e Manutenção do Salário Educação

Fonte de Recursos: 0.0.0036 - Recursos Próprios

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.0000/075 - Aplicações diretas
..... R\$ 87.000,00

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada suas disposições em contrário.

Penha, 15 de janeiro de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos quinze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e quinze.

Rafael Celestino

Secretário da Administração

LEI Nº 2738/2015

LEI Nº 2738/2015

"DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DE PRÊMIOS PARA AS PARTICIPANTES DO CONCURSO RAINHA 2015 DA 20ª FESTA NACIONAL DO MARISCO".

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, Prefeito Municipal de Penha, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas por Lei, FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara dos Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º - Fica instituído, no âmbito do Município de Penha, prêmio em pecúnia as participantes do evento denominado "Concurso Rainha 2015 da 20ª Festa Nacional do Marisco", sendo:

I - Rainha - R\$ 1.500,00 (Um mil e quinhentos reais);

II - 1ª Princesa - R\$ 1.000,00 (Um mil reais); e

III - 2ª Princesa - R\$ 500,00 (Quinhentos reais).

IV - Miss Simpatia - R\$ 300,00

Art.2º - As despesas com a execução desta Lei correrão por conta da dotação orçamentária do Fundo Municipal de Turismo de Penha, como segue:

Órgão: 50 - Fundo Municipal de Turismo

Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Turismo

Programa de Trabalho: 23.695.0015

Atividade: 2.076 - Gestão Administrativa do FUMTUR - Marketing, Promoção e Divulgação

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (6)

Art.3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Penha, 27 de janeiro de 2015.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na Secretaria da Administração, aos vinte sete dias do mês de janeiro do ano de dois mil e quinze.

RAFAEL CELESTINO
Secretário da Administração

PORTARIA Nº 07/2015
PORTARIA Nº 07/2015

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:
NOMEAR: Membros para compor a COMISSÃO FISCALIZADORA DO CONCURSO PÚBLICO Nº01/2015, composta dos funcionários abaixo:

- Nelson Fortunato Inácio
- Daniele Schweger de Souza Lunge
- Marizete da Costa

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha, 12 de janeiro de 2015.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos doze dias do mês de janeiro do ano dois mil e quinze.

RAFAEL CELESTINO
Secretário da Administração

PORTARIA Nº 11/2015
PORTARIA Nº 11/2015

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:
NOMEAR: membros para compor a COMISSÃO FISCALIZADORA DA 20ª FESTA NACIONAL DO MARISCO, compostas dos funcionários descritos abaixo:

- Wagner Borges Figueiredo
- Rafael Celestino
- Valdir José Mafra Junior

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha, 19 de janeiro de 2015.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos dezenove dias do mês de janeiro do ano de dois mil e quinze.

RAFAEL CELESTINO
Secretário da Administração

PORTARIA Nº12/2015
PORTARIA Nº 12/2015

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, Decreto nº 2042/2014

RESOLVE:
DESIGNAR: os servidores MARIZETE DA COSTA, JOSÉ ROBERTO DARUGNA JUNIOR, e MANOEL FLÁVIO CUNHA, para compor a COMISSÃO DE SINDICANCIA OU DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, para apurar a utilização de um veículo da Secretaria da Saúde sem autorização pelo funcionário Ari Gomes, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da edição desta Portaria, instaurando-se a Sindicância na forma da Lei.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 26 de janeiro de 2015.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos vinte e seis dias do mês de janeiro do ano de dois mil e quinze.

RAFAEL CELESTINO
Secretário da Administração

Peritiba

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 03/2015 – PP 02/2015 - FMS

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
AVISO DE LICITAÇÃO - FMS

O Município de Peritiba por intermédio do Fundo Municipal de Saúde torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço Global, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do edital de Pregão Presencial.

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 03/2015 - Pregão Presencial 02/2015 - FMS.

Objeto: Contratação de laboratório protético para realização de serviços de confecção de próteses dentárias para atender a demanda da população Peritibense.

DATA DA REALIZAÇÃO: A Sessão Pública do Pregão Presencial será realizada a partir das 08h30min do dia 11/02/2015.

ENVELOPES: Os envelopes devem ser entregues no Protocolo da Prefeitura Municipal até às 08h15min do dia 11/02/2015.

LOCAL: A sessão Pública será realizada na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio 63, Centro, Peritiba - SC.

Informações complementares:

Demais informações, bem como o Edital completo, informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio nº 63, Centro, Município de Peritiba de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3453-1122 ou e-mail compras@peritiba.sc.gov.br.

Município de Peritiba - SC em 27 de Janeiro de 2015.

ADRIANO JOSÉ KRINDGES

Secretário Municipal de Saúde

AVISO DE LICITAÇÃO 07/2015 – PP 06/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Lote, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do edital de Pregão Presencial.

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 07/2015 - Pregão Presencial 06/2015.

Objeto: Contratação de serviços gráficos visando à confecção de impressos personalizados, materiais para divulgação de eventos/campanhas.

DATA DA REALIZAÇÃO: A Sessão Pública do Pregão Presencial será realizada a partir das 08h30min do dia 10/02/2015.

ENVELOPES: Os envelopes devem ser entregues no Protocolo da Prefeitura Municipal até às 08h15min do dia 10/02/2015.

LOCAL: A sessão Pública será realizada na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio 63, Centro, Peritiba - SC.

Informações complementares:

Demais informações, bem como o Edital completo, informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio nº 63, Centro, Município de Peritiba de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3453-1122 ou e-mail compras@peritiba.sc.gov.br.

Município de Peritiba - SC em 27 de Janeiro de 2015.

VALMOR PEDRO BACCA

Prefeito Municipal em Exercício

AVISO DE LICITAÇÃO 08/2015 – PP 07/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do edital de Pregão Presencial.

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 08/2015 - Pregão Presencial 07/2015.

Objeto: Aquisição de Sêmen Bovino.

DATA DA REALIZAÇÃO: A Sessão Pública do Pregão Presencial será realizada a partir das 14h00min do dia 10/02/2015.

ENVELOPES: Os envelopes devem ser entregues no Protocolo da Prefeitura Municipal até às 13h45min do dia 10/02/2015.

LOCAL: A sessão Pública será realizada na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio 63, Centro, Município de Peritiba.

Informações complementares:

Demais informações, bem como o Edital completo, informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio nº 63, Centro, Município de Peritiba de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3453-1122 ou e-mail compras@peritiba.sc.gov.br.

Município de Peritiba - SC em 27 de Janeiro de 2015.

VALMOR PEDRO BACCA

Prefeito Municipal em Exercício

AVISO DE LICITAÇÃO 09/2015 – PP 08/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço Global, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do edital de Pregão Presencial.

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 09/2015 - Pregão Presencial 08/2015.

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de peças e serviços para conserto do PÁ CARREGADEIRA SEM 638, de propriedade do Município de Peritiba.

DATA DA REALIZAÇÃO: A Sessão Pública do Pregão Presencial será realizada a partir das 15h30min do dia 10/02/2015.

ENVELOPES: Os envelopes devem ser entregues no Protocolo da Prefeitura Municipal até às 15h15min do dia 10/02/2015.

LOCAL: A sessão Pública será realizada na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio 63, Centro, Peritiba - SC.

Informações complementares:

Demais informações, bem como o Edital completo, informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio nº 63, Centro, Município de Peritiba de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3453-1122 ou e-mail compras@peritiba.sc.gov.br.

Município de Peritiba - SC em 27 de Janeiro de 2015.

VALMOR PEDRO BACCA

Prefeito Municipal em Exercício

Petrolândia

PREFEITURA

CONTRATO Nº 02/2015 - FUNDO AGRICULTURA

MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA

FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 02/2015

Contrato que entre si celebram o Município de Petrolândia, através de seu Fundo Municipal de Agricultura e a EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI, inscrita no CNPJ: 83.052.191/0027-00. Objeto: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA E A EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI, OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. Data: 26/01/2015. Valor dos Serviços: R\$ 33.742,00.

Petrolândia, 28 de janeiro de 2015.

Joel Longen

Prefeito Municipal.

CONTRATO Nº 02/2015 - FUNDO ASSISTÊNCIA SOCIAL

MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 02/2015

Contrato que entre si celebram o Município de Petrolândia, através de seu Fundo Municipal de Assistência Social e o Senhor SANTOLINO WALTER, inscrito no CPF: 631.037.379-04. Objeto: LOCAÇÃO DE UMA RESIDÊNCIA NA ÁREA URBANA DO MUNICÍPIO, COM APROXIMADAMENTE 110M² (01 COZINHA, 01 SALA, 03 QUARTOS, 01 LAVAÇÃO E 01 GARAGEM), SITUADA NA RUA GENEROSO THIVES, Nº 340, CENTRO, PETROLÂNDIA/SC, COM A FINALIDADE DE ADEQUAR O ESPAÇO PARA FUNCIONAMENTO DO CRAS - CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL. Data: 21/01/2015. Valor da Locação: R\$ 7.200,00.

Petrolândia, 28 de janeiro de 2015.

Joel Longen

Prefeito Municipal.

CONTRATO Nº 04/2015 - FUNDO DE SAÚDE

MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 04/2015

Contrato que entre si celebram o Município de Petrolândia, através de seu Fundo Municipal de Saúde e a Empresa HOSPITAL DE OLHOS FREITAG LTDA, inscrita no CNPJ: 03.264.088/0001-47. Objeto: CUSTEIO DE CONSULTAS PARA OS PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS OFTALMOLÓGICOS DE CAMPANHA, A SEREM REALIZADOS NO HOSPITAL DE OLHOS FREITAG LTDA. Data: 15/01/2015.

Petrolândia, 28 de janeiro de 2015.

Joel Longen

Prefeito Municipal.

CONTRATO Nº 07/2015

MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 07/2015

Contrato que entre si celebram o Município de Petrolândia, através de sua Prefeitura Municipal e o Senhor VILSON AGOSTINHO CALBUSCH, inscrito no CPF: 031.216.079-87. Objeto: LOCAÇÃO DE UMA SALA COMERCIAL COM APROXIMADAMENTE 75m², SITUADA NA RUA 16 DE AGOSTO, Nº 08, CENTRO, PETROLÂNDIA/SC, COM A FINALIDADE DE ADEQUAR O ESPAÇO PARA FUNCIONAMENTO DO CONSELHO TUTELAR. Data: 21/01/2015. Valor da Locação: R\$ 7.920,00.

Petrolândia, 28 de janeiro de 2015.

Joel Longen

Prefeito Municipal.

CONTRATO Nº 08/2015

MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 08/2015

Contrato que entre si celebram o Município de Petrolândia, através de sua Prefeitura Municipal e o Senhor VILSON AGOSTINHO CALBUSCH, inscrito no CPF: 031.216.079-87. Objeto: LOCAÇÃO DE UMA RESIDÊNCIA NA ÁREA URBANA DO MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA, COM A FINALIDADE DE ADEQUAR ESPAÇO FÍSICO PARA O FUNCIONAMENTO DA CRECHE MUNICIPAL. Data: 21/01/2015. Valor da Locação: R\$ 7.920,00.

Petrolândia, 28 de janeiro de 2015.

Joel Longen

Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2015 - MANUTENÇÃO DA MALHA VIÁRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2015 - REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Petrolândia faz saber aos interessados que se encontra aberto o edital de LICITAÇÃO Nº 07/2015 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2015 - REGISTRO DE PREÇOS, tendo por objetivo o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE MACADAME, ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, RETROESCAVADEIRA TRACADA E TRATOR DE ESTEIRA, PARA MANUTENÇÃO DA MALHA VIÁRIA DO MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA. O envelope contendo os documentos de habilitação, bem como o outro contendo a proposta de fornecimento, deverão ser entregues na Prefeitura Municipal as 09:00h no dia 10/02/2015, ocasião em que será iniciada a sessão de credenciamento dos interessados e respectiva oferta de lances. A cópia do edital, bem como outros esclarecimentos necessários poderão ser obtidos junto a Prefeitura Municipal, em horário de expediente pelo fone 47-3536-1151.

Petrolândia, 28 de janeiro de 2015.

JOEL LONGEN

Prefeito Municipal

Pomerode**PREFEITURA****INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 001/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 001/2015

Processo Administrativo n.º 001/2015.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratado: JASPER ENTRETENIMENTO LTDA - ME.

Objeto: CONTRATAÇÃO DO PROFESSOR JOÃO ROBERTO GRETZ, PARA MINISTRAR PALESTRA DE ABERTURA DE ANO LETIVO 2015 PARA OS SERVIDORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE POMERODE, SOBRE MOTIVAÇÃO PROFISSIONAL, POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, COM SUPEDÂNEO NO ARTIGO 25, INCISO II C/C O ARTIGO 13 VI, AMBOS DA LEI FEDERAL N.º 8.666/93.

Valor total contratado: R\$14.000,00 (catorze mil reais).

Data da palestra: 04/02/2015.

Pomerode/SC, 27 de Janeiro de 2015.

ROLF NICLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 074/2014 CONCORRÊNCIA N.º 002/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS

Pomerode/SC, 27 de Janeiro de 2015.

MUNICÍPIO DE POMERODE

Processo Administrativo n.º 074/2014

Concorrência n.º 002/2014

CONVOCAÇÃO

Em 26/01/2015, sob Protocolo n.º 235 a Empresa CLICZOOM PROPAGANDA E PUBLICIDADE LTDA apresentou tempestivamente recurso administrativo em face à subcomissão técnica, no tocante ao julgamento das propostas técnicas.

Assim, em conformidade com o disposto no item 17.4 do instrumento convocatório, ficam INTIMADAS as Empresas FÓRMULA COMUNICAÇÃO LTDA EPP, FREE REICHERT COMUNICAÇÃO LTDA, EZCUZÊ AGÊNCIA DE PROPAGANDA E PUBLICIDADE LTDA, SAL MARKETING E WEB LTDA ME e PENSO COMUNICAÇÃO LTDA, para querendo, no prazo legal de 05 (cinco) dias úteis, iniciando a contagem em 29/01/2015 e com término em 04/02/2015, apresentar suas CONTRARRAZÕES ao Recurso apresentado pela Empresa CLICZOOM PROPAGANDA E PUBLICIDADE LTDA.

Sem mais para o momento.

Comissão Permanente de Licitações

ALCINO SIEWERT

Presidente da Comissão de Licitações

RESOLUÇÃO Nº 001/2015/CMDCA**RESOLUÇÃO Nº 001/2015/CMDCA**

Dispõe sobre o registro de entidades não-governamentais, a inscrição de programas e serviços de atendimento à criança e ao adolescente de entidades governamentais e não-governamentais, e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA DE POMERODE, no uso de suas atribuições previstas na Lei Federal nº 8.069 de 13 de Julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), pela Lei Municipal nº 1.962 de 09 de Março de 2007, pelo Regimento Interno aprovado através de Decreto Municipal nº 2.544 de 04 de Novembro de 2010 e em conformidade com a deliberação da sessão Plenária Ordinária, realizada no dia 23 de Janeiro de 2014,

CONSIDERANDO:

- que o CMDCA é o órgão que deve deliberar e exercer o controle do atendimento às crianças e aos adolescentes, em todos os níveis, conforme dispõe a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e suas alterações;
- a Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas destinadas a adolescente que pratique ato infracional;
- que as ações desenvolvidas devem estar em consonância com as garantias constitucionais e com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA);
- a necessidade de estabelecer critérios para subsidiar a análise das Organizações Não Governamentais, com vistas à concessão de registro, conforme preceitua no art. 91, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer critérios e procedimentos para o Registro de Organizações Não Governamentais, que executam Programas e Serviços de Proteção e/ou Socioeducativo no município de Pomerode, conforme estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, em seu art. 91.

Art. 2º Estabelecer critérios e procedimentos para Inscrição de Programas e/ou Serviços de Atendimento à Criança e ao Adolescente, desenvolvidos por Organizações Governamentais e Não Governamentais, no município de Pomerode, conforme estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu art. 90.

CAPÍTULO I**DO REGISTRO DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS**

Art. 3º As Organizações Não Governamentais, que executam Programas e/ou Serviços de Proteção e/ou Socioeducativo no município de Pomerode, somente poderão funcionar após o registro no CMDCA.

Art. 4º A Organização Não Governamental para obter seu registro no CMDCA, deverá, obrigatoriamente, atender aos pressupostos estabelecidos pelo ECA, em seu art. 91, devendo planejar e executar Programas de Proteção destinados a crianças e adolescentes e Socioeducativos, destinados a adolescentes.

Parágrafo único: As entidades governamentais e não governamentais deverão proceder à inscrição de seus programas, especificando os regimes de atendimento:

- I - Orientação e Apoio Sociofamiliar;
- II - Apoio Socioeducativo em Meio Aberto;
- III - Colocação Familiar;
- IV - Acolhimento Institucional;

- V - Liberdade Assistida;
- VI - Prestação de Serviços à Comunidade;
- VII - Semiliberdade;
- VIII - Internação.

Art. 5º As Organizações Não Governamentais, com sede em outros municípios, deverão apresentar ao CMDCA seu registro no município de origem, e solicitar a inscrição de Programas e/ou Serviços executados pelas mesmas, no município de Pomerode.

Art. 6º A solicitação de Registro deverá ser feita através de requerimento dirigido ao Coordenador Geral do CMDCA, conforme Anexo I e demais documentos elencados na Sessão I, art. 7º desta Resolução.

Seção I

Dos Documentos para Registro das Organizações Não Governamentais

Art. 7º As Organizações Não Governamentais deverão apresentar no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a partir da publicação desta Resolução, no ato do protocolo da solicitação de registro junto CMDCA, os seguintes documentos:

- I - requerimento, devidamente preenchido, datado e assinado pelo representante legal da Organização Não Governamental, conforme Anexo I desta Resolução;
- II - cópia do Estatuto Social da Organização Não Governamental, registrado no cartório competente, que estabeleça, entre seus objetivos institucionais, o atendimento à criança e ao adolescente;
- III - cópia da ata de eleição e posse da atual diretoria, registrada no cartório competente, e do documento comprobatório da representação legal, quando for o caso;
- IV - declaração de idoneidade de todos os integrantes da diretoria da Organização Não Governamental, expedida pelo seu Presidente, com firma reconhecida em cartório competente, (Anexo II).
- V - cópia do Alvará de Localização e Permanência e do Alvará Sanitário, ou o seu protocolo de solicitação de renovação, dentro do prazo de validade;
- VI - Auto de Vistoria de Corpo de Bombeiros - AVCB;
- VII - cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, em situação ativa e atualizada;
- VIII - cópia autenticada do CPF e RG do Presidente da Organização Não Governamental ou do seu representante legal ou mediante apresentação do documento original;
- IX - plano de trabalho compatível com o Estatuto da Criança e do Adolescente, conforme Anexo III desta Resolução;
- X - Contrato de aluguel ou Declaração de Cessão de Uso, em caso de utilização de espaços terceirizados;

§ 1º Caso expire o prazo de validade de qualquer um dos documentos mencionados, durante o processo de análise pelo CMDCA, as Organizações Não Governamentais deverão, obrigatoriamente, proceder a sua atualização, mediante apresentação de cópia do respectivo protocolo de renovação ou do documento atualizado.

Seção II

Da Inscrição de Programas e/ou Serviços de Organizações Governamentais e Não Governamentais

Art. 8º As Organizações Governamentais e Não Governamentais, para a obtenção de inscrição de Programas e/ou Serviços, deverão atender as disposições estabelecidas nos itens I a VIII do Parágrafo Único, do art. 4º desta Resolução.

Art. 9º As Organizações Não Governamentais que executam Programas de Proteção e/ou Socioeducativo de atendimento à criança e ao adolescente, somente poderão funcionar depois de registradas no CMDCA, conforme art. 91 do ECA e legislações

complementares.

Art. 10 As Organizações Governamentais e Não Governamentais deverão solicitar a inscrição de seus Programas e/ou Serviços de atendimento à criança e ao adolescente, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a partir da publicação desta Resolução, apresentando os seguintes documentos:

- I - requerimento, devidamente preenchido, datado e assinado pelo representante legal (Anexo I);
- II - cópia do documento, contendo a descrição pormenorizada do Programa e/ou Serviço, a ser inscrito no CMDCA (Anexo IV);
- III - relatório de atividades desenvolvidas no último exercício (Anexo V);
- V - Alvará de Localização e Permanência do local onde se realiza o Programa e /ou Serviço;
- VI - Alvará Sanitário do local onde se realiza o Programa e/ou Serviço;
- VII - Auto de Vistoria de Corpo de Bombeiros - AVCB;
- VIII - Contrato de aluguel ou Declaração de Cessão de Uso, em caso de utilização de espaços terceirizados.

Art. 11 No que se refere às disposições contidas nos itens V, VI e VII, do Parágrafo Único, do Art. 4º desta Resolução, as Organizações Governamentais e Não Governamentais deverão proceder a inscrição de seus Programas/serviços atendendo ao disposto na Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase).

Seção III

Da Análise dos Documentos

Art. 12 Após análise e aprovação da documentação apresentada, o CMDCA solicitará do Órgão Gestor, responsável pela Política de Atendimento, Promoção, Defesa, Orientação e Proteção Integral da Criança e do Adolescente um parecer que discorrerá sobre a Organização Não Governamental e sua capacidade de desenvolver o Programa e/ou Serviço apresentado no Plano de Trabalho.

§ 1º Fica estabelecido que o mesmo procedimento será aplicado em relação à inscrição de Programa e /ou Serviços, desenvolvidos pelas Organizações Governamentais.

§ 2º O Órgão Gestor da Política de Atendimento, Promoção, Defesa, Orientação e Proteção Integral da Criança e do Adolescente terá o prazo de 90 (noventa) dias, a partir do recebimento das solicitações, para emitir o parecer.

Art. 13 Deferidas às solicitações, o CMDCA emitirá o Registro da Organização Não Governamental e Inscrição do Programa e/ou Serviço das Organizações Governamentais e Não Governamentais, com validade de 4 (quatro) anos.

Art. 14 O registro e a inscrição, referidos no art. 13 desta Resolução, serão submetidos à reavaliação a cada 4 (quatro) anos, mediante solicitação de renovação acompanhada da documentação elencada nos arts. 7º e 10 desta Resolução, que deverá ser apresentada ao CMDCA, no prazo de 90 (noventa) dias, antes da data de término da sua vigência.

Parágrafo único: Caso o CMDCA não conclua a avaliação da documentação protocolada por Organização Governamental e Não Governamental, a validade dos Registros e de Inscrição ficará automaticamente prorrogada, pelo prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 15 O Registro e/ ou Inscrição poderão ser cancelados a qualquer tempo, em caso de descumprimento dos requisitos previstos nesta Resolução, garantido o direito à ampla defesa e ao contraditório.

Art. 16 Indeferidas as solicitações, as Organizações Governamentais

e Não Governamentais poderão interpor recurso no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da ciência do indeferimento, mediante notificação pessoal devidamente protocolada ou através de correspondência com AR.

Parágrafo único: Os recursos interpostos serão julgados pelo CMDCA, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento dos mesmos.

Art. 17 Todas as decisões do CMDCA, referentes ao Registro de Organizações Não Governamentais e a Inscrição de Programas e/ou Serviços das Organizações Governamentais e Não Governamentais, serão comunicadas à Autoridade Judiciária e aos Conselhos Tutelares do município de Pomerode.

Art. 18 As Organizações Não Governamentais registradas, bem como os Programas e /ou Serviços inscritos no CMDCA, executados por Organizações Governamentais e Não Governamentais, serão submetidos a monitoramento, a cada 02 (dois) anos, constituindo-se critério para continuidade dos mesmos.

Art. 19 As Organizações Não Governamentais registradas deverão encaminhar ao CMDCA, até 30 de abril de cada ano, para fins de acompanhamento, o relatório das suas atividades desenvolvidas no ano anterior.

Parágrafo único: O mesmo procedimento será aplicado às Organizações Governamentais aos Programas e /ou Serviços inscritos no CMDCA.

Seção IV

Disposições Finais

Art. 20 Compete ao CMDCA comunicar ao Poder Judiciário, Ministério Público e Conselhos Tutelares do município de Pomerode, quaisquer irregularidades de que tenha conhecimento, relacionadas às Organizações Não Governamentais registradas e aos Programas e/ou Serviços das Organizações Governamentais e Não Governamentais inscritos no referido Conselho.

Parágrafo único: Após os devidos procedimentos para a verificação de eventuais irregularidades, o CMDCA procederá, se necessário, à suspensão ou cassação do respectivo registro e da inscrição.

Art. 21 As Organizações Não Governamentais registradas e os Programas e/ou Serviços executados por Organizações Governamentais e Não Governamentais inscritos no CMDCA anteriormente à publicação desta Resolução, deverão atualizar dados, apresentando os documentos de conformidade com os procedimentos e critérios previstos nos artigos anteriores desta Resolução, em até 90 (noventa) dias.

Parágrafo único: O não cumprimento do prazo determinado neste artigo acarretará na perda do registro e inscrição dos Programas e/ou Serviços.

Art. 22 Compete ao CMDCA dar ciência à autoridade judiciária, ao Ministério Público e aos Conselhos Tutelares do município de Pomerode, caso tenha conhecimento do funcionamento de Organizações Governamentais e Não Governamentais, em regimes previstos no art. 90 do ECA, sem o devido registro e ou inscrição no referido Conselho.

Art. 23 Esta Resolução entra em vigor na sua publicação e revoga as disposições contrárias.

Pomerode, 27 de Janeiro de 2015.

Raphael R. Hoffmann

Coordenador do CMDCA de Pomerode

ANEXO I - Modelo de Requerimento para Registro e Inscrição PAPEL TIMBRADO DA INSTITUIÇÃO

REQUERIMENTO

Ao
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente -
CMDCA

A Entidade: _____, com sede na Rua:
_____, CNPJ nº _____
por seu representante legal Sr(a): _____
_____ vem mui respeitosamente,
() registro da Entidade:
() inscrição do Programa e/ou Serviço: _____
_____ ,

Nestes termos pede deferimento.
Blumenau, ____/____/____

Assinatura com o nome legível do responsável legal pela Entidade
Cargo _____

ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE PAPEL TIMBRADO DA INSTITUIÇÃO

Eu, _____ (nome),
_____ (nacionalidade), _____ (estado
civil), _____ (profissão), inscrito no CPF sob o
nº ____-____-____-____, residente e domiciliado na Rua:
_____, nº _____,
(cidade), na qualidade de _____ (fun-
ção) da Entidade _____
(nome), CNPJ nº _____, es-
tabelecida na rua _____ nº _____,
(cidade), declaro conforme preconiza o art.
91, § 1º, alínea "d", do Estatuto da Criança e do Adolescente -
ECA, que não possuo antecedentes civis e criminais, comprovado
na forma do art. 7º, IV, alíneas "a" a "d".
Declaro, outrossim que as pessoas abaixo relacionadas são idône-
as para exercer as funções, conforme segue:
Diretoria:

01	NOME	FUNÇÃO/CARGO
02		
03		

Para maior clareza, firmamos a presente declaração.
Pomerode, ____ de _____ de 20__.

Nome legível do Presidente da Instituição

Assinatura do Presidente da Instituição
ANEXO III- Modelo de Plano de Trabalho da Entidade compatível
com os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente
PAPEL TIMBRADO DA INSTITUIÇÃO

Dados Institucionais:

- Endereço:
- Telefone:
- Fax:
- Site:
- E-Mail:
- Nº Registro CMDCA
- Nome do Presidente:
- Finalidade Estatutária:

Locais de Atendimento-Serviços oferecidos:

- Endereços:
- Telefones:

- Capacidade de atendimento:
- Nº de Atendidos
- Faixa Etária dos Atendimentos:
- Horário de Funcionamento:
- Nome - Coordenador do Serviço:
- Justificativa:
- Público Alvo:
- Características Gerais da Comunidade:
- Objetivos Gerais:
- Objetivos Específicos:
- Metodologia:
- Metas:
- Organização e Funcionamento dos Serviços Desenvolvidos (Gra-
de de atividades)
- Participação dos parceiros nas atividades:
- Participação de Pais e da Comunidade, descrever atividades de-
senvolvidas:
- Sistema de Avaliação do Atendimento à Criança ao Adolescente
e a Família:
- Periodicidade:
- Instrumentos Utilizados:
- Indicadores de Resultados:
- Trabalho com as famílias:

Recursos Humanos:

FUNÇÃO	ESCOLARIDADE	REGIME DE CONTRATAÇÃO	CARGA HORÁRIA	TEMPO NA FUNÇÃO

- Nº de Funcionários Remunerados:
- Possui Voluntários () sim () não:
- Quais as áreas de Atuação e Carga Horária:
- Possui estagiários () sim () não:
- Quais as Áreas de Atuação e Carga Horária:

Anexos para inscrição dos Programas e ou/ Serviços
ANEXO I - Modelo de Requerimento para Registro e Inscrição
PAPEL TIMBRADO DA INSTITUIÇÃO

REQUERIMENTO

Ao
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente -
CMDCA

A Entidade: _____
_____, com sede na Rua: _____, CNPJ nº _____
_____ por seu representante legal Sr(a): _____
_____ vem
mui respeitosamente,
() registro da Entidade:
() inscrição do Programa e/ou Serviço: _____
_____,
Nestes termos pede deferimento.
Blumenau, ____/____/____

Assinatura com o nome legível do responsável legal pela Entidade
Cargo _____

ANEXO IV - MODELO DE FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO DE PRO-
GRAMAS E/OU SERVIÇOS
PAPEL TIMBRADO DA INSTITUIÇÃO

1. Identificação:

1.1. Nome do programa e/ou Serviço:
Citar o nome do programa desenvolvido com crianças e/ou

adolescentes.

1.2. Nome da entidade:

Citar o nome da entidade responsável pela coordenação do programa.

1.3. Endereço:

Citar o endereço e horários onde o programa é executado. Caso no local não haja telefone, endereço eletrônico, colocar o mesmo da entidade.

1.4. Responsável pelo programa e/ou Serviço:

Citar o nome da pessoa responsável pela coordenação do programa e sua função no mesmo.

1.5. Situação do imóvel:

Citar a situação do imóvel onde o programa e/ou serviço é executado e o espaço total construído que o programa e/ou serviço utiliza.

2. Programas de Atendimento:

2.1. Regime de atendimento:

Especificar o regime de atendimento, conforme especificado no artigo 90 do ECA

2.2. Objetivo do programa e/ou serviço:

Citar o objetivo geral

2.2.1 Objetivo específicos do Programa

Os objetivos específicos devem ser claros e mensuráveis. O que vai ser feito para atingir o objetivo geral

2.3. Critérios usados para ingresso no programa e/ou serviço:

Citar quais as formas de ingresso de crianças e/ou adolescentes, no programa.

2.4. Fundamentação/Proposta pedagógica (poderá ser anexada):

Fazer uma síntese da concepção do atendimento desenvolvido. O importante é expressar com clareza a concepção adotada.

2.5. Metodologia de atendimento:

Descrever detalhadamente, passo a passo, a metodologia que será utilizada para realização das ações planejadas.

2.6. Crianças/Adolescentes atendidos:

Especificar o número de crianças e/ou adolescentes atendidos e sua faixa etária, sexo e período (matutino e vespertino) em que os grupos são atendidos. Nas observações acresce o que considerar relevante.

2.7. Capacidade de atendimento:

Especificar a capacidade total de atendimento do programa e/ou serviço, sua faixa etária, sexo, período (matutino e vespertino) em que os grupos são atendidos. Nas observações acresce o que considerar relevante.

3. Atividades desenvolvidas pelo programa e/ou serviço: Citar as estratégias, quais atividades são desenvolvidas e com que regularidade (diária, semanal, mensal, etc.), tanto com as famílias como com as crianças e/ou adolescentes.

4. Política de formação: Descrever sinteticamente qual a proposta do programa para qualificar seus profissionais. Se há ou não previsão de atividades formativas (cursos, seminários, encontros, palestras, etc.), se houve participação do programa neste tipo de atividade nos últimos 06 (seis) meses.

4.1 Forma de avaliação:

4.1.1. Dos profissionais:

Especificar como o trabalho desenvolvido pelos profissionais é avaliado, como isso acontece.

4.1.2. Do programa e/ou serviço: Quais mecanismos são utilizados para verificar se o programa tem cumprido seu objetivo. É importante referir quem participa do processo avaliativo e com que periodicidade é desenvolvida.

5. Recursos humanos: Preencher o quadro citando o número de profissionais que existem, a função que exercem, a formação escolar (até que série ou ano cursou e o curso que se formou), a carga horária semanal de trabalho e o vínculo da pessoa com a entidade (voluntário, estagiário, bolsista, funcionário, cedido, etc.).

Nome	Formação	Função	Carga horária semanal	Vínculo empregatício

6. Relações externas estabelecidas:

6.1 Existem parcerias/articulações nas atividades propostas? Deve-se assinalar "sim" ou "não" e, em caso afirmativo, se estas parcerias ou articulações são "sistemáticas", isto é, sempre realizadas, previstas no planejamento ou "assistemáticas", quando elas ocorrem eventualmente, sem terem sido previstas no plano de ação da entidade.

6.1.1. Com quem? Descrever todas as entidades, grupos, instituições ou órgãos públicos que são parceiros/articulados com o programa.

6.1.2. Que tipo de atividades? Devem-se registrar as ações desenvolvidas em conjunto, como reuniões, eventos formativos, denúncias, manifestações, passeios, publicações, troca de informações sobre casos, cedência de espaço físico, por exemplo.

7. Convênios: Especificar os convênios que mantém o programa e/ou serviço com o valor de cada um deles. Caso este não envolva valores (cedência pessoal, por exemplo), especifique, na coluna "valor" o número zero.

8. Outras informações: Preencher conforme a necessidade.

ANEXO V - Relatório de atividades realizadas no exercício anterior
PAPEL TIMBRADO DA INSTITUIÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA E/ OU SERVIÇO

NOME: _____

01 - Principais atividades realizadas

02 - Atividades previstas e não realizadas/justificativa

03 - Avaliações (qualitativa e quantitativa)

a) Alcance dos objetivos - indicadores de resultado

b) Impacto

c) Efetividade do processo

d) Dados estatísticos / gráficos

Blumenau, ____/____/____

Assinatura com o nome legível do responsável legal pela Entidade
Cargo _____**RESOLUÇÃO Nº 002/2015/CMDCA**

RESOLUÇÃO Nº 002/2015/CMDCA

Dispõe sobre a aprovação do Plano de Ação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pomerode - CMDCA para o ano de 2015.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA DE POMERODE, no uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Municipal nº 1.962/07, pelo Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.544/10 e em conformidade com a deliberação da sessão Plenária Ordinária, realizada no dia 23 de Janeiro de 2015 e

CONSIDERANDO

- O Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei 8.069/90;
- Lei Municipal nº 1.962/07, que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente em Pomerode.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Plano de Ação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pomerode - CMDCA para o ano de 2015, da seguinte forma:

PLANO DE AÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE POMERODE - 2015

1. INTRODUÇÃO

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pomerode/SC, de acordo com as suas atribuições legais, estabelecidas pela Lei Municipal nº 1.962/07, pelo Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.544/10, zela pela garantia dos direitos das crianças e adolescentes, promovendo assim, os serviços necessários na rede de atendimento do município.
Norteando-se pelas características e necessidades da Comarca e

objetivando criar e ampliar projetos que atendam às diversas políticas de proteção a criança e ao adolescente é que o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pomerode - CMDCA, formulou o presente Plano de Ação, estabelecendo diretrizes com o fim de fortalecer as políticas sociais básicas, bem como implementar as políticas de proteção e garantia de direitos, através da integração entre ações governamentais e não governamentais.

O Plano de Ação do CMDCA de Pomerode/SC tem o objetivo de apresentar resultados preventivos nas principais áreas de exclusão social e foco de atenção especial para implementação das políticas públicas de atendimento as crianças e os adolescentes.

2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Realizar estudos e levantar dados que contribuam para a elaboração de diagnóstico preciso para a formulação de planos, projetos e políticas voltados ao segmento da criança e do adolescente;
- Acompanhar, controlar, analisar e supervisionar o trabalho realizado pelos envolvidos no segmento;
- Desenvolver ações de capacitação que possibilitem a ampliação do conhecimento e consequente melhoria na qualidade dos serviços oferecidos ao público-alvo.

1.

3. PLANO DE AÇÃO 2015

META	AÇÃO	PRAZO	RESPONSÁVEL /PARCEIROS
1. Planejamento das atividades do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pomerode	1. Estabelecimento de cronograma mensal das atividades do CMDCA.	Março	CMDCA, Entidades
	2. Estabelecimento das reuniões mensais com diversos segmentos proporcionando interação e articulação com a sociedade civil.		
	3. Estabelecimento de período de estudo/avaliação de dados do Município priorizando investimentos nas lacunas existentes e formulação de políticas.		
2. Revisão da Legislação Municipal de Criação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Fundo Municipal e Regimento Interno do CMDCA e Conselho Tutelar	1. Revisão da Lei de Criação do CMDCA e do Fundo Municipal.	Abril	CMDCA
	2. Revisão do Regimento Interno do CMDCA.		
	3. Revisão do Regimento Interno do Conselho Tutelar.		
	4. Revisão da Resolução de Registro de Entidades e Inscrição de Projetos.		
	5. Negociar junto ao executivo e o legislativo a destinação de percentual definido do orçamento público para o FIA.		

3. Capacitação Contínua dos Conselheiros	1. Investimentos de recursos em projetos que visem à capacitação dos conselheiros, abrangendo os temas: fundo, políticas sociais, legislação, outros. 2. Execução dos cursos.	Fevereiro	CMDCA, Poder Executivo, outros.
4. Divulgação do CMDCA	1. Contato com a Secretaria de Cidadania e Desenvolvimento Social para divulgação do Conselho, suas funções e atribuições. 2. Divulgação dos diferentes órgãos de serviços do sistema de proteção e garantia de direitos. (Projetos, Associações, etc).	Fevereiro	CMDCA
5. Captação de fundos para investimentos	1. Articulação com o poder público municipal, iniciativa privada, ONG's, no intuito de executar campanhas para a arrecadação de fundos de pessoas físicas e jurídicas. 2. Confeção de folders para incentivo a doação. 3. Realização de eventos para lançamento das campanhas de incentivo a doação, com prestação de contas dos recursos já repassados. 4. Agilização de aplicação de recursos do fundo.	Junho	CMDCA, Poder Executivo, ONG'S e iniciativa privada.
6. Acompanhar os trabalhos dos poderes Executivo e Legislativo na formulação de políticas públicas e orçamentárias na área da criança e do adolescente	1. Indicar membros do CMDCA para acompanhar as reuniões na Câmara de Vereadores. 2. Gestões junto ao Executivo e ao Legislativo para destinação de percentual definido dentro do orçamento público para o CMDCA.		CMDCA
7. Realizar repasses financeiros para Entidades que desenvolvam projetos na área de proteção integral e especial da criança e do adolescente, bem como na área de esporte e lazer.	1. Realizar Fóruns do CMDCA para ampliação de entidades que desenvolvam projetos voltados à criança e o adolescente em Pomerode. 2. Lançamento de Edital para financiamento de projetos. 3. Acompanhamento do andamento das políticas públicas e dos projetos financiados pelo FIA.	Agosto	CMDCA

8. Promover a participação da sociedade civil nas diversas discussões e atividades referentes à infância e a adolescência	1. Articulação com diversos segmentos da sociedade civil. 2. Realização de Pré-Conferência. 3. Promoção da IV Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pomerode. 4. Levantamento de lacunas existentes no sistema municipal de atendimento para elaborar ações e redimensionar o plano.	Março	CMDCA
9. Promoção da Convivência Social, fortalecendo vínculos da criança e do adolescente, estimulando a valorização da atividade física como forma de melhoria da qualidade de vida e de gozo da plena cidadania.	1. Maior divulgação das atividades esportivas oferecidas pelo município e estabelecer processo de inclusão dos jovens nas mesmas. 2. Ampliação de programas de esporte, lazer e cultura nos bairros, incluindo finais de semana, feriados e férias. 3. Implantação de grupo de trabalho para discussão de política pública integrada para a juventude. 4. Articulação com os poderes públicos, entidades, ONG's, Fundações, etc.. concernente a ampliação e fortalecimento nas áreas de Esporte, Lazer e Cultura, no atendimento das crianças e adolescentes.	Setembro	CMDCA, Secretarias Municipais, Entidades Privadas
10. Realização da Eleição do Conselho Tutelar	1. Formar Comissão Organizadora. 2. Elaborar Edital de Eleição.	Outubro	CMDCA
11. Realização de trabalhos de prevenção	1. Realização de campanhas de prevenção. 2. Implantação de programas e projetos permanentes de prevenção. 3. Implantação de grupo de trabalho para discussão de política pública integrada a criança e ao adolescente.	Novembro	CMDCA

12. Elaboração do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes de Pomerode	1. Formar Comissão Intersetorial para Discussão e Elaboração do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes de Pomerode. 2. Elaborar o Plano Decenal.	De- zem- bro	CMDCA
---	--	--------------------	-------

4. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O monitoramento e avaliação das ações ocorrerão com base em indicadores de resultados, no decorrer do desenvolvimento das propostas e através de supervisão direta, por meio de visitas que contarão com a presença de um técnico e de conselheiros municipais, além da observação de informes verificativos.

A avaliação ocorrerá envolvendo a participação de conselheiros, de modo a exercer o controle das ações, bem como apresentar propostas de reformulação e/ou adaptações.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Pomerode, 23 de Janeiro de 2015.

Raphael Ricardo Hoffmann

Coordenador do Conselho Municipal dos
Direitos da Criança e do Adolescente

Ponte Serrada

PREFEITURA

EXTRATO 001/2015 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 001/2015 FMS PREGÃO PRESENCIAL N.º 001/2015 FMS

O Município de

Ponte Serrada torna público, que fará Licitação na modalidade Pregão Presencial objetivando AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS, COM CERTIFICAÇÃO PELO INMETRO, DE FORMA PARCELADA, PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Recebimento de Envelopes: até as 11:50MIN do dia 10/02/2015.

Abertura: às 12h00min horas do dia 10/02/2015.

Informações Complementares: Edital em inteiro teor e demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 07h00min às 13:00 e pelo site www.ponteserrada.sc.gov.br, ou pelo telefone (0XX49) 34350122 e pelo e-mail: comprasps01@gmail.com.

Ponte Serrada, 27 de Janeiro de 2015.

EDUARDO COPPINI

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO 002/2015 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 002/2015 FMS PREGÃO PRESENCIAL N.º 002/2015 FMS

O Município de Ponte Serrada torna público, que fará Licitação na modalidade Pregão Presencial objetivando Aquisição parcelada de materiais de higiene e limpeza para uso junto da Secretaria Municipal de Saúde de acordo com a necessidade das unidades de Saúde do Município.

Recebimento de Envelopes: até as 07:50MIN do dia 11/02/2015.

Abertura: às 08h00min horas do dia 11/02/2015.

Informações Complementares: Edital em inteiro teor e demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 07h00min às 13:00 e pelo site www.ponteserrada.sc.gov.br, ou pelo telefone (0XX49) 34350122 e pelo e-mail: comprasps01@gmail.com.

Ponte Serrada, 27 de Janeiro de 2015.

EDUARDO COPPINI

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO 005/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 005/2015 PREGÃO PRESENCIAL N.º 004/2015

O Município de Ponte Serrada torna público, que fará Licitação na modalidade Pregão Presencial objetivando a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COMPOR A MERENDA ESCOLAR.

Recebimento de Envelopes: até as 08:20MIN do dia 10/02/2015.

Abertura: às 08h30min horas do dia 10/02/2015.

Informações Complementares: Edital em inteiro teor e demais

informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 07h00min às 13:00 e pelo site www.ponteserrada.sc.gov.br, ou pelo telefone (0XX49) 34350122 e pelo e-mail: comprasps01@gmail.com.

Ponte Serrada, 27 de Janeiro de 2015.
EDUARDO COPPINI
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO 006/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 006/2015 PREGÃO PRESENCIAL N.º 005/2015

O Município de Ponte Serrada torna público, que fará Licitação na modalidade Pregão Presencial objetivando a Aquisição de tubos de concreto destinados a manutenção da Secretaria de Transportes e Obras.

Recebimento de Envelopes: até as 07:50MIN do dia 12/02/2015.
Abertura: às 08h00min horas do dia 12/02/2015.

Informações Complementares: Edital em inteiro teor e demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 07h00min às 13:00 e pelo site www.ponteserrada.sc.gov.br, ou pelo telefone (0XX49) 34350122 e pelo e-mail: comprasps01@gmail.com.

Ponte Serrada, 27 de Janeiro de 2015.
EDUARDO COPPINI
PREFEITO MUNICIPAL

Porto Belo

PREFEITURA

TOMADA DE PREÇO – 001/2015 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Tomada de Preço - 001/2015 FMS

Tipo de licitação: Menor preço global;

Objeto: Tomada de Preço, tipo menor valor global, para reforma do sistema hidrossanitário da Unidade de Pronto Atendimento Maurílio Manoel da Silva localizada no Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I deste Edital.

Recebimento das Propostas: Até as 14:00 horas do dia 11/02/2015, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 14:01 horas do dia 11/02/2015, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo. O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão a disposição no departamento de Compras e Licitações da PMPB - End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 - Centro-Porto Belo - SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail licitacao@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 27 de janeiro de 2015.
CHIRLEY LAURENCIO
Secretária de Administração

Porto União

PREFEITURA

DECRETO Nº 639/2015

DECRETO Nº 639, de 26 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre nomeação da Junta de Recursos Fiscais do Município.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e consoante o Art. 321 do Código Tributário Municipal - Lei Complementar nº 005/99,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para compor a Junta de Recursos Fiscais do Município, para fins do disposto no Artigo 321 do Código Tributário Municipal - Lei Complementar nº 005/99, os seguintes membros:

Membros:

I- Sofia Sydol - Presidente;

II- Fernanda Paola Stasiak de Moura Camargo Torma - Relatora;

III- Cássia Nalon Conte - Membro.

Suplentes:

I- Cláudio Michaliszyn;

II- Vanessa Nalon dos Santos.

Art. 2º Revogam-se o Decreto nº 133, de 08 de março de 2013, e as demais disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 26 de janeiro de 2015.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI

Prefeito Municipal em Exercício

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

EDITAL DE CIENCIA I

EDITAL DE CIÊNCIA PARA OITIVA DE TESTEMUNHAS I, expedido no Inquérito Administrativo instaurado pela Portaria Municipal nº 035, de 20 de novembro de 2014.

A Senhora Juliana Hochstein Posenatto, Presidente da Comissão de Inquérito Administrativo instaurado pela Portaria Municipal nº 035, de 20 de novembro de 2014, FAZ SABER ao Sr. Dair Dolinski, servidor público municipal ocupante do cargo de técnico de enfermagem, que em data de 29 de janeiro de 2015 esta Comissão realizará oitiva das servidoras Rosana Alves do Prado às 15:00, Jessica Diane Stein às 15:30 e Jane Mara Caribatti Juraszek às 16:00, na Unidade Básica de Saúde de Santa Cruz do Timbó desde município ficando o mesmo devidamente intimado para querendo, acompanhar tais depoimentos, como forma de garantir o seu direito a ampla defesa e ao contraditório.

Porto União, 26 de janeiro de 2015.

Juliana Hochstein Posenatto

Presidente da Comissão

PORTARIA N.º 010/2015 - RH

PORTARIA Nº 010, de 12 de janeiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º REDUZIR A PEDIDO a carga horária da servidora efetiva Adriana Josiek, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico (Pediatra), de 40 (quarenta) horas semanais para 20 (vinte) horas semanais, conforme estabelecido na Lei Municipal 3.934, de 21 de novembro de 2011.

Art. 2º Revoga a Portaria nº 605, de 02 de maio de 2014.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2015.

Porto União - SC, em 12 de janeiro de 2015.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI

Prefeito Municipal

Em Exercício

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 011/2015 - RH

PORTARIA Nº 011, de 14 de janeiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR de 02 a 31 de janeiro de 2015, a carga horária do servidor efetivo Célio Olizar Pereira, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico (Oftalmologista), de 05 (cinco) horas semanais para 15 (quinze) horas semanais, conforme estabelecido na Lei Municipal 3.934, de 21 de novembro de 2011, para atender demandas de urgência e diversos alunos do Programa Saúde da Escola - PSE.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2015.

Porto União - SC, em 14 de janeiro de 2015.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI

Prefeito Municipal

Em Exercício

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Rio do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 4510, DE 15 DE JANEIRO DE 2015.

DECRETO Nº 4510, de 15 de janeiro de 2015.
"ESTABELECE CONTROLES FINANCEIROS."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e de conformidade aos artigos 8º e 13 da Lei Complementar n.º 101/2000.

DECRETA:

Art.1º- Fica estabelecido demonstrativo da Programação Financeira e o cronograma mensal de desembolso para o exercício de 2015, previsto no artigo 8º da LC n.º 101/2000, anexo a este Decreto.

Art. 2º - Fica estabelecido o demonstrativo do desdobramento das receitas previstas no Orçamento de 2015 em metas bimestrais de arrecadação referido no art. 13 da LC 101/2000, anexo a este Decreto.

Art. 3º - Os demonstrativos referidos nos artigos anteriores, poderão ser modificados em decorrência da execução orçamentária e fluxo de caixa.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

15 de janeiro de 2015.

JEAN PIER XAVIER DE LIZ

Prefeito do Município de Rio do Sul em Exercício

CRISTIANO CONTREIRA DIAS LOPES SEGATTO

Secretário Municipal da Fazenda

DECRETO Nº 4512, DE 22 DE JANEIRO DE 2015.

DECRETO Nº 4512, de 22 de janeiro de 2015.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS 173/2014."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores:

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 3765/2013, o resultado do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 173/2014 de 06.01.2015, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

- POSTO CENTRO LTDA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

22 de janeiro de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

CLAUDIA MARA FRONZA DA SILVA

Secretaria Municipal de Assistência Social e de Habitação

ANEXO AO DECRETO Nº 4512/2015

Pregão Presencial para Registro de Preços nº 173/2014 de 06.01.2015.

Objeto da Licitação: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA USO NOS VEÍCULOS DA FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DE HABITAÇÃO.

Participante:

- POSTO CENTRO LTDA.

Decisão: Pelo critério menor preço o Pregoeiro declarou vencedores os licitantes:

- POSTO CENTRO LTDA.

DECRETO Nº 4513, DE 22 DE JANEIRO DE 2015.

DECRETO Nº 4513, de 22 de janeiro de 2015.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 174/2014- SME."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 10.520/02.

DECRETA

Art. 1º- Fica homologado, de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 3234/2013, o resultado do Pregão Presencial nº 174/2014 - SME, de 06.01.2015, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

- PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA ME.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO. 22 de janeiro de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul.

REGINA GARCIA FERREIRA

Secretária Municipal de Educação.

ANEXO AO DECRETO Nº 4513/2015

Pregão Presencial nº 174/2014 - SME, de 06.01.2015.

Objeto da licitação: ABERTURA DO PROCESSO LICITATÓRIO PARA AQUISIÇÃO DE CADERNOS PEDAGÓGICOS PARA PROFISSIONAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Participantes:

- RSUL LTDA ME;

- PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA ME.

Decisão: Pelo critério menor preço global, a Comissão Permanente de Licitações declarou vencedor o licitante:

- PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA ME.

- TECNOPONTO ELETRODOMÉSTICOS E ELETRÔNICOS LTDA ME.

DECRETO Nº 4518, DE 26 DE JANEIRO DE 2015

DECRETO Nº 4518, de 26 de janeiro de 2015.

"CONSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO ESPECIAL DE CONCURSO PÚBLICO."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município e o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais:

DECRETA:

Art. 1º - Fica constituída a Comissão Especial de Concurso Público, integrada pelos Srs. Givanildo Silva, Marilene Back Espindola, Maristela Regina Balbinot, Daniela Cristina Ferrari e Fernanda Mabel Feltrin Odebrecht para, sob a Presidência do primeiro, coordenar todas as etapas do Concurso Público - Edital de Concurso Público nº 001/2015 do Município de Rio do Sul, destinado ao provimento de cargos do quadro de pessoal do Município de Rio do Sul - Administração Direta e Indireta e formação de Cadastro de Reserva, em conformidade com a Lei Complementar nº 207 de 28 de setembro de 2010 e alterações posteriores e Lei Complementar nº 208 de setembro de 2010 e alterações posteriores.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

26 de janeiro de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL

CONTRATO Nº.01/2015 FMS

CONTRATO Nº.01/2015, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL, E DE OUTRO LADO, O (A) GUILHERME VALDIR BALDO VISANDO A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM CONSULTAS/ATENDIMENTOS MÉDICOS EM CLÍNICA MÉDICA, CONFORME EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº. 32/2013, publicado no DOM/SC nº. 1287, de 24/07/2013, pgs. 285.

O município de Rio do Sul, pessoa jurídica de direito público, representado neste ato pelo Gestor do Fundo Municipal de Saúde, Dr. Luiz Carlos Zanis, com sede nesta cidade, na Rua Tuiuti, nº 154, Centro, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ sob o nº 10.469.199/0001-55, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO e, Guilherme Valdir Baldo inscrito (a) no CPF / CNPJ sob nº 022.480.579-70, residente / localizado no município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, doravante denominado CONTRATADO, celebram este TERMO DE CONTRATO, que reger-se-á

sob as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objetivo a execução, pelo CONTRATADO, de serviços médicos em CONSULTAS/ATENDIMENTOS, para prestar atendimento ambulatorial aos usuários do SUS, conforme valor unitário e detalhamento abaixo:

Código	Descrição do Procedimento	Valor
0301010064	Consulta Médica em Atenção Básica	18,00

Parágrafo Único - O serviço do CONTRATADO está referido a uma base populacional conforme Plano de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde/FMS, e será ofertado com base nas indicações técnicas do planejamento da saúde, mediante compatibilização das necessidades da demanda e a disponibilidade de recursos financeiros.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O serviço técnico referido na Cláusula Primeira será executado pelo (a) profissional médico Guilherme Valdir Baldo inscrito (a) no CPF sob nº 022.480.579-70 com registro no conselho CREMESC sob o nº. 20987, e deverá ser executado nas dependências físicas da Policlínica e/ou nos Postos de Saúde da Rede Pública do município de Rio do Sul.

CLÁUSULA TERCEIRA - NORMAS GERAIS

Parágrafo Primeiro - O CONTRATADO não poderá cobrar dos pacientes, seus acompanhantes, seus responsáveis ou seus prepostos, qualquer valor ou complementação do valor pago pelo serviço técnico profissional prestado nos termos deste contrato.

Parágrafo Segundo - O CONTRATADO é responsável por qualquer cobrança indevida feita ao paciente ou seu representante, por pessoa sua empregada ou por seu preposto, pela execução neste paciente do serviço técnico profissional objeto deste contrato.

Parágrafo Terceiro - Sem prejuízo do acompanhamento, da fiscalização e da normatividade suplementar exercida pela Secretaria Municipal de Saúde/FMS sobre a execução do objeto deste contrato, os contraentes reconhecem a prerrogativa de controle e a autoridade normativa genérica da direção nacional do Sistema Único de Saúde - SUS, decorrente da Lei Orgânica da Saúde.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Para o cumprimento do objeto deste contrato o CONTRATADO se obriga a oferecer ao paciente todo o recurso técnico profissional necessário ao seu atendimento.

Parágrafo Único - O CONTRATADO se obriga, ainda, a:

- I - Manter sempre atualizado o prontuário dos pacientes;
- II - Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação;
- III - Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo-se sempre a qualidade na prestação de serviços;
- IV - Justificar ao paciente, ou ao seu responsável, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer ato previsto no contrato;

CLAUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO CONTRATADO

O CONTRATADO é responsável pela indenização de danos causados aos pacientes, aos órgãos do SUS e a terceiros a eles vinculados, decorrentes de ato ou omissão voluntária, negligência, imperícia ou imprudência, praticados por ele, seus empregados ou seus prepostos, ficando-lhe assegurado o total acesso a todas as formas de defesa.

Parágrafo Primeiro - A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste contrato pelos órgãos competentes do SUS, não inclui nem reduz a responsabilidade do CONTRATADO, nos termos da legislação referente a licitações e contratos administrativos.

Parágrafo Segundo - A responsabilidade de que trata esta cláusula estende-se aos casos de danos causados por efeitos relativos a prestação de serviços nos estritos termos do art. 14 da Lei nº.8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) e Lei federal 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações (Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

A Secretaria Municipal de Saúde/FMS pagará mensalmente ao CONTRATADO, pelo valor total dos serviços efetivamente realizados durante o mês, multiplicando-se ao valor unitário de R\$ 18,00 (dezoito reais) de acordo com a cláusula primeira.

Parágrafo Único - A alteração do limite financeiro poderá ser efetuado, em apenas e tão somente por comum acordo entre as partes, desde que haja demanda que as justifiquem.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas dos serviços realizados por força deste contrato correrão, no presente exercício, à conta de dotação consignada no orçamento da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde:

Órgão: 40 Fundo Municipal de Saúde
Unidade: 01 Fundo Municipal de Saúde
Projeto/Atividade: 2.095 - BLATB - PAB FIXO - ATENÇÃO BÁSICA

Parágrafo Primeiro - O Ministério da Saúde, de acordo com as Portarias Ministerial nº. 2.801/98, Portaria/GM nº. 1.286, de 26/10/1993 e Portaria/MS/GM nº. 204, de 29/01/2007, é o órgão responsável pelo envio de recursos ao MUNICÍPIO, para o pagamento dos serviços objeto deste contrato.

Parágrafo Segundo - nos exercícios financeiros futuros, as despesas correrão à conta das dotações próprias que forem aprovadas para os mesmos.

CLÁUSULA OITAVA - DA APRESENTAÇÃO DAS CONTAS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O preço estipulado neste contrato será pago da seguinte forma:

I - O CONTRATADO encaminhará mensalmente os comprovantes dos atendimentos realizados ao setor competente da Secretaria/Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria até o (25º) dia útil do mês da prestação do serviço. Após a validação dos atendimentos, realizada pela Divisão de Controle e Avaliação, o CONTRATADO receberá, 100% (cem por cento) do valor total do serviço produzido;

II - Ocorrendo erro, falha ou falta de processamento nas contas, por culpa da SECRETARIA/FMS, esta garantirá o CONTRATADO o pagamento, no prazo avançado neste contrato, pelos valores do mês imediatamente anterior ao do processamento com problemas, acertando-se as diferenças que eventualmente ocorrerem no pagamento seguinte, mas ficando exonerado do pagamento de

multas e sanções financeiras obrigando-se, entretanto, a corrigir monetariamente os créditos de outros acréscimos porventura incidentes nas diferenças apuradas em favor do CONTRATADO;

III - As contas rejeitadas, quanto ao mérito, serão objeto de análise pelo órgão de Controle, Avaliação e Auditoria do SUS e passíveis de ressarcimento ao cofre público, respeitando-se o total acesso a todas as formas de defesa ao CONTRATADO.

IV - O pagamento será feito mediante a apresentação da Nota Fiscal eletrônica, onde será informado ao Contratado o valor correspondente ao faturamento do mês em conta corrente do contratado.

CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTE DO PREÇO

Os valores estabelecidos na Cláusula Sexta poderão ser reajustados, desde que haja entendimento entre as partes, e independem de termo aditivo, sendo, necessário anotar no processo administrativo da SECRETARIA/FMS a origem e autorização do reajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA OBRIGAÇÃO DE PAGAR

Após a validação dos atendimentos, realizada pela Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria, o CONTRATADO receberá da Secretaria Municipal de Saúde, 100% (cem por cento) do valor total dos serviços/atendimentos realizados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CONTROLE, AVALIAÇÃO, AUDITORIA, VISTORIA E FISCALIZAÇÃO.

A execução do presente contrato será inicialmente avaliada pela Divisão de Controle e Avaliação e Auditoria da Secretaria Municipal de Saúde de Rio do Sul, mediante procedimentos de supervisão indireta ou local, os quais observarão o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato, e de quaisquer outros dados necessários ao controle e avaliação dos serviços prestados.

Parágrafo Primeiro - Qualquer alteração ou modificação que importe em diminuição da capacidade operativa do CONTRATADO poderá ensejar a não prorrogação deste contrato ou a revisão das condições ora estipuladas.

Parágrafo Segundo - A fiscalização exercida pela SECRETARIA/FMS sobre os serviços ora contratados não eximirá o CONTRATADO da sua plena responsabilidade perante a SECRETARIA/FMS ou para com os pacientes e terceiros, decorrente de culpa ou dolo na execução do contrato.

Parágrafo Terceiro - O CONTRATADO facilitará a SECRETARIA/FMS o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores da SECRETARIA/FMS, designados para tal fim.

Parágrafo Quarto - Em qualquer hipótese é assegurado ao CONTRATADO amplo direito de defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

Fica o CONTRATADO sujeito a multa de 30 (trinta por cento) sobre o valor mensal do contrato, por infração de qualquer cláusula ou condição deste contrato sem prejuízo das demais penalidades previstas na Legislação referente a licitações e contratos administrativos, assegurado o direito a defesa.

Parágrafo Primeiro - O valor da multa será descontado dos pagamentos devidos pela SECRETARIA/FMS ao CONTRATADO.

Parágrafo Segundo - Para obtenção do valor anual do contrato,

SECRETARIA/FMS, utilizará a média dos pagamentos efetuados ao CONTRATADO, referente aos 12 (doze) últimos meses pagos.

Parágrafo Terceiro - Caso o contrato possua menos de 12 (doze) meses de vigência, o valor anual do contrato será obtido pela média dos pagamentos efetuados ao CONTRATADO, desde o início da vigência do contrato multiplicado por 12 (doze).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

Constituem motivos para rescisão do presente contrato, o não cumprimento de quaisquer de suas cláusulas e condições, bem como os motivos previstos na legislação referente a licitações e contratos administrativos, sem prejuízo das multas previstas na Cláusula Décima Segunda.

Parágrafo Primeiro - O CONTRATADO reconhece desde já os direitos da SECRETARIA/FMS em caso de rescisão administrativa prevista na legislação referente a licitações e contratos administrativos.

Parágrafo Segundo - Em caso de rescisão do contrato, se a interrupção das atividades em andamento puder causar prejuízo à população, será observado o prazo de 30 (trinta) dias para ocorrer a rescisão. Se neste prazo o CONTRATADO negligenciar a prestação dos serviços ora contratados a multa cabível poderá ser duplicada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS RECURSOS PROCESSUAIS

Dos atos de aplicação de penalidade prevista neste contrato, ou de sua rescisão, praticados pela SECRETARIA/FMS, cabe recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

Parágrafo Primeiro - Da decisão do Secretário Municipal de Saúde em rescindir o presente contrato cabe, inicialmente, pedido de reconsideração, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

Parágrafo Segundo - Sobre o pedido de reconsideração formulado nos termos do parágrafo primeiro, o Secretário Municipal de Saúde deverá manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias e poderá, ao recebê-lo, atribuir-lhe eficácia suspensiva, desde que o faça motivadamente diante de razões de interesse público.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DURAÇÃO

O prazo de vigência deste contrato é desde a sua assinatura até 31/12/2015, com renovação anual, de comum acordo entre as partes, observando-se o artigo 57 da lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES

Qualquer das alterações do presente contrato será objeto de termo aditivo, na forma da legislação referente a licitações e contratos administrativos, excetuando-se o disposto na Cláusula Nona.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

O presente contrato será publicado, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina/DOM/SC no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Rio do Sul, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente contrato que não puderem ser resolvidas pelas partes e pelo Conselho Municipal de Saúde.

E, por estarem as partes justas e contratadas, firmam o presente contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma para um único efeito, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Rio do Sul, 20 de Janeiro de 2015.

Dr. Luiz Carlos Zanis Secretário Municipal de Saúde	Guilherme Valdir Baldo
--	------------------------

Testemunhas:

1) Luciane Araujo Mattana
Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria
CPF 882.569.600-00

2) Fabíola kreusch
Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria
CPF 037.134.899-47

DÉCIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº. 22/2012

DÉCIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO nº. 22/2012, FIRMADO ENTRE A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/Fundo Municipal de Saúde DE RIO DO SUL E A FUSAVI/FUNDAÇÃO DE SAÚDE DO ALTO VALE DO ITAJAÍ - CNES 2568713

Pelo presente instrumento, de um lado o Município de Rio do Sul, pela sua Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde, entidade de direito público, inscrita no CNPJ sob o Nº. 10.469.199/0001-55, situada na Rua Tuiuti - 154, neste ato representado pelo Secretário Municipal da Saúde, Sr. Luiz Carlos Zanis, brasileiro, portador da carteira de identidade Nº. RG 627.094, expedida pela SSP/SC, e inscrito no CPF Nº. 147.480.939-91, doravante denominado simplesmente CONVENIENTE, e de outro, a Fundação de Saúde do Alto Vale do Itajaí/Hospital Regional Alto Vale, CNPJ nº. 73.433.427/0001-57, neste ato representado pelo seu representante legal, Sr. Osmar Peters, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade RG nº. 135.621, expedida pela SSP/SC, inscrito no CPF/MF sob nº. 094.906.559-53, doravante denominado CONVENIADA, com anuência dos médicos que integram o Corpo Clínico que atua na CONVENIADA, representados, neste ato, por seu diretor clínico, Dr. Nilson Carvalho Correa, CRM/SC nº. 11.301, tendo em vista o que dispõe as Portarias GM/MS nº. 1.721/2005, SAS/MS 635/2005, GM/MS 3.123/06, GM/MS 3.130/2008, GM/MS 2.506/2011, GM/MS 1.416/2012, GM/MS 1.034/2010, GM/MS 3.114/2010, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente TERMO ADITIVO, que se regerá pelas normas gerais da Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no que couber, amparada pela Constituição Federal de 1988 e legislação do Sistema Único de Saúde - SUS, com ênfase na Lei 8080 de 19 de setembro de 1990 no seu Título III, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: prorrogar até 31/12/2015 a vigência do Convênio nº. 22/2012, conforme CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA do respectivo Convênio.

CLÁUSULA SEGUNDA: Ficam ratificadas as demais cláusulas do Convênio que a este deu causa.

E, por estarem às partes justas e CONVENIADAS, firmam o presente CONVÊNIO em 03 (três) vias de igual teor e forma para um único efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Rio do Sul, 14 de janeiro de 2015.

Luiz Carlos Zanis Secretário Municipal de Saúde CONVENIENTE	Osmar Peters Presidente FUSAVI CONVENIADA
---	---

Testemunhas:

1) Siegfried Hildebrand Gerente Geral / FUSAVI CPF 019.336.209-00	2) Fabíola Kreusch Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria CPF 037.134.899-47
---	--

DÉCIMO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº. 22/2012

DÉCIMO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO nº. 22/2012 FIRMADO ENTRE A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL E A FUNDAÇÃO DE SAÚDE DO ALTO VALE DO ITAJAI MUNICÍPIO DE RIO DO SUL - CNES 2568713

Pelo presente instrumento, de um lado o Município de Rio do Sul, representado pela Secretaria Municipal de Saúde, entidade de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 10.469.199/0001-55, situada na Rua Tuiuti, nº 154 - Centro, Rio do Sul/SC, neste ato representada pelo Secretário Municipal de Saúde, Sr. Luiz Carlos Zanis, brasileiro, portador da carteira de identidade RG nº 627.094, expedida pela SSP/SC, e inscrito no CPF/MF sob nº 147.480.939,91, doravante denominada simplesmente CONVENIENTE, e de outro, a Fundação de Saúde do Alto Vale do Itajaí - FUSAVI/Hospital Regional Alto Vale, inscrito no CNPJ sob nº. 73.433.427/0001-57, neste ato representado pelo seu representante legal, Sr. Osmar Peters, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade RG nº. 135.621, expedida pela SSP/SC, e inscrito no CPF/MF sob nº. 094.906.559-53, doravante denominada CONVENIADA, tendo em vista o que dispõe as Portarias GM/MS nºs 1.721/2005, SAS/MS 635/2005, GM/MS 3.123/06 e GM/MS 3.277/06, Deliberação nº 180/CIB/2008 e Portaria nº 543/SES/2008, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente TERMO ADITIVO ao Convênio, que se regerá pelas normas gerais da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no que couber, amparada pela Constituição Federal de 1988 e legislação do Sistema Único de Saúde - SUS, com ênfase na Lei nº. 8.080 de 19 de setembro de 1990 no seu Título III, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira

Incorporar ao respectivo Convênio, que a este deu causa, o Incentivo Hospitalar de acordo com a Portaria nº 543/SES/2008, de 02/09/08, incluindo ao quadro de recursos financeiros da Cláusula Décima do Convênio, o qual terá a seguinte descrição:

Detalhamento	Mensal	Anual
Política Estadual de Incentivo Hospitalar	R\$ 78.699,67	R\$ 944.396,04
TOTAL	R\$ 78.699,67	R\$ 944.396,04

Parágrafo Único - O montante definido no Caput desta Cláusula está em conformidade com os requisitos contemplados nos artigos 3º e 4º da Portaria nº 543/SES/2008, os quais devem ser cumpridos efetivamente pela CONVENIADA.

CLÁUSULA SEGUNDA

As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo serão atendidas por dotação orçamentária constante no exercício de 2015, no

programa ação 2422 (Ações de Saúde com recurso do Estado), elemento despesa 33903950, fonte 0012.000055, e, em parte, por conta dos exercícios subseqüentes, os quais serão aditados ao presente Termo.

CLÁUSULA TERCEIRA

O presente Termo Aditivo de Convênio prorroga a vigência do Convênio até 31/12/2015, com efeitos financeiros a partir da competência janeiro de 2015.

CLÁUSULA QUARTA

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Convênio que a este deu causa.

E, por estarem às partes justas e CONVENIADAS, firmam o presente TERMO ADITIVO em 03 (três) vias de igual teor e forma para um único efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo assinadas.

Rio do Sul (SC), 14 de janeiro de 2015.

Luiz Carlos Zanis Secretário Municipal de Saúde CONVENIENTE	Osmar Peters Presidente FUSAVI CONVENIADA
---	---

Testemunhas:

1) Siegfried Hildebrand Gerente Geral / FUSAVI CPF 019.336.209-00	
2) Fabíola Kreusch Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria CPF: 037.134.899-47	

OITAVO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIOº. 23/2012

OITAVO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIOº. 23/2012 FIRMADO ENTRE A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL E A COMUNIDADE EVANGÉLICA DE RIO DO SUL - HOSPITAL SAMÁRIA - CNES 2379627

Pelo presente instrumento, de um lado o Município de Rio do Sul, representado pela Secretaria Municipal de Saúde, entidade de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 10.469.199/0001-55, situada na Rua Tuiuti, nº 154 - Centro, Rio do Sul/SC neste ato representada pelo Secretário Municipal de Saúde, Sr. Luiz Carlos Zanis, brasileiro, portador da carteira de identidade RG nº. 627.094, expedida pela SSP/SC, e inscrito no CPF/MF sob nº. 147.480.939-91, doravante denominada simplesmente CONVENIENTE, e de outro, a Comunidade Evangélica de Confissão Luterana em Rio do Sul - Hospital Samária, inscrita no CNPJ nº. 82.763.798/0004-30, situada a Rua Roberto Koch, 621, bairro Sumaré, Rio do Sul/SC, neste ato representado pelo seu representante legal Sra. Astrid Helga Dyck, brasileira, portadora da carteira de identidade nº. RG 152.199, expedida pela SSP/SC, inscrita no CPF/MF sob nº. 901.611.819-53, doravante denominada CONVENIADA, doravante denominada CONVENIADA, tendo em vista o que dispõe as Portarias GM/MS nºs 1.721/2005, SAS/MS 635/2005, GM/MS 3.123/06 e GM/MS 3.277/06, Deliberação nº 180/CIB/2008 e Portaria nº 543/SES/2008, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente TERMO ADITIVO ao Convênio, que se regerá pelas normas gerais da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no que couber, amparada pela Constituição Federal de 1988 e legislação do Sistema Único de Saúde - SUS, com ênfase na Lei nº.

8.080 de 19 de setembro de 1990 no seu Título III, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira

Incorporar ao respectivo Convênio, que a este deu causa, o Incentivo Hospitalar de acordo com a Portaria nº 543/SES/2008, de 02/09/08, incluindo ao quadro de recursos financeiros da Cláusula Décima do Convênio, o qual terá a seguinte descrição:

Detalhamento	Mensal	Anual
Política Estadual de Incentivo Hospitalar	R\$ 2.997,24	R\$ 35.966,88
TOTAL	R\$ 2.997,24	R\$ 35.966,88

Parágrafo Único - O montante definido no Caput desta Cláusula está em conformidade com os requisitos contemplados nos artigos 3º e 4º da Portaria nº 543/SES/2008, os quais devem ser cumpridos efetivamente pela CONVENIADA.

CLÁUSULA SEGUNDA

As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo serão atendidas por dotação orçamentária constante no exercício de 2015, no programa ação 2422 (Ações de Saúde com recurso do Estado), elemento despesa 33903950, fonte 0012.000055, e em parte, por conta dos exercícios subseqüentes, os quais serão aditados ao presente Termo.

CLÁUSULA TERCEIRA

O presente Termo Aditivo de Convênio prorroga a vigência do convênio até 31/12/2015, com efeitos financeiros a partir da competência janeiro de 2015.

CLÁUSULA QUARTA

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Convênio que a este deu causa.

E, por estarem às partes justas e CONVENIADAS, firmam o presente TERMO ADITIVO em 03 (três) vias de igual teor e forma para um único efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo assinadas.

Rio do Sul (SC), 14 de janeiro de 2015.

Luiz Carlos Zanis Secretário Municipal de Saúde CONVENENTE	Astrid Helga Dyck Hospital Samária CONVENIADA
--	---

Testemunhas:

1) Evandro C. Xavier da Roza Diretor Executivo CPF: 713.018.529-53	2) Fabíola Kreusch Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria CPF: 037.134.899-47
--	---

SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº. 23/2012
SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO nº. 23/2012, FIRMADO ENTRE A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/Fundo Municipal de Saúde de RIO DO SUL E A COMUNIDADE EVANGÉLICA DE CONFESSÃO LUTERANA EM RIO DO SUL / HOSPITAL SAMÁRIA "CNES 2379627"

Pelo presente instrumento, de um lado o Município de Rio do Sul, representado pela Secretaria Municipal de Saúde, entidade de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 10.469.199/0001-55, situada na Rua Tuiuti, nº 154 - Centro, Rio do Sul/SC neste ato representada pelo Secretário Municipal de Saúde, Sr. Luiz Carlos Zanis, brasileiro, portador da carteira de identidade RG nº. 627.094, expedida pela SSP/SC, e inscrito no CPF/MF sob nº. 147.480.939-91, doravante denominada simplesmente CONVENENTE, e de outro, a Comunidade Evangélica de Confissão Luterana em Rio do Sul - Hospital Samária, inscrita no CNPJ nº. 82.763.798/0004-30, situada a Rua Roberto Koch, 621, bairro Sumaré, Rio do Sul/SC, neste ato representado pelo seu representante legal Sra. Astrid Helga Dyck, brasileira, portadora da carteira de identidade nº. RG 152.199, expedida pela SSP/SC, inscrita no CPF/MF sob nº. 901.611.819-53, doravante denominada CONVENIADA, com anuência dos médicos que integram o corpo clínico que atuam na CONVENIADA, neste ato, por seu diretor clínico Dr. Paulo Renato Stoch da Silva, CRM/SC nº. 9955, tendo em vista o que dispõe as Portarias GM/MS nº. 1.721/2005, SAS/MS nº. 635/2005, GM/MS nº. 3.123/2006, GM/MS nº. 1.034/2010 e GM/MS nº. 3.114/2010, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente TERMO ADITIVO ao Convênio, que se regerá pelas normas gerais da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no que couber, amparada pela Constituição Federal de 1988 e legislação do Sistema Único de Saúde - SUS, com ênfase na Lei nº. 8.080 de 19 de setembro de 1990 no seu Título III, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: prorrogar até 31/12/2015 a vigência do Convênio nº. 23/2012, conforme CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA do respectivo Convênio.

CLÁUSULA SEGUNDA: Ficam ratificadas as demais cláusulas do Convênio que a este deu causa.

E, por estarem às partes justas e CONVENIADAS, firmam o presente TERMO ADITIVO em 03 (três) vias de igual teor e forma para um único efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinados.

Rio do Sul, 14 de janeiro de 2015.

Luiz Carlos Zanis Secretário Municipal de Saúde CONVENENTE	Astrid Helga Dyck Hospital Samária CONVENIADA
--	---

Testemunhas:

1) Evandro C. Xavier da Roza Diretor Executivo CPF: 713.018.529-53	
2) Fabíola Kreusch Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria CPF: 037.134.899-47	

Salto Veloso

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPIO DE SALTO VELOSO
JUSTIFICATIVA DE DISPENSA

A Prefeitura Municipal de Salto Veloso/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que se efetuou o processo de compra na modalidade de DISPENSA que se realizará nos termos com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

Objeto: Contratação de sistema de gestão para o Fundo Municipal de Saúde, para o exercício de 2015.

Contratado: Inovadora sistemas de gestão LTDA

Valor: R\$6.600,00 (Seis mil e seiscentos reais)

Salto Veloso (SC), 27 de janeiro de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL 6º SEMESTRE

MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2013 A JUNHO/2014

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	7.132.259,33	0,00
Pessoal Ativo	7.050.451,38	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	67.735,95	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	14.072,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	7.132.259,33	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	7.132.259,33	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	15.415.351,49	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	46,27	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 60%	9.249.210,89	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 57%	8.786.750,35	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 54%	8.324.289,80	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

Salto Veloso, 26/01/2015

CLAUDEMIR CESCA
PREFEITO MUNICIPAL

ALVARO ANTÔNIO BISCARO
CONTADOR

MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	514.630,56	384.229,16	618.734,55
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	514.630,56	384.229,16	618.734,55
DEDUÇÕES (II)	11.316.567,00	13.112.192,18	13.602.473,52
Disponibilidade de Caixa Bruta	11.442.479,05	13.233.405,42	13.602.473,52
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	125.912,05	121.213,24	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-10.801.936,44	-12.727.963,02	-12.983.738,97
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	14.763.982,20	15.415.351,49	15.718.180,17
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	3,49%	2,49%	3,94%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-73,16%	-82,57%	-82,60%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	17.716.778,64	18.498.421,79	18.861.816,20
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	15.945.100,78	16.648.579,61	16.975.634,58

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	0,00	0,00	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	32.533,82	222.294,78	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	33.544,42	1.626.826,25	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014

Continuação 2/2

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00
<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00

Salto Veloso, 26/01/2015

CLAUDEMIR CESCA
PREFEITO MUNICIPAL

ALVARO ANTÔNIO BISCARO
CONTADOR

FONTE:

MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (I)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL IV	14.763.982,20	15.415.351,49	15.718.180,17
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	3.248.076,08	3.391.377,33	3.457.999,64
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	2.923.268,48	3.052.239,60	3.112.199,67

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (V)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

Salto Veloso, 26/01/2015

CLAUDEMIR CESCA
PREFEITO MUNICIPAL

ALVARO ANTÔNIO BISCARO
CONTADOR

MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	15.718.180,17	—
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	2.514.908,83	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	2.263.417,94	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.100.272,61	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

FONTE:

Salto Veloso, 26/01/2015

CLAUDEMIR CESCA
PREFEITO MUNICIPAL

ALVARO ANTÔNIO BISCARO
CONTADOR

MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
Contribuição dos Servidores para o Regime Próprio de Previdência Social - RP	13.157.444,32	5.319,99	13.152.124,33
Contribuição dos Servidores para o Regime Próprio de Previdência Social - RP	0,00	(24.908,69)	24.908,69
Convênio Trânsito - Civil	2.972,20	0,00	2.972,20
Convênio Trânsito - Prefeitura	2.598,08	0,00	2.598,08
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	13.163.014,60	(19.588,70)	13.182.603,30
Alienações de Bens destinados a Outros Programas	41.501,85	0,00	41.501,85
Assistência Farmacêutica Básica	187,11	0,00	187,11
Atenção Básica	88.879,41	0,00	88.879,41
Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	5.406,53	0,00	5.406,53
Bolsa Família	15.776,62	0,00	15.776,62
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	1.480,55	0,00	1.480,55
Convênio Trânsito - Militar	1.262,53	0,00	1.262,53
Fundo Especial do Petróleo	8.409,44	0,00	8.409,44
Gestão do SUS	4,41	0,00	4,41
Operações de Crédito Internas - Outros Programas	43.911,99	0,00	43.911,99
Outras Transferências de Recursos do Fundo de Assistência Social - FNAS	33.076,47	0,00	33.076,47
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	386,09	0,00	386,09
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	816,50	0,00	816,50
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	2.646,85	0,00	2.646,85
Recursos Ordinários	97.790,07	19.588,70	78.201,37
Salário Educação	821,98	0,00	821,98
Transferências de Convênios - Educação	22.743,09	0,00	22.743,09
Transferências de Convênios - Outros	5.744,69	0,00	5.744,69
Transferências do FUNDEB/FUNDEF - remuneração dos profissionais do Magi	30.226,34	0,00	30.226,34
Vigilância em Saúde	38.386,40	0,00	38.386,40
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	439.458,92	19.588,70	419.870,22
TOTAL (III) = (I + II)	13.602.473,52	0,00	13.602.473,52
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Salto Veloso, 26/01/2015

CLAUDEMIR CESCA
PREFEITO MUNICIPAL

ALVARO ANTÔNIO BISCARO
CONTADOR

MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")								R\$ 1,00
DESTINAÇÃO DE RECURSOS		RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS(NÃO INSCRITOS POR INSUFICIENCIA FINANCEIRA)	
		Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício			
Contribuição dos Servidores para o Regime Pro		0,00	0,00	0,00	0,00	13.152.124,33	0,00	0,00
Contribuição dos Servidores para o Regime Pro		0,00	0,00	0,00	0,00	24.908,69	0,00	0,00
Convênio Trânsito - Civil		0,00	0,00	0,00	0,00	2.972,20	0,00	0,00
Convênio Trânsito - Prefeitura		0,00	0,00	0,00	0,00	2.598,08	0,00	0,00
TOTAL DE RECURSOS VINCULADOS(I)		0,00	0,00	0,00	0,00	13.182.603,30	0,00	0,00
Alienações de Bens destinados a Outros Progra		0,00	0,00	0,00	0,00	41.501,85	0,00	0,00
Assistência Farmacêutica Básica		0,00	0,00	0,00	0,00	187,11	0,00	0,00
Atenção Básica		0,00	0,00	0,00	0,00	88.879,41	0,00	0,00
Atenção de Média e Alta Complexidade Ambula		0,00	0,00	0,00	0,00	5.406,53	0,00	0,00
Bolsa Família		0,00	0,00	0,00	0,00	15.776,62	0,00	0,00
Contribuição de Intervenção do Domínio Econô		0,00	0,00	0,00	0,00	1.480,55	0,00	0,00
Convênio Trânsito - Militar		0,00	0,00	0,00	0,00	1.262,53	0,00	0,00
Fundo Especial do Petróleo		0,00	0,00	0,00	0,00	8.409,44	0,00	0,00
Gestão do SUS		0,00	0,00	0,00	0,00	4,41	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas - Outros Progra		0,00	0,00	0,00	0,00	43.911,99	0,00	0,00
Outras Transferências de Recursos do Fundo c		0,00	0,00	0,00	0,00	33.076,47	0,00	0,00
Programa Nacional de Alimentação Escolar - P		0,00	0,00	0,00	0,00	386,09	0,00	0,00
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Esc		0,00	0,00	0,00	0,00	816,50	0,00	0,00
Recfeitas de Impostos e de Transferência de Im		0,00	0,00	0,00	0,00	2.646,85	0,00	0,00
Recursos Ordinários		0,00	0,00	0,00	0,00	78.201,37	0,00	0,00
Salário Educação		0,00	0,00	0,00	0,00	821,98	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Educação		0,00	0,00	0,00	0,00	22.743,09	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Outros		0,00	0,00	0,00	0,00	5.744,69	0,00	0,00
Transferências do FUNDEF/FUNDEF - remune		0,00	0,00	0,00	0,00	30.226,34	0,00	0,00
Vigilância em Saúde		0,00	0,00	0,00	0,00	38.386,40	0,00	0,00
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS(II)		0,00	0,00	0,00	0,00	419.870,22	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)		0,00	0,00	0,00	0,00	13.602.473,52	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

Continuação 2/2

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
---	------	------	------	------	------	------

FONTE:

Nota: ¹A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Salto Veloso, 26/01/2015

CLAUDEMIR CESCA
PREFEITO MUNICIPAL

ALVARO ANTÔNIO BISCARO
CONTADOR

MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 2º Semestre de 2014

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 7

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	7.348.483,90	46,75
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	9.430.908,10	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	8.959.362,70	57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-12.983.738,97	-82,60
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	18.861.816,20	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	3.457.999,64	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	2.514.908,83	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.100.272,61	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	0,00	13.602.473,52

FONTE:

Salto Veloso, 26/01/2015

CLAUDEMIR CESCA
PREFEITO MUNICIPAL

ALVARO ANTÔNIO BISCARO
CONTADOR

RREO - 6º BIMESTRE

Município de Salto Veloso - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00							
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	16.192.220,00	16.192.220,00	3.568.743,99	22,04	18.411.316,10	113,70	-2.219.096,10
RECEITAS CORRENTES	16.192.200,00	16.192.200,00	3.429.868,03	21,18	16.827.480,14	103,92	-635.280,14
RECEITA TRIBUTÁRIA	531.500,00	531.500,00	335.862,82	63,19	876.592,31	164,93	-345.082,31
IMPOSTOS	428.000,00	428.000,00	313.091,37	73,15	669.058,70	156,32	-241.058,70
TAXAS	59.500,00	59.500,00	16.261,25	27,33	97.666,75	164,15	-38.166,75
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	44.000,00	44.000,00	6.510,20	14,80	109.856,86	249,67	-65.856,86
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	528.000,00	528.000,00	135.946,16	25,75	640.693,02	121,34	-112.693,02
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	440.000,00	440.000,00	135.946,16	30,90	557.357,07	126,67	-117.357,07
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	88.000,00	88.000,00	0,00	0,00	83.335,95	94,70	4.664,05
RECEITA PATRIMONIAL	834.050,00	834.050,00	159.662,01	19,14	1.507.889,54	180,79	-673.839,54
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	834.050,00	834.050,00	159.662,01	19,14	1.507.889,54	180,79	-673.839,54
RECEITA AGROPECUÁRIA	2.200,00	2.200,00	1.834,12	83,37	7.480,36	340,02	-5.280,36
Outras Receitas Agropecuárias	2.200,00	2.200,00	1.834,12	83,37	7.480,36	340,02	-5.280,36
RECEITA DE SERVIÇOS	87.500,00	87.500,00	38.791,93	44,33	164.864,11	188,42	-77.364,11
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	14.114.020,00	14.114.020,00	2.641.412,69	18,71	13.362.092,41	94,67	751.927,59
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	14.054.020,00	14.054.020,00	2.638.840,81	18,78	13.338.945,47	94,91	715.074,53
Transf. de Conv.	60.000,00	60.000,00	2.571,88	4,29	23.146,94	38,58	36.853,06
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	94.930,00	94.930,00	116.358,30	122,57	267.878,39	282,19	-172.948,39
Multas e Juros de Mora	31.350,00	31.350,00	5.985,38	19,09	34.046,94	108,60	-2.696,94
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.200,00	2.200,00	92.648,87	211,31	92.648,87	211,31	-90.448,87
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	9.900,00	9.900,00	5.021,66	50,72	44.877,75	453,31	-34.977,75
RECEITAS DIVERSAS	51.480,00	51.480,00	12.702,39	24,67	96.304,83	187,07	-44.824,83
RECEITAS DE CAPITAL	20,00	20,00	138.875,96	379,80	1.583.835,96	179,80	-1.583.815,96
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	138.875,96	0,00	138.875,96	0,00	-138.875,96
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	138.875,96	0,00	138.875,96	0,00	-138.875,96
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	387.620,00	0,00	-387.620,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	387.620,00	0,00	-387.620,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	20,00	20,00	0,00	0,00	1.057.340,00	700,00	-1.057.320,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	20,00	20,00	0,00	0,00	1.057.340,00	700,00	-1.057.320,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	850.050,00	850.050,00	239.415,08	28,16	938.552,07	110,41	-88.502,07
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	850.050,00	850.050,00	239.415,08	28,16	938.552,07	110,41	-88.502,07
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	850.050,00	850.050,00	239.415,08	28,16	938.552,07	110,41	-88.502,07
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	850.050,00	850.050,00	239.415,08	28,16	938.552,07	110,41	-88.502,07
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	17.042.270,00	17.042.270,00	3.808.159,07	22,35	19.349.868,17	113,54	-2.307.598,17
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de Salto Veloso - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)						
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	17.042.270,00	17.042.270,00	3.808.159,07	22,35	19.349.888,17	113,54
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL VII = (V + VI)	17.042.270,00	17.042.270,00	3.808.159,07	22,35	19.349.888,17	113,54
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	729.266,19	—	—	729.266,19	—
Superávit Financeiro	—	729.266,19	—	—	729.266,19	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS		SALDO A EXECUTAR (f - (g + h))
				No Bimestre (g)	Até o Bimestre (h)	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)	% ((g + h) / f)
						No Bimestre (i)	Até o Bimestre (g)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	16.192.220,00	3.541.509,27	19.734.129,27	3.080.207,47	16.430.751,27	4.103.110,24	16.430.751,27	83,26
DESPESAS CORRENTES	14.321.250,00	1.157.809,80	15.479.059,80	2.785.688,48	14.557.338,50	3.544.226,25	14.557.338,50	94,05
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.380.440,00	224.150,40	7.604.590,40	1.990.062,23	7.293.523,50	1.990.430,08	7.293.523,50	95,91
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	195.000,00	-57.847,58	137.152,42	16.105,98	137.152,42	16.105,98	137.152,42	100,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.745.810,00	991.506,98	7.737.316,98	779.490,27	7.128.662,58	1.528.690,19	7.128.662,58	92,11
DESPESAS DE CAPITAL	508.920,00	2.384.099,47	2.893.019,47	294.548,99	1.873.412,77	558.883,99	1.873.412,77	64,76
INVESTIMENTOS	497.920,00	2.096.251,89	2.594.171,89	217.103,55	1.619.494,89	481.438,55	1.619.494,89	62,43
INVERSOES FINANCEIRAS	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	10.000,00	287.847,58	297.847,58	77.445,44	253.927,88	77.445,44	253.927,88	85,25
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.362.050,00	0,00	1.362.050,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	850.050,00	-93.355,66	756.694,34	70.610,03	533.872,30	70.610,03	533.872,30	70,55
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	850.050,00	-93.355,66	756.694,34	70.610,03	533.872,30	70.610,03	533.872,30	70,55
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	17.042.270,00	3.448.553,61	20.490.823,61	3.150.817,50	16.964.623,57	4.173.720,27	16.964.623,57	82,79
								3.526.200,04

Continua 2/3

Município de Salto Veloso - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS			SALDO A EXECUTAR (f - (g + h))	
				Até o Bimestre (g)	Até o Bimestre (h)	LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)		%
						No Bimestre (i)	Até o Bimestre (j)			
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	17.042.270,00	3.448.553,61	20.490.823,61	3.150.817,50	16.964.623,57	4.173.720,27	16.964.623,57	0,00	82,79	
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	2.385.244,60	—	—	
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	17.042.270,00	3.448.553,61	20.490.823,61	3.150.817,50	16.964.623,57	4.173.720,27	19.349.868,17	94,43	3.526.200,04	

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 1.698.914,19

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE:

Salto Veloso, 26/01/2015

CLAUDEMIR CESCO PREFEITO MUNICIPAL	ALVARO ANTÔNIO BISCARO CONTADOR
---------------------------------------	------------------------------------

Município de Salto Veloso - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		LIQUIDADAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (c)	% ((b + c)/ Total (b + c))	SALDO (a - (b + c))
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	16.192.220,00	19.734.128,27	3.080.207,47	16.430.751,27	4.103.110,24	16.430.751,27	0,00	96,85	3.303.378,00
Legislativa	483.450,00	473.950,00	383.313,97	383.313,97	383.313,97	383.313,97	0,00	2,26	90.636,03
Ação Legislativa	483.450,00	473.950,00	383.313,97	383.313,97	383.313,97	383.313,97	0,00	2,26	90.636,03
Administração	2.158.550,00	2.553.592,50	505.667,09	2.317.680,48	669.582,02	2.317.680,48	0,00	13,66	235.912,02
Administração Geral	2.158.550,00	2.553.592,50	505.667,09	2.317.680,48	669.582,02	2.317.680,48	0,00	13,66	235.912,02
Segurança Pública	49.000,00	51.981,66	-909,07	20.980,25	1.384,62	20.980,25	0,00	0,12	31.001,41
Policimento	49.000,00	51.981,66	-909,07	20.980,25	1.384,62	20.980,25	0,00	0,12	31.001,41
Assistência Social	651.611,00	730.745,05	57.219,01	512.070,42	84.431,04	512.070,42	0,00	3,02	218.674,63
Assistência à Criança e ao Adolescente	22.000,00	22.000,00	3.668,44	18.773,25	4.934,65	18.773,25	0,00	0,11	3.226,75
Assistência Comunitária	629.611,00	708.745,05	53.550,57	493.297,17	79.496,39	493.297,17	0,00	2,91	215.447,88
Previdência Social	850.000,00	891.538,66	227.719,86	879.555,94	230.375,86	879.555,94	0,00	5,18	11.982,72
Previdência do Regime Estatutário	850.000,00	891.538,66	227.719,86	879.555,94	230.375,86	879.555,94	0,00	5,18	11.982,72
Saúde	3.030.833,00	3.571.569,14	499.905,32	3.405.093,95	709.601,28	3.405.093,95	0,00	20,07	166.475,19
Atenção Básica	2.870.432,00	3.379.190,75	494.267,50	3.261.785,88	688.651,05	3.261.785,88	0,00	19,23	117.404,87
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	34.000,00	43.704,41	-1.113,31	34.996,39	6.463,00	34.996,39	0,00	0,21	8.708,02
Vigilância Sanitária	20.000,00	31.827,55	2.140,00	10.830,33	2.200,00	10.830,33	0,00	0,06	34,03
Vigilância Epidemiológica	15.400,00	15.400,00	0,00	3.106,98	2.700,00	3.106,98	0,00	0,02	12.293,02
Alimentação e Nutrição	86.000,00	101.445,43	4.611,13	94.374,37	9.587,23	94.374,37	0,00	0,56	7.071,06
Abastecimento	5.001,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00
Educação	3.404.014,00	4.586.276,17	695.285,02	3.927.288,48	1.034.071,00	3.927.288,48	0,00	23,15	659.007,89
Ensino Fundamental	2.217.414,00	3.355.449,25	450.456,22	2.783.666,60	781.988,84	2.783.666,60	0,00	16,41	571.782,65
Educação Infantil	1.150.000,00	1.228.826,92	244.248,12	1.142.879,36	251.501,48	1.142.879,36	0,00	6,74	85.947,56
Educação de Jovens e Adultos	34.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Especial	2.000,00	2.000,00	580,68	722,52	580,68	722,52	0,00	0,00	1.277,48
Cultura	159.000,00	239.000,00	69.048,74	212.992,17	109.987,77	212.992,17	0,00	1,26	26.007,83
Diffusão Cultural	159.000,00	239.000,00	69.048,74	212.992,17	109.987,77	212.992,17	0,00	1,26	26.007,83
Urbanismo	735.604,00	1.277.132,12	264.045,09	889.272,56	314.353,53	889.272,56	0,00	5,24	387.859,56
Infra-Estrutura Urbana	25.004,00	510.206,64	139.045,70	139.045,70	139.045,70	139.045,70	0,00	0,82	371.160,94
Serviços Urbanos	710.600,00	766.925,48	124.999,39	750.226,86	175.307,83	750.226,86	0,00	4,42	16.698,62

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Salto Veloso - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS					SALDO (a - (b + c))	
			No Bimestre	Até o Bimestre	LIQUIDADAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (c)	% ((b + c)/ Total (b + c))	% ((b + c)/a)		
					No Bimestre	Até o Bimestre (b)					
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)											
Habituação	16.192.220,00	19.734.129,27	3.080.207,47	16.430.751,27	4.103.110,24	16.430.751,27	0,00	96,85	83,26	3.303.378,00	
Habituação Urbana	12.001,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	
Saneamento	12.001,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	
Saneamento Básico Urbano	5.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Gestão Ambiental	5.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Preservação e Conservação Ambiental	5.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Agricultura	813.003,00	800.003,00	120.901,04	791.701,54	176.203,23	791.701,54	0,00	4,67	98,96	8.301,41	
Extensão Rural	813.003,00	800.003,00	120.901,04	791.701,54	176.203,23	791.701,54	0,00	4,67	98,96	8.301,41	
Indústria	11.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	
Promoção Industrial	11.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	
Comércio e Serviços	4.502,00	4.502,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.502,00	
Turismo	4.502,00	4.502,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.502,00	
Transporte	1.930.102,00	2.216.917,65	161.123,62	2.169.785,85	269.451,28	2.169.785,85	0,00	12,79	97,87	47.131,18	
Transporte Rodoviário	1.930.102,00	2.216.917,65	161.123,62	2.169.785,85	269.451,28	2.169.785,85	0,00	12,79	97,87	47.131,18	
Desporto e Lazer	141.500,00	111.500,00	5.636,76	108.709,11	9.604,77	108.709,11	0,00	0,64	97,50	2.790,81	
Desporto Comunitário	141.500,00	111.500,00	5.636,76	108.709,11	9.604,77	108.709,11	0,00	0,64	97,50	2.790,81	
Encargos Especiais	385.000,00	862.370,32	91.251,02	812.326,55	110.749,87	812.326,55	0,00	4,79	94,20	50.043,77	
Outros Encargos Especiais	385.000,00	862.370,32	91.251,02	812.326,55	110.749,87	812.326,55	0,00	4,79	94,20	50.043,77	
Reserva de Contingência 1	1.362.050,00	1.362.050,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.362.050,00	
Reserva de Contingência	1.362.050,00	1.362.050,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.362.050,00	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)											
Legislativa	850.050,00	756.694,34	70.610,03	533.872,30	70.610,03	533.872,30	0,00	3,15	70,55	222.822,01	
Ação Legislativa	11.550,00	21.050,00	20.115,75	20.115,75	20.115,75	20.115,75	0,00	0,12	96,56	934,21	
Administração	95.000,00	87.577,50	0,00	54.210,70	0,00	54.210,70	0,00	0,32	61,90	33.366,81	
Administração Geral	95.000,00	87.577,50	0,00	54.210,70	0,00	54.210,70	0,00	0,32	61,90	33.366,81	
Assistência Social	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	
Assistência Comunitária	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	
Saúde	99.000,00	118.892,32	28.372,58	118.892,32	28.372,58	118.892,32	0,00	0,70	100,00	0,00	
Atenção Básica	99.000,00	118.892,32	28.372,58	118.892,32	28.372,58	118.892,32	0,00	0,70	100,00	0,00	

Continua 2/3

Município de Salto Veloso - SC

Continuação 3/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS			SALDO (a - (b + c))
			No Bimestre	Até o Bimestre	LIQUIDADAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (c)	
					No Bimestre	Até o Bimestre (b)		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)								
Educação	850.050,00	756.694,34	70.610,03	533.872,30	70.610,03	533.872,30	0,00	222.822,04
Ensino Fundamental	380.000,00	375.000,00	22.121,70	267.963,89	22.121,70	267.963,89	0,00	107.036,11
Educação Infantil	260.000,00	285.000,00	22.121,70	201.931,47	22.121,70	201.931,47	0,00	83.068,53
Cultura	120.000,00	90.000,00	0,00	66.032,42	0,00	66.032,42	0,00	23.967,58
Difusão Cultural	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Urbanismo	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Serviços Urbanos	40.000,00	33.674,52	0,00	19.157,22	0,00	19.157,22	0,00	14.517,30
Agricultura	40.000,00	33.674,52	0,00	19.157,22	0,00	19.157,22	0,00	14.517,30
Extensão Rural	64.000,00	64.000,00	0,00	32.378,96	0,00	32.378,96	0,00	31.621,04
Transporte	64.000,00	64.000,00	0,00	32.378,96	0,00	32.378,96	0,00	31.621,04
Transporte Rodoviário	154.000,00	50.000,00	0,00	21.153,46	0,00	21.153,46	0,00	28.846,54
Desporto e Lazer	154.000,00	50.000,00	0,00	21.153,46	0,00	21.153,46	0,00	28.846,54
Desporto Comunitário	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
TOTAL (III) = (I + II)	17.042.270,00	20.490.823,61	3.150.817,50	16.964.623,57	4.173.720,27	16.964.623,57	0,00	3.526.200,04

FONTE:

Salto Veloso, 26/01/2015

CLAUDEMIR CESCA
PREFEITO MUNICIPAL

ALVARO ANTÔNIO BISCARO
CONTADOR

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Salto Veloso - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANERO/2014 A DEZEMBRO/2014

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014
		Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Ago/2014	Sep/2014	Out/2014	Nov/2014	Dez/2014	
RECEITAS CORRENTES (I)		1.537.764,71	1.662.614,45	1.402.825,73	1.665.618,90	1.695.541,40	1.365.677,39	1.406.798,41	1.719.626,03	1.587.895,50	1.693.090,88	2.143.734,29	19.071.656,44	18.953.240,00
RECEITA TRIBUTÁRIA		4.007,01	55.556,22	87.443,58	132.029,12	72.000,48	41.098,46	32.928,93	40.298,34	37.234,27	38.175,08	301.241,01	876.592,31	531.500,00
IPT.U.		479,39	0,00	22.154,21	66.397,13	23.243,03	1.597,91	1.148,69	1.764,60	489,49	1.606,43	244,90	124.921,26	143.000,00
IR.R.F.		61,55	96,98	24.263,47	0,00	0,00	0,00	2.228,70	0,00	0,00	2.251,63	212.556,69	244.171,63	165.000,00
I.S.S.		3.466,07	20.627,79	8.615,69	8.598,38	11.851,11	13.870,73	7.785,27	26.654,64	19.393,30	28.226,15	66.367,49	244.171,63	165.000,00
LT.B.L.		0,00	8.740,38	3.433,96	13.013,57	10.783,93	4.900,00	8.259,87	3.438,79	2.600,00	1.070,00	59.081,29	20.000,00	20.000,00
Outras Receitas Tributárias		0,00	26.256,07	28.746,06	41.019,84	26.322,41	20.771,82	13.506,40	8.400,11	14.760,58	6.291,10	16.480,35	207.523,61	103.500,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		37.497,59	60.921,78	41.312,59	38.403,07	33.938,44	144.950,53	81.895,96	62.865,19	48.687,22	46.430,37	88.515,79	640.693,02	528.000,00
RECEITA PATRIMONIAL		31.834,36	171.941,56	106.591,32	178.031,09	262.843,66	8.606,49	127.187,71	298.022,57	-11.682,21	175.048,78	-1.032,60	1.507.899,54	834.050,00
RECEITA AGROPECUÁRIA		0,00	8,56	63,96	1.824,27	693,47	301,36	898,17	663,19	554,37	1.002,25	831,67	7.480,36	2.200,00
RECEITA INDUSTRIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS		0,00	17.311,55	2.910,57	11.095,20	17.340,55	6.763,10	21.716,39	6.929,57	25.002,96	17.002,29	13.325,23	164.894,11	87.500,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		1.464.032,79	1.338.406,42	1.146.172,54	1.294.326,11	1.307.263,25	1.153.863,01	1.127.992,44	1.299.117,10	1.181.925,57	1.246.799,65	1.655.886,92	15.606.298,71	16.775.090,00
Cota-Parte do P.F.M.		594.831,36	635.192,90	376.793,29	430.046,10	573.098,30	429.779,99	395.126,63	448.427,05	393.083,94	427.480,52	540.132,51	5.709.716,45	6.100.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.		414.167,73	391.488,46	397.155,13	385.702,73	385.146,05	384.530,23	342.138,10	430.900,43	433.141,04	474.920,33	457.453,36	4.912.593,83	6.700.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.		28.738,45	32.761,51	48.699,93	45.547,92	48.493,31	30.372,01	52.421,51	47.946,58	35.357,41	28.332,74	13.298,01	454.832,44	374.000,00
Cota-Parte do ITR.		0,00	0,00	15,67	0,00	0,00	19,65	10,10	0,00	2.105,50	61,46	14,29	2.226,67	2.200,00
Outras Transferências Correntes		194.890,72	51.559,25	116.615,06	195.792,77	94.000,05	95.311,12	162.651,16	155.709,30	110.923,44	119.328,31	402.429,65	1.858.934,77	1.299.800,00
Transferências da LC 61/1989		6.000,85	5.999,55	5.442,18	5.925,48	6.524,20	6.138,47	6.306,12	6.300,21	6.117,02	6.590,83	7.522,30	76.018,34	99.000,00
Transferências da LC 87/1996		1.738,40	1.738,40	0,00	1.738,40	2.066,08	1.738,40	1.738,40	1.738,40	1.738,40	1.738,40	5.215,20	22.990,78	30.000,00
Transferências do FUNDEB		223.665,48	216.096,35	201.690,28	225.602,71	197.979,26	206.003,14	193.690,42	207.895,13	212.160,47	231.420,88	229.927,57	2.568.985,43	2.200.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		392,76	20.468,36	18.331,14	10.907,04	1.960,55	10.074,44	14.158,81	11.654,40	3.524,48	60.048,11	83.965,07	267.878,39	94.930,00
DEDUÇÕES (II)		269.342,84	294.054,10	241.494,53	255.635,03	284.462,84	336.528,90	249.690,85	281.034,13	193.502,33	299.146,56	384.216,84	3.353.476,27	3.731.050,00
Conto: Patrocinat. Res. Propósito Prev.		40.063,84	53.802,77	57.942,30	51.808,06	61.263,81	53.927,20	60.721,54	75.597,43	69.236,07	120.980,00	120.980,00	735.207,73	750.050,00
Conto: para o Plano de Previdência do Servidor		20.031,92	26.901,38	25.285,13	27.895,50	25.904,29	128.457,59	32.116,65	-74.307,57	35.324,81	31.196,32	58.531,87	374.092,24	320.000,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB		209.247,08	213.349,95	165.600,23	173.907,23	206.750,49	166.807,40	158.914,30	188.165,94	171.473,36	202.252,17	204.704,97	2.244.176,30	2.861.040,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)		1.268.421,87	1.368.560,35	1.161.331,20	1.409.983,87	1.411.078,56	1.029.148,59	1.157.107,56	1.438.591,90	1.050.306,42	1.393.944,32	1.759.517,45	15.718.180,17	15.122.190,00

PONTE

Salto Veloso, 26/01/2015

CLAUDIMIR CESCA
PREFEITO MUNICIPAL

ALVARO ANTONIO BISCARO
CONTADOR

Município de Salto Veloso - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)					R\$ 1,00	
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS			
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014		
				Até o Bimestre/2013		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)						
RECEITAS CORRENTES	1.020.000,00	1.020.000,00	192.117,29	1.698.914,19	444.970,15	
Recorta de Contribuições dos Segurados	1.020.000,00	1.020.000,00	192.117,29	1.698.914,19	444.970,15	
Pessoal Civil	320.000,00	320.000,00	89.730,19	374.092,24	267.099,18	
Ativo	320.000,00	320.000,00	89.730,19	374.092,24	267.099,18	
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recorta Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recostas Imobiliárias	700.000,00	700.000,00	102.387,10	1.324.821,95	177.870,97	
Recostas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Recostas Patrimoniais	700.000,00	700.000,00	102.387,10	1.324.821,95	177.870,97	
Recorta de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Recostas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Demais Recostas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Recostas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
(*) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	539.646,25	
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	1.020.000,00	1.020.000,00	192.117,29	1.698.914,19	984.616,40	
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS			
			Em 2014			
			LICUIDADAS	INSORITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	LICUIDADAS Até o Bimestre/2013	INSORITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)						
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Salto Veloso - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS			
			Em 2014		Em 2013	
			LIQUIDADAS		LIQUIDADAS Até o Bimestre/2013	INSORTAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014		
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VII) = (III - VI)	1.020.000,00	1.020.000,00	192.117,29	1.698.914,19	984.616,40	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VIII) = (III - VII)						
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS			
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013	
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS						
Valor			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA			
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS			
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00	539.646,25	
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	539.646,25	
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00	539.646,25	
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	539.646,25	
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
						Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Salto Veloso - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	
					Até o Bimestre/2013
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	0,00	0,00	0,00	539.646,25	

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS			
			Em 2014		Em 2013	
			LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS Até o Bimestre/2013
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014		
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Salto Veloso, 28/01/2015

CLAUDEMIR CESCO

PREFEITO MUNICIPAL

ALVARO ANTÔNIO BISCARO

CONTADOR

Município de Salto Veloso - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Out 2014 (B)	Em 31 Dez 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	514.630,56	338.148,12	618.734,55
DEDUÇÕES (II)	11.316.567,00	13.968.718,47	13.602.473,52
Disponibilidade de Caixa Bruta	11.442.479,05	14.101.007,73	13.602.473,52
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	125.912,05	132.289,26	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-10.801.936,44	-13.630.570,35	-12.983.738,97
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-10.801.936,44	-13.630.570,35	-12.983.738,97

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Dez 2014 (C - A)
VALOR	646.831,38	-2.181.802,53

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-9.000,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Out 2014 (B)	Em 31 Dez 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Salto Veloso, 26/01/2015

CLAUDEMIR CESCA
PREFEITO MUNICIPAL

ALVARO ANTÔNIO BISCARO
CONTADOR

Município de Salto Veloso - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	16.208.200,00	3.509.621,10	16.258.142,67	15.418.772,51
Receita Tributária	531.500,00	335.862,82	876.582,31	671.258,05
I.P.T.U.	143.000,00	3.041,38	124.921,26	141.255,00
I.S.S.	100.000,00	91.969,89	240.884,52	146.043,10
I.T.B.I.	20.000,00	2.840,80	59.081,29	51.752,98
I.R.R.F.	165.000,00	215.239,30	244.171,63	221.765,91
Outras Receitas Tributárias	103.500,00	22.771,45	207.523,61	110.441,06
Receita de Contribuição	1.378.050,00	375.361,24	1.579.245,09	1.129.094,68
Receitas Previdenciárias	320.000,00	89.730,19	374.092,24	806.745,43
Outras Contribuições	1.058.050,00	285.631,05	1.205.152,85	322.349,25
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	834.050,00	159.662,01	1.507.889,54	264.284,04
(-) Aplicações Financeiras	834.050,00	159.662,01	1.507.889,54	264.284,04
Transferências Correntes	14.114.020,00	2.641.412,69	13.362.092,41	13.105.721,31
F.P.M.	4.880.000,00	825.492,34	4.566.777,93	4.219.856,99
I.C.M.S.	5.360.000,00	745.899,13	3.924.744,30	4.458.784,01
Convênios	60.000,00	2.571,88	23.146,94	23.705,00
Outras Transferências Correntes	3.814.020,00	1.067.449,34	4.847.423,24	4.403.375,31
Demais Receitas Correntes	184.630,00	156.984,35	440.222,86	512.698,47
Dívida Ativa	9.900,00	5.021,66	44.877,75	41.778,56
Diversas Receitas Correntes	174.730,00	151.962,69	395.345,11	470.919,91
RECEITAS DE CAPITAL (II)	20,00	138.875,96	1.583.835,96	771.909,73
Operações de Crédito (III)	0,00	138.875,96	138.875,96	458.259,73
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	387.620,00	166.000,00
Transferências de Capital	20,00	0,00	1.057.340,00	147.650,00
Convênios	20,00	0,00	1.057.340,00	147.650,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	20,00	0,00	1.057.340,00	147.650,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	16.208.220,00	3.509.621,10	17.315.482,67	15.566.422,51

Município de Salto Veloso - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS					
		EM 2014			EM 2013		
		LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS Até o Bimestre	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		No Bimestre	Até o Bimestre				
DESPESAS CORRENTES (VIII)	16.235.754,14	3.614.836,28	15.091.210,80	0,00	13.749.476,21	648,00	
Pessoal e Encargos Sociais	8.361.284,74	2.070.040,11	7.827.395,80	0,00	6.949.039,96	0,00	
Juros e Encargos da Dívida (IX)	137.152,42	16.105,98	137.152,42	0,00	145.000,00	0,00	
Outras Despesas Correntes	7.737.316,98	1.528.690,19	7.126.662,58	0,00	6.655.436,25	648,00	
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	16.098.601,72	3.598.730,30	14.954.058,38	0,00	13.604.476,21	648,00	
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	2.893.019,47	558.883,99	1.873.412,77	0,00	1.885.121,04	32.896,42	
Investimentos	2.594.171,89	481.438,55	1.619.484,89	0,00	1.803.248,75	32.896,42	
Inversões Financeiras	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Demais Inversões Financeiras	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida (XIV)	297.847,58	77.445,44	253.927,88	0,00	81.872,29	0,00	
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	2.595.171,89	481.438,55	1.619.484,89	0,00	1.803.248,75	32.896,42	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	1.362.050,00	-	-	-	-	-	

Município de Salto Veloso - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS				
		EM 2014		EM 2013		
		LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS Até o Bimestre	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
		No Bimestre	Até o Bimestre			
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	1.362.050,00	-	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	20.055.823,61	4.080.168,85	16.573.543,27	0,00	15.407.724,96	33.544,42
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-3.847.603,61	-570.547,75		741.939,40		125.153,13
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-		729.266,19		0,00
Superávit Financeiro	-	-		729.266,19		0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-		0,00		0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL					VALOR CORRENTE	
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA					-692.050,00	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas líquidas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas líquidas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Salto Veloso, 28/01/2015

CLAUDEMIR CESCO
PREFEITO MUNICIPAL

ALVARO ANTÔNIO BISCARO
CONTADOR

Município de Salto Veloso - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS				RP NÃO PROCESSADOS						
	Em Exercícios Anteriores	Inscritos Em 31 de Dezembro de 2013	Pagos	Cancelados	Saldo	Em Exercícios Anteriores	Inscritos Em 31 de Dezembro de 2013	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	125.912,05	125.912,05	-	-	-	33.544,42	32.556,81	32.556,81	987,61	-
EXECUTIVO	0,00	125.912,05	125.912,05	0,00	0,00	0,00	32.896,42	32.556,81	32.556,81	339,61	0,00
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	125.912,05	125.912,05	0,00	0,00	0,00	32.896,42	32.556,81	32.556,81	339,61	0,00
CHEFE EXECUTIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	648,00	0,00	0,00	648,00	0,00
INST PREVIDOS SERV PUB DO MUNICÍPIO SALTO V	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	648,00	0,00	0,00	648,00	0,00
INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO SERVIDOR PUBL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	125.912,05	125.912,05	0,00	0,00	0,00	33.544,42	32.556,81	32.556,81	987,61	-0,00

FONTE:

FONTE:

Salto Veloso, 28/01/2015

CLAUDEMIR CESCA
PREFEITO MUNICIPAL

ALVARO ANTÔNIO BISCARO
CONTADOR

MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	439.000,00	439.000,00	316.337,52	694.915,19	158,30
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	154.000,00	154.000,00	6.287,53	150.777,75	97,91
1.1.1- IPTU	143.000,00	143.000,00	3.041,38	124.921,26	87,36
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	2.200,00	2.200,00	227,85	702,42	31,93
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	6.800,00	6.800,00	1.339,09	18.938,76	286,95
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	2.200,00	2.200,00	1.679,21	6.215,31	282,51
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	20.000,00	20.000,00	2.840,80	59.081,29	295,41
1.2.1- ITBI	20.000,00	20.000,00	2.840,80	59.081,29	295,41
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	100.000,00	100.000,00	91.969,89	240.884,52	240,88
1.3.1- ISS	100.000,00	100.000,00	91.969,89	240.884,52	240,88
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	165.000,00	165.000,00	215.239,30	244.171,63	147,98
1.4.1- IRRF	165.000,00	165.000,00	215.239,30	244.171,63	147,98
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	13.305.200,00	13.305.200,00	2.027.837,79	11.178.348,51	84,01
2.1- Cota-Parte FPM	6.100.000,00	6.100.000,00	1.031.865,37	5.709.716,45	93,60
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	3.900.000,00	3.900.000,00	1.031.865,37	5.709.716,45	146,40
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	2.200.000,00	2.200.000,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	6.700.000,00	6.700.000,00	932.373,69	4.912.593,83	73,32
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	30.000,00	30.000,00	6.953,60	22.960,78	76,54
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	99.000,00	99.000,00	14.943,63	76.018,34	76,79
2.5- Cota-Parte ITR	2.200,00	2.200,00	75,75	2.226,67	101,21
2.6- Cota-Parte IPVA	374.000,00	374.000,00	41.625,75	454.832,44	121,61
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	13.744.200,00	13.744.200,00	2.344.175,31	11.873.263,70	86,39
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.1- Transferências do Salário-Educação	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	60.004,00	60.004,00	2.571,88	280.486,94	467,45
6.1- Transferências de Convênios	60.004,00	60.004,00	2.571,88	280.486,94	467,45
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	326.100,00	326.100,00	340.709,87	696.009,56	213,43
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	386.104,00	386.104,00	343.281,75	976.496,50	252,91
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.661.040,00	2.661.040,00	406.957,14	2.244.176,30	84,33
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.220.000,00	1.220.000,00	206.373,03	1.142.938,52	93,68
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	1.340.000,00	1.340.000,00	186.474,56	987.849,53	73,72
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	6.000,00	6.000,00	2.781,44	5.924,46	98,74
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	19.800,00	19.800,00	2.987,93	15.081,91	76,17
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	440,00	440,00	15,13	454,82	103,37
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	74.800,00	74.800,00	8.325,05	91.927,06	122,90
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	2.200.000,00	2.200.000,00	461.348,45	2.588.985,43	116,77
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	2.200.000,00	2.200.000,00	461.348,45	2.588.985,43	116,77
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	-461.040,00	-461.040,00	54.391,31	324.809,13	-70,45
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

Continua 1/3

MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS				%
			LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	(g)=((e+f)/d)x100	
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)			
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.785.600,00	1.684.911,76	352.042,24	1.683.958,09	0,00	99,94	
13.1- Com Educação Infantil	530.000,00	515.168,92	118.915,04	515.168,92	0,00	100,00	
13.2- Com Ensino Fundamental	1.236.600,00	1.169.742,84	233.127,20	1.168.789,17	0,00	99,92	
14- OUTRAS DESPESAS	444.400,00	730.335,93	179.261,20	725.948,97	0,00	99,40	
14.1- Com Educação Infantil	121.000,00	155.098,00	32.298,95	154.872,23	0,00	99,85	
14.2- Com Ensino Fundamental	323.400,00	575.237,93	146.962,25	571.076,74	0,00	99,28	
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	2.211.000,00	2.415.247,69	531.303,44		2.409.907,06	99,78	
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB						VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						—	
16.1 - FUNDEB 60%						—	
16.2 - FUNDEB 40%						—	
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00	
17.1 - FUNDEB 60%						0,00	
17.2 - FUNDEB 40%						0,00	
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00	
INDICADORES DO FUNDEB							
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						2.409.907,06	
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério ¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %						65,55	
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %						28,26	
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 +19.2)) %						6,19	
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE						VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 ²						0,00	
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB							
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			%	
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	(c)=(b/a)x100		
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3ª)	3.436.050,00	3.436.050,00	586.043,83	2.968.315,93		86,39	
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS				%
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	(g)=((e+f)/d)x100	
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	651.000,00	670.266,92	151.213,99	670.041,15	0,00	99,97	
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
24- ENSINO FUNDAMENTAL	1.560.000,00	1.744.980,77	380.089,45	1.739.865,91	0,00	99,71	
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.560.000,00	1.744.980,77	380.089,45	1.739.865,91	0,00	99,71	
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	2.211.000,00	2.415.247,69	531.303,44		2.409.907,06	99,78	
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL						VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						324.809,13	
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						—	
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 i)						—	
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						51.031,89	
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00	
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴						—	
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 h)						—	
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)						375.841,02	
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))						2.034.066,04	
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %						17,13	
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE							
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS				%
			LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	(g)=((e+f)/d)x100	
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)			
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	220.000,00	323.785,31	129.056,92	311.220,89	0,00	96,12	
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS P/ FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.419.014,00	2.303.686,60	405.419,57	1.548.656,85	0,00	67,23	
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	1.639.014,00	2.627.473,91	534.476,49		1.859.877,74	70,79	
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	3.850.014,00	5.042.721,60	1.065.779,93		4.269.784,80	84,67	
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA			SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2014		

Continuação 2/3

MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/3

RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	GRUPO 1 - BIMESTRE	SALDO EM 2014 (h)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (i)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	2.568.985,43	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	0,00	0,00
49.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	2.568.985,43	0,00

Salto Veloso, 28/01/2015

CLAUDEMIR CESCA
PREFEITO MUNICIPAL

ALVARO ANTÔNIO BISCARO
CONTADOR

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do acréscimo do FUNDEB foi de R\$ 51.031,89, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

Município de Salto Veloso - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	0,00	138.875,96		-138.875,96
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	2.893.019,47	1.873.412,77	0,00	1.019.606,70
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	2.893.019,47	1.873.412,77	0,00	1.019.606,70
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-2.893.019,47	-1.734.536,81		-1.158.482,66

FONTE:

Notas:

¹ Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III.² Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, os termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Salto Veloso, 26/01/2015

CLAUDEMIR CESCA
PREFEITO MUNICIPAL

ALVARO ANTÔNIO BISCARO
CONTADOR

Município de Salto Veloso - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2013	723.271,74	244.136,62	479.135,12	10.265.976,41
2014	791.414,88	282.884,60	508.530,28	10.774.506,69
2015	749.794,12	294.054,24	455.739,88	11.230.246,57
2016	706.538,76	315.079,72	391.459,04	11.621.705,61
2017	668.906,11	322.458,55	346.447,56	11.968.153,17
2018	610.650,85	393.083,29	217.567,56	12.185.720,73
2019	570.069,02	416.484,97	153.584,05	12.339.304,78
2020	520.679,85	467.952,99	52.726,86	12.392.031,64
2021	467.557,59	533.076,78	-65.519,19	12.326.512,45
2022	431.150,71	553.919,23	-122.768,52	12.203.743,93
2023	400.516,04	560.199,83	-159.683,79	12.044.060,14
2024	349.029,83	628.523,09	-279.493,26	11.764.566,88
2025	317.499,25	643.026,19	-325.526,94	11.439.039,94
2026	286.935,52	655.862,80	-368.927,28	11.070.112,66
2027	250.904,74	686.773,99	-435.869,25	10.634.243,41
2028	229.137,73	678.691,30	-449.553,57	10.184.689,84
2029	189.495,04	721.597,23	-532.102,19	9.652.587,65
2030	154.380,78	754.478,06	-600.097,28	9.052.490,37
2031	139.370,72	733.063,24	-593.692,52	8.458.797,85
2032	131.237,44	694.315,83	-563.078,39	7.895.719,46
2033	111.414,01	690.848,50	-579.434,49	7.316.284,97
2034	90.450,98	392.614,03	-302.163,05	7.014.121,92
2035	73.210,27	685.546,06	-612.335,79	6.401.786,13
2036	55.691,67	681.696,84	-626.005,17	5.775.780,96
2037	52.566,24	638.642,41	-586.076,17	5.189.704,79
2038	36.131,42	635.860,22	-599.728,80	4.589.975,99
2039	35.011,83	591.744,62	-556.732,79	4.033.243,20
2040	32.792,55	552.784,58	-519.992,03	3.513.251,17
2041	25.353,53	530.481,17	-505.127,64	3.008.123,53
2042	21.485,73	500.092,14	-478.606,41	2.529.517,12
2043	19.023,47	467.754,36	-448.730,89	2.080.786,23
2044	18.648,04	431.502,19	-412.854,15	1.667.932,08
2045	18.556,73	396.416,09	-377.859,36	1.290.072,72
2046	18.469,29	363.110,56	-344.641,27	945.431,45
2047	17.182,40	335.110,68	-317.928,28	627.503,17
2048	17.182,40	304.937,22	-287.754,82	339.748,35
2049	0,00	276.810,22	-276.810,22	62.938,13
2050	0,00	250.736,73	-250.736,73	-187.798,60
2051	0,00	226.287,43	-226.287,43	-414.086,03
2052	0,00	203.546,85	-203.546,85	-617.632,88
2053	0,00	182.409,76	-182.409,76	-800.042,64
2054	0,00	162.493,65	-162.493,65	-962.536,29
2055	0,00	144.226,10	-144.226,10	-1.106.762,39
2056	0,00	127.725,55	-127.725,55	-1.234.487,94
2057	0,00	112.022,92	-112.022,92	-1.346.510,86
2058	0,00	98.298,12	-98.298,12	-1.444.808,98
2059	0,00	85.500,40	-85.500,40	-1.530.309,38
2060	0,00	73.833,30	-73.833,30	-1.604.142,68
2061	0,00	64.194,54	-64.194,54	-1.668.337,22
2062	0,00	55.503,64	-55.503,64	-1.723.840,86
2063	0,00	47.212,44	-47.212,44	-1.771.053,30
2064	0,00	40.286,30	-40.286,30	-1.811.339,60
2065	0,00	34.321,57	-34.321,57	-1.845.661,17
2066	0,00	28.682,18	-28.682,18	-1.874.343,35
2067	0,00	24.303,77	-24.303,77	-1.898.647,12
2068	0,00	20.017,56	-20.017,56	-1.918.664,68
2069	0,00	16.708,50	-16.708,50	-1.935.373,18
2070	0,00	13.861,08	-13.861,08	-1.949.234,26
2071	0,00	11.463,87	-11.463,87	-1.960.698,13
2072	0,00	9.344,32	-9.344,32	-1.970.042,45

Município de Salto Veloso - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2073	0,00	7.475,73	-7.475,73	-1.977.518,18
2074	0,00	6.098,25	-6.098,25	-1.983.616,43
2075	0,00	4.959,06	-4.959,06	-1.988.575,49
2076	0,00	3.991,07	-3.991,07	-1.992.566,56
2077	0,00	3.094,65	-3.094,65	-1.995.661,21
2078	0,00	2.422,51	-2.422,51	-1.998.083,72
2079	0,00	1.874,97	-1.874,97	-1.999.958,69
2080	0,00	1.209,12	-1.209,12	-2.001.167,81
2081	0,00	872,54	-872,54	-2.002.040,35
2082	0,00	674,09	-674,09	-2.002.714,44
2083	0,00	523,10	-523,10	-2.003.237,54
2084	0,00	403,61	-403,61	-2.003.641,15
2085	0,00	328,02	-328,02	-2.003.969,17
2086	0,00	267,51	-267,51	-2.004.236,68
2087	0,00	250,04	-250,04	-2.004.486,72

Projeção atuarial elaborada em 31/12/2013 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

Salto Veloso, 26/01/2015

CLAUDEMIR CESCA
PREFEITO MUNICIPAL

ALVARO ANTÔNIO BISCARO
CONTADOR

Município de Salto Veloso - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	387.620,00	-387.620,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	387.620,00	-387.620,00
TOTAL	0,00	387.620,00	-387.620,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	5,00	0,00	0,00	5,00
Investimentos	5,00	0,00	0,00	5,00
TOTAL	5,00	0,00	0,00	5,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	387.620,00	387.620,00

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Salto Veloso, 26/01/2015

CLAUDEMIR CESCA
PREFEITO MUNICIPAL

ALVARO ANTÔNIO BISCARO
CONTADOR

Município de Salto Veloso - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	439.000,00	439.000,00	694.915,19	158,30
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	143.000,00	143.000,00	124.921,26	87,36
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	20.000,00	20.000,00	59.081,29	295,41
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	100.000,00	100.000,00	240.884,52	240,88
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	165.000,00	165.000,00	244.171,63	147,98
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	2.200,00	2.200,00	702,42	31,93
Dívida Ativa dos Impostos	6.600,00	6.600,00	18.938,76	286,95
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	2.200,00	2.200,00	6.215,31	282,51
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	13.305.200,00	13.305.200,00	11.178.348,51	84,01
Cota-Parte FPM	6.100.000,00	6.100.000,00	5.709.716,45	93,60
Cota-Parte ITR	2.200,00	2.200,00	2.226,67	101,21
Cota-Parte IPVA	374.000,00	374.000,00	454.832,44	121,61
Cota-Parte ICMS	6.700.000,00	6.700.000,00	4.912.593,83	73,32
Cota-Parte IPI-Exportação	99.000,00	99.000,00	76.018,34	76,79
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	30.000,00	30.000,00	22.960,78	76,54
Desoneração ICMS (LC 87/96)	30.000,00	30.000,00	22.960,78	76,54
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	13.744.200,00	13.744.200,00	11.873.263,70	86,39

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	4.000,00	4.000,00	524,42	13,11
Provenientes da União	4.000,00	4.000,00	524,42	13,11
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	15.400,00	15.400,00	24.286,18	157,70
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	19.400,00	19.400,00	24.810,60	127,89

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EXECUTADAS	
			LIQUIDADAS Até Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
DESPESAS CORRENTES	2.986.530,00	3.543.481,85	3.410.992,86	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	1.518.830,00	1.712.636,85	1.650.009,61	0,00

Continua 1/5

Continuação 2/5

Município de Salto Veloso - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EXECUTADAS		
			LIQUIDADAS Até Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	% ((f+g)/e)
DESPESAS CORRENTES	2.986.530,00	3.543.481,85	3.410.992,86	0,00	96,26
Outras Despesas Correntes	1.467.700,00	1.830.845,00	1.760.983,25	0,00	96,18
DESPESAS DE CAPITAL	52.302,00	45.533,18	18.619,04	0,00	40,89
Investimentos	52.302,00	45.533,18	18.619,04	0,00	40,89

Continua 2/5

Município de Salto Veloso - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/5

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EXECUTADAS		
			LIQUIDADAS Até Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	% ((f+g)/e)
DESPESAS DE CAPITAL	52.302,00	45.533,18	18.619,04	0,00	40,89
Investimentos	52.302,00	45.533,18	18.619,04	0,00	40,89
TOTAL (IV)	3.038.832,00	3.589.015,03	3.429.611,90	0,00	95,56
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	LIQUIDADAS Até Bimestre (h)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)	% ((h+i)/IV(f+g))
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	667.800,00	967.978,03	823.990,21	0,00	24,03
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	667.800,00	967.978,03	823.990,21	0,00	24,03
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	-	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES³	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)	667.800,00	967.978,03	823.990,21	0,00	24,03
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = [IV(f+g) - V(h+i)]	2.371.032,00	2.621.037,00		2.605.621,69	75,97
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VIIh / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4					21,95
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [V(h+i) - (15 x IIIb)/100]					824.632,13

Continua 3/5

Continuação 4/5

Município de Salto Veloso - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)	
	0,00	0,00		0,00	
TOTAL (VIII)	0,00	0,00		0,00	
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGO 24, § 2º	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)	
	-	-		-	

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS		
			LIQUIDADAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	% ((f+g)/e)
Atenção Básica	2.969.432,00	3.498.083,07	3.380.678,20	0,00	98,57
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	34.000,00	43.704,41	34.996,39	0,00	1,02
Vigilância Sanitária	20.000,00	31.827,55	10.830,33	0,00	0,32
Vigilância Epidemiológica	15.400,00	15.400,00	3.106,98	0,00	0,09
TOTAL	3.038.832,00	3.589.015,03	3.429.611,90	0,00	100,00

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Continua 4/5

Município de Salto Veloso - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 5/5

FUNTE.

- ⁴Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
- ² O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h-i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
- ³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h-i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
- Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

Salto Veloso, 26/01/2015

CLAUDEMIR CESCA
PREFEITO MUNICIPAL

ALVARO ANTÔNIO BISCARO
CONTADOR

Município de Salto Veloso - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

Salto Veloso, 26/01/2015

CLAUDEMIR CESCA
PREFEITO MUNICIPAL

ALVARO ANTÔNIO BISCARO
CONTADOR

Município de Salto Veloso - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	17.042.270,00	
Previsão Atualizada		—	17.042.270,00	
Receitas Realizadas		3.808.159,07	19.349.868,17	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	729.266,19	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	17.042.270,00	
Créditos Adicionais		—	3.448.553,61	
Dotação Atualizada		—	20.490.823,61	
Despesas Empenhadas		3.150.817,50	16.964.623,57	
Despesas Executadas		4.173.720,27	16.964.623,57	
Liquidadas		4.173.720,27	16.964.623,57	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		—	0,00	
Superavit Orçamentário		—	2.385.244,60	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		3.150.817,50	16.964.623,57	
Despesas Executadas		4.173.720,27	16.964.623,57	
Liquidadas		4.173.720,27	16.964.623,57	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		—	0,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			15.718.180,17	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		192.117,29	1.698.914,19	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00	
Liquidadas		0,00	0,00	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		192.117,29	1.698.914,19	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-9.000,00	-2.181.802,53	24.242,25
Resultado Primário		-692.050,00	741.939,40	-107,21
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	33.544,42	987,61	32.556,81	-0,00
EXECUTIVO	33.544,42	987,61	32.556,81	-0,00
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	125.912,05	0,00	125.912,05	0,00
EXECUTIVO	125.912,05	0,00	125.912,05	0,00
TOTAL:	159.456,47	987,61	158.468,86	-0,00
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		2.034.066,04	25%	17,13
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		1.683.958,09	60%	65,55
Liquidadas		1.683.958,09		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		

Continua 1/2

Município de Salto Veloso - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito			138.875,96	-138.875,96
Despesa de Capital Líquida			1.873.412,77	1.019.606,70
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	791.414,88	431.150,71	131.237,44	17.182,40
Despesas Previdenciárias (V)	282.884,60	553.919,23	694.315,83	335.110,68
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	508.530,28	-122.768,52	-563.078,39	-317.928,28
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			387.620,00	-387.620,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	5,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		% Aplicado até o Bimestre
		% Mínimo a Aplicar no Exercício		
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	2.605.621,69	15,00		21,95
Liquidadas	2.605.621,69			
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00			
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Salto Veloso, 26/01/2015

 CLAUDEMIR CESCO
 PREFEITO MUNICIPAL

 ALVARO ANTÔNIO BISCARO
 CONTADOR

CÂMARA MUNICIPAL**CONTRATO N. 001/2015****CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 001/2015**

A CAMARA DE VEREADORES DE SALTO VELOSO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa a Rua Padre Agostinho Rombaldi, 170, Centro, Salto Veloso-SC, inscrito no CNPJ/MF sob nº 08.607.626/0001-72, representado neste ato pelo Valdenir José Zamboni, brasileiro, casado, agricultor, inscrito no CPF n. 744.246.379-72 e RG n. 2.405.884-0, residente e domiciliado na Linha Alto Veloso, Interior, Salto Veloso-SC, doravante denominado CONTRATANTE e de outro lado a empresa INFO DIGITALLE, pessoa jurídica de direito privado com sede à Rua Ernesto Prada, nº 280, bairro Vila Nova na cidade de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 86.731.494/0001-08, neste ato representada pelo Senhor José da Silva, portador da cédula de identidade 942.337 e inscrito no CPF sob o nº 383.850.079-20, doravante denominada CONTRATADA, ajustam entre si o presente contrato de prestação de serviços, mediante às cláusulas e condições que, reciprocamente aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida, tudo de acordo com a Lei 8.666/93 e suas posteriores alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Sistema de informática GEDOC (Administrativo LE) - O objeto do presente contrato é a locação de Sistema de informática GEDOC (Gerenciador eletrônico de Documentos) sob a forma de licença de uso, não exclusiva, em ambiente Windows. O sistema destina-se ao gerenciamento eletrônico e digitalização dos seguintes documentos administrativos (Atas das Sessões, Audiências Públicas, Certidões, Contratos, Convênios, Ofícios / Correspondências enviadas e recebidas, Decretos, Editais, Emendas, Indicações, Lei Orgânica, Medidas Provisórias, Moções, Pareceres, Parecer Jurídico, Pedidos de Informação, Proposição / Pedido de Providencias, Projetos de Lei / Leis, Portarias, Protocolo, Relatório de Controle Interno, Requerimentos, Resoluções, Subemendas e Vetos) com o devido acompanhamento de todas as suas fases processuais, de forma ordenada, possibilitando a pesquisa e a visualização de todas as peças e o seu armazenamento digital;

1.2 - Publicação e Hospedagem da Legislação (gedocNet LE) - Hospedagem da base de dados, das imagens digitalizadas no formato PDF e das redações no formato DOC e ou HTML das Leis Municipais (Ordinárias e Complementares), Decretos, Portarias, Resoluções e Atas no Servidor Web da CONTRATADA, as Indicações, Moções, Pedidos de Informação e Requerimentos serão publicadas apenas com a Base de dados e as devidas redações, possibilitando a pesquisa da referida legislação no domínio www.legislacaomunicipal.com e permitindo link de um formulário de consulta para a página de internet da CONTRATANTE.

§ 1º - O espaço em disco no servidor web da CONTRATADA referente ao item 1.2 é limitado a 4000Mb (quatro mil megabytes), caso haja necessidade de espaço adicional o mesmo será cobrado a parte conforme tabela de valores vigente.

1.3 - Manutenção legal e corretiva necessária ao aprimoramento dos itens deste objeto, durante o período contratual conforme Cláusula Oitava deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 - O presente contrato terá sua vigência até 31/12/2015, contando a partir da data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado nos termos do disposto no artigo 57, inciso IV da Lei 8.666/93 e normas complementares, através de termos aditivos contratuais.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 - O valor total do presente contrato é de R\$ 3.874,92 (três mil oitocentos e setenta e quatro reais e noventa e dois centavos) e será pago pela CONTRATANTE a CONTRATADA em 12 (doze)

parcelas iguais e mensais de R\$ 322,91 (trezentos e vinte e dois reais e noventa e um centavos), sendo R\$ 268,18 pelo item 1.1 e R\$ 54,73 pelo item 1.2 da cláusula primeira deste contrato.

3.2 - Pela prestação de serviços de suporte técnico, não coberto pela manutenção (Cláusula Oitava deste contrato), será pago o valor de R\$ 90,00 (noventa reais) a hora técnica, acrescidos de despesas de deslocamento no valor de R\$ 0,90 (noventa centavos) o KM rodado, mais despesas de estadia no valor de R\$ 130,00 (cento e trinta reais) ao dia, quando exigir a presença do técnico por mais de 5 horas.

3.3 - O pagamento deverá ser efetuado até o 10º dia útil do mês subsequente ao vencido, mediante emissão e apresentação da nota fiscal respectiva.

3.4 - Em caso de atraso, incidirão sobre o valor das locações multa de 1% (um por cento), mais juros de 2% (dois por cento) ao mês, a título de compensação financeira, desde o dia subsequente ao do vencimento até o do seu efetivo pagamento.

3.5 - Os valores contratados referentes aos itens do objeto serão corrigidos anualmente de acordo com o IGP-M acumulado no período de 12 (doze) meses, tendo como referência o mês de novembro.

§ 1º - Caso o contrato vigente não seja automaticamente renovado, ficam valendo para fins de reajuste para a elaboração de um novo contrato os valores tabelados e praticados no estado de Santa Catarina pela CONTRATADA.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - As despesas decorrentes da Locação do Sistema objeto do presente contrato correrão por conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2015 e terão a seguinte classificação orçamentária:

Órgão: 05-00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Unidade: 05-01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Funcional: 04.122.0002.2.005 - MANUTENÇÃO DA SEC. ADM. E PLANEJAMENTO

Dotação: 21

Recursos: 1.200

Compl. Elemento: 3.3.90.39.11 - Locação de Softwares

CLÁUSULA QUINTA - DA LICENÇA DE USO DO SISTEMA**5.1 - DA LICENÇA DE USO DO SISTEMA**

5.1.1 - O sistema gedoc é de propriedade da CONTRATADA, que concede à CONTRATANTE o direito de uso do Sistema, objeto deste contrato, que pode ser instalado em 01 (um) único computador/servidor e em até 03 (três) computadores conectados em rede.

5.1.2 - É vedada a cópia ou distribuição do sistema gedoc e do Banco de Dados, exceto para fins de backup. O sistema esta protegido pela legislação de direitos autorais. A lei federal nº. 9.609/98 prevê a pena de 06 (seis) meses a 02 (dois) anos de detenção, e indenização para cada cópia instalada ilegalmente.

5.1.3 - É vedada a sublocação, empréstimo, arrendamento ou transferência do software contratado a outros usuários, assim como também é vedada a engenharia reversa, a decompilação ou a decomposição do referido sistema.

5.1.4 - Responsabilidade por danos indiretos: Em nenhuma hipótese a CONTRATADA será responsável por qualquer dano decorrente do uso indevido ou da impossibilidade de usar o referido Sistema, ainda que a CONTRATADA tenha sido alertada quanto à possibilidade destes danos.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES**6.1 - Caberá à CONTRATANTE:**

a) Efetuar o pagamento pela locação do Sistema objeto do presente Contrato, na forma e no prazo convencionado, assim como, todas as despesas de correio e/ou transportadora referente ao envio de mercadorias como, software, manuais e afins, bem como o custo de CDs ou DVDs;

b) Facilitar o acesso dos técnicos da CONTRATADA às áreas de trabalho, registros, documentação e demais informações necessárias ao bom desempenho das funções;

- c) Designar um técnico categorizado para acompanhar o desenvolvimento dos serviços e desempenhar as atividades de coordenação técnica e administrativa, servindo de elo entre as partes;
- d) Custear os gastos necessários para implantação, assistência técnica, manutenções e eventuais alterações dos sistemas;
- e) Responsabilizar-se pela supervisão, gerência e controle de utilização do sistema licenciado, incluindo:

- assegurar a configuração adequada da máquina e instalação dos sistemas;
- manter backup adequado para satisfazer as necessidades de segurança e recuperação no caso de falha da máquina;
- dar prioridade aos técnicos da CONTRATADA para utilização do equipamento da CONTRATANTE quando da visita técnica dos mesmos.

6.2 - Caberá a CONTRATADA:

- a) Instalar o sistema gedoc, objeto deste contrato.
- b) Disponibilizar o treinamento de utilização do sistema a CONTRATANTE conforme Cláusula Sétima.
- c) Prestar suporte somente na operacionalização do sistema gedoc, objeto deste contrato, ao usuário que tenha recebido o devido treinamento.
- d) Manter informado o técnico da contratante, encarregado de acompanhar os trabalhos, prestando-lhe as informações necessárias.
- e) Prestar, às suas expensas, as manutenções que se fizerem necessárias no Sistema gedoc, causadas por problemas originados dos fontes do mesmo.
- f) Tratar como confidenciais informações e dados contidos no Sistema da CONTRATANTE, guardando total sigilo perante terceiros.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO TREINAMENTO

7.1 - O treinamento de utilização do software ao(s) usuário(s) deverá ser realizado em até 07 (sete) dias úteis após sua instalação, tendo duração de no máximo 4 (quatro) horas e obedecer aos seguintes critérios:

- a) A CONTRATANTE apresentará à CONTRATADA a relação de usuários a serem treinados;
- b) Definida a equipe de treinamento, a CONTRATADA realizará o treinamento em uma única etapa, sem obrigação de repetir;
- c) O treinamento constará de apresentação geral do sistema e acompanhamento de todos os procedimentos em nível de usuário;
- d) O treinamento prático deverá possibilitar todas as operações de inclusão, alteração, exclusão e consulta referente a cada tela, bem como a emissão de relatórios e sua respectiva análise.

CLÁUSULA OITAVA - DA MANUTENÇÃO

8.1 - Entende-se por manutenção a obrigação da CONTRATADA de manter o sistema de acordo com as características do Objeto:

- a) Corrigir eventuais falhas do sistema, desde que originados por erro ou defeito de funcionamento do mesmo;
- b) Alteração de sistema em função de mudanças legais, alteração de legislação federal, desde que tais mudanças não influam na estrutura básica do sistema.
- c) Manutenção Remota através de software específico cedido pela CONTRATADA.

§ 1º - Sempre que a manutenção remota for feita por um dos técnicos credenciados da CONTRATADA, uma sessão de vídeo da manutenção será gravada e ficará arquivada no servidor da Info Digitalle. O vídeo é gravado no formato padrão do Sistema de manutenção Remota usado pela CONTRATADA e servirá de prova de que o acesso foi feito e a manutenção efetivada. A CONTRATANTE poderá solicitar uma cópia do mesmo sempre que julgar necessário. O Vídeo ficará a salvo nos arquivos da CONTRATADA por um período de 60 dias após a efetivação da manutenção remota.

CLÁUSULA NONA - DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

9.1 - A prestação de serviços, não cobertas pela manutenção, será cobrada à parte, entendendo-se:

- a) Mudanças no programa descrito no Objeto para atender às necessidades específicas da CONTRATANTE;
- b) Elaboração de novos programas solicitados pela CONTRATANTE;

c) Alterações do sistema em função de mudanças legais ou operacionais que impliquem em modificações da estrutura básica do sistema;

d) Substituição do sistema por versões mais atualizadas em função do aprimoramento técnico e/ou operacional;

e) Auxílio na recuperação da base de dados por problemas originados em erros de operação, queda de energia ou falha de equipamentos;

f) Treinamento de pessoal da CONTRATANTE na operação ou utilização do sistema em função de substituição de pessoal, tendo em vista demissões, exonerações, mudanças de cargos, etc.

§ 1º - As solicitações de manutenção presencial e ou manutenção remota nos softwares instalados na CONTRATANTE serão enviadas pela mesma, através de pessoa ou área responsável à CONTRATADA, via sistema online disponível no website <http://suporte.infodigitalle.com.br>, acompanhado de documentação ou comentário que caracterize o serviço a ser efetuado. Após confirmação da solicitação, já de posse do código de autorização gerado pelo sistema, a CONTRATANTE entrará em contato com a CONTRATADA por telefone, para que as providências e as soluções necessárias sejam executadas.

§ 2º - A eventual prestação de serviço realizado por técnicos da contratada de forma remota através da WEB (Manutenção Remota) será cobrada à parte, conforme valores fracionados da hora técnica dispostos no item 3.2 deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

10.1 - A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste contrato somente se reputará válida se tornadas conhecidas expressamente em Instrumento Aditivo, que ao presente se aderirá, passando a fazer parte dele.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

11.1 - Caso ou quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal 8.666/93, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

I - devolução de garantia;

II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;

III - pagamento do custo da desmobilização.

11.2 - A ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93 ensejará a rescisão do contrato:

a) Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

b) Os casos de rescisão administrativa ou amigável serão precedidos de comunicação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

c) Em caso de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, o presente contrato poderá ser rescindido ou suspenso. Tendo a CONTRATADA o prazo legal de 30 dias para aviso prévio do mesmo, que poderá ser feito por Correspondência Impressa ou por e-mail;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1 - As partes de comum e recíproco acordo, elegem o foro da comarca de Trombudo Central - SC para dirimir qualquer dúvida, ação ou questão oriunda deste presente contrato.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente, por si e seus sucessores, em 2 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Salto Veloso (SC), 01 de janeiro de 2015.

Câmara de Vereadores de Salto Veloso
Contratante – Valdenir José Zamboni

Info Digitalle
Contratada - José da Silva

TESTEMUNHAS:

Nome: Silbéli Aparecida Matos Ganasini
CPF n. 715.854.609-82

Nome: Gabriela Bissani
CPF n. 078.605.259-76

CONTRATO N. 002/2015**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS n.º002/2015**

A CAMARA DE VEREADORES DE SALTO VELOSO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa a Rua Padre Agostinho Rombaldi, 170, Centro, Salto Veloso-SC, inscrito no CNPJ/MF sob nº 08.607.626/0001-72, representado neste ato pelo Presidente Valdenir José Zamboni, brasileiro, casado, agricultor, inscrito no CPF n. 744.246.379-72 e RG n. 2.405.884-0, residente e domiciliado na Linha Alto Veloso, Interior, Salto Veloso-SC, doravante denominado CONTRATANTE e a empresa BETHA SISTEMAS LTDA., doravante denominada CONTRATADA, pessoa jurídica de direito privado com sede à Rua João Pessoa, n.º 134, inscrita no CNPJ sob n.º 00.456.865/0001-67, Inscrição Estadual 253.086.027, na cidade de Criciúma/SC, neste ato representada pelo Sr. Ernesto Muniz de Souza Jr., Advogado, portador da cédula de identidade profissional n.º 24.757 OAB/SC e inscrito no CPF sob n.º 004.770.259-19 e Sr.ª Daniela Ramos Silva, Advogada, portadora da cédula de identidade profissional 38.394 OAB/SC, inscrita no CPF sob o n.º 007.395.609-05, em decorrência do processo em decorrência do processo de Compra Direta n. 001/2015, homologado em 02/01/2015, com fundamento na Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores pactuam o presente contrato de prestação de serviços, mediante as cláusulas e condições abaixo estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente contrato o fornecimento de licenças de uso, não exclusiva, mediante contratação de empresa para licenciamento do direito de uso do(s) aplicativos(s) Betha Compras, Betha Folha e Betha Sapo com acessos simultâneos em ambiente Windows e Fly Patrimônio com usuários ativos e Fly Transparência com acessos ilimitados, em ambiente WEB, utilizando banco de dados relacional, conforme funcionalidades descritas no Anexo I.

1.2. Também faz parte do objeto a prestação dos seguintes serviços especializados:

- a) Manutenção legal e corretiva durante o período contratual.
- b) Configuração e parametrização conforme procedimentos da entidade.
- c) Treinamento para os servidores responsáveis pela utilização do(s) aplicativo(s) contratado(s).
- d) Suporte técnico operacional, exclusivamente no(s) aplicativo(s) contratado(s).
- e) Serviços de alterações específicas da entidade, quando solicitado.
- f) Serviços de treinamento de reciclagem, quando solicitado.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

O presente instrumento terá duração de 03 (três) meses, contados a partir de 02/01/2015, com vigência até 31/03/2015.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

a) Pelo licenciamento do(s) aplicativos(s), objeto deste contrato, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor mensal total de R\$ 800,00 (oitocentos reais), totalizando o valor do presente instrumento em R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais).

b) Pela parametrização e treinamento na operacionalização do APLICATIVO, a CONTRATANTE pagará o valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

c) Pela prestação de serviços de suporte técnico, não coberto pela manutenção, será pago o valor de R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais) a hora técnica, acrescidos de despesas de deslocamento no valor de R\$ 0,65 (sessenta e cinco centavos) o KM rodado, mais despesas de estada no valor de R\$ 125,00 (cento e vinte e cinco reais) ao dia, apurado em solicitação de serviço, quando exigir a presença do técnico.

d) O faturamento do licenciamento terá início a partir da cessão do direito de uso, através da liberação de chaves e senhas de acesso.

e) O pagamento da licença de uso será efetuado todo dia primeiro do mês subsequente ao licenciamento do(s) aplicativo(s), mediante apresentação da nota fiscal.

f) O pagamento pelos serviços de suporte técnico será efetuado em parcela única, em até 15(quinze) dias da conclusão dos respectivos serviços e mediante apresentação da nota fiscal.

g) Em caso de atraso, incidirão sobre o valor das locações multa de 2% (dois por cento), mais juros de 1% (hum por cento) ao mês, a título de compensação financeira, desde o dia subsequente ao do vencimento até o do seu efetivo pagamento.

h) Os valores contratados serão corrigidos automaticamente a cada 12 (doze) meses, contados da data limite de apresentação das propostas de preços conforme § 1º, Art. 3º, da lei nº 10.192/2001, com base no IGP-M (FGV) apurado no período de referência, ou na falta desse, pelo índice legalmente permitido à época.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do licenciamento do Aplicativo objeto do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

01- Poder Legislativo

01.01 - Câmara de Vereadores

01.031.0101.4.001 - Manutenção das atividades legislativas.

3.3.90.00.00 - Aplicações diretas.

CLÁUSULA QUINTA - DA LICENÇA DE USO DO APLICATIVO

a) O aplicativo é de propriedade da CONTRATADA, que concede a CONTRATANTE o direito de uso de licenças do(s) aplicativo(s), objeto deste contrato, instalada no servidor e em computadores conectados em rede, de acordo com a quantidade de acessos simultâneos ou/ usuários ativos ou /acessos ilimitado indicada no Anexo II.

b) É vedada a cópia dos aplicativos e do gerenciador do Banco de Dados, exceto para fazer backup. Os aplicativos estão protegidos pela lei nº. 9.609/98, que prevê a pena de 06 (seis) meses a 02 (dois) anos de detenção e pela lei n.º 9.610/98, cuja indenização pode chegar ao valor de 3.000 (três mil) cópias, para cada cópia instalada ilegalmente.

c) É vedada a sublocação, empréstimo, arrendamento ou transferência do(s) aplicativo(s) contratado a outro usuário, assim como também é a engenharia reversa, a decompilação ou a decomposição do(s) referido(s) aplicativo(s).

d) Responsabilidade por danos indiretos: em nenhuma hipótese a CONTRATADA será responsável por qualquer dano decorrente do uso indevido ou da impossibilidade de usar (o)s referido(s) aplicativo(s), ainda que a CONTRATADA tenha sido alertada quanto à possibilidade destes danos.

CLÁUSULA SEXTA - DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATANTE

Caberá à CONTRATANTE:

- a) Efetuar o pagamento pelo licenciamento do(s) aplicativo(s) objeto do presente Contrato, na forma e no prazo convencionado.
- b) Facilitar o acesso dos técnicos da CONTRATADA às áreas de trabalho, registros, documentação e demais informações necessárias ao bom desempenho das funções.
- c) Custear os gastos necessários para implantação, suporte técnico

e alterações específicas solicitada no(s) aplicativo(s).

d) Manter pessoal habilitado para operacionalização do(s) aplicativo(s).

e) Responsabilizar-se pela supervisão, gerência e controle de utilização do(s) aplicativo(s) licenciado(s), incluindo:

i. Assegurar a configuração adequada da máquina e instalação do(s) aplicativo(s).

ii. Manter backup adequado para satisfazer as necessidades de segurança e recuperação no caso de falha da máquina,

iii. Dar prioridade aos técnicos da CONTRATADA para utilização do equipamento da CONTRATANTE quando da visita técnica dos mesmos.

f) Digitação das informações necessárias para atingir os resultados esperados do(s) aplicativo(s).

g) Conferir os resultados obtidos na utilização do(s) aplicativo(s) licenciado(s). Em caso de erro nos resultados obtidos deverá informar a CONTRATADA em tempo hábil para que esta possa corrigir o problema que for gerado por erro do(s) aplicativo(s)

h) Comunicar a CONTRATADA, por escrito e com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sobre o cancelamento de qualquer aplicativo contratado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA

Caberá a CONTRATADA:

a) Instalar o(s) aplicativo(s), objeto deste contrato, e treinar os funcionários da CONTRATANTE na utilização do(s) mesmo(s).

b) Prestar suporte somente na operacionalização dos(s) aplicativos(s), objeto deste contrato, ao(s) usuário(s).

c) Manter informado o técnico da CONTRATANTE, encarregado de acompanhar os trabalhos, prestando-lhe as informações necessárias.

d) Manter o(s) aplicativo(s) de acordo com as características do Anexo I.

e) Prestar, às suas expensas, as manutenções que se fizerem necessárias nos(s) aplicativo(s), causadas por problemas originados dos códigos-fontes de seus aplicativos.

f) Tratar como confidenciais as informações e dados contidos no(s) aplicativo(s) da CONTRATANTE, guardando total sigilo perante terceiros.

g) Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas.

CLÁUSULA OITAVA - DO TREINAMENTO

O treinamento de implantação para o(s) usuário(s) operacionalizar(em) o(s) aplicativo(s) deverá ser realizado dentro de 30 (trinta) dias após sua instalação e obedecerá aos seguintes critérios:

a) A CONTRATANTE apresentará à CONTRATADA a relação de usuários a serem treinados.

b) Definida a equipe de treinamento, a CONTRATADA realizará o treinamento, em uma única etapa, sem obrigação de repetir.

c) O treinamento constará de apresentação geral do aplicativo e acompanhamento de toda a documentação em nível de usuário.

d) O treinamento prático deverá possibilitar todas as operações de inclusão, alteração, exclusão e consulta referente a cada tela, bem como, a emissão de relatórios e sua respectiva análise.

CLÁUSULA NONA - DA MANUTENÇÃO NOS APLICATIVOS

a) As modificações de cunho legal impostas pelos órgãos federais e estaduais, serão introduzidas no(s) aplicativo(s), durante a vigência do contrato, sem ônus para a CONTRATANTE e em prazos compatíveis com a legislação.

b) Caso não haja tempo hábil para implementar as modificações legais entre a divulgação e o início da vigência das mesmas, a CONTRATADA procurará indicar soluções alternativas para atender as determinações legais, até a atualização do(s) aplicativo(s).

c) As implementações específicas e de cunho legal impostas pelo Município serão objeto de negociação.

d) As melhorias e novas funções introduzidas no(s) aplicativo(s)

originalmente licenciado(s) são distribuídas toda vez que a CONTRATADA as concluir. Cabe a CONTRATANTE adotar a última versão no prazo de 60 (sessenta) dias de seu recebimento. Após este prazo a CONTRATADA não mais estará obrigada a fornecer suporte à versão antiga.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO SUPORTE TÉCNICO

10.1 O suporte técnico, pós-implantação do(s) aplicativo(s), deverá ser efetuado por técnico habilitado com o objetivo de:

a) Esclarecer dúvidas que possam surgir durante a operação e utilização do(s) aplicativo(s);

b) Auxiliar na recuperação da base de dados por problemas originados em erros de operação, queda de energia ou falha de equipamentos, desde que não exista backup adequado para satisfazer as necessidades de segurança,

c) Auxiliar o usuário, em caso de dúvidas, na elaboração de quaisquer atividades técnicas relacionadas à utilização do(s) aplicativo(s), como:

i. Reconstruir bases de dados danificadas por negligência do cliente;

ii. Analisar bases de dados via acesso remoto ou na Betha;

iii. Migrar para versões de aplicativos que trazem benefícios ao cliente;

iv. Alterar fórmulas de cálculo;

v. Desenvolver novos relatórios e documentos, que não estejam no(s) aplicativo(s) contratado(s) e seja específico do cliente;

vi. Desenvolver ATB's específicos para troca de senhas;

vii. Analisar as alterações solicitadas para previsão de prazo e orçamento;

viii. Outros serviços inerentes ao(s) aplicativo(s).

10.2 Este atendimento poderá ser realizado por meio digital, internet através de serviços de suporte remoto, ou no ambiente da CONTRATADA, sempre que as alternativas anteriores não resultarem em solução satisfatória.

10.3 O suporte técnico deverá ser atendido quando feito por funcionários que possuam habilitação para a operação do(s) aplicativo(s), do equipamento, do aplicativo operacional e de utilitários.

10.4 As solicitações de alterações do(s) aplicativo(s), serão cadastradas pelo usuário da CONTRATANTE, no site www.betha.com.br/ atendimento, devendo estar acompanhada da descrição completa da solicitação e da documentação que caracterize o serviço a ser efetuado. Após a execução do serviço, a CONTRATADA disponibilizará no site <http://download.betha.com.br/> ou enviará o aplicativo alterado em sua forma executável, via internet, para a CONTRATANTE, que deverá fazer os testes de conformidade, instalar e repassar aos usuários do(s) aplicativo(s).

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DO TREINAMENTO DE RECICLAGEM

a) O treinamento de novos usuários poderá ocorrer na sede da entidade ou via web, para a operação ou utilização dos aplicativos em função de substituição de pessoal, tendo em vista demissões, mudanças de cargos, etc. Quando solicitado a CONTRATADA formalizará orçamento para prévia aprovação por parte da CONTRATANTE.

b) O treinamento via web será considerado prestado independentemente da ocorrência de problemas com o provedor de internet, com o fornecimento de energia ou com qualquer outro fator correlato de responsabilidade do CONTRATANTE, podendo ser novamente faturado quando refeito sem culpa da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

12.1 A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste contrato somente se reputará válida se tornadas conhecidas expressamente em Instrumento Aditivo, que ao presente se aderirá, passando a fazer parte dele.

12.2 A alteração proveniente do reajuste contratual previsto no item "j" da Cláusula 3ª poderá ser executado por simples apostilamento de acordo com o art. 65, §8º, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - DA RESCISÃO

13.1 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77, da Lei Federal nº 8.666/93, comprometendo-se a fornecer única e exclusivamente a base de dados em formato TXT, quando eventualmente requisitada. A ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93 ensejará a rescisão do contrato:

- a) Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- b) Os casos de rescisão administrativa ou amigável, de todo ou parte deste contrato, serão precedidos de comunicação por escrito através de Termo Aditivo, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
- c) Em caso de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, o presente contrato poderá ser rescindido ou suspenso.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA - DA TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS

14.1 A troca eventual de documentos e cartas entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, será feita através de protocolo, tanto para uma quanto para outra. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA - DO FORO

As partes de comum e recíproco acordo elegem o foro da comarca de Videira-SC, para dirimir qualquer dúvida, ação ou questão oriunda deste presente contrato.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Salto Veloso, 02 de janeiro de 2015.

CAMARA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO

VALDENIR JOSÉ ZAMBONI

CONTRATANTE

BETHA SISTEMAS LTDA. BETHA SISTEMAS LTDA.

Daniela Ramos Silva Ernesto Muniz de Souza Jr. CONTRATADA
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: Silbéli Aparecida Matos Ganasini Nome: Gabriela Bissani
CPF n. 715.854.609-82 CPF n. 078.605.259-76

ANEXO I - DAS CARACTERÍSTICAS

CONTRATO Nº 002/2015

CONTRATANTE: CAMARA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO.

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA.

BETHA COMPRAS (01 licença com 01 acesso simultâneo)

1.1. O aplicativo de Compras deverá possibilitar acompanhamento dos processos licitatórios desde a preparação até seu julgamento, registrando as etapas de:

- 1.1.1. Publicação do processo;
- 1.1.2. Emissão do mapa comparativo de preços;
- 1.1.3. Emissão das Atas referente Documentação e Julgamento das propostas;
- 1.1.4. Interposição de recurso;

1.1.5. Anulação e revogação;

1.1.6. Impugnação; Parecer da comissão julgadora;

1.1.7. Parecer jurídico;

1.1.8. Homologação e adjudicação;

1.1.9. Autorizações de fornecimento;

1.1.10. Contratos e aditivos;

1.1.11. Liquidação das autorizações de fornecimento;

1.1.12. Gerar empenhos para a contabilidade e liquidação dos empenhos

1.2. Possibilitar separação dos itens do processo e suas respectivas quantidades por centro de custo e por despesa.

1.3. Permitir montar os itens do processo administrativo, processo licitatório e coleta de preços por lotes.

1.4. Permitir cadastro de fornecedores, informando: Ramos de atividade - Documentos e certidões negativas - Materiais fornecidos.

1.5. Emitir Certificado de Registro Cadastral com numeração sequencial.

1.6. Permitir uso do código de materiais por grupo e classe com definição da máscara ou de forma sequencial, ou sequencial com grupo e classe.

1.7. Possuir cadastro de materiais para informar: Material perecível; Material estocável; Material de consumo ou permanente; tipo do combustível; Descrição; Grupo e classe; Dados da última compra como: data, quantidade, preço e fornecedor.

1.8. Permitir agrupamento de várias solicitações de compras dos diversos setores para um novo processo licitatório de compra direta ou processo administrativo automaticamente.

1.9. Controlar solicitações de compra, não permitindo que usuários de outros centros de custo acessem ou cadastrem solicitações não pertencentes ao seu centro de custo e que a quantidade de cada item possa ser dividida por uma ou mais despesas.

1.10. Controlar despesas realizadas e a realizar de uma mesma natureza, para que não ultrapasse os limites legais estabelecidos para cada modalidade de licitação.

1.11. Permitir controlar gastos por unidade orçamentária através de limites mensais preestabelecidos pelo usuário.

1.12. Controlar data de validade das certidões negativas e outros documentos dos fornecedores, com emissão de relatório por fornecedor contendo a relação das negativas vencidas/por vencer.

1.13. Permitir integração com aplicativo de contabilidade, efetuando os seguintes processos:

1.13.1. Bloqueio do valor da licitação, da compra direta ou do termo aditivo;

1.13.2. Geração de empenhos e liquidações;

1.13.3. Atualização de dados cadastrais de fornecedores e da despesa.

1.14. Permitir desbloqueio do saldo remanescente da despesa na geração do último empenho do processo.

1.15. Possibilitar integração com o aplicativo tributário para consultar os débitos dos participantes no processo licitatório ou na compra direta.

1.16. Permitir gravação, em meio magnético, dos itens do processo licitatório para fornecedores digitar o preço de cada item com leitura dos preços informados e preenchimento automático no cadastro de itens do processo, exibindo os itens em lista ou separados por lotes.

1.17. Possibilitar consultas de preços, por materiais ou por fornecedores, praticados em licitações ou despesas anteriores.

1.18. Permitir consulta dos fornecedores de determinado material ou ramo de atividade.

1.19. Permitir identificar em quais processos licitatórios determinado fornecedor participou, visualizando sua situação em cada item do processo.

1.20. Possibilitar emissão da autorização de compra ou fornecimento por centro de custo, por dotação ou global.

1.21. Emitir todos os relatórios exigidos por Lei, como por exemplo: Termo de abertura e autorização do processo licitatório; Parecer jurídico e contábil; Publicação do edital; Atas do pregão;

Emissão de contratos; Notas de autorização de fornecimento;

1.22. Emitir Edital de Licitação.

1.23. Controlar quantidades entregues parcialmente pelo fornecedor, possibilitando a emissão de relatório de forma resumida e detalhada, contendo as quantidades entregues, os valores e o saldo pendente.

1.24. Possibilitar gravação, em meio magnético dos itens da coleta de preço para cotação pelos fornecedores com leitura dos preços informados e preenchimento automático dos preços dos itens.

1.25. Permitir cadastro de compras diretas, informando: Data da Compra; Fornecedor; Centro de Custo; Objeto da Compra; Local de Entrega e Forma de Pagamento.

1.26. Gerar Processos Administrativos ou compra direta pelo preço médio ou menor preço cotado do Registro de Preços.

1.27. Gerar entrada do material no almoxarifado a partir da liquidação visualizando a movimentação no estoque.

1.28. Permitir criação e edição de modelos de editais, contratos, autorização de compras, atas e outros relatórios desejados a partir dos modelos existentes no aplicativo.

1.29. Permitir geração de arquivos para Tribunal de Contas relativos às licitações.

1.30. Permitir que os centros de custos requisitantes de cada item do processo licitatório sejam levados para o contrato de aditivo.

1.31. Manter histórico das alterações do contrato, informando o de tipo alteração (acréscimo, diminuição, equilíbrio econômico financeiro, prorrogação, rescisão) e se foi unilateral ou bilateral.

1.32. Registrar rescisão do contrato ou aditivo, informando: motivo, data do termo e da publicação, valor da multa e indenização, fundamento legal e imprensa oficial.

1.33. Permitir registro da suspensão ou rescisão de contrato, controlando a data limite da situação de inabilitado.

1.34. Possibilitar cópia os itens de outro processo licitatório, já cadastrado.

1.35. Possibilitar cópia os itens de outra compra direta.

1.36. Permitir agrupamento de itens do processo licitatório por centro de custos.

1.37. Permitir alteração a data de emissão das autorizações de fornecimento.

1.38. Possuir cronograma de pagamentos dos contratos, possibilitando controlar a situação (pago, vencido ou a vencer).

1.39. Possuir cronograma de entrega dos itens dos contratos, controlando a situação (entregue, vencido a vencer).

1.40. Controlar solicitações de compra pendentes, liberadas e reprovadas.

1.41. Emitir relação das licitações informando: Data e hora de abertura, Número, Modalidade, Membros da comissão e Objeto a ser licitado.

1.42. Permitir cadastro de comissões Permanente; Especial; Servidores; Pregoeiros; Leiloeiros, informando o ato que a designou, datas de designação e expiração, com membros e funções designadas.

1.43. Possuir rotina para classificação das propostas do pregão presencial conforme critérios de classificação determinados pela legislação (Lei 10.520/2002).

1.44. Permitir realização de lances para a modalidade pregão presencial com opção de desistência e rotina de reabertura de itens e/ou lotes para nova etapa de lances.

1.45. Possibilitar emissão da ata do pregão presencial e histórico dos lances.

1.46. Possibilitar utilização de critérios de julgamento das propostas em relação à microempresa e empresa de pequeno porte, de acordo com lei complementar 123/2006.

1.47. Permitir parametrização para numerar a licitação de forma sequencial ou por modalidade, possibilitando alterar a numeração sugerida pelo aplicativo.

1.48. Relatórios para divulgação na internet, conforme lei 9.755/98 e Demonstrativo das compras efetuadas conforme art. 16 da Lei 8.666/93.

1.49. Possibilitar configuração das assinaturas que serão exibidas

nos relatórios.

1.50. Dispor das Leis 8.666/93 e 10.520/2002 para eventuais consultas diretamente no aplicativo

BETHA FOLHA (01 licença com 01 acesso simultâneo)

1.51. O aplicativo de Folha de Pagamento deverá permitir ao Administrador configuração das permissões de acesso aos menus e permissões referente à Inserção, Alteração e Exclusão diferenciada para grupos de usuários ou usuário individual.

1.52. Permitir limitação do acesso de usuários às informações de funcionários de determinados grupos funcionais, organogramas e/ou vínculos empregatícios.

1.53. Permitir a flexibilização das configurações da folha de acordo com a necessidade e método utilizado pelo órgão público.

1.54. Permitir o cadastramento das contas bancárias da pessoa. No caso de pessoas físicas, essas contas poderão ser utilizadas no Cadastro de Funcionários para o depósito de salário.

1.55. Possuir validação do dígito verificador de inscrições do PIS/PASEP e CPF no cadastro de pessoas

1.56. Possuir cadastro de bases vindas de outras entidades, possibilitando calcular o INSS e o IRRF do funcionário, já incluindo os valores que o funcionário percebe em outras empresas.

1.57. Permitir registro de casos de moléstias graves por meio do CID à pessoa, com data inicial e data final quando for o caso. Estas informações servem de base para isenção do I.R.R.F por moléstia grave.

1.58. Possuir controle dos dependentes com datas de vencimento do salário-família, da relação de dependência para o IRRF.

1.59. Permitir mais de um vínculo empregatício para a pessoa e configurar estes contratos possibilitando informar um vínculo principal com data de admissão anterior ou posterior ao vínculo secundário.

1.60. Controlar a lotação e localização física dos servidores.

1.61. Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente à admissão do funcionário, através da informação do ato.

1.62. Permitir indicação para cada funcionário substituto, quem este está substituindo.

1.63. Possuir cadastro de servidores com todos os campos exigidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego e possibilitar, inclusive, a dispensa do livro de registro dos servidores, conforme Portaria nº 41, de 28 de março de 2007.

1.64. Permitir cadastro de Tipos de Documentos de Funcionários, informando o tipo dos documentos que irão ser gerados na admissão do funcionário. - Cadastro de Documentos de Funcionários, neste cadastro deve-se informar, os documentos solicitados para admissão do funcionário.

1.65. Permitir que o usuário controle até quatro tipos de previdência para um mesmo servidor automaticamente, sem a necessidade de manutenção todo mês;

1.66. Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente à prorrogação de contrato de servidores com contratos de prazo determinado, através da informação do ato.

1.67. Permitir inserção de dados adicionais, possibilitando ao cliente informar novos campos para o funcionário, conforme a sua necessidade.

1.68. Permitir controle dos planos previdenciários ou assistenciais a que cada servidor esteve ou está vinculado, por período, podendo registrar o número da matrícula do servidor no plano.

1.69. Controlar informações referentes aos estagiários vinculados com a entidade, bem como sua escolaridade e outros aspectos para acompanhamento do andamento do estágio.

1.70. Possuir cadastro de autônomos que prestam serviços à entidade, permitindo registrar a data e o valor de cada serviço prestado.

1.71. Possibilitar cálculo diferenciado para transportadores autônomos conforme legislação e sua informação para SEFIP, inclusive com percentual diferenciado.

1.72. Possuir controle dos períodos aquisitivos de férias integrado

com o RH, controle dos lançamentos e suspensões por funcionário.

1.73. Controlar os períodos aquisitivos de férias em relação à quantidade de dias disponíveis para o gozo de férias e informar a data prevista para o início do gozo de férias.

1.74. Permitir programação do gozo e pagamento das férias antecipadamente.

1.75. Permitir criação de períodos aquisitivos configuráveis em relação ao período aquisitivo, período de gozo e cancelamentos ou suspensões dos períodos.

1.76. Permitir registro dos vínculos previdenciários dos funcionários, planos, matrículas e período de permanência. Entende-se por vínculo previdenciário: o plano previdencial ou assistencial ao qual o funcionário esta vinculado.

1.77. Possuir cadastro de processos judiciais que permita que sejam cadastrados os processos judiciais e as reclamações trabalhistas dos funcionários para posterior geração do arquivo SEFIP com código de recolhimento 650.

1.78. Permitir validações que não possibilitem inserir na mesma configuração de férias, dois tipos de suspensão de férias que utilizem o mesmo tipo de afastamento.

1.79. Permitir cálculo dos dias úteis e afastamentos dos funcionários com 30 dias

1.80. Garantir que as alterações realizadas irão acompanhar os cálculos de provisão.

1.81. Possuir cadastro de classificação institucional de órgão, unidade e centro de custos integrado com o RH.

1.82. Permitir inserção de dados adicionais, possibilitando ao cliente informar novos campos para a classificação institucional, conforme a sua necessidade.

1.83. Registrar dados dos locais de trabalho, onde efetivamente os funcionários desempenham suas atividades laborais.

1.84. Registrar tipos de administração, ou seja, as várias formas de gerenciamento das entidades.

1.85. Permitir configuração do modo a cadastrar, consultar, alterar e excluir sindicatos que representam as diferentes classes de funcionários existentes na entidade.

1.86. Permitir registro dos possíveis tipos de cargos utilizados.

1.87. Possuir cadastro de Cargos integrado com o RH

1.88. Permitir configuração de férias por cargo

1.89. Permitir configuração de funcionários alocados nos cargos terão direito a 13º salário

1.90. Permitir controle de vagas do cargo, por secretaria e relacionar com os níveis salariais e atribuições do cargo.

1.91. Permitir informar o nível de escolaridade mínimo exigido para o cargo, informando ao usuário se for cadastrar algum servidor que não tenha o nível mínimo exigido.

1.92. Permitir controle de níveis salariais do cargo, como as variações de classes e referências, formando um plano de carreira do servidor com a finalidade de nivelar os salários de certos grupos funcionais.

1.93. Permitir para os níveis salariais no campo "Máscara da Classe" e para o campo "Máscara referência" inserir várias configurações de máscaras.

1.94. Permitir o cadastro de níveis salariais, com definição de ordem de progressão das classes e referências, possibilitando informar uma classe ou referência com tamanho menor que a máscara definida no plano salarial.

1.95. Permitir controle de vagas do cargo por concurso via parâmetro.

1.96. Possuir processo de progressão salarial automatizado.

1.97. Manter informações de progressão salariais registradas no histórico salarial do servidor, com os atos publicados para cada servidor ao longo de sua carreira.

1.98. Permitir inserção de dados adicionais, possibilitando informar novos campos para o cargo.

1.99. Permitir configuração de movimentações de pessoal, conforme a solicitação do Tribunal de Contas.

1.100. Registrar todas as movimentações de pessoal do servidor,

tais como: alterações salariais, alterações de cargo, admissão, rescisão, aposentadoria, afastamentos.

1.101. Registrar históricos dos processos de requerimentos de aposentadorias e pensões.

1.102. Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente ao requerimento de aposentadorias e pensões, através da informação do ato.

1.103. Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente concessão de benefícios de pensão, através da informação do ato.

1.104. Possuir controle de pensionistas permitindo indicar se a pensão é por morte ou judicial, e neste caso, possibilita o encerramento da pensão.

1.105. Calcular automaticamente os valores referentes às pensões, cancelando automaticamente este cálculo quando informada a data de encerramento da pensão.

1.106. Permitir inserção de dados adicionais, possibilitando ao cliente informar novos campos para o Pensionista, conforme a sua necessidade.

1.107. Calcular reajuste de valores dos eventos de pensão e aposentadoria informados no Cadastro de Processos de Pensões e Aposentadorias.

1.108. Permitir controle da concessão e desconto de vales-transportes e mercado.

1.109. Permitir configurar operadoras e planos de assistência médica que a entidade possui para planos coletivos empresariais, controlar as despesas de mensalidades quanto despesas extraordinárias, estes recursos também serve de base para a DIRF.

1.110. Permitir integração dos valores de folha de pagamento com as contas, elementos, despesas e recursos do aplicativo de contabilidade pública.

1.111. Permitir cópia das despesas do ano do registro que estiver selecionado no Cadastro de despesas do para o ano que você deseja para que seja exportado para o aplicativo contábil.

1.112. Permitir inserir as classificações das origens dos recursos financeiros, sendo que cada instituição terá que implementar seus programas de trabalhos.

1.113. Permitir configuração das tabelas mensais de cálculo, podendo o usuário incluir novas tabelas, definir a quantidade de faixas e ainda nomear essas tabelas de acordo com sua necessidade (INSS, IRRF, salário família, piso salarial, entre outras).

1.114. Permitir configuração de quais proventos e descontos devem ser considerados como automáticos para cada tipo de cálculo (mensal, férias, complementar, etc.) e adicionar as restrições para o cálculo.

1.115. Permitir configuração de todas as fórmulas de cálculo em conformidade com o estatuto dos servidores municipais.

1.116. Permitir cadastro das informações "PNE" e "Consid invalidez parcial" no "Cadastro de Tipos de Salário-Família", onde deverão ser informadas as regras para portadores de necessidades especiais conforme o tipo de salário-família.

1.117. Permitir configuração dos tipos de bases de cálculo utilizados;

1.118. Possibilitar configuração das formas de alteração salarial de modo que seja possível efetuá-las em conformidade com o estatuto do órgão;

1.119. Permitir inclusão e configuração de motivos de rescisão e respectivas verbas rescisórias, assim como respectivos códigos a serem gerados para RAIS, CAGED, SEFIP e saque do FGTS.

1.120. Permitir configuração dos proventos para cálculos de férias, rescisão, 13º salário, abono pecuniário e aviso prévio referentes às médias e vantagens percebidas pelos servidores.

1.121. Possibilitar configuração de quais afastamentos, qual a quantidade de dias afastados e se esta quantidade de dias é contínua, para que o período de aquisição de funcionário seja cancelado.

1.122. Possibilitar configuração de quais afastamentos, qual a quantidade de dias afastados e se esta quantidade de dias é contínua, para que o período de aquisição de funcionário seja

postergado.

1.123. Permitir configuração de Férias, informando para cada configuração quantidade de meses necessários para aquisição, quantidade de dias de direito a férias a cada vencimento de período aquisitivo, quantidade de dias que podem ser abonados, configuração de descontos de faltas, ou seja, informar para cada configuração de férias as faixas para descontos de faltas em relação aos dias de direito do período aquisitivo.

1.124. Permitir cadastro das informações configuradas para os proventos e descontos a serem utilizados na geração do "Arquivo Homolognet e TRCT - Portaria 1621/2010".

1.125. Permitir salvar a seleção/filtragem de relatórios rotineiros.

1.126. Permitir configuração da máscara a ser utilizada na classificação institucional de órgão, unidade e centro de custos.

1.127. Configurar vínculos empregatícios que representam a ligação dos funcionários com a entidade.

1.128. Configurar tipos de situações de afastamento do funcionário para base de cálculo, processos do aplicativo (férias, licenças, adicionais, etc.), tempo de serviço para aposentadoria.

1.129. Possuir rotina para processamento de cálculo mensal e adiantamento.

1.130. Possuir rotina para processamento de cálculo complementar.

1.131. Possuir rotina para processamento de 13º salário adiantado e integral.

1.132. Possuir rotina de cálculo automático de rescisão para funcionários com vínculo de prazo determinado, na competência em que expira o contrato.

1.133. Emitir cálculo no mês de Fevereiro proporcional a 28/29 dias, caso o mês de admissão ou demissão seja Fevereiro.

1.134. Possuir rotina para processamento de cálculos de férias individuais e férias coletivas.

1.135. Permitir desconto de faltas no pagamento das férias.

1.136. Permitir pagamento do 13º salário simultaneamente com as férias.

1.137. Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente às férias dos servidores, através da informação do ato.

1.138. Permitir que o pagamento de 1/3 de férias seja integral em cálculo de férias fracionadas. Serve para os cadastros de férias individual, coletiva e programada, onde se deve informar quando o aplicativo deve se comportar conforme essa situação. Os relatórios de férias foram alterados adicionando uma coluna onde será informado a forma de pagamento utilizada para o 1/3 de férias.

1.139. Permitir previsão mensal do valor referente a férias e 13º Salário, correspondente ao avo que o funcionário tem direito. Os valores de Provisão também serão utilizados na integração com o aplicativo contábil.

1.140. Determinar data inicial em que passou a utilizar a provisão.

1.141. Provisionar e baixar da provisão de férias e 13º salário, aos cálculos realizados na respectiva competência de cálculo.

1.142. Permitir visualização dos eventos que faltam ser provisionados e classificados.

1.143. Possuir rotina para processamento de cálculos de rescisões individuais, coletivas e complementares.

1.144. Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente à demissão ou exoneração do funcionário, através da informação do ato.

1.145. Permitir reintegração ou reversão de rescisões ou aposentadorias de funcionários, sob a mesma matrícula.

1.146. Permitir simulações parciais ou totais da folha de pagamento mensal, 13º salário integral, férias e rescisórias, para a competência atual ou para competência futura.

1.147. Não permitir emissão de guias e geração de arquivos para órgãos federais quando o cálculo é simulado.

1.148. Controlar afastamentos do funcionário.

1.149. Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente aos afastamentos do funcionário, através da informação do ato.

1.150. Registrar todo o histórico de alterações no cadastro de

funcionários.

1.151. Registrar as alterações cadastrais no histórico de beneficiários de pensões.

1.152. Registrar todo o histórico de alterações de Autônomos.

1.153. Registrar todo o histórico salarial do servidor.

1.154. Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente às alterações salariais do servidor, através da informação do ato.

1.155. Calcular alterações salariais de modo coletivo ou para níveis salariais do plano de cargos.

1.156. Possibilitar adição de classes e referências através do histórico de cargos, salários, informações e níveis salariais.

1.157. Registrar todo o histórico de alterações de cargo do servidor.

1.158. Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente às alterações de cargo do servidor, através da informação do ato.

1.159. Registrar todo o histórico de alterações salariais do cargo.

1.160. Permitir inclusão de proventos ou descontos lançados de modo fixo, em um período determinado, em qualquer tipo de folha de pagamento para determinado funcionário.

1.161. Permitir inclusão de proventos ou descontos lançados de modo fixo, em um período determinado, em qualquer tipo de folha de pagamento, podendo selecionar vários funcionários em um único lançamento.

1.162. Permitir fechar processamentos (Mensal, Adiantamento, Complementar, 13º Adiantamento, 13º Salário, Férias) de cada competência com data, oferecendo segurança para que o usuário não altere cálculo de folha com processo fechado.

1.163. Bloquear qualquer tentativa de alteração no histórico de funcionário quando o processamento da folha estiver com data informada.

1.164. Permitir consultar e se necessário alterar a data de pagamento de funcionário ou grupo de funcionários que já tenham sido calculados na folha.

1.165. Permitir que o cálculo mensal dos funcionários sejam agrupados em lotes diferentes e possibilita fechar o processamento dos lotes em grupo.

1.166. Permitir lançamento manual dos eventos que compõe a folha de pagamento do funcionário para serem calculados, podem ser lançados em uma competência ou em várias parcelas do período.

1.167. Permitir lançamento manual dos eventos que compõe a folha de pagamento de vários funcionários em um único lançamento, selecionando os funcionários. Pode ser lançado o evento para uma ou mais competências.

1.168. Permitir selecionar os funcionários que utilizam vale transporte, selecionando pela empresa ou linha utilizada. Permite gerar por competência os números de dias que o funcionário utiliza o vale transporte.

1.169. Permitir importação do arquivo do SISOBÍ (Sistema de Controle de Óbitos). Serve para atender ao convênio firmado entre o Ministério da Previdência Social e os governos estaduais e municipais identificarem as pessoas falecidas para cessar o pagamento de aposentados e pensionistas.

1.170. Permitir configuração de cabeçalho e rodapé para quaisquer relatórios emitidos pelo aplicativo, permitindo inclusive a inserção de comentários.

1.171. Permitir salvamento de qualquer relatório emitido no formato "xls" (excel), mantendo a mesma formatação visualizada no aplicativo.

1.172. Emitir relatórios da folha de pagamento, de acordo com a necessidade, extratos mensais, líquidos, movimento, férias, rescisões, média e vantagens, etc.

1.173. O relatório resumo mensal apresenta a geração dos dados das verbas gerais mensais e com o modelo normal-encargos apresenta o total dos valores dos encargos no final do relatório nas quebras.

1.174. Emitir relatórios de forma resumidos, de acordo com a

necessidade.

1.175. Emitir relatório de Integração Contábil para cálculos simulados. Os modelos deste relatório irão mostrar uma mensagem no cabeçalho identificando quando o relatório possui informações oriundas de cálculos simulados.

1.176. Emitir relatório com o resumo da integração com o aplicativo de contabilidade, possibilitando assim a conferência dos valores de empenhos da folha de pagamento e seus respectivos encargos patronais.

1.177. Possuir relatório com todos os valores relativos ao servidor e à contribuição patronal referentes ao INSS e FGTS, discriminando as possíveis deduções

1.178. Possuir relatório com todos os valores relativos ao servidor e à contribuição patronal referentes à previdência municipal por competência ou acumulado anualmente

1.179. Possuir relatório com todos os valores relativos ao servidor, referente ao IRRF.

1.180. Gerar mensalmente a guia do INSS com o valor para o Instituto Nacional do Seguro Social. Permitir escolher o modelo e quebra para a geração da guia

1.181. Permitir emissão de guias para pagamento de IRRF, GRFC e previdência municipal.

1.182. Gerar em arquivo as informações referentes à GRRF.

1.183. Gerar GFIP em arquivo, permitindo inclusive a geração de arquivos retificadores (RDE, RDT, RRD).

1.184. Possuir vários modelos de Demonstrativo de Folha de Pagamento para impressão.

1.185. Emitir relatório de Aviso e Recibo de férias, também permitir escolher o modelo do recibo e a seleção.

1.186. Emitir relatório referente Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho.

1.187. Emitir TRCT (Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho) conforme portaria 1621/2010 atualizada pela portaria 1057/2012. A emissão deste termo passou a ser obrigatória a partir de 2011 para rescisões de funcionários regidos pela CLT.

1.188. Emitir relatórios cadastrais em geral.

1.189. Emitir relatórios cadastrais de:

1.189.1. Grupos Funcionais;

1.189.2. Organogramas;

1.189.3. Locais de trabalho;

1.189.4. Tipos de Administração - Sindicatos;

1.189.5. Tipos de Cargos;

1.189.6. Cargos;

1.189.7. Planos Salariais;

1.189.8. Níveis Salariais;

1.189.9. Horários;

1.189.10. Feriados;

1.189.11. Aposentadorias e Pensões;

1.189.12. Beneficiários;

1.189.13. Pensionistas;

1.189.14. Dados Adicionais.

1.190. Emitir relatórios cadastrais de:

1.190.1. Tipos de Movimentação de Pessoal;

1.190.1.1. Fontes de Divulgação;

1.190.1.2. Atos;

1.190.1.3. Movimentação de Pessoal;

1.190.1.4. Naturezas dos Textos Jurídicos.

1.191. Emitir relatórios referentes aos planos de assistência médica de:

1.191.1. Operadoras de planos de saúde;

1.191.2. Despesas com planos de saúde;

1.191.3. Despesas com planos de saúde com reflexo no cálculo.

1.192. Emitir relatórios cadastrais referente Administração de Vales:

1.192.1. Linhas de Ônibus;

1.192.2. Faixas;

1.192.3. Vales-transportes;

1.192.4. Vales-Mercado

1.193. Emitir relatórios cadastrais referente Integração Contábil:

1.193.1. Condições para Eventos;

1.193.2. Elementos de Despesa;

1.193.3. Despesas;

1.193.4. Despesas por Organograma;

1.193.5. Complementos das Despesas.

1.194. Emitir relatórios cadastrais de:

1.194.1. Cálculo - Tabelas;

1.194.2. Eventos;

1.194.3. Cálculo - Tipos de Bases;

1.194.4. Eventos a Calcular;

1.194.5. Eventos a Calcular de Rescisão;

1.194.6. Médias e Vantagens;

1.194.7. Cancelamentos de férias;

1.194.8. Suspensões de Férias;

1.194.9. Configurações de Férias;

1.194.10. Formas de Alteração Salarial;

1.194.11. Bancos;

1.194.12. Agências Bancárias;

1.194.13. Homolognet.

1.195. Emitir relatórios cadastrais referentes a parametrizações:

1.195.1. Vínculos Empregatícios;

1.195.2. Tipos de Afastamentos;

1.195.3. Tipos de Salário-Família;

1.195.4. Organograma;

1.195.5. Naturezas dos tipos das Diárias;

1.195.6. Tipos de Diárias;

1.195.7. Previdência Federal;

1.195.8. Outras Previdências/Assistência;

1.195.9. Planos de Previdência;

1.195.10. Motivos de Alterações de Cargos;

1.195.11. Motivos de Alterações Salariais;

1.195.12. Motivos de Rescisões;

1.195.13. Motivos de Aposentadorias

1.195.14. Responsáveis.

1.196. Emitir relatório com o nome "Efetivo em cargo comissionado", no qual serão emitidos todos os funcionários que estão atualmente em cargo comissionado, e possuem cargo efetivo em aberto, seja, sem data de saída em Cadastro de Histórico de Cargos.

1.197. Emitir relatório de programação de férias dos funcionários, exibindo todos os períodos de aquisição de férias, períodos de gozo, dias de abono e forma de pagamento.

1.198. Gerar em arquivo magnético a relação de todos os servidores admitidos e demitidos no mês (CAGED).

1.199. Emitir relatórios relacionados à parte salarial dos servidores do tipo alterações salariais, Médias salariais, progressões salariais, inconsistências de cálculo.

1.200. Emitir relação dos salários de contribuição e discriminação destes. Possibilitar a emissão para previdência federal, estadual e/ ou municipal. Permitir a emissão de formulário para preenchimento, caso não haja informações de todas as competências necessárias.

1.201. Emitir relatório de atestado de tempo de serviço para o servidor público apresentando os cargos e o período que exerceu a função.

1.202. Emitir o relatório de datas de vencimentos. A data em que se extingue o prazo do exame médico periódico, do contrato de trabalho e da carteira de motorista do funcionário.

1.203. Emitir um relatório demonstrativo das variáveis lançadas manualmente para qual período foi feito o lançamento. Ainda são oferecidas opções de ordenação e seleção das informações.

1.204. Emitir relatórios com informações de processamentos já calculados.

1.205. Possuir relatórios de provisões de 13º salário, médias e vantagens, férias; que permitam ao usuário ter uma previsão do valor e também da proporcionalidade por direito obtida pelos servidores ativos até o presente momento.

1.206. Verificar na integração contábil o que está sendo provisionado. Relatório de visualização da provisão, quando 13º salário e Férias.

1.207. Emitir comparativo de situações dos servidores entre duas competências, inclusive com anos diferentes.

1.208. Emitir comparativo de valores referentes a proventos e descontos dos servidores entre duas competências, inclusive com anos diferentes.

1.209. Emitir comparativo de líquidos entre duas ou mais competências, inclusive com anos diferentes.

1.210. Permitir configuração dos proventos e descontos que devem compor os valores de cada um dos campos do comprovante de rendimentos.

1.211. Emitir informações dos relatórios anuais necessários, como comprovante de rendimentos e ficha financeira.

1.212. Gerar arquivos da RAIS e da DIRF, assim como o informe do comprovante de rendimentos.

1.213. Permitir visualização das bases de previdência federal, de previdência estadual e municipal, além de fundos de assistência.

1.214. Possuir gerador de relatórios e de arquivos que permita aos usuários criar novos relatórios ou layouts de arquivos ou ainda alterar os relatórios e layouts já existentes;

1.215. Gerar informações da folha de pagamento em arquivo para crédito em conta no banco de interesse da entidade.

1.216. Gerar para entidades que possuem contrato para emissão de holerite eletrônico pela Caixa Econômica Federal o arquivo para envio das informações pertinentes ao holerite do funcionário.

1.217. Permitir consulta prévia das médias e vantagens que cada servidor tem direito a receber em férias, 13º salário ou rescisão de contrato.

1.218. Permitir consulta individual de cada parcela paga relacionada a cada empréstimo cadastro no Cadastro de Empréstimos do módulo RH. Consultar os cálculos efetuados no aplicativo de acordo com a competência informada e o processamento dela para cada funcionário.

1.219. Permitir consulta dos proventos e descontos percebidos pelo servidor, em um período determinado pelo usuário.

1.220. Permitir consulta apenas dos proventos que fazem parte do comprovante de rendimentos.

1.221. Permitir consulta do modo centralizado todo o histórico funcional de todos os contratos do servidor, detalhando as seguintes características:

1.221.1. Períodos aquisitivos, períodos de gozo de férias;

1.221.2. Situações do funcionário, tais como: afastamentos, atestados, faltas, férias e períodos trabalhados.

1.222. Permitir alteração de proventos ou descontos modo fixo, possibilitando as seguintes tarefas:

1.222.1. Alteração do período;

1.222.2. Adição de valor ao valor originalmente lançado;

1.222.3. Substituição do valor originalmente lançado por um novo valor;

1.222.4. Aplicação de um percentual sobre o valor originalmente lançado.

1.223. Permitir reestruturação da classificação institucional de um exercício para outro.

1.224. Permitir readmissão em massa através de "Copiar

Funcionários Demitidos". Permitir copiar funcionários demitidos para realizar a readmissão individual ou em lote.

1.225. Possibilitar cadastro de movimentos anteriores à implantação do aplicativo para que o usuário possa gerar os relatórios anuais.

1.226. Permitir integração com o aplicativo de contabilidade para geração automática dos empenhos da folha de pagamento e respectivos encargos patronais.

1.227. Possibilitar rateio de valores das parcelas pagas do parcelamento do FGTS para os servidores contratados à época, conforme instruções da CAIXA.

1.228. Permitir realização de cálculos de datas e de horas.

1.229. Possibilitar classificação "SISPREV WEB 1.0".

1.230. Permitir unificação de pessoas e de cadastros.

1.231. Permitir consulta rápida nos cadastros.

1.232. Possuir campo de ajuda, possibilitando pesquisas referentes ao aplicativo e suas funcionalidades.

1.233. Permitir consultas rápidas dos códigos ou nomes dos registros, dispensando memorização e procura.

1.234. Permitir consultas sobre as situações ocorridas com o funcionário desde sua admissão, considerando os dias de licenças, atestados e faltas.

1.235. Permitir consultas dos cálculos efetuados no aplicativo de acordo com a competência informada e o processamento para cada funcionário.

1.236. Permitir consulta dos contratos, períodos e situações que a pessoa se encontra nos registros informados.

1.237. Permitir cálculo e conversão de datas, dias, meses e anos.

1.238. Possibilitar cálculo digitando nos botões da calculadora ou usando o teclado. Com opção padrão ou científica.

BETHA SAPO (01 licença com 01 acesso simultâneo)

1. O Sistema de Contabilidade Pública deverá registrar todos os fatos contábeis ocorridos e possibilitar o atendimento à legislação vigente, à análise da situação da administração pública, e a obtenção de informações contábeis e gerenciais necessárias à tomada de decisões.

2. Efetuar a escrituração contábil nos sistemas Financeiro, Patrimonial e de Compensação em partidas dobradas e no Sistema Orçamentário em partidas simples, de conformidade com os artigos 83 a 106 da Lei 4.320/64, inclusive com registro em livro Diário.

3. Possibilitar a integração com o Sistema de Compras.

4. Gerar relatórios gerenciais de Receita, Despesa, Restos a Pagar, Depósitos de Diversas Origens, Bancos e outros, de acordo com o interesse do Tribunal de Contas, bem como Boletim Financeiro Diário.

5. Elaborar os anexos e demonstrativos do balancete mensal e do balanço anual, na forma da Lei 4.320/64, Lei Complementar 101/00 - LRF e Resolução do Tribunal de Contas.

6. Gerar os razões analíticos de todas as contas integrantes dos Sistemas Financeiro, Patrimonial e de Compensação.

7. Permitir informar documentos fiscais na Ordem de Pagamento.

8. Possibilitar a consulta ao sistema, sem alterar o cadastro original

9. Possibilitar o registro de empenhos por Estimativa, Global e Ordinário.

10. Possibilitar o registro de Sub-empenhos sobre o empenho Global.

11. Possibilitar a anulação dos empenhos por estimativa no final do exercício, visando a não inscrição em Restos a Pagar.

12. Possibilitar a anulação total e parcial do empenho e o cancelamento da anulação.

13. Possibilitar o controle do pagamento de Empenho, Restos a Pagar e Despesas Extras, em contrapartida com várias Contas Pagadoras.

14. Possibilitar inscrever automaticamente no Sistema de Compensação dos empenhos de Adiantamentos, quando da sua concessão e o lançamento de baixa respectivo, quando da prestação

de contas.

15. Controlar o prazo de vencimento dos pagamentos de empenhos, emitindo relatórios de parcelas a vencer e vencidas, visando o controle do pagamento dos compromissos em ordem cronológica.

16. Possibilitar o registro do pagamento total ou parcial da despesa e a anulação do registro de pagamento, fazendo os lançamentos necessários.

17. Possibilitar a inclusão de vários descontos, tanto no fluxo extra orçamentário como no orçamentário, com registros automáticos nos sistemas orçamentário e financeiro.

18. Fazer os lançamentos de receita e despesa automaticamente nos Sistemas Financeiro, Orçamentário, Patrimonial e de compensação, conforme o caso.

19. Efetuar o lançamento do cancelamento de restos a pagar em contrapartida com a receita orçamentária, em rubrica definida pelo usuário.

20. Possibilitar o controle de Restos a Pagar em contas separadas por exercício, para fins de cancelamento, quando for o caso.

21. Executar o encerramento do exercício, com todos os lançamentos automáticos e com a apuração do resultado.

22. Emitir Notas de Pagamento, de Despesa extra, de Empenhos e de Sub-empenhos.

23. Emitir ordens de Pagamento de Restos a Pagar, Despesa Extra e de Empenho.

24. Possibilitar a consolidação dos balancetes financeiro das autarquias juntamente com o balancete financeiro da prefeitura.

25. Possibilitar que cada unidade orçamentária processe o respectivo empenho.

26. Possibilitar o controle de despesa por tipo relacionado ao elemento de despesa.

27. Cadastrar e controlar as dotações constantes do Orçamento do Município e das decorrentes de créditos adicionais especiais e extraordinários.

28. Cadastrar e controlar os Créditos Suplementares e as anulações de dotações.

29. Registrar empenho global, por estimativa, ordinário e sub-empenho.

30. Registrar anulação parcial ou total de empenho.

31. Registrar bloqueio e desbloqueio de dotações.

32. Elaborar demonstrativo do excesso de arrecadação e do excesso de arrecadação pela tendência do exercício.

33. Controlar as dotações orçamentárias, impossibilitando a utilização de dotações com saldo insuficiente para comportar a despesa.

34. Emitir as planilhas que formam o Quadro de Detalhamento da Despesa.

35. Possibilitar consultar ao sistema sem alterar o cadastro original.

36. Gerar relatórios gerenciais de execução da despesa, por credores, por classificação, por período de tempo e outros de interesse do Município.

37. Gerar relatórios de saldos disponíveis de dotações, de saldos de empenhos globais e outros de interesse do Município.

38. Possibilitar iniciar os movimentos contábeis no novo exercício mesmo que o anterior ainda não esteja encerrado, possibilitando a atualização automática dos saldos contábeis no exercício já iniciado.

39. Emitir Notas de Empenho, Sub-empenhos, Liquidação, Ordens de Pagamento, Restos a pagar, Despesa extra e suas respectivas notas de anulação, possibilitando sua emissão por intervalo e/ou aleatoriamente.

40. Permitir a anulação total e parcial do empenho, ordens de pagamento, nota de despesa extra orçamentária e o cancelamento da anulação, possibilitando auditoria destas operações.

41. Emitir relatórios padrão TCE para solicitação de Certidão Negativa.

42. Possibilitar que cada unidade orçamentária processe o respectivo empenho.

43. Possibilitar o controle de despesa por tipo relacionado ao elemento de despesa, permitindo a emissão de relatórios das despesas por tipo.

44. Permitir o cadastramento de fonte de recurso com identificador de uso, grupo, especificação e detalhamento, conforme Portaria da STN ou Tribunal de Contas do Estado.

45. Cadastrar e controlar as dotações constantes no Orçamento do Município e as decorrentes de Créditos Adicionais Especiais e Extraordinários.

46. Permitir que nas alterações orçamentárias possa se adicionar diversas dotações e subtrair de diversas fontes para um mesmo decreto.

47. Registrar bloqueio e desbloqueio de valores nas dotações, inclusive com indicação de tipo cotas mensais e limitação de empenhos.

48. Elaborar demonstrativo do excesso de arrecadação e do excesso de arrecadação pela tendência do exercício, e com possibilidade de emissão consolidada, e agrupando por recurso.

49. Controlar as dotações orçamentárias, impossibilitando a utilização de dotações com saldo insuficiente para comportar a despesa.

50. Emitir as planilhas que formam o Quadro de Detalhamento da Despesa.

51. Gerar relatórios gerenciais de execução da despesa, por credores, por classificação, por período de tempo e outros de interesse do Município.

52. Gerar relatórios de saldos disponíveis de dotações, de saldos de empenhos globais e outros de interesse do Município.

53. Efetuar o controle automático dos saldos das contas, apontando eventuais estourados de saldos ou lançamentos indevidos.

54. Efetuar o acompanhamento do cronograma de desembolso das despesas para limitação de empenho, conforme o artigo 9º da Lei 101/00 - LRF, de 04 de maio de 2000.

55. Possuir relatório para acompanhamento das metas de arrecadação, conforme o art. 13 da Lei 101/00 - LRF de 04 de maio de 2000.

56. Possuir processo de encerramento mensal, que verifique eventuais divergências de saldos, e que após o encerramento não possibilite alterações em lançamentos contábeis já efetuados.

57. Possuir cadastros de Convênios e Prestação de Contas de Convênio, Contratos e Caução.

58. Emitir relatórios demonstrativos dos gastos com Educação, Saúde e Pessoal, com base nas configurações efetuadas nas despesas e nos empenhos.

59. Emitir os relatórios das Contas Públicas para publicação, conforme IN 28/99 do TCU e Portaria 275/00;

60. Emitir relatórios: Pagamentos Efetuados, Razão da Receita, Pagamentos em Ordem Cronológica, Livro Diário, Extrato do Credor, Demonstrativo Mensal dos Restos a Pagar, Relação de Restos a Pagar e de Cheques Compensados e Não Compensados.

61. Possibilitar que os precatórios sejam relacionados com a despesa destinada ao seu pagamento.

62. Permitir gerar arquivos para o sistema do Tribunal de Contas do Estado referente aos atos administrativos, dados contabilizados, dados financeiros e dados do orçamento.

63. Gerar relatório para conferência de inconsistências a serem corrigidas no sistema antes de gerar os arquivos para os Tribunais de Contas.

64. Emitir relatórios com as informações para o SIOPS, no mesmo formato deste.

65. Emitir relatórios com as informações para o SIOPE, no mesmo formato deste.

66. Gerar os arquivos conforme o MANAD - Manual Normativo de Arquivos Digitais para a Secretaria da Receita da Previdência.

67. Permitir o cadastramento de devolução de receita utilizando rubricas redutoras conforme Manual de Procedimentos da Receita Pública da STN.

68. Permitir que seja feita a contabilização do regime próprio de previdência em conformidade com a Portaria 916 do ministério de

previdência, com emissão dos respectivos demonstrativos.

69. Possibilitar a emissão de relatório com as deduções para o Imposto de Renda.

70. Possibilitar a emissão de gráficos comparativos entre a receita prevista e arrecadada e a despesa fixada e realizada.

71. Possuir rotina de emissão de cheques para pagamento das despesas, com a possibilidade de efetuar a baixa no momento do pagamento ao fornecedor.

FLY TRANSPARÊNCIA (01 licença com acessos ilimitados)

1.239. Permitir a utilização do aplicativo via internet.

1.240. Possuir filtros para seleção de entidades.

1.241. Conter funcionalidade para aumento da granularidade das informações exibidas, contendo a opção de efetuar consulta de todas as unidades de forma consolidada.

1.242. Possuir cadastro de IP autorizado para uploads, para impedir o envio de informações fora do IP cadastrado.

1.243. Possuir cadastro para exibição das consultas, permitindo que o cliente configure qual consulta deseja exibir por entidade que ele tem acesso.

1.244. Possibilitar o relacionamento de documentos com os processos de licitação.

1.245. Permitir realizar a atualização de dados de forma automática, com a utilização de agendas configuradas na periodicidade requisitada pelo usuário.

1.246. Permitir exportar em formato CSV as informações do Transparência, utilizando filtros disponibilizados para cada série de dados.

1.247. Permitir personalizar o nível de detalhamento das consultas apresentadas.

1.248. Permitir consulta de Receitas, Despesas, Frotas, Licitações e quadro de pessoal.

1.249. Permitir download em PDF do Cronograma de ações da Portaria STN Nº 828/2011.

1.250. Permitir download de anexos em PDF (Receita e Despesa por categoria de econômicos, Despesa por programa de trabalho, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, Variações Patrimoniais).

FLY PATRIMÔNIO (01 licença com 01 usuário ativo)

1.1. O aplicativo de Patrimônio via Internet deverá possuir cadastro para os bens móveis e imóveis do órgão, podendo ser informadas as seguintes características:

1.1.1. O processo licitatório, empenho e fornecedor da aquisição do bem;

1.1.2. Estado de conservação do bem: "péssimo", "ruim", "regular", "bom" e "ótimo".

1.1.3. Moeda de aquisição (permitindo conversão dos valores para moeda atual);

1.2. Permitir vinculação da conta contábil e natureza do bem;

1.3. Permitir visualização do valor de aquisição, o valor total de depreciação, assim como cadastrar e visualizar as incorporações e desincorporações;

1.4. Permitir visualização do valor da última reavaliação do bem;

1.5. Permitir armazenamento e visualização da imagem atual do bem por meio dos arquivos: jpg, bmp e pdf;

1.6. Visualizar situação do bem como: "ativo", "baixado", "comodato", "locado", "cedido";

1.7. Permitir inserir características personalizadas para o cadastro de bens. Por ex.: "Cor", "Altura", "Peso", etc.

1.8. Permitir alteração da placa do bem informando a data de alteração, visualizando todas as placas utilizadas pelo bem.

1.9. Permitir controle de transferência de bens entre os diversos organogramas, responsáveis e contas da entidade assim como cessões e locações, possibilitando a emissão do relatório de transferências de determinado tipo, incluindo também a emissão como Termo de Transferência de Bens.

1.10. Permitir cadastro das contas patrimoniais, classificá-las por bens móveis e Imóveis e identificar o tipo de bens tangíveis e

intangíveis.

1.11. Permitir cadastro de conversão de moedas indexadoras, para que ao cadastrar bens adquiridos em outras épocas converta automaticamente para o valor atual ao cadastrar o bem.

1.12. Permitir efetuar a reavaliação de bens individual, ou por lote e identificar o tipo de reavaliação: Ajuste ou reavaliação e possibilitando adequar o novo valor de depreciação anual do bem.

1.13. Permitir cálculo da depreciação, exaustão e amortização dos bens possibilitando:

1.13.1. Executar individualmente;

1.13.2. Executar para vários bens (adicionando os filtros necessários);

1.13.3. Configurar percentuais simples ou periódicos, simulando a depreciação natural dos bens desde sua aquisição até a data atual.

1.14. Permitir realizar baixas individuais ou múltiplas por contas, responsáveis, órgãos e bens, permitindo informar histórico e informações complementares como: lei, portaria e processo licitatório.

1.15. Controlar movimentação dos bens encaminhados à manutenção, armazenando os dados básicos desse movimento; tais como:

1.15.1. Data de envio e previsão de retorno;

1.15.2. Tipo de manutenção (se a manutenção é preventiva ou corretiva);

1.15.3. Valor do orçamento;

1.15.4. Possibilitar a emissão de relatório contendo os bens que estão ou já sofreram manutenção,

1.15.5. Agrupados pelo fornecedor ou pelo motivo da manutenção;

1.15.6. Possibilitar gerar transferências para outra unidade administrativa após voltar da manutenção.

1.16. Emitir relatório identificando o bem, valor atualizado, conta ao qual ele pertence, o responsável pelo bem, número patrimonial e a data de aquisição.

1.17. Emitir termo de responsabilidade da guarda dos bens por responsável ou por órgão/centro de custo.

1.18. Emitir relatório de bens em inventário por centro de custo e/ou responsável, permitindo selecionar a situação (em processo de localização, localizados e pertencentes ao setor, localizados, mas pertencentes a outro setor, não localizados ou todas) e emitir também o termo de abertura e encerramento do Inventário.

1.19. Emitir etiquetas de controle patrimonial, inclusive com código de barras para leitura óptica, além de permitir que o usuário possa confeccionar sua própria Etiqueta.

1.20. Permitir cadastro das seguradoras e apólices de seguros (com valor de franquia e valor segurado) para os bens.

1.21. Permitir classificar o bem em desuso de modo que não seja possível realizar movimentações com este até que seja estornado.

1.22. Permitir registro da abertura e do fechamento do inventário, bloqueando a movimentação ou destinação de bens durante a sua realização.

1.23. Emitir relatório de baixas de bens com seleção por período de baixa, por conta, órgão ou por centro de custo.

1.24. Emitir relatório para conferir os lançamentos de inventário, possibilitando a seleção por responsável, por órgão ou por centro de custo.

1.25. Permitir transferência dos bens localizados em inventários quando pertencentes a outro setor.

1.26. Manter registro/histórico de todas as movimentações dos itens patrimoniais realizadas no exercício, possibilitando a emissão de relatório por período e também visualizar as movimentações por centro de custo.

1.27. Permitir depreciação de bem tangível em relação ao percentual anual de depreciação deste, permitindo que o processo seja executado informando as seleções: por conta, por bem, por centro de custo, por natureza do bem.

1.28. Emitir relatório de reavaliações de bens com seleção por bem, por conta e período.

1.29. Emitir relatório por período dos movimentos das contas dos

bens (mostrando de forma analítica e sintética), possibilitando visualizar o saldo anterior ao período, total de entradas, total de saídas e saldo atual da conta.

1.30. Emitir relatório com projeção de valorização/depreciação do bem baseado em percentual informado com seleção por conta, bem e/ou unidade administrativa.

1.31. Possuir rotina para importação de várias imagens dos bens, armazenando-os no banco de dados.

1.32. Permitir vinculação de um ou mais arquivos de imagens, documentos de texto ou documentos digitalizados, ao código do bem.

1.33. Permitir configuração das máscaras de centro de custos, contas e código do bem.

1.34. Permitir salvamento dos relatórios em formato PDF simples, possibilitando que sejam assinados digitalmente.

1.35. Emitir relatório com os movimentos contábeis (aquisições, baixas, depreciações, etc...) ocorridos no patrimônio no período de seleção.

1.36. Permitir inserir o número do ato no campo [Nº do Ato] do cadastro de bens com até 10 caracteres ou números.

1.37. Permitir transferência dos bens de um responsável, conta, e centro de custo para outro utilizando multi-seleção (ex.: 1, 20, 37).

1.38. Para os bens imóveis, permitir cadastrar endereço, registro do imóvel, e informações de arrendamento quando este for arrendado.

1.39. Permitir inserir no cadastro dos bens um valor mínimo residual para os bens, para controle das depreciações.

1.40. Permitir encerramento mensal de competência, não permitindo movimentos com data retroativa ao mês/ano encerrado, possibilitando o estorno deste encerramento.

1.41. Permitir inserir uma data para o início das depreciações dos bens.

1.42. Permitir inserir a localização física do bem, possibilitando emitir um relatório por localização física.

1.43. Enviar e-mails para cada responsável com a lista de bens sob sua responsabilidade para conferência, assim caso exista alguma inconformidade ele se dirija ao setor de patrimônio para o devido ajuste.

1.44. O envio poderá ter um filtro para envio por responsável ou envio para todos.

1.45. Permitir cadastro de comissões para inventário e reavaliação de bens com informação do número da portaria, data da portaria, finalidade e membros da comissão.

1.46. Enviar e-mails para cada responsável com a lista de bens sob sua responsabilidade que houve transferência para conferência, assim caso exista alguma inconformidade ele se dirija ao setor de patrimônio para o devido ajuste.

1.47. Registrar amortização de bens intangíveis.

Salto Veloso, 02 de janeiro de 2015.

CAMARA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO

VALDENIR JOSÉ ZABONI

CONTRATANTE

BETHA SISTEMAS LTDA.

Daniela Ramos Silva

CONTRATADA

BETHA SISTEMAS LTDA.

Ernesto Muniz de Souza Jr.

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: Silbéli Aparecida Matos Ganasini

CPF n. 715.854.609-82

Nome: Gabriela Bissani

CPF n. 078.605.259-76

ANEXO II - DOS VALORES

CONTRATO Nº 02/2015

CONTRATANTE: CAMARA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO.

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA.

O objetivo deste Anexo II é o detalhamento dos valores do(s) aplicativo(s) e serviço(s), objeto deste contrato.

ITEM	QTD. MESES	APLICATIVO(S)	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
01	03	Betha Compras 01 licença com 01 acesso	151,83	455,49
02	03	Betha Folha 01 licença com 01 acesso	212,85	638,55
03	03	Beta Sapo 01 licença com 01 acesso	212,85	638,55
04	03	Fly Patrimônio 01 licença com 01 usuário ativo	119,48	358,44
05	03	Fly Transparência 01 licença com acessos ilimitados	102,99	308,97
06	01	Parametrização e treinamento.	2.000,00	2.000,00
VALOR TOTAL R\$			2.800,00	4.400,00

Salto Veloso, 02 de janeiro de 2015.

CAMARA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO

VALDENIR JOSÉ ZAMBONI

CONTRATANTE

BETHA SISTEMAS LTDA.

Daniela Ramos Silva

CONTRATADA

BETHA SISTEMAS LTDA.

Ernesto Muniz de Souza Jr.

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: Silbéli Aparecida Matos Ganasini

CPF n. 715.854.609-82

Nome: Gabriela Bissani

CPF n. 078.605.259-76

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

ERRATA EDITAL Nº 10/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL
ERRATA

Edital nº 010/2015-PR
PUBLICADO NO DOM EM 20/01/2015-EDIÇÃO Nº 1666 PG 441

Fica Retificado o Edital onde menciona:

Ítem 13. Da vigência contratual e demais prazos e do acompanhamento

Onde lê-se:

Subítem 13.1. A adjudicação e o contrato provenientes do presente processo licitatório terão vigência de 48 (quarenta e oito) meses, contados a partir de sua assinatura, não constituindo renúncia ou alteração de tal prazo a confecção de contrato com prazo inicial de vigência limitada às dotações vigentes do exercício em execução."

Leia-se:

Subítem 13.1. A adjudicação e o contrato provenientes do presente processo licitatório terão vigência 31 de dezembro de 2015, contados a partir de sua assinatura, não constituindo renúncia ou alteração de tal prazo a confecção de contrato com prazo inicial de vigência limitada às dotações vigentes do exercício em execução."

Onde lê-se:

"ANEXO III

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

Item 1. O presente instrumento terá duração de 12(doze) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato, com vigência até xx/xx/2015. Podendo ser renovado por períodos sucessivos até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, nos termos do artigo 57, inciso IV da Lei 8.666/93, através de termo de Apostilamento."

Leia-se:

"ANEXO III

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

Item 1. O presente instrumento terá duração de 11(onze) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato, com vigência até xx/xx/2015. Podendo ser renovado por períodos sucessivos até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, nos termos do artigo 57, inciso IV da Lei 8.666/93, através de termo de Apostilamento."

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp Nº 400, Centro, Fone Fax: (0xx48) 534-1113 e e-mail: licitacao@santarosadosul.sc.gov.br, das 13:00h às 19:00h.

Nelson Cardoso de Oliveira.

Prefeito Municipal

São Bento do Sul

PREFEITURA

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 013/2015

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 13/2015
MENOR PREÇO GLOBAL

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 08:30 horas do dia 12 de Fevereiro de 2015, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: FORNECIMENTO DE MATERIAL, MÃO DE OBRA E DEMAIS OBRIGAÇÕES NECESSÁRIAS PARA À REVITALIZAÇÃO DA SINALIZAÇÃO VIÁRIA E IMPLANTAÇÃO DE PASSEIOS E CICLOVIA NA AVENIDA SÃO BENTO, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETOS E CONTRATO DE REPASSE Nº 311.146-23/2009/MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA

Os interessados poderão retirar o Edital completo no endereço www.saobentodosul.sc.gov.br/licitacao e obter maiores informações no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 26 de janeiro de 2015.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

Secretário de Administração

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 001/2015

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 001/2015

DA ESPÉCIE: Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços e Fornecimento de Materiais, firmado entre a Câmara Municipal de São Bento do Sul e a empresa Bavária Empreendimentos e Participações Ltda. O preço do litro passa de R\$ 2,985 (dois reais, novecentos e oitenta e cinco milésimos de real) para R\$ 3,020 (três reais e vinte milésimos de real)

São Bento do Sul, 20 de janeiro de 2015.

EDIMAR GERALDO SALOMON

Presidente da Câmara Municipal de São Bento do Sul

RENATO ROCHA

pela Empresa Contratada

São Carlos**PREFEITURA****AVISO DISPENSA N.06/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm nº06/2015

Edital ...:Dispensa de licitação. N.06/2015
Tipo: Preço compatível ao praticado no mercado
Objeto: Serviços de estrut sistema de insp municipal PROSUASA
Contratado:CIDEMA-CONS INT DESENV ECON SOCIAL MEIO AMB.
Valor: R\$12.000,00(Doze mil reais)
Justificativa: Fundamentada no art. 24-inciso XXVI da Lei n.8666/93
Vigência: 31.12.2015

São Carlos-SC, em 27 de janeiro de 2015.
CLEOMAR WEBER KUHN
PREFEITO MUNICIPAL

São Domingos**PREFEITURA****CONV PREFE 001 DE 20 01 2015 CTG QUERO-QUERO XVII RODEIO CRIOLO INTERESTADUAL**

DADOS E TEXTO DE CONVÊNIO:
Mês/Ano: Janeiro/2015

Número do Convênio: PREFE 001/2015, de 20 de janeiro de 2015.
Valor do Convênio: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).
Descrição: O presente Convênio tem por objeto o repasse de recursos financeiros ao CENTRO DE TRADIÇÕES GAUCHAS QUERO - QUERO, para custear despesas com divulgação, aquisição de troféus e contratação de empresa de segurança e sonorização para a realização do 17º Rodeio Criolo Interestadual, a ser realizado neste município de São Domingos (SC), nos dias 30 e 31 de janeiro e 1º de fevereiro de 2015.
Responsável Jurídico: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076
Conveniente: MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS (SC)
CNPJ: 83.009.894/0001-08
Conveniado: CENTRO DE TRADIÇÕES GAUCHAS QUERO-QUERO
CNPJ: 00.111.457/0001-73
Data vencimento: 31/03/2015

DEC 1795 DE 19 01 2015 SUPERÁVIT

DECRETO Nº 1795 DE 19 DE JANEIRO DE 2015.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2014 PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; pela Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64; pela Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/00; pela Lei Orçamentária Anual nº 1.750, de 10/12/14;

DECRETA:

Art. 1º Abre crédito adicional, pelo superávit financeiro, criando a modalidade de aplicação e adiciona o valor de R\$ 16.756,60 (dezesseis mil, setecentos e cinquenta e seis reais e sessenta centavos), na seguinte programação de despesa:

13.00 – FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL				
16.482.1008.2.017 – Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
33900000	Aplicações Diretas	158	03.0024	16.756,60

Art. 2º Como Fonte de Recurso para abertura do crédito adicional de que trata o art. 1º serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro do exercício anterior, no valor de R\$ 16.756,60 (dezesseis mil, setecentos e cinquenta e seis reais e sessenta centavos), da Fonte de Recursos 03.0024 - Convênios União.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 19 de janeiro de 2015.

Sandro Figueiró

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra.

Fabiano Batistel

Secretário de Administração e Fazenda Designado

DEC 1797 DE 23 01 2015 SUPERÁVIT EDUCAÇÃO

DECRETO Nº 1797 DE 23 DE JANEIRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2014 PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; pela Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64; pela Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/00; pela Lei Orçamentária Anual nº 1.750, de 10/12/14;

DECRETA:

Art. 1º Abre crédito adicional, pelo superávit financeiro, criando a modalidade de aplicação e adiciona o valor de R\$ 7.560,00 (sete mil, quinhentos e sessenta reais), na seguinte programação de despesa:

04.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES				
12.318.1005.2.051 – Manutenção do Ensino Fundamental				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
44900000	Aplicações Diretas	159	03.0022	7.560,00

Art. 2º Como Fonte de Recurso para abertura do crédito adicional de que trata o art. 1º serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro do exercício anterior, no valor de R\$ 7.560,00 (dezesseis mil, setecentos e cinquenta e seis reais e sessenta centavos), da Fonte de Recursos 0.3.0022 - Convênios União Educação, programa PAR.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 23 de janeiro de 2015.

Sandro Figueiró

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra.

Fabiano Batistel

Secretário de Administração e Fazenda Designado

DEC 1798 DE 23 01 15 DESIGNA COMISSAO DE LICITAÇÕES

DECRETO Nº 1798, DE 23 DE JANEIRO DE 2015.

Constitui Comissão Permanente de Licitações para o Exercício de 2015.

O Prefeito Municipal em Exercício de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas no inciso VI do artigo 100 da Lei Orgânica do Município; pelo disposto no artigo 51 da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, atualizada; e:

- Considerando o estabelecido na legislação citada, dispondo que a investidura dos membros da Comissão Permanente de Licitações não excederá a 01 (um) ano, vedando a recondução da totalidade de seus membros, para a mesma comissão no período subsequente;

- Considerando os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade e eficiência;

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída a Comissão Permanente de Licitações para o Exercício de 2015, com a seguinte composição:

- Paula Natana Comachio - Presidente;
- Ana Claudia Barizon Fontana da Luz - 1º Membro;
- Alyne Nayara Lammel - 2º Membro
- Adriana Lúcia Pretto - 1º Suplente;
- Lenize Klein Latreille - 2º Suplente;
- Flávio Celeste Lorenzi - 3º Suplente.

Art. 2º A comissão permanente de licitações será responsável pelo processamento e julgamento das licitações, em todas as modalidades, nos termos da legislação pertinente.

Art. 3º Os trabalhos prestados pela comissão permanente de licitações não serão remunerados.

Art. 4º A supervisão e acompanhamento dos trabalhos da comissão serão efetuados pela assessoria jurídica e pelo setor de contabilidade do município.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 23 de janeiro de 2015.

Sandro Figueiró

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado em data supra.

Fabiano Batistel

Secretário Municipal de Administração e Fazenda Designado

DEC 1799 DE 23 01 15 DESIGNA PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

DECRETO Nº 1799, DE 23 DE JANEIRO DE 2015.

Designa Pregoeiro e componentes da Equipe de Apoio para o Exercício de 2015.

O Prefeito Municipal em Exercício de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas no inciso VI do artigo 100 da Lei Orgânica do Município; na Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, atualizada; na Lei Federal nº 10.520, de 17/07/02, atualizada; e:

- Considerando o Decreto nº 020, de 10/03/06, que aprova o regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns e dá outras providências;

- Considerando os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade e eficiência;

DECRETA:

Art. 1º Fica designado Pregoeiro Municipal o Senhor Flávio Celeste Lorenzi, para o Exercício de 2015, com a seguinte equipe de apoio:

- Paula Natana Comachio - 1º Membro;
- Alyne Nayara Lammel - 2º Membro
- Ana Claudia Barizon Fontana da Luz - 1º Suplente;
- Adriana Lúcia Pretto - 2º Suplente;

Art. 2º Fica delegada competência ao Pregoeiro ora designado para assinar e divulgar os editais referentes aos processos licitatórios da modalidade Pregão, na forma do art. 40 da Lei n. 8.666/93.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 23 de janeiro de 2015.

Sandro Figueiró

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado em data supra.

Fabiano Batistel

Secretário Municipal de Administração e Fazenda Designado

São João do Sul

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 016/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 016/2015
2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 181/2013

OBJETO: Fica prorrogada a vigência do Termo Original para 29/05/2015, que tem por objeto pavimentação com lajota sextavada na Av. Nereu Ramos num total de 2.917,16 m² de pavimentação com lajota sextavada e pavimentação com ladrilho hidráulico de 774,23 m² de passeios.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.
CONTRATADA: LAJECRIL ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - EPP
FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 070/2013 - Tomada de Preços nº 002/2013 de 20/09/2013, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

São João do Sul, 21 de Janeiro de 2015.
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeitura Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 017/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 017/2015
3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 181/2013

OBJETO: Alteração qualitativa da "Pavimentação" e "Urbanização e Sinalização" inicialmente contratada no Termo Original Contrato 181/2013, descrita nos subitens "2" e "3" da planilha orçamentária.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.
CONTRATADA: LAJECRIL ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - EPP
FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 070/2013 - Tomada de Preços nº 002/2013 de 20/09/2013, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

São João do Sul, 21 de Janeiro de 2015.
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeitura Municipal

São Joaquim

PREFEITURA

COMUNICADO AOS CONTRIBUINTES DO IPTU C O M U N I C A D O

A Prefeitura Municipal de São Joaquim comunica e torna público aos senhores contribuintes que o IPTU ano de 2015 estão sendo entregue via correio.

As cotas únicas terão desconto de:

- 15% para pagamento até o dia 13/02/2015, ou,
- Desconto de 10% para pagamento até o dia 13/03/2015, ou,
- Desconto de 5% para pagamento até o dia 31/03/2015.
- Outra opção que o contribuinte terá é parcelar em até quatro vezes, vencendo a primeira parcela no dia 31/03/2015.

Os contribuintes que não receberem o seu carnê via correio, terão a opção de retirar o talão via internet através do endereço eletrônico www.saojoaquim.sc.gov.br através do link CIDADÃO WEB ou procurar a segunda via diretamente na Prefeitura a partir do dia 09/02/2015.

A Secretaria da Fazenda informa e alerta aos contribuintes que se encontram em débitos com os tributos municipais vencidos até 31/12/2014, que a partir deste ano estará encaminhando para cobrança junto ao Cartório Local.

Senhores contribuintes procurem verificar possíveis pendências no endereço eletrônico www.saojoaquim.sc.gov.br ou no Setor de Tributação.

São Joaquim (SC), 19 de Janeiro de 2015.

José Vilmar Mariot Antunes
Secretario Municipal da Fazenda
Município de São Joaquim - SC

DECRETO Nº 027/2015

DECRET O Nº 027/2015

"QUE EXONERA A PEDIDO CARGO COMISSIONADO"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido EXONERAÇÃO a pedido à servidora BENTA DE FÁTIMA FURTADO, ocupante do Cargo Comissionado de Secretária Municipal de Administração, para o qual havia sido Nomeada através do Decreto Nº 003/2014, de 09/01/2014, retornando ao exercício do cargo efetivo de Técnico Administrativo.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 20 de Janeiro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 028//2015

DECRET O Nº 028/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica NOMEADO o senhor MYCCHIEL HUDSON LINHAGUE, para ocupar o Cargo Comissionado de Diretor de Habitação e Ação Comunitária.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 20 de Janeiro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 029/2015

DECRET O Nº 029/2015

“QUE CONCEDE EXONERAÇÃO A PEDIDO AO
FUNCIONÁRIO JONILSON BORGES DE JESUS”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido EXONERAÇÃO a pedido ao senhor JONILSON BORGES DE JESUS, ocupante do Cargo Efetivo de Agente de Serviços Gerais (Braçal), para o qual havia sido Nomeado através do Decreto Nº 024/2013, de 21/01/2013.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 20 de Janeiro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

EDITAIS 06/2015 05/2015 02/2015 07/2015 FME
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM COM RECURSOS DO
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº 02/2015

Pregão Presencial 01/2015 (Registro de preço)

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios para Escolas e CEI's

Tipo: Menor Preço por Item

Abertura: 06/02/2015 09:30 horas

Valor estimado: R\$ 706.125,11

Processo Nº 05/2015

Pregão Presencial 03/2015 (Registro de preço)

Objeto: Aquisição de Troféus e Medalhas para Departamento de Esportes

Tipo: Menor Preço por Item

Abertura: 09/02/2015 14:00 horas

Valor estimado: R\$ 29.904,95

Processo Nº 06/2015

Pregão Presencial 04/2015

Objeto: Contratação de empresa para realizar reforma da Rede

Hidro Sanitária e Elétrica do Ginásio de Esportes Juraci Santos

Tipo: Menor Preço por Lote

Abertura: 11/02/2015 09:30 horas

Valor estimado: R\$ 27.147,86

Processo Nº 07/2015

Pregão Presencial 05/2015 (Registro de preço)

Objeto: Aquisição de leite Longa Vida Integral para Escolas e CEI's

Tipo: Menor Preço por Item

Abertura: 12/02/2015 14:00 horas

Valor estimado: R\$ 102.000,00

Os Processos serão regidos pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido nos editais. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda solicitar pelo e-mail pmsj_licitacao@hotmail.com ou ainda pelos sites <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-0411.

São Joaquim, 27 de janeiro de 2015

Humberto Luiz Brighenti

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 034/2015

PORTARIANº 034/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida Licença para Gestação, conforme apresentação de atestado médico à funcionária - SUZIANE DA ROSA SOUZA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 180 (cento e oitenta) dias, a contar do dia 08/01/2015 até 06/07/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 08 de Janeiro de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Joaquim, 19 de Janeiro de 2015.

HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 035/2015

PORTARIANº 035/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS aos seguintes funcionários: - BEATRIZ NUNES, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 19/01/2015 à 17/02/2015. - JOSIANE NUNES OLIVEIRA, ocupante do Cargo de Psicóloga, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 19/01/2015 à 17/02/2015. - MARIA DE FATIMA MEDEIROS, ocupante da Função de Agente de Saúde (PSF), referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 19/01/2015 à 17/02/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 19 de Janeiro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 036/2015

PORTARIANº 036/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes funcionários: - ROSA MARIA DAVOGLIO, ocupante da Função de Agente de Saúde, por 10 (dez) dias, a contar do dia 10/01/2015. - MARILDA FAUSTO, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 05 (cinco) dias, a contar do dia 12/01/2015. - RAFAELA SAMARA SILVA, ocupante da Função de Técnica em Enfermagem (PSF), por 02 (dois) dias, a contar do dia 13/01/2015. - JAMILE MARIA ANDRADE SANTOS, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 02 (dois) dias, a contar do dia 14/01/2015. - JOSÉ VILMAR MARIOTT ANTUNES, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal da Fazenda, no período vespertino do dia 16/01/2015. - MAGALI FERNANDES MACHADO, ocupante da Função de Agente de Saúde, por 01 (um) dia, no dia 19/01/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 19 de Janeiro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 037/2015

PORTARIANº 037/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica REMOVIDA a servidora OSMARINA DE FATIMA DIAS, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais (Braçal) efetiva na Secretaria Municipal da Agricultura e do Abastecimento, através da Portaria Nº 449/2014, de 09/10/2014, para se tornar efetiva na Secretaria Municipal de Turismo, a partir desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições da Portaria Nº 449/2014, de 09/10/2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 20 de Janeiro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 038/2015

PORTARIANº 038/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica REMOVIDO o servidor ITAMAR OLIVEIRA DOS SANTOS, ocupante do Cargo de Operador de Escavadeira Hidráulica efetivo na Secretaria Municipal de Obras e Viação, através da Portaria Nº 192/2013, de 06/05/2013, para se tornar efetivo na Secretaria Municipal da Agricultura e do Abastecimento, a partir desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições da Portaria Nº 192/2013, de 06/05/2013.

.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 20 de Janeiro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 039/2015

PORTARIANº 039/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com Requerimento Protocolado sob o nº 141, de 05/08/2014 e em conformidade com a Lei Complementar Nº 4.183/2013, de 20/12/2013, artigo 19; Fica REMOVIDO o Professor JOSÉ DA SILVA PADILHA efetivado na E.E.B.M. João Inácio de Melo, Localidade de Santa Isabel, com 20 horas semanais através do Decreto Nº 111/2014, de 19/05/2014 para se tornar efetivo na E.E.B.M. Aristides Ribeiro de Medeiros, Bairro São José, no período vespertino, a partir desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições da Portaria Nº 025/2015, de 12/01/2015, por haver saído com incorreções em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 20 de Janeiro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 040/2015

PORTARIANº 040/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido FÉRIAS a seguinte funcionária ROSILENE MARIA CABRAL, ocupante do Cargo Comissionado de Assessora da Secretaria da Saúde CC-1, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 21/01/2015 à 19/02/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 21 de Janeiro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 041/2015

PORTARIANº 041/2015

“QUE DETERMINA A RETOMAR INSTAURAÇÃO DE
PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que
lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica determinada a retomada do Processo Administrativo Disciplinar em relação aos servidores: André Souza Spolti - ocupante do Cargo de Técnico em Atividade Agropecuária, Jader Prochnow Nunes ocupante do Cargo de Contador e Giulian Amaral Porto ocupante do Cargo de Técnico Administrativo, em razão dos fatos que estão sendo objeto de apuração de responsabilidade penal nos autos de representação criminal de nº 063.12.001016-2.

Art. 2º - A Comissão do Processo Administrativo Disciplinar devesse apresentar o parecer final em até 60 (sessenta) dias.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 21 de Janeiro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 042/2015

PORTARIANº 042/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que
lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido FÉRIAS a seguinte funcionária JANAINA APARECIDA DA SILVA, ocupante da Função de Agente de Saúde, referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 20/01/2015 à 18/02/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 20 de Janeiro de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 21 de Janeiro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 043/2015

PORTARIANº 043/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que
lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido FÉRIAS COLETIVAS a seguinte funcionária SIMONI ZANETE NESI, ocupante do Cargo de Professora, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 15/12/2014 à 13/01/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 15 de Dezembro de 2014, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 21 de Janeiro de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 044/2015

PORTARIANº 044/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que
lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido FÉRIAS a seguinte funcionária CRISTIANE STACHE, ocupante do Cargo de Agente Administrativo Auxiliar, referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 19/01/2015 à 17/02/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 19 de Janeiro de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 21 de Janeiro de 2015.

HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

São José

PREFEITURA

DECRETO Nº 3.819/2015

DECRETO Nº 3.819/2015

DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 004/2013, datado de 03/10/2013;

Embasado no Acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça SC, nos autos da apelação civil em mandato de segurança nº 064.00.001304-1, no que diz respeito à permanência de servidora gestante ou de licença gestação e parecer nº 700/2013/PGM;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam dispensadas as seguintes servidoras, admitidas por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA DE DISPENSA
Beatriz Bernardete Woiszyk Beltrão	Professor-H	20/01/2015
Fernanda Cristina Melo	Professor-H	13/01/2015

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 21 de janeiro de 2015.

JOSÉ NATAL PEREIRA

Prefeito Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal Interina de Educação

DECRETO Nº 3820/2015

DECRETO Nº 3820/2015

APROVA O Q.D.D. - QUADRO DE DETALHAMENTO DE DESPESAS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, PARA OS ÓRGÃOS E UNIDADES GESTORAS QUE COMPÕEM O ORÇAMENTO MUNICIPAL DO EXERCÍCIO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal 5.465/2015, que aprovou a LDO 2015, combinada com a Lei Municipal 5.466/2015, que aprovou a LOA 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Q.D.D. - Quadro de Detalhamento de Despesas, consignando dotações orçamentárias até o nível de Elementos de Despesas individualizadas por Fontes de Recursos, proporcionando o acompanhamento e a execução do Orçamento do Município de São José, para o exercício de 2015, aprovado pela Lei Municipal nº. 5.466/2015, disposto pelo ANEXO I, parte integrante deste decreto.

Art. 2º O Q.D.D. - Quadro de Detalhamento de Despesas aprovado no artigo anterior deste decreto estará disponível no Sistema Orçamentário para cada Órgão e Unidade Gestora, iniciando suas atividades orçamentárias a partir do dia 02 de janeiro de 2015.

Art. 3º A alteração do Q.D.D. e de outras metas fiscais, obrigatoriamente deverá constar do formulário padrão de "Solicitação de Alteração Orçamentária - 2015" - ANEXO II, parte integrante deste decreto, com os campos devidamente preenchidos, inclusive o da justificativa e necessariamente estará sujeita a parecer prévio da Secretaria de Finanças.

Art. 4º Os Órgãos e demais Unidades Gestoras que compõem a estrutura Orçamentária da Prefeitura de São José, inclusive os Fundos, as Fundações, a Autarquia e a Câmara de Vereadores farão a Programação de Comprometimento Financeiro de suas despesas mensais de pessoal, encargos sociais, de custeio, investimentos e demais despesas a partir do mês de janeiro a dezembro de 2015.

Art. 5º No decorrer do exercício de 2015 terão prioridades sobre os demais, os investimentos decorrentes de obras e serviços iniciados e ainda não concluídos no exercício anterior, seguido daqueles com projetos de obras já concluídos e os demais investimentos que já tenham iniciados seus respectivos editais de licitação.

Art. 6º É vedado qualquer procedimento pelos ordenadores que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária e os devidos recursos financeiros garantidos.

Art. 7º Para prosseguimento de Processo Licitatório será obrigatório a presença da Nota de Bloqueio Orçamentário, reservando-se das garantias de existência dos recursos orçamentários, conforme é disposto no artigo 43 da Lei Municipal nº 5.465/2015.

Art. 8º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de janeiro de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 22 de janeiro de 2015.

JOSÉ NATAL PEREIRA

Prefeito Municipal em exercício

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

DECRETO Nº 3820/2015 – ANEXO I

DECRETO 3820/2015 – ANEXO I
Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD
Exercício de 2015

Órgão.....: **01 CAMARA DE VEREADORES DE SAO JOSE**
 Unidade Orçamentária: **01.01 CAMARA DE VEREADORES DE SAO JOSE**

Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	----- Importância -----	
					Detalhada	Total da Aplicação
01.031.0101.2.001.000	MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL					19.833.741,59
3.1.90.01.00.00.00	Aposentadorias E Reformas	1	Fiscal	80	150.000,00	
3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos E Vantag.Fixas-Pessoal Civil	2	Fiscal	80	8.800.000,00	
3.1.90.13.00.00.00	Obrigac s Patronais	3	Fiscal	80	1.800.000,00	
3.1.90.16.00.00.00	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civi	4	Fiscal	80	100.000,00	
3.1.90.92.00.00.00	Despesas De Exercicios Anteriores	5	Fiscal	80	100.000,00	
3.1.90.94.00.00.00	Indenizac s E Restituic s Trabalhistas	2188	Fiscal	80	200.000,00	
3.1.91.13.00.00.00	Obrigac s Patronais - Op.Intra-Orçament	6	Fiscal	80	300.000,00	
3.3.90.05.00.00.00	Outros Benefícios Previdenciários	7	Fiscal	80	1.000,00	
3.3.90.14.00.00.00	Diárias - Pessoal Civil	8	Fiscal	80	20.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	9	Fiscal	80	800.000,00	
3.3.90.33.00.00.00	Passagens E Despesas Com Locomocao	10	Fiscal	80	20.000,00	
3.3.90.34.00.00.00	Outras Despesas Pessoal decorr.contratos	11	Fiscal	80	1.000.000,00	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	12	Fiscal	80	50.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	13	Fiscal	80	4.500.000,00	
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	14	Fiscal	80	1.100.000,00	
3.3.90.47.00.00.00	Obrigac s Tributárias E Contributivas	15	Fiscal	80	20.000,00	
3.3.90.92.00.00.00	Despesas De Exercicios Anteriores	16	Fiscal	80	20.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	17	Fiscal	80	600.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	18	Fiscal	80	252.741,59	
TOTAL DA UNIDADE						19.833.741,59

Órgão.....: **02 GABINETE DA PREFEITA**
 Unidade Orçamentária: **02.01 CHEFIA DO GABINETE DA PREFEITA**

Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	----- Importância -----	
					Detalhada	Total da Aplicação
04.122.0105.2.002.000	FUNC. MANUT. DO GABINETE DA PREFEITA					1.863.839,48
3.1.90.04.00.00.00	Contratacao Por Tempo Determinado	19	Fiscal	80	13.500,00	
3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos E Vantag.Fixas-Pessoal Civil	20	Fiscal	80	1.610.000,00	
3.1.90.16.00.00.00	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civi	21	Fiscal	80	2.000,00	
3.3.90.05.00.00.00	Outros Benefícios Previdenciários	22	Fiscal	80	200,00	
3.3.90.14.00.00.00	Diárias - Pessoal Civil	23	Fiscal	80	25.949,40	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	24	Fiscal	80	30.824,08	
3.3.90.33.00.00.00	Passagens E Despesas Com Locomocao	25	Fiscal	80	34.032,00	
3.3.90.35.00.00.00	Servicos De Consultoria	26	Fiscal	80	1.063,50	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	27	Fiscal	80	1.063,50	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	28	Fiscal	80	87.207,00	
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	29	Fiscal	80	48.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	30	Fiscal	80	10.000,00	
08.244.0111.2.252.000	SUBVENÇÕES SOCIAIS					80.000,00
3.3.50.43.00.00.00	Subvenc s Sociais	31	Seguridade	80	80.000,00	
TOTAL DA UNIDADE						1.943.839,48

Órgão.....: 02 GABINETE DA PREFEITA
 Unidade Orçamentária: 02.02 SECRETARIA EXECUTIVA DE PROJETOS ESPECI

						----- Importância -----
Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	Detalhada	Total da Aplicação
04.122.0105.2.455.000	FUNC. E MANUT. DA SECRETARIA DE PROJ. ESPECIAL					1.371.835,00
3.1.90.04.00.00.00	Contratacao Por Tempo Determinado	32	Fiscal	80	635,00	
3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos E Vantag.Fixas-Pessoal Civil	33	Fiscal	80	510.000,00	
3.1.90.16.00.00.00	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civi	34	Fiscal	80	1.000,00	
3.3.90.05.00.00.00	Outros Beneficios Previdenciarios	35	Fiscal	80	200,00	
3.3.90.14.00.00.00	Diarias - Pessoal Civil	36	Fiscal	80	5.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	37	Fiscal	80	10.000,00	
3.3.90.33.00.00.00	Passagens E Despesas Com Locomocao	38	Fiscal	80	8.000,00	
3.3.90.35.00.00.00	Servicos De Consultoria	39	Fiscal	80	505.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	40	Fiscal	80	300.000,00	
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	41	Fiscal	80	27.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	42	Fiscal	80	5.000,00	
15.451.0106.1.311.000	IMPLANTAÇÃO DE TRAPICHES E DECKS					1.000.000,00
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	43	Fiscal	33	500.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	44	Fiscal	34	500.000,00	
15.451.0106.1.554.000	REVITALIZAÇÃO DA BEIRA MAR E ENTORNO					1.000.000,00
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	45	Fiscal	33	500.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	46	Fiscal	34	500.000,00	
15.451.0110.2.059.000	FUNC. E MANUT. SERV. ILUMINAÇÃO PÚBLICA					18.545.951,10
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	47	Fiscal	300	106.350,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	48	Fiscal	300	18.327.933,60	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	49	Fiscal	300	111.667,50	
15.452.0109.1.327.000	ELAB./IMPLEMENT./PLANO MUN./GERENC./RESIDUOS SÓLIDOS					248.335,00
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	50	Fiscal	80	317,50	
3.3.90.35.00.00.00	Servicos De Consultoria	51	Fiscal	80	30.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	52	Fiscal	80	17,50	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	53	Fiscal	135	218.000,00	
27.812.0104.3.103.000	PROJETO CENTRO SOCIAL ESPORTIVO - BELA VISTA					127.000,00
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	57	Fiscal	33	127.000,00	
TOTAL DA UNIDADE						22.293.121,10

Órgão.....: 02 GABINETE DA PREFEITA
 Unidade Orçamentária: 02.03 SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO SOCI

						----- Importância -----
Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	Detalhada	Total da Aplicação
04.122.0105.2.451.000	FUNC. E MANUT. DA SECRETARIA EXEC. DE COMUNICAÇÃO SOCIAL					5.715.447,85
3.1.90.04.00.00.00	Contratacao Por Tempo Determinado	58	Fiscal	80	1.000,00	
3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos E Vantag.Fixas-Pessoal Civil	59	Fiscal	80	350.000,00	
3.1.90.16.00.00.00	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civi	60	Fiscal	80	5.317,50	
3.3.90.05.00.00.00	Outros Beneficios Previdenciarios	61	Fiscal	80	106,35	
3.3.90.14.00.00.00	Diarias - Pessoal Civil	62	Fiscal	80	10.000,00	

3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	63	Fiscal	80	10.635,00	
3.3.90.33.00.00.00	Passagens E Despesas Com Locomocao	64	Fiscal	80	13.000,00	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	65	Fiscal	80	1.063,50	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	66	Fiscal	80	5.283.325,50	
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	67	Fiscal	80	16.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	68	Fiscal	80	25.000,00	
04.131.0105.2.189.000	PUBLICAÇÃO DOS ATOS DO EXECUTIVO MUNICIPAL					47.620,00
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	69	Fiscal	80	10.000,00	
3.3.93.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Ju	70	Fiscal	80	37.620,00	
TOTAL DA UNIDADE						5.763.067,85

Órgão.....: 02 GABINETE DA PREFEITA

Unidade Orçamentária: 02.04 SECRETARIA EXECUTIVA DE ARTICULAÇÃO POLI

						----- Importância -----
Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte		Detalhada Total da Aplicacao
04.122.0105.2.453.000	FUNC. E MANUT. DA SEC. EXECUTIVA DE ARTICULAÇÃO POLÍTICA					48.600,00
3.1.90.04.00.00.00	Contratacao Por Tempo Determinado	71	Fiscal	80	1.000,00	
3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos E Vantag.Fixas-Pessoal Civil	72	Fiscal	80	38.000,00	
3.1.90.16.00.00.00	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civi	73	Fiscal	80	500,00	
3.3.90.05.00.00.00	Outros Beneficios Previdenciarios	74	Fiscal	80	100,00	
3.3.90.14.00.00.00	Diarias - Pessoal Civil	75	Fiscal	80	500,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	76	Fiscal	80	500,00	
3.3.90.33.00.00.00	Passagens E Despesas Com Locomocao	77	Fiscal	80	500,00	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	78	Fiscal	80	500,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	79	Fiscal	80	3.000,00	
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	80	Fiscal	80	3.500,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	81	Fiscal	80	500,00	
TOTAL DA UNIDADE						48.600,00

Órgão.....: 02 GABINETE DA PREFEITA

Unidade Orçamentária: 02.05 PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO

						----- Importância -----
Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte		Detalhada Total da Aplicacao
04.122.0105.2.005.000	FUNC. MANUT. DA PROCURADORIA GERAL DO MUNIC					2.904.934,18
3.1.90.04.00.00.00	Contratacao Por Tempo Determinado	82	Fiscal	80	500,00	
3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos E Vantag.Fixas-Pessoal Civil	83	Fiscal	80	2.630.000,00	
3.1.90.16.00.00.00	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civi	84	Fiscal	80	150.000,00	
3.3.90.05.00.00.00	Outros Beneficios Previdenciarios	85	Fiscal	80	1.000,00	
3.3.90.14.00.00.00	Diarias - Pessoal Civil	86	Fiscal	80	5.317,50	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	87	Fiscal	80	15.000,00	
3.3.90.33.00.00.00	Passagens E Despesas Com Locomocao	88	Fiscal	80	10.000,00	
3.3.90.35.00.00.00	Servicos De Consultoria	89	Fiscal	80	1.000,00	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	90	Fiscal	80	1.116,68	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	91	Fiscal	80	30.000,00	
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	92	Fiscal	80	60.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	93	Fiscal	80	1.000,00	
TOTAL DA UNIDADE						2.904.934,18

Órgão.....: 02 GABINETE DA PREFEITA
 Unidade Orçamentária: 02.06 CHEFIA DA OUVIDORIA GERAL

Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	----- Importância -----	
					Detalhada	Total da Aplicação
04.122.0107.2.454.000	FUNC. MANUT. DA CHEFIA DA OUVIDORIA GERAL					408.227,00
3.1.90.04.00.00.00	Contratacao Por Tempo Determinado	94	Fiscal	80	15.000,00	
3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos E Vantag.Fixas-Pessoal Civil	95	Fiscal	80	320.000,00	
3.1.90.16.00.00.00	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civi	96	Fiscal	80	12.000,00	
3.3.90.05.00.00.00	Outros Beneficios Previdenciarios	97	Fiscal	80	100,00	
3.3.90.14.00.00.00	Diarias - Pessoal Civil	98	Fiscal	80	9.063,50	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	99	Fiscal	80	3.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	100	Fiscal	80	30.000,00	
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	101	Fiscal	80	10.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	102	Fiscal	80	9.063,50	
TOTAL DA UNIDADE						408.227,00

Órgão.....: 02 GABINETE DA PREFEITA
 Unidade Orçamentária: 02.07 CHEFIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	----- Importância -----	
					Detalhada	Total da Aplicação
04.124.0107.2.458.000	FUNC./MANUT/CHEFIA /CONTROLE INTERNO/AUDITORIA					329.714,63
3.1.90.04.00.00.00	Contratacao Por Tempo Determinado	103	Fiscal	80	1.000,00	
3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos E Vantag.Fixas-Pessoal Civil	104	Fiscal	80	255.000,00	
3.1.90.16.00.00.00	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civi	105	Fiscal	80	1.000,00	
3.3.90.05.00.00.00	Outros Beneficios Previdenciarios	106	Fiscal	80	100,00	
3.3.90.14.00.00.00	Diarias - Pessoal Civil	107	Fiscal	80	5.317,50	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	108	Fiscal	80	3.722,25	
3.3.90.33.00.00.00	Passagens E Despesas Com Locomocao	109	Fiscal	80	5.317,50	
3.3.90.35.00.00.00	Servicos De Consultoria	110	Fiscal	80	9.571,50	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	111	Fiscal	80	2.127,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	112	Fiscal	80	23.903,23	
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	113	Fiscal	80	10.000,00	
3.3.90.47.00.00.00	Obrigac s Tributarias E Contributivas	114	Fiscal	80	2.020,65	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	115	Fiscal	80	10.635,00	
TOTAL DA UNIDADE						329.714,63

Órgão.....: 02 GABINETE DA PREFEITA
 Unidade Orçamentária: 02.08 SECRETARIA DE GOVERNO

Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	----- Importância -----	
					Detalhada	Total da Aplicação
04.122.0105.2.253.000	FUNC. E MANUT. DA SECRETARIA DE GOVERNO					412.243,00
3.1.90.04.00.00.00	Contratacao Por Tempo Determinado	116	Fiscal	80	1.000,00	
3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos E Vantag.Fixas-Pessoal Civil	117	Fiscal	80	380.000,00	
3.1.90.16.00.00.00	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civi	118	Fiscal	80	1.000,00	
3.3.90.05.00.00.00	Outros Beneficios Previdenciarios	119	Fiscal	80	100,00	
3.3.90.14.00.00.00	Diarias - Pessoal Civil	120	Fiscal	80	3.190,50	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	121	Fiscal	80	1.000,00	

3.3.90.33.00.00.00	Passagens E Despesas Com Locomocao	122	Fiscal	80	5.317,50
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	123	Fiscal	80	10.635,00
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	124	Fiscal	80	7.000,00
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	125	Fiscal	80	3.000,00
TOTAL DA UNIDADE					412.243,00

Órgão.....: 03 GABINETE DO VICE-PREFEITO
 Unidade Orçamentária: 03.01 GABINETE DO VICE-PREFEITO

						----- Importância -----
Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte		Detalhada Total da Aplicacao
04.122.0105.2.004.000	FUNC. MANUT. DO GABINETE DO VICE-PREFEITO					482.935,35
3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos E Vantag.Fixas-Pessoal Civil	126	Fiscal	80	443.479,50	
3.1.90.16.00.00.00	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civi	127	Fiscal	80	1.063,50	
3.3.90.05.00.00.00	Outros Beneficios Previdenciarios	128	Fiscal	80	106,35	
3.3.90.14.00.00.00	Diarias - Pessoal Civil	129	Fiscal	80	2.127,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	130	Fiscal	80	3.190,50	
3.3.90.33.00.00.00	Passagens E Despesas Com Locomocao	131	Fiscal	80	3.190,50	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	132	Fiscal	80	1.063,50	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	133	Fiscal	80	7.444,50	
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	134	Fiscal	80	19.143,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	135	Fiscal	80	2.127,00	
TOTAL DA UNIDADE						482.935,35

Órgão.....: 04 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
 Unidade Orçamentária: 04.01 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

						----- Importância -----
Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte		Detalhada Total da Aplicacao
04.122.0105.2.013.000	FUNC.MANUT.DA SECRET. DE ADMINISTRAÇÃO					11.456.852,48
3.1.90.04.00.00.00	Contratacao Por Tempo Determinado	137	Fiscal	80	250.000,00	
3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos E Vantag.Fixas-Pessoal Civil	138	Fiscal	80	3.700.000,00	
3.1.90.16.00.00.00	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civi	139	Fiscal	80	145.860,00	
3.3.90.05.00.00.00	Outros Beneficios Previdenciarios	140	Fiscal	80	3.000,00	
3.3.90.14.00.00.00	Diarias - Pessoal Civil	141	Fiscal	80	4.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	142	Fiscal	80	851.923,20	
3.3.90.33.00.00.00	Passagens E Despesas Com Locomocao	143	Fiscal	80	10.000,00	
3.3.90.35.00.00.00	Servicos De Consultoria	144	Fiscal	80	1.000,00	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	145	Fiscal	80	8.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	146	Fiscal	80	6.212.069,28	
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	147	Fiscal	80	260.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	148	Fiscal	80	1.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	149	Fiscal	80	10.000,00	
TOTAL DA UNIDADE						11.456.852,48

Órgão.....: 05 SECRETARIA DE FINANÇAS
 Unidade Orçamentária: 05.01 SECRETARIA DE FINANÇAS

Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	----- Importância -----	
					Detalhada	Total da Aplicacao
04.123.0105.2.014.000	FUNC. MANUT. DA SECRETARIA DE FINANÇAS					1.742.071,50
3.1.90.04.00.00.00	Contratacao Por Tempo Determinado	150	Fiscal	80	1.000,00	
3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos E Vantag.Fixas-Pessoal Civil	151	Fiscal	80	1.400.000,00	
3.1.90.16.00.00.00	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civi	152	Fiscal	80	50.000,00	
3.3.90.05.00.00.00	Outros Beneficios Previdenciarios	153	Fiscal	80	500,00	
3.3.90.14.00.00.00	Diarias - Pessoal Civil	154	Fiscal	80	3.190,50	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	155	Fiscal	80	10.000,00	
3.3.90.33.00.00.00	Passagens E Despesas Com Locomocao	156	Fiscal	80	5.317,50	
3.3.90.35.00.00.00	Servicos De Consultoria	157	Fiscal	80	1.000,00	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	158	Fiscal	80	1.063,50	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	159	Fiscal	80	200.000,00	
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	160	Fiscal	80	60.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	161	Fiscal	80	10.000,00	
TOTAL DA UNIDADE						1.742.071,50

Órgão.....: 06 SECRETARIA DE RECEITA
 Unidade Orçamentária: 06.01 SECRETARIA DE RECEITA

Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	----- Importância -----	
					Detalhada	Total da Aplicacao
04.129.0105.2.064.000	FUNCIONAMENTO E MANUTENÇÃO DA SEC. DE RECEITA					6.044.984,50
3.1.90.04.00.00.00	Contratacao Por Tempo Determinado	169	Fiscal	80	10.000,00	
3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos E Vantag.Fixas-Pessoal Civil	170	Fiscal	80	4.000.000,00	
3.1.90.16.00.00.00	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civi	171	Fiscal	80	1.050.000,00	
3.3.90.05.00.00.00	Outros Beneficios Previdenciarios	172	Fiscal	80	2.127,00	
3.3.90.14.00.00.00	Diarias - Pessoal Civil	173	Fiscal	80	4.254,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	174	Fiscal	80	30.000,00	
3.3.90.33.00.00.00	Passagens E Despesas Com Locomocao	175	Fiscal	80	5.000,00	
3.3.90.35.00.00.00	Servicos De Consultoria	176	Fiscal	80	1.063,50	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	177	Fiscal	80	42.540,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	178	Fiscal	80	750.000,00	
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	179	Fiscal	80	130.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	180	Fiscal	80	20.000,00	
TOTAL DA UNIDADE						6.044.984,50

Órgão.....: 08 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
 Unidade Orçamentária: 08.01 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	----- Importância -----	
					Detalhada	Total da Aplicacao
12.306.0103.2.026.000	MERENDA ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL					5.416.800,00
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	184	Fiscal	10	1.250.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	185	Fiscal	80	800.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	186	Fiscal	80	3.366.800,00	

12.306.0103.2.027.000	MERENDA ESCOLAR - CRECHE					2.357.600,00
3.3.50.43.00.00.00	Subvenc s Sociais	187	Fiscal	10	167.600,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	188	Fiscal	10	310.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	189	Fiscal	80	600.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	190	Fiscal	80	1.280.000,00	
12.306.0103.2.322.000	MERENDA ESCOLAR - ENSINO MÉDIO					37.877,00
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	191	Fiscal	10	20.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	192	Fiscal	80	2.127,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	193	Fiscal	80	15.750,00	
12.306.0103.2.323.000	MERENDA ESCOLAR - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS					590.000,00
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	194	Fiscal	10	130.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	195	Fiscal	80	70.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	196	Fiscal	80	390.000,00	
12.306.0103.2.507.000	MERENDA ESCOLAR - PRÉ ESCOLA / CEI					3.317.400,00
3.3.50.43.00.00.00	Subvenc s Sociais	197	Fiscal	10	251.400,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	198	Fiscal	10	466.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	199	Fiscal	80	900.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	200	Fiscal	80	1.700.000,00	
12.361.0103.1.041.000	IMPL./ REF./ AMPL. E EQUIP. P/ UNIDADES ESCOLARES					11.100.000,00
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	201	Fiscal	6	1.000.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	202	Fiscal	35	8.950.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	203	Fiscal	81	500.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	204	Fiscal	99	500.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	205	Fiscal	81	50.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	206	Fiscal	99	100.000,00	
12.361.0103.1.043.000	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS - TRANSP.ESCOLAR - ENS. FUND					250.000,00
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	207	Fiscal	11	150.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	208	Fiscal	81	100.000,00	
12.361.0103.1.175.000	IMPLANT./REFORMA/ AMPL.GINÁSIOS/QUADRAS ESPORTES - EDUCAÇÃO					1.171.000,00
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	209	Fiscal	11	520.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	210	Fiscal	81	50.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	211	Fiscal	161	600.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	212	Fiscal	81	1.000,00	
12.361.0103.2.029.000	MANUT. CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					98.000,00
3.3.90.14.00.00.00	Diarias - Pessoal Civil	213	Fiscal	80	10.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	215	Fiscal	81	10.000,00	
3.3.90.31.00.00.00	Premiac s Cult.	216	Fiscal	81	8.000,00	
3.3.90.33.00.00.00	Passagens E Despesas Com Locomocao	217	Fiscal	81	2.000,00	
3.3.90.35.00.00.00	Servicos De Consultoria	218	Fiscal	81	10.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	219	Fiscal	81	43.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	220	Fiscal	81	5.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	221	Fiscal	81	10.000,00	
12.361.0103.2.030.000	FUNC.MANUT.DA SECR.MUNIC. DE EDUCAÇÃO					14.857.267,00
3.1.90.04.00.00.00	Contratacao Por Tempo Determinado	222	Fiscal	81	1.500.000,00	
3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos E Vantag.Fixas-Pessoal Civil	223	Fiscal	81	8.900.000,00	
3.1.90.13.00.00.00	Obrigac s Patronais	224	Fiscal	81	500.000,00	
3.1.90.16.00.00.00	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civi	225	Fiscal	81	150.000,00	
3.1.90.94.00.00.00	Indenizac s E Restituic s Trabalhistas	226	Fiscal	81	100.000,00	

3.1.91.13.00.00.00	Obrigac s Patronais - Op.Intra-Orcament	227	Fiscal	81	1.089.404,90
3.3.90.05.00.00.00	Outros Beneficios Previdenciarios	228	Fiscal	81	23.000,00
3.3.90.14.00.00.00	Diarias - Pessoal Civil	229	Fiscal	80	30.000,00
3.3.90.18.00.00.00	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	231	Fiscal	81	4.892,10
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	232	Fiscal	6	233.970,00
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	233	Fiscal	80	50.000,00
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	234	Fiscal	81	20.000,00
3.3.90.33.00.00.00	Passagens E Despesas Com Locomocao	235	Fiscal	81	25.000,00
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	236	Fiscal	81	1.000,00
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	237	Fiscal	80	150.000,00
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	238	Fiscal	81	1.500.000,00
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	239	Fiscal	81	550.000,00
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	240	Fiscal	81	20.000,00
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	241	Fiscal	99	10.000,00
12.361.0103.2.031.000	FUNC. E MANUT. DO ENSINO FUNDAMENTAL				58.772.210,64
3.1.90.04.00.00.00	Contratacao Por Tempo Determinado	242	Fiscal	81	10.000,00
3.1.90.04.00.00.00	Contratacao Por Tempo Determinado	243	Fiscal	98	15.000.000,00
3.1.90.04.00.00.00	Contratacao Por Tempo Determinado	244	Fiscal	99	20.000,00
3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos E Vantag.Fixas-Pessoal Civil	245	Fiscal	81	10.000,00
3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos E Vantag.Fixas-Pessoal Civil	246	Fiscal	98	18.800.000,00
3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos E Vantag.Fixas-Pessoal Civil	247	Fiscal	99	3.200.000,00
3.1.90.13.00.00.00	Obrigac s Patronais	248	Fiscal	98	3.300.000,00
3.1.90.13.00.00.00	Obrigac s Patronais	249	Fiscal	99	200.000,00
3.1.90.16.00.00.00	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civi	250	Fiscal	98	10.000,00
3.1.90.16.00.00.00	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civi	251	Fiscal	99	10.000,00
3.1.90.94.00.00.00	Indenizac s E Restituic s Trabalhistas	252	Fiscal	98	200.000,00
3.1.91.13.00.00.00	Obrigac s Patronais - Op.Intra-Orcament	253	Fiscal	98	3.200.000,00
3.1.91.13.00.00.00	Obrigac s Patronais - Op.Intra-Orcament	254	Fiscal	99	600.000,00
3.3.90.05.00.00.00	Outros Beneficios Previdenciarios	255	Fiscal	98	123.117,14
3.3.90.05.00.00.00	Outros Beneficios Previdenciarios	256	Fiscal	99	21.404,00
3.3.90.14.00.00.00	Diarias - Pessoal Civil	257	Fiscal	80	35.000,00
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	259	Fiscal	6	676.200,00
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	260	Fiscal	81	1.770.789,50
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	261	Fiscal	99	212.700,00
3.3.90.33.00.00.00	Passagens E Despesas Com Locomocao	262	Fiscal	81	15.000,00
3.3.90.34.00.00.00	Outras Despesas Pessoal decorr.contratos	263	Fiscal	81	3.000.000,00
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	264	Fiscal	81	45.000,00
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	265	Fiscal	6	2.000.000,00
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	266	Fiscal	81	2.000.000,00
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	267	Fiscal	99	600.000,00
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	268	Fiscal	81	2.500.000,00
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	269	Fiscal	98	1.000,00
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	270	Fiscal	99	1.000,00
3.3.90.92.00.00.00	Despesas De Exercicios Anteriores	271	Fiscal	81	500,00
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	272	Fiscal	6	200.000,00
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	273	Fiscal	81	10.500,00
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	275	Fiscal	99	100.000,00
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	276	Fiscal	161	900.000,00
12.361.0103.2.032.000	MANUT. DO TRANSPORTE ESCOLAR - ENS. FUND.				396.000,00
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	277	Fiscal	81	50.000,00
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	278	Fiscal	122	16.000,00
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	279	Fiscal	81	20.000,00
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	280	Fiscal	121	280.000,00
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	281	Fiscal	122	30.000,00
12.361.0103.2.033.000	PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA				451.987,50
3.3.50.41.00.00.00	Contribuic s	282	Fiscal	8	451.987,50

12.361.0103.2.034.000	CAPAC. E FORMAÇÃO/PROFISSIONAIS - ENS. FUND					440.000,00
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	283	Fiscal	81	440.000,00	
12.361.0103.2.036.000	UNIFORME ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL					1.500.000,00
3.3.90.32.00.00.00	Material De Distribuicao Gratuita	284	Fiscal	6	1.500.000,00	
12.361.0103.2.049.000	FUNC. E MANUT. DE PROGRAMAS DE CIDADANIA					35.000,00
3.3.50.41.00.00.00	Contribuic s	286	Fiscal	81	15.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	288	Fiscal	81	5.000,00	
3.3.90.32.00.00.00	Material De Distribuicao Gratuita	290	Fiscal	81	5.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	292	Fiscal	81	10.000,00	
12.361.0103.2.051.000	VALE TRANSPORTE - ENSINO FUNDAMENTAL					900.000,00
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	293	Fiscal	81	900.000,00	
12.361.0103.2.202.000	FUNC. E MANUT. DAS ENTIDADES FILANTRÓPICAS-ENSINO FUNDAMENTAL					522.500,00
3.3.50.43.00.00.00	Subvenc s Sociais	294	Fiscal	81	522.500,00	
12.361.0103.2.237.000	REALIZAÇÕES DE EVENTOS - ENSINO FUNDAMENTAL					61.000,00
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	295	Fiscal	80	1.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	297	Fiscal	80	60.000,00	
12.361.0103.2.238.000	COLÔNIA DE FÉRIAS - ENSINO FUNDAMENTAL					21.000,00
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	181	Fiscal	81	10.000,00	
3.3.90.32.00.00.00	Material De Distribuicao Gratuita	182	Fiscal	81	1.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	183	Fiscal	81	10.000,00	
12.361.0103.2.239.000	MANUTENÇÃO DAS BIBLIOTECAS ESCOLARES					30.000,00
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	299	Fiscal	81	10.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	300	Fiscal	81	10.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	301	Fiscal	81	10.000,00	
12.361.0103.2.325.000	PROJETO SAÚDE DO EDUCANDO - EF					161.000,00
3.3.90.32.00.00.00	Material De Distribuicao Gratuita	303	Fiscal	80	100.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	305	Fiscal	80	61.000,00	
12.361.0103.2.506.000	KIT ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL					500.000,00
3.3.90.32.00.00.00	Material De Distribuicao Gratuita	306	Fiscal	6	500.000,00	
12.361.0103.2.515.000	VALE-TRANSPORTE - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO					20.000,00
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	307	Fiscal	80	20.000,00	
12.361.0103.3.908.000	PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					10.000,00
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	308	Fiscal	81	10.000,00	
12.362.0103.2.037.000	FUNC. MANUT.PROGRAMA DE ENSINO MÉDIO					1.156.400,00
3.1.90.04.00.00.00	Contratacao Por Tempo Determinado	309	Fiscal	80	870.000,00	
3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos E Vantag.Fixas-Pessoal Civil	310	Fiscal	80	165.000,00	
3.1.90.16.00.00.00	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civi	311	Fiscal	80	10.000,00	
3.1.90.94.00.00.00	Indenizac s E Restituic s Trabalhistas	312	Fiscal	80	10.000,00	
3.3.90.05.00.00.00	Outros Beneficios Previdenciarios	313	Fiscal	80	400,00	
3.3.90.18.00.00.00	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	314	Fiscal	80	1.000,00	
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	315	Fiscal	80	100.000,00	
12.363.0103.1.044.000	IMPLANT. REF. AMPL. E EQUIP. P/ ESCOLAS PROFISSIONAIS					7.000,00
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	316	Fiscal	80	1.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	317	Fiscal	80	1.000,00	
4.4.90.61.00.00.00	Aquisicao De Moveis	318	Fiscal	80	5.000,00	

12.363.0103.2.042.000	FUNCIONAMENTO E MANUTENÇÃO DO ENSINO								
	PROFISSIONAL							4.931.000,00	
3.1.90.04.00.00.00	Contratacao Por Tempo Determinado	319	Fiscal	80		1.250.000,00			
3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos E Vantag.Fixas-Pessoal Civil	320	Fiscal	80		3.000.000,00			
3.1.90.16.00.00.00	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civi	321	Fiscal	80		5.000,00			
3.1.90.94.00.00.00	Indenizac s E Restituic s Trabalhistas	322	Fiscal	80		50.000,00			
3.3.90.05.00.00.00	Outros Beneficios Previdenciarios	323	Fiscal	80		20.000,00			
3.3.90.14.00.00.00	Diarias - Pessoal Civil	324	Fiscal	80		2.000,00			
3.3.90.18.00.00.00	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	325	Fiscal	80		1.000,00			
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	326	Fiscal	80		40.000,00			
3.3.90.35.00.00.00	Servicos De Consultoria	327	Fiscal	80		1.000,00			
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	328	Fiscal	80		80.000,00			
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	329	Fiscal	80		24.000,00			
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	330	Fiscal	80		450.000,00			
3.3.90.92.00.00.00	Despesas De Exercicios Anteriores	331	Fiscal	80		500,00			
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	332	Fiscal	80		7.500,00			
12.363.0103.2.516.000	VALE-TRANSPORTE - ENSINO PROFISSIONAL							90.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	333	Fiscal	80		90.000,00			
12.364.0103.2.240.000	MANUTENÇÃO DO POLO UAB							102.000,00	
3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos E Vantag.Fixas-Pessoal Civil	334	Fiscal	80		70.000,00			
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	335	Fiscal	80		1.000,00			
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	336	Fiscal	80		1.000,00			
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	337	Fiscal	80		20.000,00			
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	338	Fiscal	80		10.000,00			
12.365.0103.1.046.000	IMPLANT/ AMPL / REFORMA E EQUIP P/ CENTROS DE								
	EDUC. INFANTIL							19.661.529,94	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	339	Fiscal	6		1.000.000,00			
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	340	Fiscal	11		500.000,00			
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	341	Fiscal	35		10.270.000,00			
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	342	Fiscal	81		900.000,00			
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	343	Fiscal	99		316.529,94			
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	344	Fiscal	142		600.000,00			
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	345	Fiscal	161		4.625.000,00			
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	346	Fiscal	11		400.000,00			
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	347	Fiscal	81		50.000,00			
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	348	Fiscal	161		1.000.000,00			
12.365.0103.2.039.000	FUNC. E MANUT. DOS CTROS EDUC. INFANTIL							20.446.300,00	
3.1.90.04.00.00.00	Contratacao Por Tempo Determinado	352	Fiscal	81		2.000.000,00			
3.1.90.04.00.00.00	Contratacao Por Tempo Determinado	353	Fiscal	98		2.000.000,00			
3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos E Vantag.Fixas-Pessoal Civil	354	Fiscal	81		3.100.000,00			
3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos E Vantag.Fixas-Pessoal Civil	355	Fiscal	98		4.400.000,00			
3.1.90.13.00.00.00	Obrigac s Patronais	356	Fiscal	81		560.000,00			
3.1.90.13.00.00.00	Obrigac s Patronais	357	Fiscal	98		560.000,00			
3.1.90.16.00.00.00	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civi	358	Fiscal	81		3.000,00			
3.1.90.16.00.00.00	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civi	359	Fiscal	98		1.000,00			
3.1.90.94.00.00.00	Indenizac s E Restituic s Trabalhistas	360	Fiscal	81		100.000,00			
3.1.91.13.00.00.00	Obrigac s Patronais - Op.Intra-Orcament	361	Fiscal	81		760.000,00			
3.1.91.13.00.00.00	Obrigac s Patronais - Op.Intra-Orcament	362	Fiscal	98		800.000,00			
3.3.90.05.00.00.00	Outros Beneficios Previdenciarios	363	Fiscal	81		28.000,00			
3.3.90.05.00.00.00	Outros Beneficios Previdenciarios	364	Fiscal	98		32.000,00			
3.3.90.14.00.00.00	Diarias - Pessoal Civil	365	Fiscal	80		7.200,00			
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	367	Fiscal	6		200.000,00			
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	368	Fiscal	11		60.000,00			
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	369	Fiscal	81		348.000,00			
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	370	Fiscal	99		320.000,00			
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	371	Fiscal	161		60.000,00			

3.3.90.32.00.00.00	Material De Distribuicao Gratuita	372	Fiscal	99	128.000,00	
3.3.90.34.00.00.00	Outras Despesas Pessoal decorr.contratos	373	Fiscal	81	800.000,00	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	374	Fiscal	81	127.600,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	375	Fiscal	6	50.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	376	Fiscal	80	500,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	377	Fiscal	81	1.400.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	378	Fiscal	99	560.000,00	
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	379	Fiscal	81	1.040.000,00	
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	380	Fiscal	98	1.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	381	Fiscal	6	150.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	382	Fiscal	11	290.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	383	Fiscal	81	400.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	384	Fiscal	99	160.000,00	
12.365.0103.2.040.000	CAPACITAÇÃO / FORMAÇÃO DE PROF. EDUC. INFANTIL					180.000,00
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	385	Fiscal	81	180.000,00	
12.365.0103.2.050.000	VALE TRANSPORTE - ENSINO INFANTIL					300.000,00
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	386	Fiscal	81	300.000,00	
12.365.0103.2.201.000	FUNC. E MANUT. DAS ENTIDADES FILANTRÓPICAS - E.I					7.000.000,00
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	388	Fiscal	81	7.000.000,00	
12.365.0103.2.505.000	SAÚDE DO EDUCANDO - ENSINO INFANTIL					90.000,00
3.3.50.43.00.00.00	Subvenc s Sociais	389	Fiscal	80	90.000,00	
12.365.0103.2.508.000	FUNCIONAMENTO E MANUTENÇÃO DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ ESCOLA					26.969.200,00
3.1.90.04.00.00.00	Contratacao Por Tempo Determinado	390	Fiscal	81	3.000.000,00	
3.1.90.04.00.00.00	Contratacao Por Tempo Determinado	391	Fiscal	98	3.000.000,00	
3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos E Vantag.Fixas-Pessoal Civil	392	Fiscal	81	4.750.000,00	
3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos E Vantag.Fixas-Pessoal Civil	393	Fiscal	98	6.600.000,00	
3.1.90.13.00.00.00	Obrigac s Patronais	394	Fiscal	81	840.000,00	
3.1.90.13.00.00.00	Obrigac s Patronais	395	Fiscal	98	840.000,00	
3.1.90.16.00.00.00	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civi	396	Fiscal	81	3.000,00	
3.1.90.16.00.00.00	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civi	397	Fiscal	98	1.000,00	
3.1.90.94.00.00.00	Indenizac s E Restituic s Trabalhistas	398	Fiscal	81	50.000,00	
3.1.91.13.00.00.00	Obrigac s Patronais - Op.Intra-Orcament	399	Fiscal	81	1.140.000,00	
3.1.91.13.00.00.00	Obrigac s Patronais - Op.Intra-Orcament	400	Fiscal	98	1.200.000,00	
3.3.90.05.00.00.00	Outros Beneficios Previdenciarios	401	Fiscal	81	42.000,00	
3.3.90.05.00.00.00	Outros Beneficios Previdenciarios	402	Fiscal	98	48.000,00	
3.3.90.14.00.00.00	Diarias - Pessoal Civil	403	Fiscal	81	10.800,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	404	Fiscal	6	250.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	405	Fiscal	11	90.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	406	Fiscal	81	300.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	407	Fiscal	99	192.000,00	
3.3.90.34.00.00.00	Outras Despesas Pessoal decorr.contratos	408	Fiscal	81	1.000.000,00	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	409	Fiscal	81	191.400,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	410	Fiscal	6	100.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	411	Fiscal	81	800.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	412	Fiscal	99	400.000,00	
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	413	Fiscal	81	1.560.000,00	
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	414	Fiscal	98	1.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	415	Fiscal	6	150.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	416	Fiscal	11	120.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	417	Fiscal	81	50.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	418	Fiscal	99	240.000,00	

12.366.0103.2.041.000	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS					289.994,75
3.1.90.04.00.00.00	Contratacao Por Tempo Determinado	419	Fiscal	81	40.000,00	
3.1.90.04.00.00.00	Contratacao Por Tempo Determinado	420	Fiscal	98	1.000,00	
3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos E Vantag.Fixas-Pessoal Civil	421	Fiscal	81	75.000,00	
3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos E Vantag.Fixas-Pessoal Civil	422	Fiscal	98	1.000,00	
3.1.90.16.00.00.00	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civi	423	Fiscal	81	1.000,00	
3.1.90.94.00.00.00	Indenizac s E Restituic s Trabalhistas	424	Fiscal	81	5.000,00	
3.3.90.05.00.00.00	Outros Beneficios Previdenciarios	425	Fiscal	81	700,00	
3.3.90.18.00.00.00	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	426	Fiscal	81	1.063,50	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	427	Fiscal	81	10.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	428	Fiscal	81	106.350,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	429	Fiscal	125	39.881,25	
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	430	Fiscal	81	9.000,00	
12.366.0103.2.203.000	FUNC. E MANUT. DAS ENTIDADES FILANTRÓPICAS					20.000,00
	EJA					
3.3.50.43.00.00.00	Subvenc s Sociais	431	Fiscal	81	20.000,00	
12.367.0103.2.255.000	CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO DE EQUIPES ÁREA EDUC. ESPECIAL					30.000,00
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	432	Fiscal	80	10.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	433	Fiscal	80	10.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	434	Fiscal	80	10.000,00	
TOTAL DA UNIDADE						184.290.066,83

Órgão.....: 09 SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E

Unidade Orçamentária: 09.01 SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E

						----- Importância -----
Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte		Detalhada Total da Aplicacao
06.125.0110.2.258.000	PROGRAMA DE APOIO A CORREGEDORIA					15.952,50
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	435	Fiscal	80	5.317,50	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	436	Fiscal	80	5.317,50	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	437	Fiscal	80	5.317,50	
06.125.0110.2.295.000	IMPLANTAÇÃO, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SINALIZAÇÃO ELETRÔNICA					273.160,00
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	438	Fiscal	26	5.317,50	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	439	Fiscal	80	1.000,00	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	440	Fiscal	26	21.270,00	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	441	Fiscal	80	1.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	442	Fiscal	26	106.350,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	443	Fiscal	80	85.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	444	Fiscal	26	31.905,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	445	Fiscal	80	1.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	446	Fiscal	26	5.317,50	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	447	Fiscal	80	15.000,00	
06.125.0110.2.297.000	INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE TOTENS					16.952,50
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	448	Fiscal	80	1.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	449	Fiscal	80	10.635,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	450	Fiscal	80	5.317,50	
06.125.0112.2.259.000	FUNC. MANUT. DE FISCALIZAÇÃO DE TRANSPORTE					11.571,50
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	451	Fiscal	80	9.571,50	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	452	Fiscal	80	1.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	453	Fiscal	80	1.000,00	

06.125.0112.2.298.000	CONSELHO MUNICIPAL DE TRANSPORTES					4.127,00
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	454	Fiscal	80	1.063,50	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	455	Fiscal	80	1.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	456	Fiscal	80	1.063,50	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	457	Fiscal	80	1.000,00	
06.181.0110.1.019.000	IMPLANTAÇÃO E REFORMA DE POSTOS POLICIAIS, SSDST E BASE OPERACIONAL G.M.					68.064,00
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	458	Fiscal	26	53.175,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	459	Fiscal	80	10.635,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	460	Fiscal	26	4.254,00	
06.181.0110.2.017.000	ENCARGOS CONV. TRÂNSITO-POLICIA MILITAR LEI 12.445/04-1					384.987,00
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	461	Fiscal	26	61.151,25	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	462	Fiscal	26	5.849,25	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	463	Fiscal	26	110.604,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	464	Fiscal	26	207.382,50	
06.181.0110.2.018.000	ENCARGOS DO CONVÊNIO TRÂNSITO LEI 12.445/04-1 - SSP					353.082,00
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	465	Fiscal	26	29.246,25	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	466	Fiscal	26	5.849,25	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	467	Fiscal	26	110.604,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	468	Fiscal	26	207.382,50	
06.181.0110.2.156.000	EDUCAÇÃO NO TRÂNSITO					88.270,50
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	469	Fiscal	26	21.270,00	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	470	Fiscal	80	10.635,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	471	Fiscal	26	45.730,50	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	472	Fiscal	26	10.635,00	
06.181.0110.2.261.000	FUNC. MANUTENÇÃO DA GUARDA MUNICIPAL					7.600.631,25
3.1.90.04.00.00.00	Contratacao Por Tempo Determinado	473	Fiscal	80	1.000,00	
3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos E Vantag.Fixas-Pessoal Civil	474	Fiscal	80	5.100.000,00	
3.1.90.16.00.00.00	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civi	475	Fiscal	80	1.200.000,00	
3.3.90.05.00.00.00	Outros Beneficios Previdenciarios	476	Fiscal	80	7.000,00	
3.3.90.14.00.00.00	Diarias - Pessoal Civil	477	Fiscal	80	7.976,25	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	478	Fiscal	26	244.605,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	479	Fiscal	80	53.175,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	480	Fiscal	153	1.063,50	
3.3.90.33.00.00.00	Passagens E Despesas Com Locomocao	481	Fiscal	80	12.762,00	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	482	Fiscal	80	1.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	483	Fiscal	26	90.397,50	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	484	Fiscal	80	400.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	485	Fiscal	153	1.063,50	
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	486	Fiscal	80	300.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	487	Fiscal	26	159.525,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	488	Fiscal	80	20.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	489	Fiscal	153	1.063,50	
06.181.0110.2.294.000	FUNDO MUNICIPAL DE SEGURANÇA					21.635,00
3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos E Vantag.Fixas-Pessoal Civil	490	Fiscal	33	1.063,50	
3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos E Vantag.Fixas-Pessoal Civil	491	Fiscal	153	1.063,50	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	492	Fiscal	33	1.063,50	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	493	Fiscal	80	10.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	494	Fiscal	153	1.063,50	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	495	Fiscal	33	1.063,50	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	496	Fiscal	153	1.063,50	

3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	497	Fiscal	33	1.063,50
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	498	Fiscal	153	1.063,50
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	499	Fiscal	33	1.063,50
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	500	Fiscal	80	1.000,00
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	501	Fiscal	153	1.063,50
06.181.0110.2.296.000	ENCARGOS DE CONVÊNIO DE TRÂNSITO COM A POLÍCIA				
	RODOVIÁRIA FEDERAL				4.254,00
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	502	Fiscal	34	1.063,50
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	503	Fiscal	34	1.063,50
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	504	Fiscal	34	1.063,50
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	505	Fiscal	34	1.063,50
06.182.0110.2.010.000	AÇÕES DE DEFESA CIVIL				151.985,00
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	506	Fiscal	80	53.175,00
3.3.90.32.00.00.00	Material De Distribuicao Gratuita	507	Fiscal	80	20.000,00
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	508	Fiscal	80	5.000,00
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	509	Fiscal	80	63.810,00
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	510	Fiscal	80	10.000,00
06.182.0110.2.016.000	ENCARGOS DO CONV. FUNREBOM - LEI 2.353/91				1.977.046,50
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	511	Fiscal	19	520.000,00
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	512	Fiscal	19	35.046,50
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	513	Fiscal	19	480.000,00
3.3.90.93.00.00.00	Indenizac s E Restituic s	514	Fiscal	19	12.000,00
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	515	Fiscal	19	450.000,00
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	516	Fiscal	19	480.000,00
06.183.0110.2.131.000	FUNC. MANUT. DA SEC. /SEGURANÇA E DEFESA				
	SOCIAL				3.236.206,09
3.1.90.04.00.00.00	Contratacao Por Tempo Determinado	517	Fiscal	80	110.000,00
3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos E Vantag.Fixas-Pessoal Civil	518	Fiscal	80	2.100.000,00
3.1.90.16.00.00.00	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civi	519	Fiscal	80	180.000,00
3.3.90.05.00.00.00	Outros Beneficios Previdenciarios	520	Fiscal	80	4.000,00
3.3.90.14.00.00.00	Diarias - Pessoal Civil	521	Fiscal	80	4.280,59
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	522	Fiscal	26	10.635,00
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	523	Fiscal	80	50.000,00
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	524	Fiscal	153	2.127,00
3.3.90.33.00.00.00	Passagens E Despesas Com Locomocao	525	Fiscal	80	13.825,50
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	526	Fiscal	80	233.970,00
3.3.90.37.00.00.00	Locacao De Mao-De-Obra	527	Fiscal	80	1.000,00
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	528	Fiscal	80	388.177,50
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	529	Fiscal	153	1.063,50
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	530	Fiscal	80	115.000,00
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	531	Fiscal	33	1.063,50
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	532	Fiscal	80	20.000,00
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	533	Fiscal	153	1.063,50
06.183.0110.2.401.000	VIDEO DE MONITORAMENTO COMUNITÁRIO				101.032,50
3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos E Vantag.Fixas-Pessoal Civil	534	Fiscal	26	1.063,50
3.1.90.16.00.00.00	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civi	535	Fiscal	26	1.063,50
3.3.90.05.00.00.00	Outros Beneficios Previdenciarios	536	Fiscal	26	1.063,50
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	537	Fiscal	33	1.063,50
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	538	Fiscal	153	1.063,50
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	539	Fiscal	26	31.905,00
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	540	Fiscal	33	1.063,50
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	541	Fiscal	80	1.000,00
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	542	Fiscal	153	1.063,50
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	543	Fiscal	26	2.127,00

4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	544	Fiscal	80	1.127,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	545	Fiscal	153	2.127,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	546	Fiscal	33	1.063,50	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	547	Fiscal	80	53.175,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	548	Fiscal	153	1.063,50	
06.183.0112.2.009.000	MUNICIPALIZAÇÃO DO TRÂNSITO					1.055.738,00
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	549	Fiscal	26	106.350,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	550	Fiscal	33	1.063,50	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	551	Fiscal	80	21.270,00	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	552	Fiscal	26	457.305,00	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	553	Fiscal	33	1.063,50	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	554	Fiscal	26	292.462,50	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	555	Fiscal	33	1.063,50	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	556	Fiscal	80	116.985,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	557	Fiscal	33	1.063,50	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	558	Fiscal	80	5.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	559	Fiscal	26	42.540,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	560	Fiscal	33	1.063,50	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	561	Fiscal	80	8.508,00	
15.451.0112.1.173.000	SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL PARA O MUNICIPIO					1.902.693,00
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	562	Fiscal	80	15.952,50	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	563	Fiscal	26	1.382.550,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	564	Fiscal	80	500.000,00	
4.4.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros- Pessoa Jur	565	Fiscal	26	3.190,50	
4.4.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros- Pessoa Jur	566	Fiscal	80	1.000,00	
15.452.0112.2.257.000	ESTACIONAMENTO ROTATIVO					116.985,00
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	567	Fiscal	26	10.635,00	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	568	Fiscal	26	10.635,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	569	Fiscal	26	85.080,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	570	Fiscal	26	10.635,00	
15.453.0112.1.004.000	IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ABRIGOS DE PASSAGEIROS, PONTOS DE TAXI E TERMINAIS					1.392.550,00
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	571	Fiscal	80	10.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	572	Fiscal	33	212.700,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	573	Fiscal	35	319.050,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	574	Fiscal	80	212.700,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	575	Fiscal	132	638.100,00	
15.453.0112.1.102.000	IMPLANTAR SISTEMA DE TRANSPORTE COLETIVO MUNICIPAL					104.063,50
3.3.90.35.00.00.00	Servicos De Consultoria	576	Fiscal	80	100.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	577	Fiscal	80	1.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	578	Fiscal	33	1.063,50	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	579	Fiscal	80	1.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	580	Fiscal	80	1.000,00	
18.541.0109.2.256.000	FUNC. MANUT. DE FISCALIZAÇÃO DE AREAS VERDES					28.587,50
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	581	Fiscal	80	5.317,50	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	582	Fiscal	80	21.270,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	583	Fiscal	80	1.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	584	Fiscal	80	1.000,00	
26.782.0112.1.099.000	VIABILIZAR A RODOVIÁRIA INTERESTADUAL					11.867.205,00
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	585	Fiscal	33	106.350,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	586	Fiscal	80	1.000,00	

4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	587	Fiscal	15	1.914.300,00
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	588	Fiscal	25	53.175,00
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	589	Fiscal	33	1.914.300,00
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	590	Fiscal	35	85.080,00
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	591	Fiscal	80	30.000,00
4.4.90.61.00.00.00	Aquisicao De Imoveis	592	Fiscal	33	7.762.000,00
4.4.90.61.00.00.00	Aquisicao De Imoveis	593	Fiscal	80	1.000,00
TOTAL DA UNIDADE					30.776.779,34

Órgão.....: 09 SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E

Unidade Orçamentária: 09.02 FUNDO MUNIC.DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DO

						----- Importância -----
Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	Detalhada	Total da Aplicação
14.422.0105.2.260.000	FUNC. MANUTENÇÃO AO PROCON					254.062,75
3.1.90.04.00.00.00	Contratacao Por Tempo Determinado	594	Fiscal	80	1.000,00	
3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos E Vantag.Fixas-Pessoal Civil	595	Fiscal	80	200.000,00	
3.1.90.16.00.00.00	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civi	596	Fiscal	80	10.000,00	
3.3.90.05.00.00.00	Outros Beneficios Previdenciarios	597	Fiscal	80	150,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	598	Fiscal	80	6.912,75	
3.3.90.32.00.00.00	Material De Distribuicao Gratuita	599	Fiscal	80	5.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	600	Fiscal	80	10.000,00	
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	601	Fiscal	80	20.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	602	Fiscal	80	1.000,00	
14.422.0105.2.263.000	FUNC. MANUT. DO FUNDO DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR					212.700,00
3.3.90.14.00.00.00	Diarias - Pessoal Civil	603	Fiscal	210	21.270,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	604	Fiscal	210	21.270,00	
3.3.90.33.00.00.00	Passagens E Despesas Com Locomocao	605	Fiscal	210	21.270,00	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	606	Fiscal	210	5.317,50	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	607	Fiscal	210	106.350,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	608	Fiscal	210	37.222,50	
14.422.0105.2.264.000	FUNC. MANUT. DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR					2.658,76
3.3.90.14.00.00.00	Diarias - Pessoal Civil	609	Fiscal	80	159,53	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	610	Fiscal	80	903,98	
3.3.90.33.00.00.00	Passagens E Despesas Com Locomocao	611	Fiscal	80	106,35	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	612	Fiscal	80	106,35	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	613	Fiscal	80	744,45	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	614	Fiscal	80	638,10	
TOTAL DA UNIDADE						469.421,51

Órgão.....: 10 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 10.01 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

						----- Importância -----
Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	Detalhada	Total da Aplicação
08.243.0111.2.438.000	FUNC. MANUT.CONS. (CMDCA, CONS. TUTELAR)					559.417,50
3.1.90.04.00.00.00	Contratacao Por Tempo Determinado	615	Seguridade	80	500.000,00	
3.3.90.05.00.00.00	Outros Beneficios Previdenciarios	616	Seguridade	80	100,00	

3.3.90.14.00.00.00	Diarias - Pessoal Civil	617	Seguridade	80	5.000,00
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	618	Seguridade	80	5.317,50
3.3.90.33.00.00.00	Passagens E Despesas Com Locomocao	619	Seguridade	80	1.000,00
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	620	Seguridade	80	10.000,00
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	621	Seguridade	80	36.000,00
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	622	Seguridade	80	1.000,00
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	623	Seguridade	80	1.000,00
08.244.0111.2.063.000	FUNCIONAMENTO E MANUT. DA SEC. MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				12.568.180,00
3.1.90.04.00.00.00	Contratacao Por Tempo Determinado	624	Seguridade	80	3.900.000,00
3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos E Vantag.Fixas-Pessoal Civil	625	Seguridade	23	1.010.325,00
3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos E Vantag.Fixas-Pessoal Civil	626	Seguridade	80	4.800.000,00
3.1.90.16.00.00.00	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civi	627	Seguridade	80	250.000,00
3.3.90.05.00.00.00	Outros Benefícios Previdenciarios	628	Seguridade	80	3.000,00
3.3.90.14.00.00.00	Diarias - Pessoal Civil	629	Seguridade	80	40.000,00
3.3.90.18.00.00.00	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	630	Seguridade	80	100,00
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	631	Seguridade	80	106.350,00
3.3.90.33.00.00.00	Passagens E Despesas Com Locomocao	632	Seguridade	80	21.270,00
3.3.90.34.00.00.00	Outras Despesas Pessoal decorr.contratos	633	Seguridade	80	1.010.635,00
3.3.90.35.00.00.00	Servicos De Consultoria	634	Seguridade	80	1.000,00
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	635	Seguridade	80	55.000,00
3.3.90.37.00.00.00	Locacao De Mao-De-Obra	636	Seguridade	80	1.000,00
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	637	Seguridade	80	550.000,00
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	638	Seguridade	80	600.000,00
3.3.90.48.00.00.00	Outros Auxílios Financeiros A Pessoa Fis	639	Seguridade	80	500,00
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	640	Seguridade	54	217.000,00
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	641	Seguridade	80	1.000,00
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	642	Seguridade	80	1.000,00
08.244.0111.2.082.000	FUNC. MANUT.SECRETARIAS EXECUTIVAS DOS CONS.DE DIREITOS				52.500,00
3.3.90.14.00.00.00	Diarias - Pessoal Civil	643	Seguridade	80	500,00
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	644	Seguridade	80	500,00
3.3.90.33.00.00.00	Passagens E Despesas Com Locomocao	645	Seguridade	80	500,00
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	646	Seguridade	80	50.000,00
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	647	Seguridade	80	500,00
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	648	Seguridade	80	500,00
08.244.0111.2.464.000	ENCARGOS PREVIDENCIARIOS E CONTRIBUTIVOS -SMAS				11.000,00
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	649	Seguridade	80	10.000,00
3.3.90.47.00.00.00	Obrigac s Tributarias E Contributivas	650	Seguridade	80	1.000,00
TOTAL DA UNIDADE					13.191.097,50

Órgão.....: 11 SECRET. DE DESENVOLV. ECON, CIÊNCIA E T
 Unidade Orçamentária: 11.01 SECRET. DE DESENVOLV. ECON, CIÊNCIA E T

					----- Importância -----
Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	Detalhada Total da Aplicacao
11.334.0108.2.060.000	FUNCIONAMENTO E MANUTENÇÃO DA SDECT				787.589,50
3.1.90.04.00.00.00	Contratacao Por Tempo Determinado	651	Fiscal	80	1.000,00
3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos E Vantag.Fixas-Pessoal Civil	652	Fiscal	80	660.000,00
3.1.90.16.00.00.00	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civi	653	Fiscal	80	1.000,00
3.3.90.05.00.00.00	Outros Benefícios Previdenciarios	654	Fiscal	80	200,00
3.3.90.14.00.00.00	Diarias - Pessoal Civil	655	Fiscal	80	2.000,00

3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	656	Fiscal	80	15.762,00	
3.3.90.33.00.00.00	Passagens E Despesas Com Locomocao	657	Fiscal	80	5.317,50	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	658	Fiscal	80	500,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	659	Fiscal	80	63.810,00	
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	660	Fiscal	80	37.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	661	Fiscal	80	1.000,00	
11.334.0108.2.509.000	INSERÇÃO MULHER					480.000,00
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	662	Fiscal	131	50.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	663	Fiscal	80	30.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	664	Fiscal	131	370.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	665	Fiscal	131	30.000,00	
18.541.0109.1.169.000	ADOÇÃO DE PRAÇAS, ÁREAS VERDES E JARDINS					10.000,00
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	666	Fiscal	80	10.000,00	
19.573.0108.2.275.000	CIDADE DIGITAL					491.163,50
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	667	Fiscal	34	47.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	668	Fiscal	80	7.663,50	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	669	Fiscal	80	500,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	670	Fiscal	34	7.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	671	Fiscal	80	1.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	672	Fiscal	34	375.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	673	Fiscal	80	53.000,00	
22.665.0108.1.161.000	SALA DO EMPRESÁRIO					26.317,50
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	674	Fiscal	80	1.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	675	Fiscal	80	20.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	676	Fiscal	131	5.317,50	
22.665.0108.1.164.000	IMPLANTAR O PROGRAMA DE QUALIDADE PROFISSIONAL					144.922,50
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	677	Fiscal	131	15.952,50	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	678	Fiscal	80	22.620,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	679	Fiscal	131	106.350,00	
23.691.0108.1.159.000	INCENTIVAR MICROS E PEQUENAS EMPRESAS					245.970,00
3.3.50.41.00.00.00	Contribuic s	680	Fiscal	80	1.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	681	Fiscal	80	1.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	682	Fiscal	131	58.492,50	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	683	Fiscal	80	10.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	684	Fiscal	131	58.492,50	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	685	Fiscal	131	58.492,50	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	686	Fiscal	131	58.492,50	
23.691.0108.2.230.000	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO					6.000,00
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	687	Fiscal	80	6.000,00	
23.691.0108.2.276.000	FEIRAS E CONGRESSOS EMPRESARIAIS DE SÃO JOSÉ					15.952,50
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	688	Fiscal	80	10.635,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	689	Fiscal	80	5.317,50	
23.691.0108.2.277.000	APOIAR AS INCUBADORAS DE NEGÓCIOS					83.190,50
3.3.50.41.00.00.00	Contribuic s	690	Fiscal	80	80.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	691	Fiscal	34	1.595,25	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	692	Fiscal	34	1.595,25	
TOTAL DA UNIDADE						2.291.106,00

Órgão.....: 12 SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS
 Unidade Orçamentária: 12.01 SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

						----- Importância -----	
Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte		Detalhada	Total da Aplicação
04.122.0105.2.307.000	REGULARIZAÇÃO DOS PRÉDIOS PÚBLICOS						5.317,50
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	693	Fiscal	80		5.317,50	
15.323.0105.3.907.000	IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO CÓDIGO DE OBRAS						53.175,00
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	696	Fiscal	33		26.587,50	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	697	Fiscal	80		26.587,50	
15.323.0106.3.906.000	IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO PLANO DIRETOR						1.061.200,00
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	698	Fiscal	33		531.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	699	Fiscal	80		530.200,00	
15.451.0106.2.056.000	FUNC MANUT.DOS CEMITÉRIOS PUBL. MUNIC						536.315,25
3.1.90.04.00.00.00	Contratacao Por Tempo Determinado	700	Fiscal	80		10.000,00	
3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos E Vantag.Fixas-Pessoal Civil	701	Fiscal	80		170.000,00	
3.1.90.16.00.00.00	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civi	702	Fiscal	80		1.000,00	
3.3.90.05.00.00.00	Outros Beneficios Previdenciarios	703	Fiscal	80		107,41	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	704	Fiscal	80		20.837,16	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	705	Fiscal	80		1.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	706	Fiscal	80		300.000,00	
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	707	Fiscal	80		28.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	708	Fiscal	80		5.370,68	
15.451.0106.2.057.000	FUNC.E MANUT. DA SEC. DE SERV. PUBLICOS						4.184.901,72
3.1.90.04.00.00.00	Contratacao Por Tempo Determinado	709	Fiscal	80		35.000,00	
3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos E Vantag.Fixas-Pessoal Civil	710	Fiscal	80		3.350.000,00	
3.1.90.16.00.00.00	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civi	711	Fiscal	80		640.000,00	
3.3.90.05.00.00.00	Outros Beneficios Previdenciarios	712	Fiscal	80		1.000,00	
3.3.90.14.00.00.00	Diarias - Pessoal Civil	713	Fiscal	80		3.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	714	Fiscal	80		15.000,00	
3.3.90.33.00.00.00	Passagens E Despesas Com Locomocao	715	Fiscal	80		3.000,00	
3.3.90.35.00.00.00	Servicos De Consultoria	716	Fiscal	80		1.000,00	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	717	Fiscal	80		1.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	718	Fiscal	80		45.901,72	
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	719	Fiscal	80		80.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	720	Fiscal	80		10.000,00	
15.452.0106.1.116.000	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE CEMITÉRIOS						21.698,50
4.4.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros- Pessoa Jur	721	Fiscal	80		5.849,25	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	722	Fiscal	80		10.000,00	
4.4.90.61.00.00.00	Aquisicao De Imoveis	723	Fiscal	80		5.849,25	
TOTAL DA UNIDADE							5.862.607,97

Órgão.....: 13 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇ
 Unidade Orçamentária: 13.01 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇ

						----- Importância -----	
Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte		Detalhada	Total da Aplicação
04.121.0105.2.008.000	FUNCIONAMENTO MANUTENÇÃO DA SEPLANGE0						452.196,88
3.1.90.04.00.00.00	Contratacao Por Tempo Determinado	725	Fiscal	80		20.000,00	
3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos E Vantag.Fixas-Pessoal Civil	726	Fiscal	80		350.000,00	

3.1.90.16.00.00.00	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civi	727	Fiscal	80	5.000,00	
3.3.90.05.00.00.00	Outros Benefícios Previdenciários	728	Fiscal	80	250,00	
3.3.90.14.00.00.00	Diárias - Pessoal Civil	729	Fiscal	80	10.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	730	Fiscal	80	5.000,00	
3.3.90.33.00.00.00	Passagens E Despesas Com Locomocao	731	Fiscal	80	10.000,00	
3.3.90.35.00.00.00	Serviços De Consultoria	732	Fiscal	80	5.000,00	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Fi	733	Fiscal	80	1.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Serviços De Terceiros-Pessoa Juri	734	Fiscal	80	30.000,00	
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	735	Fiscal	80	10.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	736	Fiscal	80	5.946,88	
04.121.0105.2.123.000	PROGR. MODERNIZ. ADM. E TRIBUTÁRIA - PMAT					8.024.107,50
3.1.90.04.00.00.00	Contratacao Por Tempo Determinado	737	Fiscal	5	744.450,00	
3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos E Vantag.Fixas-Pessoal Civil	738	Fiscal	5	65.875,00	
3.1.90.16.00.00.00	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civi	739	Fiscal	5	106.350,00	
3.3.90.14.00.00.00	Diárias - Pessoal Civil	740	Fiscal	5	31.905,00	
3.3.90.18.00.00.00	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	741	Fiscal	5	21.270,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	742	Fiscal	5	53.175,00	
3.3.90.33.00.00.00	Passagens E Despesas Com Locomocao	743	Fiscal	5	31.905,00	
3.3.90.35.00.00.00	Serviços De Consultoria	744	Fiscal	5	744.450,00	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Fi	745	Fiscal	5	212.700,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Serviços De Terceiros-Pessoa Juri	746	Fiscal	5	5.767.422,50	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	747	Fiscal	5	244.605,00	
04.121.0105.2.229.000	ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS					1.937.060,00
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	748	Fiscal	80	1.000,00	
3.3.90.35.00.00.00	Serviços De Consultoria	749	Fiscal	33	53.175,00	
3.3.90.35.00.00.00	Serviços De Consultoria	750	Fiscal	34	1.063.500,00	
3.3.90.35.00.00.00	Serviços De Consultoria	751	Fiscal	80	270.000,00	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Fi	752	Fiscal	80	5.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Serviços De Terceiros-Pessoa Juri	753	Fiscal	33	10.635,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Serviços De Terceiros-Pessoa Juri	754	Fiscal	34	531.750,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Serviços De Terceiros-Pessoa Juri	755	Fiscal	80	1.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	756	Fiscal	80	1.000,00	
04.122.0105.2.274.000	PROGR.NAC. APOIO A MODERNIZ. ADMINISTR. PNAFM					7.044.100,00
3.3.90.35.00.00.00	Serviços De Consultoria	757	Fiscal	140	850.800,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Serviços De Terceiros-Pessoa Juri	758	Fiscal	140	4.254.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	759	Fiscal	80	25.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	760	Fiscal	140	1.914.300,00	
04.122.0105.2.481.000	GERENCIAMENTO PNAFM 3					12.000.000,00
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	761	Fiscal	140	127.000,00	
3.3.90.35.00.00.00	Serviços De Consultoria	762	Fiscal	140	1.873.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Serviços De Terceiros-Pessoa Juri	763	Fiscal	140	8.000.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	764	Fiscal	140	2.000.000,00	
04.122.0108.1.319.000	ELAB.DE PROJ. / ESTUDOS ESTRATÉG./APOIO À GESTÃO MUNICIPAL					101.000,00
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	765	Fiscal	80	1.000,00	
3.3.90.35.00.00.00	Serviços De Consultoria	766	Fiscal	80	100.000,00	
19.573.0105.1.551.000	COMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE GEOPROCESSAMENTO					2.232.000,00
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	767	Fiscal	80	5.000,00	
3.3.90.35.00.00.00	Serviços De Consultoria	768	Fiscal	34	531.750,00	
3.3.90.35.00.00.00	Serviços De Consultoria	769	Fiscal	80	50.000,00	
3.3.90.35.00.00.00	Serviços De Consultoria	770	Fiscal	135	531.750,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Serviços De Terceiros-Pessoa Juri	771	Fiscal	80	50.000,00	

4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	772	Fiscal	34	1.063.500,00	
TOTAL DA UNIDADE						31.790.464,38

Órgão.....: 14 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

Unidade Orçamentária: 14.01 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	----- Importância -----	
					Detalhada	Total da Aplicacao
06.182.0110.3.903.000	PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA À CATASTROFE CLIMÁTICA					954.384,90
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	773	Fiscal	80	5.849,25	
3.3.90.32.00.00.00	Material De Distribuicao Gratuita	774	Fiscal	80	3.509,55	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	775	Fiscal	80	1.063,50	
3.3.90.48.00.00.00	Outros Auxilios Financeiros A Pessoa Fis	776	Fiscal	80	3.509,55	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	777	Fiscal	80	3.509,55	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	778	Fiscal	234	701.910,00	
4.4.90.61.00.00.00	Aquisicao De Imoveis	779	Fiscal	80	1.063,50	
4.4.90.61.00.00.00	Aquisicao De Imoveis	780	Fiscal	234	233.970,00	
15.122.0105.2.015.000	FUNC. MANUT. DA SEC. DE INFRAESTRUTURA					2.122.857,98
3.1.90.04.00.00.00	Contratacao Por Tempo Determinado	781	Fiscal	80	115.000,00	
3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos E Vantag.Fixas-Pessoal Civil	782	Fiscal	80	1.313.427,82	
3.1.90.16.00.00.00	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civi	783	Fiscal	80	120.000,00	
3.3.90.05.00.00.00	Outros Beneficios Previdenciarios	784	Fiscal	80	500,00	
3.3.90.14.00.00.00	Diarias - Pessoal Civil	785	Fiscal	80	4.717,69	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	786	Fiscal	80	53.175,00	
3.3.90.33.00.00.00	Passagens E Despesas Com Locomocao	787	Fiscal	80	6.694,73	
3.3.90.37.00.00.00	Locacao De Mao-De-Obra	788	Fiscal	80	1.169,85	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	789	Fiscal	80	372.172,89	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	790	Fiscal	133	5.000,00	
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	791	Fiscal	80	130.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	792	Fiscal	80	1.000,00	
15.451.0106.1.028.000	CONSTR./REFORMAS/AMPL. PRÓPRIOS MUNIC./CTROS ADMINISTR.					5.766.084,30
4.4.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros- Pessoa Jur	793	Fiscal	80	53.175,00	
4.4.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros- Pessoa Jur	794	Fiscal	117	354.464,55	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	795	Fiscal	35	2.573.670,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	796	Fiscal	80	53.175,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	797	Fiscal	117	40.944,75	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	798	Fiscal	140	2.339.700,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	799	Fiscal	117	116.985,00	
4.4.90.61.00.00.00	Aquisicao De Imoveis	800	Fiscal	117	233.970,00	
15.451.0106.1.040.000	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS					2.871.450,00
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	801	Fiscal	15	1.169.850,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	802	Fiscal	80	531.750,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	803	Fiscal	154	1.169.850,00	
15.451.0106.1.131.000	RECUPERAÇÃO DAS INTERVENÇÕES REALIZADAS PELA CASAN					7.118.048,50
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	804	Fiscal	80	5.849,25	
4.4.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros- Pessoa Jur	805	Fiscal	80	5.849,25	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	806	Fiscal	57	2.000.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	807	Fiscal	80	106.350,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	808	Fiscal	144	5.000.000,00	

15.451.0106.1.138.000	PROGRAMA DE REVIT. E HUMANIZ. DAS ÁREAS PÚBLICAS					5.833.859,38
4.4.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros- Pessoa Jur	809	Fiscal	80	11.698,50	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	810	Fiscal	15	935.880,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	811	Fiscal	33	1.523.997,63	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	812	Fiscal	35	935.880,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	813	Fiscal	80	500.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	814	Fiscal	131	52.643,25	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	815	Fiscal	132	1.403.820,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	816	Fiscal	135	467.940,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	817	Fiscal	80	1.000,00	
4.4.90.61.00.00.00	Aquisicao De Imoveis	818	Fiscal	80	1.000,00	
15.451.0106.1.150.000	CONSTR. RECUP./MANUT. CANAIS/GALERIAS/ MACRO DRENAGEM					10.062.474,35
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	827	Fiscal	80	33.669,35	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	828	Fiscal	80	1.254.930,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	829	Fiscal	102	280.764,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	830	Fiscal	121	1.052.865,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	831	Fiscal	135	1.544.202,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	832	Fiscal	142	5.147.340,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	833	Fiscal	234	748.704,00	
15.451.0106.1.540.000	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS					45.969.951,65
4.4.90.35.00.00.00	Servicos De Consultoria	834	Fiscal	80	106.350,00	
4.4.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros- Pessoa Jur	835	Fiscal	80	531.750,00	
4.4.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros- Pessoa Jur	836	Fiscal	142	6.253.380,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	837	Fiscal	15	116.985,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	838	Fiscal	33	14.061.597,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	839	Fiscal	35	2.807.640,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	840	Fiscal	53	4.000.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	841	Fiscal	80	6.426.674,08	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	842	Fiscal	117	5.147.340,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	843	Fiscal	120	603.081,07	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	844	Fiscal	131	935.880,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	845	Fiscal	146	100.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	846	Fiscal	300	935.880,00	
4.4.90.61.00.00.00	Aquisicao De Imoveis	847	Fiscal	80	1.000,00	
4.4.90.61.00.00.00	Aquisicao De Imoveis	848	Fiscal	117	116.985,00	
4.4.90.61.00.00.00	Aquisicao De Imoveis	849	Fiscal	120	842.292,00	
4.4.90.61.00.00.00	Aquisicao De Imoveis	850	Fiscal	131	2.807.640,00	
4.4.90.61.00.00.00	Aquisicao De Imoveis	851	Fiscal	135	140.382,00	
4.4.90.61.00.00.00	Aquisicao De Imoveis	852	Fiscal	141	35.095,50	
15.451.0106.1.542.000	IMPLANTAÇÃO DA MACRODRENAGEM					11.172.067,50
4.4.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros- Pessoa Jur	853	Fiscal	80	5.317,50	
4.4.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros- Pessoa Jur	854	Fiscal	142	11.166.750,00	
15.451.0106.2.022.000	CONSTR. /CONSERV. DE ESTRADAS VICINAIS, PONTES E PONTILHÕES					2.339.297,12
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	855	Fiscal	80	639.746,62	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	856	Fiscal	80	536.050,50	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	857	Fiscal	58	100.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	858	Fiscal	80	1.063.500,00	
15.451.0106.2.023.000	MANUTENÇÃO DAS VIAS URBANAS					4.107.329,55
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	859	Fiscal	80	1.603.820,00	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	860	Fiscal	80	1.169,85	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	861	Fiscal	80	2.500.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	862	Fiscal	80	1.169,85	
4.4.90.61.00.00.00	Aquisicao De Imoveis	863	Fiscal	80	1.169,85	

15.451.0106.2.035.000	MANUTENÇÃO DA FROTA MUNICIPAL					1.000.000,00
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	864	Fiscal	80	800.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	865	Fiscal	80	200.000,00	
15.451.0106.2.058.000	DEMOL. REMOÇÃO CONSTR. IRREGULARES					18.468,74
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	866	Fiscal	80	18.468,74	
15.451.0106.2.205.000	ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROJETOS					5.716.206,15
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	867	Fiscal	80	1.063,50	
4.4.90.35.00.00.00	Servicos De Consultoria	868	Fiscal	80	1.063,50	
4.4.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros- Pessoa Jur	869	Fiscal	80	531.750,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	870	Fiscal	35	1.169.850,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	871	Fiscal	80	1.063,50	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	872	Fiscal	102	93.588,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	873	Fiscal	132	3.885.071,85	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	874	Fiscal	135	29.246,25	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	875	Fiscal	142	3.509,55	
15.451.0106.2.217.000	IMPL./MANUT. E CONSERV. DE PRAÇAS/ PARQUES E JARDINS					1.264.269,39
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	876	Fiscal	80	9.184,39	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	877	Fiscal	80	100.000,00	
4.4.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros- Pessoa Jur	878	Fiscal	80	53.175,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	879	Fiscal	80	400.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	880	Fiscal	119	701.910,00	
15.451.0106.3.300.000	OBRAS DA ESTRADA GERAL DO ALTO FORQUILHAS					1.400.000,00
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	881	Fiscal	330	1.400.000,00	
15.451.0106.3.950.000	DESAPROPRIAÇÃO EM GERAL - MUNICIPIO					279.762,50
4.4.90.61.00.00.00	Aquisicao De Imoveis	882	Fiscal	33	79.762,50	
4.4.90.61.00.00.00	Aquisicao De Imoveis	883	Fiscal	80	200.000,00	
15.451.0112.1.024.000	IMPLANTAÇÃO DA AVENIDA DAS TORRES - SENTIDO SUL					5.640.317,50
4.4.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros- Pessoa Jur	884	Fiscal	80	5.317,50	
4.4.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros- Pessoa Jur	885	Fiscal	142	5.635.000,00	
15.451.0112.1.080.000	AVENIDA DAS UNIVERSIDADES					53.175,00
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	886	Fiscal	33	53.175,00	
15.451.0112.1.135.000	CONSTRUÇÃO DA AVENIDA BEIRA MAR CONTINENTAL					10.645.635,00
4.4.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros- Pessoa Jur	887	Fiscal	80	10.635,00	
4.4.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros- Pessoa Jur	888	Fiscal	142	10.635.000,00	
15.451.0112.1.157.000	IMPLANTAÇÃO DA AVENIDA BEIRA RIO					15.095.855,46
4.4.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros- Pessoa Jur	889	Fiscal	80	5.317,50	
4.4.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros- Pessoa Jur	890	Fiscal	142	15.090.537,96	
15.451.0112.1.552.000	IMPLANTAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA					25.000,00
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	891	Fiscal	80	1.000,00	
4.4.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros- Pessoa Jur	892	Fiscal	80	20.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	893	Fiscal	33	1.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	894	Fiscal	80	1.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	895	Fiscal	135	1.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	896	Fiscal	142	1.000,00	
15.452.0106.2.020.000	MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE LIMPEZA PÚBLICA					2.913.273,91
3.1.90.04.00.00.00	Contratacao Por Tempo Determinado	897	Fiscal	80	10.000,00	

3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos E Vantag.Fixas-Pessoal Civil	898	Fiscal	80	1.000.000,00	
3.1.90.16.00.00.00	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civi	899	Fiscal	80	90.000,00	
3.3.90.05.00.00.00	Outros Benefícios Previdenciários	900	Fiscal	80	1.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	901	Fiscal	80	330.000,00	
3.3.90.35.00.00.00	Serviços De Consultoria	902	Fiscal	80	1.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Serviços De Terceiros-Pessoa Juri	903	Fiscal	80	525.981,91	
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	904	Fiscal	80	110.000,00	
3.3.90.47.00.00.00	Obrigac s Tributarias E Contributivas	905	Fiscal	80	1.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	906	Fiscal	15	280.764,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	907	Fiscal	80	1.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	908	Fiscal	102	280.764,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	909	Fiscal	135	280.764,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	910	Fiscal	80	1.000,00	
15.452.0106.2.513.000	LIMPEZA DE VIAS PÚBLICAS, PRAÇAS, PARQUES E JARDINS					5.500.000,00
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	911	Fiscal	80	1.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Serviços De Terceiros-Pessoa Juri	912	Fiscal	80	5.499.000,00	
15.452.0109.2.019.000	COLETA E TRANSP. AO DESTINO FINAL DE LIXO					20.823.950,00
3.3.90.39.00.00.00	Outros Serviços De Terceiros-Pessoa Juri	913	Fiscal	80	20.823.950,00	
15.453.0112.1.101.000	CONSTRUÇÃO DE TERMINAIS URBANOS					842.720,50
4.4.90.39.00.00.00	Outros Serviços De Terceiros- Pessoa Jur	914	Fiscal	80	1.063,50	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	915	Fiscal	15	11.698,50	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	916	Fiscal	25	233.970,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	917	Fiscal	35	233.970,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	918	Fiscal	80	10.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	919	Fiscal	132	116.985,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	920	Fiscal	135	233.970,00	
4.4.90.61.00.00.00	Aquisicao De Imoveis	921	Fiscal	80	1.063,50	
16.482.0106.1.084.000	PAC - POLIGONAL II					20.096.494,61
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	922	Fiscal	80	17.547,75	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Serviços De Terceiros-Pessoa Juri	923	Fiscal	80	5.849,25	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Serviços De Terceiros-Pessoa Juri	924	Fiscal	142	175.477,50	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Serviços De Terceiros-Pessoa Juri	925	Fiscal	143	2.339.700,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	926	Fiscal	80	3.187.817,61	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	927	Fiscal	135	7.302.081,50	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	928	Fiscal	142	3.509.550,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	929	Fiscal	143	175.477,50	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	930	Fiscal	160	1.988.745,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	931	Fiscal	80	212.700,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	932	Fiscal	135	584.925,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	933	Fiscal	142	584.925,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	934	Fiscal	143	5.849,25	
4.4.90.61.00.00.00	Aquisicao De Imoveis	935	Fiscal	80	5.849,25	
16.482.0106.1.086.000	FNHIS- PEDREGAL/JD SOLEMAR/JD PALMEIRAS/C.ONÇA/S.LUIZ/STOS SARAIVA/FAZ.STO.ANTº /					2.398.833,70
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	936	Fiscal	80	10.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	937	Fiscal	135	608.322,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	938	Fiscal	142	608.322,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	939	Fiscal	143	1.169.850,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	940	Fiscal	80	1.169,85	
4.4.90.61.00.00.00	Aquisicao De Imoveis	941	Fiscal	80	1.169,85	
16.482.0106.1.089.000	FNHIS - COLONIA SANTANA					730.390,53
4.4.90.39.00.00.00	Outros Serviços De Terceiros- Pessoa Jur	942	Fiscal	80	5.849,25	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	943	Fiscal	80	5.317,50	

4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	944	Fiscal	135	17.313,78	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	945	Fiscal	142	350.955,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	946	Fiscal	143	350.955,00	
16.482.0106.1.109.000	IMPLANTAÇÃO DO PROJETO HABITAR BRASIL/ BID					1.775.775,00
4.4.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros- Pessoa Jur	947	Fiscal	80	20.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	948	Fiscal	80	1.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	949	Fiscal	142	1.754.775,00	
17.512.0106.1.081.000	PROGRAMA ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC 2					26.794.047,96
4.4.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros- Pessoa Jur	950	Fiscal	80	2.339,70	
4.4.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros- Pessoa Jur	951	Fiscal	135	935.880,00	
4.4.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros- Pessoa Jur	952	Fiscal	142	935.880,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	953	Fiscal	80	3.324.049,01	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	954	Fiscal	135	3.509.550,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	955	Fiscal	142	18.079.500,00	
4.4.90.61.00.00.00	Aquisicao De Imoveis	956	Fiscal	80	1.000,00	
4.4.90.61.00.00.00	Aquisicao De Imoveis	957	Fiscal	142	5.849,25	
17.512.0106.2.192.000	OBRAS E AÇÕES DE SANEAMENTO BÁSICO					15.106.066,55
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	958	Fiscal	80	1.063,50	
4.4.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros- Pessoa Jur	959	Fiscal	80	1.063,50	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	960	Fiscal	80	20.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	961	Fiscal	102	3.509.550,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	962	Fiscal	135	935.880,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	963	Fiscal	142	3.509,55	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	964	Fiscal	144	10.635.000,00	
17.512.0106.2.194.000	IMPLANTAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO					420.512,55
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	965	Fiscal	80	1.063,50	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	966	Fiscal	80	1.063,50	
4.4.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros- Pessoa Jur	967	Fiscal	80	1.063,50	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	968	Fiscal	80	15.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	969	Fiscal	102	112.305,60	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	970	Fiscal	135	46.794,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	971	Fiscal	142	187.176,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	972	Fiscal	144	2.339,70	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	973	Fiscal	80	1.063,50	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	974	Fiscal	102	23.397,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	975	Fiscal	135	29.246,25	
17.541.0109.1.553.000	IMPLANTAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE RESIDUOS SÓLIDOS					25.000,00
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	976	Fiscal	80	1.000,00	
4.4.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros- Pessoa Jur	977	Fiscal	80	20.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	978	Fiscal	33	1.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	979	Fiscal	80	1.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	980	Fiscal	135	1.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	981	Fiscal	142	1.000,00	
TOTAL DA UNIDADE						236.883.560,28

Órgão.....: 18 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
 Unidade Orçamentária: 18.01 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

						----- Importância -----
Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	Detalhada	Total da Aplicação
27.811.0104.2.404.000	FUNC. E MANUT. DO DESPORTO DE RENDIMENTO					1.573.245,36
3.3.50.41.00.00.00	Contribuições	982	Fiscal	80	950.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	983	Fiscal	33	5.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	984	Fiscal	34	5.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	985	Fiscal	40	5.849,25	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	986	Fiscal	80	15.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	987	Fiscal	103	5.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	988	Fiscal	119	5.000,00	
3.3.90.33.00.00.00	Passagens E Despesas Com Locomocao	989	Fiscal	80	50.000,00	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	990	Fiscal	80	74.445,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	991	Fiscal	33	5.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	992	Fiscal	34	5.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	993	Fiscal	40	21.270,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	994	Fiscal	80	357.156,11	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	995	Fiscal	103	5.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	996	Fiscal	119	5.000,00	
3.3.90.48.00.00.00	Outros Auxilios Financeiros A Pessoa Fis	997	Fiscal	33	5.317,50	
3.3.90.48.00.00.00	Outros Auxilios Financeiros A Pessoa Fis	998	Fiscal	34	5.317,50	
3.3.90.48.00.00.00	Outros Auxilios Financeiros A Pessoa Fis	999	Fiscal	80	48.890,00	
27.811.0104.2.510.000	PROGRAMA BOLSA ATLETA					445.000,00
3.3.90.48.00.00.00	Outros Auxilios Financeiros A Pessoa Fis	1000	Fiscal	80	445.000,00	
27.812.0104.1.051.000	CONSTR./ REFORM. GINASIO ESPORTE, QUADRAS/EQUIP. ESPORTIVOS					2.897.467,14
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalacões	1001	Fiscal	33	5.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalacões	1002	Fiscal	34	2.314.292,14	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalacões	1003	Fiscal	80	500.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalacões	1004	Fiscal	103	5.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalacões	1005	Fiscal	119	5.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1006	Fiscal	33	5.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1007	Fiscal	34	21.270,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1008	Fiscal	80	31.905,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1009	Fiscal	103	5.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1010	Fiscal	119	5.000,00	
27.812.0104.2.054.000	FUNC.E MANUT.DA FUND. MUNIC. DE ESPORTES E LAZER - FUNESJ					2.122.261,11
3.1.90.04.00.00.00	Contratacao Por Tempo Determinado	1011	Fiscal	80	70.000,00	
3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos E Vantag.Fixas-Pessoal Civil	1012	Fiscal	80	1.450.000,00	
3.1.90.16.00.00.00	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civi	1013	Fiscal	80	35.000,00	
3.1.90.94.00.00.00	Indenizacões E Restituicões Trabalhistas	1014	Fiscal	80	50.000,00	
3.3.90.05.00.00.00	Outros Beneficios Previdenciarios	1015	Fiscal	80	4.000,00	
3.3.90.14.00.00.00	Diarias - Pessoal Civil	1016	Fiscal	80	64.544,61	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1017	Fiscal	80	72.318,00	
3.3.90.33.00.00.00	Passagens E Despesas Com Locomocao	1018	Fiscal	80	45.952,50	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	1019	Fiscal	80	15.952,50	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1020	Fiscal	33	5.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1021	Fiscal	34	5.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1022	Fiscal	80	191.430,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1023	Fiscal	103	5.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1024	Fiscal	119	5.000,00	
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	1025	Fiscal	80	90.000,00	
3.3.90.47.00.00.00	Obrigacões Tributarias E Contributivas	1026	Fiscal	80	1.000,00	

3.3.90.91.00.00.00	Sentencas Judiciais	1027	Fiscal	80	1.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1028	Fiscal	80	10.000,00	
4.4.90.91.00.00.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	1029	Fiscal	80	1.063,50	
27.812.0104.2.055.000	FUNC. E MANUT. DO DESPORTO COMUNITÁRIO					466.651,80
3.3.50.41.00.00.00	Contribuic s	1030	Fiscal	40	31.905,00	
3.3.50.41.00.00.00	Contribuic s	1031	Fiscal	80	400.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1032	Fiscal	33	5.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1033	Fiscal	34	5.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1034	Fiscal	80	14.746,80	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1035	Fiscal	103	5.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1036	Fiscal	119	5.000,00	
27.812.0104.2.087.000	FUNC. E MANUT. DE GINASIOS E UNIDADES ESPORTIVAS - FUNESJ					287.795,50
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1037	Fiscal	40	5.317,50	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1038	Fiscal	80	42.540,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1039	Fiscal	40	13.825,50	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1040	Fiscal	80	58.492,50	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1041	Fiscal	119	5.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	1042	Fiscal	33	5.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	1043	Fiscal	34	21.270,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	1044	Fiscal	80	10.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	1045	Fiscal	103	53.175,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	1046	Fiscal	119	5.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1047	Fiscal	34	21.270,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1048	Fiscal	80	10.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1049	Fiscal	103	31.905,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1050	Fiscal	119	5.000,00	
27.812.0104.2.254.000	COORD. DE ATIVIDADES ESPORTIVA E LAZER PARA TODOS EM S. JOSÉ - FUNESJ					10.635,00
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1051	Fiscal	80	10.635,00	
27.812.0104.2.405.000	PROM. APOIO/ PATROC. EVENTOS ESP,/LAZER -FUNESJ					628.275,00
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1052	Fiscal	33	53.715,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1053	Fiscal	80	80.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1054	Fiscal	103	53.715,00	
3.3.90.31.00.00.00	Premiac s Cult.	1055	Fiscal	80	56.905,00	
3.3.90.32.00.00.00	Material De Distribuicao Gratuita	1056	Fiscal	80	10.635,00	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	1057	Fiscal	80	1.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1058	Fiscal	33	5.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1059	Fiscal	34	5.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1060	Fiscal	80	325.400,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1061	Fiscal	103	31.905,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1062	Fiscal	119	5.000,00	
27.813.0104.2.511.000	FUNCIONAMENTO E MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DESPORTO E LAZER					55.000,00
3.3.50.41.00.00.00	Contribuic s	1063	Fiscal	80	40.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1064	Fiscal	80	15.000,00	
27.813.0104.5.006.000	IMPLANTAÇÃO DE ACADEMIA AO AR LIVRE					45.317,50
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	1065	Fiscal	80	45.317,50	
TOTAL DA UNIDADE						8.531.648,41

Órgão.....: 19 FUND. MUNIC. DO MEIO AMB. E DESENV. SUS
 Unidade Orçamentária: 19.01 FUND. MUNIC. DO MEIO AMB. E DESENV. SUS

						----- Importância -----
Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	Detalhada	Total da Aplicação
10.609.0109.2.207.000	PROGRAMA DE APOIO E PROTEÇÃO AOS ANIMAIS - FMMADS					10.635,00
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1066	Seguridade	80	5.317,50	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1067	Seguridade	80	5.317,50	
18.541.0109.1.076.000	IMPLANTAÇÃO DE PARQUES- FMMADS					1.620.520,00
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1068	Fiscal	16	212.700,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1069	Fiscal	40	53.175,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1070	Fiscal	80	1.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1071	Fiscal	16	531.750,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1072	Fiscal	40	63.810,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1073	Fiscal	80	53.175,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	1074	Fiscal	16	531.750,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	1075	Fiscal	40	26.587,50	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	1076	Fiscal	80	1.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1077	Fiscal	16	127.620,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1078	Fiscal	40	15.952,50	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1079	Fiscal	80	1.000,00	
4.4.90.61.00.00.00	Aquisicao De Imoveis	1080	Fiscal	80	1.000,00	
18.541.0109.2.091.000	REAPARELH./TREINAMENTO SERV./AGENTES FISCAIS VOLUNTÁRIOS- FMMADS					145.986,80
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1081	Fiscal	16	53.175,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1082	Fiscal	40	9.039,75	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1083	Fiscal	80	9.039,75	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1084	Fiscal	16	5.317,50	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1085	Fiscal	40	26.587,50	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1086	Fiscal	80	10.422,30	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1087	Fiscal	16	15.952,50	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1088	Fiscal	40	15.952,50	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1089	Fiscal	80	500,00	
18.541.0109.2.092.000	COLETOR, COLETA E RECICLAGEM DE RESIDUOS - FMMADS					145.174,42
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1090	Fiscal	16	15.952,50	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1091	Fiscal	40	13.708,52	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1092	Fiscal	80	500,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1093	Fiscal	16	21.270,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1094	Fiscal	40	9.465,15	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1095	Fiscal	80	500,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	1096	Fiscal	16	12.762,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	1097	Fiscal	40	10.635,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	1098	Fiscal	80	20.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1099	Fiscal	16	2.658,75	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1100	Fiscal	40	37.222,50	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1101	Fiscal	80	500,00	
18.541.0109.2.094.000	BIBL. AMBIENTAL, FOMENTO A PESQ. TEC. PROD. LIMPAS. CONSCIÊNCIA AMBIENTAL- FMMADS					133.731,00
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1102	Fiscal	16	42.540,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1103	Fiscal	40	15.952,50	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1104	Fiscal	80	4.254,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1105	Fiscal	16	10.635,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1106	Fiscal	40	6.381,00	

3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1107	Fiscal	80	500,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	1108	Fiscal	16	21.270,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	1109	Fiscal	40	3.722,25	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	1110	Fiscal	80	500,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1111	Fiscal	16	2.658,75	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1112	Fiscal	40	5.317,50	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1113	Fiscal	80	20.000,00	
18.541.0109.2.234.000	APPA PEDRA BRANCA - FMMADS					78.173,45
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1114	Fiscal	16	2.658,75	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1115	Fiscal	40	8.401,65	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1116	Fiscal	80	1.063,50	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1117	Fiscal	16	12.762,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1118	Fiscal	40	9.465,15	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1119	Fiscal	80	1.063,50	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	1120	Fiscal	16	2.658,75	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	1121	Fiscal	40	4.785,75	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	1122	Fiscal	80	20.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1123	Fiscal	16	1.595,25	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1124	Fiscal	40	11.592,15	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1125	Fiscal	80	1.063,50	
4.4.90.61.00.00.00	Aquisicao De Imoveis	1126	Fiscal	80	1.063,50	
18.541.0109.2.235.000	MANUTENÇÃO DOS PARQUES- FMMADS					251.390,75
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1127	Fiscal	16	5.317,50	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1128	Fiscal	40	63.810,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1129	Fiscal	80	42.540,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1130	Fiscal	16	1.595,25	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1131	Fiscal	40	69.127,50	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1132	Fiscal	80	21.270,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	1133	Fiscal	16	1.595,25	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	1134	Fiscal	40	21.270,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	1135	Fiscal	80	1.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1136	Fiscal	16	1.595,25	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1137	Fiscal	40	21.270,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1138	Fiscal	80	1.000,00	
18.541.0109.2.236.000	PRESERV. AMBIENTAL, MANUT. E AMPLIAÇÃO DE PRAÇAS E JARDINS- FMMADS					225.247,25
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1139	Fiscal	16	1.595,25	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1140	Fiscal	40	37.222,50	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1141	Fiscal	80	60.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1142	Fiscal	16	12.762,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1143	Fiscal	40	37.222,50	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1144	Fiscal	80	14.889,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	1145	Fiscal	16	15.952,50	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	1146	Fiscal	40	5.317,50	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	1147	Fiscal	80	1.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1148	Fiscal	16	15.952,50	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1149	Fiscal	40	22.333,50	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1150	Fiscal	80	1.000,00	
18.541.0109.2.271.000	MANUTENÇÃO E USO DE ENERGIA EÓLICA- FMMADS					235.039,70
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1151	Fiscal	16	106.350,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1152	Fiscal	40	15.952,50	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1153	Fiscal	80	1.063,50	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1154	Fiscal	16	31.905,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1155	Fiscal	40	29.990,70	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1156	Fiscal	80	1.063,50	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1157	Fiscal	16	12.762,00	

4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1158	Fiscal	40	15.952,50	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1159	Fiscal	80	20.000,00	
18.541.0109.2.272.000	PRESERVAÇÃO AMBIENTAL- FMMADS					155.483,70
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1160	Fiscal	16	21.270,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1161	Fiscal	40	31.905,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1162	Fiscal	80	10.635,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1163	Fiscal	16	31.905,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1164	Fiscal	40	26.587,50	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1165	Fiscal	80	10.635,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1166	Fiscal	16	1.276,20	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1167	Fiscal	40	10.635,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1168	Fiscal	80	10.635,00	
18.541.0109.2.273.000	PEIXE NOS BAIRROS- FMMADS					214.827,00
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1169	Fiscal	16	10.635,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1170	Fiscal	40	26.587,50	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1171	Fiscal	80	26.587,50	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1172	Fiscal	16	21.270,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1173	Fiscal	40	26.587,50	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1174	Fiscal	80	26.587,50	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1175	Fiscal	16	53.175,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1176	Fiscal	40	12.762,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1177	Fiscal	80	10.635,00	
18.541.0109.2.411.000	FUNC. MANUT./FUND.MUNIC./MEIO AMBIENTE/DESENV.					
	SUST- FMMADS					1.957.814,55
3.1.90.04.00.00.00	Contratacao Por Tempo Determinado	1178	Fiscal	80	45.000,00	
3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos E Vantag.Fixas-Pessoal Civil	1179	Fiscal	80	1.200.000,00	
3.1.90.16.00.00.00	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civi	1180	Fiscal	80	80.000,00	
3.1.90.94.00.00.00	Indenizac s E Restituic s Trabalhistas	1181	Fiscal	80	50.000,00	
3.3.90.05.00.00.00	Outros Beneficios Previdenciarios	1182	Fiscal	80	1.500,00	
3.3.90.14.00.00.00	Diarias - Pessoal Civil	1183	Fiscal	40	12.762,00	
3.3.90.14.00.00.00	Diarias - Pessoal Civil	1184	Fiscal	80	10.635,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1185	Fiscal	16	12.762,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1186	Fiscal	40	90.397,50	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1187	Fiscal	80	50.000,00	
3.3.90.37.00.00.00	Locacao De Mao-De-Obra	1188	Fiscal	40	37.222,50	
3.3.90.37.00.00.00	Locacao De Mao-De-Obra	1189	Fiscal	80	2.127,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1190	Fiscal	16	53.175,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1191	Fiscal	40	85.080,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1192	Fiscal	80	106.350,00	
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	1193	Fiscal	80	70.000,00	
3.3.90.47.00.00.00	Obrigac s Tributarias E Contributivas	1194	Fiscal	80	1.063,50	
3.3.90.92.00.00.00	Despesas De Exercicios Anteriores	1195	Fiscal	80	500,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1196	Fiscal	16	1.382,55	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1197	Fiscal	40	26.587,50	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1198	Fiscal	80	21.270,00	
20.608.0109.2.232.000	IMPLANT. E MANUT. PROJETOS AGROPECUÁRIOS P/					
	DESENV. DO SETOR- FMMADS					171.135,00
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1199	Fiscal	80	10.635,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1200	Fiscal	80	160.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	1201	Fiscal	80	500,00	

20.608.0109.2.233.000	IMPLANT. MANUT./ PROJ. VOLTADOS CULTIVO NA ÁGUA / EXTRATIVISMO- FMMADS					16.484,25
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1202	Fiscal	80	5.849,25	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1203	Fiscal	80	8.508,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	1204	Fiscal	80	2.127,00	
TOTAL DA UNIDADE						5.361.642,87

Órgão.....: 20 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISM
Unidade Orçamentária: 20.01 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISM

						----- Importância -----
Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte		Detalhada Total da Aplicacao
13.391.0113.2.498.000	PROJ. CULT./ MANUT. DA FUND. CULT. E TURISMO - FCT					6.053.831,40
3.1.90.04.00.00.00	Contratacao Por Tempo Determinado	1205	Fiscal	80	180.000,00	
3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos E Vantag.Fixas-Pessoal Civil	1206	Fiscal	80	1.950.000,00	
3.1.90.16.00.00.00	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civi	1207	Fiscal	80	70.000,00	
3.1.90.94.00.00.00	Indenizac s E Restituic s Trabalhistas	1208	Fiscal	80	50.000,00	
3.3.90.05.00.00.00	Outros Beneficios Previdenciarios	1209	Fiscal	80	7.000,00	
3.3.90.14.00.00.00	Diarias - Pessoal Civil	1210	Fiscal	80	10.635,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1211	Fiscal	40	50.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1212	Fiscal	80	70.000,00	
3.3.90.33.00.00.00	Passagens E Despesas Com Locomocao	1213	Fiscal	80	10.000,00	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	1214	Fiscal	40	50.000,00	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	1215	Fiscal	80	42.540,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1216	Fiscal	40	100.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1217	Fiscal	80	212.700,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1218	Fiscal	135	2.658.750,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1219	Fiscal	380	424.761,90	
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	1220	Fiscal	80	100.000,00	
3.3.90.47.00.00.00	Obrigac s Tributarias E Contributivas	1221	Fiscal	80	7.444,50	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1222	Fiscal	40	50.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1223	Fiscal	80	10.000,00	
13.391.0113.2.500.000	CONSERV.MANUT. PATRIMÔNIO CULT. MUNIC. LEI 4429/06 - FCT					3.807.805,00
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1224	Fiscal	40	297.780,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1225	Fiscal	40	50.000,00	
4.4.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - P.Fisica	1226	Fiscal	136	531.750,00	
4.4.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros- Pessoa Jur	1227	Fiscal	80	110.000,00	
4.4.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros- Pessoa Jur	1228	Fiscal	136	159.525,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	1229	Fiscal	135	2.658.750,00	
13.391.0113.3.100.000	DESAPROPRIAÇÃO CASA MOREIRA					510.000,00
4.4.90.61.00.00.00	Aquisicao De Imoveis	1230	Fiscal	80	510.000,00	
13.392.0113.1.328.000	ELAB./IMPLEMENT./PROJETO P/REVIT. CENTRO HISTÓRICO					6.042.000,00
3.3.90.35.00.00.00	Servicos De Consultoria	1231	Fiscal	80	40.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1232	Fiscal	80	1.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	1233	Fiscal	80	1.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	1234	Fiscal	135	3.000.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	1235	Fiscal	151	3.000.000,00	
13.392.0113.2.007.000	FUNC. E MANUTENÇÃO DO CENTRO MULTIUSO					500.000,00
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1236	Fiscal	40	50.000,00	

3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1237	Fiscal	80	50.000,00	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	1238	Fiscal	40	50.000,00	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	1239	Fiscal	80	50.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1240	Fiscal	40	100.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1241	Fiscal	80	100.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1242	Fiscal	40	50.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1243	Fiscal	80	50.000,00	
13.392.0113.2.062.000	PROM. EVENTOS/FEIRAS, EXP./SIMP. DTA. COMEM-FCT					4.579.050,00
3.3.50.42.00.00.00	AUXILIOS	1244	Fiscal	80	500.000,00	
3.3.90.31.00.00.00	Premiac s Cult.	1245	Fiscal	80	60.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1246	Fiscal	40	319.050,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1247	Fiscal	80	1.700.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1248	Fiscal	126	2.000.000,00	
13.392.0113.2.066.000	FUNC. E MANUTENÇÃO DAS UNIDADES CULTURAIS E DE TURISMO					8.286.510,00
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1249	Fiscal	80	106.350,00	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	1250	Fiscal	80	63.810,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1251	Fiscal	80	106.350,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1252	Fiscal	150	5.000.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1253	Fiscal	151	2.000.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1254	Fiscal	152	1.000.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1255	Fiscal	80	10.000,00	
13.392.0113.2.408.000	PROGRAMA DE ORG. E APOIO AS PRATICAS CULTURAIS, EDUCATIVAS E DE TURISMO - FCT					136.500,00
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1256	Fiscal	80	10.000,00	
3.3.90.31.00.00.00	Premiac s Cult.	1257	Fiscal	40	30.000,00	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	1258	Fiscal	80	80.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1259	Fiscal	80	15.000,00	
3.3.90.47.00.00.00	Obrigac s Tributarias E Contributivas	1260	Fiscal	80	1.500,00	
13.392.0113.3.101.000	DESAPROPRIAÇÃO TERRENO EXTREMANTE - BICA CARIOCA					1.000.000,00
4.4.90.61.00.00.00	Aquisicao De Imoveis	1261	Fiscal	80	1.000.000,00	
TOTAL DA UNIDADE						30.915.696,40

Órgão.....: 20 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISM

Unidade Orçamentária: 20.02 FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA - FMC

						----- Importância -----
Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	Detalhada	Total da Aplicacao
13.392.0113.2.279.000	FUNC.DO FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA - CMC					660.000,00
3.3.50.41.00.00.00	Contribuic s	1262	Fiscal	40	20.000,00	
3.3.50.41.00.00.00	Contribuic s	1263	Fiscal	80	80.000,00	
3.3.50.41.00.00.00	Contribuic s	1264	Fiscal	126	200.000,00	
3.3.50.41.00.00.00	Contribuic s	1265	Fiscal	150	200.000,00	
3.3.90.31.00.00.00	Premiac s Cult.	1266	Fiscal	80	50.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1267	Fiscal	80	10.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1268	Fiscal	151	100.000,00	
13.392.0113.4.102.000	SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA					20.000,00
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1269	Fiscal	80	20.000,00	
TOTAL DA UNIDADE						680.000,00

Órgão.....: 21 FUNDAÇÃO MUNICIPAL EDUCACIONAL
 Unidade Orçamentária: 21.01 FUNDAÇÃO MUNICIPAL EDUCACIONAL

						----- Importância -----
Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	Detalhada	Total da Aplicação
12.128.0103.2.512.000	FUNC. E MANUT. DE CURSOS DE FORMAÇÃO					701.700,00
3.1.90.04.00.00.00	Contratacao Por Tempo Determinado	1270	Fiscal	33	62.500,00	
3.1.90.04.00.00.00	Contratacao Por Tempo Determinado	1271	Fiscal	34	62.500,00	
3.1.90.04.00.00.00	Contratacao Por Tempo Determinado	1272	Fiscal	40	62.500,00	
3.1.90.04.00.00.00	Contratacao Por Tempo Determinado	1273	Fiscal	80	25.000,00	
3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos E Vantag.Fixas-Pessoal Civil	1274	Fiscal	33	35.500,00	
3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos E Vantag.Fixas-Pessoal Civil	1275	Fiscal	34	35.500,00	
3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos E Vantag.Fixas-Pessoal Civil	1276	Fiscal	40	35.500,00	
3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos E Vantag.Fixas-Pessoal Civil	1277	Fiscal	80	30.000,00	
3.1.90.13.00.00.00	Obrigac s Patronais	1278	Fiscal	33	29.400,00	
3.1.90.13.00.00.00	Obrigac s Patronais	1279	Fiscal	34	29.400,00	
3.1.90.13.00.00.00	Obrigac s Patronais	1280	Fiscal	40	29.400,00	
3.1.90.13.00.00.00	Obrigac s Patronais	1281	Fiscal	80	7.500,00	
3.1.90.16.00.00.00	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civi	1282	Fiscal	33	1.500,00	
3.1.90.16.00.00.00	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civi	1283	Fiscal	34	1.500,00	
3.1.90.16.00.00.00	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civi	1284	Fiscal	40	1.500,00	
3.1.90.16.00.00.00	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civi	1285	Fiscal	80	1.500,00	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	1286	Fiscal	33	3.500,00	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	1287	Fiscal	34	3.500,00	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	1288	Fiscal	40	3.500,00	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	1289	Fiscal	80	5.000,00	
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	1290	Fiscal	33	2.500,00	
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	1291	Fiscal	34	2.500,00	
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	1292	Fiscal	40	2.500,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1293	Fiscal	33	56.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1294	Fiscal	34	56.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1295	Fiscal	40	56.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1296	Fiscal	80	60.000,00	
12.364.0103.2.461.000	FUNC. MANUT. DO CENTRO UNIVERSITÁRIO - F.EDUC					5.087.438,56
3.1.90.04.00.00.00	Contratacao Por Tempo Determinado	1307	Fiscal	33	107.133,74	
3.1.90.04.00.00.00	Contratacao Por Tempo Determinado	1308	Fiscal	34	32.688,74	
3.1.90.04.00.00.00	Contratacao Por Tempo Determinado	1309	Fiscal	40	48.117,07	
3.1.90.04.00.00.00	Contratacao Por Tempo Determinado	1310	Fiscal	80	624.445,00	
3.1.90.04.00.00.00	Contratacao Por Tempo Determinado	1311	Fiscal	123	32.688,74	
3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos E Vantag.Fixas-Pessoal Civil	1312	Fiscal	33	32.688,74	
3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos E Vantag.Fixas-Pessoal Civil	1313	Fiscal	34	32.688,74	
3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos E Vantag.Fixas-Pessoal Civil	1314	Fiscal	40	48.117,07	
3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos E Vantag.Fixas-Pessoal Civil	1315	Fiscal	80	2.345.715,00	
3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos E Vantag.Fixas-Pessoal Civil	1316	Fiscal	123	32.688,74	
3.1.90.13.00.00.00	Obrigac s Patronais	1317	Fiscal	33	8.210,20	
3.1.90.13.00.00.00	Obrigac s Patronais	1318	Fiscal	34	8.210,20	
3.1.90.13.00.00.00	Obrigac s Patronais	1319	Fiscal	40	30.551,44	
3.1.90.13.00.00.00	Obrigac s Patronais	1320	Fiscal	80	55.580,37	
3.1.90.13.00.00.00	Obrigac s Patronais	1321	Fiscal	123	8.210,20	
3.1.90.16.00.00.00	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civi	1322	Fiscal	33	2.600,00	
3.1.90.16.00.00.00	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civi	1323	Fiscal	34	2.600,00	
3.1.90.16.00.00.00	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civi	1324	Fiscal	40	2.600,00	
3.1.90.16.00.00.00	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civi	1325	Fiscal	80	25.528,65	
3.1.90.16.00.00.00	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civi	1326	Fiscal	123	2.600,00	
3.1.90.94.00.00.00	Indenizac s E Restituic s Trabalhistas	1327	Fiscal	80	25.000,00	
3.3.90.05.00.00.00	Outros Beneficios Previdenciarios	1328	Fiscal	40	1.026,28	
3.3.90.05.00.00.00	Outros Beneficios Previdenciarios	1329	Fiscal	80	1.026,28	

3.3.90.14.00.00.00	Diarias - Pessoal Civil	1330	Fiscal	33	15.952,50
3.3.90.14.00.00.00	Diarias - Pessoal Civil	1331	Fiscal	34	10.635,00
3.3.90.14.00.00.00	Diarias - Pessoal Civil	1332	Fiscal	40	8.508,00
3.3.90.14.00.00.00	Diarias - Pessoal Civil	1333	Fiscal	80	9.000,00
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1334	Fiscal	33	3.190,50
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1335	Fiscal	34	53.175,00
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1336	Fiscal	40	16.470,42
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1337	Fiscal	80	27.179,69
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1338	Fiscal	123	3.190,50
3.3.90.32.00.00.00	Material De Distribuicao Gratuita	1339	Fiscal	34	39.881,25
3.3.90.33.00.00.00	Passagens E Despesas Com Locomocao	1340	Fiscal	80	47.166,23
3.3.90.33.00.00.00	Passagens E Despesas Com Locomocao	1341	Fiscal	123	21.270,00
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	1342	Fiscal	33	13.000,00
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	1343	Fiscal	34	13.000,00
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	1344	Fiscal	40	56.005,81
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	1345	Fiscal	80	4.133,07
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	1346	Fiscal	123	13.000,00
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1347	Fiscal	40	22.060,18
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1348	Fiscal	80	238.595,16
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	1349	Fiscal	33	3.500,00
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	1350	Fiscal	34	3.500,00
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	1351	Fiscal	40	3.500,00
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	1352	Fiscal	80	112.649,27
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	1353	Fiscal	123	3.500,00
3.3.90.47.00.00.00	Obrigac s Tributarias E Contributivas	1354	Fiscal	40	3.403,20
3.3.90.47.00.00.00	Obrigac s Tributarias E Contributivas	1355	Fiscal	80	1.000,00
3.3.90.92.00.00.00	Despesas De Exercicios Anteriores	1356	Fiscal	80	1.000,00
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	1357	Fiscal	34	531.750,00
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1358	Fiscal	33	87.045,00
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1359	Fiscal	34	97.680,00
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1360	Fiscal	40	67.420,58
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1361	Fiscal	80	20.000,00
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1362	Fiscal	123	25.362,00
12.364.0103.2.462.000	FUNCIONAMENTO E MANUTENÇÃO DA FUNDESJ				15.710.533,77
3.1.90.04.00.00.00	Contratacao Por Tempo Determinado	1363	Fiscal	40	5.401,52
3.1.90.04.00.00.00	Contratacao Por Tempo Determinado	1364	Fiscal	80	30.000,00
3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos E Vantag.Fixas-Pessoal Civil	1365	Fiscal	80	1.600.000,00
3.1.90.13.00.00.00	Obrigac s Patronais	1366	Fiscal	40	4.594,32
3.1.90.13.00.00.00	Obrigac s Patronais	1367	Fiscal	80	1.079,45
3.1.90.16.00.00.00	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civi	1368	Fiscal	40	22.132,50
3.1.90.16.00.00.00	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civi	1369	Fiscal	80	10.000,00
3.1.90.94.00.00.00	Indenizac s E Restituic s Trabalhistas	1370	Fiscal	80	25.000,00
3.3.90.05.00.00.00	Outros Beneficios Previdenciarios	1371	Fiscal	40	458,37
3.3.90.05.00.00.00	Outros Beneficios Previdenciarios	1372	Fiscal	80	2.700,00
3.3.90.14.00.00.00	Diarias - Pessoal Civil	1373	Fiscal	33	10.635,00
3.3.90.14.00.00.00	Diarias - Pessoal Civil	1374	Fiscal	34	74.445,00
3.3.90.14.00.00.00	Diarias - Pessoal Civil	1375	Fiscal	40	5.401,52
3.3.90.14.00.00.00	Diarias - Pessoal Civil	1376	Fiscal	80	13.620,65
3.3.90.18.00.00.00	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	1377	Fiscal	80	1.000,00
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1378	Fiscal	33	31.905,00
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1379	Fiscal	34	37.222,50
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1380	Fiscal	40	15.804,10
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1381	Fiscal	80	20.000,00
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1382	Fiscal	123	53.175,00
3.3.90.32.00.00.00	Material De Distribuicao Gratuita	1383	Fiscal	40	1.147,52
3.3.90.32.00.00.00	Material De Distribuicao Gratuita	1384	Fiscal	80	1.079,45
3.3.90.33.00.00.00	Passagens E Despesas Com Locomocao	1385	Fiscal	33	21.270,00
3.3.90.33.00.00.00	Passagens E Despesas Com Locomocao	1386	Fiscal	34	53.175,00
3.3.90.33.00.00.00	Passagens E Despesas Com Locomocao	1387	Fiscal	40	17.570,08

3.3.90.33.00.00.00	Passagens E Despesas Com Locomocao	1388	Fiscal	80	10.000,00
3.3.90.33.00.00.00	Passagens E Despesas Com Locomocao	1389	Fiscal	123	21.270,00
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	1390	Fiscal	40	10.594,32
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	1391	Fiscal	80	1.079,45
3.3.90.37.00.00.00	Locacao De Mao-De-Obra	1392	Fiscal	80	1.079,45
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1393	Fiscal	33	42.540,00
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1394	Fiscal	34	42.540,00
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1395	Fiscal	40	50.145,39
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1396	Fiscal	80	150.000,00
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1397	Fiscal	123	21.270,00
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	1398	Fiscal	40	5.617,41
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	1399	Fiscal	80	70.000,00
3.3.90.47.00.00.00	Obrigac s Tributarias E Contributivas	1400	Fiscal	80	1.079,45
3.3.90.92.00.00.00	Despesas De Exercicios Anteriores	1401	Fiscal	80	1.079,45
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	1402	Fiscal	80	21.608,19
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1403	Fiscal	33	584.925,00
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1404	Fiscal	34	744.450,00
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1405	Fiscal	40	78.628,68
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1406	Fiscal	80	1.730.000,00
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1407	Fiscal	123	63.810,00
4.4.90.61.00.00.00	Aquisicao De Imoveis	1408	Fiscal	34	10.000.000,00
TOTAL DA UNIDADE					21.499.672,33

Órgão.....: 24 SÃO JOSÉ PREVIDÊNCIA - AUTARQUIA
 Unidade Orçamentária: 24.01 SÃO JOSÉ PREVIDÊNCIA - AUTARQUIA

						----- Importância -----
Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte		Detalhada Total da Aplicacao
09.271.0105.2.397.000	ADMINISTRAÇÃO DA SÃO JOSÉ PREVIDÊNCIA - RPPS					2.118.890,00
3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos E Vantag.Fixas-Pessoal Civil	1410	Seguridade	40	880.000,00	
3.1.90.13.00.00.00	Obrigac s Patronais	1411	Seguridade	40	200.000,00	
3.1.90.16.00.00.00	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civi	1412	Seguridade	40	10.635,00	
3.3.90.14.00.00.00	Diarias - Pessoal Civil	1413	Seguridade	40	21.270,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1414	Seguridade	40	60.000,00	
3.3.90.33.00.00.00	Passagens E Despesas Com Locomocao	1415	Seguridade	40	42.540,00	
3.3.90.35.00.00.00	Servicos De Consultoria	1416	Seguridade	40	300.000,00	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	1417	Seguridade	40	21.270,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1418	Seguridade	40	500.000,00	
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	1419	Seguridade	40	20.000,00	
3.3.90.93.00.00.00	Indenizac s E Restituic s	1420	Seguridade	40	10.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1421	Seguridade	40	53.175,00	
09.271.0105.2.399.000	INATIVO, PENSIONISTAS E SALÁRIO FAMILIA - RPPS					10.400.000,00
3.3.90.01.00.00.00	APOSENTADORIAS E REFORMAS	1422	Seguridade	40	9.000.000,00	
3.3.90.03.00.00.00	Pens s	1423	Seguridade	40	1.400.000,00	
09.271.0105.2.504.000	RESERVA DE CONTINGÊNCIA AUTARQUIA SÃO JOSÉ PREVIDÊNCIA - RPPS					15.000.000,00
9.9.99.99.00.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1424	Seguridade	40	15.000.000,00	
TOTAL DA UNIDADE						27.518.890,00

Órgão.....: 25 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ
 Unidade Orçamentária: 25.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ

						----- Importância -----
Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	Detalhada	Total da Aplicação
10.301.0102.1.219.000	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE					3.086.060,00
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1430	Seguridade	82	53.175,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1431	Seguridade	82	106.350,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	1432	Seguridade	82	544.450,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	1433	Seguridade	357	531.750,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	1434	Seguridade	366	1.627.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1435	Seguridade	82	212.700,00	
4.4.90.61.00.00.00	Aquisicao De Imoveis	1436	Seguridade	82	10.635,00	
10.301.0102.1.249.000	CONSTR. CTRO. DE REFERÊNCIA EM SAÚDE DA MULHER - FMS					541.275,00
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	1437	Seguridade	82	3.175,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	1438	Seguridade	366	265.875,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1439	Seguridade	82	3.175,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1440	Seguridade	366	265.875,00	
4.4.90.61.00.00.00	Aquisicao De Imoveis	1441	Seguridade	82	3.175,00	
10.301.0102.2.142.000	PROGRAMA SAÚDE DA MULHER - FMS					446.670,00
3.3.90.32.00.00.00	Material De Distribuicao Gratuita	1446	Seguridade	82	106.350,00	
3.3.90.32.00.00.00	Material De Distribuicao Gratuita	1447	Seguridade	334	212.700,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1448	Seguridade	82	21.270,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1449	Seguridade	334	106.350,00	
10.301.0102.2.145.000	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DST/AIDS/HEPATITES - FMS					893.340,00
3.3.90.14.00.00.00	Diarias - Pessoal Civil	1450	Seguridade	343	21.270,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1451	Seguridade	82	5.317,50	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1452	Seguridade	343	372.225,00	
3.3.90.32.00.00.00	Material De Distribuicao Gratuita	1453	Seguridade	82	21.270,00	
3.3.90.32.00.00.00	Material De Distribuicao Gratuita	1454	Seguridade	343	63.810,00	
3.3.90.33.00.00.00	Passagens E Despesas Com Locomocao	1455	Seguridade	343	21.270,00	
3.3.90.35.00.00.00	Servicos De Consultoria	1456	Seguridade	343	21.270,00	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	1457	Seguridade	82	5.317,50	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	1458	Seguridade	343	31.905,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1459	Seguridade	82	5.317,50	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1460	Seguridade	343	159.525,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1461	Seguridade	82	5.317,50	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1462	Seguridade	343	159.525,00	
10.301.0102.2.146.000	MEDICAMENTOS DE PROCESSO JUDICIAL - FMS					1.065.627,00
3.3.90.32.00.00.00	Material De Distribuicao Gratuita	1463	Seguridade	82	1.063.500,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1464	Seguridade	82	1.063,50	
3.3.90.48.00.00.00	Outros Auxilios Financeiros A Pessoa Fis	1465	Seguridade	82	1.063,50	
10.301.0102.2.148.000	FUNCIONAMENTO DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS					62.478.984,91
3.1.90.04.00.00.00	Contratacao Por Tempo Determinado	1466	Seguridade	82	8.573.730,50	
3.1.90.04.00.00.00	Contratacao Por Tempo Determinado	1467	Seguridade	336	627.000,00	
3.1.90.04.00.00.00	Contratacao Por Tempo Determinado	1468	Seguridade	337	1.754.000,00	
3.1.90.04.00.00.00	Contratacao Por Tempo Determinado	1469	Seguridade	339	106.350,00	
3.1.90.04.00.00.00	Contratacao Por Tempo Determinado	1470	Seguridade	365	376.200,00	
3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos E Vantag.Fixas-Pessoal Civil	1471	Seguridade	42	138.255,00	
3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos E Vantag.Fixas-Pessoal Civil	1472	Seguridade	82	24.342.808,69	
3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos E Vantag.Fixas-Pessoal Civil	1473	Seguridade	336	2.669.850,00	

3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos E Vantag.Fixas-Pessoal Civil	1474	Seguridade	337	3.882.550,00
3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos E Vantag.Fixas-Pessoal Civil	1475	Seguridade	339	265.875,00
3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos E Vantag.Fixas-Pessoal Civil	1476	Seguridade	365	900.000,00
3.1.90.13.00.00.00	Obrigac s Patronais	1477	Seguridade	82	1.595.250,00
3.1.90.16.00.00.00	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civi	1478	Seguridade	82	212.700,00
3.1.90.16.00.00.00	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civi	1479	Seguridade	336	212.700,00
3.1.90.16.00.00.00	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civi	1480	Seguridade	337	212.700,00
3.1.90.92.00.00.00	Despesas De Exercicios Anteriores	1481	Seguridade	82	1.221.203,22
3.1.90.94.00.00.00	Indenizac s E Restituic s Trabalhistas	1482	Seguridade	82	150.000,00
3.1.91.13.00.00.00	Obrigac s Patronais - Op.Intra-Orcament	1483	Seguridade	82	4.785.750,00
3.3.90.05.00.00.00	Outros Beneficios Previdenciarios	1484	Seguridade	82	106.350,00
3.3.90.14.00.00.00	Diarias - Pessoal Civil	1485	Seguridade	82	53.175,00
3.3.90.14.00.00.00	Diarias - Pessoal Civil	1486	Seguridade	334	53.175,00
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1487	Seguridade	82	1.382.550,00
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1488	Seguridade	332	64.562,45
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1489	Seguridade	334	170.000,00
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1490	Seguridade	338	231.750,00
3.3.90.32.00.00.00	Material De Distribuicao Gratuita	1491	Seguridade	82	90.397,50
3.3.90.32.00.00.00	Material De Distribuicao Gratuita	1492	Seguridade	338	106.350,00
3.3.90.33.00.00.00	Passagens E Despesas Com Locomocao	1493	Seguridade	82	31.905,00
3.3.90.33.00.00.00	Passagens E Despesas Com Locomocao	1494	Seguridade	334	33.175,00
3.3.90.34.00.00.00	Outras Despesas Pessoal decorr.contratos	1495	Seguridade	82	409.525,00
3.3.90.34.00.00.00	Outras Despesas Pessoal decorr.contratos	1496	Seguridade	334	1.376.200,00
3.3.90.35.00.00.00	Servicos De Consultoria	1497	Seguridade	82	21.270,00
3.3.90.35.00.00.00	Servicos De Consultoria	1498	Seguridade	334	33.175,00
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	1499	Seguridade	82	319.050,00
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	1500	Seguridade	334	74.445,00
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1501	Seguridade	82	2.924.625,00
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1502	Seguridade	332	106.350,00
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1503	Seguridade	333	106.350,00
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1504	Seguridade	334	1.388.900,00
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1505	Seguridade	338	100.000,00
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1506	Seguridade	342	106.350,00
3.3.90.46.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	1507	Seguridade	82	106.350,00
3.3.90.47.00.00.00	Obrigac s Tributarias E Contributivas	1508	Seguridade	82	21.270,00
3.3.90.47.00.00.00	Obrigac s Tributarias E Contributivas	1509	Seguridade	334	23.175,00
3.3.90.92.00.00.00	Despesas De Exercicios Anteriores	1510	Seguridade	82	21.270,00
3.3.90.92.00.00.00	Despesas De Exercicios Anteriores	1511	Seguridade	334	21.270,00
3.3.90.93.00.00.00	Indenizac s E Restituic s	1512	Seguridade	82	53.175,00
3.3.90.93.00.00.00	Indenizac s E Restituic s	1513	Seguridade	332	148.137,55
3.3.90.93.00.00.00	Indenizac s E Restituic s	1514	Seguridade	334	112.700,00
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1515	Seguridade	82	212.700,00
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1516	Seguridade	334	116.985,00
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1517	Seguridade	338	325.400,00
10.301.0102.2.150.000	FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS E OUTROS - FMS				5.647.185,00
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1518	Seguridade	82	531.750,00
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1519	Seguridade	333	957.150,00
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1520	Seguridade	334	106.350,00
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1521	Seguridade	342	1.382.550,00
3.3.90.32.00.00.00	Material De Distribuicao Gratuita	1522	Seguridade	82	531.750,00
3.3.90.32.00.00.00	Material De Distribuicao Gratuita	1523	Seguridade	333	1.063.500,00
3.3.90.32.00.00.00	Material De Distribuicao Gratuita	1524	Seguridade	334	319.050,00
3.3.90.32.00.00.00	Material De Distribuicao Gratuita	1525	Seguridade	342	744.450,00
3.3.90.48.00.00.00	Outros Auxilios Financeiros A Pessoa Fis	1526	Seguridade	82	10.635,00
10.301.0102.2.151.000	EDUCAÇÃO E INFORMAÇÃO EM SAÚDE - FMS				350.955,00
3.3.90.14.00.00.00	Diarias - Pessoal Civil	1527	Seguridade	82	10.635,00
3.3.90.14.00.00.00	Diarias - Pessoal Civil	1528	Seguridade	348	42.540,00
3.3.90.33.00.00.00	Passagens E Despesas Com Locomocao	1529	Seguridade	348	31.905,00

3.3.90.35.00.00.00	Servicos De Consultoria	1530	Seguridade	82	10.635,00	
3.3.90.35.00.00.00	Servicos De Consultoria	1531	Seguridade	348	31.905,00	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	1532	Seguridade	348	31.905,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1533	Seguridade	82	10.635,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1534	Seguridade	348	180.795,00	
10.301.0102.2.241.000	PROGRAMAS ESPECIAIS (INSUMOS E MAT. ESPECIAL)					
	- FMS					319.050,00
3.3.90.32.00.00.00	Material De Distribuicao Gratuita	1535	Seguridade	82	10.635,00	
3.3.90.32.00.00.00	Material De Distribuicao Gratuita	1536	Seguridade	334	53.175,00	
3.3.90.32.00.00.00	Material De Distribuicao Gratuita	1537	Seguridade	361	180.795,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1538	Seguridade	82	10.635,00	
3.3.90.48.00.00.00	Outros Auxilios Financeiros A Pessoa Fis	1539	Seguridade	82	10.635,00	
3.3.90.48.00.00.00	Outros Auxilios Financeiros A Pessoa Fis	1540	Seguridade	361	53.175,00	
10.301.0102.2.244.000	PROGRAMA SAÚDE DO IDOSO - FMS					31.905,00
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1541	Seguridade	82	10.635,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1542	Seguridade	82	10.635,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1543	Seguridade	82	10.635,00	
10.301.0102.2.245.000	APOIO AO CONSELHO MUNIC. DE SAÚDE - FMS					94.651,50
3.3.90.14.00.00.00	Diarias - Pessoal Civil	1544	Seguridade	82	5.317,50	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1545	Seguridade	82	5.317,50	
3.3.90.33.00.00.00	Passagens E Despesas Com Locomocao	1546	Seguridade	82	5.317,50	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	1547	Seguridade	82	2.127,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1548	Seguridade	82	75.508,50	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1549	Seguridade	82	1.063,50	
10.301.0102.2.246.000	CONTRATUALIZAÇÃO DE SERVIÇOS COMPLEMENTARES - FMS					7.379.100,00
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1550	Seguridade	82	2.208.750,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1551	Seguridade	338	4.360.350,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1552	Seguridade	369	810.000,00	
10.301.0102.2.248.000	PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO - FMS					1.278.120,50
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1563	Seguridade	82	1.063,50	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1564	Seguridade	349	35.080,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1565	Seguridade	362	106.350,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1566	Seguridade	363	106.350,00	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	1567	Seguridade	82	1.063,50	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1568	Seguridade	82	20.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1569	Seguridade	349	50.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1570	Seguridade	362	106.350,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1571	Seguridade	363	106.350,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1572	Seguridade	366	265.875,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1573	Seguridade	82	1.063,50	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1574	Seguridade	362	106.350,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1575	Seguridade	363	106.350,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1576	Seguridade	366	265.875,00	
10.301.0102.2.250.000	PROGRAMA ATENÇÃO DOMICILIAR - FMS					654.052,50
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1577	Seguridade	82	5.317,50	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1578	Seguridade	366	319.050,00	
3.3.90.32.00.00.00	Material De Distribuicao Gratuita	1579	Seguridade	82	5.317,50	
3.3.90.32.00.00.00	Material De Distribuicao Gratuita	1580	Seguridade	366	159.525,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1581	Seguridade	82	5.317,50	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1582	Seguridade	366	159.525,00	

10.301.0102.2.251.000	FORNECIMENTO DE FRALDAS GERIÁTRICAS E OUTROS - FMS					1.807.950,00
3.3.90.32.00.00.00	Material De Distribuicao Gratuita	1583	Seguridade	82	850.800,00	
3.3.90.32.00.00.00	Material De Distribuicao Gratuita	1584	Seguridade	334	957.150,00	
10.301.0102.2.427.000	FORNEC. DE FORMULAS LÁCTEAS E LEITES ESPECIAIS					2.616.210,00
3.3.90.32.00.00.00	Material De Distribuicao Gratuita	1585	Seguridade	82	1.180.485,00	
3.3.90.32.00.00.00	Material De Distribuicao Gratuita	1586	Seguridade	334	903.975,00	
3.3.90.32.00.00.00	Material De Distribuicao Gratuita	1587	Seguridade	342	531.750,00	
10.302.0102.1.025.000	CONSTR. E MANUT. DE UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA) FMS					3.881.775,00
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1588	Seguridade	82	100.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1589	Seguridade	335	100.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1590	Seguridade	82	53.175,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1591	Seguridade	335	212.700,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	1592	Seguridade	82	431.750,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	1593	Seguridade	335	2.027.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1594	Seguridade	82	531.750,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1595	Seguridade	335	425.400,00	
10.302.0102.1.177.000	CONSTRUÇÃO CAPS E SAÚDE MENTAL - FMS					425.400,00
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	1596	Seguridade	82	106.350,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	1597	Seguridade	347	106.350,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	1598	Seguridade	349	106.350,00	
4.4.90.61.00.00.00	Aquisicao De Imoveis	1599	Seguridade	82	106.350,00	
10.302.0102.1.227.000	CONSTRUÇÃO DE POLICLINICAS					5.338.770,00
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	1600	Seguridade	82	1.595.250,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	1601	Seguridade	357	531.750,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	1602	Seguridade	358	1.063.500,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	1603	Seguridade	367	2.127.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1604	Seguridade	82	10.635,00	
4.4.90.61.00.00.00	Aquisicao De Imoveis	1605	Seguridade	82	10.635,00	
10.302.0102.2.141.000	FUNC. E MANUTENÇÃO DO LABORATÓRIO MUNICIPAL - FMS					479.685,00
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1606	Seguridade	82	203.175,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1607	Seguridade	354	85.080,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1608	Seguridade	82	5.317,50	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1609	Seguridade	354	106.350,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1610	Seguridade	82	5.317,50	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1611	Seguridade	354	74.445,00	
10.302.0102.2.147.000	MANUTENÇÃO DE UBS, POLICLÍNICAS E UPA - FMS					5.804.800,00
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1612	Seguridade	82	531.750,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1613	Seguridade	358	319.050,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1614	Seguridade	367	319.050,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1615	Seguridade	82	531.750,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1616	Seguridade	358	319.050,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1617	Seguridade	367	319.050,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	1618	Seguridade	82	200.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	1619	Seguridade	366	500.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1620	Seguridade	82	531.750,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1621	Seguridade	355	1.063.500,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1622	Seguridade	356	319.050,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1623	Seguridade	358	425.400,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1624	Seguridade	367	425.400,00	

10.302.0102.2.149.000	MANUTENÇÃO CAPS E SAUDE MENTAL - FMS				1.102.942,50
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1625	Seguridade	82	10.635,00
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1626	Seguridade	338	200.000,00
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1627	Seguridade	347	212.700,00
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1628	Seguridade	349	37.222,50
3.3.90.32.00.00.00	Material De Distribuicao Gratuita	1629	Seguridade	82	5.317,50
3.3.90.32.00.00.00	Material De Distribuicao Gratuita	1630	Seguridade	347	212.700,00
3.3.90.32.00.00.00	Material De Distribuicao Gratuita	1631	Seguridade	349	37.222,50
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1632	Seguridade	82	10.635,00
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1633	Seguridade	338	100.000,00
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1634	Seguridade	347	106.350,00
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1635	Seguridade	349	53.175,00
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1636	Seguridade	82	10.635,00
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1637	Seguridade	347	106.350,00
10.302.0102.2.242.000	MANUTENÇÃO DO SAMU - FMS				822.085,50
3.3.90.14.00.00.00	Diarias - Pessoal Civil	1638	Seguridade	345	10.635,00
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1639	Seguridade	82	21.270,00
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1640	Seguridade	345	319.050,00
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1641	Seguridade	351	18.079,50
3.3.90.32.00.00.00	Material De Distribuicao Gratuita	1642	Seguridade	345	53.175,00
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	1643	Seguridade	82	1.063,50
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	1644	Seguridade	345	10.635,00
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1645	Seguridade	82	10.635,00
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1646	Seguridade	345	212.700,00
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1647	Seguridade	82	5.317,50
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1648	Seguridade	345	159.525,00
10.302.0102.2.243.000	FUNCIONAMENTO E MANUTENÇÃO CEO - FMS				292.462,50
3.3.90.14.00.00.00	Diarias - Pessoal Civil	1649	Seguridade	344	21.270,00
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1650	Seguridade	82	5.317,50
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1651	Seguridade	344	63.810,00
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1652	Seguridade	346	37.222,50
3.3.90.33.00.00.00	Passagens E Despesas Com Locomocao	1653	Seguridade	344	21.270,00
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	1654	Seguridade	344	21.270,00
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1655	Seguridade	82	5.317,50
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1656	Seguridade	344	31.905,00
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1657	Seguridade	346	26.587,50
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1658	Seguridade	82	5.317,50
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1659	Seguridade	344	53.175,00
10.304.0102.1.187.000	CENTRO DE ZOONOSSES E BEM ESTAR ANIMAL				199.953,50
3.3.50.41.00.00.00	Contribuic s	1660	Seguridade	82	56.350,00
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1661	Seguridade	82	1.063,50
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1662	Seguridade	82	121.270,00
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	1663	Seguridade	82	10.635,00
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1664	Seguridade	82	10.635,00
10.304.0102.2.143.000	FUNCIONAMENTO E MANUTENÇÃO / VISA E AMBIENTAL - FMS				1.510.170,00
3.3.90.14.00.00.00	Diarias - Pessoal Civil	1665	Seguridade	42	10.635,00
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1666	Seguridade	42	212.700,00
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1667	Seguridade	341	53.175,00
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1668	Seguridade	350	106.350,00
3.3.90.33.00.00.00	Passagens E Despesas Com Locomocao	1669	Seguridade	42	31.905,00
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	1670	Seguridade	42	159.525,00
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	1671	Seguridade	341	21.270,00
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1672	Seguridade	42	425.400,00
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1673	Seguridade	341	85.080,00
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1674	Seguridade	42	191.430,00

4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1675	Seguridade	341	106.350,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1676	Seguridade	350	106.350,00	
10.305.0102.2.144.000	FUNC. MANUTENÇÃO VIG. EPIDIMIOLOGICA - FMS					1.483.582,50
3.3.90.14.00.00.00	Diarias - Pessoal Civil	1679	Seguridade	339	10.635,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1680	Seguridade	82	21.270,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1681	Seguridade	339	319.050,00	
3.3.90.32.00.00.00	Material De Distribuicao Gratuita	1682	Seguridade	339	53.175,00	
3.3.90.33.00.00.00	Passagens E Despesas Com Locomocao	1684	Seguridade	339	10.635,00	
3.3.90.35.00.00.00	Servicos De Consultoria	1685	Seguridade	339	21.270,00	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	1686	Seguridade	82	10.635,00	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	1687	Seguridade	339	74.445,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1688	Seguridade	82	10.635,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1689	Seguridade	339	531.750,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	1690	Seguridade	339	265.875,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1691	Seguridade	82	5.317,50	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1692	Seguridade	339	148.890,00	
TOTAL DA UNIDADE						110.032.762,91

Órgão.....: 26 FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO
 Unidade Orçamentária: 26.01 FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO

						----- Importância -----
Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	Detalhada	Total da Aplicacao
16.482.0106.2.140.000	FUNC. MANUT. DO FUNDO DE HABIT.DE INTERESSE SOCIAL					12.762,00
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1693	Fiscal	80	2.317,50	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1694	Fiscal	80	9.381,00	
3.3.90.47.00.00.00	Obrigac s Tributarias E Contributivas	1695	Fiscal	80	1.063,50	
16.482.0106.2.311.000	ASSIST. TÉCNICA PARA MELHORIAS HABITACIONAIS					79.762,50
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1696	Fiscal	80	5.317,50	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	1697	Fiscal	80	37.222,50	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1698	Fiscal	80	37.222,50	
16.482.0106.2.313.000	MANUT.CONSELHO MUNIC. DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL					7.444,50
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1699	Fiscal	80	1.063,50	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	1700	Fiscal	80	5.317,50	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1701	Fiscal	80	1.063,50	
16.482.0106.2.314.000	PROM. PÚBL./ LOT. URBANOS E OFERTA DE CONSTRUÇÃO					4.504.941,65
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1702	Fiscal	80	42.540,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	1703	Fiscal	80	5.317,50	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	1704	Fiscal	135	53.175,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1705	Fiscal	80	5.317,50	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1706	Fiscal	135	4.198.591,65	
4.4.90.61.00.00.00	Aquisicao De Imoveis	1707	Fiscal	80	200.000,00	
16.482.0106.2.315.000	PROMOÇÃO PÚBL./POR AUTOGESTÃO DE UNIDADES HABITAC. DE INTERESSE SOCIAL					24.445.611,00
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	1708	Fiscal	80	10.635,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	1709	Fiscal	142	12.217.488,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	1710	Fiscal	143	12.217.488,00	

16.482.0106.2.316.000	PROM./REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA/URBANISTICA GOV. FEDERAL					2.427.067,59
3.3.90.35.00.00.00	Servicos De Consultoria	1711	Fiscal	80	48.315,87	
3.3.90.35.00.00.00	Servicos De Consultoria	1712	Fiscal	135	193.259,22	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	1713	Fiscal	80	53.175,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	1714	Fiscal	142	1.063.500,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	1715	Fiscal	143	1.063.500,00	
4.4.90.61.00.00.00	Aquisicao De Imoveis	1716	Fiscal	80	5.317,50	
16.482.0106.2.317.000	PROMOÇÃO DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA VAI LAR LEGAL					430.407,50
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1717	Fiscal	80	5.317,50	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1718	Fiscal	80	419.772,50	
4.4.90.61.00.00.00	Aquisicao De Imoveis	1719	Fiscal	80	5.317,50	
16.482.0106.2.318.000	FISCALIZ./ OCUPAÇÃO/SOLO /CONTROLE DE ÁREAS OCUPADAS/PASSIVEL DE OCUPAÇÃO					26.587,50
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1720	Fiscal	80	5.317,50	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1721	Fiscal	80	21.270,00	
17.512.0106.2.312.000	ASSIST. TÉCNICA PARA SANEAMENTO BÁSICO					304.415,18
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1722	Fiscal	80	5.317,50	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	1723	Fiscal	80	37.222,50	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1724	Fiscal	80	37.222,50	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	1725	Fiscal	80	6.739,40	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	1726	Fiscal	135	87.165,52	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	1727	Fiscal	143	87.165,52	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	1728	Fiscal	144	43.582,24	
TOTAL DA UNIDADE						32.238.999,42

Órgão.....: 27 FUNDO MUNICIPAL INFANCIA E ADOLESCENTE
 Unidade Orçamentária: 27.01 FUNDO MUNICIPAL INFANCIA E ADOLESCENTE

						----- Importância -----
Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte		Detalhada Total da Aplicacao
08.243.0111.2.432.000	APOIO E ASSISTÊNCIA À ENTIDADES - FIA					2.433.747,50
3.3.50.43.00.00.00	Subvenc s Sociais	1729	Seguridade	40	1.276.200,00	
3.3.50.43.00.00.00	Subvenc s Sociais	1730	Seguridade	80	5.317,50	
4.4.50.42.00.00.00	AUXÍLIOS	1731	Seguridade	40	372.225,00	
4.4.50.42.00.00.00	AUXÍLIOS	1732	Seguridade	80	31.905,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	1733	Seguridade	40	638.100,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	1734	Seguridade	80	110.000,00	
08.243.0111.2.435.000	ASSISTÊNCIA E PROTEÇÃO INTEGRAL À INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA					556.860,00
3.3.90.14.00.00.00	Diarias - Pessoal Civil	1735	Seguridade	80	10.635,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1736	Seguridade	40	106.350,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1737	Seguridade	80	40.000,00	
3.3.90.32.00.00.00	Material De Distribuicao Gratuita	1738	Seguridade	40	31.905,00	
3.3.90.32.00.00.00	Material De Distribuicao Gratuita	1739	Seguridade	80	20.000,00	
3.3.90.33.00.00.00	Passagens E Despesas Com Locomocao	1740	Seguridade	80	5.000,00	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	1741	Seguridade	40	21.270,00	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	1742	Seguridade	80	10.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1743	Seguridade	40	53.175,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1744	Seguridade	80	29.000,00	
3.3.90.48.00.00.00	Outros Auxilios Financeiros A Pessoa Fis	1745	Seguridade	80	60.000,00	

4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1746	Seguridade	40	159.525,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1747	Seguridade	80	10.000,00	
08.243.0111.2.497.000	ENCARGOS PREVIDENCIARIOS E CONTRIBUTIVOS - FIA					21.270,00
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1748	Seguridade	80	21.270,00	
TOTAL DA UNIDADE						3.011.877,50

Órgão.....: 28 FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL
 Unidade Orçamentária: 28.01 FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL

						----- Importância -----
Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	Detalhada	Total da Aplicacao
08.126.0111.2.187.000	GESTÃO DO SUAS - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E CADASTRO ÚNICO					718.017,50
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1749	Seguridade	22	11.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1750	Seguridade	23	20.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1751	Seguridade	80	1.000,00	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	1752	Seguridade	22	5.317,50	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	1753	Seguridade	23	5.317,50	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	1754	Seguridade	80	5.317,50	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1755	Seguridade	22	27.192,50	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1756	Seguridade	23	66.220,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1757	Seguridade	80	9.397,50	
3.3.90.93.00.00.00	Indenizac s E Restituic s	1758	Seguridade	22	400.000,00	
3.3.90.93.00.00.00	Indenizac s E Restituic s	1759	Seguridade	23	50.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1760	Seguridade	22	10.635,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1761	Seguridade	23	106.350,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1762	Seguridade	80	270,00	
08.126.0111.2.188.000	GESTÃO DO SUAS - MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO					86.985,00
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1763	Seguridade	22	5.317,50	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1764	Seguridade	23	10.635,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1765	Seguridade	80	5.317,50	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	1766	Seguridade	22	5.317,50	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	1767	Seguridade	23	5.317,50	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	1768	Seguridade	80	5.317,50	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1769	Seguridade	22	15.952,50	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1770	Seguridade	23	10.635,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1771	Seguridade	80	635,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1772	Seguridade	22	10.635,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1773	Seguridade	23	10.635,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1774	Seguridade	80	1.270,00	
08.241.0111.2.278.000	PSB - SERV.DE CONVIV. E FORTALEC. DE VÍNCULOS P/ IDOSOS - CAT					879.449,50
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1775	Seguridade	22	5.317,50	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1776	Seguridade	23	106.350,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1777	Seguridade	80	238.350,00	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	1778	Seguridade	22	5.317,50	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	1779	Seguridade	23	31.905,00	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	1780	Seguridade	80	1.063,50	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1781	Seguridade	22	5.317,50	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1782	Seguridade	23	212.700,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1783	Seguridade	80	106.350,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	1784	Seguridade	22	5.317,50	

4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	1785	Seguridade	23	10.635,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	1786	Seguridade	80	1.063,50	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1787	Seguridade	22	5.317,50	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1788	Seguridade	23	63.810,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1789	Seguridade	80	80.635,00	
08.241.0111.2.286.000	PSEMC - SERV. PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL PARA IDOSOS / CENTRO DIA DO IDOSO					465.400,00
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1790	Seguridade	22	5.317,50	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1791	Seguridade	23	5.317,50	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1792	Seguridade	80	500,00	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	1793	Seguridade	80	500,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1794	Seguridade	22	10.635,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1795	Seguridade	23	10.635,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1796	Seguridade	80	38.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	1797	Seguridade	22	21.270,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	1798	Seguridade	23	319.050,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	1799	Seguridade	80	500,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1800	Seguridade	22	10.635,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1801	Seguridade	23	42.540,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1802	Seguridade	80	500,00	
08.241.0111.2.292.000	PSB- SERV. PROT.SOCIAL BÁSICA NO DOMICÍLIO P/ PESSOA DEFIC./IDOSA					188.247,50
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1803	Seguridade	22	5.317,50	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1804	Seguridade	23	5.317,50	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1805	Seguridade	80	317,50	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	1806	Seguridade	22	5.317,50	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	1807	Seguridade	23	5.317,50	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	1808	Seguridade	80	317,50	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1809	Seguridade	22	5.317,50	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1810	Seguridade	23	15.952,50	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1811	Seguridade	80	1.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1812	Seguridade	22	5.317,50	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1813	Seguridade	23	138.255,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1814	Seguridade	80	500,00	
08.241.0111.2.431.000	CONVÊNIOS A ENTIDADES - IDOSOS					106.350,00
3.3.50.43.00.00.00	Subvenc s Sociais	1815	Seguridade	80	106.350,00	
08.241.0111.3.102.000	CONSTRUÇÃO DE PISCINA PARA IDOSOS					271.000,00
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	1816	Seguridade	80	271.000,00	
08.243.0111.2.085.000	PSEAC- SERV. ACOLH. INSTIT. P/ CRIANÇAS/ADOLESC. CASA LAR/ABRIGO INSTITUCIONAL					309.517,50
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1817	Seguridade	22	31.905,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1818	Seguridade	23	63.810,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1819	Seguridade	80	10.000,00	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	1820	Seguridade	22	5.317,50	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	1821	Seguridade	23	5.317,50	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	1822	Seguridade	80	500,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1823	Seguridade	22	31.905,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1824	Seguridade	23	10.635,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1825	Seguridade	80	80.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	1826	Seguridade	22	5.317,50	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	1827	Seguridade	23	5.317,50	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	1828	Seguridade	80	500,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1829	Seguridade	22	5.317,50	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1830	Seguridade	23	53.175,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1831	Seguridade	80	500,00	

08.243.0111.2.170.000	PSEMC - SERV/ PROT. SOCIAL A					
	ADOLESC./SOCIOEDUC.DE LIBERDADE ASSIST.					190.390,00
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1832	Seguridade	22	10.635,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1833	Seguridade	23	31.905,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1834	Seguridade	80	500,00	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	1835	Seguridade	22	5.317,50	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	1836	Seguridade	23	5.317,50	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	1837	Seguridade	80	500,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1838	Seguridade	22	5.317,50	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1839	Seguridade	23	31.905,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1840	Seguridade	80	40.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1841	Seguridade	22	5.317,50	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1842	Seguridade	23	53.175,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1843	Seguridade	80	500,00	
08.243.0111.2.178.000	PSEAC -SERV. ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA					
	ACOLHEDORA					81.127,50
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1844	Seguridade	22	10.635,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1845	Seguridade	23	10.635,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1846	Seguridade	80	317,50	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	1847	Seguridade	22	5.317,50	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	1848	Seguridade	23	5.317,50	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	1849	Seguridade	80	15.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1850	Seguridade	22	10.635,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1851	Seguridade	23	10.635,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1852	Seguridade	80	1.000,00	
3.3.90.48.00.00.00	Outros Auxílios Financeiros A Pessoa Fis	1853	Seguridade	80	500,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1854	Seguridade	22	5.317,50	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1855	Seguridade	23	5.317,50	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1856	Seguridade	80	500,00	
08.243.0111.2.182.000	PSEAC - SERV. DE ACOLHIMENTO EM REPÚBLICAS					331.685,00
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1857	Seguridade	22	10.635,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1858	Seguridade	23	10.635,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1859	Seguridade	80	500,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1860	Seguridade	22	10.635,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1861	Seguridade	23	10.635,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1862	Seguridade	80	500,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	1863	Seguridade	22	21.270,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	1864	Seguridade	23	212.700,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	1865	Seguridade	80	500,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1866	Seguridade	22	10.635,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1867	Seguridade	23	42.540,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1868	Seguridade	80	500,00	
08.243.0111.2.184.000	PSB- SERV. CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE					
	VINCULOS					1.012.165,00
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1869	Seguridade	22	10.635,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1870	Seguridade	23	106.350,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1871	Seguridade	80	20.000,00	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	1872	Seguridade	22	5.317,50	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	1873	Seguridade	23	5.317,50	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	1874	Seguridade	80	10.635,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1875	Seguridade	22	5.317,50	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1876	Seguridade	23	425.400,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1877	Seguridade	80	150.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	1878	Seguridade	22	53.175,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	1879	Seguridade	23	106.350,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	1880	Seguridade	80	1.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1881	Seguridade	22	5.317,50	

4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1882	Seguridade	23	106.350,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1883	Seguridade	80	1.000,00	
08.243.0111.2.186.000	PSEMC- SERV. PROTEÇÃO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO A FAMILIAS E INDIVIDUOS (PAEFI)					2.354.030,00
3.1.90.04.00.00.00	Contratacao Por Tempo Determinado	1884	Seguridade	23	280.000,00	
3.1.90.94.00.00.00	Indenizac s E Restituic s Trabalhistas	1885	Seguridade	23	20.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1886	Seguridade	22	10.635,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1887	Seguridade	23	10.635,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1888	Seguridade	80	10.635,00	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	1889	Seguridade	22	5.317,50	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	1890	Seguridade	23	5.317,50	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	1891	Seguridade	80	10.635,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1892	Seguridade	22	53.175,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1893	Seguridade	23	404.130,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1894	Seguridade	80	100.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	1895	Seguridade	22	159.525,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	1896	Seguridade	23	957.150,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	1897	Seguridade	80	500,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1898	Seguridade	22	159.525,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1899	Seguridade	23	106.350,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1900	Seguridade	80	60.500,00	
08.244.0111.2.083.000	PSEMC - SERVIÇO ESPECIALIZADO EM ABORDAGEM SOCIAL - CREAS/CENTRO POP					166.342,50
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1901	Seguridade	22	5.317,50	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1902	Seguridade	23	26.587,50	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1903	Seguridade	80	500,00	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	1904	Seguridade	22	5.317,50	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	1905	Seguridade	23	47.857,50	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	1906	Seguridade	80	500,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1907	Seguridade	22	5.317,50	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1908	Seguridade	23	15.952,50	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1910	Seguridade	22	5.317,50	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1911	Seguridade	23	53.175,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1912	Seguridade	80	500,00	
08.244.0111.2.084.000	PSEAC- SERV. ACOLH. INSTITUCIONAL P/ PESSOAS/ SITUAÇÃO DE RUA					702.910,00
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1913	Seguridade	22	10.635,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1914	Seguridade	23	53.175,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1915	Seguridade	80	21.270,00	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	1916	Seguridade	22	5.317,50	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	1917	Seguridade	23	5.317,50	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	1918	Seguridade	80	5.317,50	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1919	Seguridade	22	26.587,50	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1920	Seguridade	23	53.175,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1921	Seguridade	80	42.540,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	1922	Seguridade	22	53.175,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	1923	Seguridade	23	265.875,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	1924	Seguridade	80	500,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1925	Seguridade	22	106.350,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1926	Seguridade	23	53.175,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1927	Seguridade	80	500,00	
08.244.0111.2.086.000	PSEAC- SERV. ACOLH. MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA/ABRIGO INSTITUCIONAL					662.862,50
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1928	Seguridade	22	10.635,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1929	Seguridade	23	21.270,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1930	Seguridade	80	1.905,00	

3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1931	Seguridade	22	10.635,00
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1932	Seguridade	23	10.635,00
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1933	Seguridade	80	587,50
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	1934	Seguridade	22	53.175,00
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	1935	Seguridade	23	382.860,00
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	1936	Seguridade	80	500,00
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1937	Seguridade	22	10.635,00
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1938	Seguridade	23	159.525,00
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1939	Seguridade	80	500,00
08.244.0111.2.134.000	PSEMC - CENTRO DE REFERÊNCIA DA MULHER - (CREAMS)				262.057,50
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1940	Seguridade	22	5.317,50
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1941	Seguridade	23	10.635,00
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1942	Seguridade	80	500,00
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1943	Seguridade	22	10.635,00
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1944	Seguridade	23	106.350,00
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1945	Seguridade	80	500,00
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	1946	Seguridade	23	5.317,50
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	1947	Seguridade	40	5.317,50
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1949	Seguridade	22	5.317,50
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1950	Seguridade	23	106.350,00
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1951	Seguridade	40	5.317,50
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1952	Seguridade	80	500,00
08.244.0111.2.135.000	PSB - COZINHA COMUNITÁRIA				45.589,50
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1953	Seguridade	22	5.317,50
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1954	Seguridade	23	5.317,50
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1955	Seguridade	80	287,50
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	1956	Seguridade	80	1.063,50
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1957	Seguridade	22	5.317,50
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1958	Seguridade	23	5.317,50
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1959	Seguridade	80	1.063,50
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	1960	Seguridade	22	5.317,50
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	1961	Seguridade	23	5.317,50
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	1962	Seguridade	80	317,50
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1963	Seguridade	22	5.317,50
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1964	Seguridade	23	5.317,50
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1965	Seguridade	80	317,50
08.244.0111.2.136.000	BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS				1.781.290,50
3.3.90.06.00.00.00	Beneficio Mensal Ao Deficiente E Ao Idos	1966	Seguridade	80	1.000,00
3.3.90.08.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	1967	Seguridade	22	50.000,00
3.3.90.08.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	1968	Seguridade	80	219.000,00
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1969	Seguridade	22	10.635,00
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1970	Seguridade	23	10.635,00
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1971	Seguridade	80	317,50
3.3.90.32.00.00.00	Material De Distribuicao Gratuita	1972	Seguridade	22	106.350,00
3.3.90.32.00.00.00	Material De Distribuicao Gratuita	1973	Seguridade	23	5.317,50
3.3.90.32.00.00.00	Material De Distribuicao Gratuita	1974	Seguridade	80	880.000,00
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	1975	Seguridade	22	10.635,00
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	1976	Seguridade	23	21.270,00
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	1977	Seguridade	80	10.635,00
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1978	Seguridade	22	5.317,50
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1979	Seguridade	23	10.635,00
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1980	Seguridade	80	53.175,00
3.3.90.48.00.00.00	Outros Auxilios Financeiros A Pessoa Fis	1981	Seguridade	80	372.225,00
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1982	Seguridade	22	6.381,00
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1983	Seguridade	23	6.381,00
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1984	Seguridade	80	1.381,00

08.244.0111.2.171.000	PSB- SERV.PROTEÇÃO/ATEND.INTEGRAL À FAMÍLIA (PAIF)					1.772.952,50
3.1.90.04.00.00.00	Contratacao Por Tempo Determinado	1985	Seguridade	23	100.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1986	Seguridade	22	10.635,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1987	Seguridade	23	159.525,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	1988	Seguridade	80	138.255,00	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	1989	Seguridade	22	5.317,50	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	1990	Seguridade	23	47.857,50	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	1991	Seguridade	80	127.620,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1992	Seguridade	22	5.317,50	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1993	Seguridade	23	287.145,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	1994	Seguridade	80	85.080,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	1995	Seguridade	22	212.700,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	1996	Seguridade	23	319.050,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	1997	Seguridade	80	51.115,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1998	Seguridade	22	106.350,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	1999	Seguridade	23	53.175,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	2000	Seguridade	80	63.810,00	
08.244.0111.2.173.000	PSB - PROGRAMA BOLSA FAMILIA - PBF					753.680,00
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	2001	Seguridade	22	5.317,50	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	2002	Seguridade	23	159.525,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	2003	Seguridade	80	10.635,00	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	2004	Seguridade	22	5.317,50	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	2005	Seguridade	23	47.857,50	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	2006	Seguridade	80	5.317,50	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	2007	Seguridade	22	5.317,50	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	2008	Seguridade	23	212.700,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	2009	Seguridade	80	30.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	2010	Seguridade	22	5.317,50	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	2011	Seguridade	23	265.875,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	2012	Seguridade	80	500,00	
08.244.0111.2.176.000	GESTÃO DO SUAS - EDUCAÇÃO PERMANENTE					164.789,00
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	2013	Seguridade	22	5.317,50	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	2014	Seguridade	23	31.905,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	2015	Seguridade	80	2.127,00	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	2016	Seguridade	22	5.317,50	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	2017	Seguridade	23	15.952,50	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	2018	Seguridade	80	5.317,50	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	2019	Seguridade	22	5.317,50	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	2020	Seguridade	23	21.270,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	2021	Seguridade	80	34.542,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	2022	Seguridade	22	5.317,50	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	2023	Seguridade	23	31.905,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	2024	Seguridade	80	500,00	
08.244.0111.2.179.000	PSB - PROGRAMA DE INCLUSÃO PRODUTIVA					785.212,50
3.1.90.04.00.00.00	Contratacao Por Tempo Determinado	2025	Seguridade	23	372.225,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	2026	Seguridade	22	10.635,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	2027	Seguridade	23	106.350,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	2028	Seguridade	80	13.175,00	
3.3.90.32.00.00.00	Material De Distribuicao Gratuita	2029	Seguridade	80	500,00	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	2030	Seguridade	22	5.317,50	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	2031	Seguridade	23	5.317,50	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	2032	Seguridade	80	5.317,50	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	2033	Seguridade	22	5.317,50	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	2034	Seguridade	23	127.620,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	2035	Seguridade	80	21.270,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	2036	Seguridade	22	5.317,50	

4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	2037	Seguridade	23	106.350,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	2038	Seguridade	80	500,00	
08.244.0111.2.183.000	PSEMC- SERV. PROT.SOCIAL ESPECIAL PARA PESSOAS COM DEFICIENCIA, IDOSAS E OUTRAS F					144.072,50
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	2039	Seguridade	22	5.317,50	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	2040	Seguridade	23	5.317,50	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	2041	Seguridade	80	10.635,00	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	2042	Seguridade	22	5.317,50	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	2043	Seguridade	23	5.317,50	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	2044	Seguridade	80	10.635,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	2045	Seguridade	22	10.635,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	2046	Seguridade	23	10.635,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	2047	Seguridade	80	10.635,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	2048	Seguridade	22	63.810,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	2049	Seguridade	23	5.317,50	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	2050	Seguridade	80	500,00	
08.244.0111.2.282.000	GESTÃO DO SUAS - ASSESSORIA À REDE SOCIOASSISTÊNCIA NÃO GOVERNAMENTAL					4.387,50
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	2051	Seguridade	80	635,00	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	2052	Seguridade	80	1.270,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	2053	Seguridade	80	1.982,50	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	2054	Seguridade	80	500,00	
08.244.0111.2.284.000	PSEMC - DISQUE DENÚNCIA DE VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇA, ADOLESC., MULHER, IDOSO E DE					29.000,00
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	2055	Seguridade	23	21.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	2056	Seguridade	80	6.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	2057	Seguridade	80	1.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	2058	Seguridade	80	1.000,00	
08.244.0111.2.287.000	PSEMC- SERV. ESPECIALIZADO P/ PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA / CREAS / CENTRO POP.					393.995,00
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	2059	Seguridade	22	5.317,50	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	2060	Seguridade	23	106.350,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	2061	Seguridade	80	53.175,00	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	2062	Seguridade	22	5.317,50	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	2063	Seguridade	23	5.317,50	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	2064	Seguridade	80	5.317,50	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	2065	Seguridade	22	5.317,50	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	2066	Seguridade	23	53.175,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	2067	Seguridade	80	42.540,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	2068	Seguridade	22	5.317,50	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	2069	Seguridade	23	106.350,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	2070	Seguridade	80	500,00	
08.244.0111.2.288.000	PSEAC - SERV. ATENDIMENTO INSTITUCIONAL P/ ADULTOS E FAMÍLIAS / ABRIGO INSTITUC.					213.430,00
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	2071	Seguridade	22	10.635,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	2072	Seguridade	23	53.175,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	2073	Seguridade	80	20.000,00	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	2074	Seguridade	22	5.317,50	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	2075	Seguridade	23	5.317,50	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	2076	Seguridade	80	500,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	2077	Seguridade	22	5.317,50	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	2078	Seguridade	23	53.175,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	2079	Seguridade	80	500,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	2080	Seguridade	22	21.270,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	2081	Seguridade	23	21.270,00	

4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	2082	Seguridade	80	500,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	2083	Seguridade	22	5.317,50	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	2084	Seguridade	23	10.635,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	2085	Seguridade	80	500,00	
08.244.0111.2.289.000	PSEAC - SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL EM RESIDÊNCIA INCLUSIVA					229.152,50
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	2086	Seguridade	22	10.635,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	2087	Seguridade	23	31.905,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	2088	Seguridade	80	31.905,00	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	2089	Seguridade	22	5.317,50	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	2090	Seguridade	23	5.317,50	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	2091	Seguridade	80	10.635,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	2092	Seguridade	22	5.317,50	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	2093	Seguridade	23	31.905,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	2094	Seguridade	80	53.175,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	2095	Seguridade	22	21.270,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	2096	Seguridade	23	21.270,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	2097	Seguridade	80	500,00	
08.244.0111.2.290.000	PSEAC - SERVIÇO DE ACOLHIMENTO P/ IDOSOS - CASA LAR / ABRIGO INSTITUCIOANAL					705.527,50
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	2098	Seguridade	22	10.635,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	2099	Seguridade	23	21.270,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	2100	Seguridade	80	1.270,00	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	2101	Seguridade	80	150.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	2102	Seguridade	22	10.635,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	2103	Seguridade	23	10.635,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	2104	Seguridade	80	271.430,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	2105	Seguridade	22	53.175,00	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	2106	Seguridade	23	5.317,50	
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	2107	Seguridade	80	500,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	2108	Seguridade	22	10.635,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	2109	Seguridade	23	159.525,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	2110	Seguridade	80	500,00	
08.244.0111.2.291.000	PSEAC - SERVIÇO DE PROTEÇÃO EM SITUAÇÕES DE CALAMIDADES PÚBLICAS E DE EMERGÊNCIA					75.945,00
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	2111	Seguridade	22	10.635,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	2112	Seguridade	80	500,00	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	2113	Seguridade	80	500,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	2114	Seguridade	22	10.635,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	2115	Seguridade	80	53.175,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	2116	Seguridade	80	500,00	
08.244.0111.2.426.000	APOIO E ASSISTÊNCIA A ENTIDADES - FMAS					7.671.245,00
3.3.50.43.00.00.00	Subvenc s Sociais	2117	Seguridade	22	425.400,00	
3.3.50.43.00.00.00	Subvenc s Sociais	2118	Seguridade	23	957.150,00	
3.3.50.43.00.00.00	Subvenc s Sociais	2119	Seguridade	80	5.498.295,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	2120	Seguridade	23	400.000,00	
4.4.50.42.00.00.00	AUXÍLIOS	2122	Seguridade	22	212.700,00	
4.4.50.42.00.00.00	AUXÍLIOS	2123	Seguridade	23	106.350,00	
4.4.50.42.00.00.00	AUXÍLIOS	2124	Seguridade	80	71.350,00	
08.244.0111.2.495.000	ENCARGOS PREVIDENCIARIOS E CONTRIBUTIVOS - FMAS					42.540,00
3.3.90.47.00.00.00	Obrigac s Tributarias E Contributivas	2125	Seguridade	80	42.540,00	
08.244.0111.2.514.000	FUNCIONAMENTO E MANUTENÇÃO DO FMAS					61.000,00
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	2126	Seguridade	22	10.000,00	

3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	2127	Seguridade	23	10.000,00
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	2128	Seguridade	80	10.000,00
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	2129	Seguridade	22	100,00
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	2130	Seguridade	23	200,00
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	2131	Seguridade	80	100,00
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	2132	Seguridade	22	10.000,00
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	2133	Seguridade	23	10.000,00
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	2134	Seguridade	80	10.000,00
3.3.90.93.00.00.00	Indenizac s E Restituic s	2135	Seguridade	22	100,00
3.3.90.93.00.00.00	Indenizac s E Restituic s	2136	Seguridade	23	100,00
3.3.90.93.00.00.00	Indenizac s E Restituic s	2137	Seguridade	80	100,00
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	2138	Seguridade	22	100,00
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	2139	Seguridade	23	100,00
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	2140	Seguridade	80	100,00
TOTAL DA UNIDADE					23.662.346,00

Órgão.....: 30 ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO

Unidade Orçamentária: 30.01 ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO

						----- Importância -----	
Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte		Detalhada	Total da Aplicacao
04.123.0105.2.069.000	CONTRIB.A CONFED. NACIONAL DE MUNICIPIOS						30.000,00
3.3.70.41.00.00.00	Contribuic s	2141	Fiscal	80	30.000,00		
04.123.0105.2.070.000	CONTRIBUIÇÃO AO IBAM						1.000,00
3.3.70.41.00.00.00	Contribuic s	2142	Fiscal	80	1.000,00		
04.123.0105.2.071.000	CONTRIB. ASSOCIAÇÃO MUNIC. GRANFOPOLIS						550.000,00
3.3.70.41.00.00.00	Contribuic s	2143	Fiscal	80	550.000,00		
04.123.0105.2.072.000	CONTRIBUIÇÃO ADM.DA REGIÃO METROPOLITANA						11.000,00
3.3.70.41.00.00.00	Contribuic s	2144	Fiscal	80	11.000,00		
04.123.0105.2.073.000	CONTRIBUIÇÃO A FECAM						22.000,00
3.3.70.41.00.00.00	Contribuic s	2145	Fiscal	80	22.000,00		
04.123.0105.2.081.000	CONTRIB. A FRENTE NACIONAL DE PREFEITOS						10.000,00
3.3.70.41.00.00.00	Contribuic s	2146	Fiscal	80	10.000,00		
04.123.0105.2.266.000	RESSARCIMENTOS, DEVOLUÇÕES E INDENIZAÇÕES						620.000,00
3.1.90.94.00.00.00	Indenizac s E Restituic s Trabalhistas	2147	Fiscal	80	100.000,00		
3.1.90.96.00.00.00	Ressarcimento De Desp. De Pessoal Requis	2148	Fiscal	80	450.000,00		
3.3.90.93.00.00.00	Indenizac s E Restituic s	2149	Fiscal	80	70.000,00		
04.123.0105.2.267.000	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES						1.550.000,00
3.3.90.92.00.00.00	Despesas De Exercicios Anteriores	2150	Fiscal	80	1.500.000,00		
4.4.90.92.00.00.00	Despesas De Exercicios Anteriores	2151	Fiscal	80	50.000,00		
04.123.0105.2.268.000	ENCARGOS FINANCEIROS/ OPERACIONAIS / TRIBUTÁRIOS						7.550.000,00
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	2152	Fiscal	26	100.000,00		
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	2153	Fiscal	80	7.000.000,00		
3.3.90.47.00.00.00	Obrigac s Tributarias E Contributivas	2154	Fiscal	80	450.000,00		
06.123.0110.2.074.000	TRANSF. AO FUNSET						300.000,00
3.3.50.41.00.00.00	Contribuic s	2155	Fiscal	26	300.000,00		

09.271.0105.2.075.000	ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS					8.729.800,00
3.1.90.13.00.00.00	Obrigac s Patronais	2156	Seguridade	80	4.329.800,00	
3.1.91.13.00.00.00	Obrigac s Patronais - Op.Intra-Orcament	2157	Seguridade	80	4.400.000,00	
09.272.0105.2.310.000	INATIVOS, PENSIONISTAS E SALÁRIO FAMÍLIA					5.403.000,00
3.1.90.01.00.00.00	Aposentadorias E Reformas	2158	Seguridade	80	4.600.000,00	
3.1.90.03.00.00.00	Pens s	2159	Seguridade	80	800.000,00	
3.3.90.05.00.00.00	Outros Benefícios Previdenciarios	2160	Seguridade	80	3.000,00	
11.331.0105.2.080.000	VALE TRANSPORTE - PESSOAL CIVIL					600.000,00
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	2161	Fiscal	80	600.000,00	
11.332.0105.2.076.000	CONTRIBUIÇÃO AO G.R.B.M					10.000,00
3.3.50.41.00.00.00	Contribuic s	2162	Fiscal	80	10.000,00	
28.843.0105.2.269.000	ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA					6.500.000,00
3.2.90.21.00.00.00	Juros Sobre A Divida Por Contrato	2163	Fiscal	80	2.000.000,00	
4.6.90.71.00.00.00	Principal Da Divida Por Contrato	2164	Fiscal	80	4.500.000,00	
28.846.0105.2.078.000	SENTENÇAS JUDICIÁRIAS					830.000,00
3.3.90.91.00.00.00	Sentencas Judiciais	2165	Fiscal	80	800.000,00	
4.4.90.91.00.00.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	2166	Fiscal	80	30.000,00	
28.846.0105.2.079.000	CONTRIBUIÇÃO AO PASEP					4.500.000,00
3.3.90.47.00.00.00	Obrigac s Tributarias E Contributivas	2167	Fiscal	80	4.500.000,00	
TOTAL DA UNIDADE						37.216.800,00

Órgão.....: 31 FUNDO DE REAPARELHAMENTO DA PROCURADOR
 Unidade Orçamentária: 31.01 FUNDO DE REAPARELHAMENTO DA PROCURADOR

						----- Importância -----
Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte		Detalhada Total da Aplicacao
02.062.0105.2.301.000	FUNC. MANUT. DO FUNDO DE REAPARELHAMENTO PGM					438.080,19
3.3.90.14.00.00.00	Diarias - Pessoal Civil	2168	Fiscal	129	33.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	2169	Fiscal	129	22.333,50	
3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	2170	Fiscal	129	5.000,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	2171	Fiscal	129	44.667,00	
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	2172	Fiscal	129	333.079,69	
TOTAL DA UNIDADE						438.080,19

Órgão.....: 33 COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL - C
 Unidade Orçamentária: 33.01 FUNDO MUNICIPAL DE EM. DA DEF. CIVIL D

						----- Importância -----
Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte		Detalhada Total da Aplicacao
06.182.0110.2.280.000	FUNCIONAMENTO E MANUTENÇÃO DO FUMDEC-SJ					622.147,50
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	2173	Fiscal	80	5.317,50	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	2174	Fiscal	301	31.905,00	
3.3.90.30.00.00.00	Material De Consumo	2175	Fiscal	302	53.175,00	
3.3.90.32.00.00.00	Material De Distribuicao Gratuita	2176	Fiscal	80	31.905,00	
3.3.90.32.00.00.00	Material De Distribuicao Gratuita	2177	Fiscal	301	53.175,00	
3.3.90.32.00.00.00	Material De Distribuicao Gratuita	2178	Fiscal	302	53.175,00	

3.3.90.36.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Fi	2179	Fiscal	80	5.317,50
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos De Terceiros-Pessoa Juri	2180	Fiscal	80	31.905,00
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	2181	Fiscal	80	5.317,50
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	2182	Fiscal	301	53.175,00
4.4.90.51.00.00.00	Obras E Instalac s	2183	Fiscal	302	127.620,00
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	2184	Fiscal	80	10.635,00
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	2185	Fiscal	301	53.175,00
4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	2186	Fiscal	302	106.350,00

TOTAL DA UNIDADE 622.147,50

Órgão.....: 99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Unidade Orçamentária: 99.01 RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Código	Especificação	Despesa	Esfera	Fonte	----- Importância -----	
					Detalhada	Total da Aplicacao
99.999.0105.2.502.000	RESERVA DE CONTINGENCIA					50.000,00
9.9.99.99.00.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2187	Fiscal	80	50.000,00	
TOTAL DA UNIDADE						50.000,00
TOTAL CONSOLIDADO						881.000.000,00

Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD
Exercício de 2015

RESUMO

Código	Especificação	Total
01.01.	CAMARA DE VEREADORES DE SAO JOSE	19.833.741,59
02.01.	CHEFIA DO GABINETE DA PREFEITA	1.943.839,48
02.02.	SECRETARIA EXECUTIVA DE PROJETOS ESPECI	22.293.121,10
02.03.	SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO SOCI	5.763.067,85
02.04.	SECRETARIA EXECUTIVA DE ARTICULAÇÃO POLI	48.600,00
02.05.	PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	2.904.934,18
02.06.	CHEFIA DA OUVIDORIA GERAL	408.227,00
02.07.	CHEFIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA	329.714,63
02.08.	SECRETARIA DE GOVERNO	412.243,00
03.01.	GABINETE DO VICE-PREFEITO	482.935,35
04.01.	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	11.456.852,48
05.01.	SECRETARIA DE FINANÇAS	1.742.071,50
06.01.	SECRETARIA DE RECEITA	6.044.984,50
08.01.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	184.290.066,83
09.01.	SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E	30.776.779,34
09.02.	FUNDO MUNIC.DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DO	469.421,51
10.01.	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	13.191.097,50
11.01.	SECRET. DE DESENVOLV. ECON, CIÊNCIA E T	2.291.106,00
12.01.	SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS	5.862.607,97
13.01.	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇ	31.790.464,38
14.01.	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	236.883.560,28
18.01.	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	8.531.648,41
19.01.	FUND. MUNIC. DO MEIO AMB. E DESENV. SUS	5.361.642,87
20.01.	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISM	30.915.696,40
20.02.	FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA - FMC	680.000,00
21.01.	FUNDAÇÃO MUNICIPAL EDUCACIONAL	21.499.672,33
24.01.	SÃO JOSÉ PREVIDÊNCIA - AUTARQUIA	27.518.890,00
25.01.	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO JOSÉ	110.032.762,91
26.01.	FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO	32.238.999,42
27.01.	FUNDO MUNICIPAL INFANCIA E ADOLESCENTE	3.011.877,50
28.01.	FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL	23.662.346,00
30.01.	ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	37.216.800,00
31.01.	FUNDO DE REAPARELHAMENTO DA PROCURADOR	438.080,19
33.01.	FUNDO MUNICIPAL DE EM. DA DEF. CIVIL D	622.147,50
99.01.	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00
Total Geral		881.000.000,00

DECRETO Nº 3820/2015 – ANEXO II

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
Gabinete da Prefeita

PUBLICADO NO D.O.M.

Edição: _____

De: ____/____/____

DECRETO Nº 3820/2015 – ANEXO II

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2015

ANEXO II - Parte Integrante do Decreto 3820 de 22 de janeiro de 2015

ÓRGÃO / UNIDADE:											
JUSTIFICATIVA DA ABERTURA DOS CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES (REDUÇÕES E SUPLEMENTAÇÕES:											
ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS											
SUPLEMENTAÇÃO						REDUÇÃO					
COD. REDUZIDO	ORGÃO / UNIDADE	PROJETO / ATIV.	ELEMENTO	FR	VALOR	COD. REDUZIDO	ORGÃO / UNIDADE	PROJETO / ATIV.	ELEMENTO	FR	VALOR
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO					0,00	TOTAL DA REDUÇÃO					0,00
DIFERENÇA = RED. X SUPL.					0,00						

São José, ____ de _____ de 2015

.....
RESPONSÁVEL PELO ÓRGÃO SOLICITANTE

Avenida Acioni Souza Filho, 403 – Beira Mar – Praia Comprida – São José/SC – CEP: 88.103-790
Fone: 55+ 48-3381-0000

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 115/2014 - PROCESSO Nº 294/2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 115/2014 - Processo nº 294/2014. Fornecedor: UNIMED Fpolis. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE, NA SEGMENTAÇÃO AMBULATORIAL HOSPITALAR COM OBSTETRÍCIA, COM PREÇO MENSAL POR USUÁRIO INSCRITO E COPARTICIPAÇÃO DE 50% EM CONSULTAS, EXAMES E TERAPIAS, REGISTRADO NA AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR (ANS), COM ATENDIMENTO E COBERTURA NA REGIÃO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS, COMPREENDIDOS OS MUNICÍPIO DE ÁGUAS MORNAS, ALFREDO WAGNER, ANGELINA, ANITÁPOLIS, ANTÔNIO CARLOS, BIGUAÇÚ, CANELINHA, FLORIANÓPOLIS, GAROPABA, GOVERNADOR CELSO RAMOS, LEOBERTO LEAL, MOAJOR GERCINO, NOVA TRENTO, PALHOÇA, PAULO LOPES, RANCHO QUEIMADO, SANTO AMARO DA IMPERATRIZ, SÃO BONIFÁCIO, SÃO JOÃO BATISTA, SÃO JOSÉ, SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E TIJUCAS, UTILIZANDO-SE DE PROFISSIONAIS, CLÍNICAS, HOSPITAIS E LABORATÓRIOS PRÓPRIOS, CONTRATADOS OU REFERENCIADOS, SOB FORMA DE PLANO PRIVADO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE. Valor Total: R\$ 145,00 cento e quarenta e cinco reais. Vera Suely de Andrade - Diretora de Compras.

São Lourenço do Oeste**PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2015, SRP - PR Nº 005/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 10/02/2015, às 08:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2015, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2015, SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS, SENDO, GASOLINA E ÓLEO DIESEL S-10, A SEREM ENTREGUES NOS TANQUES DE COMBUSTÍVEIS DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2015, SRP - PR Nº 006/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 10/02/2015, às 14:00 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2015, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2015, OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COMPOR AS CESTAS BÁSICAS A SEREM DISTRIBUIDAS PARA AS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL NO MUNICÍPIO NO EXERCÍCIO DE 2015. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 151/2014

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 151/2014
ORIGEM: Processo Licitatório Nº 151/2014 - Edital de Chamamento/Credenciamento Nº 004/2014.

OBJETO: EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 004/2014, PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR RURAL PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO ANO LETIVO DE 2015.
FORNECEDOR: COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE SLO - CNPJ: 06.032.574/0001-28.
VALOR: R\$ 213.498,90 (duzentos e treze mil e quatrocentos e noventa e oito reais e noventa centavos).
TOTAL: R\$ 213.498,90 (duzentos e treze mil e quatrocentos e noventa e oito reais e noventa centavos).

DATA DE ASSINATURA: 23/01/2015.
VIGÊNCIA: 23/01/2015 à 31/12/2015.
INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 8.237/2015 - DISPÕE SOBRE A AMPLIAÇÃO DE CLASSIFICAÇÃO DOS INSCRITOS NO TESTE SELETIVO LANÇADO PELO EDITAL N. 17/2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 8.237/2015

DISPÕE SOBRE A AMPLIAÇÃO DE CLASSIFICAÇÃO DOS INSCRITOS NO TESTE SELETIVO LANÇADO PELO EDITAL N. 17/2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de outubro de 1990, e

Considerando que o Teste Seletivo lançado pelo Edital n. 017/2014, tinha como objeto a seleção de pessoal para laborar junto a Secretaria Municipal de Educação.

Considerando que o número de aprovados no referido Teste Seletivo não atingiu o número de profissionais necessários para o preenchimento das vagas, onde que em algumas área e funções não houve aprovações (professor de língua inglesa, professor de língua espanhola, professor de matemática, ciências, história, português, artes, educação especial, de educação física e coordenador pedagógico).

Considerando que em outras funções houve somente um candidato aprovado como o caso do professor de geografia.

Considerando que o número de aprovado não suprirá a demanda de professores para atender as necessidades das escolas municipais, mormente nas funções que não tiveram candidatos aprovados.

Considerando que a contratação de servidores por meio de contrato temporário para suprir a necessidade da Administração Pública Municipal, precede de teste seletivo.

Considerando que não tempo hábil para o lançamento de novo teste seletivo para contratação de professores para atuar junto às escolas municipais, uma vez que as aulas iniciam-se em 09/02/2015 e que a educação é uma das políticas públicas imprescindíveis. Considerando que os alunos tem direito ao número de dias letivos assegurado pela legislação.

DECRETA

Art. 1º Ficam considerados como classificados todos os candidatos que prestaram as provas do teste seletivo lançado pelo edital n. 17/2014, respeitada a ordem de classificação estabelecida no edital.

Art. 2º As contratações respeitarão rigorosamente o ordem de classificação constante da homologação final de 05/12/2014.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC,
Em 27 de janeiro de 2015.
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ
Secretário de Administração

Este Decreto foi publicado no
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA
Técnico Administrativo

PROCESSO LICITATÓRIO N. 04/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 04/2015
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 01/2015

O Fundo Municipal de Assistência Social do Município de São Miguel do Oeste - SC, a partir da sua Gestora, Leva ao conhecimento dos interessados que realizou licitação na Modalidade de Dispensa de Licitação tendo como objeto a Contratação de serviços para permanência do idoso Lindolfo Dias, cfe Determinação Judicial Autos n. 0900093-97.2014.8.24.0067, no Lar Divina Providência - NUPAI. Contratado: ASSOCIAÇÃO NUCLEO DE PROFISSIONAIS AMIGOS DOS IDOSOS - NUPAI. Valor Total de R\$ 14.392,80. Licitação regida pela Lei Federal n. 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações poderão ser obtida junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade ou sita a Rua Marcilio Dias, 1199, fone (0xx49)36312005.

São Miguel do Oeste - SC, 27 de janeiro de 2015.
Claudete Maria de Oliveira Fabiani
Gestora do Fundo

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 001/2015

A Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Jucélio Kremer, torna público que fará realizar Concurso Público, para preenchimento de vagas e cadastro de reserva técnica de seu Quadro de Servidores, que se regerá pelas normas e condições estabelecidas neste Edital.

1. Dos cargos e das vagas

1.1. O Concurso Público destina-se ao preenchimento das vagas existentes atualmente e das que ocorrerem dentro do seu prazo de validade.

1.2. Os cargos objeto deste Concurso Público, seus respectivos códigos, vagas, salários, gratificações e cargas horárias semanais estão indicados.

a. No item 1 do anexo I, para os cargos de nível superior.

b. No item 2 do anexo I, para os cargos de nível médio.

c. No item 3 do anexo I, para os cargos de nível fundamental.

d. No item 4 do anexo I, para os cargos de nível fundamental - anos iniciais.

e. No item 5 do anexo I, para os cargos de nível alfabetizado.

f. No item 6 do anexo I, para os cargos de Professor.

1.3. A escolaridade e demais requisitos exigidos para os cargos objeto deste Concurso Público estão indicados:

a. No item 1 do anexo II, para os cargos de nível superior.

b. No item 2 do anexo II, para os cargos de nível médio.

c. No item 3 do anexo II, para os cargos de nível fundamental.

d. No item 4 do anexo II, para os cargos de nível fundamental - anos iniciais.

e. No item 5 do anexo II, para os cargos de nível alfabetizado.

f. No item 6 do anexo II, para os cargos de Professor.

1.4. As descrições sumárias das atribuições dos cargos objeto deste Concurso Público estão indicados:

a. No item 1 do anexo III, para os cargos de nível superior.

b. No item 2 do anexo III, para os cargos de nível médio.

c. No item 3 do anexo III, para os cargos de nível fundamental.

d. No item 4 do anexo III, para os cargos de nível fundamental - anos iniciais.

e. No item 5 do anexo III, para os cargos de nível alfabetizado.

f. No item 6 do anexo III, para os cargos de Professor.

1.5. Após o preenchimento das vagas indicadas, os candidatos aprovados e classificados poderão ser contratados para o preenchimento das vagas que vierem a surgir, dentro do prazo de validade do Concurso Público.

2. Das disposições preliminares

2.1. O Concurso Público será realizado sob a responsabilidade do Instituto de Estudos Superiores do Extremo Sul - IESSES, obedecidas às normas do presente Edital.

3. Das inscrições

3.1. O processo de inscrição a este Concurso Público dar-se-á através da Internet.

3.2. O Processo de inscrição ao Concurso Público, previsto neste Edital pela Internet, ocorrerá em 2 (duas) etapas distintas, devendo o candidato proceder conforme descrito nos itens 3.2.1. e 3.2.2. a seguir:

3.2.1. A primeira etapa do processo de inscrição ao Concurso Público - Edital 001/2015 pela Internet consiste em acessar o site www.pmspa.ieses.org apontando para "INSCRIÇÕES ONLINE" e, a partir do link específico, preencher a Ficha de Inscrição, no período de 10 horas de segunda-feira, dia 26 de janeiro de 2015 às 18 horas de sexta-feira, 27 de fevereiro de 2015.

3.2.2. A segunda etapa do processo de inscrição ao Concurso Público - Edital 001/2015 pela Internet consiste em emitir o respectivo

boleto bancário e efetuar o pagamento do valor de inscrição até o último dia de inscrições, sexta-feira, 27 de fevereiro de 2015.

3.2.2.1. Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias na localidade em que se encontra o candidato, o boleto bancário deverá ser pago antecipadamente.

3.2.3. O candidato que optar em realizar a inscrição ao presente certame fica ciente e aceita tacitamente que:

a. O IESSES não se responsabiliza por solicitações de inscrição via Internet não recebidas por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados;

b. O valor de inscrição dos candidatos inscritos via Internet deverá ser pago unicamente por meio de Boleto Bancário;

c. As inscrições efetuadas através da Internet somente serão acatadas após a efetivação do respectivo pagamento. O simples agendamento e o respectivo demonstrativo não se constituem em documento comprovante de pagamento do Valor de Inscrição;

d. O inteiro teor do Edital estará disponível no endereço eletrônico indicado no item 3.2.1, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato a obtenção desse documento; e,

e. Os candidatos inscritos via Internet não deverão enviar cópia de documento de identidade, sendo de responsabilidade exclusiva dos candidatos, a inserção de seus dados cadastrais, informados no ato de inscrição.

3.3. Face a inexistência de amparo legal por legislação municipal, não haverá neste edital previsão de isenção do valor de inscrição.

3.4. São condições mínimas de inscrição:

a. Ser brasileiro nato ou naturalizado;

b. Conhecer e estar de acordo com as exigências do presente Edital.

3.5. No preenchimento da Ficha de Inscrição são campos obrigatórios:

a. Nome do candidato;

b. Data de nascimento;

c. Código do cargo;

d. Número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas (CPF) válido e em nome do candidato;

e. Número do documento de identificação do candidato;

f. Endereço completo ou endereço eletrônico (e-mail).

3.6. O Processo de Inscrição somente se completa e se efetiva:

a. Com o atendimento às condições estabelecidas no item 3.4;

b. Com o correto preenchimento dos campos obrigatórios estabelecidos no item 3.5;

c. Com o pagamento correto do Valor de Inscrição para o cargo a que o candidato concorre;

d. Com a concordância do candidato no requerimento de inscrição, efetuada por marcação específica no processo de inscrição.

3.7. O valor de inscrição para este concurso público, a título de ressarcimento de despesas com material e serviços, é o constante da tabela a seguir apresentada:

Nível de Escolaridade	Valor
Superior	R\$ 75,00
Médio	R\$ 60,00
Fundamental	R\$ 45,00
Fundamental – anos iniciais	R\$ 30,00
Alfabetizado	R\$ 30,00
Superior – magistério	R\$ 75,00

3.7.1. O pagamento do valor de inscrição deverá ser feito em moeda corrente nacional (dinheiro).

3.7.2. O valor da inscrição, uma vez pago, não será restituído.

3.7.3. Serão canceladas as inscrições com pagamento efetuado por um valor menor do que o estabelecido e as solicitações de inscrição cujos pagamentos forem efetuados após a data de encerramento das inscrições.

3.8. Cada candidato poderá efetuar apenas 1 (uma) inscrição

neste Concurso Público.

3.8.1. Havendo mais de 1 (uma) inscrição, em desacordo com o item 3.8, serão canceladas as mais antigas, permanecendo a mais recente.

3.9. Será indeferida a inscrição do candidato que não atender aos itens 3.4 e/ou 3.5 e/ou 3.6.

3.10. Ao preencher sua Ficha de Inscrição e efetuar o pagamento do respectivo boleto, o candidato está declarando tácita, expressa e formalmente que preenche as condições de inscrição relacionadas neste Edital.

3.11. Ao completar e efetivar sua inscrição, o candidato está declarando tácita, expressa e formalmente que conhece e aceita as condições estabelecidas no inteiro teor deste Edital e demais instruções específicas, expedientes dos quais não poderá alegar desconhecimento.

3.12. São considerados desistentes os candidatos que tenham realizado sua inscrição via Internet e não efetivado o pagamento do valor de inscrição, nos termos do item 3.2.2.

3.13. Uma vez efetuada a inscrição, não serão aceitos pedidos de alteração quanto à identificação do candidato ou quanto ao cargo escolhido.

3.14. O candidato que necessitar de condições especiais para a realização de provas deverá remeter para CONCURSO PÚBLICO PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA - EDITAL 001/2015, A/C Caixa Postal 6545 - CEP 88036-972 Florianópolis (SC), por SEDEX-ECT, com postagem até sexta-feira, 27 de fevereiro de 2015, requerimento dirigido ao IESSES indicando as condições especiais de que necessita, juntando ao mesmo a fotocópia de seu comprovante de pagamento e cópia do Boleto bancário impresso.

3.14.1. Observando os restritos termos do Decreto 3.298/1999, os candidatos com deficiência que necessitem de tratamento diferenciado no dia da prova, ao requerê-lo, deverão indicar as condições diferenciadas de que necessitem para a realização das mesmas.

3.14.2. Aos deficientes visuais, candidatos que requererem nos termos do subitem 3.14.1, provas em Braille, serão oferecidas provas no referido sistema, devendo suas respostas para a prova objetiva serem respondidas em Braille pelo próprio candidato. Os referidos candidatos deverão levar para esse fim, no dia da aplicação da prova, reglete e punção, podendo ainda, utilizar-se de soroban.

3.14.3. Aos deficientes visuais, candidatos que requererem nos termos do item 3.14.1, provas "ampliadas" serão entregues cartão de respostas e provas ampliadas, com tamanho de letra correspondente à fonte 24, cabendo aos candidatos sua leitura e marcação das respostas no respectivo cartão.

3.14.4. Não haverá realização de provas fora do local e horário marcados para todos os candidatos, todavia, o candidato com deficiência que necessitar de tempo adicional para realização das provas deverá requerê-lo, com justificativa acompanhada de parecer emitido por especialista da área de sua deficiência, no prazo estabelecido no edital do Concurso Público.

3.14.5. A decisão dos requerimentos previstos no item 3.14 caberá ao IESSES, dentro da razoabilidade e disponibilidade, sendo disponibilizada na mesma data e locais indicados no item 4.1 deste Edital..

3.14.6. O requerimento a que se refere o item 3.14 não se identifica com o requerimento previsto no item 7.2. (vagas reservadas a PcD), nem com ele guarda qualquer relação.

3.15. A não veracidade de declaração apresentada na Ficha de Inscrição ou em decorrência deste Edital, verificada a qualquer tempo, implicará no cancelamento da respectiva inscrição ou na eliminação do candidato do Concurso Público, se a inscrição já estiver homologada.

3.16. É vedada a inscrição neste Concurso Público de quaisquer membros, parentes ou assistentes da Comissão do Concurso Público, tanto da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, como do IESSES.

3.17. Não haverá inscrição condicional e nem por correspondência.

3.18. Verificado, a qualquer tempo, o recebimento de inscrição que não atenda a todos os requisitos, será ela cancelada.

4. Da confirmação das inscrições, local e horário de provas e do indeferimento de inscrições

4.1. O deferimento e o indeferimento de inscrição serão efetivados por ato do IESSES, disponibilizado na página do Concurso Público, endereço eletrônico indicado no item 3.2.1, até as 18 (dezoito) horas de quarta-feira, 25 de março de 2015.

4.1.1. No ato de indeferimento das inscrições, somente serão informados a causa do indeferimento e o CPF do candidato e, na falta deste, do número do documento de identidade e/ou da ficha de inscrição, não sendo informado o nome do mesmo.

4.2. O local e horário de provas se fará por documento onde estarão indicados o horário, a sala e o estabelecimento em que o candidato fará a prova objetiva, expedido até quinta-feira, 09 de abril de 2015, para o endereço eletrônico que o candidato indicou ao efetuar sua inscrição.

4.2.1. A comunicação feita por intermédio de email é meramente informativa. O candidato deverá acompanhar no site do Concurso Público o seu deferimento ou não deferimento de inscrição, bem como seu documento de confirmação de inscrição e local de realização de suas provas.

4.3. Os candidatos que não tiverem recebido o Documento de Confirmação de Inscrição até às 18 horas de quinta-feira, 09 de abril de 2015, deverão retirá-lo no endereço eletrônico indicado no item 3.2.1, com a indicação de seu CPF e data de nascimento.

4.4. O candidato é responsável pela conferência do Documento de Confirmação de Inscrição que receber.

4.4.1. Em caso de ocorrência de divergência do Documento de Confirmação de Inscrição, o candidato deverá solicitar a correção ao IESSES, indicando o campo a ser corrigido, através do e-mail correcao@ieses.org e, obrigatoriamente, indicando seu nome, seu número de inscrição e cargo a que concorre.

4.4.2. Será indeferido qualquer pedido relativo ao item anterior (4.4.1), quando o mesmo se constituir em alteração das condições expressas na Ficha de Inscrição, nos termos do item 3.13 deste Edital.

5. Das provas

5.1. O Concurso Público será efetuado mediante aplicação de provas objetivas para todos os cargos; de títulos para os cargos de professor especificados no item 6 do Anexo I deste Edital e práticas, para os cargos especificados no item 4 do Anexo I deste edital, aonde serão avaliados os conhecimentos e/ou habilidades dos candidatos sobre as matérias relacionadas aos cargos objeto deste Concurso Público.

5.2. Não serão fornecidas, por telefone, informações a respeito de datas, locais e horários de realização das provas.

5.3. Todos os programas de provas e respectivos quantitativos de questões constam do Anexo IV ao presente Edital.

5.4. O candidato que requerer condição especial de prova nos termos do item 3.14 participará do Processo em igualdade de condições com os demais, no que se refere ao conteúdo, à avaliação, ao horário e à aplicação das provas.

5.5. Para a entrada nos locais de prova, os candidatos deverão apresentar Cédula de Identidade ou carteira expedida por órgãos ou conselhos de classe que tenham força de documento de identificação (CRA, CREA, CRC, OAB, etc.), RNE, carteira de trabalho e previdência social, carteira nacional de habilitação com foto, passaporte brasileiro ou certificado de reservista com foto.

5.5.1. O documento apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato.

5.5.2. Não serão aceitos protocolos ou quaisquer outros documentos (como crachás, carteira estudantil, identidade funcional, título de eleitor, carteira nacional de habilitação ou certificado de reservista sem fotografia, etc.), diferentes dos estabelecidos no item 5.5.

5.5.3. Não serão aceitas cópias de documentos ou papéis em substituição aos exigidos nos itens 5.5, quer eles estejam autenticados

ou não.

5.6. Todas as provas serão realizadas na cidade São Pedro de Alcântara (SC).

5.6.1. O IESSES reserva-se o direito de, na hipótese de força maior, conveniência administrativa ou falta de locais adequados, com a devida aprovação da Comissão do Concurso Público, realizar a Prova Objetiva em outras cidades próximas àquelas definidas no item anterior (5.6).

5.7. Os portões dos locais de prova serão fechados às 08 (oito) ou às 14 (quatorze) horas do dia da prova.

5.7.1. Recomenda-se que os candidatos compareçam aos locais de prova, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos em relação ao horário de fechamento dos portões.

5.8. As provas objetivas e de títulos (se aplicáveis) serão realizadas no domingo, 12 de abril de 2015, no local que constar do Documento de Confirmação de Inscrição, e terão duração de 3 (três) horas.

5.8.1. O tempo necessário ao preenchimento do cartão-respostas, por parte do candidato, está incluso na duração prevista da prova, não sendo concedido tempo adicional algum.

5.8.2. O IESSES reserva-se o direito de, na hipótese de força maior, conveniência administrativa ou falta de locais adequados, com a devida aprovação da Comissão do Concurso Público, realizar a Prova Objetiva em outra data, diferente daquela apresentada no item anterior (5.8), comunicando aos candidatos a referida alteração com prazo não inferior a 15 dias, ressalvado motivo de força maior ou de calamidade pública, no qual o referido prazo pode não ser respeitado.

5.9. O início das provas será autorizado quando todos os candidatos presentes estiverem alocados nas respectivas salas de prova.

5.10. Não haverá segunda chamada para nenhuma das provas e não serão aplicadas provas em locais diversos daqueles previstos para todos os candidatos, qualquer que seja a causa ou hipótese.

5.11. Durante a realização das provas é vedada qualquer tipo de consulta, ou seja, a livros, revistas, folhetos, anotações, etc.

5.12. No dia de realização das provas, não será permitido ao candidato entrar e/ou permanecer na sala de provas com aparelhos eletrônicos (telefones celulares, pagers, walkman, agenda eletrônica, notebook, handheld, receptor, gravador, máquina fotográfica, máquina de calcular, relógios com qualquer uma das funções anteriormente citadas, etc.) ou armas de qualquer tipo. Caso o candidato esteja portando algum destes itens, este deverá ser entregue aos fiscais de sala antes do início das provas e somente serão devolvidos à saída do candidato da sala de provas.

5.13. O descumprimento dos itens 5.11 ou 5.12 implicará na eliminação sumária do candidato, constituindo-se em tentativa de fraude.

5.14. Os candidatos somente poderão se retirar do local de provas após 1 (uma) hora e 30 (trinta) minutos do início das mesmas.

5.14.1. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala de provas somente poderão entregar as respectivas provas e retirar-se do local, simultaneamente.

5.14.2. O candidato, ao encerrar as provas, entregará ao fiscal de prova/sala:

a. O cartão de respostas da prova objetiva, devidamente assinado no local especificado para tanto;

b. O caderno de provas.

5.14.3. O candidato poderá reter para si, apenas, a cópia do cartão de respostas.

5.15. O IESSES, visando preservar a veracidade e autenticidade do Concurso Público, poderá proceder, no momento da aplicação das provas, à autenticação digital dos cartões ou de outros documentos pertinentes.

5.16. A Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara e o IESSES não assumem qualquer responsabilidade quanto ao transporte, alimentação e/ou alojamento dos candidatos, quando da realização das provas deste Concurso Público.

5.17. Da Prova Objetiva

5.17.1. A Prova Objetiva é composta de 2 (duas) provas: Prova

de Conhecimentos Gerais e Prova de Conhecimentos Específicos.

5.17.2. As provas objetivas terão questões com 4 (quatro) alternativas de resposta cada uma, sendo 1 (uma), e apenas 1 (uma), a correta, sendo o número de questões da prova e de cada matéria especificado junto aos programas, no Anexo IV deste Edital.

5.17.3. Para a realização das provas objetivas, respondidas em cartão de respostas, os candidatos deverão dispor de caneta esferográfica preta ou azul.

5.17.4. O preenchimento do cartão é de total responsabilidade do candidato, sendo expressamente vedado o auxílio de terceiro ou de equipamentos na execução desta tarefa, por qualquer que seja o pretexto, sob pena de ser atribuída nota 0 (zero) às provas.

5.17.5. As provas objetivas serão avaliadas na escala de 0 (zero) a 10 (dez), com duas decimais, tendo todas as questões de cada prova igual valor.

5.17.6. Será considerado aprovado na Prova Objetiva, o candidato que obtiver, isoladamente, em cada uma das provas - de Conhecimentos Gerais e de Conhecimento Específico, nota igual ou superior a 5,00 (cinco inteiros).

5.17.7. Na hipótese de anulação de questão(ões) da prova objetiva, quando de sua avaliação, a(s) mesma(s) será(ão) considerada(s) como respondida(s) corretamente pelos candidatos presentes.

5.17.8. Nas provas objetivas, será atribuída nota 0 (zero):

a. À(s) questão(ões) da prova que contenha(m) emenda(s) e/ou rasura(s), ainda que legível(is); À(s) questão(ões) da prova que contenha(m) mais de uma opção de resposta assinalada;

b. À(s) questão(ões) da prova que não estiver(em) assinalada(s) no cartão de respostas; e,

c. À(s) prova(s) objetiva(s) e/ou questão(ões) da prova cujo cartão de respostas for preenchido fora das especificações contidas no mesmo ou nas instruções da prova, ou seja, preenchidas com canetas não esferográficas ou com canetas esferográficas de cor diferente de azul ou preta, ou ainda, com marcação diferente da indicada no modelo previsto no cartão;

d. À(s) questão(ões) incorreta(s).

5.18. Da Prova de Títulos

5.18.1. A coleta de documentação para a Prova de Títulos será realizada previamente à prova objetiva, com início no horário de fechamento dos portões, domingo, 12 de abril de 2015.

5.18.2. O candidato que deixar de entregar os documentos integrantes da Prova de Títulos no local, horário e prazo indicado no item 5.18.1 participará do certame, porém terá nota "zero" na Prova de Títulos.

5.18.3. É vedado ao candidato se ausentar de sala para a obtenção de qualquer documento necessário à Prova de Títulos.

5.18.4. Os comprovantes dos títulos e tempo de serviço não serão devolvidos ao candidato nem serão fornecidas cópias destes títulos. Por este motivo, não devem ser entregues ou encaminhados documentos originais, exceto as certidões/declarações para a Prova de Títulos.

5.18.4.1. A autenticidade dos documentos apresentados para a Prova de Títulos é de responsabilidade exclusiva do candidato, sendo o mesmo eliminado do certame caso seja comprovada a não autenticidade dos mesmos, levando-o a responder civil e criminalmente sob os respectivos atos.

5.18.5. Os documentos integrantes da Prova de Títulos são os que seguem e devem ser entregues na ordem indicada:

a. Cópia do Diploma de Doutorado (frente/verso), se tiver;

b. Cópia do Diploma de Mestrado (frente/verso); se tiver;

c. Cópia do Certificado de Pós-Graduação (frente/verso) - Especialização, se tiver;

d. Cópia dos certificados de cursos de atualização, se tiver;

e. Comprovantes de tempo de serviço no magistério, se tiver.

5.18.6. A pontuação da Prova de Títulos será na escala de zero (0) a 10 (dez), computados os títulos nos seguintes pontos, desprezando-se o que exceder a 10 (dez) pontos:

a. Títulos de Educação Formal, computada somente a pontuação

de maior nível

a.1. Diploma de Doutorado na área da educação / disciplina de atuação - 10 (dez) pontos, máximo de 10 (dez) pontos;

a.2. Diploma de Mestrado na área da educação / disciplina de atuação - 7 (sete) pontos, máximo de 7 (sete) pontos;

Certificado de Pós-Graduação - Especialização na área da educação / disciplina de atuação, com carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas - 4 (quatro) pontos, máximo de 4 (quatro) pontos

b. Certificados de cursos de atualização exclusivamente na área da educação, computada a pontuação pela soma das cargas horárias de cursos, conforme segue:

Carga Horária Comprovada	Pontos
Até 100 horas, exclusive	Zero
De 100 horas a 150 horas, exclusive	0,5 (meio ponto)
De 150 horas a 200 horas, exclusive	1,0 (um ponto)
De 200 horas a 250 horas, exclusive	1,5 (um vg cinco ponto)
De 250 horas a 300 horas, exclusive	2,0 (dois pontos)
De 300 horas a 350 horas, exclusive	2,5 (dois vg cinco pontos)
De 350 horas a 400 horas, exclusive	3,0 (três pontos)
400 horas ou mais	3,5 (três vg cinco pontos)

c. Tempo de serviço no magistério, computados os pontos à razão de 0,5 (zero vg cinco) ponto por semestre letivo completo, sendo desconsiderados tempos concomitantes ou paralelos, conforme segue:

Semestres letivos completos	Pontos
Nenhum	Zero
1 (um)	0,5 (meio ponto)
2 (dois)	1,0 (um ponto)
3 (três)	1,5 (um vg cinco ponto)
4 (quatro)	2,0 (dois pontos)
5 (cinco)	2,5 (dois vg cinco pontos)
6 (seis)	3,0 (três pontos)
Mais de 6 (seis)	3,5 (três vg cinco pontos)

5.18.7. Em relação aos documentos indicados no item anterior (5.18.6.), devem ser observados os seguintes aspectos:

a. Deverá ser apresentada também cópia do verso do diploma ou do certificado, com os respectivos apostilamentos correspondentes à(s) respectiva(s) habilitação(ões).

b. O diploma ou o certificado, indicados nos itens 5.18.6.a.1, 5.18.6.a.2 ou 5.18.6.a.3 poderá ser substituído por certidão ou declaração da Instituição de Ensino, em que conste: a) a conclusão do respectivo curso pelo candidato e b) que o respectivo diploma ou certificado encontra-se em fase de confecção ou de registro junto aos órgãos competentes.

c. A certidão de defesa de tese ou de dissertação e o histórico escolar ou certidão de conclusão de disciplinas (grade curricular) não substituem a certidão ou declaração indicada no item anterior (5.18.7.b).

d. Caso não seja apresentada a cópia do verso do diploma ou certificado (registro, apostilamento, etc.), este diploma não será computado para fins da prova de títulos.

e. Somente serão computados cursos de atualização do item 5.18.b cujo término do curso tenha ocorrido a partir de 01 de janeiro de 2012.

f. Não serão computados os cursos de atualização do item 5.18.b com carga horária menor que 20 (vinte) horas;

g. Os certificados de curso de atualização dos itens 5.18.5.b que não indicarem a respectiva carga horária, o período de realização do curso e registro pela entidade responsável, não serão pontuados.

h. A comprovação do tempo de serviço no magistério deverá ser

comprovada:

h.1. Se exercida em escola vinculada a qualquer esfera do poder público - por certidão expedida por órgão competente, Gerência Regional de Educação, Recursos Humanos, Secretaria de Educação do Estado, contendo os dados do candidato (nome e CPF), as datas de admissão e de saída e, do tempo total de exercício no cargo.

h.2. Se exercida em escola vinculada a entidade privada - por declaração da respectiva escola, contendo os dados do candidato (nome e CPF), as datas de admissão e de saída e, do tempo total de exercício no cargo, acompanhada da cópia das folhas da carteira profissional do candidato (folha de identificação, de qualificação e do registro do contrato, bem como das alterações).

h.3. A certidão e a declaração indicadas nos itens "h.1" e "h.2" deverão conter o nome por extenso do órgão ou a razão social e o nome da escola, bem como, no caso desta (particular), o respectivo carimbo do CNPJ.

h.4. A ausência de qualquer dos elementos e/ou informações previstas nos itens anteriores, implicará em não serem computados os pontos de tempo de serviço de magistério.

h.5. Não será computado como tempo de serviço no magistério, o tempo de estágio, de monitoria e de bolsa de estudo, nem o tempo de trabalho voluntário exercido na condição de estudante.

i. Não serão recebidos certificados e/ou diplomas originais.

j. Não haverá, qualquer que seja a alegação, devolução dos documentos apresentados para a prova de títulos.

5.19. Da Prova Prática

5.19.1. Serão convocados para as provas práticas, para os cargos previstos no item 4 do Anexo I, os candidatos aprovados nas provas objetivas de Conhecimentos Gerais e de Conhecimento Específico e pré-classificados até 10 (dez) vezes o número de vagas previsto para o cargo.

5.19.2. Havendo empate na última posição da pré-classificação, para aplicação do item 5.19.1, serão convocados todos os candidatos com a mesma média.

5.19.3. Os candidatos pré-classificados para a prova prática serão convocados por edital publicado no Diário Oficial dos Municípios, com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência à data de sua realização, sendo naquele informada a data, local e horário de realização da prova e a disponibilidade da nominata dos convocados no mural da Sede da Prefeitura e no site do Concurso Público indicado no item 3.2.1.

5.19.4. Do edital de convocação constará apenas a nominata dos candidatos, em ordem alfabética, seu número de inscrição, o local de realização de sua prova e, também, a menor média dentre os candidatos pré-classificados, não sendo, portanto divulgadas nesta ocasião, as notas da prova objetiva dos candidatos individualmente.

5.19.5. Os candidatos aos cargos de cujo requisito adicional conste Carteira Nacional de Habilitação, quando convocados para a prova prática, obrigatoriamente, deverão comparecer para a realização da referida prova portando Carteira Nacional de Habilitação na categoria mínima requerida.

5.19.5.1. O candidato que comparecer sem a carteira de habilitação na categoria mínima requerida será impedido de realizar a prova prática de direção, sendo considerado NÃO APTO na prova prática.

5.19.6. As provas práticas, para os cargos previstos no item 4 do Anexo I, valerá 10,00 pontos e visa aferir experiência, adequação de atitudes, postura e habilidades do candidato nos pontos previstos no respectivo anexo.

5.19.7. Demais informações a respeito da prática constarão de edital específico de convocação para as mesmas.

5.19.8. As provas práticas serão avaliadas através do conceito "APTO" e "NÃO APTO".

5.19.9. Será considerado APTO o candidato que atingir nota igual ou superior a 5,00 pontos na prova prática.

5.19.10. Serão considerados aprovados na prova prática os candidatos que obtiverem o conceito "APTO".

5.19.11. Para a entrada nos locais de prova prática, os candidatos deverão apresentar Cédula de Identidade ou carteira expedida por órgãos ou conselhos de classe que tenham força de documento de identificação (CRA, CREA, CRC, OAB, etc.), RNE, carteira de trabalho e previdência social, carteira nacional de habilitação com foto, passaporte brasileiro ou certificado de reservista com foto.

a. O documento apresentado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato.

b. Não serão aceitos protocolos ou quaisquer outros documentos (como crachás, carteira estudantil, identidade funcional, título de eleitor, carteira nacional de habilitação ou certificado de reservista sem fotografia, etc.), diferentes dos estabelecidos no item 5.19.11.

c. Não serão aceitas cópias de documentos ou papéis em substituição aos exigidos nos itens 5.19.11, quer eles estejam autenticados ou não.

6. Da classificação

6.1. Os candidatos aprovados na Prova Objetiva de Conhecimentos Gerais e na Prova Objetiva de Conhecimento Específico e considerados APTOS na prova prática (se aplicável), serão classificados por cargo, em ordem decrescente de pontos, calculados a partir da média aritmética ponderada das notas obtidas nas provas de que tenha participado, expressos estes pontos com 2 (duas) casas decimais, calculados pelas seguintes fórmulas:

6.1.1. Para os cargos com provas de títulos:

PONTOS = 20% x nota da prova de Conhecimentos Gerais + 40% x nota da prova de Conhecimentos Específicos + 40% x nota da Prova de Títulos.

6.1.2. Para os cargos sem provas de títulos:

PONTOS = 40% x nota da prova de Conhecimentos Gerais + 60% x nota da prova de Conhecimentos Específicos.

6.2. Ocorrendo empate na média aritmética ponderada, aplicar-se-á, para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal 10.741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do artigo 1º da mencionada Lei (possuírem 60 anos completos ou mais na data do término das inscrições, sexta-feira, 27 de fevereiro de 2015).

6.3. Para os candidatos que não estão sob o amparo do item anterior, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que tenha:

a. Maior nota na prova de conhecimentos específicos;

b. Maior idade.

6.4. Serão considerados aprovados neste Concurso Público os candidatos classificados até 20 (vinte) vezes o número das vagas previstas no Anexo I.

6.5. O candidato que, mesmo tendo obtido a nota mínima nas provas objetivas a que se submeteu, não obtiver a classificação até a posição limite referida nos itens 6.4, será considerado reprovado no presente Concurso Público, sendo consignada tal reprovação como "Reprovado por corte".

7. Das vagas reservadas a Pessoas com Deficiência

7.1. Serão reservadas vagas a Pessoas com Deficiência - PcD, na proporção de 5% (cinco por cento) das respectivas vagas que surgirem ou forem criadas no prazo de validade do Concurso Público.

7.1.1. Consideram-se Pessoas com Deficiência - PcD aquelas que se enquadrarem nas categorias discriminadas no artigo 4º do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989 e suas alterações, na Súmula 377 do Superior Tribunal de Justiça - STJ e no Enunciado AGU nº 45, de 14 de setembro de 2009.

7.2. O candidato com deficiência deverá remeter para CONCURSO PÚBLICO PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA - EDITAL 001/2015, A/C Caixa Postal 6545 - CEP 88036-972 Florianópolis (SC), por SEDEX-ECT, com postagem até sexta-feira, 27 de fevereiro de 2015, requerimento ao IESSES com os seguintes documentos:

a. Solicitação de enquadramento para concorrer à vaga reservada a pessoas com deficiência, e seu número de inscrição (Modelo B do Anexo V);

b. Cópia do Boleto bancário impresso;
c. Laudo Médico, original, expedido após 01 de dezembro de 2014, atestando a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, com indicação do nome do médico, seu registro no CRM e seu CPF.

7.2.c.1. O laudo médico apresentado terá validade somente para este Concurso Público e não será devolvido.

7.3. O deferimento do requerimento indicado no item 7.2 levará em conta: a) o deferimento do pedido de inscrição do candidato; b) o cumprimento do disposto no mesmo item (7.2) e c) a qualificação do candidato como Pessoa com Deficiência, avaliada a partir do atestado médico apresentado e respectivo número de CID indicado.

7.3.1. O deferimento ou indeferimento serão disponibilizados por ato na mesma data e locais indicados no item 4.1 deste Edital..

7.4. Os candidatos que se declararem com deficiência, caso aprovados no Concurso Público, serão convocados para submeter-se à perícia por equipe multiprofissional de responsabilidade da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, constituída na forma do art. 43 do Decreto n. 3.298/1999, com vistas à confirmação da deficiência declarada, bem assim à análise da compatibilidade ou não da deficiência com as atribuições do cargo e, ainda, da viabilidade das condições de acessibilidade e da adequação do ambiente de trabalho para execução das tarefas.

7.4.1. A decisão da equipe multiprofissional indicada no item anterior (7.4) terá caráter de decisão terminativa.

7.4.2. O não comparecimento do candidato classificado acarretará a perda do direito à vaga reservada.

7.5. A não confirmação da deficiência declarada, a não compatibilidade da deficiência com as atribuições do cargo ou a não viabilidade das condições de acessibilidade e da adequação do ambiente de trabalho para execução das tarefas importarão na perda do direito ao pleito da vaga reservada a Pessoas com Deficiência - PcD.

7.5.1. A perda do direito ao pleito da vaga reservada a PcD também será aplicada à inobservância do disposto nos itens 7.1.1 e/ou 7.2 e/ou 7.3.

7.5.2. Será demitido por justa causa o candidato com deficiência que, no decorrer de suas atividades, tiver verificada a incompatibilidade de sua deficiência com as atribuições do Cargo.

7.5.3. Após a contratação, a deficiência não poderá ser arguida para justificar a concessão de readaptação, licença por motivo de saúde ou aposentadoria por invalidez.

7.6. O candidato PcD participará tanto da classificação geral, como da classificação dos candidatos que concorrem a vagas reservadas a Pessoas com Deficiência.

7.6.1. Os candidatos com Deficiência, respeitada a respectiva classificação específica de PcD, serão chamados para ocuparem a 5ª (quinta) que ocorrer, de modo a se respeitar o percentual definido no item 7.1.

7.7. Não provida a vaga destinada a pessoas com deficiência, por falta de candidatos, por reprovação no Concurso Público ou na avaliação da equipe multiprofissional, será ela preenchida pelos demais concursandos, observada a ordem de classificação.

7.8. O requerimento a que se refere o item 7.2 não se constitui no requerimento previsto para pedidos de condição especial de prova, referido no item 3.14, nem com ele guarda qualquer relação.

8. Das exigências para a Contratação

8.1. Os candidatos aprovados serão contratados, obedecendo-se a ordem de classificação por cargo.

8.2. A aprovação e classificação neste Concurso Público não asseguram ao candidato o direito de ingresso automático no Quadro da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara. A contratação é de competência do Prefeito de São Pedro de Alcântara, dentro do interesse e conveniência da administração, observada a ordem de classificação dos candidatos.

8.3. A escolaridade e requisitos exigidos para o cargo, indicados no item 1.3, deverão ser comprovados até a data limite estabelecida no ato convocatório para a contratação.

8.3.1. O candidato, quando convocado para contratação, deverá comparecer ao Exame Médico Admissional, na data estipulada, apresentando os exames e laudos médicos solicitados, expedidos no máximo há 30 (trinta) dias.

8.3.2. O candidato que não comprovar a escolaridade e os requisitos exigidos, nos termos do item 8.3, será eliminado do Concurso Público.

8.4. Os candidatos aprovados e classificados, quando convocados, têm um prazo máximo de 30 (trinta) dias para assumir suas atividades.

8.5. São condições mínimas para contratação:

a. Encontrar-se no pleno gozo de seus direitos civis e políticos;
b. Estar quite com as obrigações militares e eleitorais (brasileiro nato).

9. Dos pedidos de revisão e dos recursos

9.1. É admitido pedido de revisão quanto:

a. ao não deferimento de inscrição;
b. ao não deferimento de condições especiais de prova;
c. ao não deferimento do enquadramento para concorrer as vagas reservadas às pessoas com deficiência;
d. à formulação das questões e respectivos quesitos;
e. à opção considerada como certa na prova objetiva;
f. à avaliação da prova de títulos;
g. à convocação para a prova prática;
h. à avaliação da prova prática e;
i. aos resultados finais do Concurso Público.

9.2. Os pedidos de revisão relativos ao item "9.1.a", "9.1.b" e "9.1.c" deverão ser interpostos das 9 (nove) horas do dia subsequente à disponibilização do respectivo ato até as 18 (dezoito) horas do dia útil imediatamente posterior.

9.3. O gabarito oficial das provas objetivas será tornado disponível no endereço eletrônico indicado no item 3.2.1, até as 10 (dez) horas do dia seguinte à realização destas provas.

9.3.1. As provas objetivas serão disponibilizadas no endereço eletrônico indicado no item 3.2.1, até as 10 (dez) horas do dia seguinte à realização destas provas, ali permanecendo até as 18 (dezoito) horas do segundo dia útil subsequente a esta disponibilização.

9.3.2. O candidato que desejar interpor pedido de revisão quanto à formulação das questões e respectivos quesitos (item 9.1.d) ou quanto à opção considerada como certa na prova objetiva (item 9.1.e) deverá fazê-lo a partir das 10 (dez) horas do dia seguinte à realização destas provas até as 18 (dezoito) horas do segundo dia útil subsequente à respectiva disponibilização.

9.4. Os resultados da prova de títulos para os cargos de Professor Nível II, serão disponibilizadas no endereço eletrônico indicado no item 3.2.1, até as 18 (dezoito) horas de segunda-feira, 04 de maio de 2015.

9.4.1. Os candidatos poderão obter seu Boletim Individual de Desempenho de Títulos, acessando o endereço eletrônico indicado no item 3.2.1, ícone "Resultados" e informando seu CPF e data de nascimento, no formato solicitado.

9.4.2. Os pedidos de revisão relativos ao item "9.1.f" (avaliação da prova de títulos) deverão ser interpostos das 10 (dez) horas do dia seguinte à disponibilização da avaliação destas provas até as 18 (dezoito) horas do segundo dia útil subsequente à mesma.

9.5. A convocação para a Prova Prática, para os cargos com previsão desta prova serão disponibilizadas no endereço eletrônico indicado no item 3.2.1, até as 18 (dezoito) horas de quarta-feira, 13 de maio de 2015.

9.5.1. Os pedidos de revisão relativos ao item "9.1.g" (convocação para a prova prática) deverão ser interpostos das 10 (dez) horas do dia seguinte à disponibilização da respectiva convocação para esta prova até as 18 (dezoito) horas do segundo dia útil subsequente à mesma.

9.6. Os resultados da prova objetiva e as listas de classificação (para os cargos sem prova prática), serão disponibilizadas no endereço eletrônico indicado no item 3.2.1, até as 18 (dezoito) horas de quarta-feira, 13 de maio de 2015.

9.6.1. Os candidatos poderão obter seu Boletim Individual de Desempenho, acessando o endereço eletrônico indicado no item 3.2.1, ícone "Resultados" e informando seu CPF e data de nascimento, no formato solicitado.

9.6.2. Os pedidos de revisão relativos ao item "9.1.i" (resultados finais do Concurso Público), para os cargos sem prova prática deverão ser interpostos das 10 (dez) horas do dia seguinte à disponibilização da destes resultados e classificação até as 18 (dezoito) horas do segundo dia útil subsequente à mesma disponibilização.

9.7. Os resultados finais e as listas de classificação para os cargos com prova prática, juntamente com a avaliação desta prova, serão disponibilizadas no endereço eletrônico indicado no item 3.2.1, até as 18 (dezoito) horas de segunda-feira, 01 de junho de 2015.

9.7.1. Os candidatos poderão obter seu Boletim Individual de Desempenho, acessando o endereço eletrônico indicado no item 3.2.1, ícone "Resultados" e informando seu CPF e data de nascimento, no formato solicitado.

9.7.2. Os pedidos de revisão relativos ao item "9.1.h" (avaliação da prova prática) e "9.1.i" (resultados finais do Concurso Público), para os cargos com prova prática, deverão ser interpostos das 10 (dez) horas do dia seguinte à disponibilização da avaliação destas provas até as 18 (dezoito) horas do segundo dia útil subsequente à mesma disponibilização.

9.8. Os pedidos de revisão relativos ao item "9.1" serão respondidos nos seguintes prazos e formas:

9.8.1. Se relativos ao indeferimento de inscrição, ao indeferimento ao pedido para condições especiais de prova e não deferimento do enquadramento para concorrer as vagas reservadas às pessoas portadoras de necessidades especiais, através de ato tornado disponível o endereço eletrônico indicado no item 3.2.1, até as 18 horas de quinta-feira, 09 de abril de 2015

9.8.2. Se relativos à formulação das questões e respectivos quesitos de prova e à opção considerada como certa nas provas objetivas - de forma conjunta para todos os candidatos em relação a cada uma das questões da Prova Objetiva de um mesmo cargo - lotação, objeto de Pedido de Revisão, por ato disponibilizado no momento da divulgação dos resultados finais.

9.8.3. Se relativos à avaliação da prova de títulos e da prova prática, juntamente com a decisão sobre os pedidos de revisão dos resultados finais do Concurso Público.

9.8.4. Se relativos aos resultados finais do Concurso Público, até 5 (cinco) dias úteis após o término do prazo para interposição dos mesmos, por ato disponibilizado no site do concurso.

9.9. Somente serão apreciados os pedidos de revisão expressos em termos convenientes e que apontarem as razões e circunstâncias que os justifiquem, interpostos no prazo estipulado para a fase a que se referem, bem como observarem rigorosamente o procedimento estabelecido neste Edital.

9.9.1. Os pedidos de revisão deverão ser elaborados exclusivamente através de formulário digital disponibilizado no ícone "Pedidos de Revisão" do endereço eletrônico indicado no item 3.2.1, a partir da indicação do CPF e data de nascimento do candidato.

9.9.2. Nos formulários digitais não haverá necessidade de qualificação do candidato ou de seu procurador, tendo em vista que cada formulário estará vinculado diretamente ao registro do recorrente.

9.9.3. Ao optar por pedido de revisão, o candidato deverá proceder conforme orientação no referido formulário.

9.9.3.1. Não haverá hipótese de preparação do pedido de revisão por outro meio senão aquele disponibilizado para tal na respectiva página, considerando-se deserto o pedido cujo preparo seja efetuado de outro modo.

9.9.4. As razões do pedido e os respectivos requerimentos deverão ser elaborados previamente em processador de texto de escolha do candidato; uma vez concluídos (razões e requerimentos), estes deverão ser trasladados do arquivo do processador de textos para a respectiva área no formulário digital.

9.9.4.1. As razões do pedido e os respectivos requerimentos deverão ser desprovidos de qualquer identificação do recorrente, timbre de escritório e/ou empresa, etc., permitindo-se assim a sua

análise sem a identificação do postulante.

9.9.4.2. Não é permitida qualquer identificação no corpo das razões do pedido ou de seus respectivos requerimentos, sendo indeferidos sumariamente os que não atenderem a esta condição.

9.9.4.3. O reconhecimento e a consequente consideração de marca distintiva como elemento de identificação do pedido de revisão está contido no poder discricionário do julgador.

9.10. O(s) pedido(s) de revisão(ões) interposto(s) fora do respectivo prazo não serão conhecidos, sendo para tanto consideradas as datas de registro do respectivo sistema eletrônico.

9.11. Pedidos de Revisão inconsistentes e/ou fora das especificações estabelecidas neste edital serão preliminarmente indeferidos.

9.12. A Banca Examinadora constitui última instância para pedido de revisão, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão pedidos de revisão adicionais.

9.13. O gabarito divulgado poderá ser alterado, em função dos pedidos de revisão interpostos ou ex-officio, e as provas serão corrigidas de acordo com o gabarito oficial definitivo.

9.14. Na ocorrência do disposto no item 9.13 e/ou em caso de provimento de pedido de revisão, poderá ocorrer a classificação ou desclassificação do candidato que obtiver, ou não, a nota mínima exigida para a prova.

9.15. As decisões dos pedidos de revisão serão levadas ao conhecimento dos candidatos por meio do site do Concurso Público, não tendo caráter didático, e ficarão disponíveis pelo prazo de 07 (sete) dias a contar da data da publicação do respectivo Edital ou Aviso.

9.16. É admitido recurso quanto:

a. à homologação dos resultados finais.

9.17. Os recursos relativos aos itens 9.16.a. deverão ser interpostos até o primeiro dia útil após a publicação e ciência do respectivo aviso ou ato.

9.17.1. Os recursos relativos aos itens 9.16.a. deverão ser protocolados junto à sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, no horário das 09 às 12 horas e das 14 às 17 horas, com a menção expressa que se relacionam a este Edital.

9.18. Somente serão apreciados os recursos expressos em termos convenientes e que apontarem as circunstâncias que os justifiquem, bem como tiverem indicados o número deste Edital, o nome do candidato, seu número de sua inscrição e endereço para correspondência.

10. DO FORO JUDICIAL

10.1. O foro para dirimir qualquer questão relacionada com o Concurso Público de que trata este Edital é o da Comarca de São José (SC).

11. DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

11.1. Fica delegada competência ao IESSES para:

a. divulgar o Concurso Público;

b. receber as inscrições e respectivos valores das inscrições;

c. deferir e indeferir as inscrições, os pedidos de condições especiais de prova e os pedidos para concorrer a vaga reservada a pessoas com deficiência;

d. elaborar, aplicar, julgar, corrigir e avaliar as provas objeto deste Edital;

e. julgar os pedidos de revisão previstos no item 9.1 deste Edital;

f. prestar informações sobre o Concurso Público.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. O Concurso Público terá validade de 02 (dois) anos, a contar da data do ato de homologação do resultado para cada cargo, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara.

12.2. A homologação do resultado deste Concurso Público será efetuada por cargo ou agrupamentos destes, a critério da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara.

12.3. O extrato deste Edital (Aviso de Abertura) será publicado no site da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara e publicado em jornal de circulação estadual e no Diário Oficial dos Municípios.

12.4. O inteiro teor deste Edital será disponibilizado no endereço eletrônico indicado no item 3.2.1, bem como no site da Prefeitura

Municipal de São Pedro de Alcântara.

12.5. O resultado final (Ato de Homologação do Concurso Público) será publicado Diário Oficial dos Municípios apenas para os candidatos aprovados no Concurso Público.

12.6. Será excluído do Concurso Público o candidato que fizer, em qualquer fase ou documento, declaração falsa ou inexata;

12.7. O candidato deverá manter atualizado seu endereço. Em caso de alteração do endereço constante da «FICHA DE INSCRIÇÃO», o candidato deverá encaminhar documento à Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara indicando seu cargo, número de inscrição e fazendo menção expressa que se relacione ao Concurso Público objeto deste Edital.

12.8. A legislação com vigência após a data de publicação deste Edital, bem como as alterações em dispositivos constitucionais, legais e normativos a ela posteriores não serão objeto de avaliação nas provas do Concurso Público.

12.9. Não serão fornecidos atestados, declarações, certificados ou certidões relativos à habilitação, classificação ou nota de candidatos, valendo para tal fim o boletim de desempenho individual disponível no endereço eletrônico do site do Concurso Público, conforme item 3.2.1. deste Edital, e a publicação do Resultado Final e Homologação no Diário Oficial dos Municípios.

12.10. Será excluído do Concurso Público, por Ato do IESSES, o candidato que:

a. tornar-se culpado de incorreções ou descortesias com qualquer membro da equipe encarregada da realização das provas;

b. for surpreendido, durante a aplicação das provas, em comunicação com outro candidato, verbalmente, por escrito ou por qualquer outra forma;

c. for apanhado em flagrante, utilizando-se de qualquer meio, na tentativa de burlar a prova, ou for responsável por falsa identificação pessoal;

d. ausentar-se da sala de prova, sem o acompanhamento de fiscal;

e. recusar-se a proceder a autenticação digital do cartão resposta ou de outros documentos.

12.11. A Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara e o IESSES não se responsabilizam por eventuais prejuízos ao candidato decorrentes de:

a. Endereço eletrônico errado ou não atualizado;

b. Endereço residencial errado ou não atualizado;

c. Endereço de difícil acesso;

d. Correspondência devolvida pela ECT por razões diversas, decorrente de informação errônea de endereço por parte do candidato;

e. Correspondência recebida por terceiros.

12.12. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, até a data da convocação dos candidatos para as provas correspondentes, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso a ser publicado.

12.13. As despesas relativas à participação do candidato no Concurso Público e à sua apresentação para contratação correrão às expensas do próprio candidato.

12.14. A Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara e o IESSES não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes a este Concurso Público.

12.15. O não atendimento pelo candidato das condições estabelecidas neste Edital, a qualquer tempo, implicará sua eliminação do Concurso Público.

12.16. Os casos não previstos, no que tange à realização deste Concurso Público, serão resolvidos, conjuntamente, pela Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara e pelo IESSES.

São Pedro de Alcântara (SC), 21 de janeiro de 2015.

Jucélio Kremer

Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara

ANEXO I - Códigos, Cargos, Vagas, Salários, Gratificações e Carga horária semanal

1. NÍVEL SUPERIOR

CÓDIGO	CARGO	VAGAS	SALÁRIO	Gratificação	JORNADA SEMANAL
1016	Assistente Social	01	R\$ 3.056,62		40 h
1020	Engenheiro Civil	01	R\$ 1.528,31		20 h
1033	Médico Clínico Geral	01	R\$ 5.556,29	R\$1.645,90	30 h
1047	Médico Clínico Geral PSF	01	R\$ 7.600,14	R\$2.194,54	40 h
1050	Médico Pediatra	01	R\$ 3.704,20	R\$1.755,64	20 h
1064	Odontólogo PSF	01	R\$ 3.291,47		40 h
1078	Odontólogo	01	R\$ 1.528,31		20 h

2. NÍVEL MÉDIO

CÓDIGO	CARGO	VAGAS	SALÁRIO	JORNADA SEMANAL
2018	Fiscal	01	R\$ 1.213,92	40 h
2021	Telefonista	01	R\$ 789,20	30 h
2035	Técnico de Enfermagem	01	R\$ 1.213,92	40 h

3. NÍVEL FUNDAMENTAL

CÓDIGO	CARGO	VAGAS	SALÁRIO	JORNADA SEMANAL
3010	Agente Comunitário de Saúde	01	R\$ 789,20	40 h
3023	Auxiliar Serviços Gerais	01	R\$ 789,20	40 h

4. NÍVEL FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS

CÓDIGO	CARGO	VAGAS	SALÁRIO	Gratificação	JORNADA SEMANAL
4011	Motorista II	01	R\$ 1.199,46		40 h
4025	Oficial Manutenção	01	R\$ 789,20		40 h
4039	Operador de Máquina III	01	R\$ 1.777,52	R\$ 250,00	40 h

5. NÍVEL ALFABETIZADO

CÓDIGO	CARGO	VAGAS	SALÁRIO (1)	JORNADA SEMANAL
5013	Trabalhador Braçal	01	R\$ 789,20	40 h

6. CARGOS DE PROFESSOR

CÓDIGO	CARGO	VAGAS	SALÁRIO (1)	JORNADA SEMANAL
6015	Professor de Ciências	01	R\$ 14,73 POR H.A.	CF. DESIGNAÇÃO
6029	Professor de Língua Portuguesa	01	R\$ 14,73 POR H.A.	CF. DESIGNAÇÃO

ANEXO II - Códigos, Cargos, Escolaridade e demais requisitos.

1. NÍVEL SUPERIOR

CÓDIGO	CARGOS	ESCOLARIDADE	REQUISITOS
1016	Assistente Social	NÍVEL SUPERIOR EM ASSISTÊNCIA SOCIAL	Registro no CRES-SC
1020	Engenheiro Civil	NÍVEL SUPERIOR EM ENGENHARIA CIVIL	Registro no CREASC
1033	Médico Clínico Geral	NÍVEL SUPERIOR EM MEDICINA	Registro no CREMESC
1047	Médico Clínico Geral PSF	NÍVEL SUPERIOR EM MEDICINA	Registro no CREMESC
1050	Médico Pediatra	NÍVEL SUPERIOR EM MEDICINA	Registro no CREMESC
1064	Odontólogo PSF	NÍVEL SUPERIOR EM ODONTOLOGIA	Registro no CROSC
1078	Odontólogo	NÍVEL SUPERIOR EM ODONTOLOGIA	Registro no CROSC

2. NÍVEL MÉDIO

CÓDIGO	CARGOS	ESCOLARIDADE	REQUISITOS
2018	Fiscal	ENSINO MÉDIO COMPLETO	
2021	Telefonista	ENSINO MÉDIO COMPLETO	Laudo de Fonoaudiólogo
2035	Técnico de Enfermagem	ENSINO MÉDIO COMPLETO	Curso de Técnico de Enfermagem e Registro no COREN - Técnico de Enfermagem

3. NÍVEL FUNDAMENTAL

CÓDIGO	CARGOS	ESCOLARIDADE	REQUISITOS
3010	Agente Comunitário de Saúde	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	Residir na Área I Microárea III - Vila Junckes até Centro
3023	Auxiliar Serviços Gerais	ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	

4. NÍVEL FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS

CÓDIGO	CARGOS	ESCOLARIDADE	REQUISITOS
4011	Motorista II	ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO (ANTIGAS SÉRIES INICIAIS OU ANTIGO PRIMÁRIO)	CNH-D OU CNH-E

4025	Oficial Manutenção	ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO (ANTIGAS SÉRIES INICIAIS OU ANTIGO PRIMÁRIO)	
4039	Operador de Máquina III	ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO (ANTIGAS SÉRIES INICIAIS OU ANTIGO PRIMÁRIO)	CNH-D OU CNH-E

5. NÍVEL ALFABETIZADO

CÓDIGO	CARGOS	ESCOLARIDADE	REQUISITOS
5013	Trabalhador Braçal	ALFABETIZADO	

6. CARGOS DE PROFESSOR

CÓDIGO	CARGOS	ESCOLARIDADE	REQUISITOS
6015	Professor de Ciências	DIPLOMA DE LICENCIATURA PLENA EM CIÊNCIAS	
6029	Professor de Língua Portuguesa	DIPLOMA DE LICENCIATURA PLENA EM LÍNGUAS	

ANEXO III - Atribuições dos Cargos:

1. Nível Superior:

1016 - ASSISTENTE SOCIAL

Desenvolve ação de planejamento, coordenação, orientação, supervisão, execução e avaliação de atividades relacionadas ao diagnóstico, desenvolvimento e tratamento de aspectos sociais.

1020 - ENGENHEIRO CIVIL

Assessora a administração municipal com pareceres técnicos, elaboração de projetos, bem como a execução, direção e fiscalização de obras civis, objetivando sua qualidade técnica e economia.

1033 - MÉDICO CLÍNICO GERAL

1047 - MÉDICO CLÍNICO GERAL PSF

1050 - MÉDICO PEDIATRA

Efetua exames médicos, emite diagnósticos, prescreve medicamentos e realiza outras formas de tratamento para diversos tipos de enfermidades.

1064 - ODONTÓLOGO PSF

1078 - ODONTÓLOGO

Diagnostica e trata afecções da boca, dentes e região maxilofacial, utilizando processos clínicos.

2. Nível Médio

2018 - FISCAL

Atividades de nível médio, de natureza operacional, envolvendo serviços específicos de fiscalização de tributos, obras e sanitária.

2021 - TELEFONISTA

Opera equipamentos de telefonia, recebe e transfere ligações, efetua chamadas telefônicas, registra informações, transmite mensagens, localiza pessoas, responde perguntas e tira as dúvidas do público ou encaminha as perguntas a funcionários aptos a respondê-las etc.

2035 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Visa a promoção, proteção e recuperação da saúde do indivíduo, família e a comunidade.

3. Nível Fundamental

3010 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Atividades de prevenção de doenças e promoção da saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob supervisão do gestor municipal.

3023 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Abrange trabalhos braçais em geral, serviços de zeladoria e copa.

4. Nível Fundamental - Anos Iniciais

4011 - MOTORISTA II

Conduz e conserva veículos motorizados, utilizados no transporte oficial de passageiros e cargas.

4025 - OFICIAL DE MANUTENÇÃO

Atividade de nível subalterno de execução qualificação, envolvendo serviços relativos a função de carpinteiro, marceneiro, encanador, pedreiro e eletricitista.

4039 - OPERADOR DE MÁQUINA III

Opera máquinas e equipamentos pesados, executando serviços de terraplenagem, escavação, carregamento, compressão, como retroescavadeira, poclan, trator de esteira, etc.

5. Nível Alfabetizado

5013 - TRABALHADOR BRAÇAL

Executa trabalhos braçais, tais como conservação e limpeza de áreas verdes, vias, logradouros e cemitérios públicos; assentamento e colocação de meios fios, auxiliar de calceteiro, carregar e descarregar viaturas, etc.

6. Cargos de Professor

6015 - PROFESSOR DE CIÊNCIAS

6029 - PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA

Ministrar aulas, elaborar programas, planos de curso e planos de aula, avaliar desempenho dos alunos, outras atividades indicadas no anexo III da Lei Complementar 008/1998.

ANEXO IV - Provas e Programas

Em todas as provas, quando da citação de legislação, devem ser consideradas as alterações da legislação publicadas até 31 de agosto de 2014.

1. Nível Superior

PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS

A Prova de Conhecimentos Gerais será comum aos cargos de nível superior e terá 24 (vinte e quatro questões) como segue:

Língua Portuguesa - 10 (dez) questões

Ortografia. Acentuação. Flexão nominal e verbal. Classes de palavras. Pronomes: cargo, formas de tratamento e colocação. Tempos e modos verbais. Vozes do verbo. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Crase. Pontuação. Significação das palavras. Homônimos e parônimos. Cargo de maiúsculas e minúsculas. Redação. Compreensão e interpretação de texto.

Noções de Informática - 08 (oito) questões

Conceitos básicos. Software, hardware e redes. Noções de Microsoft Windows Seven. Editor de texto Microsoft Word 2007. Planilha Eletrônica Microsoft Excel 2007. Conceitos de Internet e Intranet. Internet Explorer 8. Correio eletrônico Microsoft Outlook 2007. Cópias de segurança (backup). Conceito e organização de arquivos (pastas/diretórios). Tipos de arquivos. Noções básicas de armazenamento de dados.

Raciocínio Lógico-Matemático - 06 (seis) questões

Estruturas lógicas. Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões. Lógica sentencial (ou proposicional): proposições simples e compostas; tabelas-verdade; equivalências; leis de De Morgan; diagramas lógicos. Princípios de contagem e probabilidade. Operações com conjuntos. Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais. Operações com números: naturais, inteiros e racionais; razão e proporção; divisão proporcional; porcentagem; regra de três; juros simples.

PROVAS DE CONHECIMENTO ESPECÍFICO

A Prova de Conhecimentos Específicos será específica a cada um dos cargos de nível superior e terá 06 (seis questões) como segue: 1016 - ASSISTENTE SOCIAL

Políticas sociais públicas no Brasil. A evolução histórica do Serviço Social no Brasil. As influências européia e norte-americana. O movimento de reconceitualização do Serviço Social no Brasil e na América Latina. A trajetória histórica da assistência social na profissão. Construção do conhecimento na trajetória histórica da profissão. As questões teórico-metodológicas do Serviço Social: métodos, instrumentos, técnicas. A pesquisa social e sua relação com a prática do Serviço Social. Serviço Social e Assistência Social: trajetória, história e debate contemporâneo. Planejamento e administração no Serviço Social: tendências, os aspectos da prática profissional e a prática institucional. O processo de trabalho no Serviço Social. Interdisciplinariedade. Movimentos sociais. Terceiro Setor. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Orgânica da Assistência Social. Código de Ética do Assistente Social. Seguridade Social. Sistema Único de Saúde - SUS / Lei 8080/90. Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990). Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003).

Prova Prática: Não há.

1020 - ENGENHEIRO

Projeto, fiscalização e supervisão de arquitetura, instalações elétricas, instalações hidráulicas, instalações de condicionamento de ar, instalações especiais, fundações, infra e superestrutura. Cálculo estrutural. Fundações: tipos, recomendações, indicações. Medições e aceitação de obras. Técnicas construtivas - da locação ao recebimento da obra. Cálculo diferencial e integral. Topografia e Geodésia. Orçamento de obras, quantitativas, custos, BDI. Madeiras - tipos, características, usos recomendados, projetos de estrutura de madeira. Estruturas de aço - projeto e construção. Especificação e contratação de projetos, obras e serviços de construção e demolição. Contratação de serviços: responsabilidade e garantias, licenças, aprovações e franquias. Plano-mestre e cronograma-mestre, cronograma físicos e financeiros; fluxo de caixa; programação de pessoal, materiais equipamentos; sistemática de apropriação de quantitativos físicos e de custos; controle físico e de custos; análise de resultados; garantia e controle da qualidade dos serviços. Quantificação e orçamentação de insumos de projetos, obras e serviços. Fiscalização da construção: recebimento dos serviços; desmobilização de pessoal, remoção e destinação das instalações transitórias; medidas de garantia da integridade da obra; vistorias, perícias, avaliações, arbitramento, laudos e pareceres técnicos. Ferramentas automatizadas para projetos de Engenharia.

Prova Prática: Não há.

1033 - Médico Clínico Geral

1047 - Médico Clínico Geral PSF

Princípios da Infecção Hospitalar, Conceitos em Infecção Hospitalar, Higiênização das mãos, Infecção nosocomial do trato urinário, trato respiratório, sistema vascular, Infecções de feridas cirúrgicas, Isolamentos, Infecções comunitárias do trato respiratório, Infecções urinárias e pielonefrites, Insuficiência cardíaca congestiva, Acidente vascular cerebral, Diabetes mellitus tipo I e II, Cetoacidose diabética, Insuficiência Renal, Hemorragias Digestivas, Pancreatites, Insuficiência Hepática, Infecções mais comuns no paciente idoso. Doenças cardiovasculares: hipertensão arterial sistêmica, doença coronariana, insuficiência cardíaca, arritmias cardíacas, doenças venosas e arteriais periféricas; Doenças pulmonares:

asma brônquica, pneumonias; tuberculose, doenças pulmonares crônicas de natureza obstrutiva e restritiva; Doenças gastroenterológicas: esofagite, gastrite, duodenite, úlcera péptica, síndromes diarreicas, hepatite, pancreatite, litíase biliar, parasitoses intestinais; Doenças renais: insuficiência renal aguda e crônica, síndrome nefrótica, síndrome nefrítica aguda, infecção urinária, nefrolitíase; Doenças endócrinas: diabetes melito, doenças da tireóide, insuficiência adrenal, dislipidemias, obesidade, síndrome metabólica; Doenças do sistema nervoso: infarto e hematoma cerebral, meningites e meningoencefalites, neurocisticercose, epilepsia, cefaléia, coma, vertigem; Doenças psiquiátricas: transtornos do humor, transtornos de pânico e agorafobia, transtorno obsessivo-compulsivo, esquizofrenia; Doenças da pele: infecções cutâneas, eczemas, micoses superficiais, dermatovirose, dermatozoonoses, dermatoses pré-cancerosas e neoplasias malignas; Doenças do sangue: anemias, plaquetopenias, trombocitose, leucemias, leucopenia e agranulocitose, anticoagulação; Doenças infecciosas: doenças sexualmente transmissíveis, toxoplasmose, leptospirose, tétano, dengue, equistossomose mansônica, malária; Doenças reumatológicas: artrites infecciosas, artrite gotosa, artrite reumatóide, doenças do tecido conjuntivo, fibromialgia, osteoporose; Alergia e imunologia: rinite, urticária, alergias alimentares, dermatite atópica, anafilaxia.

Prova Prática: Não há.

1050 - Médico Pediatra

A consulta pediátrica. Avaliação do recém-nascido normal. Avaliação do crescimento e desenvolvimento infantil e seus distúrbios. Nutrição e distúrbios nutritivos. Vacinação. Calendário vacinal da Secretaria de Estado da Saúde do Estado de Santa Catarina. Parasitoses. Diarréias agudas e crônicas. Desidratação e terapia hidro-eletrolítica. Anemias. Afecções agudas do aparelho respiratório. Afecções agudas do aparelho genito urinário. Infecções do sistema nervoso central. Doenças exantemáticas. Afecções agudas dos olhos, ouvidos, boca, nariz e garganta. Afecções do aparelho digestivo. Deformidades ortopédicas congênitas. Abdome agudo - inflamatório, hemorrágico, obstrutivo e perfurativo. Complicações agudas do diabetes mellitus. Distúrbios hemorrágicos. Doenças infecto contagiosas. DST/AIDS. Doença ulcerosa péptica, gastrite e *Helicobacter Pylori*. Convulsões. Choque anafilático. Choque. Intoxicações exógenas. Septicemia. Meningite. Febre reumática. Doença do refluxo gastro esofageano. Reanimação cardio respiratório. Emergência hipertensivas. Hipertensão intra craniana. Acidentes, traumas e semi - afogamento. Atendimento inicial à criança politraumatizada. Diagnóstico precoce do câncer e síndromes para neoplásias. Afecções da pele. Noções básicas de hematologia e oncologia pediátrica. Noções básicas cardiologia pediátrica. Terapêutica hormonal. Antibiótico. Antiinflamatório. Choque. Convulsões. Intoxicações exógenas. Diagnóstico diferencial. Exames imagenológicos e gráficos. Formas de violência na criança e no adolescente. Atendimento às crianças e adolescentes vítimas de violência. Acolhimento da criança e do adolescente.

Prova Prática: Não há.

1064 - Odontólogo PSF

1078 - Odontólogo

Diagnóstico e plano de tratamento em Clínica Geral. Conceitos da Etiologia da cárie e sua prevenção. Microbiologia da placa bacteriana. Controle e prevenção da cárie dentária relacionado à dieta e a hábitos de higiene. Controle e prevenção da doença periodontal. Plano de tratamento em periodontia. Doenças gengivais e periodontais na criança e no adulto. Microbiologia periodontal. Controle químico e mecânico do bio-filme dental. Utilização tópica e sistêmica de flúor na prevenção da cárie; flúor sistêmico : aspectos básicos, toxicológicos e clínicos; considerações clínicas e laboratoriais sobre a atividade dos compostos fluoretados no esmalte dental. Anestesia local em Odontologia, no adulto e na criança: técnicas, tipos, efeitos e indicações dos anestésicos locais; acidentes e complicações da anestesia local. Cirurgia: princípios de exodontia não complicada e complicada de dentes decíduos e permanentes. Cirurgia Bucal menor. Cuidados iniciais e posteriores

às exodontias. Patologia dos tecidos moles e duros: hiperplasias e neoplasias malignas e benignas. Manifestações bucais das doenças sistêmicas. Noções sobre traumatologia bucomaxilofacial. Doenças passíveis de transmissão durante o tratamento odontológico, na criança e no adulto. Medidas de precaução padrão, condutas frente a acidentes profissionais; Normas de Bio-segurança na Clínica Odontológica. Dentística e Materiais dentários: princípios no tratamento da cárie; materiais odontológicos para a proteção dentino-pulpar em dentes permanentes e decíduos; propriedades e indicações do uso do amálgama de prata e das resinas compostas. Propriedades e principais usos dos cimentos de ionômero de vidro em dentes permanentes e decíduos. Radiologia: técnicas radiográficas intra-bucais no adulto e na criança; métodos de localização radiográfica; princípios de interpretação radiográfica. Endodontia em dentes decíduos e permanentes: métodos de diagnóstico da patologia pulpar e periapical; tratamento endodôntico em dentes com polpa viva e polpa morta; substâncias químicas auxiliares; medicação intra-canal e obturação do canal radicular. Oclusão e articulação temporomandibular no adulto e na criança: anatomia funcional e biomecânica do aparelho mastigatório. Princípios de uma oclusão normal. Diagnóstico das disfunções temporomandibulares.

Prova Prática: Não há.

2. Nível Médio

PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS

A Prova de Conhecimentos Gerais será comum aos cargos de nível médio terá 24 (vinte e quatro questões) como segue:

Língua Portuguesa - 10 (dez) questões

Ortografia. Acentuação. Flexão nominal e verbal. Classes de palavras. Pronomes: cargo, formas de tratamento e colocação. Tempos e modos verbais. Vozes do verbo. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Crase. Pontuação. Significação das palavras. Homônimos e parônimos. Cargo de maiúsculas e minúsculas. Redação. Compreensão e interpretação de texto.

Noções de Informática - 08 (oito) questões

Conceitos básicos. Software, hardware e redes. Noções de Microsoft Windows Seven. Editor de texto Microsoft Word 2007. Planilha Eletrônica Microsoft Excel 2007. Conceitos de Internet e Intranet. Internet Explorer 8. Correio eletrônico Microsoft Outlook 2007. Cópias de segurança (backup). Conceito e organização de arquivos (pastas/diretórios). Tipos de arquivos. Noções básicas de armazenamento de dados.

Raciocínio Lógico-Matemático - 06 (seis) questões

Estruturas lógicas. Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões. Lógica sentencial (ou proposicional): proposições simples e compostas; tabelas-verdade; equivalências; leis de De Morgan; diagramas lógicos. Princípios de contagem e probabilidade. Operações com conjuntos. Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais. Operações com números: naturais, inteiros e racionais; razão e proporção; divisão proporcional; porcentagem; regra de três; juros simples.

PROVAS DE CONHECIMENTO ESPECÍFICO

A Prova de Conhecimentos Específicos será específica a cada um dos cargos de nível médio e terá 06 (seis questões) como segue:

2018 - Fiscal

Noções de Direito Administrativo. Atos Administrativos. Poder de polícia - conceito, competência, limites, legitimidade e características. Princípios Administrativos - Conceito, base legal e aplicação dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Protocolo: recepção, classificação, registro e distribuição de documentos. Expedição de correspondência: registro e encaminhamento. Noções básicas de segurança e higiene do trabalho inerente às atividades a serem desenvolvidas. Relacionamento humano no trabalho. Importância da disciplina no trabalho. Noções básicas de Qualidade e Produtividade.

Prova Prática: Não há.

2021 - TELEFONISTA

Serviço de protocolo e arquivo: tipos de arquivo, acessórios do arquivo, fases do arquivamento: técnicas, sistemas e métodos. Protocolo: recepção, classificação, registro e distribuição de documentos. Expedição de correspondência: registro e encaminhamento. Recepção: informações, encaminhamento, atendimento a clientes, registro, manuseio e transmissão de informações. Atendimento ao telefone: recepção/transmissão de recados e informações, transferência de ligações, utilização do telefone e cuidados com o aparelho. Apresentação pessoal: vestuário, postura, etc. Relacionamento interpessoal: a importância do auto-conhecimento, as diferenças individuais, temperamento, caráter, personalidade, superação de conflitos no relacionamento, capacidade de empatia. Elementos da comunicação: emissor e receptor, canais de comunicação, mensagens, códigos e interpretação, obstáculos à comunicação, a voz e suas funções. Ética no exercício profissional: a imagem da empresa, imagem profissional, sigilo e postura. Prova Prática: Não há.

2035 - Técnico de Enfermagem

Lei do exercício profissional: Lei nº 7498, de 1986, alteração de seu artigo 23 (Lei 8967) e Decreto nº 94406/87. Código de Ética de Enfermagem [Resolução COFEN 160 RJ 12/05/93]. Resolução COFEN nº 195/97. Vigilância à saúde: conceito, componentes, práticas. Assepsia e antisepsia. Métodos de esterilização e desinfecções. Noções de microbiologia e parasitologia. Equipes de saúde e equipe de enfermagem. Relações humanas. Preparo para exames laboratoriais: sangue, urina, fezes e escarro. Saúde na comunidade: educação em saúde, visita domiciliar. IMUNIZAÇÃO: esquema básico de imunização recomendado pelo Ministério da Saúde; doenças preveníveis por imunização, rede de frio. Técnicas básicas de enfermagem: sinais vitais, nebulização, curativo e bandagem, retirada de pontos. Ministração de medicamentos por via gástrica, parenteral, retal, vaginal, ocular, nasal e auricular. Principais emergências e primeiros socorros. Noções de vigilância epidemiológica, controle de doenças transmissíveis e agentes causadores. Prevenção de doenças: escabiose, verminose, pediculose, tunga penetrans, doenças sexualmente transmissíveis e AIDS, hipertensão arterial, desidratação, diabetes, hanseníase, asma brônquica. Enfermagem em saúde mental. Enfermagem no pré-natal. Medidas de frequência das doenças, indicadores de saúde, morbidade - incidência e prevalência. Epidemiologia e Serviços de saúde. Negligência e maus tratos na criança e no adolescente. A mortalidade materna e infantil. Higiene e segurança no trabalho. Prova Prática: Não há.

3. Nível Fundamental

PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS

A Prova de Conhecimentos Gerais será comum aos cargos de nível fundamental e terá 14 (quatorze) questões como segue:

Língua Portuguesa - 8 (oito) questões

Ortografia. Acentuação. Flexão nominal e verbal. Classes de palavras. Pronomes: emprego, formas de tratamento e colocação. Tempos e modos verbais. Vozes do verbo. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Crase. Pontuação. Significação das palavras. Homônimos e parônimos. Emprego de maiúsculas e minúsculas. Redação. Compreensão e interpretação de texto.

Matemática e Raciocínio Lógico - 6 (seis) questões

Conjuntos numéricos: inteiros e fracionários. Operações: adição, multiplicação, subtração, divisão e potenciação. Problemas sobre as operações: adição, multiplicação, subtração e divisão. Elementos de geometria: triângulos, quadriláteros e cubo. Sistemas de medida: comprimento, área, volume, massa, capacidade, tempo. Sistema monetário brasileiro.

PROVAS DE CONHECIMENTO ESPECÍFICO

A Prova de Conhecimentos Específicos será específica a cada um dos cargos de nível fundamental e terá 6 (seis questões) como segue:

3010 - Agente Comunitário de Saúde

A Constituição Federal de 1988 e a Lei Orgânica do SUS: Artigos

196 a 200 da Constituição Federal, Leis Federais 8080 e 8142 (noções). Atribuições dos Agentes Comunitários de Saúde - ACS; Lei 10.507/2002. Ética dos ACS; trabalho em equipe. Noções básicas de higiene e limpeza. Cuidados elementares para com o patrimônio. Utilização de materiais e equipamento de limpeza, guarda e armazenagem de materiais e utensílios. Serviços relativos à saúde do indivíduo e da família. Noções básicas de segurança. Relações humanas. Noções básicas de Higiene pessoal.

Prova Prática: Não há.

3023 - Auxiliar de Serviços Gerais

Noções básicas de conservação e manutenção. Noções básicas de higiene e limpeza. Cuidados elementares com o patrimônio. Utilização de materiais e equipamentos nas áreas de zeladoria e copa. Guarda e armazenagem de materiais e utensílios. Habilidades manuais no desempenho das tarefas nas áreas de zeladoria e copa: sequência correta das operações; uso correto de ferramentas, utensílios e equipamentos; manutenção e conservação de ferramentas, utensílios e equipamentos; dosagem dos produtos para limpeza; uniformidade da limpeza; dosagem de ingredientes. Noções básicas de segurança e higiene do trabalho inerente aos serviços de zeladoria e copa. Relacionamento humano no trabalho. Importância da disciplina no trabalho. Noções básicas de Qualidade e Produtividade.

4. Nível Fundamental - Anos Iniciais

PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS

A Prova de Conhecimentos Gerais será comum aos cargos de nível fundamental - anos iniciais e terá 14 (quatorze) questões como segue:

Língua Portuguesa - 8 (oito) questões

Interpretação de texto(s). Sílabas e divisão silábica. Ortografia. Acentuação gráfica. Crase. Classes gramaticais variáveis: substantivo, adjetivo, artigo, numeral, pronome e verbo. Termos essenciais da oração: sujeito e predicado. Termos integrantes da oração: objeto direto e indireto, agente da passiva e complemento nominal. Orações coordenadas. Orações subordinadas: substantivas, adjetivas e adverbiais. Concordância verbal e nominal. Pontuação.

Matemática e Raciocínio Lógico - 6 (seis) questões

Conjuntos numéricos: inteiros e fracionários. Operações: adição, multiplicação, subtração, divisão e potenciação. Problemas sobre as operações: adição, multiplicação, subtração e divisão. Elementos de geometria: triângulos, quadriláteros e cubo. Sistemas de medida: comprimento, área, volume, massa, capacidade, tempo. Sistema monetário brasileiro.

PROVAS DE CONHECIMENTO ESPECÍFICO

A Prova de Conhecimentos Específicos será específica a cada um dos cargos de nível fundamental - anos iniciais e terá 6 (seis) questões como segue:

4011 - Motorista II

Legislação (Código Nacional de Trânsito e seu Regulamento). Regras gerais de circulação. Deveres e Proibições. Infrações e penalidades. Dos veículos. Dos condutores de veículos. Direção Defensiva. Prevenção de Acidentes. Condição Adversa. Colisão. Distância. Cruzamento. Ultrapassagem. Hidroplanagem. Curvas. Rodovias. Primeiros Socorros: Atitudes do Socorrista. Hemorragia. Queimadura. Fratura. Respiração. Circulação. Entorse. Luxação. Sinalização: Sinais de Apito. Placas de Advertência. Placas de Regulamentação. Placas de Indicação de Serviço Auxiliar. Sinalização Horizontal. Mecânica em Geral.

Prova Prática: A prova constará de execução de tarefas inerentes ao cargo visa aferir experiência, adequação de atitudes, postura e habilidades do(a) candidato(a) em:

- Dirigir e operar veículo;
- Verificar condições de conservação e indicar as necessidades de manutenção do veículo sob sua responsabilidade;
- Realizar percursos na cidade, estrada ou fora dela;
- Estacionar (baliza).

4025 - OFICIAL DE MANUTENÇÃO

Noções básicas de conservação e manutenção. Noções básicas de higiene e limpeza. Cuidados elementares com o patrimônio. Guarda e armazenagem de materiais e utensílios. Noções de carpintaria, marcenaria, hidráulica, eletricidade e serviços de alvenaria. Habilidades manuais no desempenho das tarefas: sequência correta das operações; uso correto de ferramentas, utensílios e equipamentos; manutenção e conservação de ferramentas, utensílios e equipamentos. Noções básicas de segurança e higiene do trabalho inerente às atividades a serem desenvolvidas. Relacionamento humano no trabalho. Importância da disciplina no trabalho. Noções básicas de Qualidade e Produtividade.

Prova Prática: A prova constará de execução de tarefas inerentes ao cargo visa aferir experiência, adequação de atitudes, postura e habilidades do(a) candidato(a) em:

- Habilidades nas áreas de carpintaria, marcenaria, hidráulica, eletricidade e serviços de alvenaria.
- Noções básicas de conservação e manutenção;
- Noções básicas de higiene e limpeza;
- Cuidados elementares com o patrimônio;
- Guarda e armazenagem de materiais e utensílios;
- Noções básicas de segurança e higiene do trabalho.

4039 - OPERADOR DE MÁQUINAS III

Legislação (Código Nacional de Trânsito e seu Regulamento). Regras gerais de circulação. Deveres e Proibições. Infrações e penalidades. Dos equipamentos: retroescavadeira, poclan, trator de esteira, etc. Dos condutores de veículos e de equipamentos. Direção Defensiva. Prevenção de Acidentes. Condição Adversa. Colisão. Distância. Cruzamento. Ultrapassagem. Hidroplanagem. Curvas. Rodovias. Primeiros Socorros: Atitudes do Socorrista. Hemorragia. Queimadura. Fratura. Respiração. Circulação. Entorse. Luxação. Sinalização: Sinais de Apito. Placas de Advertência. Placas de Regulamentação. Placas de Indicação de Serviço Auxiliar. Sinalização Horizontal. Mecânica em Geral. Operações com os equipamentos. Prova Prática: A prova constará de execução de tarefas inerentes ao cargo visa aferir experiência, adequação de atitudes, postura e habilidades do(a) candidato(a) em:

- Dirigir/operar equipamentos: retroescavadeira, poclan, trator de esteira, etc.
- Verificar condições de conservação e indicar as necessidades de manutenção do equipamento sob sua responsabilidade;
- Realizar percursos na cidade, estrada ou fora dela;
- Estacionar (baliza).

5. Nível Alfabetizado**PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS**

A Prova de Conhecimentos Gerais de nível alfabetizado terá 14 (quatorze) questões como segue:

Língua Portuguesa - 8 (oito) questões

Interpretação de texto(s). Sílabas e divisão silábica. Classes gramaticais: Substantivo, gênero (masculino e feminino), número (singular e plural) e grau (diminutivo e aumentativo). Classificação do substantivo (próprio, comum e coletivo). Adjetivo (número e gênero).

Matemática e Raciocínio Lógico - 6 (seis) questões

Conjuntos numéricos. Números inteiros (pares e ímpares). Ordem crescente e decrescente. Noções de dobro e triplo. Problemas com as 4 operações (adição, multiplicação, subtração e divisão). Medidas (dúzias, dezena e centena). Calendário (semana, mês e ano).

PROVAS DE CONHECIMENTO ESPECÍFICO

A Prova de Conhecimentos Específicos do cargo de nível alfabetizado terá 06 (seis questões) como segue:

5013 - Trabalhador Braçal

Atividades de conservação e limpeza de áreas verdes, jardins, logradouros, valas e de carga e descarga. Noções básicas de conservação e manutenção. Noções básicas de higiene e limpeza. Cuidados elementares com o patrimônio. Guarda e armazenagem de materiais e utensílios. Habilidades manuais no desempenho

das atividades de conservação e limpeza de áreas verdes, jardins, logradouros, valas e de carga e descarga: sequência correta das operações; uso correto de ferramentas, utensílios e equipamentos; manutenção e conservação de ferramentas, utensílios e equipamentos. Noções básicas de segurança e higiene do trabalho inerente às atividades a serem desenvolvidas. Relacionamento humano no trabalho. Importância da disciplina no trabalho. Noções básicas de Qualidade e Produtividade.

6. Cargos de Professor**PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS**

A Prova de Conhecimentos Gerais será comum aos cargos de professor terá 24 (vinte e quatro questões) como segue:

Língua Portuguesa - 10 (dez) questões

Língua Portuguesa. Compreensão e interpretação de textos. Tipologia Textual. Ortografia oficial. Acentuação gráfica. Emprego das classes de palavras. Emprego do sinal indicativo de crase. Sintaxe da oração e do período. Pontuação. Concordância nominal. Concordância verbal. Regência nominal. Regência verbal. Significação das palavras.

Educação e Legislação - 14 (quatorze) questões

O homem como sujeito histórico. O processo de produção histórica das diferentes sociedades e seus respectivos processos educacionais. A função social da escola pública contemporânea. O Sistema Nacional de Ensino - LEI nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). LEI nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). LEI nº 11.494, de 20 de junho de 2007 (Lei do FUNDEB). LEI nº 10.172/2001. (Plano Nacional de Educação). LEI nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006. (Lei dos nove anos). LEI nº 10.639/2003 (Lei Federal referente ao ensino sobre a História e Cultura Afro-Brasileira). LEI nº 11.645, de 10 de março de 2008. (Lei Federal referente ao ensino sobre a História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena). Parâmetros Curriculares Nacionais. Ensino Fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. Educação Integral/Programa Mais Educação (www.mec.gov.br). Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (www.mec.gov.br). Tecnologias Educacionais no trabalho pedagógico. O Projeto Político Pedagógico: reflexão e intervenção sobre práxis educativa. Aspectos que influenciam na repetência e evasão escolar. O planejamento e a avaliação no processo de apropriação e produção do conhecimento. Proposta curricular da Rede Municipal de Ensino de São Pedro de Alcântara. Documento Norteador para a Proposta Curricular do Município e para o Projeto Político Pedagógico das Escolas Municipais de São Pedro de Alcântara.

PROVAS DE CONHECIMENTO ESPECÍFICO

A Prova de Conhecimentos Específicos será específica a cada um dos cargos de professor e terá 06 (seis questões) como segue:

6015 - Professor de Ciências

A Ciência como produção humana. Concepção de Ciência. Ensino de Ciências no Brasil. O currículo de Ciências no Ensino Fundamental. O Método Científico e suas aplicações. Conceitos primitivos e unificadores. Metodologia do ensino de Ciências. Os seres vivos e o ambiente. Características dos seres vivos. Níveis de organização e propriedades dos seres vivos. Os reinos dos seres vivos. Noções básicas de Ecologia: Biomas/Ecosistema - meio biótico e meio abiótico. Cadeia alimentar, relações e equilíbrio ecológico. Sustentabilidade. Alimentação saudável. O ser humano e a saúde: profilaxia das doenças infecto-contagiosas e sexualmente transmissíveis. Sexualidade e sexo. Teorias sobre a origem da vida. Teorias da Evolução. Botânica: classificação, importância, partes e funções dos vegetais. Zoologia dos invertebrados e vertebrados. Desenvolvimento histórico da química. Evolução dos modelos atômicos. Guerra Química e Bacteriológica. Física do cotidiano. Temas Transversais. Relações étnicorraciais, relações de gênero, cultura, tecnologia e ecocidadania. Consumo. Produção e destino do lixo. Prova Prática - não há.

6029 - Professor de Língua Portuguesa
 Concepções de linguagem. Concepções de aprendizagem. Gêneros do discurso. Leitura e formação de leitores na escola. Inter textualidade na leitura e produção textual na escola. Literatura juvenil: possibilidades de abordagem. Texto e discurso (linguagem, interlocutor, situação comunicativa, coesão, coerência, adequação textual e clareza). Gramática normativa e o ensino da língua portuguesa. Desdobramentos da gramática normativa: fonologia, morfologia, sintaxe e semântica. Linguagem nas modalidades oral e escrita em diferentes esferas da interação humana. Interdisciplinaridade no ensino de língua portuguesa. Ensino de língua portuguesa conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais. O ensino de língua portuguesa e o uso de tecnologias da informação e comunicação. O ensino de língua portuguesa conforme a Temas transversais e o ensino de língua portuguesa. Avaliação da aprendizagem no ensino de língua portuguesa.
 Prova Prática - não há.

ANEXO V - MODELOS

A - Requerimento para condições especiais de prova

Ao Instituto de Estudos Superiores do Extremo Sul - IESSES

Nome do Candidato -
 Número da Inscrição -
 CPF -
 Cargo -
 Função -

O candidato acima qualificado vem pelo presente requerer as seguintes condições especiais para realização das provas objetivas previstas no Edital 001/2015 do Concurso Público da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA.

☐ Condição Física - Sala de fácil acesso (rampa ou elevador)

☐ Condição Física - Carteira de fácil acesso e/ou com maior espaço ao seu redor

☐ Condição de Lactante - Sala especial para amamentação

☐ Condição Visual - Prova "em Braille"

☐ Condição Visual - Prova ampliada (fonte 24)

☐ Tempo Adicional com justificativa por especialista na área de deficiência

Local, Data e Assinatura.

B - Requerimento para concorrer a vagas reservadas às pessoas com deficiência

AO IESSES

Nome do Candidato -
 Numero da Inscrição -
 CPF -
 Cargo -

O candidato acima qualificado vem pelo presente requerer seu enquadramento para concorrer a vagas reservadas às pessoas com deficiência, nos termos da legislação vigente, juntando os documentos exigidos pelo Edital 001/2015 da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA.

Local, Data e Assinatura.

DECRETO N.º 05/2015

DECRETO n.º 05/2015

NOMEAÇÃO DOS INTEGRANTES DA COMISSÃO COORDENADORA DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 44/97, de 26 de junho de 1997

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os integrantes do Conselho Municipal de Educação que terá a seguinte composição:

I - Representante da Secretaria Municipal de Administração:

- Michele Maia da Silva

II - Conselho Municipal De Educação:

- Valéria Lohn Zimmermann

- Paulo Henrique Lohn

- Tcharles Wiliam Veber

- Eliete Hoffmann Kuhn

- Francisleine Kuhn

- Cléia Verônica Hames Kretzer

Art.2º - Fica atribuído a comissão coordenadora as seguintes funções:

§1º Validar;

§2º Organizar e

§3º Liderar um amplo debate do Documento-Base.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revoga-se as disposições em contrario.

Art. 5º - Registre-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 27 de janeiro de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2015.

DECRETO Nº001/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº001/2015

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 6º da Lei nº 929/2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara no valor de R\$ 152.000,00 (cento e cinquenta e dois mil reais) por conta do Superávit Financeiro na dotação abaixo identificada:

04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.01.12.361.4-1.012 - Ampliação e Reforma das Escolas do Ensino Fundamental R\$ 152.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0276 - Aplicações Diretas R\$
152.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 08 de janeiro de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

DECRETO Nº002/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº002/2015

TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 929/2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido o saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.

07 - SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

07.01.15.452.10-2.077- Funcionamento e Manutenção da Coordenadoria de obras R\$ 5.000,00

Anula:

3.3.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Suplementa:

4.4.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas
R\$ 5.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 12 de janeiro de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

DECRETO Nº004/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº004/2015

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro

de Alcântara.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 6º da Lei nº 929/2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara no valor de R\$ 14.552,82 (quatorze mil, quinhentos e cinquenta e dois reais e oitenta e dois centavos) por conta do Superávit Financeiro na dotação abaixo identificada:

04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.01.12.361.4-2.015 - Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 14.552,82

3.1.90.00.00.00.00.00.0173 - Aplicações Diretas R\$ 14.552,82

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 21 de janeiro de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

DECRETO Nº250/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº250/2014

FICA CANCELADO OS RESTOS A PAGAR DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCANTARA ABAIXO IDENTIFICADOS.

EDSON JOSE DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal,

DECRETA:

Art.1º - Fica cancelado os Restos a Pagar da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, abaixo relacionados:

10 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

2.025 - Func. e Manut. do Meio Ambiente

Empenho nº 42/13 - BRASIL TELECOM S.A. OI no valor de R\$90,52 (noventa reais e cinquenta e dois centavos).

Motivo: saldo de empenho estimativo.

04 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO

2.003 - Func. e Manut. da Secretaria Administração Finanças e Planejamento

Empenho nº 3683/13 - BRASIL TELECOM S.A. OI no valor de R\$1.804,03 (um mil, oitocentos e quatro reais e três centavos).

Empenho nº 3705/13 - BRASIL TELECOM S.A. OI no valor de R\$1.500,00 (um mil, quinhentos reais).
Empenho nº 2315/13 - EMBRATEL no valor de R\$32,96 (trinta e dois reais e noventa e seis centavos).

Motivo: saldo de empenhos estimativos.

Empenho nº394/2013 - AUDATEX SERVIÇOS LTDA no valor de R\$7.754,00 (sete mil, setecentos e cinquenta e quatro reais).

Motivo: Serviço não utilizado - C.I. Nº102/2014.

03 - GABINETE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO

2.002 - Func. e Manut. do Gabinete do Prefeito e do Vice-Prefeito

Empenho nº 3684/13 - BRASIL TELECOM S.A. OI no valor de R\$8,94 (oito reais e noventa e quatro centavos).
Empenho nº 2882/13 - 14 BRASIL TELECOM CELULAR S.A. OI no valor de R\$189,56 (cento e oitenta e nove reais e cinquenta e seis centavos).

Motivo: saldo de empenhos estimativos.

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

2.006 - Func. e Manut. do Ensino Fundamental

Empenho nº 3704/13 - BRASIL TELECOM S.A. OI no valor de R\$437,47 (quatrocentos e trinta e sete reais e quarenta e sete centavos).
Empenho nº 2514/13 - COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL no valor de R\$68,22 (sessenta e oito reais e vinte e dois centavos).
Empenho nº 3479/13 - COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL no valor de R\$96,88 (noventa e seis reais e oitenta e oito centavos).

Motivo: saldo de empenhos estimativos.

2.008 - Func. e Manut. da Educação Infantil

Empenho nº 3706/13 - BRASIL TELECOM S.A. OI no valor de R\$396,96 (trezentos e noventa e seis reais e noventa e seis centavos).
Empenho nº 3710/13 - CELESC no valor de R\$223,30 (duzentos e vinte três reais e trinta centavos).

Motivo: saldo de empenhos estimativos.

2.010 - Func. e Manut. do Esporte Amador

Empenho nº 3708/13 - CELESC no valor de R\$119,33 (cento e dezenove reais e trinta e três centavos).

Motivo: saldo de empenho estimativo.

07 - SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA

2.014 - Func. e Manut. da Cultura

Empenho nº 3707/13 - BRASIL TELECOM S.A. OI no valor de R\$134,93 (cento e trinta e quatro reais e noventa e três centavos).
Empenho nº 179/13 - COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL no valor de R\$52,88 (cinquenta e dois reais e oitenta e oito centavos).
Empenho nº 3256/13 - CELESC no valor de R\$71,73 (setenta e um reais e setenta e três centavos).

Motivo: saldo de empenhos estimativos.

08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

2.018 -MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Empenho nº3715/2013 - COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL no valor de R\$630,06 (seiscentos e trinta reais e seis centavos).

Motivo: saldo de empenho estimativo.

Empenho nº2733/2013 - ELETRO COMERCIAL ENERGILUZ LTDA EPP no valor de R\$1,33 (um real e trinta e três centavos).

Motivo: saldo de empenho.

2.016 - FUNC. E MANUTENÇÃO DA COORDENADORIA DE OBRAS

Empenho nº702/13 - CEDRO INFRAESTRUTURA LTDA no valor de R\$3.300,00 (três mil e trezentos reais).

Motivo: Material não adquirido. C.I nº119/2014

2.017 - FUNC. E MANUTENÇÃO DA COORDENADORIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Empenho nº 3257/13 - CELESC no valor de R\$38,57 (trinta e oito reais e cinquenta e sete centavos).

Motivo: saldo de empenho estimativo.

Art.2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 31 de dezembro de 2014.

EDSON JOSE DA SILVA FILHO
Prefeito Municipal e.e.

DECRETO Nº251/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.
[www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br](http://www.pmspa.sc.gov.br/gabinete@pmspa.sc.gov.br)

DECRETO Nº251/2014

Abre Crédito Suplementar por conta do EXCESSO DE ARRECADACÃO no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara.

EDSON JOSE DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 6º da Lei nº810/2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara no valor de R\$ 31.448,21 (trinta e um mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e vinte e um centavos) por conta do Excesso de Arrecadação nas dotações abaixo identificadas:

03.01.04.122.3-2.004 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças R\$ 2.500,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 2.500,00
06.01.13.392.8-2.044 - Funcionamento e Manutenção da Cultura R\$ 100,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 100,00
04.01.12.361.4.2015 - Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 2.500,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0161 - Aplicações Diretas R\$ 2.500,00
04.01.12.306.4.2020 - Aquisição e Distribuição de Merenda Ensino Infantil R\$ 1.736,76

3.3.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 1.736,76
04.01.12.306.4.2019 - Aquisição e Distribuição de Merenda Ensino Fundamental R\$ 34,08

3.3.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 34,08
04.01.12.365.4.2016 - Funcionamento e Manutenção do Educação Infantil R\$ 2.300,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0161 - Aplicações Diretas R\$ 2.300,00
04.01.27.812.5-2.025 - Funcionamento e Manutenção do Esporte Amador R\$ 1.768,26

3.3.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 1.768,26
02.01.04.122.2-2.002 - Funcionamento e Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito R\$ 300,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 300,00
07.01.15.452.10.2077- Funcionamento e Manutenção da Coordenadoria de Obras R\$ 200,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0000- Aplicações Diretas R\$ 200,00
08.01.28.845.11-2.086 - Contribuição ao PASEP R\$ 8.164,11

3.3.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 8.164,11
08.01.28.843.11-2.085 - Amortização e Encargos da Dívida R\$ 11.794,00

4.6.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 11.794,00
07.01.15.452.10.2078- Funcionamento e Manutenção da Coordenadoria de Serviços Públicos R\$ 51,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0000- Aplicações Diretas R\$ 51,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 31 de dezembro de 2014.
EDSON JOSE DA SILVA FILHO
Prefeito Municipal e.e.

DECRETO Nº252/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº252/2014

TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

EDSON JOSE DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 810/2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido o saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.

08 - ENCARGOS GERAIS

08.01.28.843.11-2.085 - Amortização e Encargos da Dívida R\$ 1.104,00

Anula:

3.3.90.00.00.00.00.00.0000- Aplicações Diretas R\$ 1.104,00

Suplementa:

4.6.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 1.104,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 31 de dezembro de 2014.

EDSON JOSE DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e

DECRETO Nº253/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº253/2014

Abre Crédito Suplementar por conta do EXCESSO DE ARRECADAÇÃO no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara.

EDSON JOSE DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 6º da Lei nº810/2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) por conta do Excesso de Arrecadação na dotação abaixo identificada:

03.01.04.122.3-2.004 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças R\$ 2.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$
2.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 31 de dezembro de 2014.

EDSON JOSE DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

DECRETO Nº254/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº254/2014

Abre Crédito Suplementar por conta do EXCESSO DE ARRECADAÇÃO no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara.

EDSON JOSE DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 6º da Lei nº810/2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara no valor de R\$ 1.400,00 (um mil quatrocentos reais) por conta do Excesso de Arrecadação na dotação abaixo identificada:

07 - SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇO PÚBLICOS

07.01.15.452.10-2.079 - Manutenção da Iluminação Pública R\$ 1.400,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0087 - Aplicações Diretas R\$
1.400,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 31 de dezembro de 2014.

EDSON JOSE DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

DECRETO Nº255/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº255/2014

Abre Crédito Suplementar por conta do EXCESSO DE ARRECADAÇÃO no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara.

EDSON JOSE DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 6º da Lei nº810/2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara no valor de R\$ 2.350,00 (dois mil trezentos e cinquenta reais) por conta do Excesso de Arrecadação na dotação abaixo identificada:

07 - SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇO PÚBLICOS

07.01.06.182.10-2.076 - Segurança no Trânsito R\$ 2.350,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 2.350,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 31 de dezembro de 2014.

EDSON JOSE DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2015

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2015

O Secretário Municipal de Educação, Cultura e Desporto DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, apresenta o presente Edital:

Art. 1º - Fica regulamentado no município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, a chamada pública para seleção de professores para o ensino fundamental anos iniciais, para o ano letivo de 2015.

§ 1º - Tal edital se fez necessário devido ao fato da falta de professores dispostos a assumirem as turmas, após a realização do processo seletivo nº 02/2014.

Art. 2º - Os/as professores (as) interessados em participar, deverão comparecer a Câmara Municipal de Vereadores do Município de São Pedro de Alcântara, no dia 03 de fevereiro de 2015, às 13h, portanto a seguinte documentação:

I - Xerox Identidade;

II - Xerox CPF;

III - Xerox PIS PASEP/ Carteira Trabalho;

IV - Xerox Título de Eleitor/ Quitação Eleitoral;

V - Xerox Certificado de Reservista; VI - Xerox Títulos Escolares (autenticado);

VII - Xerox Certidão de Casamento;

VIII - Xerox Certidão Filhos menores de 14 anos;

IX - Atestado de Saúde (Médico do Trabalho);

X - 01 Foto 3 x 4 atual;

XI - Comprovante de Residência;

XII - Declaração de bens;

XIII - Declaração de Acumulação;

XIV - Conta Banco Brasil;

XV - Declaração Penalidades;

XVI - Folha Corrida Judicial.

§ 1º - Dúvidas e/ou esclarecimentos sobre a documentação a ser apresentada, poderá ser retirada no Setor de Recursos Humanos, localizado no 2º andar, do Prédio Administrativo da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, no horário de funcionamento 7h às 13h ou através do telefone (48) 32770122 r:221.

§ 2º - A apresentação da documentação no ato da escolha, é de caráter eliminatório.

Art. 3º - As vagas ofertadas, tem como pré-requisito o título de graduação em pedagogia com habilitação em ensino fundamental séries iniciais/anos iniciais, no entanto não havendo interessados para a vaga, ocorrerá a abertura da vaga para professores (as) com o título de graduação com habilitação em educação infantil.

Art. 4º - As turmas existentes serão disponibilizadas e publicadas no mural e no site da prefeitura, em até 24 horas antes da sessão de chamada pública.

Art. 5º - A escolha de turmas será realizada em forma de assembleia, sendo expostas todas as vagas, havendo a manifestação de interesse no momento em que for anunciada a vaga.

§ 1º - Havendo mais de um professor (a) interessado pela mesma turma, será adotado os seguintes critérios de desempate:

I - Título em graduação com habilitação em séries iniciais/anos iniciais; havendo empate;

II - Tempo de magistério; havendo empate;

III - Havendo empate em todos os critérios acima, será utilizado para desempate a maior idade do candidato.

§ 2º - Para o critério de desempate em tempo de magistério, o candidato deverá possuir um comprovante, que deverá ser a certidão original de tempo de magistério. A não apresentação de tal documentação, no ato da escolha é de caráter eliminatório.

Art. 6º - O/a professor (a), que escolher uma turma a qual pertence a um (a) professor (a) efetivo, que se encontra afastado por cargo em gratificação ou atestado médico, estará ciente que seu contrato estará vinculado ao retorno de tal profissional a sala de aula.

Art. 7º - De acordo com o Art. 2º da Resolução nº 08/2014, do Conselho Municipal de Educação (CME): "O professor escolhendo a sua vaga deverá assinar a sua escolha, demonstrando ciência". De acordo com o Anexo I.

Art. 8º - De acordo com o Art. 3º da Resolução nº 08/2014, do CME: "Após a escolha não será permitida a permuta entre professores".

São Pedro de Alcântara, 27 de janeiro de 2015.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Secretário de Educação, Cultura e Desporto

ANEXO I

DECLARAÇÃO

Eu, _____, portador (a) do CPF nº _____ e RG nº _____, servidor (a) efetivo (a) da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para o cargo de _____, declaro que escolhi a turma _____, turno _____ para o ano letivo de 2015, na E.B.M Drº Adalberto Tolentino de Carvalho. Declaro ciência, de que não haverá permuta entre professores.

São Pedro de Alcântara, 03 de fevereiro de 2015.

Nome:

EDITAL N.º 001/CMDCA/2015

Edital n.º 001/CMDCA/2015

Dispõe sobre a convocação para o processo de escolha suplementar para membros do Conselho Tutelar de São Pedro de Alcântara/SC - Gestão 2015/2016, e dá outras providências.

Ana Flávia de Almeida e Silva, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de São Pedro de Alcântara/SC, no uso de sua competência, e em consonância com o disposto na Lei Federal nº. 8.069 de 13 de julho de 1990, Lei Municipal nº. 794/2013,

FAZ SABER que o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de São Pedro de Alcântara/SC, deliberou a abertura de inscrição para o processo de escolha suplementar de membros do Conselho Tutelar de São Pedro de Alcântara/SC - Gestão 2015/2016.

1 - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Será responsável pela operacionalização do processo de escolha dos Conselheiros Tutelares, a Comissão Organizadora do Processo de Escolha, constituída por decisão Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que será disciplinada pela Resolução nº 001/CMDCA/2015, de 06/01/2015, com a seguinte composição:

Presidente: Ana Flávia de Almeida e Silva

Membros: Amarildo Nazareno Stähelin

Michelle Nalovaiko

Adailton Hack

Maria Koerich

§ 1º. A participação no processo de escolha está condicionada à comprovação pelo candidato, dos requisitos constantes deste edital.

§ 2º - O CMDCA fará divulgar os editais integrantes do processo de escolha no mural da Prefeitura de São Pedro de Alcântara, na página oficial eletrônica da Prefeitura de São Pedro de Alcântara (www.pmspa.sc.gov.br), na Sede do CMDCA e nos murais dos principais órgãos públicos municipais, e na sede do Ministério Público da Comarca de São José, sendo de competência do candidato acompanhar doravante todas as informações relativas ao processo.

§ 3º - Compete a Comissão de Escolha:

I. Organizar e coordenar o processo para escolha dos membros do Conselho Tutelar;

II. Fazer as comunicações necessárias ao processo de escolha;

III. Instruir os recursos e as impugnações, junto ao CMDCA;

IV. Designar os membros da Mesa Receptora e Junta Apuradora dos votos;

V. Receber os pedidos de inscrições dos candidatos concorrentes;

VI. Providenciar as credenciais para os fiscais;

VII. Receber e processar toda a documentação referente ao processo de escolha;

VIII. Providenciar material necessário para a realização do processo;

IX. Decidir os casos omissos do presente Edital;

DAS ETAPAS

Art.2º - O Processo de Escolha se realizará em duas etapas, todas de caráter eliminatório:

I. 1ª etapa: Inscrição dos candidatos;

II. 2ª etapa: Eleição dos candidatos por meio de voto direto, secreto e facultativo dos cidadãos maiores de 16 (dezesesseis) anos, com domicílio eleitoral no município de São Pedro de Alcântara.

DO CALENDÁRIO DO PROCESSO DE ESCOLHA

Art.3º. O processo de escolha obedecerá ao seguinte calendário:

I - Período de Inscrição - 02/02 a 02/03/2015

II - Divulgação dos inscritos/deferimentos e Indeferimentos - 04/03/2015

III - Impugnações de inscrições - 05 a 06/03/2015

IV - Interposição de recursos sobre indeferimentos - 09/03 a 11/03/2015

V - Divulgação de candidatura - 12/03/2015

VI - Eleição - 18/03/2015

VII - Divulgação eleição - 18/03/2015

VIII - Posse e compromisso dos Eleitos - 23/03/2015.

DOS REQUISITOS

Art.4º São requisitos para candidatar-se a membro do Conselho Tutelar:

I - reconhecida idoneidade moral;

II - idade superior a 21 (vinte e um) anos;

III - residir no Município de São Pedro de Alcântara, pelo prazo ininterrupto de 2 anos comprovada mediante comprovação segundo os critérios da RESOLUÇÃO CMDCA Nº 001/2015 e comprovante da última votação, devendo estar em dia perante a justiça eleitoral;

IV - apresentar declaração de atividades executadas pelo(a) candidato(a) em entidade/movimento em que trabalhou no trato com crianças e adolescentes, com no mínimo, 2 (dois) anos de experiência;

V - ter disponibilidade para cumprir plantões;

VI - não ter sido penalizado com a destituição da função de Conselheiro Tutelar, nos 05 (cinco) anos antecedentes à eleição;

Art.5º. A comprovação dos quesitos acima será por comprovantes específicos, podendo o CMDCA promover diligências em ocorrência de dúvida.

DO NÚMERO DE VAGAS E REMUNERAÇÃO

Art.6º. O Presente edital, por se tratar de um processo de escolha suplementar, prever a classificação de 3 (três) membros conselheiros titulares, e (cinco) suplentes sendo todos os conselheiros titulares remunerados, para mandato de 23/03/2015 a 09/01/2016, conforme artigo 132 da Lei Federal nº 8.069/90 (Estatuto da

Criança e do Adolescente).

§ 1º - O Conselheiro remunerado deverá ter disponibilidade para o cumprimento de 20 horas semanais de trabalho, além dos plantões para os quais for escalado. Fica estabelecido que a escala de trabalho deverá contemplar as 20 (vinte) horas semanais dentro do horário de funcionamento, bem como organizar os plantões à distância, obedecendo escala de revezamento que será elaborada pelos próprios Conselheiros Tutelares.

Art.7º Na qualidade de membros eleitos, os conselheiros tutelares não serão funcionários públicos dos quadros da Administração Municipal, mas, como a atividade do Conselho Tutelar é permanente, os conselheiros remunerados terão direito a remuneração mensal fixado, conforme Art. 31 da Lei Municipal nº 794, de 18 de novembro de 2013.

§ 1º. No caso dos Conselheiros Remunerados será observado o disposto na Lei Municipal, sendo vedada a acumulação de remuneração de funções públicas, nos termos dos incisos XVI e XVII do art. 37 da Constituição Federal.

§ 2º. O candidato que for membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente que pleitear o cargo de Conselheiro Tutelar deverá requerer o seu afastamento daquele órgão colegiado, no período compreendido entre o ato da confirmação de sua inscrição e a proclamação do resultado do pleito.

§ 3º. Não é necessária a desincompatibilização do candidato que for membro titular do atual Conselho Tutelar e que preencher os requisitos da Lei Municipal 794/2013 e Lei 8.069/90, que não tenha impedimento para inscrever-se ao processo de escolha através de recondução legal, devendo ser observadas as demais normas de divulgação de candidatura, sendo a mesma proibida durante o horário de expediente ou cumprimento de plantão, sob pena de cassação de registro de candidatura quando da comprovação do fato, devidamente apurado pelo CMDCA.

ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO TUTELAR

Art.8º. São atribuições do Conselho Tutelar: (art. 136. Lei Federal nº. 8.069 de 13 de julho de 1990)

I - atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos arts. 98 e 105, aplicando as medidas previstas no art. 101, I a VII, da Lei Federal nº. 8.069 de 13 de julho de 1990.

II - atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII;

III - promover a execução de suas decisões, podendo para tanto:

a) requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;

b) representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.

IV - encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente;

V - encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;

VI - providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no art. 101, de I a VI, para o adolescente autor de ato infracional;

VII - expedir notificações;

VIII - requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;

IX - assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

X - representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no art. 220, § 3º, inciso II, da Constituição Federal;

XI - representar ao Ministério Público para efeito das ações de

perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural.

DOS IMPEDIMENTOS

Art. 9º. São impedidos de servir no Conselho Tutelar marido e mulher, ascendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado.

Art. 10 Estende-se o impedimento do conselheiro, na forma do artigo anterior, em relação à autoridade jurídica e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude em exercício na Comarca de São José.

Art. 11. Quanto aos impedimentos, consideram-se também as relações de fato, na forma da legislação civil vigente.

Art. 12. Ficarão impedidas de participar do Processo aquelas pessoas que foram penalizadas com a destituição da função de Conselheiro Tutelar, nos 05 (cinco) anos antecedentes a este processo eletivo.

DAS INSCRIÇÕES

Art. 13. As inscrições poderão ser feitas no período de 19 janeiro a 23 de janeiro de 2015 na prefeitura de São Pedro de Alcântara, na recepção, mediante preenchimento de formulário próprio a ser fornecido pela CMDCA, sendo que não será permitida inscrição sem toda a documentação necessária.

REQUISITOS COMPROBATÓRIOS

Art. 14. Os requisitos comprobatórios serão comprovados mediante

REQUISITO	DOCUMENTOS
Reconhecida idoneidade moral	Certidão Negativa de Antecedentes Criminais expedida por órgão competente;
Idade superior a vinte e um anos	Cédula de Identidade ou outro documento oficial que contenha foto;
Residir no município de São Pedro de Alcântara no mínimo há um (02) anos ininterruptos e estar inscrito e em dia perante a justiça eleitoral do município	Comprovante de residência e declaração; Título Eleitoral do município de São Pedro de Alcântara e comprovante da última votação em seção eleitoral do município.
Não ter sido penalizado com a destituição da função de Conselheiro Tutelar, nos 05 (cinco) anos antecedentes à eleição.	Certidão do CMDCA.
Experiência Profissional	Declaração com atividades desenvolvidas com crianças e adolescentes de no mínimo 02 anos de experiência, com firma reconhecida ou Curriculum vitae com documentos comprobatórios;

§ 1º - Serão aceitas cópias autenticadas ou cópias com apresentação dos originais neste caso autenticada no ato de entrega das cópias.

§ 2º - Não será feita inscrição faltando documentos, por correspondência, fax, e-mail ou similar, nem será admitida a entrega de qualquer documento após o prazo de encerramento das inscrições.

§ 3º - Serão aceitas inscrições por Procuração Pública ou Particular com assinatura registrada por semelhança, em cartório, com documento de identidade do procurador (original e cópia) e todos os demais documentos do candidato, nos termos deste artigo.

§ 4º - O requerimento de inscrição que não atender os requisitos de candidatura será indeferido, bem como anulados os atos decorrentes dele.

§ 5º - O protocolo do requerimento de inscrição implica por parte do candidato no conhecimento e aceitação de todos os termos fixados na Resolução CMDCA nº 0001/2015, no presente edital e em prévia aceitação do cumprimento do que estabelece a Lei Federal 8.069, de 13 de julho de 1990, Lei Municipal Nº 794/2013

§ 6º- A inscrição é gratuita.

§ 7º - Ultrapassada a fase anterior será publicada a listagem com os nomes dos candidatos inscritos habilitados.

§ 8º - São casos de impugnação da candidatura, o não preenchimento de qualquer dos requisitos constantes no Art.4º deste edital.

Art. 15. Oferecida a impugnação, a Comissão Organizadora dará ciência formal e imediata ao candidato e, em prazo não superior a dois dias emitirá parecer, acolhendo ou rejeitando a impugnação, dando ciência da sua decisão ao candidato.

Art. 16. Ao candidato, cuja impugnação tiver sido acolhida, caberá recurso no prazo de dois dias, a própria Comissão Organizadora, fazendo prova de tudo que for alegado.

DA ELEIÇÃO

Art. 17. Os candidatos com a inscrição deferida, se submeterão à eleição através do voto, facultativo e secreto dos cidadãos maiores de 16 (dezesseis) anos com domicílio eleitoral em São Pedro de Alcântara.

§ 1º. O Processo de Escolha (eleição) será realizada no dia 18 de março de 2015, no horário compreendido entre 8:00 horas as 16:00 horas, na sala de assistência social, localizada no térreo do Prédio Administrativo da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001 - Centro - São Pedro de Alcântara.

§ 2º . Poderão votar os maiores de 16 (dezesseis) anos, mediante apresentação do Título Eleitoral e Carteira de Identidade ou outro documento que tenha foto.

§ 3º. O eleitor terá direito a um único voto, em um único candidato, sendo-lhe assegurado o sigilo do voto mediante os seguintes procedimentos:

I - o eleitor se dirigirá aos mesários apresentando documentos de identificação e assinará a lista com o seu nome;

II - voto será realizado em urna que assegure a inviolabilidade voto;

III - o uso da cabine indevassável para ali o eleitor proceder o seu voto;

Art. 18. No local de votação estabelecido e divulgado pela Comissão Organizadora, haverá: 01(uma) mesa receptora com 04 (quatro) mesários, sendo que 02(dois) funcionarão como fiscais, podendo substituir-se uns aos outros no momento das votações, 01 (uma) urna e 01 (uma) cabine.

Art. 19. A Comissão Organizadora nomeará, através de divulgação da relação, a Mesa Receptora, composta de cidadãos de ilibada conduta, nas funções de Presidente, Secretário e Fiscais.

§ 1º. Não comparecendo um ou mais integrantes da Mesa Receptora, a Comissão de Escolha designará para exercer a função, cidadãos de ilibada conduta presentes no local de votação.

§ 2º. A mesma orientação será observada para a constituição da Junta Apuradora dos votos.

§ 3º. Não podem compor a Mesa Receptora e Junta Apuradora de votos cônjuge e parentes consanguíneos e afins até 4º grau dos candidatos.

§ 4º. Cada candidato poderá indicar 01 (um) fiscal por mesa receptora, não podendo permanecer na sala de votação mais de 02 (dois) fiscais.

§ 5º. O(s) fiscal(is) deverá(ão) ser previamente inscritos no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para esta finalidade, até o dia 11 de março, impreterivelmente;

Art. 20. Nas cabines estarão afixadas as listas dos candidatos em ordem alfabética pelo nome, com apelido e número, devendo ser substituída pelo presidente ou secretário em caso da ocorrência de rasura, anotação ou quaisquer outros sinais que identifiquem algum candidato.

Art. 21. Chegando até a Mesa Receptora, o (a) votante se identificará apresentando seu Título de Eleitor e carteira de identidade ou outro documento com foto, assinará a lista de votação, receberá a cédula e se dirigirá à cabine, onde depositará seu voto correspondente ao nome e/ou o apelido, e ao número do candidato de sua preferência, votando apenas em um dos nomes constantes na lista de candidatos.

§ 1º. O votante ou a votante que não se identificar, através de documento qualificado de votação, não lhe será permitido o direito do voto.

Art. 22. Os candidatos terão livre acesso aos locais de votação e apuração para fins de fiscalização e possível impugnação do procedimento eleitoral, exigindo-se-lhes comportamento disciplinado.

Art. 23. No interior do recinto de votação, só poderão permanecer os membros da mesa receptora, Comissão Organizadora os membros do CMDCA, os fiscais e o eleitor durante o tempo necessário à votação, as demais pessoas deverão ser convidadas a se retirarem do local.

§ 1º. Na hora determinada neste Edital para encerramento da votação, havendo no recinto eleitores a votar, serão distribuídas senhas, prosseguindo-se os trabalhos até que o último eleitor vote.

§ 2º. Encerrada a coleta de votos, no horário estipulado neste Edital, as Mesas Receptoras lacrarão as urnas e em seguida lavrarão ata circunstanciada e encaminharão a urna à Comissão Organizadora, em local previamente destinado para a apuração, onde a Junta Apuradora de imediato providenciará a contagem e lançamento dos votos, em ato público, lavrando-se ata circunstanciada, a qual será assinada pelos integrantes da Junta Apuradora e pelos fiscais presentes.

Art. 24. Os candidatos poderão credenciar 1 (um) fiscal para cada mesa apuradora. É facultada a presença do candidato durante a apuração dos votos;

Art. 25. As impugnações de votos, recontagem e reclamações

serão decididas no curso da apuração, administrativamente, pela Comissão Organizadora, por maioria de votos, cientes os candidatos e fiscais. Caberá recurso da decisão, ao CMDCA.

Art. 26. Após a totalização dos votos, os mesmos serão lacrados em envelope próprio, assinados pela Comissão Organizadora, candidatos, fiscais e pessoas presentes, se assim o desejarem, devendo permanecer pelo prazo de 6 meses sob a responsabilidade do CMDCA.

DAS IMPUGNAÇÕES DA ELEIÇÃO

Art. 27. Todas as impugnações de escolha dos membros do Conselho Tutelar deverão ser encaminhadas ao CMDCA, a quem compete analisar em conjunto com a Comissão Organizadora e tomar as medidas cabíveis aos casos, observando os prazos previstos no cronograma geral do processo de escolha.

Art. 28. Acatada a impugnação, a Comissão de Escolha comunicará o candidato impugnado, que terá direito de apresentar resposta, facultando-lhe acesso ao pedido de impugnação.

DA DIVULGAÇÃO DA CANDIDATURA

Art. 29. O período destinado para divulgação de candidatura para o cargo de Conselheiro Tutelar será no dia 18/03/2015 às 17:00 horas.

Art. 30. A fiscalização da divulgação de candidatura é da competência dos candidatos sob a fiscalização do CMDCA e de toda a comunidade, da Comissão Organizadora e do Ministério Público na forma da Lei.

Art. 31. A violação do disposto e disciplinado neste Edital do CMDCA sujeitará o responsável pela divulgação irregular, a suspensão imediata da situação irregular e abertura de processo pelo CMDCA, com defesa prévia do denunciado em até 48 horas, com penalidades de advertência, até o limite de duas ao mesmo candidato, sendo que a partir de duas penalidades o mesmo estará sujeito à cassação.

Art. 32. Considera-se abuso do poder econômico no processo de escolha:

I - Uso de instituições governamentais e não governamentais, partidos políticos ou entidades religiosas para divulgar a candidatura dos Conselheiros Tutelares;

II - Promessa ou recompensa à população para participar do processo de escolha. Nesse caso, entende-se o transporte de eleitores, distribuição de camisetas, bonés, cestas básicas e outros.

Art. 33. Configurado abuso econômico e comprovado pelo CMDCA em processo investigatório, o registro da candidatura será cassado.

Art. 34. A candidatura é individual e pessoal.

Art. 35. É vedada a propaganda nos veículos de comunicação social (Rádio, televisão, jornal e jornal eletrônico), exceto a divulgação do currículo, a realização de debates e entrevistas coordenadas pelo CMDCA, de forma igualitária para todos os candidatos.

Art. 36. É permitido ao candidato:

I - santinho do candidato, até o tamanho Papel Ofício, constando foto, nome, apelido, número, currículo e propostas de trabalho;

II - reuniões familiares e privadas;

III - mensagens, SMS (torpedos), Blog, site e e-mail, contatos telefônicos;

IV - a apresentação do candidato em entidades civis organizadas, com a finalidade de fazer divulgação de sua candidatura, desde que para tal tenha sido convidado ou autorizado pela entidade.

Art. 37. Os mecanismos de divulgação que não constem neste Edital, são proibidos.

Art. 38. É proibida a propaganda por meio de faixas, cartazes ou inscrições em qualquer local público ou privado, com exceção dos locais autorizados pela Prefeitura Municipal, para utilização de todos os candidatos, em igualdade de condições.

Art. 39. As faixas deverão ter tamanho máximo de 5 metros de comprimento e os cartazes deverão medir no máximo 1 m² (um metro quadrado) sendo seu conteúdo de iniciativa do candidato, observadas as normas gerais deste edital e de outras complementares, que por ventura venham ser emitidas.

Art. 40. Os custos para confecção e fixação das faixas e cartazes ou ainda, a opção em não utilizar-se desta prerrogativa, correrão por conta do candidato.

Art. 41. Em cada local autorizado somente poderá ser colocado uma faixa e um cartaz por candidato.

Art. 42. Não será tolerada propaganda:

I - de processos violentos para subverter o regime, a ordem política e social, ou de preconceitos de raça ou de classes;

II - de incitamento de atentado contra pessoa ou bens;

III - de instigação à desobediência coletiva ao cumprimento da lei de ordem pública;

IV - que implique oferecimento, promessa ou solicitação de dinheiro, dádiva, rifa, sorteio ou vantagem de qualquer natureza;

V - que perturbe o sossego público, com algazarra ou abuso de instrumentos sonoros ou sinais acústicos;

VI - que prejudique a higiene e a estética urbana ou contravenha as posturas municipais ou a outra qualquer restrição de direito;

VII - que caluniar, difamar ou injuriar qualquer pessoa, bem como atingir órgãos ou entidades que exerçam autoridade pública;

VIII - que prejudique o funcionamento de Órgãos Públicos, como Escolas, Hospitais e etc.

Art. 43. O ofendido por calúnia, difamação ou injúria, sem prejuízo e independentemente da ação penal competente, poderá demandar, no juízo cível, a reparação do dano moral, respondendo por este o ofensor.

Art. 44. A utilização de quaisquer recursos ou organismo da administração pública, será considerado abuso de poder econômico e favorecimento pelo uso de bens ou recursos da coletividade, sendo o ato passível de cassação de registro de candidatura e de notificação administrativa ao órgão de origem do servidor público que o favoreceu, independente da ação penal competente, por improbidade administrativa..

Art. 45. No recinto das seções eleitorais e junta apuradora, aos mesários e escrutinadores é proibido o uso de vestuário ou objeto

que contenha qualquer propaganda de candidato.

Art. 46. Aos fiscais, nos locais de votação, só é permitido, nas vestes utilizadas, o crachá de identificação fornecido pelo CMDCA (credencial).

Art. 47. São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos no processo de escolha:

I - Ceder ou usar, em benefício de candidato, bens móveis ou imóveis pertencentes à administração direta ou indireta do município.

II - Fazer ou permitir uso promocional em favor de candidato, de distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social custeados ou subvencionados pelo poder público.

§ 1º. A ocorrência de tal infração constitui ato de improbidade administrativa por parte do agente público, sem prejuízo ao processo de cassação do candidato.

§ 2º. É vedada, vinte e quatro horas antes da eleição, quaisquer formas de divulgação de candidatura nos meios de comunicação ou reuniões públicas, inclusive a realização de debates.

§ 3º. Constituem infrações disciplinares no dia da eleição, sujeitos às penalidades:

I - A distribuição de material de propaganda, inclusive volantes e outros impressos, ou a prática de aliciamento, coação ou manifestação tendentes a influir na vontade do eleitor.

§ 4º. Na fiscalização da divulgação de candidatura, compete a Comissão Organizadora tomar as providências necessárias para coibir práticas ilegais, comunicando-as ao Ministério Público.

Art. 51. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora com base na legislação eleitoral vigente.

DA PROCLAMAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE

Art. 52. Serão considerados eleitos titulares os candidatos que obtiverem maior votação pela ordem de classificação, até o 3º lugar.

Art. 53. Serão declarados primeiros suplentes, na ordem decrescente da colocação, os classificados do 4º ao 8º lugar.

Art. 54. Havendo empate na votação, os critérios de desempate serão:

I. O candidato com maior tempo de experiência com crianças comprovado; havendo empate

III. O candidato mais idoso.

Art. 55. Os membros titulares e suplentes escolhidos serão empossados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente com registro em ata, sendo que os titulares serão nomeados pelo Prefeito Municipal.

Art. 56. Ocorrendo vacância no cargo dos titulares, assumirá o suplente na ordem de classificação.

Art. 57. Caso o candidato eleito exerça cargo em comissão em qualquer esfera do Poder Público, deverá ser exonerado para assumir o cargo de Conselheiro Tutelar.

Art. 58. As atribuições e obrigações dos membros do Conselho Tutelar são as constantes da Constituição Federal, da Lei Federal

nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), da Legislação Municipal em vigor.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 59. Os membros escolhidos como titulares e suplentes serão submetidos a estudos sobre a legislação específica das atribuições do cargo e a treinamentos promovidos por uma Comissão a ser designada pelo CMDCA, sendo obrigatória a participação dos mesmos.

Art. 60. O candidato deverá manter atualizado seu endereço, desde a inscrição até a publicação dos resultados finais, junto ao local da inscrição.

Art. 61. A não exatidão das afirmativas ou irregularidades nos documentos, mesmo que verificadas a qualquer tempo, em especial por ocasião da investidura do cargo, acarretarão a nulidade da inscrição, com todas as suas decorrências, inclusive perda do mandato ou destituição do cargo, sem prejuízo das demais medidas de ordem administrativa, civil ou criminal.

Art. 62. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, disciplinadas em nova Resolução, e divulgadas em Edital ou aviso a ser publicado.

Art. 63. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora, no que lhe competir, e pelo CMDCA, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Legislação Municipal

São Pedro de Alcântara, 29 de janeiro de 2015.

Ana Flávia de Almeida e Silva
Presidente

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente -
CMDCA de São Pedro de Alcântara/SC

RESOLUÇÃO CMDCA/SPA/SC Nº 001/2015

RESOLUÇÃO CMDCA/SPA/SC Nº 001/2015.

Dispõe sobre a normatização para realização da escolha suplementar (eleição direta) e posse dos membros do Conselho Tutelar de São Pedro de Alcântara/SC.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Pedro de Alcântara/SC nos termos dos artigos 132 e 139, da Lei Federal nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA) e com fundamento nos artigos 24,25 e 26 Lei Municipal nº 794/2013, baixa a seguinte RESOLUÇÃO:

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - A Presente resolução, por se tratar de um processo de escolha suplementar, prever a classificação de 3 (três) membros conselheiros titulares, e (cinco) suplentes sendo todos os conselheiros titulares remunerados, para mandato de 13/02/2015 a 09/01/2016, conforme artigo 132 da Lei Federal nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Art. 2º - A escolha suplementar dos membros do Conselho Tutelar de São Pedro de Alcântara/SC, composto de 3 (três) conselheiros titulares e 5 (cinco) suplentes realizar-se-á no dia 18 de março de 2015, pelo sufrágio universal, facultativo e secreto dos cidadãos do município, maiores de 16 (dezesesseis) anos, comprovada sua identificação, em local e horário a ser divulgado até 30/01/2015.

Art. 3º - O processo eleitoral para escolha dos membros do Conselho Tutelar será realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalização

do Ministério Público.

Art. 4º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, denominado simplificadaamente CMDCA, elegerá, na forma de seu Regimento Interno, 4 (quatro) conselheiros para, juntamente com o presidente do mesmo Conselho, formarem uma comissão encarregada da condução de todo o processo de escolha dos Conselheiros Tutelares, atuando, também, na função de junta apuradora, na contagem e apuração de votos, doravante denominada simplesmente de Comissão de Escolha.

§ 1º - A Comissão de Escolha será integrada e presidida pelo presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 2º - Para auxiliar a Comissão de Escolha no processo eleitoral, serão formadas subcomissões de conselheiros, tantas quantas necessárias.

§ 3º - Para recebimento de votos, a Comissão de Escolha formará uma Mesa Receptora, composta de cidadãos voluntários, de ilibada conduta, composta de 1 (um) titular e 1 (um) suplente.

§ 4º - A Mesa Receptora será presidida por um de seus integrantes, escolhido pelos mesmos, no momento de sua formação.

DO REGISTRO DAS CANDIDATURAS

Art. 5º - Poderão inscrever-se como candidatos ao Conselho Tutelar de São Pedro de Alcântara/SC aqueles que preencham os seguintes requisitos:

I - reconhecida idoneidade moral;

II - idade superior a 21 (vinte e um) anos;

III - residir no Município de São Pedro de Alcântara, pelo prazo ininterrupto de 2 anos comprovada mediante comprovação segundo os critérios da RESOLUÇÃO CMDCA Nº 001/2012 e comprovante da última votação, devendo estar em dia perante a justiça eleitoral;

IV - apresentar declaração de atividades executadas pelo(a) candidato(a) em entidade/movimento em que trabalhou no trato com crianças e adolescentes, com no mínimo, 2 (dois) anos de experiência;

V - ter disponibilidade para cumprir plantões;

VI - não ter sido penalizado com a destituição da função de Conselheiro Tutelar, nos 05 (cinco) anos antecedentes à eleição;

Art. 6º - As inscrições estarão abertas na Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na recepção da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, com Mariana no período de 02 de fevereiro de 2015 a 02 de março de 2015, em horário de expediente (7:00 as 13:00).

Parágrafo único - O requerimento de inscrição deverá estar acompanhado dos seguintes documentos:

a) Certidões negativas de protestos, criminais e eleitorais;

b) Curriculum Vitae acompanhado de documentos comprobatórios;

c) Documentos pessoais (cópia autenticada da carteira de identidade, CPF e título de eleitor).

Art. 7º - Encerrado o prazo para inscrições, a Comissão de Escolha fixará no dia 04 de março de 2015, no mural da Prefeitura a nominata dos candidatos que requereram inscrição, remetendo cópias da relação ao juiz e ao promotor de justiça da infância e da juventude, os quais, assim como os conselheiros, poderão, no período de 05 a 06 de março de 2015, impugnar, fundamentadamente, as candidaturas.

Parágrafo único - Desde o encerramento das inscrições, todos os documentos e especialmente os currículos dos candidatos estarão à disposição dos interessados que os requeiram no local da inscrição, para exame e conhecimento dos requisitos exigidos.

Art. 8º - Decorrido os prazos acima, a Comissão de Escolha reunir-se-á para avaliar os requisitos, documentos, currículos e impugnações e, até 11 de março de 2015 deferirá os registros dos candidatos que preencham os requisitos de lei, indeferindo os que não preencham ou apresentem documentação incompleta.

Art. 9º - Em 12 de março de 2015 a Comissão de Escolha fará publicar a lista contendo a nominata dos candidatos que tiveram

suas inscrições deferidas, o qual será afixado no mural da Prefeitura Municipal de S. Pedro de Alcântara e também no site www.pmspa.sc.gov.br.

DA PROPAGANDA

Art. 10 - A propaganda será permitida nos moldes da legislação eleitoral, Código Eleitoral (Lei. Nº 4.737/65), no período de 01/08/2012 à 09/08/2012.

§ 1º - Será vedado, em qualquer hipótese, o abuso do poder econômico e do político.

§ 2º - Constatada infração aos dispositivos acima, o CMDCA, avaliados os fatos, poderá cassar o registro do (a) candidato (a) infrator (a).

DA VOTAÇÃO E APURAÇÃO DOS VOTOS

Art. 11 - O CMDCA providenciará urna para realização do pleito.

Art. 12 - Após a devida identificação por meio de documento oficial, de posse de cédula, o votante dirigirá-se à cabine indevassável, onde efetuará a escolha do candidato.

Art. 13 - Cada candidato poderá indicar 01 (um) fiscal por mesa receptora, não podendo permanecer na sala de votação mais de 02 (dois) fiscais.

Art. 14 - O(s) fiscal(is) deverá(ão) ser previamente inscritos no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para esta finalidade, até o dia 11 de março de 2015, impreterivelmente.

Art. 15 - Encerrada a coleta dos votos, a Mesa Receptora encaminhará a urna à Comissão de Escolha, que na mesma data deverá proceder à sua abertura, contagem e lançamento de votos, em ato público, lavrando-se ata circunstanciada, a qual será assinada pelos integrantes da Comissão de Escolha e fiscais presentes.

§ 1º - Após a contagem e lançamento dos votos dados a cada candidato, a urna lacrada, deverá ser conservada pelo prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 16 - As impugnações e reclamações serão decididas no curso da apuração, administrativamente, pela Comissão de Escolha, na função de Junta Apuradora, por maioria de votos, cientes os interessados presentes.

Art. 17 - Ao CMDCA, no prazo de 2 (dois) dias da apuração da votação, serão decididos recursos das decisões da Comissão de Escolha, na função de Junta Apuradora, desde que a impugnação conste expressamente em ata.

Art. 18 - Decididos os eventuais recursos, o CMDCA, de posse dos resultados fornecidos pela Comissão de Escolha, na função de Junta Apuradora, no prazo máximo de 5 (cinco) dias da realização da eleição, divulgará a relação dos eleitos.

Parágrafo único - Em caso de empate no resultado da votação, terá preferência o conselheiro mais idoso, persistindo o empate, mais experiência na área da promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente e maior escolaridade.

São Pedro de Alcântara, 06 de janeiro de 2015.

Ana Flávio de Almeida e Silva

Presidente

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente -
CMDCA de São Pedro de Alcântara/SC

TERMO DE DESISTÊNCIA PROCESSO SELETIVO EDITAL N.º 002/2014 ALEX SANDER BORGES

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro.

TERMO DE DESISTÊNCIA

PROCESSO SELETIVO EDITAL N.º 002/2014

Aos vinte e sete dias do mês de janeiro do ano de 2015, ALEX SANDER BORGES, por livre e espontânea vontade declarou para os devidos fins que DESISTIU da vaga para qual foi aprovado no Processo Seletivo Edital nº. 002/2014, da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, relativo ao cargo de Professor II - Séries Iniciais, classificação 04, conforme termo arquivado no Setor de Recursos Humanos do Município.

São Pedro de Alcântara/SC, 27 de janeiro de 2015.

Schroeder

PREFEITURA

DECRETO Nº 3.224/2015 DE 22 DE JANEIRO DE 2015

DECRETO Nº 3.224/2015 de 22 de janeiro de 2015
OUTROS NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.075/2014 de 2 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.01 - UNID. DE SAÚDE
04.01.10.301.3013.1.336 - Reforma, Ampliação e Construção de Unidades de Saúde e Academia ao Ar Livre
4.4.90.51.00.00.00.00 - 0108 - Obras e Instalacoes R\$ 10.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.01 - UNID. DE SAÚDE
04.01.10.301.3013.1.336 - Reforma, Ampliação e Construção de Unidades de Saúde e Academia ao Ar Livre
4.4.90.52.00.00.00.00 - 0108 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 10.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 22 de janeiro de 2015.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

DECRETO Nº 3.225/2015 DE 22 DE JANEIRO DE 2015

DECRETO Nº 3.225/2015 de 22 de janeiro de 2015
OUTROS NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.075/2014 de 2 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 2.659,64 (dois mil seiscentos e cinquenta e nove reais e sessenta e quatro centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 - UNID. DE SAÚDE

04.01.10.301.3013.1.336 - Reforma, Ampliação e Construção de Unidades de Saúde e Academia ao Ar Livre

4.4.90.51.00.00.00.00 - 0108 - Obras e Instalacoes R\$ 2.659,64

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 22 de janeiro de 2015.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

DECRETO Nº 3.226/2015, DE 23 DE JANEIRO DE 2015.

DECRETO Nº 3.226/2015, de 23 de janeiro de 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o nível salarial do cargo efetivo dos funcionários abaixo relacionados, conforme disposto no art. 15 do Plano de Carreira e Remuneração do Pessoal da Administração do Município de Schroeder - LC nº. 004/98, de 19/05/1998:

Nome	Nível Anterior	Nível Atual
José Luiz Sacoman	26	27
Paulo Migue Schultz	37	38
Sueli Krogel Dorn 10	11	

Art. 2º Fica alterado o nível salarial do cargo efetivo dos funcionários abaixo relacionados, conforme disposto no art. 25 do Plano de Carreira e Remuneração do Pessoal do Magistério do Município de Schroeder - LC nº. 096/2010, de 14/12/2010:

Nome	Nível Anterior	Nível Atual
Leidy Maria Fogolari	C-1-I	C-2-I
Lourdes Zelfeld Zoz	C-2-I	C-3-I
Raimunda Pereira de Souza	A-1	A-2
Rosangela Cristina Miranda Motta	C-12-IV	C-13-IV

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 23 de janeiro de 2015.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicado por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

DECRETO Nº 3.227/2015 DE 23 DE JANEIRO DE 2015

DECRETO Nº 3.227/2015 de 23 de janeiro de 2015
ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO
ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.075/2014 de 2 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 135.643,60 (cento e trinta e cinco mil seiscientos e quarenta e três reais e sessenta centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL**02.01 - CHEFIA DE GABINETE**

02.01.04.122.3001.2.302 - Manutenção das Ações do Gabinete do Prefeito

3.3.90.39.00.00.00.00 - 0110 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 95.524,00

02.01.06.181.3014.2.343 - Manutenção Convênio Polícia Militar

3.3.90.30.00.00.00.00 - 0110 - Material de Consumo R\$ 4.990,00

07 - SEC. DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO**07.01 - UNID DE AGRICULTURA**

07.01.20.606.3004.2.312 - Manutenção do Setor de Agricultura

3.3.90.36.00.00.00.00 - 0110 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 35.129,60

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL**02.01 - CHEFIA DE GABINETE**

02.01.04.122.3001.2.302 - Manutenção das Ações do Gabinete do Prefeito

3.1.90.11.00.00.00.00 - 0110 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 95.524,00

02.01.06.181.3014.2.343 - Manutenção Convênio Polícia Militar

4.4.90.52.00.00.00.00 - 0110 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 4.990,00

07 - SEC. DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO**07.01 - UNID DE AGRICULTURA**

07.01.20.606.3004.2.312 - Manutenção do Setor de Agricultura

3.3.90.39.00.00.00.00 - 0110 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 35.129,60

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 23 de janeiro de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

FERNANDO RODRIGO DA ROSA
Procurador Municipal

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 06/2015 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 06/2015 - PMS

Processo de licitação nº. 04/2015-PMS - Dispensa de Licitação nº. 02/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: JOSÉ CAVIQUIOLI ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.859.265/0001-04, estabelecida na Rua Barra Velha nº. 75, Bairro Rio Floresta, no Município de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.212-060.

Objeto: Constitui o presente contrato a aquisição de coturno para atender as necessidades da Polícia Militar do Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Coturno Rafale couro/lona, modelo PMSC	14	PAR	180,00	2.520,00
TOTAL R\$					2.520,00

Valor do contrato: R\$ 2.520,00 (dois mil quinhentos e vinte reais)

Data da Assinatura: 27/01/2015 - Vigência: 31/12/2015

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 5.868/2014, DE 26 DE JANEIRO DE 2015.

PORTARIA Nº 5.868/2014, DE 26 DE JANEIRO DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de afastamento por Auxílio Doença do servidor, Sr. Erno Lauri Radetzki, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 26 de janeiro de 2015.

OSVALDO JURCK RUDIBERT TANK
Prefeito Municipal Secretário de Obras e Serviços Urbanos

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

PORTARIA Nº 5.869/2015, DE 26 DE JANEIRO DE 2015.

PORTARIA Nº 5.869/2015, de 26 de janeiro de 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a servidora, Sra. Patrícia da Silva Graf, do cargo comissionado de Supervisora Escolar, com efeitos retroativos a partir de 21 de janeiro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 26 de janeiro de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

PORTARIA Nº 5.870/2015, DE 26 DE JANEIRO DE 2015.

PORTARIA Nº 5.870/2015, de 26 de janeiro de 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, a servidora Sra. Patrícia da Silva Graf, para exercer o Cargo Comissionado de Orientadora Escolar, percebendo o nível salarial nº 002 - Comissionados, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com efeitos retroativos a partir de 21 de janeiro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 26 de janeiro de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

TERMO ADITIVO Nº. A02/2015 – FMS

TERMO ADITIVO Nº. A02/2015 - FMS

6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 155/2013-FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck, e,

CONTRATADA: OMVS CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 15.772.347/0001-20, estabelecida na Rua Helmuth Gaedtke, nº. 105, Centro, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.270-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor Osmair Rogério Marquez, inscrito no CPF sob o nº. 936.754.109-00 e Carteira de Identidade nº. 2255353-SSP-SC.

Considerando o Contrato nº. 155/2013-FMS, celebrado em 19 de dezembro de 2013, decorrente Processo de Licitação nº. 94/2013-FMS, Tomada de Preço nº. 03/2013-FMS, para execução de edificação de Unidade de Básica de Saúde (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), sendo 302,63m² de área, na Rua Cristiane Zerbin, Bairro Rio Hern no Município de Schroeder/SC, conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas.

Considerando que se enquadra nos termos do artigo 65 e seus dispositivos legais da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a solicitação feita pela Secretaria de Saúde e Assistência Social, frente de aditivo no valor de R\$ 17.402,57 (dezesete mil quatrocentos e dois reais e cinquenta e sete centavos), conforme parecer em anexo do setor de engenharia.

Considerando que a referida solicitação passou pela fiscalização do Engenheiro Civil Cezar Santos de Jesus, CREA-SC 093789-5 da Administração Pública e aprovação do mesmo.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder; em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica a partir deste alterada a cláusula quarta "do valor do contrato", no item 4.1, aditivado o valor R\$ 17.402,57 (dezesete mil quatrocentos e dois reais e cinquenta e sete centavos), passando o valor total do contrato a ser de R\$ 472.517,32 (quatrocentos e setenta e dois mil quinhentos e dezessete reais e trinta e dois centavos).

Cláusula 2ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 155/2013-FMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder (SC), 27 de janeiro de 2015.

CONTRATADA:

OMVS CONSTRUTORA LTDA.

Osmair Rogério Marquez

CPF nº. 936.754.109-00

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª _____

Nome: Daniela Samulescki

CPF nº. 053.350.739-18

2ª _____

Nome: Ivandra de Souza

CPF nº. 047.563.299-00

DISPENSA 02/2015-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 2/2015 - DL**

Processo Nr.: 4/2015
Data: 27/01/2015

Folha: 1/2

Fornecedor: JOSE CAVIQUIOLI - ME
Endereço: R BARRA VELHA, 75 -
Cidade: Joinville - SC
CNPJ: 82.859.265/0001-04

Código: 13012

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Aquisição de coturno para atender as necessidades da Polícia Militar do Município de Schroeder/SC.

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	14,00	Coturno Rafale couro/lona, modelo PMSC	PAR	180,00	2.520,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Considerando a necessidade desse produto para a manutenção da Polícia Militar do Município, e também tendo em vista o valor da aquisição.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 27 de Janeiro de 2015

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 2/2015 - DL**

Processo Nr.: 4/2015
Data: 27/01/2015

Folha: 2/2

23/01/2015

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 23 de Janeiro de 2015

Valor da Despesa: 2.520,00 (dois mil quinhentos e vinte reais)

Pagamento.....: 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

Serra Alta

PREFEITURA

DECRETO N° 012/2015

DECRETO N°012/2015 DE 26 DE JANEIRO DE 2015.

“DISPÕE SOBRE A PUBLICAÇÃO DOS GABARITOS DEFINITIVOS, NOTA FINAL DAS PROVAS ESCRITA E PRÁTICA E PONTUAÇÃO DA PROVA DE TÍTULOS E DA LISTA DE CLASSIFICADOS, DO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL, DE ACORDO COM EDITAL N° 002/2014”.

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei orgânica do Município e nos termos do presente documento, Publica os gabaritos definitivos, nota Final das Provas Escrita e Prática, Pontuação da Prova de Títulos e lista dos classificados, do Concurso Público Municipal N°002/2014, do Município de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, conforme determina o referido Edital.

Art. 1º - Ficam assim publicados os gabaritos definitivos, nota final das provas escrita e prática, pontuação da prova de títulos e da lista de classificados do concurso público municipal n°002/2014, do Município de Serra Alta (SC).

Questão N.º	Agente Educativo	Auxiliar de Serviços Gerais	Farmacêutico	Fisioterapeuta	Motorista	Operador de Máquinas	Professor de Artes	Professor de Educação Física	Professor de Educação Infantil	Professor de Séries Iniciais	Psicólogo	Servente de Escola	Tesoureiro
1	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D
2	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D
3	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B
4	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B
5	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C
6	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D
7	A	C	A	A	C	C	A	A	A	A	A	C	A
8	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D
9	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B
10	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	D	N	N
11	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B
12	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D
13	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C
14	C	A	C	C	A	A	C	C	C	C	C	A	C
15	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D
16	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A
17	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C
18	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A
19	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C
20	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C
21	C	D	D	A	C	C	A	A	B	A	A	D	C
22	A	A	A	C	D	D	B	B	D	B	A	A	A
23	A	D	C	B	B	B	C	D	A	D	A	D	C

24	D	C	C	A	B	B	N	A	C	A	D	C	C
25	A	B	B	C	C	C	B	C	A	A	D	B	A

AGENTE EDUCATIVO									
Inscrição	Candidato	C.GERAIS	PORT.	MAT/ INFOR.	ESP.	T.P.O.	Total	Situação.	
43	JULIANA APARECIDA NUNES	1,60	2,00	2,80	2,00	8,40	8,40	APROVADO(A)	
200	GABRIELI BARBARA MASSONI	0,80	2,00	2,80	2,40	8,00	8,00	APROVADO(A)	
44	NAIANA PAULA DONIDA	1,20	2,00	2,80	2,00	8,00	8,00	APROVADO(A)	
254	PATRÍCIA CEREZOLLI	0,80	1,20	2,40	2,80	7,20	7,20	APROVADO(A)	
263	MARIZA TOMAZELLI	1,20	1,20	2,40	2,40	7,20	7,20	APROVADO(A)	
193	SANDRA PAULA BELOLLI	1,20	2,00	2,00	2,00	7,20	7,20	APROVADO(A)	
51	DENISE MARIA BERGAMASCHI	0,80	1,20	2,00	2,80	6,80	6,80	APROVADO(A)	
278	TATIANE ANTUNES DO AMARAL	1,20	0,80	2,40	2,40	6,80	6,80	APROVADO(A)	
253	NAIARA CRISTINA CORRÊA BORGES	0,80	2,00	2,40	1,60	6,80	6,80	APROVADO(A)	
139	RAFAELA PAULA STRAPAZZON	1,20	1,60	2,40	1,60	6,80	6,80	APROVADO(A)	
242	TATIANA MAHL	0,80	1,60	2,40	1,60	6,40	6,40	APROVADO(A)	
197	CLEIDIANE DA SILVA	0,80	1,20	1,60	2,40	6,00	6,00	APROVADO(A)	
174	RAQUIELI DAIANE LOPES	1,20	1,20	1,60	2,00	6,00	6,00	APROVADO(A)	
252	SILVIA MARIA GAMBA BORTOLOZZO	0,80	1,20	2,00	2,00	6,00	6,00	APROVADO(A)	
209	TATIANE LINDEMANN DA SILVA	0,80	0,80	2,40	2,00	6,00	6,00	APROVADO(A)	
125	FRANCIELI VALMORBIDA ORTOLAN	0,80	0,80	2,40	2,00	6,00	6,00	APROVADO(A)	
172	FRANCINE PACASSA	1,20	1,20	2,00	1,60	6,00	6,00	APROVADO(A)	
158	VANESSA DALL AGNOL	1,20	1,60	2,00	1,20	6,00	6,00	APROVADO(A)	
272	FRANCIELI PEREIRA	1,20	1,60	2,00	1,20	6,00	6,00	APROVADO(A)	
267	ELISANA MAHL	1,20	1,20	1,20	2,00	5,60	5,60	APROVADO(A)	
266	JULIANE PICCOLI SCHMITT	0,40	1,20	2,40	1,60	5,60	5,60	APROVADO(A)	
22	ANDRESSA MARIA CORREA	0,80	1,60	2,00	1,20	5,60	5,60	APROVADO(A)	
251	LEILA VALMORBIDA	1,20	1,20	2,00	1,20	5,60	5,60	APROVADO(A)	
46	ELISA PAULETTO	1,20	1,20	2,00	1,20	5,60	5,60	APROVADO(A)	
12	TALLYSSA CEREJO	0,40	1,20	2,00	1,60	5,20	5,20	APROVADO(A)	
140	TAMARA LUISA ANDRIGHETTO	0,80	1,20	2,00	1,20	5,20	5,20	APROVADO(A)	
233	ANDREUÇA S. CORRADI LAMBRECHT	0,80	1,20	1,60	1,20	4,80	4,80	REPROVADO(A)	
61	ELENIR KREMER SGARBI	0,80	1,20	0,80	1,60	4,40	4,40	REPROVADO(A)	
270	JAINE ANDRESSA ALBANI	0,40	0,80	2,00	1,20	4,40	4,40	REPROVADO(A)	
181	JULIANA WERLANG	0,80	0,80	1,20	1,20	4,00	4,00	REPROVADO(A)	
48	IVETE TEREZINHA DE OLIVEIRA	0,40	0,40	1,60	1,20	3,60	3,60	REPROVADO(A)	

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS									
Inscrição	Candidato	C.GERAIS	PORT.	MAT/INF	ESP.	T.P.O.	Total	Situação.	
237	LINDOMAR FICANHA	1,20	1,60	2,40	1,60	6,80	6,80	APROVADO(A)	

265	WILLIAN STOFFEL	0,80	0,80	2,80	2,00	6,40	6,40	APROVADO(A)	
219	DIVA PRIOR	1,20	0,40	2,00	1,60	5,20	5,20	APROVADO(A)	
53	EVA DE JESUS	1,20	0,80	1,20	1,60	4,80	4,80	REPROVADO(A)	
249	GIACOMO EMILIO CELLA	0,40	0,40	2,40	1,60	4,80	4,80	REPROVADO(A)	
170	ELSA CUOCHINSKI CREMONINI	0,40	0,40	2,00	0,80	3,60	3,60	REPROVADO(A)	
42	LIRIA FRANCISCA MASSONI	0,00	0,00	0,40	0,00	0,40	0,40	REPROVADO(A)	

FARMACÊUTICO

Inscrição	Candidato	C.GERAIS	PORT.	MAT/INF	ESP.	T.P.O.	Total	Situação.	
246	MAURICIO DAL BELLO	1,20	1,60	3,20	0,80	6,80	6,80	APROVADO(A)	
24	DAIANY CERIZOLLI	1,20	1,20	2,00	2,00	6,40	6,40	APROVADO(A)	
130	ANDRESSA LUIZA SPESSATO	0,40	1,20	2,80	2,00	6,40	6,40	APROVADO(A)	
10	JOSÉ ENRIQUE LANG BONI	1,20	1,20	3,20	0,80	6,40	6,40	APROVADO(A)	
195	BRUNA CRISTINA JUNG	1,60	1,60	2,80	0,40	6,40	6,40	APROVADO(A)	
34	GIUVANA S. DALL AGNOL BARBIERI	1,20	2,00	2,00	0,80	6,00	6,00	APROVADO(A)	
167	JULIANA CERIZOLLI	1,20	1,20	1,60	0,80	4,80	4,80	REPROVADO(A)	
92	TALITA MARTELLO	0,80	1,20	2,00	0,80	4,80	4,80	REPROVADO(A)	
19	DANIELA CRISTINA SENHOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	REPROVADO(A)	

FISIOTERAPEUTA

Inscrição	Candidato	C.GERAIS	PORT.	MAT/INF	ESP.	T.P.O.	Total	Situação.	
94	RONNY ROBERTO KUFNER	1,20	1,20	3,60	0,40	6,40	6,40	APROVADO(A)	
293	FLÁVIA THAÍS ECKERT	0,80	1,60	2,80	0,80	6,00	6,00	APROVADO(A)	
39	ALEXANDRA SCHLOSSER DA SILVA	1,20	1,60	2,40	0,40	5,60	5,60	APROVADO(A)	
164	CAMILA MABEL SGANZERLA	1,20	1,60	2,80	0,00	5,60	5,60	APROVADO(A)	
21	MAURICIO JACOBY	1,20	1,60	2,80	0,00	5,60	5,60	APROVADO(A)	
98	FLÁVIA BERGER RANSAN	1,20	2,00	2,00	0,00	5,20	5,20	APROVADO(A)	
166	VANESSA PEDOTT FERRARI	1,20	1,60	2,40	0,00	5,20	5,20	APROVADO(A)	
25	BRUNA CASSOL DAGA	0,40	1,20	3,20	0,00	4,80	4,80	REPROVADO(A)	
36	EVELINE L. POLETO CAMARA	0,80	1,60	2,00	0,00	4,40	4,40	REPROVADO(A)	

MOTORISTA

Inscrição	Candidato	C.GERAIS	PORT.	MAT/INF	ESP.	T.P.O.	Prática	Total	Situação.	
45	VILSON PAULETTO	1,20	2,00	2,80	2,00	4,8	3,80	8,6	APROVADO(A)	
37	DOGLAS BOGONI	1,20	2,00	3,20	1,60	4,8	3,80	8,6	APROVADO(A)	
83	MARCOS DOS SANTOS	0,80	1,60	2,40	2,00	4,08	3,72	7,8	APROVADO(A)	
132	JARDELINO ANTUNES	1,20	1,20	2,40	2,00	4,08	3,56	7,64	APROVADO(A)	
222	CRISTIANO TOMAZELLI	1,20	2,00	2,00	2,00	4,32	3,12	7,44	APROVADO(A)	
142	JUCIANO GREGORIO WRZESINSKI	0,80	1,60	0,80	2,40	3,36	3,80	7,16	APROVADO(A)	

236	EDIVANDRO BOTTEGA	0,40	0,80	2,00	2,00	3,12	3,80	6,92	APROVADO(A)
247	ADEMIR SOUZA LEITE TURMINA	0,80	0,80	1,60	2,00	3,12	3,24	6,36	APROVADO(A)
18	ALDERI NAZARI	0,80	0,80	1,20	2,40	3,12	3,04	6,16	APROVADO(A)
134	EDISON MARTINS	0,40	0,80	1,20	2,00	2,64	0,00	2,64	REPROVADO(A)
229	IVANOR RECKTENVALT	0,80	0,40	2,00	1,60	2,88	0,00	2,88	REPROVADO(A)
27	ELOIR DOS SANTOS	1,20	0,80	1,20	2,00	3,12	0,00	3,12	REPROVADO(A)

OPERADOR DE MÁQUINAS									
Inscrição	Candidato	C.GERAIS	PORT.	MAT/INF	ESP.	T.P.O.	Prática	Total	Situação.
67	CARLOS DANIEL GASSEN	1,20	1,20	3,20	2,40	4,8	3,80	8,6	APROVADO(A)
234	JONAS HOCHSCHEIDT	1,20	0,80	2,40	2,00	3,84	3,48	7,32	APROVADO(A)
227	ELIESER DUMMER	0,80	1,60	2,00	1,60	3,60	2,64	6,24	APROVADO(A)
123	GILSON RONNING	1,20	0,00	1,60	1,60	2,64	0,00	2,64	REPROVADO(A)
31	KAUAN J. TREVISAN DOS SANTOS	0,80	1,60	2,80	2,00	4,32	0,00	4,32	REPROVADO(A)
243	EDILIO PAULETTO	0,80	0,40	1,20	1,60	2,4	0,00	2,4	REPROVADO(A)
239	SILVANO LUZA	1,20	0,80	0,80	2,00	2,88	0,00	2,88	REPROVADO(A)
279	ISMAR LUIZ GROLI	0,40	0,40	0,80	0,00	0,96	0,00	0,96	REPROVADO(A)

PROFESSOR DE ARTES									
Inscrição	Candidato	C.GERAIS	PORT.	MAT/INF	ESP.	T.P.O.	Títulos	Total	Situação.
183	ANTONIO MARCIO SILVA ARETZ	1,60	2,00	2,80	1,20	7,60	0,00	7,60	APROVADO(A)
110	MIRNA MUNIZ NAVROSKI	0,40	1,20	2,80	1,60	6,00	0,00	6,00	APROVADO(A)
182	VANDERLEA PRIOR MARTINELI	0,80	1,20	2,40	1,20	5,60	0,25	5,85	APROVADO(A)
161	CARLA SENHOR	1,20	1,20	2,80	0,40	5,60	0,25	5,85	APROVADO(A)
150	EDIVANIA BOTTEGA	0,80	0,40	2,40	1,20	4,80	0,25	5,05	REPROVADO(A)

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA									
Inscrição	Candidato	C.GERAIS	PORT.	MAT/INF	ESP.	T.P.O.	Títulos	Total	Situação.
226	LEWIS MATÉ HEINECK	1,20	1,60	3,20	2,00	8,00	0,25	8,25	APROVADO(A)
261	DAIANE SILVA DE ALMEIDA BOTH	0,80	2,00	3,20	2,00	8,00	0,00	8,00	APROVADO(A)
115	KARINE ENGEL DA CUNHA	1,20	2,00	2,80	1,60	7,60	0,25	7,85	APROVADO(A)
65	FLAVIO BOTH	1,20	1,60	2,40	2,40	7,60	0,00	7,60	APROVADO(A)
228	JULIANO MAURICIO SIEBEL	1,20	2,00	3,20	1,20	7,60	0,00	7,60	APROVADO(A)
215	ELAINE COMPARIN	0,80	1,60	2,80	2,00	7,20	0,25	7,45	APROVADO(A)
214	VERA LUCIA STRAPAZZON	1,20	1,60	2,80	1,60	7,20	0,25	7,45	APROVADO(A)
106	CAMILA SIQUEIRA	1,20	1,60	2,40	1,60	6,80	0,00	6,80	APROVADO(A)
163	MAICON CHAVES	0,80	1,20	3,20	1,60	6,80	0,00	6,80	APROVADO(A)
291	LUCAS LUAN ZANCANARO	0,80	2,00	2,00	1,60	6,40	0,25	6,65	APROVADO(A)
102	FABIANA PARIZOTTO	1,20	0,80	2,40	1,60	6,00	0,00	6,00	APROVADO(A)

112	MARIANE DALLA CORTI BAUERMANN	1,20	0,80	2,80	1,20	6,00	0,00	6,00	APROVADO(A)	
187	VANESSA ARTIGAS DO AMARAL	0,80	1,20	2,40	1,20	5,60	0,00	5,60	APROVADO(A)	
295	PATRICIA BIESDORF	0,40	1,20	2,00	1,20	4,80	0,00	4,80	REPROVADO(A)	

PROFESSOR I – EDUCAÇÃO INFANTIL										
Inscrição	Candidato	C.GERAIS	PORT.	MAT/INF	ESP.	T.P.O.	Títulos	Total	Situação.	Class
176	GRAZIANE FRIGO HASLINGER	1,60	2,00	2,80	2,00	8,40	0,25	8,65	APROVADO(A)	1º
119	ELIZANDRA KOMINKIEWICZ	1,60	1,60	3,20	2,00	8,40	0,25	8,65	APROVADO(A)	2º
104	VIVIANE BALDIN	1,60	1,60	3,20	1,60	8,00	0,25	8,25	APROVADO(A)	3º
105	ADIVANE SEBEN	1,60	1,60	3,20	1,60	8,00	0,25	8,25	APROVADO(A)	4º
160	SILVANA CRISTINA VINCENZI ZAMIGNAN.	1,20	1,60	3,20	1,60	7,60	0,25	7,85	APROVADO(A)	5º
230	ROSANE VALENTE FREY	1,20	1,60	2,80	1,60	7,20	0,25	7,45	APROVADO(A)	6º
205	ELISETE MARIA SPEROTTO BAMPI	1,60	1,60	2,00	1,60	6,80	0,25	7,05	APROVADO(A)	7º
100	VERONI CHERIZOLI ANTUNES DA SILVA	1,60	1,60	2,40	1,20	6,80	0,25	7,05	APROVADO(A)	8º
250	SIRLEI MARINS DA COSTA	1,60	1,60	3,20	0,40	6,80	0,25	7,05	APROVADO(A)	9º
133	ADRIELI OLTRAMARI	1,20	1,60	2,40	1,60	6,80	0,00	6,80	APROVADO(A)	10º
275	DAIANE CRISTINA FREY MICHELS	1,20	1,60	2,80	1,20	6,80	0,00	6,80	APROVADO(A)	11º
52	LÚCIA EUZEBIO	1,60	1,60	2,80	0,80	6,80	0,00	6,80	APROVADO(A)	12º
244	SANDRA KARINA TEIXEIRA THOMAS	0,80	1,60	2,40	1,60	6,40	0,25	6,65	APROVADO(A)	13º
198	MARINÊS SCHENKEL	1,20	1,60	2,40	1,20	6,40	0,25	6,65	APROVADO(A)	14º
232	DILCE CERIZOLLI BENEDET	1,20	1,20	2,80	1,20	6,40	0,25	6,65	APROVADO(A)	15º
168	JANETE TEREZINHA EBERHARDT	1,60	1,60	2,40	0,80	6,40	0,25	6,65	APROVADO(A)	16º
165	KELLY CRISTINA DA CRUZ VALMORBIDA	1,20	1,60	2,00	1,60	6,40	0,00	6,40	APROVADO(A)	17º
273	DINARA KERKHOFF	0,40	1,60	2,80	1,60	6,40	0,00	6,40	APROVADO(A)	18º
120	CLAUDIA INÊS SCHMITZ ALGAYER	1,60	1,20	2,00	1,60	6,40	0,00	6,40	APROVADO(A)	19º
169	NILDA SALETE CUOCHINSKI	1,20	1,20	2,40	1,60	6,40	0,00	6,40	APROVADO(A)	20º
180	DARLI ALBANI	1,20	1,60	2,00	1,20	6,00	0,25	6,25	APROVADO(A)	21º
296	ELISANE JULCI VARGAS	0,80	1,60	2,40	1,20	6,00	0,25	6,25	APROVADO(A)	22º
84	MICHELI CRISTIANE DA VEIGA KRIESER	0,80	0,80	2,00	2,40	6,00	0,00	6,00	APROVADO(A)	23º
26	CAMILA ANTUNES	1,60	1,60	1,60	1,20	6,00	0,00	6,00	APROVADO(A)	24º
177	CLAISE TERESINHA KRAEMER CEREZOLLI	1,60	1,60	2,00	0,80	6,00	0,00	6,00	APROVADO(A)	25º
101	DIANA CENTA BERNARDY	0,80	1,60	2,00	1,20	5,60	0,25	5,85	APROVADO(A)	26º
184	ANA ALICE FLORES	1,20	1,20	2,00	1,20	5,60	0,25	5,85	APROVADO(A)	27º
55	MAGALEI SALETE JOHANN DE GREGORI	0,80	1,20	2,40	1,20	5,60	0,25	5,85	APROVADO(A)	28º
135	CRISTIANE FUZINATO	0,80	2,00	2,00	0,80	5,60	0,25	5,85	APROVADO(A)	29º
207	CAMILA VIVAN	0,40	0,80	2,80	1,60	5,60	0,00	5,60	APROVADO(A)	30º
294	MONISE GUBERT KOMINKIEWICZ	1,20	1,60	2,00	0,80	5,60	0,00	5,60	APROVADO(A)	31º
113	GENECI MARTINS FARIAS	0,80	1,20	2,80	0,80	5,60	0,00	5,60	APROVADO(A)	32º
186	VERONICA CHERIZOLI VALMORBIDA	1,20	2,00	1,20	0,80	5,20	0,25	5,45	APROVADO(A)	33º
91	ROSANE CRISTINA JACOBY	1,20	1,60	2,00	0,40	5,20	0,25	5,45	APROVADO(A)	34º
210	JUCIÉLI VANI	0,80	1,20	2,40	0,80	5,20	0,00	5,20	APROVADO(A)	35º
282	DANIELA HUFF	0,80	1,20	2,00	0,80	4,80	0,25	5,05	REPROVADO(A)	--
152	DIRLEI MARINS ALLEBRANDT	0,80	0,80	2,40	0,80	4,80	0,25	5,05	REPROVADO(A)	--

103	JANETE FERRARI GALLINA	1,20	1,20	1,20	1,20	4,80	0,00	4,80	REPROVADO(A)	--
188	JAQUELINE PELENTIR	0,00	1,60	2,80	0,40	4,80	0,00	4,80	REPROVADO(A)	--
290	ADILCI SIEBAUER	1,20	1,60	0,80	0,80	4,40	0,00	4,40	REPROVADO(A)	--
116	GLACI BALDIN SIEBAUER	0,80	0,80	1,60	0,80	4,00	0,25	4,25	REPROVADO(A)	--
151	DERLICE TURMINA	0,80	0,80	1,60	0,80	4,00	0,25	4,25	REPROVADO(A)	--
154	SONIA ELIZABETE JACOBSEN STOCKER	0,80	1,20	1,60	0,40	4,00	0,25	4,25	REPROVADO(A)	--
143	ELENI PEREIRA SCHMITT	1,20	0,80	1,60	0,40	4,00	0,25	4,25	REPROVADO(A)	--
153	MAILA PATICIA NAZARIO ROCHA	0,40	1,20	0,80	1,20	3,60	0,25	3,85	REPROVADO(A)	--
129	ELONI CEREJO CERUTTI	0,40	1,20	1,20	0,80	3,60	0,25	3,85	REPROVADO(A)	--
136	JULIANE FAGUNDES	0,40	0,40	1,20	0,40	2,40	0,25	2,65	REPROVADO(A)	--

PROFESSOR II – SÉRIES INICIAIS										
Inscrição	Candidato	C.GERAIS	PORT.	MAT/INF	ESP.	T.P.O.	Títulos	Total	Situação.	Classif.
60	CINARA MICHELS CARNEIRO	1,20	1,60	3,20	2,40	8,40	0,25	8,65	APROVADO(A)	1º
4	JAQUELINE NOAL DONIDA	1,60	1,60	3,20	2,00	8,40	0,25	8,65	APROVADO(A)	2º
178	SANDRA FACIOCHI KRIESER	1,20	1,60	2,80	2,00	7,60	0,00	7,60	APROVADO(A)	3º
283	JUCIELICAMPOS	0,80	1,60	2,80	1,60	6,80	0,00	6,80	APROVADO(A)	4º
147	GIOMAR DOS SANTOS MEIRA	1,20	1,60	2,40	0,80	6,00	0,25	6,25	APROVADO(A)	5º
259	SIMONE DE OLIVEIRA STEFFENS	0,80	1,60	2,80	0,80	6,00	0,00	6,00	APROVADO(A)	6º
33	JAQUELINE SELIG GERHARDT	1,20	0,80	2,40	1,20	5,60	0,00	5,60	APROVADO(A)	7º
213	ADEMIR BORTOLOZZO	0,80	0,80	2,40	1,20	5,20	0,00	5,20	APROVADO(A)	8º
217	SIMONE MARIA MAHLE	0,40	1,60	1,60	1,20	4,80	0,25	5,05	REPROVADO(A)	--

PSICÓLOGO									
Inscrição	Candidato	C.GERAIS	PORT.	MAT/INF	ESP.	T.P.O.	Total	Situação.	
49	ALISSON MAURÍCIO MONTEIRO	1,20	2,00	2,40	2,40	8,00	8,00	APROVADO(A)	
235	VANESSA FICAGNA	1,20	1,60	2,80	2,00	7,60	7,60	APROVADO(A)	
148	TAMARA K. MARAFON	0,80	1,60	2,80	2,00	7,20	7,20	APROVADO(A)	
72	DIANES MOCELIN	0,80	1,20	3,20	2,00	7,20	7,20	APROVADO(A)	
82	CRISTIANE MARTINI	1,60	1,60	2,40	1,60	7,20	7,20	APROVADO(A)	
289	MABEL MOSER MONTAGNA	1,20	1,60	2,80	1,60	7,20	7,20	APROVADO(A)	
212	MARCIA DAL PIVA	1,20	1,60	2,80	1,60	7,20	7,20	APROVADO(A)	
292	KERLY MARIA MONTIEL	1,60	1,60	2,80	1,20	7,20	7,20	APROVADO(A)	
14	KAROLINE COUTO	0,80	1,60	2,40	2,00	6,80	6,80	APROVADO(A)	
15	KEITY ANDRIELI SANTORO	0,80	2,00	2,40	1,60	6,80	6,80	APROVADO(A)	
258	KATIANE BERNARDI	1,20	1,60	2,40	1,60	6,80	6,80	APROVADO(A)	
276	ELVIS POZZER	1,20	1,20	2,40	1,60	6,40	6,40	APROVADO(A)	
23	SHEILA CARINE BACH	1,60	1,60	2,00	1,20	6,40	6,40	APROVADO(A)	
40	NOELI FATIMA WILLENS SANTOLIN	0,80	1,60	2,80	1,20	6,40	6,40	APROVADO(A)	
224	MICHELI CARLA BORTOLOTTI	1,20	1,60	2,80	0,80	6,40	6,40	APROVADO(A)	
6	CARINE DE ASSIS	0,80	2,00	1,60	1,60	6,00	6,00	APROVADO(A)	
121	FABIANE FAGUNDES	1,20	1,60	2,00	1,20	6,00	6,00	APROVADO(A)	

38	CHANCARLYNE VIVIAN	0,80	1,60	2,80	0,80	6,00	6,00	APROVADO(A)
149	PRISCILA ROSEGHINI	0,80	1,20	3,20	0,80	6,00	6,00	APROVADO(A)
155	RENATA LAIS SOLIVO	0,40	1,20	2,00	2,00	5,60	5,60	APROVADO(A)
277	MARLI TERESINHA FILIMBERTI	0,80	1,60	2,00	1,20	5,60	5,60	APROVADO(A)
287	CAMILLE KUHN	0,80	1,20	2,40	1,20	5,60	5,60	APROVADO(A)
93	MICHELI CASIA PICCININI	0,40	0,80	2,40	1,60	5,20	5,20	APROVADO(A)
88	JHENYFER DAGOSTINI	0,40	0,80	2,80	0,80	4,80	4,80	REPROVADO(A)
137	DANIELA SENHOR	0,80	0,80	2,80	0,40	4,80	4,80	REPROVADO(A)
109	FERNANDA DALL AGNOL	0,80	0,80	2,00	0,80	4,40	4,40	REPROVADO(A)

SERVENTE DE ESCOLA

Inscrição	Candidato	C.GERAIS	PORT.	MAT/INF	ESP.	T.P.O.	Total	Situação.
114	NAILDES MINA FRIES BOTTEGA	1,20	1,60	1,60	2,00	6,40	6,40	APROVADO(A)
77	ROSA LIMA SOARES	0,80	1,60	2,40	1,60	6,40	6,40	APROVADO(A)
41	MARLUCIA DA SILVA VICARI	0,80	1,60	1,60	2,00	6,00	6,00	APROVADO(A)
74	DARLI PANDOLFO CIEPLAK	1,20	0,40	1,20	2,40	5,20	5,20	APROVADO(A)
87	GENTILIA PEREIRA DA SILVA PACASSA	1,60	0,80	1,20	1,60	5,20	5,20	APROVADO(A)
20	GENI TEREZA STANKIEWICZ	1,20	0,80	1,60	1,60	5,20	5,20	APROVADO(A)
71	NEIVA PROVENSÍ	0,80	1,20	1,20	1,60	4,80	4,80	REPROVADO(A)
54	NEIVA MARIA ZANELLA	0,80	0,40	2,40	1,20	4,80	4,80	REPROVADO(A)

TESOUREIRO

Inscrição	Candidato	C.GERAIS	PORT.	MAT/INF	ESP.	T.P.O.	Total	Situação.
117	ANA CLAUDIA LAUXEN ZUZELISKI	1,20	2,00	3,60	2,00	8,80	8,80	APROVADO(A)
68	MICHELI SANTORO	1,60	1,60	2,40	2,80	8,40	8,40	APROVADO(A)
281	MAURO LUIS MULLER	1,20	1,60	3,60	2,00	8,40	8,40	APROVADO(A)
285	LORENI TERESINHA BORRE	1,20	1,60	2,80	2,40	8,00	8,00	APROVADO(A)
81	CLAIR ROSANA KOTZWITZ	1,20	1,60	2,80	2,00	7,60	7,60	APROVADO(A)
122	SILVANA FERRARI	1,20	1,20	3,20	2,00	7,60	7,60	APROVADO(A)
241	JEAN PAULO HANAUER	1,20	2,00	2,80	1,60	7,60	7,60	APROVADO(A)
141	JOCIELI DE OLIVEIRA	0,80	2,00	3,20	1,60	7,60	7,60	APROVADO(A)
271	ROSELI INES ELOY	0,80	2,00	2,00	2,40	7,20	7,20	APROVADO(A)
2	ILAINE MAITE AMANN	1,20	2,00	2,40	1,60	7,20	7,20	APROVADO(A)
223	JUNIOR BARBOSA FAÉ	1,20	1,60	3,20	1,20	7,20	7,20	APROVADO(A)
162	ANDRIELI SENHOR	0,80	1,60	2,40	2,00	6,80	6,80	APROVADO(A)
78	BRUNA LUIZA SPADA	0,80	2,00	2,40	1,60	6,80	6,80	APROVADO(A)
192	VOLNEI LUIZ FICAGNA	1,20	1,60	2,40	1,60	6,80	6,80	APROVADO(A)
211	JEAN PIERRY DE FREITAS FERREIRA	0,40	2,00	3,20	1,20	6,80	6,80	APROVADO(A)
189	PATRINI MARIELI DE SOUZA	1,20	1,60	2,80	1,20	6,80	6,80	APROVADO(A)
206	RENAN JUNIOR DE ALMEIDA	1,20	2,00	2,00	1,20	6,40	6,40	APROVADO(A)
171	CLAUDINEI IVAN WEBER	0,80	1,60	2,80	1,20	6,40	6,40	APROVADO(A)
218	RODRIGO FIORAVANÇO	1,60	1,60	2,40	0,80	6,40	6,40	APROVADO(A)
264	THIAGO HILGERT	1,20	1,60	2,80	0,80	6,40	6,40	APROVADO(A)

131	MARIZANE PROVIN	0,80	0,80	2,40	2,00	6,00	6,00	APROVADO(A)
79	CÉSAR JOSÉ BELONI	0,80	1,20	2,40	1,60	6,00	6,00	APROVADO(A)
76	JAIR DE ASSIS	1,20	1,60	2,00	1,20	6,00	6,00	APROVADO(A)
47	LUANA ANTUNES	0,80	1,20	2,80	1,20	6,00	6,00	APROVADO(A)
256	ELISA SALETE KEHL	0,80	1,20	2,40	1,20	5,60	5,60	APROVADO(A)
111	CAROLINE DE LURDES FREITAS	0,80	1,20	2,40	1,20	5,60	5,60	APROVADO(A)
204	MAICON VALMIR VITORIA	0,80	1,20	2,80	0,80	5,60	5,60	APROVADO(A)
221	MAURÍCIO JEAN BOTTIN CELLA	1,20	1,20	2,00	0,80	5,20	5,20	APROVADO(A)
216	VANESSA DOS SANTOS HELFENSTEIN	1,20	0,80	2,80	0,40	5,20	5,20	APROVADO(A)
257	ELISANDRA GAUSCKI HENN	1,20	0,80	1,60	0,80	4,40	4,40	REPROVADO(A)
185	DAIANE WESCHENFELDER	1,20	1,20	2,00	0,00	4,40	4,40	REPROVADO(A)
220	ALAN VICTOR WERNER	0,80	1,20	1,60	0,40	4,00	4,00	REPROVADO(A)

Art. 2º. – O resultado final se dará após transcorrido o prazo legal para intervenção de recurso.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do **Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013**, revogadas as disposições em contrário.

Serra Alta (SC), 26 de Janeiro de 2015.

FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito Municipal de Serra Alta/SC

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração

DECRETO Nº 013/2015**DECRETO Nº013/2015 DE 26 DE JANEIRO DE 2015.**

“DISPÕE SOBRE A PUBLICAÇÃO DOS GABARITOS DEFINITIVOS, NOTA FINAL DA PROVA ESCRITA, PONTUAÇÃO DA PROVA DE TÍTULOS E DA LISTA DE CLASSIFICADOS, DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO MUNICIPAL, DE ACORDO COM EDITAL Nº 001/2014”.

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei orgânica do Município e nos termos do presente documento, Publica os gabaritos definitivos, nota Final da Prova Escrita, Pontuação da Prova de Títulos e lista dos classificados, do Processo Seletivo Público Municipal Nº001/2014, do Município de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, conforme determina o referido Edital.

Art. 1º - Ficam assim publicados os gabaritos definitivos, nota final da prova escrita, pontuação da prova de títulos e da lista de classificados do Processo Seletivo Público Municipal nº001/2014, do Município de Serra Alta (SC).

Ques- tão N.º	Agente de Saúde	Agente Educativo	Aux. de Enferma- gem	Aux. de Serviços Gerais	Coordena- dor de PETI	Professor de Artes	Prof. De Artesanato	Prof. Educação Física	Prof. Ed. infantil	Prof. Séries Iniciais	Prof. Inglês	Segundo Professor
1	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D
2	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B
3	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A
4	B	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D
5	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A
6	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A
7	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D
8	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C
9	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D
10	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B
11	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A
12	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D
13	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B
14	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A
15	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A
16	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D
17	C	C	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A
18	B	A	B	C	B	B	B	B	B	B	B	B
19	D	B	A	B	B	B	B	B	D	B	B	B
20	C	D	B	B	C	C	B	C	A	C	C	D
21	A	B	B	A	C	D	D	D	B	D	D	C
22	A	D	B	B	C	B	D	B	D	B	B	B
23	D	A	D	D	C	D	D	A	A	D	D	C

24	D	C	A	A	B	A	A	D	C	D	D	D
25	C	B	A	B	D	A	B	A	A	C	C	A

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Inscrição	Candidato	PORT.	MAT.	C.GERAIS	ESP.	T.P.O.	Total	Situação.	Class.
65	LETIANE GRANELLA	0,80	0,00	1,60	1,20	3,60	3,60	REPROVADO(A)	--

AGENTE EDUCATIVO

Inscrição	Candidato	PORT.	MAT.	C.GERAIS	ESP.	T.P.O.	Total	Situação.	Class.
25	ELENIR KREMER SGARBI	1,20	0,00	1,60	2,80	5,60	5,60	APROVADO(A)	1º
84	GABRIELA BEATRIZ ARGENTA	0,80	0,80	1,20	2,80	5,60	5,60	APROVADO(A)	2º
60	GABRIELI BARBARA MASSONI	1,20	0,40	1,60	2,40	5,60	5,60	APROVADO(A)	3º
2	JUCIÉLI VANI	1,60	0,40	1,60	2,00	5,60	5,60	APROVADO(A)	4º
56	ANDRESSA NEMERSKI	1,20	0,40	0,40	2,40	4,40	4,40	REPROVADO(A)	--
12	ANDREUÇA SUSELI CORRADI LAMBRECHT	1,20	0,00	1,20	2,00	4,40	4,40	REPROVADO(A)	--
27	TALLYSSA CEREJO	0,80	0,40	0,80	1,60	3,60	3,60	REPROVADO(A)	--

AUXILIAR DE ENFERMAGEM

Inscrição	Candidato	PORT.	MAT.	C.GERAIS	ESP.	T.P.O.	Total	Situação.	Class.
5	CRISTIANA MARTELLO	1,20	0,40	1,60	3,20	6,40	6,40	APROVADO(A)	1º
69	FERNANDA JOHANN TOMAZELLI	1,20	0,40	1,60	2,00	5,20	5,20	APROVADO(A)	2º
75	HEMILY C. MORAS WESCHENFELLES	1,20	0,40	1,20	1,60	4,40	4,40	REPROVADO(A)	-
13	PRISCILA WERNER	1,20	0,80	1,20	1,20	4,40	4,40	REPROVADO(A)	-
4	SANDRA PAULA BELOLLI	0,80	0,40	1,20	1,60	4,00	4,00	REPROVADO(A)	-

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Inscrição	Candidato	PORT.	MAT.	C.GERAIS	ESP.	T.P.O.	Total	Situação.	Class.
52	MARLUCIA DA SILVA VICARI	1,60	0,40	1,60	3,60	7,20	7,20	APROVADO(A)	1º
80	ADENIR DE JESUS	1,60	1,20	1,20	2,40	6,40	6,40	APROVADO(A)	2º
53	GENTILIA PEREIRA DA SILVA PACASSA	1,60	0,00	1,60	2,80	6,00	6,00	APROVADO(A)	3º
9	ROSA LIMA SOARES	1,20	0,80	1,20	2,40	5,60	5,60	APROVADO(A)	4º
30	EVA DE JESUS	1,20	0,80	1,60	1,60	5,20	5,20	APROVADO(A)	5º
85	GENI TEREZA STANKIEWICZ	0,80	0,00	1,20	2,80	4,80	4,80	REPROVADO(A)	-
78	IVETE TEREZINHA DE OLIVEIRA	0,80	0,40	1,20	2,40	4,80	4,80	REPROVADO(A)	-
46	DARLI PANDOLFO CIEPLAK	0,80	0,40	1,20	2,40	4,80	4,80	REPROVADO(A)	-
6	DIVA PRIOR	1,20	0,40	0,80	1,20	3,60	3,60	REPROVADO(A)	-
22	OLIVA PEREIRA	0,40	0,40	0,80	1,20	2,80	2,80	REPROVADO(A)	-

COORDENADOR DO PETI (SCFV)									
Inscrição	Candidato	PORT.	MAT.	C.GERAIS	ESP.	T.P.O.	Total	Situação.	Class.
73	TATIANE ANTUNES DO AMARAL	1,20	1,20	1,60	3,20	7,20	7,20	APROVADO(A)	1º
44	JUCIELI HANAUER	1,20	0,80	2,00	3,20	7,20	7,20	APROVADO(A)	2º
50	JUCELENE SCHMITZ	1,20	0,80	1,20	3,60	6,80	6,80	APROVADO(A)	3º
3	CRISTIANE MARTINI	1,60	0,40	2,00	2,40	6,40	6,40	APROVADO(A)	4º
68	PATRINI MARIELI DE SOUZA	1,60	0,40	1,60	2,40	6,00	6,00	APROVADO(A)	5º
7	BRUNA LUIZA SPADA	1,20	0,80	1,60	2,40	6,00	6,00	APROVADO(A)	6º
24	DAIANE WESCHENFELDER	0,80	0,80	1,60	2,00	5,20	5,20	APROVADO(A)	7º
74	VANUSA PRIOR	0,80	0,40	1,60	2,00	4,80	4,80	REPROVADO(A)	-
20	ELISA SALETE KEHL	0,80	0,00	1,60	2,00	4,40	4,40	REPROVADO(A)	-

PROFESSOR DE ARTES									
Inscrição	Candidato	PORT.	MAT.	C.GERAIS	ESP.	T.P.O.	Títulos	Total	Situação.
71	CARLA SENHOR	0,80	0,40	1,60	2,40	5,20	0,25	5,45	APROVADO(A)

PROFESSOR DE ARTESANATO									
Inscrição	Candidato	PORT.	MAT.	C.GERAIS	ESP.	T.P.O.	Total	Situação.	Class.
51	PATRÍCIA CEREZOLLI	0,80	1,20	1,20	4,00	7,20	7,20	APROVADO(A)	1º
55	SOLANGE REINHEIMER	1,60	0,40	1,60	2,80	6,40	6,40	APROVADO(A)	2º
72	CIBELI CRISTINA DE OLIVEIRA	0,80	0,00	1,60	3,60	6,00	6,00	APROVADO(A)	3º

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA									
Inscrição	Candidato	PORT.	MAT.	C.GERAIS	ESP.	T.P.O.	Títulos	Total	Situação.
43	LEWIS MATÉ HEINECK	1,60	1,20	1,60	3,20	7,60	0,25	7,85	APROVADO(A)
40	KARINE ENGEL DA CUNHA	1,20	0,80	1,60	3,20	6,80	0,25	7,05	APROVADO(A)
81	VITOR VIEIRA TRAVASSOS	0,80	1,20	1,60	2,80	6,40	0,25	6,65	APROVADO(A)
1	FABIANA PARIZOTTO	1,20	0,40	1,60	1,60	4,80	0,00	4,80	REPROVADO(A)
18	CAMILA SIQUEIRA	1,20	0,00	1,20	2,00	4,40	0,00	4,40	REPROVADO(A)

PROFESSOR I – EDUCAÇÃO INFANTIL									
Inscrição	Candidato	PORT.	MAT.	C.GERAIS	ESP.	T.P.O.	Títulos	Total	Situação.
29	ADRIELI OLTRAMARI	1,60	0,40	2,00	2,40	6,40	0,00	6,40	APROVADO(A)
67	JANETE TEREZINHA EBERHARDT	1,20	0,80	1,60	2,00	5,60	0,25	5,85	APROVADO(A)
45	ADIVANE SEBEN	1,60	0,80	1,60	1,60	5,60	0,25	5,85	APROVADO(A)
86	JANETE FERRARI GALLINA	1,20	0,80	1,20	2,00	5,20	0,00	5,20	APROVADO(A)
21	ROSANE CRISTINA JACOBY	0,80	0,80	0,80	2,40	4,80	0,25	5,05	REPROVADO(A)
39	GIOMAR DOS SANTOS MEIRA	1,20	0,80	1,20	1,60	4,80	0,25	5,05	REPROVADO(A)
59	IVONETE PIRES DE LIMA	1,60	0,80	1,60	0,80	4,80	0,00	4,80	REPROVADO(A)

77	ALINE OZELAME CORRADI	0,80	0,00	1,20	2,40	4,40	0,00	4,40	REPROVADO(A)
15	DERLICE TURMINA	0,40	0,80	1,60	1,20	4,00	0,25	4,25	REPROVADO(A)
79	CLAISE T. KRAEMER CEREZOLLI	0,80	0,40	0,80	2,00	4,00	0,00	4,00	REPROVADO(A)
23	ELISANDRA GAUSCKI HENN	1,20	0,00	0,80	1,60	3,60	0,00	3,60	REPROVADO(A)

PROFESSOR II – SÉRIES INICIAIS									
Inscrição	Candidato	PORT.	MAT.	C.GERAIS	ESP.	T.P.O.	Títulos	Total	Situação.
11	CINARA MICHELS CARNEIRO	1,60	0,40	2,00	3,20	7,20	0,00	7,20	APROVADO(A)
34	SILVANA C. VINCENZI ZAMIGNAN.	1,20	0,80	1,60	3,20	6,80	0,00	6,80	APROVADO(A)
70	AGUSTINHO BRANCO DE LIMA	1,60	1,20	1,20	2,40	6,40	0,00	6,40	APROVADO(A)
17	JAQUELINE SELIG GERHARDT	1,20	0,40	1,60	2,40	5,60	0,00	5,60	APROVADO(A)

PROFESSOR III – INGLÊS									
Inscrição	Candidato	PORT.	MAT.	C.GERAIS	ESP.	T.P.O.	Títulos	Total	Situação.
58	JULIANA MARIA SCATOLIN	0,80	0,80	0,80	2,40	4,80	0,00	4,80	REPROVADO(A)

SEGUNDO PROFESSOR									
Inscrição	Candidato	PORT.	MAT.	C.GERAIS	ESP.	T.P.O.	Títulos	Total	Situação.
49	ELONI CEREJO CERUTTI	1,60	0,80	2,00	2,80	7,20	0,25	7,45	APROVADO(A)
63	CRISTIANE FUZINATO	1,20	0,80	1,60	3,20	6,80	0,25	7,05	APROVADO(A)
48	JAQUELINE NOAL DONIDA	1,60	1,20	1,60	2,40	6,80	0,25	7,05	APROVADO(A)
31	VIVIANE BALDIN	1,20	0,80	1,20	2,40	5,60	0,25	5,85	APROVADO(A)
32	IVANI TOMAZELLI GERMINIANI	1,60	0,40	1,60	2,00	5,60	0,25	5,85	APROVADO(A)
66	SONIA ELIZABETE JACOBSEN STOCKER	1,20	0,40	1,60	2,00	5,20	0,25	5,45	APROVADO(A)
10	SALETE T. WOLSKI BRUGNERA	0,80	0,40	1,20	2,00	4,40	0,25	4,65	REPROVADO(A)
47	FRANCINE PACASSA	0,80	0,80	0,80	1,60	4,00	0,00	4,00	REPROVADO(A)
62	SANDRA FACIOCHI KRIESER	0,80	0,40	0,40	1,60	3,20	0,00	3,20	REPROVADO(A)

Art. 2º. – O resultado final se dará após transcorrido o prazo legal para intervenção de recurso.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do **Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013**, revogadas as disposições em contrário.

Serra Alta (SC), 26 de Janeiro de 2015.

FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito Municipal de Serra Alta/SC

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração

DECRETO Nº 014/2015

DECRETO Nº014 /2015 DE 26 DE JANEIRO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE DO SERVIDOR MUNICIPAL APROVADO NO ESTÁGIO PROBATÓRIO, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS".

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica do Município e o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei nº 498/01 de 10/09/2001 e Lei Complementar nº 014/2013;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado estabilidade ao Servidor abaixo relacionado, por ter atingido a média de pontos exigidos nas avaliações semestrais, durante o período de Estágio Probatório e pelo cumprimento do disposto no Artigo nº 20 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais do município de Serra Alta.

NOME DO SERVIDOR (A)

CARGO

CARGA HORARIA

PABLO LUIS ZORZI	FARMACEUTICO	20 horas
------------------	--------------	----------

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogando-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 26 de janeiro de 2015.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal De Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

EXTRATO CONTRATUAL Nº 016/2015

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	016/2015
Contratante	MUNICIPIO DE SERRA ALTA
Contratada	IMPACTO SISTEMAS DE INFORMAÇÃO LTDA ME
Objeto.....	O presente instrumento tem como objeto a licença de uso do Software de Controle das Atividades e Serviços do meio Rural denominado Sicas Rural, bem como a prestação de serviços de assistência técnica do referido Software pela CONTRATADA à CONTRATANTE.
Valor.....:	A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela implantação do Sistema e Licença de Uso do Software Sicas Rural o valor total de R\$ 1.500,00 (Hum mil e quinhentos reais), pago na Assinatura do Contrato. Pela prestação dos serviços de assistência técnica a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor mensal de R\$ 380,00 (Trezentos e oitenta reais).
Vigência....	28/01/2015 á 31/12/2015.
Dotação.....	Orçamento vigente: 2.010-Assistência ao Produtor Rural/ 33.90.00 DR 0001 – Despesa 62.
SERRA ALTA, 28 de janeiro de 2015.	
FRANCISCO ARTUR BOTH	
PREFEITO MUNICIPAL	

Siderópolis

PREFEITURA

PORTARIA Nº 05/2015

PORTARIA Nº 05, DE 16 DE JANEIRO DE 2015

RESCINDE O CONTRATO DO FUNCIONÁRIO ALEXANDRO JAQUES GONÇALVES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato do funcionário ALEXANDRO JAQUES GONÇALVES, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 686.329.320-04, Auxiliar de Serviços Gerais, na Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, a contar de 15/01/2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 16 de janeiro de 2015.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 16 de janeiro de 2015.

PORTARIA Nº 06/2015

PORTARIA Nº 06, DE 16 DE JANEIRO DE 2015

RESCINDE O CONTRATO DO FUNCIONÁRIO ALAN CAMBRUZZI PEREIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato do funcionário ALAN CAMBRUZZI PEREIRA, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 030.234.829-85, Auxiliar de Serviços Gerais, na Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, a contar desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 16 de janeiro de 2015.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 16 de janeiro de 2015.

Timbó

PREFEITURA

AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 166 2014 PMT - AQUISIÇÃO DE CELULARES, PELÍCULAS E CAPAS PROTETORAS

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 166/2014 - PMT

OBJETO: aquisição de aparelhos de telefonia móvel "celulares, películas, e capas protetoras" destinados à 2ª CIA. de Polícia Militar, Polícia Civil, Departamento de Trânsito - DEMUTRAN, e para a Secretaria Municipal de Articulação Política e Institucional. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 10h00min do dia 10 de fevereiro de 2015. ABERTURA: dia 10 de fevereiro de 2015 as 10h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

TIMBO (SC), 27/01/2015

MARIA RAMOS GONZAGA PELLIN

Secretária Municipal de Articulação Política e Institucional

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 30 2014 SAMAE - REAGENTES E PRODUTOS PARA LABORATÓRIO

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 30/2014 - SAMAE

OBJETO: aquisição de reagentes e produtos para laboratório da Estação de Tratamento de Água. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 08h15min do dia 11 de fevereiro de 2015. ABERTURA: dia 11 de fevereiro de 2015 as 08h25min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

TIMBO (SC), 27/01/2015

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

DECRETO Nº 3708, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 3708, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 78.551,67.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2687, de 12/12/2013,

DECRETA:

Art.1º Abre crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2014, à conta de anulação no valor total de R\$ 78.551,67, conforme segue:

I - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 2,08, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

02.01.004.122.0010.2004.	SECRETARIA DA ARTICULACAO POLITICA E INSTITUCIONAL	
02.01.004.122.0010.2004.	ASSESSORIA DO GABINETE	
02.01.004.122.0010.2004.	MAN. DOS GABINETES E ASSESSORIAS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319100.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	2,08
	TOTAL	2,08

b) SUPLEMENTAÇÃO

02.01.004.122.0010.2004.	SECRETARIA DA ARTICULACAO POLITICA E INSTITUCIONAL	
02.01.004.122.0010.2004.	ASSESSORIA DO GABINETE	
02.01.004.122.0010.2004.	MAN. DOS GABINETES E ASSESSORIAS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VÍNCULO LIVRE	2,08
	TOTAL	2,08

II - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 7.067,81, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

04.01.012.365.0020.2042.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.01.012.365.0020.2042.	NUCLEOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
04.01.012.365.0020.2042.	MANUTENÇÃO DOS NEI 'S	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319100.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10100	REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO	4.980,35
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10100	REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO	2.087,46
	TOTAL	7.067,81

b) SUPLEMENTAÇÃO

04.01.012.365.0020.2042.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.01.012.365.0020.2042.	NUCLEOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
04.01.012.365.0020.2042.	MANUTENÇÃO DOS NEI 'S	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10100	REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO	7.067,81
	TOTAL	7.067,81

III - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 54.452,12, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

04.03.012.361.0022.2050.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.03.012.361.0022.2050.	ENSINO FUNDAMENTAL	
04.03.012.361.0022.2050.	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL E VALO. DO MAGISTÉRIO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.11800	FUNDEB	54.452,12
	TOTAL	54.452,12

b) SUPLEMENTAÇÃO

04.03.012.361.0022.2050.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.03.012.361.0022.2050.	ENSINO FUNDAMENTAL	
04.03.012.361.0022.2050.	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL E VALO. DO MAGISTÉRIO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319100.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.11800	FUNDEB	54.452,12
	TOTAL	54.452,12

IV - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 2.317,62, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

06.01.022.661.0030.2062.	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
06.01.022.661.0030.2062.	INDUSTRIA, COMERCIO E SERVIÇOS	
06.01.022.661.0030.2062.	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	1.648,69
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	668,93
	TOTAL	2.317,62

b) SUPLEMENTAÇÃO

06.01.022.661.0030.2062.	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
06.01.022.661.0030.2062.	INDUSTRIA, COMERCIO E SERVIÇOS	
06.01.022.661.0030.2062.	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319100.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	2.317,62
	TOTAL	2.317,62

V - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 7.103,47, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

06.03.020.606.0034.2072.	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
06.03.020.606.0034.2072.	DESENVOLVIMENTO AGRARIO MUNICIPAL	
06.03.020.606.0034.2072.	MANUTENÇÃO DO SETOR DE AGRICULTURA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	7.103,47
	TOTAL	7.103,47

b) SUPLEMENTAÇÃO

06.03.020.606.0034.2072.	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
06.03.020.606.0034.2072.	DESENVOLVIMENTO AGRARIO MUNICIPAL	
06.03.020.606.0034.2072.	MANUTENÇÃO DO SETOR DE AGRICULTURA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	3.375,90
319100.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	3.727,57
	TOTAL	7.103,47

VI - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 1.826,60, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

07.01.015.121.0040.2082.	SECR. PLANEJAMENTO, TRANSITO E MEIO AMBIENTE	
07.01.015.121.0040.2082.	PLANEJAMENTO URBANO	
07.01.015.121.0040.2082.	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	

0.10000	VINCULO LIVRE	1.826,60
	TOTAL	1.826,60

a) SUPLEMENTAÇÃO

07.01.015.121.0040.2082.	SECR. PLANEJAMENTO, TRANSITO E MEIO AMBIENTE	
07.01.015.121.0040.2082.	PLANEJAMENTO URBANO	
07.01.015.121.0040.2082.	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	91,53
319100.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	1.735,07
	TOTAL	1.826,60

VII - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 5.781,97, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

08.01.015.452.0050.2092.	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
08.01.015.452.0050.2092.	OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
08.01.015.452.0050.2092.	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319100.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	5.781,97
	TOTAL	5.781,97

b) SUPLEMENTAÇÃO

08.01.015.452.0050.2092.	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
08.01.015.452.0050.2092.	OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
08.01.015.452.0050.2092.	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	5.781,97
	TOTAL	5.781,97

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 19 de dezembro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 3710, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 3710, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2014

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 525.175,64.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2687, de 12/12/2013,

DECRETA:

Art.1º Abre crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2014, à conta de anulação no valor total de R\$ 525.175,64, conforme segue:

I - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 2.339,14, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

02.01.004.122.0010.2004.	SECRETARIA DA ARTICULACAO POLITICA E INSTITUCIONAL	
02.01.004.122.0010.2004.	ASSESSORIA DO GABINETE	
02.01.004.122.0010.2004.	MAN. DOS GABINETES E ASSESSORIAS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319100.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	2.339,14
	TOTAL	2.339,14

b) SUPLEMENTAÇÃO

02.01.004.122.0010.2004.	SECRETARIA DA ARTICULACAO POLITICA E INSTITUCIONAL	
02.01.004.122.0010.2004.	ASSESSORIA DO GABINETE	
02.01.004.122.0010.2004.	MAN. DOS GABINETES E ASSESSORIAS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	2.339,14
	TOTAL	2.339,14

II - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 29.658,98, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

02.02.004.131.0012.2008.	SECRETARIA DA ARTICULACAO POLITICA E INSTITUCIONAL	
02.02.004.131.0012.2008.	IMPrensa, COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS	
02.02.004.131.0012.2008.	MAN. DOS SETORES DE COMUNICAÇÃO E REL. PÚBLICAS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	28.658,98
319100.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	1.000,00
	TOTAL	29.658,98

b) SUPLEMENTAÇÃO

02.02.004.131.0012.2008.	SECRETARIA DA ARTICULACAO POLITICA E INSTITUCIONAL	
02.02.004.131.0012.2008.	IMPrensa, COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS	
02.02.004.131.0012.2008.	MAN. DOS SETORES DE COMUNICAÇÃO E REL. PÚBLICAS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	29.658,98
	TOTAL	29.658,98

III - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 391.105,21, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

03.01.004.122.0015.2012.	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
03.01.004.122.0015.2012.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
03.01.004.122.0015.2012.	MAN. DA ADMINISTRAÇÃO GERAL	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	

0.10000	VINCULO LIVRE	389.454,41
319100.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	1.650,80
	TOTAL	391.105,21

b) SUPLEMENTAÇÃO

03.01.004.122.0015.2012.	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
03.01.004.122.0015.2012.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
03.01.004.122.0015.2012.	MAN. DA ADMINISTRAÇÃO GERAL	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	391.105,21
	TOTAL	391.105,21

IV - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 7.585,17, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

04.02.012.365.0020.2046.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.02.012.365.0020.2046.	UNIDADES PRE-ESCOLARES	
04.02.012.365.0020.2046.	MANUTENÇÃO DAS UPES	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10100	REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO	7.421,50
319100.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10100	REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO	163,67
	TOTAL	7.585,17

b) SUPLEMENTAÇÃO

04.02.012.365.0020.2046.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.02.012.365.0020.2046.	UNIDADES PRE-ESCOLARES	
04.02.012.365.0020.2046.	MANUTENÇÃO DAS UPES	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10100	REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO	7.585,17
	TOTAL	7.585,17

V - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 384,72, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

04.03.012.361.0022.2050.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.03.012.361.0022.2050.	ENSINO FUNDAMENTAL	
04.03.012.361.0022.2050.	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL E VALO. DO MAGISTÉRIO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10100	REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO	379,85
319100.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10100	REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO	4,87
	TOTAL	384,72

b) SUPLEMENTAÇÃO

04.03.012.361.0022.2050.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.03.012.361.0022.2050.	ENSINO FUNDAMENTAL	
04.03.012.361.0022.2050.	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL E VALO. DO MAGISTÉRIO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	

330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10100	REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO	384,72
	TOTAL	384,72

VI - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 1.546,67, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

04.03.012.361.0022.2054.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.03.012.361.0022.2054.	ENSINO FUNDAMENTAL	
04.03.012.361.0022.2054.	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR PARA O ENSINO FUNDAMENTAL	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319100.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10100	REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO	1.546,67
	TOTAL	1.546,67

a) SUPLEMENTAÇÃO

04.03.012.361.0022.2054.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.03.012.361.0022.2054.	ENSINO FUNDAMENTAL	
04.03.012.361.0022.2054.	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR PARA O ENSINO FUNDAMENTAL	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10100	REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO	1.546,67
	TOTAL	1.546,67

VII - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 2.092,27, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

04.04.012.366.0022.2056.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.04.012.366.0022.2056.	ENSINO PRESENCIAL DE JOVENS E ADULTOS	
04.04.012.366.0022.2056.	MANUTENÇÃO DO ENSINO PRESENCIAL DE JOVENS E ADULTOS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10100	REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO	2.092,27
	TOTAL	2.092,27

b) SUPLEMENTAÇÃO

04.04.012.366.0022.2056.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.04.012.366.0022.2056.	ENSINO PRESENCIAL DE JOVENS E ADULTOS	
04.04.012.366.0022.2056.	MANUTENÇÃO DO ENSINO PRESENCIAL DE JOVENS E ADULTOS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10100	REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO	2.092,27
	TOTAL	2.092,27

VIII - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 3.763,90, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

07.01.015.121.0040.2082.	SECR. PLANEJAMENTO, TRANSITO E MEIO AMBIENTE	
07.01.015.121.0040.2082.	PLANEJAMENTO URBANO	
07.01.015.121.0040.2082.	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	

300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	3.763,90
	TOTAL	3.763,90

b) SUPLEMENTAÇÃO

07.01.015.121.0040.2082.	SECR. PLANEJAMENTO, TRANSITO E MEIO AM- BIENTE	
07.01.015.121.0040.2082.	PLANEJAMENTO URBANO	
07.01.015.121.0040.2082.	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMEN- TO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	3.763,90
	TOTAL	3.763,90

IX - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 435,97, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

09.01.004.062.0060.2104.	PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	
09.01.004.062.0060.2104.	PROCURADORIA DO MUNICÍPIO	
09.01.004.062.0060.2104.	MANUTENCAO DA CASA DA CIDADANIA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	80,32
319100.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	355,65
	TOTAL	435,97

b) SUPLEMENTAÇÃO

09.01.004.062.0060.2104.	PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	
09.01.004.062.0060.2104.	PROCURADORIA DO MUNICÍPIO	
09.01.004.062.0060.2104.	MANUTENCAO DA CASA DA CIDADANIA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	435,97
	TOTAL	435,97

X - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 86.263,61, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

09.01.004.092.0060.2100.	PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	
09.01.004.092.0060.2100.	PROCURADORIA DO MUNICIPIO	
09.01.004.092.0060.2100.	MAN. DO DEPARTAMENTO JURIDICO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	83.419,50
319100.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	2.844,11
	TOTAL	86.263,61

c) SUPLEMENTAÇÃO

09.01.004.092.0060.2100.	PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	
09.01.004.092.0060.2100.	PROCURADORIA DO MUNICIPIO	
09.01.004.092.0060.2100.	MAN. DO DEPARTAMENTO JURIDICO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	

330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	86.263,61
	TOTAL	86.263,61

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 26 de dezembro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

ERRATA INEXIGIBILIDADE N.º 01 2015 FMS - CONCERTO APARELHO ULTRASSONOGRAFIA

MUNICÍPIO DE TIMBÓ - CENTRAL DE LICITAÇÕES

EDITAL DE INEXIGIBILIDADE N.º 01/2015 FMS

AVISO DE ERRATA

O Município de Timbó/SC, através do Fundo Municipal de Saúde, informa aos interessados que ao Edital de Inexigibilidade de licitação nº 01/2015 que trata da prestação de serviços de concerto com substituição de peças, ajustes e testes de funcionamento do aparelho de ultrassonografia, de acordo com o relatório de prestações de serviços a serem executados, soma-se a seguinte dotação orçamentária:

15-2-10-302-72-2164-3390302500-10200

As demais condições do edital mantem-se inalteradas.

Timbó (SC), 27/01/2015

ROSE MERY DALCANALE

Central de Licitações

EXTRATO CONTRATO 2015_007 - FMS

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2015/007

AUTORIZANTE: Município de Timbó.

AUTORIZADO: SESI - Serviço Social da Indústria.

OBJETO: fornecimento de medicamentos para usuários do SUS ou cidadão em situação de risco, residentes no Município de Timbó/SC, não constante da listagem padronizada da Farmácia Básica do SUS municipal ou em falta, obrigatoriamente constante do Brasíndice e sujeitos a triagem da Secretaria de Saúde.

VALOR: R\$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais)

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 meses.

Data da assinatura: 02/01/2015.

ALFREDO JOÃO BERRI

Secretário de Saúde

EXTRATO CONTRATO 2015_008 - PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2015/008

AUTORIZANTE: Município de Timbó.

AUTORIZADO: Empreiteira de Mão de Obra VB Ltda EPP

OBJETO: Execução dos serviços de pavimentação do passeio frontal do Núcleo de Educação Infantil Lar da Criança e Núcleo de Educação Infantil Maria Luiza Bell.

VALOR: R\$ 76.590,00 (setenta e seis mil quinhentos e noventa reais)

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 meses.

Data da assinatura: 02/01/2015.

SERGI FREDERICO MENGARDA

Secretário de Educação

EXTRATO CONTRATO 2015_009 - PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2015/007

AUTORIZANTE: Município de Timbó.

AUTORIZADO: ENGECEL ELETRO COMERCIAL LTDA.

OBJETO: execução (material e mão-de-obra) de serviços de extensão da rede de iluminação pública.

VALOR: R\$ 113.905,59 (Cento e treze mil, novecentos e cinco reais e cinquenta e nove centavos).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 meses.

Data da assinatura: 15/01/2015.

ORLEI ADAZIR PEDRON

Secretário de Obras e Serviços Urbanos

PORTARIA NO 1428, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014

PORTARIA No 1428, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014

Concede exoneração à Servidora Pública Municipal Lurdes Nunes Linhares, lotada na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde), a contar de 17 de dezembro do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO à Servidora Pública Municipal LURDES NUNES LINHARES, contratada temporariamente para o cargo de Auxiliar Operacional I, lotada na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde), do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 308, de 15 de abril de 2013, a contar de 17 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 05 de dezembro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 1439, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014

PORTARIA No 1439, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014

Concede exoneração às Servidoras Públicas Municipais contratadas temporariamente para a Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde).

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO às Servidoras Públicas Municipais, conforme abaixo relacionadas:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (Fundo Municipal de Saúde)			
NOME	CARGO (Contratação Temporária)	PORT.DE CONTRATAÇÃO	A CONTAR DE
Andrea Drager	Auxiliar Operacional I	1423/2014	09/12/2014
Rose Meli Stolf Evaristo	Auxiliar Operacional I	121/2013	16/12/2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 12 de dezembro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA Nº 1440, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014

PORTARIA Nº 1440, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014

Altera Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidoras lotadas na Secretaria Municipal de Educação.

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 3031, de 02 de janeiro de 2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15 de março de 2013, nº 3320, de 07 de novembro de 2013, nº 3506, de 13 de junho de 2014 e nº 3679, de 1º de dezembro de 2014,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR as Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidoras abaixo relacionadas:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
NOME	PORTARIA CONTRATAÇÃO/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
Andrea Stolf Schwartz	1166 de 30.06.2014	31.12.2014
Cleide Aparecida Nicoletti	1166 de 30.06.2014	31.12.2014
Eli da Silva	1166 de 30.06.2014	06.03.2015
Francieli Aparecida Drapski	1397 de 31.10.2014	26.12.2014
Joseane Nolli Heimann	1166 de 30.06.2014	31.12.2014
Joyce Clarice Schroeder	1397 de 31.10.2014	20.01.2015
Kathleen Oliveira Krankel Pasquali	1397 de 31.10.2014	06.03.2015
Pathyra Salvador Motta Teixeira	1166 de 30.06.2014	31.12.2014
Rita Janaina Tristão	1166 de 30.06.2014	08.03.2015
Silvana Edina Formigari Bueno	1166 de 30.06.2014	31.12.2014
Vivian Karina Schuster Ittner	1166 de 30.06.2014	17.07.2015

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 16 de dezembro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Treze Tílias

PREFEITURA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 23/2014.

EXTRATO DO I TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 23/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

CONTRATADO: OUROLUZ PRODUTOS E SOLUCOES ELETRICAS LTDA - EPP

1. OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços e fornecimento de forma parcelada de materiais destinados à manutenção das redes de iluminação pública do município de Treze Tílias, em conformidade com as especificações descritas no anexo I

2.

1.1. Fica prorrogado o prazo de vigência para até 31/12/2015, a partir de 01/01/2015

3. Todas as demais cláusulas permanecem inalteradas.

PROCESSO LICITATÓRIO: 09/2014 - Pregão Presencial

DATA ASSINATURA: 19/12/2014

TREZE TÍLIAS, 19 de Dezembro de 2014.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 25/2014.

EXTRATO DO I TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 25/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

CONTRATADO: JORGE & FILHO MECÂNICA PESADA GERAL LTDA

1. OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação, por hora trabalhada, de mão de obra de serviços de torno, solda, fresa, plaina, prensa e furadeira para máquinas, tratores e caminhões da frota do Município de Treze Tílias

1.1. Fica prorrogado o prazo de vigência para até 31/12/2015, a partir de 01/01/2015

2. Todas as demais cláusulas permanecem inalteradas.

PROCESSO LICITATÓRIO: 09/2014 - Pregão Presencial

DATA ASSINATURA: 19/12/2014

TREZE TÍLIAS, 19 de Dezembro de 2014.

EXTRATO II TERMO ADITIVO AO CONTRATO 66-2013

EXTRATO DE II TERMO ADITIVO AO CONTRATO 66/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

CONTRATADO: GEOMAIIS GEOTECNOLOGIA LTDA

1. OBJETO: Este contrato tem origem no edital de Tomada de preços nº 40/2013 no qual, a contratada, como vencedora, se compromete na execução dos serviços de geração de base de dados, levantamento de informações cadastrais, treinamento e implantação de sistemas, para planejamento urbano e tributário conforme Anexos I e II do edital.

2. O prazo contratual fica prorrogado até a data de 31 de Julho de 2015, a partir do dia 01 de janeiro de 2015.

3. Todas as demais cláusulas permanecem

PROCESSO LICITATÓRIO: 40/2013 - Tomada de Preços

DATA ASSINATURA: 19/12/2014

TREZE TÍLIAS, 19 de Dezembro de 2014.

TOMADA DE PREÇOS 02/2015 - CORREÇÃO
PREFEITURA DE TREZE TÍLIAS - CORREÇÃO DE EDITAL

A PARTIR DESTA PUBLICAÇÃO FICA CORRIGIDO O NÚMERO DO EDITAL PARA

TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2015

O MUNICIPIO DE TREZE TÍLIAS (SC), representado neste ato por seu Prefeito MAURO DRESCH, torna público que realizará TOMADA DE PREÇOS, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, nos termos da Lei 8.666/93 e suas alterações, para contratação de pessoa jurídica para construção de uma quadra poliesportiva coberta, localizada na Rua Ivo D' Aquino, centro, no município de Treze Tílias - SC, conforme projeto constante no Anexo I, integrante do edital.

A abertura dos envelopes de habilitação e propostas será no dia 10 de Fevereiro de 2015 às 09h00min na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal sito na Praça Andreas Thaler, 25, o edital na integra poderá ser retirado no sitio da Prefeitura no endereço www.trezetilas.sc.gov.br.

Treze Tílias (SC), 23 de Janeiro de 2014.

MAURO DRESCH

Prefeito Municipal

Tunápolis

PREFEITURA

AVISO DE RETIFICAÇÃO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 14/2015

Aviso de retificação PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 14/2015

Comunica Errata no Edital, publicado no dia 27/01/2015, onde se lê : "PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 14/2015 Edital de Pregão Presencial nº 13/2015, referente "aquisição de SÊMEN BOVINO E MATERIAIS utilizados na execução do Programa de Inseminação Artificial desenvolvido pela Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente do Município de Tunápolis - SC,.

leia -se: "PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 13/2015 Edital de Pregão Presencial nº 12/2015, Referente "aquisição de SÊMEN BOVINO E MATERIAIS utilizados na execução do Programa de Inseminação Artificial desenvolvido pela Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente do Município de Tunápolis - SC.

Informações no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22, Email:compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 27 de janeiro de 2015.

SHEILA INÊS BIEGER

Pregoeira

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 11/2015 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 11/2015

Edital de Pregão Presencial nº 10/2015

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação,

na modalidade de Pregão Presencial, que tem por objeto a aquisição de Gêneros alimentícios servidos como lanche na execução do Programa Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, do CRAS deste Município.

Entrega das propostas até às 9h15min do dia 11/02/2015.

Informações do Edital, no Setor de Compras do

Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.

Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 23 de janeiro de 2015.

VOLMIR PEDRO LAWISCH

Prefeito Municipal em Exercício

Turvo

CÂMARA MUNICIPAL

RELATORIO DA GESTAO FISCAL

MUNICÍPIO DE TURVO - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE TURVO
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2014 A DEZEMBRO/2014

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	981.964,91	0,00
Pessoal Ativo	981.964,91	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	981.964,91	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	981.964,91	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	29.269.846,19	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	3,35	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 6%	1.756.190,77	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 5,7%	1.668.381,23	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 5,4%	1.580.571,69	
FONTE:		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

Urussanga

PREFEITURA

AVISO PR 10/2014/PMU

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO Nº 10/2015/PMU

Objeto: aquisição parcelada de peças e serviços para manutenção de máquinas pesadas e equipamentos. Recebimento dos envelopes: até às 09h30 do dia 12/02/2015, na Prefeitura Municipal de Urussanga/SC, sito à Praça da Bandeira, 12 - Setor de Licitações. Abertura dos envelopes: Às 09h30 do dia 12/02/2015, no mesmo local da entrega dos envelopes. Edital: o edital estará à disposição dos interessados das 07h às 13h, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou poderá ser solicitado através do e-mail rosane@urussanga.sc.gov.br
Rosane Zatta-Pregoeira

Vargem Bonita

PREFEITURA

ANEXOS REF. AO 2º SEMESTRE 2014 – RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL.



MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
Bolsa Família	1.641,75	0,00	1.641,75
Outras Transferências de Recursos do FNAS	27.801,35	0,00	27.801,35
Outros Recursos do FNDE	11.427,85	0,00	11.427,85
Transferências de Convênios - Outros	435.260,84	0,00	435.260,84
Transferências de Convênios - Saúde	67.653,30	0,00	67.653,30
Transferências do Fundef - 40%	19.126,88	0,00	19.126,88
Vigilância em Saúde	22.436,58	0,00	22.436,58
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	585.348,55	0,00	585.348,55
Receitas Impostos e Transf. Impostos - Saúde	15.974,93	0,00	15.974,93
Recursos Ordinários	1.855.823,26	100.000,00	1.755.823,26
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	1.871.798,19	100.000,00	1.771.798,19
TOTAL (III) = (I + II)	2.457.146,74	100.000,00	2.357.146,74
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES ¹	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

VARGEM BONITA, 27/01/2015

MELANIA AP. ROMAN MENEZINI
Prefeita Municipal

SUÉLEN FAVRETTO
Sec. de Administração e Finanças

DORNELES ANTONIO PELICOLI
CONTADOR CRC/SC - 16.633/O

ANEXOS REF. AO 2º SEMESTRE 2014 – RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL.

MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	19.431.884,62	—
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	3.109.101,54	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	2.798.191,39	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.360.231,92	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

FONTE:

VARGEM BONITA, 27/01/2015

MELANIA AP. ROMAN MENEZINHINI
Prefeita Municipal

SUÉLEN FAVRETTO
Sec. de Administração e Finanças

DORNELES ANTONIO PELICOLI
CONTADOR CRC/SC - 16.633/0

ANEXOS REF. AO 2º SEMESTRE 2014 – RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL.

MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	137.212,05	26.121,86	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	137.212,05	26.121,86	0,00
Interna	137.212,05	26.121,86	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	1.924.447,37	3.123.737,74	2.457.146,74
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.924.447,37	3.465.455,12	2.457.146,74
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	341.717,38	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-1.787.235,32	-3.097.615,88	-2.457.146,74
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	17.264.347,05	18.528.306,13	19.431.884,62
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	0,79%	0,14%	0,00%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-10,35%	-16,72%	-12,64%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	20.717.216,46	22.233.967,36	23.318.261,54
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	18.645.494,81	20.010.570,62	20.986.435,39

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	137.212,05	26.121,86	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	89.172,99	0,00	0,00
De Tributos	89.172,99	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	48.039,06	26.121,86	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	0,00	104.393,52	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	309.418,84	2.011.475,93	761.525,94

FONTE:

Continua 1/2



MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014

Continuação 2/2

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO			
<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00

VARGEM BONITA, 27/01/2015

MELANIA AP. ROMAN MENEZHINI
Prefeita Municipal

SUÉLEN FAVRETTO
Sec. de Administração e Finanças

DORNELES ANTONIO PELICOLI
CONTADOR CRC/SC - 16.633/O

FONTE:

ANEXOS REF. AO 2º SEMESTRE 2014 – RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL.

MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 2º Semestre de 2014

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 7

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	9.929.389,37	51,10
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	11.659.130,77	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	11.076.174,23	57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-2.457.146,74	-12,64
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	23.318.261,54	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	4.275.014,62	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	3.109.101,54	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.360.231,92	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	661.525,94	2.357.146,74

FONTE:

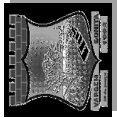
VARGEM BONITA, 27/01/2015

MELANIA AP. ROMAN MENECHINI
Prefeita Municipal

SUÉLEN FAVRETTO
Sec. de Administração e Finanças

DORNELES ANTONIO PELICOLI
CONTADOR CRC/SC - 16.633/O

ANEXOS REF. AO 2º SEMESTRE 2014 – RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL.



MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b") R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR					EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS(NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
Bolsa Família	0,00	0,00	0,00	0,00	1.641,75	0,00
Outras Transferências de Recursos do FNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	27.801,35	0,00
Outros Recursos do FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00	11.427,85	0,00
Transferências de Convênios - Outros	0,00	0,00	0,00	376.482,10	435.260,84	0,00
Transferências de Convênios - Saúde	0,00	0,00	0,00	61.730,17	67.663,30	0,00
Transferências do Fundef - 40%	0,00	0,00	0,00	0,00	19.126,88	0,00
Vigilância em Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	22.436,58	0,00
TOTAL DE RECURSOS VINCULADOS(I)	0,00	0,00	0,00	438.212,27	585.348,55	0,00
Receitas Impostos e Transf. Impostos - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	15.974,93	0,00
Recursos Ordinários	0,00	0,00	100.000,00	223.313,67	1.755.823,26	0,00
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS(II)	0,00	0,00	100.000,00	223.313,67	1.771.798,19	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	0,00	100.000,00	661.525,94	2.357.146,74	0,00

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
---	------	------	------	------	------	------

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

VARGEM BONITA, 27/01/2015

MELANIA AP. ROMAN MENEZINHINI Prefeita Municipal	SUELEN FAVRETTO Sec. de Administração e Finanças	DORNELES ANTONIO PELICIONI CONTADOR CRC/SC - 16.633/O
---	---	--

ANEXOS REF. AO 2º SEMESTRE 2014 – RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL.

MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2014 A DEZEMBRO/2014

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	9.929.389,37	0,00
Pessoal Ativo	9.732.794,27	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	196.595,10	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	9.929.389,37	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	9.929.389,37	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	19.431.884,62	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	51,10	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 60%	11.659.130,77	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 57%	11.076.174,23	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 54%	10.493.217,69	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

VARGEM BONITA, 27/01/2015

MELANIA AP. ROMAN MENECHINI
Prefeita Municipal

SUÉLEN FAVRETTO
Sec. de Administração e Finanças

DORNELES ANTONIO PELICOLI
CONTADOR CRC/SC - 16.633/O

ANEXOS REF. AO 2º SEMESTRE 2014 – RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL.

MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (I)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL IV	17.264.347,05	18.528.306,13	19.431.884,62
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	3.798.156,35	4.076.227,35	4.275.014,62
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	3.418.340,72	3.668.604,61	3.847.513,15

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (V)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

VARGEM BONITA, 27/01/2015

MELANIA AP. ROMAN MENECHINI
Prefeita Municipal

SUÉLEN FAVRETTO
Sec. de Administração e Finanças

DORNELES ANTONIO PELICOLI
CONTADOR CRC/SC - 16.633/O

ANEXOS REF. AO 6º BIMESTRE 2014 – RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

Município de VARGEM BONITA - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS			
Previsão Inicial		—	17.770.000,00
Previsão Atualizada		—	17.770.000,00
Receitas Realizadas		4.131.662,45	21.766.019,48
Déficit Orçamentário		—	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	1.611.477,15
DESPESAS			
Dotação Inicial		—	17.770.000,00
Créditos Adicionais		—	6.204.064,23
Dotação Atualizada		—	23.974.064,23
Despesas Empenhadas		3.474.589,23	21.685.427,21
Despesas Executadas		4.345.518,11	21.685.427,21
Liquidadas		4.345.518,11	21.023.901,27
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		—	661.525,94
Superavit Orçamentário		—	80.592,27
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas		3.474.589,23	21.685.427,21
Despesas Executadas		4.345.518,11	21.685.427,21
Liquidadas		4.345.518,11	21.023.901,27
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		—	661.525,94
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida			19.431.884,62
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00
Liquidadas		0,00	0,00
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)
Resultado Nominal		850.000,00	-580.738,43
Resultado Primário		107.280,00	-207.268,55
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO		Inscrição	Cancelamento até o Bimestre
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS		309.418,84	0,00
EXECUTIVO		309.418,84	0,00
TOTAL:		309.418,84	0,00
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		5.396.104,84	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		1.189.383,33	60%
Liquidadas		1.189.383,33	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		0,00	

Continua 1/2



Município de VARGEM BONITA - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Despesa de Capital Líquida			4.283.925,00	1.412.946,82
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			254.300,00	-254.300,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			85.000,00	0,00
DESPESAS COMAÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		4.336.527,64	15,00	152,40
Liquidadas		4.274.797,47		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		61.730,17		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

VARGEM BONITA, 27/01/2015

MELANIA AP. ROMAN MENEHINI
 Prefeita Municipal

SUÉLEN FAVRETTO
 Sec. de Administração e Finanças

DORNELES ANTONIO PELI
 CONTADOR CRC/SC - 16.6

ANEXOS REF. AO 6º BIMESTRE 2014 – RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.



Município de VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
				Até o Bimestre/2013
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS			
			Em 2014		Em 2013	
			LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014		
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3



Município de VARGEM BONITA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS				
			Em 2014		Em 2013		
			LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS Até o Bimestre/2013	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014			
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - RPPS (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECETAS REALIZADAS				
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	No Bimestre	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013		
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA				
Valor			0,00				
RECETAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECETAS REALIZADAS				
RECETAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	No Bimestre	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013		
RECETAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Continuação 2/3							

Continua 2/3



Município de VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/3

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		Até o Bimestre/2013	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014		
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (XII) = (VIII + IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS EXECUTADAS						
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Em 2014		Em 2013	
			LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS Até o Bimestre/2013
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014		
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

VARGEM BONITA, 27/01/2015

MELANIA AP. ROMAN MENEZES JUN. SUJELEN FAVRETTTO DORNELES ANTONIO PELICIONI
Prefeita Municipal Sec. de Administração e Finanças CONTADOR CRC/SC - 16.633/0

ANEXOS REF. AO 6º BIMESTRE 2014 – RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

Município de VARGEM BONITA - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESES DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

VARGEM BONITA, 27/01/2015

 MELANIA AP. ROMAN MENECHINI
 Prefeita Municipal

 SUÉLEN FAVRETTO
 Sec. de Administração e Finanças

 DORNELES ANTONIO PELICOLI
 CONTADOR CRC/SC - 16.633/O

ANEXOS REF. AO 6º BIMESTRE 2014 – RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

Município de VARGEM BONITA - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
 2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=(“d” exercício anterior) + (c)
2013	0,00	0,00	0,00	0,00
2014	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00



Município de VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 31/12/2013 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

VARGEM BONITA, 27/01/2015

MELANIA AP. ROMAN MENECHINI
Prefeita Municipal

SUÉLEN FAVRETTO
Sec. de Administração e Finanças

DORNELES ANTONIO PELIC
CONTADOR CRC/SC - 16.635

ANEXOS REF. AO 6º BIMESTRE 2014 – RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

Município de VARGEM BONITA - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	254.300,00	-254.300,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	254.300,00	-254.300,00
TOTAL	0,00	254.300,00	-254.300,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	85.000,00	85.000,00	0,00	0,00
Investimentos	85.000,00	85.000,00	0,00	0,00
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	169.300,00	169.300,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	169.300,00	169.300,00	0,00	0,00
TOTAL	254.300,00	254.300,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

VARGEM BONITA, 27/01/2015

MELANIA AP. ROMAN MENECHINI
 Prefeita Municipal

SUÉLEN FAVRETTO
 Sec. de Administração e Finanças

DORNELES ANTONIO PELICOLI
 CONTADOR CRC/SC - 16.633/0

ANEXOS REF. AO 6º BIMESTRE 2014 – RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

Município de VARGEM BONITA - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Out 2014 (B)	Em 31 Dez 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	137.212,05	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	1.924.447,37	2.691.318,06	2.457.146,74
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.924.447,37	2.996.548,75	2.457.146,74
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	305.230,69	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-1.787.235,32	-2.691.318,06	-2.457.146,74
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	89.172,99	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-1.876.408,31	-2.691.318,06	-2.457.146,74

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Dez 2014 (C - A)
VALOR	234.171,32	-580.738,43

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	850.000,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Out 2014 (B)	Em 31 Dez 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

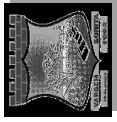
FONTE:

VARGEM BONITA, 27/01/2015

MELANIA AP. ROMAN MENEZHINI
 Prefeita Municipal

SUÉLEN FAVRETTO
 Sec. de Administração e Finanças

DORNELES ANTONIO PELICOLI
 CONTADOR CRC/SC - 16.633/O

ANEXOS REF. AO 6º BIMESTRE 2014 – RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

Município de VARGEM BONITA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	134.820,00	134.820,00	159.358,07	118,20
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	5.400,00	5.400,00	6.450,83	119,46
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	3.300,00	3.300,00	4.484,30	135,89
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	82.500,00	82.500,00	88.931,54	107,80
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	42.000,00	42.000,00	52.552,77	125,13
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	360,00	360,00	182,03	50,56
Dívida Ativa dos Impostos	900,00	900,00	6.393,50	710,39
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	360,00	360,00	363,10	100,86
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	2.550.660,00	2.550.660,00	2.686.218,23	105,31
Cota-Parte FPM	859.500,00	859.500,00	848.060,68	98,67
Cota-Parte ITR	4.500,00	4.500,00	3.465,68	77,02
Cota-Parte IPVA	51.000,00	51.000,00	61.311,82	120,22
Cota-Parte ICMS	1.605.000,00	1.605.000,00	1.738.700,54	108,33
Cota-Parte IPI-Exportação	23.100,00	23.100,00	27.306,83	118,21
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	7.560,00	7.560,00	7.372,68	97,52
Desoneração ICMS (LC 87/96)	7.560,00	7.560,00	7.372,68	97,52
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	2.685.480,00	2.685.480,00	2.845.576,30	105,96

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EXECUTADAS	
			LIQUIDADAS Até Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
DESPESAS CORRENTES	3.450.880,00	4.676.399,89	4.577.895,97	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	2.756.900,00	3.241.890,00	3.204.220,08	0,00
Outras Despesas Correntes	693.980,00	1.434.509,89	1.373.675,89	0,00

Continua 1/4



Município de VARGEM BONITA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

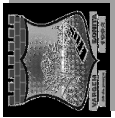
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/4

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EXECUTADAS		
			LIQUIDADAS Até Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	% ((f+g)/e)
DESPESAS DE CAPITAL	125.120,00	710.129,37	555.950,83	61.730,17	86,98
Investimentos	125.120,00	710.129,37	555.950,83	61.730,17	86,98
TOTAL (IV)	3.576.000,00	5.386.529,26	5.133.846,80	61.730,17	96,46
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO					
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS		
			LIQUIDADAS Até Bimestre (h)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)	% ((h+i)/IV(f+g))
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	890.520,00	951.110,93	859.049,33	0,00	16,53
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	766.680,00	827.270,93	787.805,56	0,00	15,16
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	123.840,00	123.840,00	71.243,77	0,00	1,37
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	-	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES³	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)	890.520,00	951.110,93	859.049,33	0,00	16,53
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = [(V(f+g) - V(h+i))]	2.685.480,00	4.435.418,33	4.336.527,64		83,47
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS					
(VII%) = (VIh / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4					
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VI(h+i) - (15 x IIIb)/100)]					
3.909.691,20					

Continua 2/4



Município de VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)
TOTAL (VIII)	0,00	0,00			0,00
	0,00	0,00			0,00
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGO 24, § 2º	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)
	-	-			-

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS		
			LIQUIDADAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	% ((f+g)/e)
Atenção Básica	3.545.760,00	5.333.591,56	5.103.991,10	61.730,17	99,43
Vigilância Sanitária	18.120,00	19.912,69	7.466,42	0,00	0,14
Vigilância Epidemiológica	12.120,00	33.025,01	22.389,28	0,00	0,43
TOTAL	3.576.000,00	5.386.529,26	5.133.846,80	61.730,17	100,00

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE:

Sistema de Informação Orçamentária e Financeira - Sistema Integrado de Administração Financeira e Orçamentária

Continua 3/4



Município de VARGEM BONITA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 4/4

¹Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
² O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h-i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h-i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

VARGEM BONITA, 27/01/2015

MELANIA AP. ROMAN MENEZINHINI Prefeita Municipal	SUELEN FAVRETTTO Sec. de Administração e Finanças	DORNELES ANTONIO PELICOLI CONTADOR CRC/SC - 16.633/O
---	--	---

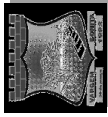
ANEXOS REF. AO 6º BIMESTRE 2014 – RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

Município de VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

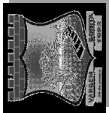
R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		No Bimestre	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	17.746.280,00	3.755.113,35	19.372.765,92
Receita Tributária	939.640,00	180.108,29	1.062.793,97
I.P.T.U.	36.000,00	634,87	43.005,47
I.S.S.	550.000,00	90.249,35	592.877,06
I.T.B.I.	22.000,00	4.439,13	29.895,36
I.R.R.F.	280.000,00	81.855,68	350.351,74
Outras Receitas Tributárias	51.640,00	2.929,26	46.664,34
Receita de Contribuição	126.000,00	23.656,94	125.051,42
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	126.000,00	23.656,94	125.051,42
Receita Patrimonial Líquida	60.120,00	8.253,60	78.279,20
Receita Patrimonial	83.840,00	19.264,04	137.397,90
(-) Aplicações Financeiras	23.720,00	11.010,44	59.118,70
Transferências Correntes	16.540.370,00	3.504.050,49	17.882.081,23
F.P.M.	4.584.000,00	1.076.265,90	4.773.764,07
I.C.M.S.	8.560.000,00	1.756.582,71	9.273.070,70
Convênios	140.120,00	33.246,27	185.582,49
Outras Transferências Correntes	3.256.250,00	637.955,61	3.649.663,97
Demais Receitas Correntes	80.150,00	39.044,03	224.560,10
Dívida Ativa	12.000,00	1.455,08	48.140,17
Diversas Receitas Correntes	68.150,00	37.588,95	176.419,93
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	365.538,66	2.334.134,86
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	365.538,66	2.079.834,86
Convênios	0,00	365.538,66	1.835.034,86
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	244.800,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	0,00	365.538,66	2.079.834,86
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	17.746.280,00	4.120.652,01	21.452.600,78
			17.757.405,27



Município de VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS				
		EM 2014			EM 2013	
		LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS Até o Bimestre	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
		No Bimestre	Até o Bimestre			
DESPESAS CORRENTES (VIII)	18.262.192,41	3.625.869,67	17.273.743,30	127.758,91	15.137.916,10	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	10.226.817,12	2.113.412,88	10.040.121,94	0,00	8.701.232,64	0,00
Juros e Encargos da Dívida (IX)	1.500,00	0,00	118,81	0,00	488,57	0,00
Outras Despesas Correntes	8.033.875,29	1.512.456,79	7.233.502,55	127.758,91	6.436.194,89	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	18.260.692,41	3.625.869,67	17.273.624,49	127.758,91	15.137.427,53	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	5.696.871,82	719.648,44	3.750.157,97	533.767,03	749.354,61	309.418,84
Investimentos	5.670.371,82	719.648,44	3.724.718,90	533.767,03	532.016,18	309.418,84
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	26.500,00	0,00	25.439,07	0,00	217.338,43	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	5.670.371,82	719.648,44	3.724.718,90	533.767,03	532.016,18	309.418,84
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	15.000,00	-	-	-	-	-



Município de VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS				
		EM 2014		EM 2013		
		LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS Até o Bimestre	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
		No Bimestre	Até o Bimestre			
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	15.000,00	-	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	23.946.064,23	4.345.518,11	20.998.343,39	661.525,94	15.689.443,71	309.418,84
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-6.199.784,23	-224.866,10		-207.268,55		1.778.542,72
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-		1.611.477,15		0,00
Superávit Financeiro	-	-		1.611.477,15		0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-		0,00		0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL					VALOR CORRENTE	
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PI O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA					107.280,00	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas **liquidadas** são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas **liquidadas**, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas **liquidadas** no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

VARGEM BONITA, 27/01/2015

MELANIA AP. ROMAN MENEZINH	SUÉLEN FAVRETTTO	DORNELES ANTONIO PELICOLI
Prefeita Municipal	Sec. de Administração e Finanças	CONTADOR CRC/SC - 16.633/O

ANEXOS REF. AO 6º BIMESTRE 2014 – RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	898.800,00	898.800,00	178.714,99	1.062.387,18	118,20
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	43.200,00	43.200,00	2.102,10	50.181,30	116,16
1.1.1- IPTU	36.000,00	36.000,00	634,87	43.005,47	119,46
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	1.200,00	1.200,00	54,15	451,31	37,61
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	4.800,00	4.800,00	827,37	5.112,06	106,50
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	1.200,00	1.200,00	585,71	1.612,46	134,37
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	22.000,00	22.000,00	4.439,13	29.895,36	135,89
1.2.1- ITBI	22.000,00	22.000,00	4.439,13	29.895,36	135,89
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	553.600,00	553.600,00	90.318,08	631.958,78	114,15
1.3.1- ISS	550.000,00	550.000,00	90.249,35	592.877,06	107,80
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	1.200,00	1.200,00	37,45	762,19	63,52
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	1.200,00	1.200,00	0,00	37.511,44	3.125,95
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	1.200,00	1.200,00	3128	808,09	67,34
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	280.000,00	280.000,00	81.855,68	350.351,74	125,13
1.4.1- IRRF	280.000,00	280.000,00	81.855,68	350.351,74	125,13
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	17.004.400,00	17.004.400,00	3.568.917,31	18.158.900,38	106,79
2.1- Cota-Parte FPM	5.730.000,00	5.730.000,00	1.282.638,93	5.904.511,33	103,05
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	5.730.000,00	5.730.000,00	1.282.638,93	5.904.511,33	103,05
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	10.700.000,00	10.700.000,00	2.195.728,19	11.591.337,05	108,33
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	50.400,00	50.400,00	12.287,85	49.151,40	97,52
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	154.000,00	154.000,00	35.549,85	182.045,45	118,21
2.5- Cota-Parte ITR	30.000,00	30.000,00	8.784,65	23.104,56	77,02
2.6- Cota-Parte IPVA	340.000,00	340.000,00	33.947,84	408.750,59	120,22
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	17.903.200,00	17.903.200,00	3.747.632,30	19.221.287,56	107,36
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	211.410,00	211.410,00	38.378,27	228.223,10	107,95
5.1- Transferências do Salário-Educação	167.520,00	167.520,00	30.380,04	180.713,11	107,88
5.2- Transferências Diretas - PDDE	1.200,00	1.200,00	0,00	90,00	7,50
5.3- Transferências Diretas - PNAE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	42.570,00	42.570,00	7.998,23	35.992,14	84,55
5.5- Outras Transferências do FNDE	120,00	120,00	0,00	11.427,85	9.523,21
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	135.240,00	135.240,00	16.572,48	149.152,00	110,29
6.1- Transferências de Convênios	135.000,00	135.000,00	16.572,48	149.152,00	110,48
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	240,00	240,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.200,00	1.200,00	611,21	3.409,00	284,08
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	347.850,00	347.850,00	55.561,96	380.784,10	109,47
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	3.400.880,00	3.400.880,00	663.622,44	3.581.594,02	105,31
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.146.000,00	1.146.000,00	206.373,03	1.130.747,26	98,67
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	2.140.000,00	2.140.000,00	439.145,48	2.318.266,35	108,33
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	10.080,00	10.080,00	2.457,57	9.830,28	97,52
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	30.800,00	30.800,00	7.109,96	36.413,50	118,23
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	6.000,00	6.000,00	1.752,92	4.620,87	77,01
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	68.000,00	68.000,00	6.783,48	81.715,76	120,17
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.400.000,00	1.400.000,00	285.257,41	1.591.683,24	113,69
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.400.000,00	1.400.000,00	285.257,41	1.591.683,24	113,69
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-2.000.880,00	-2.000.880,00	-378.365,03	-1.989.910,78	99,45
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

Continua 1/3



MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS				%
			LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	(g)=(e+f)/d)x100	
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)			
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	840.720,00	1.189.937,14	198.021,78	1.189.383,33	0,00	99,95	
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
13.2- Com Ensino Fundamental	840.720,00	1.189.937,14	198.021,78	1.189.383,33	0,00	99,95	
14- OUTRAS DESPESAS	560.480,00	398.428,07	51.680,13	398.338,24	0,00	99,98	
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
14.2- Com Ensino Fundamental	560.480,00	398.428,07	51.680,13	398.338,24	0,00	99,98	
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.401.200,00	1.588.365,21	249.701,91		1.587.721,57	99,96	
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB						VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						—	
16.1 - FUNDEB 60%						—	
16.2 - FUNDEB 40%						—	
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00	
17.1 - FUNDEB 60%						0,00	
17.2 - FUNDEB 40%						0,00	
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00	
INDICADORES DO FUNDEB							
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					1.587.721,57		
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério ¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					74,72		
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					25,03		
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 +19.2)) %					0,25		
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE						VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						15.165,21	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 ²						15.165,21	
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB							
RECEITAS COMAÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			%	
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	(c)=(b/a)x100		
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ³	4.475.800,00	4.475.800,00	936.908,08	4.805.321,89		107,36	
DESPESAS COMAÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS				%
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	(g)=(e+f)/d)x100	
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	844.000,00	814.000,00	168.551,09	808.231,14	0,00	99,29	
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
24- ENSINO FUNDAMENTAL	2.227.620,00	2.661.785,21	478.622,12	2.613.128,13	0,00	98,17	
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.401.200,00	1.588.365,21	249.701,91	1.587.721,57	0,00	99,96	
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	826.420,00	1.073.420,00	228.920,21	1.025.405,56	0,00	95,53	
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
29- TOTAL DAS DESPESAS COMAÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	3.071.620,00	3.475.785,21	647.173,21		3.421.359,27	98,43	
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL						VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						-1.989.910,78	
31- DESPESAS CUSTEADAS COMA COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						—	
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (501)						—	
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						15.165,21	
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00	
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴						—	
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 h)						—	
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)						-1.974.745,57	
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))						5.396.104,84	
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDEs ((38) / (3)) x 100) %						28,07	
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE							
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS				%
			LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	(g)=(e+f)/d)x100	
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)			
40- DESPESAS CUSTEADAS COMA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
41- DESPESAS CUSTEADAS COMA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	167.640,00	180.713,11	30.595,69	180.713,11	0,00	100,00	
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS P/ FINANCIAMENTO DO ENSINO	98.330,00	109.787,85	18.628,85	85.902,14	0,00	78,24	
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	265.970,00	290.500,96	49.224,54		266.615,25	91,78	
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	3.337.590,00	3.766.286,17	696.397,75		3.687.974,52	97,92	
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA			SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2014		

Continuação 2/3



MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/3

RESCALDO ANTERIOR COM O VALOR CANCELADO FINANCEIRO DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	SALDO EM 2014 (h)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1- Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2- Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (i)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.591.683,24	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	0,00	0,00
49.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	1.591.683,24	0,00

VARGEM BONITA, 27/01/2015

MELANIA AP. ROMAN MENEZINI
Prefeita Municipal

SUÉLEN FAVRETTO
Sec. de Administração e Finanças

DORNELES ANTONIO PELICOLI
CONTADOR CRC/SC - 16.633/O

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do acréscimo do FUNDEB foi de R\$ 15.165,21, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

ANEXOS REF. AO 6º BIMESTRE 2014 – RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.



Município de VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2014 A DEZEMBRO/2014

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014
	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Ago/2014	Sep/2014	Out/2014	Nov/2014	Dez/2014	TOTAL (ÚLT. 12 MES)
RECEITAS CORRENTES (I)	2.082.361,46	1.833.634,62	1.744.893,78	1.922.890,97	1.938.906,63	1.787.890,32	1.690.623,25	1.806.772,02	1.736.667,91	1.878.371,55	2.058.966,35	2.269.779,88	23.013.478,64
RECEITA TRIBUTÁRIA	75.365,66	84.635,66	106.236,18	102.405,65	85.461,22	116.873,15	85.740,18	67.716,23	77.666,59	79.874,47	76.912,96	103.295,33	1.062.793,97
IPTU	0,00	0,00	3.632,39	17.638,25	13.662,16	2.844,60	1.938,23	342,63	669,59	1.819,85	203,93	430,94	43.005,47
IR-RJF	27.211,27	22.797,90	25.670,91	21.580,28	28.897,71	30.896,58	30.824,10	26.159,64	27.009,21	26.645,46	23.938,98	52.915,70	350.351,74
I.S.S.	47.763,10	43.594,58	53.469,06	59.853,79	38.700,54	80.096,95	52.151,53	37.483,73	45.476,08	43.936,35	44.618,61	45.630,74	562.877,06
I.T.E.U.	702,36	2.040,00	5.765,00	2.600,00	2.200,00	1.660,00	240,00	1.440,00	2.577,07	6.091,80	1.372,73	3.066,40	26.866,36
Outras Receitas Tributárias	308,93	16.203,51	17.855,92	733,33	1.980,81	1.170,02	596,32	2.380,23	1.135,00	1.381,01	1.677,71	1.261,55	46.694,24
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	9.471,10	9.288,18	9.710,18	10.063,35	9.472,66	9.321,71	13.107,92	9.893,89	9.474,66	11.617,63	12.135,68	11.520,26	126.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	36.466,49	11.748,04	8.180,52	10.815,43	7.718,84	15.594,67	7.322,68	6.919,23	8.339,97	5.337,99	10.762,18	8.471,86	83.840,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	120,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	9.378,97	10.709,63	7.016,97	9.842,59	13.854,93	10.680,66	8.550,46	7.372,13	12.520,11	12.010,71	9.975,38	21.662,35	133.744,89
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.910.321,91	1.812.387,43	1.594.592,73	1.787.218,76	1.821.430,47	1.630.441,35	1.572.748,01	1.713.236,49	1.687.331,64	1.796.283,53	1.946.006,35	2.221.066,58	19.941.250,00
Cota-Parte do FPM	594.631,36	635.192,90	376.793,29	430.046,10	573.068,30	429.779,99	368.126,63	448.426,06	383.062,94	371.503,64	491.732,85	790.906,07	5.904.511,33
Cota-Parte do ICMS	969.519,69	922.408,74	935.759,29	912.050,69	927.133,27	940.599,31	874.094,74	917.019,92	983.259,90	1.013.742,31	1.118.431,33	1.077.296,86	1.070.000,00
Cota-Parte do IPVA	15.084,77	30.548,35	46.200,47	45.477,30	43.723,89	38.539,96	40.206,28	42.778,76	33.401,16	36.344,81	23.463,90	10.481,04	340.000,00
Cota-Parte do ITR	39,00	201,25	11,61	7,83	0,00	0,00	0,00	12,88	891,91	13.485,45	8.301,16	463,49	30.000,00
Outras Transferências Correntes	173.285,26	71.833,15	98.396,46	255.979,15	120.920,97	73.050,74	150.094,67	157.405,33	127.177,28	171.479,39	138.594,04	173.904,17	1.536.890,00
Transferências da LC 81/1989	15.666,66	13.255,31	12.892,13	14.101,17	15.331,04	14.602,00	15.000,82	15.462,51	14.561,03	15.582,93	17.893,94	17.666,01	154.000,00
Transferências da LC 87/196	4.095,95	4.095,95	0,00	4.095,95	4.095,95	4.095,95	4.095,95	4.095,95	4.095,95	4.095,95	4.095,95	8.191,90	50.400,00
Transferências do FUNDEB	137.808,22	134.851,78	124.759,46	125.420,57	137.136,05	129.776,40	120.188,92	128.544,11	131.181,47	137.058,85	143.090,37	142.167,04	1.400.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	40.737,33	4.865,35	18.857,20	2.592,09	1.978,51	4.946,78	3.154,00	1.364,05	1.334,58	3.177,02	3.942,90	3.773,50	40.670,00
DEDUÇÕES (II)	319.845,26	321.140,32	274.342,37	281.168,02	312.674,47	285.522,63	280.502,72	285.457,24	285.767,73	291.550,82	332.784,20	330.838,24	3.581.594,02
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	319.845,26	321.140,32	274.342,37	281.168,02	312.674,47	285.522,63	280.502,72	285.457,24	285.767,73	291.550,82	332.784,20	330.838,24	3.581.594,02
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.762.516,20	1.512.494,30	1.470.251,41	1.641.722,85	1.627.232,16	1.502.407,69	1.430.120,53	1.521.314,78	1.510.900,18	1.586.760,73	1.727.182,15	2.038.941,64	18.431.884,62
FONTE													
VARGEM BONITA, 27/01/2015													

MELANAP ROMAN MENEZINH
Prefeita Municipal

SUELEN FAIVRETTO
Sec. de Administração e Finanças

DORNELES ANTONIO PELICIONI
CONTADOR CROSC - 16.6330

ANEXOS REF. AO 6º BIMESTRE 2014 – RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

Município de VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	5.696.871,82	3.750.157,97	533.767,03	1.412.946,82
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	5.696.871,82	3.750.157,97	533.767,03	1.412.946,82
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-5.696.871,82	-4.283.925,00		-1.412.946,82

FONTE:

Notas:

¹ Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III.

² Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, os termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

VARGEM BONITA, 27/01/2015

 MELANIA AP. ROMAN MENECHINI
 Prefeita Municipal

 SUÉLEN FAVRETTO
 Sec. de Administração e Finanças

 DORNELES ANTONIO PELICOLI
 CONTADOR CRC/SC - 16.633/O

ANEXOS REF. AO 6º BIMESTRE 2014 – RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

Município de VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	17.770.000,00	17.770.000,00	4.131.662,45	23,25	21.766.019,48	122,49
RECEITAS CORRENTES	17.770.000,00	17.770.000,00	3.766.123,79	21,19	19.431.884,62	109,35
RECEITA TRIBUTÁRIA	939.640,00	939.640,00	180.108,29	19,17	1.062.793,97	113,11
IMPOSTOS	888.000,00	888.000,00	177.179,03	19,95	1.016.129,63	114,43
TAXAS	51.520,00	51.520,00	2.929,26	5,69	46.664,34	90,58
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	120,00	120,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	126.000,00	126.000,00	23.656,94	18,78	125.051,42	99,25
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO	126.000,00	126.000,00	23.656,94	18,78	125.051,42	99,25
RECEITA PATRIMONIAL	83.840,00	83.840,00	19.264,04	22,98	137.397,90	163,88
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	60.120,00	60.120,00	8.253,60	13,73	78.279,20	130,20
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	23.720,00	23.720,00	11.010,44	46,42	59.118,70	249,24
RECEITA AGROPECUÁRIA	120,00	120,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receta da Produção Vegetal	120,00	120,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	39.360,00	39.360,00	31.627,73	80,36	133.744,89	339,80
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	16.540.370,00	16.540.370,00	3.504.090,49	21,18	17.882.081,23	108,11
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	16.399.050,00	16.399.050,00	3.470.804,22	21,16	17.696.498,74	107,91
Transf. de Pessoas	1.200,00	1.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. de Conv.	140.120,00	140.120,00	33.246,27	23,73	185.582,49	132,45
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	40.670,00	40.670,00	7.416,30	18,24	90.815,21	223,30
Multas e Juros de Mora	10.200,00	10.200,00	2.831,27	27,76	13.285,22	130,25
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	4.800,00	4.800,00	3.021,42	62,95	24.861,29	517,94
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	12.000,00	12.000,00	1.455,08	12,13	48.140,17	401,17
RECEITAS DIVERSAS	13.670,00	13.670,00	108,53	0,79	4.528,53	33,13
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	365.538,66	0,00	2.334.134,86	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	254.300,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	254.300,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	365.538,66	0,00	2.079.834,86	0,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	244.800,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	365.538,66	0,00	1.835.034,86	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	17.770.000,00	17.770.000,00	4.131.662,45	23,25	21.766.019,48	122,49
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)						
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3



Continuação 2/3

Continua 2/3

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE



Município de VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS			SALDO A EXECUTAR (f - (g + h))	
				No Bimestre (g)	Até o Bimestre (h)	LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)		%
						No Bimestre (i)	Até o Bimestre (j)			
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	17.770.000,00	6.204.064,23	23.974.064,23	3.474.589,23	21.685.427,21	4.345.518,11	21.023.901,27	661.525,94	90,45	
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	80.592,27	—	—	
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	17.770.000,00	6.204.064,23	23.974.064,23	3.474.589,23	21.685.427,21	4.345.518,11	21.766.019,48	—	90,79	
									2.288.637,02	

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE:

VARGEM BONITA, 27/01/2015

MELANIA AP. ROMAN MENEZINHINI Prefeita Municipal	SUÉLEN FAVRETTTO Sec. de Administração e Finanças	DORNELES ANTONIO PELICIONI CONTADOR CRC/SC - 16.633/0
---	--	--

ANEXOS REF. AO 6º BIMESTRE 2014 – RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.



Município de VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS			SALDO (a - (b + c))
			No Bimestre	Até o Bimestre	LIQUIDADAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (c)	
					No Bimestre	Até o Bimestre (b)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Legislativa	17.770.000,00	23.974.064,23	3.474.589,23	21.685.427,21	4.345.518,11	21.023.901,27	661.525,94	90,45
Ação Legislativa	900.000,00	900.000,00	222.159,25	877.412,31	222.159,25	877.412,31	0,00	97,49
Administração	900.000,00	900.000,00	222.159,25	877.412,31	222.159,25	877.412,31	0,00	97,49
Planejamento e Orçamento	2.452.310,00	2.370.417,53	388.422,21	2.188.542,12	493.380,47	2.188.542,12	0,00	92,33
	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	2.422.310,00	2.370.417,53	388.422,21	2.188.542,12	493.380,47	2.188.542,12	0,00	92,33
Segurança Pública	58.160,00	45.138,52	8.605,08	42.068,26	13.105,08	42.068,26	0,00	93,20
Policimento	40.160,00	27.138,52	8.605,08	24.068,26	8.605,08	24.068,26	0,00	0,11
Defesa Civil	18.000,00	18.000,00	0,00	18.000,00	4.500,00	18.000,00	0,00	100,00
Assistência Social	548.600,00	711.510,35	100.931,95	579.839,66	119.803,30	579.839,66	0,00	81,49
Assistência à Criança e ao Adolescente	10.000,00	10.000,00	1.796,45	1.796,45	1.796,45	1.796,45	0,00	17,96
Assistência Comunitária	538.600,00	701.510,35	99.135,50	578.043,21	118.006,85	578.043,21	0,00	82,40
Saúde	4.691.120,00	5.433.149,26	750.533,92	5.210.235,38	994.617,63	5.148.505,21	61.730,17	95,90
Atenção Básica	4.620.760,00	5.340.091,56	739.088,66	5.169.321,27	983.172,37	5.107.591,10	61.730,17	96,90
Vigilância Sanitária	38.240,00	40.032,69	412,80	7.773,82	412,80	7.773,82	0,00	19,42
Vigilância Epidemiológica	12.120,00	33.025,01	7.170,90	22.389,28	7.170,90	22.389,28	0,00	67,79
Alimentação e Nutrição	20.000,00	20.000,00	3.861,56	10.751,01	3.861,56	10.751,01	0,00	53,76
Educação	4.130.590,00	4.819.438,17	869.519,60	4.685.423,66	892.573,11	4.685.423,66	0,00	97,22
Alimentação e Nutrição	162.320,00	210.320,00	26.868,27	173.567,00	26.868,27	173.567,00	0,00	82,53
Ensino Fundamental	2.574.270,00	3.035.660,32	531.765,01	2.979.075,38	550.652,22	2.979.075,38	0,00	98,14
Ensino Médio	130.000,00	130.000,00	31.713,39	120.991,58	31.713,39	120.991,58	0,00	93,07
Ensino Superior	362.000,00	522.000,00	106.288,14	507.558,56	106.288,14	507.558,56	0,00	97,23
Educação Infantil	844.000,00	825.457,85	164.384,79	808.231,14	168.551,09	808.231,14	0,00	97,91
Educação de Jovens e Adultos	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Especial	55.000,00	96.000,00	8.500,00	96.000,00	8.500,00	96.000,00	0,00	100,00
Cultura	208.000,00	206.000,00	26.922,58	197.623,71	37.257,58	197.623,71	0,00	95,93
Diffusão Cultural	208.000,00	206.000,00	26.922,58	197.623,71	37.257,58	197.623,71	0,00	95,93

Continua 1/3



Município de VARGEM BONITA - SC

Continuação 2/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS				SALDO (a - (b + c))	
			No Bimestre	Até o Bimestre	LIQUIDADAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (c)	% ((b + c)/ Total (b + c))		% ((b + c)/a)
					No Bimestre	Até o Bimestre (b)				
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (f)	17.770.000,00	23.974.064,23	3.474.588,23	21.685.427,21	4.345.518,11	21.023.901,27	661.525,94	100,00	90,45	2.288.637,02
Urbanismo	587.000,00	1.707.000,00	362.628,00	1.680.465,93	739.769,42	1.552.707,02	127.758,91	7,75	98,45	26.534,00
Infra-Estrutura Urbana	15.000,00	855.000,00	100.000,00	850.000,00	500.000,00	850.000,00	0,00	3,92	99,42	5.000,00
Serviços Urbanos	572.000,00	852.000,00	262.628,00	830.465,93	239.769,42	702.707,02	127.758,91	3,83	97,47	21.534,00
Habitação	60.000,00	190.575,37	5.085,29	148.567,11	5.469,66	148.567,11	0,00	0,69	77,96	42.008,26
Habitação Rural	10.000,00	10.000,00	3.946,46	8.701,05	3.946,46	8.701,05	0,00	0,04	87,01	1.298,95
Habitação Urbana	50.000,00	180.575,37	1.148,83	139.866,06	1.523,20	139.866,06	0,00	0,64	77,46	40.709,31
Saneamento	10.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Saneamento Básico Urbano	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Recursos Hídricos	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	1.295.000,00	1.752.807,42	169.561,64	1.550.757,26	182.504,00	1.550.757,26	0,00	7,15	88,47	202.050,16
Extensão Rural	1.295.000,00	1.752.807,42	169.561,64	1.550.757,26	182.504,00	1.550.757,26	0,00	7,15	88,47	202.050,16
Indústria	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00
Promoção Industrial	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Produção Industrial	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Comércio e Serviços	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00
Promoção Comercial	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Turismo	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Comunicações	21.000,00	21.000,00	1.000,00	14.000,00	2.400,00	14.000,00	0,00	0,06	66,67	7.000,00
Telecomunicações	21.000,00	21.000,00	1.000,00	14.000,00	2.400,00	14.000,00	0,00	0,06	66,67	7.000,00
Transporte	1.832.220,00	4.812.263,27	339.762,42	3.570.973,56	430.390,27	3.124.934,90	446.038,66	16,47	74,21	1.241.289,71
Transporte Rodoviário	1.832.220,00	4.812.263,27	339.762,42	3.570.973,56	430.390,27	3.124.934,90	446.038,66	16,47	74,21	1.241.289,71
Desporto e Lazer	388.000,00	514.764,34	150.237,30	505.806,06	132.878,35	479.807,86	25.998,20	2,33	96,26	8.958,28
Desporto Comunitário	388.000,00	514.764,34	150.237,30	505.806,06	132.878,35	479.807,86	25.998,20	2,33	96,26	8.958,28
Encargos Especiais	562.000,00	459.000,00	79.209,99	433.712,19	79.209,99	433.712,19	0,00	2,00	94,49	25.287,81
Serviço da Divisão Interna	145.000,00	27.000,00	0,00	25.557,88	0,00	25.557,88	0,00	0,12	94,66	1.442,12
Outros Encargos Especiais	417.000,00	432.000,00	79.209,99	408.154,31	79.209,99	408.154,31	0,00	1,88	94,48	23.845,69

Continua 2/3



Município de VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS				SALDO (a - (b + c))
			No Bimestre	Até o Bimestre	LIQUIDADAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (c)	% ((b + c)/ Total (b + c))	
					No Bimestre	Até o Bimestre (b)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	17.770,000,00	23.974,064,23	3.474,589,23	21.685,427,21	4.345,518,11	21.023,901,27	661,525,94	90,45	2.288.637,02
Reserva de Contingência 1	15,000,00	15,000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15,000,00
Reserva de Contingência	15,000,00	15,000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15,000,00
TOTAL (III) = (I + II)	17.770,000,00	23.974,064,23	3.474,589,23	21.685,427,21	4.345,518,11	21.023,901,27	661,525,94	90,45	2.288.637,02

FONTE:

VARGEM BONITA, 27/01/2015

MELANIA AP. ROMAN MENEZINHINI Prefeita Municipal	SUELLEN FAVRETTO Sec. de Administração e Finanças	DORNELES ANTONIO PELICIONI CONTADOR CRC/SC - 16.633/O
---	--	--

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Vidal Ramos

PREFEITURA

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 06/2015 - AGRICULTURA FAMILIAR

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 06/2015

"AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL".

A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos localizada na Avenida Jorge Lacerda - Nº. 1180 - Centro - Vidal Ramos(SC), atendendo a Lei nº. 11.947 / 2009 e Resolução/FNDE/CD nº. 038/2009 realiza chamada pública para "Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural para Escolas da Rede Municipal de Ensino".

A abertura da sessão será às 11:00 no dia 05/02/2015, Avenida Jorge Lacerda- Nº. 1180 - Centro - Vidal Ramos(SC), quando serão recebidos a documentação exigida abaixo de acordo com o Grupo e o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2300, email: compras@prefeituravidalramos.com.br.

Vidal Ramos (SC), 27 de fevereiro de 2015.

HELMUT STOLTENBERG

Prefeito em Exercício

CREDENCIAMENTO Nº. 02/2015 - MEDICO PEDIATRA

EDITAL nº. 02/2015

Chamamento público para CREDENCIAMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS, SC, HELMUT STOLTENBERG, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, comunica aos interessados que está procedendo ao CHAMAMENTO PÚBLICO e apresentação de documentos, no horário das 8:00 às 11:30 horas e das 13:30 às 17:00 horas com início 28/01/2015, na Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, 1180 - Centro - Vidal Ramos, SC, para fins de CREDENCIAMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE, para realização de Consultas Médicas Básicas e Especializadas, Atendimentos de Outros Profissionais de Saúde de nível superior na Atenção Especializada; Procedimentos médicos da Atenção Básica, Procedimentos Médicos Especializados e Exames Diagnósticos, com pagamento à pessoas jurídicas ou físicas, conforme relação de serviços: 01 - Pediatria

Vidal Ramos, 27 de janeiro de 2015.

HELMUT STOLTENBERG

Prefeito em Exercício

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 01/2015 - SERVIÇOS DE RADIO CAMARA DE VIDAL RAMOS

CÂMARA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 01/2015

OBJETO: Constitui objeto do presente certame a SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO QUE TENHA COMPROVADA AUDIÊNCIA ENTRE A POPULAÇÃO DO TERRITÓRIO DE VIDAL RAMOS DESTINADO À PUBLICAÇÃO DE BOLETIM DE ATOS OFICIAIS DE FREQUÊNCIA SEMANAL COM DURAÇÃO DE NO MÍNIMO 6 MINUTOS. A ser utilizado no transcurso do exercício de 2015. Quantidade apurada por estimativa com previsão de entrega fragmentada de acordo com o consumo, mediante requisição prévia.

REGIMENTO: A Câmara Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pelo DECRETO Nº. 155/2015 de 15 de janeiro de 2015, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL nº. 01/2015, do tipo MENOR LANCE POR LOTE, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 11:00 hrs do dia 09 de fevereiro de 2015.

CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES e a SESSÃO DE LANÇES: Às 11:00 hrs do dia 09 de fevereiro de 2015, na Av. Jorge Lacerda, nº. 1180 - Centro, no Gabinete do Prefeito.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-1122, email: compras@prefeituravidalramos.com.br.

Vidal Ramos (SC), 28 de janeiro de 2015.

ALMIR SCHMITZ

Presidente

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 05/2015 - ALIMENTAÇÃO DIA DO MUNICÍPIO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

SETOR DE COMPRAS

PREGÃO Nº. 05/2015

OBJETO: Constitui objeto do presente certame ALIMENTAÇÃO (800 LITROS DE FEIJOADA COM DOIS TIPOS DE SALADAS E, PÃO, FARINHA, ARROZ, LARANJA). Que deverá ser servido no dia 22 de fevereiro de 2015 a partir das 11:00 horas no Pavilhão Central localizado no Parque de Exposição do Município de Vidal Ramos.

REGIMENTO: A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pelo PORTARIA Nº. 14/2013 de 03 de janeiro de 2013, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL nº. 05/2015, do tipo MENOR LANCE POR ITEM, tudo de conformidade

com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 09:00 hrs do dia 06 de fevereiro de 2015.

CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES e a SESSÃO DE LANCES: Às 09:00 hrs do dia 06 de fevereiro de 2015, na Av. Jorge Lacerda, nº. 1180 - Centro, no Gabinete do Prefeito.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2300, email: compras@prefeituravidalramos.com.br.

Vidal Ramos (SC), 28 de janeiro de 2015.

HELMUT STOLTENBERG

Prefeito em Exercício

Videira

PREFEITURA

DECRETO Nº 11.482/15

DECRETO N.º 11.482/15, DE 26 DE JANEIRO DE 2015.

Concede pensão por morte, em face do óbito do servidor VALDEMAR GIAZZONI, em caráter integral, nos termos do inciso II, § 7º do art. 40, da Constituição Federal, observada a redação da Emenda Constitucional nº 41/03 e nos artigos 34 a 41 da Lei Complementar Municipal nº 023/2002, a dependente presumida ROSALINA DORCELÍRIA MARCON GIAZZONI e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Videira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e diante do contido no Processo Administrativo INPREVID nº 005/2015,

DECRETA

Art. 1º Fica concedida, pensão por morte, em caráter integral, nos termos do inciso II, do § 7º, do art. 40, da Constituição Federal, observada a redação da Emenda Constitucional nº 41/03 e dos artigos 34 a 41 da Lei Complementar Municipal nº 023/2002, em face do óbito do servidor VALDEMAR GIAZZONI, ex-portador do CPF nº 386.398.159-68, do RG nº 285.885 e do PIS/PASEP nº 170.07934.10-0, ex-detentor da matrícula funcional nº 2364, e ex-ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista IV - Caminhões e Caminhonetes, do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, à dependente presumida ROSALINA DORCELÍRIA MARCON GIAZZONI.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de pensão por morte em caráter integral, perfazendo o montante bruto total, posicionado em novembro de 2014, de R\$ 3.094,96 (três mil e noventa e quatro reais e noventa e seis centavos), que serão pagos mensalmente pelo INPREVID.

Art. 3º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso VI do Art. 100 da Lei Complementar Municipal nº 129/12 - Novo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, excluídos os servidores do Magistério.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 11 de dezembro de 2014, data do óbito do servidor, revogando-se as disposições em contrário.

Videira, 26 de janeiro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de janeiro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.483/15

DECRETO Nº 11.483/15, DE 26 DE JANEIRO DE 2015.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.185/14, de 10 de dezembro de 2014.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 472.027,77 (quatrocentos e setenta e dois mil, vinte e sete reais e setenta e sete centavos), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

16 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
01 – Fundo Municipal de Assistência Social	
2.080 – Manutenção do CRAS	
3.1.90.00.00.00.00.00.00.0.3.018	
9 – Aplicações Diretas	R\$ 15.814,00
3.3.90.00.00.00.00.00.00.0.3.018	
9 – Aplicações Diretas	R\$ 10.542,18
3.3.90.00.00.00.00.00.00.0.3.020	
3 – Aplicações Diretas	R\$ 26.790,89

16 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
01 – Fundo Municipal de Assistência Social	
2.081 – Manutenção de Serviços de Convivência	
3.3.90.00.00.00.00.00.00.0.3.037	
9 – Aplicações Diretas	R\$ 33.535,35

16 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
01 – Fundo Municipal de Assistência Social	
2.083 – Manutenção do CREAS	
3.1.90.00.00.00.00.00.00.0.3.015	
1 – Aplicações Diretas	R\$ 8.015,53
3.3.90.00.00.00.00.00.00.0.3.015	
1 – Aplicações Diretas	R\$ 5.343,69
3.3.90.00.00.00.00.00.00.0.3.019	
1 – Aplicações Diretas	R\$ 15.300,23
3.3.90.00.00.00.00.00.00.0.3.019	
3 – Aplicações Diretas	R\$ 28.495,37
4.4.90.00.00.00.00.00.00.0.3.019	
3 – Aplicações Diretas	R\$ 30.522,90

16 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
01 – Fundo Municipal de Assistência Social	
2.084 – Manutenção da Casa Lar	
3.1.90.00.00.00.00.00.00.0.3.028	
6 – Aplicações Diretas	R\$ 72.024,14
3.3.90.00.00.00.00.00.00.0.3.019	
2 – Aplicações Diretas	R\$ 2.302,24
3.3.90.00.00.00.00.00.00.0.3.041	
5 – Aplicações Diretas	R\$ 12.505,95
3.3.90.00.00.00.00.00.00.0.3.050	
0 – Aplicações Diretas	R\$ 31.145,34
4.4.90.00.00.00.00.00.00.0.3.019	
2 – Aplicações Diretas	R\$ 379,27

16 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
01 – Fundo Municipal de Assistência Social	
2.086 – Manutenção do FMAS	
3.1.90.00.00.00.00.00.00.0.3.028	
5 – Aplicações Diretas	R\$ 40.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.00.0.3.015	
2 – Aplicações Diretas	R\$ 20.219,08
3.3.90.00.00.00.00.00.00.0.3.019	
8 – Aplicações Diretas	R\$ 10.911,78

3.3.90.00.00.00.00.00.00.0.3.019	
9 – Aplicações Diretas	R\$ 175,27
3.3.90.00.00.00.00.00.00.0.3.028	
5 – Aplicações Diretas	R\$ 79.989,53
4.4.90.00.00.00.00.00.00.0.3.015	
2 – Aplicações Diretas	R\$ 26.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	
R\$ 472.027,77	

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro de 2014.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 26 de janeiro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de janeiro de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.484/15

DECRETO Nº 11.484/15, DE 26 DE JANEIRO DE 2015.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.185/14, de 10 de dezembro de 2014.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescência de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 85.419,47 (oitenta e cinco mil, quatrocentos e dezenove reais e quarenta e sete centavos), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

17 – Fundo Mun. Direitos da Criança e do Adolescente	
01 – Fundo Municipal da Criança e do Adolescente	
2.075 – Manutenção do Fundo da Criança e Adolescência	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0390.0	
Aplicações Diretas	62.647,35
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0392.0	
Aplicações Diretas	22.772,12
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	
R\$ 85.419,47	

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 26 de janeiro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de janeiro de 2015.

R LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.485/15

DECRETO Nº 11.485/15, DE 26 DE JANEIRO DE 2015.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003, a servidora IVANIR SARTOR JORGE, declara a vacância do cargo público, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta do Processo Administrativo INPREVID nº 001/2015,

DECRETA

Art. 1º Fica aposentada por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, a servidora IVANIR SARTOR JORGE, inscrita no CPF sob o 472.301.009-25, no RG nº 4.369.391 e no PIS/PASEP nº 120.52616.64-2, detentora da matrícula funcional nº 1284, ocupante do cargo de provimento efetivo de Merendeira, do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter integral, que corresponderá a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo a importância de R\$ 1.567,32 (um mil, quinhentos e sessenta e sete reais e trinta e dois centavos), que serão mensalmente pagos pelo INPREVID.

Art. 3º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso IV do art. 100 da Lei Complementar Municipal nº 129/12 - Novo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, excluídos os servidores do Magistério.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, estabelecendo seus efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 26 de janeiro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de janeiro de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.486/15

DECRETO Nº 11.486/15, DE 26 DE JANEIRO DE 2015.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005, a servidora SONIA TERESINHA MARTINAZZO, declara a vacância do cargo público, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta do Processo Administrativo INPREVID nº 003/2015,

DECRETA

Art. 1º Fica aposentada por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, a servidora SONIA TERESINHA MARTINAZZO, inscrita no CPF sob o 446.488.209-91, no RG nº 3.701.993 e no PIS/PASEP nº 120.63811.17-4, detentora da matrícula funcional nº 1627, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, lotada na Assessoria de Gabinete.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter integral, que corresponderá a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo a importância de R\$ 2.046,83 (dois mil e quarenta e seis reais e oitenta e três centavos), que serão mensalmente pagos pelo INPREVID.

Art. 3º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso IV do art. 100 da Lei Complementar Municipal nº 129/12 - Novo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, excluídos os servidores do Magistério.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, estabelecendo seus efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 26 de janeiro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de janeiro de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.487/15

DECRETO Nº 11.487/15, DE 26 DE JANEIRO DE 2015.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003, a servidora SALETE MARIA GELAIN FABIAN, declara a vacância do cargo público, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta do Processo Administrativo INPREVID nº 002/2015,

DECRETA

Art. 1º Fica aposentada por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, a servidora SALETE MARIA GELAIN FABIAN, inscrita no CPF sob o 529.806.349-72, no RG nº 1.684.867 e no PIS/PASEP nº 170.07935.83-2, detentora da matrícula funcional nº 9060,

ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter integral, que corresponderá a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo a importância de R\$ 4.816,56 (quatro mil oitocentos e dezesseis reais e cinquenta e seis centavos), que serão mensalmente pagos pelo INPREVID.

Art. 3º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso IV do art. 100 da Lei Complementar Municipal nº 130/12 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais do Magistério.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, estabelecendo seus efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 26 de janeiro de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de janeiro de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.488/15

DECRETO Nº 11.488/15, DE 26 DE JANEIRO DE 2015.

Revoga o Decreto nº 11.383/14, que designa servidora para responder pela Secretaria Municipal de Educação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX c/c artigo 79, IV da Lei Orgânica do Município, bem como na Comunicação Interna nº 08/2015;

DECRETA

Art. 1º Fica revogado, a partir de 26 de janeiro de 2015, o Decreto nº 11.383/14, que designa a servidora VALDENICE MARIA SCHNEIDER, para responder interinamente pelo cargo de Secretária Municipal de Educação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 26 de janeiro de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de janeiro de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.489/15

DECRETO Nº 11.489/15, DE 26 DE JANEIRO DE 2015.

Define o rol dos Feriados e Pontos Facultativos do ano de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, SC, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei nº 830/2001 e alterações,

DECRETA

Art. 1º O rol dos feriados, nos termos da legislação vigente, no curso do ano de 2015, fica assim constituído:

I - 1º de março - Dia do Município - domingo;
II - 03 de abril - Paixão de Cristo - sexta-feira;
III - 21 de abril - Tiradentes - terça-feira;
IV - 1º de maio - Dia do Trabalho - sexta-feira;
V - 04 de junho - Corpus Christi - quinta-feira;
VI - 07 de setembro - Independência do Brasil - segunda-feira;
VII - 12 de outubro - Nossa Senhora Aparecida - segunda-feira;
VIII - 02 de novembro - Finados - segunda-feira;
IX - 15 de novembro - Proclamação da República - domingo;
X - 8 de dezembro - Dia da Imaculada Conceição - terça-feira;
XI - 25 de dezembro - Natal - sexta-feira.

Art. 2º Os pontos facultativos, durante o ano de 2015, nas Reparações Públicas Municipais, ressalvadas as necessidades essenciais, são constituídos pelos dias abaixo relacionados:

I - 17 de fevereiro - carnaval - terça-feira;
II - 18 de fevereiro - Quarta-feira de Cinzas (até as 13:30h) - quarta-feira;
III - 15 de outubro - quinta-feira (comemoração do "Dia do Professor", exclusivo para o magistério público municipal, conforme art. 313 do Estatuto dos Profissionais do Magistério do Município de Videira - Lei Complementar nº 130/12);

IV - 28 de outubro - quarta-feira (comemoração do "Dia do Servidor", exceto para o magistério público municipal, conforme art. 313 do Novo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais - Lei Complementar nº 129/12);
V - 24 de dezembro - véspera de Natal - quinta-feira;
VI - 31 de dezembro - véspera de Ano Novo - quinta-feira.

Art. 3º Os pontos facultativos relacionados no art. 2º deste Decreto poderão sofrer supressões ou alterações, mediante decreto, se assim o determinar a conveniência e a oportunidade para a Administração Municipal.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 26 de janeiro de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de janeiro de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.490/15

DECRETO Nº 11.490/15, DE 26 DE JANEIRO DE 2015.

Designa servidor para responder pela Secretaria Municipal de Turismo e Cultura.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX c/c artigo 79, IV da Lei Orgânica do Município;

Considerando que o Secretário de Turismo e Cultura encontra-se afastado de suas funções em virtude de licença saúde,

DECRETA

Art. 1º Fica designado o servidor, YURI HENTZ, para responder interinamente pelo cargo de Secretário Municipal de Turismo e Cultura, no período de 22 de janeiro a 03 de fevereiro de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 22 de janeiro de 2015.

Videira, 26 de janeiro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de janeiro de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2015 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2015 - PMV

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2015 - PMV

HOMOLOGAÇÃO: 27/01/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAR A MANUTENÇÃO NO WEBSITE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA (www.videira.sc.gov.br).

VALOR: R\$ 4.164,00 (quatro mil cento e sessenta e quatro reais)

FUNDAMENTO: Art. 23, inciso II e Art. 24, inciso II atentando também ao Art. 26 da Lei de Licitações.

Videira - SC, 27 de Janeiro de 2015.

WILMAR CARELLI

PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 003/15

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 003/15

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocada a candidata abaixo relacionada para, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da convocação, comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir o cargo para o qual foi nomeada, em razão de aprovação no Concurso Público - Edital nº 003/2014:

CONVOCADA	CARGO	DECRETO NOMEAÇÃO
1. ENIZA COSTA MOREIRA	PROFESSOR – ÁREA DE ATUAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL	11.479/15, DE 22/01/2015

A convocada deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

- Carteira de Trabalho;
- PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Comprovante de Residência;
- Declaração de dependentes para Imposto de Renda;
- Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Certificado de Reservista, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 (quatorze) anos;
- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais (Fórum);
- Comprovante de Escolaridade e requisitos (conforme exigido no Edital de Concurso);
- Comprovante de inscrição no órgão de classe (quando exigido no Edital de Concurso).

Apresentar os seguintes exames, para inspeção médica oficial.

- Avaliação Cardiológica;
- Avaliação Neurológica;
- RX Tórax;
- RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
- Hemograma;
- VDRL;
- ABO RH;
- Glicemia;
- Ex. Quant. Urina;
- EPF;
- Avaliação Audiométrica;
- Apresentar comprovante de vacina antitetânica;
- Exame Anti-HBS.

Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência para possibilitar a realização da perícia médica dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da convocação.

O não atendimento a presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Videira, 26 de Janeiro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

EXTRATO ADITIVO Nº 08/2015 - PMV

Aditivo nº 08/2015

Contrato/Ata nº: CT 09/2014

Processo: CC 05/2013 - PMV

Fornecedor: FORMIGÃO LANCHES LTDA

Objeto: Prorrogar seu prazo de vigência com efeitos a partir de 27 de janeiro de 2015 até 26 de janeiro de 2016, conforme pedido efetuado pelo Departamento de Serviços Urbanos autorizado pelo parecer jurídico favorável.

Data: 26/01/2015.

HOMOLOGAÇÃO PR 159/2014-PMV

O Município de Videira no mês 01/2015, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 159/2014

PROCESSO Nº 219/2014

HOMOLOGAÇÃO: 09/01/2015

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE PEÇAS PARA SUBSTITUIÇÃO NOS CAMINHÕES BASCULANTES "IVECO", DE USO DAS SECRETARIAS DE AGRICULTURA E INFRA-ESTRUTURA

FORNECEDOR: CARBONI DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 15.289,05 (quinze mil duzentos e oitenta e nove reais e cinco centavos)

FORNECEDOR: MECÂNICA ZAGO SB LTDA ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 900,00 (novecentos reais)

FORNECEDOR: LOCOMAQ COMÉRCIO E LOCAÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 7.248,00 (sete mil duzentos e quarenta e oito reais)

FORNECEDOR: AUTO PEÇAS 4R LTDA EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 22.776,40 (vinte e dois mil setecentos e setenta e seis reais e quarenta centavos)

PORTARIA Nº 0040/15

PORTARIA nº 0040/15

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 130/12 e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 21444/2014,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses ao servidor DEOMIR GHELLER, Professor, de 02 de fevereiro de 2015 até 02 de maio de 2015, referente ao quinquênio de 01 de agosto de 2006 até 31 de julho de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 02 de fevereiro de 2015.

Videira, 26 de janeiro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de janeiro de 2015.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0041/15

PORTARIA nº 0041/15

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 21273/2014,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses à servidora ROSANA APARECIDA TRINDADE DO ROSÁRIO, Auxiliar de Serviços Gerais, de 02 de fevereiro de 2015 até 02 de maio de 2015, referente ao quinquênio de 20 de dezembro de 2007 até 19 de dezembro de 2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 02 de fevereiro de 2015.

Videira, 26 de janeiro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de janeiro de 2015.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

RESULTADO DO JULGAMENTO TP 01/2015-PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

RESULTADO DO JULGAMENTO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2015

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado do julgamento do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PARA RECUPERAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EXISTENTE E ALARGAMENTO DE PISTA COM (C.A.U.Q.) (LOCAIS CONTORNO SUL -A ACESSO AO RIO TIGRE E VDR 030 - SANTA LÚCIA/SÃO ROQUE. INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA. ÁREA INTERVENÇÃO: 1.456,00 M², restando HABILITADA e VENCEDORA a empresa LB Comércio e Serviços Eireli ME com o valor de R\$ 157.711.41 (cento e cinquenta e sete mil setecentos e onze reais e quarenta e um centavos) por apresentar preço compatível.

Videira, 27 de Janeiro de 2015.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CRONOGRAMA BIMESTRAL DE DESEMBOLSO_2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA

Cronograma Bimestral de Desembolso por Elementos (L.R.F., Artigo 8) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Exercício de 2015

Código	Especificação	1º Bimestre		2º Bimestre		3º Bimestre		4º Bimestre		5º Bimestre		6º Bimestre		Total
		Previsto	Realizado	Diferença	Previsto	Realizado	Diferença	Previsto	Realizado	Diferença	Previsto	Realizado	Diferença	Previsto
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	14.852.365,30	16.117.717,60	17.024.076,85	17.147.339,15	17.645.455,90	21.718.550,40	104.505.505,20						
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.343.045,48	8.143.879,48	8.569.857,98	8.802.592,98	9.076.024,48	12.906.801,60	54.842.202,00						
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	8.892,00	8.276,00	9.226,00	9.774,00	9.864,00	13.968,00	60.000,00						
3.1.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos - despesa com	2.574,00	3.448,00	3.280,00	2.954,00	3.248,00	4.496,00	20.000,00						
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	6.554.233,92	7.297.888,32	7.691.842,32	7.916.465,12	8.172.609,12	11.682.883,20	49.315.922,00						
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	777.345,56	834.267,16	865.509,66	873.399,86	890.303,36	1.205.454,40	5.446.280,00						
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	643.950,00	678.350,00	748.725,00	823.775,00	877.900,00	977.300,00	4.750.000,00						
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	643.950,00	678.350,00	748.725,00	823.775,00	877.900,00	977.300,00	4.750.000,00						
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.865.369,82	7.295.488,12	7.705.493,87	7.520.971,17	7.691.531,42	7.834.448,80	44.913.303,20						
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	108.500,74	108.500,74	108.500,74	108.500,74	108.500,74	108.501,30	651.005,00						
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	16.468,66	18.572,66	19.858,66	19.885,66	19.950,66	25.263,70	120.000,00						
3.3.72.00.00.00.00.00	Execução Orçament.Delegada a Consórcios Públicos	5.428,00	6.184,00	5.484,00	6.916,00	7.476,00	8.512,00	40.000,00						
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	6.513.974,16	6.940.989,26	7.350.122,01	7.164.011,71	7.333.520,96	7.469.480,10	42.772.098,20						
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	7.631,60	7.874,80	8.161,80	8.290,40	8.716,40	9.325,00	50.000,00						
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas através de Consórcio Público	213.366,66	213.366,66	213.366,66	213.366,66	213.366,66	213.366,70	1.280.200,00						
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	2.938.547,64	3.307.964,64	4.174.811,64	3.499.316,64	3.505.449,64	3.306.488,60	20.732.578,80						
4.0.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	2.605.475,64	2.963.885,64	3.812.725,64	3.121.225,64	3.124.525,64	2.904.240,60	18.532.078,80						
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	1.783,32	1.833,32	1.923,32	2.003,32	2.453,32	3.003,40	13.000,00						
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	2.603.692,32	2.962.052,32	3.810.802,32	3.119.222,32	3.122.072,32	2.901.237,20	18.519.078,80						
4.5.00.00.00.00.00.00	INVERSOES FINANCEIRAS	72,00	79,00	86,00	91,00	84,00	88,00	500,00						
4.5.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	72,00	79,00	86,00	91,00	84,00	88,00	500,00						
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DÍVIDA	333.000,00	344.000,00	362.000,00	378.000,00	380.840,00	402.160,00	2.200.000,00						
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	333.000,00	344.000,00	362.000,00	378.000,00	380.840,00	402.160,00	2.200.000,00						
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	150.000,00						
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	150.000,00						
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	150.000,00						
Total Geral		17.815.912,94	19.450.682,24	21.223.888,49	20.671.655,79	21.175.905,54	25.050.039,00	125.388.084,00						

VIDEIRA, 27/01/2015

CRISTINA KLOCK
Contadora CRC/SC 020534/O-0

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

ALEXANDRE GANASINI
Secretário de Finanças

SANDRA BALDO
Coordenadora Controle Interno

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N.º 005/2015**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N.º ED005/2015**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA**, no uso de suas atribuições legais e, considerando o disposto no art. 145, III da Constituição Federal; considerando o disposto nos artigos 81 e 82 da Lei 5.172 de 25/10/66 CTN; considerando o disposto no Decreto-Lei nº 195, de 24 de fevereiro de 1967; considerando o disposto do artigo 100 da Lei Orgânica Municipal; considerando o disposto nos artigos 69 a 78A da Lei n.º 69/85 (Código Trib. Municipal); considerando o disposto no Decreto n.º 3386, de 30 de março de 1993; e considerando o Edital Prévio para Execução de Obra de Melhoria nº 001/2013:

NOTIFICA:

Todos os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título, de imóveis situados na Rua Wilmar G Argenton, Rua Antonio R. Lazzari e Rua Augusto de Martini no Município de Videira, que nesta data está sendo lançada pela Secretaria Municipal de Finanças a Contribuição de Melhoria decorrente da valorização imobiliária de obra pública relativa à pavimentação em pedras irregulares, pelos valores e distribuição constantes do Anexo II, e deverá ser paga observado os seguintes prazos e condições:

1 – DO MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO (art. 82, I, a, da Lei 5.172/66 – CTN)

O Memorial Descritivo da obra consta do Processo Administrativo Licitatório TP nº 007/2014, e foi publicado no edital Prévio 01/2013 em seu anexo I, no DOM nº 1289 de 26/07/2013.

2 – DAS DESPESAS REALIZADAS COM A OBRA (art. 82, I, b, da Lei 5.172/66 – CTN)

Dos serviços de pavimentação em pedras irregulares de 2.637,21m² nas Ruas Wilmar G Argenton, Rua Antonio R. Lazzari e Rua Augusto de Martini foi efetivada a despesa total no valor total de R\$ 139.737,00 (cento e trinta e nove mil, setecentos e trinta e sete reais), conforme documentos do Anexo I, páginas 01 a 07 deste Edital.

3 – DA PARCELA DO CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO (art. 82, I, c, da Lei 5.172/66 – CTN)

Os proprietários de imóveis situados nas Ruas Wilmar G Argenton, Rua Antonio Lazzari e Rua Augusto de Martini onde a obra foi executada irão custear o valor de R\$ 97.815,90 (noventa e sete mil oitocentos e quinze reais e noventa centavos). Montante este equivalente a 70% do valor da obra apurado e pago conforme Processo Administrativo Licitatório TP nº 07/2014.

4 – DA DELIMITAÇÃO DA ZONA BENEFICIADA (art. 82, I, d, da Lei 5.172/66 – CTN)

Os imóveis limítrofes, com testada integral ou parcial para a Rua Wilmar G Argenton, Rua Antonio R. Lazzari e Rua Augusto de Martini, conforme demonstrado no Anexo II, páginas 01 a 08 deste Edital.

5 – DO RATEIO DA PARCELA DO CUSTO DA OBRA (art. 82, I, “e”, e §§ 1º e 2º, da Lei 5.172/66 – CTN)

O valor a ser pago limitou-se ao fator de valorização dos imóveis, decorrente da obra de pavimentação e foi rateado pela área de abrangência dos imóveis beneficiados pela obra, conforme Anexo II deste edital.

O valor da Contribuição de Melhoria foi definido através de fórmula de cálculo, que leva em consideração a valorização individual decorrente da obra de pavimentação, tendo por limite máximo o custo da obra.

Contribuição de Melhoria = $\frac{\text{Valorização decorrente da obra (individual)} \times \text{participação dos proprietários}}{\text{Valorização total da obra}}$

6 - PRAZO E FORMA DE PAGAMENTO: (art. 82, § 2º da Lei 5.172/66 – CTN)

O prazo de pagamento foi determinado pelo Edital Prévio para Execução de obra de Melhoria nº 01/2013, com desconto de 20% para pagamento em parcela única.

I – Pagamento em parcela única: somente poderá ser efetuado até a data de vencimento da primeira parcela, em 20 de março de 2015, e gozará de desconto de 20% (vinte por cento). O documento de arrecadação pré-emitido, relativo à parcela única, já traz consignado o valor da redução a que o contribuinte tem direito.

II – Pagamento parcelado: o tributo poderá ser pago em doze parcelas vencíveis nos dias 20 (vinte) de cada mês, sendo a primeira vencível em 20 de março de 2015.

O recolhimento deverá ser realizado nas agências da Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, e suas agências autorizadas, em documento de arrecadação próprio do município.

7 - PAGAMENTO COM ATRASO:

O pagamento com atraso das parcelas estará sujeito à atualização monetária a partir de 90 (noventa) dias do vencimento (Artigo 100, §1º, “a” da Lei Municipal 69/85,) e aos seguintes acréscimos (artigo 100 da Lei Municipal n.º 69/85):

- a) Multa: de 0,3 (três décimos por cento) ao dia até o limite de 25% (vinte e cinco por cento)
- b) Juros de mora: de 1% (um por cento) ao mês, contados a partir do mês seguinte ao do vencimento, considerado mês qualquer fração.

8 - FALTA DE PAGAMENTO: (art. 201 e seguintes da Lei 5.172/66 – CTN)

O tributo não pago no prazo regulamentar será inscrito em Dívida Ativa até o término do exercício financeiro correspondente. (art. 147 da Lei Municipal n.º 69/85). Os débitos inscritos em Dívida Ativa, devidamente atualizados e com os acréscimos legais, se não pagos amigavelmente, serão cobrados judicialmente.

9 - IMPUGNAÇÕES (art. 82, II da Lei 5.172/66 – CTN)

O tributo acima mencionado poderá ser objeto de impugnação obedecido o disposto nos artigos 153 a 156 da Lei Municipal n.º 69/85. Podendo ser impugnado dentro do prazo de 30 dias da notificação de lançamento.

10 - OUTRAS INFORMAÇÕES:

Os DAM's de Contribuição de Melhoria (CM) estão disponíveis no Portal Tributário do Município, no site do município www.videira.sc.gov.br, Link "Portal de Serviços *On Line*". O contribuinte deverá acessar o site, solicitar o *login*, e após o recebimento do mesmo, poderá imprimir o carnê pelo portal do Município.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente Edital dando-se ciência do mesmo aos contribuintes notificados.

Este Edital entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09

Videira, 22 de janeiro de 2015.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

WALMOR LUIZ DALL' AGNOL
Secretário de Administração

ANEXO II

**DELIMITAÇÃO DA ZONA BENEFICIADA E
RATEIO DO CUSTO TOTAL DA OBRA**

RUA WILMAR G. ARGENTON, RUA ANTONIO R. LAZZARI E RUA AUGUSTO DE MARTINI

DADOS DA OBRA:

EDITAL PRÉVIO Nº 001/2013 DE 16 DE JULHO DE 2013,

PUBLICADO NO DIARIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS - EDIÇÃO 1289 ME 26/07/2013.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 097/2014 - PROCESSO DE LICITAÇÃO - TP 07/2014.

TOTAL GERAL DA OBRA - R\$ 139.737,00

PARCELA ABSORVIDA PELO MUNICIPIO - R\$ 41.921,10 (30% da obra- item 5.2 do edital prévio)

FORMULA DE CÁLCULO:

$$CM = \frac{\text{Valorização resultante da obra (individual)} \times \text{Participação dos proprietários}}{\text{Valorização total resultante da obra}}$$

PARTICIPAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS DE IMÓVEIS	R\$	97.815,90
VALORIZAÇÃO TOTAL RESULTANTE DA OBRA	R\$	203.001,00

R.ANTONIO RAIMUNDO LAZZARI LADO DIREITO	Área do Terreno		Valor terreno anterior a obra- edital prévio 01/2013	valor terreno após obra	valorização resultante da obra (individual)	valor contribuição melhoria	rateio individual conf valoriz. Partic. Prop.
ROSA LEINE FERLIN ARGENTON 01.04.071.0028.001.01.01	415,07	m2	32.200,00	37.030,00	4.830,00	2.327,33	2,38%
R.ANTONIO RAIMUNDO LAZZARI LADO ESQUERDO	Área do Terreno		Valor terreno anterior a obra- edital prévio 01/2013	valor terreno após obra	valorização resultante da obra (individual)	valor contribuição melhoria	rateio individual conf valoriz. Partic. Prop.
GRIFF ADMINISTRADORA DE BENS E PARTICIPAÇÕES LTDA 01.04.072.0289.001.01.01	341,75	m2	27.280,00	31.372,00	4.092,00	1.971,73	2,02%
VIGANDO LANDSTEINER JUNIOR 01.04.072.0303.001.01.01	393,31	m2	31.440,00	36.156,00	4.716,00	2.272,40	2,32%
EDEMAR FRANCISCO CHERNOSKI 01.04.072.0317.001.01.01	406,00	m2	32.480,00	37.352,00	4.872,00	2.347,57	2,40%

FATIMA MARGARETE DE LIMA 01.04.072.0331.001.01.01	406,00	m2	32.480,00	37.352,00	4.872,00	2.347,57	2,40%
VITORINO BERTA IOLI 01.04.072.0345.001.01.01	406,00	m2	32.480,00	37.352,00	4.872,00	2.347,57	2,40%
SILVIO ETELVINO MENEGAZZO 01.04.072.0383.001.01.01	414,10	m2	33.120,00	38.088,00	4.968,00	2.393,83	2,45%

RUA WILMAR G. ARGENTON LADO DIREITO	Área do Terreno		Valor terreno anterior a obra- edital prévio 01/2013	valor terreno após obra	valorização resultante da obra (individual)	valor contribuição melhoria	rateio individual conf valoriz. Partic. Prop.
NELSON ANTONIO FERLIN 01.04.072.0067.001.01.01	438,12	m2	35.040,00	40.296,00	5.256,00	2.532,60	2,59%
NELSON ANTONIO FERLIN 01.04.072.0082.001.01.01	450,00	m2	36.000,00	41.400,00	5.400,00	2.601,99	2,66%
NELSON ANTONIO FERLIN 01.04.072.0097.001.01.01	450,00	m2	36.000,00	41.400,00	5.400,00	2.601,99	2,66%
FABIANA MARTA ARIOTTI RIBEIRO DOS SANTOS 01.04.072.0112.001.01.01	450,00	m2	36.000,00	41.400,00	5.400,00	2.601,99	2,66%
ALEX SANDRO DA SILVA 01.04.072.0126.001.01.01	420,00	m2	33.600,00	38.640,00	5.040,00	2.428,52	2,48%
ARIANO FERREIRA LOPES 01.04.072.0140.001.01.01	420,00	m2	33.600,00	38.640,00	5.040,00	2.428,52	2,48%
ROSA LEINE FERLIN ARGENTON 01.04.072.0154.001.01.01	420,00	m2	33.600,00	38.640,00	5.040,00	2.428,52	2,48%
ROSA LEINE FERLIN ARGENTON 01.04.072.0168.001.01.01	420,00	m2	33.600,00	38.640,00	5.040,00	2.428,52	2,48%
ROSA LEINE FERLIN ARGENTON 01.04.072.0182.001.01.01	420,00	m2	33.600,00	38.640,00	5.040,00	2.428,52	2,48%
ROSA LEINE FERLIN ARGENTON 01.04.072.0195.001.01.01	420,00	m2	33.600,00	38.640,00	5.040,00	2.428,52	2,48%
GADIEGO GALIOTO 01.04.072.0209.001.01.01	420,00	m2	33.600,00	38.640,00	5.040,00	2.428,52	2,48%
GILBERTO RECALCATTI DA SILVA 01.04.072.0223.001.01.01	420,00	m2	33.600,00	38.640,00	5.040,00	2.428,52	2,48%
SANDRO ALEX CEZAR BENITES 01.04.072.0264.001.01.01	447,20	m2	44.700,00	51.405,00	6.705,00	3.230,80	3,30%

RUA WILMAR G. ARGENTON LADO ESQUERDO	Área do Terreno		Valor terreno anterior a obra- edital prévio 01/2013	valor terreno após obra	valorização resultante da obra (individual)	valor contribuição melhoria	rateio individual conf valoriz. Partic. Prop.
FRANCIS ALBERTO BATISTELA 01.04.071.0268.001.01.01	455,44	m2	45.500,00	52.325,00	6.825,00	3.288,62	3,36%
VOLMIR MAURER 01.04.071.0252.001.01.01	1.260,00	m2	4.621,38	5.314,59	693,21	334,02	0,34%
LUCIMARA BARONCELLO 01.04.071.0252.002.01.01			4.621,38	5.314,59	693,21	334,02	0,34%

DAIANY CRISTINA SOBERANO 01.04.071.0252.003.01.01	4.621,38	5.314,59	693,21	334,02	0,34%
PEDRO IVO PEDROSO 01.04.071.0252.004.01.01	4.621,38	5.314,59	693,21	334,02	0,34%
CEZER ERNESTO NITCHAI 01.04.071.0252.005.01.01	4.621,38	5.314,59	693,21	334,02	0,34%
WILHELM GUMM FILHO 01.04.071.0252.006.01.01	4.621,38	5.314,59	693,21	334,02	0,34%
FABIANE FRENZEL 01.04.071.0252.007.01.01	4.621,38	5.314,59	693,21	334,02	0,34%
ANTONIO VALENTINI 01.04.071.0252.008.01.01	4.621,38	5.314,59	693,21	334,02	0,34%
MARLENE COSTA 01.04.071.0252.009.01.01	4.621,38	5.314,59	693,21	334,02	0,34%
AIRTON GIORGI 01.04.071.0252.010.01.01	4.621,38	5.314,59	693,21	334,02	0,34%
DIOGO BORTOLOSO 01.04.071.0252.011.01.01	4.621,38	5.314,59	693,21	334,02	0,34%
GLADIMIR LUIZ SPADARI 01.04.071.0252.012.01.01	4.621,38	5.314,59	693,21	334,02	0,34%
MAQUESUEL FAVERO ALANO 01.04.071.0252.013.01.01	4.621,38	5.314,59	693,21	334,02	0,34%
NELSON MOMM 01.04.071.0252.014.01.01	4.621,38	5.314,59	693,21	334,02	0,34%
ROBERTA VITALI 01.04.071.0252.015.01.01	4.621,38	5.314,59	693,21	334,02	0,34%
LEANDRO GOULART LOUZADA 01.04.071.0252.016.01.01	4.621,38	5.314,59	693,21	334,02	0,34%
ELIZETE COLOMBO 01.04.071.0252.017.01.01	3.253,62	3.741,66	488,04	235,16	0,24%
ELIAS BALDO JUNIOR 01.04.071.0252.018.01.01	3.253,62	3.741,66	488,04	235,16	0,24%
DELVAIR MACCARI 01.04.071.0252.019.01.01	3.253,62	3.741,66	488,04	235,16	0,24%
MARCELO SANDRI 01.04.071.0252.020.01.01	3.253,62	3.741,66	488,04	235,16	0,24%
PEDRO KOKOWICZ 01.04.071.0252.021.01.01	3.253,62	3.741,66	488,04	235,16	0,24%
ILDO MARIANI 01.04.071.0252.022.01.01	3.253,62	3.741,66	488,04	235,16	0,24%
ANDRE AVELINO BALDISSARELLI NETO 01.04.071.0252.023.01.01	3.253,62	3.741,66	488,04	235,16	0,24%
NILSON FELICIANO DE ARAUJO 01.04.071.0252.024.01.01	3.253,62	3.741,66	488,04	235,16	0,24%
MARCIO FRAGA VIEIRA 01.04.071.0252.025.01.01	3.253,62	3.741,66	488,04	235,16	0,24%
ARI ROBERTO MANICA 01.04.071.0252.026.01.01	3.253,62	3.741,66	488,04	235,16	0,24%
MARIA HELENA MORESCO MORETT 01.04.071.0252.027.01.01	3.253,62	3.741,66	488,04	235,16	0,24%

PATRICIA MARQUES 01.04.071.0252.028.01.01			3.253,62	3.741,66	488,04	235,16	0,24%
JOSIANE ROSA 01.04.071.0252.029.01.01			3.253,62	3.741,66	488,04	235,16	0,24%
LUCIANA APARECIDA CORDEIRO BODANESE 01.04.071.0252.030.01.01			3.253,62	3.741,66	488,04	235,16	0,24%
ADILSON JOSE DOS SANTOS 01.04.071.0252.031.01.01			3.253,62	3.741,66	488,04	235,16	0,24%
CLEONICE APAARECIDA TESKI ZACARON 01.04.071.0252.032.01.01			3.253,62	3.741,66	488,04	235,16	0,24%
SOLANGE CARELLI 01.04.071.0207.001.01.01	392,00	m2	31.360,00	36.064,00	4.704,00	2.266,62	2,32%
LARINE CENCI 01.04.071.0193.001.01.01	392,00	m2	31.360,00	36.064,00	4.704,00	2.266,62	2,32%
DACIANO PELIZZARI 01.04.071.0179.001.01.01	784,00	m2	15.185,54	17.463,37	2.277,83	1.097,57	1,12%
PEDRO RIEDI 01.04.071.0179.002.01.01			15.310,63	17.607,23	2.296,59	1.106,61	1,13%
PEDRO RIEDI 01.04.071.0179.003.01.01			16.913,20	19.450,18	2.536,98	1.222,44	1,25%
PEDRO RIEDI 01.04.071.0179.004.01.01			15.310,63	17.607,23	2.296,59	1.106,61	1,13%
RAFAEL BOHNEBERGER E HEVERLI CRISTINA HEINECK 01.04.071.0151.001.01.01	1.983,88	m2	6.196,88	7.126,41	929,53	447,89	0,46%
ANDERSON CORDEIRO 01.04.071.0151.002.01.01			6.196,88	7.126,41	929,53	447,89	0,46%
JULIANO LUIZ SINIGAGLIA 01.04.071.0151.003.01.01			6.196,88	7.126,41	929,53	447,89	0,46%
MIRIA ROSTIROLA 01.04.071.0151.004.01.01			6.196,88	7.126,41	929,53	447,89	0,46%
MARCIA ELIZETE ZAMBONIN 01.04.071.0151.005.01.01			6.196,88	7.126,41	929,53	447,89	0,46%
IVONE VON MUHLEN 01.04.071.0151.006.01.01			6.196,88	7.126,41	929,53	447,89	0,46%
GISELI CERON 01.04.071.0151.007.01.01			6.196,88	7.126,41	929,53	447,89	0,46%
DANIELA COGO 01.04.071.0151.008.01.01			6.196,88	7.126,41	929,53	447,89	0,46%
MARINALVA SCHUCH 01.04.071.0151.009.01.01			6.196,88	7.126,41	929,53	447,89	0,46%
ALESSANDOR BULOW 01.04.071.0151.010.01.01			6.196,88	7.126,41	929,53	447,89	0,46%
FABIANO E CRISTIANE FIORELLI 01.04.071.0151.011.01.01			6.196,88	7.126,41	929,53	447,89	0,46%
CINDI CRISTRINA EPIG 01.04.071.0151.012.01.01			6.196,88	7.126,41	929,53	447,89	0,46%
DANIEL MAURICIO KUHN 01.04.071.0151.013.01.01			6.196,88	7.126,41	929,53	447,89	0,46%
MARINEI CONTE							

01.04.071.0151.014.01.01	6.196,88	7.126,41	929,53	447,89	0,46%
SAMANDA DEMORI 01.04.071.0151.015.01.01	6.196,88	7.126,41	929,53	447,89	0,46%
METEUS PELLE 01.04.071.0151.016.01.01	6.196,88	7.126,41	929,53	447,89	0,46%
POTIASSU JOSE CLEBER DA SILVA 01.04.071.0151.017.01.01	6.196,88	7.126,41	929,53	447,89	0,46%
SARA MEZAROA 01.04.071.0151.018.01.01	6.196,88	7.126,41	929,53	447,89	0,46%
EDSON JOHNNY SCUCIATO 01.04.071.0151.019.01.01	6.196,88	7.126,41	929,53	447,89	0,46%
ALDIR COMUNELLO 01.04.071.0151.020.01.01	6.196,88	7.126,41	929,53	447,89	0,46%
GENIR JOSE DOS SANTOS PEREIRA 01.04.071.0151.021.01.01	6.196,88	7.126,41	929,53	447,89	0,46%
EVERTON LANG 01.04.071.0151.022.01.01	6.196,88	7.126,41	929,53	447,89	0,46%
LUIS GUILHERME SANTORO 01.04.071.0151.023.01.01	6.196,88	7.126,41	929,53	447,89	0,46%
NILTON HANSEN JUNIOR 01.04.071.0151.024.01.01	6.196,88	7.126,41	929,53	447,89	0,46%
MAURO EGER 01.04.071.0151.025.01.01	6.196,88	7.126,41	929,53	447,89	0,46%
ALINE PATRICIA ZUCCO 01.04.071.0151.026.01.01	6.196,88	7.126,41	929,53	447,89	0,46%
FLAVIA PAGANINI 01.04.071.0151.027.01.01	6.196,88	7.126,41	929,53	447,89	0,46%
DANIEL SPILLER DOS REIS 01.04.071.0151.028.01.01	6.196,88	7.126,41	929,53	447,89	0,46%
JEAN CARLOS CAREGNATO 01.04.071.0151.029.01.01	6.196,88	7.126,41	929,53	447,89	0,46%
SABRINA DA CRUZ 01.04.071.0151.030.01.01	6.196,88	7.126,41	929,53	447,89	0,46%
JULIO CESAR SOUZA E ADRIANE WEHRNEISTER PINTO 01.04.071.0151.031.01.01	6.196,88	7.126,41	929,53	447,89	0,46%
CAMILA NATHIANA PASCOALI 01.04.071.0151.032.01.01	6.196,88	7.126,41	929,53	447,89	0,46%

RUA AUGUSTO DE MARTINI LADO DIREITO	Área do Terreno		Valor terreno anterior a obra- edital prévio 01/2013	valor terreno após obra	valorização resultante da obra (individual)	valor contribuição melhoria	rateio individual conf valoriz. Partic. Prop.
JOAO LUIS GEMELLI 01.04.070.0150.001.01-01	383,60	m2	30.640,00	35.236,00	4.596,00	2.214,58	2,26%
AURELIA MARIA COELHO 01.04.070.0164.001.01-01	392,00	m2	31.360,00	36.064,00	4.704,00	2.266,62	2,32%
ALDIR COMUNELLO 01.04.070.0178.001.01-01	392,00	m2	31.360,00	36.064,00	4.704,00	2.266,62	2,32%

LEANDRO XAVIER DE BARROS 01.04.070.0192.001.01-01	392,00	m2	31.360,00	36.064,00	4.704,00	2.266,62	2,32%
MARILDO PEREIRA 01.04.070.0206.001.01-01	392,00	m2	31.360,00	36.064,00	4.704,00	2.266,62	2,32%

RUA AUGUSTO DE MARTINI LADO ESQUERDO	Área do Terreno		Valor terreno anterior a obra- edital prévio 01/2013	valor terreno após obra	valorização resultante da obra (individual)	valor contribuição melhoria	rateio individual conf valoriz. Partic. Prop.
---	----------------------------	--	---	--	--	--	--

LUIZ ALBERTO VARGAS 01.04.071.00311.001.01-01	485,66	m2	24.000,00	27.600,00	3.600,00	1.734,66	1,77%
--	--------	----	-----------	-----------	----------	-----------------	-------

VALORIZAÇÃO TOTAL RESULTANTE DA OBRA	203.001,00
---	------------

PARTIC. PROPRIETÁRIOS DE IMÓVEIS	R\$	97.815,90
PARTIC. PODER PÚBLICO	R\$	41.921,10
TOTAL GERAL DA OBRA	R\$	139.737,00

METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO_2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

Metas Bimestrais de Arrecadação - Média dos 3 Últimos Exercícios (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Município: VIDEIRA

Exercício de 2015

Código	Especificação	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6	Total
1.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	17.400.959,55	18.545.905,04	20.087.791,58	19.858.849,84	20.081.617,89	21.827.231,50	117.802.355,20
1.1.0.0.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA	1.825.643,75	2.703.050,78	4.485.574,73	3.865.479,86	2.793.798,81	2.979.452,07	18.653.000,00
1.1.1.0.00.00.00.00	IMPOSTOS	1.601.246,66	2.087.251,42	3.814.136,59	3.365.505,72	2.507.883,49	2.748.976,12	16.125.000,00
1.1.1.2.00.00.00.00	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	461.016,88	812.537,40	2.547.200,68	1.994.203,26	1.124.374,75	1.385.667,03	8.325.000,00
1.1.1.2.01.00.00.00	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rur	687,70	144.890,83	1.879.414,96	1.285.962,25	475.118,28	413.925,98	4.200.000,00
1.1.1.2.02.01.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Ur	412,62	86.935,33	1.127.635,23	771.585,07	285.073,72	248.358,03	2.520.000,00
1.1.1.2.02.02.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Ur	171,93	36.223,09	469.947,86	321.493,73	118.780,82	103.482,57	1.050.000,00
1.1.1.2.02.03.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Ur	103,15	21.732,41	281.931,87	192.883,45	71.263,74	62.085,38	630.000,00
1.1.1.2.04.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer	183.373,40	317.142,61	296.919,11	331.076,68	355.082,24	641.405,96	2.125.000,00
1.1.1.2.04.31.01.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho - P	106.074,78	177.758,59	165.905,48	184.951,53	202.265,68	363.043,94	1.200.000,00
1.1.1.2.04.31.02.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho - E	44.197,65	74.065,95	69.127,25	77.063,22	84.277,45	151.268,48	500.000,00
1.1.1.2.04.31.03.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho - S	26.523,67	44.448,13	41.484,38	46.246,95	50.518,07	90.778,80	300.000,00
1.1.1.2.04.34.01.00	IRRF s/ Outros Rendimentos - Próprios	3.946,04	12.520,97	12.240,22	13.693,80	10.811,79	21.787,18	75.000,00
1.1.1.2.04.34.02.00	IRRF s/ Outros Rendimentos - Educação	1.644,21	5.217,09	5.100,12	5.705,74	4.504,90	9.077,94	31.250,00
1.1.1.2.04.34.03.00	IRRF s/ Outros Rendimentos - Saúde	987,05	3.131,88	3.061,66	3.415,44	2.704,35	5.449,62	18.750,00
1.1.1.2.08.00.00.00	Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Inov	276.955,78	350.503,96	370.866,61	377.164,33	294.174,23	330.335,09	2.000.000,00
1.1.1.2.08.01.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis - P	165.999,36	211.209,51	222.286,81	226.061,49	176.319,60	198.123,23	1.200.000,00
1.1.1.2.08.02.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis - E	69.347,75	87.059,03	92.862,37	94.439,28	73.659,14	82.632,43	500.000,00
1.1.1.2.08.03.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis - S	41.608,67	52.235,42	55.717,43	56.663,56	44.195,49	49.579,43	300.000,00
1.1.1.3.00.00.00.00	Impostos sobre a Produção e a Circulação	1.140.229,78	1.274.714,02	1.266.935,91	1.371.302,46	1.383.508,74	1.363.309,09	7.800.000,00
1.1.1.3.05.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natur	1.140.229,78	1.274.714,02	1.266.935,91	1.371.302,46	1.383.508,74	1.363.309,09	7.800.000,00
1.1.1.3.05.01.00.00	Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza	1.140.229,78	1.274.714,02	1.266.935,91	1.371.302,46	1.383.508,74	1.363.309,09	7.800.000,00
1.1.1.3.05.01.01.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Nat	682.862,62	763.832,08	758.744,58	821.247,70	828.557,89	824.755,13	4.680.000,00
1.1.1.3.05.01.02.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Nat	285.854,50	319.301,20	317.619,60	343.784,21	346.844,28	336.596,21	1.950.000,00
1.1.1.3.05.01.03.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Nat	171.512,66	191.580,74	190.571,73	206.270,55	208.106,57	201.957,75	1.170.000,00
1.2.0.0.00.00.00.00	TAXAS	203.250,88	601.733,80	651.459,67	452.023,25	254.168,94	215.363,46	2.378.000,00
1.1.2.1.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	194.463,47	567.718,39	274.416,51	102.349,41	114.586,40	101.465,82	1.355.000,00
1.1.2.1.17.00.00.00	Tx de Fisc. de Vigilância Sanitária	19.960,71	95.930,66	158.022,97	7.606,57	33.303,39	15.175,70	330.000,00
1.1.2.1.17.02.00.00	Tx de Fisc. de Vigilância Sanitária - FMS	19.960,71	95.930,66	158.022,97	7.606,57	33.303,39	15.175,70	330.000,00
1.1.2.1.25.00.00.00	Tx de Funcionamento Estab Comer/Indus/F	115.937,35	374.097,53	34.358,54	24.443,79	13.843,85	7.318,94	570.000,00
1.1.2.1.99.00.00.00	Outras Tx pelo Exercício do Poder da Políc	58.585,41	97.690,20	82.035,00	70.299,05	67.439,16	78.971,18	455.000,00
1.1.2.1.99.01.00.00	Outras txs pelo Exercício do Poder de Pol	9.299,01	8.802,15	14.369,62	13.216,93	13.454,34	15.857,95	75.000,00
1.1.2.1.99.02.00.00	Tx de Vistorias contra Incêndio - FUNREB	49.266,40	88.888,05	67.665,38	57.082,12	53.984,82	63.113,23	380.000,00
1.1.2.2.00.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	8.871,41	34.015,41	377.043,16	349.673,84	139.582,54	113.897,64	1.023.000,00
1.1.2.2.90.00.00.00	Taxa de Limpeza Pública	122,14	23.283,92	318.087,54	333.955,90	124.284,25	100.266,25	900.000,00
1.1.2.2.99.00.00.00	Outras Taxas de Prestação de Serviços	8.655,27	10.731,49	58.955,62	15.717,94	15.298,29	13.631,39	123.000,00
1.1.2.2.99.01.00.00	Taxa de Conservação de Vias e Logradou	1.172,96	3.867,51	45.593,43	5.304,38	4.791,10	4.270,62	65.000,00
1.1.2.2.99.02.00.00	Outras Taxas de Prestação de Serviços	7.492,31	6.863,98	13.362,19	10.413,56	10.507,19	9.360,77	58.000,00
1.1.3.0.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	21.146,21	14.065,56	19.978,47	47.950,89	31.746,38	15.112,49	150.000,00
1.1.3.0.04.00.00.00	Contrib p/ Pavimentação e Obras Complerr	21.146,21	14.065,56	19.978,47	47.950,89	31.746,38	15.112,49	150.000,00
1.2.0.0.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	540.935,44	789.164,87	825.854,50	822.275,72	836.101,12	1.467.668,35	5.282.000,00
1.2.1.0.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	587.954,79	614.856,90	608.699,00	608.699,00	606.412,40	1.223.229,39	3.982.000,00
1.2.1.0.29.00.00.00	Contrib Previd. do Regime Próprio	211.047,04	374.889,68	396.574,25	386.749,95	382.313,77	780.425,31	2.532.000,00
1.2.1.0.29.09.00.00	Contrib de Servidor Ativo para o RPPS	206.186,50	369.612,37	391.259,05	382.286,44	377.701,97	772.953,67	2.500.000,00
1.2.1.0.29.09.00.00	Contribuições de Servidor Inativo para o F	4.860,54	5.277,31	5.315,20	4.463,51	4.611,80	7.471,64	32.000,00
1.2.1.0.38.00.00.00	Contrib Social sobre o Lucro das Pessoas	129.800,75	213.064,84	218.282,65	221.949,05	224.098,63	442.804,08	1.450.000,00
1.2.1.0.99.01.00.00	Contribuição Asist Médica Servidores Vinc	129.800,75	213.064,84	218.282,65	221.949,05	224.098,63	442.804,08	1.450.000,00
1.2.3.0.00.00.00.00	Contrib p/Custeio do Serviço de Iluminação P	200.087,65	201.210,35	210.997,60	213.576,72	229.688,72	244.438,96	1.300.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA

Metas Bimestrais de Arrecadação - Média dos 3 Últimos Exercícios (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Exercício de 2015

Município: VIDEIRA

Código	Especificação	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6	Total
1.3.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITA PATRIMONIAL	1.778.497,58	2.088.811,25	1.242.487,48	2.366.109,81	2.863.978,67	1.952.874,69	12.292.759,48
1.3.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITAS IMOBILIÁRIAS	12.658,95	15.534,32	14.838,18	17.753,23	16.107,59	16.007,73	92.900,00
1.3.1.1.0.0.0.0.0.0.0.0	Aluguel de Imóveis Urbanos	6.688,28	8.615,77	7.016,83	9.671,76	8.588,57	9.418,79	50.000,00
1.3.1.1.04.0.0.0.0.0.0.0	Aluguel de Centros Esportivos	5.970,67	6.918,55	7.821,35	8.081,47	7.519,02	6.588,94	42.900,00
1.3.2.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	1.762.213,29	2.070.509,99	1.220.403,02	2.345.950,89	2.838.536,14	1.928.746,15	12.166.359,48
1.3.2.5.0.0.0.0.0.0.0.0	Remuneração de Depósitos Bancários	216.975,68	236.299,73	228.636,22	267.132,51	294.011,90	260.303,44	1.503.359,48
1.3.2.5.01.0.0.0.0.0.0	Remuneração de Dep. Banc. de Rec. Vincula	84.240,55	93.123,84	96.687,09	104.661,65	122.100,44	106.870,91	607.684,48
1.3.2.5.01.02.0.0.0.0.0	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - FI	31.412,88	31.412,88	27.270,94	27.270,94	27.194,14	22.979,56	160.000,00
1.3.2.5.01.02.01.0.0.0.0	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - I	14.151,14	18.847,73	16.534,34	16.362,56	16.316,48	13.787,75	96.000,00
1.3.2.5.01.02.02.0.0.0.0	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - J	9.434,10	12.585,15	11.022,90	10.908,38	10.877,66	9.191,81	64.000,00
1.3.2.5.01.03.0.0.0.0.0	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - F	12.170,02	12.433,05	13.293,73	15.764,04	27.667,94	15.771,22	97.100,00
1.3.2.5.01.03.06.0.0.0.0	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. F	1.867,56	1.738,56	1.717,20	1.730,35	1.530,71	1.415,62	10.000,00
1.3.2.5.01.03.07.0.0.0.0	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. F	2.714,29	2.634,55	2.649,67	2.772,90	2.297,28	1.931,31	15.000,00
1.3.2.5.01.03.08.0.0.0.0	Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Fundo Sa	468,32	422,79	350,87	275,06	580,14	402,82	2.500,00
1.3.2.5.01.03.09.0.0.0.0	Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Fundo Sa	102,23	149,99	122,18	79,05	226,58	319,97	1.000,00
1.3.2.5.01.03.10.0.0.0.0	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. F	2.238,67	2.449,78	2.795,27	3.314,72	5.327,81	3.873,75	20.000,00
1.3.2.5.01.03.14.0.0.0.0	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. F	1.408,95	1.607,52	1.901,48	2.416,01	5.583,42	2.082,62	15.000,00
1.3.2.5.01.03.19.0.0.0.0	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. F	2.239,36	2.288,37	2.430,01	3.115,48	5.932,11	3.994,67	20.000,00
1.3.2.5.01.03.20.0.0.0.0	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. F	531,20	558,88	617,05	828,71	1.637,01	827,15	5.000,00
1.3.2.5.01.03.21.0.0.0.0	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. F	542,19	522,95	645,65	1.142,78	4.349,62	796,81	8.000,00
1.3.2.5.01.03.22.0.0.0.0	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. F	50,91	52,74	56,80	75,28	185,89	78,38	500,00
1.3.2.5.01.03.23.0.0.0.0	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. F	6,34	6,92	7,55	13,70	17,37	48,12	100,00
1.3.2.5.01.05.0.0.0.0.0	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - A	20.659,28	22.819,12	26.535,73	31.296,26	33.144,43	30.545,18	165.000,00
1.3.2.5.01.05.01.0.0.0.0	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - A	17.452,09	18.771,81	20.398,70	23.603,60	24.724,29	25.049,51	130.000,00
1.3.2.5.01.05.02.0.0.0.0	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - A	416,27	476,16	617,32	854,69	940,94	694,62	4.000,00
1.3.2.5.01.05.03.0.0.0.0	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - A	70,93	109,37	220,92	217,65	251,09	130,04	1.000,00
1.3.2.5.01.05.04.0.0.0.0	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - A	2.719,99	3.461,78	5.298,79	6.620,32	7.228,11	4.671,01	30.000,00
1.3.2.5.01.06.0.0.0.0.0	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - A	11.401,70	7.114,16	9.167,07	7.279,42	7.357,83	7.679,82	50.000,00
1.3.2.5.01.06.01.0.0.0.0	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - A	11.401,70	7.114,16	9.167,07	7.279,42	7.357,83	7.679,82	50.000,00
1.3.2.5.01.09.0.0.0.0.0	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - CII	499,78	505,71	335,30	257,24	207,30	194,67	2.000,00
1.3.2.5.01.10.0.0.0.0.0	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - FNA	2.631,29	2.646,92	2.383,37	3.085,47	3.193,88	3.359,87	17.300,80
1.3.2.5.01.10.00.0.0.0.0	Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - PTMC I	162,37	146,54	93,86	74,63	55,23	68,17	600,80
1.3.2.5.01.10.00.0.0.0.0	Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - PTMC C	497,01	459,17	336,76	333,89	266,57	306,60	2.200,00
1.3.2.5.01.10.00.0.0.0.0	Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - IGD PBI	432,74	482,49	456,56	524,84	550,82	572,55	3.000,00
1.3.2.5.01.10.00.0.0.0.0	Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - PBI CF	312,15	304,52	280,91	235,11	165,64	201,67	1.500,00
1.3.2.5.01.10.00.0.0.0.0	Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - IGD SUJ	138,20	148,62	153,50	185,69	194,63	179,36	1.000,00
1.3.2.5.01.10.00.0.0.0.0	Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - ACESST	551,66	560,76	588,83	1.083,09	1.141,46	1.074,20	5.000,00
1.3.2.5.01.10.00.0.0.0.0	Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - SCFV	537,16	564,82	472,95	511,05	452,91	461,11	3.000,00
1.3.2.5.01.10.00.0.0.0.0	Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - PAC I	0,00	0,00	0,00	137,17	366,62	496,21	1.000,00
1.3.2.5.01.99.0.0.0.0.0.0	Rec. de Remun. de Outros Dep. Banc. Rec	13.293,24	16.192,00	17.414,65	19.708,28	23.334,92	26.340,59	116.283,68
1.3.2.5.01.99.04.0.0.0.0	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - FEAS/	3.468,85	3.180,05	3.378,04	3.610,96	3.316,12	3.045,98	20.000,00
1.3.2.5.01.99.07.0.0.0.0	Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - FEAS - Alta	96,21	47,65	40,79	242,27	733,62	2.091,14	3.251,68
1.3.2.5.01.99.07.0.0.0.0	Rec. Rem. Dep. Banc. Vinc. FEAS - CF	32,26	31,71	39,97	92,46	172,60	131,00	500,00
1.3.2.5.01.99.07.0.0.0.0	Remun. Dep. Banc. Vinc. FEAS - Bene	63,95	15,94	0,82	106,28	181,76	131,25	500,00
1.3.2.5.01.99.07.0.0.0.0	Remun. Dep. Banc. Vinc. FEAS - Básic	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	751,68	751,68
1.3.2.5.01.99.08.0.0.0.0	Rec Rem de Out Dep Banc Rec Vinc - R	218,92	229,60	156,29	173,86	203,69	217,64	1.200,00
1.3.2.5.01.99.09.0.0.0.0	Rec Rem de Out Dep Banc Rec Vinc - AI	894,69	847,18	729,59	380,07	338,45	310,02	3.500,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA

Metas Bimestrais de Arrecadação - Média dos 3 Últimos Exercícios (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Exercício de 2015

Município: VIDEIRA

Código	Especificação	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6	Total
1.3.2.5.01.99.10.00.00	Rec Rem de Out Dep Banc Rec Vinc - F	766,19	973,41	907,46	1.063,42	1.144,94	1.144,58	6.000,00
1.3.2.5.01.99.11.00.00	Rec Rem de Out Dep Banc Rec Vinc - P	1.845,05	2.449,64	3.152,83	3.800,09	4.200,30	4.552,09	20.000,00
1.3.2.5.01.99.12.00.00	Rec Rem de Out Dep Banc Rec Vinc - P	764,50	818,98	916,56	1.074,57	1.182,57	1.242,82	6.000,00
1.3.2.5.01.99.13.00.00	Rec Rem de Out Dep Banc Rec Vinc PM	805,70	910,73	1.080,78	1.260,15	1.285,98	1.156,66	6.000,00
1.3.2.5.01.99.14.00.00	Rec Rem de Out Dep Banc Rec Vinc Tra	519,88	552,03	1.008,43	1.229,03	1.063,48	627,15	5.000,00
1.3.2.5.01.99.15.00.00	Rec Rem de Out Dep Banc Rec Vinc - C	452,91	394,96	257,21	340,76	290,21	263,95	2.000,00
1.3.2.5.01.99.16.00.00	Rec Rem de Out Dep Banc Rec Vinc Cui	69,65	150,64	221,10	136,37	109,50	312,74	1.000,00
1.3.2.5.01.99.17.00.00	Rec Rem de Out Dep Banc Rec Vinc - C	171,97	179,71	212,49	263,48	305,79	366,56	1.500,00
1.3.2.5.01.99.18.00.00	Rec. Rem. de Out Dep Banc Rec Vinc - I	4,17	8,12	246,06	189,78	24,54	27,33	500,00
1.3.2.5.01.99.19.00.00	Rec. Rem. de Out Dep Banc Rec Vinc - I	539,77	624,27	763,78	936,12	978,89	1.157,17	5.000,00
1.3.2.5.01.99.20.00.00	Rec. Rem. de Out Dep Banc Rec Vinc - I	0,50	8,05	4,75	5,67	6,39	474,64	500,00
1.3.2.5.01.99.21.00.00	Rec. Rem. de Out Dep Banc Rec Vinc - I	1.875,60	3.925,75	3.351,04	3.908,00	4.481,33	4.958,28	22.500,00
1.3.2.5.01.99.22.00.00	Rec. Rem. de Out Dep Banc Rec Vinc - I	13,28	13,66	7,97	2,51	5,58	7,00	50,00
1.3.2.5.01.99.23.00.00	Rec. Rem.Outros Dep.Banc.Rec.Vinc.- F	413,71	449,42	465,30	569,04	705,91	696,62	3.300,00
1.3.2.5.01.99.24.00.00	Rec. Rem.Outros Dep.Banc.Rec.Vinc.- F	152,31	169,04	228,28	272,59	288,32	289,46	1.400,00
1.3.2.5.01.99.25.00.00	Rec. Rem.Outros Dep.Banc.Rec.Vinc.- F	0,66	0,98	2,08	2,90	3,64	4,74	15,00
1.3.2.5.01.99.26.00.00	Rec. Rem.Outros Dep.Banc.Rec.Vinc.- E	47,83	79,56	86,17	90,25	67,81	128,38	500,00
1.3.2.5.01.99.27.00.00	Rec. Rem.Outros Dep.Banc.Vinc.-FUNJL	0,00	0,00	20,93	7,49	13,05	13,53	55,00
1.3.2.5.01.99.27.00.00	Rem de Out Dep Banc Rec Vinc - Convê	0,00	0,00	0,00	0,00	2.422,58	3.089,42	5.512,00
1.3.2.5.01.99.98.00.00	Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Fundo Sa	170,89	178,57	176,72	148,90	162,23	162,69	1.000,00
1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remun. de Depósito de Recursos não Vinc	132.735,13	143.175,89	131.949,13	162.470,86	171.911,46	153.432,53	895.675,00
1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc	132.735,13	143.175,89	131.949,13	162.470,86	171.911,46	153.432,53	895.675,00
1.3.2.5.02.99.01.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. nã	83.076,17	81.147,90	89.306,48	96.777,72	99.697,78	99.993,95	550.000,00
1.3.2.5.02.99.02.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. nã	620,57	591,48	361,33	369,49	455,57	326,56	2.725,00
1.3.2.5.02.99.04.00.00	Remun. Outros Dep. Rec. não Vinc. - FN	2.317,98	2.400,85	2.164,60	2.263,12	2.089,94	1.713,51	12.950,00
1.3.2.5.02.99.06.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. nã	46.720,41	59.035,66	40.116,72	63.060,53	69.668,17	51.398,51	330.000,00
1.3.2.8.00.00.00.00.00	Remuneração dos Investimentos do RPPS	1.545.237,61	1.834.210,26	991.766,80	2.078.818,38	2.544.524,24	1.688.442,71	10.693.000,00
1.3.2.8.10.00.00.00.00	Remuneração dos Investimentos do RPPS I	1.183.391,67	1.834.210,26	961.001,69	1.931.209,88	2.245.329,42	1.469.857,08	9.625.000,00
1.3.2.8.10.00.01.00.00	Remun. dos Investimts do RPPS RF - Bar	689.724,89	1.093.936,98	498.951,18	1.106.744,51	1.300.296,49	810.345,95	5.500.000,00
1.3.2.8.10.00.02.00.00	Remun. dos Investimts do RPPS RF - CE	489.182,66	736.471,58	455.463,23	813.197,14	931.009,64	644.675,75	4.070.000,00
1.3.2.8.10.00.04.00.00	Remuneração dos Investimentos do RPF	4.484,12	3.801,70	6.587,28	11.268,23	14.023,29	14.835,38	55.000,00
1.3.2.8.20.00.00.00.00	Remuneração dos Investimentos em Rend	361.845,94	0,00	30.765,11	147.608,50	299.194,82	198.585,63	1.038.000,00
1.3.2.8.20.01.00.00.00	Remun. dos Investimts do RPPS RV - BB	361.845,94	0,00	30.765,11	147.608,50	299.194,82	198.585,63	1.038.000,00
1.3.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	1.873,49	1.469,12	5.597,60	1.523,28	8.057,45	6.479,06	25.000,00
1.3.3.1.00.00.00.00.00	Reculta de Concessões e Permissões - Serv	1.873,49	1.469,12	5.597,60	1.523,28	8.057,45	6.479,06	25.000,00
1.3.3.1.99.00.00.00.00	Outras Recultas de Concessões e Permiss	1.873,49	1.469,12	5.597,60	1.523,28	8.057,45	6.479,06	25.000,00
1.3.3.1.99.03.00.00.00	Outras Recultas de Concessões e Permis	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
1.3.9.0.00.00.00.00.00	Outras Recultas Patrimoniais	1.751,85	1.297,82	1.648,68	882,41	1.277,49	1.641,75	8.500,00
1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	30.928,80	44.046,90	41.791,45	34.743,77	62.122,16	30.256,92	243.890,00
1.6.0.0.03.00.00.00.00	Serviços de Transporte	7.130,13	5.803,19	5.617,10	5.535,84	10.617,89	5.295,85	40.000,00
1.6.0.0.03.06.00.00.00	Reculta de Terminais Rodoviários	7.130,13	5.803,19	5.617,10	5.535,84	10.617,89	5.295,85	40.000,00
1.6.0.0.13.00.00.00.00	Serviços Administrativos	1.409,90	1.601,90	7.348,07	2.216,46	9.659,09	1.654,58	23.890,00
1.6.0.0.13.01.00.00.00	Serviços de Inscrição em Concursos Públi	11,47	24,49	5.574,16	849,88	8.468,60	71,40	15.000,00
1.6.0.0.13.02.00.00.00	Serviços de Venda de Ediais	500,09	679,07	875,57	468,24	292,15	684,88	3.500,00
1.6.0.0.13.99.00.00.00	Outros Serv. Administrativos	898,34	898,34	898,34	898,34	898,34	898,30	5.390,00
1.6.0.0.13.99.00.01.00	Outros Serv. - Inscrição em Campeonat	898,34	898,34	898,34	898,34	898,34	898,30	5.390,00
1.6.0.0.70.00.00.00.00	Tarifa de Compart e Utiliz em Ativ de Pesq	22.388,77	36.641,81	28.826,28	26.991,47	41.845,18	23.306,49	180.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA

Metas Bimestrais de Arrecadação - Média dos 3 Últimos Exercícios (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Exercício de 2015

Município: VIDEIRA

Código	Especificação	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6	Total
1.6.0.0.99.00.01.00.00	Serviços Prestados de Horas Máquinas	22.388,77	36.641,81	28.826,28	26.991,47	41.845,18	23.306,49	180.000,00
1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	12.879.325,42	12.496.849,56	13.089.099,54	12.343.011,25	13.065.817,43	14.884.402,52	78.758.505,72
1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENT.	12.857.122,01	12.439.545,92	13.030.568,49	12.315.321,33	13.017.554,82	14.837.777,15	78.497.889,72
1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	4.105.219,77	3.527.251,55	3.894.698,12	3.391.231,49	3.294.426,85	4.947.303,42	23.160.131,20
1.7.2.1.01.00.00.00.00	Participação na Receita de União	2.999.509,60	2.209.840,05	2.772.295,48	2.077.977,35	1.959.426,08	2.796.951,44	14.816.000,00
1.7.2.1.01.02.00.00.00	Coia-Parte do Fundo de Participação dos	2.999.509,60	2.209.840,05	2.772.295,48	2.077.977,35	1.959.426,08	2.796.951,44	14.816.000,00
1.7.2.1.01.02.01.00.00	Coia-Parte do Fundo de Participação do	2.283.022,20	1.642.383,74	2.055.191,36	1.568.035,17	1.473.061,80	2.078.305,73	11.100.000,00
9.1.7.2.1.01.02.01.00.00	Dedução Coia-Parte do FPM Formação I	-804.970,10	-528.023,39	-656.312,09	-535.034,51	-500.371,81	-675.288,10	-3.700.000,00
1.7.2.1.01.02.02.00.00	Coia-Parte do Fundo de Participação do	950.657,92	683.893,97	855.788,41	652.934,99	613.387,76	868.336,95	4.625.000,00
1.7.2.1.01.02.03.00.00	Coia-Parte do Fundo de Participação do	570.737,54	410.670,53	513.781,64	391.996,42	368.253,82	519.560,05	2.775.000,00
1.7.2.1.01.05.01.00.00	Coia-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial	42,85	1.174,14	2.310,51	30,19	3.828,56	4.613,75	12.000,00
9.1.7.2.1.01.05.01.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do Fui	-9,38	-1.041,69	-4,68	-5,05	-1.286,42	-1.652,78	-4.000,00
1.7.2.1.01.05.02.00.00	Coia-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial	17,86	489,22	962,71	12,59	1.595,23	1.922,39	5.000,00
1.7.2.1.01.05.03.00.00	Coia-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial	10,71	293,53	577,62	7,55	957,14	1.153,45	3.000,00
1.7.2.1.22.00.00.00.00	Transf. da Compem. Finan. pela Exploração	38.276,37	46.981,18	44.590,37	45.604,51	56.772,86	47.774,71	280.000,00
1.7.2.1.22.20.00.00.00	Coia-Parte da Compem. Finan. de Recurs	3.162,04	3.497,05	3.014,46	3.340,61	3.687,53	3.298,31	20.000,00
1.7.2.1.22.70.00.00.00	Coia-Parte do Fundo Especial do Petróleco	35.114,33	43.484,13	41.575,91	42.263,90	53.085,33	44.476,40	260.000,00
1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saú	694.192,45	811.283,34	685.487,90	845.985,55	810.859,38	897.322,58	4.745.131,20
1.7.2.1.33.04.00.00.00	Bloos de Financiamento do SUS	596.243,06	752.103,16	647.843,14	755.664,07	736.731,67	801.654,90	4.290.240,00
1.7.2.1.33.04.01.00.00	Bloco da Atenção Básica	335.601,04	378.952,97	357.178,87	448.791,42	419.756,14	482.647,56	2.422.928,00
1.7.2.1.33.04.01.01.00	Piso da Atenção Básica	171.704,30	206.233,48	199.605,15	120.301,91	204.879,96	202.747,20	1.105.472,00
1.7.2.1.33.04.01.02.00	Programa Saúde da Família	63.035,65	86.085,31	64.762,66	84.685,13	72.771,56	104.459,69	475.800,00
1.7.2.1.33.04.01.03.00	Programa Agentes Comunitários de Saú	63.344,63	69.424,75	58.657,93	78.417,55	74.722,92	105.648,22	450.216,00
1.7.2.1.33.04.01.04.00	Programa Saúde Bucal	10.538,57	17.209,43	22.810,15	19.417,14	18.900,31	18.164,40	107.040,00
1.7.2.1.33.04.01.05.00	Programa Melhoria do Acesso e da Qu	26.977,89	0,00	11.342,98	145.969,69	48.481,39	51.628,05	284.400,00
1.7.2.1.33.04.02.00.00	Bloco da Atenção de Média e Alta Compl	195.002,19	253.483,39	242.032,86	171.137,50	284.040,34	226.829,72	1.372.526,00
1.7.2.1.33.04.02.01.00	Ações de Média e Alta Complexidade	158.875,01	153.643,58	185.171,54	98.493,82	191.019,29	125.482,76	912.686,00
1.7.2.1.33.04.02.02.00	Serviço de Atendimento Móvel as Urgê	10.883,22	70.108,09	36.430,90	39.166,05	37.240,05	69.199,69	263.028,00
1.7.2.1.33.04.02.03.00	Centro de Especialidades Odontológica	12.938,61	22.348,51	10.586,14	21.172,28	31.170,30	20.584,16	118.800,00
1.7.2.1.33.04.02.04.00	Centro de Atenção Psicossocial - CAPS	12.305,35	7.383,21	9.844,28	12.305,35	24.610,70	11.563,11	78.012,00
1.7.2.1.33.04.03.00.00	Bloco Vigilância em Saúde	37.963,47	71.460,79	7.268,62	87.377,40	-2.646,61	50.511,33	251.935,00
1.7.2.1.33.04.03.01.00	Programa Vigilância Epidemiológica e /	31.965,89	52.998,17	-9.157,20	20.124,18	15.366,26	35.777,70	147.075,00
1.7.2.1.33.04.03.02.00	Programa Vigilância Sanitária	5.997,58	0,00	0,00	52.114,10	-36.497,10	8.245,42	29.860,00
1.7.2.1.33.04.03.03.00	Programa DST/AIDS	0,00	18.462,62	16.425,82	15.139,12	18.484,23	6.488,21	75.000,00
1.7.2.1.33.04.04.00.00	Bloco da Assistência Farmacêutica	27.676,36	48.206,01	41.362,79	48.357,75	35.581,80	41.666,29	242.851,00
1.7.2.1.33.04.04.01.00	Farmácia Básica	27.676,36	48.206,01	41.362,79	48.357,75	35.581,80	41.666,29	242.851,00
1.7.2.1.34.02.00.00.00	PTMC Pessoas com Deficiência	8.967,30	8.967,29	5.978,20	10.461,84	7.472,75	10.461,82	52.309,20
1.7.2.1.34.05.00.00.00	PFMC CREAS	10.066,87	16.578,88	12.237,54	17.270,97	11.545,44	15.100,30	82.800,00
1.7.2.1.34.07.00.00.00	IGD BF Índice de Gestão do Programa Bc	5.926,37	4.180,47	2.031,62	4.367,90	4.122,45	6.203,19	26.832,00
1.7.2.1.34.08.00.00.00	PBFI CRAS	17.230,77	19.815,38	11.200,00	17.230,77	16.369,23	18.953,85	100.800,00
1.7.2.1.34.10.00.00.00	PF MC III Liberdade AssistidaMedida Sóc	1.257,14	7.542,86	3.771,43	5.028,58	3.771,43	5.028,56	26.400,00
1.7.2.1.34.11.00.00.00	IGD SUAS Índice de Gestão SUAS	2.316,64	2.095,30	2.425,97	2.093,41	1.471,54	2.347,14	12.750,00
1.7.2.1.34.12.00.00.00	Programa Nacional de Acesso ao Trabalh	127,57	0,00	0,00	2.609,65	0,00	262,78	3.000,00
1.7.2.1.34.13.00.00.00	Transf. FNAS - SCFV	52.066,73	0,00	0,00	16.258,36	29.374,87	22.310,04	120.000,00
1.7.2.1.34.14.00.00.00	Transf. FNAS - PAC I - Piso de Alta Comp	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	30.000,00
1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des Edu	282.770,93	422.908,13	364.628,96	393.131,14	438.894,67	347.666,17	2.250.000,00
1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	282.770,93	271.241,58	237.167,70	244.639,10	251.537,74	212.642,95	1.590.000,00
1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referente	0,00	135.599,58	108.258,08	126.310,28	164.376,17	115.455,89	650.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE VIDEIRA

Metas Bimestrais de Arrecadação - Média dos 3 Últimos Exercícios (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Exercício de 2015

Município: VIDEIRA

Código	Especificação	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6	Total
1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referente	0,00	16.066,97	19.203,18	22.181,76	22.980,76	19.567,33	100.000,00
1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS - Desont	90.470,42	36.238,85	27.695,41	28.532,94	28.473,86	857.588,52	1.069.000,00
1.7.2.1.36.01.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº:	12.038,58	17.998,66	17.998,66	17.998,66	17.998,67	20.681,51	108.000,00
9.1.7.2.1.36.01.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Des	-6.000,00	-3.000,00	-6.000,00	-6.000,00	-6.000,00	-9.000,00	-36.000,00
1.7.2.1.36.02.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº:	5.016,08	8.868,29	7.499,44	7.499,44	7.499,45	8.617,30	45.000,00
1.7.2.1.36.03.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº:	3.009,64	5.320,98	4.499,66	4.499,66	4.499,66	5.170,40	27.000,00
1.7.2.1.39.01.00.00.00	Transferências da União - Infraero	4.406,09	3.765,66	3.697,65	4.535,18	4.476,08	4.119,34	25.000,00
1.7.2.1.99.02.00.00.00	Demais Transferências da União	72.000,03	0,00	0,00	0,00	0,00	77.999,97	150.000,00
1.7.2.1.99.05.00.00.00	Parcela FPM referente à CF, art. 159 I, alí	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	750.000,00	750.000,00
1.7.2.1.99.05.01.00.00	Parcela FPM referente à CF, art. 159 I, a	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	562.500,00	562.500,00
1.7.2.1.99.05.02.00.00	Parcela FPM referente à CF, art. 159 I, a	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	187.500,00	187.500,00
1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	5.530.087,89	5.821.846,93	5.898.479,24	5.881.223,50	6.485.479,81	6.440.641,15	36.037.758,52
1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	5.478.227,13	5.680.148,30	5.741.888,27	5.714.072,26	6.304.157,65	6.270.506,39	35.189.000,00
1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS - Próprios	3.598.793,48	3.592.836,52	3.575.731,52	3.501.206,13	3.867.949,49	4.183.482,86	22.320.000,00
1.7.2.2.01.01.02.00.00	Cota-Parte do ICMS - Educação	1.499.497,28	1.497.015,21	1.489.888,13	1.458.835,90	1.611.845,63	1.743.117,85	9.300.000,00
1.7.2.2.01.01.03.00.00	Cota-Parte do ICMS - Saúde	899.698,38	896.209,12	893.932,88	875.301,54	966.987,38	1.045.870,70	5.580.000,00
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Dedução do ICMS para Formação do FUN	-1.191.385,43	-1.203.484,88	-1.188.057,86	-1.175.899,69	-1.293.243,53	-1.387.328,61	-7.440.000,00
1.7.2.2.01.02.01.00.00	Cota-Parte do IPVA - Próprios	621.614,19	621.783,18	673.740,54	725.208,08	801.731,83	449.922,18	3.720.000,00
9.1.7.2.2.01.02.01.00.00	Dedução de Receita para Formação do F	-148.945,49	-211.389,93	-223.052,09	-235.682,77	-266.487,73	-154.441,99	-1.240.000,00
1.7.2.2.01.02.02.00.00	Cota-Parte do IPVA - Educação	186.505,92	259.076,33	280.725,19	302.170,04	334.054,91	187.467,61	1.550.000,00
1.7.2.2.01.02.03.00.00	Cota-Parte do IPVA - Saúde	111.903,56	155.445,79	168.435,13	181.302,01	200.432,96	112.480,55	930.000,00
1.7.2.2.01.04.01.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - Pr	54.720,43	52.167,15	54.394,24	60.148,41	60.305,63	66.264,14	348.000,00
9.1.7.2.2.01.04.01.00.00	Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação FL	-18.849,26	-17.632,45	-19.512,22	-19.857,89	-19.643,19	-20.504,99	-116.000,00
1.7.2.2.01.04.02.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - Edi	22.800,18	21.736,32	22.664,26	25.061,84	25.127,34	27.610,06	145.000,00
1.7.2.2.01.04.03.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - Sai	13.680,11	13.041,79	13.598,55	15.037,11	15.076,41	16.566,03	87.000,00
1.7.2.2.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib Interv no Domínio E	2.193,78	1.344,15	0,00	1.241,55	220,52	0,00	5.000,00
1.7.2.2.22.00.00.00.00	Transf. da Cota Parte Compen. Finan. (25)	51.860,76	88.859,96	62.451,07	51.655,70	54.472,33	93.681,18	402.981,00
1.7.2.2.33.01.00.00.00	Transferência de Recursos da Saúde	51.860,76	88.859,96	62.451,07	51.655,70	54.472,33	93.681,18	402.981,00
1.7.2.2.33.01.01.00.00	Farmácia Básica	37.128,80	38.525,73	31.485,96	25.199,80	25.199,80	56.740,91	214.281,00
1.7.2.2.33.01.03.00.00	Programa Estratégia Saúde da Família.	11.695,16	35.509,08	25.084,74	22.563,26	15.201,98	29.145,78	139.200,00
1.7.2.2.33.01.04.00.00	Centro de Especialidades Odontológicas	3.036,80	14.825,15	5.880,37	3.892,64	14.070,55	7.794,49	49.500,00
1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	0,00	52.838,67	94.139,90	115.495,54	106.849,83	76.453,58	445.777,52
1.7.2.2.99.02.00.00.00	Transporte Escolar Estado	0,00	52.838,67	91.466,90	101.497,55	77.777,56	26.419,32	350.000,00
1.7.2.2.99.02.00.00.00	Transferência de Recursos do FEAS	0,00	0,00	2.673,00	13.997,99	29.072,27	50.034,26	95.777,52
1.7.2.2.99.02.01.00.00	Transf. FEAS/SC - Alta Complexidade	0,00	0,00	2.673,00	1.782,00	4.306,50	3.712,50	12.474,00
1.7.2.2.99.02.02.00.00	Transf. FEAS/SC - CREAS	0,00	0,00	0,00	7.603,20	19.008,00	19.008,00	45.619,20
1.7.2.2.99.02.03.00.00	Transf. FEAS/SC - Benefícios Eventual	0,00	0,00	0,00	4.612,79	5.757,77	545,44	10.916,00
1.7.2.2.99.02.04.00.00	Transf. FEAS/SC - Básica/CRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.768,32	26.768,32
1.7.2.4.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENT	3.221.814,35	3.090.447,44	3.237.391,13	3.042.866,34	3.257.648,16	3.449.832,58	19.300.000,00
1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	1.933.088,62	1.854.288,45	1.942.434,66	1.825.719,81	1.954.588,89	2.069.899,57	11.580.000,00
1.7.2.4.01.02.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	1.288.725,73	1.236.178,99	1.294.956,47	1.217.146,53	1.303.059,27	1.379.933,01	7.720.000,00
1.7.5.0.00.00.00.00.00	Transf. de Pessoas	1,64	6,12	0,00	6.525,84	13.192,23	7.274,17	27.000,00
1.7.5.0.00.01.00.00.00	Transferência de pessoas ao FIA	1,64	6,12	0,00	6.525,84	13.192,23	7.274,17	27.000,00
1.7.6.0.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.	22.201,77	57.297,52	58.531,05	21.164,08	35.070,38	39.351,20	233.616,00
1.7.6.1.00.00.00.00.00	Transf. de Conv. da União e de suas Entidad	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,30	20.000,00
1.7.6.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da Un	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,30	20.000,00
1.7.6.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Distr.Fed. e suas Enti	4.412,33	4.510,94	4.457,79	3.273,90	7.186,90	4.158,14	28.000,00
1.7.6.2.99.00.00.00.00	Outras Transf. de Conv. dos Estados	4.412,33	4.510,94	4.457,79	3.273,90	7.186,90	4.158,14	28.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE VIDEIRA

Metas Bimetrais de Arrecadação - Média dos 3 Últimos Exercícios (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Exercício de 2015

Município: VIDEIRA

Código	Especificação	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6	Total
1.7.6.2.99.00.02.00.00	Saneamento básico_10	4.412,33	4.510,94	4.457,79	3.273,90	5.914,34	2.430,70	25.000,00
1.7.6.2.99.00.04.00.00	Programa SOS Nacientes_10	0,00	0,00	0,00	0,00	1.272,56	1.727,44	3.000,00
1.7.6.3.00.00.00.00.00	Transf. de Conv. dos Municípios e suas Entic	14.456,10	49.453,24	50.739,92	14.556,84	24.550,14	31.859,76	185.616,00
1.7.6.3.99.00.00.00.00	Outras Transf. de Conv. dos Municípios	14.456,10	49.453,24	50.739,92	14.556,84	24.550,14	31.859,76	185.616,00
1.7.6.3.99.00.01.00.00	Outras Transf. de Conv. dos Municípios - f	14.456,10	49.453,24	50.739,92	14.556,84	24.550,14	31.859,76	185.616,00
1.7.6.3.99.00.01.01.00	Outras Transf. de Conv. Municípios - f	2.515,03	16.966,05	9.740,54	7.385,30	7.385,30	12.095,78	56.088,00
1.7.6.3.99.00.01.02.00	Outras Transf. de Conv. Municípios - l	0,00	9.849,09	20.783,32	3.283,03	12.503,17	9.669,39	56.088,00
1.7.6.3.99.00.01.03.00	Outras Transf. de Conv. Municípios - s	11.941,07	22.638,10	20.216,06	3.888,51	4.661,67	10.094,59	73.440,00
1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	345.628,56	423.981,68	402.983,88	427.229,43	459.799,50	512.576,95	2.572.200,00
1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	140.927,80	171.859,50	146.913,18	205.320,12	173.829,59	192.949,81	1.031.800,00
1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	11.200,33	5.980,92	9.246,85	12.823,95	27.058,42	43.689,53	110.000,00
1.9.1.1.08.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Imp. Propriedade Ter	10.385,25	3.634,84	4.466,49	5.236,17	15.551,11	35.726,14	75.000,00
1.9.1.1.35.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora da Tx. de Fisc. e Vig.	106,72	381,35	899,07	487,52	2.225,52	899,82	5.000,00
1.9.1.1.38.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - Próprio:	659,06	350,43	50,62	189,94	2.831,82	7.918,13	12.000,00
1.9.1.1.38.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - Educaç	274,60	146,01	21,09	79,15	1.179,99	3.299,16	5.000,00
1.9.1.1.38.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - Saúde	164,76	87,60	12,65	47,49	707,99	1.979,51	3.000,00
1.9.1.1.39.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ITBI - Próprios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	3.000,00
1.9.1.1.39.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ITBI - Educaçã	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.250,00	1.250,00
1.9.1.1.39.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ITBI - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	750,00	750,00
1.9.1.1.40.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - Próprios	5.572,11	1.830,40	2.629,25	2.951,67	6.498,84	10.517,73	30.000,00
1.9.1.1.40.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - Educação	2.321,70	762,75	1.095,55	1.229,97	2.707,79	4.382,24	12.500,00
1.9.1.1.40.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - Saúde	1.393,02	457,65	657,33	737,95	1.624,68	2.629,37	7.500,00
1.9.1.1.99.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	708,36	1.964,73	3.881,29	7.100,26	9.281,79	7.063,57	30.000,00
1.9.1.1.99.01.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributo:	708,36	1.964,73	3.881,29	7.100,26	9.281,79	7.063,57	30.000,00
1.9.1.3.00.00.00.00.00	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos T	64.291,78	76.857,83	64.075,66	98.117,83	71.173,85	65.483,05	440.000,00
1.9.1.3.08.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTR	56.695,87	68.271,85	56.543,18	89.458,29	62.884,45	56.146,36	390.000,00
1.9.1.3.11.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - F	25.914,77	32.084,70	25.525,88	45.591,89	25.139,30	25.743,46	180.000,00
1.9.1.3.11.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - E	10.797,91	13.368,54	10.635,78	18.996,61	10.474,70	10.726,46	75.000,00
1.9.1.3.11.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - S	6.478,66	8.021,16	6.381,45	11.398,01	6.284,86	6.435,86	45.000,00
1.9.1.3.12.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ITBI - Pr	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	30.000,00
1.9.1.3.12.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ITBI - E	2.083,34	2.083,34	2.083,34	2.083,34	2.083,34	2.083,30	12.500,00
1.9.1.3.12.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ITBI - S	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	1.250,00	7.500,00
1.9.1.3.13.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - Pr	3.102,71	3.878,45	3.400,03	3.083,06	7.591,37	2.944,38	24.000,00
1.9.1.3.13.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - Ec	1.292,80	1.616,03	1.416,70	1.284,61	3.163,05	1.226,81	10.000,00
1.9.1.3.13.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	775,68	969,63	850,00	770,77	1.897,83	736,09	6.000,00
1.9.1.3.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tribu	7.595,91	8.585,98	7.532,48	8.659,54	8.289,40	9.336,69	50.000,00
1.9.1.5.00.00.00.00.00	Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec.	3.950,31	4.198,11	2.973,71	2.811,10	2.951,33	3.115,44	20.000,00
1.9.1.5.99.00.00.00.00	Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec.	3.950,31	4.198,11	2.973,71	2.811,10	2.951,33	3.115,44	20.000,00
1.9.1.5.99.01.00.00.00	Outras MJ Mora Div Ativ de Outras Rec -	3.950,31	4.198,11	2.973,71	2.811,10	2.951,33	3.115,44	20.000,00
1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	61.485,38	84.822,64	70.616,96	91.567,24	72.645,99	80.661,79	461.800,00
1.9.1.9.15.01.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsit	19.811,33	26.482,13	22.669,57	28.207,63	23.185,50	25.893,84	146.250,00
1.9.1.9.15.02.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsit	19.811,33	26.482,13	22.669,57	28.207,63	23.185,50	25.893,84	146.250,00
1.9.1.9.15.03.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsit	21.333,44	28.530,03	24.411,29	30.374,92	24.967,02	27.883,30	157.500,00
1.9.1.9.35.00.00.00.00	Multas por Danos ao Meio Ambiente	183,78	408,56	221,45	293,22	398,46	294,53	1.800,00
1.9.1.9.50.01.00.00.00	Multas por Auto de Infração - Legislação T	164,73	164,99	201,87	293,22	380,67	294,52	1.500,00
1.9.1.9.50.02.00.00.00	Multas por Auto de Infração - Obras, post	19,05	243,57	19,58	0,00	17,79	0,01	300,00
1.9.1.9.70.00.00.00.00	Multas/Indenizações Explor Patrimônio Ger	345,50	2.919,79	645,08	4.483,84	909,51	696,28	10.000,00
1.9.1.9.99.01.00.00.00	Multas e Juros de Mora FRH	345,50	2.919,79	645,08	4.483,84	909,51	696,28	10.000,00

Exercício de 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE VIDEIRA

Metas Bimetrais de Arrecadação - Média dos 3 Últimos Exercícios (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Município: VIDEIRA

Especificação		Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6	Total
Código								
2.3.0.0.80.01.01.00.00	Amortização de financiamentos de bens ·	32.162,69	37.175,16	33.284,97	33.905,39	27.421,21	36.050,58	200.000,00
2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.390.793,90	1.392.450,48	1.394.923,50	1.375.430,07	1.428.668,68	1.403.462,17	8.395.728,80
2.4.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENT,	74.127,22	75.783,80	78.256,82	78.256,82	112.002,00	86.795,57	485.728,80
2.4.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	74.127,22	75.783,80	78.256,82	78.256,82	112.002,00	86.795,57	485.728,80
2.4.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transf. dos Estados	74.127,22	75.783,80	78.256,82	78.256,82	112.002,00	86.795,57	485.728,80
2.4.2.2.99.00.02.00.00	Saneamento Básico_90	74.127,22	75.783,80	74.890,82	55.001,39	99.360,97	40.835,80	420.000,00
2.4.2.2.99.00.03.00.00	Programa SOS Nascentes_90	0,00	0,00	0,00	0,00	11.453,03	15.546,97	27.000,00
2.4.2.2.99.00.05.00.00	Transf. FEAS/SC - Alta Complexidade -	0,00	0,00	3.366,00	3.762,00	1.188,00	0,00	8.316,00
2.4.2.2.99.00.06.00.00	Transf. FEAS/SC - CREAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.412,80	30.412,80
2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO S	1.316.666,68	1.316.666,68	1.316.666,68	1.316.666,68	1.316.666,68	1.316.666,60	7.900.000,00
2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidã	333.333,34	333.333,34	333.333,34	333.333,34	333.333,34	333.333,30	2.000.000,00
2.4.7.1.99.00.00.00.00	Outras Transf. de Convênio da União	333.333,34	333.333,34	333.333,34	333.333,34	333.333,34	333.333,30	2.000.000,00
2.4.7.1.99.00.99.00.00	Outras Transferências de Convênios	333.333,34	333.333,34	333.333,34	333.333,34	333.333,34	333.333,30	2.000.000,00
2.4.7.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Distr.Fed e suas	983.333,34	983.333,34	983.333,34	983.333,34	983.333,34	983.333,30	5.900.000,00
2.4.7.2.99.00.00.00.00	Outras Transf. de Convênio dos Estados	983.333,34	983.333,34	983.333,34	983.333,34	983.333,34	983.333,30	5.900.000,00
2.4.7.2.99.00.99.00.00	Outras Transferências de Convênios dos	983.333,34	983.333,34	983.333,34	983.333,34	983.333,34	983.333,30	5.900.000,00
7.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁ	1.252.317,25	1.931.013,45	1.735.656,76	1.962.126,19	1.927.655,40	3.368.030,95	12.177.000,00
7.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.252.317,25	1.931.013,45	1.735.656,76	1.962.126,19	1.927.655,40	3.368.030,95	12.177.000,00
7.2.1.0.00.00.00.00.00	Contribuição assistência médica	1.252.317,25	1.931.013,45	1.735.656,76	1.962.126,19	1.927.655,40	3.368.030,95	12.177.000,00
7.2.1.0.29.01.00.00.00	Contrib. Previd. do Regime Proprio - Intra C	1.211.004,05	1.853.836,96	1.665.346,87	1.880.005,58	1.852.180,20	3.214.626,34	11.677.000,00
7.2.1.0.29.01.00.00.00	Contrib. Patrim. Servi Ativo Civil - Intra Or	517.667,45	930.326,82	972.581,66	961.171,82	949.676,05	1.845.576,20	6.177.000,00
7.2.1.0.29.01.02.00.00	Contribuição Patronal ao RPPS Ativo Civ	461.250,78	817.493,48	859.748,32	848.338,48	836.842,71	1.676.326,23	5.500.000,00
7.2.1.0.29.01.03.00.00	Contribuição Patronal ao RPPS Ativo Civ	56.416,67	112.833,34	112.833,34	112.833,34	112.833,34	169.249,97	677.000,00
7.2.1.0.29.13.00.00.00	Contribuição Previd. Para Amortiz do Defit	693.336,60	923.510,14	692.765,21	918.833,76	902.504,15	1.369.050,14	5.500.000,00
7.2.1.0.99.00.00.00.00	Contribuição assistência médica	41.313,20	77.176,49	70.509,89	82.120,61	75.475,20	153.404,61	500.000,00
7.2.1.0.99.02.00.00.00	Contribuição assistência médica Patronal	41.313,20	77.176,49	70.509,89	82.120,61	75.475,20	153.404,61	500.000,00
TOTAL GERAL:		20.187.282,61	22.113.580,32	24.571.339,36	23.304.742,95	23.931.677,49	26.987.461,37	141.096.084,00

VIDEIRA, 27/01/2015

CRISTINA KLOCK
Contadora CRC/SC 020534/O-0

ALEXANDRE GANASINI
Secretário de Finanças

SANDRA BALDO
Coordenadora Controle Interno

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

RGF - ANEXO 1_2 SEM 2014

MUNICÍPIO DE VIDEIRA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2014 A DEZEMBRO/2014

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	63.993.227,15	137.266,13
Pessoal Ativo	52.820.000,78	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	7.379.407,02	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	3.793.819,35	137.266,13
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	6.795.572,83	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	6.795.572,83	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	57.197.654,32	137.266,13
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	57.334.920,45	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	124.545.601,92	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	46,04	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 60%	74.727.361,15	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 57%	70.990.993,09	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 54%	67.254.625,04	
FONTE:		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

VIDEIRA, 23/01/2015

CRISTINA KLOCK
Contadora CRC/SC 020534/O-0

ALEXANDRE GANASINI
Secretário de Finanças

SANDRA BALDO
Coordenadora Controle Interno

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

RGF - ANEXO 2_2 SEM 2014

MUNICÍPIO DE VIDEIRA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	20.919.023,29	20.093.490,07	20.379.256,89
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	3.961.858,57	3.328.258,86	2.752.391,14
Interna	3.961.858,57	3.328.258,86	2.752.391,14
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	16.957.164,72	16.765.231,21	17.626.865,75
DEDUÇÕES (II)	27.808.398,33	36.668.997,22	37.604.181,92
Disponibilidade de Caixa Bruta	28.200.028,16	38.070.589,55	37.770.624,54
Demais Haveres Financeiros	0,00	49,32	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	391.629,83	1.401.641,65	166.442,62
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-6.889.375,04	-16.575.507,15	-17.224.925,03
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	107.664.058,31	112.199.743,13	124.545.601,92
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	19,43%	17,91%	16,36%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-6,40%	-14,77%	-13,83%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	129.196.869,97	134.639.691,76	149.454.722,30
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	116.277.182,97	121.175.722,58	134.509.250,07

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	3.961.858,57	3.328.258,86	2.752.391,14
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	178.195,33	144.903,28	108.186,62
De Tributos	178.195,33	144.903,28	108.186,62
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	3.783.663,24	3.183.355,58	2.644.204,52

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	1.488.916,99	1.574.759,42	451.214,08
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	4.484.226,93	15.973.636,51	7.981.003,08
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	95.140.003,32	103.136.216,95	103.136.216,95
Passivo Atuarial	95.140.003,32	103.136.216,95	103.136.216,95
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	103.343.924,75	110.261.438,12	119.783.821,14
Disponibilidade de Caixa Bruta	790.987,20	589.965,51	661.413,27
Investimentos	102.552.937,55	109.671.472,61	119.122.407,87

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE VIDEIRA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014

Continuação 2/2

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	34.163,13	440,38
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	-8.203.921,43	-7.125.221,17	-16.647.604,19

VIDEIRA, 23/01/2015

CRISTINA KLOCK
Contadora CRC/SC 020534/O-0

ALEXANDRE GANASINI
Secretário de Finanças

SANDRA BALDO
Coordenadora Controle Interno

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

FONTE:

RGF - ANEXO 3_2 SEM 2014

MUNICÍPIO DE VIDEIRA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (I)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL IV	107.664.058,31	112.199.743,13	124.545.601,92
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	23.686.092,83	24.683.943,49	27.400.032,42
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	21.317.483,55	22.215.549,14	24.660.029,18

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (V)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

VIDEIRA, 23/01/2015

CRISTINA KLOCK
Contadora CRC/SC 020534/O-0

ALEXANDRE GANASINI
Secretário de Finanças

SANDRA BALDO
Coordenadora Controle Interno

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

RGF - ANEXO 4_2 SEM 2014

MUNICÍPIO DE VIDEIRA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	90.347,40	115.261,52
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	90.347,40	115.261,52
Interna	90.347,40	115.261,52
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	90.347,40	115.261,52
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	124.545.601,92	—
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	115.261,52	0,09
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	19.927.296,31	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	17.934.566,68	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	8.718.192,13	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	115.261,52	0,09

FONTE:

VIDEIRA, 23/01/2015

CRISTINA KLOCK
Contadora CRC/SC 020534/O-0

ALEXANDRE GANASINI
Secretário de Finanças

SANDRA BALDO
Coordenadora Controle Interno

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

RGF - ANEXO 5_2 SEM 2014

MUNICÍPIO DE VIDEIRA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
Assistência Farmacêutica Básica - vinculados saúde - estado	120.983,25	0,00	120.983,25
Assistência Farmacêutica Básica - vinculados saúde - união	67.232,46	0,00	67.232,46
Atenção Básica - vinculados saúde - estado	106.294,60	0,00	106.294,60
Atenção Básica - vinculados saúde - união	798.447,29	0,00	798.447,29
Atenção de Média e Alta Compl - vinculados - estad	86.046,97	0,00	86.046,97
Atenção de Média e Alta Complexidade - vinculados saúde - estad	4.757,63	0,00	4.757,63
Atenção de Média e Alta Complexidade - vinculados saúde - união	268.075,53	0,00	268.075,53
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico -	0,02	0,00	0,02
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	7.520,64	0,00	7.520,64
Convênio entre Municípios - Casa Lar	75.211,26	159,12	75.052,14
Convênio Trânsito - Civil	202.628,99	900,70	201.728,29
Convênio Trânsito - Civil - Superávit Financeiro E	171.412,42	0,00	171.412,42
Convênio Trânsito - Militar	142.689,06	0,00	142.689,06
Convênio Trânsito - Militar - Superávit	60.815,81	0,00	60.815,81
Convênio Trânsito - Prefeitura	204.168,63	0,00	204.168,63
Convênio Transporte Escolar - PNATE	105,83	0,00	105,83
Fundo Especial do Petróleo	320.355,15	0,00	320.355,15
Gestão do SUS - vinculados Saúde - união	27.680,59	0,00	27.680,59
Outras Trans. Decorrentes Compensação Financeira	14.565,77	0,00	14.565,77
Outras Transf. Decorrentes Compensação Financeira pela Exploração Recurso	40.985,27	0,00	40.985,27
Outros Recursos do Fundo Nacional de Saúde	16.520,46	0,00	16.520,46
Programa Nacional de Acesso ao Trabalho ACESSUAS	46.721,35	0,00	46.721,35
Programa Nacional de Acesso ao Trabalho ACESSUAS - Superávit	101.695,18	28.430,00	73.265,18
Recursos de Alienação de Bens	3.461,96	0,00	3.461,96
Recursos de concessões e permissões	15.300,77	0,00	15.300,77
Recursos de Convênios Estaduais - Educação	30.943,54	0,00	30.943,54
Recursos de Operações de Crédito	2.082,44	0,00	2.082,44
Recursos do RPPS - Benefícios Previdenciários	7.786.814,61	0,00	7.786.814,61
Recursos FRH	187.812,19	0,00	187.812,19
Recursos FRH - superávit financeiro	228.140,77	0,00	228.140,77
Recursos FUNDEB 40%	716.138,16	4.027,07	712.111,09
Recursos Fundecon	36.733,61	0,00	36.733,61
Recursos Fundecon - superávit financeiro	8.766,57	0,00	8.766,57
Recursos FUNJUR	21.494,59	0,00	21.494,59
Recursos Funrebom	406.913,07	0,00	406.913,07
Recursos Funrebom - superávit financeiro	287.653,50	0,00	287.653,50
Recursos Merenda Escolar - PNAE	5.637,80	0,00	5.637,80
Recursos Ordinários MDEF - mínimo 25%	364.248,65	57.298,48	306.950,17
Recursos Salário Educação	4.365.832,93	498.624,90	3.867.208,03
Recursos Saneamento Básico	859.034,09	0,00	859.034,09
Recursos Saneamento Básico - superávit financeiro	1.324.236,89	41.500,19	1.282.736,70
Recursos Vinculados	128.528,13	0,00	128.528,13
Recursos Vinculados Convênios	12.851,34	0,00	12.851,34
Recursos Vinculados COSIP	276.674,10	0,00	276.674,10
Recursos Vinculados Estaduais	193.221,21	0,00	193.221,21
Transf. do FNAS - Programa de Atenção Integral a Família	26.664,18	0,00	26.664,18
Transf. FEAS/SC - Alta Complexidade	2.681,51	0,00	2.681,51
Transf. FEAS/SC - Básica/CRAS	26.790,89	0,00	26.790,89

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE VIDEIRA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

Continuação 2/2

R\$ 1,00

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
Transf. FEAS/SC - Benefícios Eventuais	175,27	0,00	175,27
Transf. FEAS/SC - CREAS	59.018,27	0,00	59.018,27
Transf. FNAS - IGD SUAS	6.321,69	0,00	6.321,69
Transf. FNAS - IGD SUAS - Superávit Financeiro	4.590,09	0,00	4.590,09
Transf. FNAS - PAC I	15.226,65	0,00	15.226,65
Transf. FNAS - PF MC III Liberdade Assistida/Medida Sócio Educativa	15.608,23	0,00	15.608,23
Transf. FNAS - SCFV	32.487,70	0,00	32.487,70
Transf. FNAS - SCFV - Superávit Financeiro	874,65	0,00	874,65
Transferências do FNAS - Outros Programas - Superávit Financeiro	24.277,41	0,00	24.277,41
Transferências do FNAS - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI	1.935,00	0,00	1.935,00
Transferências FNAS - Outros Programas	21.941,67	0,00	21.941,67
Transferências FNAS - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI	883,35	883,35	0,00
Transferências FNAS - Programa Sentinela	13.359,22	0,00	13.359,22
Vigilância em Saúde - vinculados saúde - união	702.611,15	0,00	702.611,15
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	21.102.882,01	631.823,81	20.471.058,20
Alienações de Bens Destinados a Programas de Saúde.	1.119,01	0,00	1.119,01
Farmácia Básica - Contrapartida Municipal	827.080,73	0,00	827.080,73
FIA Demais Recursos	9.695,62	0,00	9.695,62
FIA Demais Recursos - Superávit Financeiro Exerc. Anterior	13.076,50	0,00	13.076,50
FIA Imposto de Renda	58.239,08	0,00	58.239,08
FIA Imposto de Renda - Superávit Financeiro Exerc. Anterior	4.408,27	0,00	4.408,27
Recursos de Convênios União - Educação	313.952,11	0,00	313.952,11
Recursos FASM - Superávit Financeiro	5.878.604,65	0,00	5.878.604,65
Recursos Ordinários	12.300.282,22	533.894,71	11.766.387,51
Recursos Ordinários - Superávit de Exerc. Anteriores	3.331.553,65	0,00	3.331.553,65
Recursos Ordinários - Taxa de fiscalização vigilância sanitária	352.616,34	0,00	352.616,34
Recursos Ordinários - Tesouro-Ex.Cor.	28.142,46	28.142,46	0,00
Recursos Ordinários FMAS	153.016,86	21.302,32	131.714,54
Recursos Ordinários FMAS - Superávit Financeiro	27.418,18	0,00	27.418,18
Recursos Ordinários FMEV	42.242,79	1.572,41	40.670,38
Recursos Ordinários FMEV - Superávit Financeiro	761,58	0,00	761,58
Recursos Ordinários MDEF - mínimo 25%	151.008,96	0,00	151.008,96
Recursos Ordinários Saúde - mínimo 15%	961.338,13	3.520,08	957.818,05
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	24.454.557,14	588.431,98	23.866.125,16
TOTAL (III) = (I + II)	45.557.439,15	1.220.255,79	44.337.183,36
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	119.783.821,14	440,38	119.783.380,76

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

VIDEIRA, 23/01/2015

CRISTINA KLOCK
Contadora CRC/SC 020534/O-0

ALEXANDRE GANASINI
Secretário de Finanças

SANDRA BALDO
Coordenadora Controle Interno

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

RGF - ANEXO 6_2 SEM 2014

MUNICÍPIO DE VIDEIRA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b") R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR					EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS(NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
Assistência Farmacêutica Básica - vinculados s	0,00	0,00	0,00	0,00	120.983,25	0,00
Assistência Farmacêutica Básica - vinculados s	0,00	0,00	0,00	0,00	67.232,46	0,00
Atenção Básica - vinculados saúde - estado	0,00	0,00	0,00	0,00	106.294,60	0,00
Atenção Básica - vinculados saúde - união	0,00	0,00	0,00	6.404,91	798.447,29	0,00
Atenção de Média e Alta Compl - vinculados - e	0,00	0,00	0,00	0,00	86.046,97	0,00
Atenção de Média e Alta Complexidade - vincul	0,00	0,00	0,00	0,00	4.757,63	0,00
Atenção de Média e Alta Complexidade - vincul	0,00	0,00	0,00	22.237,70	288.075,53	0,00
Contribuição de Intervenção do Domínio Econô	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	0,00
Contribuição de Intervenção do Domínio Econô	0,00	0,00	0,00	0,00	7.520,64	0,00
Contribuição de Intervenção do Domínio Econô	0,00	159,12	0,00	3.028,00	75.052,14	0,00
Convênio entre Municípios - Casa Lar	0,00	0,00	900,70	25.348,30	201.728,29	0,00
Convênio Trânsito - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	171.412,42	0,00
Convênio Trânsito - Civil - Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	24.495,38	142.689,06	0,00
Convênio Trânsito - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	60.815,81	0,00
Convênio Trânsito - Militar - Superávit	0,00	0,00	0,00	26.879,67	204.168,63	0,00
Convênio Trânsito - Prefeitura	0,00	0,00	0,00	0,00	105,83	0,00
Convênio Transporte Escolar - PNATE	0,00	0,00	0,00	0,00	320.355,15	0,00
Fundo Especial do Petróleo	0,00	0,00	0,00	0,00	27.680,59	0,00
Gestão do SUS - vinculados Saúde - união	0,00	0,00	0,00	0,00	14.565,77	0,00
Outras Trans. Decorrentes Compensação Finan	0,00	0,00	0,00	0,00	40.985,27	0,00
Outras Transf. Decorrentes Compensação Fina	0,00	0,00	0,00	0,00	16.520,46	0,00
Outros Recursos do Fundo Nacional de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	46.721,35	0,00
Programa Nacional de Acesso ao Trabalho ACE	0,00	0,00	0,00	0,00	73.265,18	0,00
Programa Nacional de Acesso ao Trabalho ACE	0,00	28.430,00	0,00	0,00	3.461,96	0,00
Recursos de Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	15.300,77	0,00
Recursos de concessões e permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	30.943,54	0,00
Recursos de Convênios Estaduais - Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	2.082,44	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	7.786.814,61	0,00
Recursos do RPPS - Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	187.812,19	0,00
Recursos FRH	0,00	0,00	0,00	0,00	228.140,77	0,00
Recursos FRH - superávit financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	712.111,09	0,00
Recursos FUNDEB 40%	0,00	0,00	0,00	0,00	36.733,61	0,00
Recursos Fundecon	0,00	0,00	0,00	0,00	8.766,57	0,00
Recursos Fundecon - superávit financeiro	- 0,00	0,00	0,00	455,65		0,00

MUNICÍPIO DE VIDEIRA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

Continuação 2/3

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS(POR INSUFICIENCIA FINANCEIRA)	
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
Recursos FUNJUR	0,00	0,00	0,00	0,00	21.494,59	0,00
Recursos Funrebotm	0,00	0,00	0,00	144.882,94	406.913,07	0,00
Recursos Funrebotm - superávit financeiro	0,00	0,00	0,00	254.959,49	287.653,50	0,00
Recursos Merenda Escolar - PNAE	0,00	0,00	0,00	0,00	5.637,80	0,00
Recursos Ordinários MDEF - mínimo 25%	0,00	0,00	0,00	68.530,44	306.950,17	0,00
Recursos Salário Educação	0,00	0,00	498.624,90	2.963.894,51	3.867.208,03	0,00
Recursos Saneamento Básico	0,00	0,00	0,00	7.200,00	859.034,09	0,00
Recursos Saneamento Básico - superávit financeiro	0,00	0,00	41.500,19	0,00	1.282.736,70	0,00
Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	121.875,00	128.528,13	0,00
Recursos Vinculados Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	12.851,34	0,00
Recursos Vinculados COSIP	0,00	0,00	0,00	0,00	276.674,10	0,00
Recursos Vinculados Estaduais	0,00	0,00	0,00	116.791,04	193.221,21	0,00
Transf. do FNAS - Programa de Atenção Integral	0,00	0,00	0,00	308,00	26.664,18	0,00
Transf. FEAS/SC - Alta Complexidade	0,00	0,00	0,00	0,00	2.681,51	0,00
Transf. FEAS/SC - Básica/CRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	26.790,89	0,00
Transf. FEAS/SC - Benefícios Eventuais	0,00	0,00	0,00	0,00	175,27	0,00
Transf. FEAS/SC - CREAS	0,00	0,00	0,00	0,00	59.018,27	0,00
Transf. FNAS - IGD SUAS	0,00	0,00	0,00	0,00	6.321,69	0,00
Transf. FNAS - IGD SUAS - Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	4.590,09	0,00
Transf. FNAS - PAC I	0,00	0,00	0,00	2.720,70	15.226,65	0,00
Transf. FNAS - PF MC III Liberdade Assistida/M	0,00	0,00	0,00	308,00	15.608,23	0,00
Transf. FNAS - SCFV	0,00	0,00	0,00	1.762,00	32.487,70	0,00
Transf. FNAS - SCFV - Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	874,65	0,00
Transferências do FNAS - Outros Programas -	0,00	0,00	0,00	0,00	24.277,41	0,00
Transferências do FNAS - Programa de Erradicação	0,00	0,00	0,00	0,00	1.935,00	0,00
Transferências FNAS - Outros Programas	0,00	0,00	0,00	0,00	21.941,67	0,00
Transferências FNAS - Programa de Erradicação	817,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências FNAS - Programa Sentinela	0,00	0,00	0,00	0,00	13.359,22	0,00
Vigilância em Saúde - vinculados saúde - união	0,00	0,00	0,00	7.385,87	702.611,15	0,00
TOTAL DE RECURSOS VINCULADOS(I)	817,90	28.589,12	541.025,79	3.799.467,60	20.471.058,20	0,00
Alienações de Bens Destinados a Programas de	0,00	0,00	0,00	0,00	1.119,01	0,00
Farmácia Básica - Contrapartida Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00	827.080,73	0,00
FIA Demais Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	9.695,62	0,00

MUNICÍPIO DE VIDEIRA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

Continuação 3/3

DESTINAÇÃO DE RECURSOS		RESTOS A PAGAR				R\$ 1, "b")
		Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	
FIA Demais Recursos - Superávit Financeiro Ex	0,00	0,00	0,00	0,00	13.076,50	0,00
FIA Imposto de Renda	0,00	0,00	0,00	0,00	58.239,08	0,00
FIA Imposto de Renda - Superávit Financeiro E	0,00	0,00	0,00	0,00	4.408,27	0,00
Recursos de Convênios União - Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	313.952,11	0,00
Recursos FASM - Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	5.878.604,65	0,00
Recursos Ordinários	0,00	101.780,95	44.073,30	2.036.762,49	11.766.387,51	0,00
Recursos Ordinários - Superávit de Exerc. Ante	0,00	0,00	0,00	1.156.628,80	3.331.553,65	0,00
Recursos Ordinários - Taxa de fiscalização vigili	0,00	0,00	0,00	4.796,52	352.616,34	0,00
Recursos Ordinários - Tesouro-Ex.Cor.	0,00	8.859,84	17.500,00	12.385,15	0,00	0,00
Recursos Ordinários FMAS	0,00	21.302,32	0,00	59.667,74	131.714,54	0,00
Recursos Ordinários FMAS - Superávit Finance	0,00	0,00	0,00	0,00	27.418,18	0,00
Recursos Ordinários FMEV	0,00	1.572,41	0,00	17.259,87	40.670,38	0,00
Recursos Ordinários FMEV - Superávit Finance	0,00	0,00	0,00	0,00	761,58	0,00
Recursos Ordinários MDEF - mínimo 25%	0,00	0,00	0,00	65.663,78	151.008,96	0,00
Recursos Ordinários Saúde - mínimo 15%	0,00	3.520,08	0,00	225.772,04	957.818,05	0,00
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS(II)	0,00	137.035,60	61.573,30	3.578.936,39	23.866.125,16	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	817,90	165.624,72	602.599,09	7.378.403,99	44.337.183,36	0,00

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
---	------	------	------	------	------

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

VIDEIRA, 23/01/2015

CRISTINA KLOCK Contadora CRC/SC 020534/O-0	ALEXANDRE GANASINI Secretário de Finanças	SANDRA BALDO Coordenadora Controle Interno
WILMAR CARELLI Prefeito Municipal		

RGF - ANEXO 7_2 SEM 2014

MUNICÍPIO DE VIDEIRA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 2º Semestre de 2014

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 7

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	57.334.920,45	46,04
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	74.727.361,15	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	70.990.993,09	57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-17.224.925,03	-13,83
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	149.454.722,30	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	27.400.032,42	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	115.261,52	0,09
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	19.927.296,31	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	8.718.192,13	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	7.162.211,75	44.337.183,36

FONTE:

VIDEIRA, 27/01/2015

CRISTINA KLOCK
Contadora CRC/SC 020534/O-0

ALEXANDRE GANASINI
Secretário de Finanças

SANDRA BALDO
Coordenadora Controle Interno

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

RREO - ANEXO 10_6 BIM 2014

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2013	7.265.155,00	3.708.236,92	3.556.918,08	75.929.079,68
2014	6.996.600,45	3.941.647,20	3.054.953,25	78.984.032,93
2015	6.666.291,67	4.330.976,13	2.335.315,54	81.319.348,47
2016	6.360.427,30	4.646.686,86	1.713.740,44	83.033.088,91
2017	6.014.760,40	5.058.174,56	956.585,84	83.989.674,75
2018	5.714.860,94	5.338.852,33	376.008,61	84.365.683,36
2019	5.404.568,93	5.638.779,37	-234.210,44	84.131.472,92
2020	5.098.905,74	5.920.726,53	-821.820,79	83.309.652,13
2021	4.856.219,99	6.033.691,59	-1.177.471,60	82.132.180,53
2022	4.591.727,09	6.205.049,64	-1.613.322,55	80.518.857,98
2023	4.384.577,88	6.226.969,25	-1.842.391,37	78.676.466,61
2024	4.176.390,07	6.256.025,43	-2.079.635,36	76.596.831,25
2025	3.994.993,11	6.222.638,21	-2.227.645,10	74.369.186,15
2026	3.869.975,62	6.050.932,37	-2.180.956,75	72.188.229,40
2027	3.712.473,97	5.973.339,97	-2.260.866,00	69.927.363,40
2028	3.556.654,11	5.900.145,70	-2.343.491,59	67.583.871,81
2029	3.403.618,68	5.828.014,01	-2.424.395,33	65.159.476,48
2030	3.275.237,25	5.700.297,56	-2.425.060,31	62.734.416,17
2031	3.148.725,16	5.573.346,08	-2.424.620,92	60.309.795,25
2032	3.018.509,44	5.470.965,00	-2.452.455,56	57.857.339,69
2033	2.914.385,03	5.307.820,90	-2.393.435,87	55.463.903,82
2034	2.829.496,26	5.106.892,83	-2.277.396,57	53.186.507,25
2035	2.743.096,73	4.924.168,84	-2.181.072,11	51.005.435,14
2036	1.880.239,77	4.711.176,70	-2.830.936,93	48.174.498,21
2037	1.823.324,90	4.479.924,40	-2.656.599,50	45.517.898,71
2038	1.765.432,90	4.267.020,44	-2.501.587,54	43.016.311,17
2039	1.676.824,79	4.149.275,72	-2.472.450,93	40.543.860,24
2040	1.562.060,44	3.865.152,03	-2.303.091,59	38.240.768,65
2041	1.523.700,09	3.647.182,48	-2.123.482,39	36.117.286,26
2042	1.486.845,07	3.439.816,57	-1.952.971,50	34.164.314,76
2043	1.456.507,43	3.231.459,62	-1.774.952,19	32.389.362,57
2044	1.441.733,96	2.996.101,39	-1.554.367,43	30.834.995,14
2045	1.431.162,43	2.767.174,12	-1.336.011,69	29.498.983,45
2046	1.424.549,20	2.543.475,16	-1.118.925,96	28.380.057,49
2047	1.420.152,34	2.329.530,38	-909.378,04	27.470.679,45
2048	2.129,25	2.121.511,49	-2.119.382,24	25.351.297,21
2049	2.055,03	1.926.395,34	-1.924.340,31	23.426.956,90
2050	1.006,07	1.746.678,94	-1.745.672,87	21.681.284,03
2051	969,68	1.577.873,10	-1.576.903,42	20.104.380,61
2052	0,01	1.424.946,88	-1.424.946,87	18.679.433,74
2053	0,01	1.278.874,29	-1.278.874,28	17.400.559,46
2054	0,01	1.145.494,48	-1.145.494,47	16.255.064,99
2055	0,01	1.022.373,40	-1.022.373,39	15.232.691,60
2056	0,01	909.936,47	-909.936,46	14.322.755,14
2057	0,01	806.932,20	-806.932,19	13.515.822,95
2058	0,01	713.089,94	-713.089,93	12.802.733,02
2059	0,01	627.850,68	-627.850,67	12.174.882,35
2060	0,01	548.567,67	-548.567,66	11.626.314,69
2061	0,01	478.504,40	-478.504,39	11.147.810,30
2062	0,01	417.208,84	-417.208,83	10.730.601,47
2063	0,01	361.652,71	-361.652,70	10.368.948,77
2064	0,01	310.945,11	-310.945,10	10.058.003,67
2065	0,01	266.644,58	-266.644,57	9.791.359,10
2066	0,01	227.377,57	-227.377,56	9.563.981,54
2067	0,01	192.803,76	-192.803,75	9.371.177,79
2068	0,01	163.095,83	-163.095,82	9.208.081,97
2069	0,01	137.462,64	-137.462,63	9.070.619,34
2070	0,01	114.212,08	-114.212,07	8.956.407,27
2071	0,01	95.402,24	-95.402,23	8.861.005,04
2072	0,01	79.173,92	-79.173,91	8.781.831,13
2073	0,01	64.356,46	-64.356,45	8.717.474,68
2074	0,01	52.812,09	-52.812,08	8.664.662,60
2075	0,01	43.190,39	-43.190,38	8.621.472,22
2076	0,01	34.602,89	-34.602,88	8.586.869,34
2077	0,01	27.356,46	-27.356,45	8.559.512,89

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2078	0,01	21.916,78	-21.916,77	8.537.596,12
2079	0,01	17.476,81	-17.476,80	8.520.119,32
2080	0,01	13.801,17	-13.801,16	8.506.318,16
2081	0,01	10.625,20	-10.625,19	8.495.692,97
2082	0,01	8.276,91	-8.276,90	8.487.416,07
2083	0,01	6.283,47	-6.283,46	8.481.132,61
2084	0,01	4.852,16	-4.852,15	8.476.280,46
2085	0,01	3.767,77	-3.767,76	8.472.512,70
2086	0,01	2.909,47	-2.909,46	8.469.603,24
2087	0,01	1.854,20	-1.854,19	8.469.603,25

Projeção atuarial elaborada em 31/12/2013 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

VIDEIRA, 27/01/2015

CRISTINA KLOCK
Contadora CRC/SC 020534/O-0

ALEXANDRE GANASINI
Secretário de Finanças

SANDRA BALDO
Coordenadora Controle Interno

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

RREO - ANEXO 11_6 BIM 2014

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/MÊS DEZEMBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Mês (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	31.000,00	0,00	31.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	5.000,00	0,00	5.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	26.000,00	0,00	26.000,00
TOTAL	31.000,00	0,00	31.000,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Mês		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	42.751,83	0,00	0,00	42.751,83
Investimentos	42.751,83	0,00	0,00	42.751,83
TOTAL	42.751,83	0,00	0,00	42.751,83

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	3.251,83	0,00	3.251,83

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

VIDEIRA, 23/01/2015

CRISTINA KLOCK
Contadora CRC/SC 020534/O-0

ALEXANDRE GANASINI
Secretário de Finanças

SANDRA BALDO
Coordenadora Controle Interno

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

RREO - ANEXO 12_6 BIM 2014

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	15.175.000,00	15.175.000,00	18.286.372,78	120,50
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	3.700.000,00	3.700.000,00	4.860.314,24	131,36
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	1.750.000,00	1.750.000,00	2.116.245,27	120,93
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	7.000.000,00	7.000.000,00	8.211.074,43	117,30
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.825.000,00	1.825.000,00	2.134.965,38	116,98
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	75.000,00	75.000,00	101.586,59	135,45
Dívida Ativa dos Impostos	485.000,00	485.000,00	552.272,63	113,87
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	340.000,00	340.000,00	309.914,24	91,15
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	59.343.500,00	59.343.500,00	61.352.319,61	103,39
Cota-Parte FPM	17.000.000,00	17.000.000,00	18.845.792,58	110,86
Cota-Parte ITR	13.500,00	13.500,00	57.514,07	426,03
Cota-Parte IPVA	5.900.000,00	5.900.000,00	6.422.842,25	108,86
Cota-Parte ICMS	35.700.000,00	35.700.000,00	35.339.394,80	98,99
Cota-Parte IP-Estado	550.000,00	550.000,00	536.948,35	97,63
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	180.000,00	180.000,00	149.827,56	83,24
Desoneração CMS (LC 87/96)	180.000,00	180.000,00	149.827,56	83,24
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	74.518.500,00	74.518.500,00	79.638.692,39	106,87

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	5.030.088,00	5.030.088,00	5.057.218,04	100,54
Provenientes da União	4.631.350,00	4.631.350,00	4.670.355,32	100,84
Provenientes dos Estados	398.718,00	398.718,00	386.862,72	97,03
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	357.000,00	357.000,00	479.974,95	134,45
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	5.387.088,00	5.387.088,00	5.537.192,99	102,79

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EXECUTADAS	
			LÍQUIDAS ATÉ Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
DESPESAS CORRENTES	17.405.138,00	21.812.692,75	18.165.801,76	266.597,04
Pessoal e Encargos Sociais	9.237.600,00	9.090.975,54	8.735.197,61	0,00
Outras Despesas Correntes	8.167.538,00	12.721.717,21	9.430.604,15	266.597,04
DESPESAS DE CAPITAL	410.500,00	1.651.040,61	1.135.106,77	0,00
Investimentos	410.500,00	1.651.040,61	1.135.106,77	0,00

Continua 1/4

Município de VIDEIRA - SC

Continuação 2/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EXECUTADAS		
			LIQUIDADAS Até Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	% (f+g)/e
DESPESAS DE CAPITAL	410.500,00	1.651.040,61	1.135.106,77	0,00	68,75
Investimentos	410.500,00	1.651.040,61	1.135.106,77	0,00	68,75
TOTAL (IV)	17.815.638,00	23.463.733,36	19.300.908,53	266.597,04	83,39
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO					
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS Recursos de Operações de Crédito Outros Recursos OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹ DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS² DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES³	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	5.315.068,00	8.498.086,79	5.995.118,40	40.825,00	30,85
	5.030.068,00	7.860.249,79	5.578.947,64	36.028,48	28,70
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	285.000,00	637.837,00	416.170,76	4.796,52	2,15
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	-	-	-	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	5.315.068,00	8.498.086,79	5.995.118,40	40.825,00	30,85
TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)					
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = [(V(f+g) - V(h+i))]	12.500.570,00	14.965.646,57	13.531.562,17		69,15
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (V(h) / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4					16,99
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [V(h+i) - (15 x IIIb)/100]					1.585.758,31

Continua 2/4

Município de VIDEIRA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA					
	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2013	430.597,86	146.306,90	284.290,96	146.306,90	0,00
Inscritos em 2012	223.653,73	20.800,00	20.315,51	203.338,22	0,00
TOTAL	654.251,59	167.106,90	304.606,47	349.645,12	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º					
	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)	
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)			
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013	0,00	0,00			0,00
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2012	0,00	0,00			0,00
TOTAL (VIII)	0,00	0,00			0,00
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 24 E 26					
	LIMITE NÃO CUMPRIDO			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)	
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			
	-	-			-
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)					
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	LIQUIDADAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	% ((f+g)/e)
Atenção Básica	7.842.931,00	14.065.833,65	12.051.173,25	117.764,63	62,19
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	9.257.247,00	7.716.323,97	6.393.322,78	136.650,02	33,37
Vigilância Sanitária	374.460,00	726.116,02	367.615,73	10.918,39	1,93
Vigilância Epidemiológica	341.000,00	955.459,72	488.796,77	1.284,00	2,50
TOTAL	17.815.638,00	23.463.733,36	19.300.908,53	266.597,04	100,00

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE:

4 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

z O valor apresentado na interseção com a coluna "j" ou com a coluna "h+g" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total".

Continua 3/4

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 4/4

^a O valor apresentado na interseção com a coluna "I" ou com a coluna "H+I" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total K".
Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

VIDEIRA, 23/01/2015

CRISTINA KLOCK Contadora CRC/SC 020534/O-0	ALEXANDRE GANASINI Secretário de Finanças	SANDRA BALDO Coordenadora Controle Interno
WILMAR CARELLI Prefeito Municipal		

RREO - ANEXO 13_6 BIM 2014

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

VIDEIRA, 23/01/2015

CRISTINA KLOCK
Contadora CRC/SC 020534/O-0

ALEXANDRE GANASINI
Secretário de Finanças

SANDRA BALDO
Coordenadora Controle Interno

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

RREO - ANEXO 14_6 BIM 2014

Município de VIDEIRA - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	128.662.016,40	
Previsão Atualizada		—	128.662.016,40	
Receitas Realizadas		27.398.640,00	141.400.735,76	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	14.475.321,54	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	128.662.016,40	
Créditos Adicionais		—	26.696.445,66	
Dotação Atualizada		—	155.358.462,06	
Despesas Empenhadas		21.736.313,25	115.356.102,67	
Despesas Executadas		26.766.941,16	115.356.102,67	
Liquidadas		26.766.941,16	107.977.698,68	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		—	7.378.403,99	
Superavit Orçamentário		—	26.044.633,09	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		21.736.313,25	115.356.102,67	
Despesas Executadas		26.766.941,16	115.356.102,67	
Liquidadas		26.766.941,16	107.977.698,68	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		—	7.378.403,99	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			124.545.601,92	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		5.978.461,11	27.237.486,18	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		1.909.380,70	7.789.390,86	
Liquidadas		1.909.380,70	7.789.390,86	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		4.069.080,41	19.448.095,32	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		8.192.000,00	-10.335.549,99	-126,17
Resultado Primário		-5.279.730,00	16.266.366,59	-308,09
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	4.479.068,90	532.421,18	3.343.230,73	603.416,99
EXECUTIVO	2.682.547,75	449.032,33	2.166.304,22	67.211,20
LEGISLATIVO	53.687,51	453,58	35.733,93	17.500,00
EXECUTIVO	1.742.833,64	82.935,27	1.141.192,58	518.705,79
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	391.629,83	0,00	391.629,83	0,00
EXECUTIVO	391.629,83	0,00	391.629,83	0,00
TOTAL:	4.870.698,73	532.421,18	3.734.860,56	603.416,99
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		20.833.941,18	25%	26,16
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		15.045.181,67	60%	74,91
Liquidadas		15.045.181,67		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		

Continua 1/2



Município de VIDEIRA - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito			115.261,52	712.738,48
Despesa de Capital Líquida			10.737.302,45	12.394.858,70
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	6.996.600,45	4.591.727,09	3.018.509,44	1.420.152,34
Despesas Previdenciárias (V)	3.941.647,20	6.205.049,64	5.470.965,00	2.329.530,38
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	3.054.953,25	-1.613.322,55	-2.452.455,56	-909.378,04
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	31.000,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	42.751,83
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre	
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	13.531.562,17	15,00	16,99	
Liquidadas	13.305.790,13			
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	225.772,04			
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

VIDEIRA, 27/01/2015

CRISTINA KLOCK
Contadora CRC/SC 020534/O-0

ALEXANDRE GANASINI
Secretário de Finanças

SANDRA BALDO
Coordenadora Controle Inter

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

RREO - ANEXO 1_6 BIM 2014

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (e)	RECEITAS REALIZADAS		%	%	SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	Até o Bimestre (c)	(b/a)	(c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)							
RECEITAS CORRENTES	117.537.016,40	117.537.016,40	24.309.230,14	20,68		111,04	-12.978.657,57
RECEITA TRIBUTÁRIA	111.034.816,40	111.034.816,40	23.575.957,21	21,23		115,88	-17.633.994,19
IMPOSTOS	16.521.000,00	16.521.000,00	3.649.258,86	22,09		126,74	-4.418.355,09
TAXAS	14.275.000,00	14.275.000,00	3.218.714,81	22,55		121,35	-3.047.599,32
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	2.121.000,00	2.121.000,00	420.452,59	19,82		167,35	-1.428.533,26
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	125.000,00	125.000,00	10.091,46	8,07		53,78	57.777,49
RECEITAS SOCIAIS	5.070.000,00	5.070.000,00	1.626.487,97	32,08		113,62	-690.419,13
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	3.920.000,00	3.920.000,00	1.305.282,60	33,30		105,18	-202.910,14
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	1.150.000,00	1.150.000,00	321.205,37	27,93		142,39	-487.508,99
RECEITA PATRIMONIAL	10.355.730,00	10.355.730,00	2.734.075,28	26,40		161,21	-6.339.243,46
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	89.000,00	89.000,00	13.806,59	15,51		118,73	-16.667,12
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	10.180.730,00	10.180.730,00	2.704.206,46	26,56		162,49	-6.362.055,22
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	78.000,00	78.000,00	14.814,23	18,99		47,93	40.618,22
Outras Receitas Patrimoniais	8.000,00	8.000,00	1.248,00	15,60		114,24	-1.139,34
RECEITA DE SERVIÇOS	336.900,00	336.900,00	28.580,66	8,48		135,95	-121.108,91
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	76.173.786,40	76.173.786,40	14.884.001,95	19,54		104,96	-3.775.399,95
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	75.994.886,40	75.994.886,40	14.844.428,07	19,53		104,79	-3.636.631,98
Transf. de Pessoas	24.000,00	24.000,00	11.000,00	45,83		224,21	-29.810,89
Transf. de Conv.	154.900,00	154.900,00	28.573,88	18,45		170,34	-108.957,08
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.577.400,00	2.577.400,00	653.552,49	25,36		188,83	-2.289.467,65
Multas e Juros de Mora	1.031.800,00	1.031.800,00	229.142,46	22,21		129,71	-306.571,20
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	630.000,00	630.000,00	274.327,30	43,54		217,62	-741.020,05
RECEITA DA DIVIDIVA ATIVA	705.000,00	705.000,00	130.711,74	18,54		119,82	-139.747,91
RECEITAS DIVERSAS	210.600,00	210.600,00	19.370,99	9,20		623,33	-1.102.128,49
RECEITAS DE CAPITAL	6.502.200,00	6.502.200,00	733.272,93	11,28		28,40	4.665.336,62
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	828.000,00	828.000,00	0,00	0,00		13,92	712.738,48
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	31.000,00	31.000,00	0,00	0,00		0,00	31.000,00
ALIEAÇÃO DE BENS	26.000,00	26.000,00	0,00	0,00		0,00	26.000,00
ALIEAÇÃO DE BENS MÓVEIS	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00		0,00	5.000,00
ALIEAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	240.000,00	240.000,00	23.021,44	9,59		68,80	74.883,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	5.403.200,00	5.403.200,00	710.251,49	13,15		28,99	3.836.715,14
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	656.000,00	656.000,00	647.864,96	98,76		191,87	-602.665,38
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	4.747.200,00	4.747.200,00	62.386,53	1,31		6,48	4.439.380,52
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO							
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	11.125.000,00	11.125.000,00	3.089.409,86	27,77		97,84	239.938,21
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	11.125.000,00	11.125.000,00	3.089.409,86	27,77		97,84	239.938,21
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	475.000,00	475.000,00	150.975,36	31,78		107,84	-37.228,24
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	10.650.000,00	10.650.000,00	2.938.434,50	27,59		97,40	277.166,45
Contribuição Assistência Médica	475.000,00	475.000,00	150.975,36	31,78		107,84	-37.228,24
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	10.650.000,00	10.650.000,00	2.938.434,50	27,59		97,40	277.166,45
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	128.662.016,40	128.662.016,40	27.398.640,00	21,30		109,90	-12.738.719,36
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00

Continua 1/3

Município de VIDEIRA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (e)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% Até o Bimestre (b/a)	% (c/a)	
OPERações DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	128.662.016,40	128.662.016,40	27.398.540,00	21,30	141.400.735,76	109,90
128.662.016,40	128.662.016,40	128.662.016,40	27.398.540,00	21,30	141.400.735,76	109,90
DEFIcIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL VII = (V + VI)	128.662.016,40	128.662.016,40	27.398.540,00	21,30	141.400.735,76	109,90
128.662.016,40	128.662.016,40	128.662.016,40	27.398.540,00	21,30	141.400.735,76	109,90
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	17.771.201,09	—	—	14.475.321,54	—
Superávit Financeiro	—	17.771.201,09	—	—	14.475.321,54	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS			SALDO A EXECUTAR (f - (g + h))
				No Bimestre (g)	Até o Bimestre (h)	No Bimestre (i)	Até o Bimestre (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (h)	% ((g + h) / i)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	121.467.945,40	28.170.545,66	149.638.491,06	20.476.118,54	109.998.327,24	25.506.746,45	102.619.923,25	7.378.403,99	73,51
DESPESAS CORRENTES	89.755.110,00	21.343.467,48	111.098.577,48	18.875.555,49	99.261.024,79	22.646.516,93	94.687.682,54	4.573.342,25	89,35
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	46.075.601,00	4.254.040,85	50.329.641,85	12.270.190,00	48.122.252,87	12.279.345,00	48.122.252,87	0,00	95,61
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	4.500.000,00	300.000,00	4.800.000,00	790.224,54	4.732.062,44	790.224,54	4.732.062,44	0,00	98,58
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	39.179.509,00	16.789.426,63	55.968.935,63	5.816.140,95	46.406.709,48	9.576.949,39	41.833.367,23	4.573.342,25	82,92
DESPESAS DE CAPITAL	16.282.835,40	6.849.325,75	23.132.161,15	1.599.563,05	10.737.302,45	2.860.227,52	7.832.240,71	2.805.061,74	46,42
INVESTIMENTOS	14.782.835,40	5.999.325,75	20.782.161,15	1.204.307,05	8.424.467,65	2.464.971,52	5.619.405,91	2.805.061,74	40,54
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.500.000,00	850.000,00	2.350.000,00	395.256,00	2.312.834,80	395.256,00	2.312.834,80	0,00	98,42
RESERVA LEGAL DO RPPS	15.280.000,00	0,00	15.280.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	150.000,00	-22.247,57	127.752,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	7.194.071,00	-1.474.100,00	5.719.971,00	1.260.194,71	5.357.776,43	1.260.194,71	5.357.776,43	0,00	93,67
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.194.071,00	-1.474.100,00	5.719.971,00	1.260.194,71	5.357.776,43	1.260.194,71	5.357.776,43	0,00	93,67
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	128.662.016,40	26.896.445,66	155.358.462,06	21.736.313,25	115.356.102,67	26.766.941,16	107.977.698,68	7.378.403,99	74,25
128.662.016,40	26.896.445,66	155.358.462,06	21.736.313,25	21.736.313,25	115.356.102,67	26.766.941,16	107.977.698,68	7.378.403,99	74,25
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS				SALDO A EXECUTAR (f - (g + h))
				No Bimestre (g)	Até o Bimestre (h)	LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)	%	
						No Bimestre (i)	Até o Bimestre (g)			
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	128.662.016,40	26.696.445,66	155.358.462,06	21.736.313,25	115.356.102,67	26.766.941,16	107.977.698,68	7.378.403,99	74,25	40.002.359,39
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	26.044.633,09	—	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	128.662.016,40	26.696.445,66	155.358.462,06	21.736.313,25	115.356.102,67	26.766.941,16	141.400.735,76	—	91,02	40.002.359,39

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 19.448.095,32

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE:

VIDEIRA, 23/01/2015

CRISTINA KLOCK
Contadora CRC/SC 020534/O-0

ALEXANDRE GANASINI
Secretário de Finanças

SANDRA BALDO
Coordenadora Controle Interno

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

RREO - ANEXO 2_6 BIM 2014

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)										R\$ 1,1
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS				SALDO (a - (b + c))	
			No Bimestre	Até o Bimestre	LIQUIDADAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (c)	% ((b + c)/ Total (b + c))		
					No Bimestre	Até o Bimestre (b)				
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)										
Legislativa	121.467.945,40	149.638.491,06	20.476.118,54	109.998.327,24	25.506.746,45	102.619.923,25	7.378.403,99	95,36	39.640.163,82	
Ação Legislativa	1.317.500,00	1.309.500,00	168.582,18	921.175,64	182.620,32	908.790,49	12.385,15	0,80	388.324,36	
Administração	1.317.500,00	1.309.500,00	168.582,18	921.175,64	182.620,32	908.790,49	12.385,15	0,80	388.324,36	
Administração Geral	8.220.430,00	10.530.296,57	1.509.234,52	9.645.114,54	1.948.293,60	8.698.239,57	946.874,97	8,36	885.182,03	
Administração Financeira	5.513.780,00	7.118.880,00	1.044.714,64	6.791.412,03	1.413.854,43	5.967.864,01	823.548,02	5,89	327.467,97	
Controle Interno	1.659.000,00	1.754.000,00	263.137,17	1.597.416,46	295.747,11	1.529.322,46	68.094,00	1,38	156.583,54	
Normalização e Fiscalização	107.000,00	107.000,00	18.916,99	83.154,41	19.368,89	83.062,55	91,86	0,07	23.845,59	
Comunicação Social	706.350,00	982.116,57	167.681,25	864.194,72	172.306,49	857.396,03	6.798,69	0,75	117.921,85	
Segurança Pública	234.300,00	568.300,00	14.784,47	308.936,92	47.016,68	260.594,52	48.342,40	0,27	259.363,08	
Policimento	784.000,00	1.746.741,11	535.085,21	1.104.823,47	105.992,85	577.800,13	527.023,34	0,96	641.917,64	
Defesa Civil	450.500,00	843.758,92	59.299,01	334.351,77	81.737,06	282.070,63	52.281,14	0,29	509.407,15	
Assistência Social	333.500,00	902.982,19	475.786,20	770.471,70	24.255,79	295.729,50	474.742,20	0,67	132.510,49	
Administração Geral	3.593.550,00	4.598.618,76	436.510,70	3.056.369,09	680.666,07	2.981.462,44	74.906,65	2,65	1.542.249,67	
Assistência ao Idoso	50.000,00	50.000,00	9.916,26	42.938,95	10.933,19	35.826,74	7.112,21	0,04	7.061,05	
Assistência ao Portador de Deficiência	92.575,00	95.494,35	10.271,52	70.271,52	10.271,52	70.271,52	0,00	0,06	25.222,83	
Assistência à Criança e ao Adolescente	88.009,20	92.392,19	0,00	80.000,00	22.179,03	80.000,00	0,00	0,07	12.392,19	
Assistência Comunitária	1.296.490,20	2.055.304,43	170.075,94	1.251.669,88	317.468,86	1.225.707,18	25.962,70	1,09	803.634,55	
Previdência Social	2.066.475,60	2.305.427,79	246.246,98	1.611.488,74	319.813,47	1.569.657,00	41.831,74	1,40	693.939,05	
Previdência do Regime Estatutário	6.690.000,00	8.190.000,00	1.886.910,27	7.765.131,59	1.903.639,75	7.765.131,59	0,00	6,73	424.868,41	
Saúde	6.690.000,00	8.190.000,00	1.886.910,27	7.765.131,59	1.903.639,75	7.765.131,59	0,00	6,73	424.868,41	
Atenção Básica	17.145.138,00	22.767.233,36	1.569.011,49	18.915.291,52	4.664.419,68	18.648.694,48	266.597,04	16,40	3.851.941,84	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	7.737.431,00	13.831.333,65	1.485.780,09	11.940.019,63	3.092.044,67	11.822.255,00	117.764,63	10,35	1.891.314,02	
Vigilância Sanitária	8.762.247,00	7.341.323,97	-11.221,20	6.170.573,64	1.342.207,25	6.033.923,62	136.650,02	5,35	1.170.750,33	
Vigilância Epidemiológica	314.460,00	661.116,02	40.948,03	335.897,23	75.770,13	324.978,84	10.918,39	0,29	325.218,79	
Educação	331.000,00	933.459,72	53.504,57	468.801,02	154.397,63	467.537,02	1.264,00	0,41	464.658,70	
Administração Geral	29.510.891,00	39.523.180,01	10.069.183,49	36.071.096,24	9.847.524,15	32.876.272,17	3.194.824,07	31,27	3.452.083,77	
Alimentação e Nutrição	2.195.001,00	3.010.001,00	838.720,78	2.786.971,05	857.937,05	2.771.556,02	15.415,03	2,42	223.029,95	
	444.940,00	545.740,00	29.844,90	539.456,90	152.966,38	539.456,90	0,00	0,47	6.283,10	

Continua 1/4

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/4

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS			SALDO (a - (b + c))	
			No Bimestre	Até o Bimestre	LIQUIDADAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (c)		% ((b + c)/a)
					No Bimestre	Até o Bimestre (b)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)									
Educação	121.467.945,40	149.638.491,06	20.476.118,54	109.998.327,24	25.506.746,45	102.619.923,25	7.378.403,99	95,36	39.640.163,82
Ensino Fundamental	29.510.891,00	39.523.180,01	10.069.183,49	36.071.096,24	9.847.524,15	32.876.272,17	3.194.824,07	31,27	3.452.083,77
Ensino Médio	13.788.700,00	19.074.171,76	5.033.111,10	17.547.194,23	5.222.824,42	15.492.878,34	2.054.315,89	15,21	1.526.977,53
Ensino Superior	22.550,00	22.550,00	3.849,25	21.653,53	944,78	18.144,91	3.508,62	0,02	896,47
Educação Infantil	876.000,00	996.000,00	-26.824,60	858.221,38	212.664,52	858.221,38	0,00	0,74	137.778,62
Cultura	12.183.700,00	15.874.717,25	4.190.482,06	14.317.599,15	3.400.187,00	13.196.014,62	1.121.584,53	12,41	1.557.118,10
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	1.751.880,00	1.921.880,00	274.331,05	1.743.113,12	390.550,99	1.683.327,08	59.786,04	1,51	178.766,88
Diffusão Cultural	54.000,00	49.000,00	1.573,53	33.776,94	5.521,73	30.282,91	3.494,03	0,03	68,93
Turismo	724.880,00	704.880,00	64.949,50	608.015,59	138.036,26	600.975,52	7.040,07	0,53	96.864,41
Urbanismo	973.000,00	1.168.000,00	207.808,02	1.101.320,59	246.993,00	1.052.068,65	49.251,94	0,95	66.679,41
Infra-estrutura Urbana	17.755.056,40	20.002.944,35	2.353.798,68	13.089.642,13	2.925.455,47	11.636.077,20	1.453.564,93	11,35	6.913.302,22
Serviços Urbanos	7.419.146,40	8.293.191,03	1.099.848,50	3.753.673,70	821.285,68	2.793.757,66	959.916,04	3,25	4.539.517,33
Extensão Rural	10.310.910,00	11.684.753,32	1.253.950,18	9.335.968,43	2.104.169,79	8.842.319,54	493.648,89	8,09	2.348.784,89
Habituação	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
Habituação Urbana	435.000,00	435.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	435.000,00
Saneamento	435.000,00	435.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	435.000,00
Saneamento Básico Urbano	598.000,00	609.000,00	10.278,44	82.131,93	16.859,14	74.931,93	7.200,00	0,07	526.868,07
Gestão Ambiental	598.000,00	609.000,00	10.278,44	82.131,93	16.859,14	74.931,93	7.200,00	0,07	526.868,07
Preservação e Conservação Ambiental	915.000,00	2.357.000,00	-925.013,19	1.098.050,54	58.115,62	476.357,36	621.693,18	0,95	1.258.949,46
Agricultura	915.000,00	2.357.000,00	-925.013,19	1.098.050,54	58.115,62	476.357,36	621.693,18	0,95	1.258.949,46
Extensão Rural	3.314.000,00	3.526.472,73	425.880,07	3.247.675,05	547.291,05	3.171.445,42	76.229,63	2,82	278.797,68
Indústria	3.314.000,00	3.526.472,73	425.880,07	3.247.675,05	547.291,05	3.171.445,42	76.229,63	2,82	278.797,68
Administração Geral	912.500,00	912.500,00	58.912,60	239.071,01	53.363,74	231.988,43	7.081,58	0,21	673.428,99
Promoção Industrial	302.500,00	302.500,00	58.912,60	239.071,01	53.363,74	231.988,43	7.081,58	0,21	673.428,99
Transportes	610.000,00	610.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	610.000,00
Abastecimento	1.254.000,00	1.368.056,60	112.438,39	461.378,06	4.421,04	351.197,23	110.180,83	0,40	906.678,54
Desporto e Lazer	1.254.000,00	1.368.056,60	112.438,39	461.378,06	4.421,04	351.197,23	110.180,83	0,40	906.678,54
Desporto Comunitário	1.440.100,00	1.645.918,91	235.340,30	1.509.866,90	293.100,84	1.489.810,32	20.056,58	1,31	136.052,01
	1.440.100,00	1.645.918,91	235.340,30	1.509.866,90	293.100,84	1.489.810,32	20.056,58	1,31	136.052,01

Continua 2/4

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/4

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS			SALDO (a - (b + c))
			No Bimestre	Até o Bimestre	LIQUIDADAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (c)	
					No Bimestre	Até o Bimestre (b)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	121.467.945,40	149.638.491,06	20.476.118,54	109.998.327,24	25.506.746,45	102.619.923,25	7.378.403,99	39.640.163,82
Encargos Especiais	10.400.900,00	12.786.396,23	1.755.634,34	11.048.396,41	1.884.432,14	11.048.396,41	0,00	1.737.999,82
Outras Transferências	250.000,00	360.496,23	12.192,23	256.183,05	84.515,16	256.183,05	0,00	104.313,18
Outros Encargos Especiais	10.150.900,00	12.425.900,00	1.743.442,11	10.792.213,36	1.799.916,98	10.792.213,36	0,00	1.633.686,64
Reserva de Contingência 1	15.430.000,00	15.407.752,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.407.752,43
Outros Encargos Especiais	150.000,00	127.752,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	127.752,43
Reserva de Contingência	15.280.000,00	15.280.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.280.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	7.194.071,00	5.719.971,00	1.260.194,71	5.357.775,43	1.260.194,71	5.357.775,43	0,00	362.195,57
Legislativa	20.000,00	28.000,00	6.718,77	26.609,38	6.718,77	26.609,38	0,00	1.390,62
Ação Legislativa	20.000,00	28.000,00	6.718,77	26.609,38	6.718,77	26.609,38	0,00	1.390,62
Administração	734.820,00	683.720,00	150.038,60	646.601,14	150.038,60	646.601,14	0,00	37.118,86
Administração Geral	493.820,00	416.720,00	87.617,81	385.221,48	87.617,81	385.221,48	0,00	31.498,52
Administração Financeira	169.000,00	190.000,00	44.998,86	186.187,76	44.998,86	186.187,76	0,00	3.812,24
Controle Interno	11.000,00	11.000,00	2.423,01	10.387,13	2.423,01	10.387,13	0,00	612,87
Normatização e Fiscalização	61.000,00	66.000,00	14.998,92	64.804,77	14.998,92	64.804,77	0,00	1.195,23
Assistência Social	379.766,00	249.766,00	35.227,52	158.058,83	35.227,52	158.058,83	0,00	91.707,17
Assistência à Criança e ao Adolescente	61.757,00	83.757,00	15.451,27	59.804,37	15.451,27	59.804,37	0,00	23.952,63
Assistência Comunitária	318.009,00	166.009,00	19.776,25	98.254,46	19.776,25	98.254,46	0,00	67.754,54
Previdência Social	30.000,00	30.000,00	5.740,95	24.259,27	5.740,95	24.259,27	0,00	5.740,73
Previdência do Regime Estatutário	30.000,00	30.000,00	5.740,95	24.259,27	5.740,95	24.259,27	0,00	5.740,73
Saúde	670.500,00	696.500,00	140.628,02	652.214,05	140.628,02	652.214,05	0,00	44.285,95
Atenção Básica	105.500,00	234.500,00	21.951,44	228.918,25	21.951,44	228.918,25	0,00	5.581,75
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	495.000,00	375.000,00	103.270,40	359.399,16	103.270,40	359.399,16	0,00	15.600,84
Vigilância Sanitária	60.000,00	65.000,00	11.397,85	42.636,89	11.397,85	42.636,89	0,00	22.363,11
Vigilância Epidemiológica	10.000,00	22.000,00	4.008,33	21.259,75	4.008,33	21.259,75	0,00	740,25
Educação	4.165.585,00	2.856.585,00	675.365,70	2.763.839,39	675.365,70	2.763.839,39	0,00	92.745,61
Administração Geral	279.500,00	300.500,00	80.776,17	299.093,99	80.776,17	299.093,99	0,00	1.406,01
Ensino Fundamental	1.774.300,00	1.084.300,00	262.244,09	1.055.534,83	262.244,09	1.055.534,83	0,00	28.765,17
Educação Infantil	2.111.785,00	1.471.785,00	332.345,44	1.409.210,57	332.345,44	1.409.210,57	0,00	62.574,43

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS				SALDO (a - (b + c))
			No Bimestre	Até o Bimestre	LIQUIDADAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (c)	% ((b + c)/a)	
					No Bimestre	Até o Bimestre (b)			
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)									
Cultura	7.194.071,00	5.719.971,00	1.260.194,71	5.357.775,43	1.260.194,71	5.357.775,43	0,00	4,64	93,67
Turismo	42.000,00	42.000,00	9.508,73	40.734,02	9.508,73	40.734,02	0,00	0,04	96,99
Urbanismo	42.000,00	42.000,00	9.508,73	40.734,02	9.508,73	40.734,02	0,00	0,04	96,99
Serviços Urbanos	660.000,00	645.000,00	141.836,48	610.741,77	141.836,48	610.741,77	0,00	0,53	94,69
Agricultura	660.000,00	645.000,00	141.836,48	610.741,77	141.836,48	610.741,77	0,00	0,53	94,69
Extensão Rural	225.000,00	225.000,00	49.347,32	216.627,24	49.347,32	216.627,24	0,00	0,19	96,28
Indústria	225.000,00	225.000,00	49.347,32	216.627,24	49.347,32	216.627,24	0,00	0,19	96,28
Administração Geral	10.000,00	10.000,00	27,18	404,45	27,18	404,45	0,00	0,00	4,04
Desporto e Lazer	10.000,00	10.000,00	27,18	404,45	27,18	404,45	0,00	0,00	4,04
Desporto Comunitário	149.800,00	107.800,00	18.965,00	86.289,69	18.965,00	86.289,69	0,00	0,07	80,05
Encargos Especiais	149.800,00	107.800,00	18.965,00	86.289,69	18.965,00	86.289,69	0,00	0,07	80,05
Outros Encargos Especiais	106.600,00	145.600,00	26.790,44	131.396,20	26.790,44	131.396,20	0,00	0,11	90,24
TOTAL (III) = (I + II)	106.600,00	145.600,00	26.790,44	131.396,20	26.790,44	131.396,20	0,00	0,11	90,24

FONTE:

VIDEIRA, 23/01/2015

CRISTINA KLOCK Contadora CRC/SC 020534/O-0	ALEXANDRE GANASINI Secretário de Finanças	SANDRA BALDO Coordenadora Controle Interno
WILMAR CARELLI Prefeito Municipal		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. E apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

RREO - ANEXO 3_6 BIM 2014

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2014 A DEZEMBRO/2014

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)	ESPECIFICAÇÃO		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												R\$ 1,00	
	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Ago/2014	Sep/2014	Out/2014	Nov/2014	Dez/2014	TOTAL (ÚLT. 12 MES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2014		
RECEITAS CORRENTES (I)	10.227.340,43	10.489.002,07	10.093.701,41	11.151,618,43	12.294.274,11	9.963.907,63	10.837.762,18	16.273.361,38	10.852.064,15	12.965.462,28	12.487.294,03	13.905,217,72	140.939.025,82	122.623,516,40		
RECEITA TRIBUTÁRIA	919.473,82	1.110.175,65	1.103.556,16	1.486.296,88	1.294.977,68	1.076.491,61	1.624.209,88	5.037.724,67	1.790.051,49	1.817.918,37	1.606.016,15	2.043.242,71	20.939.355,09	16.521.000,00		
I.P.T.U.	96,84	0,00	2.230,69	0,00	913,65	15.958,08	396.909,29	2.837.229,31	385.360,53	498.033,65	374.975,68	374.975,68	4.860.314,24	3.700.000,00		
I.R.R.F.	2.108,52	129.214,06	117.312,47	193.846,98	174.088,06	134.556,53	193.027,00	135.229,27	170.370,84	164.982,25	175.167,84	545,012,56	2.134.965,38	1.825.000,00		
I.S.S.	696.712,12	629.028,10	630.897,11	640.819,84	665.502,57	636.303,86	674.985,73	724.395,06	778.061,47	719.398,19	688.251,13	756.939,25	8.211.074,43	7.000.000,00		
I.T.B.I.	155.981,22	189.026,66	124.390,41	169.512,33	190.182,04	203.777,07	185.390,09	207.931,01	217.062,53	154.240,08	136.053,76	163.708,07	2.116.245,27	1.750.000,00		
Outras Receitas Tributárias	94.575,12	163.906,83	228.735,50	462.117,73	264.311,36	85.887,07	203.937,77	1.162.290,02	239.166,12	281.204,20	227.936,90	202.607,15	3.616.755,77	2.246.000,00		
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	166.651,61	352.175,83	438.379,36	449.205,81	442.100,88	448.302,18	440.605,66	453.005,04	459.319,93	484.184,86	519.325,58	1.107.162,39	5.760.419,13	5.070.000,00		
RECEITA PATRIMONIAL	652.307,81	1.211.328,37	1.240.431,96	1.209.402,73	1.371.391,18	1.018.738,53	1.450.609,53	3.077.333,00	856.085,42	1.873.269,63	1.797.762,59	936.282,69	16.694.973,46	10.355.730,00		
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
RECEITA DE SERVIÇOS	14.219,62	16.834,48	20.013,51	27.293,19	17.232,06	10.966,02	11.487,70	38.172,93	97.400,74	175.808,00	17.750,91	10.829,75	458.008,91	336.900,00		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	8.278.698,85	7.563.183,18	7.032.433,40	7.678.368,30	7.801.673,15	7.204.041,97	6.956.359,12	7.390.468,11	7.394.078,39	7.818.550,82	8.334.387,09	8.767.169,40	92.219.401,58	87.762.486,40		
Cota-Parte do FPM.	1.982.771,22	2.117.309,65	1.255.977,64	1.433.487,00	1.910.297,68	1.432.599,96	1.230.422,10	1.494.753,52	1.310.276,44	1.238.346,16	1.639.109,50	1.800.441,71	18.645.792,58	17.000.000,00		
Cota-Parte do I.C.M.S.	2.864.777,36	2.811.767,47	2.852.460,89	2.779.926,05	2.825.773,73	2.866.816,40	2.664.089,22	2.794.922,28	2.396.839,96	3.089.743,13	3.408.823,77	3.283.451,54	35.339.394,80	35.700.000,00		
Cota-Parte do I.P.V.A.	361.907,86	409.439,15	515.978,96	579.960,38	600.672,23	554.451,93	628.496,21	592.038,53	652.140,89	727.594,23	546.848,54	252.963,34	6.422.842,25	5.900.000,00		
Cota-Parte do ITR.	128,68	6,16	63,56	14.914,32	7,59	59,64	24,15	48,55	2.875,37	15.621,31	11.059,67	12.705,07	57.514,07	13.500,00		
Outras Transferências Correntes	1.183.464,22	488.302,11	814.511,04	1.245.937,54	693.790,82	673.071,56	875.048,65	844.453,46	737.512,24	975.976,09	875.321,59	1.576.497,05	10.986.876,37	9.118.986,40		
Transferências da LC 61/1989	47.248,74	40.001,94	39.087,04	42.531,18	46.259,63	44.059,83	45.263,17	46.656,33	43.909,02	47.019,65	53.992,58	40.922,24	536.948,35	550.000,00		
Transferências da LC 87/1996	12.485,63	12.485,63	0,00	12.485,63	12.485,63	12.485,63	12.485,63	12.485,63	12.485,63	12.485,63	12.485,63	24.971,26	148.827,56	180.000,00		
Transferências do FUNDEB	1.725.905,14	1.683.871,07	1.554.354,27	1.566.106,20	1.712.395,84	1.620.497,02	1.500.529,99	1.605.109,81	1.638.041,84	1.711.431,42	1.786.745,81	1.775.217,19	19.880.205,60	19.300.000,00		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	195.998,72	235.304,56	259.086,98	301.051,52	1.366.879,16	205.367,32	354.510,29	247.257,63	255.126,18	792.730,80	212.021,71	441.530,78	4.866.867,65	2.577.400,00		
DEDUÇÕES (II)	1.109.541,57	1.306.139,89	1.245.417,68	1.292.153,97	1.395.633,99	1.303.369,18	1.231.290,10	1.305.491,32	1.331.269,44	1.350.289,44	1.494.687,12	2.028.150,02	16.393.423,90	15.505.700,00		
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	3.048,75	135.743,93	197.512,67	195.520,03	195.846,69	196.967,78	193.829,06	193.773,15	199.549,94	197.136,31	196.090,73	594.731,62	2.500.150,66	2.620.000,00		
Contribuição Assist.Médica Servidores Vinc. ao RPPS	32.629,13	92.194,16	115.191,57	123.215,31	120.688,20	124.306,95	121.295,19	121.207,41	128.015,07	126.924,77	164.132,86	350.327,59	1.623.058,01	1.400.000,00		
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	1.073.863,69	1.078.201,80	932.713,44	972.418,63	1.079.099,10	982.094,45	916.195,85	988.180,76	1.003.704,61	1.026.228,36	1.134.463,73	12.270.215,23	11.688.700,00	11.688.700,00		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	9.117.798,86	9.182.862,18	8.848.283,73	9.859.464,46	10.898.640,12	8.660.538,45	9.606.502,08	14.967.970,06	9.520.794,53	11.612.172,84	10.992.606,91	11.275.067,70	124.545.601,92	107.114,816,40		

FONTE:

VIDEIRA, 23/01/2015

CRISTINA KLOCK
Controladora CRCSC 0265340-0

ALEXANDRE CANASINI
Secretário de Finanças

SANDRA BALDO
Coordenadora Controle Interno

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

RREO - ANEXO 4_6 BIM 2014

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
				Até o Bimestre/2013
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)				
RECEITAS CORRENTES	11.350.000,00	11.350.000,00	3.040.026,61	16.864.652,63
Receta de Contribuições dos Segurados	11.350.000,00	11.350.000,00	3.040.026,61	16.864.652,63
Pessoal Civil	2.520.000,00	2.520.000,00	790.822,35	2.500.150,66
Ativo	2.520.000,00	2.520.000,00	790.822,35	2.500.150,66
Inativo	2.500.000,00	2.500.000,00	783.135,64	2.469.162,30
Pensionista	20.000,00	20.000,00	7.686,71	30.988,36
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receta Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetas Imobiliárias	8.750.000,00	8.750.000,00	2.150.745,39	13.689.278,21
Recetas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recetas Patrimoniais	8.750.000,00	8.750.000,00	2.150.745,39	13.689.278,21
Receta de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recetas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	80.000,00	80.000,00	98.458,87	675.223,76
Demais Recetas Correntes	50.000,00	50.000,00	98.458,87	667.418,67
RECEITAS DE CAPITAL	30.000,00	30.000,00	0,00	7.805,09
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recetas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	10.650.000,00	10.650.000,00	2.938.434,50	10.372.833,55
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	22.000.000,00	22.000.000,00	5.978.461,11	27.237.486,18
				19.088.564,86

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS			
			Em 2014		Em 2013	
			LIQUIDADAS Até o Bimestre/2014	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS Até o Bimestre/2013	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			No Bimestre			
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	6.690.000,00	8.190.000,00	1.903.639,75	7.765.131,59	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	100.000,00	100.000,00	0,00	3.445,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	100.000,00	100.000,00	0,00	3.445,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	6.590.000,00	8.090.000,00	1.903.639,75	7.761.686,59	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	1.804.773,78	7.379.407,02	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	1.517.427,49	6.163.636,57	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	287.050,37	1.214.364,83	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	295,92	1.405,62	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS				
			Em 2014		Em 2013		
			LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS Até o Bimestre/2013	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014			
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Despesas Previdenciárias	6.590.000,00	8.090.000,00	98.865,97	382.279,57	0,00	0,00	
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Demais Despesas Previdenciárias	6.590.000,00	8.090.000,00	98.865,97	382.279,57	0,00	0,00	
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	30.000,00	30.000,00	5.740,95	24.259,27	0,00	0,00	
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	6.720.000,00	8.220.000,00	1.909.380,70	7.789.390,86	0,00	0,00	
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO – RPPS (VII) = (III - VI)	15.280.000,00	13.780.000,00	4.069.080,41	19.448.095,32	19.088.564,86		

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	
				Até o Bimestre/2013	
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS		PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	
Valor			15.280.000,00

BENS E DIREITOS DO RPPS	NOVEMBRO	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		2014	2013
		Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013
Bancos Conta Movimento	103.248,64	661.413,27	790.987,20
Investimentos	118.094.207,69	119.122.407,87	102.552.937,55

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	
				Até o Bimestre/2013	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	10.650.000,00	10.650.000,00	2.938.434,50	10.372.833,55	10.084.464,63
RECEITAS CORRENTES (VIII)	10.650.000,00	10.650.000,00	2.938.434,50	10.372.833,55	10.084.464,63
Receita de Contribuições Patronais	5.650.000,00	5.650.000,00	1.591.792,97	5.086.169,60	5.172.801,90
Pessoal Civil	5.650.000,00	5.650.000,00	1.591.792,97	5.086.169,60	5.172.801,90
Ativo	5.650.000,00	5.650.000,00	1.591.792,97	5.086.169,60	5.172.801,90
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	
				Até o Bimestre/2013	
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	5.000.000,00	5.000.000,00	1.346.641,53	5.286.663,95	4.911.662,73
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VII + IX - X)	10.650.000,00	10.650.000,00	2.938.434,50	10.372.833,55	10.084.464,63

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS			
			Em 2014		Em 2013	
			LIQUIDADAS No Bimestre	Até o Bimestre/2014	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS Até o Bimestre/2013
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	30.000,00	30.000,00	5.740,95	24.259,27	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO (XII)	30.000,00	30.000,00	5.740,95	24.259,27	0,00	0,00
Despesas Correntes	30.000,00	30.000,00	5.740,95	24.259,27	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII)	30.000,00	30.000,00	5.740,95	24.259,27	0,00	0,00

FONTE:
Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.
VIDERA, 23/01/2015

CRISTINA KLOCK	ALEXANDRE GANASINI	SANDRA BALDO	WILMAR CARELLI
Contadora CRC/SC 020534/O-0	Secretário de Finanças	Coordenadora Controle Interno	Prefeito Municipal

RREO - ANEXO 5_6 BIM 2014

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Out 2014 (B)	Em 31 Dez 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	20.919.023,29	19.607.501,87	20.379.256,89
DEDUÇÕES (II)	27.808.398,33	42.129.293,89	37.604.181,92
Disponibilidade de Caixa Bruta	28.200.028,16	43.663.821,32	37.770.624,54
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	391.629,83	1.534.527,43	166.442,62
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-6.889.375,04	-22.521.792,02	-17.224.925,03
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-6.889.375,04	-22.521.792,02	-17.224.925,03

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Dez 2014 (C - A)
VALOR	5.296.866,99	-10.335.549,99

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	8.192.000,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Out 2014 (B)	Em 31 Dez 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	95.140.003,32	103.136.216,95	103.136.216,95
Passivo Atuarial	95.140.003,32	103.136.216,95	103.136.216,95
DEDUÇÕES (VIII)	103.343.924,75	116.784.193,16	119.783.821,14
Disponibilidade de Caixa Bruta	790.987,20	65.109,53	661.413,27
Investimentos	102.552.937,55	116.719.083,63	119.122.407,87
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	-8.203.921,43	-13.647.976,21	-16.647.604,19
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	-8.203.921,43	-13.647.976,21	-16.647.604,19

FONTE:

VIDEIRA, 23/01/2015

CRISTINA KLOCK
Contadora CRC/SC 020534/O-0

ALEXANDRE GANASINI
Secretário de Finanças

SANDRA BALDO
Coordenadora Controle Interno

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

RREO - ANEXO 6_6 BIM 2014

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		R\$ 1,00
		No Bimestre	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	111.979.086,40	23.961.160,61	123.011.087,16	114.731.025,32
Receita Tributária	16.521.000,00	3.649.258,86	20.939.355,09	18.812.452,72
I.P.T.U.	3.700.000,00	753.582,20	4.860.314,24	4.125.811,70
I.S.S.	7.000.000,00	1.445.190,38	8.211.074,43	7.547.581,57
I.T.B.I.	1.750.000,00	299.761,83	2.116.245,27	2.367.910,87
I.R.R.F.	1.825.000,00	720.180,40	2.134.965,38	2.080.924,36
Outras Receitas Tributárias	2.246.000,00	430.544,05	3.616.755,77	2.690.224,22
Receita de Contribuição	16.195.000,00	4.715.897,83	16.845.480,92	16.103.569,15
Receitas Previdenciárias	13.170.000,00	3.729.256,85	12.872.984,21	12.747.965,04
Outras Contribuições	3.025.000,00	986.640,98	3.772.496,71	3.355.604,11
Receita Patrimonial Líquida	175.000,00	29.868,82	152.188,24	156.659,02
Receita Patrimonial	10.355.730,00	2.734.075,28	16.694.973,46	7.887.931,21
(-) Aplicações Financeiras	10.180.730,00	2.704.206,46	16.542.785,22	7.731.272,19
Transferências Correntes	76.173.786,40	14.884.001,95	79.949.186,35	76.148.641,91
F.P.M.	13.700.000,00	2.751.641,04	15.076.634,38	14.074.792,40
I.C.M.S.	28.700.000,00	5.353.820,41	28.271.516,94	28.328.034,08
Convênios	154.900,00	28.573,88	263.857,08	106.989,44
Outras Transferências Correntes	33.618.886,40	6.749.966,62	36.337.177,95	33.638.825,99
Demais Receitas Correntes	2.914.300,00	682.133,15	5.324.876,56	3.509.702,52
Dívida Ativa	705.000,00	130.711,74	844.747,91	1.099.362,77
Diversas Receitas Correntes	2.209.300,00	551.421,41	4.480.128,65	2.410.339,75
RECEITAS DE CAPITAL (II)	6.502.200,00	733.272,93	1.846.863,38	5.655.393,12
Operações de Crédito (III)	828.000,00	0,00	115.261,52	3.365.169,48
Amortização de Empréstimos (IV)	240.000,00	23.021,44	165.117,00	205.737,32
Alienação de Ativos (V)	31.000,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	5.403.200,00	710.251,49	1.566.484,86	2.084.486,32
Convênios	4.747.200,00	62.386,53	307.819,48	1.428.932,78
Outras Transferências de Capital	656.000,00	647.864,96	1.258.665,38	655.553,54
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	5.403.200,00	710.251,49	1.566.484,86	2.084.486,32
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	117.382.286,40	24.671.412,10	124.577.572,02	116.815.511,64

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS					
		EM 2014			EM 2013		
		LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		No Bimestre	Até o Bimestre				Até o Bimestre
DESPESAS CORRENTES (VIII)	116.818.548,48	23.906.713,64	100.045.457,97	4.573.342,25	95.050.217,72	2.007.173,24	
Pessoal e Encargos Sociais	56.049.612,85	13.539.539,71	53.480.028,30	0,00	52.571.210,28	0,00	
Juros e Encargos da Dívida (IX)	4.800.000,00	790.224,54	4.732.062,44	0,00	4.359.584,86	0,00	
Outras Despesas Correntes	55.968.935,63	9.576.949,39	41.833.367,23	4.573.342,25	38.119.422,58	2.007.173,24	
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	112.018.548,48	23.116.489,10	95.313.395,53	4.573.342,25	90.690.632,86	2.007.173,24	
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	23.132.161,15	2.860.227,52	7.932.240,71	2.805.061,74	9.975.840,89	729.062,02	
Investimentos	20.782.161,15	2.464.971,52	5.619.405,91	2.805.061,74	8.367.554,55	729.062,02	
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida (XIV)	2.350.000,00	395.256,00	2.312.834,80	0,00	1.608.286,34	0,00	
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	20.782.161,15	2.464.971,52	5.619.405,91	2.805.061,74	8.367.554,55	729.062,02	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	127.752,43	-	-	-	-	-	
RESERVA DO RPPS (XVII)	15.280.000,00	-	-	-	-	-	

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS				
		EM 2014		EM 2013		
		LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS Até o Bimestre	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
		No Bimestre	Até o Bimestre			
RESERVA DO RPPS (XVII)	15.280.000,00	-	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	148.208.462,06	25.581.460,62	100.932.801,44	7.378.403,99	99.058.187,41	2.736.235,26
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-30.826.175,66	-910.048,52		16.266.366,59		15.021.088,97
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-		14.475.321,54		0,00
Superávit Financeiro	-	-		14.475.321,54		0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-		0,00		0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL					VALOR CORRENTE	
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA					-5.279.730,00	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

VIDEIRA, 23/01/2015

CRISTINA KLOCK	ALEXANDRE GANASINI	SANDRA BALDO
Contadora CRC/SC 020534/O-0	Secretário de Finanças	Coordenadora Controle Interno

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

RREO - ANEXO 7_6 BIM 2014

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS				RP NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	5.158.03	209.597,77	214.755,80	-	-	1.742.833,64	2.736.235,26	3.344.048,63	3.343.230,73	532.421,18	603.416,99
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	5.158.03	204.384,08	209.542,11	0,00	0,00	1.742.833,64	2.682.341,50	3.308.108,45	3.307.290,55	531.967,60	585.916,99
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FM.	0,00	3.440,77	3.440,77	0,00	0,00	0,00	90.205,50	67.878,82	67.080,92	22.326,68	817,90
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	120.400,19	134.275,00	213.175,00	213.175,00	0,00	41.500,19
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	51.899,21	51.899,21	0,00	0,00	484.222,28	815.763,52	1.066.280,03	1.066.280,03	233.705,77	0,00
FUNDO MUNICIPAL P/ REQ. BOMBEIROS VOLUNT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.846,90	3.726,90	3.726,90	3.726,90	5.120,00	0,00
FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.080,89	0,00	0,00	0,00	20.080,89	0,00
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL	0,00	44,16	44,16	0,00	0,00	23.992,87	18.319,00	18.319,00	18.319,00	5.673,87	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DAASSESSORIA JURIDIC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.799,00	754,39	754,39	754,39	7.799,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	0,00	816,96	816,96	0,00	0,00	29.877,92	281.202,81	263.814,91	263.814,91	35.343,16	11.922,66
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEK	0,00	88,13	88,13	0,00	0,00	19.656,99	52.950,16	43.060,50	43.060,50	29.546,65	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.663,41	423,62	423,62	423,62	0,00	1.239,79
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	0,00	30.134,52	30.134,52	0,00	0,00	1.002.096,63	369.199,82	833.035,18	833.035,18	39.596,37	498.624,90
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.670,18	48.911,87	41.753,11	41.753,11	10.264,19	564,75
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	5.158.03	117.307,12	122.465,15	0,00	0,00	55.069,56	831.293,21	736.596,09	736.596,09	138.600,77	11.165,91
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E UF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.061,71	1.433,71	1.433,71	1.628,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.632,41	1.632,41	1.632,41	1.632,41	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA	0,00	653,21	653,21	0,00	0,00	18.587,92	18.587,92	16.224,78	16.224,78	2.363,14	-0,00
FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE VIDEIRA	0,00	5.213,69	5.213,69	0,00	0,00	0,00	206,25	206,25	206,25	0,00	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES - FIMEV	0,00	5.213,69	5.213,69	0,00	0,00	0,00	206,25	206,25	206,25	0,00	0,00
LEGISLATIVO											
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	53.687,51	53.687,51	35.733,93	35.733,93	453,58	17.500,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	176.874,03	176.874,03	-	-	0,00	53.687,51	35.733,93	35.733,93	453,58	17.500,00
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	176.874,03	176.874,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEK	0,00	1.586,09	1.586,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	0,00	175.307,94	175.307,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II):	5.158.03	386.471,80	391.629,83	0,00	0,00	1.742.833,64	2.736.235,26	3.344.048,63	3.343.230,73	532.421,18	603.416,99

FONTE:

FONTE:

VIDEIRA, 23/01/2015

CRISTINA KLOCK
Controladora CRC/SC 020534/O-0

SANDRA BALDO
Coordenadora Controle Interno

ALEXANDRE GANASINI
Secretário de Finanças

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

RREO - ANEXO 8_6 BIM 2014

MUNICÍPIO DE VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1.00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	15.225.000,00	15.225.000,00	3.386.730,71	18.286.372,78	120,11
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	4.420.000,00	4.420.000,00	852.312,95	5.431.295,52	122,88
1.1.1- IPTU	3.700.000,00	3.700.000,00	753.976,85	4.866.879,24	131,54
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	20.000,00	20.000,00	18.503,23	28.042,01	140,21
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	400.000,00	400.000,00	53.557,15	356.458,30	89,11
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	300.000,00	300.000,00	26.670,37	186.480,97	62,16
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	(394,65)	(6.565,00)	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	1.835.000,00	1.835.000,00	304.236,17	2.121.963,59	115,64
1.2.1- ITBI	1.750.000,00	1.750.000,00	303.161,83	2.144.150,36	122,52
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	5.000,00	5.000,00	4.474,34	4.474,34	89,49
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	30.000,00	30.000,00	0,00	1.243,98	4,15
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	(3.400,00)	(27.905,09)	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	7.145.000,00	7.145.000,00	1.510.001,19	8.598.148,29	120,34
1.3.1- ISS	7.000.000,00	7.000.000,00	1.445.648,84	8.213.798,27	117,34
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	50.000,00	50.000,00	24.215,12	69.070,24	138,14
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	55.000,00	55.000,00	25.452,65	194.570,35	353,76
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	40.000,00	40.000,00	15.143,04	123.433,27	308,58
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	(458,46)	(2.723,84)	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.825.000,00	1.825.000,00	720.180,40	2.134.965,38	116,98
1.4.1- IRRF	1.825.000,00	1.825.000,00	720.180,40	2.135.794,84	117,03
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	(829,46)	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	59.343.500,00	59.343.500,00	11.087.774,85	61.352.319,61	103,39
2.1- Cota-Parte FPM	17.000.000,00	17.000.000,00	3.439.551,21	18.845.792,58	110,86
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	16.350.000,00	16.350.000,00	3.439.551,21	18.845.792,58	115,26
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	650.000,00	650.000,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	35.700.000,00	35.700.000,00	6.692.275,31	35.339.394,80	98,99
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	180.000,00	180.000,00	37.456,89	149.827,56	83,24
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	550.000,00	550.000,00	94.914,82	536.948,35	97,63
2.5- Cota-Parte ITR	13.500,00	13.500,00	23.764,74	57.514,07	426,03
2.6- Cota-Parte IPVA	5.900.000,00	5.900.000,00	799.811,88	6.422.842,25	108,86
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	74.568.500,00	74.568.500,00	14.474.505,56	79.638.692,39	106,80
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	1.570.000,00	1.570.000,00	384.507,90	2.254.184,58	143,58
5.1- Transferências do Salário-Educação	1.450.000,00	1.450.000,00	322.110,87	1.931.651,34	133,22
5.2- Transferências Diretas - PDDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	120.000,00	120.000,00	62.397,03	322.533,24	268,78
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	924.000,00	924.000,00	988.722,40	2.463.599,77	266,62
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	2.494.000,00	2.494.000,00	1.373.230,30	4.717.784,35	189,17
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	11.588.700,00	11.588.700,00	2.217.554,54	12.270.215,23	105,88
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	3.300.000,00	3.300.000,00	687.910,17	3.769.158,20	114,22
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	7.000.000,00	7.000.000,00	1.338.454,90	7.067.877,86	100,97
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	36.000,00	36.000,00	7.491,36	29.965,44	83,24
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	110.000,00	110.000,00	18.982,97	107.389,68	97,63
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	2.700,00	2.700,00	4.752,93	11.502,72	426,03
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	1.140.000,00	1.140.000,00	159.962,21	1.284.321,33	112,66
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	19.440.000,00	19.440.000,00	3.589.103,19	20.084.752,84	103,32
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	19.300.000,00	19.300.000,00	3.561.963,00	19.880.205,60	103,01
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	140.000,00	140.000,00	27.140,19	204.547,24	146,11
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	7.711.300,00	7.711.300,00	1.344.408,46	7.609.990,37	98,69
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

Continua 1/3

MUNICÍPIO DE VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS				%
			LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	(g)=((e+f)/d)x100	
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)			
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	11.664.000,00	15.534.000,00	3.542.912,70	15.045.181,67	0,00	96,85	
13.1- Com Educação Infantil	1.589.000,00	5.294.000,00	692.102,58	5.277.130,10	0,00	99,68	
13.2- Com Ensino Fundamental	10.075.000,00	10.240.000,00	2.850.810,12	9.768.051,57	0,00	95,39	
14- OUTRAS DESPESAS	7.776.000,00	5.041.027,52	359.855,08	4.987.487,60	0,00	98,94	
14.1- Com Educação Infantil	6.002.000,00	3.572.027,52	0,00	3.561.074,28	0,00	99,69	
14.2- Com Ensino Fundamental	1.774.000,00	1.469.000,00	359.855,08	1.426.413,32	0,00	97,10	
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	19.440.000,00	20.575.027,52	3.902.767,78		20.032.669,27	97,36	
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB						VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						—	
16.1 - FUNDEB 60%						—	
16.2 - FUNDEB 40%						—	
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00	
17.1 - FUNDEB 60%						0,00	
17.2 - FUNDEB 40%						0,00	
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00	
INDICADORES DO FUNDEB							
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						20.032.669,27	
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %						74,91	
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %						24,83	
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						0,26	
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE						VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						660.027,52	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 *						660.027,52	
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB							
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			%	
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	(c)=(b/a)x100		
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3ª)	18.642.125,00	18.642.125,00	3.618.626,39	19.909.673,10		106,80	
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS			%	
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	(g)=((e+f)/d)x100		
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	12.317.425,00	13.592.452,52	3.579.512,68	13.444.598,16	44.686,08	99,24	
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
24- ENSINO FUNDAMENTAL	14.226.000,00	16.997.738,11	5.353.713,20	15.762.287,85	89.508,14	93,26	
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	11.849.000,00	11.709.000,00	3.210.665,20	11.194.464,89	0,00	95,61	
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.377.000,00	5.288.738,11	2.143.048,00	4.567.822,96	89.508,14	88,06	
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	26.543.425,00	30.590.190,63	8.933.225,88		29.341.080,23	95,92	
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL						VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						7.609.990,37	
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						—	
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 i)						204.547,24	
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						660.027,52	
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00	
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO *						—	
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 h)						32573,92	
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)						8.507.139,05	
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))						20.833.941,18	
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %						26,16	
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE							
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS			%	
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	(g)=((e+f)/d)x100		
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	1.570.000,00	4.106.875,18	52.775,31	367.923,67	2.963.894,51	81,13	
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS P/ FINANCIAMENTO DO ENSINO	467.000,00	1.222.494,49	78.580,00	731.441,38	0,00	59,83	
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	2.037.000,00	5.329.369,67	131.355,31		4.063.259,56	76,24	
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	28.580.425,00	35.919.560,30	9.064.581,19		33.404.339,79	93,00	
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA		SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2014			

Continuação 2/3

MUNICÍPIO DE VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (h)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	32.573,92
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	32.573,92
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (i)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	831.087,01	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	19.880.205,60	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	20.199.701,69	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	20.094.079,73	0,00
49.2 Restos a Pagar	105.621,96	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	204.547,24	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	716.138,16	0,00

VIDEIRA, 23/01/2015

CRISTINA KLOCK
Contadora CRC/SC 020534/O-0

ALEXANDRE GANASINI
Secretário de Finanças

SANDRA BALDO
Coordenadora Controle Interno

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do acréscimo do FUNDEB foi de R\$ 660.027,52, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

RREO - ANEXO 9_6 BIM 2014

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	828.000,00	115.261,52		712.738,48
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	23.132.161,15	7.932.240,71	2.805.061,74	12.394.858,70
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	23.132.161,15	7.932.240,71	2.805.061,74	12.394.858,70
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-22.304.161,15	-10.622.040,93		-11.682.120,22

FONTE:

Notas:

¹ Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III.

² Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, os termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

- b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

VIDEIRA, 23/01/2015

CRISTINA KLOCK
Contadora CRC/SC 020534/O-0

ALEXANDRE GANASINI
Secretário de Finanças

SANDRA BALDO
Coordenadora Controle Interno

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**ANEXO 1 LRF 2SEM2014**

MUNICÍPIO DE VIDEIRA - SC - PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2014 A DEZEMBRO/2014

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	826.408,92	0,00
Pessoal Ativo	826.408,92	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	826.408,92	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	826.408,92	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
VALOR		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	107.114.816,40	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	0,77	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 6%	6.426.888,98	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 5,7%	6.105.544,53	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 5,4%	5.784.200,09	
FONTE:		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

Videira, 27/01/2015

Lourenço Becker
Presidente

Ariane M M Souto Bulow
Contador CRC nº 1SC031021/O-3

Clarimar Raimundo Bettoni
Vice-Presidente

ANEXO 5 LRF - DEMONS DISP DE CAIXA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2014/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	0,00	0,00	0,00
Recursos Ordinários - Tesouro-Ex.Cor.	28.142,46	27.245,22	897,24
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	28.142,46	27.245,22	897,24
TOTAL (III) = (I + II)	28.142,46	27.245,22	897,24
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES ¹	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Videira, 27/01/2015

Lourenço Becker
Presidente

Ariane M M Souto Bulow
Contador CRC nº 1SC031021/O-3

Clarimar Raimundo Bettoni
Vice-Presidente

Rose Angela Bertolin
Tesoureiro

ANEXO 6 LRF - DEMONS RESTOS A PAGAR 2014

MUNICÍPIO DE VIDEIRA - SC - PODER LEGISLATIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR					EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS(NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
Recursos Ordinários - Tesouro-Ex.Corr.	0,00	8.859,84	17.500,00	12.385,15	897,24	0,00
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS(II)	0,00	8.859,84	17.500,00	12.385,15	897,24	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	8.859,84	17.500,00	12.385,15	897,24	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Videira, 27/01/2015

Lourenço Becker Presidente	Airane M M Souto Bulow Contador CRC nº 1SC031021/O-3	Clarimar Raimundo Bettoni Vice-Presidente
-------------------------------	---	--

Rose Angela Bertolin
Tesoureiro

ANEXO 7 LRF - DEMONS SIMPLIF. GESTAO FISCAL 2014

MUNICÍPIO DE VIDEIRA - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 2º Semestre de 2014

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 7

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	826.408,92	0,77
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	6.426.888,98	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	6.105.544,53	5,70
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-28.142,46	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	23.565.259,61	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	17.138.370,62	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	7.498.037,15	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	12.385,15	897,24

FONTE:

Videira, 27/01/2015

Lourenço Becker
Presidente

Ariane M M Souto Bulow
Contador CRC nº 1SC031021/O-3

Clarimar Raimundo Bettoni
Vice-Presidente

Rose Angela Bertolin
Tesoureiro

Xavantina

PREFEITURA

ATA CR 06-2014 PMXV

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE LICITAÇÃO MODALIDADE CREDENCIAMENTO Nº 06/2014 PMXV. OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS PARA PRODUÇÃO DE SILAGEM E DISTRIBUIÇÃO DE DEJETOS LÍQUIDOS, CONFORME ITEM 2 E ANEXO "B" DO EDITAL.

Aos vinte e um dias do mês de janeiro do ano de dois mil e quinze, às nove horas, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Xavantina, reuniu-se o reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações, designada pelo Decreto nº 002/2015, sob a presidência da Sar. Izilde Jandira Pawiokiewicz Fasolo e membros a Sra. Taciane Caon, a Sra. Maira Lucia Altenhofen e o Sr. Joselino Luiz Naissinger, com a finalidade de efetuar a análise das propostas e habilitação das Pessoas Físicas que credenciaram-se no presente certame. Aberta a sessão pública pela Presidente, foram conferidos os documentos de todos que se cadastraram, sendo que todos os documentos estavam de acordo com o ato convocatório, assim todos foram considerados credenciados. Credenciaram-se para o Item 01 do presente certame os Sr(s): DAVI JOSÉ CENCI, CPF nº 059.543.409-60; ADAIR ROQUE MARAFON, CPF nº 533.541.179-15; IVALMIR RAMPAZZO, CPF nº 927.881.069-04; LEANDRO DE MARTINI, CPF nº 069.070.029-65; CRISTIAN JUNIOR SCALCO, CPF nº 069.083.139-05; EDUARDO PERETTI, CPF nº 069.069.999-90; JOEL LUIZ BRANDELEIRO, CPF nº 006.576.659-83; CARLOS ALBERTO TESTA, CPF nº 789.844.839-15; ANTONIO GUERINI, CPF nº 626.826.289-15; NELSON BERGAMIN, CPF nº 533.538.209-06; WILLIAN LUIZ OPENKOSKI, CPF nº 069.560.599-24; MAICON ROBERTO TALASKA, CPF nº 063.860.739-67; SIRLEI LUIZ CHIOSSI, CPF nº 612.972.249-49; NEIMAR TOFOLO, CPF nº 008.877.289-60; ANDRIGO TESTA, CPF nº 059.543.359-66; VALDIR SCALCO, CPF nº 195.682.319-00; e MAURI GORLIN, CPF nº 069.725.729-08. Credenciaram-se para o Item 02 do presente certame os Sr(s): ANTONIO GUERINI, CPF nº 626.826.289-15; NELSON BERGAMIN, CPF nº 533.538.209-06; MAICON ROBERTO TALASKA, CPF nº 063.860.739-67. Conforme quantidade máxima de horas por item estabelecido no Anexo "B" do Edital de Credenciamento, quem cadastrou-se para o Item 01 fica limitado a executar no máximo 100 (cem) horas cada credenciado. Quem cadastrou-se para o Item 02 fica limitado a executar no máximo 83,33 (oitenta e três vírgula trinta e três) horas cada credenciado. Assim, a comissão encaminha o presente processo para análise jurídica e posterior homologação. Nada mais havendo a tratar, fica aprovada a presente ata e assinada pelo presidente e pelos membros da Comissão Permanente de Licitações.

Izilde Jandira Pawiokiewicz Fasolo Presidente da Comissão Permanente de Licitações	Taciane Caon Membro da Equipe de Apoio
--	---

Maira Lucia Altenhofen Membro da Equipe de Apoio	Joselino Luiz Naissinger Membro da Equipe de Apoio
---	---

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PP 05-2015 PMXV

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2015 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 05/2015 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Mauro Junes Poletto, e a empresa VALDENIR JOSÉ MARCHIORO MEI, inscrita no CNPJ nº 17.362.154/0001-26, nesta Ata representada pelo seu Proprietário, Sr. VALDENIR JOSÉ MARCHIORO, portador do CPF nº 005.715.149-01, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 05/2015 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira - Do objeto, Preços e Quantidades

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para a possível aquisição de cestas básicas destinadas às famílias carentes do Município de Xavantina.

ITEM	QUANT	UNID.	PREÇO UNI- TÁRIO MÁXIMO	ESPECIFICAÇÃO
1	400	CES- TAS	R\$ 42,50	CESTA BÁSICA COMPOSTA POR: 05KG DE FARINHA DE TRIGO ESPECIAL, 02KG DE FEIJÃO PRETO, 02KG DE ARROZ, 02KG DE AÇÚCAR, 900ML DE ÓLEO DE SOJA, 500GR DE MACARRÃO, 01KG DE SAL, 01KG DE FUBÁ.
2	400	UN	R\$ 6,70	LEITE EM PO INTEGRAL INSTANTANEO UNIDADE COM 400 GRAMAS.

Cláusula Segunda - Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira - Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 05/2015 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 27 de janeiro de 2015.

VALDENIR JOSÉ MARCHIORO MEI
Valdenir José Marchioro

MAURO JUNES POLETTO,
Prefeito Municipal.

CONTRATO Nº 015/2015 PMXV

Contratante: MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

Contratado: ANTONIO GUERINI.

Contrato nº: 015/2015 PMXV

Objeto: OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA PRODUÇÃO DE SILAGEM E DISTRIBUIÇÃO DE DEJETOS LÍQUIDOS.

Data da Assinatura: 27/01/2015.

Vigência: 31/12/2015.

Valor do Contrato: R\$ 18.333,00 (dezoito mil, trezentos e oitenta e três reais).

CONTRATO Nº 016/2015 PMXV

Contratante: MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

Contratado: MAICON ROBERTO TALASKA.

Contrato nº: 016/2015 PMXV

Objeto: OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA PRODUÇÃO DE SILAGEM E DISTRIBUIÇÃO DE DEJETOS LÍQUIDOS.

Data da Assinatura: 27/01/2015.

Vigência: 31/12/2015.

Valor do Contrato: R\$ 18.333,00 (dezoito mil, trezentos e oitenta e três reais).

CONTRATO Nº 017/2015 PMXV

Contratante: MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

Contratado: NELSON BERGAMIN.

Contrato nº: 017/2015 PMXV.

Objeto: OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA PRODUÇÃO DE SILAGEM E DISTRIBUIÇÃO DE DEJETOS LÍQUIDOS.

Data da Assinatura: 27/01/2015.

Vigência: 31/12/2015.

Valor do Contrato: R\$ 18.333,00 (dezoito mil, trezentos e oitenta e três reais).

CONTRATO Nº 018/2015 PMXV

Contratante: MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

Contratado: ADAIR ROQUE MARAFON.

Contrato nº: 018/2015 PMXV.

Objeto: OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA PRODUÇÃO DE SILAGEM.

Data da Assinatura: 27/01/2015.

Vigência: 31/12/2015.

Valor do Contrato: R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

CONTRATO Nº 019/2015 PMXV

Contratante: MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

Contratado: ANDRIGO TESTA.

Contrato nº: 019/2015 PMXV.

Objeto: OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA PRODUÇÃO DE SILAGEM.

Data da Assinatura: 27/01/2015.

Vigência: 31/12/2015.

Valor do Contrato: R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

CONTRATO Nº 020/2015 PMXV

Contratante: MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

Contratado: CARLOS ALBERTO TESTA.

Contrato nº: 020/2015 PMXV.

Objeto: OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA PRODUÇÃO DE SILAGEM.

Data da Assinatura: 27/01/2015.

Vigência: 31/12/2015.

Valor do Contrato: R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

CONTRATO Nº 021/2015 PMXV

Contratante: MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

Contratado: CRISTIAN JUNIOR SCALCO.

Contrato nº: 021/2015 PMXV.

Objeto: OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA PRODUÇÃO DE SILAGEM.

Data da Assinatura: 27/01/2015.

Vigência: 31/12/2015.

Valor do Contrato: R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

CONTRATO Nº 022/2015 PMXV

Contratante: MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

Contratado: DAVI JOSÉ CENCI.

Contrato nº: 022/2015 PMXV.

Objeto: OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA PRODUÇÃO DE SILAGEM.

Data da Assinatura: 27/01/2015.

Vigência: 31/12/2015.

Valor do Contrato: R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

CONTRATO Nº 023/2015 PMXV

Contratante: MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

Contratado: EDUARDO PERETTI.

Contrato nº: 023/2015 PMXV.

Objeto: OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA PRODUÇÃO DE SILAGEM.

Data da Assinatura: 27/01/2015.

Vigência: 31/12/2015.

Valor do Contrato: R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

CONTRATO Nº 024/2015 PMXV

Contratante: MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

Contratado: IVALMIR RAMPAZZO.

Contrato nº: 024/2015 PMXV.

Objeto: OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA PRODUÇÃO DE SILAGEM.

Data da Assinatura: 27/01/2015.

Vigência: 31/12/2015.

Valor do Contrato: R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

CONTRATO Nº 025/2015 PMXV

Contratante: MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

Contratado: JOEL LUIZ BRANDELERO.

Contrato nº: 025/2015 PMXV.

Objeto: OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA PRODUÇÃO DE SILAGEM.

Data da Assinatura: 27/01/2015.

Vigência: 31/12/2015.

Valor do Contrato: R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

CONTRATO Nº 026/2015 PMXV

Contratante: MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

Contratado: LEANDRO DE MARTINI.

Contrato nº: 026/2015 PMXV.

Objeto: OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA PRODUÇÃO DE SILAGEM.

Data da Assinatura: 27/01/2015.

Vigência: 31/12/2015.

Valor do Contrato: R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

CONTRATO Nº 027/2015 PMXV

Contratante: MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

Contratado: MAURI GORLIN.

Contrato nº: 027/2015 PMXV.

Objeto: OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA PRODUÇÃO DE SILAGEM.

Data da Assinatura: 27/01/2015.

Vigência: 31/12/2015.

Valor do Contrato: R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

CONTRATO Nº 028/2015 PMXV

Contratante: MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

Contratado: NEIMAR TOFOLO.

Contrato nº: 028/2015 PMXV.

Objeto: OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA PRODUÇÃO DE SILAGEM.

Data da Assinatura: 27/01/2015.

Vigência: 31/12/2015.

Valor do Contrato: R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

CONTRATO Nº 029/2015 PMXV

Contratante: MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

Contratado: SIRLEI LUIZ CHIOSSI.

Contrato nº: 029/2015 PMXV.

Objeto: OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA PRODUÇÃO DE SILAGEM.

Data da Assinatura: 27/01/2015.

Vigência: 31/12/2015.

Valor do Contrato: R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

CONTRATO Nº 030/2015 PMXV

Contratante: MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

Contratado: VALDIR SCALCO.

Contrato nº: 030/2015 PMXV.

Objeto: OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA PRODUÇÃO DE SILAGEM.

Data da Assinatura: 27/01/2015.

Vigência: 31/12/2015.

Valor do Contrato: R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

CONTRATO Nº 031/2015 PMXV

Contratante: MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

Contratado: WILLIAN LUIZ OPENKOSKI.

Contrato nº: 031/2015 PMXV.

Objeto: OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA PRODUÇÃO DE SILAGEM.

Data da Assinatura: 27/01/2015.

Vigência: 31/12/2015.

Valor do Contrato: R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

EDITAL IL 01-2015 PMXV**JUSTIFICATIVA**

Da necessidade

O Município de Xavantina, através da Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio realiza os serviços de silagem e distribuição de dejetos líquidos com máquina e equipamentos próprios para os agricultores do Município de Xavantina/SC. No entanto, considerando a alta demanda do momento, a grande produtividade de milho e suínos, e a indisponibilidade de máquina / equipamento / operador da Secretaria, e o atendimento ao disposto no Decreto Municipal nº 009/2014 será necessária a contratação de serviços para a produção de silagem e distribuição de dejetos líquidos, disponibilizando máquinas, equipamentos e mão de obra de operador para a realização do serviço.

Do Fornecedor

Diante da necessidade de contratação o município publicou o edital de Credenciamento nº 06/2014 PMXV para o Credenciamento de Prestadores de Serviços para Produção de Silagem e Distribuição de Dejetos Líquidos, limitando a 100 (cem) horas por credenciado para cada um dos itens. Os interessados em prestar os serviços credenciaram-se conforme disposto no Processo Licitatório nº 96/2014 PMXV, sendo que todos os credenciados foram contratados.

Do Preço

O preço foi definido através da cotação de preço realizada pela Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio junto a outras prefeituras municipais da região que contam esse tipo de serviço, observando as características das máquinas e equipamentos. Sendo assim definidos:

Item	Tipo Máquina/Equipamento	Valor/Hora
01	SERVIÇO PARA PRODUÇÃO DE SILAGEM COM TRATOR AGRÍCOLA COM DE NO MÍNIMO 75 CVS, COM ENSILADEIRA/COLHEDORA DE FORRAGEM ACOPLADA AO TRATOR.	R\$ 100,00
02	SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO DE DEJETOS LÍQUIDOS COM TRATOR AGRÍCOLA COM DE NO MÍNIMO 75 CVS, COM TANQUE DE NO MÍNIMO 3.000 LITROS ACOPLADO AO TRATOR	R\$ 100,00

Fundamentação:

FUNDAMENTO LEGAL: Inciso I do artigo 25 da Lei 8666/93.

ART. 25 - CAPUT: Inviabilidade de Competição.

Xavantina/SC, em 27 de janeiro de 2015.

Valmor de Souza

OAB/SC 12.717

À vista de exposição do gerente de material e patrimônio, referente a realização da despesa independente de Licitação, com fundamento nos motivos expostos acima, e de conformidade com a Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e posteriores alterações:

(X) Homologo a realização da despesa.

() Indefiro a realização da despesa.

Xavantina/SC, em 27 de janeiro de 2015.

MAURO JUNES POLETO,
Prefeito Municipal.

EXTRATO IL 01-2015 PMXV

MUNICÍPIO DE XAVANTINA

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2015 PMXV

O Prefeito Municipal de Xavantina/SC, torna público que ratificou o ato do Senhor Valmor de Souza, Assessor Jurídico deste Município, que declarou inexigível a licitação, nos termos do CAPUT do Artigo 25 da Lei Federal 8.666/93 e posteriores alterações, objetivando os serviços para produção de silagem e distribuição de dejetos líquidos para agricultores do município de Xavantina/SC, em atendimento a Lei Complementar 025/2014 de 11/08/2005 e o Decreto 009/2014 de 03/01/2014, em favor dos Senhores: DAVI JOSÉ CENCI, CPF nº 059.543.409-60, no valor de R\$ 10,000,00 (dez mil reais); ADAIR ROQUE MARAFON, CPF nº 533.541.179-15, no valor de R\$ 10,000,00 (dez mil reais); IVALMIR RAMPAZZO, CPF nº 927.881.069-04, no valor de R\$ 10,000,00 (dez mil reais); LEANDRO DE MARTINI, CPF nº 069.070.029-65, no valor de R\$ 10,000,00 (dez mil reais); CRISTIAN JUNIOR SCALCO, CPF nº 069.083.139-05, no valor de R\$ 10,000,00 (dez mil reais); EDUARDO PERETTI, CPF nº 069.069.999-90, no valor de R\$ 10,000,00 (dez mil reais); JOEL LUIZ BRANDELEIRO, CPF nº 006.576.659-83, no valor de R\$ 10,000,00 (dez mil reais); CARLOS ALBERTO TESTA, CPF nº 789.844.839-15, no valor de R\$ 10,000,00 (dez mil reais); ANTONIO GUERINI, CPF nº 626.826.289-15, no valor de R\$ 18.333,00 (dezoito mil, trezentos e trinta e três reais); NELSON BERGAMIN, CPF nº 533.538.209-06, no valor de R\$ 18.333,00 (dezoito mil, trezentos e trinta e três reais); WILLIAN LUIZ OPENKOSKI, CPF nº 069.560.599-24, no valor de R\$ 10,000,00 (dez mil reais); MAICON ROBERTO TALASKA, CPF nº 063.860.739-67, no valor de R\$ 18.333,00 (dezoito mil, trezentos e trinta e três reais); SIRLEI LUIZ CHIOSSI, CPF nº 612.972.249-49, no valor de R\$ 10,000,00 (dez mil reais); NEIMAR TOFOLO, CPF nº 008.877.289-60, no valor de R\$ 10,000,00 (dez mil reais); ANDRIGO TESTA, CPF nº 059.543.359-66, no valor de R\$ 10,000,00 (dez mil reais); VALDIR SCALCO, CPF nº 195.682.319-00, no valor de R\$ 10,000,00 (dez mil reais); e MAURI GORLIN, CPF nº 069.725.729-08, no valor de R\$ 10,000,00 (dez mil reais).

Xavantina/SC, em 27 de janeiro de 2015.

MAURO JUNES POLETO,
Prefeito Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL

CONTRATO Nº002/2015

Contrato: Nº002/CMV/2015

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE XAVANTINA

Contratado: INFORSUL SERVIÇO E TECNOLOGIA DE INFORMÁTICA
Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA ((SCM))

Data da assinatura: 05/01/2015

Vigência: 31/12/2015

Valor Mensal: R\$100,00(Cem reais)

Valor: R\$ 1.200,00(Hum mil e duzentos reais).

Hélio Domingos Sordi
Presidente

CONTRATO Nº003/2015

Contrato: Nº003/CMV/2015

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE XAVANTINA

Contratado: Jeferson Pereira Minatto Serviços-Me
Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO TÉCNICA E ADMINISTRATIVA DO SITE EXISTENTE NA URL camaraxavantina.sc.gov.br.

Data da assinatura: 05/01/2015

Vigência: 31/12/2015

Valor Anual: R\$ 1.576,00(Hum mil quinhentos e setenta e seis reais).

Valor do Contrato: R\$ 1.576,00(Hum mil quinhentos e setenta e seis reais).

Hélio Domingos Sordi
Presidente

CONTRATO Nº005/2015

Contrato: Nº005/CMV/2015

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE XAVANTINA

Contratado: SANTOS PELIZZA

Objeto: Locação de uma garagem localizada Rua Prefeito Octavio Urbano Simon, nº 182, Centro, em Xavantina-SC, para fins de estacionamento do veículo da locatária.

Data da assinatura: 07/01/2015

Vigência: 31/12/2015

Valor mensal: R\$140,00(cento e quarenta mensais)

Valor: R\$ 1.680,00(Hum mil seiscentos e oitenta reais).

Hélio Domingos Sordi
Presidente

TERMO ADITIVO Nº001/2105

TERMO ADITIVO Nº001/2105

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 007/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE XAVANTINA E A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA.

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE XAVANTINA

Contratado: BETHA SISTEMAS LTDA.

Objeto: Uso do(s) aplicativos(s) de Betha Patrimônio com acessos simultâneos, em ambiente Windows.

Data da Assinatura: 31/12/2014
Prazo de validade: 09 meses
Valor mensal: R\$190,00(cento e noventa mensais)
Valor do Contrato: R\$ 1.710,00(hum mil setecentos e dez reais)

Hélio Domingos Sordi
Presidente

TERMO ADITIVO Nº004/2105

TERMO ADITIVO Nº004/2105

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE XAVANTINA E A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA.

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE XAVANTINA

Contratado: BETHA SISTEMAS LTDA.

Objeto: Locação de sistemas de Gestão Pública.

Data da Assinatura: 05/01/2015

Prazo de validade: 12 meses

Valor mensal: R\$860,51 (oitocentos e sessenta reais e cinquenta e um centavos)

Valor do Contrato: R\$ 10.326,12(Dez mil trezentos e vinte e seis reais e doze centavos).

Hélio Domingos Sordi
Presidente

Xaxim

PREFEITURA

AVISO DE PREGÃO 011/2015 - PM E FUNDOS MUNICIPAIS

MUNICÍPIO DE XAXIM

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 011/2015

PROCESSO LICITATÓRIO N. 017/2015

LICITAÇÃO DESTINADA EXCLUSIVAMENTE À PARTICIPAÇÃO DE MICRO-EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

O Município de Xaxim - SC comunica que encontra-se aberto o processo licitatório acima especificado objetivando a contratação de empresa especializada em comercialização de gás liquefeito de petróleo (P13 e P45), para Prefeitura e Fundos Municipais, conforme descrição completa no edital. Tipo menor preço por item. Os envelopes da documentação e da proposta deverão ser entregues até às 08h: 45min do dia 09 de fevereiro de 2015, procedendo à abertura às 09h: 00min do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site www.xaxim.sc.gov.br maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Xaxim - SC, 27 de janeiro de 2015.

Idacir Antônio Orso

Prefeito

DECRETO 022

DECRETO Nº 022/2015

Permite o uso de espaço público para fins de interesse CULTURAL, social e dá outras providências.

Idacir Antônio Orso, Prefeito Municipal de Xaxim, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o desuso do imóvel publico;

Considerando que, em virtude da falta de manutenção e inutilidade do local, ocorrerá o depredando no tempo, restando inviável futura reutilização do local;

CONSIDERANDO que, a concessão do local à utilização da comunidade, além de proveitoso para associação, resultaria em benefício à própria Administração Pública, visto que sem qualquer repasse financeiro, estaria garantindo a preservação e conservação do imóvel;

CONSIDERANDO que, a Associação tem finalidade de utilizar-se do ambiente a fim de promover ações comunitárias, o que resulta em interesse do Estado;

Considerando o art. 23, inciso V; o art. 30, inciso IX e o art. 215, todos da Constituição Federal;

Considerando que, o presente decreto consiste não em doação, mas em permissão de uso de área pública por prazo determinado;

DECRETA:

Art. 1º. Fica a SOCIEDADE RECREATIVA, CULTURAL E ESPORTIVA COLORADO, inscrita no CNPJ nº 80630031/0001-65, autorizada a utilizar o imóvel de propriedade do Município de Xaxim - SC, matriculado no CRI sob o nº 10.829, que encontra-se livre e desembragada de quaisquer ônus.

Art. 2º. A área a ser permitida para uso importa em um total de 1043,10m² (um mil quarenta e três metros e dez décimos quadrados), de livre acesso e, podendo o Município vistoriar a qualquer tempo, através de representantes; fica, ainda, a SOCIEDADE RECREATIVA, CULTURAL E ESPORTIVA COLORADO responsabilizada em conservar a área como se proprietária fosse, entregando-a ao final do período, limpa e em condições de utilização, tudo conforme mapas e termo de permissão de uso em anexo que fazem parte deste decreto.

Art. 3º. A permissão de uso consiste na utilização do local em benefício da Comunidade, não sendo permitido, locar ou ceder o espaço, mesmo que de forma graciosa para o desenvolvimento de atividades não relacionadas ao lazer, entretenimento e bem-estar da Comunidade.

Art. 4º. A permissão de uso dar-se-á pelo prazo de 10 (dez) anos, podendo ser prorrogada, a critério da Administração.

Art. 5º. Não será devida contraprestação pecuniária por qualquer das partes acordantes em virtude da permissão, exceto em caso de danos.

Art. 6º. Todas as despesas quanto à instalação e manutenção ficarão a cargo do Sociedade Recreativa, Cultural e Esportiva COLORADO.

Art. 7º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, podendo a permissão ser revogada a qualquer tempo, não fazendo jus a Sociedade COLORADO, a qualquer indenização.

Gabinete do Prefeito em 12 de janeiro de 2015.

Luiz Felipe Diniz Fagundes
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Fabio José Dal Magro
OAB/SC 20.041 - Procurador-geral

DECRETO 043

DECRETO Nº 043/2015.

INSTITUI COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO E DE BENS IMÓVEIS PERTENCENTES À PARTICULARES SITUADOS NESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Xaxim, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados para integrar a Comissão permanente de Avaliação de bens imóveis pertencentes à Administração Pública Municipal e de bens imóveis pertencentes à particulares e situados neste Município, da seguinte forma:

I - Neudi Antônio Paludo, CPF sob o nº 486.142.469-00;

II - Edimar Baggio, CPF sob o nº 864.562.299-87;

III - Edmilson Carraro, CPF sob o nº 029.970.669-99;

IV- Juvenal Martinazzo, CPF sob o nº 048.785.719-42;

Parágrafo único. Os três primeiros atuarão como titulares, e o último, como suplente, que substituirá aqueles em caso de ausência.

Art. 2º. Compete à comissão:

I - avaliar imóveis constantes da planta de valores do Município;

II - avaliar tabela do imposto de transmissão de bens e intervivos (ITBI);

III - reordenar planta de valores do município e zoneamento fiscal;
IV - acompanhar a ampliação do perímetro urbano do Município;
V - avaliar os bens de propriedade da Administração Pública Municipal;

Parágrafo único. Das reuniões, a comissão deverá lavrar ata, expondo o objeto da mesma, considerações e conclusões.

Art. 3º. Os membros da Comissão terão mandato de 2 (dois) anos, com vigência a partir de 27 de janeiro de 2014, podendo ser reconduzidos por igual período.

Art. 4º. Os membros da Comissão exercem funções e atividades de relevância, não ensejando qualquer remuneração.

Parágrafo único. As reuniões da comissão dar-se-ão conforme a demanda de prospectos e itens que forem encaminhados para análise.

Art. 5º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial, o decreto nº 413/2014.

Xaxim, 26 de janeiro de 2015.

Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Fabio José Dal Magro
OAB/SC 20.041 - Procurador-geral

TERMO DE PERMISSÃO

MINUTA

TERMO DE PERMISSÃO DE USO A TÍTULO PRECÁRIO

Termo de Permissão de Uso que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE XAXIM e, de outro lado, o ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA LINHA COLORADO.

Pelo presente instrumento particular de Termo de PERMISSÃO DE USO A TÍTULO PRECÁRIO, bem como na melhor forma de direito, firmam, de um lado, o MUNICÍPIO DE XAXIM, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ n. 82.854.670/0001-30, com sede na Rua Rui Barbosa, 347, neste ato representado pelo prefeito municipal, Sr. IdacirAntonioOrso, doravante denominado PERMITENTE, e, de outro lado, ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA LINHA COLOCARO, sociedade civil, inscrita no CNPJ nº 80630031/0001-65, sem fins econômicos, cores políticos, religiosas e raciais, neste ato representada por seu Presidente, Sr. JANIR JOSÉ NOVELO, brasileiro, casado, Agricultor, inscrita no RG sob o nº 12/R-1.490.706 eCPF. sob o nº 492.299.079-97, têm entre si justo e acordado o presente TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO A TÍTULO PRECÁRIO do bem imóvel abaixo referenciado, mediante cláusulas e condições seguintes:

I - DA PROPRIEDADE:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O PERMITENTE é legítimo proprietário do imóvel construído sob o imóvel de matrícula no CRI sob o nº 10.829, que faz parte dos lotes coloniais números setenta e sete (77) e setenta e nove (79), da Linha Pedro Guerreiro, na localidade "Colorado" neste Município e Comarca de Xaxim, Estado de Santa Catarina, com a área superficial de 1.043,10m² (Um mil quarenta e três metros e dez décimos quadrados), sem benfeitorias e confrontado: Ao Norte: com a área da Mitra Diocesana de Chapecó com 41,90 metros; ao Sul: com a estrada municipal; ao Leste: com a área de Mitra Diocesana de Chapecó com 25 metros; ao Oeste: com área da Mitra Diocesana de Chapecó com 25 metros. Que por este instrumento de Cessão de Direito de Uso, autoriza a PERMITIDA a ocupar o referido imóvel em sua totalidade, em benefício da Comunidade, a fim de realizar atividades vinculadas à cultura, lazer e bem-estar da população, com acesso livre, em

que não será devido indenização ou aluguel pelo período em que a PERMITIDA utilizar o imóvel.

II - DO COMPROMISSO:

CLÁUSULA SEGUNDA: O PERMITENTE, atendendo solicitação feita pela PERMITIDA, concede permissão do uso, a título precário, do imóvel acima especificado, para que a PERMITIDA utilize do espaço para atividades vinculadas ao lazer, entretenimento e cultura da comunidade.

III - DA AUTORIZAÇÃO DA PERMISSÃO:

CLÁUSULA TERCEIRA: O Termo de Permissão de Uso a Título Precário resta autorizado de forma unilateral, por se tratar de ato discricionário, autorizada pelo Decreto Municipal nº 22/2015.

IV - DAS CONDIÇÕES:

CLÁUSULA QUARTA: A PERMITIDA se obriga a conservar e manter a área do imóvel objeto da presente permissão como se fosse de sua propriedade, mantendo-a limpa e em condições de utilização, ficando ainda responsável direta ou indiretamente por qualquer dano ou prejuízo que vier a causar em decorrência do uso regular ou irregular do referido bem.

CLÁUSULA QUINTA: Ficará por conta da PERMITIDA toda e qualquer despesa de manutenção da área do imóvel, ocupada pela mesma, não sendo devido nenhum valor ao PERMITENTE, por se tratar de permissão de uso gratuito.

CLÁUSULA SEXTA: A PERMITIDA está terminantemente proibida de locar, sublocar, emprestar, vender ou doar o bem imóvel objeto do presente contrato, bem como dar-lhe outra destinação senão aquelas especificadas neste termo.

V - PRAZO DE VIGÊNCIA:

CLÁUSULA SÉTIMA: A PERMITIDA utilizará o imóvel do presente TERMO DE PERMISSÃO DE USO pelo prazo de 10 (dez) anos, podendo ser rescindido a qualquer tempo, por ser de caráter precário.

VI - FORO:

Os contraentes, com expressa renúncia de qualquer outro mais privilegiado, elegem o Foro da Comarca de Xaxim - SC, para solucionar quaisquer questões emergentes do presente Termo.

E, por estarem justos e permitidos as partes assinam este instrumento, lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo a tudo presentes.

Xaxim (SC), 12 de janeiro de 2015.

Luiz Felipe Diniz Fagundes
Prefeito Municipal e. e.
Representante do Permitente

Sociedade Recreativa, Cultural e Esportiva Colorado
Presidente - Janir José Novelo
Representante da Permitida

Testemunhas:
Elirio Api
CPF 250.164.669-04:

Janice Moser
CPF nº 341.260.539-72

Consórcios

CIGA

EXTRATO CONTRATO 074 - PGC - IRINEÓPOLIS

Extrato de Contrato nº 074/2015

Contrato de Prestação de Serviços - Programa de Gestão de Câmara de Vereadores - Irineópolis

CONTRATANTE: Câmara de Vereadores de Irineópolis

CNPJ: 83.529.958/0001-00

CONTRATO Nº: Contrato Administrativo nº 02/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão de Câmaras de Vereadores aprovado pelo CIGA, para gestão do processo legislativo e portal na Internet.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 2.280,00 (dois mil e duzentos e oitenta reais).

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 19 de janeiro de 2015.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO CONTRATO 075 - PGC - CANELINHA

Extrato de Contrato nº 075/2015

Contrato de Prestação de Serviços - Programa de Gestão de Câmara de Vereadores - Canelinha

CONTRATANTE: Câmara de Vereadores de Canelinha

CNPJ: 00.525.967/0001-97

CONTRATO Nº: Contrato Administrativo nº 01/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão de Câmaras de Vereadores aprovado pelo CIGA, para gestão do processo legislativo e portal na Internet.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 235,00 (duzentos e trinta e cinco reais).

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 05 de janeiro de 2015.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

CIS NORDESTE**EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2015**
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2015

Origem: Dispensa de Licitação

Processo Administrativo nº 002/2015

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CIS-NORDESTE/SC
Contratada: EDITORA NOTÍCIAS DO DIA LTDA. (CNPJ: 00.481.841/0001-68)

Objeto: Pessoa Jurídica para prestação do serviço de publicação de anúncio do Concurso Público do CISNORDESTE/SC.

Fundamento Legal: Art. 24, inciso II c/c art. 23, § 8º, ambos da Lei nº 8.666/93.

Valor Global: R\$ 144,00 (cento e quarenta e quatro reais)

Data: 16 de janeiro de 2015.

Mário Fernando Reinke
Prefeito Municipal de Massaranduba
Presidente do CISNORDESTE/SC
CONTRATANTE

CIS/AMURES**EDITAL DE CREDENCIAMENTO E PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 2015 CIS/AMURES**

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 01/2015
EDITAL CREDENCIAMENTO Nº 01/2015

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde - CIS/AMURES, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará processo de inexigibilidade de licitação credenciamento para pessoas jurídicas da área da saúde para fornecimento de óculos, próteses/órteses, prestação de serviços de consultas, procedimentos, exames e hospedagem, complementares ao CIS/AMURES, nos termos do edital, para atender a demanda dos municípios consorciados. As inscrições serão recebidas na sede do CIS/AMURES, localizada à Rua João de Castro, 367, Centro, Lages/SC, a partir da data da presente publicação e o credenciamento permanecerá aberto até 18/12/2015, no horário das 8:30h as 11:00h e das 14:00h as 16:30h. O edital na sua íntegra, bem como seus anexos, encontram-se disponíveis no quadro de avisos do CIS/AMURES, bem como no site do CIS/AMURES, www.amures.org.br, no menu Consórcio/Saúde e informações a respeito deste credenciamento poderão ser obtidas junto à Secretaria Executiva do Consórcio.

Lages, 23 de Janeiro de 2015.
EDELVANIO NUNES TOPANOTI
Presidente CIS/AMURES

OFÍCIO DE CONVOCAÇÃO EMPREGO PÚBLICO

Of. Nº 002/2015

Lages, 27 de Janeiro de 2015.

Prezada Senhora,

Cumprimentando-a cordialmente, vimos através deste, comunicar que após divulgação do resultado final do Concurso Público edital nº 01/2014, para contratação de pessoal para desempenhar função de Técnico em Enfermagem, junto ao Consórcio Intermunicipal de Saúde - CIS/AMURES, conforme relação divulgada no último dia 22 (vinte e dois) de Agosto de 2014, V.Sª, foi classificada em 1º (primeiro) lugar.

Assim sendo, solicitamos vossa manifestação de interesse em ocupar a vaga até o próximo dia 06 de Fevereiro de 2015, através de ofício assinado e endereçado ao Presidente do CIS/AMURES, Sr. Edelvania Topanoti, no seguinte endereço: Rua João de Castro, 367 - Centro - CEP 88.501-160, Lages-S/C, preferencialmente que seja entregue em mãos para a Diretora Executiva, Nalú Júlio, no mesmo endereço acima mencionado.

Na oportunidade, solicitamos informar a disponibilidade de data para assumir o cargo, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar desta data.

Para assumir o cargo, V.Sª, deverá apresentar a documentação que consta no anexo I, deste ofício, para agendarmos horário com o médico do trabalho.

Sendo o que tínhamos para o momento,

Atenciosamente,

NALÚ TEREZINHA JÚLIO
Diret. Exec. CIS/AMURES

Ilma Sra.
VANDERLÉIA DE FÁTIMA RODRIGUES DE JESUS
Rua Sete de Setembro, 1413
Bairro Copacabana - CEP 88504-241
Lages - SC

ANEXO I**RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA POSSE EM EMPREGO PÚBLICO:**

Todos os documentos deverão ser entregues em cópia simples, legíveis, sem rasuras e em folha de papel tamanho A4. Deverão ser apresentados, além de cópia simples, os originais dos comprovantes de escolaridade, conforme consta no respectivo edital do Concurso Público.

- 1)- Carteira de trabalho.
- 2)- Título de eleitor e comprovante de votação na última eleição ou Certidão de quitação das obrigações eleitorais, que pode ser obtida no site do TSE no endereço eletrônico : <http://www.tse.gov.br>; caso não seja possível emitir a Certidão de Quitação Eleitoral pela Internet, procure qualquer cartório eleitoral para solicitar a emissão.
- 3)- Certificado de reservista.
- 4)- Comprovante de Inscrição e de situação Cadastral no CPF e cópia de Identidade.
- 5)- Comprovante de PIS/PASEP.
- 6)- Certidão de registro civil de nascimento ou casamento.
- 7)- Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 (quatorze) anos e carteira de vacinação atualizada de filhos menores de 06 (seis) anos.
- 8)- Comprovante de endereço.
- 9)- Comprovante de escolaridade, conforme Edital (original e cópia simples)
- 10)- Registro no conselho de classe competente.
- 11)- Número de conta corrente no Banco do Brasil.

12)- Para pessoas que possuem outro emprego público, devem apresentar declaração dos órgãos com carga horária, horários e dias da semana que desenvolvem as atividades.

13)- 2 (duas) fotos 3X4.

14)- Avaliação médica. Os exames laboratoriais exigidos quando da avaliação médica são: hemograma; contagem de plaquetas, exame qualitativo de urina; TGO e TGP; radiografia de campos pulmonares P e AP (com interpretação); eletrocardiograma em repouso com interpretação; dosagem de colesterol total e frações; triglicerídeos; dosagem de glicose; creatinina, Na+; K+; citologia oncológica (para mulheres).

15)- Exame oftalmológico: acuidade visual declarado por médico oftalmologista.

16)- Exame de saúde mental: apto de saúde mental- declarado por médico psiquiatra.

17)- Para ingressantes com idade igual ou superior a 45 (quarenta e cinco) anos será exigido ainda: Avaliação cardiológica - declarado por médico cardiologista; para homens PSA; e para mulheres Mamografia.

18)- Certidão de antecedentes criminais que se encontra em pleno exercício de seus direitos civis e políticos.

OBS: Após todos os exames em mãos e documentação entrar em contato no CIS/AMURES com Neiva, fone (49) 32513700, para agendar avaliação com o médico do trabalho.

Ao médico do Trabalho cabe, quando necessário, solicitar exames complementares. O prazo de validação dos exames solicitados é de 03 (três) meses.

Editais de Notificação

BRAÇO DO TROMBUDO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 10/1998

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 10/1998

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZV5757	55522938	10/09/1998	51850	167	127.69
MBW9170	55522940	10/09/1998	51850	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRAÇO DO TROMBUDO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 103/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 103/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
-------	--------	------------	------------	---------------	-------------

LYV5525 54962220C 28/03/2012 65482 229 85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 104/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 104/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa

AES7570 54962124C 06/03/2012 64080 221 85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 110/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 110/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXH3034	54962144C	08/07/2012	50100	162 * I	574.61
LXH3034	54962146C	08/07/2012	65992	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.
MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 111/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 111/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYQ7271	54962147C	25/07/2012	65992	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.
MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 117/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 117/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MDG8721	54451937D	01/10/2012	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.
MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 120/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 120/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
-------	--------	------------	------------	---------------	-------------

AKR4324 55445760C 23/11/2012 57704 189 191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 121/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 121/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa

MFM2282 55445774C 22/12/2012 50100 162 * I 574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 123/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 123/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MJS0190	55445773C	22/12/2012	65482	229	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.
MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 13/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 13/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXA0792	136	20/02/1999	55500	181 * XVIII	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 131/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 131/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MBZ1508	55684601D	11/04/2013	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 133/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 133/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
-------	--------	------------	------------	---------------	-------------

MJS0190	54533503E	26/04/2013	65480	229	85.12
MJY3364	55684665D	19/04/2013	51851	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 14/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 14/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYV4390	55524657	11/05/1999	65990	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 141/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 141/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MKI7284	54533523E	21/08/2013	56141	182 * V	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.
MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 149/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 149/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MHU5889	54533540E	07/12/2013	66532	230 * XI	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 15/2000

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 15/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAT4223	55524666	08/11/2000	70480	244 * II	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 150/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 150/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
-------	--------	------------	------------	---------------	-------------

IME9503	55684700D	14/02/2014	51180	164	c/c	162	*	I	574.61
IME9503	55684699D	14/02/2014	50100	162	*	I			574.61
KGJ3463	54533618E	25/02/2014	65480	229					85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 154/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 154/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MDL7717	55684641D	10/04/2014	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 16/2001

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 16/2001**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
FU0129	55524676	30/03/2001	65990	230 * V	191.53
FU0129	55524676	30/03/2001	65800	230 * IV	191.53
LXP9486	55524672	15/03/2001	52740	175	191.53
LXT6587	55524681	21/05/2001	70300	244 * I	191.53
LYN3043	55524685	20/07/2001	70480	244 * II	191.53
LYT2560	55524686	22/07/2001	50100	162 * I	574.61
LYU1728	55524677	07/04/2001	65990	230 * V	191.53
LYU1728	55524677	07/04/2001	50100	162 * I	574.61
LZL4245	55524673	21/03/2001	73580	252 * V	85.12
MAH8152	55524679	08/04/2001	52740	175	191.53
MAH8152	55524678	08/04/2001	52070	169	53.20
MDF7530	55524682	23/05/2001	70480	244 * II	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 17/2001

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 17/2001**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
-------	--------	------------	------------	---------------	-------------

MAG2272	55524684	09/07/2001	65560	230 * I	191.53
MAG2272	55524683	09/07/2001	65990	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 18/2001

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 18/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAY1223	55524687	28/07/2001	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 20/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 20/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZA9526	55524693	07/12/2001	52740	175	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 21/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 21/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXT6587	55524696	05/04/2002	69120	232	53.20
LXT6587	55524696	05/04/2002	70300	244 * I	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 22/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 22/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZP9491	55524697	15/05/2002	65990	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 23/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 23/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
-------	--------	------------	------------	---------------	-------------

LYH7666	55524698	10/06/2002	65990	230 * V	191.53
MBP0323	55524700	20/06/2002	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 24/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 24/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAD1527	55109352	16/07/2002	65990	230 * V	191.53
MAD1527	55109351	16/07/2002	51690	165	957.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 25/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 25/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IDB7264	55109362	18/08/2002	65990	230 * V	191.53
IDB7264	55109362	18/08/2002	66370	230 * IX	127.69
LXR2088	55109361	18/08/2002	65990	230 * V	191.53
LXR2088	55109360	18/08/2002	50100	162 * I	574.61
LXT6922	55109301	01/08/2002	50100	162 * I	574.61
LXT6922	55109302	18/08/2002	65990	230 * V	191.53
LXW7407	55109359	17/08/2002	65990	230 * V	191.53
LXW7872	55109357	17/08/2002	69120	232	53.20
LYD9314	55109358	17/08/2002	65990	230 * V	191.53
LYN5955	55109303	18/08/2002	50100	162 * I	574.61
LZJ0505	55109364	18/08/2002	50450	162 * V	191.53
LZJ0505	55109364	18/08/2002	69120	232	53.20
LZT1947	55109356	15/08/2002	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 26/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 26/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MBS9561	55109306	10/10/2002	50100	162 * I	574.61
MBS9561	55109305	10/10/2002	69120	232	53.20
MFJ3260	55109308	10/10/2002	52740	175	191.53
MFJ3260	55109310	10/10/2002	50610	163 c/c 162 * I	574.61
MFJ3260	55109309	10/10/2002	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 27/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 27/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CFC6751	55109312	09/11/2002	65560	230 * I	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 28/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 28/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BJW9706	55109374	16/11/2002	50100	162 * I	574.61
MBS9561	55109311	06/11/2002	70480	244 * II	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 29/2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 29/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ICX6881	55109317	31/01/2003	69120	232	53.20
MCA2307	55109316	25/01/2003	52740	175	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU

INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 30/2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 30/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWV8774	55109324	23/05/2003	50100	162 * I	574.61
LYB2466	55109323	23/05/2003	65990	230 * V	191.53
LZR3930	55109321	23/05/2003	50100	162 * I	574.61
MAM2349	55109318	07/05/2003	65990	230 * V	191.53
MDC7960	55109319	10/05/2003	65990	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 31/2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO

DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 31/2004

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZO7849	55109330	07/12/2003	70480	244 * II	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 36/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 36/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXT6587	55109341	01/08/2005	70300	244 * I	191.53
LYF4027	55109345	08/08/2005	65990	230 * V	191.53
LYF4027	55109344	08/08/2005	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 37/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 37/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MHX3730	55108913	25/03/2006	58350	195	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 39/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 39/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
-------	--------	------------	------------	---------------	-------------

LYS9816 55108920A 24/09/2006 52740 175 191.54

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 45/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 45/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa

MCP5382 55108956A 11/03/2007 69120 232 53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 48/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 48/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MBD7011	55108935A	11/05/2007	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 49/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 49/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MGA4371	55108929A	02/04/2007	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 51/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 51/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MBD5081	55108964A	23/03/2007	73580	252 * V	85.13

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 63/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 63/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
-------	--------	------------	------------	---------------	-------------

LXF5872 55108930A 12/04/2007 50100 162 * I 574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 68/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 68/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MGQ9092	54962014C	10/07/2009	50100	162 * I	574.61
MGQ9092	54962015C	10/07/2009	69120	232	53.20
MGQ9092	54962016C	10/07/2009	54522	181 * VIII	127.69
MGQ9092	54962017C	10/07/2009	65992	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 69/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 69/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXT1812	54962040C	30/08/2009	52741	175	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 7/1998

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 7/1998

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYE4139	55521912	11/02/1998	65990	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 75/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 75/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AFE8376	54962168C	06/02/2010	65992	230 * V	191.53
AFE8376	54962170C	06/02/2010	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 76/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 76/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MHT1002	54962175C	19/03/2010	65561	230 * I	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 8/1998

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 8/1998

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BD643	93	29/06/1998	50610	163 c/c 162 * I	574.61
BD643	92	29/06/1998	50100	162 * I	574.61
BD643	94	29/06/1998	65990	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 82/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 82/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MDI3242	54962075C	13/11/2010	70481	244 * II	191.53
MDI3242	54962076C	13/11/2010	52742	175	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.
MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 83/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 83/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAX9325	54962023C	18/07/2009	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE

LIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.
MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 84/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 84/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MGF8928	54962086C	24/01/2011	50960	163 c/c 162 * v	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.
MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 97/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 97/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZT3308	54962215C	18/02/2012	65992	230 * V	191.53
LZT3308	54962216C	18/02/2012	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 99/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 99/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYV5525	54962125C	10/03/2012	51851	167	127.69
LYV5525	54962126C	10/03/2012	58350	195	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 100/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 100/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CFP5801	54962131C	14/04/2012	50100	162 * I
CFP5801	54962130C	14/04/2012	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.
MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 101/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 101/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AFD5876	54962133C	20/05/2012	50100	162 * I
AFD5876	54962134C	20/05/2012	50610	163 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 102/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 102/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MDQ7717	54962221C	26/04/2012	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 105/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 105/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MBD3225 54962132C 11/05/2012 50100 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.
MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 106/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 106/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

DET9089 54962143C 08/07/2012 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.
MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 107/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 107/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ABF3873	54962141C	08/07/2012	50100	162 * I
ABF3873	54962142C	08/07/2012	65992	230 * V
MJD6090	54451928D	11/06/2012	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.
MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 108/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 108/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LYE8020 54962149C 16/08/2012 50100 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.
MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 109/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 109/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MCO8813 54962150C 31/08/2012 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.
MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 112/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 112/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYA5615	54962236C	07/10/2012	65992	230 * V
LYA5615	54962238C	07/10/2012	50100	162 * I
LYA5615	54962241C	07/10/2012	51180	164 c/c 162 * I
MHB0259	54962233C	25/09/2012	55411	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.
MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 113/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 113/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MBH8176	54962237C	07/10/2012	65992	230 * V
MBH8176	54962239C	07/10/2012	50100	162 * I
MBH8176	54962240C	07/10/2012	51180	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 114/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 114/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

LXB6935	54451936D	20/09/2012	69200	233
---------	-----------	------------	-------	-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.
MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 115/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 115/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

MCH9585	55445766C	08/12/2012	51930	168
---------	-----------	------------	-------	-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.
MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 116/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 116/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AAV6629	54451942D	05/11/2012	69200	233
LXV0150	54962243C	09/12/2012	52743	175
LXV0150	54962244C	09/12/2012	58350	195
LYV5525	55445769C	21/12/2012	50100	162 * I
LYV5525	55445770C	21/12/2012	52741	175
MGF3372	55445759C	20/11/2012	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.
MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 118/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 118/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-

DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DIN8123	55445761C	23/11/2012	51930	168

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 119/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 119/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MDS0384	54451945D	17/12/2012	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 122/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 122/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MAM2519 55445787C 21/02/2013 65992 230 * v

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.
MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 124/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 124/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MBK4009 55445788C 02/03/2013 51851 167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.
MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 125/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 125/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

LZD6095	55445799C	14/04/2013	51851	167
---------	-----------	------------	-------	-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.
MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 126/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 126/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZD6095	55684667D	20/04/2013	65992	230 * V
LZJ0693	54962245C	10/03/2013	52741	175
MEL9072	55445791C	06/03/2013	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8412 127/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 127/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DIS4900	55445792C	17/03/2013	65480	229
LWZ4885	55445795C	30/03/2013	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.
MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 128/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 128/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYP5645	55684658D	19/04/2013	51851	167
MCH7450	55684666D	19/04/2013	66102	230 * VII
NFN4308	55445798C	14/04/2013	51930	168

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.
MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 129/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 129/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AGA2910	55684669D	28/04/2013	65992	230 * V
ASS0478	55684670D	29/04/2013	65480	229
MCS9554	54533501E	26/04/2013	70481	244 * II
MCS9554	54533502E	26/04/2013	59670	203 * V
MJC8259	55684671D	01/05/2013	65992	230 * V
MJC8259	55684672D	01/05/2013	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 130/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 130/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

BGN2678	54533505E	04/06/2013	51851	167
---------	-----------	------------	-------	-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.
MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 134/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 134/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

MAB0080	55684677D	12/06/2013	65992	230 * V
---------	-----------	------------	-------	---------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.
MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 135/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 135/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXP7389	54533511E	24/07/2013	50100	162 * I
LXP7389	54533512E	24/07/2013	51180	164 c/c 162 * I
MBO7079	54533553E	14/07/2013	52741	175
MBO7079	54533554E	14/07/2013	50100	162 * I
MBO7079	54533555E	14/07/2013	58350	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.
MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 136/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 136/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYM7536	54533515E	06/08/2013	50450	162 * V
LYM7536	54533516E	06/08/2013	72340	250 * I * a
LYM7536	54533517E	06/08/2013	66102	230 * VII
LYM7536	54533518E	06/08/2013	51691	165
LYM7536	54533519E	06/08/2013	69120	232
MEW5940	55684679D	02/08/2013	65992	230 * V
MEW5940	55684680D	02/08/2013	50100	162 * I
MEW5940	55684681D	02/08/2013	51180	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 137/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 137/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DIN8123	54533514E	06/08/2013	52741	175
LXV0150	55684682D	05/08/2013	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.
MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 138/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 138/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DIN8123	54533520E	12/08/2013	52741	175
DIN8123	54533521E	12/08/2013	58350	195
DIN8123	54533522E	12/08/2013	63190	220 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.
MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 139/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 139/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXG3236 55684616D 09/09/2013 69200 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 140/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 140/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MIC5401 55684622D 25/09/2013 69200 233
MII2880 54533603E 18/09/2013 52070 169
MII2880 54533604E 18/09/2013 70302 244 * I
MII2880 54533605E 18/09/2013 59670 203 * V
MII2880 54533606E 18/09/2013 66532 230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.
MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 142/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 142/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AGA2910	55684696D	23/11/2013	51180	164 c/c 162 * I
AGA2910	55684695D	23/11/2013	50100	162 * I
LYM4904	54533529E	26/10/2013	51691	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.
MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 143/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 143/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYU7238	54533532E	19/11/2013	55411	181 * XVII
MCF6280	54533531E	16/11/2013	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 144/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 144/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAF8685	54533534E	22/11/2013	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 145/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 145/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAF8685	54533539E	05/12/2013	65480	229
MKQ6103	54533538E	01/12/2013	66532	230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 146/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 146/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AFM9143	54533566E	25/01/2014	50100	162 * I
AFM9143	54533567E	25/01/2014	51180	164 c/c 162 * I
AFM9143	54533568E	25/01/2014	66372	230 * IX
MBZ9261	55684631D	16/12/2013	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 147/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 147/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AJZ4291	54533545E	03/02/2014	66532	230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 148/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 148/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAL9544	54533548E	08/02/2014	65480	229
MCY2735	54533614E	11/02/2014	66372	230 * IX
MCY2735	54533615E	11/02/2014	65992	230 * V
MDA2331	54533550E	08/02/2014	66532	230 * XI
MER2693	54533623E	28/02/2014	70302	244 * I
MGK6723	54533619E	25/02/2014	65480	229
MGK6723	54533620E	25/02/2014	58350	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 151/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO

DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 151/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MBC3499 55684645D 16/05/2014 69200 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 152/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 152/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MFY4375 55229559E 20/05/2014 59670 203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)

DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 153/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 153/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ARG0045	55229501E	01/06/2014	57200	186 * I
ARG0045	55229502E	01/06/2014	67261	230 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 155/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 155/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MAL9544 55229561E 16/06/2014 66532 230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

MARCOS ITO OKUMA

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 156/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 156/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MJS0190 55229567E 07/09/2014 65480 229

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.
MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 157/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 157/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

KCJ3812 54533574E 23/10/2014 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.
MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 158/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 158/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,

OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MEH7386	55229576E	05/12/2014	66532	230 * XI
MEH7386	55229577E	05/12/2014	70561	244 * III
MIY1635	55229579E	11/12/2014	55415	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 160/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 160/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LYY4286	55229578E	08/12/2014	51180	164 c/c 162 * I
---------	-----------	------------	-------	-----------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 17 DE JANEIRO DE 2015.

MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 58/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 58/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXP0139 54553703C 08/09/2008 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 59/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 59/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LYL6382 54553715C 10/10/2008 65992 230 * V
LYL6382 54553714C 10/10/2008 50100 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8412 60/2009**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 60/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MFJ3233 54553716C 13/10/2008 66531 230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 61/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 61/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXP2456	54553723C	11/12/2008	65992	230 * V
LXP2456	54553724C	11/12/2008	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 62/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 62/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-

DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYP5315	55108976A	09/06/2007	51690	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 64/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 64/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYL0787	54962030C	02/08/2009	70301	244 * I
LYL0787	54962027C	02/08/2009	65992	230 * V
LYL0787	54962028C	02/08/2009	50100	162 * I
LYL0787	54962029C	02/08/2009	58350	195
MCT4541	54962011C	01/07/2009	70301	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 65/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 65/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZA6505	54962032C	06/08/2009	50100	162 * I
MCB3661	54962042C	06/09/2009	50371	162 * III
MCB3661	54962043C	06/09/2009	52741	175
MCB3661	54962044C	06/09/2009	58350	195
MCB3661	54962045C	06/09/2009	50881	163 c/c 162 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 66/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 66/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,

CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AEF2286 54962036C 14/08/2009 63190 220 * VI
MGF7690 54962038C 23/08/2009 50100 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 67/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 67/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

IBU0967 54962152C 25/09/2009 65482 229
MCK7635 54962047C 16/09/2009 65992 230 * V
MCK7635 54962048C 16/09/2009 50100 162 * I
MCK7635 54962049C 16/09/2009 70302 244 * I
MCK7635 54962050C 16/09/2009 66700 230 * XIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 70/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 70/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXT1812	54962156C	23/10/2009	52741	175
LXX0553	54962161C	22/11/2009	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 71/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 71/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

CVF3110 54962166C 16/01/2010 70481 244 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 72/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 72/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

IFO3739 54962172C 15/03/2010 52742 175
IFO3739 54962173C 15/03/2010 50100 162 * I
IFO3739 54962174C 15/03/2010 51180 164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 73/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 73/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ACP3940	54962187C	06/04/2010	58350	195
ACP3940	54962188C	06/04/2010	51691	165
ACP3940	54962189C	06/04/2010	52742	175
ACP3940	54962185C	06/04/2010	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 74/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 74/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXW9260 54962200C 12/06/2010 65800 230 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 77/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 77/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MFF2196 54962196C 09/06/2010 52070 169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 78/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 78/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYQ0240	54962056C	23/08/2010	65992	230 * V
LYQ0240	54962057C	23/08/2010	50450	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 79/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 79/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,

CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXR7922 54962073C 17/10/2010 65482 229

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 80/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 80/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MFB3133 54962081C 14/12/2010 50610 163 c/c 162 * I
MFB3133 54962080C 14/12/2010 50100 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 81/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 81/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MAV9072 54962085C 21/01/2011 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 85/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 85/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MFE3217 54962070C 06/10/2010 50100 162 * I
MFE3217 54962071C 06/10/2010 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.
MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8412 86/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 86/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AEY9417 54962088C 20/04/2011 64080 221
CIC7287 54962090C 06/05/2011 64080 221

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.
MARCOS ITO OKUMA

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 87/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 87/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXP4611	54962100C	02/08/2011	50531	162 * VI
LZL3756	54962103C	02/08/2011	50450	162 * V
LZL3756	54962104C	02/08/2011	67261	230 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 88/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 88/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MAL5459 54962113C 30/08/2011 52583 174

MAL5459 54962114C 30/08/2011 52742 175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8412 89/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 89/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MDI0373 54962110C 29/08/2011 65992 230 * V

MDI0373 54962112C 29/08/2011 51180 164 c/c 162 * I

MDI0373 54962111C 29/08/2011 50100 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 90/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 90/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MHV6022	54962203C	24/09/2011	70481	244 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.
MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 91/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 91/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-

DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXA4015	54962115C	16/10/2011	51691	165
LXA4015	54962116C	16/10/2011	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.
MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 92/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 92/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MEU5012	54451903D	18/10/2011	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.
MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 93/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 93/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAZ7806	54962213C	07/01/2012	65482	229

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.
MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 94/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 94/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MWI3238	54451906D	08/12/2011	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 95/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 95/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BMB7190	54962121C	13/02/2012	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 96/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 96/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LYA8536 54451911D 15/03/2012 69200 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.
MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 98/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8412 98/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LZF4008 54451917D 27/03/2012 69200 233
 MIU2871 54451914D 21/03/2012 69200 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRACO DO TROMBUDO/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.
 MARCOS ITO OKUMA
 DELEGADO DE POLICIA

CAÇADOR

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8053 1955/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
 DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8053 1955/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ACH0293	55135370E	15/11/2014	65561	230 * I	191.53
ACI5543	55697219D	31/10/2014	51180	164 c/c 162 * I	574.61
AFA0793	55135322E	12/10/2014	66700	230 * XIII	127.69
AMQ2958	55699045D	09/11/2014	65992	230 * V	191.53
ARC0904	55697962D	04/11/2014	66102	230 * VII	127.69
BWB7170	55703113D	31/08/2014	50610	163 c/c 162 * I	574.61
EDQ9091	54150442D	31/10/2014	65992	230 * V	191.53
IHD1151	55696348D	09/11/2014	65992	230 * V	191.53
JEO2427	55132733E	31/10/2014	65992	230 * V	191.53
LAU7945	55478039C	02/11/2014	51691	165	1915.38
LAU7945	55478038C	02/11/2014	66371	230 * IX	127.69
LAU7945	55478036C	02/11/2014	50450	162 * V	191.53
LXR8972	55696629D	22/07/2014	50100	162 * I	574.61
LXR8972	55696631D	22/07/2014	65992	230 * V	191.53
LXR8972	55696632D	22/07/2014	65561	230 * I	191.53
LYC9342	55135045E	01/11/2014	50100	162 * I	574.61
LZP1012	55134923E	01/11/2014	50100	162 * I	574.61
MBZ2154	55697770D	29/10/2014	52741	175	191.53
MCF2663	55697793D	17/11/2014	66102	230 * VII	127.69
MFL9708	55697796D	17/11/2014	65992	230 * V	191.53
MFM6006	55697162D	10/11/2014	50450	162 * V	191.53

MFO0637	55697685D	04/11/2014	50100	162	*	I	574.61
MGE8473	55693565D	12/10/2014	50100	162	*	I	574.61
MHV3670	55697801D	27/10/2014	50100	162	*	I	574.61
MHV3670	55697754D	27/10/2014	51180	164	c/c	162 * I	574.61
MHZ1991	55697215D	26/10/2014	50450	162	*	V	191.53
MJP5489	55702740D	11/09/2014	50100	162	*	I	574.61
MTK0547	55703012D	29/08/2014	66102	230	*	VII	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 17 DE JANEIRO DE 2015.

FABIANO LOCATELLI

DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8053 1956/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR - 280570

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8053 1956/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ACH0293	55135369E	15/11/2014	73662	252 * VI	85.12
ACI5543	55700365D	31/10/2014	70481	244 * II	191.53
AGK5457	54959482E	19/09/2014	53800	181 * I	85.12
AGR8024	55697651D	08/10/2014	58780	199	85.12
AKL7016	55697468D	01/10/2014	59750	204	127.69
AMQ2958	55699046D	09/11/2014	55411	181 * XVII	53.20
ARD9762	55135154E	07/11/2014	54526	181 * VIII	127.69
ATI2002	55132731E	19/10/2014	60412	207	127.69
JFQ7414	55697973D	06/11/2014	60501	208	191.53
LXR8972	55696630D	22/07/2014	70301	244 * I	191.53
LYD2422	55697776D	04/11/2014	51851	167	127.69
LZJ0296	55700362D	23/10/2014	60501	208	191.53
MAH5565	55697443D	28/10/2014	58350	195	127.69
MBM0133	55697331D	08/11/2014	61220	214 * I	191.53
MBM1346	55697467D	01/10/2014	52070	169	53.20
MBZ2154	55697963D	04/11/2014	70302	244 * I	191.53
MBZ2154	55697771D	29/10/2014	70561	244 * III	191.53
MCC4749	55702066D	02/11/2014	55411	181 * XVII	53.20
MEA1948	55133367E	07/10/2014	55411	181 * XVII	53.20

MFC0794	55135039E	31/10/2014	58350	195		127.69
MFL9708	55697779D	17/11/2014	60501	208		191.53
MHG9917	55134887E	20/11/2014	73662	252	* VI	85.12
MLG9199	55697686D	05/11/2014	59670	203	* V	957.69
MLM3375	55134913E	23/10/2014	73662	252	* VI	85.12
MLM3375	55134914E	23/10/2014	60412	207		127.69
NBN1420	55697431D	08/10/2014	61220	214	* I	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 17 DE JANEIRO DE 2015.

ALLEX ATOLINI SILVA
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8053 1959/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8053 1959/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ACP8341	55696979D	27/09/2014	65992	230 * V	191.53
AKJ9349	55698774D	10/10/2014	50100	162 * I	574.61
BBR7800	55697190D	03/12/2014	66372	230 * IX	127.69
CAY5977	55702069D	10/11/2014	51691	165	1915.38
CRM0863	55697789D	14/11/2014	50100	162 * I	574.61
CRM0863	55697791D	14/11/2014	66102	230 * VII	127.69
CRM0863	55697790D	14/11/2014	51180	164 c/c 162 * I	574.61
DRE7268	55133736E	01/12/2014	65992	230 * V	191.53
JZS1628	55695980D	23/09/2014	51180	164 c/c 162 * I	574.61
JZS1628	55695979D	23/09/2014	50100	162 * I	574.61
MBB0170	55697405D	24/09/2014	69120	232	53.20
MBB0170	55697404D	24/09/2014	67000	230 * XVI	127.69
MCH4483	55698696D	13/11/2014	65992	230 * V	191.53
MCX5906	55697216D	27/10/2014	65992	230 * V	191.53
MGE7217	55697799D	17/11/2014	65992	230 * V	191.53
MJB0681	55697794D	17/11/2014	50100	162 * I	574.61
MJB0681	55697070D	17/11/2014	65992	230 * V	191.53
MJB0681	55697071D	17/11/2014	51180	164 c/c 162 * I	574.61
MJK0321	55700553D	30/09/2014	51691	165	1915.38

MOH2990	55697069D	14/11/2014	51420	164 c/c	162 * V	191.53
MOH2990	55697068D	14/11/2014	50450	162 *	V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 24 DE JANEIRO DE 2015.

FABIANO LOCATELLI

DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8053 1960/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR - 280570

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8053 1960/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ASZ4358	55134863E	12/11/2014	73662	252 * VI	85.12
ASZ4358	55134864E	12/11/2014	60412	207	127.69
CFR4759	55697434D	08/10/2014	61220	214 * I	191.53
DWG4919	55697673D	29/10/2014	51851	167	127.69
LZZ9089	55696066D	22/09/2014	51851	167	127.69
MAU9206	55702944D	16/10/2014	51851	167	127.69
MFU1586	55133393E	10/11/2014	60681	209	127.69
MGF6788	55697647D	20/10/2014	51851	167	127.69
MGV1123	55697063D	12/11/2014	55500	181 * XVIII	85.12
MIQ5505	55134898E	24/11/2014	73662	252 * VI	85.12
MJH5879	55135362E	17/10/2014	60412	207	127.69
MJW2919	55698488D	16/10/2014	51851	167	127.69
MLA7387	55703161D	24/09/2014	60502	208	191.53
MMC1665	55134880E	18/11/2014	73662	252 * VI	85.12
MML1374	55134876E	18/11/2014	73662	252 * VI	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 24 DE JANEIRO DE 2015.
ALLEX ATOLINI SILVA
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8584 175/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR - FS - 280570

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8584 175/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AHK4416	CV00015773	26/08/2004	62380	218 * II * a	127.69
ASW1950	CV00015851	04/09/2004	62380	218 * II * a	127.69
CYS5298	CV00015760	23/08/2004	62380	218 * II * a	127.69
LYK3754	CV00015882	07/09/2004	62380	218 * II * a	127.69
LYW6867	CV00015742	20/08/2004	62110	218 * I * a	127.69
MBK9481	CV00015759	22/08/2004	62110	218 * I * a	127.69
MBW2767	CV00015727	17/08/2004	62380	218 * II * a	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
ALLEX ATOLINI SILVA
AUTORIDADE MUNICIPAL

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8584 536/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR - FS - 280570

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8584 536/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CPE3002	8584040592	17/07/2014	74550	218 * I	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

ALLEX ATOLINI SILVA
AUTORIDADE MUNICIPAL

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8584 541/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR - FS - 280570

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8584 541/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MCD8884	8584040529	17/07/2014	74630	218 * II	127.69
MFI3063	8584040569	17/07/2014	74630	218 * II	127.69
MGJ3334	8584040566	17/07/2014	74550	218 * I	85.12
MVM3636	8584040536	17/07/2014	74550	218 * I	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

ALLEX ATOLINI SILVA

AUTORIDADE MUNICIPAL

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8584 544/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR - FS - 280570

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8584 544/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
GUN5490	8584040944	15/08/2014	74550	218 * I	85.12
MAN3158	8584040820	15/08/2014	74550	218 * I	85.12
MDU2458	8584040958	18/08/2014	74630	218 * II	127.69
MEK7298	8584040722	15/08/2014	74630	218 * II	127.69
MEY6212	8584040689	22/07/2014	74550	218 * I	85.12
MIK1247	8584040902	15/08/2014	74550	218 * I	85.12
MJH1117	8584040730	15/08/2014	74630	218 * II	127.69
MJL0254	8584041029	18/08/2014	74550	218 * I	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.
ALLEX ATOLINI SILVA
AUTORIDADE MUNICIPAL

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8584 545/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR - FS - 280570

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8584 545/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a.

INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AGP0651	8584041401	01/09/2014	74550	218 * I	85.12
MEG6764	8584041366	28/08/2014	74630	218 * II	127.69
MJP2878	8584041185	25/08/2014	74550	218 * I	85.12
MKJ9909	8584041321	26/08/2014	74550	218 * I	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

ALLEX ATOLINI SILVA
AUTORIDADE MUNICIPAL

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8584 547/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR - FS - 280570

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8584 547/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ANG7542	8584040884	15/08/2014	74550	218 * I	85.12
MAR6920	8584041269	25/08/2014	74550	218 * I	85.12
MKA3562	8584041347	27/08/2014	74550	218 * I	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

ALLEX ATOLINI SILVA
AUTORIDADE MUNICIPAL

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8584 549/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR - FS - 280570

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8584 549/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BBF0804	8584040957	18/08/2014	74550	218 * I	85.12
CIH5230	8584041260	25/08/2014	74550	218 * I	85.12
MDD1132	8584041065	19/08/2014	74550	218 * I	85.12
MDL8728	8584040994	18/08/2014	74550	218 * I	85.12
MGV4638	8584040761	15/08/2014	74550	218 * I	85.12
MGV4638	8584040868	15/08/2014	74630	218 * II	127.69
MHC3047	8584040977	18/08/2014	74550	218 * I	85.12
MKR1078	8584040828	15/08/2014	74550	218 * I	85.12
MKT3005	8584040903	15/08/2014	74630	218 * II	127.69
MKY7192	8584041014	18/08/2014	74630	218 * II	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

ALEX ATOLINI SILVA
AUTORIDADE MUNICIPAL

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8584 551/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR - FS - 280570

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8584 551/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ARA4241	8584041312	26/08/2014	74550	218 * I	85.12
LXT7749	8584041505	29/08/2014	74550	218 * I	85.12
MKT6352	8584040921	15/08/2014	74550	218 * I	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

ALLEX ATOLINI SILVA
AUTORIDADE MUNICIPAL

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8584 560/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR - FS - 280570

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8584 560/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AKV5156	8584041913	06/11/2014	74550	218 * I	85.12
EVD7348	8584041863	03/11/2014	74550	218 * I	85.12
HGO8678	8584042120	08/11/2014	74550	218 * I	85.12
MEU5088	8584041896	06/11/2014	74630	218 * II	127.69
MGI2414	8584041976	06/11/2014	74630	218 * II	127.69
MLA7791	8584041680	15/10/2014	74630	218 * II	127.69
MLZ7711	8584042077	08/11/2014	74550	218 * I	85.12
MMD7861	8584041990	06/11/2014	74550	218 * I	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

CACADOR/SC, 17 DE JANEIRO DE 2015.

ALLEX ATOLINI SILVA
AUTORIDADE MUNICIPAL

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8584 562/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR - FS - 280570

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8584 562/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AVV1979	8584042232	10/11/2014	74630	218 * II	127.69
BBZ0086	8584041668	15/10/2014	74630	218 * II	127.69
DOW1900	8584042139	10/11/2014	74550	218 * I	85.12
IHG3110	8584042340	19/11/2014	74550	218 * I	85.12
JRR8244	8584041695	15/10/2014	74550	218 * I	85.12
LXK4291	8584041601	15/10/2014	74550	218 * I	85.12
LZG3890	8584042142	10/11/2014	74630	218 * II	127.69
MFL6990	8584042266	14/11/2014	74550	218 * I	85.12
MHQ9434	8584041526	10/10/2014	74550	218 * I	85.12
MKS3348	8584042267	14/11/2014	74550	218 * I	85.12
MLG9114	8584042369	20/11/2014	74550	218 * I	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 24 DE JANEIRO DE 2015.

ALLEX ATOLINI SILVA
AUTORIDADE MUNICIPAL

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8053 1953/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8053 1953/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AFT8337	55696349D	15/12/2014	65992	230 * V
BZP6661	55702133D	21/12/2014	50450	162 * V
CMH8776	55136246E	30/12/2014	65992	230 * V
DDK8010	55135752E	27/12/2014	65992	230 * V
DIB2582	55696026D	24/12/2014	51691	165
ICE5507	55697724D	24/12/2014	50292	162 * II
JUV3677	55702299D	09/12/2014	50100	162 * I
LZU5089	55697365D	11/12/2014	50100	162 * I
LZU5089	55697364D	11/12/2014	65992	230 * V
MAL5424	55135174E	06/12/2014	50100	162 * I
MAP5819	55701411D	01/01/2015	66372	230 * IX
MAP5819	55701412D	01/01/2015	65992	230 * V
MAP5819	55701413D	01/01/2015	50100	162 * I
MAP5819	55701414D	01/01/2015	51691	165
MCB4817	55697346D	28/12/2014	65992	230 * V
MCB4817	55697347D	28/12/2014	50100	162 * I
MCH7647	55698497D	11/12/2014	50450	162 * V
MCM3144	55696084D	26/12/2014	64080	221
MEN3702	55697688D	12/12/2014	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 17 DE JANEIRO DE 2015.

FABIANO LOCATELLI

DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8053 1954/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR - 280570

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8053 1954/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AME6216	55135732E	22/12/2014	55412	181 * XVII
ASZ4358	54016564N	06/01/2015	50020	257 8\$
ASZ4358	54016565N	06/01/2015	50020	257 8\$
DDK8010	55135753E	27/12/2014	51851	167
LZE9288	55135375E	08/12/2014	55411	181 * XVII
MDD6660	55136213E	09/12/2014	51851	167
MDE0423	55136244E	26/12/2014	73662	252 * VI
MFP5216	55702300D	09/12/2014	51851	167
MIN3620	55136205E	29/11/2014	60501	208
MJA4376	55701351D	10/12/2014	55090	181 * XIII
MLG9114	55136247E	30/12/2014	73662	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 17 DE JANEIRO DE 2015.

ALLEX ATOLINI SILVA
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8053 1957/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8053 1957/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

AAB1165	55702144D	03/01/2015	50100	162	*	I
AAB1165	55702143D	03/01/2015	65992	230	*	V
AAP7669	55698011D	11/01/2015	65992	230	*	V
AAW9851	55702141D	09/01/2015	67261	230	*	XVIII
AAW9851	55702142D	09/01/2015	66450	230	*	X
BBR7800	55697193D	11/01/2015	65992	230	*	V
BFD0361	55700378D	12/01/2015	51691	165		
LYK9524	55697368D	10/01/2015	50100	162	*	I
LYN8809	55697370D	13/01/2015	65992	230	*	V
MBC8928	55698059D	13/12/2014	50100	162	*	I
MBC8928	55698058D	13/12/2014	65992	230	*	V
MDL6339	55701555D	03/01/2015	50610	163	c/c	162 * I
MDL6339	55701554D	03/01/2015	50100	162	*	I
MDY3669	55697227D	08/01/2015	50100	162	*	I
MFE3817	55699878D	21/12/2014	50100	162	*	I
MFV1364	55702323D	11/01/2015	65992	230	*	V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

CACADOR/SC, 24 DE JANEIRO DE 2015.

FABIANO LOCATELLI

DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8053 1958/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR - 280570

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8053 1958/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ABY6757	55697719D	18/12/2014	72340	250 * I * a
CEN0507	55136234E	17/12/2014	73662	252 * VI
DMD2477	55135379E	12/12/2014	73662	252 * VI
IIX7081	55702332D	14/01/2015	51851	167
LYT9153	55702127D	11/12/2014	54600	181 * IX
MBM9181	55136232E	14/12/2014	57200	186 * I
MDG5565	55136225E	12/12/2014	61300	214 * II

MIN3620 55697714D 14/12/2014 51851 167
MLX9015 55135386E 18/12/2014 73662 252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 24 DE JANEIRO DE 2015.
ALLEX ATOLINI SILVA
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8584 529/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR - FS - 280570

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8584 529/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AKL5898	8584040648	22/07/2014	74550	218 * I
ASY3849	8584040464	15/07/2014	74550	218 * I
CJZ8842	8584040472	15/07/2014	74550	218 * I
MGD9554	8584040555	17/07/2014	74550	218 * I
MKB7717	8584040487	15/07/2014	74550	218 * I
MLD8351	8584040421	16/07/2014	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.
ALLEX ATOLINI SILVA
AUTORIDADE MUNICIPAL

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8584 530/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR - FS - 280570

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8584 530/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DQE3616	8584040459	15/07/2014	74550	218 * I
MAQ9559	8584040622	22/07/2014	74550	218 * I
MFB3006	8584040420	16/07/2014	74630	218 * II
MHZ4736	8584040593	17/07/2014	74550	218 * I
MJM6909	8584040641	22/07/2014	74630	218 * II
MJS6574	8584040548	17/07/2014	74710	218 * III
MKT6154	8584040446	15/07/2014	74550	218 * I
MLB6278	8584040654	22/07/2014	74630	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.
ALLEX ATOLINI SILVA
AUTORIDADE MUNICIPAL

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8584 531/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR - FS - 280570

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8584 531/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MJO6993 8584040542 17/07/2014 74630 218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

ALLEX ATOLINI SILVA
AUTORIDADE MUNICIPAL

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8584 532/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR - FS - 280570

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8584 532/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AHW6035 8584040537 17/07/2014 74550 218 * I
AKL5898 8584040691 22/07/2014 74550 218 * I
CKX9769 8584040709 24/07/2014 74550 218 * I
MCM5090 8584040662 22/07/2014 74550 218 * I
MDC5649 8584040591 17/07/2014 74550 218 * I
MDL1035 8584040621 22/07/2014 74630 218 * II
MGB6203 8584040512 15/07/2014 74630 218 * II
MGH6352 8584040532 17/07/2014 74550 218 * I
MIF5774 8584040408 16/07/2014 74550 218 * I
MIU4655 8584040717 24/07/2014 74550 218 * I
NEZ4581 8584040514 15/07/2014 74630 218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

ALLEX ATOLINI SILVA

AUTORIDADE MUNICIPAL

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8584 533/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR - FS - 280570

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8584 533/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DTW4472	8584040708	24/07/2014	74550	218 * I
DXQ4800	8584040625	22/07/2014	74550	218 * I
JGW0657	8584040492	15/07/2014	74630	218 * II
LZL6801	8584040550	17/07/2014	74550	218 * I
MAJ1562	8584040417	16/07/2014	74550	218 * I
MAQ9559	8584040665	22/07/2014	74550	218 * I
MEN5118	8584040700	22/07/2014	74550	218 * I
MIT2495	8584040470	15/07/2014	74550	218 * I
MJF6815	8584040544	17/07/2014	74550	218 * I
MJM6909	8584040684	22/07/2014	74630	218 * II
MKX1495	8584040666	22/07/2014	74550	218 * I
MLB6278	8584040697	22/07/2014	74630	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

ALLEX ATOLINI SILVA
AUTORIDADE MUNICIPAL

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8584 534/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR - FS - 280570

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8584 534/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MDR1457	8584040663	22/07/2014	74550	218 * I
MEN5118	8584040657	22/07/2014	74550	218 * I
MHQ1590	8584040628	22/07/2014	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.
ALLEX ATOLINI SILVA
AUTORIDADE MUNICIPAL

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8584 535/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR - FS - 280570

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8584 535/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MCM5090 8584040705 22/07/2014 74550 218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

CACADOR/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

ALLEX ATOLINI SILVA
AUTORIDADE MUNICIPAL

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8584 537/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR - FS - 280570

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8584 537/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AFW2153 8584040880 15/08/2014 74550 218 * I
AJA1904 8584040882 15/08/2014 74630 218 * II
AMQ2958 8584040772 15/08/2014 74550 218 * I
APV7162 8584040964 18/08/2014 74550 218 * I
CAG5814 8584040951 18/08/2014 74550 218 * I
CMU2098 8584040746 15/08/2014 74550 218 * I
DGX0214 8584041020 18/08/2014 74550 218 * I
DXQ4800 8584040668 22/07/2014 74550 218 * I
GNJ2121 8584040947 18/08/2014 74550 218 * I
HMP6605 8584040943 15/08/2014 74630 218 * II
IIF3586 8584041001 18/08/2014 74550 218 * I
LYR0495 8584040784 15/08/2014 74550 218 * I
LZC8676 8584041030 18/08/2014 74550 218 * I
LZF6232 8584040871 15/08/2014 74550 218 * I
LZF6992 8584040876 15/08/2014 74550 218 * I

MAK0792	8584041085	19/08/2014	74550	218	*	I
MAR9527	8584040745	15/08/2014	74550	218	*	I
MCC9413	8584040974	18/08/2014	74550	218	*	I
MCU7614	8584040866	15/08/2014	74550	218	*	I
MDR1457	8584040706	22/07/2014	74550	218	*	I
MDT4220	8584040933	15/08/2014	74550	218	*	I
MDV5838	8584040928	15/08/2014	74630	218	*	II
MEC3871	8584040737	15/08/2014	74550	218	*	I
MEY0479	8584041066	19/08/2014	74550	218	*	I
MHY1178	8584040865	15/08/2014	74710	218	*	III
MIY3154	8584040716	24/07/2014	74630	218	*	II
MKA9199	8584040778	15/08/2014	74630	218	*	II
MKA9199	8584040829	15/08/2014	74550	218	*	I
MKJ4350	8584040915	15/08/2014	74630	218	*	II
MKN8428	8584040838	15/08/2014	74630	218	*	II
MKV9039	8584041027	18/08/2014	74630	218	*	II
MLC5331	8584041015	18/08/2014	74630	218	*	II
MLE7181	8584040968	18/08/2014	74630	218	*	II
MLO7330	8584040914	15/08/2014	74550	218	*	I
MLQ1933	8584040839	15/08/2014	74630	218	*	II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

ALLEX ATOLINI SILVA
AUTORIDADE MUNICIPAL

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8584 538/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR - FS - 280570

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8584 538/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AEP3731	8584041425	01/09/2014	74550	218 * I
AKC4929	8584041288	26/08/2014	74550	218 * I
APW1005	8584040984	18/08/2014	74550	218 * I

COZ7401	8584041512	29/08/2014	74550	218	*	I
EAS7156	8584041354	27/08/2014	74550	218	*	I
LRE0041	8584041397	01/09/2014	74550	218	*	I
LXD9962	8584041469	01/09/2014	74550	218	*	I
LXU7357	8584041380	28/08/2014	74550	218	*	I
LZO3513	8584041278	25/08/2014	74550	218	*	I
LZY9053	8584041410	01/09/2014	74630	218	*	II
MAM6041	8584041454	01/09/2014	74550	218	*	I
MCN2145	8584041327	26/08/2014	74630	218	*	II
MDC6163	8584041238	25/08/2014	74550	218	*	I
MDL1035	8584040664	22/07/2014	74630	218	*	II
MHM9266	8584041465	01/09/2014	74630	218	*	II
MIJ8343	8584041392	29/08/2014	74550	218	*	I
MIN0414	8584041412	01/09/2014	74550	218	*	I
MIT7285	8584041340	26/08/2014	74550	218	*	I
MKK9873	8584041503	29/08/2014	74630	218	*	II
MLB4445	8584041221	25/08/2014	74550	218	*	I
MMB1006	8584041252	25/08/2014	74550	218	*	I
MMJ2420	8584041277	25/08/2014	74630	218	*	II
NDG0007	8584040963	18/08/2014	74710	218	*	III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

ALLEX ATOLINI SILVA
AUTORIDADE MUNICIPAL

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8584 539/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR - FS - 280570

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8584 539/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AVL8725	8584041274	25/08/2014	74550	218 * I
AXB8247	8584040790	15/08/2014	74550	218 * I
CJL7664	8584040976	18/08/2014	74550	218 * I

DKX7037	8584040920	15/08/2014	74550	218	*	I
DMI2599	8584041445	01/09/2014	74550	218	*	I
EDW1124	8584041384	28/08/2014	74550	218	*	I
JFL9154	8584041305	26/08/2014	74630	218	*	II
LYW7205	8584041351	27/08/2014	74550	218	*	I
LZU2189	8584041355	27/08/2014	74550	218	*	I
MAN8417	8584040985	18/08/2014	74550	218	*	I
MAN8417	8584040972	18/08/2014	74550	218	*	I
MCW0842	8584041513	29/08/2014	74630	218	*	II
MCZ9592	8584040739	15/08/2014	74550	218	*	I
MEX1517	8584041440	01/09/2014	74630	218	*	II
MFC5557	8584041276	25/08/2014	74550	218	*	I
MFK1004	8584041268	25/08/2014	74550	218	*	I
MIC7411	8584040999	18/08/2014	74550	218	*	I
MIE6233	8584041376	28/08/2014	74630	218	*	II
MIZ1889	8584041308	26/08/2014	74550	218	*	I
MJF9929	8584041287	26/08/2014	74550	218	*	I
MKK4226	8584041235	25/08/2014	74550	218	*	I
MKX2049	8584041467	01/09/2014	74550	218	*	I
MMC1184	8584041289	26/08/2014	74550	218	*	I
MMD9011	8584041457	01/09/2014	74550	218	*	I
MMD9011	8584041192	25/08/2014	74550	218	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

ALLEX ATOLINI SILVA
AUTORIDADE MUNICIPAL

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8584 540/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR - FS - 280570

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8584 540/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

AEY6953	8584041344	26/08/2014	74550	218 * I
---------	------------	------------	-------	---------

AQH1257	8584040889	15/08/2014	74550	218	*	I
ARE9153	8584040751	15/08/2014	74550	218	*	I
ATF2373	8584041258	25/08/2014	74550	218	*	I
AVF2048	8584040810	15/08/2014	74550	218	*	I
AWI0209	8584040845	15/08/2014	74550	218	*	I
AXV2642	8584041345	26/08/2014	74550	218	*	I
DME0935	8584040879	15/08/2014	74550	218	*	I
GXM3154	8584041084	19/08/2014	74550	218	*	I
ICJ0592	8584041034	19/08/2014	74550	218	*	I
ICY2863	8584041339	26/08/2014	74550	218	*	I
LWT4121	8584041083	19/08/2014	74630	218	*	II
MAT4477	8584040782	15/08/2014	74550	218	*	I
MBZ0154	8584040935	15/08/2014	74550	218	*	I
MCA5667	8584041094	19/08/2014	74630	218	*	II
MCY1238	8584040741	15/08/2014	74550	218	*	I
MDU0286	8584040837	15/08/2014	74550	218	*	I
MFP6519	8584040872	15/08/2014	74550	218	*	I
MHD3049	8584040919	15/08/2014	74550	218	*	I
MHH7486	8584040895	15/08/2014	74550	218	*	I
MHJ4825	8584040817	15/08/2014	74550	218	*	I
MHK6299	8584040753	15/08/2014	74550	218	*	I
MIB9512	8584041102	19/08/2014	74630	218	*	II
MID3375	8584040886	15/08/2014	74550	218	*	I
MIE2823	8584040766	15/08/2014	74550	218	*	I
MIM3251	8584040758	15/08/2014	74550	218	*	I
MIN8567	8584040888	15/08/2014	74550	218	*	I
MJN2559	8584040983	18/08/2014	74630	218	*	II
MJO2317	8584040909	15/08/2014	74550	218	*	I
MJW3979	8584040733	15/08/2014	74550	218	*	I
MKV3491	8584041024	18/08/2014	74550	218	*	I
MLC9640	8584040789	15/08/2014	74630	218	*	II
MLD4978	8584041095	19/08/2014	74550	218	*	I
MLF7455	8584041087	19/08/2014	74630	218	*	II
MMD3230	8584040938	15/08/2014	74630	218	*	II
MNC1286	8584041324	26/08/2014	74550	218	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

ALLEX ATOLINI SILVA
AUTORIDADE MUNICIPAL

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8584 542/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR - FS - 280570

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8584 542/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AFE2914	8584041290	26/08/2014	74550	218 * I
AJT4541	8584041423	01/09/2014	74550	218 * I
ARE2128	8584041243	25/08/2014	74550	218 * I
HAD5027	8584041317	26/08/2014	74550	218 * I
HZI1305	8584041227	25/08/2014	74550	218 * I
ILQ1588	8584041016	18/08/2014	74550	218 * I
LXG0069	8584041302	26/08/2014	74550	218 * I
LYZ8237	8584041471	01/09/2014	74550	218 * I
MBZ9886	8584041255	25/08/2014	74550	218 * I
MDY9399	8584041304	26/08/2014	74550	218 * I
MHO3507	8584041228	25/08/2014	74550	218 * I
MHV4404	8584041222	25/08/2014	74550	218 * I
MIC2602	8584041217	25/08/2014	74630	218 * II
MIC3617	8584041208	25/08/2014	74630	218 * II
MKJ3998	8584041335	26/08/2014	74550	218 * I
MKR2763	8584041244	25/08/2014	74550	218 * I
MLI1324	8584041375	28/08/2014	74550	218 * I
MMC1777	8584041320	26/08/2014	74550	218 * I
MMK4273	8584041313	26/08/2014	74550	218 * I
NIP3270	8584041363	28/08/2014	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

ALLEX ATOLINI SILVA
AUTORIDADE MUNICIPAL

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8584 543/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR - FS - 280570

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8584 543/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,

CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ABK3830	8584041282	25/08/2014	74550	218 * I
AJX2445	8584041466	01/09/2014	74550	218 * I
ARB9187	8584041311	26/08/2014	74550	218 * I
DDW9411	8584041212	25/08/2014	74550	218 * I
DLB3305	8584041248	25/08/2014	74550	218 * I
EVN7796	8584041000	18/08/2014	74550	218 * I
MAO3713	8584041234	25/08/2014	74550	218 * I
MEF4563	8584041184	25/08/2014	74630	218 * II
MGP0256	8584041196	25/08/2014	74550	218 * I
MHX8076	8584041515	29/08/2014	74630	218 * II
MHZ9090	8584041263	25/08/2014	74630	218 * II
MIA8987	8584041261	25/08/2014	74550	218 * I
MIH5283	8584041381	28/08/2014	74550	218 * I
MIV3454	8584041388	28/08/2014	74550	218 * I
MJI8834	8584041448	01/09/2014	74550	218 * I
MJR0587	8584041219	25/08/2014	74550	218 * I
MKM9173	8584041349	27/08/2014	74630	218 * II
MKO7226	8584041405	01/09/2014	74550	218 * I
MKP4855	8584041216	25/08/2014	74550	218 * I
MLO2837	8584041442	01/09/2014	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

ALLEX ATOLINI SILVA
AUTORIDADE MUNICIPAL

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8584 546/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR - FS - 280570

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8584 546/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ADU9981	8584041643	15/10/2014	74550	218 * I
AHS5238	8584041639	15/10/2014	74550	218 * I
ARR5868	8584041533	10/10/2014	74630	218 * II
AXA4587	8584041740	17/10/2014	74550	218 * I
BBY9979	8584041637	15/10/2014	74630	218 * II
BXH5298	8584041529	10/10/2014	74550	218 * I
IGX2105	8584041604	15/10/2014	74550	218 * I
LYR9278	8584041672	15/10/2014	74550	218 * I
LYX7600	8584041595	15/10/2014	74550	218 * I
MAY1394	8584041686	15/10/2014	74550	218 * I
MEO2549	8584041535	10/10/2014	74630	218 * II
MGF6701	8584041616	15/10/2014	74550	218 * I
MHE4848	8584041576	15/10/2014	74550	218 * I
MHI3859	8584041735	17/10/2014	74630	218 * II
MHO4983	8584041654	15/10/2014	74630	218 * II
MHQ9898	8584041626	15/10/2014	74710	218 * III
MIU4431	8584041551	10/10/2014	74550	218 * I
MIX5747	8584041734	17/10/2014	74550	218 * I
MJU3188	8584041665	15/10/2014	74630	218 * II
MKH3839	8584041516	10/10/2014	74630	218 * II
MKN8428	8584041703	16/10/2014	74630	218 * II
MKR6237	8584041708	17/10/2014	74550	218 * I
MLP2787	8584041727	17/10/2014	74550	218 * I
MMI7735	8584041606	15/10/2014	74630	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

CACADOR/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

ALLEX ATOLINI SILVA
AUTORIDADE MUNICIPAL

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8584 548/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR - FS - 280570

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8584 548/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MGZ6914 8584041619 15/10/2014 74550 218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

CACADOR/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

ALLEX ATOLINI SILVA
AUTORIDADE MUNICIPAL

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8584 550/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR - FS - 280570

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8584 550/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AAA5203 8584041852 03/11/2014 74550 218 * I
AAC2014 8584042088 08/11/2014 74630 218 * II
ACM0786 8584041987 06/11/2014 74550 218 * I
ADD0923 8584041697 15/10/2014 74550 218 * I
ADI4819 8584042046 08/11/2014 74550 218 * I
AFR6887 8584041869 04/11/2014 74550 218 * I
AGW0797 8584042033 08/11/2014 74630 218 * II
AIZ6089 8584041858 03/11/2014 74550 218 * I
ANZ0700 8584041864 03/11/2014 74550 218 * I
APM3906 8584041922 06/11/2014 74710 218 * III
ARD9762 8584041811 03/11/2014 74630 218 * II
ARN0964 8584041827 03/11/2014 74550 218 * I
BWD5144 8584041910 06/11/2014 74550 218 * I
CDQ5782 8584041773 03/11/2014 74550 218 * I
CNB3310 8584042053 08/11/2014 74550 218 * I

CPR4986	8584041776	03/11/2014	74550	218	*	I
FHE3432	8584041919	06/11/2014	74550	218	*	I
HRN4898	8584041866	03/11/2014	74550	218	*	I
LOE8065	8584042131	08/11/2014	74710	218	*	III
LWU6763	8584042117	08/11/2014	74550	218	*	I
LWV8049	8584041861	03/11/2014	74550	218	*	I
LWY1676	8584041729	17/10/2014	74550	218	*	I
LYD6168	8584041806	03/11/2014	74550	218	*	I
LYY7508	8584042062	08/11/2014	74550	218	*	I
LZB7201	8584042004	06/11/2014	74550	218	*	I
LZI7673	8584041814	03/11/2014	74630	218	*	II
LZQ0564	8584041769	03/11/2014	74550	218	*	I
LZV9891	8584041538	10/10/2014	74550	218	*	I
LZY7770	8584041877	05/11/2014	74550	218	*	I
MAO7075	8584041532	10/10/2014	74550	218	*	I
MAW3379	8584041884	06/11/2014	74550	218	*	I
MAW7655	8584041860	03/11/2014	74550	218	*	I
MAX0670	8584042100	08/11/2014	74550	218	*	I
MDJ4448	8584042032	08/11/2014	74550	218	*	I
MDJ4448	8584041939	06/11/2014	74550	218	*	I
MDX7022	8584041691	15/10/2014	74550	218	*	I
MEO7363	8584041934	06/11/2014	74550	218	*	I
MEX1668	8584042129	08/11/2014	74550	218	*	I
MFD5488	8584041966	06/11/2014	74630	218	*	II
MFF2240	8584042020	08/11/2014	74550	218	*	I
MFR2625	8584041897	06/11/2014	74550	218	*	I
MFR2995	8584042037	08/11/2014	74550	218	*	I
MFY4797	8584041875	05/11/2014	74550	218	*	I
MGH8052	8584041895	06/11/2014	74550	218	*	I
MGM5589	8584041801	03/11/2014	74550	218	*	I
MGQ5018	8584041959	06/11/2014	74550	218	*	I
MHN5134	8584042028	08/11/2014	74630	218	*	II
MHP3835	8584041944	06/11/2014	74630	218	*	II
MHR1034	8584041849	03/11/2014	74550	218	*	I
MHU8046	8584041973	06/11/2014	74550	218	*	I
MHY0796	8584041943	06/11/2014	74550	218	*	I
MHZ5707	8584041856	03/11/2014	74550	218	*	I
MIU6054	8584042119	08/11/2014	74550	218	*	I
MJA4931	8584041572	15/10/2014	74550	218	*	I
MJC7562	8584041763	03/11/2014	74550	218	*	I
MJG0989	8584041945	06/11/2014	74550	218	*	I
MJR8698	8584041854	03/11/2014	74550	218	*	I
MJY4571	8584041802	03/11/2014	74630	218	*	II
MKQ0655	8584041891	06/11/2014	74550	218	*	I
MKX8430	8584041991	06/11/2014	74550	218	*	I
MKY6048	8584041950	06/11/2014	74630	218	*	II
MKZ7228	8584041923	06/11/2014	74550	218	*	I
MLF0232	8584041936	06/11/2014	74550	218	*	I
MLH9913	8584041921	06/11/2014	74550	218	*	I
MLQ9600	8584042130	08/11/2014	74550	218	*	I
MLS2798	8584041888	06/11/2014	74550	218	*	I
MLY1312	8584041770	03/11/2014	74550	218	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

ALLEX ATOLINI SILVA
AUTORIDADE MUNICIPAL

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8584 559/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR - FS - 280570

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8584 559/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AAE3737	8584042925	05/12/2014	74550	218 * I
ALU8351	8584042545	26/11/2014	74550	218 * I
ANB1979	8584042497	24/11/2014	74550	218 * I
ARE2128	8584042442	24/11/2014	74550	218 * I
ITT4120	8584042571	28/11/2014	74630	218 * II
LBF1139	8584042676	28/11/2014	74550	218 * I
LYP2006	8584042454	24/11/2014	74550	218 * I
LYU6969	8584042672	28/11/2014	74550	218 * I
LZP2183	8584042453	24/11/2014	74550	218 * I
MAB4019	8584042467	24/11/2014	74550	218 * I
MAX7604	8584042717	01/12/2014	74550	218 * I
MBZ8075	8584042699	01/12/2014	74550	218 * I
MBZ9886	8584042461	24/11/2014	74550	218 * I
MCF6067	8584042491	24/11/2014	74550	218 * I
MCL7812	8584042529	24/11/2014	74550	218 * I
MEG2836	8584042934	04/12/2014	74630	218 * II
MEN8718	8584042663	28/11/2014	74550	218 * I
MGF8780	8584042449	24/11/2014	74550	218 * I
MHQ8215	8584042577	28/11/2014	74550	218 * I
MIS6890	8584042567	28/11/2014	74550	218 * I
MIT3334	8584042649	28/11/2014	74550	218 * I
MIU8546	8584042645	28/11/2014	74550	218 * I
MJT4715	8584042660	28/11/2014	74550	218 * I
MKR0433	8584042457	24/11/2014	74550	218 * I
MKY7464	8584042782	02/12/2014	74630	218 * II
MKZ3372	8584042640	28/11/2014	74550	218 * I
MLG9114	54016288N	05/01/2015	50020	257 8S
MLI7806	8584042520	24/11/2014	74550	218 * I
MLK3775	8584042667	28/11/2014	74630	218 * II
MLQ9818	8584042643	28/11/2014	74550	218 * I
MMB1576	8584042481	24/11/2014	74630	218 * II
MMD4092	8584042485	24/11/2014	74550	218 * I
QHD4475	8584042509	24/11/2014	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 17 DE JANEIRO DE 2015.

ALLEX ATOLINI SILVA
AUTORIDADE MUNICIPAL

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8584 561/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR - FS - 280570

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8584 561/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ABS8701	8584042795	02/12/2014	74550	218 * I
ACM6595	8584042639	28/11/2014	74550	218 * I
ADD2810	8584042715	01/12/2014	74550	218 * I
AJG7694	8584042826	02/12/2014	74550	218 * I
APH1432	8584042700	01/12/2014	74550	218 * I
ATO2697	8584042751	02/12/2014	74630	218 * II
AXA4675	8584042583	28/11/2014	74550	218 * I
CDL1018	8584042714	01/12/2014	74550	218 * I
CDL3278	8584042612	28/11/2014	74550	218 * I
CHS2706	8584042859	02/12/2014	74630	218 * II
DFX3979	8584042741	01/12/2014	74630	218 * II
DHO5130	8584042458	24/11/2014	74630	218 * II
DWS5967	8584042678	28/11/2014	74630	218 * II
HNU1862	8584042766	02/12/2014	74550	218 * I
IKE0864	8584042502	24/11/2014	74550	218 * I
IOY2733	8584042641	28/11/2014	74550	218 * I
IVI7633	8584042440	24/11/2014	74550	218 * I
LYG6278	8584042867	03/12/2014	74550	218 * I
LZN9010	8584042922	05/12/2014	74630	218 * II
LZS3086	8584042794	02/12/2014	74550	218 * I
MCM8075	8584042916	05/12/2014	74630	218 * II
MCY3230	8584042770	02/12/2014	74550	218 * I
MDW5086	8584042831	02/12/2014	74550	218 * I
MDX4228	8584042890	05/12/2014	74550	218 * I

MEY8507	8584042790	02/12/2014	74550	218	*	I
MFD3645	8584042839	02/12/2014	74630	218	*	II
MFL1967	8584042463	24/11/2014	74550	218	*	I
MFM2094	8584042685	01/12/2014	74550	218	*	I
MHF4564	8584042633	28/11/2014	74550	218	*	I
MHM6739	8584042860	02/12/2014	74550	218	*	I
MHQ2688	8584042578	28/11/2014	74550	218	*	I
MIH1145	8584042582	28/11/2014	74550	218	*	I
MIV6063	8584042864	03/12/2014	74550	218	*	I
MJA7606	8584042456	24/11/2014	74550	218	*	I
MJA8994	8584042688	01/12/2014	74550	218	*	I
MJO0589	8584042498	24/11/2014	74630	218	*	II
MKA9048	8584042615	28/11/2014	74630	218	*	II
MKE1102	8584042484	24/11/2014	74550	218	*	I
MKK1601	8584042527	24/11/2014	74630	218	*	II
MKR2194	8584042933	04/12/2014	74550	218	*	I
MKR8540	8584042654	28/11/2014	74630	218	*	II
MLF5746	8584042526	24/11/2014	74630	218	*	II
MLI8350	8584042844	02/12/2014	74550	218	*	I
MMF9521	8584042813	02/12/2014	74550	218	*	I
NBX5128	8584042722	01/12/2014	74550	218	*	I
NKI3532	8584042762	02/12/2014	74550	218	*	I
QIE0804	8584042655	28/11/2014	74550	218	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 24 DE JANEIRO DE 2015.
ALLEX ATOLINI SILVA
AUTORIDADE MUNICIPAL

CAMBORIÚ

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 1328/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 1328/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
-------	--------	------------	------------	---------------	-------------

AME5067	55726883E	31/10/2014	65992	230	*	V	191.53
AME5067	55726884E	31/10/2014	50100	162	*	I	574.61
AME5067	55726885E	31/10/2014	69120	232			53.20
BMM4322	54947591E	02/10/2014	50292	162	*	II	957.69
CHH9247	55727986E	14/11/2014	65992	230	*	V	191.53
LYX9195	54624195E	31/10/2014	65992	230	*	V	191.53
LZH1920	54947476E	29/10/2014	50100	162	*	I	574.61
LZH1920	54947477E	29/10/2014	69120	232			53.20
LZH1920	54947478E	29/10/2014	50610	163	c/c	162 * I	574.61
LZH1920	54947479E	29/10/2014	66372	230	*	IX	127.69
LZH1920	54947480E	29/10/2014	65992	230	*	V	191.53
MAV5228	54947341E	26/10/2014	65992	230	*	V	191.53
MBM1302	55727453E	25/09/2014	50100	162	*	I	574.61
MBR6653	55726879E	04/10/2014	66372	230	*	IX	127.69
MCW6135	55727310E	28/10/2014	69120	232			53.20
MCW6135	55727311E	28/10/2014	65992	230	*	V	191.53
MCW8040	55727485E	23/10/2014	65992	230	*	V	191.53
MEM8312	54947471E	21/10/2014	50610	163	c/c	162 * I	574.61
MEM8312	54947472E	21/10/2014	50100	162	*	I	574.61
MEM8312	54947473E	21/10/2014	66532	230	*	XI	127.69
MFV7646	55727960E	02/11/2014	73400	252	*	IV	85.12
MFV9968	55003086D	17/10/2014	50100	162	*	I	574.61
MHW4736	55726887E	04/11/2014	65992	230	*	V	191.53
MHW4736	55726888E	04/11/2014	66532	230	*	XI	127.69
MJT5916	55004650D	08/11/2014	73400	252	*	IV	85.12
MKA7247	55003091D	20/10/2014	73400	252	*	IV	85.12
MKM6513	55727604E	17/10/2014	65992	230	*	V	191.53
MLG9806	55727180E	17/10/2014	65992	230	*	V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 17 DE JANEIRO DE 2015.

RODRIGO CORONHA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 1329/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU - 280610

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 1329/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AED8456	55727788E	21/10/2014	51851	167	127.69
AGD7229	54949524E	29/08/2014	55680	181 * XIX	127.69
AIG1934	55727859E	24/10/2014	55680	181 * XIX	127.69
ALM8331	55727613E	26/10/2014	51851	167	127.69
ALT7303	55727049E	03/11/2014	51851	167	127.69
CHH9247	55727985E	14/11/2014	55250	181 * XV	85.12
CHH9247	55727987E	14/11/2014	54521	181 * VIII	127.69
DKN3543	55727962E	03/11/2014	51851	167	127.69
HTA9885	55727747E	24/10/2014	51851	167	127.69
IGS7703	55727874E	24/10/2014	51851	167	127.69
ITW6239	54624187E	19/10/2014	58433	196	127.69
KAM2630	55004646D	08/11/2014	51851	167	127.69
LYX9195	54624196E	31/10/2014	53800	181 * I	85.12
MAY4288	55727759E	17/10/2014	51851	167	127.69
MBN3228	55727706E	17/10/2014	51851	167	127.69
MBQ5219	55727704E	17/10/2014	51851	167	127.69
MCR0746	55727867E	24/10/2014	51851	167	127.69
MCW6135	55727312E	28/10/2014	58350	195	127.69
MDG7119	55727760E	17/10/2014	51851	167	127.69
MDJ1455	55727869E	24/10/2014	51851	167	127.69
MDS1055	55727742E	24/10/2014	51851	167	127.69
MEO8907	55373400C	05/11/2014	73662	252 * VI	85.12
MHW2231	55727780E	21/10/2014	51851	167	127.69
MIS3925	55727042E	03/11/2014	51851	167	127.69
MJZ4736	54948950E	15/10/2014	57380	186 * II	191.53
MKH9333	55727857E	24/10/2014	51851	167	127.69
MLB8074	55004638D	05/11/2014	55416	181 * XVII	53.20
MLK2473	55727885E	19/11/2014	51851	167	127.69
OWA0677	55727614E	26/10/2014	51851	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 17 DE JANEIRO DE 2015.

JAIR GRINGS
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 1332/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 1332/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a.

INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ANL7636	54949969E	15/09/2014	65992	230 * V	191.53
BNU6726	54950478E	14/10/2014	66371	230 * IX	127.69
EOR1987	55727476E	16/10/2014	50100	162 * I	574.61
EOR1987	55727477E	16/10/2014	51180	164 c/c 162 * I	574.61
EOR1987	55727478E	16/10/2014	65992	230 * V	191.53
IDH8826	54950499E	07/11/2014	65992	230 * V	191.53
IDH8826	54950500E	07/11/2014	65800	230 * IV	191.53
MCJ2456	54624198E	02/11/2014	65992	230 * V	191.53
MCJ2456	54624199E	02/11/2014	50100	162 * I	574.61
MCJ2456	54624200E	02/11/2014	69120	232	53.20
MCK1902	55726916E	01/10/2014	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 24 DE JANEIRO DE 2015.

RODRIGO CORONHA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 1333/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU - 280610

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 1333/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IDV3980	55727728E	21/10/2014	51851	167	127.69
LZA6809	55726596E	13/09/2014	51851	167	127.69
MAZ0013	55727371E	20/09/2014	51851	167	127.69
MFF4168	55004625D	03/11/2014	55415	181 * XVII	53.20
MFV5365	55726915E	05/10/2014	55680	181 * XIX	127.69
MGK0643	55728351E	19/11/2014	53800	181 * I	85.12
MGK7594	55728104E	09/11/2014	51851	167	127.69
MGU4066	55004644D	08/11/2014	51851	167	127.69
MIA0297	55727989E	14/11/2014	51851	167	127.69
MIY0712	55004628D	04/11/2014	54100	181 * IV	85.12

MIZ1136	55727046E	03/11/2014	51851	167		127.69
MKE2016	54949542E	10/10/2014	51851	167		127.69
MKF6006	55004642D	07/11/2014	73662	252	* VI	85.12
MKW6188	55727299E	03/11/2014	54870	181	* XI	127.69
MLH6973	55726575E	11/09/2014	51851	167		127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 24 DE JANEIRO DE 2015.

JAIR GRINGS
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 201/2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 201/2004

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXU1685	55083057A	12/12/2003	59750	204	127.69
LYO0967	55082497A	15/12/2003	50450	162 * V	191.53
LZV0912	55082498A	15/12/2003	65990	230 * V	191.53
MBJ3935	55081686A	07/12/2003	70480	244 * II	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

RODRIGO CORONHA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 202/2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 202/2004

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AKP0192	55796751A	17/12/2003	66020	230 * VI	191.53
LAT0160	55082965A	15/12/2003	51850	167	127.69
LYR8704	54873508A	17/12/2003	53800	181 * I	85.12
MBP8736	55082964A	15/12/2003	51850	167	127.69
MBZ0451	55082666A	17/12/2003	50100	162 * I	574.61
MCD2717	55082665A	17/12/2003	65990	230 * V	191.53
MCD2717	55082665A	17/12/2003	69120	232	53.20
MCZ0079	55082804A	19/12/2003	51850	167	127.69
MCZ0079	55082804A	19/12/2003	53800	181 * I	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
RODRIGO CORONHA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 203/2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU - 280610

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 203/2004

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
-----	-----	-----	-----	-----	-----
AHO5749	55082976A	04/01/2004	65990	230 * V	191.53
AKP0192	55082916A	27/12/2003	66370	230 * IX	127.69
BCF0036	55796765A	21/12/2003	51850	167	127.69
CFF6582	55796775A	21/12/2003	51850	167	127.69
GLS8983	54873147A	27/12/2003	65640	230 * II	191.53
GMI6269	55796924A	04/01/2004	65990	230 * V	191.53
GMI6269	55796924A	04/01/2004	66100	230 * VII	127.69
IBO8417	55083117A	25/12/2003	50100	162 * I	574.61
IBO8417	55083116A	25/12/2003	65990	230 * V	191.53
ICM3632	55796873A	30/12/2003	66100	230 * VII	127.69
IEG0309	55796957A	06/01/2004	69120	232	53.20
LWY1459	55083114A	20/12/2003	55680	181 * XIX	127.69
LXB6532	55796767A	21/12/2003	51850	167	127.69
LXN5210	55796760A	19/12/2003	57380	186 * II	191.53
LXO1946	55082662A	19/12/2003	65990	230 * V	191.53
LXR1620	55082140A	01/01/2004	51850	167	127.69
LXU8100	55796921A	04/01/2004	66100	230 * VII	127.69
LXV2283	55796759A	19/12/2003	50960	163 c/c 162 * V	191.53
LXW5690	55796768A	21/12/2003	51850	167	127.69
LXX8441	55796939A	07/01/2004	66100	230 * VII	127.69
LYF5736	55796879A	31/12/2003	66370	230 * IX	127.69
LYL4279	55796915A	02/01/2004	65990	230 * V	191.53
LYR9837	55082145A	01/01/2004	51850	167	127.69
LYT2478	55796929A	04/01/2004	69120	232	53.20
LYT2478	55796929A	04/01/2004	65990	230 * V	191.53
LYV0849	54873145A	27/12/2003	65990	230 * V	191.53
LZC2839	55797010A	05/01/2004	51850	167	127.69
LZE1742	55796784A	21/12/2003	50530	162 * VI	191.53
LZE5541	55083152A	23/12/2003	65990	230 * V	191.53
LZE5541	55083152A	23/12/2003	50100	162 * I	574.61
LZH5208	55082690A	26/12/2003	50100	162 * I	574.61
LZH5208	55082690A	26/12/2003	65990	230 * V	191.53
LZR6957	55796794A	23/12/2003	51850	167	127.69
MAM2800	55796936A	07/01/2004	69120	232	53.20
MAQ1503	55796905A	02/01/2004	50530	162 * VI	191.53
MAV5332	55796891A	31/12/2003	51850	167	127.69
MAZ2943	55796779A	21/12/2003	66370	230 * IX	127.69
MAZ6888	55796908A	02/01/2004	66530	230 * XI	127.69
MBB2219	55796890A	31/12/2003	51850	167	127.69
MBD7875	55796937A	07/01/2004	73400	252 * IV	85.12
MBK9599	55796868A	27/12/2003	69120	232	53.20
MBL0900	55083058A	20/12/2003	57200	186 * I	127.69
MBO6806	55796862A	27/12/2003	50530	162 * VI	191.53
MBR4368	55796904A	02/01/2004	51850	167	127.69
MBS4689	55796756A	19/12/2003	51850	167	127.69
MBT4524	55796863A	27/12/2003	69120	232	53.20
MBV7760	55083115A	22/12/2003	65990	230 * V	191.53
MCA1970	55796909A	02/01/2004	65990	230 * V	191.53
MCA1970	55796909A	02/01/2004	51850	167	127.69
MCG1600	55796781A	21/12/2003	69120	232	53.20
MCG5600	55797003A	05/01/2004	51850	167	127.69
MCL5522	55796799A	23/12/2003	51850	167	127.69
MCM0278	55082681A	23/12/2003	51850	167	127.69
MDA6251	55796881A	31/12/2003	69120	232	53.20
MIL1030	55796893A	31/12/2003	50450	162 * V	191.53
MIL1030	55796893A	31/12/2003	65990	230 * V	191.53
NBG6408	55796763A	21/12/2003	51850	167	127.69
-----	-----	-----	-----	-----	-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENA-

LIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARA-
 GRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DI-
 AS, EFETUAR O PAGAMENTO.
 OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
 EDITAL.

CAMBORIU/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JAIR GRINGS
 DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 204/2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
 PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU - 280610

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 204/2004

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
 N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
 NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
 AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO
 QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a.
 INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ADB0434	55797062A	08/01/2004	51850	167	127.69
IEL2350	55797098A	12/01/2004	51850	167	127.69
IEZ3547	55797124A	14/01/2004	51850	167	127.69
LWY8668	55083073A	14/01/2004	69200	233	127.69
LXH2434	55082977A	08/01/2004	69120	232	53.20
LXJ2345	55797071A	08/01/2004	57380	186 * II	191.53
LXJ4727	55797081A	10/01/2004	51850	167	127.69
LXJ4727	55797081A	10/01/2004	69120	232	53.20
LXQ6258	55797109A	12/01/2004	51850	167	127.69
LXS9208	55082983A	13/01/2004	69200	233	127.69
LYA1708	55082684A	23/12/2003	51850	167	127.69
LYO8468	55796962A	08/01/2004	52740	175	191.53
LYO8468	55796962A	08/01/2004	58350	195	127.69
LYO8468	55796962A	08/01/2004	50100	162 * I	574.61
LYU0849	55082982A	13/01/2004	69200	233	127.69
LYZ3823	55082923A	12/01/2004	50100	162 * I	574.61
LYZ3823	55082923A	12/01/2004	69120	232	53.20
LYZ3823	55082924A	12/01/2004	51180	164 c/c 162 * I	574.61
LZD8690	55797132A	14/01/2004	65990	230 * V	191.53
LZX5159	55797055A	08/01/2004	73400	252 * IV	85.12
MAD0906	55797104A	12/01/2004	50450	162 * V	191.53
MBC0205	55797099A	12/01/2004	73660	252 * VI	85.12
MBP3629	55797093A	12/01/2004	51850	167	127.69
MBU7759	55082087A	13/01/2004	55680	181 * XIX	127.69
MBW7264	55083121A	11/01/2004	60500	208	191.53
MBW7264	55083121A	11/01/2004	70560	244 * III	191.53
MBW9839	55797137A	14/01/2004	73400	252 * IV	85.12
MBX9696	55796960A	08/01/2004	56810	184 * I	53.20
MBZ0635	55797086A	10/01/2004	51930	168	191.53
MCG4392	55797083A	10/01/2004	73400	252 * IV	85.12

MCH7320	55082990A	14/01/2004	65990	230	* V	191.53
MCV1501	55797126A	14/01/2004	70480	244	* II	191.53
MCX4151	55081644A	11/01/2004	68580	231	* VII	85.12
MCZ2402	55797058A	08/01/2004	69120	232		53.20
MEH1660	55796875A	30/12/2003	66100	230	* VII	127.69
MEY5860	55796928A	04/01/2004	65990	230	* V	191.53
MFS0390	55797069A	08/01/2004	50450	162	* V	191.53
MFS0390	55797069A	08/01/2004	50370	162	* III	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JAIR GRINGS
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 205/2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 205/2004

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AWE2686	55082141A	01/01/2004	51850	167	127.69
BIU3678	55796965A	17/01/2004	65990	230 * V	191.53
BTQ5798	55082675A	23/12/2003	51850	167	127.69
ICN3308	55797165A	20/01/2004	51850	167	127.69
IGH2056	55081646A	15/01/2004	54520	181 * VIII	127.69
IGZ7262	55797146A	16/01/2004	50530	162 * VI	191.53
IGZ7262	55797146A	16/01/2004	51850	167	127.69
LWY1060	55797209A	18/01/2004	51850	167	127.69
LXH9928	55797204A	18/01/2004	65990	230 * V	191.53
LXK4798	55796880A	31/12/2003	51850	167	127.69
LXL1300	55797101A	12/01/2004	65990	230 * V	191.53
LXU9104	55797141A	16/01/2004	51850	167	127.69
MAT7884	55082933A	20/01/2004	66370	230 * IX	127.69
MAW5385	54873149A	31/12/2003	66100	230 * VII	127.69
MCB3225	55797152A	16/01/2004	69120	232	53.20
MCB3225	55797152A	16/01/2004	50100	162 * I	574.61
MCE1692	55797201A	18/01/2004	50450	162 * V	191.53
MCY7938	55797082A	10/01/2004	50100	162 * I	574.61

MCY7938	55797082A	10/01/2004	73400	252	* IV	85.12
MCZ4112	55797156A	16/01/2004	58350	195		127.69
MDF3290	55082148A	01/01/2004	65990	230	* V	191.53
MDQ4260	55797153A	16/01/2004	65990	230	* V	191.53
MDQ8262	54873511A	17/01/2004	55410	181	* XVII	53.20
MDR8682	55796952A	04/01/2004	56220	182	* VI	53.20
MDR8682	55796952A	04/01/2004	66370	230	* IX	127.69
MGK7280	55797171A	20/01/2004	51850	167		127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

RODRIGO CORONHA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 206/2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU - 280610

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 206/2004

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AIF6822	55797218A	22/01/2004	73660	252 * VI	85.12
ARA2208	55082822A	26/01/2004	51850	167	127.69
LBD3461	55082821A	26/01/2004	51850	167	127.69
LWU7572	55082826A	26/01/2004	51850	167	127.69
LXU8100	55082878A	24/01/2004	72340	250 * I * a	85.12
LYA1708	55797185A	24/01/2004	51850	167	127.69
LYE3763	55082823A	26/01/2004	51850	167	127.69
LYJ1886	55797179A	23/01/2004	50100	162 * I	574.61
LYJ1886	55797181A	24/01/2004	58350	195	127.69
LYJ1886	55797181A	24/01/2004	50100	162 * I	574.61
LYJ1886	55797179A	23/01/2004	69120	232	53.20
LYT0500	55797116A	14/01/2004	65990	230 * V	191.53
LYX9948	55082816A	26/01/2004	51850	167	127.69
LZA3856	55797307A	30/01/2004	51850	167	127.69
LZC8088	55797178A	23/01/2004	69120	232	53.20
LZJ2734	55082831A	28/01/2004	51850	167	127.69
LZJ5342	55082832A	28/01/2004	51850	167	127.69
LZV8034	55797242A	23/01/2004	51850	167	127.69

MAE6130	55082830A	28/01/2004	51850	167		127.69
MAL4865	55797236A	23/01/2004	51850	167		127.69
MAM3789	55797177A	23/01/2004	50370	162 * III		574.61
MBM2608	55082837A	28/01/2004	65990	230 * V		191.53
MBQ2678	55082848A	30/01/2004	69120	232		53.20
MBU4215	55797245A	23/01/2004	66370	230 * IX		127.69
MCA1970	55797238A	23/01/2004	51850	167		127.69
MCA8952	55797237A	23/01/2004	73400	252 * IV		85.12
MCB3235	55797176A	16/01/2004	50100	162 * I		574.61
MCB3235	55797176A	16/01/2004	69120	232		53.20
MDG1951	55797128A	14/01/2004	51850	167		127.69
MDW5460	55797147A	16/01/2004	50100	162 * I		574.61
MDW5460	55797147A	16/01/2004	65990	230 * V		191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JAIR GRINGS

DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 207/2004

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 207/2004

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ADQ8957	55797167A	20/01/2004	65560	230 * I	191.53
AKP0192	55797345A	04/02/2004	70300	244 * I	191.53
AKP0192	55797346A	04/02/2004	73400	252 * IV	85.12
AKP0192	55797346A	04/02/2004	69630	237	127.69
AKP0192	55797345A	04/02/2004	58350	195	127.69
AKP0192	55797345A	04/02/2004	62700	220 * II	127.69
IDV8736	55797154A	16/01/2004	50100	162 * I	574.61
IDV8736	55797154A	16/01/2004	65990	230 * V	191.53
IEY1933	55797219A	22/01/2004	51850	167	127.69
LWZ0128	54873178A	01/02/2004	65990	230 * V	191.53
LWZ6685	55797241A	23/01/2004	69120	232	53.20
LWZ9910	55797160A	16/01/2004	50100	162 * I	574.61
LWZ9910	55797160A	16/01/2004	69120	232	53.20

LXD3536	55797354A	04/02/2004	51850	167		127.69
LXK1114	55797194A	24/01/2004	50530	162	* VI	191.53
LXO2834	55082835A	28/01/2004	50100	162	* I	574.61
LXQ7482	55083129A	02/02/2004	54520	181	* VIII	127.69
LYA4827	55797214A	18/01/2004	65990	230	* V	191.53
LYA4827	55797214A	18/01/2004	69120	232		53.20
LYK1958	55797221A	22/01/2004	66530	230	* XI	127.69
MAG8251	55083079A	30/01/2004	65990	230	* V	191.53
MAV4890	55797330A	03/02/2004	50100	162	* I	574.61
MAX7936	55797143A	16/01/2004	73400	252	* IV	85.12
MBB8994	55797303A	30/01/2004	50100	162	* I	574.61
MCC4153	55797327A	01/02/2004	69120	232		53.20
MCN9091	55082825A	26/01/2004	66370	230	* IX	127.69
MDH3590	55797225A	22/01/2004	65990	230	* V	191.53
MDH3590	55797225A	22/01/2004	69120	232		53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

RODRIGO CORONHA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 208/2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 208/2004

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AID5722	54873035A	03/02/2004	54520	181 * VIII	127.69
BUU0518	55797233A	22/01/2004	65560	230 * I	191.53
BUU0518	55797233A	22/01/2004	50370	162 * III	574.61
CHE1358	55797476A	11/02/2004	51850	167	127.69
IEZ3547	55797457A	10/02/2004	52740	175	191.53
IJH8842	55796814A	09/02/2004	52740	175	191.53
IJH8842	55796815A	09/02/2004	66370	230 * IX	127.69
IJH8842	55796814A	09/02/2004	66100	230 * VII	127.69
LBV9757	55082838A	28/01/2004	51850	167	127.69
LWY6719	55082841A	28/01/2004	55680	181 * XIX	127.69
LXX5760	55797480A	11/02/2004	69120	232	53.20

LXZ3548	55797481A	11/02/2004	50100	162	*	I	574.61
LYX1002	55083156A	06/02/2004	54870	181	*	XI	127.69
LZR0793	55797462A	11/02/2004	51850	167			127.69
LZR0793	55797462A	11/02/2004	64080	221			85.12
MAB3302	55082809A	23/01/2004	50100	162	*	I	574.61
MAC9670	55797342A	04/02/2004	50100	162	*	I	574.61
MBD6660	55797465A	11/02/2004	66530	230	*	XI	127.69
MBM9542	55797326A	01/02/2004	70300	244	*	I	191.53
MBV7760	55797321A	01/02/2004	51850	167			127.69
MCB0818	55797012A	10/02/2004	58780	199			85.12
MCC9498	55797487A	11/02/2004	66530	230	*	XI	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

RODRIGO CORONHA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 209/2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 209/2004

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ADA9072	55797603A	15/02/2004	64080	221	85.12
ADS6492	55797614A	15/02/2004	51850	167	127.69
AKP0192	55083134A	14/02/2004	66370	230 * IX	127.69
AKQ4358	55797608A	15/02/2004	69120	232	53.20
AKQ4358	55797608A	15/02/2004	50100	162 * I	574.61
AKR1454	55797455A	10/02/2004	62700	220 * II	127.69
IHT5733	55797609A	15/02/2004	65990	230 * V	191.53
LXP8918	54873179A	03/02/2004	65990	230 * V	191.53
LXP8918	54873180A	03/02/2004	70300	244 * I	191.53
LXP8918	54873180A	03/02/2004	65560	230 * I	191.53
LXP8918	54873179A	03/02/2004	50100	162 * I	574.61
LXU3337	55797394A	07/02/2004	51850	167	127.69
LYC6253	55797377A	06/02/2004	69120	232	53.20
LYF0640	55797329A	03/02/2004	65990	230 * V	191.53
LZB4606	55796818A	09/02/2004	65990	230 * V	191.53

LZB4606	55796818A	09/02/2004	50100	162	*	I	574.61
MAA5622	55797389A	07/02/2004	51850	167			127.69
MAP6247	55797341A	03/02/2004	66370	230	*	IX	127.69
MAX3766	55797613A	15/02/2004	69120	232			53.20
MAY9591	55797607A	13/02/2004	65560	230	*	I	191.53
MBE4045	55797396A	09/02/2004	66370	230	*	IX	127.69
MBJ8178	55797494A	13/02/2004	50450	162	*	V	191.53
MBU1703	55797306A	30/01/2004	73400	252	*	IV	85.12
MCE7516	55797456A	10/02/2004	66370	230	*	IX	127.69
MCZ4112	55082093A	14/02/2004	69120	232			53.20
MCZ4112	55082091A	14/02/2004	50100	162	*	I	574.61
MCZ4112	55082093A	14/02/2004	58350	195			127.69
MDL9050	55797376A	06/02/2004	51850	167			127.69
MFK6560	55797493A	13/02/2004	51850	167			127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

RODRIGO CORONHA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 210/2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU - 280610

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 210/2004

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ADC4950	55797681A	20/02/2004	65990	230 * V	191.53
AEE4986	55796819A	19/02/2004	69200	233	127.69
AKO1866	55797479A	11/02/2004	66530	230 * XI	127.69
CCD3699	55797264A	16/02/2004	69200	233	127.69
CDM3637	55797265A	16/02/2004	69200	233	127.69
GNZ8995	55083135A	14/02/2004	65990	230 * V	191.53
GNZ8995	55083137A	14/02/2004	50450	162 * V	191.53
GNZ8995	55083135A	14/02/2004	65560	230 * I	191.53
GNZ8995	55083136A	14/02/2004	70480	244 * II	191.53
JOD0724	55797690A	21/02/2004	65990	230 * V	191.53
KCZ7434	55797639A	17/02/2004	51850	167	127.69
LWS2809	55797397A	09/02/2004	51850	167	127.69

LWZ0508	55083081A	26/02/2004	69200	233		127.69
LXL2355	55083133A	11/02/2004	50100	162	* I	574.61
LXL2852	55083141A	19/02/2004	72340	250	* I * a	85.12
LXS5972	55797268A	22/02/2004	50450	162	* V	191.53
LXX6005	55083083A	26/02/2004	69200	233		127.69
LXX8441	55083146A	24/02/2004	65480	229		85.12
LXZ3496	55797013A	18/02/2004	61810	215	* II	127.69
LXZ3496	55797014A	18/02/2004	51850	167		127.69
LZC6669	55797664A	19/02/2004	65990	230	* V	191.53
LZD2600	55797651A	19/02/2004	65560	230	* I	191.53
MAM6332	55797653A	19/02/2004	51850	167		127.69
MAO7851	55797670A	19/02/2004	73660	252	* VI	85.12
MAX5591	55797706A	24/02/2004	52740	175		191.53
MBI0478	55797669A	19/02/2004	51850	167		127.69
MBO0137	55797668A	19/02/2004	51850	167		127.69
MBU6205	55797453A	10/02/2004	69120	232		53.20
MBU8087	55797263A	16/02/2004	69200	233		127.69
MCA3802	55082440A	25/02/2004	52740	175		191.53
MCA3802	55082440A	25/02/2004	59670	203	* V	191.53
MCB9193	55797644A	17/02/2004	51850	167		127.69
MCF7161	55082943A	25/02/2004	66370	230	* IX	127.69
MCJ5696	55797682A	20/02/2004	66530	230	* XI	127.69
MCX7261	55082586A	21/02/2004	58780	199		85.12
MCX8828	55797624A	15/02/2004	70300	244	* I	191.53
MCX8828	55797663A	19/02/2004	70300	244	* I	191.53
MDF1172	55083142A	23/02/2004	70480	244	* II	191.53
MDF1172	55083142A	23/02/2004	70300	244	* I	191.53
MDK0539	55797654A	19/02/2004	51850	167		127.69
MEL2626	55797666A	19/02/2004	51850	167		127.69
MEM7040	55797694A	21/02/2004	65990	230	* V	191.53
MFI5280	55083080A	17/02/2004	52740	175		191.53
MFR7010	55797677A	19/02/2004	65990	230	* V	191.53
MFR7010	55797677A	19/02/2004	50100	162	* I	574.61
MLA0800	55797633A	17/02/2004	51850	167		127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JAIR GRINGS
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 211/2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 211/2004

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ACD8125	55797825A	04/03/2004	57380	186 * II	191.53
ARG7600	55797846A	05/03/2004	51850	167	127.69
LWR1101	55082945A	08/03/2004	69120	232	53.20
LWR1101	55082945A	08/03/2004	50100	162 * I	574.61
LWR1101	55082945A	08/03/2004	65990	230 * V	191.53
LXO3683	55797859A	06/03/2004	51850	167	127.69
LXR6423	55797844A	05/03/2004	51850	167	127.69
LXU5525	55797753A	06/03/2004	72340	250 * I * a	85.12
LYL9145	55082094A	22/02/2004	66020	230 * VI	191.53
LYW4284	55797862A	06/03/2004	55680	181 * XIX	127.69
LYX1002	55797815A	04/03/2004	51850	167	127.69
LZE0528	55797847A	06/03/2004	51850	167	127.69
LZL5855	55083143A	23/02/2004	70300	244 * I	191.53
MAF8883	55797850A	06/03/2004	66370	230 * IX	127.69
MAZ2571	55797833A	05/03/2004	66370	230 * IX	127.69
MBC4271	55797840A	05/03/2004	55680	181 * XIX	127.69
MCJ5696	55797018A	06/03/2004	70560	244 * III	191.53
MDL0261	54873515A	05/03/2004	66020	230 * VI	191.53
MDR8682	55797016A	26/02/2004	70560	244 * III	191.53
MDR8682	55797016A	26/02/2004	58350	195	127.69
MDT6362	55797863A	08/03/2004	73400	252 * IV	85.12
MIR0600	55083149A	24/02/2004	65480	229	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

RODRIGO CORONHA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 212/2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU - 280610

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 212/2004

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ACX0744	55083086A	03/03/2004	69200	233	127.69
ADL2836	55799221A	29/02/2004	51850	167	127.69
ADZ9983	55799217A	29/02/2004	51850	167	127.69
AEC0683	55797807A	02/03/2004	69120	232	53.20
AEL3699	55799216A	29/02/2004	73400	252 * IV	85.12
AGN8672	55797814A	04/03/2004	51850	167	127.69
AJQ4430	55083090A	03/03/2004	69200	233	127.69
AKV6679	55082944A	29/02/2004	70480	244 * II	191.53
CCC1347	55797803A	02/03/2004	51850	167	127.69
JER7769	55797804A	02/03/2004	51850	167	127.69
JYI1035	55799242A	29/02/2004	65560	230 * I	191.53
LWV9221	55799215A	27/02/2004	65990	230 * V	191.53
LWX3439	55799231A	29/02/2004	51850	167	127.69
LWY1060	55082588A	10/03/2004	51850	167	127.69
LWY9764	55797813A	04/03/2004	51850	167	127.69
LXA3461	55799214A	27/02/2004	69120	232	53.20
LXD7637	55083091A	03/03/2004	55250	181 * XV	85.12
LXJ0008	55799230A	29/02/2004	51850	167	127.69
LXN6946	55799235A	29/02/2004	51850	167	127.69
LXN8982	55797513A	16/03/2004	54520	181 * VIII	127.69
LXR6423	55797552A	10/03/2004	65480	229	85.12
LXV2097	55799233A	29/02/2004	51850	167	127.69
LYX1002	55797271A	28/02/2004	54870	181 * XI	127.69
LZC4256	55799223A	29/02/2004	51850	167	127.69
LZC9863	55797861A	06/03/2004	65990	230 * V	191.53
LZC9863	55797861A	06/03/2004	50100	162 * I	574.61
LZI9177	55797812A	04/03/2004	51850	167	127.69
LZQ9690	55799210A	27/02/2004	51850	167	127.69
LZS2114	55797806A	02/03/2004	50450	162 * V	191.53
LZV1696	55799234A	29/02/2004	69120	232	53.20
LZZ4334	55082947A	13/03/2004	65990	230 * V	191.53
LZZ4334	55082947A	13/03/2004	69120	232	53.20
LZZ4334	55082947A	13/03/2004	50100	162 * I	574.61
MAI9475	55797810A	04/03/2004	69120	232	53.20
MAI9475	55797811A	04/03/2004	68230	231 * IV	127.69
MAI9475	55797810A	04/03/2004	50610	163 c/c 162 * I	574.61
MAK4669	55799244A	02/03/2004	50100	162 * I	574.61
MAQ7071	55799240A	29/02/2004	73400	252 * IV	85.12
MAW9751	55797858A	06/03/2004	51850	167	127.69
MAX3925	55799250A	02/03/2004	51850	167	127.69
MAX8374	55799248A	02/03/2004	51850	167	127.69
MBC0247	55799207A	27/02/2004	51850	167	127.69
MBE6422	55799249A	02/03/2004	51850	167	127.69
MBF7768	55799225A	29/02/2004	51850	167	127.69
MBH9951	55797805A	02/03/2004	73660	252 * VI	85.12
MBM1059	55799219A	29/02/2004	51850	167	127.69
MBP2990	55083089A	03/03/2004	69200	233	127.69
MBQ7956	55799245A	02/03/2004	69120	232	53.20
MBQ7956	55799245A	02/03/2004	65990	230 * V	191.53
MBR9592	55799241A	29/02/2004	73400	252 * IV	85.12
MBS8125	55799239A	29/02/2004	69120	232	53.20
MBU7381	55797017A	29/02/2004	66100	230 * VII	127.69
MBU7381	55797017A	29/02/2004	65560	230 * I	191.53
MBV2073	55081864A	04/03/2004	70560	244 * III	191.53
MBY7416	55797801A	02/03/2004	66530	230 * XI	127.69
MCD3233	55799203A	27/02/2004	51850	167	127.69
MCE7477	55799228A	29/02/2004	51850	167	127.69
MCJ4179	55799218A	29/02/2004	51850	167	127.69
MCN0376	55799213A	27/02/2004	51850	167	127.69

MCT3039	55082948A	14/03/2004	69120	232		53.20
MCT3039	55082948A	14/03/2004	66370	230 * IX		127.69
MCX8828	55799232A	29/02/2004	73400	252 * IV		85.12
MDH2490	55799229A	29/02/2004	69120	232		53.20
MDJ9441	55799222A	29/02/2004	73400	252 * IV		85.12
MDJ9441	55799222A	29/02/2004	58350	195		127.69
MDU2441	54873037A	04/03/2004	58780	199		85.12
MDU9061	55799212A	27/02/2004	51850	167		127.69
MEI4780	55797817A	04/03/2004	51850	167		127.69
MEI4780	55797817A	04/03/2004	50450	162 * V		191.53
MEQ8980	55083087A	03/03/2004	69200	233		127.69
MER7730	55799243A	29/02/2004	51850	167		127.69
MFM5480	55799208A	27/02/2004	51850	167		127.69
MFN9009	55799247A	02/03/2004	51850	167		127.69
MFW3010	55799226A	29/02/2004	51850	167		127.69
MMM7654	55799205A	27/02/2004	52070	169		53.20
MMM7654	55799205A	27/02/2004	66610	230 * XII		127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JAIR GRINGS
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 226/2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU - 280610

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 226/2004

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AEA1276	55798025A	11/06/2004	54520	181 * VIII	127.69
BJL1021	55798308A	16/06/2004	65990	230 * V	191.53
BVU1860	55798508A	12/06/2004	54520	181 * VIII	127.69
LYE3101	55798122A	02/06/2004	55410	181 * XVII	53.20
LYJ1539	55798272A	07/06/2004	65990	230 * V	191.53
LYJ1539	55798272A	07/06/2004	55680	181 * XIX	127.69
LZD2030	55798505A	12/06/2004	51850	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JAIR GRINGS
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 227/2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 227/2004

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AFX9808	55798517A	25/06/2004	57380	186 * II	191.53
KFK3828	55798035A	29/06/2004	55250	181 * XV	85.12
LWS9085	55798065A	29/06/2004	69200	233	127.69
LWV2534	55798067A	29/06/2004	69200	233	127.69
LZF4150	55798432A	27/06/2004	51690	165	957.69
LZF4150	55798431A	27/06/2004	65990	230 * V	191.53
MAT4558	55798460A	16/06/2004	69120	232	53.20
MAT4558	55798460A	16/06/2004	65990	230 * V	191.53
MAT4558	55798460A	16/06/2004	50610	163 c/c 162 * I	574.61
MAT4558	55798460A	16/06/2004	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

RODRIGO CORONHA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 228/2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 228/2004

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CAT2485	55798047A	05/07/2004	51930	168	191.53
LXK8340	55798433A	03/07/2004	55680	181 * XIX	127.69
LYE9309	55798285A	15/06/2004	66020	230 * VI	191.53
LZI0792	55082513A	14/06/2004	61220	214 * I	191.53
LZO6208	55798041A	02/07/2004	55250	181 * XV	85.12
MAV4582	55083166A	05/07/2004	50100	162 * I	574.61
MBI4734	55798469A	03/07/2004	65990	230 * V	191.53
MBM1286	55798034A	29/06/2004	55250	181 * XV	85.12
MBN5479	55798520A	02/07/2004	55680	181 * XIX	127.69
MMR1500	55798045A	02/07/2004	51850	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
RODRIGO CORONHA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 229/2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU - 280610

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 229/2004

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AFF2085	55798033A	29/06/2004	55250	181 * XV	85.12
BJH9041	55798441A	11/07/2004	69120	232	53.20
BJH9041	55798442A	11/07/2004	58350	195	127.69
BJH9041	55798442A	11/07/2004	52740	175	191.53
BJH9041	55798442A	11/07/2004	51690	165	957.69
LZD7710	55798653A	14/07/2004	57380	186 * II	191.53
LZF9874	55798702A	13/07/2004	55250	181 * XV	85.12
MAM1614	55798337A	10/07/2004	65990	230 * V	191.53
MBV7567	55798296A	07/07/2004	70300	244 * I	191.53
MBX2051	55798326A	25/06/2004	65990	230 * V	191.53
MCC9290	55798125A	13/07/2004	55250	181 * XV	85.12
MDM9082	55798328A	28/06/2004	66370	230 * IX	127.69
MDM9082	55798327A	28/06/2004	59080	202 * I	127.69
MDM9082	55798329A	28/06/2004	67260	230 * XVIII	127.69
MFA3390	55798242A	01/07/2004	52070	169	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JAIR GRINGS

DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 230/2004

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 230/2004

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZI5301	55798243A	03/07/2004	51690	165	957.69
MDM9082	55798241A	01/07/2004	50610	163 c/c 162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DI-

AS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

RODRIGO CORONHA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 250/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU - 280610

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 250/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZM4937	55798774A	22/09/2004	69200	233	127.69
MBI1669	55798547A	24/09/2004	54520	181 * VIII	127.69
MCV1110	55798545A	20/09/2004	55680	181 * XIX	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

JAIR GRINGS
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 253/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU - 280610

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 253/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AAE2164	55798783A	29/09/2004	69120	232	53.20
AJD9599	54118322B	18/10/2004	69200	233	127.69
LXH2383	55799107A	01/10/2004	69200	233	127.69
MBG9170	55080708A	03/10/2004	52740	175	191.53
MBQ3100	55796845A	07/10/2004	69200	233	127.69
MCC1366	55799159A	18/10/2004	54520	181 * VIII	127.69
MCT0602	55799021A	10/10/2004	66100	230 * VII	127.69
MCT0602	55799021A	10/10/2004	66370	230 * IX	127.69
MDL5992	55799157A	18/10/2004	54520	181 * VIII	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

JAIR GRINGS
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 255/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 255/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BEJ5550	54118536B	02/11/2004	55680	181 * XIX	127.69
GOS5416	54118572B	16/11/2004	55250	181 * XV	85.12
IFI9239	55799176A	01/12/2004	55680	181 * XIX	127.69
IJW5627	55081872A	03/11/2004	65990	230 * V	191.53
LWR8867	54118333B	30/10/2004	66370	230 * IX	127.69
LWR8867	54118334B	30/10/2004	67000	230 * XVI	127.69
LWR8867	54118333B	30/10/2004	66530	230 * XI	127.69
LZZ2050	54118458B	06/12/2004	69200	233	127.69
MAQ4403	54118546B	06/11/2004	54520	181 * VIII	127.69
MCK1965	54118550B	08/11/2004	70300	244 * I	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
RODRIGO CORONHA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 257/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU - 280610

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 257/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
DHI2399	54118906B	20/12/2004	69120	232	53.20
MCL9038	54118745B	13/12/2004	72340	250 * I * a	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
JAIR GRINGS
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 259/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO

DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 259/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ICY1769	54118965B	23/12/2004	51850	167	127.69
LWS3320	55799136A	30/11/2004	51850	167	127.69
LXF4489	55799039A	23/12/2004	69120	232	53.20
LXF4489	55799039A	23/12/2004	50450	162 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

RODRIGO CORONHA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 261/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 261/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWY0987	55798083A	29/12/2004	69200	233	127.69
MGO6430	55799048A	26/12/2004	65990	230 * V	191.53
MGO6430	55799048A	26/12/2004	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

RODRIGO CORONHA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 263/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 263/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CAA1454	54118747B	16/12/2004	51850	167	127.69
ICD6126	54118363B	31/12/2004	57200	186 * I	127.69
LXX0403	55799146A	08/12/2004	52820	176 * I	957.69
MBB6518	54119065B	10/01/2005	65990	230 * V	191.53
MBJ5924	55080845A	29/11/2004	70300	244 * I	191.53
MBJ5924	55080845A	29/11/2004	65560	230 * I	191.53
MDV9141	54118364B	31/12/2004	66370	230 * IX	127.69
MGP5850	55799033A	21/12/2004	65990	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

RODRIGO CORONHA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 265/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU - 280610

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 265/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ABO1248	54118929B	17/01/2005	61220	214 * I	191.53
MBW7207	54118435B	02/01/2005	65990	230 * V	191.53
MCX9391	54118997B	13/01/2005	73400	252 * IV	85.12
MCX9391	54118997B	13/01/2005	70300	244 * I	191.53
MDN2168	54119022B	22/12/2004	54520	181 * VIII	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

JAIR GRINGS
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 267/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU - 280610

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 267/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWW4001	54118998B	13/01/2005	51850	167	127.69
LXN5404	54119255B	18/01/2005	66100	230 * VII	127.69
LYR5920	55081877A	24/01/2005	51850	167	127.69
MBH4966	54118993B	08/01/2005	51850	167	127.69
MCF0845	55798092A	29/12/2004	69200	233	127.69
MCX7261	54118371B	09/01/2005	70300	244 * I	191.53
MDL4608	54119000B	13/01/2005	51850	167	127.69
MGO6490	54118924B	13/01/2005	57380	186 * II	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

JAIR GRINGS
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 269/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU - 280610

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 269/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IES0999	54118969B	23/12/2004	51850	167	127.69
MDK6101	54118971B	24/12/2004	70300	244 * I	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

JAIR GRINGS
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 271/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU - 280610

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 271/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ACA0839	54119087B	18/01/2005	51850	167	127.69
AED2024	54119653B	22/02/2005	51850	167	127.69
AKW6620	55081233A	13/02/2005	69120	232	53.20
LXR8218	54119130B	22/02/2005	69200	233	127.69
MAY7695	54118491B	09/02/2005	51850	167	127.69
MCL2317	54119041B	03/01/2005	55250	181 * XV	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

JAIR GRINGS
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 272/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU - 280610

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 272/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BGM5232	54119389B	18/02/2005	51850	167	127.69
MAE7220	54118934B	29/01/2005	51850	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

CAMBORIU/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

JAIR GRINGS
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 276/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU - 280610

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 276/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AEX5898	55797421A	21/02/2005	73660	252 * VI	85.12
KLB5923	55083007A	01/03/2005	52070	169	53.20
LXY9277	54119603B	16/02/2005	55250	181 * XV	85.12
LYT4124	54119699B	06/03/2005	73400	252 * IV	85.12
LZC7233	54120058B	20/03/2005	55680	181 * XIX	127.69
LZQ8970	54119691B	06/03/2005	51850	167	127.69
MAK1056	54119863B	10/03/2005	51850	167	127.69
MCB7064	54119614B	20/02/2005	55680	181 * XIX	127.69
MEJ1852	54119814B	11/03/2005	50100	162 * I	574.61
MES3720	54119784B	13/03/2005	65990	230 * V	191.53
MFA1990	54119323B	22/02/2005	60500	208	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

JAIR GRINGS
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 278/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU - 280610

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 278/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAA0003	54119874B	14/03/2005	51850	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
JAIR GRINGS
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 280/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU - 280610

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 280/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BNL3320	54119337B	07/04/2005	55500	181 * XVIII	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

JAIR GRINGS
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 282/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU - 280610

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 282/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
HQU3271	55797448A	26/02/2005	51850	167	127.69
LYV0109	55797439A	25/02/2005	51850	167	127.69
MAC5399	54120072B	21/03/2005	69120	232	53.20
MAU9800	55081231A	11/02/2005	65990	230 * V	191.53
MDK0069	54119604B	16/02/2005	55680	181 * XIX	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

JAIR GRINGS
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 284/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU - 280610

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 284/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MBP4073	55081228A	11/02/2005	70990	244 * VII	85.12
MBY4593	54118949B	22/02/2005	70480	244 * II	191.53
MBY4593	54118949B	22/02/2005	68580	231 * VII	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

JAIR GRINGS
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 286/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU - 280610

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 286/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZU5526	55796984A	25/04/2005	55500	181 * XVIII	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

JAIR GRINGS
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 288/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU - 280610

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 288/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AXR0388	54119724B	15/04/2005	69200	233	127.69
BLN9767	54120108B	26/04/2005	55250	181 * XV	85.12
IFB0865	54119405B	26/02/2005	51850	167	127.69
LXF1783	54118936B	02/02/2005	73230	252 * II	85.12
MES9742	54119237B	06/02/2005	50610	163 c/c 162 * I	574.61
MGM5560	54119984B	15/04/2005	69200	233	127.69
MII3190	55081244A	15/02/2005	51850	167	127.69
MII9730	54118696B	05/05/2005	70300	244 * I	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
JAIR GRINGS
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 290/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 290/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
-------	--------	------------	------------	---------------	-------------

IIY7245	54120204B	06/05/2005	69200	233		127.69
MBX5125	54119307B	22/01/2005	67690	230	* XXII	85.12
MBX5125	54119308B	22/01/2005	57200	186	* I	127.69
MDC0147	54119144B	24/04/2005	52740	175		191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

RODRIGO CORONHA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 292/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU - 280610

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 292/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MEC0271	54119882B	17/03/2005	55680	181 * XIX	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

JAIR GRINGS
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 294/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 294/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MBB7024	55081000A	19/02/2005	65990	230 * V	191.53
MBB7024	55081000A	19/02/2005	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

RODRIGO CORONHA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 298/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU - 280610

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 298/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
KIV0688	54120205B	06/05/2005	69200	233	127.69
LZN5551	54119728B	09/05/2005	54520	181 * VIII	127.69
MCO7469	54118379B	11/03/2005	55680	181 * XIX	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARA-

GRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
JAIR GRINGS
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 300/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU - 280610

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 300/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWV6587	54120119B	24/05/2005	55680	181 * XIX	127.69
MAU4403	54120183B	24/05/2005	69200	233	127.69
MCA2110	54118825B	02/06/2005	55680	181 * XIX	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
JAIR GRINGS
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 301/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 301/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
GYO3118	54120198B	03/06/2005	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

RODRIGO CORONHA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 303/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 303/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
JXR7660	54120413B	17/06/2005	50610	163 c/c 162 * I	574.61
JXR7660	54120412B	17/06/2005	50100	162 * I	574.61
LWX9113	54872235A	22/06/2005	65990	230 * V	191.53
MBR7927	54120125B	22/06/2005	69120	232	53.20
MCI6875	54119407B	26/02/2005	73400	252 * IV	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

RODRIGO CORONHA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 305/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU - 280610

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 305/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AKO8727	54120027B	22/06/2005	69200	233	127.69
LWX3439	54120311B	20/07/2005	67260	230 * XVIII	127.69
LWX3439	54120310B	20/07/2005	52070	169	53.20
LWX3439	54120311B	20/07/2005	66100	230 * VII	127.69
LWX3439	54120310B	20/07/2005	51850	167	127.69
LYQ1485	54120419B	18/06/2005	51690	165	957.69
MCI5715	54120417B	18/06/2005	70130	242	191.53
MDQ0121	54120130B	30/06/2005	55250	181 * XV	85.12
MDR4278	54119554B	29/06/2005	54520	181 * VIII	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
JAIR GRINGS
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 307/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 307/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AAF7328	54872240A	22/06/2005	51850	167	127.69
AEQ6195	54119564B	18/07/2005	69200	233	127.69
IKK7964	54119799B	08/04/2005	69120	232	53.20
JKS3876	54118834B	13/06/2005	69120	232	53.20
LWR4362	54119568B	18/07/2005	69200	233	127.69
LYJ6038	55799178A	01/12/2004	54520	181 * VIII	127.69
LYJ6741	54119138B	22/04/2005	55500	181 * XVIII	85.12
LYO2936	54119879B	17/03/2005	51850	167	127.69
LYP8500	54119336B	03/04/2005	70300	244 * I	191.53
LZE4548	54119642B	15/03/2005	62700	220 * II	127.69
LZF8511	54119559B	14/07/2005	57970	191	191.53
MAI2384	55799116A	04/10/2004	56140	182 * V	127.69
MAI6273	54872242A	22/06/2005	65990	230 * V	191.53
MAJ4223	55798856A	18/08/2005	69200	233	127.69
MAJ7220	54118869B	14/05/2005	53800	181 * I	85.12
MAT8941	54872233A	22/06/2005	65990	230 * V	191.53
MBH6715	55083044A	06/08/2005	70300	244 * I	191.53
MEK0391	54118395B	12/07/2005	55250	181 * XV	85.12
MFP4392	54120013B	14/06/2005	66020	230 * VI	191.53
MGB5880	54120553B	17/07/2005	65300	228	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

RODRIGO CORONHA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 309/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU - 280610

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 309/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
-------	--------	------------	------------	---------------	-------------

ABG0195	54120655B	08/08/2005	65800	230	*	IV	191.53
ABH7987	54118842B	13/06/2005	65800	230	*	IV	191.53
MBQ2490	55798963A	25/08/2004	51850	167			127.69
MDH9049	54118819B	15/05/2005	66370	230	*	IX	127.69
MDH9049	54118818B	15/05/2005	50100	162	*	I	574.61
MDH9049	54118819B	15/05/2005	65990	230	*	V	191.53
MEU1987	54120329B	08/09/2005	52740	175			191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

JAIR GRINGS
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 311/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 311/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ALX0594	55798858A	18/08/2005	69200	233	127.69
BAR1677	55798867A	11/09/2005	52070	169	53.20
LXH1921	54120808B	04/09/2005	70480	244 * II	191.53
MAX1827	54120729B	25/08/2005	65990	230 * V	191.53
MCY0637	54120188B	30/05/2005	50100	162 * I	574.61
MCY0637	54120188B	30/05/2005	55500	181 * XVIII	85.12
MCY0637	54120188B	30/05/2005	50610	163 c/c 162 * I	574.61
MCY0637	54120188B	30/05/2005	66370	230 * IX	127.69
MEM6201	55083188A	27/08/2005	68660	231 * VIII	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
RODRIGO CORONHA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 313/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 313/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MGV1080	54120701B	02/08/2005	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
RODRIGO CORONHA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 315/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 315/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AAB2690	55798606A	28/08/2004	66370	230 * IX	127.69
AKU9394	54121111B	06/10/2005	69200	233	127.69
CJS2661	54120518B	09/09/2005	55250	181 * XV	85.12
LZR8422	54119752B	03/03/2005	65990	230 * V	191.53
MBH5484	54119566B	18/07/2005	69200	233	127.69
MBR8429	54120907B	29/09/2005	50610	163 c/c 162 * I	574.61
MBR8429	54120907B	29/09/2005	50100	162 * I	574.61
MBT7092	54121006B	02/10/2005	50610	163 c/c 162 * I	574.61
MCK1887	54120248B	04/10/2005	69200	233	127.69
MDT7889	54118863B	14/05/2005	55500	181 * XVIII	85.12
MEU7312	54120653B	06/08/2005	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

RODRIGO CORONHA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 1326/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 1326/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CIF6708	55727688E	20/12/2014	50100	162 * I
DGS0224	55728008E	27/11/2014	65992	230 * V
DGS0224	55728009E	27/11/2014	50100	162 * I
DGS0224	55728010E	27/11/2014	51180	164 c/c 162 * I
GGG5785	55727501E	17/12/2014	67691	230 * XXII
GGG5785	55727503E	17/12/2014	66372	230 * IX
ICD5167	55727222E	20/12/2014	65992	230 * V
IDO1554	55728305E	26/11/2014	51691	165
LYP0383	55727339E	07/12/2014	50100	162 * I
LYP0383	55727340E	07/12/2014	65992	230 * V

LYP0383	55727341E	07/12/2014	69120	232	
MAI9538	55728551E	17/12/2014	65992	230	* V
MAI9538	55728552E	17/12/2014	50100	162	* I
MBZ9585	55728653E	21/12/2014	50100	162	* I
MCM7014	55726891E	23/11/2014	50100	162	* I
MDH7109	55728401E	23/11/2014	50100	162	* I
MDH7109	55728402E	23/11/2014	51180	164	c/c 162 * I
MDH7109	55728403E	23/11/2014	69120	232	
MDS3857	55727514E	19/12/2014	50100	162	* I
MDS3857	55727515E	19/12/2014	65992	230	* V
MDS3857	55727516E	19/12/2014	69120	232	
MEF8119	55727328E	27/11/2014	65992	230	* V
MEF8119	55727329E	27/11/2014	69120	232	
MEF8119	55727331E	27/11/2014	66020	230	* VI
MEF8119	55727332E	27/11/2014	66532	230	* XI
MER1199	55726532E	21/12/2014	65992	230	* V
MHI2791	54456028E	17/12/2014	50450	162	* V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 17 DE JANEIRO DE 2015.

RODRIGO CORONHA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 1327/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU - 280610

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 1327/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CHH9247	54014737N	30/12/2014	50020	257 8\$
CHH9247	54014738N	30/12/2014	50020	257 8\$
KYL0488	55728603E	19/12/2014	51851	167
LNC7835	55728601E	19/12/2014	51851	167
LXS7103	55728602E	19/12/2014	51851	167
MDE3132	55728128E	15/12/2014	51851	167

MEF8119	55727330E	27/11/2014	70561	244	*	III
MEI4921	55728604E	19/12/2014	51851	167		
MEO8907	54012560N	29/12/2014	50020	257		8\$
MEY0579	55727513E	19/12/2014	70481	244	*	II
MFN4599	55728237E	16/12/2014	60760	210		
MFV6394	54947490E	23/11/2014	54521	181	*	VIII
MFV6394	54947491E	23/11/2014	55250	181	*	XV
MGV2879	54950332E	29/11/2014	55680	181	*	XIX
MJY2396	54456017E	01/12/2014	55411	181	*	XVII
MLA0624	55728239E	16/12/2014	64910	227	*	II
MMB7653	55728466E	09/12/2014	70561	244	*	III
OAZ1007	55728554E	19/12/2014	55413	181	*	XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 17 DE JANEIRO DE 2015.

JAIR GRINGS

DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 1330/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 1330/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ADK2362	55728016E	03/01/2015	66372	230 * IX
AFP1623	55727243E	26/12/2014	50100	162 * I
AFP1623	55727244E	26/12/2014	51180	164 c/c 162 * I
ASJ4340	54950336E	24/12/2014	65480	229
AWW0700	55728576E	08/01/2015	65992	230 * V
AWW0700	55728577E	08/01/2015	50100	162 * I
CDW6756	55727236E	23/12/2014	65992	230 * V
CDW6756	55727237E	23/12/2014	50100	162 * I
CDW6756	55727238E	23/12/2014	51180	164 c/c 162 * I
HVF0242	55728804E	24/12/2014	65992	230 * V
HVF0242	55728805E	24/12/2014	50450	162 * V

IDH3540	55728756E	05/01/2015	65992	230	*	V
IDV3980	55726620E	07/12/2014	69120	232		
IIC3600	55728833E	05/01/2015	65992	230	*	V
LXE2040	55728820E	26/12/2014	65992	230	*	V
LXK9805	55728358E	25/12/2014	53200	176	*	V
LXK9805	55728355E	25/12/2014	50100	162	*	I
LXK9805	55728357E	25/12/2014	51180	164	c/c	162 * I
LXM7763	55728407E	21/12/2014	65992	230	*	V
LXM7763	55728408E	21/12/2014	65800	230	*	IV
LXM7763	55728409E	21/12/2014	50100	162	*	I
LXM7763	55728410E	21/12/2014	51180	164	c/c	162 * I
LXP1307	55728657E	22/12/2014	65992	230	*	V
LZA9947	55728157E	10/01/2015	65992	230	*	V
LZA9947	55728158E	10/01/2015	50100	162	*	I
LZZ6683	55728359E	26/12/2014	50100	162	*	I
LZZ6683	55728361E	26/12/2014	65992	230	*	V
LZZ6683	55728362E	26/12/2014	51180	164	c/c	162 * I
MAV3038	55727526E	27/12/2014	50100	162	*	I
MAV3038	55727527E	27/12/2014	65992	230	*	V
MAV3038	55727528E	27/12/2014	69120	232		
MBZ9585	55728654E	21/12/2014	69120	232		
MBZ9585	55728655E	21/12/2014	51180	164	c/c	162 * I
MCG1479	55727691E	28/12/2014	65992	230	*	V
MCG1479	55727692E	28/12/2014	73400	252	*	IV
MCG5883	55727675E	07/12/2014	50100	162	*	I
MCW6135	55728627E	31/12/2014	73400	252	*	IV
MCX9455	55727680E	07/12/2014	65992	230	*	V
MDO3868	55727231E	23/12/2014	50450	162	*	V
MEA5037	55726546E	23/12/2014	50450	162	*	V
MEB8391	55726625E	25/12/2014	65992	230	*	V
MEC5238	55728955E	24/12/2014	50100	162	*	I
MEC5238	55728956E	24/12/2014	65992	230	*	V
MEC5238	55728957E	24/12/2014	69120	232		
MEE8936	55728156E	10/01/2015	65992	230	*	V
MEW6506	55727539E	01/01/2015	65992	230	*	V
MFM3140	55726544E	23/12/2014	65992	230	*	V
MGR8791	55727233E	23/12/2014	69120	232		
MGZ4712	55727519E	22/12/2014	50100	162	*	I
MGZ4712	55727520E	22/12/2014	65992	230	*	V
MHF3850	55728067E	07/12/2014	51691	165		
MHJ5252	55727534E	31/12/2014	50100	162	*	I
MHJ5252	55727535E	31/12/2014	65992	230	*	V
MHJ5252	55727536E	31/12/2014	69120	232		
MIG0768	55727517E	21/12/2014	69120	232		
MIG0768	55727518E	21/12/2014	65992	230	*	V
MIM4160	55726542E	22/12/2014	65992	230	*	V
MIM4160	55726543E	22/12/2014	69120	232		
MIW5554	55727694E	05/01/2015	50100	162	*	I
MJJ1821	55728812E	26/12/2014	73400	252	*	IV
MKB8799	54947497E	28/12/2014	65992	230	*	V
MKR5262	55728793E	08/01/2015	50100	162	*	I
OSH2513	55726524E	20/12/2014	69120	232		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 24 DE JANEIRO DE 2015.

RODRIGO CORONHA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 1331/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU - 280610

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 1331/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AJX0453	55728618E	22/12/2014	55413	181 * XVII
EPI8453	55728567E	27/12/2014	73740	253
HQE4496	55728561E	23/12/2014	73662	252 * VI
JMI1155	55728658E	23/12/2014	51851	167
JTV8943	55728616E	22/12/2014	51851	167
LXP1307	55728656E	22/12/2014	54521	181 * VIII
LYE5622	55728575E	05/01/2015	55680	181 * XIX
MAS5241	55728458E	26/11/2014	51851	167
MBZ9585	55728969E	05/01/2015	60760	210
MBZ9585	55728960E	05/01/2015	57200	186 * I
MCC7957	54949998E	23/12/2014	54600	181 * IX
MCQ8474	55728954E	23/12/2014	60501	208
MCW6135	55728626E	31/12/2014	57200	186 * I
MCW6135	55728629E	31/12/2014	51851	167
MDC1075	55726617E	05/12/2014	54600	181 * IX
MDW2669	55728826E	29/12/2014	55500	181 * XVIII
MEA3650	55728150E	22/12/2014	55413	181 * XVII
MFC7571	54947592E	29/12/2014	55680	181 * XIX
MFD7231	55728147E	22/12/2014	73662	252 * VI
MFD7231	55728612E	22/12/2014	51851	167
MFJ1337	55728610E	22/12/2014	51851	167
MGX7695	54019643N	13/01/2015	50020	257 8\$
MHK9834	55728074E	08/12/2014	70561	244 * III
MJJ7162	55728634E	05/01/2015	51851	167
MJS3883	55728607E	22/12/2014	55680	181 * XIX
MKI1050	55728568E	31/12/2014	73662	252 * VI
MKS9786	55728083E	22/12/2014	55413	181 * XVII
MKW1400	55727926E	26/12/2014	51851	167
MLL2557	55728569E	04/01/2015	55413	181 * XVII
MLX4982	55728084E	23/12/2014	60501	208
NED1749	55728065E	07/12/2014	55680	181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU

POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 24 DE JANEIRO DE 2015.

JAIR GRINGS
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 231/2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 231/2004

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ABV0052	55798564A	02/08/2004	51850	167
ACH8431	55798962A	25/08/2004	51850	167
AEN2052	55797566A	01/08/2004	54600	181 * IX
AFA6711	55798746A	29/08/2004	66530	230 * XI
AHR2795	55798584A	15/08/2004	69470	235
AKO2046	55798815A	02/08/2004	70300	244 * I
AKO2046	55798815A	02/08/2004	50100	162 * I
AKT9545	55798659A	29/07/2004	59240	203 * I
ALA1221	55082515A	22/08/2004	51690	165
BUY2454	55798681A	11/08/2004	65990	230 * V
BUY2454	55798681A	11/08/2004	50450	162 * V
DDW7837	55798239A	16/07/2004	69200	233
ICY2865	55797033A	17/08/2004	50610	163 c/c 162 * I
ICY2865	55797032A	17/08/2004	50100	162 * I
LWX1022	55797579A	29/08/2004	51690	165
LXC8418	55798720A	04/08/2004	51850	167
LXE6159	55798660A	31/07/2004	55680	181 * XIX
LXG1057	55797036A	17/08/2004	50100	162 * I
LXN4455	55797031A	13/08/2004	51850	167
LXU1592	55798373A	28/08/2004	65990	230 * V
LXW8486	55798661A	31/07/2004	55680	181 * XIX
LYB8614	55080953A	20/07/2004	65990	230 * V
LYB8614	55080953A	20/07/2004	50450	162 * V
LYH7164	55798567A	06/08/2004	69200	233
LYS4372	55798338A	16/08/2004	55500	181 * XVIII
LYT1516	55798904A	14/08/2004	51690	165

LYT1516	55798904A	14/08/2004	50100	162	*	I
LYX1774	55798835A	11/08/2004	65990	230	*	V
LYX8925	55798760A	02/08/2004	50450	162	*	V
LYX8925	55798760A	02/08/2004	69120	232		
LZA4512	55798365A	03/08/2004	65800	230	*	IV
LZI3958	55798806A	27/07/2004	58190	193		
LZJ9658	55798811A	31/07/2004	70480	244	*	II
LZJ9658	55798810A	31/07/2004	50100	162	*	I
LZR1521	55798692A	18/08/2004	65560	230	*	I
LZR1521	55798693A	18/08/2004	52740	175		
LZR1521	55798693A	18/08/2004	50100	162	*	I
LZR1521	55798692A	18/08/2004	58350	195		
LZR1521	55798693A	18/08/2004	51180	164	c/c 162	* I
LZW8588	55797034A	17/08/2004	69120	232		
LZW8588	55797034A	17/08/2004	50100	162	*	I
LZY1299	55798831A	11/08/2004	65800	230	*	IV
LZZ6179	55798832A	11/08/2004	65990	230	*	V
LZZ6179	55798832A	11/08/2004	69120	232		
MAA7472	55798363A	03/08/2004	66020	230	*	VI
MAC7634	55798823A	04/08/2004	55680	181	*	XIX
MAD0906	55798586A	18/08/2004	51850	167		
MAE0994	55798839A	11/08/2004	65990	230	*	V
MAJ2065	55798715A	02/08/2004	65990	230	*	V
MAJ5914	55798801A	24/07/2004	66020	230	*	VI
MAR1367	55798837A	11/08/2004	51850	167		
MAW6674	55798474A	15/08/2004	69120	232		
MAW6674	55798475A	15/08/2004	51690	165		
MAW6674	55798474A	15/08/2004	58350	195		
MAW6674	55798126A	09/08/2004	65990	230	*	V
MAW6674	55798735A	09/08/2004	52740	175		
MAY4291	55798903A	12/08/2004	58780	199		
MBA4049	55798558A	25/07/2004	66100	230	*	VII
MBB5298	55798686A	17/08/2004	55250	181	*	XV
MBC5916	55798745A	29/08/2004	65990	230	*	V
MBC5916	55798745A	29/08/2004	66370	230	*	IX
MBE7071	55798364A	03/08/2004	65990	230	*	V
MBE7071	55798364A	03/08/2004	50100	162	*	I
MBF0998	55798590A	18/08/2004	65990	230	*	V
MBF5567	55798827A	08/08/2004	59670	203	*	V
MBG0164	55798605A	28/08/2004	51690	165		
MBG9480	55798824A	05/08/2004	72340	250	*	I * a
MBM8160	55798071A	30/07/2004	55680	181	*	XIX
MBO9218	55798663A	04/08/2004	66530	230	*	XI
MBR7280	55798901A	12/08/2004	54520	181	*	VIII
MBS8898	55798716A	02/08/2004	66370	230	*	IX
MBS8898	55798716A	02/08/2004	69120	232		
MBS8898	55798838A	11/08/2004	66370	230	*	IX
MBS8898	55798838A	11/08/2004	69120	232		
MBS8898	55798716A	02/08/2004	70300	244	*	I
MBS8898	55798838A	11/08/2004	50450	162	*	V
MBU7759	55798245A	22/07/2004	73660	252	*	VI
MBX4868	55798678A	10/08/2004	56650	182	*	X
MBZ0451	55798711A	28/07/2004	51180	164	c/c 162	* I
MBZ0451	55798710A	28/07/2004	50100	162	*	I
MBZ0451	55798710A	28/07/2004	69120	232		
MBZ0451	55798710A	28/07/2004	65990	230	*	V
MCB2035	55798959A	25/08/2004	51850	167		
MCD1175	55798574A	14/08/2004	70300	244	*	I
MCK5318	55798369A	17/08/2004	65990	230	*	V
MCM7316	55798529A	30/07/2004	54520	181	*	VIII
MCS2032	55798552A	21/07/2004	70300	244	*	I
MCX1190	55798812A	01/08/2004	55680	181	*	XIX
MCX2500	55798967A	25/08/2004	51850	167		

MDA1589	55798966A	25/08/2004	70990	244	* VII
MDF1172	55798367A	16/08/2004	70560	244	* III
MDF1172	55798717A	02/08/2004	66370	230	* IX
MDI7061	55797405A	29/07/2004	58190	193	
MDR5362	55797531A	19/07/2004	50100	162	* I
MDR5362	55797531A	19/07/2004	50610	163	c/c 162 * I
MDR5362	55797531A	19/07/2004	70300	244	* I
MDT2892	55798712A	29/07/2004	54520	181	* VIII
MDY1842	55798733A	06/08/2004	66370	230	* IX
MDY1842	55798733A	06/08/2004	66020	230	* VI
MDY1842	55798733A	06/08/2004	50100	162	* I
MGD5690	55798368A	16/08/2004	70560	244	* III
MGD5690	55797028A	31/07/2004	66530	230	* XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

RODRIGO CORONHA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 232/2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 232/2004

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CZU3398	55798741A	25/08/2004	51850	167
LXU2683	55798958A	23/08/2004	51850	167
LYT8738	55797581A	31/08/2004	52740	175
LYT8738	55797582A	31/08/2004	65560	230 * I
LZD3066	55799062A	01/09/2004	65990	230 * V
MAA1284	55799054A	01/09/2004	66530	230 * XI
MAA1284	55799054A	01/09/2004	65990	230 * V
MAA1284	55799054A	01/09/2004	69120	232
MAM1883	55798079A	21/08/2004	51930	168
MBJ0824	55798342A	25/08/2004	56650	182 * X

MBV4372	55799059A	01/09/2004	66370	230	* IX
MBZ3811	55799002A	02/09/2004	61220	214	* I
MCJ9247	55798803A	25/07/2004	58350	195	
MCJ9247	55798803A	25/07/2004	52740	175	
MCJ9247	55798804A	25/07/2004	50610	163	c/c 162 * I
MCJ9247	55798805A	25/07/2004	63780	220	* XII
MCJ9247	55798803A	25/07/2004	50100	162	* I
MCO2896	55799058A	01/09/2004	50100	162	* I
MDI0309	55798969A	25/08/2004	51850	167	
MDN0750	55799057A	01/09/2004	65990	230	* V
MFF8100	55798600A	20/08/2004	70300	244	* I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

RODRIGO CORONHA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 233/2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 233/2004

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AAB2690	55798606A	28/08/2004	66370	230 * IX
CDL0245	55798748A	30/08/2004	51850	167
CHH3200	55799008A	10/09/2004	65640	230 * II
ICU3039	55799066A	02/09/2004	67690	230 * XXII
LXX2028	55797583A	07/09/2004	55680	181 * XIX
LZN2457	55798538A	04/09/2004	55680	181 * XIX
MAG4228	55798765A	29/08/2004	65990	230 * V
MBT3720	55798375A	05/09/2004	54600	181 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO

DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

RODRIGO CORONHA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 234/2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU - 280610

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 234/2004

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IAR7073	55798816A	02/08/2004	55250	181 * XV
IBG2807	55798910A	18/09/2004	54520	181 * VIII
JWG3921	54118309B	30/08/2004	69470	235
LWW5822	55798374A	02/09/2004	69120	232
LWW5822	55798374A	02/09/2004	65990	230 * V
LXU1775	55799056A	01/09/2004	58350	195
LXU1775	55799056A	01/09/2004	51930	168
LYJ5981	55799064A	01/09/2004	50100	162 * I
LYV3715	55799065A	01/09/2004	69120	232
LZT3961	55798563A	29/07/2004	51850	167
MAZ1148	54118303B	30/08/2004	69470	235
MBL3071	55797549A	19/09/2004	58350	195
MBL3071	55797550A	19/09/2004	50610	163 c/c 162 * I
MBL3071	55797548A	19/09/2004	50100	162 * I
MCA4394	55798657A	29/07/2004	58780	199
MCV7959	54118311B	30/08/2004	69470	235
MCX4151	55081870A	18/07/2004	70300	244 * I
MFS0520	55797406A	12/09/2004	52740	175
MFS0520	55797407A	12/09/2004	66370	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

CAMBORIU/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JAIR GRINGS
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 235/2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 235/2004

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AGN4019	55798909A	17/09/2004	55680	181	* XIX
AHR2795	55797038A	23/09/2004	65480	229	
AKS6347	55798927A	29/09/2004	58780	199	
BMB8543	55798772A	22/09/2004	69200	233	
GVW1629	55799092A	30/09/2004	51850	167	
HRZ3683	55082517A	24/09/2004	69200	233	
IBJ3644	55799076A	23/09/2004	51850	167	
LXA3251	55799091A	30/09/2004	51850	167	
LXN2403	55799096A	30/09/2004	57380	186	* II
LXS9208	55798546A	21/09/2004	52740	175	
LXX4446	55798776A	22/09/2004	69200	233	
LXZ6116	55798773A	22/09/2004	69200	233	
LYA3674	55798775A	22/09/2004	69200	233	
LYH3554	55799079A	23/09/2004	51850	167	
LZH0609	55799086A	23/09/2004	55250	181	* XV
LZH7806	55799103A	28/09/2004	70300	244	* I
LZH7806	55799104A	28/09/2004	65990	230	* V
LZH7806	55799105A	28/09/2004	50100	162	* I
MAB2562	55798770A	22/09/2004	69200	233	
MAE2390	55799090A	27/09/2004	65640	230	* II
MAV5914	55798493A	19/09/2004	66370	230	* IX
MAY2939	55799095A	30/09/2004	51850	167	
MAZ2935	55799069A	06/09/2004	65990	230	* V
MBK7866	55797966A	27/09/2004	70480	244	* II
MBR4368	55799014A	21/09/2004	57380	186	* II
MBZ5311	55799018A	30/09/2004	65990	230	* V
MBZ5311	55799018A	30/09/2004	66530	230	* XI
MCK0866	55798782A	26/09/2004	66530	230	* XI
MCP3458	55799016A	26/09/2004	66530	230	* XI
MDH6899	54118314B	29/09/2004	57380	186	* II
MEM7180	55798915A	21/09/2004	55250	181	* XV

MEV7450	55798568A	06/08/2004	69200	233
MEX6370	55798377A	24/09/2004	65990	230 * V
MEX6370	55798377A	24/09/2004	66020	230 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
RODRIGO CORONHA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 236/2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU - 280610

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 236/2004

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXF2584	54118310B	30/08/2004	69470	235
MAI2384	55799116A	04/10/2004	56140	182 * V
MAP8719	54118308B	30/08/2004	69470	235
MCH1309	55080718A	26/09/2004	70480	244 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
JAIR GRINGS
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 237/2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU - 280610

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 237/2004**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AKO1925	55798677A	10/08/2004	65990	230 * V
ANA0692	55796834A	05/10/2004	62700	220 * II
CAR2804	55798688A	17/08/2004	57380	186 * II
LAN9566	55798531A	01/08/2004	72340	250 * I * a
LWX1276	55798249A	31/07/2004	65560	230 * I
LWX1276	55798249A	31/07/2004	65990	230 * V
LXH8960	55798850A	11/08/2004	69120	232
LXO3683	55799118A	08/10/2004	51850	167
LXX2781	55798948A	07/10/2004	55680	181 * XIX
LZX4706	55798942A	04/10/2004	55410	181 * XVII
MAA8999	55799151A	28/09/2004	55680	181 * XIX
MAU0402	55796842A	05/10/2004	54520	181 * VIII
MAX9216	55796839A	05/10/2004	50100	162 * I
MBP9383	54118312B	26/09/2004	66020	230 * VI
MBP9383	54118312B	26/09/2004	66530	230 * XI
MBW5357	55798763A	26/08/2004	54520	181 * VIII
MCF7161	55080712A	26/09/2004	70480	244 * II
MCI1884	55798682A	11/08/2004	50100	162 * I
MCX8058	55798492A	19/09/2004	70480	244 * II
MDR8682	55798496A	19/09/2004	66370	230 * IX
MEE0910	55796841A	05/10/2004	66100	230 * VII
MFA6480	55799088A	27/09/2004	55680	181 * XIX
MFR9470	55798841A	11/08/2004	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JAIR GRINGS
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 238/2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 238/2004**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AHR2795	55798789A	17/10/2004	65640	230 * II
BNQ0209	54118402B	09/10/2004	51850	167
CAB7540	55080734A	09/10/2004	54520	181 * VIII
KGC4548	55797969A	13/10/2004	54520	181 * VIII
LBS8935	54118320B	18/10/2004	69200	233
LCC3887	55798674A	06/08/2004	55250	181 * XV
LWT2176	54118317B	12/10/2004	51850	167
LWT2176	54118318B	12/10/2004	52070	169
LXP1881	55798379A	02/10/2004	51180	164 c/c 162 * I
LXP1881	55798378A	02/10/2004	65990	230 * V
LXP1881	55798378A	02/10/2004	50100	162 * I
LXP1881	55798378A	02/10/2004	66370	230 * IX
LYH4130	55080735A	09/10/2004	55680	181 * XIX
LYH4130	55080736A	09/10/2004	51690	165
LYJ2070	55799020A	10/10/2004	66100	230 * VII
LYS2233	55080713A	26/09/2004	70480	244 * II
LZC1928	55798587A	18/08/2004	51850	167
LZK9677	55797590A	13/10/2004	65990	230 * V
LZK9677	55797590A	13/10/2004	50100	162 * I
LZK9677	55797589A	13/10/2004	67260	230 * XVIII
LZK9677	55797590A	13/10/2004	51690	165
MAG3468	54118401B	06/10/2004	70720	244 * V
MAT2749	55082335A	11/10/2004	55250	181 * XV
MBJ3011	55080726A	26/09/2004	70480	244 * II
MBO9218	55798128A	04/10/2004	50100	162 * I
MBO9218	55798128A	04/10/2004	58190	193
MBV3832	55798940A	04/10/2004	65640	230 * II
MCE3099	55798599A	20/08/2004	70300	244 * I
MCI7881	54118503B	19/10/2004	70480	244 * II
MDB7330	55799120A	12/10/2004	56140	182 * V
MDN8382	55082337A	12/10/2004	70300	244 * I
MDN8382	55082337A	12/10/2004	66530	230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
RODRIGO CORONHA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 239/2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 239/2004

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYT2893	55798946A	04/10/2004	70640	244 * IV
LZD7468	55798788A	08/10/2004	65990	230 * V
LZI4742	55799163A	26/10/2004	54520	181 * VIII
MAN4524	54118514B	27/10/2004	55680	181 * XIX
MAO7722	55798695A	01/09/2004	66370	230 * IX
MBH6886	55798957A	22/08/2004	61300	214 * II
MBV9523	55798130A	25/10/2004	66020	230 * VI
MBV9523	55798130A	25/10/2004	66370	230 * IX
MBV9523	55798129A	25/10/2004	66100	230 * VII
MBV9523	55798129A	25/10/2004	52740	175
MBV9523	55798129A	25/10/2004	70300	244 * I
MCH2538	55798749A	30/08/2004	69120	232
MDF6759	54118404B	09/10/2004	73660	252 * VI
MDT0161	54118513B	27/10/2004	58780	199

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
RODRIGO CORONHA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 240/2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU - 280610

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 240/2004**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AGR1218	55796831A	05/10/2004	51850	167
GNG8488	55798952A	21/08/2004	55680	181 * XIX
LXG5383	55796847A	10/10/2004	69120	232
LXG5383	55796847A	10/10/2004	65990	230 * V
LXH5559	55798766A	01/09/2004	53800	181 * I
LXN0803	54118412B	09/10/2004	58350	195
LXQ8082	55799071A	07/09/2004	51850	167
MBI2170	55796846A	05/11/2004	65990	230 * V
MBJ4641	55798540A	04/09/2004	55680	181 * XIX
MBV6214	55799055A	01/09/2004	66370	230 * IX
MBV6214	55799055A	01/09/2004	66530	230 * XI
MBX0811	55799156A	06/10/2004	73660	252 * VI
MCF9004	55798345A	07/09/2004	55410	181 * XVII
MCY3916	54118409B	09/10/2004	51850	167
MDS7971	54118527B	28/10/2004	50610	163 c/c 162 * I
MDS7971	54118521B	28/10/2004	62970	220 * IV
MDS7971	54118522B	28/10/2004	58190	193
MDS7971	54118528B	28/10/2004	66370	230 * IX
MDS7971	54118523B	28/10/2004	63940	220 * XIV
MDS7971	54118520B	28/10/2004	63780	220 * XII
MDS7971	54118523B	28/10/2004	52740	175
MDS7971	54118520B	28/10/2004	63510	220 * X
MDS7971	54118521B	28/10/2004	62890	220 * III
MDS7971	54118522B	28/10/2004	58350	195
MDS7971	54118526B	28/10/2004	50100	162 * I
MDS7971	54118519B	28/10/2004	70560	244 * III
MDS7971	54118525B	28/10/2004	70640	244 * IV
MDS7971	54118528B	28/10/2004	66100	230 * VII
MEL5402	54118415B	17/10/2004	70560	244 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JAIR GRINGS
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 241/2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 241/2004

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AQX5555	54118554B	08/11/2004	54520	181 * VIII
LWX1151	54118535B	01/11/2004	72340	250 * I * a
LWZ9921	54118537B	02/11/2004	70300	244 * I
LXQ4173	55798778A	22/09/2004	69200	233
MAW9914	55799061A	01/09/2004	65990	230 * V
MBM0401	55798950A	07/10/2004	55680	181 * XIX
MBP8163	55799026A	06/11/2004	53800	181 * I
MBV0862	54118516B	27/10/2004	58780	199
MCD8510	55797593A	06/11/2004	50610	163 c/c 162 * I
MCD8510	55797594A	06/11/2004	65990	230 * V
MCD8510	55797594A	06/11/2004	66020	230 * VI
MCD8510	55797592A	06/11/2004	50100	162 * I
MCD8510	55797595A	06/11/2004	66370	230 * IX
MCN8613	55799028A	10/11/2004	50100	162 * I
MCN8613	55799032A	10/11/2004	70560	244 * III
MCN8613	55799032A	10/11/2004	67690	230 * XXII
MCN8613	55799031A	10/11/2004	66700	230 * XIII
MCN8613	55799030A	10/11/2004	66020	230 * VI
MCN8613	55799031A	10/11/2004	66530	230 * XI
MCN8613	55799030A	10/11/2004	66370	230 * IX
MCN8613	55799029A	10/11/2004	65560	230 * I
MCN8613	55799028A	10/11/2004	58350	195
MCN8613	55799028A	10/11/2004	52740	175
MCN8613	55799029A	10/11/2004	62970	220 * IV
MCV6327	55797974A	10/11/2004	70480	244 * II
MEC9592	54118532B	01/11/2004	55680	181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
RODRIGO CORONHA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 242/2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 242/2004

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IGR5707	54118529B	31/10/2004	60500	208
IGR5707	54118529B	31/10/2004	73580	252 * V
LWT5615	54118560B	13/11/2004	55680	181 * XIX
LXX2781	54118567B	16/11/2004	65990	230 * V
LXX7704	54118548B	08/11/2004	55250	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
RODRIGO CORONHA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 243/2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU - 280610

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 243/2004

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BFA1202	54118578B	20/11/2004	54520	181 * VIII
BOS9168	54118597B	20/11/2004	55680	181 * XIX
GQL5277	54118580B	20/11/2004	55680	181 * XIX
LWX4107	54118562B	14/11/2004	55680	181 * XIX
LXB2145	54118584B	20/11/2004	55680	181 * XIX
LYJ2070	55798997A	24/11/2004	51850	167
LYK4079	54118563B	14/11/2004	55680	181 * XIX
LYL2894	55799129A	22/11/2004	61300	214 * II
LZF1809	55080839A	20/11/2004	66020	230 * VI
LZF1809	55080839A	20/11/2004	51850	167
LZO7579	54118586B	21/11/2004	65990	230 * V
LZO7579	54118586B	21/11/2004	69120	232
MAL8001	55798993A	24/11/2004	51850	167
MAN4713	55798986A	22/11/2004	51850	167
MBO3329	55799027A	06/11/2004	55680	181 * XIX
MBP4077	55799131A	23/11/2004	50100	162 * I
MBP4077	55799132A	23/11/2004	50610	163 c/c 162 * I
MBV9523	55798981A	14/11/2004	70300	244 * I
MBV9523	55798981A	14/11/2004	52740	175
MBV9523	55798982A	14/11/2004	60500	208
MCL1386	55798990A	24/11/2004	50530	162 * VI
MCL6363	55799172A	23/11/2004	55680	181 * XIX
MDK9910	55798989A	22/11/2004	51850	167
MDM3701	55796977A	20/11/2004	58190	193

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JAIR GRINGS
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 244/2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU - 280610

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 244/2004

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AHG9513	54118599B	25/11/2004	51850	167
BNX4147	54118705B	25/11/2004	51850	167
LWV9163	55799135A	26/11/2004	73660	252 * VI
LZV8908	54118579B	25/11/2004	50100	162 * I
MBB5070	54118714B	25/11/2004	50100	162 * I
MBJ5924	55080845A	29/11/2004	70300	244 * I
MBJ5924	55080845A	29/11/2004	65560	230 * I
MBP6392	55080846A	29/11/2004	70300	244 * I
MBS2323	54118719B	26/11/2004	70300	244 * I
MBU4555	54118725B	30/11/2004	70300	244 * I
MBV9523	55080844A	29/11/2004	70300	244 * I
MBV9523	55080844A	29/11/2004	65560	230 * I
MBX8427	54118724B	30/11/2004	65990	230 * V
MCL2281	55080842A	25/11/2004	72340	250 * I * a
MCS7071	54118748B	28/11/2004	70300	244 * I
MCS7071	54118759B	28/11/2004	63190	220 * VI
MCS7071	54118759B	28/11/2004	60500	208
MCS7071	54118760B	28/11/2004	60500	208
MCS7071	54118748B	28/11/2004	70990	244 * VII
MCS7071	54118748B	28/11/2004	58350	195
MCS7071	54118757B	28/11/2004	50100	162 * I
MCS7071	54118759B	28/11/2004	58430	196
MDH0322	54118600B	25/11/2004	65990	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JAIR GRINGS
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 245/2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU - 280610

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 245/2004

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AHG7747	55799183A	05/12/2004	54520	181 * VIII
AKT9545	55798388A	06/12/2004	70300	244 * I
AKT9545	55798388A	06/12/2004	52070	169
AKT9545	55798389A	06/12/2004	70560	244 * III
AKT9545	55798388A	06/12/2004	58350	195
BNQ0209	54118454B	01/12/2004	50100	162 * I
BTJ3189	55798987A	22/11/2004	51850	167
DBP8983	54118596B	24/11/2004	54520	181 * VIII
ICC6852	54118595B	24/11/2004	55680	181 * XIX
LWR6219	54118776B	07/12/2004	54520	181 * VIII
LXL5035	55799000A	24/11/2004	51850	167
LXX1849	54872542A	03/12/2004	67690	230 * XXII
LYB1448	54118769B	03/12/2004	55680	181 * XIX
LYH9095	55798385A	12/11/2004	65800	230 * IV
LYH9095	55798385A	12/11/2004	66370	230 * IX
LYH9095	55798385A	12/11/2004	65990	230 * V
LYI2463	54118771B	03/12/2004	55680	181 * XIX
LYJ6038	55799178A	01/12/2004	54520	181 * VIII
LYV0238	55796850A	22/11/2004	69200	233
LZG6127	54118451B	22/11/2004	69200	233
LZH9628	55082525A	04/12/2004	70480	244 * II
LZH9628	55082525A	04/12/2004	69120	232
LZL0634	55798132A	21/11/2004	65990	230 * V
LZL0634	55798132A	21/11/2004	50100	162 * I
MAD2692	55799141A	08/12/2004	55680	181 * XIX
MAP5071	55080849A	04/12/2004	57200	186 * I
MBK2458	54118592B	24/11/2004	55680	181 * XIX
MBP8070	55798983A	14/11/2004	55760	182 * I
MBV0527	54118765B	30/11/2004	65560	230 * I
MBV0527	54118766B	30/11/2004	70640	244 * IV
MBV0527	54118764B	30/11/2004	50100	162 * I
MCC6704	54118731B	04/12/2004	70300	244 * I
MCO7317	54118588B	21/11/2004	50100	162 * I
MCO7317	54118589B	21/11/2004	70560	244 * III
MCW3858	54118772B	04/12/2004	65990	230 * V
MDI7102	55799137A	30/11/2004	61300	214 * II
MDL2112	54118767B	02/12/2004	55250	181 * XV
MEA1312	54118352B	18/11/2004	55250	181 * XV
MUW1855	54118778B	08/12/2004	55250	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

JAIR GRINGS
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 246/2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 246/2004

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYG3736	54118463B	10/12/2004	69200	233
LYS7105	55798140A	14/12/2004	65990	230 * V
LZC1928	54118755B	27/11/2004	65990	230 * V
LZF1809	55082531A	11/12/2004	51690	165
MBW0843	54118713B	25/11/2004	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

RODRIGO CORONHA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 247/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU - 280610

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 247/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AHN8368	55798797A	20/12/2004	69200	233
ARB1206	54118791B	11/12/2004	65990	230 * V
CAP8127	55799035A	21/12/2004	65990	230 * V
JKQ1280	54118792B	14/12/2004	55250	181 * XV
LWU3868	55797982A	08/12/2004	55680	181 * XIX
LYB9404	54119002B	17/12/2004	58190	193
LYK1656	54118749B	16/12/2004	51850	167
LYL9775	55798795A	20/12/2004	69200	233
LYS7105	55798139A	14/12/2004	50100	162 * I
LYS7105	55798139A	14/12/2004	50610	163 c/c 162 * I
LZFI1809	55082532A	11/12/2004	65990	230 * V
LZK7576	54119009B	18/12/2004	55680	181 * XIX
LZU2158	55798141A	14/12/2004	52820	176 * I
MAD5188	54118358B	09/12/2004	55250	181 * XV
MAJ7428	55799188A	17/12/2004	55680	181 * XIX
MAK6635	55798392A	13/12/2004	65990	230 * V
MBD3109	54119015B	19/12/2004	55760	182 * I
MBM9814	54118729B	04/12/2004	51850	167
MBV3651	55797989A	18/12/2004	70480	244 * II
MBV3651	55797988A	18/12/2004	57200	186 * I
MBV9327	55799177A	01/12/2004	55680	181 * XIX
MCC7308	54119001B	17/12/2004	59670	203 * V
MCE9413	54119005B	17/12/2004	55680	181 * XIX
MCX0467	55799181A	01/12/2004	54520	181 * VIII
MFC1717	54118961B	20/12/2004	51850	167
MGG0300	55082524A	03/12/2004	51690	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

JAIR GRINGS
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 248/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU - 280610

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 248/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ABU0866	54119020B	22/12/2004	55250	181 * XV
CBG3247	55798086A	29/12/2004	69200	233
CRB9826	54118967B	23/12/2004	55250	181 * XV
IEA8629	55797996A	24/12/2004	60840	211
JYP3558	54118793B	14/12/2004	55250	181 * XV
LXG8921	55799140A	04/12/2004	51850	167
LXL5577	55798090A	29/12/2004	69200	233
LXS3469	54118979B	28/12/2004	51850	167
LYI1046	55799050A	26/12/2004	66530	230 * XI
LYI1046	55799050A	26/12/2004	65560	230 * I
LYR6319	54118908B	23/12/2004	55680	181 * XIX
LYY9810	54118418B	23/12/2004	65990	230 * V
LZA3259	54119030B	26/12/2004	55250	181 * XV
LZM2586	55797992A	24/12/2004	55090	181 * XIII
LZT7660	54118901B	17/12/2004	65990	230 * V
MBP6392	54118982B	29/12/2004	70300	244 * I
MCD9673	54118918B	24/12/2004	61220	214 * I
MCG5972	55798800A	26/12/2004	66530	230 * XI
MCG5972	55798800A	26/12/2004	50100	162 * I
MCG5972	54118347B	26/12/2004	50610	163 c/c 162 * I
MCK7510	54118978B	24/12/2004	69120	232
MCW7056	54118763B	29/11/2004	50100	162 * I
MCW7056	54118742B	29/11/2004	66530	230 * XI
MCW7056	54118742B	29/11/2004	50610	163 c/c 162 * I
MDC6729	54118348B	29/12/2004	50450	162 * V
MDC9889	55798395A	27/12/2004	65990	230 * V
MFC1717	54118981B	28/12/2004	55250	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

JAIR GRINGS
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 249/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU - 280610

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 249/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AIB3673	54119004B	17/12/2004	55250	181 * XV
AJG3121	55797412A	21/12/2004	69120	232
GSU5965	54118365B	31/12/2004	66530	230 * XI
LZI2630	55799192A	30/12/2004	55680	181 * XIX
MAO4100	54118359B	31/12/2004	69120	232
MBA3302	54118951B	16/12/2004	51850	167
MCH1502	54118360B	31/12/2004	66100	230 * VII
MCH1502	54118360B	31/12/2004	69120	232
MGN6330	54119007B	18/12/2004	54520	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

JAIR GRINGS
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8194 251/2005**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 251/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AGA6700	54118467B	10/12/2004	69200	233
AUM3579	55083160A	07/01/2005	55500	181 * XVIII
DML8379	54119253B	12/01/2005	51850	167
IHP2084	55797983A	10/12/2004	55250	181 * XV
LWW4260	54119208B	11/01/2005	69120	232
LWY3650	54118447B	08/01/2005	50450	162 * V
LXB9553	55799200A	06/01/2005	54520	181 * VIII
LXE6614	54118442B	06/01/2005	65990	230 * V
LXG4235	54119064B	10/01/2005	65990	230 * V
LXN3680	54119042B	03/01/2005	55680	181 * XIX
LXP0307	54119205B	11/01/2005	55250	181 * XV
LYE4812	54118995B	08/01/2005	70300	244 * I
LYS6068	54119252B	12/01/2005	65990	230 * V
LZN6761	55798143A	02/01/2005	50100	162 * I
LZN6761	55798144A	02/01/2005	50610	163 c/c 162 * I
MAS8483	54119018B	22/12/2004	55680	181 * XIX
MAV9058	54119067B	10/01/2005	66100	230 * VII
MAV9058	54119067B	10/01/2005	66020	230 * VI
MBA0204	54119211B	11/01/2005	55250	181 * XV
MBZ4195	54118916B	23/12/2004	55680	181 * XIX
MCB6005	54119071B	14/01/2005	65990	230 * V
MCG0218	54118443B	06/01/2005	65990	230 * V
MCI7869	54118448B	08/01/2005	70300	244 * I
MCJ8312	54118659B	13/01/2005	70300	244 * I
MCN5640	54118919B	24/12/2004	61220	214 * I
MCR5899	54118419B	23/12/2004	65990	230 * V
MCR7056	54119057B	08/01/2005	70300	244 * I
MCS5669	54118658B	11/01/2005	69120	232
MCS5669	54118658B	11/01/2005	65990	230 * V
MCS5669	54118658B	11/01/2005	52070	169
MCT8518	54118996B	08/01/2005	65990	230 * V
MCX7261	54118372B	09/01/2005	66370	230 * IX
MCX7261	54118371B	09/01/2005	70300	244 * I
MDC1369	54119059B	08/01/2005	70300	244 * I
MDC8688	55798094A	29/12/2004	65990	230 * V
MDO4678	54118450B	08/01/2005	70300	244 * I
MDT8250	54119063B	10/01/2005	65990	230 * V
MDT8250	54119063B	10/01/2005	50100	162 * I
MGA1370	55083169A	02/01/2005	57380	186 * II
MKS1100	54118990B	08/01/2005	51850	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

RODRIGO CORONHA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 252/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU - 280610

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 252/2005**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ABO6759	54119109B	19/01/2005	69200	233
ABY7200	54119302B	15/01/2005	50450	162 * V
ABY7200	54119302B	15/01/2005	52070	169
ABY7200	54119302B	15/01/2005	51690	165
ADC4950	54119017B	22/12/2004	54520	181 * VIII
AJC5364	54118465B	10/12/2004	69200	233
BKT7763	54118962B	20/12/2004	51850	167
BNX9661	54119034B	30/12/2004	55680	181 * XIX
CAU1751	54872543A	19/12/2004	66370	230 * IX
DCS6118	55798793A	20/12/2004	69200	233
IEZ3547	54119079B	16/01/2005	51850	167
IJJ8528	54119049B	07/01/2005	55680	181 * XIX
LXO1506	54118790B	14/12/2004	55680	181 * XIX
LXY7971	54119023B	26/12/2004	57380	186 * II
LYB2399	55799187A	17/12/2004	54520	181 * VIII
LZB1854	55798792A	20/12/2004	69200	233
LZX8019	54119038B	31/12/2004	55680	181 * XIX
MAN8847	54119073B	14/01/2005	65990	230 * V
MBC3438	54118429B	31/12/2004	66370	230 * IX
MBM3085	54119013B	18/12/2004	73660	252 * VI
MCX5122	54118928B	17/01/2005	61220	214 * I
MDD3911	54119078B	16/01/2005	66020	230 * VI
MDN0418	54119088B	18/01/2005	69120	232
MDN0418	54119088B	18/01/2005	50450	162 * V
MDY4409	54118427B	31/12/2004	65990	230 * V
MGP5850	55799033A	21/12/2004	65990	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

JAIR GRINGS
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 254/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
 PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU - 280610

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
 DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 254/2005**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ACQ2924	54119358B	21/01/2005	51850	167
BXU3705	54118449B	08/01/2005	70300	244 * I
LYJ2070	54119066B	10/01/2005	66100	230 * VII
LZU3634	54118932B	21/01/2005	51850	167
MBB2641	54119276B	26/01/2005	66100	230 * VII
MBF9541	54119201B	08/01/2005	57380	186 * II
MBJ0479	54118470B	06/01/2005	69200	233
MBJ6684	54119278B	26/01/2005	66100	230 * VII
MBX5125	54119307B	22/01/2005	67690	230 * XXII
MBX5125	54119306B	22/01/2005	65560	230 * I
MBX5125	54119308B	22/01/2005	57200	186 * I
MBX5125	54119306B	22/01/2005	51690	165
MBX5125	54119306B	22/01/2005	52070	169
MCC4153	55080955A	28/01/2005	66530	230 * XI
MCM6963	54118660B	26/01/2005	50610	163 c/c 162 * I
MCM6963	54118660B	26/01/2005	50100	162 * I
MCM6963	54118660B	26/01/2005	69120	232
MDD8622	55798099A	25/01/2005	61220	214 * I
MDI8779	55081880A	26/01/2005	62700	220 * II
MDT4440	54119047B	06/01/2005	55680	181 * XIX
MDW0499	54119258B	20/01/2005	50100	162 * I
MFJ2004	54118480B	26/01/2005	54520	181 * VIII
MFJ2004	54118480B	26/01/2005	55250	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
 JAIR GRINGS
 DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 256/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 256/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ABG2388	54119370B	28/01/2005	51850	167
AJF0377	54119460B	01/02/2005	73400	252 * IV
CVM1133	54119457B	01/02/2005	50100	162 * I
CXA0375	55081882A	26/01/2005	51850	167
LYN4218	54119044B	03/01/2005	55680	181 * XIX
LZL9631	54119080B	16/01/2005	51850	167
MAD3009	54119120B	31/01/2005	69200	233
MBL2094	55080962A	01/02/2005	73400	252 * IV
MBL5612	55081889A	28/01/2005	55680	181 * XIX
MBN1524	54119216B	17/01/2005	67690	230 * XXII
MCF5337	54119456B	30/01/2005	66530	230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
RODRIGO CORONHA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 258/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 258/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DJA4538	55080965A	03/02/2005	65990	230 * V
GZD4331	54119268B	24/01/2005	69120	232
LAR9737	55083176A	05/02/2005	69120	232
LAR9737	55083176A	05/02/2005	65560	230 * I
LWV4109	55080967A	03/02/2005	65990	230 * V
LXE3622	54119379B	06/02/2005	57380	186 * II
LXE9906	54119313B	02/02/2005	58190	193
LXN4024	54119083B	16/01/2005	66450	230 * X
LXT9813	55080978A	09/02/2005	69120	232
LXZ8063	54118478B	24/01/2005	69200	233
LYB5938	54119378B	05/02/2005	70480	244 * II
LZC1928	54118930B	21/01/2005	51850	167
MAJ0560	54119280B	01/02/2005	65560	230 * I
MAM3769	54119260B	20/01/2005	65990	230 * V
MAP9985	55081218A	09/02/2005	58780	199
MBL6271	55080975A	05/02/2005	64080	221
MBY8881	54118485B	08/02/2005	73400	252 * IV
MCG2609	54119317B	05/02/2005	58350	195
MCG2609	54119315B	05/02/2005	52070	169
MCN6597	54119240B	08/02/2005	70300	244 * I
MDF0029	54118666B	04/02/2005	72340	250 * I * a
MDR1652	55083177A	05/02/2005	50610	163 c/c 162 * I
MDR1652	55083175A	05/02/2005	66370	230 * IX
MDR1652	55083177A	05/02/2005	50100	162 * I
MDR1652	55083175A	05/02/2005	65560	230 * I
MFJ2004	55081896A	03/02/2005	54520	181 * VIII
MGR5450	54119381B	07/02/2005	70300	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

RODRIGO CORONHA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 260/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU - 280610

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 260/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ACO0355	55081898A	12/02/2005	51850	167
AEF8353	54119365B	28/01/2005	51850	167
AFI9085	54118945B	14/02/2005	54520	181 * VIII
AGL0758	54119385B	14/02/2005	54520	181 * VIII
AQX5555	55081238A	13/02/2005	51850	167
ART1009	54118946B	14/02/2005	55500	181 * XVIII
ART1009	54119321B	14/02/2005	55680	181 * XIX
HPB3274	55081226A	11/02/2005	51850	167
LXJ2505	54119248B	13/02/2005	69120	232
LXJ2505	54119248B	13/02/2005	65990	230 * V
LXJ7444	54118933B	29/01/2005	73230	252 * II
LXP0307	55081235A	13/02/2005	51850	167
LXS3850	54118471B	06/01/2005	69200	233
LXS4972	54119242B	12/02/2005	66370	230 * IX
LXS4972	54119242B	12/02/2005	69120	232
LXS4972	54119243B	12/02/2005	66530	230 * XI
LXS4972	54119242B	12/02/2005	65800	230 * IV
LXS4972	54119241B	12/02/2005	50100	162 * I
LXS4972	54119242B	12/02/2005	65990	230 * V
LXT9971	55081232A	13/02/2005	51850	167
LYY0100	54118943B	10/02/2005	56140	182 * V
LZB7682	55081221A	11/02/2005	69120	232
MAU2182	54119380B	10/02/2005	55680	181 * XIX
MAU2182	54119318B	10/02/2005	55680	181 * XIX
MBK0700	54119244B	12/02/2005	55250	181 * XV
MBN5969	55081237A	13/02/2005	51850	167
MBS8546	54119475B	14/02/2005	57200	186 * I
MBY3444	54119322B	14/02/2005	54870	181 * XI
MCQ1162	55080964A	01/02/2005	69120	232
MCW5976	55080963A	01/02/2005	66530	230 * XI
MDQ1980	54119287B	17/02/2005	65990	230 * V
MDQ1980	54119287B	17/02/2005	50450	162 * V
MDS4331	54118957B	20/12/2004	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
JAIR GRINGS

DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 262/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
 PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU - 280610

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
 DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 262/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ABO1248	54119394B	22/02/2005	51850	167
ADN4050	54118378B	19/02/2005	65990	230 * V
ADN4050	54118377B	19/02/2005	50100	162 * I
DCA2222	54119610B	17/02/2005	73660	252 * VI
IGI8679	54119126B	18/02/2005	55500	181 * XVIII
IGT0664	54119372B	02/02/2005	51850	167
LAI2433	54119288B	18/02/2005	66370	230 * IX
LAI2433	54119288B	18/02/2005	69120	232
LXA6510	54119283B	17/02/2005	50100	162 * I
LXA6510	54119284B	17/02/2005	69120	232
LXA6510	54119283B	17/02/2005	65990	230 * V
LYF6032	55080999A	19/02/2005	51850	167
LYL6649	54119613B	20/02/2005	55250	181 * XV
LZB1297	54119371B	02/02/2005	51850	167
LZC4256	54119289B	18/02/2005	51850	167
LZX7295	54119075B	16/01/2005	51850	167
MAI6234	54119292B	19/02/2005	65990	230 * V
MAI6234	54119292B	19/02/2005	50100	162 * I
MAK5679	55083006A	15/02/2005	51930	168
MAY3331	54118486B	08/02/2005	52310	172
MBU3094	54119391B	18/02/2005	51850	167
MBV4698	55080992A	18/02/2005	66530	230 * XI
MBW0182	54119125B	18/02/2005	73660	252 * VI
MBY4593	54118949B	22/02/2005	70480	244 * II
MBY4593	54118949B	22/02/2005	68580	231 * VII
MCD7809	54119476B	18/02/2005	66610	230 * XII
MCG9661	55080991A	18/02/2005	58350	195
MCL0883	54119270B	24/01/2005	70560	244 * III
MDA1589	54119611B	17/02/2005	55680	181 * XIX
MEN8902	55798620A	18/02/2005	54100	181 * IV
MFW7860	55797422A	21/02/2005	70480	244 * II
NBG6408	54119655B	22/02/2005	51850	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO

DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

JAIR GRINGS
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 264/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU - 280610

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 264/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AKE2649	54119404B	26/02/2005	51850	167
BOP4243	54119660B	26/02/2005	51850	167
CAO4644	54119411B	26/02/2005	52740	175
CFA7413	54119675B	27/02/2005	51850	167
CML7034	54119659B	26/02/2005	51850	167
IEZ1646	54119424B	01/03/2005	66100	230 * VII
JJD8290	54119423B	01/03/2005	51850	167
JTK1449	54119416B	01/03/2005	50100	162 * I
LWS3808	54119662B	26/02/2005	51850	167
LXO3552	55081241A	13/02/2005	62700	220 * II
LXR3728	54119425B	01/03/2005	51850	167
LXS7490	54119415B	01/03/2005	51850	167
LYA1863	54119620B	28/02/2005	55680	181 * XIX
LYF4625	54119413B	26/02/2005	50100	162 * I
LYG3657	54119414B	26/02/2005	51850	167
LYK5385	54119617B	25/02/2005	55680	181 * XIX
LYU2894	55797427A	23/02/2005	69120	232
LYY0963	54119419B	01/03/2005	51850	167
LZA8539	55798100A	10/02/2005	61220	214 * I
LZI4742	55081223A	11/02/2005	51850	167
LZQ4415	54119300B	01/03/2005	51850	167
LZU3634	55082541A	01/03/2005	65300	228
MAB8529	55081222A	11/02/2005	69120	232
MAZ6428	54119299B	01/03/2005	51850	167
MBM2154	54119427B	01/03/2005	73400	252 * IV
MBQ2291	54119422B	01/03/2005	51850	167
MBR3250	54119426B	01/03/2005	51850	167

MBS2323	55081252A	25/02/2005	52740	175	
MCR8289	54119670B	26/02/2005	73400	252	* IV
MCV9369	54119296B	23/02/2005	65990	230	* V
MDX1912	55797436A	25/02/2005	73400	252	* IV
MEF2800	54119657B	26/02/2005	73400	252	* IV
MEK1302	55080974A	05/02/2005	50100	162	* I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

JAIR GRINGS
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 266/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 266/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AAC7324	54119692B	06/03/2005	51850	167
AAS3360	54119636B	12/03/2005	55680	181 * XIX
ACP3054	54119859B	10/03/2005	51850	167
AEY8643	54119644B	15/03/2005	50100	162 * I
AFK6202	55082549A	16/03/2005	51850	167
AGA1513	54119796B	16/03/2005	51850	167
AHD5451	54120057B	20/03/2005	55250	181 * XV
AHV3967	54119625B	04/03/2005	54520	181 * VIII
ALJ2643	54119754B	04/03/2005	51850	167
AWF1005	54119764B	05/03/2005	51850	167
AXE0509	54119627B	04/03/2005	55680	181 * XIX
BKD0203	55797433A	23/02/2005	51930	168
BKD0203	55797433A	23/02/2005	51850	167
BWU1321	54119127B	22/02/2005	69200	233
CGV2910	54119418B	01/03/2005	51850	167
CPM1064	54119767B	05/03/2005	51850	167
EDS0850	54120071B	21/03/2005	65990	230 * V

GTS5580	54119649B	16/03/2005	55680	181	*	XIX
HPD2544	54119682B	02/03/2005	51850	167		
HRI4625	54119499B	18/03/2005	69200	233		
ICY8725	54119880B	17/03/2005	51850	167		
IEA8629	54119640B	15/03/2005	69120	232		
JYH7179	54119822B	13/03/2005	51850	167		
LWY1482	54119852B	10/03/2005	55250	181	*	XV
LWY8347	54119492B	10/03/2005	66370	230	*	IX
LXG5979	55082538A	01/03/2005	65300	228		
LXP5504	54119690B	06/03/2005	73400	252	*	IV
LXT4175	54119758B	05/03/2005	58190	193		
LXY1156	54118376B	19/02/2005	70300	244	*	I
LYA4406	54119656B	26/02/2005	51850	167		
LYF2297	54119495B	13/03/2005	50100	162	*	I
LYF2297	54119496B	13/03/2005	50610	163	c/c 162	* I
LYF9721	54119630B	08/03/2005	55680	181	*	XIX
LYK6475	54119439B	03/03/2005	69120	232		
LYM2179	54119487B	06/03/2005	55500	181	*	XVIII
LYR2137	55081249A	18/02/2005	62700	220	*	II
LYS7101	55083005A	12/02/2005	65990	230	*	V
LZB6782	54120068B	21/03/2005	65990	230	*	V
LZG4133	54118667B	03/03/2005	54870	181	*	XI
LZM8900	54119855B	10/03/2005	51850	167		
LZR8671	54119328B	20/03/2005	55500	181	*	XVIII
LZW6970	55083008A	03/03/2005	69470	235		
LZZ1898	54120059B	21/03/2005	65990	230	*	V
MAC9816	54119795B	16/03/2005	51850	167		
MAE3975	54119818B	11/03/2005	51850	167		
MAF4040	55797431A	23/02/2005	51850	167		
MAK9645	54119639B	15/03/2005	69120	232		
MAK9645	54119638B	15/03/2005	50100	162	*	I
MAK9645	54119639B	15/03/2005	65990	230	*	V
MAL9736	54119633B	08/03/2005	55680	181	*	XIX
MAM5235	54119608B	17/02/2005	54520	181	*	VIII
MAS8282	54119700B	08/03/2005	51850	167		
MAV8900	54119865B	10/03/2005	73400	252	*	IV
MAV8940	54119628B	05/03/2005	54520	181	*	VIII
MAV8940	54119629B	05/03/2005	65990	230	*	V
MBA1460	54119498B	18/03/2005	69200	233		
MBB7966	54119714B	10/03/2005	54520	181	*	VIII
MBJ0865	54119688B	02/03/2005	51850	167		
MBS1203	54119711B	06/03/2005	61220	214	*	I
MBV0056	55797444A	26/02/2005	51850	167		
MBW0182	54119901B	18/03/2005	69200	233		
MBY1895	54119632B	08/03/2005	54520	181	*	VIII
MCC6636	54119446B	04/03/2005	51850	167		
MCG7481	54119777B	07/03/2005	50100	162	*	I
MCH7370	54118382B	18/03/2005	55680	181	*	XIX
MCH7370	54118382B	18/03/2005	54520	181	*	VIII
MCK8412	54119641B	15/03/2005	54520	181	*	VIII
MCM3421	54119707B	02/03/2005	61220	214	*	I
MCS1271	54119789B	16/03/2005	51850	167		
MDC0147	54119445B	04/03/2005	66020	230	*	VI
MDD1572	54119648B	15/03/2005	69120	232		
MDH5300	54119802B	09/03/2005	69120	232		
MDH9189	54119131B	26/02/2005	65990	230	*	V
MDL0021	54119624B	04/03/2005	55680	181	*	XIX
MDN2051	54118662B	03/03/2005	58190	193		
MDO7082	54119618B	26/02/2005	55680	181	*	XIX
MDR8682	54119616B	26/02/2005	69120	232		
MDS4331	55798618A	18/02/2005	50610	163	c/c 162	* I
MDS4331	55798616A	18/02/2005	50100	162	*	I
MDS4331	55798617A	18/02/2005	70480	244	*	II

MDZ6401	54119433B	03/03/2005	69120	232	
MEF2800	54119643B	15/03/2005	65990	230	* V
MEZ7980	55080995A	19/02/2005	51850	167	
MFC6090	54119813B	11/03/2005	51850	167	
MFF2270	54119867B	10/03/2005	51850	167	
MGR5450	54119494B	11/03/2005	66370	230	* IX
MMM3450	54119787B	16/03/2005	51850	167	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

RODRIGO CORONHA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 268/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 268/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CBI4367	54119716B	22/03/2005	51850	167
CGS0971	54120073B	25/03/2005	55250	181 * XV
LXK0592	54119477B	22/02/2005	66370	230 * IX
LXT9668	54119782B	09/03/2005	65990	230 * V
LYH7888	54120102B	22/03/2005	56650	182 * X
LYI0504	54120081B	29/03/2005	57380	186 * II
LYP7482	54119898B	22/03/2005	51850	167
LZA1864	54119478B	22/02/2005	50100	162 * I
LZA1864	54119478B	22/02/2005	69120	232
LZA1864	54119478B	22/02/2005	66370	230 * IX
LZA1864	54119478B	22/02/2005	50610	163 c/c 162 * I
LZA1864	54119478B	22/02/2005	65990	230 * V
LZB6782	54120069B	21/03/2005	50100	162 * I
LZM6164	55082550A	16/03/2005	51850	167
LZR8671	54120074B	25/03/2005	55680	181 * XIX
MAL4323	54119434B	03/03/2005	51850	167

MBB7024	55081000A	19/02/2005	69120	232	
MBB7024	55081000A	19/02/2005	65990	230	* V
MCM5075	54119719B	26/03/2005	66370	230	* IX
MCM5075	54119719B	26/03/2005	52740	175	
MEL5402	54118948B	19/02/2005	66530	230	* XI
MEL5402	54118948B	19/02/2005	52740	175	
MFS2100	54119894B	22/03/2005	51850	167	
MGH3160	54119897B	22/03/2005	73400	252	* IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

RODRIGO CORONHA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 270/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU - 280610

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 270/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ACE6731	54118497B	01/04/2005	69200	233
AGR0781	54119955B	30/03/2005	51850	167
AHU2575	54120001B	01/04/2005	69200	233
BKT7763	54119408B	26/02/2005	51850	167
IHT5733	54120104B	06/04/2005	50610	163 c/c 162 * I
IHT5733	54120103B	06/04/2005	69120	232
IHT5733	54120103B	06/04/2005	50100	162 * I
LJF3620	54120088B	01/04/2005	55680	181 * XIX
LVN8518	54119891B	18/03/2005	51850	167
LXN4734	54118606B	26/02/2005	70560	244 * III
LXR7001	54118677B	02/04/2005	51690	165
LYO5887	54118496B	01/04/2005	69200	233
LZI8259	54120061B	21/03/2005	65990	230 * V
LZV5351	54119402B	26/02/2005	51850	167
MCM4730	54120091B	05/04/2005	55680	181 * XIX

MCX2500	54119889B	17/03/2005	55250	181 * XV
MDV0249	54119887B	17/03/2005	51850	167
MDY4530	54119324B	27/02/2005	51690	165
MDY4530	54119324B	27/02/2005	69120	232
MEA9100	54119429B	01/03/2005	50100	162 * I
MGE8390	54119959B	31/03/2005	70480	244 * II
MLD1600	54119951B	30/03/2005	51850	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

JAIR GRINGS

DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 273/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU - 280610

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 273/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZR5140	54119892B	22/03/2005	51850	167
LZR8422	54119752B	03/03/2005	65990	230 * V
MDT4440	54120075B	25/03/2005	72340	250 * I * a

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

JAIR GRINGS

DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 274/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
 PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU - 280610

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
 DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 274/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ADH3505	54119726B	27/04/2005	54520	181 * VIII
AGG0990	54118688B	20/04/2005	54520	181 * VIII
AGG0990	54118687B	20/04/2005	56650	182 * X
AGH9716	54118681B	11/04/2005	55680	181 * XIX
ART0098	54119968B	07/04/2005	51850	167
BYM8551	55796991A	25/04/2005	55500	181 * XVIII
IKK7964	54119799B	08/04/2005	69120	232
KEV0055	54120004B	13/04/2005	55680	181 * XIX
LXG9430	54119514B	25/04/2005	55500	181 * XVIII
LXH8418	54118801B	13/04/2005	55680	181 * XIX
LXM0411	54119979B	14/04/2005	54520	181 * VIII
LYC2388	54119521B	26/04/2005	55680	181 * XIX
LYH8559	54118852B	21/04/2005	55500	181 * XVIII
LYL7333	54119442B	03/03/2005	51850	167
LYU7155	55796997A	29/04/2005	69200	233
LZF3220	54119508B	25/04/2005	55500	181 * XVIII
MAA1485	54119137B	22/04/2005	55500	181 * XVIII
MAB0249	54120151B	25/04/2005	55680	181 * XIX
MAC2294	54119723B	15/04/2005	69200	233
MAJ9094	54119513B	25/04/2005	55500	181 * XVIII
MBO9252	54119335B	03/04/2005	55500	181 * XVIII
MBO9302	54120107B	22/04/2005	58350	195
MBW2997	55796983A	25/04/2005	55500	181 * XVIII
MCI1480	54118692B	24/04/2005	55250	181 * XV
MCT5542	54119727B	30/04/2005	58350	195
MCT5542	54119727B	30/04/2005	50100	162 * I
MEK7850	54119800B	11/04/2005	51850	167
MEQ5172	54118809B	21/04/2005	55680	181 * XIX
MEU0028	54119506B	10/04/2005	65990	230 * V
MFH1870	54118805B	14/04/2005	70480	244 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)

DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

JAIR GRINGS
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 275/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 275/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BLL9658	54119895B	22/03/2005	51850	167
LWU6203	54119994B	05/05/2005	51850	167
LYN8838	55796998A	04/05/2005	65990	230 * V
LYY4664	54118693B	24/04/2005	51690	165
MBE5685	54119149B	25/04/2005	55500	181 * XVIII
MBJ0824	54118815B	11/05/2005	55250	181 * XV
MBL3280	54120211B	10/05/2005	69200	233
MCH6618	54118807B	21/04/2005	55680	181 * XIX
MCJ6585	54120109B	26/04/2005	55680	181 * XIX
MCN7290	54120159B	25/04/2005	55680	181 * XIX
MCQ1162	55083011A	12/04/2005	58190	193
MDE7618	54120155B	25/04/2005	55680	181 * XIX
MEF2800	54118855B	03/05/2005	70300	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

RODRIGO CORONHA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 277/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU - 280610

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 277/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCI7239	54118816B	12/05/2005	69120	232
MCN6511	54118691B	24/04/2005	51180	164 c/c 162 * I
MCN6511	54118691B	24/04/2005	50100	162 * I
MCY9078	54120110B	29/04/2005	58190	193
MFS2100	54119997B	17/05/2005	51850	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
JAIR GRINGS
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 279/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU - 280610

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 279/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CGV2910	55083016A	11/05/2005	52820	176 * I
DFV3545	54120153B	25/04/2005	55680	181 * XIX
LXX7357	54118811B	03/05/2005	55680	181 * XIX
LZU9862	54119430B	01/03/2005	69120	232
LZW2839	54118860B	11/05/2005	55500	181 * XVIII
LZW2839	54118860B	11/05/2005	55250	181 * XV
MAP3462	54119673B	27/02/2005	51850	167
MAT5002	54119406B	26/02/2005	51850	167
MBK7392	54119068B	14/01/2005	69120	232
MBX5125	54118806B	16/04/2005	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

JAIR GRINGS
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 281/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 281/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CKZ7407	54118871B	23/05/2005	65300	228
ICK2447	54119551B	27/05/2005	65990	230 * V
ICK2447	54119551B	27/05/2005	69120	232
JTC1199	54120084B	01/04/2005	55250	181 * XV
LXG5115	54120006B	23/05/2005	51690	165
LXG5115	54120006B	23/05/2005	51770	166
LXW4499	54119975B	14/04/2005	73400	252 * IV
LZC6658	54120176B	24/05/2005	69200	233
MBG8805	54119999B	17/05/2005	51850	167

MDW6200 54120174B 24/05/2005 69200 233
MEF2800 54120214B 11/05/2005 70300 244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
RODRIGO CORONHA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 283/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 283/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AHR2795	54120189B	01/06/2005	66100	230 * VII
BME0114	54120170B	24/05/2005	69200	233
LZB0597	54120196B	03/06/2005	69200	233
MCH9700	54120187B	30/05/2005	51850	167
MCY0637	54120188B	30/05/2005	50100	162 * I
MCY0637	54120188B	30/05/2005	55500	181 * XVIII
MCY0637	54120188B	30/05/2005	50610	163 c/c 162 * I
MCY0637	54120188B	30/05/2005	66370	230 * IX
MDV2282	54120216B	01/06/2005	50610	163 c/c 162 * I
MDV2282	54120216B	01/06/2005	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

RODRIGO CORONHA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 285/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU - 280610

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 285/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ABH7987	54118842B	13/06/2005	65800	230 * IV
HQI3724	54120191B	03/06/2005	69200	233
LWS2169	54120352B	09/06/2005	69200	233
LWT9001	54120008B	12/06/2005	65990	230 * V
LWT9001	54120008B	12/06/2005	50100	162 * I
LWT9001	54120008B	12/06/2005	50610	163 c/c 162 * I
LWT9001	54120008B	12/06/2005	69120	232
LXH7060	54120254B	06/06/2005	55680	181 * XIX
LYX2961	54120260B	10/06/2005	55500	181 * XVIII
LZR9194	54120219B	11/06/2005	57200	186 * I
LZU2158	55083025A	10/06/2005	52740	175
LZU2158	55083027A	10/06/2005	66530	230 * XI
LZU2158	55083026A	10/06/2005	66370	230 * IX
MAV6231	54118835B	13/06/2005	69120	232
MBB4365	54118390B	12/06/2005	70300	244 * I
MBD7128	54118847B	13/06/2005	69120	232
MBG0656	54119523B	13/06/2005	57380	186 * II
MBK0762	54118837B	13/06/2005	65990	230 * V
MBL4921	54118840B	13/06/2005	65990	230 * V
MBY7388	54120304B	11/06/2005	70640	244 * IV
MBY7388	54120303B	11/06/2005	52150	170
MBY7388	54120303B	11/06/2005	70300	244 * I
MBY7388	54120302B	11/06/2005	52740	175
MBY7388	54120302B	11/06/2005	58350	195
MBY7388	54120302B	11/06/2005	52070	169
MBY7388	54120304B	11/06/2005	70560	244 * III
MCB3541	54120257B	10/06/2005	66100	230 * VII
MCB3541	54120257B	10/06/2005	66020	230 * VI
MCB3541	54120258B	10/06/2005	66370	230 * IX
MCR7056	54120007B	06/06/2005	73400	252 * IV
MCR7056	54120007B	06/06/2005	66370	230 * IX
MCR7056	54120007B	06/06/2005	57200	186 * I
MCY5597	54118827B	04/06/2005	50100	162 * I
MDN5329	54120411B	14/06/2005	58190	193

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

JAIR GRINGS
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 287/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 287/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AAV5561	54872229A	16/06/2005	55410	181 * XVII
ABH2831	54872238A	22/06/2005	69120	232
AKO9392	54120172B	24/05/2005	69200	233
CEI4302	54872236A	22/06/2005	51850	167
DCW3015	54120038B	22/06/2005	69200	233
IFE6382	54120171B	24/05/2005	69200	233
JNO9063	54120182B	24/05/2005	69200	233
LXF7680	54120037B	22/06/2005	69200	233
LXN5777	54872232A	22/06/2005	65990	230 * V
LXN7854	54119553B	21/06/2005	65990	230 * V
LXN7854	54119553B	21/06/2005	69120	232
LXW7915	54120028B	22/06/2005	69200	233
LYY0545	54120029B	22/06/2005	69200	233
LZO7406	54120020B	19/06/2005	66020	230 * VI
LZO7406	54119348B	19/06/2005	55500	181 * XVIII
MAK4669	54120012B	14/06/2005	67260	230 * XVIII
MAK4669	54120012B	14/06/2005	65990	230 * V
MAK4669	54120012B	14/06/2005	70050	241
MCF7921	54120034B	22/06/2005	69200	233
MCL6534	54872234A	22/06/2005	50100	162 * I
MCY0153	54120123B	18/06/2005	69120	232
MDG5852	54120193B	03/06/2005	69200	233
MDG6501	54872244A	22/06/2005	65990	230 * V

MEM8032	54119932B	16/06/2005	66370	230	*	IX
MEM8032	54119932B	16/06/2005	58780	199		
MEX9620	54120425B	22/06/2005	66370	230	*	IX
MEX9620	54120426B	22/06/2005	70300	244	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

RODRIGO CORONHA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 289/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 289/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ADZ3342	54872243A	22/06/2005	69120	232
IGN2036	54120428B	24/06/2005	55680	181 * XIX
LZC5752	54119936B	28/06/2005	61900	216
MAI2550	54120133B	30/06/2005	55250	181 * XV
MAI2550	54120132B	30/06/2005	66100	230 * VII
MAI2550	54120132B	30/06/2005	50100	162 * I
MDO8319	54120040B	27/06/2005	66020	230 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

RODRIGO CORONHA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 291/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU - 280610

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 291/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AGN6186	54120124B	22/06/2005	51850	167
AIH4372	54120200B	03/06/2005	50100	162 * I
AIH4372	54120200B	03/06/2005	50610	163 c/c 162 * I
AKF8049	54120409B	14/06/2005	55680	181 * XIX
BID7372	54120033B	22/06/2005	69200	233
CJA8593	54119937B	29/06/2005	65990	230 * V
LXE9632	54119349B	24/06/2005	50610	163 c/c 162 * I
LXE9632	54119349B	24/06/2005	50100	162 * I
MAV5513	54120035B	22/06/2005	69200	233
MBL2076	54118841B	13/06/2005	69120	232
MEF2852	54120022B	19/06/2005	70300	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
JAIR GRINGS
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 293/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO

DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 293/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MDJ4098 54120194B 03/06/2005 69200 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

RODRIGO CORONHA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 295/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU - 280610

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 295/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

CBE3315 54120444B 16/07/2005 55250 181 * XV
LWR2384 54120128B 24/06/2005 51850 167
MCC0380 54119569B 18/07/2005 69200 233
MDC9927 54120044B 28/06/2005 65300 228

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU

POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

JAIR GRINGS
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 297/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 297/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BMP8242	54119567B	18/07/2005	69200	233
BNQ0209	54120138B	21/07/2005	51850	167
BXF6663	54118838B	13/06/2005	65990	230 * V
CVM1133	54120460B	21/07/2005	65990	230 * V
MAH5865	55083180A	17/07/2005	65560	230 * I
MBG9480	54120434B	08/07/2005	54520	181 * VIII
MBK7050	54120136B	21/07/2005	69470	235
MCB2035	54120265B	18/07/2005	51850	167
MCD8361	54119578B	21/07/2005	50100	162 * I
MCD8361	54119579B	21/07/2005	69120	232
MCK8823	55083040A	22/07/2005	66450	230 * X
MCK8823	55083040A	22/07/2005	66370	230 * IX
MCK8823	55083039A	22/07/2005	65990	230 * V
MCK8823	55083039A	22/07/2005	66020	230 * VI
MDZ3032	54120446B	23/07/2005	54520	181 * VIII
MDZ3032	54120446B	23/07/2005	55250	181 * XV
MES5851	54120448B	24/07/2005	50450	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
RODRIGO CORONHA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 299/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 299/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AGT8318	54119562B	18/07/2005	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
RODRIGO CORONHA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 302/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU - 280610

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 302/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,

OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

BEL1169	54120276B	03/08/2005	51850	167
BOJ1554	54120315B	28/07/2005	73660	252 * VI
CNE9087	54120471B	07/08/2005	67000	230 * XVI
CNE9087	54120470B	07/08/2005	66100	230 * VII
IBU6831	54120703B	02/08/2005	69200	233
LXI9200	54120146B	02/08/2005	69200	233
LXR7730	54119162B	10/08/2005	54520	181 * VIII
LYT1343	55082028A	12/08/2005	55680	181 * XIX
LZM8124	54120714B	10/08/2005	51930	168
LZT6663	54120704B	05/08/2005	55250	181 * XV
MAH0094	54120508B	05/08/2005	65990	230 * V
MAX5563	54120675B	10/08/2005	50100	162 * I
MBF1361	54120671B	08/08/2005	66370	230 * IX
MCK5716	54120468B	06/08/2005	60760	210
MDC6729	54120466B	02/08/2005	58350	195
MDC6729	54120466B	02/08/2005	52070	169
MFA9462	54120657B	08/08/2005	66370	230 * IX
MND5780	54119452B	30/01/2005	51850	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

JAIR GRINGS
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 304/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 304/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AE88344	55798864A	18/08/2005	69200	233
CHD1392	55798854A	18/08/2005	69200	233
CNE9087	54119745B	28/08/2005	50290	162 * II
IAU5909	54120507B	05/08/2005	50100	162 * I
IAU5909	54120730B	27/08/2005	52740	175
JKQ1280	54120726B	22/08/2005	51850	167
JNM6750	54119945B	08/08/2005	54520	181 * VIII
KCZ7434	54120504B	05/08/2005	65990	230 * V
LWR2314	54120654B	07/08/2005	50450	162 * V
LWR2314	54120654B	07/08/2005	67260	230 * XVIII
LWW8210	54119835B	23/08/2005	55680	181 * XIX
LWY2644	54120221B	20/08/2005	69120	232
LWY2644	54120221B	20/08/2005	65990	230 * V
LWY2644	54120221B	20/08/2005	50100	162 * I
LWY2644	54120221B	20/08/2005	57200	186 * I
LXM5834	54120659B	08/08/2005	69120	232
LXM5834	54120659B	08/08/2005	65560	230 * I
LXT1969	54120664B	08/08/2005	51850	167
LYB1448	55083181A	17/08/2005	66370	230 * IX
LYB1448	55083181A	17/08/2005	50100	162 * I
LYL2521	54120708B	05/08/2005	65990	230 * V
LYX0292	54120505B	05/08/2005	65560	230 * I
LZS6829	54120731B	28/08/2005	50100	162 * I
LZZ6214	54120718B	10/08/2005	58780	199
MAN9049	54119830B	15/08/2005	69120	232
MAN9049	54119830B	15/08/2005	50100	162 * I
MAP1923	55798863A	18/08/2005	62970	220 * IV
MBF8077	54120472B	10/08/2005	65560	230 * I
MBG0559	54120669B	08/08/2005	50100	162 * I
MCK8823	54120224B	26/08/2005	70300	244 * I
MCK8823	54120225B	26/08/2005	66450	230 * X
MCK8823	54120222B	26/08/2005	50100	162 * I
MCK8823	54120223B	26/08/2005	50610	163 c/c 162 * I
MCP6374	55083187A	27/08/2005	68660	231 * VIII
MEN9560	54120720B	17/08/2005	55410	181 * XVII
MEU7312	54120652B	06/08/2005	70480	244 * II
MEU7312	54120653B	06/08/2005	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
RODRIGO CORONHA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 306/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU - 280610

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 306/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AAC7324	54120327B	03/09/2005	69120	232
AAC7324	54120327B	03/09/2005	65990	230 * V
AFF7812	54119749B	05/09/2005	54520	181 * VIII
AJZ3333	54120957B	19/09/2005	65990	230 * V
AKM8063	54121005B	30/09/2005	50610	163 c/c 162 * I
CYC3207	54120516B	05/09/2005	55680	181 * XIX
DAY6437	54119846B	12/09/2005	55500	181 * XVIII
LWS1377	54120341B	06/10/2005	66100	230 * VII
LWS1377	54120340B	05/10/2005	69120	232
LWS1377	54120340B	05/10/2005	50100	162 * I
LXH1921	54120809B	04/09/2005	65560	230 * I
LXQ7119	54120482B	02/10/2005	55680	181 * XIX
LYC2741	54120244B	04/10/2005	69200	233
LYC7110	54120513B	01/09/2005	57200	186 * I
LYQ1242	54119746B	01/09/2005	55500	181 * XVIII
LZC0638	54120339B	25/09/2005	66370	230 * IX
LZC0638	54120339B	25/09/2005	69120	232
LZC0638	54120338B	25/09/2005	50100	162 * I
LZC0638	54120338B	25/09/2005	65990	230 * V
MAE9359	55798868A	13/09/2005	69200	233
MAS7934	54120722B	17/08/2005	55250	181 * XV
MAX4345	54120480B	24/09/2005	55500	181 * XVIII
MAX4512	54119947B	19/09/2005	66370	230 * IX
MAZ3787	54119950B	22/09/2005	69200	233
MAZ9667	54120481B	24/09/2005	55500	181 * XVIII
MBN1464	54121002B	24/09/2005	69120	232
MCS8306	54120676B	13/08/2005	70480	244 * II
MCS8306	54120676B	13/08/2005	62620	220 * I
MCT9579	54120282B	31/08/2005	54520	181 * VIII
MCT9579	54120282B	31/08/2005	55680	181 * XIX
MDH3480	54119750B	05/09/2005	55680	181 * XIX
MEN3600	54119531B	22/09/2005	69200	233
MEU1987	54120330B	08/09/2005	67260	230 * XVIII
MEU1987	54120330B	08/09/2005	66100	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

JAIR GRINGS
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 308/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 308/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ACW9245	54121008B	06/10/2005	61220	214 * I
ADA6420	54121016B	19/10/2005	50610	163 c/c 162 * I
ADA6420	54121015B	19/10/2005	50100	162 * I
CBB9812	55798886A	17/10/2005	69200	233
CLD0697	54119530B	22/09/2005	69200	233
EDU1189	54120231B	20/09/2005	69200	233
IJU9776	54120234B	03/10/2005	69200	233
ILE3197	54120247B	04/10/2005	69200	233
LBS8935	54120479B	22/09/2005	72340	250 * I * a
LBS8935	54120479B	22/09/2005	52740	175
LXA9743	54120229B	20/09/2005	69200	233
LXH8677	55798874A	19/09/2005	55680	181 * XIX
LXR0904	54120230B	20/09/2005	69200	233
LXR5057	54872547A	08/10/2005	65990	230 * V
LXX1799	55798857A	18/08/2005	69200	233
LXY0094	54120695B	20/10/2005	65560	230 * I
LXY0094	54120695B	20/10/2005	67260	230 * XVIII
LYA6273	54119948B	22/09/2005	69200	233
LYR1317	54120903B	13/09/2005	55680	181 * XIX
LZD9574	54120667B	08/08/2005	51850	167
LZW2220	54119747B	01/09/2005	65990	230 * V
MBF3692	54120331B	15/09/2005	50100	162 * I
MBF3692	54120331B	15/09/2005	65990	230 * V
MBM8881	54120739B	16/10/2005	50290	162 * II
MCI5715	54120689B	13/10/2005	66370	230 * IX
MCI5715	54120689B	13/10/2005	66100	230 * VII
MCI5715	54120688B	13/10/2005	50100	162 * I
MCJ8538	54120692B	17/10/2005	58350	195
MCJ8538	54120694B	17/10/2005	66100	230 * VII
MCQ2882	54121101B	04/10/2005	56650	182 * X
MDN5879	54120699B	25/10/2005	50100	162 * I
MDR8682	54120910B	08/10/2005	66100	230 * VII
MDR8682	54120908B	08/10/2005	65990	230 * V
MDR8682	54120909B	08/10/2005	50100	162 * I
MDR8682	54120913B	08/10/2005	66700	230 * XIII

MDR8682	54120912B	08/10/2005	66020	230	* VI
MDR8682	54120911B	08/10/2005	65560	230	* I
MEF3211	54120517B	06/09/2005	58190	193	
MEI2271	54120314B	28/07/2005	73660	252	* VI
MEO9022	54120514B	05/09/2005	55680	181	* XIX
MFC3250	54120959B	06/10/2005	69120	232	
MFC3250	54120959B	06/10/2005	66100	230	* VII
MPB1529	54121051B	24/09/2005	65480	229	
MUH4941	55798885A	17/10/2005	69200	233	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

RODRIGO CORONHA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 310/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU - 280610

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 310/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AAI5345	55798875A	21/09/2005	55680	181 * XIX
ART1009	55798893A	21/10/2005	69200	233
CGO2459	54120698B	24/10/2005	55680	181 * XIX
LWV3395	54120918B	12/11/2005	67260	230 * XVIII
LWV3395	54120918B	12/11/2005	52740	175
LXH2434	54120916B	24/10/2005	65300	228
LYE9668	54121109B	06/10/2005	69200	233
LZC4047	54121201B	26/10/2005	65990	230 * V
LZJ0890	54120747B	23/10/2005	51850	167
LZR5140	54121010B	10/10/2005	61220	214 * I
LZY3189	54120685B	22/09/2005	69200	233
MCO8097	55798884A	17/10/2005	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

JAIR GRINGS
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 312/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 312/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ABT7365	54121160B	16/11/2005	65990	230 * V
MEN8902	54120525B	04/11/2005	55680	181 * XIX
MGO3340	54121058B	22/10/2005	70800	244 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

RODRIGO CORONHA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 314/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 314/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ABP0945	54121235B	17/11/2005	55680	181 * XIX
AHL6117	54120524B	31/10/2005	58780	199
ALA1221	54120700B	30/10/2005	65990	230 * V
BLN9767	54121224B	05/11/2005	50100	162 * I
BLN9767	54121225B	05/11/2005	51180	164 c/c 162 * I
BUQ2232	54120740B	20/10/2005	51850	167
DCE1654	55798900A	06/11/2005	65640	230 * II
JUA7036	54121240B	18/11/2005	51850	167
LXD1327	54119538B	16/11/2005	66370	230 * IX
LXD1327	54119538B	16/11/2005	65990	230 * V
LXK0351	54121228B	09/11/2005	73660	252 * VI
LXY9462	54121163B	17/11/2005	62700	220 * II
LYM7294	54121206B	29/10/2005	51850	167
LZE9198	54119539B	16/11/2005	65990	230 * V
MAQ3806	54119533B	16/11/2005	65990	230 * V
MAU2819	54121234B	11/11/2005	51930	168
MBA7243	54121211B	03/11/2005	69200	233
MBF4247	54121205B	30/10/2005	70480	244 * II
MBV4251	54121065B	06/11/2005	66530	230 * XI
MCH9318	54121153B	06/11/2005	58350	195
MCH9318	54121154B	06/11/2005	65990	230 * V
MCH9318	54121154B	06/11/2005	66370	230 * IX
MCH9318	54121155B	06/11/2005	51690	165
MCH9318	54121154B	06/11/2005	50370	162 * III
MCH9318	54121154B	06/11/2005	69120	232
MCH9318	54121152B	06/11/2005	52070	169
MDL7576	54118618B	17/11/2005	58190	193
MDO7418	54121151B	06/11/2005	50290	162 * II
MDO9799	54120527B	05/11/2005	55680	181 * XIX
MGF3520	54121213B	03/11/2005	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

RODRIGO CORONHA
DELEGADO DE POLICIA

CAMPOS NOVOS**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1000/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1000/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXJ8926	54443366E	16/10/2013	69200	233
LXX0971	54442605E	18/10/2013	66102	230 * VII
MBQ8817	54808590C	25/09/2013	50100	162 * I
MBQ8817	54808591C	25/09/2013	51180	164 c/c 162 * I
MDM4907	54443169E	15/10/2013	69120	232
MDM4907	54443168E	15/10/2013	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1001/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - 280690

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1001/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,

OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

BZY8025 54808582C 13/09/2013 60760 210
MLK6363 54808587C 18/09/2013 55090 181 * XIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

GERALDO MAFIOLETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1003/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1003/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXM7785 54766656E 27/09/2013 65992 230 * V
LXM7785 54766657E 27/09/2013 50100 162 * I
LXM7785 54766658E 27/09/2013 51180 164 c/c 162 * I
LXM7785 54766659E 27/09/2013 66371 230 * IX
LXM7785 54766660E 27/09/2013 69120 232
MBO8091 54443057E 02/10/2013 50100 162 * I
MBO8091 54443058E 02/10/2013 65992 230 * V
MDT8504 54766766E 23/10/2013 51180 164 c/c 162 * I
MDT8504 54766765E 23/10/2013 50100 162 * I
MHP9684 54443052E 14/09/2013 65992 230 * V
MIO5789 54808572C 13/09/2013 65992 230 * V
MIO5789 54808574C 13/09/2013 69120 232
MIO5789 54808575C 13/09/2013 50371 162 * III

MIO5789	54808576C	13/09/2013	50881	163	c/c 162 * III
MIP3704	54443061E	09/10/2013	51691	165	
MIP3704	54443062E	09/10/2013	65992	230	* V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.
 THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
 DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1005/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
 DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1005/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ABS4696	54766707E	07/10/2013	50100	162 * I
ABS4696	54766708E	07/10/2013	51180	164 c/c 162 * I
IDI6793	54766703E	07/10/2013	50100	162 * I
IDI6793	54766706E	07/10/2013	51180	164 c/c 162 * I
IIN7054	54443170E	18/10/2013	65992	230 * V
IIN7054	54443171E	18/10/2013	65561	230 * I
IJP8548	54443344E	02/10/2013	69200	233
JNO3582	54443176E	25/10/2013	66102	230 * VII
LZL4448	54443350E	03/10/2013	69200	233
MCE4292	54443349E	03/10/2013	69200	233
MEL2939	54766751E	07/10/2013	50450	162 * V
MGS5108	54443359E	07/10/2013	69200	233
MHP9684	54808583C	14/09/2013	50100	162 * I
MHP9684	54808584C	14/09/2013	51180	164 c/c 162 * I
MJA3906	55787387D	20/10/2013	65992	230 * V
MLC9215	55567184C	10/10/2013	51180	164 c/c 162 * I
MLC9215	55567183C	10/10/2013	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU

POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1006/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - 280690

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1006/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ALH6895	54808585C	17/09/2013	73662	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

GERALDO MAFIOLETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1008/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1008/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
COV8668	54443345E	02/10/2013	69200	233
HOT5732	54766812E	04/11/2013	50100	162 * I
HOT5732	54766813E	04/11/2013	65992	230 * V
LWS2673	54808592C	25/09/2013	65992	230 * V
LWS2673	54808593C	25/09/2013	51691	165
LWS2673	54808594C	25/09/2013	51770	166
LWS2673	54808595C	25/09/2013	50100	162 * I
LWS2673	54808596C	25/09/2013	51180	164 c/c 162 * I
LXP7103	54443370E	16/10/2013	69200	233
MCA9030	54443354E	04/10/2013	69200	233
MGL7541	54443059E	05/10/2013	65992	230 * V
MKO4245	54443060E	09/10/2013	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1009/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1009/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AZZ1100	54443070E	07/11/2013	50960	163 c/c 162 * V
AZZ1100	54443069E	07/11/2013	50450	162 * V
BZC3647	54766764E	23/10/2013	66102	230 * VII
MAU4926	54442527E	11/11/2013	65992	230 * V
MBH0978	54766763E	23/10/2013	51180	164 c/c 162 * I
MBH0978	54766762E	23/10/2013	50100	162 * I
MCC1337	54766773E	05/11/2013	65992	230 * V
MJQ5565	54442524E	10/11/2013	66372	230 * IX
MJQ5565	54442523E	10/11/2013	66700	230 * XIII
MJQ5565	54442522E	10/11/2013	66102	230 * VII
MKY0717	54766768E	23/10/2013	73400	252 * IV
MKY0717	54766769E	23/10/2013	67261	230 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS

DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1010/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - 280690

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1010/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXH9487	54766827E	08/11/2013	54521	181 * VIII
MAU4926	54442528E	11/11/2013	53800	181 * I
MCC1337	54766772E	05/11/2013	68232	231 * IV
MKY0717	54766767E	23/10/2013	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO

DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

GERALDO MAFIOLETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1013/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1013/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCZ8475	55567200C	22/10/2013	65564	230 * I
MCZ8475	55567199C	22/10/2013	51180	164 c/c 162 * I
MCZ8475	55567198C	22/10/2013	50100	162 * I
MCZ8475	55567197C	22/10/2013	65992	230 * V
MFK0168	54443376E	22/10/2013	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1015/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1015/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AHT9433	54443385E	01/11/2013	69200	233
AKY3847	55787798D	20/11/2013	65992	230 * V
AQD3271	54766771E	04/11/2013	50450	162 * V
JPD2629	54766776E	20/11/2013	65992	230 * V
JPD2629	54766777E	20/11/2013	50450	162 * V
LYK4196	55620943D	27/10/2013	65992	230 * V
LYK4196	55620944D	27/10/2013	66102	230 * VII
LYK4196	55620945D	27/10/2013	66531	230 * XI
MAK0358	54443177E	19/11/2013	65992	230 * V
MCH5210	55787389D	30/10/2013	65992	230 * V
MCH5210	55787390D	30/10/2013	50100	162 * I
MCH5210	55787391D	30/10/2013	51180	164 c/c 162 * I
MCQ5003	54766673E	17/11/2013	69120	232
MCQ5003	54766674E	17/11/2013	65992	230 * V
MCQ5003	55787400D	17/11/2013	51180	164 c/c 162 * I
MCQ5003	55787399D	17/11/2013	50100	162 * I
MCT7674	54766778E	20/11/2013	50100	162 * I
MCT7674	54766779E	20/11/2013	51180	164 c/c 162 * I
MDH2667	54443374E	21/10/2013	69200	233
MEH3985	54766667E	05/11/2013	65992	230 * V
MHX6093	54766833E	19/11/2013	65992	230 * V
MHY7956	54766524E	30/10/2013	50450	162 * V
MHY7956	54766523E	30/10/2013	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8100 1016/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - 280690

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1016/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AKY3847 55787799D 20/11/2013 51851 167
LYK4196 55620946D 27/10/2013 55250 181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

GERALDO MAFIOLETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8100 1018/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1018/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ACG2681 54766790E 28/11/2013 50100 162 * I
ACG2681 54766791E 28/11/2013 51180 164 c/c 162 * I
AFU7231 54766715E 23/11/2013 50960 163 c/c 162 * V
AFU7231 54766714E 23/11/2013 50450 162 * V

BIS6447	54766842E	24/11/2013	50100	162	* I
BIS6447	54766843E	24/11/2013	51180	164	c/c 162 * I
CLO8075	54442958E	24/11/2013	69120	232	
IHC0994	54766792E	28/11/2013	65992	230	* V
IHC0994	54766793E	28/11/2013	66372	230	* IX
KJB3247	54443378E	29/10/2013	69200	233	
LYK4531	54766848E	27/11/2013	50100	162	* I
LYK4531	54766847E	27/11/2013	65992	230	* V
LYK4531	54766846E	27/11/2013	51180	164	c/c 162 * I
LYK4531	54766849E	27/11/2013	69120	232	
LYP6072	54766955E	29/11/2013	66020	230	* VI
LYP6072	54766951E	29/11/2013	50100	162	* I
LYP6072	54766954E	29/11/2013	66102	230	* VII
LYP6072	54766953E	29/11/2013	51180	164	c/c 162 * I
LYX4770	54443172E	23/10/2013	50100	162	* I
LYX4770	54443174E	23/10/2013	65992	230	* V
LYX4770	54443175E	23/10/2013	66102	230	* VII
LYX4770	54443173E	23/10/2013	51180	164	c/c 162 * I
MAC3405	54442955E	24/11/2013	66102	230	* VII
MAC3405	54442957E	24/11/2013	65992	230	* V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS

DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1019/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - 280690

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1019/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ALM7861	54766836E	24/11/2013	54521	181 * VIII
CEA5782	54442626E	28/11/2013	51851	167
CLO8075	54442959E	24/11/2013	51851	167

LWW3327	54442960E	27/11/2013	51851	167
LYP6072	54766952E	29/11/2013	51851	167
MHH5828	54766816E	07/11/2013	51851	167
MLB8019	54442964E	27/11/2013	54521	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

GERALDO MAFIOLETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1022/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1022/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AND0436	54766903E	02/12/2013	66102	230 * VII
JNO3582	54766531E	30/11/2013	66102	230 * VII
JNO3582	54766532E	30/11/2013	66371	230 * IX
LBZ1118	54443066E	01/11/2013	66102	230 * VII
LBZ1118	54443065E	01/11/2013	65565	230 * I
LYE9533	54443379E	29/10/2013	69200	233
LZM8768	54443402E	02/12/2013	69200	233
MCD9294	55787394D	08/11/2013	65992	230 * V
MCD9294	55787395D	08/11/2013	65563	230 * I
MCH0535	54443064E	29/10/2013	50100	162 * I
MCH0535	54443063E	29/10/2013	65565	230 * I
MDK9233	54442519E	07/11/2013	51180	164 c/c 162 * I
MDK9233	54442518E	07/11/2013	50100	162 * I
MDK9233	54442517E	07/11/2013	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1023/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - 280690

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1023/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYJ4151	54442965E	28/11/2013	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

GERALDO MAFIOLETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1025/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1025/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BNC2242	54443415E	05/12/2013	69200	233
LYP6072	54442548E	05/12/2013	66371	230 * IX
LYP6072	54442547E	05/12/2013	51180	164 c/c 162 * I
LYP6072	54442545E	05/12/2013	50100	162 * I
MAV3345	54443414E	05/12/2013	69200	233
MCN8178	54443416E	05/12/2013	69200	233
MFB6382	54443413E	05/12/2013	69200	233
MKA1780	54766966E	02/12/2013	66102	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS

DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1027/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1027/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AFW5349	54766854E	16/11/2013	50100	162 * I
AFW5349	54766853E	16/11/2013	51691	165
AJR3463	54442540E	27/11/2013	52741	175

AJR3463	54442541E	27/11/2013	50100	162	* I
AJR3463	54442542E	27/11/2013	66102	230	* VII
AJR3463	54442544E	27/11/2013	51691	165	
AJR3463	54442546E	27/11/2013	51180	164	c/c 162 * I
ALS3890	54443397E	28/11/2013	69200	233	
GMP8440	54766780E	20/11/2013	50100	162	* I
GMP8440	54766781E	20/11/2013	51180	164	c/c 162 * I
GMP8440	54766782E	20/11/2013	65992	230	* V
HOW6469	54767007E	06/12/2013	69120	232	
LYE0293	54766570E	06/12/2013	66102	230	* VII
MFJ1781	54766830E	19/11/2013	51180	164	c/c 162 * I
MFJ1781	54766829E	19/11/2013	50100	162	* I
MGF0390	54443392E	27/11/2013	69200	233	
MJP7208	54766541E	06/12/2013	50100	162	* I
MJP7208	54766542E	06/12/2013	51180	164	c/c 162 * I
MJP7208	54766543E	06/12/2013	65992	230	* V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS

DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1028/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - 280690

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1028/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

MVL7474	54442969E	06/12/2013	55250	181 * XV
---------	-----------	------------	-------	----------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA)

DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

GERALDO MAFIOLETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1031/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1031/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AJP2014	54443393E	27/11/2013	69200	233
LYA8961	54766529E	21/11/2013	65992	230 * V
LYK4196	54443182E	22/11/2013	50100	162 * I
LYK4196	54443183E	22/11/2013	51180	164 c/c 162 * I
LYK4196	54443184E	22/11/2013	66102	230 * VII
MAM1162	54766970E	02/12/2013	66102	230 * VII
MBK2617	54442538E	27/11/2013	65992	230 * V
MBK2617	54442539E	27/11/2013	66020	230 * VI
MBU3954	54766533E	30/11/2013	66102	230 * VII
MBU3954	54766800E	30/11/2013	51691	165
MBX9208	54443421E	10/12/2013	69200	233
MCA3608	55787797D	16/11/2013	65564	230 * I
MCA3608	55787795D	16/11/2013	50100	162 * I
MCA3608	55787796D	16/11/2013	51180	164 c/c 162 * I
MCA3608	55787794D	16/11/2013	65992	230 * V
MGW6172	54443410E	03/12/2013	69200	233
MHU5706	55620573D	13/12/2013	65992	230 * V
MHU5706	55620572D	13/12/2013	50450	162 * V
MIK4878	54443394E	27/11/2013	69200	233
MIS6173	54442530E	11/11/2013	50371	162 * III
MIS6173	54442529E	11/11/2013	65992	230 * V
MKT7865	54766969E	02/12/2013	51180	164 c/c 162 * I
MKT7865	54766968E	02/12/2013	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)

DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1032/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - 280690

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1032/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DIA1124	54766676E	22/11/2013	53470	178
IDI6793	54766856E	18/11/2013	54600	181 * IX
LZY1499	54766909E	14/12/2013	51851	167
MFO0736	54766530E	25/11/2013	55415	181 * XVII
MIW0798	54442971E	10/12/2013	55411	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

GERALDO MAFIOLETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1034/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO

DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1034/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AMZ6090	54443407E	02/12/2013	69200	233
GSF6848	54767024E	18/12/2013	65992	230 * V
LYP6072	54766916E	19/12/2013	66372	230 * IX
LYP6072	54766917E	19/12/2013	66531	230 * XI
LYP6072	54766918E	19/12/2013	69120	232
LYP6072	54766919E	19/12/2013	66700	230 * XIII
LYP6072	54766914E	19/12/2013	50610	163 c/c 162 * I
LYP6072	54766915E	19/12/2013	66102	230 * VII
MCV7752	54766910E	19/12/2013	50100	162 * I
MCV7752	54766911E	19/12/2013	51180	164 c/c 162 * I
MCV7752	54766912E	19/12/2013	66102	230 * VII
MCV7752	54766913E	19/12/2013	66372	230 * IX
MGO1662	54443192E	06/12/2013	67691	230 * XXII
MGP4353	54766989E	15/12/2013	50100	162 * I
MGP4353	54766990E	15/12/2013	51180	164 c/c 162 * I
MGP4353	54766991E	15/12/2013	69120	232
MJA5919	54767022E	18/12/2013	65992	230 * V
MJA5919	54767023E	18/12/2013	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1035/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - 280690

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1035/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

FGH0180	54442974E	19/12/2013	60412	207
FGH0180	54442975E	19/12/2013	73662	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

GERALDO MAFIOLETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1036/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1036/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

JFH5532 54766672E 14/11/2013 65992 230 * V
MGO0672 54767027E 22/12/2013 50100 162 * I
MGO0672 54767028E 22/12/2013 51180 164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1037/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - 280690

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1037/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IMX7072	54442977E	25/12/2013	57380	186 * II
IMX7072	54442976E	25/12/2013	58350	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

GERALDO MAFIOLETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1039/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1039/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AGP8478	54767056E	02/01/2014	51180	164 c/c 162 * I
AGP8478	54767055E	02/01/2014	50100	162 * I
LXT0478	54443419E	09/12/2013	69200	233
LXX2107	54767059E	05/01/2014	65992	230 * V
LZO5128	54767118E	03/01/2014	51691	165
LZO5128	54767119E	03/01/2014	65992	230 * V
LZO5128	54767122E	03/01/2014	67261	230 * XVIII
MBQ3759	54767010E	10/12/2013	53040	176 * III
MBU0320	54767108E	30/12/2013	65992	230 * V
MBU0320	54767107E	30/12/2013	50100	162 * I
MGO8814	54766724E	29/12/2013	65992	230 * V
MGO8814	54766725E	29/12/2013	69120	232
MGO8814	54766726E	29/12/2013	50450	162 * V
MJF1911	54766718E	28/12/2013	65992	230 * V
MJF1911	54766719E	28/12/2013	69120	232
MJF1911	54766720E	28/12/2013	50450	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1040/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - 280690

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1040/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CBZ9258	54442987E	29/12/2013	51851	167
CBZ9258	54442986E	29/12/2013	58350	195
LYG9243	55620949D	29/12/2013	51851	167
MAI2960	54767106E	30/12/2013	54600	181 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

GERALDO MAFIOLETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1042/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1042/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AOQ4534	54766923E	25/01/2014	51691	165
ASM0303	54767117E	01/01/2014	67261	230 * XVIII
ASM0303	54767115E	01/01/2014	66372	230 * IX
ASM0303	54767114E	01/01/2014	67691	230 * XXII
ASM0303	54767110E	01/01/2014	52741	175
DKA8127	54766578E	29/01/2014	66610	230 * XII
DKA8127	54766576E	29/01/2014	65561	230 * I
HVJ7707	54767201E	25/01/2014	51691	165
ILU7995	54766548E	23/01/2014	65565	230 * I
ILU7995	54766547E	23/01/2014	65992	230 * V
LWV7894	54766927E	26/01/2014	51180	164 c/c 162 * I
LWV7894	54766925E	26/01/2014	50100	162 * I
LWV7894	54766924E	26/01/2014	65992	230 * V
LYG3444	54767128E	05/01/2014	66102	230 * VII
LYM6859	54443087E	10/01/2014	53200	176 * V
LYP6072	54767062E	05/01/2014	66102	230 * VII

LYP6072	54767061E	05/01/2014	51180	164	c/c 162 * I
LYP6072	54767060E	05/01/2014	50100	162	* I
MCR9011	54442988E	18/01/2014	50100	162	* I
MCR9011	54442989E	18/01/2014	51180	164	c/c 162 * I
MCT5799	54766546E	20/01/2014	51691	165	
MCT5799	54766545E	20/01/2014	65992	230	* V
MCT5799	54766544E	20/01/2014	52741	175	
MDF7260	54766575E	26/01/2014	69120	232	
MDF7260	54766574E	26/01/2014	65992	230	* V
MFJ4504	54767305E	02/02/2014	65992	230	* V
MGL7662	54767303E	01/02/2014	50450	162	* V
MGL7662	54767304E	01/02/2014	69120	232	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS

DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1043/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - 280690

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1043/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ASM0303	54767116E	01/01/2014	60502	208
ASM0303	54767111E	01/01/2014	58350	195
ATK7926	54442998E	21/01/2014	58350	195
ATK7926	54442996E	21/01/2014	51851	167
HPP8093	54767011E	10/12/2013	55090	181 * XIII
MFJ4504	54767306E	02/02/2014	73740	253
MLI5883	54766858E	10/01/2014	56144	182 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO

DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

GERALDO MAFIOLETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1045/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1045/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AAB7506	54767072E	25/01/2014	65992	230 * V
BOS6648	55620580D	05/02/2014	66371	230 * IX
BOS6648	55620579D	05/02/2014	50100	162 * I
CFR4828	54443423E	20/01/2014	69200	233
DKA8127	54766577E	29/01/2014	66371	230 * IX
IHX8847	54443433E	21/01/2014	69200	233
LXR6632	54443444E	24/01/2014	69200	233
LYQ3768	54767021E	18/12/2013	65992	230 * V
LZR6646	54767310E	05/02/2014	51180	164 c/c 162 * I
LZR6646	54767309E	05/02/2014	50100	162 * I
LZR6646	54767311E	05/02/2014	69120	232
LZS6349	54767314E	05/02/2014	73400	252 * IV
LZS6349	54767315E	05/02/2014	67000	230 * XVI
MAU7204	54443439E	22/01/2014	69200	233
MFV2739	54443431E	20/01/2014	69200	233
MJA5919	54443092E	10/02/2014	50100	162 * I
MLA1640	54443437E	21/01/2014	69200	233
MLN0100	54443440E	22/01/2014	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.
THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1046/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - 280690

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1046/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYA8961	54442972E	18/12/2013	54521	181 * VIII
LZR6646	54767313E	05/02/2014	69471	235

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.
GERALDO MAFIOLETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1048/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1048/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,

CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IDI8152	54767363E	06/02/2014	69200	233
LXH6840	54767357E	11/02/2014	69200	233
LYC9191	54767054E	22/12/2013	65992	230 * V
LZY3619	54443093E	11/02/2014	50100	162 * I
MGK4011	54767324E	11/02/2014	50100	162 * I
MGK4011	54767325E	11/02/2014	65992	230 * V
MGK4011	54767326E	11/02/2014	51180	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS

DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1049/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - 280690

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1049/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MBG2602	54767101E	21/12/2013	57380	186 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)

DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

GERALDO MAFIOLETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1051/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1051/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IDG5450	54766727E	05/02/2014	65992	230 * V
IJM9867	54767353E	03/02/2014	69200	233
LXF0019	54766695E	15/02/2014	50100	162 * I
LYK4196	54767130E	05/01/2014	50100	162 * I
LYK4196	54767131E	05/01/2014	51180	164 c/c 162 * I
LYK4196	54767132E	05/01/2014	66102	230 * VII
LYK4196	54767133E	05/01/2014	66531	230 * XI
MGM5622	54767160E	02/02/2014	51691	165
MGM5622	54767161E	02/02/2014	51261	164 c/c 162 * II
MGM5622	54767162E	02/02/2014	69120	232
MGU8639	54767097E	14/02/2014	69120	232
MGU8639	54767084E	14/02/2014	50372	162 * III
MGU8639	54767085E	14/02/2014	51341	164 c/c 162 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1052/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - 280690

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1052/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MES8146	54767334E	17/02/2014	55411	181 * XVII
MGM5622	54767163E	02/02/2014	58350	195
MHG3208	55620948D	28/12/2013	55250	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

GERALDO MAFIOLETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1054/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1054/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AFO6985	54767168E	13/02/2014	50100	162 * I
AFO6985	54767167E	13/02/2014	51180	164 c/c 162 * I
CHM3070	54767123E	04/01/2014	50100	162 * I
CHM3070	54767124E	04/01/2014	65992	230 * V
CHM3070	54767125E	04/01/2014	66102	230 * VII
CHM3070	54767127E	04/01/2014	52741	175
LXH2068	54767140E	17/01/2014	65992	230 * V
LXH2068	54767141E	17/01/2014	69120	232
MJR0378	54767147E	22/01/2014	66102	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1055/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - 280690

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1055/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CHM3070	54767126E	04/01/2014	58350	195
LYQ8738	54442991E	18/01/2014	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

GERALDO MAFIOLETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1058/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1058/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ABC3899	54766732E	20/02/2014	50450	162 * V
ABC3899	54766733E	20/02/2014	69120	232
ABC3899	54766731E	20/02/2014	65992	230 * V
AKO8821	54766579E	07/02/2014	50100	162 * I
AKO8821	54766580E	07/02/2014	51180	164 c/c 162 * I
AKO8821	54766581E	07/02/2014	66102	230 * VII
ATH2470	54767367E	13/02/2014	69200	233
AUJ8117	54767359E	04/02/2014	69200	233
DTC9918	54767369E	13/02/2014	69200	233
LWY8913	54767083E	05/02/2014	69120	232
LWY8913	54767081E	05/02/2014	65992	230 * V
LXE5139	54443430E	20/01/2014	69200	233
LXS9835	54766729E	13/02/2014	51180	164 c/c 162 * I
LXS9835	54766730E	13/02/2014	50100	162 * I
LXX4504	54767360E	04/02/2014	69200	233
LYI3228	54767089E	10/02/2014	65992	230 * V
LYI3228	54767092E	10/02/2014	67261	230 * XVIII
LYI3228	54767094E	10/02/2014	66371	230 * IX
LYM2552	54767368E	13/02/2014	69200	233
LYO9551	54766740E	24/02/2014	65992	230 * V
LYO9551	54766742E	24/02/2014	69120	232
LYO9551	54766738E	24/02/2014	51180	164 c/c 162 * I
LYO9551	54766739E	24/02/2014	50100	162 * I
MAX0845	54767413E	01/03/2014	51180	164 c/c 162 * I
MAX0845	54767412E	01/03/2014	50100	162 * I
MAX0845	54767410E	01/03/2014	51691	165
MBD1466	54766677E	25/01/2014	50100	162 * I
MBD1466	54766678E	25/01/2014	51180	164 c/c 162 * I
MBD1466	54766679E	25/01/2014	51691	165
MFY5631	54443450E	29/01/2014	69200	233
MGK6829	54443426E	20/01/2014	69200	233
MKX1646	54766594E	18/02/2014	65561	230 * I
MKX1646	54766593E	18/02/2014	51180	164 c/c 162 * I

MKX1646 54766592E 18/02/2014 50100 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1059/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - 280690

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1059/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYI3228	54767093E	10/02/2014	51851	167
MCQ0828	54767342E	05/03/2014	55415	181 * XVII
MIN7122	54767327E	13/02/2014	55411	181 * XVII
MJD8814	54443453E	20/02/2014	54600	181 * IX
MKY1669	54767340E	25/02/2014	73662	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

GERALDO MAFIOLETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1062/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1062/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ALT2320	54767361E	04/02/2014	69200	233
AOU9453	54766748E	10/03/2014	65800	230 * IV
CBJ8449	54443454E	07/03/2014	65992	230 * V
ERD2967	54767173E	06/03/2014	51180	164 c/c 162 * I
ERD2967	54767172E	06/03/2014	50100	162 * I
LYK4196	54767332E	14/02/2014	66372	230 * IX
LYK4196	54767329E	14/02/2014	50100	162 * I
LYK4196	54767330E	14/02/2014	51180	164 c/c 162 * I
LYK4196	54767331E	14/02/2014	66102	230 * VII
LZO8388	54767354E	03/02/2014	69200	233
MCK8751	54766680E	31/01/2014	50100	162 * I
MCK8751	54766681E	31/01/2014	51180	164 c/c 162 * I
MCV7752	54766862E	10/03/2014	66102	230 * VII
MDP8738	54766863E	11/03/2014	50100	162 * I
MDP8738	54766864E	11/03/2014	65992	230 * V
MDP8738	54766865E	11/03/2014	51180	164 c/c 162 * I
MGL7662	54767344E	09/03/2014	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1063/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - 280690

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1063/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYK4196	54767333E	14/02/2014	60760	210
LYP1662	54767335E	18/02/2014	55411	181 * XVII
MCV7752	54766860E	10/03/2014	55411	181 * XVII
MDP8738	54766866E	11/03/2014	57380	186 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

GERALDO MAFIOLETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8100 1066/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1066/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ALA2434	54766898E	16/03/2014	52741	175
BMK2370	55567836C	06/03/2014	65992	230 * V
MBJ8467	54443459E	18/03/2014	65992	230 * V

MBJ8467 54443461E 18/03/2014 66371 230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1067/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - 280690

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1067/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ALA2434	54766899E	16/03/2014	58350	195
ALA2434	54766900E	16/03/2014	60502	208
MBJ8467	54443460E	18/03/2014	65640	230 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

GERALDO MAFIOLETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1069/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1069/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AJW8330	54443488E	23/03/2014	66372	230 * IX
AJW8330	54443489E	23/03/2014	51691	165
LNA6961	54767100E	05/03/2014	65992	230 * V
LZJ5220	54767095E	14/02/2014	50100	162 * I
LZJ5220	54767096E	14/02/2014	51180	164 c/c 162 * I
MCN9210	54443465E	22/03/2014	50100	162 * I
MCN9210	54443466E	22/03/2014	51180	164 c/c 162 * I
MCN9210	54443467E	22/03/2014	65992	230 * V
MCN9210	54443468E	22/03/2014	69120	232
MCW9438	54443458E	08/03/2014	51180	164 c/c 162 * I
MCW9438	54443455E	08/03/2014	50100	162 * I
MDW0933	54443099E	11/03/2014	50100	162 * I
MEE5739	55174757E	25/03/2014	51420	164 c/c 162 * V
MEE5739	55174756E	25/03/2014	69120	232
MEE5739	55174755E	25/03/2014	50450	162 * V
MEP4270	54443096E	18/02/2014	51180	164 c/c 162 * I
MEP4270	54443097E	18/02/2014	65565	230 * I
MEP4270	54443098E	18/02/2014	65992	230 * V
MEP4270	54443095E	18/02/2014	50100	162 * I
MGW7309	54766878E	15/03/2014	66102	230 * VII
MHC7338	55174751E	23/03/2014	50100	162 * I
MHC7338	55174753E	23/03/2014	51180	164 c/c 162 * I
MHC7338	55174754E	23/03/2014	65992	230 * V
MZT0800	54443481E	23/03/2014	50100	162 * I
MZT0800	54443482E	23/03/2014	65992	230 * V
MZT0800	54443483E	23/03/2014	51180	164 c/c 162 * I
MZT0800	54443484E	23/03/2014	65564	230 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1070/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - 280690

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1070/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AJW8330	54443486E	23/03/2014	51851	167
AJW8330	54443487E	23/03/2014	60501	208
LNA6961	54767099E	05/03/2014	54521	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.
GERALDO MAFIOLETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1073/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1073/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ADD4793	54766605E	01/04/2014	65992	230 * V
ADD4793	54766606E	01/04/2014	51180	164 c/c 162 * I
ADD4793	54766607E	01/04/2014	69120	232
ADD4793	54766608E	01/04/2014	51691	165
ADD4793	54766609E	01/04/2014	66102	230 * VII
ADD4793	54443500E	01/04/2014	50100	162 * I
MCO7806	55174876E	02/04/2014	67692	230 * XXII
MCO7806	55174877E	02/04/2014	66372	230 * IX
MML1592	54767417E	27/03/2014	50100	162 * I
MML1592	54767418E	27/03/2014	65991	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS

DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1074/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1074/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BZC3647	54766889E	17/03/2014	66102	230 * VII
CKZ6418	55174901E	28/03/2014	65992	230 * V
CKZ6418	55174902E	28/03/2014	69120	232
CKZ6418	55174903E	28/03/2014	65565	230 * I
LXM5162	55567832C	05/03/2014	50100	162 * I
LXM5162	55567833C	05/03/2014	51180	164 c/c 162 * I
LXO3703	55175060E	10/04/2014	69120	232

LXO3703	55175061E	10/04/2014	50450	162	*	V
LXO3703	55175059E	10/04/2014	65992	230	*	V
LXQ7142	54766861E	10/03/2014	66102	230	*	VII
LYQ9884	55175051E	03/04/2014	67692	230	*	XXII
LZX7606	55567837C	09/03/2014	50100	162	*	I
LZX7606	55567838C	09/03/2014	65992	230	*	V
LZX7606	55567839C	09/03/2014	51180	164	c/c	162 * I
LZX7606	55567841C	09/03/2014	66371	230	*	IX
MAP6951	55174812E	28/03/2014	65992	230	*	V
MAS5774	55174852E	25/03/2014	50100	162	*	I
MAS5774	55174853E	25/03/2014	65992	230	*	V
MAS5774	55174854E	25/03/2014	51180	164	c/c	162 * I
MAT0465	54766884E	16/03/2014	51180	164	c/c	162 * I
MAT0465	54766885E	16/03/2014	50100	162	*	I
MAT0465	54766886E	16/03/2014	69120	232		
MAT0465	54766887E	16/03/2014	65561	230	*	I
MDW0933	54767069E	18/01/2014	51691	165		
MDZ5936	55174811E	28/03/2014	65800	230	*	IV
MDZ5936	55174810E	28/03/2014	65992	230	*	V
MFO7844	55174809E	28/03/2014	65992	230	*	V
MFO7844	55174808E	28/03/2014	51180	164	c/c	162 * I
MFO7844	55174807E	28/03/2014	50100	162	*	I
MGD8178	54766700E	20/02/2014	51180	164	c/c	162 * I
MGD8178	54766699E	20/02/2014	51691	165		
MGD8178	54767404E	20/02/2014	69120	232		
MGD8178	54767403E	20/02/2014	50100	162	*	I
MHO8105	55174871E	02/04/2014	65992	230	*	V
MHO8105	55174872E	02/04/2014	50100	162	*	I
MHO8105	55174873E	02/04/2014	51180	164	c/c	162 * I
MHO8105	55174874E	02/04/2014	65564	230	*	I
MIY1961	54443462E	22/03/2014	66102	230	*	VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1075/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - 280690

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1075/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,

OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXQ7142	54766859E	10/03/2014	55411	181 * XVII
LZX7606	55567840C	09/03/2014	51851	167
MBH7192	55174862E	30/03/2014	60502	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

GERALDO MAFIOLETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1076/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1076/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ADA0706	54767205E	30/03/2014	69120	232
ADA0706	54767202E	30/03/2014	65992	230 * V
ADA0706	54767203E	30/03/2014	50100	162 * I
ADA0706	54767204E	30/03/2014	51180	164 c/c 162 * I
AKO8821	55174868E	02/04/2014	51180	164 c/c 162 * I
AKO8821	55174869E	02/04/2014	65564	230 * I
AKO8821	55174870E	02/04/2014	69120	232
AKO8821	55174867E	02/04/2014	50100	162 * I
CZM6811	55174864E	02/04/2014	65992	230 * V
GTZ9911	54767416E	27/03/2014	66102	230 * VII
IAT6252	55174881E	03/04/2014	65992	230 * V
IAT6252	55174882E	03/04/2014	51180	164 c/c 162 * I

HTI7229	55567848C	09/03/2014	54521	181	* VIII
IAT6252	55174884E	03/04/2014	58350	195	
MAS4573	55174896E	14/04/2014	60502	208	
MAS4573	55174893E	14/04/2014	51851	167	
MAS4573	55174895E	14/04/2014	60502	208	
MAS4573	55174897E	14/04/2014	60502	208	
MAS4573	55174898E	14/04/2014	58350	195	
MHH3696	55175080E	22/04/2014	55411	181	* XVII
MHH5589	55174773E	16/04/2014	70302	244	* I
MKO3230	55174865E	02/04/2014	54600	181	* IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

GERALDO MAFIOLETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1079/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1079/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LBY9891	55620882D	23/04/2014	65992	230 * V
LYP6072	55174928E	27/04/2014	66102	230 * VII
LYP6072	55174929E	27/04/2014	66531	230 * XI
LYP6072	55174930E	27/04/2014	66371	230 * IX
LYR4103	55174926E	25/04/2014	51692	165
LYR4103	55174927E	25/04/2014	69120	232
LZM7934	55174859E	29/03/2014	50100	162 * I
LZM7934	55174860E	29/03/2014	51180	164 c/c 162 * I
MCO7307	55175107E	04/05/2014	51691	165
MDQ8301	55174912E	07/04/2014	65992	230 * V
MDQ8301	55174913E	07/04/2014	69120	232
MHN8656	55175110E	04/05/2014	50100	162 * I
MHN8656	55175111E	04/05/2014	51180	164 c/c 162 * I

MHN8656	55175112E	04/05/2014	66020	230	*	VI
MHN8656	55175113E	04/05/2014	66371	230	*	IX
MHP3824	54443494E	01/04/2014	66372	230	*	IX
MHP3824	54443495E	01/04/2014	51691	165		
MHP3824	54443492E	01/04/2014	66371	230	*	IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1080/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - 280690

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1080/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AML1439	55174861E	30/03/2014	54600	181 * IX
ARQ8785	55175062E	10/04/2014	55415	181 * XVII
BYE4532	55174905E	30/03/2014	54790	181 * X
MCO7307	55175108E	04/05/2014	58350	195
MCO7307	55175106E	04/05/2014	60501	208
MEY1078	55174934E	06/05/2014	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

GERALDO MAFIOLETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1082/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1082/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AAL2660	55174823E	07/05/2014	50100	162 * I
AAL2660	55174824E	07/05/2014	51180	164 c/c 162 * I
AAL2660	55174825E	07/05/2014	66371	230 * IX
AMP2831	54442628E	07/05/2014	51180	164 c/c 162 * I
AMP2831	54442629E	07/05/2014	50100	162 * I
AMP2831	54442630E	07/05/2014	69200	233
BMH8977	55175102E	22/04/2014	66371	230 * IX
BMH8977	55175101E	22/04/2014	65992	230 * V
HOW6469	55175104E	30/04/2014	50100	162 * I
LYE0293	55174781E	06/05/2014	66102	230 * VII
LYE0293	55174782E	06/05/2014	69120	232
LYP6072	55174937E	07/05/2014	65480	229
LZQ6401	55175103E	23/04/2014	65992	230 * V
MBJ9970	55174939E	09/05/2014	69120	232
MBJ9970	55174940E	09/05/2014	65992	230 * V
MBJ9970	55174941E	09/05/2014	66101	230 * VII
MBY6262	55174783E	08/05/2014	65992	230 * V
MDU2636	55175201E	09/05/2014	65992	230 * V
MFC5822	54766598E	04/05/2014	50450	162 * V
MFC5822	54766599E	04/05/2014	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1083/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - 280690

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1083/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXB9430	55175092E	08/05/2014	51851	167
MGP4353	54767033E	28/04/2014	60501	208
MHF2826	55174777E	06/05/2014	51852	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.
GERALDO MAFIOLETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1086/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1086/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-

DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BWB9381	55174834E	15/05/2014	73400	252 * IV
DJF6272	54767189E	14/05/2014	50100	162 * I
DJF6272	54767190E	14/05/2014	51180	164 c/c 162 * I
DJF6272	54767191E	14/05/2014	65992	230 * V
GRM9152	54766596E	17/04/2014	51691	165
IID4227	55174829E	11/05/2014	65992	230 * V
IKS8672	55174950E	10/05/2014	65992	230 * V
IMX7072	55175163E	17/05/2014	65992	230 * V
IMX7072	55175166E	17/05/2014	52741	175
LCG8753	54767426E	04/04/2014	67261	230 * XVIII
LCG8753	54767427E	04/04/2014	51691	165
LCG8753	54767428E	04/04/2014	51770	166
LXZ8862	55620889D	13/05/2014	50100	162 * I
LXZ8862	55620890D	13/05/2014	51180	164 c/c 162 * I
MAC5582	54766623E	10/05/2014	51691	165
MAC5582	54766622E	10/05/2014	65992	230 * V
MAC5582	54766620E	10/05/2014	51180	164 c/c 162 * I
MAC5582	54766618E	10/05/2014	69120	232
MAC5582	54766619E	10/05/2014	50100	162 * I
MAY6909	55174815E	09/04/2014	50100	162 * I
MAY6909	55174816E	09/04/2014	51180	164 c/c 162 * I
MEH8989	54767042E	13/05/2014	65992	230 * V
MEH8989	55620885D	13/05/2014	50100	162 * I
MEH8989	55620886D	13/05/2014	51180	164 c/c 162 * I
MES8147	55175158E	12/05/2014	50450	162 * V
MES8147	55175159E	12/05/2014	50960	163 c/c 162 * V
MGB7683	55174875E	10/04/2014	50100	162 * I
MGB7683	55174888E	10/04/2014	65992	230 * V
MGB7683	55174889E	10/04/2014	51180	164 c/c 162 * I
MGL7541	55175066E	19/04/2014	69120	232
MGL7541	55175067E	19/04/2014	65992	230 * V
MHQ4250	54767423E	04/04/2014	50100	162 * I
MHQ4250	54767424E	04/04/2014	51180	164 c/c 162 * I
MHQ4250	54767425E	04/04/2014	66371	230 * IX
MHS6452	54767437E	20/04/2014	69120	232
MKN8858	55174844E	17/05/2014	51691	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1087/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - 280690

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1087/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

DJF6272	54767192E	14/05/2014	58350	195
IID4227	55174828E	11/05/2014	54521	181 * VIII
IID4227	55174830E	11/05/2014	55250	181 * XV
IMX7072	55175164E	17/05/2014	58350	195
IMX7072	54767193E	17/05/2014	60502	208
JWA4066	55174942E	10/05/2014	54600	181 * IX
MJX1344	55174951E	26/04/2014	58434	196
MKN8858	55174845E	17/05/2014	60502	208
MKN8858	55174843E	17/05/2014	60502	208
MKN8858	55174846E	17/05/2014	60502	208
MKN8858	55174847E	17/05/2014	58350	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

GERALDO MAFIOLETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8100 1090/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1090/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AEH8381	55175135E	12/05/2014	66102	230 * VII
AEH8381	55175136E	12/05/2014	66371	230 * IX
AEH8381	55175137E	12/05/2014	69120	232
AEH8381	55174952E	26/05/2014	66700	230 * XIII
HOV3777	55174831E	13/05/2014	50450	162 * V
HOV3777	55174832E	13/05/2014	51420	164 c/c 162 * V
IHB6473	54767382E	08/05/2014	69200	233
LXC8727	54767371E	08/05/2014	69200	233
LXZ4766	55175139E	12/05/2014	50100	162 * I
LXZ4766	55175140E	12/05/2014	65992	230 * V
LXZ4766	55175141E	12/05/2014	51180	164 c/c 162 * I
LYE0293	55174848E	25/05/2014	66102	230 * VII
LZF1910	55514751E	27/05/2014	50100	162 * I
LZM7027	54767471E	25/05/2014	50100	162 * I
LZM7027	54767472E	25/05/2014	51180	164 c/c 162 * I
LZM7027	54767470E	25/05/2014	51691	165
LZM7027	54767473E	25/05/2014	65992	230 * V
MCS9207	54767463E	20/05/2014	65992	230 * V
MCS9207	54767464E	20/05/2014	66102	230 * VII
MEG4758	55175358E	22/05/2014	51180	164 c/c 162 * I
MEG4758	55175359E	22/05/2014	50100	162 * I
MGP4353	55175142E	16/05/2014	50100	162 * I
MGP4353	55175143E	16/05/2014	51180	164 c/c 162 * I
MGP4353	55175147E	16/05/2014	73400	252 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1091/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - 280690

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1091/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AEH8381	55175134E	12/05/2014	51851	167
CRT5900	55175254E	19/05/2014	53800	181 * I
III1619	55174914E	12/04/2014	60412	207
MDA8946	54767043E	13/05/2014	60412	207
MDZ1865	55174774E	16/04/2014	70302	244 * I
MGP4353	55175146E	16/05/2014	60502	208
MGP4353	55175144E	16/05/2014	52152	170
MGP4353	55175145E	16/05/2014	60502	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

GERALDO MAFIOLETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1093/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1093/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ACG9642	54767388E	09/05/2014	69200	233
JNO3582	55175304E	23/05/2014	51691	165
JNO3582	55175305E	23/05/2014	66531	230 * XI
LYW9357	55175351E	18/05/2014	50100	162 * I
LYW9357	55175352E	18/05/2014	51180	164 c/c 162 * I
LYW9357	55175353E	18/05/2014	65992	230 * V
MCB1054	54767373E	08/05/2014	69200	233
MDQ7977	54767379E	08/05/2014	69200	233

MHS6452 55175098E 08/05/2014 69120 232
MIY1961 55175116E 06/05/2014 66102 230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.
THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1094/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - 280690

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1094/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MHS6452	55175099E	08/05/2014	58350	195
MHS6452	55175100E	08/05/2014	52070	169
MIY1961	55175115E	06/05/2014	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.
GERALDO MAFIOLETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1095/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1095/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ICX8227	55175087E	23/04/2014	50100	162 * I
ICX8227	55175089E	23/04/2014	65992	230 * V
ICX8227	55175088E	23/04/2014	51180	164 c/c 162 * I
LXQ7672	55175190E	02/06/2014	65992	230 * V
LZG6721	54767030E	25/04/2014	50100	162 * I
LZG6721	54767031E	25/04/2014	65992	230 * V
LZG6721	54767032E	25/04/2014	51180	164 c/c 162 * I
LZL0629	55175361E	26/05/2014	50100	162 * I
LZL0629	55175363E	26/05/2014	51180	164 c/c 162 * I
LZL0629	55175364E	26/05/2014	65992	230 * V
LZR9029	54767037E	10/05/2014	50100	162 * I
LZR9029	54767038E	10/05/2014	53040	176 * III
LZR9029	54767039E	10/05/2014	67261	230 * XVIII
MAK6733	55175365E	02/06/2014	65992	230 * V
MBM5271	55175120E	08/05/2014	69120	232
MBM5271	55175119E	08/05/2014	65992	230 * V
MHS6452	55175097E	08/05/2014	65992	230 * V
MJM2794	55175366E	02/06/2014	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.
THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1096/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - 280690

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1096/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

HMR6594	55175181E	29/05/2014	51930	168
LXN4905	55174949E	10/05/2014	51851	167
MCA9900	55175118E	08/05/2014	55411	181 * XVII
MDT3199	55175187E	02/06/2014	58270	194

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

GERALDO MAFIOLETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8100 1098/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1098/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ABF9893	54767213E	23/05/2014	51180	164 c/c 162 * I
ABF9893	54767214E	23/05/2014	50100	162 * I

ABF9893	54767212E	23/05/2014	51691	165
AOV5903	54767217E	07/06/2014	66102	230 * VII
APQ0742	54767188E	13/05/2014	66102	230 * VII
DBG8186	55174786E	15/05/2014	66102	230 * VII
MAR6358	55175160E	17/05/2014	69120	232
MCG2784	54767185E	06/05/2014	66102	230 * VII
MER2172	54767479E	08/06/2014	51420	164 c/c 162 * V
MER2172	54767478E	08/06/2014	50450	162 * V
MER2172	54767477E	08/06/2014	69120	232
MER2172	54767476E	08/06/2014	65992	230 * V
MFF4752	55175474E	05/06/2014	65992	230 * V
MFF4752	55175475E	05/06/2014	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS

DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1099/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - 280690

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1099/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAR6358	55175161E	17/05/2014	51851	167
MBK1552	55175263E	02/06/2014	54521	181 * VIII
MES8031	54766631E	08/06/2014	58350	195
MES8031	54766632E	08/06/2014	60502	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

GERALDO MAFIOLETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1100/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1100/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AXD1997	54767399E	02/06/2014	69200	233
ERD2967	55620892D	07/06/2014	50100	162 * I
ERD2967	55620893D	07/06/2014	66102	230 * VII
ERD2967	55620894D	07/06/2014	51180	164 c/c 162 * I
IIT9662	55620897D	14/06/2014	65992	230 * V
IIT9662	55620898D	14/06/2014	65565	230 * I
IKS8672	55174795E	30/05/2014	66102	230 * VII
KDI2941	54767381E	08/05/2014	69200	233
LXG9976	54767391E	29/05/2014	69200	233
LXS9835	55175321E	14/06/2014	50100	162 * I
LXS9835	55175322E	12/06/2014	51180	164 c/c 162 * I
LYE5782	54767390E	29/05/2014	69200	233
LYM6859	54766633E	15/06/2014	50100	162 * I
LYM6859	54766634E	15/06/2014	51691	165
LZR9029	55174833E	13/05/2014	50100	162 * I
MBN0859	54767186E	09/05/2014	65992	230 * V
MCE4611	55514755E	27/05/2014	65992	230 * V
MDZ0853	54767398E	02/06/2014	69200	233
MEO1508	55175257E	22/05/2014	69120	232
MET0152	54767377E	08/05/2014	69200	233
MFW6295	54767394E	02/06/2014	69200	233
MHH1000	55175560E	14/06/2014	51691	165
MIC2906	55175492E	13/06/2014	73400	252 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1101/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - 280690

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1101/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IKS8672	55174792E	30/05/2014	73662	252 * VI
IKS8672	55174793E	30/05/2014	51851	167
LYU3421	55175260E	30/05/2014	55680	181 * XIX
LZZ9349	55175138E	12/05/2014	60412	207
MBK1552	55175262E	02/06/2014	54521	181 * VIII
MCE4611	55514754E	27/05/2014	55090	181 * XIII
MFW4344	55175253E	19/05/2014	53800	181 * I
MIM7054	55514752E	27/05/2014	55411	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

GERALDO MAFIOLETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 299/2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 299/2004

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ACB9930	55884402A	02/09/2004	69200	233
AFO1285	55884308A	04/09/2004	51850	167
BQV5369	55883720A	06/09/2004	51850	167
GUQ9166	55884195A	25/08/2004	69200	233
ICL2894	55884204A	30/08/2004	55410	181 * XVII
LYH1663	55884071A	22/08/2004	65990	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8100 300/2004**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 300/2004

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

AUM0010 55884187A 13/08/2004 69200 233
LWW2869 55884405A 08/09/2004 66370 230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 301/2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 301/2004

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CIB8457	55883673A	22/09/2004	69200	233
KAX1762	55883846A	05/09/2004	65990	230 * V
MEY6800	55883847A	05/09/2004	66100	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 302/2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - 280690

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 302/2004

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AFL2897 55884360A 12/09/2004 55250 181 * XV
GMC5233 55884322A 27/09/2004 54870 181 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.
GERALDO MAFIOLETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 303/2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 303/2004

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AEB4821	54864744A	17/09/2004	51850	167
IEU8698	55883723A	18/09/2004	51850	167
IIA4288	55884253A	18/09/2004	51690	165
IIA4288	55884254A	18/09/2004	50100	162 * I
LWT6543	55884315A	15/09/2004	65990	230 * V
LWT9564	55884314A	11/09/2004	55500	181 * XVIII
MAX4649	55884316A	15/09/2004	60410	207

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 304/2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 304/2004

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IXX6999	55884453A	09/10/2004	52740	175
LYE5393	55884070A	22/08/2004	60500	208
LYE5393	55884070A	22/08/2004	52820	176 * I
LYY8523	55854748	27/09/2004	69200	233
LZK1730	55884329A	04/10/2004	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 306/2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 306/2004

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ICF3046	55884414A	20/10/2004	69200	233
LWZ0905	55884353A	20/08/2004	69120	232
LYG3753	55884403A	08/09/2004	69200	233
LYK9251	55883891A	16/10/2004	66100	230 * VII
MDW1872	55884406A	09/09/2004	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 307/2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 307/2004

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AAT0812	55884123A	22/08/2004	50100	162 * I
AAT0812	55884124A	22/08/2004	50610	163 c/c 162 * I
AAT0812	55884125A	22/08/2004	65990	230 * V
AAT0812	55884125A	22/08/2004	67260	230 * XVIII
BGO4383	54863619A	18/07/2004	66100	230 * VII
BJI1860	55884429A	05/11/2004	69200	233
BWC4548	55884333A	29/10/2004	57460	187 * I
IHM3379	55884422A	29/10/2004	69200	233
IIB7863	55884177A	29/07/2004	69200	233
LXA4529	55884066A	02/08/2004	52740	175
LXA4529	55884066A	02/08/2004	50100	162 * I
LXA4529	55884066A	02/08/2004	65990	230 * V
LXQ2509	55883882A	10/08/2004	51850	167
LXV5723	55883668A	08/08/2004	51690	165
LXW9746	55884340A	31/10/2004	52070	169
LYG4945	55884419A	27/10/2004	65990	230 * V
LYG4945	55884420A	27/10/2004	50100	162 * I
LYH5087	55884504A	17/10/2004	50610	163 c/c 162 * I
LYH5087	55884503A	17/10/2004	66370	230 * IX
LYH5087	55884502A	17/10/2004	50100	162 * I
LYH5087	55884503A	17/10/2004	65990	230 * V
LYH5087	55884503A	17/10/2004	65560	230 * I
MAT5182	55884310A	06/09/2004	52070	169
MBZ2154	55577968A	27/10/2004	57200	186 * I
MBZ2585	55578192A	01/11/2004	55250	181 * XV
MCG5430	55884418A	22/10/2004	69200	233
MCK8355	55883722A	07/09/2004	65300	228
MCK8355	55578175A	07/09/2004	65300	228
MDJ0792	55884352A	20/08/2004	62200	218 * I * b
MDJ0792	55884351A	20/08/2004	51850	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS

DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 308/2004

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 308/2004

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LIL2157	55884751A	05/11/2004	65990	230 * V
LXB9475	55884508A	22/10/2004	61220	214 * I
LXW4098	55884432A	10/11/2004	69200	233
LYK7798	55884423A	01/11/2004	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS

DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 309/2004

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - 280690

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 309/2004

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ICF4380	55884462A	13/11/2004	66100	230 * VII
---------	-----------	------------	-------	-----------

IIZ0546	55577341A	27/10/2004	50100	162	* I
IIZ0546	55577343A	27/10/2004	50610	163	c/c 162 * I
IIZ0546	55577342A	27/10/2004	65990	230	* V
KNK4203	55884434A	11/11/2004	69200	233	
LXU2818	55884601A	01/11/2004	52070	169	
LXU2818	55884601A	01/11/2004	51850	167	
LXU2818	55884601A	01/11/2004	58350	195	
LXU2818	55884601A	01/11/2004	60500	208	
LZO7529	55884468A	17/11/2004	66100	230	* VII
LZY6562	55883992A	14/11/2004	55410	181	* XVII
MAW0434	55884458A	13/11/2004	66100	230	* VII
MDL9332	55884421A	28/10/2004	69200	233	
MGZ3090	55884510A	26/10/2004	55680	181	* XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

GERALDO MAFIOLETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 310/2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 310/2004

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ABX6424	55884435A	11/11/2004	69200	233
AFE0355	55884433A	10/11/2004	69200	233
IGS0843	55884439A	23/11/2004	69200	233
LYR4527	55883679A	22/11/2004	69120	232
LYR4527	55883677A	22/11/2004	50100	162 * I
LYR4527	55883679A	22/11/2004	65990	230 * V
MEJ5600	55883528A	22/11/2004	52070	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU

POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 311/2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 311/2004

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CWI0013	55884754A	11/11/2004	56650	182 * X
LZG1708	55884444A	29/11/2004	69200	233
MAD8859	55577973A	26/11/2004	69120	232
MAD8859	55577973A	26/11/2004	66370	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 13 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 315/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 315/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AND3333	55883691A	30/12/2004	67690	230 * XXII
AND3333	55883691A	30/12/2004	65990	230 * V
ICR0747	55884673A	27/12/2004	69200	233
LXG6883	55884855A	23/12/2004	60250	206 * IV
LXG6883	55884855A	23/12/2004	58350	195
LYG5075	55884261A	19/12/2004	50100	162 * I
LYG5075	55884262A	19/12/2004	50610	163 c/c 162 * I
LYG5075	55884262A	19/12/2004	65990	230 * V
MAC3980	55884475A	01/01/2005	50610	163 c/c 162 * I
MAC3980	55884474A	01/01/2005	65990	230 * V
MAC3980	55884474A	01/01/2005	50100	162 * I
MAC3980	55884474A	01/01/2005	52070	169
MAD2095	55884854A	23/12/2004	55410	181 * XVII
MBP9248	55884677A	28/12/2004	69200	233
MDV9681	55884767A	10/12/2004	66100	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS

DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8100 374/2005**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - 280690

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 374/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,

CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LWT6543 55885482A 19/09/2005 60410 207

MAU2077 55884637A 15/08/2005 51850 167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

GERALDO MAFIOLETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 376/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - 280690

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 376/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AKW0839 55886653A 06/10/2005 69200 233

LWV6899 55885273A 12/09/2005 54600 181 * IX

MAE2474 55885903A 04/11/2005 69120 232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
GERALDO MAFIOLETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 378/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 378/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYJ9868	55886696A	18/11/2005	69200	233
LZB1100	55886695A	17/11/2005	69200	233
LZN0274	55883649A	09/11/2005	55250	181 * XV
MAV7449	55886694A	17/11/2005	69200	233
MEI3481	55885277A	21/11/2005	55410	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.
THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 380/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 380/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXY9689	55885521A	12/08/2005	69200	233
LYG7819	55883764A	27/11/2005	66370	230 * IX
LYG7819	55883764A	27/11/2005	52070	169
LYG7819	55883764A	27/11/2005	50610	163 c/c 162 * I
LYG7819	55883764A	27/11/2005	65990	230 * V
LYG7819	55883764A	27/11/2005	50100	162 * I
MAB9770	55884947A	15/10/2005	50100	162 * I
MAB9770	55884948A	15/10/2005	50610	163 c/c 162 * I
MAH0654	55886708A	29/11/2005	69200	233
MBK8799	55886667A	18/10/2005	69200	233
MEU3492	55886671A	20/10/2005	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 14 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 714/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 714/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

AJP2513	55567756C	29/06/2011	69200	233
IHE6661	55567659C	19/06/2011	50100	162 * I
IHE6661	55567660C	19/06/2011	65992	230 * V
LZM8114	55567760C	11/07/2011	69200	233
MAK7895	55567810C	23/07/2011	66102	230 * VII
MBF6667	55567761C	12/07/2011	69200	233
MBP6450	55567634C	11/07/2011	55411	181 * XVII
MCK8614	55567764C	14/07/2011	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS

DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 716/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 716/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AJR8667	55567568C	26/07/2011	50100	162 * I
AJR8667	55567569C	26/07/2011	51180	164 c/c 162 * I
LZX8123	55566428C	04/07/2011	65992	230 * V
MGV6917	55566506C	24/07/2011	50100	162 * I
MGV6917	55566507C	24/07/2011	51180	164 c/c 162 * I
MHS4832	55566427C	30/06/2011	65992	230 * V
MIV6963	55566437C	27/07/2011	50100	162 * I
MIV6963	55566438C	27/07/2011	51180	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 717/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 717/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IIO5413	55567382C	06/07/2011	51691	165
IIO5413	55567383C	06/07/2011	65992	230 * V
IIO5413	55567384C	06/07/2011	50371	162 * III
IIO5413	55567385C	06/07/2011	51341	164 c/c 162 * III
IIO5413	55567386C	06/07/2011	66371	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 719/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - 280690

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 719/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

IDN6805	55567765C	19/07/2011	69200	233
LXI5955	55567391C	22/07/2011	65565	230 * I
LYB7003	54807685C	06/08/2011	51691	165
LYG7601	55567932C	11/08/2011	65992	230 * V
LYG7601	55567933C	11/08/2011	50450	162 * V
LYG7601	55567934C	11/08/2011	69120	232
MAL5894	55567763C	14/07/2011	69200	233
MCK6405	55567920C	04/08/2011	65992	230 * V
MCK6405	55567921C	04/08/2011	50100	162 * I
MCK6405	55567922C	04/08/2011	65565	230 * I
MCK6405	55567923C	04/08/2011	51691	165
MDA5938	54808415C	07/08/2011	51851	167
MDO4315	55567758C	11/07/2011	69200	233
MEX9639	55567583C	17/08/2011	65992	230 * V
MGU4921	55567130C	09/07/2011	60412	207

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

GERALDO MAFIOLETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 728/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 728/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ARK4479	55567794C	13/09/2011	69200	233
JFJ7370	55567150C	26/09/2011	50100	162 * I
JFJ7370	55567860C	26/09/2011	51180	164 c/c 162 * I
JZV1172	55567149C	18/09/2011	51180	164 c/c 162 * I
JZV1172	55567148C	18/09/2011	50100	162 * I
LWS0943	55567635C	17/08/2011	50100	162 * I
LYC0080	55567275C	01/09/2011	60501	208
LZI1231	55567276C	02/09/2011	65992	230 * V
MBC0559	54809288C	15/09/2011	50100	162 * I
MBC0559	54809289C	15/09/2011	51180	164 c/c 162 * I
MBJ8467	55567281C	22/09/2011	65992	230 * V
MBJ8467	55567282C	22/09/2011	69120	232
MDH2667	55567224C	28/09/2011	51851	167
MED1628	54809297C	29/09/2011	51851	167
MFJ2779	55567941C	27/08/2011	66102	230 * VII
MFM4645	55566439C	29/09/2011	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 748/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 748/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ACR2435	55568104C	10/11/2011	65992	230 * V

ACR2435	55568105C	10/11/2011	51180	164	c/c 162 * I
AJO6791	55568118C	21/11/2011	55411	181	* XVII
ALH8018	55451075D	12/12/2011	69200	233	
API8361	55568136C	30/11/2011	50100	162	* I
API8361	55568137C	30/11/2011	51180	164	c/c 162 * I
ARA2300	54807915C	01/12/2011	51851	167	
BWP6722	55451079D	12/12/2011	69200	233	
CBP4061	55567964C	12/11/2011	69120	232	
CBP4061	55567962C	12/11/2011	50450	162	* V
CEZ9491	55566441C	01/12/2011	66102	230	* VII
CKK2339	55451082D	12/12/2011	69200	233	
CMD7137	55451071D	12/12/2011	69200	233	
CNY4180	55568272C	05/12/2011	51851	167	
HUT8044	55568236C	09/12/2011	65992	230	* V
HXS2961	55568255C	27/11/2011	51851	167	
IFN4673	55451074D	12/12/2011	69200	233	
IFW5381	55568398C	15/12/2011	50100	162	* I
IFW5381	55568399C	15/12/2011	51180	164	c/c 162 * I
JYW3959	55568258C	27/11/2011	51851	167	
LXD3153	55451073D	12/12/2011	69200	233	
LYV9548	55451065D	28/11/2011	69200	233	
LZF2428	55568393C	11/12/2011	65992	230	* V
MAQ4166	55451072D	12/12/2011	69200	233	
MAV6855	55568093C	06/11/2011	65992	230	* V
MAV6855	55568094C	06/11/2011	50450	162	* V
MBZ4764	55568121C	22/11/2011	55411	181	* XVII
MDL5760	55568150C	15/12/2011	60501	208	
MDM9068	55568159C	21/11/2011	58350	195	
MDM9068	55568158C	21/11/2011	57380	186	* II
MDM9068	55568157C	21/11/2011	51691	165	
MDM9068	55568160C	21/11/2011	69120	232	
MEZ8217	54807918C	01/12/2011	65992	230	* V
MFQ3002	55568283C	13/12/2011	50100	162	* I
MFQ3002	55568284C	13/12/2011	65992	230	* V
MFY9531	55451056D	21/11/2011	69200	233	
MGZ0312	55568266C	28/11/2011	58350	195	
MGZ0312	55568267C	28/11/2011	52152	170	
MGZ0312	55568269C	28/11/2011	60502	208	
MGZ0312	55568270C	28/11/2011	52070	169	
MIE0227	54807917C	01/12/2011	65992	230	* V
MIV8489	55568233C	04/12/2011	54600	181	* IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 750/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 750/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

BJI9759	55566262C	06/12/2011	65992	230 * V
BVB7370	55568403C	19/12/2011	65992	230 * V
DDS5273	55567968C	19/12/2011	51851	167
LXK0311	55451155D	19/12/2011	51851	167
LXK0311	55451156D	19/12/2011	69120	232
LXM8790	55451095D	19/12/2011	69200	233
LZL5961	55568404C	19/12/2011	50450	162 * V
MAB3800	55567248C	28/12/2011	65992	230 * V
MAP3321	55451154D	19/12/2011	55411	181 * XVII
MCN2503	55451109D	19/12/2011	66531	230 * XI
MFV2841	55567971C	23/12/2011	66102	230 * VII
MHS3392	55567679C	17/11/2011	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS

DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8100 752/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 752/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ARM1320	55568363C	25/11/2011	73662	252 * VI
BBE0101	55568148C	15/12/2011	55411	181 * XVII
BNL5467	55451260D	02/01/2012	65992	230 * V
IBX4760	55568138C	07/12/2011	57461	187 * I
IDI6559	55451067D	12/12/2011	69200	233
IFJ0023	55568411C	04/01/2012	54521	181 * VIII
IFW7382	55451176D	27/12/2011	66372	230 * IX
IFW7382	55451175D	27/12/2011	51691	165
IHK5207	55451061D	28/11/2011	69200	233
JNP0124	55451077D	12/12/2011	69200	233
KME6132	55568302C	10/12/2011	51180	164 c/c 162 * I
KME6132	55568301C	10/12/2011	50100	162 * I
LXJ3357	55567448C	08/01/2012	55250	181 * XV
LXR2093	54809543C	21/12/2011	60760	210
LXR2093	54809544C	21/12/2011	52742	175
LXR2093	54809545C	21/12/2011	52152	170
LXR2093	54809546C	21/12/2011	58350	195
LXR2093	54809547C	21/12/2011	60501	208
LXR2093	54809548C	25/12/2011	51851	167
LXR2093	54809549C	25/12/2011	52152	170
LXR2093	54809550C	25/12/2011	52743	175
LXR2093	55568289C	25/12/2011	60502	208
LXR2093	55568290C	25/12/2011	58350	195
LXR2093	55568288C	25/12/2011	52742	175
LXZ4409	55567436C	30/12/2011	65992	230 * V
LYT5533	55568168C	06/12/2011	50100	162 * I
LYT5533	55567682C	06/12/2011	50610	163 c/c 162 * I
LZE7190	54807937C	13/12/2011	51851	167
MAH1456	55568276C	05/12/2011	51851	167
MAN4066	55451276D	09/01/2012	51851	167
MBC9868	55568379C	03/12/2011	65992	230 * V
MBD7266	55568308C	06/01/2012	50450	162 * V
MBH0759	55451068D	12/12/2011	69200	233
MBO6453	55451279D	09/01/2012	51851	167
MDS6230	55451265D	06/01/2012	50610	163 c/c 162 * I
MDS6230	55451264D	06/01/2012	65992	230 * V
MDS6230	55451266D	06/01/2012	50100	162 * I
MEH2340	54808446C	28/12/2011	65992	230 * V
MEL7651	55568227C	26/11/2011	50100	162 * I
MEL7651	55568228C	26/11/2011	51180	164 c/c 162 * I
MEL7651	55568225C	26/11/2011	65992	230 * V
MEN1581	55451058D	22/11/2011	69200	233
MGG8260	55567442C	31/12/2011	65992	230 * V
MGG8260	55567443C	31/12/2011	51691	165
MGJ6356	55567446C	08/01/2012	54870	181 * XI
MHQ4132	54807914C	01/12/2011	51851	167
MHT4688	55567445C	08/01/2012	55250	181 * XV
MIL0861	55568364C	25/11/2011	58780	199

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 754/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 754/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ABF0466	55451177D	29/12/2011	50100	162 * I
ABF0466	55451178D	29/12/2011	51180	164 c/c 162 * I
AOO6245	55451207D	06/01/2012	69200	233
LXR2093	55566524C	25/12/2011	60760	210
LYB0851	55568190C	09/01/2012	53800	181 * I
LYI2556	55568237C	08/12/2011	54600	181 * IX
LYI2556	55568238C	08/12/2011	65992	230 * V
LZN2673	55451186D	06/01/2012	51180	164 c/c 162 * I
MAS4354	55451146D	12/01/2012	57380	186 * II
MDI4803	55568191C	09/01/2012	51851	167
MEH8790	55451076D	12/12/2011	69200	233
MEI4547	55451404D	12/01/2012	51851	167
MEU4137	55451216D	10/01/2012	69200	233
MEW5519	55451218D	11/01/2012	69200	233
MFJ4445	55568427C	12/01/2012	69120	232
MGQ5054	55568187C	09/01/2012	70301	244 * I
MGQ5054	55568188C	09/01/2012	70481	244 * II
MJY9018	55568194C	09/01/2012	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS

DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 756/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 756/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AAQ3362	55451298D	18/01/2012	51851	167
ACO2861	55451166D	23/12/2011	51691	165
ACO2861	55451167D	23/12/2011	51770	166
IBO9252	55451087D	14/12/2011	69200	233
IGN0591	54809514C	17/12/2011	65992	230 * V
KCM0291	55567969C	19/12/2011	50100	162 * I
KCM0291	55567970C	19/12/2011	51180	164 c/c 162 * I
MAK1069	54809531C	21/12/2011	65992	230 * V
MBH0978	55451090D	15/12/2011	69200	233
MEG2078	55451210D	06/01/2012	69200	233
MFQ5716	55451097D	20/12/2011	69200	233
MFW3299	55451089D	15/12/2011	69200	233
MGP3578	55451509D	18/01/2012	51851	167
MGQ3175	55451157D	19/12/2011	50450	162 * V
MGQ3175	55451158D	19/12/2011	65992	230 * V
MGQ3175	55451159D	19/12/2011	58350	195
MHH6090	55451093D	16/12/2011	69200	233
MHM6195	55568241C	08/12/2011	61220	214 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 758/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 758/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ADM2113	55451358D	24/01/2012	65992	230 * V
ADM2113	55451359D	24/01/2012	67261	230 * XVIII
AJR8667	55451427D	21/01/2012	66102	230 * VII
AJS3620	55451414D	21/01/2012	51851	167
AMI2049	55567693C	23/01/2012	65992	230 * V
ASD0011	55451419D	21/01/2012	51851	167
BJR9316	55568180C	28/12/2011	50100	162 * I
BTJ2840	55451355D	22/01/2012	51180	164 c/c 162 * I
BTJ2840	55451354D	22/01/2012	50100	162 * I
CHA6699	55567685C	30/12/2011	65992	230 * V
CWH1230	55451527D	22/01/2012	51851	167
DDJ9573	55451098D	20/12/2011	69200	233
ICO8367	55567449C	08/01/2012	55250	181 * XV
IIE9095	55451290D	15/01/2012	54521	181 * VIII
LWR0980	55451952D	25/01/2012	66102	230 * VII
LXT5293	55451251D	02/01/2012	50100	162 * I
LXT5293	55451252D	02/01/2012	51180	164 c/c 162 * I
LXT5293	55451253D	02/01/2012	65992	230 * V
LXW0516	55451199D	24/01/2012	51180	164 c/c 162 * I
LXW0516	55451198D	24/01/2012	50100	162 * I
LZD3774	55451528D	22/01/2012	51851	167
LZM2673	55451261D	06/01/2012	50100	162 * I
MAN7836	55451122D	01/01/2012	50100	162 * I
MAN7836	55451123D	01/01/2012	51180	164 c/c 162 * I
MAN7836	55451124D	01/01/2012	65992	230 * V
MAN7836	55451125D	01/01/2012	51691	165
MBD7757	55451544D	25/01/2012	51851	167
MBN8745	55451428D	22/01/2012	66102	230 * VII
MBV6597	55568179C	28/12/2011	69120	232
MBY0696	55568297C	29/12/2011	50100	162 * I
MBY0696	55568298C	29/12/2011	50610	163 c/c 162 * I
MBY0696	55568296C	29/12/2011	65992	230 * V
MDI4803	55451418D	21/01/2012	51851	167
MDN8050	55451522D	22/01/2012	50960	163 c/c 162 * V
MDN8050	55451521D	22/01/2012	50450	162 * V
MDN8050	55451520D	22/01/2012	65992	230 * V
MFG6124	55451288D	15/01/2012	54100	181 * IV
MHJ8997	55451517D	21/01/2012	51851	167
MHR8235	55451538D	25/01/2012	51851	167
MIJ4740	55451529D	22/01/2012	51851	167
MIJ4740	55451424D	21/01/2012	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS

DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 760/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 760/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ABQ4271	55451676D	30/01/2012	51851	167
AJO6791	55451657D	26/01/2012	54100	181 * IV
AKH2625	55451432D	25/01/2012	51851	167
BAB0040	55451457D	12/01/2012	51852	167
BAB0040	55451456D	12/01/2012	51851	167
JWT9585	55567694C	28/01/2012	65992	230 * V
KDV8714	55451357D	23/01/2012	65482	229
LXV9921	55451911D	28/01/2012	50100	162 * I
LXV9921	55451912D	28/01/2012	51180	164 c/c 162 * I
LXV9921	55451913D	28/01/2012	52742	175
LXV9921	55451914D	28/01/2012	65992	230 * V
LYP2736	55451561D	29/01/2012	52741	175
LYP2736	55451562D	29/01/2012	61810	215 * II
LYP2736	55451563D	29/01/2012	52152	170
MAM2205	55451206D	23/12/2011	69200	233
MCK0384	55451202D	22/12/2011	69200	233
MEN3272	55568418C	06/01/2012	50100	162 * I
MEN3272	55568419C	06/01/2012	51180	164 c/c 162 * I
MKI3130	55451564D	29/01/2012	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO

DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 761/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - 280690

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 761/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AEC4765	55451617D	25/01/2012	51851	167
AGW7047	55568195C	09/01/2012	51851	167
ARA2300	55451688D	07/02/2012	51851	167
HMP1497	55451188D	12/01/2012	50100	162 * I
IDS3645	55451568D	01/02/2012	61220	214 * I
IFS7874	55451577D	01/02/2012	65565	230 * I
LYN0899	55451003D	07/01/2012	65992	230 * V
LYR2561	55451453D	12/01/2012	50100	162 * I
LZE6590	55451580D	04/02/2012	50100	162 * I
LZE6590	55451581D	04/02/2012	51180	164 c/c 162 * I
LZE6590	55451582D	04/02/2012	65992	230 * V
LZE6590	55451583D	04/02/2012	57380	186 * II
LZO4921	55451147D	12/01/2012	55411	181 * XVII
MAE1922	55451411D	21/01/2012	51851	167
MAN4150	55451321D	07/02/2012	65992	230 * V
MAP7980	55451405D	12/01/2012	51851	167
MBB4330	55451574D	01/02/2012	51851	167
MBJ5856	55451901D	16/01/2012	55411	181 * XVII
MBK6000	55451225D	13/01/2012	69200	233
MBK8752	55451224D	12/01/2012	69200	233
MCK3423	55451222D	12/01/2012	69200	233
MCQ2657	55451211D	06/01/2012	69200	233
MFA0502	55568436C	03/02/2012	50450	162 * V
MFV3515	55451623D	26/01/2012	55415	181 * XVII
MGA3963	55451613D	25/01/2012	61220	214 * I
MGF1081	55451902D	16/01/2012	60501	208
MGG5823	55568175C	28/12/2011	73662	252 * VI

MGH2755	55451220D	11/01/2012	69200	233	
MGK0019	55451659D	26/01/2012	73662	252	* VI
MGL5953	55451513D	21/01/2012	55250	181	* XV
MGQ8019	55451610D	25/01/2012	51851	167	
MHA7421	55451272D	06/01/2012	50100	162	* I
MHA7421	55451271D	06/01/2012	50610	163	c/c 162 * I
MHA7421	55451270D	06/01/2012	65992	230	* V
MHE0364	55451691D	07/02/2012	51851	167	
MIH4704	55451318D	03/02/2012	58780	199	
MLC1929	55451130D	04/01/2012	57380	186	* II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

GERALDO MAFIOLETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 763/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 763/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ABI8003	55451415D	21/01/2012	51851	167
ABI8003	55451416D	21/01/2012	73580	252 * V
ADN0061	55451010D	12/02/2012	50960	163 c/c 162 * V
ADN0061	55451009D	12/02/2012	50450	162 * V
ADR0007	55451512D	21/01/2012	51851	167
AHZ6923	55451634D	02/02/2012	50100	162 * I
AHZ6923	55451635D	02/02/2012	51180	164 c/c 162 * I
AHZ6923	55451636D	02/02/2012	52152	170
AHZ6923	55451637D	02/02/2012	60760	210
AHZ6923	55451638D	02/02/2012	57380	186 * II
ANL2085	55566396C	13/02/2012	51851	167
API8361	55451932D	05/02/2012	65565	230 * I
CAU9772	55451297D	18/01/2012	51851	167

CHT9483	55451931D	05/02/2012	51851	167
DHG3478	55451530D	22/01/2012	51851	167
DIR0761	55566372C	13/02/2012	51851	167
FGH0180	55451353D	18/01/2012	65992	230 * V
IFW7382	55566377C	13/02/2012	51851	167
IFW7382	55566378C	13/02/2012	51852	167
IGS8071	55451361D	11/02/2012	50100	162 * I
IGS8071	55451362D	11/02/2012	50610	163 c/c 162 * I
ILL3891	55620502D	13/02/2012	51851	167
LXB3061	55451309D	18/01/2012	50100	162 * I
LXB3061	55451310D	18/01/2012	51180	164 c/c 162 * I
LXB3061	55451311D	18/01/2012	51851	167
LXS6675	55451519D	21/01/2012	51851	167
LXZ4409	55451233D	07/02/2012	69200	233
LYR2561	55451455D	12/01/2012	51180	164 c/c 162 * I
LYT7308	55567893C	11/01/2012	65800	230 * IV
LZB7335	55451232D	06/02/2012	69200	233
LZU2575	54809100C	11/02/2012	65992	230 * V
LZW2545	55451507D	18/01/2012	51851	167
MBA3660	55451461D	13/02/2012	65992	230 * V
MBA3660	55451462D	13/02/2012	69120	232
MBA3660	55451463D	13/02/2012	65565	230 * I
MBC0559	55451751D	11/02/2012	65992	230 * V
MBX8779	55567692C	11/01/2012	65992	230 * V
MCC2119	55566383C	13/02/2012	51851	167
MCC2119	55566384C	13/02/2012	51852	167
MDH5581	55451640D	06/02/2012	54521	181 * VIII
MDI2676	55451287D	15/01/2012	54521	181 * VIII
MIH8505	55451408D	18/01/2012	55500	181 * XVIII
MJB2200	55568311C	16/02/2012	50450	162 * V
MJK1572	55451412D	21/01/2012	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 765/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - 280690

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 765/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,

OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ABI8003	55451317D	27/01/2012	52070	169
APL0864	55451927D	01/02/2012	51180	164 c/c 162 * I
APL0864	55451926D	01/02/2012	50100	162 * I
BYA3094	54809094C	07/02/2012	51851	167
BYA3094	54809095C	07/02/2012	61570	214 * IV
CRH4877	55451410D	21/01/2012	51851	167
DBE7121	55451547D	25/01/2012	51851	167
DDS5273	55451592D	11/02/2012	65482	229
DMT9004	54809076C	18/01/2012	65992	230 * V
DNQ3042	55451655D	26/01/2012	66102	230 * VII
IMO5473	55451320D	03/02/2012	65565	230 * I
IMO5473	55451319D	03/02/2012	65992	230 * V
IRH4894	55451698D	23/02/2012	61650	214 * V
LWX4374	55451662D	29/01/2012	65992	230 * V
LWX4374	55451664D	29/01/2012	50450	162 * V
LWX4374	55451663D	29/01/2012	50960	163 c/c 162 * V
LXI1814	55566529C	10/01/2012	51180	164 c/c 162 * I
LXI1814	55566528C	10/01/2012	65992	230 * V
LXI1814	55566527C	10/01/2012	50100	162 * I
LYC5453	55451289D	15/01/2012	54100	181 * IV
LZQ9488	54809087C	30/01/2012	65992	230 * V
LZS9241	55451553D	28/01/2012	51180	164 c/c 162 * I
LZS9241	55451554D	28/01/2012	50100	162 * I
LZS9241	55451555D	28/01/2012	65992	230 * V
LZV4785	55620511D	17/02/2012	58780	199
MAN3143	55451612D	25/01/2012	51851	167
MAV5656	55620510D	17/02/2012	51851	167
MCO5575	55451949D	13/02/2012	51851	167
MCO5575	55451950D	13/02/2012	73662	252 * VI
MCT0663	55567896C	27/01/2012	51420	164 c/c 162 * V
MCT0663	55567895C	27/01/2012	50450	162 * V
MCX1275	55451532D	22/01/2012	51851	167
MHB3734	55566391C	13/02/2012	51851	167
MHN3299	55451628D	02/02/2012	50100	162 * I
MHN3299	55451631D	02/02/2012	58350	195
MHN3299	55451632D	02/02/2012	51180	164 c/c 162 * I
MHN3299	55451633D	02/02/2012	65992	230 * V
MIT0426	55566363C	13/02/2012	61220	214 * I
MIT0426	55566364C	13/02/2012	52070	169
MJC7935	54809085C	26/01/2012	51852	167
MJC7935	54809086C	26/01/2012	51852	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

GERALDO MAFIOLETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 767/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 767/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AJB0315	55451575D	01/02/2012	65992	230 * V
AOW3612	55568322C	28/02/2012	55411	181 * XVII
APE3300	55451438D	02/02/2012	65992	230 * V
AZZ8899	55566380C	13/02/2012	51851	167
BAB0040	55451239D	10/02/2012	69200	233
BJH4474	55451752D	16/02/2012	65992	230 * V
CCV1054	55566379C	13/02/2012	51851	167
CKH9018	55451942D	13/02/2012	51851	167
CKH9018	55451948D	13/02/2012	51851	167
III3287	54809093C	04/02/2012	54521	181 * VIII
LJD5191	55451465D	13/02/2012	65992	230 * V
LJD5191	55451466D	13/02/2012	69120	232
LXW7976	55568317C	27/02/2012	66102	230 * VII
LYN9248	55451641D	06/02/2012	60501	208
LYV3749	55451753D	24/02/2012	69120	232
LYV3749	55566266C	24/02/2012	50100	162 * I
LYV3749	55566267C	24/02/2012	51180	164 c/c 162 * I
LYV3749	55566268C	24/02/2012	65992	230 * V
LYX0281	55568330C	11/03/2012	69120	232
LYX0281	55568326C	11/03/2012	65992	230 * V
LYX0281	55568327C	11/03/2012	50100	162 * I
LYX0281	55568329C	11/03/2012	51180	164 c/c 162 * I
LZQ0749	55568334C	11/03/2012	65992	230 * V
LZS0356	55451447D	05/03/2012	50371	162 * III
LZS0356	55451448D	05/03/2012	70301	244 * I
LZS0356	55451449D	05/03/2012	60760	210
MAE5621	55566399C	21/02/2012	66102	230 * VII
MAO1499	55451689D	07/02/2012	56650	182 * X
MAO1499	55451690D	07/02/2012	57463	187 * I
MAX8264	55568319C	27/02/2012	65992	230 * V
MBD9367	55451963D	04/03/2012	65992	230 * V
MBD9367	55451964D	04/03/2012	69120	232
MBH8164	55451011D	21/02/2012	65482	229
MBI9323	54809090C	03/02/2012	55500	181 * XVIII
MBO6259	55451939D	13/02/2012	51851	167
MBO7998	55451240D	10/02/2012	69200	233
MBY4438	55451945D	13/02/2012	51851	167

MCL5716	55451962D	04/03/2012	52070	169
MDO4614	55566371C	13/02/2012	51851	167
MDO6689	55451450D	01/03/2012	55500	181 * XVIII
MEB5149	54807949C	05/03/2012	65992	230 * V
MEB5149	54807947C	05/03/2012	51180	164 c/c 162 * I
MEB5149	55566400C	05/03/2012	50100	162 * I
MEL3900	55451720D	06/03/2012	55411	181 * XVII
MEU6375	54807948C	05/03/2012	50450	162 * V
MEZ6628	55451236D	09/02/2012	69200	233
MFC1631	55566375C	13/02/2012	51851	167
MGD5916	55568442C	04/02/2012	65992	230 * V
MHV6606	55451694D	07/02/2012	51851	167
MIQ6388	55566387C	13/02/2012	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS

DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 769/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - 280690

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 769/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYE9288	55566370C	13/02/2012	51851	167
LYH3929	55568315C	20/02/2012	65992	230 * V
LYH3929	55568316C	20/02/2012	69120	232
LYX0281	55567700C	11/03/2012	52742	175
MAR5212	55451855D	13/02/2012	51851	167
MFV6549	55451541D	25/01/2012	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO

DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

GERALDO MAFIOLETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 771/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - 280690

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 771/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AEH6306	55568333C	11/03/2012	51851	167
BFQ6645	55451330D	19/02/2012	65992	230 * V
CCD5177	55620524D	24/03/2012	57380	186 * II
LYK2743	55620523D	20/03/2012	57463	187 * I
LZW0355	55451806D	01/03/2012	57380	186 * II
LZW0355	55451807D	01/03/2012	58350	195
LZW0355	55451808D	01/03/2012	57200	186 * I
LZW0355	55451809D	01/03/2012	60501	208
LZW0355	55451810D	01/03/2012	65992	230 * V
LZW0355	55451811D	01/03/2012	69120	232
LZW0355	55451812D	01/03/2012	52070	169
LZW0355	55451813D	01/03/2012	54521	181 * VIII
MDA2675	55451877D	18/03/2012	65992	230 * V
MDI4803	55451715D	27/02/2012	51851	167
MDI9868	55451721D	06/03/2012	65992	230 * V
MDI9868	55451722D	06/03/2012	50100	162 * I
MDI9868	55451723D	06/03/2012	50610	163 c/c 162 * I
MDI9868	55451724D	06/03/2012	58350	195
MFG8546	55451245D	15/02/2012	69200	233
MLX5129	55451738D	22/03/2012	54522	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

GERALDO MAFIOLETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 773/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 773/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXE4485	55620709D	24/03/2012	51180	164 c/c 162 * I
LXE4485	55620708D	24/03/2012	50100	162 * I
LXP1752	54807943C	01/03/2012	54284	181 * V
LXP1752	54807942C	01/03/2012	54010	181 * III
LYD4789	55620701D	12/03/2012	69120	232
LYD4789	55620703D	12/03/2012	66371	230 * IX
LZC7383	55568331C	11/03/2012	50100	162 * I
LZC7383	55568332C	11/03/2012	51180	164 c/c 162 * I
MAE5795	55620762D	25/03/2012	70481	244 * II
MBO7607	55567699C	25/02/2012	65482	229
MCW0532	55568340C	27/03/2012	50100	162 * I
MCW0532	55568341C	27/03/2012	51180	164 c/c 162 * I
MCW0532	55568342C	27/03/2012	65992	230 * V
MCW0532	55568343C	27/03/2012	58350	195
MCW0532	55568344C	27/03/2012	52742	175
MCW0532	55568345C	27/03/2012	69120	232
MEC8629	55451014D	07/03/2012	54600	181 * IX
MER1909	55451012D	03/03/2012	65482	229
MEZ7849	55620854D	31/03/2012	50100	162 * I
MEZ7849	55620855D	31/03/2012	65992	230 * V
MEZ7849	55620856D	31/03/2012	51180	164 c/c 162 * I
MEZ8819	55620513D	16/03/2012	65992	230 * V
MEZ8819	55620514D	16/03/2012	69120	232
MGY4932	55620652D	16/03/2012	69120	232
MHW2144	54807945C	05/03/2012	55415	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 775/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 775/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MFZ8444	55620705D	16/03/2012	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 777/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 777/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ALD5331	55451937D	09/02/2012	69120	232
LRF0847	55451872D	08/03/2012	65992	230 * V
LXH5251	55620756D	20/03/2012	55090	181 * XIII
LZS9581	55451961D	04/03/2012	65992	230 * V
MDE8277	55451827D	28/03/2012	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS

DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 779/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 779/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AFF1289	55451734D	18/03/2012	65992	230 * V
ASK1780	55451234D	07/02/2012	69200	233
CEA5782	55451714D	27/02/2012	61220	214 * I
LXR2093	55451840D	07/04/2012	52152	170
LXR2093	55451842D	07/04/2012	60502	208
LXR2093	55451837D	07/04/2012	60502	208

LXR2093	55451838D	07/04/2012	61300	214	*	II
LXR2093	55451839D	07/04/2012	52151	170		
LXR2093	55451836D	07/04/2012	58350	195		
LXR2093	55451841D	07/04/2012	60502	208		
LXR2093	55451843D	07/04/2012	60502	208		
LXR2093	55451844D	07/04/2012	51851	167		
LXR2093	55451845D	07/04/2012	58433	196		
LXR2093	55451846D	07/04/2012	66531	230	*	XI
LXX5239	55451706D	25/02/2012	70991	244	*	VII
LYP8348	55620901D	04/04/2012	65992	230	*	V
LYP8348	55620906D	04/04/2012	69120	232		
LYP8348	55620905D	04/04/2012	65564	230	*	I
LYP8348	55620904D	04/04/2012	50100	162	*	I
LYP8348	55620902D	04/04/2012	51180	164	c/c	162 * I
LYV6210	55451242D	14/02/2012	69200	233		
LZP8302	55620772D	07/04/2012	50100	162	*	I
LZP8302	55620773D	07/04/2012	51180	164	c/c	162 * I
LZY8182	55451879D	24/03/2012	60501	208		
LZY8182	55451880D	24/03/2012	58350	195		
LZY8182	55451881D	24/03/2012	52152	170		
LZY8182	55451882D	24/03/2012	51851	167		
LZY8182	55451883D	24/03/2012	58434	196		
MAK5387	55620654D	05/04/2012	51930	168		
MAO2467	55620926D	12/04/2012	51180	164	c/c	162 * I
MAO2467	55620925D	12/04/2012	50100	162	*	I
MAO2467	55620924D	12/04/2012	69120	232		
MAO2467	55620923D	12/04/2012	65992	230	*	V
MAS4573	55620921D	12/04/2012	69120	232		
MAS4573	55620920D	12/04/2012	65992	230	*	V
MAS5339	55620922D	12/04/2012	51851	167		
MBC2524	55620907D	08/04/2012	50100	162	*	I
MBC2524	55620909D	08/04/2012	69120	232		
MBC2524	55620908D	08/04/2012	51180	164	c/c	162 * I
MBZ7937	55620518D	20/03/2012	51851	167		
MCL9520	55620719D	09/04/2012	69120	232		
MDK8909	55451748D	03/04/2012	57380	186	*	II
MES7281	55620915D	12/04/2012	69120	232		
MES7281	55620914D	12/04/2012	51180	164	c/c	162 * I
MES7281	55620913D	12/04/2012	50100	162	*	I
MGR2618	55620774D	09/04/2012	51851	167		
MHF6801	55620779D	13/04/2012	73662	252	*	VI
MHR2597	55620768D	29/03/2012	51851	167		
MIE0824	55620516D	20/03/2012	50100	162	*	I
MIE0824	55620517D	20/03/2012	51180	164	c/c	162 * I
MIG6985	55451887D	31/03/2012	54600	181	*	IX
MII8675	55620912D	12/04/2012	51180	164	c/c	162 * I
MII8675	55620911D	12/04/2012	50100	162	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 781/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - 280690

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 781/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MAO5927	55620613D	18/04/2012	69200	233	
MAS9712	55451968D	20/04/2012	51851	167	
MAX2877	55568349C	29/03/2012	51851	167	
MAX2877	55568350C	29/03/2012	51852	167	
MBX3490	55620611D	18/04/2012	69200	233	
MCM9306	55620862D	20/04/2012	50450	162	* V
MDB3180	55620860D	20/04/2012	65992	230	* V
MDB3180	55620861D	20/04/2012	50450	162	* V
MEM7150	55451972D	20/04/2012	65565	230	* I
MHU2880	55451744D	26/03/2012	51851	167	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

GERALDO MAFIOLETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 783/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 783/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,

CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
JDZ0639	55621053D	21/04/2012	66102	230 * VII
JDZ0639	55621054D	21/04/2012	69120	232
KBZ8848	55621107D	27/04/2012	65992	230 * V
KBZ8848	55621109D	27/04/2012	51180	164 c/c 162 * I
KBZ8848	55621108D	27/04/2012	50100	162 * I
LZD6339	55451019D	27/03/2012	65992	230 * V
MAB6282	55620541D	04/05/2012	65992	230 * V
MAL5894	55451831D	07/04/2012	50100	162 * I
MAL5894	55451832D	07/04/2012	51180	164 c/c 162 * I
MDZ1778	55621119D	01/05/2012	66102	230 * VII
MDZ1778	55621118D	01/05/2012	51851	167
MDZ1778	55621117D	01/05/2012	60502	208
MDZ1778	55621116D	01/05/2012	58350	195
MEN3820	55451228D	24/01/2012	69200	233
MHW5476	55451337D	30/03/2012	60501	208
MII1346	55620953D	16/04/2012	51691	165
MLV1869	55451345D	07/04/2012	51691	165
MLV1869	55451348D	07/04/2012	53040	176 * III
MLV1869	55451346D	07/04/2012	58350	195
MLV1869	55451347D	07/04/2012	69120	232
MLV1869	55451349D	07/04/2012	60501	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 785/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 785/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXR2093	55621062D	12/05/2012	66102	230 * VII
LXR2093	55621061D	12/05/2012	54600	181 * IX
LYE3387	55451021D	27/03/2012	50100	162 * I
LYE3387	55451025D	27/03/2012	69120	232
LYE3387	55451023D	27/03/2012	65564	230 * I
LYE3387	55451024D	27/03/2012	65992	230 * V
LYE3387	55451022D	27/03/2012	51180	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 786/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 786/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AOH1646	55620660D	21/04/2012	51851	167
IIG8887	55451773D	13/05/2012	58191	193
IIG8887	55451772D	13/05/2012	58350	195
IIG8887	55451771D	13/05/2012	65992	230 * V
LWS7650	55620803D	23/05/2012	51851	167
LWU7975	55621207D	08/05/2012	51851	167
LXS1447	55621058D	07/05/2012	55415	181 * XVII
LXS4767	55620735D	15/05/2012	50100	162 * I
LXS4767	55620736D	15/05/2012	51180	164 c/c 162 * I

LXS4767	55620737D	15/05/2012	66371	230	* IX
LZL8804	55620608D	10/04/2012	69200	233	
MAL8034	55621174D	08/05/2012	51851	167	
MBG0021	55621183D	16/05/2012	73662	252	* VI
MCA7754	55620617D	18/04/2012	69200	233	
MCV2211	55620805D	23/05/2012	51851	167	
MES3020	55620602D	10/04/2012	69200	233	
MHD4116	55620603D	10/04/2012	69200	233	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS

DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 788/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 788/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ADD4100	55451984D	23/05/2012	66102	230 * VII
AJR2611	55451235D	08/02/2012	69200	233
AKH2625	55621175D	08/05/2012	51851	167
BKW9991	55620539D	04/05/2012	51851	167
CPL6775	55620975D	25/05/2012	66102	230 * VII
HGR5762	55451982D	23/05/2012	66102	230 * VII
IET2846	55620623D	04/05/2012	69200	233
JGD5899	55621016D	22/05/2012	58350	195
JGD5899	55621017D	22/05/2012	58191	193
JGD5899	55621018D	22/05/2012	52742	175
LWT9765	55621001D	16/04/2012	50100	162 * I
LWT9765	55621002D	16/04/2012	51180	164 c/c 162 * I
LWT9765	55621003D	16/04/2012	65992	230 * V
LWT9765	55621004D	16/04/2012	69120	232
LWT9765	55621005D	16/04/2012	60502	208

LXO0106	55451987D	25/05/2012	50100	162	* I
LXO0106	55451988D	25/05/2012	51180	164	c/c 162 * I
LXO0106	55451989D	25/05/2012	69120	232	
LXU0595	55621006D	02/05/2012	51851	167	
LXY0636	55621112D	27/04/2012	69120	232	
LXY0636	55621111D	27/04/2012	65992	230	* V
MBJ5856	55620535D	04/05/2012	57463	187	* I
MCO3974	55451994D	29/05/2012	54522	181	* VIII
MDW5837	55621104D	23/04/2012	65992	230	* V
MFK7687	55620732D	11/05/2012	55411	181	* XVII
MHE0010	55620973D	25/05/2012	65992	230	* V
MHE0010	55620974D	25/05/2012	66372	230	* IX
MHJ8997	55620724D	02/05/2012	51851	167	
MHJ8997	55620725D	02/05/2012	69120	232	
MHS6812	55620783D	21/04/2012	60760	210	
MHS6812	55620784D	21/04/2012	58350	195	
MHS6812	55620785D	21/04/2012	70302	244	* I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS

DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 790/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 790/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AEN0202	55621244D	01/06/2012	51851	167
AJQ1141	55621194D	02/06/2012	51691	165
AJQ1141	55621192D	02/06/2012	50450	162 * V
AJQ1141	55621191D	02/06/2012	69120	232
AJQ1141	55621190D	02/06/2012	65992	230 * V
AJQ1141	55621237D	02/06/2012	52742	175

IGC6671	55620969D	17/05/2012	50100	162	* I
IGC6671	55620970D	17/05/2012	65992	230	* V
IGC6671	55620971D	17/05/2012	51180	164	c/c 162 * I
LXX7674	55621032D	02/06/2012	50100	162	* I
LXX7674	55621033D	02/06/2012	51180	164	c/c 162 * I
MBB6087	55621235D	28/05/2012	51851	167	
MBD9166	55621241D	01/06/2012	51851	167	
MCV2211	55620740D	23/05/2012	65992	230	* V
MDZ6375	55621249D	05/06/2012	73662	252	* VI
MGK6726	55620547D	08/05/2012	51851	167	
MGR4212	55621185D	16/05/2012	50100	162	* I
MGR4212	55621186D	16/05/2012	51180	164	c/c 162 * I
MJH2307	55621019D	30/05/2012	50100	162	* I
MMF3080	55621210D	08/05/2012	51851	167	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS

DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 792/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - 280690

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 792/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ADV0141	55451779D	02/06/2012	65992	230 * V
CAM3328	55566276C	22/05/2012	60502	208
CAM3328	55566277C	22/05/2012	52743	175
CAM3328	55566274C	22/05/2012	52742	175
CAM3328	55566273C	22/05/2012	58350	195
CAM3328	55566275C	22/05/2012	60502	208
DYJ2823	55620977D	02/06/2012	50100	162 * I
DYJ2823	55620978D	02/06/2012	65992	230 * V
DYJ2823	55620979D	02/06/2012	51180	164 c/c 162 * I

EEP0097	55451763D	28/04/2012	58780	199
IGJ0262	55621177D	08/05/2012	51851	167
IHW9112	55451778D	02/06/2012	65992	230 * V
MAG8894	55451383D	13/05/2012	58350	195
MAG8894	55451380D	13/05/2012	65992	230 * V
MAG8894	55451382D	13/05/2012	69120	232
MAG8894	55451385D	13/05/2012	51180	164 c/c 162 * I
MAG8894	55451386D	13/05/2012	57200	186 * I
MAG8894	55451381D	13/05/2012	50100	162 * I
MAG8894	55451384D	13/05/2012	52152	170
MAL6341	55620739D	20/05/2012	52070	169
MEF0654	55621045D	11/06/2012	57380	186 * II
MFG5393	55620738D	15/05/2012	55415	181 * XVII
MFH0433	55621258D	05/06/2012	60412	207
MIW5909	55621254D	05/06/2012	51851	167
MJH2307	55621020D	30/05/2012	51180	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

GERALDO MAFIOLETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 794/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - 280690

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 794/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ABQ8141	55621140D	14/06/2012	51851	167
ADU7827	55621144D	14/06/2012	51851	167
BSF7700	55621229D	28/05/2012	57463	187 * I
BUN6416	55620624D	10/06/2012	69200	233
IIT5121	55620806D	27/05/2012	65992	230 * V
LCB5159	55620988D	14/06/2012	66102	230 * VII
LWZ2938	55621403D	21/06/2012	51851	167

LXF7232	55620790D	14/06/2012	51851	167
LXW5002	55620649D	13/06/2012	69200	233
LYB0325	55621217D	20/05/2012	54284	181 * V
MAE7462	55620643D	12/06/2012	69200	233
MCY3272	55620990D	14/06/2012	65992	230 * V
MCY3272	55620991D	14/06/2012	50450	162 * V
MCY3272	55620992D	14/06/2012	51420	164 c/c 162 * V
MEL3832	55451477D	13/06/2012	50371	162 * III
MEL3832	55451478D	13/06/2012	65992	230 * V
MFB3148	55620786D	15/05/2012	55090	181 * XIII
MGD6798	55620631D	12/06/2012	69200	233
MGN9530	55621028D	02/06/2012	65992	230 * V
MGW7029	55620641D	12/06/2012	69200	233
MHC3478	55620998D	18/06/2012	51851	167
MII4398	55621010D	22/05/2012	60501	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

GERALDO MAFIOLETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 796/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - 280690

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 796/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ACB3331	55621434D	04/07/2012	65992	230 * V
ACB3331	55621435D	04/07/2012	66101	230 * VII
ACB3331	55621436D	04/07/2012	66371	230 * IX
ACB3331	55621437D	04/07/2012	51851	167
AST0525	55621362D	19/06/2012	51851	167
CEV9168	55621320D	28/06/2012	65992	230 * V
GUO5216	55621329D	01/07/2012	65482	229
IDV5777	55621070D	15/06/2012	51851	167

IDV5777	55620927D	15/06/2012	65992	230	* V
LWZ2938	55621327D	30/06/2012	66102	230	* VII
LYM9835	55620807D	23/06/2012	51851	167	
LZO4406	55620749D	24/06/2012	51180	164	c/c 162 * I
LZO4406	55620750D	24/06/2012	51691	165	
LZO4406	55620748D	24/06/2012	50100	162	* I
MAD8066	55621246D	01/06/2012	51851	167	
MBZ7484	55621400D	01/07/2012	51851	167	
MCA8738	55621369D	23/06/2012	65992	230	* V
MFV7218	55451392D	15/06/2012	65992	230	* V
MFV7218	55451391D	15/06/2012	50100	162	* I
MFV7218	55451390D	15/06/2012	51180	164	c/c 162 * I
MHL7769	55621388D	01/07/2012	50100	162	* I
MHL7769	55621389D	01/07/2012	51180	164	c/c 162 * I
MHL7769	55621390D	01/07/2012	65992	230	* V
MHT8657	55621225D	28/05/2012	51851	167	
MHX6550	55620746D	24/06/2012	50100	162	* I
MHX6550	55620747D	24/06/2012	51180	164	c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

GERALDO MAFIOLETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 798/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - 280690

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 798/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
APG9247	55621234D	28/05/2012	73662	252 * VI
LWZ2938	55621425D	30/06/2012	50100	162 * I
LWZ2938	55621426D	30/06/2012	65992	230 * V
LWZ2938	55621427D	30/06/2012	51180	164 c/c 162 * I
LWZ2938	55621428D	30/06/2012	66700	230 * XIII

LYE6256	55620629D	18/06/2012	69200	233	
MGP5162	55621133D	25/05/2012	65992	230	* V
MGP5162	55621134D	25/05/2012	50100	162	* I
MGP5162	55621135D	25/05/2012	51180	164	c/c 162 * I
MGP5162	55621136D	25/05/2012	69120	232	
MGP5162	55621137D	25/05/2012	52741	175	
MGP5162	55621138D	25/05/2012	58350	195	
MHL6534	55621067D	15/06/2012	51851	167	
MHV5010	55620529D	26/04/2012	57463	187	* I
MST1775	55621226D	28/05/2012	51851	167	
MWA1303	55621196D	09/06/2012	65992	230	* V
MWA1303	55621197D	09/06/2012	65565	230	* I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

GERALDO MAFIOLETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 800/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 800/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
GUX7603	55621260D	09/06/2012	65992	230 * V
GUX7603	55621261D	09/06/2012	69120	232
HUQ9785	55620630D	12/06/2012	69200	233
LYC2251	55620636D	12/06/2012	69200	233
LZK3013	55621442D	04/07/2012	65992	230 * V
LZK3013	55621443D	04/07/2012	69120	232
LZR9291	55621439D	04/07/2012	65992	230 * V
LZR9291	55621440D	04/07/2012	50100	162 * I
LZR9291	55621441D	04/07/2012	51180	164 c/c 162 * I
LZS7393	55621146D	14/06/2012	65992	230 * V
MCT3054	55620638D	12/06/2012	69200	233

MDM9068	55621276D	14/06/2012	50450	162 * V
MDM9068	55621277D	14/06/2012	51691	165
MDM9068	55621278D	14/06/2012	69120	232
MFG6613	55621449D	08/07/2012	50100	162 * I
MFG6613	55621450D	08/07/2012	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 801/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - 280690

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 801/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
APK4364	55620819D	06/07/2012	51851	167
ICW7191	55621447D	08/07/2012	55250	181 * XV
MAI0520	55620787D	14/06/2012	54600	181 * IX
MBJ5856	55620792D	15/06/2012	55090	181 * XIII
MEX8332	55620818D	06/07/2012	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

GERALDO MAFIOLETTI

AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 802/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 802/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BJN8561	55620633D	12/06/2012	69200	233
CIN3612	55452000D	14/06/2012	65992	230 * V
IEA8655	55787109D	13/07/2012	51691	165
IGO0797	55620634D	12/06/2012	69200	233
LXB0409	55621084D	10/07/2012	51180	164 c/c 162 * I
LXB0409	55621087D	10/07/2012	65992	230 * V
LXB0409	55621086D	10/07/2012	69120	232
LXB0409	55621083D	10/07/2012	50100	162 * I
LYO8298	55620626D	11/06/2012	69200	233
LZI6424	55621455D	03/07/2012	65992	230 * V
LZI6424	55621454D	03/07/2012	51180	164 c/c 162 * I
LZI6424	55621452D	03/07/2012	50100	162 * I
LZK3013	55621333D	04/07/2012	66371	230 * IX
MCL5210	55620625D	10/06/2012	69200	233
MCW5377	55620645D	12/06/2012	69200	233
MFG6613	55621339D	08/07/2012	51180	164 c/c 162 * I
MJC7935	55621199D	22/06/2012	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 803/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - 280690

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 803/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ASW2535	55787103D	04/07/2012	55090	181 * XIII
CIN3612	55451999D	14/06/2012	60760	210
CWD3598	55621141D	14/06/2012	51851	167
IBV6667	55621143D	14/06/2012	51851	167
IIM2309	55620791D	14/06/2012	51851	167
MHF6548	55787106D	05/07/2012	55090	181 * XIII
MJC7935	55621198D	22/06/2012	57200	186 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.
GERALDO MAFIOLETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 805/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 805/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BYE4110	55621370D	24/06/2012	66102	230 * VII
DKR1727	55621378D	27/06/2012	67692	230 * XXII
HAX6021	55451934D	05/02/2012	52742	175
LYE4635	55621365D	23/06/2012	65992	230 * V
LYE4635	55621366D	23/06/2012	50100	162 * I
LYG5575	55621078D	24/06/2012	69120	232
LZC5613	55621079D	24/06/2012	65992	230 * V
LZC5613	55621080D	24/06/2012	51691	165
LZS2293	55621317D	27/06/2012	67001	230 * XVI
LZS2293	55621318D	27/06/2012	66700	230 * XIII
MIY1961	55620664D	17/06/2012	52742	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 806/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - 280690

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 806/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ALC1809	55621304D	22/06/2012	57200	186 * I
LYG5575	55621077D	24/06/2012	51851	167
MAJ8841	55621384D	27/06/2012	51851	167
MAJ8841	55621355D	19/06/2012	51851	167
MAR6358	55621379D	27/06/2012	51851	167
MDC4981	55621386D	27/06/2012	54100	181 * IV

MFH3548	55621073D	15/06/2012	51851	167
MHG9941	55621399D	01/07/2012	51851	167
MKA9293	55621395D	01/07/2012	51851	167
MLN2249	55787117D	16/07/2012	61810	215 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

GERALDO MAFIOLETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 809/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 809/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYV8608	55620822D	06/07/2012	50100	162 * I
LYV8608	55620823D	06/07/2012	51180	164 c/c 162 * I
LZS2293	55621414D	27/06/2012	66102	230 * VII
MDG7654	55566031C	01/07/2012	65992	230 * V
MDG7654	55566032C	01/07/2012	51180	164 c/c 162 * I
MDG7654	55566030C	01/07/2012	50100	162 * I
MHG9921	55621433D	01/07/2012	65482	229

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 810/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - 280690

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 810/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LBR1784	55787121D	21/07/2012	60412	207
MBA4661	55621358D	19/06/2012	51851	167
MGA2344	55787206D	16/07/2012	61220	214 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.
GERALDO MAFIOLETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 812/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 812/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LZF9510 55621091D 02/08/2012 50100 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8100 813/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - 280690

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 813/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AJA1278 55787221D 08/08/2012 51851 167
IFQ9805 55787108D 09/07/2012 55090 181 * XIII
III3287 55787107D 06/07/2012 55090 181 * XIII
LYV0567 55787252D 24/07/2012 51851 167
LYV0567 55787251D 24/07/2012 73662 252 * VI
MDF4759 55787210D 27/07/2012 61220 214 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.
GERALDO MAFIOLETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 814/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 814/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AEX6495	55787156D	20/07/2012	69200	233
ALQ4052	55787144D	14/08/2012	50100	162 * I
ALQ4052	55787145D	14/08/2012	69120	232
ALQ4052	55787146D	14/08/2012	51180	164 c/c 162 * I
ALQ4052	55787147D	14/08/2012	65992	230 * V
ALQ4052	55787148D	14/08/2012	65561	230 * I
APG7672	55787176D	25/07/2012	69200	233
BIL0244	55451394D	15/07/2012	65992	230 * V
CTI4709	55787169D	24/07/2012	69200	233
LXX0971	55621089D	02/08/2012	50100	162 * I
LXX0971	55621090D	02/08/2012	51180	164 c/c 162 * I
LYR1801	55787110D	14/07/2012	52741	175
LZA0335	55621093D	06/08/2012	65992	230 * V
LZD1707	55787162D	23/07/2012	69200	233
LZD4932	55620829D	02/08/2012	65992	230 * V
LZF9510	55621092D	02/08/2012	51180	164 c/c 162 * I
LZU6433	55787180D	25/07/2012	69200	233
MCO3974	55787225D	08/08/2012	65992	230 * V
MFN6862	55621458D	12/07/2012	52743	175
MHQ9271	55787125D	21/07/2012	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 815/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - 280690

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 815/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AKS1870	55787218D	08/08/2012	51851	167
BIL0244	55451395D	15/07/2012	53800	181 * I
DLF9513	55787228D	09/08/2012	51851	167
IIT9662	55621448D	08/07/2012	54521	181 * VIII
IRS8270	55787135D	02/08/2012	55415	181 * XVII
LYM0079	55787102D	04/07/2012	54100	181 * IV
LYR1801	55787111D	14/07/2012	58350	195
LYR1801	55787112D	14/07/2012	52663	174
LYV8608	55787002D	06/07/2012	51851	167
MFN6862	55621457D	12/07/2012	59670	203 * V
MFN6862	55621456D	12/07/2012	52152	170
MIW0798	55787216D	01/08/2012	73662	252 * VI
MJX7798	55787115D	13/07/2012	61220	214 * I
MKZ0880	55787224D	08/08/2012	55250	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

GERALDO MAFIOLETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 818/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 818/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXM8648	55451400D	19/08/2012	50610	163 c/c 162 * I
LXM8648	55451399D	19/08/2012	50100	162 * I
LXM8648	55451398D	19/08/2012	65992	230 * V
LXS2331	55787055D	06/08/2012	65992	230 * V
LYW5999	55787179D	25/07/2012	69200	233
MCA3332	55621096D	06/08/2012	66102	230 * VII
MFx2642	55451397D	19/07/2012	50610	163 c/c 162 * I
MFx2642	55451396D	19/07/2012	50100	162 * I
MHZ3406	55787254D	24/07/2012	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8100 819/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - 280690

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 819/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AGS6118	55787273D	17/08/2012	55250	181 * XV
AHD1490	55787313D	18/08/2012	51851	167
EMN7252	55787314D	22/08/2012	73662	252 * VI
IFG8662	55620672D	04/08/2012	60501	208
LXM8648	55621349D	18/08/2012	52070	169
LXM8648	55621345D	18/08/2012	58350	195
LXM8648	55621348D	18/08/2012	51851	167
LXM8648	55621347D	18/08/2012	52070	169
LXM8648	55621346D	18/08/2012	60502	208
LYV8608	55787213D	28/07/2012	51851	167
LZZ6233	55787324D	22/08/2012	51852	167
MAJ7036	55787129D	25/07/2012	55090	181 * XIII
MAR7445	55787133D	02/08/2012	60412	207
MBZ3098	55787272D	16/08/2012	55250	181 * XV
MEP1544	55567980C	19/08/2012	60501	208
MEY9445	55787307D	17/08/2012	55090	181 * XIII
MFR5514	55787326D	22/08/2012	51851	167
MIF3331	55787136D	31/07/2012	55411	181 * XVII
MIU4535	55787264D	08/08/2012	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

GERALDO MAFIOLETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 822/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 822/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

ADC6855	55787170D	24/07/2012	69200	233
ANH9323	55787159D	20/07/2012	69200	233
DIA1124	55787184D	25/07/2012	69200	233
HPL1279	55787166D	23/07/2012	69200	233
IEH2053	55787160D	20/07/2012	69200	233
LXC3684	55787185D	25/07/2012	69200	233
LYF1865	55787188D	27/07/2012	69200	233
LYT5297	55787174D	24/07/2012	69200	233
LZY8552	55451026D	30/08/2012	65992	230 * V
LZY8552	55451027D	30/08/2012	50100	162 * I
LZY8552	55451028D	30/08/2012	51180	164 c/c 162 * I
MAX0587	55787186D	25/07/2012	69200	233
MCI6633	55787183D	25/07/2012	69200	233
MDX0547	55787405D	22/08/2012	65992	230 * V
MEW2853	55620865D	06/08/2012	65992	230 * V
MGB3382	55787463D	27/08/2012	50100	162 * I
MGB3382	55787464D	27/08/2012	51180	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS

DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 823/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - 280690

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 823/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DBW2763	55787214D	28/07/2012	51851	167
MER3365	55787215D	01/08/2012	51851	167
MEW2179	55787007D	24/08/2012	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU

POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

GERALDO MAFIOLETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 826/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 826/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXI0016	55787175D	25/07/2012	69200	233
LXY1945	55787266D	09/08/2012	51691	165
LXY1945	55787267D	09/08/2012	50100	162 * I
LZZ6439	55787418D	04/09/2012	65992	230 * V
MBU4310	55787163D	23/07/2012	69200	233
MHL5477	55620669D	12/07/2012	50881	163 c/c 162 * III
MHL5477	55620668D	12/07/2012	50371	162 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 827/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - 280690

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 827/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AHF1324 55787005D 15/08/2012 55411 181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

GERALDO MAFIOLETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 830/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 830/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AGU3692	55787311D	18/08/2012	65992	230	* V
AGU3692	55787312D	18/08/2012	66101	230	* VII
KMB9735	55621344D	18/08/2012	51420	164	c/c 162 * V
KMB9735	55621343D	18/08/2012	50450	162	* V
KMB9735	55621342D	18/08/2012	65992	230	* V
LYX3702	55451791D	29/08/2012	65992	230	* V
MDV4630	55787168D	24/07/2012	69200	233	
MIA3906	55787340D	11/09/2012	65992	230	* V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 831/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - 280690

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 831/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AIA6700	55621477D	12/09/2012	51851	167
IMD2127	55787302D	11/08/2012	51851	167
LYL8126	55621482D	12/09/2012	51851	167
LYM3009	55787343D	11/09/2012	51851	167
MAF8935	55787333D	04/09/2012	55090	181 * XIII
MBE4319	55787281D	10/09/2012	60501	208
MCC9106	55787345D	11/09/2012	51851	167
MGX7663	55787329D	30/08/2012	55090	181 * XIII
MJG2415	55787306D	13/08/2012	55090	181 * XIII
MJI4706	55787331D	30/08/2012	73662	252 * VI
MJQ7100	55787419D	11/09/2012	73662	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO

DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

GERALDO MAFIOLETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 833/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 833/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ABO8646	55787423D	16/09/2012	65992	230 * V
BIA9848	55787459D	27/08/2012	50100	162 * I
BIA9848	55787462D	27/08/2012	51180	164 c/c 162 * I
LXM8648	55451479D	15/09/2012	50100	162 * I
LXM8648	55451480D	15/09/2012	51180	164 c/c 162 * I
LYD1030	55787200D	03/09/2012	69200	233
LZV2588	55620680D	12/09/2012	51180	164 c/c 162 * I
LZV2588	55620679D	12/09/2012	50100	162 * I
LZV2588	55620678D	12/09/2012	51691	165
MAX8283	55787401D	22/08/2012	50100	162 * I
MAX8283	55787402D	22/08/2012	65992	230 * V
MAX8283	55787403D	22/08/2012	51180	164 c/c 162 * I
MAY5724	55787404D	22/08/2012	69120	232
MDK4875	55787315D	22/08/2012	73400	252 * IV
MFY6910	55620676D	01/09/2012	51691	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 834/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - 280690

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 834/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DDS5273	55620677D	09/09/2012	60501	208
MAB0878	55787346D	11/09/2012	51851	167
MCM0484	55566036C	05/09/2012	55411	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.
GERALDO MAFIOLETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 835/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 835/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AAZ1478	55787561D	03/09/2012	69200	233
DQY9947	55787574D	14/09/2012	69200	233
LZS7559	55787556D	03/09/2012	69200	233
MBZ9631	55787583D	20/09/2012	69200	233
MCK1347	55787232D	15/09/2012	50100	162 * I
MCK1347	55787231D	15/09/2012	51180	164 c/c 162 * I
MEV8910	55787581D	18/09/2012	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS

DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 836/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - 280690

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 836/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAS5339	55787509D	27/09/2012	54521	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

GERALDO MAFIOLETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 838/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 838/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AML3418	55451793D	29/08/2012	66102	230 * VII
LYA7142	55451796D	22/09/2012	51691	165
LYA7142	55451795D	22/09/2012	51180	164 c/c 162 * I
LYA7142	55451794D	22/09/2012	50100	162 * I
LYO9109	55621287D	04/09/2012	50100	162 * I
LZB7335	55787578D	17/09/2012	69200	233
MGL7662	55787283D	14/09/2012	66532	230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 839/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - 280690

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO

DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 839/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

HPP8093	55787515D	28/09/2012	55250	181 * XV
MGL7662	55787284D	14/09/2012	61220	214 * I
MGS6984	55787308D	17/08/2012	55090	181 * XIII
MJG2265	55787334D	06/09/2012	60501	208
MJS3943	55787330D	30/08/2012	55250	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

GERALDO MAFIOLETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 841/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 841/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AFP8676	55787191D	03/09/2012	69200	233
CLN7082	55787196D	03/09/2012	69200	233
JEW8156	55787195D	03/09/2012	69200	233

MBN0906	55621484D	12/09/2012	69120	232
MBN0906	55621483D	12/09/2012	65992	230 * V
MBT2927	55620673D	27/08/2012	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.
THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 842/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - 280690

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 842/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AQG3395	55787348D	11/09/2012	51851	167
MAL8646	55787349D	07/09/2012	55250	181 * XV
MBN0906	55621485D	12/09/2012	51851	167
MHW2144	55787341D	11/09/2012	60412	207
MKB4939	55567983C	29/08/2012	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.
GERALDO MAFIOLETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 844/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 844/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ACB3654	55787558D	03/09/2012	69200	233
IJB1135	55787553D	03/09/2012	69200	233
LWX9686	55620688D	11/10/2012	51180	164 c/c 162 * I
LWX9686	55620686D	11/10/2012	50100	162 * I
LZL8300	55787588D	25/09/2012	69200	233
MCE7612	55620866D	30/09/2012	65992	230 * V
MCE7612	55620867D	30/09/2012	69120	232
MEN8226	55787587D	25/09/2012	69200	233
MHM1052	55567989C	24/09/2012	65992	230 * V
MIV8548	55787562D	03/09/2012	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 845/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - 280690

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 845/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MLN2689 55787501D 13/09/2012 55090 181 * XIII
MMJ1119 55787517D 01/10/2012 54521 181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

GERALDO MAFIOLETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 848/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 848/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AEF8878 55787539D 17/10/2012 65992 230 * V
JYH6381 55787288D 30/09/2012 69120 232
JYH6381 55787287D 30/09/2012 51180 164 c/c 162 * I
JYH6381 55787286D 30/09/2012 50100 162 * I
JYH6381 55787285D 30/09/2012 65992 230 * V
LXO5883 55787527D 09/10/2012 51691 165
LXO5883 55787528D 09/10/2012 51770 166
MDL8116 55621486D 17/10/2012 65992 230 * V
MEG2797 55787234D 16/09/2012 51180 164 c/c 162 * I

MEG2797	55787233D	16/09/2012	50100	162 * I
MEY9424	55620682D	24/09/2012	69120	232
MEY9424	55620681D	24/09/2012	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.
THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 849/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - 280690

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 849/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IFA1686	55787525D	06/10/2012	51851	167
MAN6592	55787523D	05/10/2012	73662	252 * VI
MEO6083	55621290D	19/10/2012	60412	207

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.
GERALDO MAFIOLETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 851/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 851/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LYM5322 55621492D 25/10/2012 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 852/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - 280690

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 852/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MAS5339 55787545D 29/10/2012 51851 167
MIQ9708 55621493D 26/10/2012 54600 181 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.
GERALDO MAFIOLETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 855/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 855/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AEF8878	55787710D	22/10/2012	69200	233
AFQ1075	55787725D	06/11/2012	69200	233
CWD3598	55787721D	26/10/2012	69200	233
IDG3471	55787596D	22/10/2012	69200	233
ION4745	55787713D	22/10/2012	69200	233
LYG9243	55787599D	22/10/2012	69200	233
LZG1547	55787593D	22/10/2012	69200	233
MBJ8467	55621494D	29/10/2012	65992	230 * V
MFJ7888	55787702D	22/10/2012	69200	233
MGD1933	55787037D	02/11/2012	66102	230 * VII
MIY8496	55787720D	25/10/2012	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 857/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 857/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MDT2514	55621490D	21/10/2012	50100	162 * I
MDT2514	55621491D	21/10/2012	51180	164 c/c 162 * I
MEK0450	55787031D	27/10/2012	50100	162 * I
MEK0450	55787032D	27/10/2012	51180	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 858/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 858/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MCO8124	55621487D	17/10/2012	65992	230 * V
MIA2225	55787538D	17/10/2012	73400	252 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS

DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 859/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - 280690

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 859/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

HPP8093	55621291D	30/10/2012	54600	181 * IX
MAQ1048	55787537D	12/10/2012	54950	181 * XII
MAZ6390	55787524D	06/10/2012	59910	206 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

GERALDO MAFIOLETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 862/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 862/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AHD9320	55787033D	27/10/2012	65992	230 * V
AHD9320	55787034D	27/10/2012	69120	232
CXV7949	55787598D	22/10/2012	69200	233
LYY4241	55787738D	19/11/2012	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 863/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - 280690

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 863/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MAT2778 55451029D 20/10/2012 53470 178

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

GERALDO MAFIOLETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 866/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 866/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

CTM3545	55787708D	22/10/2012	69200	233
GSG3870	55787429D	26/11/2012	66102	230 * VII
LWV5802	55787703D	22/10/2012	69200	233
LYV0674	55787595D	22/10/2012	69200	233
MAA1840	55787801D	30/11/2012	65992	230 * V
MAA1840	55787802D	30/11/2012	50100	162 * I
MAA1840	55787803D	30/11/2012	51180	164 c/c 162 * I
MAO5896	55621293D	27/11/2012	50100	162 * I
MAO5896	55621294D	27/11/2012	51180	164 c/c 162 * I
MAO5896	55621295D	27/11/2012	52742	175

MCK1138	55787707D	22/10/2012	69200	233
MHU5470	55787712D	22/10/2012	69200	233
MJT4619	55787716D	23/10/2012	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.
THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 867/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - 280690

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 867/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
GSG3870	55787428D	26/11/2012	54521	181 * VIII
JUF1695	55787290D	28/11/2012	54600	181 * IX
MAO5896	55621296D	27/11/2012	58350	195
MBP0987	55787250D	23/10/2012	60501	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.
GERALDO MAFIOLETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 870/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 870/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AAZ8321	55621498D	07/11/2012	65992	230 * V
IPO8308	55787733D	13/11/2012	69200	233
MHJ8997	55787756D	07/12/2012	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 871/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 871/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

AMT4885	55787734D	13/11/2012	69200	233
IHS6763	55787732D	12/11/2012	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 872/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 872/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

ABB5638	55787667D	06/12/2012	65992	230 * V
BQK8254	55787432D	27/11/2012	65992	230 * V
BQK8254	55787433D	27/11/2012	50100	162 * I
BQK8254	55787434D	27/11/2012	51180	164 c/c 162 * I
LXL6870	55787740D	07/12/2012	69200	233
MBZ9546	55787746D	07/12/2012	69200	233
MCN6289	55787744D	07/12/2012	69200	233
MGE0936	55787863D	19/12/2012	69200	233
MIZ3358	55451797D	14/11/2012	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 875/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 875/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AMO7507	55451483D	25/12/2012	65992	230 * V
LYI4129	55787804D	13/12/2012	65992	230 * V
LYI4129	55787805D	13/12/2012	50100	162 * I
MEV9779	55787808D	31/12/2012	65992	230 * V
MEV9779	55787809D	31/12/2012	50100	162 * I
MEV9779	55787810D	31/12/2012	51180	164 c/c 162 * I
MIU5681	55787661D	06/12/2012	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 876/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - 280690

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 876/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

HEA9062 55787671D 29/11/2012 55250 181 * XV
LZL9255 55787758D 07/12/2012 55411 181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

GERALDO MAFIOLETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 877/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 877/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

JTN7599 55787754D 01/12/2012 51180 164 c/c 162 * I
JTN7599 55787751D 01/12/2012 65992 230 * V
JTN7599 55787753D 01/12/2012 50100 162 * I
LYW9808 55787824D 08/01/2013 51180 164 c/c 162 * I
LYW9808 55787823D 08/01/2013 50100 162 * I
LYW9808 55787821D 08/01/2013 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 878/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - 280690

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 878/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
JTN7599	55787752D	01/12/2012	58350	195
MGP8598	55787669D	07/12/2012	60412	207

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

GERALDO MAFIOLETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 880/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 880/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
KDW0044	55787876D	10/01/2013	69200	233
LXE1261	55787742D	07/12/2012	69200	233
LXG6883	55787870D	10/01/2013	69200	233
LXX2111	55787674D	09/01/2013	66102	230 * VII
LYI4129	55787864D	10/01/2013	69200	233
LZI6324	55620561D	14/01/2013	69120	232
LZI6324	55620560D	14/01/2013	65992	230 * V
MEV4966	55787868D	10/01/2013	69200	233
MEZ7669	55787871D	10/01/2013	69200	233
MGO1662	55787687D	14/01/2013	50100	162 * I
MGO1662	55787688D	14/01/2013	51180	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 881/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - 280690

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 881/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MFB9805	55787691D	11/01/2013	73662	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

GERALDO MAFIOLETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 883/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 883/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAB6397	55787067D	13/01/2013	69631	237
MAB6397	55787062D	13/01/2013	50100	162 * I
MAB6397	55787063D	13/01/2013	51180	164 c/c 162 * I
MAB6397	55787064D	13/01/2013	65992	230 * V
MAB6397	55787065D	13/01/2013	69120	232
MAP2397	55787851D	10/12/2012	69200	233
MBY4907	55787696D	20/01/2013	50100	162 * I
MBY4907	55787697D	20/01/2013	65992	230 * V
MBY4907	55787698D	20/01/2013	51180	164 c/c 162 * I
MEP5841	55451485D	25/12/2012	65992	230 * V
MIZ3556	55621297D	11/01/2013	73580	252 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 884/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 884/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAB7600	55787046D	19/01/2013	66371	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 886/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 886/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CHB5957	55787050D	22/01/2013	69120	232
GQM6026	55620934D	22/12/2012	51180	164 c/c 162 * I
GQM6026	55620933D	22/12/2012	50100	162 * I
LZS2293	55787820D	02/01/2013	66102	230 * VII
MAP7922	55787819D	02/01/2013	51180	164 c/c 162 * I
MAP7922	55787817D	02/01/2013	50100	162 * I
MCP1011	55787069D	22/01/2013	52742	175
MGN8640	55787743D	07/12/2012	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS

DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 887/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - 280690

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 887/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXC9277	55787830D	23/01/2013	51851	167
MCP1011	55787070D	22/01/2013	58350	195
MCP1011	55787071D	22/01/2013	60502	208
MCP1011	55787073D	22/01/2013	70561	244 * III
MHV5582	55787905D	23/01/2013	60760	210

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

GERALDO MAFIOLETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 890/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 890/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MFZ0424	54442554E	23/01/2013	51180	164 c/c 162 * I
MFZ0424	54442553E	23/01/2013	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 891/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 891/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ADN7359	55787872D	10/01/2013	69200	233
AEN0202	55787880D	04/02/2013	69200	233
LZD7309	55787889D	04/02/2013	69200	233
LZM7027	55787891D	04/02/2013	69200	233
MAS8435	55787869D	10/01/2013	69200	233
MDP9885	55567997C	31/01/2013	69120	232
MER7044	55787892D	04/02/2013	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8100 892/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - 280690

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 892/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

ACB3331	55787848D	31/01/2013	51851	167
LXX5237	55787910D	01/02/2013	54521	181 * VIII
MJN1121	54442651E	01/02/2013	54521	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

GERALDO MAFIOLETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 894/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 894/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

LYB5403	55787911D	01/02/2013	73400	252 * IV
LYY5869	55787447D	13/02/2013	50100	162 * I
LYY5869	55787446D	13/02/2013	65992	230 * V
LYY5869	55787449D	13/02/2013	66372	230 * IX
LYY5869	55787448D	13/02/2013	51180	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS

DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 895/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 895/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
HRD7700	55787450D	19/02/2013	65992	230 * V
LXH6575	55787969D	15/02/2013	66371	230 * IX
LXH6575	55787967D	15/02/2013	51691	165
LXH6575	55787965D	15/02/2013	50100	162 * I
LXH6575	55787966D	15/02/2013	51180	164 c/c 162 * I
LYB6399	55787840D	26/01/2013	65992	230 * V
LYB6399	55787838D	26/01/2013	50100	162 * I
LYB6399	55787839D	26/01/2013	51180	164 c/c 162 * I
LYR8720	54442810E	25/02/2013	69200	233
LZF9590	55787614D	30/01/2013	65992	230 * V
LZU2575	55787613D	21/01/2013	65992	230 * V
MAM6036	55787964D	15/02/2013	65992	230 * V
MBK8453	55787843D	29/01/2013	65992	230 * V
MBK8453	55787844D	29/01/2013	50100	162 * I
MBK8453	55787845D	29/01/2013	51180	164 c/c 162 * I
MBX8779	55566043C	23/01/2013	65992	230 * V
MHX1030	54442555E	01/02/2013	65992	230 * V
MJW3716	54442804E	20/02/2013	69200	233
MMD5580	54442801E	18/02/2013	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 896/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - 280690

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 896/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AIE8102 55787907D 29/01/2013 55250 181 * XV
MBX8779 55566044C 23/01/2013 51851 167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.
GERALDO MAFIOLETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 898/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 898/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ADB9859	54442817E	27/02/2013	69200	233
GUX7603	54442816E	27/02/2013	69200	233
HRD7700	54442556E	19/02/2013	50100	162 * I
HRD7700	54442557E	19/02/2013	51180	164 c/c 162 * I
LZN8461	55787899D	06/02/2013	69200	233
MAH4079	55787443D	04/02/2013	50100	162 * I
MBY9529	55787617D	11/02/2013	65992	230 * V
MBY9529	55787618D	11/02/2013	50100	162 * I
MBY9529	55787619D	11/02/2013	51180	164 c/c 162 * I
MFB3099	55787882D	04/02/2013	69200	233
MFC4447	55787886D	04/02/2013	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS

DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 899/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - 280690

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 899/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DUC3050	55787915D	04/02/2013	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

GERALDO MAFIOLETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 902/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 902/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AKM6582	54442711E	07/02/2013	51691	165
AKM6582	54442710E	07/02/2013	50610	163 c/c 162 * I
AKM6582	54442709E	07/02/2013	69120	232
AKM6582	54442708E	07/02/2013	50100	162 * I
AMI1260	54442704E	06/02/2013	66102	230 * VII
AMI1260	54442707E	06/02/2013	65800	230 * IV
AMI1260	54442705E	06/02/2013	50610	163 c/c 162 * I
AMI1260	54442703E	06/02/2013	65992	230 * V
AMI1260	54442702E	06/02/2013	69120	232
AMI1260	54442701E	06/02/2013	50100	162 * I
MAM4716	55787927D	09/03/2013	50100	162 * I
MAM4716	55787928D	09/03/2013	51180	164 c/c 162 * I
MAM4716	55787930D	09/03/2013	52741	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 903/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - 280690

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 903/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYM3009	55787925D	08/03/2013	55090	181 * XIII
MAM4716	55787931D	09/03/2013	52070	169
MAM4716	55787932D	09/03/2013	58350	195
MAM4716	55566289C	09/03/2013	57200	186 * I
MEM8980	55787934D	17/03/2013	60412	207

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

GERALDO MAFIOLETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8100 904/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 904/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

BOP8688	55787963D	09/02/2013	51691	165
LZQ4695	54442808E	25/02/2013	69200	233
MAM4716	55787929D	09/03/2013	65992	230 * V
MBV7872	55787881D	04/02/2013	69200	233
MCX6733	54442812E	26/02/2013	69200	233
MEH2685	54442658E	16/02/2013	50100	162 * I
MEH2685	54442659E	16/02/2013	51180	164 c/c 162 * I
MGB4588	55451492D	26/03/2013	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 906/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 906/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCF6549	55787937D	21/03/2013	65992	230 * V
MHS6452	54442814E	27/02/2013	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 909/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 909/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ABI3470	54442717E	15/03/2013	65992	230 * V
LWS4154	55451496D	04/04/2013	65992	230 * V
LZQ0910	54442806E	22/02/2013	69200	233
MHM9048	54442563E	05/04/2013	51691	165
MHM9048	54442564E	05/04/2013	69120	232
MIZ5898	55787084D	26/03/2013	65992	230 * V
MIZ5898	55787085D	26/03/2013	50100	162 * I
MIZ5898	55787086D	26/03/2013	51180	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 910/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - 280690

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 910/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AJP2014	55787370D	06/04/2013	58350	195
AJP2014	55787371D	06/04/2013	60760	210
LZH6048	55787765D	30/03/2013	60412	207

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

GERALDO MAFIOLETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 913/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 913/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AGO0837	55787095D	06/04/2013	66102	230 * VII
AOD3924	55787375D	07/04/2013	51770	166
BKW6616	55787985D	06/04/2013	65992	230 * V
BKW6616	55787986D	06/04/2013	65480	229
BKW6616	55787988D	06/04/2013	69120	232
BOE2596	55566291C	07/04/2013	65992	230 * V
BOE2596	55566290C	07/04/2013	50450	162 * V
LXT0096	55566292C	08/04/2013	65992	230 * V

LXT0096	55566293C	08/04/2013	52820	176	* I
MAO9405	54442602E	02/03/2013	51691	165	
MCJ7892	55787358D	30/03/2013	65992	230	* V
MCJ7892	55787361D	31/03/2013	50610	163	c/c 162 * I
MCJ7892	55787362D	31/03/2013	50100	162	* I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 914/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - 280690

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 914/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BWT7957	55787475D	10/04/2013	55250	181 * XV
BZM5091	55787094D	06/04/2013	51851	167
CIJ3903	54442858E	30/03/2013	54284	181 * V
MCJ7892	55787363D	31/03/2013	58350	195
MCJ7892	55787364D	31/03/2013	52151	170
MCJ7892	55787365D	31/03/2013	57380	186 * II
MDM4907	54442735E	13/04/2013	60760	210
MJF7524	55787921D	01/03/2013	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.
GERALDO MAFIOLETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 917/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 917/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CVS9336	54442756E	20/04/2013	66102	230 * VII
IIE0423	55787482D	20/04/2013	50100	162 * I
IIE0423	55787483D	20/04/2013	51180	164 c/c 162 * I
IIE0423	55787484D	20/04/2013	65992	230 * V
MCD9874	54442754E	07/04/2013	51691	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.
THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 918/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - 280690

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 918/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYK7916	55787496D	20/04/2013	54790	181 * X
LYM9835	55787491D	20/04/2013	54790	181 * X
MDM4907	54442907E	13/04/2013	60501	208
MDM4907	54442905E	13/04/2013	58350	195
MDM4907	54442906E	13/04/2013	62700	220 * II
MDP2542	55787947D	05/04/2013	55090	181 * XIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

GERALDO MAFIOLETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 920/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 920/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AGM7432	55787998D	29/04/2013	65992	230 * V
APQ0815	54442727E	06/04/2013	65992	230 * V
APQ0815	54442728E	06/04/2013	51180	164 c/c 162 * I
APQ0815	54442726E	06/04/2013	50100	162 * I
CSR0144	54442825E	15/04/2013	69200	233
DCW5111	54442820E	10/04/2013	69200	233

IEA0197	54442833E	22/04/2013	69200	233
LWR0980	55566295C	20/04/2013	69120	232
LWR0980	55566294C	20/04/2013	51691	165
LXH1129	54442822E	12/04/2013	69200	233
LXP4748	55787368D	06/04/2013	51180	164 c/c 162 * I
LXP4748	55787366D	06/04/2013	65992	230 * V
LXP4748	55787367D	06/04/2013	50100	162 * I
LXP4748	55787369D	06/04/2013	66102	230 * VII
LZL4758	55787079D	21/03/2013	65992	230 * V
MBD3973	55787974D	22/03/2013	66371	230 * IX
MBD3973	55787973D	22/03/2013	66532	230 * XI
MBD3973	55787971D	22/03/2013	51691	165
MGA7839	55787093D	06/04/2013	65992	230 * V
MGA7839	55787091D	06/04/2013	50100	162 * I
MGA7839	55787092D	06/04/2013	51180	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.
 THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
 DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 921/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
 PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - 280690

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 921/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MBD3973	55787972D	22/03/2013	52400	173
MCY5656	55451497D	06/04/2013	51851	167
MCY5656	55451498D	06/04/2013	51852	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

GERALDO MAFIOLETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 923/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 923/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AAC5547	54442923E	30/04/2013	50100	162 * I
AAC5547	54442925E	30/04/2013	51180	164 c/c 162 * I
AAAY8659	54442840E	06/05/2013	69200	233
MAX0671	54442839E	06/05/2013	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 924/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - 280690

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO

DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 924/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXX1050 55788000D 07/05/2013 55090 181 * XIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

GERALDO MAFIOLETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 925/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 925/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AJK9821 55787984D 05/04/2013 65992 230 * V
COH7794 54442926E 01/05/2013 50100 162 * I
COH7794 54442927E 01/05/2013 51691 165
IMX7072 54443103E 10/05/2013 65992 230 * V
IMX7072 54443104E 10/05/2013 50450 162 * V
IMX7072 54443105E 10/05/2013 69120 232
MAU6328 54442734E 13/04/2013 50371 162 * III

MAU6328	54442732E	13/04/2013	65992	230 * V
MAU6328	54442733E	13/04/2013	69120	232
MDD2249	55787097D	06/04/2013	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.
THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 926/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - 280690

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 926/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AEH9393	55787471D	10/04/2013	54790	181 * X
AOD3924	54442949E	05/05/2013	51851	167
AOD3924	54442950E	05/05/2013	58350	195
CID6878	55787497D	20/04/2013	54790	181 * X
HTI5561	54443109E	14/05/2013	54284	181 * V
IQJ1728	54442902E	12/04/2013	55411	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.
GERALDO MAFIOLETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 929/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 929/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AAO0164	55787996D	26/04/2013	65563	230 * I
AAO0164	55787997D	26/04/2013	69120	232
CPF3666	54442830E	19/04/2013	69200	233
LYJ0243	54442835E	26/04/2013	69200	233
LZG4770	54442827E	18/04/2013	69200	233
MDC3321	54442834E	23/04/2013	69200	233
MGS3902	54442828E	18/04/2013	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 931/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 931/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AES1658 54442837E 03/05/2013 69200 233
MFL2610 55787480D 20/04/2013 66102 230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS

DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 932/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - 280690

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 932/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MKJ3903 54442929E 02/05/2013 55090 181 * XIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

GERALDO MAFIOLETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 935/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 935/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ALD3061	54442841E	13/05/2013	69200	233
AMP6456	54443003E	28/05/2013	69200	233
ANW6502	54443259E	25/05/2013	65992	230 * V
DET5810	54443108E	10/05/2013	65992	230 * V
LWV3256	54442824E	15/04/2013	69200	233
LXB4503	54442865E	27/05/2013	50100	162 * I
LXB4503	54442866E	27/05/2013	51180	164 c/c 162 * I
LXN7010	55787634D	08/06/2013	65992	230 * V
LXN7010	55787633D	08/06/2013	52741	175
LXN7010	55787635D	08/06/2013	51691	165
LYB0851	55787631D	11/05/2013	51691	165
LZC5613	54442945E	12/05/2013	51691	165
LZC5613	54442946E	12/05/2013	51770	166
LZY2549	54442861E	24/05/2013	65992	230 * V
MCQ7699	54442843E	13/05/2013	69200	233
MDF4411	54442942E	09/05/2013	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 936/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - 280690

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 936/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

BMM4702 54442948E 05/05/2013 58350 195
MDX5600 54442930E 02/05/2013 55090 181 * XIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.
GERALDO MAFIOLETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 937/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 937/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AGL8329 54443009E 04/06/2013 69200 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.
THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 938/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - 280690

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 938/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MDG3549 54443152E 11/06/2013 61220 214 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.
GERALDO MAFIOLETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 941/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 941/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BZC3647	54443254E	24/05/2013	65992	230 * V
BZC3647	54443255E	24/05/2013	66102	230 * VII
MAF4912	55787080D	23/03/2013	50100	162 * I
MAF4912	55787081D	23/03/2013	51180	164 c/c 162 * I
MAF4912	55787082D	23/03/2013	65992	230 * V
MEG7687	54442670E	09/06/2013	51420	164 c/c 162 * V
MEG7687	54442669E	09/06/2013	50450	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8100 942/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - 280690

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 942/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MJA5676	54443252E	20/05/2013	60412	207

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

GERALDO MAFIOLETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 946/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 946/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MJP2017	54442846E	16/05/2013	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 954/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - 280690

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 954/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AJA6172 54443209E 02/07/2013 55250 181 * XV
MJU3450 55787774D 04/07/2013 55250 181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.
GERALDO MAFIOLETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 957/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 957/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

IOB2230 54442678E 12/07/2013 51420 164 c/c 162 * V
IOB2230 54442677E 12/07/2013 50450 162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.
THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 958/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - 280690

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 958/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

GOS4787 54443210E 03/07/2013 51852 167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.
GERALDO MAFIOLETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 961/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 961/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ACD0823	54443030E	02/07/2013	69200	233
IGS2004	54442681E	13/07/2013	65992	230 * V
MGS4972	54443276E	03/07/2013	73400	252 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 962/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - 280690

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 962/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

AOH0138	54443287E	25/06/2013	55090	181 * XIII
KHG4425	54443265E	13/06/2013	51852	167
LZQ5042	54443291E	03/07/2013	55090	181 * XIII
MET6735	54442683E	15/07/2013	51851	167
MKB4704	54442874E	18/07/2013	55411	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

GERALDO MAFIOLETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 965/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 965/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

GSF6848	54442792E	27/07/2013	51770	166
ICZ8136	54442687E	23/07/2013	65800	230 * IV
ICZ8136	54442688E	23/07/2013	65561	230 * I
ICZ8136	54442689E	23/07/2013	69120	232
ICZ8136	54442690E	23/07/2013	67261	230 * XVIII
IIG3982	54442698E	27/07/2013	51180	164 c/c 162 * I
IIG3982	54442699E	27/07/2013	50100	162 * I
LCB5159	55620699D	27/07/2013	51691	165
LZB0006	54443221E	19/07/2013	66102	230 * VII
MAL4546	54442784E	24/07/2013	65992	230 * V
MAW7983	54442875E	22/07/2013	65992	230 * V
MAW7983	54442876E	22/07/2013	51691	165
MBV8081	54443017E	12/06/2013	69200	233
MEP1544	54443228E	26/07/2013	65992	230 * V
MEP1544	54443229E	26/07/2013	66101	230 * VII
MEP1544	54443230E	26/07/2013	50100	162 * I

MEP1544	54443232E	26/07/2013	53200	176 * V
MEP1544	54443231E	26/07/2013	51180	164 c/c 162 * I
MHB9949	54442748E	20/07/2013	51691	165
MHB9949	54442747E	20/07/2013	52741	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS

DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 966/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - 280690

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 966/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYQ7796	54442695E	24/07/2013	52070	169
MCJ5131	54443297E	23/07/2013	51851	167
MEC5974	54443212E	03/07/2013	60760	210
MEC5974	54443213E	03/07/2013	52070	169
MEC5974	54443214E	03/07/2013	58350	195
MEC5974	54443215E	03/07/2013	70302	244 * I
MHB9949	54442749E	20/07/2013	58350	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

GERALDO MAFIOLETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 967/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 967/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
GSF6848	54442790E	27/07/2013	51691	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.
THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 968/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - 280690

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 968/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-

DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
KHG4425	54442673E	18/06/2013	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

GERALDO MAFIOLETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 969/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 969/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ASY3003	54442679E	13/07/2013	65992	230 * V
ASY3003	54442680E	13/07/2013	69120	232
MCT4320	54442767E	12/07/2013	66102	230 * VII
MER6108	54442771E	15/07/2013	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS

DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 971/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 971/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ABX2434	54442797E	12/08/2013	65992	230 * V
BOU7005	54442783E	23/07/2013	51180	164 c/c 162 * I
BOU7005	54442782E	23/07/2013	50100	162 * I
BZC3647	54442696E	27/07/2013	66102	230 * VII
BZC3647	54442697E	27/07/2013	66371	230 * IX
CLK2179	54808562C	01/08/2013	50450	162 * V
CLK2179	54808563C	01/08/2013	69120	232
IAU6878	54442589E	11/08/2013	51691	165
LZK0426	54443240E	04/08/2013	52820	176 * I
MDO6641	54443235E	27/07/2013	65564	230 * I
MJH1532	54442691E	24/07/2013	66102	230 * VII
MJH1532	54442692E	24/07/2013	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 972/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - 280690

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO

DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 972/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AST0496	54442768E	15/07/2013	51852	167
EAH8699	54808558C	27/07/2013	58350	195
MDO6641	54443233E	27/07/2013	54600	181 * IX
MHT7030	54808559C	27/07/2013	73662	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

GERALDO MAFIOLETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 974/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 974/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

GOI9943	54443042E	09/08/2013	69200	233
HLH7075	54443049E	09/08/2013	69200	233
HMZ3575	54443050E	09/08/2013	69200	233
IEB9385	54443047E	09/08/2013	69200	233

LXI5953	55787646D	14/08/2013	50100	162	* I
LXI5953	55787647D	14/08/2013	51180	164	c/c 162 * I
LXI5953	55787648D	14/08/2013	53040	176	* III
MDW5616	54443045E	09/08/2013	69200	233	
MEI9949	54442608E	28/08/2013	69120	232	
MES3206	54443046E	09/08/2013	69200	233	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 975/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - 280690

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 975/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MEI9949	54442607E	28/08/2013	51851	167
MEY9816	55567734C	22/08/2013	70302	244 * I
MGM5680	54442769E	15/07/2013	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

GERALDO MAFIOLETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 977/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 977/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AST0496	55567162C	29/08/2013	66102	230 * VII
AST0496	55567163C	29/08/2013	73400	252 * IV
BJC6784	54443328E	23/08/2013	69200	233
DJF6272	54443320E	20/08/2013	69200	233
IEB9385	54443248E	31/08/2013	66102	230 * VII
IOO2328	54443304E	09/08/2013	69200	233
LXV0146	54443313E	15/08/2013	69200	233
MAR8645	54443311E	09/08/2013	69200	233
MAX7386	54443326E	23/08/2013	69200	233
MFW7929	54443327E	23/08/2013	69200	233
MGE3092	55787386D	29/08/2013	65992	230 * V
MGL7662	54443247E	16/08/2013	50450	162 * V
MGW5039	54443309E	09/08/2013	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 980/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 980/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CIN8446	54443334E	02/09/2013	69200	233
IDM1689	54443245E	08/08/2013	50100	162 * I
IDM1689	54443246E	08/08/2013	51180	164 c/c 162 * I
MBQ3673	54443331E	28/08/2013	69200	233
MCB5748	55787775D	01/08/2013	66102	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8100 983/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 983/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AAB5031	54443043E	09/08/2013	69200	233
HBS1932	54766509E	15/09/2013	51691	165

MDM4907	55567169C	08/09/2013	66102	230	*	VII
MDM4907	55567170C	08/09/2013	51691	165		
MDM4907	55567171C	08/09/2013	66371	230	*	IX
MDM4907	55567172C	08/09/2013	66531	230	*	XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 984/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - 280690

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 984/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MDM4907	55567173C	08/09/2013	51851	167
MGH1590	55567735C	22/08/2013	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

GERALDO MAFIOLETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 986/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 986/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ACE3319	54443325E	23/08/2013	69200	233
IDD0245	54442594E	31/08/2013	65992	230 * V
IDD0245	54442595E	31/08/2013	66371	230 * IX
LXZ8056	54443321E	21/08/2013	69200	233
MAC8448	54442886E	05/09/2013	50100	162 * I
MAC8448	54442887E	05/09/2013	65992	230 * V
MAT6697	54442591E	25/08/2013	65992	230 * V
MBO7607	54442799E	31/08/2013	52741	175
MBO7607	54442800E	31/08/2013	51691	165
MBO7607	55567166C	31/08/2013	66102	230 * VII
MEH2844	54443337E	05/09/2013	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 987/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - 280690

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 987/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MDM4907 55787790D 18/09/2013 51851 167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

GERALDO MAFIOLETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO N.8100 990/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE INFRAÇÃO DE TRANSITO N.8100 990/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AAJ9320	54443249E	31/08/2013	51691	165
AAJ9320	54443250E	31/08/2013	65992	230 * V
ADF1558	54443336E	04/09/2013	69200	233
GLP9361	54443323E	23/08/2013	69200	233
LYY0531	54442592E	29/08/2013	65992	230 * V
LYY0531	54442593E	29/08/2013	69120	232
MDM4907	54442894E	26/09/2013	66532	230 * XI
MDM4907	54442893E	26/09/2013	66371	230 * IX
MES4977	54443306E	09/08/2013	69200	233
MGC4308	55787778D	29/08/2013	65992	230 * V
MGC4308	55787779D	29/08/2013	69120	232
MGC4308	55787780D	29/08/2013	65561	230 * I

MHN8862 54442890E 09/09/2013 66102 230 * VII
 MKR8294 54442888E 07/09/2013 51691 165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.
 THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
 DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 993/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
 DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 993/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AOX1748	54442898E	04/10/2013	50100	162 * I
CON9221	54808569C	09/09/2013	65992	230 * V
CON9221	54808570C	09/09/2013	50450	162 * V
CON9221	54808571C	09/09/2013	50960	163 c/c 162 * V
DBW2763	54766553E	09/09/2013	66102	230 * VII
DBW2763	54766554E	09/09/2013	65992	230 * V
LYD5437	54766503E	13/09/2013	65992	230 * V
LYD5437	54766504E	13/09/2013	51691	165
LYD5437	54766505E	13/09/2013	50100	162 * I
LYD5437	54766506E	13/09/2013	51180	164 c/c 162 * I
LZC2506	55787785D	10/09/2013	51180	164 c/c 162 * I
LZC2506	55787786D	10/09/2013	50100	162 * I
LZC2506	55787787D	10/09/2013	69120	232
LZC2506	55787788D	10/09/2013	66102	230 * VII
LZY1150	55787783D	10/09/2013	65992	230 * V
LZY1150	55787784D	10/09/2013	69120	232
MAE3713	54442899E	07/10/2013	66102	230 * VII
MDS9987	54766565E	25/09/2013	51180	164 c/c 162 * I
MDS9987	54766564E	25/09/2013	50100	162 * I
MGR2386	55567736C	07/09/2013	65992	230 * V
MGR2386	55567738C	07/09/2013	50450	162 * V

MGR2386 55567739C 07/09/2013 51691 165
 MKM1071 54443166E 05/09/2013 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.
 THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
 DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 996/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
 DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 996/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AHX9537	54443360E	08/10/2013	69200	233
AKN0487	54443352E	04/10/2013	69200	233
ASQ0255	54443333E	28/08/2013	69200	233
LCV2380	54766502E	13/09/2013	50450	162 * V
LYG9243	54808597C	26/09/2013	50100	162 * I
MBO1711	54443317E	20/08/2013	69200	233
MCI1915	54443346E	03/10/2013	69200	233
MER1737	54443340E	02/10/2013	69200	233
MET6735	54766510E	03/10/2013	65992	230 * V
MFG6149	55567181C	10/10/2013	50100	162 * I
MFG6149	55567182C	10/10/2013	51180	164 c/c 162 * I
MGO8640	54443356E	07/10/2013	69200	233
MGY5904	54443348E	03/10/2013	69200	233
MJI6084	55567174C	16/09/2013	50450	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 997/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - 280690

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 997/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DFY1663	55787789D	11/09/2013	60412	207
LYG9243	54808598C	26/09/2013	51851	167
LZU0060	54766709E	09/10/2013	53800	181 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 12 DE JANEIRO DE 2015.

GERALDO MAFIOLETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO